



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3229

Quarta-feira - 12 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

Municípios

Abdon Batista	3
Agrolândia	5
Agronômica	7
Água Doce	11
Águas de Chapecó	13
Águas Frias	14
Águas Mornas	18
Alfredo Wagner	20
Anchieta	23
Angelina	29
Anitápolis	32
Antônio Carlos	34
Apiuna	40
Arroio Trinta	41
Arvoredo	50
Atalanta	51
Aurora	56
Balneário Arroio do Silva	58
Balneário Camboriú	59
Balneário Gaivota	61
Balneário Piçarras	63
Balneário Rincão	64
Bandeirante	70
Barra Bonita	101
Barra Velha	103
Bela Vista do Toldo	108
Benedito Novo	115
Biguaçu	123
Blumenau	132
Bom Jardim da Serra	142
Bom Jesus do Oeste	166
Bom Retiro	170
Botuvera	175
Braço do Trombudo	177
Brusque	178
Caçador	191
Calmon	204
Camboriú	205
Campo Alegre	206
Campos Novos	212
Canoinhas	214
Capão Alto	217
Capinzal	218
Caxambu do Sul	220
Chapadão do Lageado	221
Cocal do Sul	222
Concórdia	224
Cordilheira Alta	230
Coronel Freitas	232

Sumário

Corupá	246
Cunha Porã	257
Cunhataí	261
Curitibanos	263
Descanso	272
Dionísio Cerqueira	274
Dona Emma	282
Doutor Pedrinho	298
Entre Rios	331
Ermo	334
Formosa do Sul	337
Forquilha	339
Fraiburgo	344
Frei Rogério	350
Galvão	351
Garopaba	354
Garuva	357
Gaspar	359
Governador Celso Ramos	361
Grão Pará	400
Gravatal	407
Guaraciaba	435
Guaramirim	438
Guarujá do Sul	441
Guatambú	442
Herval d'Oeste	445
Ibiam	472
Ibicaré	477
Ibirama	478
Ilhota	502
Imarui	505
Imbituba	526
Imbuia	530
Indaial	531
Ipuacú	533
Ipumirim	536
Iraceminha	539
Irani	542
Iratí	544
Irineópolis	546
Itá	576
Itaiópolis	577
Itapema	578
Itapiranga	579
Itapoá	588
Ituporanga	621
Jacinto Machado	622
Jaraguá do Sul	626
Joaçaba	676
José Boiteux	692
Jupia	693
Lages	694
Lauro Muller	695
Lebon Régis	696
Leoberto Leal	697
Lindóia do Sul	700
Lontras	701
Luzerna	702
Macieira	703
Mafrá	705
Major Vieira	706
Maracajá	707
Maravilha	708
Marema	709
Massaranduba	710
Matos Costa	712
Meleiro	713
Modelo	714
Mondaí	718
Monte Carlo	721
Monte Castelo	723
Morro da Fumaça	726
Morro Grande	729
Navegantes	730
Nova Erechim	748
Nova Itaberaba	749
Nova Trento	757
Nova Veneza	765
Novo Horizonte	768
Orleans	770
Otacílio Costa	774
Ouro	775
Ouro Verde	777
Palhoça	778
Palma Sola	782
Papanduva	785
Paraíso	789
Passo de Torres	792
Passos Maia	795
Paulo Lopes	798
Penha	800
Peritiba	835
Pescaria Brava	837
Petrolândia	840
Pinhalzinho	841
Pinheiro Preto	842
Piratuba	858
Pomerode	859

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3229

Quarta-feira - 12 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Ponte Serrada	862	Santiago do Sul	979	Tigrinhos	1244
Porto Belo	863	Santo Amaro da Imperatriz	980	Tijucas	1248
Porto União	872	São Bento do Sul	992	Timbó	1261
Pouso Redondo	883	São Bernardino	1006	Timbó Grande	1265
Praia Grande	884	São Carlos	1009	Três Barras	1266
Presidente Castello Branco	885	São Domingos	1010	Treviso	1268
Presidente Getúlio	886	São Francisco do Sul	1015	Treze de Maio	1271
Presidente Nereu	890	São João Batista	1111	Treze Tilias	1272
Princesa	893	São João do Oeste	1140	Trombudo Central	1273
Quilombo	894	São Joaquim	1141	Turvo	1276
Rio do Campo	898	São José	1145	União do Oeste	1278
Rio do Oeste	901	São José do Cedro	1148	Urubici	1279
Rio dos Cedros	914	São Lourenço do Oeste	1150	Urussanga	1284
Rio do Sul	903	São Miguel da Boa Vista	1160	Vargem Bonita	1285
Rio Fortuna	925	São Miguel do Oeste	1161	Videira	1286
Rio Negrinho	926	São Pedro de Alcântara	1179	Vitor Meireles	1295
Rodeio	928	Schroeder	1187	Witmarsum	1296
Romelândia	951	Seara	1198	Xanxerê	1302
Santa Cecília	957	Siderópolis	1236	Xavantina	1307
Santa Rosa do Sul	959	Sombrio	1240	Xaxim	1313
Santa Terezinha do Progresso	961	Tangará	1242	Zortéa	1316

Associações

AMAUC	1318	AMUREL	1320
AMAVI	1320	AMEOSC	1321

Consórcios

AGIR	1322
ARIS	1322
CIDEMA	1323
CIMVI	1324
CINCATARINA	1329
CIS/AMARP	1405
CIS/AMURES	1411
CISNORDESTE	1412
CISAMA	1534
Quiriri	1538
CONDER	1539



Abdon Batista**PREFEITURA****DECRETO 078 DE 30 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2598574

DECRETO Nº 000078/20 de 30 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar – originário do Orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 19 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$5.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02: PODER EXECUTIVO

UNIDADE 01: GABINETE DO PREFEITO

2.004 – Manutenção das atividades do Gabinete

5 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$5.000,00

Total: R\$5.000,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão 02: PODER EXECUTIVO

UNIDADE 01: GABINETE DO PREFEITO

2.004 – Manutenção das atividades do Gabinete

4 – 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$5.000,00

Total: R\$5.000,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Junho de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

DECRETO 079 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2599181

DECRETO Nº 079/2020

PRORROGA O VENCIMENTO DO ISSQN REFERENTE A COMPETÊNCIA JUNHO/2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Abdon Batista, e;

Considerando, os dispositivos legais da Lei Complementar nº 069/2017, relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); e

Considerando, o artigo 43 do Decreto nº 90/2018, que aprovou e regulamentou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

Considerando ainda, a passagem do Ciclone Bomba pelo nosso Município no último dia 30/06/2020, que danificou o banco de dados do servidor;

DECRETA:

Art. 1º - O vencimento do ISSQN relativo à competência JUNHO/2020 que venceria em 10/07/2020, fica prorrogado com novo vencimento para 30/07/2020.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Abdon Batista, 06 de julho de 2020.

Lucimar Antônio Salmória

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em Data Supra

DECRETO 080 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2599227

DECRETO N° 000080/20 de 06 de Julho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar – originário do Orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 19 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$13.500,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02: PODER EXECUTIVO

UNIDADE 04: SECRETARIA DE OBRAS

1.008 – Aquisição de Maquinas e Equipamentos

55 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0034.000000 – Aplicações Diretas R\$13.500,00

Total: R\$13.500,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Excesso de arrecadação

Total: R\$13.500,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 06 de Julho de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 41/2020

Publicação N° 2598523

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 60/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 41/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO, NIVELAMENTO, ADUBAÇÃO, PLANTIO E ESTAQUEAMENTO DA GRAMA SEMPRE VERDE

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14: 00hs. do dia 27 de Agosto de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 12 de Agosto de 2020

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 42/2020

Publicação N° 2598524

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 61/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 42/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 25 BOMBEADO

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14: 00hs. do dia 28 de Agosto de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 11 de Agosto de 2020

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 017/2020

Publicação Nº 2599266

PORTARIA Nº 017/2020, de 11 de agosto de 2020.

“Concede férias à Servidora Monica Maria dos Santos Pereira, na data que menciona.”.

O Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - O Art. 123 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Agrolândia e

CONSIDERANDO - O Art. 127 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o gozo de 10 (dez) dias de férias, conforme requerimento anexo, à Servidora Monica Maria dos Santos Pereira, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Agente Administrativo, matrícula 011, referente ao período aquisitivo de 17/03/2018 à 17/02/2019.

Parágrafo Único - A remuneração das férias bem como o adicional de 1/3 sobre a remuneração correspondente ao período de férias, serão pagos à Servidora, com no mínimo 02 dias de antecedência ao início do gozo de suas férias.

Plenário Vereador Emil Jansen
Agrolândia, em 11 de agosto de 2020.

Adelândio Galvani
Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia

ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2020

Publicação Nº 2599885

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO 4º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA, EM 03 DE AGOSTO DE 2020.**

Aos 03 (três) dias do mês de agosto de 2020 (dois mil e vinte), a Câmara de Vereadores de Agrolândia reuniu-se em sua 6ª Sessão Extraordinária, de forma virtual – através do aplicativo de reuniões virtuais "Zoom" – na qual o Presidente solicitou ao 1º Secretário para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início a presente Reunião. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 (nove) Vereadores: **Rodrigo Biancati, Valdinei Eger, Adelândio Galvani, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Claércio Figueredo, Rejane Ana Schaade Sasse, Ingo Piske, Isac Ramos e Hélio Miranda de Oliveira**. Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Extraordinária. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da reunião anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. Tratando-se de uma Sessão Extraordinária, o Presidente deu início a Ordem do Dia, na qual colocou em única votação o **PROJETO DE LEI Nº 035/2020, DE 21 DE JULHO DE 2020**. Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências; e o **PROJETO DE LEI Nº 036/2020, DE 21 DE JULHO DE 2020**. Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências. Aprovados por unanimidade. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Reunião Ordinária virtual, para o dia 10 de agosto de 2020, no horário de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Sessão. E assim declarou encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Agrolândia/SC, 03 de agosto de 2020.**Adelândio Galvani**
Presidente da Mesa**Rodrigo Biancati**
Vice-Presidente**Ingo Piske**
1º Secretário**Fernando Nicolas Lassalle Olivera**
2º Secretário

Agronômica

PREFEITURA

Nº 087/2020

Publicação Nº 2598928

DECRETO N.º 087/2020 DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

“Abre crédito adicional suplementar no orçamento do município”

O Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- O disposto no Art. 10º, II - da Lei nº. 1.159/2019 de 05 de dezembro de 2019, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, conforme estabelecido no Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, obedecido ainda o disposto no Art. 43º desta mesma Lei;
- Que o superávit financeiro do exercício de 2019 na fonte de recursos 0.2.67 (97) – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS Estado – foi na ordem de R\$ 106.514,88, sendo que até a presente data utilizou-se o valor de R\$ 20.601,97 para abertura de crédito adicional no exercício de 2020 na Unidade Fundo Municipal de Saúde, não há créditos adicionais tramitados e em tramitação até esta data e o saldo do superávit financeiro é de R\$ 85.912,91, na fonte de recursos 0.2.67 (97) – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS Estado..
- Que a dotação nº. 135 do Orçamento Geral do Município, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 65.912,91 (Sessenta e cinco mil novecentos e doze reais e noventa e um centavos), na seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão :	9000	Fundo Municipal de Saúde
Unidade.....:	9001	Fundo Municipal de Saúde
Atividade:	10.301.0025.2.42	SUS - Estado
Recursos :	242	Superávit financeiro do exercício anterior – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS Estado
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (135) : R\$ 65.912,91

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 65.912,91 fonte de recursos 0.6.67 – Superávit financeiro do exercício anterior – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS Estado (242).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 12 de agosto de 2020.

Cesar Luiz Cunha
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor do Departamento de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO 24/2020

Publicação Nº 2598948

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRÔNOMICA**Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

ERRATA DO EDITAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020
PREGÃO Nº 24/2020**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA, ENTRE OUTROS, PARA MANUTENÇÃO E USO DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA

ERRATA: No Anexo I, (MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - TERMO DE REFERÊNCIA), **onde se lê:**

53	28957- CORRENTE 10MM	UN	60	35,00	2.100,00
----	----------------------	----	----	-------	----------

Leia-se:

56	28957- CORRENTE 10MM FERRO	Kg	60	35,00	2.100,00
----	----------------------------	----	----	-------	----------

onde se lê:

129	7412- Filtro completo 3 pçs concreto	UN	6	965,00	5.790,00
-----	--------------------------------------	----	---	--------	----------

Leia-se:

133	7412- Filtro completo 3 pçs concreto 1,20 mt	UN	6	965,00	5.790,00
-----	--	----	---	--------	----------

onde se lê:

150	32610- JOELHO 45° SOLDÁVEL 150MM	UN	30	36,00	1.080,00
-----	----------------------------------	----	----	-------	----------

Leia-se:

154	32610- JOELHO 45° ESGOTO 150MM	UN	30	36,00	1.080,00
-----	--------------------------------	----	----	-------	----------

onde se lê:

165	36145- LONA PLÁSTICA PRETA 10X100 METROS	MT	500	1,80	900,00
-----	--	----	-----	------	--------

Leia-se:

168	36145- LONA PLÁSTICA PRETA 10X100 METROS – Micragem de 150	MT	500	1,80	900,00
-----	---	----	-----	------	--------

onde se lê:

166	36141- LONA PLÁSTICA PRETA 2X100 METROS	MT	500	1,80	900,00
-----	---	----	-----	------	--------

Leia-se:

169	36141- LONA PLÁSTICA PRETA 2X100 METROS – Micragem de 150	MT	500	1,80	900,00
-----	--	----	-----	------	--------

onde se lê:

167	36142- LONA PLÁSTICA PRETA 4X100 METROS	MT	500	1,80	900,00
-----	---	----	-----	------	--------



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br

Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

Leia-se:

170	36142- LONA PLÁSTICA PRETA 4X100 METROS – Micragem de 150	MT	500	1,80	900,00
-----	--	----	-----	------	--------

onde se lê:

168	36143- LONA PLÁSTICA PRETA 6X100 METROS	MT	500	1,80	900,00
-----	---	----	-----	------	--------

Leia-se:

171	36143- LONA PLÁSTICA PRETA 6X100 METROS – Micragem de 150	MT	500	1,80	900,00
-----	--	----	-----	------	--------

onde se lê:

169	36144- LONA PLÁSTICA PRETA 8X100 METROS	MT	500	1,80	900,00
-----	---	----	-----	------	--------

Leia-se:

172	36144- LONA PLÁSTICA PRETA 8X100 METROS – Micragem de 150	MT	500	1,80	900,00
-----	--	----	-----	------	--------

onde se lê:

197	11505- Matajunta 3m	UN	450	4,50	2.025,00
-----	---------------------	----	-----	------	----------

Leia-se:

201	11505- Matajunta 3m madeira pinus ou similar	UN	450	4,50	2.025,00
-----	--	----	-----	------	----------

onde se lê:

270	19115- TUBO PVC 75MM	M	100	27,2	2.720,00
-----	----------------------	---	-----	------	----------

Leia-se:

278	19115- TUBO PVC 75MM – BARRA 6MT	M	100	45,00	4.500,00
-----	----------------------------------	---	-----	-------	----------

onde se lê:

289	36155- Tubo Eletroduto 1 1/5	M	500	19,90	9.950,00
-----	------------------------------	---	-----	-------	----------

Leia-se:

297	36155- Tubo Eletroduto 1 1/5 barra de 3mt	M	500	19,90	9.950,00
-----	---	---	-----	-------	----------

onde se lê:

291	19077- Tubo Eletroduto 1 1/4	M	500	16,00	8.000,00
-----	------------------------------	---	-----	-------	----------

Leia-se:

299	19077- Tubo Eletroduto 1 ¼ barra de 3mt	M	500	16,00	8.000,00
-----	---	---	-----	-------	----------

onde se lê:

294	17840- Tábua 25cmx 3mt	UN	700	13,30	9.3100,00
-----	------------------------	----	-----	-------	-----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br

Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

Leia-se:

302	17840- Tábua 25cmx 3mt X 3cm de espessura pinus ou similar	UN	700	12,70	8.890,00
-----	--	----	-----	-------	----------

onde se lê:

295	17841- Tábua 30cmx 3mt	UN	700	19,00	13.300,00
-----	------------------------	----	-----	-------	-----------

Leia-se:

303	17841- Tábua 30cmx 3mt 3cm de espessura pinus ou similar	UN	700	15,90	11.130,00
-----	--	----	-----	-------	-----------

onde se lê:

318	4477- Chuveiro elétrico	UN	50	57,40	2.870,00
-----	-------------------------	----	----	-------	----------

Leia-se:

326	4477- Chuveiro elétrico 220v	UN	50	57,40	2.870,00
-----	------------------------------	----	----	-------	----------

onde se lê:

341	28967- lona dupla face para silo	M	500	2,30	1.150,00
-----	----------------------------------	---	-----	------	----------

Leia-se:

349	28967- lona dupla face para silo – Micragem de 150	M	500	2,30	1.150,00
-----	--	---	-----	------	----------

E onde se lê:

Total Geral	1.128.771,10
-------------	--------------

Leia-se:

Total Geral	1.126.233,10
-------------	--------------

OBS 1: Os itens: 15 - Aquecedor de água 220w e 161 – Jogo de Chaves 6 peças Foram excluídos da licitação.

OBS 2: Altera-se também o arquivo para cotação de preços publicado no site (COT-PR024-2020 [0,0MB]), sendo disponibilizado um novo arquivo com os valores e itens retificados.

ABERTURA DOS ENVELOPES: FICA ALTERADA A DATA DE ABERTURA PARA O DIA 24/08/2020 ÀS 08:00H.

Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal ou no site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166 e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br

Agronômica, em 11 de agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

LEI Nº 2.811/2020

Publicação Nº 2599903

LEI Nº 2.811/2020 – DE 11 DE AGOSTO DE 2020

“AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Cooperativa de Crédito SICREDI, para concessão de empréstimo/financiamento consignado em folha de pagamento mediante cláusulas e condições estabelecidas no convênio juntado em anexo.

Art. 2º. O presente convênio, fica estabelecido pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. Todas as despesas decorrentes dos procedimentos legais para efetivação da presente concessão correrão por conta e responsabilidade da Cooperativa de Crédito SICREDI.

Art. 4º. O limite consignável deverá estar dentro dos padrões de mercado, e não exceder a 30% (trinta por cento) da remuneração bruta do servidor.

Parágrafo Único. Para o cálculo do percentual constante no caput serão consideradas todas as consignações existentes na folha de pagamento do servidor.

Art. 5º. Os servidores que se enquadrarem nos termos do Convênio e nos limites desta lei, poderão contratar empréstimo/financiamento, e em caso de demissão ou pedido de exoneração, o Município não se responsabilizará pela quitação de eventual saldo remanescente do empréstimo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.812/2020

Publicação Nº 2599904

LEI Nº 2.812/2020 – DE 11 DE AGOSTO DE 2020

“AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Caixa Econômica Federal, para concessão de empréstimo/financiamento consignado em folha de pagamento mediante cláusulas e condições estabelecidas no convênio juntado em anexo.

Art. 2º. O presente convênio, fica estabelecido pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. Todas as despesas decorrentes dos procedimentos legais para efetivação da presente concessão correrão por conta e responsabilidade da Caixa Econômica Federal.

Art. 4º. O limite consignável deverá estar dentro dos padrões de mercado, e não exceder a 30% (trinta por cento) da remuneração bruta do servidor.

Parágrafo Único. Para o cálculo do percentual constante no caput serão consideradas todas as consignações existentes na folha de pagamento do servidor.

Art. 5º. Os servidores que se enquadrarem nos termos do Convênio e nos limites desta lei, poderão contratar empréstimo/financiamento,

e em caso de demissão ou pedido de exoneração, o Município não se responsabilizará pela quitação de eventual saldo remanescente do empréstimo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

PORTARIA Nº 220, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600098

PORTARIA Nº 220/2020
De 12 de Agosto de 2020

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido do próprio servidor, em 12 de Agosto de 2020, o contrato de trabalho do Servidor ROQUE NOGUEIRA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 03, 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição do mesmo, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 12 de Agosto de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 185/2020

Publicação Nº 2598602

DECRETO Nº 185/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.285/2020 de 11/08/2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado a suprir o seguinte Projeto/Atividade conforme segue:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa: 8 – Águas Frias Bem Mais Saúde

Projeto/Atividade: 1.019 – Ampliação, Melhorias e Reformas nas Unidades de Saúde do Município

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00 DR 0.1.79

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, a ser recebido através da Emenda Estadual nº 868 – Emenda Parlamentar Impositiva da Saúde, para Reforma de Unidade de Saúde do Município de Águas Frias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 186/2020

Publicação Nº 2599160

DECRETO Nº 186/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.273/2019 de 10/12/2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), destinado a suprir os seguintes Projetos/Atividades, conforme segue:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Transporte

Programa: 14 – Águas Frias Bem Mais Estradas

Projeto/Atividade: 1.038 – Edificação para Garagem Municipal

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 54.798,64 DR 0.3.50

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.201,36 DR 0.3.89

Art. 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior serão provenientes do superávit

financeiro apurado em balanço geral no exercício base de 2019, conforme Art. 5º da Lei nº 1.273/2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº187/2020

Publicação Nº 2599810

DECRETO Nº 187/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2020, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Processo Licitatório nº 72/2020, na modalidade de "Inexigibilidade" nº 16/2020, Edital de Credenciamento nº 03/2017, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Prestação de Serviços Especializados para Procedimentos Cirúrgicos no valor global de R\$ 800,00 (oitocentos reais), proposta apresentada em favor do proponente: Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho, para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO Nº77/2020

Publicação Nº 2599189

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº : 135/2.019

Contrato de Aditivo: 77/2020

Termo Aditivo: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº135/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

Motivo do Aditivo .: Cláusula Primeira: Em conformidade com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Rateio nº56/2019 fica adicionado o valor de R\$6.996,00 (seis mil, novecentos e noventa e seis reais) para os materiais de proteção e segurança constante na Cláusula Primeira do Contrato de Aditivo nº33/2020 passando de R\$14.073,50 (quatorze mil, setenta e três reais e cinquenta centavos) para R\$21.069,50 (vinte e um mil, sessenta e nove reais e cinquenta centavos) . Cláusula Segunda: Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato de Aditivo

nº33/2020 referente ao valor para a despesa orçamentária para os materiais de proteção e segurança:
2 23 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE 339330280000 21.069,50
Vigência : Início : 10/08/2020 Término :31/12/2020
Licitação : Dispensa por Justificativa nº27/2019
Processo : 100/2.019
Águas Frias – SC, 07 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO Nº78/2020

Publicação Nº 2599229

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº : 135/2.019
Contrato de Aditivo: 78/2020
Termo Aditivo...: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº135/2019
Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC
Motivo do Aditivo .: Cláusula Primeira: Em conformidade com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Rateio nº56/2019 fica adicionado o valor de R\$62.099,00 (dois mil e noventa e nove reais) para os materiais de proteção e segurança constante na Cláusula Primeira do Contrato de Aditivo nº33/2020 passando de R\$21.069,50 (vinte e um mil, sessenta e nove reais e cinquenta centavos) para R\$23.168,50 (vinte e três mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) . Cláusula Segunda: Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato de Aditivo nº77/2020 referente ao valor para a despesa orçamentária para os materiais de proteção e segurança: 2 23 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE 339330280000 23.168,50
Vigência : Início : 12/08/2020 Término :31/12/2020
Licitação : Dispensa por Justificativa nº27/2019
Processo : 100/2.019
Águas Frias-SC, 11 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº16/2020

Publicação Nº 2599692

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 72/2020
Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.: 16/2020
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº03/2017
RICARDO ROLIM DE MOURA Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que foi realizado Processo Licitatório nº72 /2020 de DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº16 /2020, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS,
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019
Águas Frias -SC, 11 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

LEI Nº 1.285/2020

Publicação Nº 2598589

Lei nº 1.285/2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado a suprir o seguinte Projeto/ Atividade conforme segue:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa: 8 – Águas Frias Bem Mais Saúde

Projeto/Atividade: 1.019 – Ampliação, Melhorias e Reformas nas Unidades de Saúde do Município

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00 DR 0.1.79

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, a ser recebido através da Emenda Estadual nº 868 – Emenda Parlamentar Impositiva da Saúde, para Reforma de Unidade de Saúde do Município de Águas Frias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO Nº 079/2020 NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2598813

DECRETO Nº 079/2020

NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OMERO PRIM, Prefeito de Águas Mornas no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do Art. 69, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, conforme Art. 7º, da Lei nº 847/2013:

Representante do Executivo Municipal: Marines Bertotto;
Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Regina Martins Garcia;
Representante da Secretaria Municipal de Obras: Aquiles Jasper;
Representante da Secretaria Municipal de Educação: Juarez Alexandre Kuhnen;
Representante da Setor Municipal de Assistência Social: Iana Pitan;
Representante de entidade civis organizada estabelecida no município: Cilene Bauer Rassweiler.

Art. 2º Fica nomeada a Senhora Marines Bertotto, para atuar como Presidente da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 12 de agosto de 2020.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 145/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598972

PORTARIA Nº. 145/2020

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 191 da Lei Complementar nº. 017/2015, de 21.12.2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, ao Servidor Público Municipal Senhor Valdecir José Sens, ocupante do cargo de Motorista, matrícula funcional nº. 024, a partir do dia 15.08.2020, para concorrer a cargo eletivo nas próximas eleições de 15 de novembro de 2020.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 10 de agosto de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA
RESPONSÁVEL

PORTARIA N°. 146/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2598967

PORTARIA N°. 146/2020
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 191 da Lei Complementar n°. 017/2015, de 21.12.2015,

RESOLVE:

Art. 1°. – CONCEDER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, ao Servidor Público Municipal Senhor Luiz José da Silva, ocupante do cargo de Administrador de Ginásio e Cultura, matrícula funcional n°. 252, a partir do dia 15.08.2020, para concorrer a cargo eletivo nas próximas eleições de 15 de novembro de 2020.

Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 11 de agosto de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA
RESPONSÁVEL

Alfredo Wagner**PREFEITURA****228/2020**

Publicação Nº 2598650

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 228/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONÁRIA
SILVIA MARIA ANDERSEN

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 07 (sete) dias, a funcionária SILVIA MARIA ANDERSEN, no período de 31/07/2020 à 06/08/2020.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 31 de julho de 2020.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

229/2020

Publicação Nº 2598652

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 229/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A BOLSISTA NATALIA ONOFRE

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 14 (catorze) dias, a bolsista NATALIA ONOFRE, no período de 31/07/2020 à 13/08/2020.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 31 de julho de 2020.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

230/2020

Publicação Nº 2598654

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 230/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONÁRIA
RITA IZABEL NECKEL

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 14 (catorze) dias, a funcionária RITA IZABEL NECKEL, no período de 31/07/2020 à 08/08/2020.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 31 de julho de 2020.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

231/2020

Publicação N° 2598655

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 231/2020

PRORROGA PORTARIA N° 89/2020

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria N° 89/2020 e contrato 45/2020 que admitiu de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV, Seção II, artigo 98, a funcionária IVONETE DAS GRAÇAS BATISTA DOS SANTOS MELO, no período de 02/08/2020 à 31/12/2020.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 02 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

232/2020

Publicação N° 2598656

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 232/2020

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONÁRIA

ELIZETE SCHWEITZER COELHO

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 15 (quinze) dias, a funcionária ELIZETE SCHWEITZER COELHO, no período de 03/08/2020 à 17/08/2020.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 03 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

233/2020

Publicação N° 2598658

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 233/2020

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONÁRIA THAIS DOS SANTOS

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Artigo 60, Licença maternidade a funcionária THAIS DOS SANTOS, no período de 28/07/2020 à 27/01/2021.

2º Esta portaria será retroativa ao dia 28/07/2020.

3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 05 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

234/2020

Publicação N° 2598659

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 234/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONÁRIA
RITA IZABEL NECKEL

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 05 (cinco) dias, a funcionária RITA IZABEL NECKEL, no período de 10/08/2020 à 15/08/2020.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 10 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO 003/2020-HOSPITAL/UPA

Publicação Nº 2598730

CONTRATO Nº 003/2020
Execução de Obra

Pelo presente contrato de Prestação de Serviço, que entre si fazem de um lado o HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE/UPA de Anchieta, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Guilherme Wildner, nº 879, inscrito no CNPJ sob nº 80.643.117/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 625.835.909-44, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa BRUNO HENRIQUE LANZARINI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 23.903.344/0001-06, estabelecida na Rua Dom Pedro I, 219, Centro, CEP: 85.710-000, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste - PR, neste ato representado pelo Sr. BRUNO HENRIQUE LANZARINI, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob nº 057.242.189-33, RG nº 7.714.810-8 SSP/PR, residente em Santo Antônio do Sudoeste - PR, doravante denominado CONTRATADO, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, e PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2020, TOMADA DE PREÇOS 002/2020, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato consiste na Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e mão de obra necessária, para Ampliação e Adequação da Fase II (Parte da 2ª Etapa) do Hospital Municipal Anchietaense/UPA, localizado na Rua Guilherme Wildner, 879, Centro do Município de Anchieta/SC. Recursos Emenda Impositiva Fundo Estadual de Saúde nº 184, Cessão Onerosa e do Financiamento, Contrato Nº 2623.0527382-85/2019, entre Caixa Econômica Federal/Município de Anchieta/SC. Em conformidade com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO/ FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

2.1. O preço a ser contratado é aquele cotado na proposta declarada vencedora do certame, no valor de R\$: 284.310,06 (Duzentos e Oitenta e Quatro Mil, Trezentos e Dez Reais e Seis Centavos), estando incluídas todas as despesas e custos, inclusive encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e sociais.

2.2. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, mediante depósito ou transferência bancária, conforme repasse do governo federal; e recebimento da fatura pelo Setor Financeiro da contratante, com base nas parcelas e metas definidas no cronograma físico-financeiro (boletim de medição), e imediata apresentação dos seguintes documentos:

2.2.1. Nota Fiscal correspondente, com especificação dos valores da mão-de-obra e materiais.

2.2.2. Laudo de medição assinado pelo responsável técnico da contratada e do Engenheiro Civil da Contratante.

2.2.3. Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS/GPS);

2.2.4. Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP);

2.2.5. Guia de Recolhimento do ISS;

2.2.6. Comprovação da matrícula da obra (cadastro específico do INSS);

2.2.7. Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs);

2.3. Para o pagamento das parcelas a partir da segunda, inclusive, serão dispensados os documentos constantes dos itens 2.2.6 e 2.2.7.

2.4. Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

2.5. O índice aplicável caso ocorra atrasos no pagamento é aquela utilizada pelo município URFM, para a sua atualização.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DA OBRA

3.1. As obras contratadas deverão ser iniciadas no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de serviço, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. O prazo para conclusão do objeto do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias à contar do 2º dia da emissão da ordem de serviço da obra.

3.3. A Obra deverá ser executada com estrita observância dos quantitativos, metas, prazos e condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços 002/2020 e nas cláusulas deste contrato.

3.4. A obra objeto do presente contrato será recebida:

3.4.1. Provisoriamente, mediante Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório assinado pelo Responsável pelo Hospital Municipal, em até 30 dias de comunicação da conclusão pelo Hospital Municipal.

3.4.2. Findo o prazo estipulado no item 3.4.1, uma vez verificada a regularidade da obra, mediante laudo assinado pelo Engenheiro do Município será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, com visto do responsável pelo Responsável pelo Hospital Municipal Anchietaense.

3.4.3. Caso sejam verificadas irregularidades ou defeitos na obra, a Contratada será notificada para fazer as correções necessárias, às suas expensas, sem prejuízo das demais cominações e/ou responsabilizações.

3.5. A Contratada manterá diário de obra no local da execução com o registro dos acontecimentos e atividades relevantes, permitindo assim a efetiva fiscalização por parte da contratante.

3.6. Todos os operários e trabalhadores que trabalharem na obra contratada deverão utilizar todos os EPIs. Inerentes ao respectivo ramo

de atividade, às expensas da contratada.

3.7. A obra contratada terá garantia de 5 (cinco) anos, contados da data do recebimento definitivo, na forma do artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

3.8. O objeto do presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos, enumerados em ordem crescente.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Sem prejuízo das demais cláusulas estabelecidas neste contrato são obrigações da Contratante:

4.1.1. Receber o objeto deste contrato nas condições e prazos avençados.

4.1.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos contratados.

4.1.3. Fiscalizar a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Sem prejuízo das demais cláusulas estabelecidas neste contrato são obrigações da Contratante:

5.1.1. Executar a obra na forma, condições e prazos avençados.

5.1.2. Atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

5.1.3. Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na solicitação do orçamento;

5.1.4. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no processo seletivo, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

5.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

5.1.6. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução do contrato;

5.1.7. Apresentar, na ocasião do início da Obra, Projetos complementares, tais como: estrutural de vigas e pilares (se necessário);

5.1.8. Sinalizar o local das obras e/ou serviços adequadamente, tendo em vista o trânsito de veículos e pedestres.

5.1.9. Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros em decorrência irregularidades, atrasos, negligência, imprudência ou imperícia na execução do objeto do presente contrato, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro de 2020:

Despesa: 9 - Obras de Ampliação do Hospital Municipal Anchietaense
Órgão: 12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETAENSE
Unidade: 1 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 23 - SAÚDE BÁSICA
Projeto/Atividade: 1.036 - Obras de Ampliação do Hospital Municipal Anchietaense
Elemento: 4.4.90.51.99.000000 - Aplicações Diretas
Recurso: 47 - RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS R\$: 70.606,37

Despesa: 10 - Obras de Ampliação do Hospital Municipal Anchietaense
Órgão: 12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETAENSE
Unidade: 1 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 23 - SAÚDE BÁSICA
Projeto/Atividade: 1.036 - Obras de Ampliação do Hospital Municipal Anchietaense
Elemento: 4.4.90.51.99.000000 - Aplicações Diretas
Recurso: 1087 - RECURSOS CESSÃO ONEROSA – SUPERÁVIT R\$: 33.703,69

Despesa: 11 - Obras de Ampliação do Hospital Municipal Anchietaense
Órgão: 12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETAENSE
Unidade: 1 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 23 - SAÚDE BÁSICA
Projeto/Atividade: 1.036 - Obras de Ampliação do Hospital Municipal Anchietaense
Elemento: 4.4.90.51.99.000000 - Aplicações Diretas
Recurso: 168 - Transferência Especial: Fundo Estadual de Saúde R\$: 180.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Este contrato poderá ser rescindido de acordo com o art. 79, Lei Federal nº 8.666/93 ou, ainda, por mútuo acordo ou pelo Município por conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe cabendo qualquer outro valor a título de indenização, sob qualquer alegação ou fundamento.

7.2. A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelos arts. 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações posteriores. E a rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1. Atrasos injustificados na execução do objeto do presente contrato, sujeitará a Contratada, independentemente de outras cominações, ao pagamento de multa na ordem 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Contrato.
- 8.2. A inexecução total ou parcial do Contrato importará a Contratada suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer ente da Administração Direta ou Indireta Municipal de Anchieta, pelo prazo desde já fixado em 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.
- 8.3. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente.
- 8.4. Será proporcionada defesa a Contratada, antes da imposição das penalidades elencados nesta Cláusula.

CLAUSULA NONA - DA VIGENCIA DO CONTRATO

- 9.1. O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, iniciado a partir da assinatura do contrato e recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado se o interesse público assim o exigir, e de acordo com o disposto na lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1. Para dirimir as questões decorrentes da execução deste Instituto Contratual, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro, por mais privilégio ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com suas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Anchieta – SC, 11 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

BRUNO HENRIQUE LANZARINI
Engenheiro Civil
Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

DECRETO N. 133/2020

Publicação Nº 2599347

DECRETO Nº. 133/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019, Lei n. 2.501/2020 e demais dispositivos constitucionais e legais,

TÍTULO I**CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.469 de 19 de novembro de 2019, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) em conformidade com os prescritos neste Decreto.

**CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, a Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0016.1.004 – EQUIP/ OBRAS/ PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIOS, RUAS, AVENIDAS PRAÇAS E AFINS
(XX) 4.4.90.00.00.00.00.1087 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 16.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato, fica utilizada a importância de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2019, após deduzidos os Restos a Pagar, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme a tabela abaixo:

BANCO/CONTA	RECURSO	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
BCO BRASIL - LEI 7525- FEP- 22.118-X COD. REDUZIDO: 62936	087/1087	R\$ 16.000,00
TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO		R\$ 16.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art.4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.467 de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao crédito e redução introduzidos neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.468 de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao crédito introduzido no presente ato.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta – SC, 04 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 140/2020

Publicação Nº 2599881

DECRETO Nº. 140/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.238,68 (trinta mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.238,68 (trinta mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.238,68 (trinta mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos), destinados a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte

conta, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0002.2.035-ADM. GERAL BENS E SERV. DEPTO DE OBRAS E SERV. RODOVIÁRIOS
(122) 3.3.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 30.238,68

Total R\$ 30.238,68

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução das dotações na importância de até R\$ 30.238,68 (trinta mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0002.2.035-ADM. GERAL BENS E SERV. DEPTO DE OBRAS E SERV. RODOVIÁRIOS
(119) 3.1.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 28.000,00
(123) 4.4.71.00.00.00.00.0131 –Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.238,68

Total R\$ 30.238,68

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores dessa lei, relativamente ao Crédito introduzido no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 11 de agosto 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO TP 002/2020-HOSPITAL/UPA

Publicação Nº 2598725

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO
Processo nº 008/2020 – Tomada de Preços nº 002/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta/SC, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 008/2020, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços, Menor Preço Global, para: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e mão de obra necessária, para Ampliação e Adequação da Fase II (Parte 2ª Etapa) do Hospital Municipal Anchieta/UPA, localizado na Rua Guilherme Wildner, 879, Centro do Município de Anchieta/SC. Recursos Emenda Impositiva Fundo Estadual de Saúde nº 184, Cessão Onerosa e do Financiamento, Contrato Nº 2623.0527382-85/2019, Caixa Econômica Federal/Mun. Anchieta/SC.

EMPRESA VENCEDORA:

BRUNO HENRIQUE LANZARINI - ME.

Valor Total Global R\$: 284.310,06 (Duzentos e Oitenta e Quatro Mil, Trezentos e Dez Reais e Seis Centavos).

Prazo de Execução: 180 Dias.

Anchieta, 11 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N. 096/2020

Publicação Nº 2598863

LEI COMPLEMENTAR N. 096/2020

AUTORIZA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E/OU COM PEDRAS IRREGULARES EM RUAS E AVENIDAS NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, faço saber que encaminha a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizada a execução da obra de pavimentação asfáltica e/ou recapeamento asfáltico nas seguintes ruas e avenidas no Município de Anchieta, Santa Catarina:

I – Rua Olinda, Bairro Guarani, trecho compreendido entre a Rua Dom José Gomes, até o final do calçamento;

II – Rua Santos Dumont, centro da cidade, trecho compreendido entre a Avenida Anchieta e a Rua Olimpio Dal Magro;

III – Avenida Brasil, centro da cidade, trecho compreendido entre a Rua Mato Grosso e a Rua Santos Dumont;

IV – Rua Vereador Geraldo Garlet, trecho compreendido entre a Avenida Anchieta, até a altura da Rua Rui Barbosa.

Art. 2º Fica autorizada a execução da obra de pavimentação com pedras irregulares nas seguintes ruas, no Município de Anchieta, Santa Catarina:

I – Rua Padre Stein, centro da cidade, trecho compreendido entre a Rua Mato Grosso e a Rua Caçador;

II – Rua Osmar Cesca, centro da cidade, trecho compreendido entre a Rua Rui Barbosa, até a altura de 85 m (oitenta e cinco metros);

Art. 3º A cobrança da Contribuição de Melhoria a ser realizada junto aos proprietários dos imóveis beneficiados será realizada com base no que dispõem os artigos 287 ao 308, da Lei Complementar nº 001/2005 e alterações posteriores.

Parágrafo único: Não se aplica a contribuição de melhoria aos serviços de recapeamento asfáltico.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/SC, 04 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito de Anchieta

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA N. 279/2020

Publicação Nº 2599131

PORTARIA Nº 279/2020.

De, 11 de agosto de 2020

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria n. 141/2020, venceu no dia 26 de julho de 2020;

Considerando o Ofício CPPA nº 086/2020, que solicita a prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n. 141/2020.

RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 141/2020.

Art. 2º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho de 2020.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.

Em, 11 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 074/2020

Publicação Nº 2598482

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 074/20

ALTERA REDAÇÃO COM EFEITOS E RETROAGIDOS
AO INÍCIO DA VIGENCIA DO DECRETO Nº 72/20

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001268 de 10 de Dezembro de 2019

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

0412232.003 - Manutenção e Func. da Sec. de Adm. e Finanças

(164) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00

06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS

06.03 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

2678292.025 - Manut., Conservação e Abertura de Estradas

(166) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000 – Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são oriundos do superávit do exercício financeiro do exercício anterior na importância de R\$ 25.000000(vinte e cinco mil reais) na fonte de recursos abaixo discriminada:

0.3.00.0000 - Recursos Ordinários - Superávit	R\$ 25.000,00
Total	R\$ 25.000,00

Art. 3º - Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 110.558,46 (cento e dez mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos) nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS

06.02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

15451101.003 - Urbanização, Pavimentação de Vias Públicas

(163) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.79.0390 – Aplicação Direta R\$ 110.000,00

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10301142.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(87) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.38.0392 - Aplicação Direta R\$ 558,46

Art. 4º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são oriundos do superávit do excesso de arrecadação do exercício corrente até a importância de R\$110.558,46 (cento e dez mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e seis centavos) apurado nas fontes de recursos abaixo discriminadas:

0.1.79.0390 - Emenda Parl. Imp. (Estado) 1101 - Pavim. de Ruas)	R\$ 110.000,00
0.1.38.0390 - Transf.SUS/União - Coronavírus - Covid 19 (Portaria 774/2020)	R\$ 558,46
Total	R\$ 110.558,46

Art. 5º - Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 28.226,99 (vinte e oito mil e duzentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos) nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10301142.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(89) 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.38.0391 - Aplicação Direta R\$ 21.800,43

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10301142.057 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde Bucal

(46) 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.02.000 - Aplic. Direta - Oper.Intra-Orçamen R\$ 3.800,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08244152.045 - Manutenção e Func. do Fundo Mun. de Assist. Social

(48) 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.35.0385 - Transf. a Instit. Priv.s s/ Fins Lucrat. R\$ 2.626,56

Art. 4º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são oriundos da anulação de saldos até a importância de R\$ 28.226,99 (vinte e oito mil e duzentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos) nas dotações do orçamento vigente abaixo discriminadas:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10301142.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(88) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.38.0391 - Aplicação Direta R\$ 21.800,43

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10301142.057 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde Bucal

(48) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.0000 - Aplicação Direta R\$ 3.800,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08244152.045 - Manutenção e Func. do Fundo Mun. de Assist. Social

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.35.0385 - Aplicação Direta R\$ 2.626,56

Art. 5º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Angelina, 06 de agosto de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 024/2020

Publicação N° 2599193

TOMADA DE PREÇOS N° 024/2020 - A Prefeitura Municipal de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços no dia 27/08/2020, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução do Muro de Contenção da Rua Arcelina Brand de Souza, no Município de Anitápolis, com a construção do Muro de Gabião, incluindo materiais e mão de obra, nos termos da Proposta de Transferência n° 0000022137 SIGEF/SC, de acordo com Memorial Descritivo e demais anexos constantes neste edital. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 12/08/2020, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, n° 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0188. site: www.anitapolis.sc.gov.br. Email: licita@anitapolis.sc.gov.br Anitápolis, 11/08/2020. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal

PORTARIA 076/2020

Publicação N° 2598731

PORTARIA N° 076/2020
CONCEDE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 620/05 de 01.06.05 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

CONCEDER, gratificação de função a servidora SARA PICCOLI, ocupante do cargo de Enfermeira ESF, matrícula 1308 do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, pois a mesma será responsável pela Unidade Básica de Saúde, percebendo gratificação no valor R\$ 229,92 (duzentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos), mensal, conforme função gratificada-FG-1 (um) da Lei Municipal n° 620/2005 de 01 de junho de 2005, a partir de 01 de agosto de 2020.

Anitápolis, 11 de agosto de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 033/2020 AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2598742



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88.475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 32560131 - **Fax:** 32560188 **E-mail:**

prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

DECRETO Nº. 033/2020**AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº. 1014/19 de 20 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 4.500,00 (cinco mil reais), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.002.2.020.3.3.90.01.00/87	R\$	5.000,00
14.002.2.030.3.3.90.01.00/172	R\$	4.500,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.002.2.020.4.4.90.01.00/88	R\$	5.000,00
14.002.2.030.4.4.90.01.00/173	R\$	4.500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 04 de maio de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 04 de maio de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

Antônio Carlos

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL - DISCUSSÃO E DEFINIÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) 2021

Publicação Nº 2599036

Audiência pública da LDO será realizada pela internet

A Prefeitura do Município de Antônio Carlos, vai realizar neste ano a audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para o exercício 2021, exclusivamente pela internet. A audiência online estará disponível no dia 18/08/2020.

A Prefeitura do Município de Antônio Carlos, explica que a realização da audiência cumpre a legislação e respeita o princípio da transparência, mas que, neste momento, alinhado a todos os esforços que a Prefeitura vem adotando para evitar a disseminação do coronavírus, o formato da audiência foi adaptado para ser realizado somente pela internet.

Os moradores podem participar da audiência pública online no período de 10 a 14 de agosto de 2020 exclusivamente pela internet, encaminhando a sua sugestão para o e-mail contabilidade@antoniocarlos.sc.gov.br. Os cidadãos devem se identificar, com nome completo, instituição que representam ou o bairro onde moram. Uma vez recebidas, as contribuições serão analisadas e poderão ser incluídas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias 2021, que será enviado para Câmara Municipal. Os e-mails com sugestões, perguntas ou críticas serão lidos durante audiência, desde que o conteúdo da mensagem tenha relação e propósito com a LDO. Se não houver tempo para a leitura e discussão de todas as mensagens, essas serão remetidas aos órgãos competentes para posterior resposta.

O que é a LDO?

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um dos instrumentos legais de planejamento do poder público estabelecidos pela Constituição Federal. Seu objetivo é determinar diretrizes orçamentárias, objetivos e metas da administração pública, fazendo a ligação do Plano Plurianual (PPA) do município com a LOA, com foco em uma gestão inteligente, humana e sustentável. Para se ter uma ideia da importância desta audiência, é por meio da LDO que a prefeitura define, em partes, como será gasto o orçamento da cidade no próximo ano. Por isso é importante a população acompanhar e cobrar pela eficiência de como será gasto o dinheiro público.

Para auxiliar nas sugestões e contribuições dos munícipes, segue abaixo as ações que fazem parte do PPA 2018/2021 e que podem constar na LDO 2021:

- Programa: 0001 – Gestão Eficiente e Responsável
 - 2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
 - 2.002 – Manutenção do Conselho Tutelar
- Programa: 0002 – Modernização e Inovação Administrativa
 - 0.001 – Amortização do Déficit Atuarial
 - 1.005 – Revitalização e Reforma da Sede Administrativa
 - 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
- Programa: 0003 – Planejando Antônio Carlos para o Futuro
 - 2.028 – Manutenção da Secretaria de Planejamento
 - 2.029 – Defesa Civil
- Programa: 0004 – Esporte, Lazer, Bem estar e Juventude
 - 1.016 – Aquisição de Veículos para Incentivo ao Esporte
 - 2.026 – Incentivo ao Esporte Amador
- Programa: 0005 – Turismo e Desenvolvimento
 - 1.017 – Construção do Centro de Apoio ao Turista
 - 2.027 – Promoção e Apoio das Atividades Turísticas do Município
- Programa: 0006 – Educação a Base do Futuro
 - 0.002 – Amortização da Dívida da Educação
 - 1.001 – Ampliação da Rede Física do Ens. Fundamental
 - 1.002 – Ampliação da Rede Física do Ens. Infantil
 - 1.003 – Aquisição de Veículos para Transporte Escolar
 - 2.004 – Oferta de Alimentação Escolar
 - 2.005 – Manutenção do Ensino Fundamental
 - 2.006 – Manutenção do Ensino Infantil
 - 2.007 – Manutenção do Transporte Escolar
 - 2.008 – Apoio aos Estudantes de Ensino Médio
 - 2.009 – Apoio aos Estudantes de Ensino Superior
 - 2.011 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA
- Programa: 0007 – Cultura, nossa Identidade e Expressão
 - 1.004 – Reforma e Revitalização do Centro Cultural
 - 2.012 – Manutenção da Biblioteca Municipal
 - 2.013 – Apoio a Eventos, Grupos e Manifestações Culturais
 - 2.014 – Preservação e Recuperação do Patrimônio Histórico
 - 2.022 – Manutenção do Projeto Escola de Música, Artes e Danças

- Programa: 0008 – Proteção Social para um Futuro Melhor
 - 1.006 – Construção e Aq. de Eq. p/ Centro de Convivência
 - 1.007 – Construção do CRAS e Aq. De Equipamentos
 - 2.010 – Apoio a APAE
 - 2.015 – Manutenção de Ações da Assistência Social
 - 2.016 – Atenção a População da Terceira Idade
 - 2.017 – Manutenção do FIA
 - 2.023 – Manutenção do CRAS
- Programa: 0009 – Manutenção e Ampliação Da Infraestrutura, Transportes, Mobilidade Dos Serviços e Espaços Públicos
 - 1.008 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários
 - 1.009 – Construção, Restauração e Reforma Bens Públicos
 - 1.010 – Pavimentação de Vias
 - 1.011 – Saneamento Básico
 - 2.018 – Manutenção dos Serviços do Trânsito
 - 2.019 – Ampliação, Melhorias e Manutenção dos Serviços da Iluminação Pública
 - 2.020 – Manutenção de equipamentos e serviços Públicos
 - 2.021 – Manutenção do FUREBOM
- Programa: 0010 – Agricultura, Produção com Sustentabilidade
 - 1.012 – Aquisição de Maquinas, Implementos e Equipamentos Agrícolas
 - 1.013 – Construção da Casa do Agricultor
 - 1.022 – Construção de Bens Públicos – Agricultura
 - 2.024 – Manutenção da Secretaria de Agricultura
- Programa: 0011 – Meio Ambiente, Preservar e Proteger
 - 1.014 – Aquisição de Caminhão e equipamentos para Coleta de Lixo
 - 1.015 – Estrutura Administrativa do Meio Ambiente
 - 2.025 – Serviço de Coleta e Destinação Final de Lixo
- Programa: 0012 – Saúde, Promoção da Qualidade de Vida
 - 0010 – Amortização de Dívidas – Saúde
 - 1.018 – Ampliação e Manutenção da Estrutura da Saúde
 - 1.019 – Aquisição de Veículos para a Secretaria de Saúde
 - 2.030 – Manutenção da Unidade de Saúde
 - 2.031 – Ações de Saúde da Família
 - 2.032 – Ações com Agentes Comunitários de Saúde
 - 2.033 – Ações de Saúde Bucal
 - 2.034 – Ações de Assistência farmacêutica Básica
 - 2.035 – Ações de Vigilância Sanitária
 - 2.036 – Ações de Vigilância Epidemiológica
- Programa: 0013 – Gestão do Regime Próprio de Previdência Social
 - 0.007 – Pagamento de Inativos e Pensionistas do Tesouro
 - 0.006 – Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ipreancarlos
 - 2.037 – Administração do Ipreancarlos
- Programa: 0014 – Encargos Gerais
 - 0.003 – Amortização de Dividas
 - 0.004 – Contribuição ao PASEP
 - 0.005 – Contribuição a Entidades Municipalistas
- Programa: 0015 – Ação Legislativa
 - 1.020 – Reforma e Melhoria da Sede da Câmara Municipal
 - 1.021 – Aquisição de Veículos para a Câmara Municipal
 - 2.038 – Manutenção das Atividades Político – Parlamentares
 - 2.039 – Manutenção da Câmara Mirim
- Programa: 0016 – Reserva de Contingencia
 - 0.008 – Reserva de Contingencia Instituto
 - 0.009 – Reserva de Contingencia Prefeitura
- Programa: 0017 – Comércio Forte, Cidade Desenvolvida
 - 2.040 – Apoio a Indústria e Comércio

CONVITE: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO E DEFINIÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) 2021

Publicação Nº 2598752

CONVITE: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEFINIÇÃO E DISCUSSÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO – 2021.

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, parágrafo único, I, da Lei Complementar nº 101/2.000, - Lei de Responsabilidade Fiscal, - CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 17:00 horas do dia 18 DE AGOSTO de 2020 através de transmissão ao vivo pelo facebook da Prefeitura, com transmissão pelo link <https://www.facebook.com/prefeituradeantonioCarlos/>, Site da Câmara e Youtube. O objetivo é a discussão e a definição das prioridades e metas da Administração Municipal relacionadas aos investimentos e geração de despesas a serem incluídos na LEI DE DIRETRIZES

ORÇAMENTÁRIAS – LDO - PARA 2021.

A sua participação é muito importante.

Antônio Carlos, 11 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 110/2020

Publicação Nº 2599019

DECRETO Nº 000110/20 de 11 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.150,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.150,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.150,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 111/2020

Publicação Nº 2599022

DECRETO Nº 000111/20 de 11 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.031-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.031-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 112/2020

Publicação Nº 2599026

DECRETO Nº 000112/20 de 11 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.1.019-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art 2º -

ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 5.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 462/2020

Publicação Nº 2598711

PORTARIA Nº 462/2020

Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
MARIANA BORGES ULIANO	FONOAUDIOLOGO	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	01/12/2018 a 30/11/2019	05/08/2020 a 19/08/2020
JOSE NILTON JUNKES	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	29/10/2018 a 28/10/2019	10/08/2020 a 08/09/2020
HELENA ALFLEN SILVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	11/05/2018 a 10/05/2019	17/08/2020 a 31/08/2020

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de agosto de 2020.

PORTARIA N 463/2020

Publicação N° 2599016

PORTARIA N° 463/2020

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 30 dias ao servidor HELENO NEIS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir de 03 de agosto de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/08/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de agosto de 2020.

PORTARIA N 464/2020

Publicação N° 2600079

PORTARIA N° 464/2020

Admite servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário GISELLE CHRISTINE BARTOSIAK, para o cargo de ENFERMEIRO, a partir de 12 de agosto de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 12 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de agosto de 2020.

PORTARIA N 465/2020

Publicação N° 2600080

PORTARIA N° 465/2020

Concede insalubridade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 558/1992;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder insalubridade a servidora GISELLE CHRISTINE BARTOSIAK, ocupante do cargo temporário de ENFERMEIRO, a partir de 12 de agosto de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 12 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de agosto de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 3º COLOCADO ITEM 91, PE 16/2019FMS

Publicação N° 2599828

PREFEITURA DE APIÚNA

CONVOCAÇÃO DE TERCEIRO COLOCADO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2019

ITEM 91 - (MASCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO COM RESERVATÓRIO E TUBO DE OXIGÊNIO, COM TAXA DE FLUXO DE OXIGÊNIO SUFICIENTE PARA MANTER BOLSA RESERVATÓRIO TOTALMENTE INFLADO)

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

CONVOCADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 00.802.002/0001-02

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, 204, Bairro Centro, CEP 89.135-000 – Estado de Santa Catarina, devido ao aceite de pedido de desistência do primeiro colocado do item 91 (MASCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO COM RESERVATÓRIO E TUBO DE OXIGÊNIO, COM TAXA DE FLUXO DE OXIGÊNIO SUFICIENTE PARA MANTER BOLSA RESERVATÓRIO TOTALMENTE INFLADO) do Pregão Eletrônico 16/2019FMS, e obedecendo orientação do Setor Jurídico, convocamos a ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 00.802.002/0001-02, na condição de terceira colocada no referido item, se o aceita nas mesmas condições do primeiro, com o valor de R\$ 10,80 (dez reais e oitenta centavos).

Prazo para manifestação: 02 (dois) dias úteis a contar da publicação desta.

E-MAIL:licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br. TELEFONE: 47 3353 2000. Edital disponível nos sites www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

José Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna.

Arroio Trinta**PREFEITURA****CONTRATO Nº 0004/2020 (FMS)**

Publicação Nº 2598839

CONTRATO Nº0004/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/ 2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº0005/ 2020, AQUISIÇÃO DE TESTES COVID - 19, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA H4PROSPERA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.

Contrato de compra e venda que entre si celebram O **FUNDO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede na Rua Francisco Nava, nº 57, na cidade de Arroio Trinta, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor **CLAUDIO SPRICIGO**, inscrito no CPF sob o nº 551.995.939-00, e portador da Carteira de Identidade nº 1.912.533 SSP/SC; Residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo nº 33, Centro de Arroio Trinta, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa, **H4PROSPERA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 36.877.185/0001-64, Inscrição Estadual nº260.463.566, com sede na Rua Coronel Fagundes, 89, sala 01, Bairro Santa Tereza no município de Videira - SC, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Senhor, **EVANDRO BRANDALERO**, inscrito no CPF sob Nº 049.205.069-45 e Carteira de Identidade nº 3.569.984, residente e domiciliado na cidade de Videira - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0026/2020, Pregão Presencial Nº 0005/2020, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA –

1. Constitui objeto deste contrato a aquisição de testes de detecção qualitativas de antígenos de Covid 19, do tipo amostra por swab de nasofaringe, em atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta, no enfrentamento da pandemia decorrente do CORONAVÍRUS, conforme descrição abaixo.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	34942 - TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENOS DE SARS -	Un	Eco teste	300	120,00	36.000,00

	CoV - 2 (COVID 19) - AMOSTRA POR SWAB DE NASOFARINGE. - Detecção qualitativa de antígenos de SArS-Cov-2 (Covid-19); - Sensibilidade: 84,4% - Especificidade: >99% - Armazenamento: 2 a 30°C - Amostra: Swab de nasofaringe - Tempo de teste: 15-30 minutos - Validade: 24 meses (minimamente 06 meses de período vigente restante no ato da entrega.) - Kit: acompanha swab para coleta - Apresentação cassette, com registro no Ministério da Saúde.					
Total (R\$):						36.000,00

1.2. As entregas dos testes, deverão ser realizadas da Unidade Básica de Saúde do Município de Arroio Trinta, localizada à Rua Francisco Nava Nº 57. Os itens deverão ser entregues em embalagem original e íntegra, ou seja, a embalagem não pode estar furada, rasgada e/ou amassada. Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.3. Os testes adquiridos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento pela empresa contratada, emitida pelo Fundo Municipal de Saúde. **Inicialmente o Fundo Municipal de Saúde, autorizará a entrega de forma imediata de 200 unidades de testes. A quantidade restante será autorizada de forma fracionada, conforme necessidade da Secretaria até o período de 31/12/2020.**

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2020 - PR, Pregão Presencial nº 0005/2020 - PR

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2020, conforme segue:

115 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.18 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será efetuado por depósito ou transferência bancária, em até 30(trinta) dias corridos após cada fornecimento dos testes, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

- 6.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.6.** Não manter a proposta;
- 6.1.7.** Cometer fraude fiscal;
- 6.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.3. Fica designada para a fiscalização da execução contratual Juliana Serighelli, Diretora de Atenção Básica em Saúde, e-mail juserighelli@gmail.com e telefone (49) 3535 6416.

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá, por ocasião do recebimento:

- a. Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação ao produto que estará sendo entregue pelo Licitante vencedor.
- b. Confrontar a marca e fabricante do produto a ser entregue com relação à marca e fabricante do produto constante na Autorização de Fornecimento, de forma a constatar o cumprimento, por parte do Licitante Vencedor, da sua proposta de preços vencedora, habilitada, adjudicada e homologada.
- c. Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.
- d. Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, por mais seis meses, caso toda a quantidade licitada ainda não tenha sido consumida, e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA

CNPJ nº 10.479.381/0001-97

CLAUDIO SPRICIGO

CONTRATANTE

H4PROSPERA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA CNPJ

sob nº. 35.877.185/0001-64

EVANDRO BRANDALERO

CPF Nº 049.205.069-45

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF N° 000.077.349-21

JULIANA SERIGHELLI
CPF N° 044.849.119-22

CONTRATO N° 0004/2020 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0026/2020
PREGÃO N ° 0005/2020
OBJETO: TESTES COVID-19
CONTRATADA: H4PRÓSPERA DISTRIBUIDORA E IMPORT.
VALOR: R\$36.000,00 MENSAIS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0006/2020 (F.M.S)

Publicação Nº 2599222

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0006/2020 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Lote.

OBJETO: Escolha das propostas mais vantajosas objetivando a contratação de empresas especializadas para fornecimento e instalação de esquadrias de alumínio, fornecimento e instalação de prateleiras em MDF e fornecimento e instalação de divisórias e Eucatex, necessárias para manutenção do prédio da Unidade Básica de Saúde do Município de Arroio Trinta, com julgamento por lotes, seguindo as exigências estabelecidas pelo Edital.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 24/08/2020.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 24/08/2020.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 11 de agosto de 2020.

Claudio Spricigo
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Prefeito Municipal de Arroio Trinta

Arvoredo

PREFEITURA

LICITAÇÃO 20/2020

Publicação N° 2600129

MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 020/2020
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO N° 004/2020

O Município de Arvoredo (SC), torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, para a contratação de empresa para execução de obras de pavimentação com pedras irregulares, meio fio, drenagem e sinalização, conforme projetos, orçamento e memoriais em anexo. A sessão de processamento do certame licitatório será realizada à Rua do Comércio, nº 183, na sala da Gerencia de Administração e Gestão, com o protocolo dos envelopes da documentação e proposta preço até as 08h30 do dia 27 de agosto de 2020. Na mesma data e horário, ocorrerá a abertura dos mesmos com o julgamento da habilitação e das propostas. Cópias na íntegra do presente Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 3356 3000 na Gerência Municipal de Administração e Gestão, e no site www.arvoredo.sc.gov.br.

Arvoredo, 10 de agosto de 2020.

Janete Paravizi Bianchin
Prefeita Municipal

LICITAÇÃO 21/2020

Publicação N° 2600130

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARVOREDO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 021/2020
CHAMADA PUBLICA N° 002/2020

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo(SC), Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o processo de licitação, tipo menor preço por item, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento ao programa nacional de alimentação escolar, durante o ano de 2020. A sessão de processamento do certame será realizada à Rua do Comércio, nº 183, na sala da Gerencia de Administração e Gestão, com o protocolo dos envelopes da documentação e proposta preço e credenciamento dos licitantes presentes até as 14h do dia 27 de agosto de 2020. Na mesma data, e horário, ocorrerá a abertura dos envelopes da habilitação e propostas em caso de ausência de recursos na fase de habilitação. Cópias na íntegra do presente Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 3356 3000 na Gerência Municipal de Administração e Gestão situado junto a Prefeitura Municipal de Arvoredo.

Arvoredo, 10 de agosto de 2020.

Janete Paravizi Bianchin
Prefeita Municipal.

Atalanta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 3/2020

Publicação Nº 2598644

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2020
CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA

Considerando a não interposição de recursos ainda que respeitado o prazo recursal previsto em lei, a Presidente da Comissão permanente de Licitação e demais membros, com fundamento na Lei Federal nº 8666/93, CONVOCA os representantes legais das empresas participantes da licitação em epígrafe, em especial as habilitadas, e demais interessados para sessão de abertura do envelope de proposta da empresa habilitada, a ser realizada no dia 13 DE AGOSTO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS NA SALA DE LICITAÇÃO para dar continuidade ao julgamento da licitação Tomada de Preços nº 3/2020, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO INTERIOR DO GINÁSIO MUNICIPAL "MANOEL INÁCIO ANTUNES", ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE N. 843802/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS, QUE FAZEM PARTE DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

Atalanta, 11 de agosto de 2020.

SIMONI ANTUNES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DECRETO Nº 046/2020

Publicação Nº 2598693

DECRETO Nº 046/2020

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências. "

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1601 de 17 de dezembro de 2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.01.18.0018 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
3.3.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
15.452.0064.2.051 – Manutenção das Atividades Políciam. Civil/Militar/Segurança no Trânsito
3.3.90.00.00.00.01.12.0056 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento vigente:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.01.18.0019 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
3.1.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
15.452.0064.2.051 – Manutenção das Atividades Políciam. Civil/Militar/Segurança no Trânsito
4.4.90.00.00.00.01.12.0056 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 24 de julho de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 047/2020

Publicação Nº 2598697

DECRETO Nº 047/2020

“Altera a Redação do Inciso I, do Artigo 2º, do Decreto nº 044/2018 e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta-SC, Juarez Miguel Rodermel, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art. 65, VII, da Lei Orgânica

Art. 1º - O inciso I, do Art. 2º, do Decreto Municipal n.º 044/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

I - dois representantes vinculados à Secretaria de Administração e Finança dos processos de Reurb: Carlos Adílio Chiquetti e Catiucia Kely Sievers;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Atalanta, 05 de agosto de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 048/2020

Publicação Nº 2598698

DECRETO Nº 048/2020

“Constitui o Comitê Gestor Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família no Município de Atalanta/SC, Designa seus Membros e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Atalanta-SC, JUAREZ MIGUEL RODERMEL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art. 65, VII, da Lei Orgânica e,

Considerando as competências e responsabilidades dos municípios na execução do Programa Bolsa Família, conforme Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, incluso promover ações que viabilizem a gestão intersetorial na esfera municipal;

Considerando as ações, as normas, os critérios e os procedimentos para o apoio à gestão e execução descentralizadas do Programa Bolsa Família, no âmbito dos municípios, estabelecidos na Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010; e,

Considerando o caráter intersetorial do Programa Bolsa Família, particularmente no que se refere ao acompanhamento e controle do cumprimento das condicionalidades de saúde e educação e ao encaminhamento das famílias mais vulneráveis para o acompanhamento familiar, em consonância à consideração especificada na Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010, decreta:

Art. 1º - Fica constituído o Comitê Gestor Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família, composto por representantes da:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria Municipal de Saúde.

§1º - A Secretaria Municipal de Assistência Social será representada pelo Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família.

§2º - Às demais secretarias, a designação dar-se-á de seus respectivos representantes das áreas de referência do Programa Bolsa Família na Educação e Saúde – os responsáveis técnicos por coordenar as ações para a coleta e o registro das informações das condicionalidades nos Sistemas específicos.

Art. 2º - O Comitê será responsável por auxiliar na articulação intersetorial das ações do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal, sob a coordenação do representante da Secretaria de Assistência Social.

§1º - As ações mencionadas no caput abrangem o Cadastro Único, especificamente no que se refere ao planejamento financeiro, de acordo com as demandas e necessidades para sua gestão.

§2º - As ações do Programa Bolsa Família deverão ser planejadas levando em consideração as demandas e necessidades para sua gestão, no que se refere às ações de assistência social, educação e saúde.

§3º - Também é de responsabilidade do Comitê estabelecer sua metodologia de trabalho.

Art. 3º - São competências do Comitê:

I - Planejar as ações do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único a serem desenvolvidas com os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, visando contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade de sua gestão;

II - Promover a interlocução com a Instância de Controle Social, com os conselhos municipais de assistência social, educação e saúde, visando subsidiá-los e informá-los em questões inerentes ao Programa;

III - Planejar e articular estratégias com a rede de proteção social, visando superar as situações de vulnerabilidade, conforme os resultados dos motivos de descumprimento das condicionalidades.

Art. 4º - Ficam designados os seguintes membros para compor o Comitê Gestor Intersetorial do Programa Bolsa Família:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social: Regiane Cristina Bunn Kuhn;

II - Secretaria Municipal de Educação: Maria Cristina Demarchi Hadlich;

III - Secretaria Municipal de Saúde: Rosenilda Xavier.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Atalanta, 07 de agosto de 2020.

JuaREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 049/2020

Publicação Nº 2598700

DECRETO Nº 049/2020

“Acrescenta Inciso VI, ao Artigo 2º, do Decreto nº 013/2020 e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta-SC, Juarez Miguel Rodermel, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art. 65, VII, da Lei Orgânica

Art. 1º - Acrescenta o inciso IV, ao Art. 2º, do Decreto Municipal n.º 013/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:
[...]

VI- Silvia Maria Maciel.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Atalanta, 07 de agosto de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 050/2020

Publicação Nº 2598830

DECRETO N.º 50/2020

“Dispõe sobre as Medidas Sanitárias Preventivas a serem Adotadas no Município de Atalanta/SC.”

O Prefeito Municipal de Atalanta-SC, Juarez Miguel Rodermel, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art. 65, VII, da Lei Orgânica e,

Considerando que conforme documento protocolado na AMAVI em 03 de agosto de 2020, a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) abdicou do encargo de deliberar sobre as medidas sanitárias de restrição ou de liberação das atividades;

Considerando as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

Considerando que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

Considerando que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVE (3) para GRAVÍSSIMO (4), mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 04 de agosto de 2020;

Considerando que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

Considerando a comprovação do aumento do número de casos na Região;

Considerando a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

Considerando as disposições contidas na Resolução DIR n.º 010/2020, que prevê que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

Considerando que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

Considerando que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

Considerando que o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020 prevê que "as restrições ao direito de funcionamento de restaurantes, lanchonetes, padarias e similares pelo Poder Público, nas situações excepcionais referidas no caput deste artigo, deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnico embasadores da(s) medida(s) imposta(s)";

Considerando a Lei Estadual n. 17.940 de 08 de maio de 2020 que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve o noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

Considerando as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções 01, 02, 03 e 04/2020;

Considerando o Alerta 052 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 04/08/2020;

Considerando as disposições constantes na Resolução DIR n.º 010/2020, que prevê medidas sanitárias preventivas recomendadas para adoção em âmbito regional;

Considerando as deliberações constantes na Ata da 4ª Reunião do Comitê de Gerenciamento de Crise Decorrente do Coronavírus do Município de Atalanta-SC, instituído pelo Decreto n.º 013/2020, encaminhada ao Chefe do Poder Executivo;

DECRETA

Art. 1º. Permanecem suspensas as seguintes atividades:

I - A realização de todo e qualquer evento público e privado que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.);

II - Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;

III - Parques, ginásios e clubes de lazer públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos;

IV - Quaisquer atividades esportivas coletivas e recreativas, com exceção das que envolvam até 2 (dois) participantes sem contato físico (ex, tênis, beach tênis, badminton e outros);

V - A prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

Art. 2º. Em todo o território do Município de Atalanta o uso de máscaras pelos cidadãos em ambientes públicos (incluindo vias públicas) e ambientes privados é obrigatório.

Art. 3º. Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive, barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro.

Art. 4º. O comércio não essencial (galerias, shoppings, lojas de variedades, lojas de rua e comércios em geral) deverá adotar horário reduzido de funcionamento, podendo funcionar todos os dias até às 22 horas.

§1º Os comércios referidos neste artigo são aqueles que não envolvem serviços de alimentação e consumo de bebidas no local.

§2º O estabelecimento deverá orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo e deverão observar todas as medidas de

prevenção já determinadas, bem como disponibilizar no mínimo 01 funcionário para efetuar o controle da entrada dos clientes.

Art. 5º Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Art. 6º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em vias públicas, nos balcões de atendimento de bares, pubs, lojas de conveniências de postos de combustível e similares, podendo o consumo ocorrer em mesas desde que respeitadas as normas sanitárias.

Parágrafo Único. A comercialização de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos citados no caput só poderá ocorrer até às 20 horas.

Art. 7º. A fiscalização das medidas sanitárias preventivas ocorrerá na forma da legislação federal, estadual e municipal, devendo os municípios empreenderem esforços para intensificar a realização das fiscalizações, devendo promover a edição de Decreto a fim de investir como autoridade de saúde a Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil, Bombeiros, Fiscais de Posturas e demais órgãos que possam auxiliar e colaborar efetivamente na fiscalização das normas sanitárias municipais de enfrentamento da pandemia

Art. 8º. Os mercados e supermercados deverão manter no mínimo 01 funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização dos carrinhos e cestinhas e deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 9. Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas nas Portarias SES nº 254 de 20 de abril de 2020 e nº 269, de 24 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente as descritas abaixo:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja;

II - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 10. Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência de mais de 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Parágrafo Único: Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos.

Art. 11. Permanecem suspensas, até o dia 30 de agosto de 2020, as cirurgias eletivas que não sejam "tempo-sensíveis".

Art. 12. Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, respeitadas as medidas sanitárias aplicáveis a esses estabelecimentos, em especial as previstas na Portaria SES nº 244, de 12 de abril de 2020.

Art. 13. As academias de musculação e ginástica, estúdios de atividade física e similares deverão limitar o acesso e permanência de clientes no máximo de 30% da capacidade total de público, respeitadas as demais exigências previstas na Portaria SES nº 258/2020, de 21 de abril de 2020.

Art. 14. Quanto as atividades referentes aos serviços públicos não essenciais, estabelece-se que:

I - Fica imediatamente suspenso o atendimento ao público para serviços não essenciais que possam ser realizados de forma não presencial (telefone e e-mail, por exemplo), ficando os secretários municipais ou responsáveis pelas secretarias, incumbidos de organizar as atividades de suas respectivas pastas e o cumprimento do presente Decreto;

II - Os horários de expediente sejam organizados priorizando o trabalho remoto e o afastamento de pessoas do grupo de risco, adotando-se medidas que reduzam a circulação de funcionários nos prédios públicos, como por exemplo, escala de revezamento, concessão de licenças, turno ininterrupto etc.

Art. 15. As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem no grupo de risco e adotando todas as medidas sanitárias preventivas, em especial as previstas nas Portarias SES nº 189, de 22 de março de 2020 e nº 272, de 27 de abril de 2020.

Art. 16. Os estabelecimentos comerciais, de serviços, indústrias, instituições financeiras, empresas e estabelecimentos congêneres e as repartições públicas, serão responsáveis em zelar pelo cumprimento das exigências sanitárias expedidas pelos órgãos municipais, estaduais ou federais mencionadas ou não no presente Decreto.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de agosto de 2020.

Atalanta, 11 de agosto de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 037/2020

Publicação Nº 2598980

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 007 de 13 de fevereiro de 2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia **24 de agosto de 2020, às 09:00:00 horas**, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 037/2020, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

“AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS AMPARADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº. 1.608 DE 15/12/2017”.

Aurora, 11 de agosto de 2020.

ALEXSANDRO KOHL
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 1.662 DE 27 DE MAIO DE 2020**

Publicação Nº 2599078

LEI Nº 1.662 DE 27 DE MAIO DE 2020**Autoriza o Executivo Municipal a realizar pagamento referente à acordo em processo judicial**

O Prefeito Municipal de Aurora Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo nos autos do Processo Judicial nº 09000965220188240054 que tramita perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio do Sul - SC e que tem como Autor o Ministério Público Estadual e refere-se a cobrança em face do Município firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2011.00002463-7.

Art. 2º A parte que compreende ao Município para quitação integral do valor reclamado corresponde a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) conforme promoção ministerial e sentença homologatória que seguem anexos, sendo que a previsão de pagamento é 05 (cinco) parcelas iguais e mensais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 27 de Maio de 2020.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 21/2020

Publicação Nº 2598838

DESPACHO

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 21/2020

Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 17/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL "Aquisição parcelada de material de consumo e procedimento para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital.

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio de Licitações do Município de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas competências e tendo como prerrogativas os regimentos estatuídos pela Lei nº 10.520/02, bem como:

Considerando a supremacia da Administração Pública no processamento dos procedimentos licitatórios de sua competência, e preservando o interesse público;

Considerando a prerrogativa da Administração Pública em revogar os atos por ela praticados, quando for conveniente e oportuno, desde que justificados, fundamentado no Artigo 49 da Lei 8.666/93;

Considerando que após ligações de fornecedores e consulta ao Edital e extrato de publicação verificou-se divergência na data de abertura da sessão publica que constava como dia 12 de agosto de 2020 e no sistema da BLL no dia 10 de agosto de 2020;

Considerando que a divergência na data de abertura do determinado no Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 27/2020 restringe a participação de interessados;

Considerando ainda que a Administração deve garantir os princípios da economicidade, da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório, de forma que o interesse público seja preservado em todos os Atos adotados pela Administração ou por seus representantes;

Considerando que a divergência no prazo de abertura no edital e no sistema de pregão eletrônico na BLL impossibilitou a participação de novos interessados;

DECIDE:

Encaminhar ao Sr. Prefeito Municipal para decisão final, as orientação de Revogação do Processo Licitatório nº 21/2020, Edital de Pregão Eletrônico nº 17/2020, destacando que a revogação da presente Licitação visa a readequação e correção do Edital, com vistas ao atendimento do interesse público e por conveniência administrativa.

Balneário Arroio do Silva, 11 de agosto de 2020.

Altemir Daros Fontanela

Pregoeiro do Município de Balneário Arroio do Silva

O Senhor Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, Juscelino da Silva Guimarães, promove a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 21/2020 – Edital de Pregão Presencial nº 17/2020, com base nos fundamentos acima expostos.

Juscelino da Silva Guimarães

Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva

Balneário Camboriú

PREFEITURA

2º TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2020 - FMS - COMPRASNET Nº 112/2020

Publicação Nº 2599845

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

AVISO DE 2º TERMO DE ERRATA DA LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2020 – SSSM

COMPRASNET Nº 112/2020 - UASG: 988039

Em conformidade ao art. 21, §4º da Lei Federal 8.666/93 e art. 4º - G da Lei nº 13.979/20, o Edital de licitação acima epigrafado, cujo objeto trata-se da contratação de serviços médicos para atender no Centro de Tratamento do COVID-19, sofrerá alteração que se encontra disponibilizada no site www.bc.sc.gov.br. A data da sessão eletrônica fica postergada para o dia 18/08/2020, às 09h00min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br_Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 11 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2020 - FMS - COMPRASNET Nº 124/2020

Publicação Nº 2599849

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2020 - SSSM – UASG: 988039

COMPRASNET Nº 124/2020

OBJETO: Aquisição de medicamentos para o Centro Municipal de Acolhimento e Tratamento do Covid-19.

VALOR: R\$ 3.437.216,50.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 19 (dezenove) de agosto de 2020. HORÁRIO: 09h00min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br_Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 11 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2020 – PMBC

Publicação Nº 2599250

AVISO DE LICITAÇÃO – COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2020 – PMBC

COMPRASNET Nº 125/2020

OBJETO: Registro de Preços de para a contratação de empresa para instalação de redes de proteção, com fornecimento de materiais.

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 277.972,00

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 25 (vinte cinco) de agosto de 2020.

HORÁRIO: 13h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br. Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 10 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

1º TERMO DE ERRATA - PE N° 032/2020 - SSSM/COMPRASNET N° 115/2020

Publicação N° 2598539

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS



**1º TERMO DE ERRATA - PE N° 032/2020 – SSSM
COMPRASNET 115/2020**

Com base no § 4º - art. 21 da Lei Federal 8666/93, o Edital de licitação acima epigrafo, publicado neste mesmo diário, no site: www.bc.sc.gov.br e no portal COMPRASNET, cujo objeto trata da Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (respirador purificador de ar) para utilização no Centro de Atendimento ao Covid-19/Clinica médica Covid-19 / Barreiras/ Coletas/Alojamento/isolamento Covid / Hospital / Unidades saúde, sofrerá alteração.

O prazo para realização da sessão fica postergado para as **09:00 horas do dia 17/08/2020**, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br,
Código UASG: 988039.

Ficam mantidas as demais condições.
Balneário Camboriú, 10/08/2020.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

Balneário Gaivota

PREFEITURA

EXTRATO RESCISÃO CONTRATOS

Publicação N° 2599012

EXTRATO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato N° 51/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA –

CNPJ: 17.142.735/0001-52

CONTRATADO: MEGA LUZ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

OBJETO: Rescisão amigável de comum acordo do contrato nº 51/2020.

A empresa solicitou a rescisão contratual, com fundamento de impossibilidade financeira diante do atual cenário econômico em manter os preços pactuados.

FUNDAMENTO LEGAL: 79, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

EXTRATO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato N° 22/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA –

CNPJ: 17.142.735/0001-52

CONTRATADO: MEGA LUZ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

OBJETO: Rescisão amigável de comum acordo do contrato nº 22/2020.

A empresa solicitou a rescisão contratual, com fundamento de impossibilidade financeira diante do atual cenário econômico em manter os preços pactuados.

FUNDAMENTO LEGAL: 79, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

PORTARIA 154/2020

Publicação N° 2598557

PORTARIA N. 154, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do Artigo 58 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei 045/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, com pagamento de 1/3 a mais do que a remuneração normal, a saber:

Matricula	Nome	Período aquisitivo	Período de Gozo
1763	Amarildo Pereira de Carvalho	02/08/2019 a 01/08/2020	01/08/2020 a 30/08/2020
2906	Barbara Sabrine dos Santos Muller	15/03/2019 a 14/03/2020	01/07/2020 a 30/07/2020
3193	Gilberto Vinicius dos Santos Vieira	09/08/2019 a 08/08/2020	01/08/2020 a 30/08/2020
2507	Jania Aparecida de Macedo da Silva	01/07/2019 a 30/06/2020	01/07/2020 a 30/07/2020
1764	Severiano Alves de Borba	02/08/2019 a 01/08/2020	01/08/2020 a 30/08/2020
2594	Taise Serafim Godinho Raupp	01/09/2017 a 31/08/2018	02/07/2020 a 31/07/2020
1791	Valdir Ferreira Marques	11/08/2019 a 10/08/2020	01/08/2020 a 30/08/2020
2647	Valdir Paulo da Silva	06/01/2019 a 05/01/2020	01/07/2020 a 30/07/2020
1295	Volnei Carlos da Rosa	02/06/2019 a 02/08/2020	01/08/2020 a 30/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Gaivota, 03 de Agosto de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 155/2020

Publicação N° 2598560

PORTARIA N. 155 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Nomeia PROCURADOR GERAL do Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado a partir de 03 de Agosto de 2020 o Senhor Gabriel Henrique Sebastião Lhemann, para exercer o cargo comissionado de Procurador Geral do Município de Balneário Gaivota.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 03/08/2020.

Balneário Gaivota, 03 de Agosto de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 156/2020

Publicação N° 2598563

PORTARIA N. 156 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do Artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, Artigos 81 ao 84 da Lei 045/1997 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença paternidade ao servidor Fabiano da Rosa Motta, portador da matrícula nº 3381, sem prejuízo da remuneração, a contar de:

Licença Paternidade
19/07/2020 a 17/08/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 19/07/2020.

Balneário Gaivota, 05 de Agosto de 2020

RONALDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA 157/2020

Publicação N° 2598566

PORTARIA N. 157 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Nomeia DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO do Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Ismael da Silva Lucrécio, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Administração do Município de Balneário Gaivota, a partir de 10 de Agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 10/08/2020.

Balneário Gaivota, 10 de Agosto de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PE 031/2020 PMBP

Publicação Nº 2599823

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2020 - PMBP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2020 - PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão ELETRÔNICO para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de um veículo utilitário de carga zero km, equipado com um implemento baú metálico (furgão) para transporte de cargas, em atendimento ao objeto do Convênio registrado na Plataforma +Brasil sob o nº 889695/2019, entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, e o Município de Balneário Piçarras/SC, visando melhorar a gestão de resíduos sólidos no Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Valor total estimado: R\$ 112.990,00 (cento e doze mil, novecentos e noventa reais). Data da abertura da Sessão Pública: 27/08/2020 às 14h, Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG: 988251. O edital na íntegra encontra-se disponível no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, situado à Avenida Emanuel Pinto, nº 3655, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 12:00 às 18:00h ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 11 de agosto de 2020. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/PMBR/2020

Publicação Nº 2599121

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 062/PMBR/2020

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 27/08/2020 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das "Obras de Construção Civil do Centro Multiuso do Zona Sul, com uma área de 244,65 m², localizado na Rua Evaristo Comim, Loteamento Consorcio Criciumense Mapa 4/75, no Município de Balneário Rincão/SC, conforme Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma anexos ao Edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 11 de Agosto de 2020.

ADROALDO FARACO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

(assinado no original)

DECRETO Nº 097/2020

Publicação Nº 2599274

Decreto nº 97 de 07 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	5063	Transferências de Convênios - Estado/Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.042	Manutenção dos Programas da Saúde – Estado.
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	43	

Valor: R\$ 89.965,00 (oitenta e nove mil novecentos e sessenta e cinco reais)

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	5063	Transferências de Convênios - Estado/Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	44	

Valor: R\$ 160.035,00 (cento e sessenta mil e trinta e cinco reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de Recursos 0.1.5063 Transferências de Convênios - Estado/Saúde através do Convênio nº 2020TR000335 Processo nº SCC 5733/2019 com a Secretaria de Estado da Saúde no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 07 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 98/2020

Publicação Nº 2599277

Decreto nº 98 de 07 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO RECURSO CESSÃO ONEROSA APU-RADO NO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 82.779,00 (oitenta e dois mil e setecentos e setenta e nove reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.07	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	6050	Superávit Cessão Onerosa – Lei nº 13.885/2019
PROJETO/ATIVIDADE	1.006	Investimentos em Infraestrutura e Mobilidade Urbana
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	164	

Valor: R\$ 82.779,00 (oitenta e dois mil e setecentos e setenta e nove reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o superávit financeiro de Recursos Cessão Onerosa – Lei nº 13.885/2019 no valor de R\$ 82.779,00 (oitenta e dois mil e setecentos e setenta e nove reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 07 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 99/2020

Publicação Nº 2599279

Decreto nº 99 de 07 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO RECURSO DE ALIENAÇÃO DE BENS APURADO NO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 176.300,00 (cento e setenta e seis mil e trezentos reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.07	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	6089	Superávit Alienações de Bens de Outros Programas
PROJETO/ATIVIDADE	1.006	Investimentos em Infraestrutura e Mobilidade Urbana
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	179	

Valor: R\$ 176.300,00 (cento e setenta e seis mil e trezentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o superávit financeiro de Recursos de Alienações de Bens de Outros Programas no valor de R\$ 176.300,00 (cento e setenta e seis mil e trezentos reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 07 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO - SAUDE SÃO JOSE

Publicação N° 2599438

TERMO ADITIVO N°. 04 –a ao Contrato 081/PMBR/2016. ASSOCIAÇÃO SAÚDE SÃO JOSÉ. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato N°. 081/PMBR/2016, conforme cláusula décima quarta deste contrato, pelo índice de reajuste fixado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), acumulado nos últimos 12 (doze) meses. ASSINATURA: 01/08/2020. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Maria Felicia Henz

ATA 026/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/PMBR/2020

Publicação Nº 2599226

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2020

Número do Registro de Preços: 26/2020		Data do Registro: 11/08/2020		Válido até: 11/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA E CAMINHÃO, INCLUINDO OPERADOR/MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CAMINHÃO PIPA CAPACIDADE MÍNIMA DE 15MIL LITROS: (1012963)	HS	CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME (291)		0	95,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2020

Número do Registro de Preços: 26/2020		Data do Registro: 11/08/2020		Válido até: 11/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA E CAMINHÃO, INCLUINDO OPERADOR/MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020
PROCESSO Nº 58/2020
(291) - CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME

Balneário Rincão, 11 de Agosto de 2020.

Bandeirante

PREFEITURA

DECRETO Nº 044/2020

Publicação Nº 2599392

DECRETO Nº 044, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

Estabelece medidas preventivas e restritivas no âmbito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus da COVID-19, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 68, da Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19;

Considerando que a Organização Municipal de Saúde – OMS declarou no dia 11 de março de 2020, em âmbito mundial, pandemia do novo Coronavírus COVID-19;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19;

Considerando a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus COVID19;

Considerando o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

Considerando o Decreto Municipal nº 023, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas preventivas de enfrentamento do novo Coronavírus COVID-19;

Considerando o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

Considerando a Portaria SES nº 348 de 22 de maio de 2020 que proíbe a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

Considerando o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020 que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19;

Considerando o Decreto Estadual nº 630, de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19 e, ainda, atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do novo Coronavírus em seus territórios;

Considerando a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate a COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de flexibilizar ou restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus COVID-19 e que a Comissão Intergestores Regional – CIR homologará as decisões tomadas pelo conjunto de municípios de seu território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 e posteriormente informará ao Centro de Operações de Emergência em Saúde – COES as medidas adotadas na sua região de saúde;

Considerando as últimas recomendações exaradas pela COES – Central de Operações de Emergência em Saúde para a região oeste do Estado de Santa Catarina e da CIR – Comissão Inter Gestores Regional da Região de Saúde do Extremoeste de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de regulamentação para a efetiva eficácia das medidas adotadas com vistas ao isolamento social e a aglomeração de pessoas, a fim de prevenir e evitar a transmissão da COVID-19 em nosso Município;

Considerando a situação epidemiológica local e regional e decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em reunião realizada no dia 30 de julho de 2020;

Considerando que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos

à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Bandeirante;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas, até deliberação em contrário, em todo o território do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina:

I – As aulas e atividades presenciais das Escolas da Rede Municipal de Ensino relacionadas ao ensino infantil e fundamental, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo;

II – O Transporte Escolar municipal e terceirizado;

III – O Transporte municipal e terceirizado de educação especial, ensino médio, educação e jovens e adultos, ensino profissional, ensino superior e de cursos profissionalizantes;

IV – As atividades presenciais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV sem prejuízo do cumprimento das atividades que serão realizadas de forma remota;

V – Os eventos, atividades de grupos e reuniões presenciais realizadas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

VI – O Calendário Esportivo de caráter público ou privado;

VII – As aulas e atividades presenciais das Escolinhas de Futebol do desporto amador promovidas pelo Setor de Esporte;

VIII – Os Encontros, Eventos e Competições Esportivas presenciais para a prática de atividades coletivas como futebol, vôlei, carteados, sinuca, dominó, 48, bocha, bilhar, bingos, sorteios e outros, praticados em modalidades que possam aglomerar pessoas em residências, estabelecimentos, parques, praças, clubes, bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, acampamentos e outros;

IX – O Calendário Cultural de caráter público ou privado;

X – As aulas e atividades relacionadas às Oficinas de canto, violão, dança e outras;

XI – A concentração e permanência em Espaços Públicos de Uso Coletivo como parques, playgrounds, academias ao ar livre, praças, áreas de lazer, assentos e quadras e campos esportivos e afins;

XII – Os Encontros e Eventos presenciais de caráter público ou privado, para reuniões, cursos, capacitações, treinamentos, confraternizações, excursões, festas, shows, espetáculos, teatro, cinema e similares;

XIII – A realização de Encontros, Festas e Confraternizações em Residências Particulares com pessoas que não as residentes no local; e,

XIV – As atividades e encontros presenciais dos Grupos de Idosos das Comunidades.

§ 1º As aulas e atividades presenciais das Escolas da Rede Municipal de Ensino de que trata o Inciso I, serão substituídas, em caráter excepcional, por atividades e estudos domiciliares com a distribuição de material pedagógico via WhatsApp e/ou encaminhado impresso e entregue com pré-agendamento de retirada e devolução, sob organização das unidades da Rede Municipal de Ensino.

§ 2º As atividades presenciais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ofertadas por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, de que tratam os Incisos IV e V, serão substituídas, em caráter excepcional, por atividades domiciliares com a distribuição de material impresso e via WhatsApp, entregue com pré-agendamento de retirada, objetivando dar continuidade a oferta dos serviços e atividades essenciais.

§ 3º O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, deverão confeccionar material a ser entregue a todos os idosos do Município visando a disseminação de informações acerca do cuidado, prevenção da transmissão e riscos envolvidos do novo Coronavírus e outras políticas públicas, objetivando assegurar sua proteção e bem-estar.

§ 4º Fica permitida a utilização de parques, praças e áreas de lazer somente para atividades físico-desportivas de caminhada, corrida e ciclismo, realizadas de forma individual, respeitando as regras definidas pelas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 2º É obrigatório o uso de máscaras de proteção individual de confecção manual, artesanal ou industrial, de tecido e com cobertura da boca e nariz, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos, bem como veículos de transporte remunerado privado individual de passageiros por aplicativo ou por meio de táxis.

Art. 3º É obrigatório o uso de máscaras de proteção individual de confecção manual, artesanal ou industrial, de tecido e com cobertura da boca e nariz, para entrada e permanência em quaisquer estabelecimentos públicos ou privados.

§ 1º O uso da máscara deve sempre vir acompanhado de higienização frequente com álcool gel 70% e distanciamento físico.

§ 2º Os estabelecimentos deverão priorizar a entrada de apenas uma pessoa por família no momento do atendimento ou da compra;

§ 3º Os estabelecimentos que, por suas características de prestação de serviços, necessitem fazer uso de Equipamento de Proteção

Individual - EPI específico, não poderão substituí-los pelas máscaras de tecido.

Art. 4º Os bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, mercados e outros estabelecimentos congêneres que desempenham suas atividades com locais destinados à permanência de pessoas, deverão observar as disposições constantes e vigentes nas Portarias da Secretaria de Estado da Saúde e ainda:

I – Ter seu horário de funcionamento diário compreendido entre às 06:00 horas até às 22:00 horas;

II – Observar a utilização de máscaras pelos atendentes;

III – Priorizar o atendimento mediante reserva e agendamento de horário, serviço de tele entrega ou retirada no estabelecimento;

IV – Proibir a utilização de espaços de playground existentes dos estabelecimentos;

V – Proibir a prática de qualquer espécie de jogos dos estabelecimentos;

VI – Reforçar as medidas de higienização de áreas de circulação de público, inclusive, superfícies de móveis, máquinas de cartão, corrimões, maçanetas de portas, cestas e carrinhos de compras, banheiros e preparação de alimentos;

VII - Disponibilizar álcool em gel 70% ou equivalente profilático para empregados, colaboradores, consumidores e usuários, sendo nas entradas e saídas do estabelecimento e em cada mesa ou balcão;

VIII – Observar distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as pessoas durante o atendimento utilizando sinalização de espera com fita, giz, cone e outros materiais; e,

IX – Priorizar a ventilação natural com janelas externas ou qualquer outra abertura que contribua na renovação do ar nos ambientes.

Art. 5º Fica suspensa em qualquer horário e ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, até deliberação em contrário, em todo o território do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina a realização de eventos, confraternizações, festas ou quaisquer outras atividades que importem em aglomeração de pessoas.

§ 1º O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo acarretará na aplicação das infrações e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de R\$ 96,90 (noventa e seis reais e noventa centavos), que corresponde a 3% da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o responsável do estabelecimento ou residência e para cada participante presente.

§ 2º Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoas físicas, o valor da multa será cobrado em dobro.

§ 3º Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoa jurídica, o valor da multa será cobrado em dobro, sem prejuízo da interdição do estabelecimento pelo prazo de 05 (cinco) dias.

§ 4º Sem prejuízo da aplicação das multas previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal a ser apurada pela esfera competente.

§ 5º Não se aplica a proibição constante do caput deste artigo para a realização das atividades que se encontram liberadas e reguladas pelas normas sanitárias vigentes.

§ 6º Fica proibida também a realização de festas e confraternizações em residências particulares com pessoas que não as residentes no local.

Art. 6º As pessoas que receberem a indicação de isolamento domiciliar deverão respeitar as orientações repassadas pelos Profissionais de Saúde.

§ 1º O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo acarretará na aplicação das infrações e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de R\$ 96,90 (noventa e seis reais e noventa centavos), que corresponde a 3% da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM.

§ 2º Em caso de reincidência do ato, o valor da multa será aplicado em dobro.

§ 3º Sem prejuízo das sanções previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal, como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do Poder Público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa, a ser apurada na esfera competente.

Art. 7º As multas advindas da aplicação das infrações e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, de que trata este Decreto, não pagas serão inscritas em Dívida Ativa.

Art. 8º Ficam reconhecidos como autoridades de saúde no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, os militares e servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento ao novo Coronavírus da COVID-19, sem prejuízo da atuação de órgãos de competência fiscalizatória específica.

Art. 9º Caberá a Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com a Vigilância Sanitária Regional, a Defesa Civil Municipal e demais Órgãos

de Saúde do Município, como a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar, multar ou adotar qualquer outra medida necessária para garantir a saúde pública, nas situações em que estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 previstas neste Decreto e em outros diplomas legais vigentes.

Art. 10. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município e da Região de Saúde.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 12 de agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36-2020

Publicação Nº 2599232

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE**Processo Nº.: 56/20****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/20****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2020**

No dia 11 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 35/2020, Processo Licitatório nº. 56/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10277	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	4, 5, 6, 27, 37, 41, 59, 66, 68, 84
6647	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.	35, 99, 100
7937	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	10, 40, 71, 72, 73, 74
10690	BUGRE COMERCIAL EIRELI	1, 2, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 28, 33, 38, 39, 42, 52, 60, 70, 85, 109
7435	CLOVIS J. DE BORTOLI ME	11, 24, 36, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 58, 64, 69, 77, 78, 103, 105
10278	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	3, 14, 15, 34, 43, 48, 53, 54, 67, 82, 87, 94, 95, 97, 98, 101
7705	INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SCAR	75, 76, 79, 80, 81, 83, 88, 89, 93, 96, 102, 106, 108
10369	LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME	8, 9, 25, 26, 31, 32, 63, 92
7902	SCS COMERCIO LTDA - ME	20, 21, 22, 23, 29, 30, 55, 56, 57, 61, 62, 65, 86, 90, 91, 104, 107

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16.738.785/0001-34	ALCIONE DA SILVA	090.318.159-26
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.	00.802.002/0001-02		
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	WALTER ERNST AHLF	425.338.219-34
BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	MOISES LUIZ BOFF	017.039.059-46
CLOVIS J. DE BORTOLI ME	05.549.615/0001-95	CLOVIS JOAO DE BORTOLI	796.734.579-72
HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	22.094.574/0001-09	CLEBER TADEU BRIDI	064.943.309-24
INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SCAR	10.627.778/0001-89	JOCELEI ANTONIO SCARAVONATTO	017.783.149-96
LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME	19.634.481/0001-15	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	009.925.610-00
SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	ELOI SCHIMELFENIG	961.431.349-87

/14

020

020

—

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 2
 Processo Nº.: 56/21
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/21

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6647 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	ESCOVA DENTAL MACIA TAMANHO MÉDIO	UN	MEDFIO	100,000	0,8000	80,
99	SACO PARA RESÍDUOS INFECTANTES 50 LITROS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	RAVA	5,000	12,9300	64,
100	SACO PARA RESÍDUOS INFECTANTES 100 LITROS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	RAVA	3,000	25,6000	76,

Fornecedor: 7435 - CLOVIS J. DE BORTOLI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	BALDE PLÁSTICO - 10 A 14 LITROS - NÃO RECICLADO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO, COM PAREDE E FUNDOS REFORÇADOS, COM REFORÇO NO ENCAIXE DA ALÇA DE AÇO ZINCADO, CONSTANDO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE.	UN	PLASBIL	3,000	14,3500	43,
24	DESENGRAXANTE 5 LITROS - PARA LIMPEZA DE FORNOS E PEÇAS METÁLICAS SEM SUBSTÂNCIAS ALCALINAS (NEUTRO)	GL	BARRIA VERE	5,000	29,7500	148,
36	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA, de mão com cepo de madeira e cerdas em plástico, oval, tamanho mínimo de 10x8cm aproximado, variação 10%.	UN	CONDOR	5,000	3,7500	18,
44	FÓSFORO CAIXA COM 40 PALITOS - PACOTE COM 10 CAIXAS	PCT	QUE LUX	55,000	4,6500	255,
45	FRALDA DE PANO - 100% ALGODÃO COM TECIDO DUPLO	UN	FRALDA	60,000	6,7500	405,
46	FRALDA DESCARTÁVEL, EM CELULOSE, POLÍMERO SUPER ABSORVENTE, POLIPROPILENO, POLIETILENO, ELÁSTICOS SEGUROS E ADESIVOS DE BOA QUALIDADE, COM ALOE VERA E VITAMINA E, COMPONENTES ATOXICOS, COM ABSORÇÃO EM GEL, COM ORELHAS FRONTAIS PARA AJUSTE DO BEBÊ, CINTURA ELÁSTICA, BARREIRAS ANTI VAZAMENTOS, TAMANHO M, PACOTE COM NO MÍNIMO 90 UNIDADES.	PCT	TOQUINHO	50,000	40,4000	2.020,
47	FRALDA DESCARTÁVEL, EM CELULOSE, POLÍMERO SUPER ABSORVENTE, POLIPROPILENO, POLIETILENO, ELÁSTICOS SEGUROS E ADESIVOS DE BOA QUALIDADE, COM ALOE VERA E VITAMINA E, COMPONENTES ATOXICOS, COM ABSORÇÃO EM GEL, COM ORELHAS FRONTAIS PARA AJUSTE DO BEBÊ, CINTURA ELÁSTICA, BARREIRAS ANTI VAZAMENTOS, TAMANHO G, PACOTE COM NO MÍNIMO 80 UNIDADES.	PCT	TOQUINHO	20,000	39,1000	782,
49	ISQUEIRO ACENDEDOR DE FOGÃO, RECARREGAVEL A GÁS. DE MANUSEIO CONFORTÁVEL E CABO LONGO, COM REGULADOR DE NÍVEL DE CHAMA E TRAVA DE SEGURANÇA. INDICADOR QUE POSSIBILITA VER A QUANTIDADE DE GÁS. MATERIAL: PLÁSTICO E METAL	UN	MANUAL	50,000	13,7000	685,
50	ISQUEIRO GRANDE, ACENDE 3.000 VEZES, SELO HOLOGRÁFICO DO INMETRO QUE GARANTE ORIGINALIDADE, QUALIDADE E SEGURANÇA.	UN	BIC	80,000	6,1500	492,

7/14

020

020

—



,00

,65

,80



,05

,75

,75

,75

,00

,00

,00

,00

,00

—

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3
 Processo Nº.: 56/21
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/21

Fornecedor: 7435 - CLOVIS J. DE BORTOLI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
51	LÃ DE AÇO (TIPO BOMBRIL) - PARA LIMPEZA DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PACOTES C/08 UNIDADES DE 60G	PCT	ASSOLAN	70,000	1,8000	126,
58	LIXEIRA 40 A 50 LITROS - EM POLIETILENO INJETADO COM TAMPA TIPO 'VAI E VEM'	UN	PLASLIT	2,000	78,9000	157,
64	NAFTALINA EM BOLAS PACOTE COM 20G	PCT	SANI	20,000	3,3500	67,
69	PAPEL ALUMÍNIO 30CMX 7,5M - ROLO, NÃO PERECÍVEL, INODORO E ATÓXICO	ROL	GIOPAC	60,000	8,8000	528,
77	REFIL PARA ESFREGÃO DE FIBRA ABRASIVA (ZIG ZAG) - dimensões mínimas: Altura 15,5cm x Largura 5 cm, Comprimento 35 cm.	UN	NOVIÇA	15,000	39,3500	590,
78	REFIL PARA RODO DE MANTA COM POWER PARTICULAS DE LIMPEZA. DIMENSÕES: 5X35X15,5CM	UN	NOVIÇA	100,000	41,7000	4.170,
103	SACOS DE PAPEL (SAQUINHO PARA PIPOCA) N 3. PACOTE COM 500 UNIDADES.	PCT	NOBRE	2,000	28,7500	57,
105	TOALHA MÁGICA 43X66CM - SUPER ABSORVENTE - MATERIAL: 75% PVA, 24,5% ÁGUA 0,5% SOLUÇÃO ANTIFOFO, VARIAÇÃO 10%	UN	TALGE	5,000	19,4000	97,

Fornecedor: 7705 - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SCAR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
75	PEDRA SANITÁRIA GEL ADESIVO, EMBALAGEM COM 06 APLICAÇÕES	UN	SANI	50,000	13,5500	677,
76	PEDRA SANITÁRIA 25 A 35 GRAMAS - TIPO EUCALIPTO/LAVANDA - COMPOSIÇÃO DODECILBENZENO, SULFATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, EMOLIENTE, PERFUME E CORANTE FORMA DE FORNECIMENTO: CONTER 01 REDE PLÁSTICA E 01 GANCHO	UN	SANI	400,000	2,6500	1.060,
79	RODO - TIPO SCOTH BRITO (VERDE/AMARELO) - PARA PAR EDES E JANELAS MEDINDO MÍNIMO 0,30 CM DE COMPRIMENTO - CABO DE MADEIRA COM MÍNIMO 120 CM COMP.	UN	CONDOR	11,000	17,5000	192,
80	RODO DE BORRACHA 40CM - COM CABO CONTENDO DUAS TIRAS DE BORRACHA PRETA COM 2MM DE ESPESSURA E 3,5 CM DE LARGURA (SENDO 1,5 CM EMBUTIDO E 2,0 CM SALIENTES) COM SUPORTE EM PINUS ESTUFADO - CABO ARREDONDADO, POLIDO, COLOCADO E INCLINADO COM 1,20 M DE COMPRIMENTO; COMPOSIÇÃO: MATERIAL SINTÉTICO E PIGMENTO - TAMANHO 40CM	UN	CONDOR	5,000	19,1000	95,
81	RODO DE BORRACHA 60CM - COM CABO CONTENDO DUAS TIRAS DE BORRACHA PRETA COM 2 MM DE ESPESSURA E 3,5 CM DE LARGURA (SENDO 1,5 CM EMBUTIDO E 2,0 CM SALIENTES) SUPORTE EM PINUS ESTUFADO - CABO ARREDONDADO, POLIDO, COLOCADO E INCLINADO COM 1,20 M DE COMPRIMENTO - COMPOSIÇÃO: MATERIAL SINTÉTICO E PIGMENTO - TAMANHO 60CM	UN	CONDOR	7,000	21,7000	151,
83	RODO DE ESPUMA PARA PASSAR CERA	UN	CONDOR	50,000	14,3500	717,
88	SABÃO EM BARRA PACOTE COM 05 UNIDADES CADA.	UN	ALPES	20,000	8,7000	174,
89	SABÃO DE ÁLCOOL E OU GLICERINA 400G - COMPOSIÇÃO: SABÃO EM BARRA A BASE DE ÁCIDOS GRAXOS, GLICERINA, CONSERVANTE, SAL INORGÂNICO E ÁGUA	UN	ALPES	3,000	5,8000	17,
93	SABONETE LÍQUIDO 5 LITROS - LÍQUIDO CREMOSO SUAVE E PEROLIZADO PARA UTILIZAÇÃO EM SABONETEIRA DOSADORA BIODEGRADÁVEL NÃO ALERGÊNICO COM EMOLIENTES QUE EVITAM O RESSECAMENTO DAS MÃOS, AROMAS, COMPOSIÇÃO SABÃO A BASE DE ÁLCOOL, GORDURA ANIMAL E VEGETAL, ÁGUA E GLICERINA	GL	BARRIGA VEF	55,000	19,9000	1.094,
96	SACO DE LIXO AZUL 15 LITROS (ROLO) COM 20 UNIDADES	ROL	ITO	100,000	5,2000	520,
102	SACOLAS PLÁSTICAS - TAMANHO 38X48CM, CX C/1000 UNIDADES.	CX	DESCRTAVEI	2,000	45,0000	90,
106	TOALHAS BRANCAS 40X60CM - CORES VARIADAS, VARIAÇÃO 10%	UN	PANOSUL	30,000	12,5000	375,

1/14

020

020

—



,00

,80

,00

,00

,25

,00

,50

,00



,50

,00

,50

,50

,90

,50

,00

,40

,50

,00

,00

,00

—

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4
 Processo Nº.: 56/21
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/21

Fornecedor: 7705 - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SCAR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
108	VASSOURA DE NYLON 30CM - CEPA COM CERDAS PET, CABO DE MADEIRA OU METAL, MEDINDO 150CM COM REVESTIMENTO PLASTICO, BASE RETANGULAR, CONTENDO A MARCA DO FABRICANTE NO CORPO DO PRODUTO, COM CABO E SUPORTE	UN	CONDOR	70,000	13,5000	945,

Fornecedor: 7902 - SCS COMERCIO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	COPO DESCARTÁVEL 80ML - EM POLIETILENO BRANCO, COM FRISO E SALIÊNCIA NA BORDA, PACOTES DE COPOS COM 100 UNIDADES EM SACO PLASTICO	PCT	COPOSUL	5,000	4,1000	20,
21	COPO DESCARTÁVEL 180ML - EM POLIETILENO BRANCO, COM FRISO E SALIÊNCIA NA BORDA, PACOTES DE COPOS COM 100 UNIDADES EM SACO PLÁSTICO	PCT	COPOSUL	5,000	4,1000	20,
22	COPO DESCARTÁVEL 300ML - EM POLIETILENO BRANCO, COM FRISO E SALIÊNCIA NA BORDA, PACOTES DE COPOS COM 100 UNIDADES EM SACO PLASTICO.	PCT	COPOSUL	106,000	7,1000	752,
23	COPO DESCARTÁVEL 50ML - EM POLIETILENO BRANCO, COM FRISO E SALIÊNCIA NA BORDA, PACOTES DE COPOS COM 100 UNIDADES EM SACO PLASTICO	PCT	COPOSUL	5,000	4,1000	20,
29	DESINFETANTE - 2 LITROS - BACTERICIDA, VACTERIOSTÁTICO E ODORIZANTE, BIODEGRADÁVEL, COM QUATERNARIO DE AMÔNIA, ODORES: PINHO, EUCALIPTO, FLORAL OU LAVANDA	UN	AMDM	100,000	9,5500	955,
30	DESODORIZADOR DE AMBIENTES - 360ML - CONTROLE DE ODORES DESAGRADÁVEIS CAUSADOS POR FUNGOS E BACTERIAS, REFRESCA E PERFUMA O AMBIENTE (AROMAS DIVERSOS)	UN	ULTAR FRESH	75,000	13,0000	975,
55	LIMPA VIDROS - EM REFIL DE 500ML	UN	QLIMP	20,000	9,6000	192,
56	LIMPA VIDROS - GALÃO 5 LITROS	UN	AMDM	35,000	38,0000	1.330,
57	LIMPADOR DESENGORDURANTE PARA COZINHA 500 ML	UN	QLIMP	30,000	9,5000	285,
61	LUVA DE VINIL DESCARTAVEL - COM REDUTOR ALERGICO - CONFECCIONADO EM RESINA VINILICA TRANSPARENTE - CANO CURTO - SEM PÓ - CAIXA C/100 UNIDADES - TAMANHOS "P, M E G"	CX	VOLK	20,000	39,6500	793,
62	LUVAS PARA LIMPEZA. TAMANHOS P, M OU G	UN	VOLK	200,000	2,9500	590,
65	PÁ PARA LIXO - USO DOMESTICO - EM PLASTICO NÃO RECICLADO - COM CABO DE PLASTICO - MEDINDO 60CM	UN	DESAFIO	30,000	9,0000	270,
86	RODO EM ALUMINIO DUPLO DE 65CM DE COMPRIMENTO E CABO DE 1,5 METROS	UN	DESAFIO	30,000	71,3000	2.139,
90	SABÃO EM PÓ 1KG - PARA ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS - COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, COADJUVANTES, SINERGISTA, CORANTES, ENZIMAS, BRANQUEADOR ÓPTICO, ESSÊNCIA, ÁGUA, ALVEJANTE	UN	GOTA LIMPA	10,000	9,2000	92,
91	SABÃO EM PÓ. EMBALAGEM DE 05 KG	UN	GOTA LIMPA	40,000	46,7000	1.868,
104	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO, TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, PRINCÍPIO ATIVO: LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, ESPESSANTE, ABRASIVO, CONSERVANTE, ESSÊNCIA E VEÍCULO, AROMA: LIMÃO, TAMPA: ABRE-FECHA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DE INOX, ESMALTADOS, FÓRMICAS E CROMADOS. FRASCO DE 300 ML	UN	PERFECT	300,000	2,5000	750,
107	TOUCA DESCARTÁVEL COM 100 UNIDADES - COM ELÁSTICO, BRANCA, ATÓXICO, 100% POLIPROPILENO, NÃO ESTÉRIL, NÃO INFLAMÁVEL, PRODUTO DE USO ÚNICO	CX	NOBRE	32,000	19,9000	636,

/14

020

020

—



,00



,50

,50

,60

,50

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,80

—

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5
 Processo Nº.: 56/20
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/20

Fornecedor: 7937 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	AMACIANTE PARA ROUPAS - 1ª QUALIDADE, COMPOSIÇÃO CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMONIO, COADJUVANTES, PERFUME, PRESERVANTE, CORANTE, ACIDULANTE E AGUA, E EMBALAGEM PLASTICA COM 5 LITROS	GL	5477 LIRIOS I	40,000	14,4500	578,
40	ESPONJA DUPLA FACE PARA LIMPEZA ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL ESPUMA/FIBRA SINTÉTICA, FORMATO RETANGULAR DE 110MM(C) X 75MM(L) X 20MM(E); COMPOSTA DE UM LADO EM FIBRA ABRASIVA E OUTRO LADO EM ESPONJA MACIA.	UN	3787 BETANIN	100,000	3,0000	300,
71	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA 30 METROS COM 4 ROLOS - FOLHA DUPLA DE ALTA QUALIDADE, 100% CELULOSE, BRANCO, NEUTRO, MACIO, PICOTADO	PCT	1053 FOFINH	300,000	4,5000	1.350,
72	PAPEL HIGIENICO DE BOA QUALIDADE, BRANCO, INTERFOLHADO. PACOTE COM NO MINIMO 10.000 FOLHAS	CX	2105 GUIPEL	10,000	95,0000	950,
73	PAPEL TOALHA PACOTE COM 2 ROLOS - FOLHA DUPLA PICOTADA E GOFRADA, 100% FIBRAS CELULOSICAS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE PAPEL KRAFT, PRATICAS E SEGURAS, INTERFOLHADO COM DUAS DOBRAS, VARIAÇÃO DE 10%	PCT	1038 SORELA	120,000	4,6500	558,
74	PAPEL TOALHA PARA DISPENSER, DE 1ª QUALIDADE, COR BRANCA, EMBALAGEM COM 1.000 UNIDADES - NAO RECICLADO	PCT	2268 GUIPEL	800,000	6,5000	5.200,

Fornecedor: 10277 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ÁLCOOL ETÍLICO 46,4º - 1 LITRO - COM GRADUAÇÃO ALCOOLICA MÍNIMA DE 46,4º INPM	UN	flops	5,000	6,7000	33,
5	ÁLCOOL ETÍLICO 70% - DESINFETANTE À BASE DE ÁLCOOL ETÍLICO A 70%, INDICADO PARA SUPERFÍCIES FIXAS, ANTISSEPSIA DA PELE EM PROCEDIMENTO DE MÉDIO E BAIXO RISCO; VALIDADE DE 24 MESES; FRASCO DE 1000 ML.	UN	flops	350,000	4,7800	1.673,
6	ÁLCOOL GEL 70%, EMBALAGEM COM 440 GR	UN	fips	200,000	5,3000	1.060,
27	DESINFETANTE ALTAMENTE CONCENTRADO, EFICAZ NO COMBATE AO ENTUPIMENTO EM CAIXAS DE GORDURAS E TUBULAÇÕES DE ESGOTO. PODEROSO DESINFETANTE BACTERICIDA E GERMICIDA. ELIMINA AS BACTÉRIAS CAUSADORAS DO MAU CHEIRO CARACTERÍSTICO EM AMBIENTES DE GRANDE FLUXO, TORNANDO UM SEQUESTRANTE DE ODOR. POSSUI AGENTES BACTERIOSTÁTICOS QUE PERMITEM O CONTROLE DE PROLIFERAÇÃO DE BACTÉRIAS POR, NO MÍNIMO 12 h DILUIÇÃO RECOMENDADA DE 1: 180 LITROS DE ÁGUA, PARA A LIMPEZA DA COZINHA E O REFEITÓRIO. EMBALAGEM COM 5 LITROS.	UM	verdesan	80,000	66,3000	5.304,
37	ESCOVA SANITÁRIA - PARA LIMPEZA DE VASOS SANITÁRIOS, COM CERDAS DE NYLON, COM CABO MEDINDO NO MÍNIMO 30CM	UN	mileva	50,000	10,4000	520,
41	ESPONJA PARA LOUÇA - TIPO SIMPLES - MEDINDO 160X90 X14MM - COM FORMATO RETANGULAR - COM BACTERICIDA, VARIAÇÃO 10%.	UM	betanin	550,000	1,7500	962,
59	LUVA DE LATEX - ANTIDERRAPANTE - FORRADA C/FLOCOS DE ALGODÃO - C/1 PAR - TAMANHOS "P, M e G"	UN	talge	50,000	2,9900	149,
66	PANO PARA CHÃO 45X70CM - TIPO SACO - EM ALGODÃO, VARIAÇÃO 10%	UN	via pano	20,000	11,9000	238,
68	PANO PARA SECAR LOUÇA 70X90CM - EM TECIDO ALGODÃO DE ÓTIMA QUALIDADE - NA COR BRANCA, VARIAÇÃO 10%	UN	via pano	30,000	14,5000	435,
84	RODO DE ESPUMA COM LADO VERDE PARA LIMPEZA EM GERAL	UN	desafio	100,000	17,0000	1.700,

7/14

020

020

—



,00

,00

,00

,00

,00

,00



,50

,00

,00

,00

,00

,50

,50

,00

,00

,00

—

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6
 Processo Nº.: 56/21
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/21

Fornecedor: 10278 - HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AGUA SANITÁRIA PARA DESINFECÇÃO DE ALIMENTOS, PRINCÍPIO ATIVO HIPOCLORITO DE SÓDIO A 2,0 A 2,5 % CONCENTRAÇÃO DE 100 A 250 PPM EMBALAGEM DE 5 LITROS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE, MODO DE USO E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ATENDE A RDC 77/2001 DA ANVISA, ODOR CARACTERÍSTICO, ASPECTO LÍQUIDO TRANSPARENTE. FRASCO DE 1000ML	UN	JASMIN	2,000	5,8300	11,
14	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 10KG COM 1000 UNIDADES: SACO PLÁSTICO, TRANSPARENTE, LISO, ALTA DENSIDADE, ATÓXICO E INODORO. COM CAPACIDADE PARA 10KG E DIMENSÃO APROXIMADA DE 35X50CM. APRESENTAÇÃO EM BOBINA TUBULAR COM APROXIMADAMENTE 1.000 SACOS.	UN	ECOO/C 500	40,000	34,6000	1.384,
15	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 5KG COM 1000 UNIDADES: SACO PLÁSTICO, TRANSPARENTE, LISO, ALTA DENSIDADE, ATÓXICO E INODORO. COM CAPACIDADE PARA 5KG E DIMENSÃO APROXIMADA DE 30X40CM. APRESENTAÇÃO EM BOBINA TUBULAR COM APROXIMADAMENTE 1.000 SACOS.	UN	ECOO/C 500	40,000	28,8000	1.152,
34	EMBALAGEM PARA FREEZER 5KG - COM 100 UNIDADES	UN	ECOO	7,000	7,7000	53,
43	FLANELA PARA LIMPEZA (PANO DE LIMPEZA) PARA MÓVEL - 100% ALGODÃO - PARA USO GERAL - BAINHA PADRONIZADA - MEDINDO 39x59CM, VARIAÇÃO 10%.	UN	C.R	30,000	4,0000	120,
48	GUARDANAPO DE PAPEL, BRANCO, MEDINDO 22 X 23 CM, PACOTE COM 50 GUARDANAPOS.	UN	BELLA VISTA	70,000	1,8500	129,
53	LENÇOS UMEDECIDOS COM EXTRATO DE ALOE VERA E LANOLINA, SEM ALCOOL ETÍLICO, EM EMBALAGEM ECONOMICA, REFIL PARA BALDE COM 450 UNIDADES	UN	FIESTA	50,000	13,7500	687,
54	LIMPA VIDROS - COM APARELHO EM SPRAY - FRASCO 500ML	UN	SUPER MAX	15,000	11,7500	176,
67	PANO PARA CHÃO 70X90CM - TIPO SACO - EM ALGODÃO, VARIAÇÃO 10%	UN	C.R	30,000	14,2000	426,
82	RODO DE ESPUMA - CEPA MEDINDO MÍNIMO 40CM DE COMPRIMENTO, CABO DE MADEIRA COM MÍNIMO 120 CM COMPRIMENTO	UN	ECOO	10,000	18,1500	181,
87	RODO GALVANIZADO DUPLO DE 1 METRO DE COMPRIMENTO E CABO DE 1,5 METROS	UN	ECOO	10,000	74,5000	745,
94	SACO DE LIXO AZUL 150 LITROS (ROLO) COM 10 UNIDADES	ROL	ECOO	10,000	5,2000	52,
95	SACO DE LIXO AZUL 100 LITROS (ROLO) COM 10 UNIDADES	ROL	ECOO	300,000	4,7500	1.425,
97	SACO DE LIXO AZUL 30 LITROS (ROLO) COM 10 UNIDADES	ROL	ECOO	400,000	5,2500	2.100,
98	SACO DE LIXO AZUL 50 LITROS (ROLO) COM 10 UNIDADES	ROL	ECOO	300,000	4,5000	1.350,
101	SACOLA PLÁSTICA TAMANHO 50X60,5CM - CX C/1000 UNIDADES	CX	ECOO	2,000	90,0000	180,

Fornecedor: 10369 - LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	ALVEJANTE COM CLORO, ANTIMOFO, CONCENTRADO DE USO GERAL, CONTENDO EM SUA COMPOSIÇÃO HIPOCLORITO DE SÓDIO, SODA, SODA BARILHA LEVE, CLORETO DE ACETIL. EMBALAGEM DE 05 LITROS	UN	GLAMOUR	135,000	17,4500	2.355,
9	ALVEJANTE SEM CLORO 05 LITROS, PARA ROUPA BRANCA E COLORIDA	UN	GLAMOUR	30,000	16,7000	501,
25	DESENGRAXANTE E DESENGORDURANTE 5 LITROS - PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES PINTADAS, PISOS E EQUIPAMENTOS SEM SUBSTÂNCIAS ALCALINAS (NEUTRO)	GL	GLAMOUR	80,000	24,2000	1.936,
26	DESINFETANTE A BASE DE CLORETO DE BENZOALCANICO, SEM COR E AROMA, ATÓXICO, PH 5,5 A 6,5, NÃO INFLAMÁVEL, DESINFETA E LIMPA SUPERFÍCIES, DILUIÇÃO DE 1:20 EM ÁGUA. EMBALAGEM DE 05 LITROS	UN	GLAMOUR	110,000	44,6000	4.906,

7/14

020

020

—



,66

,00

,00

,90

,00

,50

,50

,25

,00

,50

,00

,00

,00

,00

,00

,00



,75

,00

,00

,00

—

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7
 Processo Nº.: 56/21
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/21

Fornecedor: 10369 - LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO CONCENTRADO, COM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, GLICERINA E BRANQUEADOR ÓPTICO, PARA LAVAGEM DE UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, FRASCO COM 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, COM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO FABRICANTE JUNTO À ANVISA.	UN	GLAMOUR	15,000	1,8500	27,
32	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇAS - 5 LITROS - COM GLICERINA, NEUTRO CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL	GL	GLAMOUR	115,000	16,2000	1.863,
63	MULTIUSO 5 LITROS - (LIMPEZA DE COZINHAS, BANHEIROS, PIAS, AZULEJOS, PLÁSTICOS E ESMALTADOS, FOGÕES E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS - NÃO ALCALINO	GL	GLAMOUR	30,000	18,4000	552,
92	SABÃO LAVA ROUPAS LÍQUIDO, GALÃO COM 05 LITROS - ODOR: COCO	GL	GLAMOUR	10,000	20,3000	203,

Fornecedor: 10690 - BUGRE COMERCIAL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ÁGUA SANITÁRIA 2 LITROS - INCOLOR, COM TEOR DE CLORO-ATIVO DE 2 A 2,5%. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO E ÁGUA. O FRASCO DEVERÁ SER DE PLÁSTICO NÃO TRANSPARENTE, COM ALÇA DO PRÓPRIO FRASCO, BEM VEDADO COM TAMPA DE ROSCA DE NO MÍNIMO 18MM (DEZOITO MILÍMETROS) DE ALTURA E NÃO APRESENTAR NENHUM VAZAMENTO. REGISTRO ANVISA/MS	UN	SIPROLIMP	10,000	6,7500	67,
2	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS - COMPOSIÇÃO HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA, DESINFETANTE, ALVEJANTE BACTERICIDA	GL	SIPROLIMP	70,000	13,7500	962,
12	BALDE PLÁSTICO - 20 A 30 LITROS - NÃO RECICLADO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO, COM PAREDE E FUNDOS REFORÇADOS, COM REFORÇO NO ENCAIXE DA ALÇA DE AÇO ZINCADO, CONSTANDO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE.	UN	PLASNEW	2,000	21,0000	42,
13	BALDE PLÁSTICO DE UTILIDADES COM RODINHAS, DIMENSÕES 56 X 29,5 X 34 CM	UN	BETANIN	12,000	124,0000	1.488,
16	BOBINA PLÁSTICA DE FILME PVC 38CM X 300 METROS. ROLO.	UN	GIOPACK	10,000	15,8000	158,
17	CABO EXTENSOR EM ALUMÍNIO DE 1,5 METROS DE COMPRIMENTO	UN	LOCATELI	10,000	40,0000	400,
18	CABO EXTENSOR EM ALUMÍNIO DE 4,0 METROS DE COMPRIMENTO	UN	LOCATELI	10,000	99,0000	990,
19	CERA LÍQUIDA 5 LITROS - (AUTOBRILHO) DE BRILHO FÁCIL PARA PISOS FRIOS A BASE DE EMULSÕES DE RESINAS ACRÍLICAS, NIVELADORES, AGENTES DE BRILHO, AGENTES ANTIDERRAPANTES E CONSERVANTES. (CORES: AMARELA, VERMELHA OU INCOLOR)	GL	GIOCA	60,000	64,0000	3.840,
28	DESINFETANTE BACTERIOSTÁTICO CONCENTRADO GERMICIDA E BACTERICIDA PARA MANUTENÇÃO DE BANHEIROS E SANITÁRIOS COM AGRADÁVEL AROMA, CONTENDO CLORETO DE BENZALCÔNIO, ISENTO DE FORMOL, COM DILUIÇÃO DE 01 PARTE DO PRODUTO EM 20L DE ÁGUA, EMBALAGEM DE 5 LITROS, PARA OS BANHEIROS.	UN	SIPROLIMP	100,000	35,8000	3.580,
33	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇAS - 500ML - COM GLICERINA, NEUTRO TESTADO DERMATOLOGICAMENTE	UN	GOTA LIMPA	10,000	1,8500	18,
38	ESFREGÃO COM SUPORTE DE FIBRA ABRASIVA (ZIG ZAG) - dimensões mínimas: Altura 15,5cm x Largura 5 cm, Comprimento 35 cm, cabo 1,20cm.	UN	NOBRE	5,000	14,9000	74,
39	ESFREGÃO DE AÇO - EM AÇO CARBONO, EMBALAGEM C/2 UNIDADES	UN	NOBRE	110,000	3,3000	363,
42	FILME PLÁSTICO EM PVC 15M X 28CM - PARA FREEZER E GELADEIRA, TRANSPARENTE, ESTICÁVEL	ROL	GIOPACK	10,000	7,5000	75,
52	LENÇOS UMIDECIDOS COM EXTRATO DE ALOE VERA E LANOLINA, SEM ALCOOL ETÍLICO, EM EMBALAGEM ECONÔMICA, BALDE COM 450 UNIDADES	UN	ANJINHO	30,000	13,8000	414,

7/14

020

020

—



,75

,00

,00

,00



,50

,50

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,00

,50

,50

,00

,00

,00

—

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 8
 Processo Nº.: 56/21
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/21

Fornecedor: 10690 - BUGRE COMERCIAL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
60	LUVA DE LATEX, SEM ADIÇÃO DE PIGMENTAÇÃO, MODELAGEM AMBIDESTRA, COM PÓ ABSORVÍVEL, DESCARTAVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES. TAMANHOS P, M E G	CX	DANY	100,000	29,8000	2.980,
70	PAPEL HIGIENICO DE BOA QUALIDADE, BRANCO 100% FIBRA CELULOSICAS, MACIO, PICOTADO, NEUTRO, MEDINDO 60 METROS, FARDO COM 64 ROLOS	FRD	PLENO	110,000	65,0000	7.150,
85	RODO DE MANTA COM POWER PARTICULAS PARA REMOÇÃO DAS SUJEIRAS MAIS DIFICEIS. DIMENSÕES: 5X35X15,5CM	UN	LOCATELI	30,000	44,7000	1.341,
109	VASSOURA DE PALHA - CONFECCIONADA EM PALHA DE 1ª QUALIDADE, ISENTA DE CAPIM, COM 3 FIOS, MEDINDO JUNTO AO CABO NO MÍNIMO: 20CM DE DIÂMETRO, PONTA DA VASSOURA 30CM DE LARGURA E COM CABO DE 120CM	UN	COLONIAL	100,000	18,0000	1.800,

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando o restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, pode optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designado pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação de penalidades.

/14

020

020

—



l

,00

,00

,00

,00

—

ao
nºior
de
nara
o.

or,

rá

ço

as

ão

ite
as

ão

os

ca

a

le
as

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 9
Processo Nº.: 56/20
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/20

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisição por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

1/14

020

020

—

ta,

e

ais

al;

ão

tro

os

es

es

do

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 10
Processo Nº.: 56/21
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/21

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixa do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

/14

020

020

io,

do

os
s.ne
troo,
ra

ite

os

as

re

de
na

ão

ão

ro)

sta
la

ior

de

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 11
Processo Nº.: 56/20
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/20

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, faculta a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, de devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

/14

J20

D20

—

os

a

de

o

da
) e

ite

)la
do)a
jeito
de

o,

:al

)o

es

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 12
Processo N°.: 56/20
PREGÃO PRESENCIAL N°. 35/20

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local de entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuárias da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

/14

20

20

—

e
aes
as

m

da

no

ite

is,
e,

o

is,

u

ou

o

os
e,

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 13
Processo Nº.: 56/20
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/20

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da a garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

/14

120

020

—

ta,

de

o

i)

a

s

i)

a

o

o

a

s

a

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 14
Processo Nº.: 56/21
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/21

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 11 de Agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

CNPJ: 16.738.785/0001-34

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 00.802.002/0001-02

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

CNPJ: 05.919.156/0001-94

BUGRE COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 35.088.051/0001-00

CLOVIS J. DE BORTOLI ME

CNPJ: 05.549.615/0001-95

HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 22.094.574/0001-09

INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SCAF

CNPJ: 10.627.778/0001-89

LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME

CNPJ: 19.634.481/0001-15

SCS COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 13.995.853/0001-52

/14

020

020

—

x0

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.º 259, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599319

PORTARIA N.º 259, de 11 de agosto de 2020.

“Prorroga contrato temporário de servidor e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato temporário do servidor, Ariel Devitte, ocupante do cargo de Orientador Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pelo período de 12 de agosto de 2020 a 11 de agosto de 2021, sob regime estatutário e Regime Geral da Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º Fica reduzida a carga horaria do servidor acima citado, de 30 horas semanais para 20 horas semanais.

Art.3º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 11 de agosto de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º 260, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599324

PORTARIA N.º 260, de 11 de agosto de 2020.

“Prorroga contrato temporário de servidor e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato temporário da servidora, Vali Rost Zangalli, ocupante do cargo de Orientador Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pelo período de 12 de agosto de 2020 a 11 de agosto de 2021, sob regime estatutário e Regime Geral da Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º Fica reduzida a carga horaria da servidora acima citada, de 30 horas semanais para 20 horas semanais.

Art.3º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 11 de agosto de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA Nº 257, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599304

PORTARIA Nº 257, de 11 de agosto de 2020

"Concede diária, adiantamento e das outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Maximino da Silva Dias, matrícula nº177203, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinq-enta centavos), para viagem a cidade de São Jorge do Oeste/PR, conforme Memorando Nº03/2020 e Roteiro de Viagem nº03/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme Memorando nº05/2020, e R\$100,00(cem reais) conforme memorando 04/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 258, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599309

PORTARIA Nº 258, de 11 de agosto de 2020.

"Concede diária e das outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diárias no valor de R\$77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de São Jorge do Oeste – PR, aos servidores abaixo relacionadas.

· Salete Lazarotto Roman, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, conforme memorando nº06/2020 e roteiro de viagem nº05/2020 da Secretaria Municipal de Administração.

· Gema Maria Moreira , ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, conforme memorando nº05/2020 e roteiro de viagem nº04/2020 da Secretaria Municipal de Administração

· Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 01/019/2019 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação N° 2599276

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Aditivo de Contrato n° 02/019/2019 PMBV

Contratada: MINEIA DA CAMARA ME

Licitação: Proc. Administrativo 033/2019 PP n° 017/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) serviços de elétrica em geral, com fornecimento de peças para CAMINHÕES, MÁQUINAS, ÔNIBUS e AMBULÂNCIAS, pertencentes à frota do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações detalhadas do Anexo I - Termo de Referência.

Prorrogação de Prazo

Data da assinatura: 30/05/2020

Data do vencimento: 30/05/2021

Barra Velha, 30 de maio de 2020

MINEIA DA CAMARA –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

ADITIVO CONTRATO 01/021/2019 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação N° 2598841

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Aditivo/Contrato n° 01.021.2019

Contratada: TELEFONIA BRASIL S.A.

Licitação: Proc. Administrativo 050/2019 - Pregão Presencial n° 027/2019

Objeto: TERMO ADITIVO, para contratação de empresa prestação de serviços de telefonia móvel pessoal e serviços de dados para fornecimento de internet móvel 3G/4G, por empresa especializada, para atender as necessidades de uso das Secretarias, Departamento e Setores da Administração Municipal Direta do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Data da assinatura: 27/06/2020

Data do vencimento: 27/06/2021

Barra Velha, 27 de junho de 2020

CLAITON MERG CARVALHO

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

ADITIVO CONTRATO 04/008/2016 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação N° 2599095

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato n° 04/008/2016

Contratada: : CLÉIA MÉRI MACHADO ME

Licitação: Proc. Administrativo 018/2016 - PP 013/2016

Objeto: Segundo Termo Aditivo para prestação de serviço de coleta e destinação final de resíduos orgânicos e caramujo africano no município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor: R\$ 75.071,37 (setenta e cinco mil, setenta e um reais e trinta e sete centavos)

Data da assinatura: 22/07/2020

Data do vencimento: 22/07/2021

Barra Velha, 22 de julho de 2020

CLÉIA MERI MACHADO –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

ADITIVO CONTRATO 04/018/2016 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 2599467

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Aditivo de Contrato nº 04/018/2016

Contratada: GTEEF COM DE COMPUTADORES E EQUIP DE
INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços de manutenção de hardware e software,
conforme especificações detalhadas do Anexo I - Termo de Referência.
Prorrogação

Valor: R\$ 55.464,19 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e
quatro reais e dezenove centavos)

Data da assinatura: 05/08/2020

Data do vencimento: 05/08/2021

Barra Velha, 05 de agosto de 2020

CASSIANO GONÇALVES –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

CONTRATO 015/2020 - PMBV

Publicação Nº 2598939

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Contrato nº 015/2020 PMBV

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 029/2020 Concorrência Pública nº 002/2020

Objeto: Ampliação da Avenida Beira Mar, Bairro Tabuleiro/Itajuba, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de
Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância ao Projeto de Drenagem, Geométrico, Sinalização,
Memorial Descritivo, Orçamento, e Cronograma Físico Financeiro, anexos ao Processo. Financiamento pelo BADESC.

Valor do contrato: R\$2.739.513,80 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil quinhentos e treze reais e oitenta centavos)

Data da assinatura: 10/08/2020

Data do vencimento: 10/02/2021

Barra Velha, 10 de agosto de 2020

MARCELO BENVENUTTI

Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN-

Prefeito

DECRETO Nº 1430, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599900

DECRETO Nº 1430, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a concessão da Medalha de Defesa Civil "Laurita Pedroso de Oliveira" do Município de Barra Velha, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 5º da Lei
Municipal nº 1215 de 21 de setembro de 2012, e Decreto nº 817, de 28 de setembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a concessão da Medalha de Defesa Civil "Laurita Pedroso de Oliveira" do Município de Barra Velha aos indicados
listados abaixo:

MEDALHA DE DEFESA CIVIL DE 1º CLASSE

Nº Ordem	Nome	Cargo	Instituição	Tipo
1	Dionei Tonet	Cel -Cmd Geral	Polícia Militar de Santa Catarina	Pessoa Física

MEDALHA DE DEFESA CIVIL DE 2º CLASSE

Nº Ordem	Nome	Cargo	Instituição	Tipo
2	Jair Pereira de Sousa	Maj. PMSC	2º / BAPM-SC	Pessoa Física
3	Henrique Carlos Diniz Ramos	2º Sgt PMSC	2º / BAPM-SC	Pessoa Física

4	Maurício Lucas Costa Magalhães	Sd 1ª C BMSC	3º Cia/7ºBTL -CBMSC	Pessoa Física
5	Paulo Roberto Bilinstk Grams	Ten Cel PMSC	17º BPMSC	Pessoa Física
6	Rodrigo Vanderlinde	Capitão BMSC	3º Cia/7ºBTL -CBMSC	Pessoa Física
7	Gustavo Cardoso	1º Ten BMSC	3º Cia/7ºBTL -CBMSC	Pessoa Física
8	Ruy Florêncio Teixeira Junior	Capitão PMSC	2ª/17º BPMSC	Pessoa Física
9	Nelson Donizeti Tanizawa Delalata	Sd 1ª C BMSC	3º Cia/7ºBTL -CBMSC	Pessoa Física
Nº Ordem	Nome	Cargo	Instituição	Tipo
10	Vitor Augusto Matias	Sd 1ª C BMSC	3º Cia/7ºBTL -CBMSC	Pessoa Física
11	Guilherme Lucas Gonzaga	Guarda Vidas Civil	3º Cia/7ºBTL -CBMSC	Pessoa Física
12	Angelo Gastaldi Silveira Bruns	Bombeiro Comunitário	3º Cia/7ºBTL -CBMSC	Pessoa Física
13	Leonardo Guilherme Freitas	Bombeiro voluntário	Bombeiros Voluntários Barra Velha	Pessoa Física
14	Sidney Ribas	Bombeiro voluntário	Bombeiros Voluntários Barra Velha	Pessoa Física
15	Edwilson Pascoal da Mota	Inspetor-Chefe	Receita Federal do Brasil	Pessoa Física
16	Carla Rosana Krug	Diretora de Defesa Civil	Defesa Civil de Baln. Piçarras	Pessoa Física
17	Rodrigo Francisco Caetano	Comandante	Bombeiros Voluntários São João do Itaperiú	Pessoa Física

MEDALHA DE DEFESA CIVIL DE 3º CLASSE

Nº Ordem	Nome	Cargo	Instituição	Tipo
18	Adriana Leiras	Pesquisadora	PUC - RJ	Pessoa Física
19	Amanda Cristina Pires	Pesquisadora	UDESC	Pessoa Física
20	Leandro Mondini	Pesquisador	Instituto Federal Catarinense-Camboriú	Pessoa Física
21	Janete Josina de Abreu	Pesquisadora	UFSC	Pessoa Física
22	Harrysson Luiz da Silva	Pesquisador	UFSC	Pessoa Física
23	Luiz Alexandre Murbach Soares	Cap QOPM	PMPR	Pessoa Física
24	Anderson Vitalino da Silva	1º Sgt PM	PMPR	Pessoa Física
25	Valdenir Balbino dos Santos	1º SgtPM	PMPR	Pessoa Física
Nº Ordem	Nome	Cargo	Instituição	Tipo
26	Liana Oighenstein Anderson	Pesquisadora	CEMADEN	Pessoa Física
27	Rogério Ishibashi	Tecnologia da Informação	CEMADEN	Pessoa Física
28	Danielle Carolina Philippsen Vanzueta	Voluntária	Lions Clube Barra Velha	Pessoa Física
29	Fernanda Patrícia de Oliveira	Ger. Reabilitação	Defesa Civil de SC	Pessoa Física
30	Flávio Vieira Junior	ASCOM	Defesa Civil de SC	Pessoa Física
31	Alexandre Corrêa Dutra	Dir. Gestão de Educação	Defesa Civil de SC	Pessoa Física
32	Vanessa Scoz Oliveira	Ger. Eventos e Campanhas	Defesa Civil de SC	Pessoa Física
33	Rodrigo Nery e Costa	Ger. Operações	Defesa Civil de SC	Pessoa Física
34	Hideraldo Colle	Diretor de Defesa Civil	Defesa Civil de Jaraguá do Sul	Pessoa Física
35	José Acacio Junior	Gerente de Operações	Arteris Autopista Litoral Sul	Pessoa Física
36	Sebastião Antonio De Souza	Cood. Regional	Defesa Civil de SC	Pessoa Física
37	Juliana Pereira Horongoso Demarchi	Diretora Executiva	Amvali	Pessoa Física
38	Marcio Vinicius Curvello Martins	Diretor	Núcleo NEPEDEC	Pessoa Física
39	Fabio Vasquez Guimarães	Pesquisador	UFSC	Pessoa Física
40	Alexandre Ivan Farias	Coordenador de Fiscalização	CRA - SC	Pessoa Física

41	Paulo Sérgio Jordani	Presidente	CRA - SC	Pessoa Física
42	Pâmela do Vale Silva	Pesquisadora	UDESC	Pessoa Física
43	Rita De Cássia Dutra	Pesquisadora	UFSC	Pessoa Física

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 10 de agosto de 2020

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2020 FMS

Publicação Nº 2599173

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Administrativo nº 028/2020 FMS
Dispensa de Licitação nº 011/2020 FMS
Extrato de Contrato e Homologação
Contratada: CLÉIA MERI MACHADO ME

Objeto: Prestação de serviços de sanitização e higienização, por um período de 60 (sessenta) horas, com 02 (dois) funcionários, com caminhão de hidro jato, em áreas públicas, praças, comércio e atividades de saúde, considerando a situação de emergência no âmbito da saúde pública do Município, em função da pandemia do Novo Corona Vírus/COVID-19. Conforme decreto Nº1390/2020, art. 2 § II, que declara situação de emergência no Município de Barra Velha/SC, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 515/2020. Recurso COVID.

Valor do Contrato: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Data da assinatura: 05/08/2020

Data de vencimento: 05/09/2020

Barra Velha, 05 de agosto de 2020.

CLÉIA MERI MACHADO
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN -
Prefeito

PORTARIA Nº 1952-GAB, DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2599397

PORTARIA Nº 1952-GAB, DE 27 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação para prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Administrativo Disciplinar, realizado pela Presidente da Comissão, por intermédio do Memorando nº 0011/2020 de 24 de julho de 2020, por mais 60 (sessenta) dias, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. O. C. da S. F., servidora efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula funcional nº 1317, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

RESOLVE:

Artigo 1º- Prorrogar na forma do Artigo 191, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 120/2011 de 11 de novembro de 2011, o prazo para conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar, por mais 60 (sessenta) dias, instaurado pela Portaria nº 1752-GAB, de 19/08/2019, contados a partir de 29/07/2020, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. O. C. da S. F., servidora efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula funcional nº 1317, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, emitindo relatório e parecer a respeito.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 27 de julho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1998-GAB, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599363

PORTARIA Nº 1998-GAB, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação para prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Administrativo Disciplinar, realizado pela Presidente da Comissão, por intermédio do Memorando nº 005/2020 de 13 de julho de 2020, por mais 60 (sessenta) dias, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. M. A. H. M., matrícula funcional nº 1780, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Administração, cedida para a Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC;

RESOLVE:

Artigo 1º- Prorrogar na forma do Artigo 191, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 120/2011 de 11 de novembro de 2011, o prazo para conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar, por mais 60 (sessenta) dias, instaurado pela Portaria nº 1546-GAB, de 13/05/2020, contados a partir de 12/07/2020, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. M. A. H. M., matrícula funcional nº 1780, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Administração, cedida para a Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC, emitindo relatório e parecer a respeito.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 12 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 05 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1999-GAB, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599341

PORTARIA Nº 1999-GAB, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação para prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Administrativo Disciplinar, realizado pela Presidente da Comissão, por intermédio do Memorando nº 005/2020 de 13 de julho de 2020, por mais 60 (sessenta) dias, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram o Sr. G. P. D., matrícula funcional nº 515787, servidor temporário no cargo de Médico Psiquiatra do Caps, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

RESOLVE:

Artigo 1º- Prorrogar na forma do Artigo 191, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 120/2011 de 11 de novembro de 2011, o prazo para conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar, por mais 60 (sessenta) dias, instaurado pela Portaria nº 1561-GAB, de 21/05/2020, contados a partir de 19/07/2020, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram o Sr. G. P. D., matrícula funcional nº 515787, servidor temporário no cargo de Médico Psiquiatra do Caps, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, emitindo relatório e parecer a respeito.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 05 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EDITAL 003.2020

Publicação Nº 2599390

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 003/2020 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL ANÁLISE DE CURRÍCULOS

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DE ENFERMEIRO(A), PARA ATUAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de inscrições para a participação no Teste Seletivo Simplificado, destinado a contratação, por prazo determinado, DE ENFERMEIRO(A), para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo do Município, até realização de concurso público, com fundamento nos incisos I, II, VIII, X, § 1º do artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.093, de 08 de maio de 2015, que regulamenta a premissa contida no artigo nº 37, IX, da Constituição Federal, Portaria nº 188/GM/MS de 04/02/2020, Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, Decreto Municipal nº 775 de 19/03/2020, Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1999, Lei Complementar nº 004, de 27 de janeiro de 1997 e demais disposições legais pertinentes a matéria.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Teste Seletivo Simplificado será executado sob a responsabilidade da Comissão Coordenadora designada pela Portaria nº 112, de 10 de junho de 2020, subordinada e acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde e Departamento Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Bela Vista do Toldo.

1.2 - O Presente Processo Seletivo Simplificado será composto pelas seguintes etapas:

- a)** Inscrição (Anexo I);
- b)** Prova de título ("curriculum vitae"); (Anexo II)

1.3 - A etapa de avaliação curricular será realizada pela Comissão Especial de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – Formada pela Analista Administrativo Marcela Adriana Czerniak, pelo Assistente Administrativo Jair Zattar Junior e pelo responsável pelo RH Daniel Soares de Lima.

1.4 - O processo seletivo terá validade de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

2 – DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

2.1 - A seleção dos candidatos será realizada mediante Avaliação Curricular, de caráter classificatório, de acordo com o seguinte procedimento:

2.2 - No ato da inscrição, que ocorrerá nos períodos de 12 de agosto a 14 de agosto de 2020, os candidatos deverão entregar, pessoalmente, em um só ato, cópia dos documentos descritos no Anexo 1, bem como cópia dos Títulos, sob pena de não estar apto para concorrer às vagas. É responsabilidade do candidato a entrega correta da documentação relativa à inscrição;

2.3 - Os documentos serão entregues pessoalmente, na recepção da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Ovide dos Santos Pacheco s/n, Centro - CEP 89478-000, Bela Vista do Toldo - SC - Fone: 47 3629 02 06, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

2.4 - As inscrições serão realizadas mediante entrega, pessoalmente, da Ficha de Inscrição (Anexo I) e do "curriculum vitae" (Anexo II), devidamente preenchidos. Com referência ao curriculum vitae e os títulos, os mesmos deverão ser entregues em envelopes separados da ficha de inscrição.

2.5 - Não serão aceitos documentos enviados por fax, telegrama, e-mail ou outro meio eletrônico.

2.6 - Após a inscrição, não serão aceitos pedidos para quaisquer alterações ou inclusão de documento.

2.7 - Cada candidato poderá se inscrever somente para um cargo.

2.8 - A não apresentação da documentação exigida no ato da inscrição implicará a exclusão do candidato do processo de seleção.

2.9 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

3 – DOS CARGOS:

3.1 - Os cargos, carga horária semanal, número de vagas e remuneração para as quais se pretende selecionar pessoal por meio deste Processo Seletivo estão de acordo com a tabela abaixo:

ESF- ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Cargo	Num. De Vagas	Requisitos Mínimos	Carga horaria semanal	Vencimentos
Enfermeiro(a)	02	Graduação em Enfermagem e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40	R\$ 2.228,41
Enfermeiro(a) Cadastro Reserva	01	Graduação em Enfermagem e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40	R\$ 2.228,41

UNIDADE BÁSICA CENTRAL

Cargo	Num. De Vagas	Requisitos Mínimos	Carga horaria semanal	Vencimentos
Enfermeiro(a) Cadastro Reserva	01	Graduação em Enfermagem e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40	R\$ 2.450,81

3.2 - Serão exigidos no processo seletivo níveis de conhecimento compatível com as atribuições da função.

3.3 - A lotação dos contratados atenderá às necessidades exclusivas da Secretaria Municipal de Saúde.

4 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - A seleção dos candidatos será realizada mediante Avaliação Curricular, de caráter classificatório, de acordo com o procedimento a seguir:

5. DA FORMA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

5.1 - Os candidatos, cujas inscrições tiverem sido homologadas, serão submetidos ao procedimento de seleção mediante análise de currículos, a ser realizado pela comissão responsável.

5.2 - Será considerado aprovado, com preferência em relação aos demais na respectiva vaga para a qual realizou a inscrição, o candidato que obtiver maior número de pontos de acordo com o quadro abaixo:

FUNÇÃO	EXPERIENCIA PROFISSIONAL	PONTOS
Enfermeiro	Tempo de experiência comprovada na função	Especialização - 5,0 Mestrado – 10,0 Doutorado – 15,0 1,0 ponto para cada curso/capacitação na área de saúde, com carga horaria acima de 08 (oito) horas, limitado a 10,0 pontos 1,0 ponto para cada ano de tempo de serviço, limitado a 10,0 pontos

5.3 - A comprovação do tempo de serviço será feita por meio de Certidão de Tempo de Serviço ou Declaração em papel timbrado, expedida por órgão público legitimado para tanto ou por fotocópia da Carteira de Trabalho.

5.4 - Será computado o tempo de serviço prestado até 31/07/2020 em cargos, funções, empregos ou na condição de profissional liberal ou autônomo, cujas atividades sejam afins às atribuições da função para o qual o candidato se inscreveu.

5.5 - Para efeito de cômputo de pontuação relativa ao tempo de experiência, não será considerada mais de uma pontuação concomitante no mesmo período.

5.6 - Será desclassificado o candidato:

- a.** Não comprovar os títulos de tempo de serviço;
- b.** Não comparecer à convocação;
- c.** Não apresentar os documentos pessoais exigidos para contratação, descritos no edital de inscrição.

5.7 - A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos.

5.8 - O candidato classificado será convocado, segundo a ordem de classificação, para apresentar a documentação exigida no edital pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, através de publicação no site www.pmbvt.sc.gov.br ou por e-mail, cabendo ao candidato a obrigação em verificar junto ao site eventual convocação.

5.9 - Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação serão utilizados os fatores de desempate na seguinte ordem:

- a.** Maior pontuação por títulos apresentados;
- b.** Maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- c)** Candidato mais idoso

6 - DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

6.1 - O candidato selecionado no processo seletivo será convocado através de edital de convocação, obedecendo-se, rigorosamente, a ordem de classificação;

6.2 - A convocação para posse no cargo será regida por Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Município.

6.3 - Após a publicação o candidato terá um prazo de 05 (cinco) dias para providenciar/entregar a documentação completa solicitada. Caso não respeite o prazo acima citado, o candidato será dispensado da vaga escolhida.

6.4 - A contratação temporária decorrente deste processo seletivo será por tempo determinado e em caráter emergencial, por período de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período a critério da Administração Municipal, podendo ser rescindida a qualquer momento não mais persistindo a necessidade, vedado o desvio de função.

6.5 - Havendo desistência do candidato contratado, ou rescisão contratual, poderá a administração contratar com outros candidatos inscritos neste processo seletivo respeitado a ordem de classificação, e desde que, este preencha os requisitos exigidos neste edital para a contratação.

7 - DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS

7.1 - Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no Diário Oficial Municipal e no site de publicações oficiais da Prefeitura Municipal (www.pmbvt.sc.gov.br), abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - Os interessados poderão impugnar o Edital no prazo improrrogável de 24h a contar da sua publicação.

8.2 - Do resultado e classificação cabe recurso do candidato à Comissão de avaliação no prazo de 24h após a divulgação.

8.3 - Será indeferido o pedido de recurso apresentado fora do prazo estabelecido.

8.4 - Os recursos poderão ser elaborados livremente pelo próprio candidato, devendo ser observados os seguintes requisitos:

- a)** ser fundamentado com argumentação lógica e consistente;

b) conter os dados pessoais e do processo seletivo simplificado emergencial, devendo ser acompanhado de cópia do documento de identificação do candidato.

8.5 - Decorrido os prazos e julgados os recursos pela Comissão, será o processo encaminhado à autoridade competente para homologação e divulgação do resultado final.

9 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1 - Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.

9.2 - Homologado o resultado final, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

10 - CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

10.1 - Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, será convocado, pela ordem, o primeiro colocado, para comprovar o atendimento das condições exigidas no Regime Jurídico dos Servidores Municipais e na lei específica que autoriza a contratação temporária e o atendimento das seguintes condições:

- *ser brasileiro nato ou naturalizado;*
- *ter idade mínima de 18 anos;*
- *estar quite com o Serviço Militar Obrigatório ou dele ter sido liberado, se do sexo masculino*
- *ter situação regular perante a legislação eleitoral;*
- *apresentar atestado médico exarado por Profissional Médico registrado em conselho, no sentido de gozar de boa saúde física e mental;*
- *comprovar a escolaridade de acordo com a exigência do cargo a que concorre, mediante apresentação de certificado, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;*
- *possuir inscrição ativa no órgão fiscalizador do exercício profissional e quitação com suas obrigações perante ele;*
- *apresentar declaração de bens e rendas.*

10.2 - Tendo em vista, a natureza das atividades, a situação emergencial causada pela pandemia de COVID-19 e a exposição ao agente patogênico causador da COVID-19 (coronavírus), fica vedada a participação e admissão de candidatos que se enquadrem em grupos de risco, sendo consideradas nestes grupos pessoas com:

- a)** idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou que completarão 60 (sessenta) anos nos 12 (doze) meses seguintes a data de homologação do edital;
- b)** cardiopatias graves ou descompensadas: insuficiência cardíaca; infarto do miocárdio; revascularização miocárdica; e arritmias;
- c)** hipertensão arterial sistêmica descompensada;
- d)** pneumopatias graves ou descompensadas: dependência de oxigênio; asma brônquica moderada ou grave; e tuberculose;
- e)** imunodepressão;
- f)** doença renal crônica;
- g)** diabetes mérito;
- h)** obesidade mórbida;
- i)** cirrose ou insuficiência hepática; e
- j)** gestação ou lactantes de crianças com até 1 (um) ano de idade.

10.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão declarar suas condições de saúde e/ou de riscos citados no item 10.2, sendo que a veracidade das informações são de sua responsabilidade.

10.4 - É facultado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo exigir dos candidatos convocados, além da documentação prevista, outros documentos que julgar necessários.

10.5 - A convocação do candidato classificado será regida por Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Município.

10.6 - Não comparecendo o candidato convocado, ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem cronológica crescente.

11 - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Atividade	Período
Inscrições	12/08/2020 a 14/08/2020
Homologação das Inscrições	17/08/2020

Recurso quanto a homologação das inscrições	18/08/2020
Homologação Final das Inscrições	19/08/2020
Análise de Currículos	20/08/2020
Divulgação da Classificação	21/08/2020
Recursos quanto a classificação	24/08/2020
Resultado Final	25/08/2020

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O resultado final do processo seletivo será homologado, por decreto, pelo Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, a ser publicada no Diário Oficial do Município (DOM) e no site www.pmbvt.sc.gov.br.

12.2 - As contratações serão efetuadas, mediante comprovação da certificação de acordo com as necessidades de recursos humanos para execução dos trabalhos e dotação orçamentária suficiente.

12.3 - O candidato será o único responsável pela tomada de conhecimento das datas, locais, horários e procedimentos pertinentes às várias etapas do processo seletivo; bem como pelo acompanhamento no Diário Oficial do Município.

12.4 - Os casos omissos e eventuais dúvidas que surgirem na interpretação deste Edital serão apreciados e resolvidos pela Comissão de Julgamento e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

12.5 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, no órgão de divulgação oficial do Município.

Bela Vista do Toldo – SC, 11 de agosto de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº _____ (preenchimento pelo município)

Foto 3X4

Nome do Candidato:

(sem abreviaturas – letra de forma)

Cargo pretendido: (marque um X em apenas uma opção)

() Enfermeiro - ESF

() Enfermeiro – Unidade Básica Central

Nacionalidade:

Data de Nascimento:

Idade: _____ Estado Civil: _____ Sexo: _____ Nº _____ de filhos: _____

Local de nascimento:

UF:

Identidade:

Endereço: _____ nº _____

Bairro:

Cidade:

UF:

CPF:

Portador de Deficiência: () sim () não

4 – ATIVIDADES EXTRACURRÍCULARES**5 – CURSOS REALIZADOS** (Apresentar certificado dos cursos com a carga horária)**LEI N. 1411**

Publicação Nº 2599394

LEI Nº 1.411/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

"INSTITUI AUXILIO DE TRANSPORTE PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º. A presente Lei em conformidade com o Art. 9º - H, da Lei Federal nº 13.708/2018, institui auxílio de transporte aos Agentes Comunitários de Saúde que atuam no Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Bela Vista do Toldo a pagar auxílio de transporte a Agentes Comunitários de Saúde no valor individual de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, junto a folha de pagamento.

§ 1º. Somente haverá indenização de transporte mensal no período de efetivo trabalho;

§ 2º. A partir de 15 (quinze) dias de afastamento das atividades do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, por motivo de licença, será cancelada a indenização referente aquele período de afastamento;

§ 3º. Durante o período de férias não receberá a indenização e não terá direito a décimo terceiro referente este valor;

§ 4º. É vedada a incorporação do auxílio a que se refere este artigo aos vencimentos ou a remuneração do servidor;

§ 5º. A majoração do valor ocorrerá nas mesmas datas e índices da reposição salarial dos servidores.

Art. 3º. Para fazer jus ao auxílio transporte os Agentes Comunitários de Saúde, deverão encaminhar requerimento ao Departamento de Recursos Humanos solicitando a sua concessão.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por dotações orçamentárias específicas constantes no orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo/SC, 05 de agosto de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****DECRETO Nº 106/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2598922

DECRETO Nº 106 de 06 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 30.542,00 (trinta mil, quinhentos e quarenta e dois reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01760001	20.542,00
04.001.0010.0301.0400.2405 Atividades de Saúde Bucal 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01380104	10.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do excesso de arrecadação do exercício vigente:

Excesso		4171899110400000000	01760001	20.542,00
Excesso		4171803111000000000	01380104	10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 06 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 106/2020 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 06 de agosto de 2020.

Joice Aparecida Costa
Chefe Divisão de Compras

DECRETO Nº 107/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 2598923

DECRETO Nº 107 de 06 de agosto de 2020

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 38.367,68 (trinta e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2404 Atividades dos Agentes Comunitários da Saúde 34490000000000000000 - Aplicações diretas	03380105	38.367,68
---	----------	-----------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit		03380105	38.367,68
-----------	--	----------	-----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 06 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 107/2020 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 06 de agosto de 2020.

Joice Aparecida Costa
Chefe Divisão de Compras

DECRETO Nº 108/2020 - ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CORONAVIRUS (COVID-19)

Publicação Nº 2598925

Decreto nº 108/2020, de 10 de agosto de 2020.

Estabelece novas medidas de prevenção
e combate ao Coronavírus (Covid-19).

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", assim como em observância às disposições constantes da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; e CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562/2020, de 17 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que, em seu Art. 36, autoriza os municípios catarinenses estabelecerem medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que previstas, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a contínua elevação da curva de contágio observada pelo monitoramento epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos;

CONSIDERANDO que a situação epidêmica atual do Município de Benedito Novo está classificada como de Risco Potencial "Gravíssimo", levando em conta a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional, instituída pela Secretaria de Estado da Saúde no âmbito do Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19, do Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO o posicionamento exposto pelos representantes técnicos da Universidade Regional de Blumenau – FURB, que assessoram a AMMVI para a análise científica das medidas necessárias para o enfrentamento do COVID-19 na área da saúde;

CONSIDERANDO o dever e responsabilidade do Poder Público dado o atual quadro de expansão do contágio, estabelecer medidas voltadas a evitar o colapso do sistema de saúde do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto estabelece medidas para o enfrentamento, no âmbito do Município de Benedito Novo, do estado de calamidade pública e da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

Art. 2º. Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 14 (quatorze) dias, contados de 11 de agosto de 2020:

a) a circulação de veículos de fretamento para transporte coletivo, permitido exclusivamente o serviço de transportes de trabalhadores para empresas e indústrias, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados, e de acordo com as recomendações de proteção individual e distanciamento social.

b) as atividades e os serviços públicos não essenciais, nos termos do Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

c) o funcionamento clubes sociais e afins, bem como quaisquer atividades esportivas coletivas profissionais e amadoras (incluindo futebol, vôlei, bocha, sinuca, baralho, downhill, passeios de bicicleta coletiva, etc.);

d) o funcionamento das academias deverá ser, no máximo, de 30% de sua capacidade ou uma pessoa a cada 4m2, observado todas as regras estabelecidas pela Portaria SES nº 258 de 21-04-2020.

e) a realização de missas e cultos em igrejas ou templos de qualquer culto, poderá ser realizado uma vez por semana, com a capacidade máxima de 30% (trinta por cento) de sua capacidade, respeitadas os afastamentos e as regras de higienização das mãos e utilização de

máscaras, permitido durante todos os dias o atendimento individual.

II - até o dia 07 de setembro de 2020, as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos – EJA, ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

III – Por prazo indeterminado:

- a) a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza, ressalvadas as atividades essenciais e as admitidas na forma regulamentada pelas normas sanitárias em vigor;
- b) a realização de festas em residência com pessoas que não as residentes do domicílio;
- c) a permanência de pessoas e as práticas esportivas e culturais coletivas, amadoras ou profissionais, em espaços privados, parques, praças, espaços públicos ou comunitários de lazer, quadras poliesportivas, playgrounds, clubes de caça e tiro, centros de tradições e similares;
- d) o uso, mesmo que individual, dos equipamentos esportivos públicos e playgrounds instalados nas praças;
- e) o consumo de bebidas alcoólicas no interior e arredores das lojas de conveniências;
- f) as atividades em cinemas, teatros, museus, casas noturnas;
- g) a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público;

Art. 3º. Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), igualmente pelo período de 14 (quatorze) dias:

I – Excetuadas as hipóteses específicas previstas neste Decreto, o comércio em geral poderá funcionar de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h, e aos sábados das 8h às 16h, devendo-se respeitar as seguintes exigências:

- a) limitação de permanência dentro do estabelecimento de 1 (um) cliente por atendente e de 1 pessoa para cada 4m² (quatro metros quadrados) de área do local;
- b) observar a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;
- c) garantir a circulação de ar externo nos estabelecimentos, mantendo-se as janelas e portas abertas, sendo recomendada a não utilização de aparelhos de ar condicionado;
- d) organizar as filas externas, com a permanência de 1 (uma) pessoa a cada 1,5m (um metro e meio);
- e) assegurar que todos os clientes, antes de adentrarem no estabelecimento, higienizem suas mãos com álcool gel 70% (setenta por cento) ou lavem as mãos com água e sabão e utilizem máscaras;
- f) fica proibida a experimentação de roupas;
- g) lojas com mais de 1.000 m² deverão dispor de equipamento controlador de fluxo de pessoas, afixar cartaz com informação de quantitativo máximo de pessoas permitidas no local e realizar a aferição da temperatura corporal dos clientes e funcionários antes de adentrarem o recinto através de termômetros infravermelhos ou instrumentos correlatos, e quando for auferida a temperatura corporal igual ou superior a 37,8º C, impossibilitar a entrada da pessoa e recomendar que passe pelo serviço de saúde ;

II – As conveniências deverão encerrar suas atividades às 19:00 horas, durante todos os dias da semana e deverão observar as regras de higienização e distanciamento social e proibir, sob qualquer hipótese, o consumo de alimentos e bebidas no local, ficando igualmente vedada a permanência de pessoas no local;

Art. 4º. Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, as seguintes medidas de restrição a serem observadas pelas atividades autorizadas a funcionar, visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19:

I - Nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercearias, mercados e supermercados), cujos dias e horários de atendimento permanecem inalterados, sem restrição no horário de funcionamento, fica estabelecida a limitação de entrada em 30% (trinta por cento) da capacidade de público, recomendando-se o acesso a apenas 1 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes;

II – Lanchonetes, food parks, cafeterias, padarias, confeitarias e similares, poderão funcionar de segunda-feira à domingo, impreterivelmente, até às 19:00 horas, podendo depois desse horário funcionar apenas pelo sistema de tele-entrega ou entrega no balcão, proibido o consumo no local;

III – Bares, tabacarias, adegas e similares, deverão funcionar de segunda a sexta-feira, impreterivelmente, até às 19:00 horas, podendo depois desse horário e durante o final de semana funcionar apenas pelo sistema de tele-entrega ou entrega no balcão, proibido nestes dias o consumo no local;

IV – Restaurantes deverão funcionar de segunda à sexta-feira até as 19:00 horas, e de sábado e domingo até às 14:00 horas, podendo depois desse horário funcionar apenas pelo sistema de tele-entrega ou entrega no balcão, proibido o consumo no local”.

V - Os velórios terão duração máxima de 6 (seis) horas, limitando-se a entrada em qualquer das áreas internas da funerária ou casa mortuária, de apenas 10 (dez) pessoas por vez, mediante o uso de máscara e cumprimento das demais normas da Vigilância Sanitária;

VI – Os dias e horários para abastecimento de combustível nos postos permanece inalterado.

Parágrafo único. Fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Art. 5º. Fica proibido aos Mercados, Supermercados e Estabelecimentos Comerciais de vinculação de campanhas de marketing/publicidade voltadas para a atração de clientes em ocasiões especiais, sob qualquer pretexto, como sábado fácil, dia da verdura/carne, etc.

Parágrafo único. Permanece a obrigatoriedade do uso de dispositivo que proteja olhos, nariz e boca (protetor de acrílico/vidro ou similar), além da máscara, que atenda à proteção aos trabalhadores que atendem diretamente ao público, tais como caixa, padaria, açougue, balança e outros;

Art. 6º Fica instituído, no âmbito do Município de Benedito Novo, o isolamento social de toda pessoa sintomática ou assintomática que se encontre em investigação ou tenha confirmada a contaminação pelo novo coronavírus.

§ 1º Considera-se em investigação de contaminação pelo novo coronavírus, para os fins do disposto neste Decreto, toda a pessoa que, por prescrição médica, recomendação do agente de vigilância epidemiológica ou autossugestão, seja submetida a exame para detecção do novo coronavírus, em estabelecimentos de saúde, farmácias ou laboratórios, da rede pública ou privada.

§ 2º Previamente à realização da coleta da amostra para o exame, o serviço de saúde, a farmácia ou o laboratório responsável deverá solicitar a pessoa examinada a assinatura de termo de esclarecimento e consentimento quanto à obrigatoriedade, a partir da data da coleta ou realização do exame, do isolamento social e de uso do sistema de monitoramento previstos neste Decreto, quando for o caso.

§ 3º Constarão do termo de esclarecimento e consentimento previsto no §2º deste artigo informações sobre a COVID-19, seus sintomas, possíveis agravamentos do quadro de saúde, locais de assistência disponíveis na rede pública, cuidados a serem adotados durante o período de isolamento, e possíveis sanções ou consequências quanto ao não uso do mesmo.

§ 4º Salvo recomendação médica para cumprimento em estabelecimento de saúde, público ou particular, baseada no estado clínico do paciente, a medida de isolamento social deverá ocorrer em domicílio.

Art. 7º. São considerados de notificação compulsória à Secretaria Municipal de Saúde, por todos os estabelecimentos de saúde, as farmácias e os laboratórios de análises clínicas, situados no Município, os exames realizados para a detecção do novo coronavírus, inclusive aqueles realizados pelo método denominado “teste rápido” cujo resultado tenha sido negativo, sem prejuízo da observância das regras já estabelecidas pelos Governos Estadual e Federal.

Art. 8º. O disposto neste Decreto não impede a recomendação médica de isolamento social baseada exclusivamente no exame clínico do paciente, sem a realização de exame específico, hipótese em que o profissional de saúde deverá notificar o caso à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 9º. Fica estabelecido, no âmbito do Município de Benedito Novo, o uso obrigatório, por prazo indeterminado, de máscaras para acesso, permanência e circulação em:

I – Logradouros, vias e repartições públicas;

II – Estabelecimentos que fornecem produtos e serviços privados, essenciais ou não;

III – Transporte coletivo urbano de passageiros, táxi e transporte remunerado privado individual de passageiros;

IV – Áreas comuns de condomínios, residenciais ou não.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, poderão ser usadas máscaras de pano (tecido algodão), confeccionadas manualmente, conforme o manual “Orientações Gerais - Máscaras de uso não profissional”, publicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em 03 de abril de 2020.

§ 2º Ficam dispensadas do cumprimento do disposto no caput deste artigo, as crianças menores de 2 (dois) anos, pessoas com problemas respiratórios que sejam incapazes de remover a máscara sem assistência, autistas, deficientes intelectuais e outros definidos na Lei Federal nº 14.019/2020.

Art. 10. Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, as seguintes medidas de restrição a serem observadas pelas organizações públicas e privadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 em ambientes de trabalho:

I – Distanciamento social:

a) adotar medidas para aumentar o distanciamento e diminuir o contato pessoal entre trabalhadores e entre esses e o público externo, orientando para que se evitem abraços, beijos, apertos de mão e conversações desnecessárias;

b) manter distância mínima de um metro entre os trabalhadores e entre os trabalhadores e o público;

- c) priorizar agendamentos de horários de atendimento para evitar aglomerações e para distribuir o fluxo de pessoas;
- d) priorizar medidas para distribuir a força de trabalho ao longo do dia, evitando concentrações nos ambientes de trabalho;
- e) promover teletrabalho ou trabalho remoto, sempre que possível;
- f) evitar reuniões presenciais e, quando indispensáveis, manter o distanciamento de um metro entre os trabalhadores.

II – Trabalhadores idosos ou do grupo de risco:

- a) devem receber atenção especial, priorizando-se sua permanência na residência em teletrabalho ou trabalho remoto ou, ainda, em atividade ou local que reduza o contato com outros trabalhadores e o público, quando possível;
- b) não sendo possível a permanência na residência ou trabalho remoto, deve ser priorizado trabalho em local arejado e higienizado ao fim de cada turno de trabalho.

III – Nos refeitórios:

- a) é vedado o compartilhamento de copos, pratos e talheres, sem higienização;
- b) deve ser evitado o autosserviço ou, quando este não puder ser evitado, devem ser implementadas medidas de controle, tais como:
 - 1. higienização das mãos antes e depois de se servir;
 - 2. higienização ou troca frequentes de utensílios de cozinha de uso compartilhado, como conchas, pegadores e colheres;
 - 3. instalação de protetor salivar sobre as estruturas de autosserviço;
 - 4. utilização de máscaras e orientações para evitar conversas durante o serviço.
- c) realizar limpeza e desinfecção frequentes das superfícies das mesas, bancadas e cadeiras;
- d) promover espaçamento mínimo de um metro e meio entre as pessoas na fila e nas mesas, orientando para o cumprimento das recomendações de etiqueta respiratória e que sejam evitadas conversas, ou, quando o distanciamento frontal ou transversal não for observado, deve ser utilizada barreira física sobre as mesas com altura de, no mínimo, um metro e cinquenta centímetros em relação ao solo.
- e) distribuir os trabalhadores em diferentes horários nos locais de refeição;
- f) retirar os recipientes de temperos (azeite, vinagre, molhos), saleiros e farinhas, bem como os porta-guardanapos, de uso compartilhado, entre outros;
- g) deve ser entregue jogo de utensílios higienizados (talheres e guardanapo de papel, embalados individualmente).

Art. 11. A fiscalização das medidas de enfrentamento previstas neste Decreto será realizada de forma conjunta pelas diversas Secretarias Municipais.

Parágrafo único. Os órgãos municipais previstos no caput poderão solicitar apoio em suas ações à Polícia Militar, Ministério Público do Estado de Santa Catarina e demais órgãos/entidades.

Art. 12. O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas na Lei Estadual n. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, na Lei Complementar Municipal nº 139, de 02 de março de 2016, e demais normativas aplicáveis a espécie, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Parágrafo único. As pessoas naturais ou jurídicas que descumprirem as medidas de enfrentamento à COVID-19, sujeitar-se-ão à penalidade de multa no valor de R\$ 387,00 a R\$ 65.209,50, conforme prevê o Código Sanitário Municipal, cujo montante será fixado pela autoridade sanitária municipal competente para a reprovação e prevenção da infração sanitária, de acordo:

I – Com a gradação da infração;

II – Circunstâncias agravantes e atenuantes;

III – Gravidade do fato;

IV – Antecedentes e capacidade econômica do infrator.

Art. 13. No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção à COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do artigo 56 da Lei n. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constatado pela fiscalização.

Parágrafo único. A penalidade prescrita no caput deste artigo será imposta sem embargo de outras previstas na legislação.

Art. 14. As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 15. Deverão ser observadas as regras mais restritivas impostas por normas e atos expedidos pelos Governos Estado e Federal.

Art. 16. Ficam revogadas disposições em contrário, em especial a partir de 11 de agosto de 2020, o Decreto nº 088/2020, de 20 de julho de 2020, Decreto nº 094/2020, de 27 de julho de 2020, Decreto nº 104/2020, de 03 de agosto de 2020, e o Decreto nº 105/2020, de 04 de agosto de 2020, restando mantidas e válidas as demais medidas estabelecidas pelos atos normativos aplicáveis a espécie, que com estas medidas não sejam conflitantes.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao período da situação de emergência de saúde pública cujo término será declarado por ato do Ministro de Estado da Saúde.

Município de Benedito Novo, aos 10 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 108/2020 foi publicado e registrado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 10 de agosto de 2020.

Joice Aparecida Costa
Chefe da Divisão de Compras

PORTARIA Nº 166/2020 - DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO FISCALIZADORA DAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS

Publicação Nº 2599446

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 166/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO FISCALIZADORA DAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo Art. 70, inciso II, alínea "g", c/c o inciso III, do Art. 109, da Lei Orgânica do Município Considerando o Art. 9º da Lei Complementar nº 139/2016, de 02 de março de 2016, que Institui o Código Sanitário Municipal, que Estabelece Normas de Saúde em Vigilância Sanitária e Dá Outras Providências;

RESOLVE

Art. 1º - Designar as Servidoras JANAINA JOANA KLEMANN KUSTER, NAIANA PAULA FINGER e GABRIELA KNIPERS, ocupante do cargo de Agente de Combate à Endemias, Fiscal de Posturas e Obras, e Fiscal de Tributos e Meio Ambiente, respectivamente, para exercerem as atividades fiscalizadoras, em conformidade com o Art. 9º, da Lei Complementar nº 139/2016, de 02 de março de 2016, e para o atendimento ao que estabelece o Decreto nº 088/2020, de 20 de julho de 2020, nos Artigos 12 a 14.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 04 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 167/2020 - DESIGNA SERVIDOR PARA ASSINAR DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Publicação Nº 2599452

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 167/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA ASSINAR DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor FLÁVIO HOLDORF, Auxiliar Administrativo III e Coordenador Municipal da Defesa Civil, portador do CPF 806.237.609-59 e RG 2.618.622-5, para assinar a declaração de endereço, para a situação em que o trabalhador não possui o comprovante de residência, para documentação para habilitação no aplicativo FGTS19L, em atendimento ao que estabelece o Decreto Estadual nº 700/2020, de 02/07/2020, Portaria Nacional nº 1.973/2020, de 20/07/2020, referente COBRADE 13.215 Tempestade local/convectiva-ven-daval, ocorrida em 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 04 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 168/2020 - DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020, REFERENTE A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RODOVIA BNV-447, LOCALIDADE DE BAIXO SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

Publicação Nº 2599460

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 168/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Servidores para Acompanhar e Fiscalizar a Execução do Contrato Administrativo nº 72/2020, de 05 de agosto de 2020, referente a Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica na Rodovia BNV-447, localidade de Baixo Santa Maria, Município de Benedito Novo - SC.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 8.666/1993 – Art. 67 e 73; e Considerando a importância da Municipalidade em adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Senhores CLOVIS ODAIR SCHREIBER, MARCO ANTONIO MAI e INGOMAR ROEDER, respectivamente, Secretário de Administração e Finanças, Engenheiro Civil e Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento na execução das Obras de Pavimentação Asfáltica na Rodovia BNV-447, localidade Baixo Santa Maria, Município de Benedito Novo - SC.

Art. 2º - Determinar que a Comissão ora designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro que estou ciente da designação de fiscal e das funções inerentes ao contrato, ora atribuídas, pela Portaria nº 168/2020, de 05 de agosto de 2020.

CLÓVIS ODAIR SCHREIBER
Secretário de Administração e Finanças

MARCO ANTONIO MAI
Engenheiro Civil

INGOMAR ROEDER
Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Biguaçu**PREFEITURA****COMUNICADO PE 107/2020 PMB**

Publicação Nº 2599996

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO nº 107/2020- PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PE 107/2020-PMB, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, administração, emissão e fornecimento de documentos de legitimação na forma de cartão magnético personalizado com senha e logotipo exclusivo, denominados Cartão Social (SMASH), destinados às famílias atendidas pela Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município de Biguaçu - SC, ao Benefício Eventual, que após recebimento de questionamento, viu-se a necessidade da alteração do edital do referido processo, conforme segue:

Fica EXCLUÍDO do edital o item 14.2 "O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 5º da lei nº 8666/93".

Para informação, atentar-se ao item 5.3 do termo de referência: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após faturamento, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado o recebimento por setor técnico competente.

As demais informações constantes no edital de licitação e a data da abertura permanecem inalteradas.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

Gerson da Silva

Pregoeiro Municipal

DECRETO Nº 206/2020

Publicação Nº 2600018

DECRETO Nº 206/2020 DE: 11 DE AGOSTO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 239.252,21 (Duzentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos) por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.1.00.000000, 0.1.82.000232 e 0.2.28.000277, nas dotações abaixo relacionadas:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.365.0003.1003	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	19.252,21
4.4.90.00/0.1.82.000232	Investimentos/ Aplicação Direta	19.252,21

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1001.10.302.0004.2043	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	200.000,00
3.3.90.00/0.2.28.000277	Outras despesas correntes/ Aplicação Direta	200.000,00

25. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
--------	-----------------------	-------

2501.26.782.0007.2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO	20.000,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras despesas correntes/ Aplicação Direta	20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 207/2020

Publicação Nº 2600019

DECRETO Nº 207/2020 DE: 11 DE AGOSTO DE 2020.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3960/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3968/2019 - Lei Orçamentária para 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 3968/2019:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SAÚDE

1001.10.301.0004.2032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.077,83
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.077,83
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.077,83

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 015/2020

Publicação Nº 2599288

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 015/2020

CONTRIBUINTE:	CASA DE REPOUSO RECANTO DO ARVOREDO		
ENDEREÇO:	Rua Manoel Antônio Lopes, 1100, bairro Divisa, Antônio Carlos/SC. CEP 88.180-000 (atual)		
Inscrição no CMC:	6497	CPF/CNPJ:	07.447.150/0001-97

Processo Fiscal:	5368/2020	IF/AI/NL:	NL N° 01/2020-PM
------------------	-----------	-----------	------------------

Em fiscalização iniciada através do Termo de Início de Fiscalização 03/PMB/2020 foi constatado que o contribuinte acima identificado não efetuou o recolhimento do ISS incidente sobre a prestação de serviços de casas de recuperação e de recuperação, item 4.17 da lista de serviços da LC 003/2007, art. 42, §5º.

O contribuinte foi intimado a apresentar documentos para demonstrar a receita com os serviços, mas nada foi apresentado. Também não foram apresentados documentos referentes a qualquer tipo de benefício fiscal.

Para cálculo do imposto devido foi considerada a receita arbitrada do ano de 2015, conforme Termo de Arbitramento da Base de Cálculo 001/PMB/2020-PM.

Informações:

- Incidência: LC 003/2007, art. 42, §5º, item 4.17 da lista de serviços, com alíquota da época;
- Atualização Monetária: LC 003/2007, art. 350 - INPC
- Multa: LC 003/2007, art. 78, 50% (da época) sobre o valor do imposto devido, atualizado. Não emissão de nota fiscal;
- Juros: LC 003/2007, art. 352 - 1% a.m.
- Período: Janeiro a dezembro de 2015

Montante Devido:

Tributo: R\$ 22.647,90

Atualização monetária: R\$ 5.412,94.

Multa de fiscalização: R\$ 14.030,42

Juros: R\$ 17.004,27

Valor total: R\$ 59.095,52

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

Patrick Machry
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 8961

Termo de Arbitramento 001/PMB/2020-PM

Motivação: Pelo Termo de Início de Fiscalização nº 03 / PMB / 2020, o sujeito passivo acima identificado foi intimado a apresentar à Fiscalização de Tributos as receitas correspondentes à prestação de serviços relativos a casas de repouso e de recuperação, item 4.17 da lista de serviços, de janeiro de 2015 a dezembro de 2018.

As informações foram parcialmente prestadas pelo sujeito passivo, apresentando antes de iniciar o procedimento fiscal os livros razão de 2016 a 2018, sem conter as receitas obtidas, bem como parcialmente as despesas da empresa. A cobrança do ano de 2015 será feita diretamente pela Prefeitura de Biguaçu. A cobrança dos anos de 2016 a 2018 será realizada através do SEFISC.

Informações: BASE LEGAL: LC 003/2007 - art. 55, IV, §1º, II; §§2º, 5º e 6º

Elementos considerados na apuração da base de cálculo:

Para a determinação do valor da receita média auferida pela prestação de serviços no ano de 2015 foram consideradas as despesas informadas no livro razão de 2016, deflacionadas para o ano de 2015, aplicado o percentual de 50%, e então divididas por doze, obtendo assim a receita média mensal arbitrada. Para determinação do valor da receita média auferida pela prestação de serviços nos anos de 2016 a 2018 foram consideradas as despesas informadas nos livros razão de 2016 a 2018, aplicado o percentual de 50%, e então divididas por doze, obtendo assim a receita média mensal arbitrada.

Base: LC 003/2007 - art. 55, IV, §1º, II; §§2º, 5º e 6º.

Cálculo da Receita Arbitrada de 2016 a 2018			
Ano	Despesa total do ano	Despesa média mensal	Valor médio mensal (acrescido 50%) - receita arbitrada
2016	555.276,18	46.273,02	69.409,52
2017	649.032,15	54.086,01	81.129,02
2018	691.043,86	57.586,99	86.380,48
Cálculo da Receita Arbitrada de 2015			

Despesa total de 2016	% INPC 2015/2016	Despesa total de 2015 deflacionada	Despesa média mensal	Valor médio mensal (acrescido 50%) - receita arbitrada
555.276,18	10,330%	503.286,67	41.940,56	62.910,83
Base legal: LC 003/2007 - art. 55, IV, §1º, II; §§2º, 5º e 6º				

Prazo: Em consonância com o que estatui o item LV do art. 5º da CF/88 e o art. 56, da Lei Complementar Municipal nº 003/2007, fica o contribuinte cientificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, contestar a base de cálculo arbitrada. Transcorrido o prazo legal sem que o contribuinte se manifeste, considerar-se-á aprovada a base de cálculo arbitrada na forma deste Termo.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

Patrick Machry
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 8961

ERRATA PE 79/2020 - PMB

Publicação Nº 2599179

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO nº 79/2020- PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PE 79/2020-PMB, que tem como objeto a Aquisição de materiais didáticos e pedagógicos para atender as 20 unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, com a finalidade de melhorar a qualificar o atendimento dos educandos matriculados na rede de ensino. Conforme termo convênio nº 2020TR186, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação e Município de Biguaçu, que após recebimento de questionamento, viu-se a necessidade da alteração do edital do referido processo, conforme segue:

Item 80

Onde se lê: BORRACHA BRANCA ESCOLAR MACIA BORRACHA BRANCA MODELO 40, MACIA E SUAVE, CAIXA COM 40 UNIDADES

Leia-se: BORRACHA APAGADORA FORMATO QUADRADA PARA USO ESCOLAR, MATERIAL LATEX, ATOXICA, COR BRANCA ESCOLAR, TIPO MACIA, QUE NÃO BORRE, NÃO ESFARELE, NEM DANIFIQUE O PAPEL. MODELO 40, MACIA E SUAVE, CAIXA COM 40 UNIDADES.

Item 83

Onde se lê: CADERNO UNIVERSITÁRIO DE 12 MATERIAS, COM 240 FOLHAS, CAPA DURA ESPIRAL, COM FOLHA PAUTADA.

Leia-se: CADERNO UNIVERSITÁRIO DE 10 MATERIAS, COM 240 FOLHAS, CAPA DURA ESPIRAL, COM FOLHA PAUTADA.

Item 84

Onde se lê: CANETA HIDROGRÁFICA PILOT, COM 12 CORES - CANETINHAS HIDROGRÁFICAS 750-L - TINTA ATÓXICA

Leia-se: CANETA HIDROGRÁFICA CONJUNTO C/ 12 CORES - TINTA A BASE ÁGUA: NÃO RECARREGÁVEL, TINTA NÃO TOXICA, FORMA CILÍNDRICA, ACONDICIONADOS EM CAIXAS, CONTENDO, 12 CORES SORTIDAS, BOA PIGMENTAÇÃO, MEDIDA APROXIMADA DE CADA CANETINHA: 14 CM

Item 85

Onde se lê: CANETA HIDROGRÁFICA COM 24 CORES - CONJUNTO COM 24 CORES - CANETINHAS HIDROGRÁFICAS 750-L - TINTA ATÓXICA

Leia-se: CANETA HIDROGRÁFICA CONJUNTO C/ 24 CORES - TINTA A BASE ÁGUA: NÃO RECARREGÁVEL, TINTA NÃO TOXICA, FORMA CILÍNDRICA, ACONDICIONADOS EM CAIXAS, CONTENDO, 24 CORES SORTIDAS, BOA PIGMENTAÇÃO, MEDIDA APROXIMADA DE CADA CANETINHA: 14 CM

Item 88

Onde se lê: COLA COLORIDA COM GLITER, CAIXA COM 06 CORES

Leia-se: COLA COLORIDA COM GLITER, CAIXA COM 06 CORES, USO ESCOLAR, ATOXICA, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 23 GRAMAS.

Item 90

Onde se lê: FITA ADESIVA MARROM PACOTE COM 5 UNIDADES

Leia-se: FITA ADESIVA MARROM PACOTE COM 5 UNIDADES - MEDIDAS: 25MM X 50 METROS.

Item 115

Onde se lê: LAPIS PRETO N. 2 - CX 72 UN

Leia-se: LAPIS PRETO N. 2 - CX 72 UN, FORMATO REDONDO, DE BOA QUALIDADE, 100% MADEIRA.

Item 123

Onde se lê: LÁPIS DE COR - CAIXA DE 36 CORES VIBRANTE, ANATÔMICO, FORMATO HEXAGONAL, TAMANHO GRANDE, AQUARELÁVEL, COM LÁPIS INTEIRO, PONTA RESISTENTE, ATÓXICO, LAVÁVEL, QUE NÃO MANCHE PARA DESENHAR E PINTAR SOBRE PAPEL E SIMILARES. COM MADEIRA 100% REFLORESTADA E FABRICAÇÃO NACIONAL.

Leia-se: LÁPIS DE COR - CAIXA DE 36 CORES VIBRANTE, ANATÔMICO, FORMATO HEXAGONAL, TAMANHO GRANDE, AQUARELÁVEL, COM LÁPIS INTEIRO, PONTA RESISTENTE, ATÓXICO, LAVÁVEL, QUE NÃO MANCHE PARA DESENHAR E PINTAR SOBRE PAPEL E SIMILARES. COM MADEIRA 100%

Item 145

Onde se lê: TINTA GUACHE- 250ML - VERMELHO

Leia-se: TINTA GUACHE COR VERMELHO, NÃO É TÓXICA, É SOLÚVEL EM ÁGUA, CONTENDO 250ML

Item 155

Onde se lê: TINTA GUACHE - 250ML - MAGENTA

Leia-se: TINTA GUACHE NA COR MAGENTA, NÃO É TÓXICA, É SOLÚVEL EM ÁGUA, CONTENDO 250ML

Item 172

Onde se lê: LÁPIS DE COR AQUARELÁVEL COM 12 CORES

Leia-se: LÁPIS DE COR GRANDE COM 12 CORES VIBRANTES, ANATÔMICA, FORMATO HEXAGONAL, PONTA RESISTENTE, ATOXICO, COM MADEIRA 100%

Fica incluso ao termo de referência o texto: "Os livros serão adquiridos com no mínimo capa comum, em edição padrão ou conforme exigido no descritivo do item e editora."

Diante do exposto, agenda-se nova data de realização da sessão de licitação:

DATA DA REALIZAÇÃO: 28 DE AGOSTO DE 2020.

HORÁRIO: 14:15 HORAS

As demais informações constantes no edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

Gerson da Silva

Pregoeiro Municipal

HOMOLOGAÇÃO TP105/2020-PMB

Publicação Nº 2598988

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 105/2020-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP105/2020-PMB, "contratação de empresa especializada com fornecimento de material e prestação de contratação de empresa especializada com fornecimento de material e prestação de serviços para a adequação de passeio público da Rua Avanir Freiburger, às normas de acessibilidade, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, cronograma físico-financeiro, partes integrantes desse processo", bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: EMPRESA: MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES -ME.VALOR: R\$ 108.558,73.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2020.

Biguaçu 11 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1802/2020

Publicação Nº 2599199

PORTARIA nº 1802 de 11 de agosto de 2020

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ALINE TELLES DE MORAES, brasileiro (a) para exercer o cargo de ASSISTENTE OPERACIONAL – CC5, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 06/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2020.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1803/2020

Publicação Nº 2599201

PORTARIA nº 1803 de 11 de agosto de 2020

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JUCEMAR DE OLIVEIRA CORDEIRO JÚNIOR, brasileiro (a) para exercer o cargo de COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – CC4, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 06/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2020.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 10/2020

Publicação Nº 2599334

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 10/2020

Dispõe sobre a reprogramação de saldos de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) para ser utilizados no exercício de 2019.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- O Decreto nº 3.316/2010 e alterações do Decreto nº 1.968, de 17 de janeiro de 2014.
- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 07 de agosto de 2020.
- A ATA nº 08/2020.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a reprogramação de saldos (superávit) de 2019 dos recursos provenientes de repasse fundo a fundo do FEAS para FMAS para ser utilizados no exercício de 2020 conforme saldos descritos abaixo:

- a - Saldos dos Recursos para Custeio da Proteção Social Básica - MC - R\$ 17.843,41 (dezessete mil oitocentos e quarenta e três e reais e quarenta e um centavos).
- b - Saldos dos Recursos para Custeio da Proteção Social Básica – R\$ 38.466,13 (trinta e oito mil quatrocentos e sessenta e seis reais e treze centavos)
- c - Saldos dos Recursos para Investimento da Proteção Social Básica -,MC - R\$ 4.443,80 (quatro mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).
- d - Saldos dos Recursos para Investimento da Proteção Social Básica R\$ 47.008,53 (quarenta e sete mil oito reais e cinquenta e três centavos).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de agosto de 2020.

Marília Scherer
Presidente do CMAS/ Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 11/2020

Publicação Nº 2599342

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 11/2020

Dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) exercício de 2019.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- O Decreto nº 3.316/2010 e alterações do Decreto nº 1.968, de 17 de janeiro de 2014.
- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 07 de agosto de 2020.
- A ATA nº 08/2020.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos Recursos para Custeio da Proteção Social Básica R\$ 17.609,99 (dezessete mil seiscentos e nove reais e noventa e nove centavos).

Art. 2º Aprovar a prestação de contas dos Recursos para Investimento da Proteção Social Básica R\$ 41.089,98 (quarenta e um mil oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Art. 3º Aprovar a prestação de contas dos Recursos para Investimento da Proteção Social Especial de Média Complexidade R\$ 41.666,67 (quarenta e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de agosto de 2020.

Marília Scherer
Presidente do CMAS/ Biguaçu

RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO TP90/2020-PMB

Publicação Nº 2599009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO TP90/2020-PMB

Tendo em vista a erros de digitação, fica corrigida a publicação da Homologação da TP90/2020-PMB, publicada no dia 06/08/2020 no DOM, página 103, o seguinte:

Onde lê-se: O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP56/2020-PMB;

Leia-se: O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP90/2020-PMB

Biguaçu, 11 de agosto de 2020.

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS
Presidente da Comissão de Licitação

CONVOCAÇÃO Nº 04 EDITAL 001/2020

Publicação Nº 2598695



PREFEITURA DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA RECURSOS HUMANOS

CONVOCAÇÃO Nº 04 – Edital 001/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu **CONVOCA** os candidatos aprovados no Concurso Público **Edital 001/2020**, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no **PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS**, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 04 de agosto de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM (40H)

07 - LUCAS HERTZOG

DL78/2020-FMS

Publicação Nº 2599501

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES**

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/2020-FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção de plataforma de elevadores - UBS Prado.

CONTRATADA: Vetra Elevadores Ltda

VALOR TOTAL: R\$3.800,00 (três mil oitocentos reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2020, de acordo com decreto de emergência 152/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação: IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

Devido o tornado Bomba, houve sobrecarga de energia na plataforma da UBS prado, ocasionando a queima das barreiras de proteção e a placa de comando, sendo assim solicitamos o reparo imediato pois esta unidade presta atendimento para muitas pessoas idosas que necessitam de acessibilidade.

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO:

A empresa contratada atende os requisitos de habilitação apresentando os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade e de acordo com o art. 32, §1º da lei 8666/93, e apresentou o valor dos produtos dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 11 de agosto de 2020

**RAMON WOLLINGER
PREFEITO(A) MUNICIPAL**

**Por Delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária Municipal de Administração**

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.759/2020

Publicação Nº 2599522

DECRETO Nº 12.759, DE 30 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.122.0041.2166 – Man. Ativ. Conselho Municipal de Saúde

Modalidade 4.4.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.122.0041.2490 – Manutenção Ativ. Administrativas e Gestão/FMS

Modalidade 3.3.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto, correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.122.0041.2166 – Manut. Ativ. do Conselho Municipal de Saúde

Modalidade 3.3.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.122.0041.2490 – Manut. Atividades Administrativas e Gestão/FMS

Modalidade 3.1.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de julho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.770/2020

Publicação Nº 2599526

DECRETO N. 12.770, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NO DECRETO N. 12.738, QUE "CONSOLIDA E ESTABELECE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU."

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, V e VII do artigo 59, na forma das alíneas "a" e "o" do inciso I do artigo 75, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento nos artigos 38 e 8º do Anexo Único da Lei Complementar n. 84, de 09 de junho de 1995, que "institui o Código de Saúde do Município de Blumenau",

DECRETA:

Art. 1º A alínea "e" do inciso II do artigo 2º do Decreto n. 12.738, de 20 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º [...]"

[...]

II – [...]

[...]

e) as atividades de qualquer gênero realizadas nas áreas de uso comum dos condomínios residenciais, com exceção daquelas realizadas em academias de ginástica e musculação e daquelas realizadas por crianças de até 12 (doze) anos de idade ao ar livre ou em áreas ou equipamentos que lhes sejam exclusivamente destinados, tais como espaço kids, brinquedoteca e playground;

[...].”

Art. 2º O artigo 2º do Decreto n. 12.738, de 20 de julho de 2020, passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

[...]

§ 6º Sem prejuízo do disposto no artigo 3º deste Decreto, o disposto na alínea “c” do inciso IV do caput deste artigo não se aplica, observado o horário de suspensão de atividades de que trata o inciso V do § 2º deste artigo e outras limitações estabelecidas pelas autoridades de vigilância à saúde:

I – às atividades de treino individual de esportes coletivos, com bola ou sem bola, amador ou profissional;

II - às atividades de treino em equipe, com bola ou sem bola, destinadas a crianças de até 12 (doze) anos de idade, desde que respeitando o limite máximo de 4 (quatro) praticantes simultaneamente e os devidos distanciamentos de 4 (quatro) metros entre eles.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.771/2020

Publicação Nº 2599529

DECRETO Nº 12.771 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0027.2317 – Manut. Ativ. Polícia Militar/Convenio Estado

Modalidade 4.4.90 (304) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0027.2317 – Manut. Ativ. Polícia Militar/Convenio Estado

Modalidade 3.3.90 (300) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.772/2020

Publicação Nº 2599531

DECRETO Nº 12.772, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, fonte de recurso 0277.00065, no valor de R\$88.600,00 (oitenta e oito mil e seiscentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0059.2385 – MAC – Média e Alta Complexidade - Produção

Modalidade 3.3.90 (176) Aplicações Diretas R\$ 88.600,00

Fonte de Recursos 0277.00065

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.339/2020

Publicação Nº 2599543

PORTARIA Nº 24.339, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA VALCIR MATIELLO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CUSTOS E ORÇAMENTO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, a pedido, no dia 10 de agosto de 2020, VALCIR MATIELLO, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Custos e Orçamento, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental, nomeado pela Portaria nº 23.099, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.340/2020

Publicação Nº 2599545

PORTARIA Nº 24.340, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSMAR DALL'ACQUA, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, resolve:

DISPENSAR, no dia 30 de julho de 2020, o servidor público municipal JOSMAR DALL'ACQUA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agropecuária, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Projetos de Economia Rural - FGC de 100%, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, designado pela Portaria nº 23.381, de 20/09/2019, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 120/2020

Publicação Nº 2599547

EXTRATO – CONTRATO Nº 120/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENCANTO E MAGIA LTDA ME.

OBJETO: Credenciamento de Instituições Educacionais Privadas, regularmente constituídas e funcionando por, no mínimo, 2 (dois) anos, cujas unidades de atendimento estejam localizadas em Blumenau, que tenham interesse em se habilitar para a prestação de serviços por meio da oferta de até 1.000 (mil) vagas de Educação Infantil, em período integral acima de 7 (sete) horas diárias ou até 2.000 (duas mil) vagas em período parcial de no mínimo 4 (quatro) horas diárias, para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais critérios especificados a seguir – SEMED.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-021/2020.

FUNDAMENTO: Art. 25, caput, Lei Federal n. 8.666/1993.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2020.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 200/2015

Publicação Nº 2599549

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 200/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestações de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 04 elevadores da marca OTIS, instalados no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, com fornecimentos de peças, pelo período de 12 meses - SEDEAD.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 081/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência, de forma excepcional conforme §4º do artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/1993, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 13 de julho de 2020 até 12 de setembro de 2020.

VALOR: Renova-se também o valor dos serviços para o período que se mantém em R\$ 18.666,67 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

DATA DE ASSINATURA: 15 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 224/2020

Publicação Nº 2599553

EXTRATO – CONTRATO Nº 224/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para reforma de cobertura, instalação preventiva de incêndio e elétrica de CEI's, do Município de Blumenau, conforme especificações constantes no edital – SEMED.

PROCESSO: Tomada de Preços nº 02-006/2020.

FUNDAMENTO: Art. 22, II, Lei Federal n. 8.666/1993.

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 385.901,72 (trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e um reais e setenta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2020.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020

Publicação Nº 2599817

MUNICÍPIO DE BLUMENAU –PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar), conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 12 meses - FMS/SEMUS - SEMMAS. INÍCIO DA SESSÃO: dia 25 de agosto de 2020, às 14h00min. Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br Edital disponível via e-mail: brunamaas@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 12/08/2020 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2020

Publicação Nº 2599822

MUNICÍPIO DE BLUMENAU –PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2020

Objeto: Registro de Preços de Medicamentos para atendimento aos usuários do SUS, pelo período de 01 ano - SEMUS/FMS. INÍCIO DA SESSÃO: dia 25 de agosto de 2020, às 14h00min. Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br Edital disponível via e-mail: taianamello@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 12/08/2020 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2599826

HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº 007/2020 - Contratação empresa especializada para execução da Revitalização da Prainha – Praça Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (Avenida Brasil, s/n), bairro: Ponta Aguda – Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital – Emenda Parlamentar – Contrato de Repasse nº 874866/2018 – Ministério do Turismo – MTUR – CEF – SEMOB.

Contratada: OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA no valor total de R\$3.972.692,26 (três milhões e novecentos e setenta e dois mil e seiscentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos).

CONCORRENCIA Nº 03-2205/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2599833

Concorrência 03-2205/2019

Objeto: Contratação de serviço técnico especializado para elaboração de projetos de revitalização das quatro Estações de Tratamento de Água (ETA's) que compõem o sistema de abastecimento do município de Blumenau/SC para fins de licenciamento ambiental e revisão estrutural das edificações do tratamento de água com seus complementos.

Ref. Fase de habilitação

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Blumenau - SC, com sede na Rua Bahia, 1530, torna público que foram habilitadas ao Certame, acima epigrafado, as seguintes licitantes: Consórcio Nova Engevix – Hidrosan, Consórcio Técnico Blumenau - Beck de Souza Engenharia Ltda. e Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda., MPB Saneamento Ltda. e Serenco Serviços de Engenharia Consultiva Ltda.

Blumenau (SC), 04/08/2020

Michael Schneider
Diretor Presidente

DATA ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 06-2220/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2599837

DATA ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL 06-2220/2020.

OBJETO: Aquisição de ferramentas diversas (discos de corte diamantados e abrasivos; trenas; serras; alicates bombad'água; martelos; limas; grosas; ponteiros; talhadeiras; chaves grifo; marretas; pás de cavar e juntar; enxada; alavanca; cabos p/ pás, enxadas e picaretas; picaretas; arcos de serra, tinta spray; escovas de aço; cadeados; empilhadeira semi-elétrica.) para uso das equipes operacionais na manutenção, expansão e reparos de redes de água - SAMAE. ENTREGA ENVELOPES: dia 25 de agosto de 2020, até às 08:30 horas. ABERTURA ENVELOPES: dia 25 de agosto de 2020, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail fernandogomes@samae.com.br Contatos (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código

Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 12/08/2020.

Michael Raul Schneider
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7751/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2599840

PORTARIA Nº 7751/20

DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, pertencente do Quadro Permanente de Pessoal da Autarquia:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Patrick Alves Correa da Silva	2004-4	Agente de Vigilância	Diretoria Administrativo- Financeira	13/07/2020

Samae, 10 de agosto de 2020

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO A CARTA CONTRATO Nº 01/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2599841

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A CARTA CONTRATO Nº 01/2019

Contratante: Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU.

Contratada: Personal Net Tecnologia de Informação LTDA.

Objeto – Prorrogação do prazo de vigência do contrato que tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de créditos de vale alimentação.

Valor: Sem custo.

Fundamentação legal: Art. 57, Inciso II, § 2º, da Lei Federal nº 8666/93.

Processo licitatório: Dispensa de Licitação nº 01/2019.

Assinatura do termo aditivo: 05/08/2020.

Vigência: 6 meses.

Elói Barni
Diretor Presidente

EXTRATO Nº 072/2020 - FURB

Publicação Nº 2599848

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 072/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
JÚLIA DE SOUZA E SILVA

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.
FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 031/2020 e Contrato nº 040/2020 firmado em 03 de março de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.844,08 (três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 031/2020, especialmente quanto a Proposta de folhas 134, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
01	38037	01	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Cozinha Japonesa Carga horária: 36h Aulas: Terças e quartas-feiras Período: 03/11 a 10/11	3.844,08
Preço Total (em R\$)				3.844,08	
Preço Total (em reais, por extenso)				três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, ou seja 2020, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 11/08/2020

EXTRATO Nº 076/2020 - FURB

Publicação Nº 2599850

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**Extrato nº. 076/2020**

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
RAQUEL HUEWES

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 031/2020 e Contrato nº 044/2020 firmado em 03 de março de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço de **R\$ 10.250,88 (dez mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos)**, conforme constante dos autos do processo de **Inexigibilidade de Licitação nº. 031/2020**, especialmente quanto a Proposta de **folhas 194**, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
01	38037	01	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Cozinha Francesa Carga horária: 48h Aulas: Terças e quartas-feiras Período: 16-29/09	5.125,44
02	38037	01	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Cozinha Alemã Carga horária: 48h Aulas: Terças e quartas-feiras Período: 19-27/05	5.125,44
Preço Total (em R\$)				10.250,88	
Preço Total (em reais, por extenso)				dez mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será em até **10 (dez) dias consecutivos** após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do **CONTRATADO** ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, **ou seja 2020**, na forma do *caput* do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 11/08/2020

EXTRATO Nº 080/2020 - FURB

Publicação Nº 2599852

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 080/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

INAIÁ DOROW HAAS

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 031/2020 e Contrato nº 048/2020 firmado em 03 de março de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 6.406,80 (seis mil, quatrocentos e seis reais e oitenta centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 031/2020, especialmente quanto a Proposta de folhas 117, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
01	38037	01	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Introdução a Confeitaria Carga horária: 60h Aulas: Terças e quartas-feiras Período: 02 a 16/06	6.406,80
Preço Total (em R\$)				6.406,80	
Preço Total (em reais, por extenso)				seis mil, quatrocentos e seis reais e oitenta centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, ou seja 2020, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 11/08/2020

EXTRATO Nº 300/2020 - FURB

Publicação Nº 2599854

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 300/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Keite da Silva Nogueira

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA PROFESSORA KEITE NOGUEIRA DA SILVA PARA ATUAR NA CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM BACTERIOLOGIA CLÍNICA COM ÊNFASE EM RESISTÊNCIA BACTERIANA NA DISCIPLINA DIAGNÓSTICO MICROBIOLÓGICO - INFECÇÕES GASTROINTESTINAIS/DERMATOLÓGICAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 180/2020 e Contrato nº 151/2020, firmado em 07 de agosto de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 1.839,31 (um mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 180/2020, especialmente quanto a Proposta de folhas ___ que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
02	38037	01	Valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Pós-Graduação Lato Sensu em Bacteriologia Clínica Disciplina: Diagnóstico bacteriológico: Infecções Gastrointestinais/ Dermatológicas. Carga Horária: 12hs Modalidade: Presencial	R\$ 1.839,31
Preço Total (em R\$)				R\$ 1,839,31	
Preço Total (em reais, por extenso)				(um mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93
DATA: 10/08/2020

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 1.185

Publicação Nº 2599070

DECRETO LEGISLATIVO 1.185

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA CARIDADE PAPA JOÃO PAULO II AO LAR BETÂNIA.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito da Caridade Papa João Paulo II ao Lar Betânia, pela realização de trabalhos voluntários de caráter assistencial/caritativo/filantrópico e de relevância social em favor das pessoas necessitadas, no âmbito do município de Blumenau, nos termos do Decreto Legislativo nº 863, de 26 de novembro de 2015.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenageada em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, em 11 de agosto de 2020.

MARCELO LANZARIN
Presidente

BRUNO CUNHA
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 360/2020

Publicação Nº 2598534

PORTARIA Nº 360/2020
De 15 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO os decretos que tratam sob medidas de prevenção ao COVID-19 e ao aumento da demanda de serviços de limpeza na área da saúde:

RESOLVE

Art. 1º - PRORROGAR prazo por mais sessenta dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº 499/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir de 11 de Junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de Julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 361/2020

Publicação Nº 2598486

PORTARIA Nº 361/2020
De 15 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Leandro Nunes Cassettari, ocupante do cargo de Secretário Municipal, com lotação na Secretaria de Agricultura, para exercer suas funções na Secretaria de Obras e Transportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de Julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 362/2020

Publicação Nº 2598503

PORTARIA Nº 362/2020
De 15 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR o servidor João Cristiano Pereira Rodrigues, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, com lotação na Secretaria de Compras e Licitações, para exercer suas funções na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de Julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

PORTARIA Nº 363/2020

Publicação Nº 2598587

PORTARIA Nº 314/2020

De 16 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR no cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, nível salarial DCA- 5, a Sra. Ieda Maria Piva, nascida em 07/02/1964, filha de Waldir Piva e de Terezinha Ramos Piva, portadora do RG: 1.341.567 e do CPF: 511.453.599-49, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 16 de Julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

PORTARIA Nº 364/2020

Publicação Nº 2598507

PORTARIA Nº 364/2020

De 16 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR a pedido do cargo de Técnico Administrativo – 40hs, nível salarial AOG - 4 a Sra. JÁDINA ASSUNÇÃO DA SILVA, nascida em 29/12/1991, filha de Geni Ribeiro da Silva e de Rosângela de Assunção Ribeiro da Silva, portadora do RG: 4.669.257 e do CPF: 071.371.359-35, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 16 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

PORTARIA Nº 365/2020

Publicação Nº 2598514

PORTARIA Nº 365/2020
De 16 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a contratação a partir desta data, do Sr. LUIZ CARLOS GOULART DA SILVA, admitido através do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2019, no cargo de Advogado Municipal, nível salarial ANS 14, portador do RG: 1.662.829 e CPF: 299.891.249-49, até que ocorra a nomeação de candidato concursado.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, produzindo seus efeitos a partir de 22 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 16 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 366/2020

Publicação Nº 2598515

PORTARIA Nº 366/2020
De 16 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR a funcionária PAOLA LUCIO DIAS, Secretária Adjunta do Esporte, para acumular suas funções como auxiliar da Junta Militar, até o final da licença prêmio da servidora Juçara de Assunção.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 16 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 367/2020

Publicação Nº 2598516

PORTARIA Nº 367/2020
De 17 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER EMERGENCIAL para atuar como gestora do bolsa família – 40HS, nível salarial AOG 7, a Sr. JADINA ASSUNÇÃO DA SILVA, nascida em 29/12/1991, filha de Geni Ribeiro da Silva e de Rosângela de Assunção Ribeiro da Silva, portadora do RG :4669257 e CPF : 071.371.359-35, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 17 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 368/2020

Publicação N° 2598521

PORTARIA N° 368/2020
De 17 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO- 40 horas, nível salarial DCA 4, a Sra. ROSMARI RIBEIRO DE LIMA, nascida em 25/11/1996, filha de LUIZ ROBERTO DE LIMA e de JOANA CANDIDO RIBEIRO, portadora do RG: 5.682.595 e do CPF: 095.149.839-80, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
17 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 369/2020

Publicação N° 2598525

PORTARIA N° 369/2020
De 17 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - ALTERAR NÍVEL SALARIAL de X para B, da Professora Municipal II - 20 hs PRISCILA COSTA, contratada através da chamada pública nº 01/2020, devido a apresentação de sua titulação como graduada na presente data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 17 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 370/2020

Publicação N° 2598526

PORTARIA N° 370/2020
De 17 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - :

A composição dos membros será a seguinte:

- Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Luiza Helena Benedet- CPF: 590849529-87
Suplente: Ana Cláudia Lima- CPF: 062060049-70
Titular: Geila Preza Vieira Ribeiro- CPF: 653500730-87
Suplente: Andréia Borges- CPF: 025323409-32
- Representante da Escola de Educação Básica Adolfo José Martins:
Titular: Aguinaldo Rael Pereira- CPF: 022519619-09
Suplente: Suelen Bianchini Damascena- CPF: 008723889-64
- Representante dos Professores da Rede Municipal de Educação Infantil:
Titular: Silvia Maria Rodrigues- CPF: 743415459-49
Suplente: Carla Dayane Cassol- CPF: 073690319-42
- Representante dos Anos Iniciais:
Titular: Laiane Aparecida Padilha Machado Melo- CPF: 051643459-43
Suplente: Daiana de Souza Amaral- CPF: 038244269-51
- Representante dos Anos Finais:
Titular: Rosilene Borges Pereira- CPF: 818627419-72
Suplente: Elizabete Patrícia Borges Nesi- CPF: 024770009-69
- Representante dos Pais ou Responsáveis de APP`s:
Titular: Eliane Rodrigues-CPF: 022338959-59
Suplente: Luciana pereira- CPF: 043383719-51
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Denise Albuquerque- CPF: 083122159-30
Suplente: Naindri Pareira- CPF: 108803039-48
- Representante da Apae de Bom Jardim da Serra:
Titular: Jessica Macedo de Souza- CPF: 086994949-71
Suplente: Elizandra da Silva Pereira- CPF: 055545929-29
- Representante Conselho Tutelar:
Titular: Juliana da Silveira Cabral- CPF: 075763819-81
Suplente: Claudia Cristina da Silva- CPF: 777191153-59

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, produzindo seus efeitos a partir de 09 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 17 de Julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

PORTARIA Nº 371/2020

Publicação Nº 2598527

PORTARIA Nº 371/2020

20 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Kethelyn Velho Valin matrícula 2257, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 11/2020 referente Processo Licitatório 05/2020 com a empresa GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.257.784/0001-45, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de materiais para artesanato e costura, para atendimento dos grupos do CRAS, Clube de Mães (interior), grupo de idosos e também a confecção de enxovais para bebês, deste município.

Art. 2º Designar Luciani Simone Mafioletti – matrícula 485, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 372/2020

Publicação Nº 2598530

PORTARIA Nº 372/2020
20 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Marcelo Fuck - matrícula 2448, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 77/2020 referente Dispensa de Licitação 18/2020 com Sullivan Scotti, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 032.068.329-00, que tem por objetivo: prestação de serviços de assessoria jurídica imobiliária, objetivando a regularização fundiária de unidades integrantes do Loteamento, que constitui o Conjunto Habitacional de Bom Jardim da Serra – SC, integrante da área especificada no mapa em anexo, para fins de cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta TAC 004/2017/01PJ/SJA, firmado entre este município e o Ministério Público.

Art. 2º Designar Joaquim Antonio Ribeiro – matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 373/2020

Publicação Nº 2598535

PORTARIA Nº 373/2020
20 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Marcelo Fuck, matrícula n. 2448, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 78/2020 referente Processo Licitatório 41/2020 com a empresa ACÁCIA ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ 09.116.134/0001-47, que tem por objetivo: TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO DA RUA VITORINO RODRIGUES MACHADO, COM EXTENSÃO DE 296,84M E ÁREA DE 2083,69M².”.

Art. 2º Designar Joaquim Antonio Ribeiro, matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 374/2020

Publicação Nº 2598537

PORTARIA Nº 374/2020
20 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Marcelo Fuck, matrícula n. 2448, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 80/2020 referente Processo Licitatório 15/2020 com a empresa BOA VISTA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI inscrita no CNPJ 24.137.809/0001-28, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UM PARQUINHO INFANTIL EM FORMATO DE AVIÃO, COM ESTRUTURA EM FIBRA DE VIDRO, AÇO CARBONO, PARTES EM MADEIRA PLÁSTICA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10 M DE LARGURA X 12 M DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR 14 BRINQUEDOS (2 GANGORRAS, 2 BALANÇOS, 1 GIRA-GIRA, 3 ESCORREGADORES, 1 TOBOGÃ, 1 TREPA-TREPA, 1 ESCADA CURVA, 3 ESCADAS)

Art. 2º Designar Valdinei Cassão de Jesus, matrícula n. 2261, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 375/2020

Publicação Nº 2598538

PORTARIA Nº 375/2020
20 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Marcelo Fuck, matrícula n. 2448, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 79/2020 referente Processo Licitatório 15/2020 com a empresa J. M ESPORTES LTDA (PONTO DO ESPORTE) inscrita no CNPJ 10.892.922/0001-04, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO de 250 M² DE GRAMA SINTÉTICA DECORATIVA DE 12MM, EM MATERIAL 100% PROLIPROPILENO pp2200(DTEX) COR VERDE ESCURA, COLOCADA COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Art. 2º Designar Valdinei Cassão de Jesus, matrícula n. 2261, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 376/2020

Publicação Nº 2598540

PORTARIA Nº 376/2020
De 29 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - ADMITIR POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019, a Sra. LUCIANA PEREIRA no cargo de Enfermeiro Padrão – 40hs, portadora do RG: 4.600.693 e do CPF: 043.383.719-51, filha de Martins Santos Pereira e de Maria Salete Pereira, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 29 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 377/2020

Publicação Nº 2598541

PORTARIA Nº 377/2020
De 29 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR no cargo de Secretário de Transporte e Obras, nível salarial DCA - 5, o Sr. GILMAR PEDRO MACHADO JUNIOR, nascido em 27/07/1990, filho de Silmar Pedro Machado e de Alzira Maria Mendes Machado, portador do RG: 5.915.942 e do CPF: 080.235.789-01, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 29 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 378/2020

Publicação Nº 2598543

PORTARIA Nº 378/2020
De 29 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Leandro Nunes Cassettari, para responder somente pela Secretaria de Agricultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 29 de Julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 379/2020

Publicação Nº 2598545

PORTARIA Nº 171/2020
De 29 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o Decreto nº 118/2020:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder FG 05, ao Sr. Luiz Cláudio Barth, portador do RG: 8/R1825634 e do CPF: 538.460.289-91, para o mês de julho de 2020.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 29 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 380/2020

Publicação Nº 2598547

PORTARIA Nº 380/2020
De 29 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o Decreto nº 118/2020:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder FG 05 por ser a gestora dos contratos, a Sra. Eliane Aparecida Corrêa, portadora do RG: 6.150.193 e do CPF: 733.733.380-34, para o mês de julho de 2020.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 29 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 381/2020

Publicação Nº 2598548

PORTARIA Nº 381/2020
De 30 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - ALTERAR NÍVEL SALARIAL de X para B, da Professora Municipal II - 20 hs, MIRIANE DE SOUZA MELO, contratada através da chamada pública nº 01/2020, devido a apresentação de sua titulação como graduada na presente data.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 30 de julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 382/2020

Publicação Nº 2598549

PORTARIA Nº 382/2020
De 31 de julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR no cargo de CHEFE DE GABINETE- 40 horas, nível salarial DCA 5, a Sra. ROSMARI RIBEIRO DE LIMA, nascida em 25/11/1996, filha de LUIZ ROBERTO DE LIMA e de JOANA CANDIDO RIBEIRO, portadora do RG: 5.682.595 e do CPF: 095.149.839-80, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir de 20 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
31 Julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 383/2020

Publicação Nº 2598552

PORTARIA Nº 383/2020
De 03 de Agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. RENI DA SILVA, nascido em 27/07/1954, filho de Manoel Inácio da Silva e de Paulina Dalpías, portador do RG: 8/R2186435 e do CPF: 417.807.529-20, pelo período de 03/08/2020 a 01/10/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 03 de Agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 384/2020

Publicação Nº 2598554

PORTARIA Nº 384/2020
De 31 de Julho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - :Criar os membros do Conselho de Alimentação Escolar-CAE:

Representante indicado pelo Poder Executivo:

-Titular: Mariana Pacheco Ramos
Telefone: (49)99112-1680

CPF: 064.491.139-52

-Suplente: Andreia Pereira Rodrigues da Silva
Telefone: (49)99118-3313
CPF: 055.122.959-45

Representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área da educação:

-Titular: Ana Claudia Lima
Telefone: (49)99918-5462
CPF: 062.060.049-70

-Suplente: Carla Dayane Cassol
Telefone: (49)99169-9967
CPF: 073.690.319-42

-Titular: Regina Aparecida Rodrigues
Telefone: (49)99125-3518
CPF: 040.711.369-01

Suplente: Elizia Vieira Rizzi
Telefone: (49)99114-5095
CPF: 027.076.119-56

Representantes de pais de alunos indicados pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares:

-Titular: Silvana de Souza
Telefone: (49)99146-7683
CPF: 044.686.209-60

-Suplente: Jane Aparecida da Silva
Telefone: (49)99175-4562
CPF: 061.650.279-62

-Titular: Maysa Borges Cardoso
Telefone: (49)99164-0118
CPF: 091.559.899-00

-Suplente: Luciana Rodrigues Padilha
Telefone: (49)99674-0759
CPF: 053.728.949-62

Representantes indicados pelas entidades civis organizadas:

-Titular: Iris Rex Nunes
Telefone: (49)99118-3682
CPF: 497.786.099-00

-Suplente: Beatriz Macedo Pereira
Telefone: (49)99176-3980
CPF: 027.380.739-05

-Titular: Neres dos Santos de Macedo
Telefone: (49)99108-6062
CPF: 690.582.539-53

-Suplente: Thomaz Velho da Silva
Telefone: (49)99128-1311
CPF: 077.385.999-36

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 31 de Julho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e

Cumpra-se

PORTARIA Nº 385/2020

Publicação Nº 2598555

PORTARIA Nº 385/2020
De 03 de Agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. FRANCISCO DE ASSIS ANASTÁCIO DE ASSUNÇÃO, nascido em 03/03/1961, filho de Antonio A. de Assunção e de Nadir A. de Assunção, portador do RG: 8/R-1.624.043 e do CPF: 518.064.609-024, pelo período de 03/08/2020 a 01/10/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 03 de Agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 386/2020

Publicação Nº 2598556

PORTARIA Nº 386/2020
De 07 de Agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - SUSPENDER por prazo indeterminado o andamento da Tomada de Contas Especial-FUNASA instituída através da portaria nº 141//2020; pelo fato de que a comissão está incompleta, e os convênios a serem analisados precisam de técnico com conhecimentos específicos na área.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 07 de Agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 387/2020

Publicação Nº 2598558

PORTARIA Nº 387/2020
De 07 de Agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAR PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA por mais sessenta dias, a Sra. Uricely Lima da Luz, nascida em 03/02/1989, filha de Ivoche Pereira da Luz e de Dircide Lima, portadora do RG: 4.178.709 e do CPF: 072.814.149-35, pelo período de

07/08/2020 a 05/10/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
07 de Agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 388/2020

Publicação Nº 2598564

PORTARIA Nº 388/2020
De 07 de agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - ALTERAR NÍVEL SALARIAL de X para B, da Professora Municipal I - 20 hs, SIRNEI MARY DOS SANTOS, contratada através da chamada pública nº 01/2020, devido a apresentação de sua titulação como graduada na presente data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 389/2020

Publicação Nº 2598567

PORTARIA Nº 389/2020
De 07 de agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - ALTERAR NÍVEL SALARIAL de X para B, da Professora de Artesanato - 20 hs, SIRNEI MARY DOS SANTOS, contratada através da chamada pública nº 01/2020, devido a apresentação de sua titulação como graduada na presente data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 390/2020

Publicação Nº 2598569

PORTARIA Nº 390/2020

De 07 de Agosto de 2020

INSTAURA COMISSÃO PARA REVISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 95, inciso II, letra "C" e Lei Municipal 737/1999 "Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra- SC, considerando:

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a instauração de COMISSÃO para revisão do processo administrativo instaurado através da Portaria 469/2017, que apurou as responsabilidades pelas multas existentes nos veículos pertencentes à Municipalidade.

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão do processo será composta pelos servidores: Luana Rodrigues dos Santos Gonçalves, Portaria de nomeação nº 054/2012, membro; Ildete Felicidade Macari, Portaria de nomeação nº 269/1998, membro; Geila Prezza Vieira Ribeiro, portaria da nomeação nº 040/2003, que a presidirá; todos servidores efetivos e estáveis.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, tudo de acordo com a Lei Municipal 737/1999.

Art. 4º - A comissão ora constituída, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis e improrrogáveis, a partir da data de publicação desta portaria, para apresentar relatório com a revisão do processo administrativo, dando ciência à Administração.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 07 de Agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se

PORTARIA Nº 391/2020

Publicação Nº 2598573

PORTARIA Nº 391/2020
De 07 de Agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER retorno ao servidor Público Municipal SEBASTIÃO NASCIMENTO MELO, Professor Municipal II – 20hs, para a Associação Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 07 de Agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 392/2020

Publicação Nº 2598575

PORTARIA Nº 392/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato N° 13/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa METROMED-COM.DE MATERIAL MED.HOSPITALAR LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.157.032/0001-22, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 393/2020

Publicação N° 2598576

PORTARIA N° 393/2020
07 de agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato N° 15/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 394/2020

Publicação N° 2598577

PORTARIA N° 394/2020
07 de agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato N° 16/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa L A DALLA PORTA JUNIOR., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 11.145.401/0001-56, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 395/2020

Publicação Nº 2598578

PORTARIA Nº 395/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 17/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 26.583.983/0001-20, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 396/2020

Publicação Nº 2598579

PORTARIA Nº 396/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 18/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 32.421.421/0001-82, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 397/2020

Publicação Nº 2598581

PORTARIA Nº 397/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 19/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa ODONTOSUL LTDA., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 04.971.211/0001-22, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 398/2020

Publicação Nº 2598582

PORTARIA Nº 398/2020
07 de agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 20/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 11.372.104/0001-43, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 399/2020

Publicação Nº 2598583

PORTARIA Nº 399/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 21/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 400/2020

Publicação Nº 2598588

PORTARIA Nº 400/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 14/2020 referente Pregão Presencial nº 03/2020 com a empresa MF ALMEIDA & CIA LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 05.021.932/0001-34, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS CLÍNICOS E

ODONTOLÓGICOS PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º Designar Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 401/2020

Publicação Nº 2598590

PORTARIA Nº 401/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 82/2020 referente Dispensa de Licitação nº 19/2020 com a empresa PITER SOUZA DOS SANTOS, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 22.924.543/0001-38, que tem por objetivo: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRA MULTIENTIDADE DE TESTE RÁPIDO E TERMOMETRO LASER PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19.

Art. 2º Designar Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 402/2020

Publicação Nº 2598591

PORTARIA Nº 402/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Guilhermina Ribeiro, matrícula n. 597, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 81/2020 referente Dispensa de Licitação nº 19/2020 com a empresa HEKO CIENTÍFICA - PROD E EQUIPAM CIENTÍFICOS EIRELI, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 15.443.663/0001-58, que tem por objetivo: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRA MULTIENTIDADE DE TESTE RÁPIDO E TERMOMETRO LASER PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19.

Art. 2º Designar Angela Juliani Melo, matrícula n. 1126, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 403/2020

Publicação Nº 2598593

PORTARIA Nº 403/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR JOÃO CLÉBIS ALVES, matrícula n. 2235, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 90/2020 referente Pregão Presencial nº 21/2020 com a empresa BRASIL SERVICOS E COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 07.809.987/0001-39, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FRACIONADA PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA MECÂNICA ORIGINAL DE PRIMEIRA LINHDA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º Designar Reni da Silva, matrícula 441, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 404/2020

Publicação Nº 2598595

PORTARIA Nº 404/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR JOÃO CLÉBIS ALVES, matrícula n. 2235, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 91/2020 referente Pregão Presencial nº 21/2020 com a empresa BRUNA GOULART DE FARIAS 06778326999., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 18.810.736/0001-90, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FRACIONADA PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA MECÂNICA ORIGINAL DE PRIMEIRA LINHDA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º Designar Reni da Silva, matrícula 441, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 405/2020

Publicação Nº 2598597

PORTARIA Nº 405/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR JOÃO CLÉBIS ALVES, matrícula n. 2235, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 92/2020 referente Pregão Presencial nº 21/2020 com a empresa VOLCAP COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - ME., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 17.333.628/0001-01, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FRACIONADA PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA MECÂNICA ORIGINAL DE PRIMEIRA LINHDA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º Designar Reni da Silva, matrícula 441, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 406/2020

Publicação Nº 2598598

PORTARIA Nº 406/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR JOÃO CLÉBIS ALVES, matrícula n. 2235, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 93/2020 referente Pregão Presencial nº 21/2020 com a empresa JULIO SILVESTRI FILHO - ME., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 15.608.150/0001-50, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FRACIONADA PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA MECÂNICA ORIGINAL DE PRIMEIRA LINHA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º Designar Reni da Silva, matrícula 441, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 407/2020

Publicação Nº 2598603

PORTARIA Nº 407/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR JOÃO CLÉBIS ALVES, matrícula n. 2235, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 94/2020 referente Pregão Presencial nº 21/2020 com a empresa PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELLI-ME., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.864.567/0001-66, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FRACIONADA PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA MECÂNICA ORIGINAL DE PRIMEIRA LINHA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º Designar Reni da Silva, matrícula 441, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 408/2020

Publicação Nº 2598605

PORTARIA Nº 408/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR JOÃO CLÉBIS ALVES, matrícula n. 2235, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 95/2020 referente Pregão Presencial nº 21/2020 com a empresa MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 27.720.223/0001-80, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FRACIONADA PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA MECÂNICA ORIGINAL DE PRIMEIRA LINHA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º Designar Reni da Silva, matrícula 441, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 409/2020

Publicação Nº 2598607

PORTARIA Nº 409/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR JOÃO CLÉBIS ALVES, matrícula n. 2235, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 89/2020 referente Pregão Presencial nº 21/2020 com a empresa TRATORMAX COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME., empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.780.703/0001-42, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FRACIONADA PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA MECÂNICA ORIGINAL DE PRIMEIRA LINHA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º Designar Reni da Silva, matrícula 441, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 410/2020

Publicação Nº 2598609

PORTARIA Nº 410/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR LUCAS BIANQUINI DAMACENA, matrícula n. 2238, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 85/2020 referente Pregão Presencial nº 19/2020 com a empresa VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 27.286.283/0001-36, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE LIXEIRAS, PARA O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA.

Art. 2º Designar JOAQUIM ANTONIO RIBEIRO, matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 411/2020

Publicação Nº 2598611

PORTARIA Nº 411/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR LUCAS BIANQUINI DAMACENA, matrícula n. 2238, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 86/2020 referente Pregão Presencial nº 19/2020 com a empresa DISBRAPLAC LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 05.168.674/0001-13, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE LIXEIRAS, PARA O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA.

Art. 2º Designar JOAQUIM ANTONIO RIBEIRO, matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 412/2020

Publicação Nº 2598612

PORTARIA Nº 412/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR LUCAS BIANQUINI DAMACENA, matrícula n. 2238, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 87/2020 referente Pregão Presencial nº 22/2020 com a empresa POSTO IPIRELLA LTDA (LOJA), empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 03.345.559/0002-22, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS DE ARTEFATOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Art. 2º Designar JOAQUIM ANTONIO RIBEIRO, matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 413/2020

Publicação Nº 2598613

PORTARIA Nº 413/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR LUCAS BIANQUINI DAMACENA, matrícula n. 2238, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 88/2020 referente Pregão Presencial nº 22/2020 com a empresa LEAO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA ME, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 07.302.396/0001-70, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS DE ARTEFATOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Art. 2º Designar JOAQUIM ANTONIO RIBEIRO, matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 414/2020

Publicação Nº 2598614

PORTARIA Nº 414/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR LUCAS BIANQUINI DAMACENA, matrícula n. 2238, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 84/2020 referente Pregão Presencial nº 19/2020 com a empresa CENTER LUZ COMÉRCIO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 10.844.977/0001-49, que tem por objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRA-CIONADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE LIXEIRAS, PARA O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA.

Art. 2º Designar JOAQUIM ANTONIO RIBEIRO, matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 415/2020

Publicação Nº 2598616

PORTARIA Nº 415/2020
07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Marcelo Pereira, matrícula n. 1178, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 83/2020 referente Tomada de Preços nº 08/2020 com a empresa GP SINALIZACAO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, , empresa privada com personalidade jurídica de di-reito público, inscrita sob o n.º C.N.P.J.09.314.355/0001-20, que tem por objetivo: TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL

Art. 2º Designar Manuella Schlemper Bart, matrícula n. 2398, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 416/2020

Publicação Nº 2598617

PORTARIA Nº 416/2020
De 10 de Agosto de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - ADMITIR POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019, o Sr. JOSÉ LEONARDO GONÇALVES LEITE DE CARVALHO PAEZ no cargo de Engenheiro Civil – 20hs, portador do RG: 8841738-0 e do CPF: 059.729.689-83, filho de Júlio Cesar de Carvalho Paez e de Ângela Gonçalves Leite Paez, a partir desta data.

Art. 2º - A contratação é em substituição ao Engenheiro Civil efetivo que se encontra em auxílio doença.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 10 de Agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e

Cumpra-se

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29-2020

Publicação Nº 2598844

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA NOVA (ZERO HORA), ANO/MODELO MÍNIMO 2020, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO II DO EDITAL.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1187/2020

Aos 10 dias de agosto de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 17/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA NOVA (ZERO HORA), ANO/MODELO MÍNIMO 2020, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO II DO EDITAL, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa BMC Hyundai S/A., com sede na Rodovia Presidente Dutra, s/n, km 315, Município de Itatiaia/RJ, inscrita no CGC/MF sob o nº. 14.168.536/0001-25, neste ato representada por seu representante legal Senhor Marcelo Luiz Luterek, portador do CPF nº. 031.899.099-70 e RG nº. 3.606.091, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA NOVA (ZERO HORA), ANO/MODELO MÍNIMO 2020, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO II DO EDITAL, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, O departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1), poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
- 4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.
- 5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1), Poderão ser interpostos no prazo máximo

de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1), alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.
- 2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 17/2020.
- 3). No fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 17/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 17/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). A empresa deverá efetuar a entrega técnica do equipamento junto ao parque do DMER do município sito a Avenida Nossa Senhora de Fatima, nº. 120 sem custo adicional.
- 2) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo Licitatório nº. 1081/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

- 1). A empresa deverá dar garantia do equipamento conforme o exigido no edital;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer o equipamento, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 1187/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa BMC Hyundai S/A., com sede na Rodovia Presidente Dutra, s/n, km 315, Município de Itatiaia/RJ, inscrita no CGC/MF sob o nº. 14.168.536/0001-25, neste ato representada por seu representante legal Senhor Marcelo Luiz Luterek, portador do CPF nº. 031.899.099-70 e RG nº. 3.606.091.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Lei Federal nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 10 de agosto de 2020

Jeferson Persch
Pregoeiro

Marcelo Luiz Luterek
Empresa

Testemunhas:

Leonir Lamb Valdenor Nascimento
Secretário da Administração Secretário do DMER

Cesar Luis Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor jurídico

ANEXO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1187/2020

EMPRESA VENCEDORA:

Empresa BMC Hyundai S/A., com sede na Rodovia Presidente Dutra, s/n, km 315, Município de Itatiaia/RJ, inscrita no CGC/MF sob o nº. 14.168.536/0001-25, neste ato representada por seu representante legal Senhor Marcelo Luiz Luterek, portador do CPF nº. 031.899.099-70 e RG nº. 3.606.091.

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca/Modelo	Valor máximo total R\$
1	1	und	Escavadeira hidráulica nova (zero hora) sob esteira, ano de fabricação e modelo mínimo 2020 ou do ano da entrega, com motor a diesel de no mínimo 04 cilindros, turboalimentado, com potência líquida mínima de 90 hp, que atenda as normas de emissão de poluentes tier 3 ou mar1, peso operacional de no mínimo 12.000 kg e no máximo 14.000 kg, caçamba com capacidade mínima de 0,65 m³, braço de no mínimo 2500 mm, lança de no mínimo 4600 mm, comprimento da esteira de no mínimo 3750mm, sapata largura mínima de 600 mm, cabine ROPS/FOPS fechada com ar condicionado, no mínimo rádio AM/FM com entrada de USB e alto-falantes, com 2 espelho retrovisor, equipada com câmera de visão traseira (ré), com no mínimo 2 faróis na lança e no mínimo 1 na cabine, equipada com bomba de auto abastecimento de diesel padrão de fábrica, equipada com grade de proteção frontal e de teto. Possuir garantia mínima de 2 anos sem limites de horas trabalhadas.	Hyundai R140LC9	360.000,00

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5477/2020

Publicação Nº 2598827

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

=====

Decreto Municipal nº. 5477/2020 de 10 de agosto de 2020.

Homologa e adjudica julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Processo Licitatório nº. 1187/2020, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeado pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2019, sob o Processo de Licitação nº. 1187/2020, que tem por objeto Eventual aquisição de escavadeira hidráulica sobre esteira nova (Zero Hora), ano/modelo mínimo 2020, conforme especificação constante no anexo II do edital.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto		Valor (R\$)
1	BMC HYUNDAI S/A	Escavadeira hidráulica nova (zero hora) sob esteira, ano de fabricação e modelo mínimo 2020 ou do ano da entrega, com motor a diesel de no mínimo 04 cilindros, turboalimentado, com potência líquida mínima de 90 hp, que atenda as normas de emissão de poluentes tier 3 ou mar1, peso operacional de no mínimo 12.000 kg e no máximo 14.000 kg, caçamba com capacidade mínima de 0,65 m³, braço de no mínimo 2500 mm, lança de no mínimo 4600 mm, comprimento da esteira de no mínimo 3750mm, sapata largura mínima de 600 mm, cabine ROPS/FOPS fechada com ar condicionado, no mínimo rádio AM/FM com entrada de USB e alto-falantes, com 2 espelho retrovisor, equipada com câmera de visão traseira (ré), com no mínimo 2 faróis na lança e no mínimo 1 na cabine, equipada com bomba de auto abastecimento de diesel padrão de fábrica, equipada com grade de proteção frontal e de teto. Possuir garantia mínima de 2 anos sem limites de horas trabalhadas.	1	360.000,00
Trezentos e sessenta mil reais				360.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 10/08/2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599216

PORTARIA Nº 170/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidora Municipal Srª. Chayane de Oliveira Mossini, inscrita na matrícula nº 821-4, portadora do CPF sob. nº 082.485.009-26, lotada na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, sendo período aquisitivo de 12 de junho de 2019 a 11 de junho de 2020, e período de concessão de 10 de agosto de 2020 a 14 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de agosto de 2020.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

829.08.20 - P. FÉRIAS IVONETE H. GARCIA

Publicação Nº 2599368

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 829/20 de 11.08.20
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2018 (Dois Mil e Dezoito) a 2019 (Dois Mil e Dezenove) a funcionária Ivonete Hinckel Garcia, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem – Padrão I – Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - ESF, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia do dia 10 de agosto com término no dia 19 de agosto de 2020 e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 20 de agosto com término no dia 08 de setembro de 2020, conforme requerimento n.º 49/2020 de 06 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

830.08.20 - P. FÉRIAS FABIANA ROSSI

Publicação Nº 2599372

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 830/20 de 11.08.20
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a Funcionária Fabiana Rossi, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário – Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde – Programa Saúde Bucal, para gozá-las a contar do dia 10 de agosto com término no dia 08 de setembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

831.08.20 - P. FÉRIAS JULIA G. LOPES

Publicação Nº 2599374

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 831/20 de 11.08.20
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Julia Gabriela Lopes, Ocupante do cargo de Chefe de Serviços, Padrão I – Nível 30, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia do dia 27 de julho com término no dia 05 de agosto de 2020 e os 20 (vinte) dias restantes para futuras negociações conforme requerimento n.º 48/2020 de 24 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

832.08.20 - P. REMANEJAMENTO ROSENILDA MORETTI

Publicação Nº 2599378

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 832/20 de 11.08.20

REMANEJA SERVIDORA PÚBLICA DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

RESOLVE:

Remanejar a servidora Rosenilda Moretti, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 10 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

833.08.20- P. INSALUBRIDADE LUCIANE T. CRUZ

Publicação Nº 2599382

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 833/20 de 11.08.20

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Clímet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora Luciane Terezinha da Cruz, Servente, lotada na Secretaria de Saúde – Unidade Básica de Saúde, a contar de 10 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

834.08.20- P. INSALUBRIDADE ROSENILDA MORETTI

Publicação N° 2599387

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 834/20 de 11.08.20
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora Rosenilda Moretti, Servente, lotada na Secretaria de Saúde – Unidade Básica de Saúde, a contar de 10 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

835.08.20- P. INSALUBRIDADE CELIANE RABELO

Publicação N° 2599388

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 835/20 de 11.08.20
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora Celiene Rabelo, Servente, lotada na Secretaria de Saúde – Unidade Básica de Saúde, a contar de 10 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

11 de agosto de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 163 E 164/2020

Publicação Nº 2598796

Extrato Ata de Registro de Preços 163/2020

Ata de Registro de Preços nº 163/2020 do Pregão Presencial nº 50/2020, Processo 72/2020. Objeto: Aquisição de kit de produtos básicos para alimentação e higiene, para distribuição a pessoas economicamente vulneráveis, montado e entregue diretamente ao beneficiado, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: Sergio Henrique Elias & Cia Ltda. CNPJ nº 79.250.460/0001-28; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de agosto de 2020; Data de Assinatura: 10/08/2020. Preço total registrado: R\$ 60.000,00.

Extrato Ata de Registro de Preços 164/2020

Ata de Registro de Preços nº 164/2020 do Pregão Eletrônico nº 52/2020, Processo 78/2020. Objeto: Aquisição de teste rápido para diagnóstico do covid-19 em pacientes durante triagem realizado pela Secretaria Municipal de Saúde. Detentor da Ata: Best Technologies Comercio e Serviços de Informática Ltda. CNPJ nº 07.224.944/0001-91; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de agosto de 2020; Data de Assinatura: 10/08/2020. Preço total registrado: R\$ 9.375,00.

Bom Retiro, 12 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

MINUTA PE 58/2020

Publicação Nº 2598669

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 14h00min do dia 21 de agosto de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 58/2020, para Aquisição de macacão impermeável, avental descartável e protetor facial "face shield" para utilização dos servidores municipais do município de Bom Retiro em combate ao Covid 19, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

MINUTA PP 53/2020

Publicação Nº 2598664

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 25 de agosto de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 53/2020, para Aquisição de tubos de 1,20mt, para utilização na manutenção dos serviços prestados pelo Município de Bom Retiro, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

MINUTA PP 57/2020

Publicação Nº 2598666

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2020 SRP

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 57/2020, SRP objetivando a Aquisição de areia fina e média, para serem entregues no município de Bom Retiro, itens cancelados do processo 56/2020. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 350, Centro, até dia 27/08/20 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PP 59/2020

Publicação Nº 2598672

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2020 SRP

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 59/2020, SRP objetivando a Aquisição de gêneros de alimentação, para fornecimento as Secretarias e Fundos Municipais. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 350, Centro, até dia 28/08/20 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PORTARIA Nº 116/2020

Publicação Nº 2598500

PORTARIA Nº 116/2020

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) RAYANNE STEPHANY RODRIGUES, ocupante do cargo temporário de MÉDICO, a partir de 10/08/2020.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 10 de Agosto de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117/2020

Publicação Nº 2598501

PORTARIA Nº 117/2020

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73 VII, X, XV da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- O PEDIDO DE DEMISSÃO FORMULADO PELO EMPREGADO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MORGANA FACHINI CUCHI, ocupante do cargo temporário de MONITOR ESCOLAR, a partir de 10/08/2020.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do pedido de demissão do empregado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá(SC), 10 de Agosto de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/2020

Publicação Nº 2598504

PORTARIA Nº 118/2020

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências.”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

- 1- O encerramento do Contrato da Médica Dra. Rayanne Stephany Rodrigues;
- 2- A necessidade de um médico para atender o Unidade de Saúde do Centro.

Resolve:

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). MARCOS MASSAKI OTA, brasileiro, para o cargo temporário de MEDICO, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 10 de Agosto de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/2020

Publicação Nº 2599013

PORTARIA Nº 119/2020

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

- 1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MARISTELA KORMANN, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 11/08/2020.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 11 de Agosto de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2020

Publicação Nº 2598505

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO e a empresa - MANUPA COMERCIO, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADAPTADOS EIRELI., CNPJ: 03.093.776/0001-91. Objeto: Aquisição de um Caminhão novo para servir a Secretaria de Obras, Estradas, Serviços Urbana e Agropecuária do Município de Braço do Trombudo/SC, através de recursos provenientes de Emenda Parlamentar especial e próprios do Município. Valor do item: R\$ 329.400,00 (trezentos e vinte e nove mil e quatrocentos reais). Vigência: 90 dias.

Braço do Trombudo, SC 07/08/2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2020

Publicação Nº 2599172

EXTRATO DO CONTRATO 33/2020

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CONCRETA OBRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ 34.383.717/0001-81

Rua John Kennedy, 864, Bairro Centro

Cidade Rio do Oeste

Objeto: Reforma da quadra esportiva coberta e pintura interna e externa da Escola Básica Adriano Mosimann.

Valor: 93.496,64 (noventa e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência: 06/08/2020 até 31.12.2020.

Data da assinatura: 06/08/2020

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 01/2020 FMS

Publicação Nº 2599902

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2020 FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que estão abertas as inscrições para o credenciamento universal de prestadores de serviços de saúde ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE PEDIATRIA, NEUROLOGIA, PSIQUIATRIA, FONOAUDIOLOGIA, NUTRIÇÃO (NUTRICIONISTA), E CARDIOLOGIA PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. Período de Recebimento de Documentos: a partir do dia 12/08/2020, no horário: 08h:00m as 12h:00m e 13h00m as 17h00m, por tempo indeterminado. Local do recebimento dos documentos no Departamento de Compras e Licitações: Praça da Independência nº. 25 - Centro – Braço do Trombudo/SC, fone (47) 3547-0179, pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11/08/2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N° 067-2020

Publicação N° 2599937

EXTRATO CONTRATO N° 067-2020

ESPÉCIE: Contrato n° 067/2020, entre o Município de Brusque e a empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA SESI CNPJ: 03.777.341/0039-39 Objeto: COLETA E DIAGNOSTICO MOLECULAR DO SARS-COV-2 RT-PCR EM TEMPO REAL, ATRAVÉS DA INTRODUÇÃO DE UM SWAB OROFARINGE E NASOFARINGE PARA DETECÇÃO DO RNA DO VÍRUS NO INÍCIO DA INFECÇÃO, para atender os Militares de Brusque. Valor R\$ 36.352,40 Inexigibilidade n° 006/2020 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários:Roberto Zen.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 036-2020

Publicação N° 2599935

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 036-2020

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços n° 036-2020 em 10/08/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTES) R\$ 413.199,00. ORIGEM: Pregão n° 061/2020 SIGNATÁRIO:Renato Biacchi.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 032-2020

Publicação N° 2599939

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO n° 032/2020

TOMADA DE PREÇO n° 007/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRA DE COMPLEMENTAÇÃO DA CRECHE DENOMINADA EMMA II, LOCALIZADA NO BAIRRO LIMOEIRO, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Realizada a análise da aceitabilidade da proposta comercial nos termos do edital (item 3.2.) e análise dos preços individualmente, tanto para fins de cumprimento do disposto no item 7.5.do edital (preço máximo unitário), conclui-se pela aceitabilidade e classificação das propostas apresentadas pelas licitantes: 1ª Classificada: CONSTRUTORA WDD LTDA Isto posto e, procedida a publicação do resultado deste adendo, aguarde-se o decurso do prazo recursal, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a ", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia para prosseguimento do processo licitatório. 11/08/2020 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 073-2020

Publicação N° 2599940

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO n° 073/2020

TOMADA DE PREÇO n° 009/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE CONCRETO ARMADO NA EEF PADRE VENDELINO WIE-MES, NO CEDRINHO, NA CIDADE DE BRUSQUE.

Realizada a análise da aceitabilidade da proposta comercial nos termos do edital (item 3.2.) e análise dos preços individualmente, tanto para fins de cumprimento do disposto no item 7.5.do edital (preço máximo unitário), conclui-se que a empresa AUTENTIKA ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA foi desclassificada por descumprimento do contido no item 3.2.1.7 do edital, ou seja, não apresentou de forma detalhada a composição do percentual adotado para os encargos sociais (com/sem desoneração), incidentes na mão de obra dos preços unitários propostos e pela aceitabilidade e classificação das propostas apresentadas pelas licitantes: 1ª Classificada: TEC TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA; 2ª Classificada: SOVRANA ENGENHERIA E CONSTRUÇÕES LTDA; 3ª Classificada: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA; 4ª Classificada: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. A Lei Complementar n° 147/14, rege que: Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. § 1o Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Dessa forma, tendo em vista que a empresa TEC TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA não comprovou a condição de ser beneficiária da Lei Complementar n° 147/14 e que seu valor está dentro do empate mencionado na Lei, abre-se o prazo de até 05 (cinco) dias para a empresa SOVRANA ENGENHERIA E CONSTRUÇÃO LTDA se manifestar sobre a utilização ou não do benefício contido no artigo acima mencionado, ressaltando que em caso de utilização, encaminhar a proposta e documentos atualizados. Isto posto e, procedida a publicação do resultado deste adendo, aguarde-se o decurso do prazo recursal, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a ", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia para prosseguimento do processo licitatório. 11/08/2020 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº 005-2020

Publicação Nº 2599942

PORTARIA Nº 005/2020/FCB, de 30 de julho de 2020

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

O Diretor da Fundação Cultural de Brusque, designado através da Portaria nº 13.393/2020 para responder pela Fundação Cultural de Brusque, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, I, da Lei Complementar 147/2009, considerando e tendente a apurar os fatos constantes junto ao Memorando nº 123/2020/CGM, referente ao exposto e solicitado no Memorando nº 004/2017 em anexo, que se trata da não localização de bens verificado em levantamento patrimonial da Fundação Cultural de Brusque; para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), objetivando apurar autoria e materialidade, efetivar providências determinadas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo:

- a) Alexandre Frederico Ristow Stoll, matrícula nº 529648-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arte Educador,
- b) Jaqueline da Silva, matrícula nº 634948-0, ocupante do cargo de provimento efetivo Arte Educador, e,
- c) Janete Sampaio de Moraes, matrícula nº 1028790-1;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, exercendo suas atividades com independência e imparcialidade, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes, assegurado o sigilo quando necessário.

Art. 4º - A Comissão, terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de julho de 2020.

IGOR ALVES BALBINOT
Diretor da Fundação Cultural de Brusque
Portaria nº 13.393
Portaria nº 13.215

PORTARIA Nº 1747-2020

Publicação Nº 2599943

PORTARIA Nº 1747 /2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, o servidor ANDERSON VIANA ZAGUINI, matrícula 1036297-0, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR FISCAL TRIBUTARIO, lotado na Secretaria da Fazenda, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1762-2020

Publicação Nº 2599944

Portaria nº 1762/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora JENIFER RAQUEL DUTRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 23/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO

Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1763-2020

Publicação Nº 2599945

Portaria nº 1763/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora JOSIANE DOS SANTOS CAMPOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO

Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1764-2020

Publicação Nº 2599946

Portaria nº 1764/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora LAURA DIETRICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 14/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1765-2020

Publicação N° 2599947

Portaria nº 1765/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora LIDIA BELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 23/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1766-2020

Publicação N° 2599948

Portaria nº 1766/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor LUIZ FERNANDO DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 03/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1767-2020

Publicação Nº 2599949

Portaria nº 1767/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora LUZIA DOMINGOS RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 01/07/2020 a 29/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 14/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1768-2020

Publicação Nº 2599950

Portaria nº 1768/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARCIA APARECIDA SIMONES DE CASTRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 13/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/03/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1769-2020

Publicação Nº 2599951

Portaria nº 1769/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARIA DE FÁTIMA DE MOURA DO COUTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 18/06/2020 a 16/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 04/12/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 18/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1770-2020

Publicação Nº 2599952

Portaria nº 1770/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARIA DE LOURDES RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2007.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1771-2020

Publicação Nº 2599953

Portaria nº 1771/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARIA FERNANDA DE ALMEIDA ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/04/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1772-2020

Publicação Nº 2599954

Portaria nº 1772/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARIA ROSELI PACHECO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 01/07/2020 a 30/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/01/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1773-2020

Publicação Nº 2599955

Portaria nº 1773/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARLI KUSTERS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 29/06/2020 a 28/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 08/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 29/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1774-2020

Publicação Nº 2599957

Portaria nº 1774/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARLI SIGRIT KESSLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 13/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1775-2020

Publicação Nº 2599958

Portaria nº 1775/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARLUCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 01/07/2020 a 29/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1776-2020

Publicação Nº 2599960

Portaria nº 1776/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MERI RODRIGUES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 13/08/2020, referente aos períodos aquisitivos iniciados em 02/05/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1777-2020

Publicação Nº 2599961

Portaria nº 1777/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor MICHEL AUGUSTO DE ARAUJO SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 12/02/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1778-2020

Publicação Nº 2599962

Portaria nº 1778/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora NADIR BOING MAESTRI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 01/07/2020 a 29/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 08/02/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1779-2020

Publicação Nº 2599964

Portaria nº 1779/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora NEIDE MARIA DUTRA DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 01/07/2020 a 29/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 15/02/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1780-2020

Publicação Nº 2599965

Portaria nº 1780/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora ORLINDA ROSALINA MARCHI THOMAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 13/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/01/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1781-2020

Publicação Nº 2599967

Portaria nº 1781/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora PATRICIA SILVA DOS ANJOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 25/06/2020 a 23/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 25/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1782-2020

Publicação Nº 2599968

Portaria nº 1782/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor PEDRO ANTUNES DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 23/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 04/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1783-2020

Publicação Nº 2599969

Portaria nº 1783/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora POLYANA GONZAGA KATZWINKEL NAIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 01/07/2020 a 29/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1784-2020

Publicação Nº 2599971

Portaria nº 1784/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor RANGEL MORAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1785-2020

Publicação Nº 2599973

Portaria nº 1785/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora RITA DE CASSIA SALDANHA PRESTES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 01/07/2020 a 29/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018/CPFC-DESPACHO

Publicação Nº 2599982

DESPACHO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018/CPFC
Concorrência Pública n. 001/2009 - B-Trans
Termo de Concessão n. 19/2010

Requerente: Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Requerida: JULIO CESAR FERNANDES TRANS-ME

CONSIDERANDO os fatos noticiados por esse Departamento e documentos que instruem o presente processo administrativo; bem como do que consta no parecer técnico, não restam dúvidas quanto a conduta ilícita praticada pela empresa JULIO CESAR FERNANDES TRANS-ME caracterizada por atos de descumprimento de normas indisponíveis firmados em Termo de Concessão e ação omissiva negligenciante no descumprimento de obrigações assumidas pela Concessionária, acarretando [improbis actos] a Administração Pública

Desta forma e, com base nas razões constantes do processo administrativo próprio;

DETERMINO a imputação de penalidades a empresa JULIO CESAR FERNANDES TRANS-ME, com a aplicação da penalidade de suspensão temporária de participar de licitação e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 01 (um) ano e multa rescisória de 10% sobre o valor da receita bruta em face Concessionária JULIO CESAR FERNANDES TRANS-ME, nos quadrantes da fundamentação exposta nesses memoriais, com fundamento no art. 87, II da Lei 8.666/93, devendo ser paga no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da presente decisão; e ainda, aplicação de suspensão temporária de participar de licitação e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 01 (um) ano, e à apuração sobre a existência, caso necessário, bem como ao reparo dos danos causados aos cofres municipais, em confluência com os fatos, sob análise prévia no que tange à legalidade desta sanção administrativa, bem assim a realização de tomada de contas especial em razão de suposto prejuízo ao erário municipal, de acordo com o estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DETERMINO a homologação em inteiro teor para cumprimento do parecer conclusivo emitido pela Comissão Processante, com lavra em 13/05/2019.

Decorrido o transcurso in albis do prazo para pagamento e eventual apresentação defesa, proceda-se à inscrição em Dívida Ativa do valor devido conforme apurado em contrato constante no teor do parecer conclusivo, até o seu efetivo adimplemento.

Dê ciência à empresa contratada, inclusive para fins do disposto no art. 109, I, "f" da Lei 8.666/93.

Decorrido o prazo recursal, cientifique-se a Controladoria Geral do Município para as providências cabíveis quanto a Tomada de Contas para apurar indenização de prejuízos ao erário proveniente do descumprimento contratual e, sendo o caso encaminhar a Procuradoria-Geral do Município para análise, deliberação e medidas judiciais pertinentes a apurar existência de Improbidade Administrativa.

Brusque (SC), 11 de agosto 2020.

Renato Bianchi
Diretor e Responsável pela Secretaria de Trânsito

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2020

Publicação Nº 2599087

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 102/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO – 51/2020 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2020
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 12/08/2020 a partir das 14h00min até o dia 10/09/2020 às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 10/09/2020 às 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: dia 10/09/2020 às 14h05min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 11 de agosto de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020

Publicação Nº 2600000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 104/2020 – PREGÃO PRESENCIAL – 17/2020-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM E S10), PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/08/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 24/08/2020 às 14h15min.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações.
Caçador-SC, 11 de agosto de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTRAS AVENÇAS Nº 53 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020 - DISPENSA Nº 19/2020

Publicação Nº 2599298

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTRAS AVENÇAS Nº 53 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020 - DISPENSA Nº 19/2020
CONTRATADO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC

CNPJ: 82.515.859/0001-06

INSC. ESTADUAL: ISENTA

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ENDEREÇO: RODOVIA SC 401, KM 01, LOTE 02 – PARQUE TECNOLÓGICO ALFA		MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS/SC
CEP: 88015-203		FONE/FAX: (048) 3221-0800
REPRESENTANTES LEGAIS:		
NOME: SUELI VIEIRA SARMENTO BERNARDI		CARGO: GERENTE REGIONAL
NACIONALIDADE: BRASI-LEIRA	ESTADO CIVIL: CASADA	PROFISSÃO: BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
C. I.: 1512236	ÓRGÃO EMISSOR: IGP/SC	CPF/MF: 471.687.579-20
NOME: DOUGLAS LUIS TRÊS		CARGO: ANALISTA
NACIONALIDADE: BRASI-LEIRA	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO
C.I.: 2165822	ÓRGÃO EMISSOR: IGP/SC	CPF/MF: 660.819.479-04

O presente instrumento está amparado no artigo 24,XIII, da Lei n.º 8.666/93, e se regerá pelas cláusulas e condições seguintes: Constitui-se objeto deste instrumento a execução do Projeto SC - ATENDIMENTO TERRITORIAL DE CAÇADOR, compreendendo a seguinte ação: I - Consultoria para orientação e implantação das ações do Plano Municipal de Turismo Integrado e Sustentável; A execução dos serviços objeto deste instrumento terá a duração prevista de 06 (seis) meses, fixando seu início para 12/08/2020. O CONTRATANTE pagará em 06 (seis) parcelas, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). O prazo de vigência deste instrumento é de 06 (seis) meses. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da servidora abaixo mencionada Karla Vanessa Velasquez.

DECRETO Nº 8.854

Publicação Nº 2599959

DECRETO Nº 8.854, de 7 de agosto de 2020.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018 e Lei Complementar Municipal nº 128, de 12 de maio de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos de propriedade de Farmácia Sagrado Coração Ltda., devidamente matriculadas no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 27.149 e 27.150, com as seguintes medidas e confrontações firmadas em mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área com 309,66m² (trezentos e nove metros e sessenta e seis decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: inicia-se no marco denominado "m0=PP", dividindo-se com a Avenida Barão do Rio Branco com a distância de 9,85 metros até o marco "m1"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 27.150 com a distância de 31,15 metros até o marco "m4"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.794 com a distância de 10,00 metros até o marco "m5"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21.495 com a distância de 31,30 metros até o marco "m0=PP"; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 309,66m²;

II – área com 308,91m² (trezentos e oito metros e noventa e um decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: inicia-se no marco denominado "m1=PP", dividindo-se com a Avenida Barão do Rio Branco com a distância de 9,85 metros até o marco "m2"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 2.992 com a distância de 31,10 metros até o marco "m3"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.794 com a distância de 10,00 metros até o marco "m4"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 27.149 com a distância de 31,15 metros até o marco "m1=PP"; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 308,91m².

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 618,57m² (seiscentos e dezoito metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: inicia-se no marco denominado "m0=PP", dividindo-se com a Avenida Barão do Rio Branco com a distância de 19,70 metros até o marco "m1"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 2.992 com a distância de 31,10 metros até o marco "m2"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.794 com a distância de 20,00 metros até o marco "m3"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21.495 com a distância de 31,30 metros até o marco "m0=PP"; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 618,57m².

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O registro da unificação no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128/08.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.856

Publicação Nº 2599966

DECRETO Nº 8.856, de 10 de agosto de 2020.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018 e Lei Complementar Municipal nº 128, de 12 de maio de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos de propriedade de Eduardo Seleme e Beatriz Margarida Zanchett Seleme, devidamente matriculadas no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 8.620 e 8.604, com as seguintes medidas e confrontações firmadas em mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área com 3.558,25m² (três mil, quinhentos e cinquenta e oito metros e vinte e cinco decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: partindo do marco ponto P0, situado na confrontação com Roberto Balzan; segue confrontando com Roberto Balzan, matrícula nº 21.216, com o azimute de 100°51'55" e a distância de 19,18m até o marco ponto P1; segue confrontando com EBS Participações Societárias EIRELI, matrícula nº 18.793, com o azimute de 183°29'12" e a distância de 87,79m até o marco ponto P2; segue confrontando com o Eduardo Seleme, matrícula nº 8604, com o azimute de 273°01'27" e a distância de 88,11m até o marco ponto P3; segue confrontando com a rua Atílio Basqueira com o azimute de 9°08'26" e a distância de 27,91m até o marco ponto P4; segue confrontando com o Eduardo Seleme, matrícula nº 26.621, com o azimute de 96°04'08" e a distância de 63,34m até o marco ponto P5; segue confrontando com o Eduardo Seleme, matrícula nº 26.621, com o azimute de 6°08'27" e a distância de 39,60m até o marco ponto P6; segue confrontando com o Luciano Balzan, matrícula nº 36.388, com o azimute de 6°08'27" e a distância de 27,34m até o marco ponto P0 inicial da descrição deste perímetro;

II – área com 3.583,41m² (três mil, quinhentos e oitenta e três metros e quarenta e um decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: partindo do marco ponto P3, confrontado com Eduardo Seleme; segue confrontando com Eduardo Seleme, matrícula nº 8620, com o azimute de 93°01'27" e a distância de 88,11m até o marco P2'; segue confrontando com EBS Participações Societárias EIRELI, matrícula nº 18.793, com o azimute de 183°18'09" e a distância de 42,33m até o marco D0'; segue confrontando com Eduardo Seleme, matrícula nº 8584, com o azimute de 276°14'02" e a distância de 92,04m até o marco D1; segue confrontando com rua Atílio Basqueira com o azimute de 9°08'27" e a distância de 37,39m até o marco P3'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área de 3.583,41m².

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 7.141,66m² (sete mil, cento e quarenta e um metros e sessenta e seis decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: partindo do marco ponto P0, situado na confrontação com Roberto Balzan; segue confrontando com Roberto Balzan, matrícula nº 21.216, com o azimute de 100°51'55" e a distância de 19,18m até o marco ponto P1; segue confrontando com EBS Participações Societárias EIRELI, matrícula nº 18.793, com o azimute de 183°29'12" e a distância de 87,79m até o marco ponto P2; segue confrontando com L.C. Serviços LTDA, matrícula nº 18.793, com o azimute de 183°18'09" e a distância de 42,33m até o marco D0'; segue confrontando com Eduardo Seleme, matrícula nº 8584, com o azimute de 276°14'02" e a distância de 92,04m até o marco D1; segue confrontando com rua Atílio Basqueira com o azimute de 9°08'27" e a distância de 37,39m até o marco P3', confrontando com a rua Atílio Basqueira com o azimute de 9°08'26" e a distância de 27,91m até o marco ponto P4; segue confrontando com o Eduardo Seleme, matrícula nº 26.621, com o azimute de 96°04'08" e a distância de 63,34m até o marco ponto P5; segue confrontando com o Eduardo Seleme, matrícula nº 26.621, com o azimute de 6°08'27" e a distância de 39,60m até o marco ponto P6; segue confrontando com o Luciano Balzan, matrícula nº 36.388, com o azimute de 6°08'27" e a distância de 27,34m até o marco ponto P0 inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O registro da unificação no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128/08.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.857

Publicação Nº 2599963

DECRETO Nº 8.857, de 10 de agosto de 2020.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 8.245/2019 para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o conselheiro titular da Secretaria Municipal de Saúde, nomeado pelo Decreto nº 8.245, de 3 de julho de 2019, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

5 – Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Cristiane Aline de Santi

Suplente:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 33.239

Publicação Nº 2599327

PORTARIA Nº 33.239, de 29 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
1023	Iraci Salete Sebem	Auxiliar de Serviços Gerais	17/10/2004 a 17/10/2009	08/07/2020 a 06/08/2020
4418	Janete de Fatima Pereira	Recepcionista	19/02/2004 a 19/02/2009	15/07/2020 a 13/08/2020
1133	Rubens Reis da Silva	Odontólogo	03/10/1999 a 03/10/2004	20/07/2020 a 18/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 29 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.240

Publicação Nº 2599331

PORTARIA Nº 33.240, 29 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414,

de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
12738	Edilaine Casaletti	26/06/2019 a 25/06/2020	27/07/2020 a 10/08/2020
14032	Elisa Teresinha de Oliveira Paz	01/10/2019 a 30/09/2020	01/07/2020 a 20/07/2020
3437	Sayonara Galina	01/09/2016 a 31/08/2017	21/07/2020 a 30/07/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 29 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.241

Publicação Nº 2599333

PORTARIA Nº 33.241, de 29 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 6º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), em virtude de terem atingido os parâmetros de acompanhamento em sua microárea de atuação no mês de JUNHO de 2020, especificando código, nome, cargo, local de atuação e mês do pagamento da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Mês/Ano de pagamento
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Julho/2020
12037	Angela Cristine Beckert	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Julho/2020
11971	Evanice Bernardina Lara Amorim	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Julho/2020
11864	Ivone Ribeiro dos Santos Couto	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Julho/2020
11961	Maria Derli Braz Belli	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Julho/2020
13890	Neiva de Lurdes Pires	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Julho/2020
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Julho/2020
14007	Suzana Aparecida Córdova	Agente Comunitária de Saúde	UBS Taquara Verde	Julho/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 29 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.242

Publicação Nº 2599337

PORTARIA Nº 33.242, de 29 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e, em conformidade com o art. 113, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 32.226, de 20 de julho de 2020, que concede 21 (vinte e um) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família à Servidora Aline Stutz Araldi Fezer, no período de 07 de julho a 27 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, pelo prazo de 10 (dez) dias, a licença por motivo de doença em pessoa da família da Servidora ALINE STUTZ ARALDI FEZER, matrícula 15739, ocupante do cargo de Assessora para Assuntos Administrativos e lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de julho a 06 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 29 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.254

Publicação Nº 2599325

PORTARIA Nº 33.254, de 30 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, a ser pago a contar do mês de JULHO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
15	Giovani Ernandes Telles de Oliveira	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	Nível 14

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 30 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.298

Publicação Nº 2599320

PORTARIA Nº 33.298, de 03 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio a Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
10773	Danielle Thaizi Zimini	Auxiliar de Administração	01/03/2011 a 29/02/2016	03/08/2020 a 01/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 03 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.315

Publicação Nº 2600004

PORTARIA Nº 33.315, de 07 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora MARIA ROSANGELA CHAGAS FARO, matrícula 17479, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.320

Publicação Nº 2599317

PORTARIA Nº 33.320, 10 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
15728	Carolina Francielle Tonin	17/12/2018 a 16/12/2019	03/08/2020 a 17/08/2020
4596	Claudia Sampaio Sacenti	01/03/2018 a 28/02/2019	17/08/2020 a 21/08/2020
4596	Claudia Sampaio Sacenti	01/03/2019 a 29/02/2020	22/08/2020 a 26/08/2020
14058	Diego Garipuna	20/11/2017 a 19/11/2018	03/08/2020 a 12/08/2020
14058	Diego Garipuna	20/11/2018 a 19/11/2019	13/08/2020 a 01/09/2020
15309	Elaine Aparecida Ribas dos Santos Schuller	19/02/2018 a 18/02/2019	03/08/2020 a 12/08/2020
15309	Elaine Aparecida Ribas dos Santos Schuller	19/02/2019 a 18/02/2020	13/08/2020 a 22/08/2020
10509	Graciele Favero Martarello	14/02/2018 a 13/02/2019	13/08/2020 a 11/09/2020
10509	Graciele Favero Martarello	14/02/2019 a 13/02/2020	12/09/2020 a 11/10/2020
749	Valdecir José Pereira da Silva	01/08/2012 a 31/07/2013	20/08/2020 a 24/08/2020
749	Valdecir José Pereira da Silva	01/08/2013 a 31/07/2014	25/08/2020 a 08/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 10 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.321

Publicação Nº 2599313

PORTARIA Nº 33.321, de 10 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	Auxiliar de Enfermagem	17/06/2002 a 17/06/2007	15/07/2020 a 13/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 10 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.323

Publicação Nº 2600006

PORTARIA Nº 33.323, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 135 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor DIOGO BORGES BARBOSA, matrícula 7993, ocupante do cargo efetivo de Guarda Municipal, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR-GERAL DA GUARDA
MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 33.324

Publicação Nº 2600007

PORTARIA Nº 33.324, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 135 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora ÉDINA CARLA BRESSAN, matrícula 4603, ocupante do cargo efetivo de Técnica Tributária, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 33.325

Publicação Nº 2600008

PORTARIA Nº 33.325, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 135 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora SOELI APARECIDA DA SILVA, matrícula 1126, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIO DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.326

Publicação Nº 2600009

PORTARIA Nº 33.326, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 135 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor CLAYTON LUIZ ZANELLA, matrícula 10846, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIO DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.330

Publicação Nº 2600010

PORTARIA Nº 33.330, de 11 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 135 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora MARGARETE ALVES VERONESI, matrícula 14278, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e lotada na Secretaria Municipal da Saúde, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.333

Publicação Nº 2600011

PORTARIA Nº 33.333, de 11 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 135 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora ANGELA CRISTINE BECKERT, matrícula 12037, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e lotada na Secretaria Municipal da Saúde, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

RESOLUÇÃO Nº 16/2020 CMAS

Publicação Nº 2599980

RESOLUÇÃO Nº 16/2020 de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Revogação da Resolução 02/2020 e altera os Planos de Aplicação dos saldos reprogramados, remanescente de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016 e,

CONSIDERANDO os Planos de Aplicação dos saldos reprogramados, remanescentes de 2019 apresentados e apreciados por este conselho.

Considerando a Reunião Ordinária do CMAS realizada no dia 27 de fevereiro de 2020, Ata nº 325.

Considerando a Reunião Ordinária do CMAS realizada no dia 26 de maio de 2020, Ata nº 329.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a reprogramação dos saldos remanescentes do exercício de 2019 nas seguintes modalidades:

Proteção Social Básica:

I. Plano de aplicação reprogramado custeio do recurso estadual da Proteção Social Básica, C/C 49.847-5, sendo reprogramado um valor de R\$ 70.522,95 (setenta mil quinhentos e vinte e dois e noventa e cinco centavos).

II. Plano de aplicação reprogramado custeio do recurso federal da Proteção Social Básica, C/C 45.071-5, valor: R\$ 228.109,77 (Duzentos e vinte e oito mil, cento e nove reais e setenta e sete centavos).

III. Plano de aplicação reprogramado investimento do recurso estadual da Proteção Social Básica, C/C 44.449-9, valor: R\$ 47.409,15 (Quarenta e sete mil quatrocentos e nove reais e quinze centavos).

Proteção Social Especial de Média Complexidade:

I. Plano de Aplicação Média Complexidade - reprogramação investimento recurso estadual: C/C 37.413-X, num total de R\$ 40.268,89 (quarenta mil duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

II. Plano de Aplicação Média Complexidade - reprogramação custeio recurso estadual: C/C 36.376-6, num total de R\$ 3.945,41 (três mil novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos).

III. Planos de Aplicação Média Complexidade - reprogramação investimento recurso federal: C/C 48.246-3, num total de R\$ 30.542,87

(Trinta mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

I. Plano de Aplicação Alta Complexidade - reprogramação investimento recurso federal: C/C 48.246-3, num total de R\$75.169,16 (Setenta e cinco mil cento e sessenta e nove reais e dezesseis centavos).

Gestão:

I. Plano de aplicação reprogramado do recurso federal do IGD-SUAS, C/C 45.068-5, valor: R\$ 12.617,22 (doze mil seiscentos e dezessete reais e vinte e dois centavos).

II. Plano de aplicação reprogramado do recurso federal do IGD-PBF, C/C 45.067-7, valor: R\$ 77.542,54 (Setenta e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

III. Plano de aplicação reprogramado do recurso federal do BPC Escola, C/C 45.066-9, valor: R\$ 1.914,21 (Um mil novecentos e quatorze reais e vinte e um centavos).

Art. 2º Os Planos de aplicação estão disponíveis na Secretaria dos Conselhos Municipais e na Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 07 de agosto de 2020.

Lilia Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 17/2020 CMAS

Publicação Nº 2599985

RESOLUÇÃO Nº 17/2020 de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação do Remanejamento de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social/Custeio - Reprogramado 2019 para 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016 e,

CONSIDERANDO os Planos de Aplicação dos saldos reprogramados, remanescentes de 2019 apresentados e apreciados por este conselho.

Considerando a Reunião Ordinária do CMAS realizada no dia 28 de julho de 2020, Ata nº 333.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Remanejamento de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social/Custeio - Reprogramado 2019 para 2020.

Art. 2º Fica remanejado o recurso R\$ 24.006,19 (vinte e quatro mil seis reais e dezenove centavos) da meta 39.41 (Fornecimento de Alimentação) para meta 39.10 (Locação de imóveis).

Art. 3º Os Planos de aplicação estão disponíveis na Secretaria dos Conselhos Municipais e na Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 07 de agosto de 2020.

Lilia Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 18/2020 CMAS

Publicação Nº 2599989

RESOLUÇÃO Nº 18/2020 de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas 2019 do Fundo Estadual de Assistência Social Custeio Média Complexidade e Investimento Média Complexidade.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016 e,

CONSIDERANDO os Planos de Aplicação do ano de 2019 referentes ao Custeio e Investimento Média Complexidade do Fundo Estadual de Assistência Social apresentados e apreciados por este conselho.

Considerando a Reunião Ordinária do CMAS realizada no dia 28 de julho de 2020, Ata nº 333.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas 2019 do Fundo Estadual de Assistência Social Custeio Média Complexidade e Investimento Média Complexidade.

Art. 2º Os Relatórios da Prestação de Contas estão disponíveis na Secretaria dos Conselhos Municipais e na Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 07 de agosto de 2020.

Lilia Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Calmon

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 95-2020

Publicação Nº 2599473

DECRETO LEGISLATIVO Nº 95/2020.

“Regulamentando o horário de expediente interno da Câmara Municipal de Calmon em caráter temporário em virtude da situação de emergência em saúde pública decorrente do Corona-vírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo de Calmon e da outras providências”.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CALMON, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara de Calmon Promulga o presente Decreto.

CONSIDERANDO a avaliação do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de transmissão comunitária em franca expansão na região sul do Estado, situação que pode vir a ser identificada em outras regiões a qualquer momento, e que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação de pessoas;

RESOLVE:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre a alteração do funcionamento da Câmara Municipal de Calmon para fins de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Poder Legislativo, sem prejuízo aos direitos estatutários dos servidores públicos.

Art. 2º - O expediente e funcionamento dos departamentos da Câmara Municipal de Calmon, será nas segundas feira das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 20:00 horas, terça a quinta feira das 08:00 às 14:00, sexta feira das 08:00 às 12:00 horas ininterruptas.

Parágrafo Único. Os servidores do Poder Legislativo estarão à disposição, em regime de trabalho Home Office, não havendo demanda para a realização de trabalho remoto, haverá o abono para todos os fins de direito.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com validade até 31 de dezembro de 2020.

Gabinete da Presidência em 11 de Agosto de 2020.

ARCIDA ANGELINA GODOI
Presidente do Poder Legislativo

Camboriú

PREFEITURA

DL 06/2020 - FMAS

Publicação Nº 2599872

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 06/2020- FMAS

Data: 11/08/2020

Objeto: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA L.A. DA S. EM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA, VISANDO O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONTIDA NO AUTOS Nº 0900074-45.2017.8.24.0113

Valor total: R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setessentos).

Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

Empresa: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 11 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

IL 007/2020 - PMC

Publicação Nº 2599883

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 007/2020- PMC

Data: 11/08/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA "AUTOAR CASCATA", EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA ENCHER COM AR RESPIRÁVEL OS CILINDROS DE COMBATE A INCÊNDIO PERTENCENTES AO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$2.310,00 (três mil e trezentas e dez reais).

Corpo de Bombeiros.

Contratado:SAFETY WORLD BRASIL EIRELI

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 11 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PE 11/2020 - FMS

Publicação Nº 2599043

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2020 – FMS – EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME E EPP)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS DESTINADOS A FROTA PERTENCENTE A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 25 (vinte e cinco) de Agosto de 2020, no site www.bnc.org.brINFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú, 11 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2 (TP Nº 4/2020 IPRECAL)

Publicação Nº 2599054

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2
(Processo Licitatório TP nº 4/2020 IPRECAL)

Ao onze dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Josiane dos Santos, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Tiago Murilo de Souza membros da Comissão Permanente de Licitação, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 4/2020 do IPRECAL, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura das propostas apresentadas na referida licitação após decorrido os prazos de recurso quanto ao julgamento dos documentos, as empresas WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli, Suprema Construção Civil Eireli e LN Construções Ltda foram inabilitadas no processo, a licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para construção do Prédio do IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, em terreno situado na R. Nereu Ramos / Av. Cel. Raymundo Munhoz, s/n, Centro, neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão. A Sra. Shaiane Lovemberger, representante da licitante Compact Construtora Eireli acompanhou a abertura das propostas. Passou-se a abertura das propostas das licitantes declaradas Habilitadas: PRK Engenharia e Construções Ltda Epp, JDI Construtora Ltda, Celso Kudla Empreiteiro Eireli, Liderança Construções Ltda, Compact Construtora Eireli e Giovanni Rodrigo Luiz Eireli. Passou-se à análise das propostas que foram analisadas e rubricadas pela comissão e pela representante presente. O critério de julgamento é pelo MENOR PREÇO GLOBAL, COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO. As licitantes apresentaram as propostas conforme tabela abaixo:

Empresa	Valor da proposta (R\$)	Classificação
Compact Construtora Eireli	508.998,51	1ª
Celso Kudla Empreiteiro Eireli	543.983,40	2ª
Giovanni Rodrigo Luiz Eireli (Gecpav)	549.933,66	3ª
Liderança Construções Ltda	565.150,35	4ª
JDI Construtora Ltda	570.343,77	5ª
PRK Engenharia e Construções Ltda Epp	610.841,50	5ª

A empresa licitante Compact Construtora Eireli foi declarada vencedora da presente licitação com o valor de R\$ 508.998,51. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Josiane dos Santos Presidente da Comissão de licitação	Maria Cristina Marciniak Munhoz Secretária
Tiago Murilo de Souza Membro da Comissão	Shaiane Lovemberger Compact Construtora Eireli

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2020

Publicação Nº 2599569

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2020 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços: 6 (seis) meses, a contar desta data.

Aos onze dias do mês de agosto de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual contratação de serviço de mão de obra para assentamento de lajota sextavada de concreto para pavimentação e meio fio, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VIVIANE APARECIDA DA LUZ FELICIANO, CNPJ: 37.752.512/0001-14 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 60/2020, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	20.000	M²	Mão de obra para assentamento de lajota sextavada de concreto para pavimentação.	5,63	112.600,00
02	7.000	Metro Linear	Mão de obra para assentamento de meio fio.	3,45	24.150,00
VALOR TOTAL					R\$ 136.750,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

VIVIANE APARECIDA DA LUZ FELICIANO
Viviane Aparecida da Luz Feliciano
Representante legal

CONVOCAÇÃO Nº 142/2020

Publicação Nº 2598890

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019
CONVOCAÇÃO Nº 142/2020

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA EDUARDA DE FARIAS TELMA, inscrita no CPF/MF sob nº 092.571.579-46 aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº 01/2019, para o Cargo Público de ENFERMEIRO para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de agosto de 2020, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde

CONVOCAÇÃO Nº 143/2020

Publicação Nº 2599427

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019
CONVOCAÇÃO Nº 143/2020

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ADRIELE CRISTINE STAHELIN, inscrita no CPF/MF sob nº 112.441.689-71 aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº 01/2019, para o Cargo Público de AGENTE ADMINISTRATIVO II para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de agosto de 2020, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 4.878 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599413

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.878 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

RATIFICA A 2ª ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o 2º Termo Aditivo do Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal QUIRIRI, cujo anexo é parte

integrante da presente lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, na cidade de Campo Alegre, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI; o MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83.102.467/0001-70, com sede à Avenida Getúlio Vargas 443, na cidade de Corupá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JOÃO CARLOS GOTTARDI; o MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, na cidade de Rio Negrinho, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JULIO CESAR RONCONI, e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-001, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, na cidade de São Bento do Sul, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MAGNO BOLLMANN, todos na qualidade de consorciados do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 02.375.463/0001-63, com sede no Lab Three Coworking, Tv. Teodoro Koch, 30, Centro, São Bento do Sul, SC, 89280-181, denominado doravante simplesmente de CONSÓRCIO, resolvem alterar o Protocolo de Intenções firmado em 28/09/1997 e alterado pela Primeira Alteração ratificada pela Lei Municipal n. 4.759, de 13/11/2018 (Campo Alegre), Lei Municipal n. 2.317, de 11/12/2018 (Corupá), Lei Municipal n. 3.101, de 27/11/2018 (Rio Negrinho) e Lei Municipal n. 4.008, de 14/12/2018 (São Bento do Sul), com a supressão do Anexo 4 e a modificação nas cláusulas seguintes, que passam a vigorar segundo a nova redação a seguir, após a competente ratificação por lei de cada um dos entes municipais que estas subscrevem:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS HUMANOS

15.2.4.1 – O servidor cedido permanecerá no seu regime jurídico e previdenciário originário, percebendo a remuneração de origem e, caso desempenhe função relativa a qualquer dos empregos públicos perenes descrito no Anexo 2 deste protocolo de intenções, fará jus à soma de uma gratificação de função no valor de R\$ 2.612,50 (dois mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos), cuja correção anual caberá a Assembleia Geral.

15.2.4.2 – O servidor cedido por Município que não seja sede do Consórcio Intermunicipal Quiriri perceberá paga mensal indenizatória de deslocamento igual à estimativa da quilometragem realizada mensalmente entre o Município onde é lotado originariamente o servidor cedido e o Município sede do Consórcio, multiplicada por R\$ 1,00 (um real), valor este que pode ser atualizado por resolução anualmente, segundo índice oficial de inflação.

Anexo 3 – DAS UNIDADES DE VENCIMENTO ESTABELECIDAS EM REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor (R\$)
1 e 2	R\$ 1.306,25
3	R\$ 2.612,50
4	R\$ 5.525,00
5	R\$ 9.500,00

E por estarem certos e ajustados, assinam a 2ª Alteração do Protocolo de Intenções, que se regerá pela Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007, consolidando-o em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

São Bento do Sul/SC, 25 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal de
Campo Alegre/SC.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
Prefeito Municipal de
Corupá/SC.

JULIO CESAR RONCONI
Prefeito Municipal de
Rio Negrinho/SC.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal de
São Bento do Sul/SC.

PORTARIA Nº 18.199 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598903

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.199 DE 11 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 168 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Remunerada ao Servidor Público Municipal SIDNEI DALA MEÃ, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob o nº 129040, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 02 de julho de 2016.

Parágrafo único: A licença de que trata o caput deste artigo é concedida no período de 02 de julho de 2016 á 02 de outubro de 2016, para exercício de atividade política, opção da Servidora Pública, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 17 de junho de 2016 sob o nº 3157.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.200 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598906

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.200 DE 11 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 168 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para atividade política ao Servidor Público Municipal PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, matrícula funcional nº 000237, registro no sistema sob nº 697100, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 15 de agosto de 2020.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo é concedida pelo período de 15 de agosto de 2020 á 15 de novembro de 2020, para exercício de atividade política, opção do Servidor Público Municipal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 05 de agosto de 2020 sob o nº 003348.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.201 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598926

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.201 DE 11 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 168 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para atividade política a Servidora Pública Municipal, MARCIANA MARIA GUEDES LIMA, matrícula funcional nº 000903, registro no sistema sob nº 955713, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo é concedida pelo período de 15 de agosto de 2020 á 15 de novembro de 2020, para exercício de atividade política, opção da Servidora Pública Municipal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 10 de agosto de 2020 sob o nº 003417.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.202 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599927

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.202 DE 11 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 168 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para atividade política a Servidora Pública Municipal, ALEXSANDRA RAMOS MARTINS, matrícula funcional nº 000909, registro no sistema sob nº 955719, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo é concedida pelo período de 15 de agosto de 2020 á 15 de novembro de 2020, para exercício de atividade política, opção da Servidora Pública Municipal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 10 de agosto de 2020 sob o nº 003419.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 8681/2020 DE 03/08/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2599071

DECRETO Nº 8681/2020 DE 03/08/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.26, inciso II da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1763/2020 de 03/08/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, integrante do Anexo I grupo I quadro do pessoal da complementar Lei nº 10/11 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município, em decorrência da aposentaria especial de JOSE MARIA GONÇALVES LINS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
03 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO - 13 - FHJA

Publicação Nº 2599448

TERMO ADITIVO 13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2020 - FHJA
CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 24/2020

1. OBJETO

2. O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de exames de ultrassonografia, realização de laudo de raio X, realização de laudo de mamografia, sobreaviso de ultrassonografia, comodato de CR (radiografia computadorizada) e PACS (picture archiving and communication system, em português, sistema de comunicação e arquivamento de imagens, software desenvolvido especialmente para clínicas de diagnóstico por imagem), pelo período de 150 (cento e cinquenta dias) até 31 de dezembro de 2020 ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DA CONTRATADA

2.1. DIAGMAX JOAÇABA CLÍNICA MÉDICA

2.2. CNPJ nº 15.562.927/0001-92.

2.3. Endereço: Rua Colômbia, nº 203, Município de Caçador – Santa Catarina.

2.4. Responsável: Rodolpho Luiz de Faria Marsico, inscrito no CPF sob nº 304.309.528-64, CRM nº 15691, RG nº 29.859.380.

3.

4. DO PRAZO CONTRATUAL:

4.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de até 150 (cento e cinquenta dias) consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

4.2. Foi realizada cotação de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelas empresas, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.3. Custo mensal para prestação de serviços de RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, considerando as seguintes especificações: 1) Ultrassonografia: 180 exames/mês / 2) Raio X: 600 laudos/mês (pacientes internados + P.S. à pedido + pacientes eletivos) / 3) Mamografia: 200 laudos/mês / 4) Sobreaviso de Ultrassonografia: fins de semana e feriados, das 08h às 18h / 5) Comodato de CR e PACS: R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais) por mês. No caso de exames adicionais será feito um acréscimo de :

R\$ 12,00 por laudo de raio x

RS 50,00 por laudo de Ultrassonografia

RS 40,00 por laudo de mamografia.

Campos Novos, 10 de agosto de 2020.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 182/2020

Publicação Nº 2599385

DECRETO Nº. 182/2020

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018 e Lei nº 047 de 20/12/2013, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.353,50 (dois mil, trezentos e cinquenta e três metros e cinquenta decímetros quadrados) procedido por ALMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, situado na Rua Alfredo Mayer, s/nº, Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 18.858, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 17, com área de 309,00 m², lote nº 18, com área de 544,50 m², lote nº 19, com área de 375,00 m², lote nº 20, com área de 375,00 m², lote nº 21, com área de 375,00 m² e lote nº 22, com área de 375,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1.303, conforme requerimento protocolado sob nº. 285/2020.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

JOÃO ENGELBERTO LINZMEIER
Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº 183/2020

Publicação Nº 2599389

DECRETO Nº. 183/2020

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbanos com área de 1.091,80 m² (um mil e noventa e um metros e oitenta decímetros quadrados), procedido por JN RODRIGUES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, situado na Rua Julio Budant Neto esquina com a Rua Epaminondas Ricardo da Silva, s/nº, Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 40.935, 40.936 e 40.937, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº 37 pertencente à quadra nº 1.371, com área de 1.091,80 m²; conforme requerimento protocolado sob nº 4246/2020.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

JOÃO ENGELBERTO LINZMEIER
Secretário Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE PREGÃO Nº. PMC 83/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2598843

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 83/2020 (PRESENCIAL)
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 25/08/2020, ficando estipulado os seguintes horários: às 08h15min (entrega) e 08h20min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 87/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2598842

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 87/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/08/2020, às 14h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ) PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 13h00min, no endereço eletrônico www.bll.org.br do dia 25/08/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 52/2020 - EXONERA ASSESSORA DE APOIO PARLAMENTAR II

Publicação Nº 2598488

PORTARIA Nº 52/2020
EXONERA A PEDIDO ASSESSORA DE APOIO PARLAMENTAR II

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 07 de agosto de 2020 a servidora MARLI FERREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Assessora de Apoio Parlamentar II, nomeada pela Portaria 17/2020;

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Paulinho Basilio
Presidente

	Norma Pereira 2ª Secretária
--	--------------------------------

Capão Alto

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMCA022/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19 , PARA AS SECRETARIAS DO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO SC

Publicação N° 2599122

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados que REALIZOU Dispensa de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dá na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do processo de número PMCA022/2020

Objeto:
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19 , PARA AS SECRETARIAS DO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO SC.

Informações complementares:

Poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 13:00 às hs 17:00, fone (49) 3237-2005, ou pelo site www.capaoalto.sc.gov.br .

Município de CAPÃO ALTO – SC 11/08/2020

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 120, DE 11 DE AGOSTO DE 2020 - ALTERA ARTIGO 1º DECRETO Nº 090-2020

Publicação Nº 2599168

DECRETO Nº 120, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Altera o artigo 1º do Decreto nº 090, de 25 de junho de 2020, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado artigo 1º do Decreto nº 090, de 25 de junho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento denominado "Hanel II", de propriedade de Eduardo João Hanel, inscrito no CPF sob nº 816.565.999-53, Sergio Hanel, inscrito no CPF sob nº 894.694.109-04, Márcia Terezinha Hanel Toscan, inscrita no CPF sob nº 024.643.239-00, Edson Luiz Toscan, inscrito no CPF sob nº 830.061.419-20, Salete Hanel Bressan, inscrita no CPF sob nº 645.954.049-72, Luiz Antonio Bressan, inscrito no CPF sob nº 381.302.899-20, Marli Hanel da Silva, inscrita sob CPF sob nº 765.166.609-72, Antônio Vilson Varela da Silva, inscrito no CPF sob nº 296.311.229-72, Sônia Maria Hanel Dorini, inscrita no CPF sob nº 027.091.279-70 e Claudirlei Dorini, inscrito no CPF sob nº 568.259.789-34, representado por uma área de 31.000,00 m² (trinta e um mil metros quadrados), matriculada na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 20.905, às Fls. 287 do Livro nº 2 – BI, conforme planta topográfica, memorial descritivo, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e projetos técnicos anexos, partes integrantes deste processo, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas:

I - área que passa a integrar o patrimônio do Município 11.115,888m²:
a) Área Verde (AV) 2.170,00m²;
b) Área de Utilidade Pública (AUP) 2.480,00m²;
1. Área Pública 01 - Quadra nº 551 1.613,96m²;
2. Área Pública 02 - Quadra nº 324 366,14m²;
3. Área Pública 03 - Quadra nº 324 499,90m²;
c) Área de Ruas 6.465,888m².

II - Área das Quadras num total de 49 Lotes 19.070,542m²:
a) Quadra 323 - Lote nº 15 ao Lote nº 22 e do Lote nº 25 ao Lote nº 26 4.031,53m²;
b) Quadra 324 - Lote nº 11 ao Lote nº 18 3.003,39m²;
c) Quadra 325 - Lote nº 04 ao Lote nº 10 2.899,46m²;
d) Quadra 524 - Lote nº 09 ao Lote nº 15 2.653,72m²;
e) Quadra "A" denominada Quadra 422- Lote nº 01 ao Lote nº 17 6.482,442m².

III - Áreas remanescentes 813,57m²;
a) Área remanescente 01 360,40m²;
b) Área remanescente 02 453,17m².

IV - Áreas em Caução (10 Lotes), de conformidade com Termo de Compromisso, Laudo de Avaliação, Cronograma de Execução, laudo de vistoria a seguir especificados:

a) Lote nº 26 da Quadra 323;
b) Lote nº 14 e 15 da Quadra 524;
c) Lote nº 05 a 10 da Quadra 525;
d) Lote nº 01 da quadra "A" denominada como Quadra 422.

V - Área Total do Loteamento 31.000,00m²;

VI - Área Remanescente da matrícula 59.256,17m².

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 11 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

FMS CONTRATO 0043/2020

Publicação Nº 2599184

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0043/2020 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPACOES LTDA. Valor : 109.800,00 (cento e nove mil oitocentos reais) Vigência : Início: 11/08/2020 Término: 11/02/2021 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 8/2020 Entid.Gestora: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 00040 / 2020 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de testes rápidos para detecção rápida e qualitativa dos anticorpos IgG/IgM, para testagem dos pacientes que apresentam sintomas respiratórios compatíveis com a doença COVID-19, não contemplados na Nota Técnica conjunta COSEMS/SUV/SPS/SES/SC nº 02/2020 e Nota Técnica conjunta DIVE/LACEN/SUV/SES/SC nº 03/2020 e para intensificar a testagem em pacientes que procuram atendimento no Centro de Triagem, com sintomas respiratórios. Com Recursos Próprios e Vinculados</p>	
Capinzal, 11 de Agosto de 2020	

PREGÃO PRESENCIAL FMS 0009/2020

Publicação Nº 2600128

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0041/2020
Pregão Presencial Nº 0009/2020

REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MAIOR DESCONTO SOBRE OS MEDICAMENTOS CONSTANTES NA TABELA DA REVISTA ABC FARMA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de Medicamentos Éticos, Genéricos e Similares, constantes na Tabela ABC Farma, para posterior distribuição a população do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios, do tipo MAIOR DESCONTO SOBRE OS MEDICAMENTOS CONSTANTES NA TABELA DA REVISTA ABC FARMA.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 07h55min do dia 24/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 24/08/2020 às 08h00min.

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvío Santos, na Rua Carmello Zóccoli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8711 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal:

O presente Edital de Licitação é assegurado pela regularidade, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica deste Município Nº 204/2020 emitido no dia 10/08/2020.

Capinzal, 12 de agosto de 2020.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária de Saúde do Município de Capinzal
Fundo Municipal de Saúde
Capinzal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

114/2020

Publicação Nº 2599905

DECRETO Nº 114/2020

"Nomeia os novos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente Assistência Social (CMAS) do Município de Caxambu do Sul e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a lei 816 de 9 de outubro de 1996.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados e automaticamente empossados os membros efetivos do CMAS e seus respectivos suplentes, de forma paritária entre os representantes do Governo Municipal e da sociedade civil, de acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº. 816/1996, conforme segue:

MEMBROS	REPRESENTAÇÃO
ALAONE SICHELERO- TITULAR RAFAEL GONÇALVES- SUPLENTE	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
IVANA MARIA CAVALLI- TITULAR CAROLINA BERNASCONI- SUPLENTE	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ROSANGELA FURLANETO DIDOMENICO- TITULAR SAMARA ADRIANA BELLEI- SUPLENTE	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
SONIA DE VILA TOMASI- TITULAR LUIS ANTONIO CAMARGO- SUPLENTE	SECRETARIA DE SAÚDE
IDANIR ANTONIO MENONCIN- TITULAR DORVALINA CECCON- SUPLENTE	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS
CLAUDIR DE SOUSA- TITULAR CENIRA MAYER DE QUADROS- SUPLENTE	REPRESENTANTE DAS IGREJAS EVANGÉLICAS
ZAIDIR FILIPPIN- TITULAR REGINA LINHARES- SUPLENTE	REPRESENTANTE DAS IGREJAS CATÓLICAS
OSVALDO HUNTTMANN- TITULAR ADEMIR DALMAS- SUPLENTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
CLARI STOCCO ZAMONER- TITULAR CLARICE DITTADI- SUPLENTE	ESCOLA MUNICIPAL BAIRRO ANTENA
RENATA MUCELINI MIOTTO- TITULAR SIMONE BARTOLOMEI- SUPLENTE	SECRETARIA DE AGRICULTURA

Art. 2º - Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais, não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 11 de agosto de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 018/2020 DO CONTRATO Nº 013/2020 FMS CLEOMAR PAVÃO WAGNER EIRELI

Publicação Nº 2598542

Concedente: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Conveniente: CLEOMAR PAVÃO WAGNER EIRELI.

Contrato nº: 018/2020 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MEDICOS Nº 013/2017 FMS.

Valor mensal do contrato: R\$ 20.355,83 (Vinte mil e trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

Data da Assinatura: 10/08/2020.

Início da Vigência: 11/08/2020.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 84/2020

Publicação N° 2599011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 84/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2020

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 24 de agosto de 2020, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de Parque Infantil (Playground) e instalação no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig à Rua Erinete de Souza Machado, Centro do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 12 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 469/20

Publicação Nº 2598929

DECRETO SAF/N. 469/20, de 07 de agosto de 2020.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural		
ÓRGÃO	16	
Reforma e Ampliação da Capela Mortuária	1.027	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000	Aplicações Diretas	150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º A abertura de crédito suplementar se dá na fonte de recursos 00 – Recursos ordinários, por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, para a reforma e ampliação da Capela Mortuária Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 470/20

Publicação Nº 2598931

DECRETO SAF/Nº. 470/2020, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

EXONERAR A PEDIDO

CARINA ADRIANA DE NONI MARCHIORO, portadora do CPF nº. 000.424.879-19, Técnico em Saúde Bucal 40 horas semanais, nomeada pelo Decreto SAF/N. 331/19, de 03 de junho de 2019, a partir de 10 de agosto de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de agosto de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 471/20

Publicação Nº 2598932

DECRETO SAF/Nº. 471/2020, de 08 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

NOMEAR

CARINA ADRIANA DE NONI MARCHIORO, portadora do CPF nº. 000.424.879-19, Assessor Administrativo II, para atuar na Secretaria

Municipal de Saúde, a partir de 11 de agosto de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de agosto de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

EXTRATO TERMO ADITIVO 02/FMAS/2020

Publicação N° 2598847

ADITIVO N°: 02/2020.
CONTRATO N°: 02/2017.
TIPO DE ADITIVO: QUINTO T.A. – PRORROGAÇÃO E REAJUSTE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 37/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL: 31/PMCS/2017

Objeto do Contrato: Licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo.
Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação e o reajuste de 4,88% (quatro vírgula oitenta e oito por cento) correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do acumulado nos últimos 12 meses ao contrato firmado entre as partes em 28/06/2017.
Assinatura: 26/06/2020
Vigência: Início: 29/06/2020 Término: 28/06/2021
Valor: R\$: 17.520,91 (dezessete mil e quinhentos e vinte reais com noventa e um centavos)

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2020 – PMC

Publicação Nº 2599294

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2020 – PMC
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de certificados digitais, do tipo A1, com fornecimento, validação, emissão e garantia de validade, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 24/08/2020.

Início da Sessão: dia 24/08/2020 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de agosto de 2020.

NEIVA JUSTINA BELUSSA PIOLA
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2020 – PMC

Publicação Nº 2599308

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2020 – PMC
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de concreto asfáltico usinado a quente - CAUQ, visando à manutenção e recuperação das vias indicadas no item 2.1.1, localizados neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

As vias que receberão manutenção e recuperação são: Ignês Mascarello Brusco, Nicolau João Camilotto, Rua dos Expedicionários, Leandro Mário Dalla Costa, Pedro Detoni, Adolfo Knop, Mansueto Boff, José Bogoni, Travessa Zolet, Teresa Schiavini, Alberto Nichele, Travessa Álamos, Rua dos Jacarandás, Frederico, Bertuzzo, Antonio Suzin Marini, Vítório Mortari, Pedro Lazzarotti, Ângelo Poleto, Charruas, Carajás, Caribe, Tapes, Suruis, Prefeito José de Castro e José Deon.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 25/08/2020.

Abertura: dia 25/08/2020 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 11 de agosto de 2020.

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

EDITAL DE CONCURSO Nº 5/2020 – PMC

Publicação Nº 2599450

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA
DIRETORIA DE CULTURA

EDITAL DE CONCURSO Nº 5/2020

Objeto: Constitui o objeto da presente Edital a seleção de espetáculos e oficinas para o VII Festival de Teatro Tecendo o Riso – Edição Municipal.

Inscrições: O período de inscrição acontece a partir da data de publicação até o dia 28 de setembro de 2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br. Quaisquer dúvidas que pairarem sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Fundação Municipal de Cultura, sito a Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através do telefone nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248, em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail cultura@concordia.sc.gov.br ou culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 11 de agosto de 2020

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Desporto e Cultura

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 42/2020

Publicação Nº 2599270

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 42/2020.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA – Repassada pelo Estados de SC, de acordo com a Portaria 179/SEF de 14/07/2020. Deputado Jair Miotto no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Concórdia SC, 11 de agosto de 2020.

ENORI ANTONIO BOLSI.

Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 43/2020

Publicação Nº 2599273

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 43/2020

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar, no valor de R\$ 20.912,34 (vinte mil novecentos e doze reais e trinta e quatro centavos).

Concórdia SC, 11 de agosto de 2020.

ENORI ANTONIO BOLSI.

Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 06-2020 PMC

Publicação Nº 2599393

Processo Licitatório Nº: 123/2020

Concorrência 06/2020

Vencedor: SANTASUL – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Valor Final: R\$1.517.643,57 (um milhão, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e sete centavos)

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas, neste município, a serem executadas com recursos próprios e oriundos de contratos de repasse, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Após a análise da proposta e efetuado o julgamento e a classificação final da mesma, e transcorrido o prazo recursal pertinente ao julgamento da fase classificatória do certame sem qualquer interposição por parte das concorrentes, a Comissão Permanente de Licitações adjudicou o objeto da licitação, sendo posteriormente submetido à apreciação da Autoridade Competente a qual homologou, em 10/08/2020, o referido procedimento licitatório.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 306/2020

Publicação Nº 2598696

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 306 / 2020

	ESPÉCIE:	Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SAIONARA APARECIDA CARDOSO, inscrito(a) no CPF sob nº 044.776.299-07, no cargo de PROFESSOR - ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais.
	VALOR:	O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3408,24(três mil, quatrocentos e oito reais e vinte e quatro centavos).
	PRAZO:	06/08/2020 a 31/12/2020
	DATA DA ASSINATURA: 6 de agosto de 2020	

EXTRATO DE CONTRATO Nº 307/2020

Publicação Nº 2598699

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 307 / 2020

	ESPÉCIE:	Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARCELO PAIM, inscrito(a) no CPF sob nº 007.670.559-50, no cargo de MOTORISTA SOCORRISTA, nível GOMS1 - 40 horas semanais.
	VALOR:	O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2162,51(dois mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos).
	PRAZO:	10/08/2020 a 09/08/2021
	DATA DA ASSINATURA: 10 de agosto de 2020	

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2020 – PMC

Publicação Nº 2599899

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de passeio público, rampa e escada de acesso, novo piso para quadra e novos banheiros na edificação que abriga a quadra de

esportes da E.B.M. Irmão Miguel, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: CONTERRA TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA, representada neste ato pelo seu representante, Senhor FABIANO TELES, NOVA CONSTRUÇÕES DE ALTA PERFORMANCE EIRELI representada neste ato pelo seu representante Senhor ALEXANDRE SLOMSKI e as empresas NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, NOVA CONSTRUÇÕES DE ALTA PERFORMANCE EIRELI, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, sem representantes no ato. A empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME protocolou somente envelope de habilitação, deixando de protocolar o envelope de propostas de preços, desta forma, a Presidente considerou-a DESQUALIFICADA. Após, procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação das demais licitantes, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que a licitante NOVA CONSTRUÇÕES DE ALTA PERFORMANCE EIRELI deixou de encaminhar a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede da licitante acompanhada da respectiva certidão de registros cadastrados em Sistema Eproc, exigidas pelas alíneas "k" e "k.1.", do item 5.1, do edital; deixou de apresentar atestado de capacidade técnica por execução de obras de características, prazos e quantidades semelhantes ao objeto desta licitação, exigido pela alínea "h.2", do item 5.1, do edital, o que foi verificado em análise técnica, ou seja, deixou de apresentar os atestados referentes à alínea "a)" Edificação em estrutura pré-moldada e "b)" Piso em concreto polido. A licitante ainda apresentou as declarações exigidas pelas alíneas "j", do item 5.1, e "m" do item 5.1.2, assinadas por pessoa que não detém poderes. Diante de tais vícios verificados a licitante foi julgada INABILITADA no presente certame. De destacar que a licitante ainda apresentou a Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS), documento este exigido pela alínea "b", do item 5.1. do edital, com data de vencimento expirada, sendo que neste caso, considerando as razões de inabilitação anteriormente mencionadas, deixa-se de aplicar os benefícios da Lei Federal 123/2006 à licitante. A licitante CONTERRA TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA. apresentou certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina, com objeto social aprovado pelo CREA, diferente do exigido pelo item 2.2 do edital. Referida certidão estabelece que as atividades técnicas aprovadas pelo CREA-SC são limitadas às áreas de engenharia mecânica. Verificou-se que a licitante deixou de apresentar em sua Certidão de Acervo técnico nº 252014037914 emitida em 20/01/2014 cópia do respectivo atestado técnico vinculado. Constatou-se que a licitante deixou de apresentar o atestado de capacidade técnica por execução de obras de características, prazos e quantidades semelhantes exigido pela alínea "h.2", do item 5.1, do edital, o que foi verificado em análise técnica, ou seja, deixou de apresentar os atestados referentes à alínea "b)" Piso em concreto polido. Diante disso a licitante foi julgada INABILITADA no presente certame. Já as licitantes, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, e KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, apresentaram toda sua documentação em acordo com o exigido no item 5.1 do edital, com exceção de sua capacidade técnica, sendo que após verificação técnica, constatou-se que as mesmas deixaram de apresentar o atestado de capacidade técnica por execução de obras de características, prazos e quantidades semelhantes exigidos pela alínea "h.2", do item 5.1, do edital, referentes à alínea "b)" Piso em concreto polido. Assim, as licitantes foram julgadas INABILITADAS no presente certame. Destaca-se que as empresas CONTERRA TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, NOVA CONSTRUÇÕES DE ALTA PERFORMANCE EIRELI, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial e/ou Cartão CNPJ, documento este, exigido no subitem 5.1.4 do Edital, que são Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP). Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados pela Engenheira Civil, Senhora Tamyra Hack, CREA/SC nº 105.392-6 e Arquiteta e Urbanista, Senhora Fernanda Pozza Zanotti, CAU nº A 48310-9, pertencentes ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia. Saliencia-se que, em conformidade com o § 3º do artigo 48, da Lei 8.666/93, quando todos os licitantes forem inabilitados, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis a contar a partir da data da publicação desta ata, para a apresentação de nova documentação, ficando as licitantes intimadas para até o dia 24 de agosto às 17:00h protocolarem nova documentação, a fim de sanarem os vícios que deram causa às inabilitações. O resumo deste julgamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), sendo que o prazo recursal estabelecido no artigo 109, I, da Lei Licitatória, será garantido após finalização da nova sessão a ocorrer em data a seguir indicada. Por fim, em havendo a apresentação dos novos envelopes, nova sessão de habilitação ocorrerá neste mesmo local, às 10 horas do próximo dia 27 de agosto de 2020.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2020.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020 – PMC

Publicação Nº 2599802

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020 – PMC**

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço técnico de engenharia para a elaboração de projeto de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, em diversos locais na área rural deste Município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo “D” do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: efetuar a abertura do Envelope nº 02 – Proposta de Preços das licitantes habilitadas neste certame, quais sejam: **ALS ENGENHARIA E OBRAS LTDA., AYSA PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA, AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA., CIBELE SERAFINI DA SILVA, DUOVIAS ENGENHARIA LTDA., ENGEFIG ENGENHARIA LTDA., NOVA ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A, G2S ENGENHARIA LTDA, GEOMAPA ENGENHARIA LTDA, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, LCAD SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA., MIGUEL ANGELO GONÇALVES ENGENHARIA, SC GEOTECNOLOGIA LTDA., TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP, VERSAL ENGENHARIA LTDA e SIMULTÂNEA ENGENHARIA LTDA.** Ressalva-se que as licitantes foram formalmente convocadas para participar da presente sessão, através da publicação no DOM/SC, publicação nº 2594000, edição número 3224, do dia 07 de agosto de 2020. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, sendo que os envelopes contendo as propostas de preços foram minuciosamente examinados pelos membros da comissão, os quais constataram que os mesmos estavam intactos. Assim procedeu-se sua abertura, sendo que as propostas foram conferidas e rubricadas pelos membros da Comissão, constatando que a licitante atendeu aos requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte, foi apurada a seguinte classificação: a licitante **GEOVIAS ENGENHARIA LTDA** sagrou-se vencedora com o **menor preço global de R\$ 167.129,05 (cento e sessenta e sete mil e cento e vinte e nove reais e cinco centavos)**, sendo que as demais licitantes obtiveram a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Classificação	Licitante	Preço Global
2º lugar	Terra Projetos e Consultoria Ltda EPP	R\$ 167.195,79
3º lugar	Cibele Serafini da Silva	R\$ 193.147,50
4º lugar	Duovias Engenharia Ltda	R\$ 197.848,35
5º lugar	Miguel Angelo Gonçalves Engenharia	R\$ 211.781,22
6º lugar	Lcad Servicos de Engenharia Ltda.	R\$ 229.052,50
7º lugar	Aysa Planejamento e Projetos Ltda	R\$ 236.047,55
8º lugar	Simultanea Engenharia Ltda	R\$ 278.659,65
9º lugar	G2s Engenharia Ltda	R\$ 285.700,37
10º lugar	Azimute Engenheiros Consultores S/C Ltda	R\$ 299.651,90

11 ° lugar	Als Engenharia e Obras Ltda	R\$ 300.945,50
12 ° lugar	Sc Geotecnologia Ltda	R\$ 323.245,19
13 ° lugar	Engevix Engenharia e Projetos S/A	R\$ 384.550,32
14 ° lugar	Engefig Engenharia Ltda	R\$ 390.923,00
15 ° lugar	Geomapa Engenharia Ltda	R\$ 392.984,25
16 ° lugar	Versal Engenharia Ltda	R\$ 417.989,48

Ressalva-se que os preços cotados pela licitante vencedora ficaram abaixo do preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Ressalva-se que os preços cotados pela licitante vencedora ficaram abaixo do preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, conta-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea “b”, do citado diploma legal, da data de veiculação desta publicação. Caso não haja o encaminhamento, o processo seguirá seu curso, procedendo-se a adjudicação e posterior homologação.

Concórdia, SC, 11 de agosto de 2020.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 194/2020

Publicação Nº 2599171

DECRETO Nº 194/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.295/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 68.650,00 (sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.028 – Reforma e Ampliação das unidades de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 82

Fonte de Recursos: 1079 – Vinculados – R\$ 68.650,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de emendas parlamentares impositivas, Portaria nº 179/SEF – 14/07/2020.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 10 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 195/2020

Publicação Nº 2598466

DECRETO Nº 195/2020

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE GERENTE DE ESPORTE E LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e artigo 34, inciso II, da Lei Complementar n. 018/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, do cargo de Gerente de Esporte e Lazer, a partir de 14 de agosto de 2020, o Sr. MARCIO FERNANDO VIECELLI DELLA BETTA.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 11 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO PROC. 82/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 38/2020

Publicação N° 2599150

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público a dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 82/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 38/2020

SOLICITANTE: SECRETARIA DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar reparo em tanque de polipropileno na Estação de Tratamento de Água.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

CONTRATADO: KEMIA TRATAMENTO DE EFLUENTES LTDA: CNPJ 24.517.378/0001-25.

Cordilheira Alta, SC, em 11 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

EXTRATO PROC. 83/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 39/2020

Publicação N° 2599820

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público a dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 83/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 39/2020

SOLICITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER NA UNIDADE DE SAÚDE

FRANCISMAR SEVERINO TOZZO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 68.650,00 (sessenta e oito mil seiscientos e cinquenta reais).

CONTRATADO: GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI: CNPJ 32.286.245/0001-13.

Cordilheira Alta, SC, em 12 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 47/2020

Publicação Nº 2598862

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 47/2020
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 47/2020
Contratado: ETELMIR BUFFON

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA CASA MISTA DE APROXIMADAMENTE 120 M2, LOCALIZADA NA RUA XV DE NOVEMBRO Nº 80, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS – SC, CEP 89840-000.

Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Vigência: 31/12/2020.

CONTRATO Nº 48/2020

Publicação Nº 2599024

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 48/2020
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2020

Contratado: ELETRO ELETRONICA BEIRA RIO LTDA. - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRESCENDO E APRENDENDO PROFESSOR JANDIR BRÁZ FAVARETTO.

Valor: 6.003,00 (seis mil e três reais).

Vigência: 31/12/2020.

CONTRATO Nº 49/2020

Publicação Nº 2599033

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 49/2020
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2020
Contratado: SHAMIR SCHLICKMANN

Objeto: AQUISIÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL E ALERTA PARA PADRONIZAÇÃO DOS PASSEIOS DA AVENIDA SANTA CATARINA E AMAZONAS.

Valor: 5.719,80 (cinco mil setecentos e dezenove reais e oitenta centavos).

Vigência: 31/12/2020.

CONTRATO Nº 50/2020

Publicação Nº 2599040

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 50/2020
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2020
Contratado: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

Valor: 165.900,00 (cento e sessenta e cinco mil e novecentos reais).

Vigência: 31/12/2020.

DECRETO 8763/2020

Publicação Nº 2600131

DECRETO Nº. 8.763, 29 De Julho De 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.324/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado a dotação por superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 6.659,35 (seis mil e seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos) no orçamento vigente do município de Coronel Freitas, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003- Administração Geral.

Ação: 0.000 – Amortização de dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais.

Elemento: 3.2.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 6.659,35

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, conforme decreto nº. 8.621/2020.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Julho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8764/2020

Publicação Nº 2600134

DECRETO Nº. 8.764, 30 de Julho de 2020.

ADOTA MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art.30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID19;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes;

CONSIDERANDO o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID19, instituído pela Portaria n 464, de 03 de julho de 2020, que deixou por conta dos municípios e às respectivas Regiões de Saúde as atribuições de avaliar e aplicar as estratégias necessárias para a restrição ou, se possível, para a flexibilização das atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO que a Comissão Intergestores Regional (CIR) homologará as decisões tomadas pelo conjunto de Municípios de seu

território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 por parte do conjunto de Municípios da Região de Saúde;

CONSIDERANDO, o contido no § 3º do artigo 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, que atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SES/SED nº 447, de 30 de junho de 2020, que autoriza no território catarinense a realização de atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades ensino em nível superior e ensino em nível de pós-graduação;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348, de 22 de maio de 2020, que determina a permanência da proibição da aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

CONSIDERANDO a decisão conjunta dos municípios tomada em reunião realizada no dia 30 de julho de 2020, e da consequente homologação das recomendações da CIR a serem encaminhada ao COES;

decreta:

Art. 1º Fica estabelecido que o atendimento nas agências bancárias deverá ser realizado a portas fechadas, com equipes reduzidas e com restrição do número de clientes, na proporção de 1 (um) cliente para cada 1 (um) funcionário, como forma de controle da aglomeração de pessoas.

Parágrafo Único

Deverão ser adotadas as seguintes medidas, cumulativamente:

I - Higienização contínua das superfícies de toque após cada atendimento, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento);

II - Higienização contínua das demais superfícies (pisos, paredes) e banheiros, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento);

III - Disposição em locais estratégicos de álcool 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local;

IV - Manutenção dos sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, quando possível, das janelas e portas abertas, contribuindo para a renovação de ar.

Art. 2º Os terminais de autoatendimento deverão observar as mesmas regras de higienização aplicadas às agências bancárias, de responsabilidade tanto da instituição financeira quanto do estabelecimento onde localizado.

PARAGRAFO ÚNICO: Fica obrigatório o uso de máscaras aos colaboradores com as trocas conforme preconizado pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º As mesmas regras deste Decreto se aplicam as agências lotéricas, cooperativas de Crédito e aos Correios.

Art. 4º Das atividades desempenhadas por indústrias deverão seguir as seguintes medidas institucionais:

I – Realizar a aferição de temperatura dos trabalhadores na entrada e na saída do estabelecimento;

II – Capacitar os trabalhadores, disponibilizar e exigir o uso dos EPIS apropriados, diante do risco de infecção pelo SARS-COV-2 (coronavírus), para a realização das atividades, dentre eles: máscaras;

III – Disponibilizar e exigir que todos os trabalhadores (trabalhadores, prestadores de serviço, entregadores, entre outros) utilizem máscaras durante todo o período de permanência na empresa, sendo estas substituídas conforme recomendação de uso, sem prejuízo da utilização de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários ao desenvolvimento das atividades;

IV – Manter uma distância de, no mínimo, 1,5m de raio entre os trabalhadores. Se não houver como atender esta distância, instalar barreiras físicas nas estações de trabalho e proteção com face shield;

V – Disponibilizar, em pontos estratégicos do estabelecimento, local para adequada lavagem das mãos e, na ausência ou distância do local, disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, devido ser orientada e estimulada a constante higienização das mãos por todos os trabalhadores;

VI – Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade;

VII - Intensificar a higienização com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nos utensílios, superfícies e equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, sanitários, elevadores, vestiários e armários entre outros respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

VIII – Manter os lavatórios dos refeitórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento;

IX – Nos veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, a ocupação de cada veículo fica limitada a 50 % da capacidade de passageiros sentados, intercalando a posição janela-corredor (zigue-zague). É proibido o transporte de trabalhadores sem máscara;

X – realizar a limpeza e sanitização dos veículos fretados para transporte de trabalhadores ao final de cada viagem com álcool 70% ou outro desinfetante indicado para este fim;

XI – Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar nos veículos de transporte de trabalhadores para higiene das mãos;

XII – Divulgar em local visível as informações dos regramentos estabelecidos pelo Governo do Estado para o ramo de atividade, propiciando aos trabalhadores o conhecimento das normativas que devem ser cumpridas;

XIII - Manter ventilados, dentro do possível, todos os postos de trabalho.

Art. 5º Dos mercados e supermercados deverão inviabilizar a utilização de cestas, devendo ofertar aos clientes apenas carrinhos em quantidade suficiente que possibilite o controle da capacidade de lotação do ambiente e a efetiva higienização dos materiais/ambientes, sendo permitido 01 pessoa por 3m² para manter o distanciamento.

I- Os estabelecimentos citados no caput deste artigo deverão manter no mínimo 1 (um) funcionário controlando a entrada dos clientes, bem como fiscalizando o distanciamento entre as pessoas caso haja filas de acesso, a utilização de máscara e a higienização das mãos antes de entrar no ambiente e higienização dos carrinhos com álcool 70%.

II - Os estabelecimentos citados no caput deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 6º Fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza.

Art. 7º Fica proibido o consumo compartilhado de chimarrão no interior das lojas de conveniências situadas nos postos de combustíveis e comércio em geral.

Art.8º Ficam suspensos por prazo indeterminado, os prazos:

I – De aplicação e de prestação de contas dos recursos financeiros concedidos a título de contribuições, subvenções ou auxílios, por meio de termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, convênios ou instrumentos congêneres às Instituições e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), OSCIPs, dentre outras.

Art. 9º Das Academias e afins: os estabelecimentos autorizados a realizar suas atividades devem limitar e ordenar o seu público, bem como organizar as atividades, atendendo no mínimo as seguintes condições:

I- O número de clientes dentro do estabelecimento deve ser de, no máximo, 30% de sua capacidade;

II- Na entrada do estabelecimento, deve ser disponibilizado dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, para higienização das mãos;

III- É obrigatório o uso de máscaras descartáveis, de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão por todos os funcionários e alunos durante a permanência no estabelecimento, como também manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

IV- Todas as pessoas devem manter os cabelos presos durante a permanência no local;

V- É obrigatório o uso de toalha de utilização pessoal durante toda a prática de atividade física;

VI- Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada praticante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado;

VII- Durante o horário de funcionamento do estabelecimento, deve ser realizada a limpeza geral e a desinfecção de todos os ambientes pelo menos uma vez por período (matutino vespertino e noturno);

VIII- O tempo de permanência de cada usuário no local deve ser de, no máximo, 60 minutos, permitindo que mais pessoas possam se beneficiar da prática de atividade física, respeitado o limite de 30% da lotação;

IX- O estabelecimento deve organizar grupos de usuários para cada horário. Este grupo deve iniciar e finalizar as atividades no mesmo espaço de tempo;

X- Deve haver um intervalo de tempo de, no mínimo, 15 (quinze) minutos entre a saída de um grupo e a entrada de outro, de forma a evitar o cruzamento entre os usuários e permitir a limpeza do piso do estabelecimento;

XI- Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, os mesmos devem fazer a limpeza dos filtros diariamente;

XII- Guarda volumes para bolsas e mochilas não poderão ser utilizados, sendo permitida apenas a utilização de porta chaves que deve ser higienizado após cada uso;

XIII- Devem ser disponibilizados cartazes com as regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas, em local visível e de fácil acesso;

XIV- Fica proibida a utilização de celulares durante a prática de atividade física;

XV- Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não podem frequentar as atividades durante o período da pandemia;

XVI- Cada usuário deve realizar suas atividades de forma individualizada;

XVII- O estabelecimento deve disponibilizar álcool 70% em pontos estratégicos, para higienização das mãos;

XVIII- Alunos e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% na entrada e na saída do estabelecimento, sempre que utilizar os equipamentos e durante a realização das atividades;

XIX- Os equipamentos devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70%;

XX- Esteiras, bicicletas ergométricas e similares devem ser utilizadas de forma intercalada (uma em funcionamento e uma sem uso) ou com pelo menos 1,5 metros de distância entre elas;

XXI- Equipamentos e aparelhos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento;

XXII- É permitida a utilização de plástico filme nos aparelhos ou equipamentos que disponham de comandos eletro/eletrônicos, em conformidade com a compatibilidade dos materiais (informado pelos fabricantes do aparelho ou do equipamento). Caso seja utilizado plástico filme nestes aparelhos ou equipamentos, o mesmo deve ser substituído no mínimo uma vez ao dia e higienizado com álcool 70% a cada uso;

XXIII- Caso sejam utilizadas barras, alteres, bancos, colchonetes ou outros acessórios, os mesmos devem ser individualizados e higienizados antes e/ou depois do uso (a sistemática deverá ser definida pelo estabelecimento), com álcool 70%, ou outras substâncias degermantes, em conformidade com a compatibilidade dos materiais e com as orientações dos fabricantes dos mesmos;

XXIV- É responsabilidade do estabelecimento fornecer álcool 70% ou outras substâncias degermantes, bem como orientar os usuários quanto à sua utilização;

XXV- O estabelecimento deve recomendar aos usuários que evitem utilizar luvas;

XXVI- Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;

XXVII- Os banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;

Art.10 Quanto aos profissionais autônomos/liberais deverão seguir as seguintes obrigações:

a) O profissional deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades;

b) O profissional deverá usar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de acordo com a assistência prestada;

c) O cliente deverá ser questionado se apresenta sintomas respiratórios ou se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19 e, em caso positivo, não deverá ser prestado atendimento;

d) Os clientes atendidos devem ser orientados a informar ao profissional que o atendeu caso venham a ter resultados positivos para a COVID-19;

e) Manter as atividades com os cuidados de higienização das mãos uso de álcool gel, distanciamento, etiqueta da tosse, limpeza e ventilação dos ambientes;

f) Profissionais que executarem atendimentos a clientes que vierem a positivar para os testes de COVID-19 deverão imediatamente parar os atendimentos, informar o fato às autoridades sanitárias do município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades.

g) Se alguém na residência onde presta serviço apresenta sintomas respiratórios ou se encontra em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19, não é recomendado o atendimento domiciliar destes clientes;

h) Caso o profissional positivo para COVID-19 deverá avisar imediatamente os seus clientes, informar o fato às autoridades sanitárias do município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades.

Art 11. Dos profissionais que realizam suas atividades em consultórios isolados, clínicas e escritórios:

- a) Organizar a agenda de modo a ampliar o intervalo entre atendimentos, reduzindo o número de pessoas nestes ambientes;
- b) Os atendimentos de clientes deverão ser realizados de forma individual, sem acúmulo de pessoas na sala de espera, sendo permitido que permaneça na sala de espera apenas o cliente do horário seguinte, cabendo ao profissional organizar sua agenda conforme tempo médio de atendimento;
- c) Disponibilizar álcool gel nas salas de espera e nas salas de atendimento, nas áreas de saída, devendo haver orientação para a utilização;
- d) Realizar a higienização contínua do estabelecimento, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, balanças, banheiros, lavatórios, entre outros;
- e) Ao realizar o agendamento, a pessoa deverá ser questionada se apresenta sintomas respiratórios e se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID- 19, ficando proibido o atendimento de pessoas sintomáticas ou em período de quarentena nestas atividades;
- f) Deve ser dado atendimento preferencial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes, sendo garantindo fluxo ágil a fim de que estas pessoas permaneçam o mínimo de tempo possível no estabelecimento;
- g) Os lavatórios devem estar providos de sabão líquido para as mãos e toalha de papel;
- h) O cliente e/ou paciente deverá higienizar as mãos antes e ao final dos atendimentos;
- i) O profissional deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades;
- j) O profissional deverá usar EPIs de acordo com a assistência prestada, ficando proibido o uso de máscara confeccionada de forma doméstica para uso por parte do profissional;
- k) Manter todas as áreas ventiladas, inclusive os refeitórios de trabalhadores e locais de descanso, caso existam, devendo ser evitadas aglomerações;
- l) Os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada cliente ou após usarem banheiro;
- m) Nos locais onde há uso de máquina para pagamento com cartão, esta deverá ser higienizada com álcool 70% ou preparações antissépticas após cada uso;
- n) Para atividades que necessitem de contato físico, o profissional deverá utilizar além de máscara, avental descartável que deverá ser substituído e descartado a cada atendimento;
- o) O cliente e/ou paciente deverá usar máscara durante todo o atendimento (da chegada do profissional até a saída da residência), sendo de responsabilidade do profissional as orientações do correto uso da mesma;
- p) Deve ser evitada a participação de familiares nas atividades, porém caso elas se façam necessárias, estes familiares também deverão usar máscara durante todo o período que o profissional permanecer na residência;
- q) Os pacientes e clientes atendidos devem ser orientados a informar ao profissional que o atendeu caso venham a ter resultados positivos para a COVID-19;
- r) Manter ventiladas, dentro do possível, as áreas utilizadas para as atividades.

Art. 12. Fica obrigatório o uso de máscara de proteção individual, artesanal ou industrial, com cobertura da boca e nariz, quando em circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos.

Art. 13 As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Municipal que Institui o Código Sanitário Municipal e Estabelece Normas de Saúde em Vigilância Sanitária de Coronel Freitas nº 2.121 de 11 de dezembro de 2015.

Art. 14. As pessoas idosas devem observar o distanciamento social, priorizando o isolamento social e restringindo seus deslocamentos para realização das atividades estritamente necessárias, evitando o uso do transporte de utilização coletiva e a permanência em locais com concentração de pessoas.

Art. 15 Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 04 (quatro) horas, proibindo-se a permanência de mais de 10 dez pessoas simultaneamente, com aferição de temperatura, disponibilizar álcool 70% e controle de entrada e saída de pessoas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos.

Art. 16. É de competência da Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com a Defesa Civil Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil a fiscalização do cumprimento das normas de saúde e combate ao Coronavírus (COVID – 19), previstas nos Protocolos de saúde.

Art. 17. Ficam autorizados os profissionais da Vigilância Sanitária Municipal, Vigilância Epidemiológica Municipal, Agentes de Combate a Endemias, Fiscais do Município, Defesa Civil, Polícia Militar e Polícia Civil, a realizar a averiguação e a fiscalização quanto ao cumprimento das medidas sanitárias preventivas para enfrentamento do COVID – 19.

Art. 18. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Julho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal
Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8766/2020

Publicação Nº 2600135

DECRETO Nº. 8.766, 03 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.49/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº29/2020, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 49/2020 – Pregão Presencial Nº.29/2020, do Município de Coronel Freitas - SC, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ELÉTRICA CAVALLI LTDA EPP, com o Lote Nº 1, itens Nºs: 1, 2 e 3 no valor de R\$ 16.348,05 (dezesesseis mil trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos); K.A. ELETRICO & HIDRAULICO LTDA, com o Lote Nº 2, itens Nºs: 4 a 14 no valor de R\$ 8.278,00 (oito mil duzentos e setenta e oito reais); com o Lote Nº 3, itens Nºs: 15 a 26 no valor de R\$ 8.602,20 (oito mil seiscentos e dois reais e vinte centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8767/2020

Publicação Nº 2600136

DECRETO Nº. 8.767, 03 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 51/2020 – Pregão Presencial Nº.31/2020, do Município de Coronel Freitas - SC, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a CENTER MÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, com os itens Nºs: 9 a 14 no valor de R\$ 11.305,00 (onze mil trezentos e cinco reais); JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME, com os itens Nºs: 1 a 8 no valor de R\$ 14.360,00 (quatorze mil trezentos e sessenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8768/2020

Publicação Nº 2600137

DECRETO Nº. 8.768, 03 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2020, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 54/2020 – Pregão Presencial Nº.34/2020, do Município de Coronel Freitas - SC, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8769/2020

Publicação Nº 2600138

DECRETO Nº. 8.769, 03 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 48/2020, TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 7/2020, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 48/2020 – Tomada De Preços Para Obras E Serviços de Engenharia Nº. 7/2020, do Município de Coronel Freitas, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: MH COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 37.998,10 (trinta e sete mil novecentos e noventa e oito reais e dez centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8770/2020

Publicação Nº 2600139

DECRETO Nº. 8.770, 05 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei complementar Eleitoral Nº. 64/1990 e o disposto no art. Nº 88, inciso II e art. Nº 90 da Lei Municipal Nº. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política a servidora Emanuela Cristina Grando, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 15 de Agosto de 2020, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 15/08/2020 à 15/11/2020.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8771/2020

Publicação Nº 2600140

DECRETO Nº. 8.771, 05 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei complementar Eleitoral Nº. 64/1990 e o disposto no art. Nº 88, inciso II e art. Nº 90 da Lei Municipal Nº. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política a servidora Gislei Sampaio Zucco, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 15 de Agosto de 2020, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 15/08/2020 à 15/11/2020.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8772/2020

Publicação Nº 2600141

DECRETO Nº. 8.772, 05 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei complementar Eleitoral Nº. 64/1990 e o disposto no art. Nº 88, inciso II e art. Nº 90 da Lei Municipal Nº. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política a servidora Raquel Lamp Milani, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 15 de Agosto de 2020, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 15/08/2020 à 15/11/2020.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8773/2020

Publicação Nº 2600142

DECRETO Nº. 8.773, 05 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei complementar Eleitoral Nº. 64/1990 e o disposto no art. Nº 88, inciso II e art. Nº 90 da Lei Municipal Nº. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política ao servidor Rudimar Antônio Lanfredi, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 15 de Agosto de 2020, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 15/08/2020 à 15/11/2020.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8774/2020

Publicação Nº 2600144

DECRETO Nº. 8.774, 05 de Agosto de 2020.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidor Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 17 de Agosto de 2020, o cargo de Agente Administrativo, ocupado pelo servidor público municipal Sedmir Terribille, a pedido, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 189817479-0, e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 2463/1999.

Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2020.

Izeu jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8775/2020

Publicação Nº 2600145

DECRETO Nº. 8.775, 06 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.9/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº6/2020, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS-SC PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 9/2020 – Pregão Presencial Nº.6/2020, do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Freitas - SC, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a DLG LIVRARIA E BAZAR LTDA - ME, com o Lote Nº 1, itens Nºs: 1, 2 e 3 no valor de R\$ 3.299,80 (três mil duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8776/2020

Publicação Nº 2600146

DECRETO Nº. 8.776, 06 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.52/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2020, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 52/2020 – Pregão Presencial Nº.32/2020, do Município de Coronel Freitas - SC, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA -ME, com os itens Nºs: 1, 6, 12, 13, 20, 22, 23, 26, 28, 38, 42 e 43 no valor de R\$ 43.880,70 (quarenta e três mil oitocentos e oitenta reais e setenta centavos); AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, com o item Nº: 8, no valor de R\$ 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos reais); BUGRE COMERCIAL EIRELI, com os itens Nºs: 2, 3, 5, 14, 16, 30, 31, 32, 36, 37, 40, 47, 50 e 51 no valor de R\$ 58.839,90 (cinquenta e oito mil oitocentos e trinta e nove reais e noventa centavos); D&D PRODUTOS DE HIGIÊNE E LIMPEZA EIRELI, com o item Nº: 39 no valor de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais); HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, com os itens Nºs: 11, 15, 21, 24, 25, 44, 46, 49 e 52 no valor de R\$ 49.904,65 (quarenta e nove mil novecentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos); LEANDRO APARECIDO DE PAULA, com os itens Nºs: 9, 10, 18, 19, 34 e 48 no valor de R\$ 52.530,50 (cinquenta e dois mil quinhentos e trinta reais e cinquenta centavos); M3 DISTRIBUIDORA LTDA, com o item Nº: 7 no valor de R\$ 114.700,00 (cento e quatorze mil e setecentos reais); SCS COMÉRCIO LTDA, com os itens Nºs: 4, 17, 27, 29, 33, 35, 41 e 45 no valor de R\$ 80.861,90 (oitenta mil oitocentos e sessenta e um reais e noventa centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8777/2020

Publicação Nº 2600147

DECRETO Nº. 8.777, 06 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.53/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº33/2020, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 53/2020 – Pregão Presencial Nº.33/2020, do Município de Coronel Freitas - SC, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a CESAR AUGUSTO BARELLA 68303033972, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8778/2020

Publicação Nº 2600148

DECRETO Nº. 8.778, 06 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.55/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº35/2020, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 55/2020 – Pregão Presencial Nº.35/2020, do Município de Coronel Freitas - SC, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA -ME, com os itens Nºs: 5, 7, 8, 22, 27, 37, 40, 41, 45, 48, 49, 52, 58, 62, 63, 71, 72, 79, 80, 86, 88, 91, 93, 94, 98, 99, 102, 103, 105, 106 e 107 no valor de R\$ 62.447,50 (sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos); BUGRE COMERCIAL EIRELI, com os itens Nºs: 1, 10, 14, 23, 24, 32, 50, 51, 53, 61, 65, 66, 67, 68, 70, 76, 78, 83, 84, 92, 100, 101 e 104 no valor de R\$ 32.212,50 (trinta e dois mil duzentos e doze reais e cinquenta centavos); M3 DISTRIBUIDORA LTDA, com os itens Nºs: 9, 20, 33, 42 e 43 no valor de R\$ 13.955,00 (treze mil e novecentos e cinquenta e cinco reais); NSC COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, com os itens Nºs: 2, 3, 6, 13, 15, 16, 18, 19, 28, 30, 31, 44, 59, 60, 64, 82, 85, 89, e 90, no valor de R\$ 45.311,40 (quarenta e cinco mil trezentos e onze reais e quarenta centavos); SCS COMÉRCIO LTDA, com os itens Nºs: 4, 11, 12, 17, 21, 34, 35, 36, 38, 39, 46, 47, 54, 55, 56, 57, 69, 73, 74, 75, 77, 81, 87 e 108 no valor de R\$ 53.842,50 (cinquenta e três mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon
Secretária de Administração e Finanças.

EDITAL CONVITE

Publicação Nº 2598812

EDITAL CONVITE

O Poder Executivo Municipal de Coronel Freitas convida toda a população para participar da Audiência Pública Eletrônica para elaboração e discussão da e decreto municipal n.º 8.706/2020 de 15 de maio de 2020 no seguinte formato:

Data e horário da realização: 28 de agosto de 2020, a partir das 14:40 as 15:40hrs

Objetivo:

Audiência Pública Eletrônica com objetivo de retificação devido ao cadastramento de parte do zoneamento onde está gravado como área verde na área de parte da chácara 73 em que já possui edificações consolidadas.

Meios de coletas de dados e manifestações: Sala Virtual, email, ouvidoria e lei de acesso à informação.

Endereço eletrônico:

Audiência Publica eletrônica

Uma iniciativa do Município de Coronel Freitas

Venha Participar!

Aberto ao público

DATA: 28/08/2020 (sexta-feira)

HORÁRIO: 14:40hrs as 15:40 hrs

SALA VIRTUAL: <https://www.facebook.com/PrefeituraDeCoronelFreitas/>

Alem da participação na Sala Virtual, sugestões, manifestações também pode ser enviados através dos seguintes meios eletrônicos, conforme § 1 do artigo 1 do decreto 8.706/2020:

I - via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv no link <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/SC/CORONELFREITAS/Manifestacao/RegistrarManifestacao>;

II – via Lei de Acesso a Informação – LAI, por meio do link <https://www.coronelfreitas.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/11333> ;

III – por e-mail oficial do Município – prefeitura@coronelfreitas.sc.gov.br; controle@coronelfreitas.sc.gov.br

IV – Pelo Whats App 49- 9990-0897 – Assessoria de Imprensa

Coronel Freitas SC, 11 de agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1980/2020

Publicação Nº 2598882



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº 1980/2020

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
 ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS
 PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.416/2020 de 12 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais Suplementares até o limite do valor de R\$ 606.912,00 (seiscentos e seis mil e novecentos e doze reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 606.912,00
01381938	Transferência SUS/União – COVID-19	
365	Referência Dotação	
TOTAL		606.912,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos consignadas no Orçamento do Município a saber:

01381938 – Transferências SUS/União – COVID-19	R\$ 606.912,00
TOTAL	606.912,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de agosto de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 1981/2020

Publicação Nº 2598883



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**DECRETO Nº 1981/2020****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.417/2020 de 12 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais Suplementares até o limite do valor de R\$ 279.462,05 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
001	DIVISÃO DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
0004.0122.0009.1007	MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONSTR. NOVA PREFEITURA	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 279.462,05
03500000	Cessão Onerosa	
366	Referência Dotação	
	TOTAL	279.462,05

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
0004.0122.0006.2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 80.000,00
03500000	Cessão Onerosa	
292	Referência Dotação	
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
001	DIVISÃO DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
0004.0122.0009.2003	MANUT. ATIV. DIVISÃO DE PESSOAL, ADM E COMPRAS	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 50.000,00
03500000	Cessão Onerosa	
285	Referência Dotação	
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0451.0040.1006	CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 149.462,05
03500000	Cessão Onerosa	
287	Referência Dotação	
	TOTAL	279.462,05

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



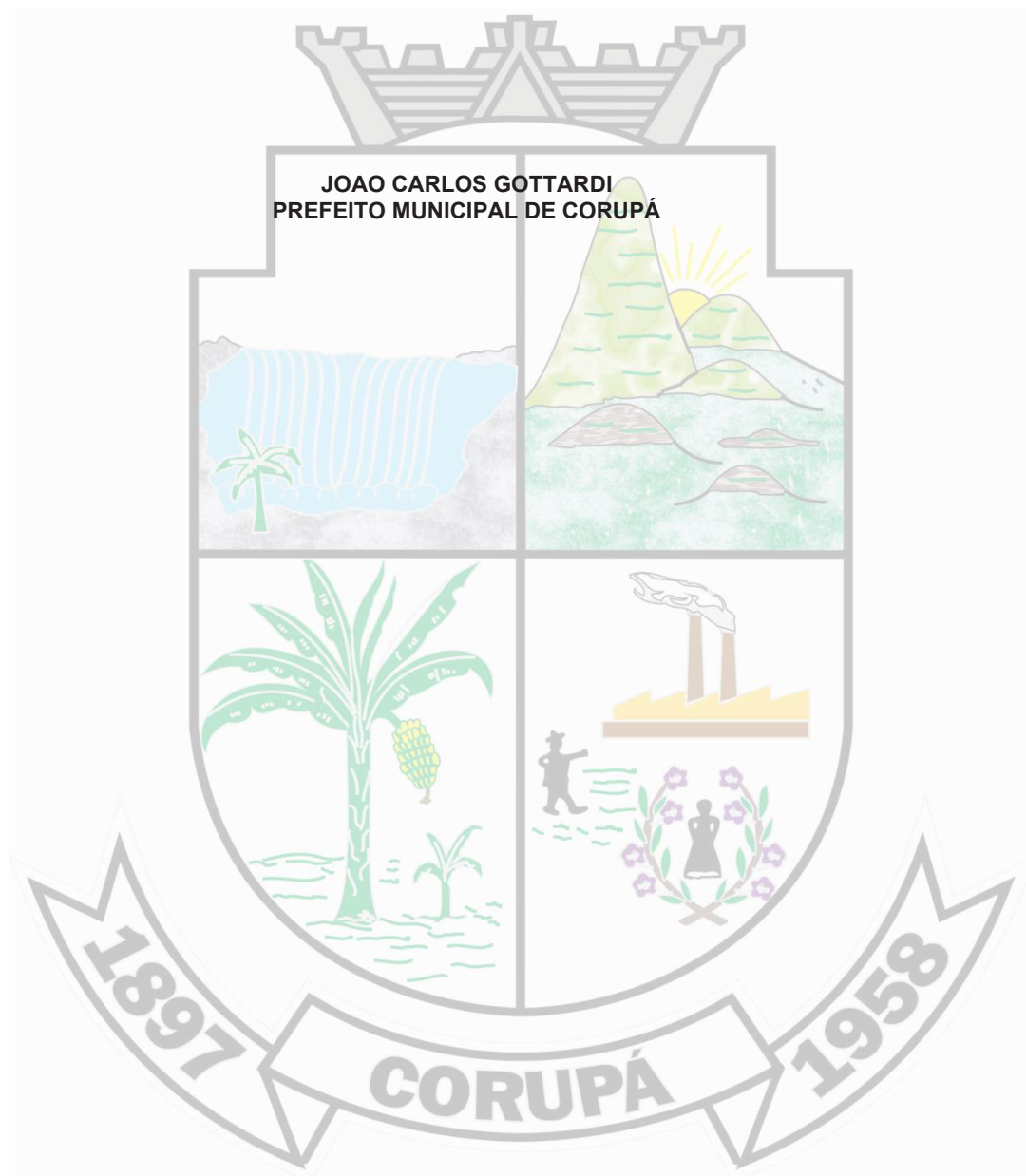
Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de agosto de 2020.



Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 1982/2020

Publicação Nº 2598885



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**DECRETO Nº 1982/2020****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.418/2020 de 12 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 40.537,95 (quarenta mil, quinhentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0451.0040.1003	PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA AREA URBANA	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 40.537,95
03500000	Cessão Onerosa	
286	Referência Dotação	
TOTAL		40.537,95

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
18	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer	
002	Fundo Municipal de Turismo	
0027.0695.1011.2062	Manutenção do Fundo Municipal de Turismo	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 5.000,00
03500000	Cessão Onerosa	
289	Referência Dotação	
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0451.0040.1006	CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 35.537,95
03500000	Cessão Onerosa	
287	Referência Dotação	
TOTAL		40.537,95

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de agosto de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

LEI Nº. 2.416 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598625



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**LEI Nº. 2.416 DE 12 DE AGOSTO DE 2020****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais Suplementares até o limite do valor de R\$ 606.912,00 (seiscentos e seis mil e novecentos e doze reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
33190000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 606.912,00
01381938	Transferência SUS/União – COVID-19	
365	Referência Dotação	
TOTAL		606.912,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos consignadas no Orçamento do Município a saber:

01381938 – Transferências SUS/União – COVID-19	R\$ 606.912,00
TOTAL	606.912,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de agosto de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de agosto de 2020.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

LEI Nº. 2.417 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598642



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**LEI Nº. 2.417 DE 12 DE AGOSTO DE 2020****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais Suplementares até o limite do valor de R\$ 279.462,05 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
001	DIVISÃO DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
0004.0122.0009.1007	MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONSTR. NOVA PREFEITURA	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 279.462,05
03500000	Cessão Onerosa	
366	Referência Dotação	
TOTAL		279.462,05

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
0004.0122.0006.2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 80.000,00
03500000	Cessão Onerosa	
292	Referência Dotação	
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
001	DIVISÃO DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
0004.0122.0009.2003	MANUT. ATIV. DIVISÃO DE PESSOAL, ADM E COMPRAS	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 50.000,00
03500000	Cessão Onerosa	
285	Referência Dotação	
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0451.0040.1006	CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 149.462,05
03500000	Cessão Onerosa	
287	Referência Dotação	
TOTAL		279.462,05

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



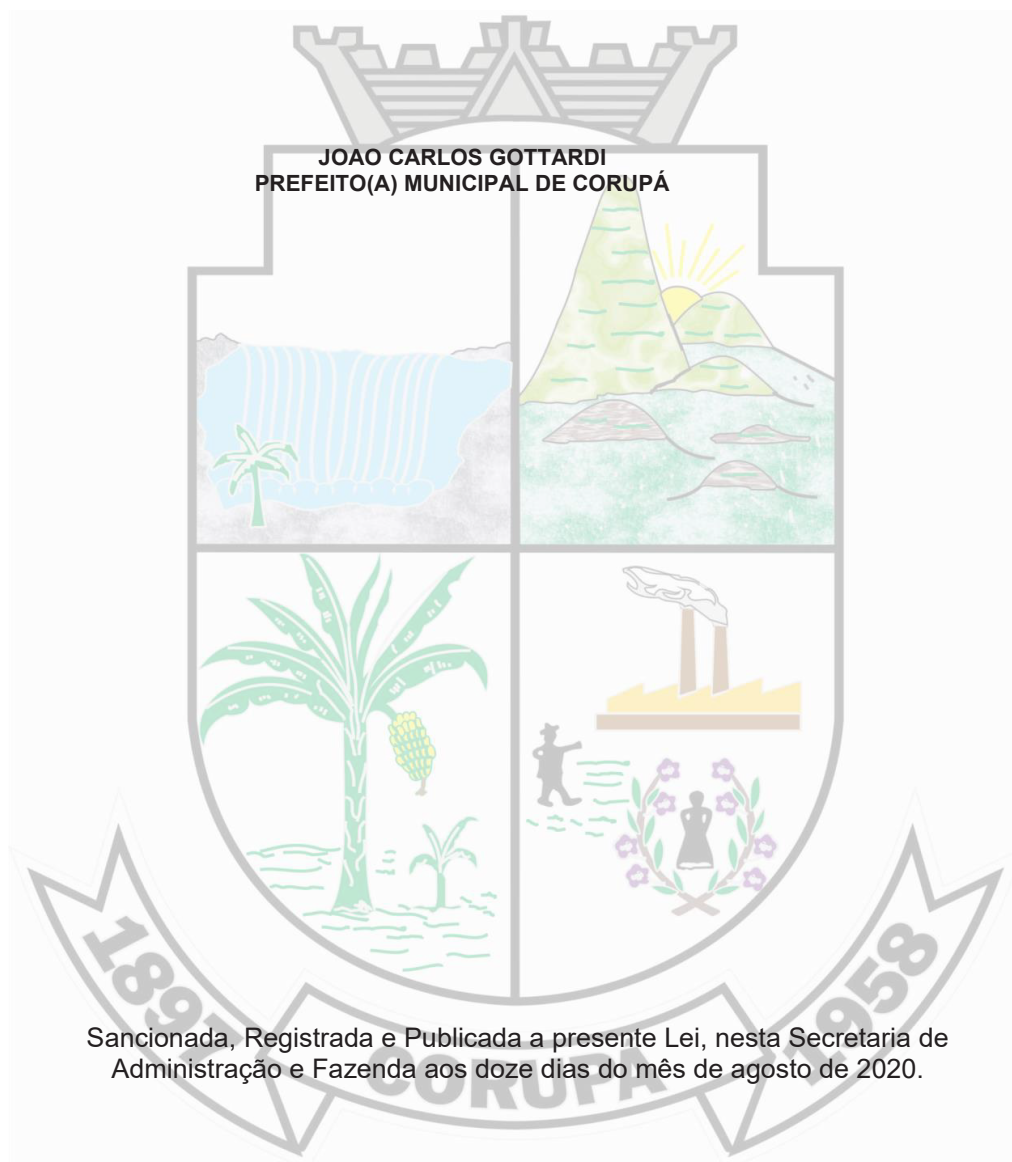
Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de agosto de 2020.



Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de agosto de 2020.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

LEI Nº. 2.418 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598649



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**LEI Nº. 2.418 DE 12 DE AGOSTO DE 2020****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 40.537,95 (quarenta mil, quinhentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0451.0040.1003	PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA AREA URBANA	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 40.537,95
TOTAL		40.537,95

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
18	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer	
002	Fundo Municipal de Turismo	
0027.0695.1011.2062	Manutenção do Fundo Municipal de Turismo	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 5.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0451.0040.1006	CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 35.537,95
TOTAL		40.537,95

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de agosto de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de agosto de 2020.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

LEI Nº. 2.419 DE 12 DE AGOSTO DE 2020 - SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

Publicação Nº 2598691

LEI Nº. 2.419 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

RATIFICA A 2ª ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o 2º Termo Aditivo do Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal QUIRIRI, cujo anexo é parte integrante da presente lei.

Art. 2º A presente Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
12 de agosto de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de agosto de 2020.

ANEXO I

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Coronel Bueno Franco, 292, na cidade de Campo Alegre, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI; o MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83102467/0001-70, com sede à Avenida Getúlio Vargas 443, na cidade de Corupá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JOÃO CARLOS GOTTARDI; o MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83102756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, na cidade de Rio Negrinho, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JULIO CESAR RONCONI, e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-001, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, na cidade de São Bento do Sul, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MAGNO BOLLMANN, todos na qualidade de consorciados do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 02.375.463/0001-63, com sede no Lab Three Coworking, Tv. Teodoro Koch, 30, Centro, São Bento do Sul, SC, 89280-181, denominado doravante simplesmente de CONSÓRCIO, resolvem alterar o Protocolo de Intenções firmado em 28/09/1997 e alterado pela Primeira Alteração ratificada pela Lei Municipal n. 4.759, de 13/11/2018 (Campo Alegre), Lei Municipal n. 2.317, de 11/12/2018 (Corupá), Lei Municipal n. 3.101, de 27/11/2018 (Rio Negrinho) e Lei Municipal n. 4.008, de 14/12/2018 (São Bento do Sul), com a supressão do Anexo 4 e a modificação nas cláusulas seguintes, que passam a vigorar segundo a nova redação a seguir, após a competente ratificação por lei de cada um dos entes municipais que estas subscrevem:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS HUMANOS

15.2.4.1 – O servidor cedido permanecerá no seu regime jurídico e previdenciário originário, percebendo a remuneração de origem e, caso desempenhe função relativa a qualquer dos empregos públicos perenes descrito no Anexo 2 deste protocolo de intenções, fará jus à soma de uma gratificação de função no valor de R\$ 2.612,50 (dois mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos), cuja correção anual caberá a Assembleia Geral.

15.2.4.2 – O servidor cedido por Município que não seja sede do Consórcio Intermunicipal Quiriri perceberá paga mensal indenizatória de deslocamento igual à estimativa da quilometragem realizada mensalmente entre o Município onde é lotado originariamente o servidor cedido e o Município sede do Consórcio, multiplicada por R\$ 1,00 (um real), valor este que pode ser atualizado por resolução anualmente, segundo índice oficial de inflação.

Anexo 3 – DAS UNIDADES DE VENCIMENTO ESTABELECIDAS EM REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor (R\$)
1 e 2	R\$ 1.306,25
3	R\$ 2.612,50
4	R\$ 5.525,00
5	R\$ 9.500,00

E por estarem certos e ajustados, assinam a 2ª Alteração do Protocolo de Intenções, que se regerá pela Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 5744/2020

Publicação Nº 2598484

PORTARIA Nº 5744/2020

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAA ATAA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2020 E Nº 066/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela fiscalização e acompanhamento das atas de registro de preços nº 065/2020 e nº 066/2020, a senhora WALDILEIA LIGIA SCHULTZ KLITZKE, matrícula funcional nº 6231-1, ocupante do cargo de Farmacêutica, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto das atas de registro de preços visa AQUISIÇÕES PARCELADAS DE SERINGAS, LANCETA E FITAS/TIRAS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das atas de registro de preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
12 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2020

Publicação Nº 2598450

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 086/2020

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 14/08/2020 às 09:00horas do dia 26/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:00h do dia 26/08/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 12 de agosto de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

PORTARIA N° 483, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2600114

PORTARIAN° 483, de 11 de agosto de 2020.

EXONERA A PEDIDO DIRCEU BRITO DA SILVA CONTRATADO PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.779 de 30/08/2018;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera a Pedido na data do dia 10 de agosto de 2020, o servidor municipal DIRCEU BRITO DA SILVA, matrícula 3593-9, ocupante das funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 10 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N° 484, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2600117

PORTARIAN° 484, de 11 de agosto de 2020.

NOMEIA POR CONCURSO DIRCEU BRITO DA SILVA PARA O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020.

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 001/2020 e homologado pelo Decreto N° 059, de 30 de Abril de 2020.

CONSIDERANDO a Convocação na data do dia 31 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 11 de agosto de 2020, DIRCEU BRITO DA SILVA para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 077, de 13 de março de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 478, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598802

PORTARIANº 478, de 10 de agosto de 2020.

DESIGNA A SERVIDORA MUNICIPAL LUCIANE KUHN GRADE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 77/2020;

CONSIDERANDO a demanda na secretaria de Assistência Social;
CONSIDERANDO a suspensão das aulas nos estabelecimentos de ensino;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Nº 040, de 18 de março de 2020, que declara situação de Emergência no Território do Município de Cunha Porã;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 048, de 31 de março de 2020;
CONSIDERANDO a Licença Prêmio Concedida para a Servidora Adriane de Oliveira Kruger;
CONSIDERANDO o comunicado da Secretária de Educação na data do dia 30/07/2020.
RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora municipal LUCIANE KUHN GRADE, matrícula nº 677-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para no período de 03 de agosto de 2020 a 02 de setembro de 2020, exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 479, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598808

PORTARIANº 479, de 11 de agosto de 2020.

NOMEIA POR CONCURSO EDUARDO ALLGAYER PARA O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020.

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 001/2020 e homologado pelo Decreto Nº 059, de 30 de Abril de 2020.
CONSIDERANDO a Convocação na data do dia 31 de julho de 2020.
RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 11 de agosto de 2020, EDUARDO ALLGAYER para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 077, de 13 de março de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 480, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598811

PORTARIANº 480, de 11 de agosto de 2020.

NOMEIA POR CONCURSO NILSON AREND PARA O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020.

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 001/2020 e homologado pelo Decreto N° 059, de 30 de Abril de 2020.

CONSIDERANDO a Convocação na data do dia 31 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 11 de agosto de 2020, NILSON AREND para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 077, de 13 de março de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N° 481, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2598816

PORTARIAN° 481, de 11 de agosto de 2020.

NOMEIA POR CONCURSO DJEISON MICHELL BECKER PARA O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020.

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 001/2020 e homologado pelo Decreto N° 059, de 30 de Abril de 2020.

CONSIDERANDO a Convocação na data do dia 31 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 11 de agosto de 2020, DJEISON MICHELL BECKER para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 077, de 13 de março de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N° 482, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2598829

PORTARIAN° 482, de 11 de agosto de 2020.

REVOGA A PEDIDO A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE ENCARREGADO DE SETOR CONCEDIDA A SERVIDORA MUNICIPAL DEISY GAUER PELA PORTARIA N° 357, DE 21 DE JUNHO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 077/2020;

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGA a pedido a Função de Confiança de Encarregado de Setor concedida a Servidora Municipal DEISY GAUER pela Portaria N°

357, de 21 de junho de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 01 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2020.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO N.º 086/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600093

DECRETO N.º 086/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 951 de 10 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 7.425,00 (Sete Mil, Quatrocentos e Vinte e Cinco reais), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Subfunção	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		11
Projeto	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	12.35.000000 - (185)	2.625,00
4.4.90.00	Aplicação Direta	13.35.000000 - (184)	4.800,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2020 na destinação de Recursos DR nº 12.35 – Recursos do SUAS para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI no valor de R\$ - 2.625,00 (Dois Mil, Seiscentos e Vinte e Cinco Reais), na destinação de Recursos DR nº 13.35 – Ações de combate ao COVID no SUAS referente a Portaria 369/2020 no valor de R\$ - 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina 12 de agosto de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEHL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Publique-se e Registre-se

PORTARIA N.º. 135

Publicação Nº 2599006

PORTARIA N.º. 135/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA”.

O Prefeito Municipal de em Exercício de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 100, inciso II, combinado com o artigo 77, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e ainda os artigos 105 a 112 da Lei Complementar Municipal nº. 002/2007 “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, e demais legislações aplicáveis ao tema, e

CONSIDERANDO o atestado médico de 11 de agosto de 2020, prescrito pela Dra. Alana Patricia Romani – CRM/SC 29008, protocolo nº. 990/2020, em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder pelo prazo de 07 (sete) dias, a partir desta data, licença para tratamento de saúde da servidora CAMILA AZEVEDO ELOY, conforme atestado médico supramencionado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Cunhataí, Santa Catarina em 11 de agosto de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO N. 5.369/2020

Publicação Nº 2599811

DECRETO N. 5.369/2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N. 5.356/2020, QUE DISPÕE SOBRE novas MEDIDAS para o enfrentamento DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA de importância internacional DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO GUIDI, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso IX da Lei Orgânica do Município,
DECRETA :

Art. 1º. Ficam alterados os incisos XVIII e XX, do artigo 3º do Decreto nº 5.356/2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.

XVIII – Em relação ao desporto profissional, amador e recreativo: Ficam autorizadas as atividades de desporto profissional, amador e recreativo, coletivo e individual, no território municipal, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) No caso de sintomas (tosse, febre, cefaléias, dores no corpo, dispnéia, fraqueza generalizada, perda do olfato ou paladar, sintomas gastrointestinais, etc.) ou de pessoas com as quais residam, os atletas e comissão técnica deverão comunicar imediatamente ao responsável médico do clube ou entidade responsável;
- b) somente poderão participar das atividades, atletas e membros da comissão técnica com idade entre 14 (quatorze) e 60 (sessenta) anos;
- c) O atleta ou membro da comissão técnica que apresentar sintomas de contaminação pelo COVID-19, deverá buscar orientação médica, bem como afastar das atividades por um período mínimo de 14 (quatorze) dias ou conforme determinação médica, e informar às autoridades sanitárias imediatamente dessa condição;
- d) Os equipamentos de uso coletivo na prática esportiva deverão ser higienizados previamente a sua utilização;
- e) Suspensão da roda pré e pós-jogo de confraternização e aquecimento. Palestras/vídeos devem ser realizadas em espaços amplos, arejados (preferencialmente no ambiente exterior), por setores ou individualmente;
- f) Os eventos, jogos e demais competições, deverão realizar-se sem a presença de público;
- g) Os responsáveis pelos locais de treinamento e competição deverão manter os locais arejados, além de definir e executar protocolos de desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos diariamente e intensificar as rotinas de limpeza;
- h) disponibilizar álcool gel 70% para uso coletivo;
- i) Os atletas treinarão isoladamente com a presença do treinador e elemento do departamento médico que devem estar a uma distância de segurança de, no mínimo, 1,5m, e de máscara;
- j) deverá ser realizada a aferição de temperatura corporal de todos os atletas e comissão técnica previamente ao início dos treinos e/ou competições, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato e, sendo aferida temperatura de 37,5°C (trinta e sete vírgula cinco graus Celcius) ou superior deverão ser imediatamente comunicadas e seguidas as recomendações das autoridades de saúde do município;
- k) Apresentar, previamente a cada competição ou partida, resultado com diagnóstico negativo ou caso recuperado do teste para corona vírus realizado com antecedência máxima de 72 horas, dos atletas e membros da comissão técnica.

.....
XX – Em relação às atividades escolares de ensino presencial, realizadas por estabelecimentos públicos e privados, para a modalidade de cursos livres: Ficam autorizadas estas atividades no território municipal, devendo atender as regras da Portaria SES nº 352/2020 e, ainda, as seguintes medidas adicionais:

- a) Limitar a ocupação do local, em 40% (quarenta por cento) da lotação máxima do estabelecimento e/ou salas de aula;
 - b) Permitir a aula presencial somente para alunos com idade entre 14 (quatorze) e 60 (sessenta) anos;
 - c) Proibir o uso compartilhado de objetos e equipamentos;
 - d) definir e executar protocolos de desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos diariamente e intensificar as rotinas de limpeza.”
- Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos/SC, 10 de agosto de 2020.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte, da Secretaria e mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 113/2020

Publicação Nº 2599814

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 113/2020

O Município de Curitiba, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, regime de execução empreitada por menor preço global, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 15 de Setembro de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 15 de Setembro de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitiba, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitiba, 11 de Agosto de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO NR. 45/2020

Publicação Nº 2599249

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 45/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 45/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2020

No dia 11 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na RUA MAXIMINO DE MORAES, 386, bairro CENTRO, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DO FUNDO, o Sr(a). YARA APARECIDA VILANI PADILHA, inscrito no CPF sob o nº. 474.109.069-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 45/2020, Processo Licitatório nº. 45/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DO COVID-19 EM PACIENTES DURANTE TRIAGEM REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. CONFORME LEI 13.979/2020, TERMO DE REFERÊNCIA E DOCUMENTOS EM ANEXO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12819	HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICOS L	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICO	28.655.764/0001-34		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DO COVID-19 EM PACIENTES DURANTE TRIAGEM REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. CONFORME LEI 13.979/2020, TERMO DE REFERÊNCIA E DOCUMENTOS EM ANEXO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12819 - HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICOS L						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TESTE RAPIDO QUALITATIVO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS IgG E IgM ANTI-COVID-19, PELA METODOLOGIA DE IMUNOCROMATOGRAFIA EM ATÉ 15 MINUTOS; QUE OFEREÇA DIAGNÓSTICO POR AMOSTRA COM VOLUME NÃO INFERIOR A 10 MICROLITROS, PODENDO SER: SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA.	UN	Wama	3.000,000	23,9800	71.940,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/7

Processo Nº.: 45/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 45/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/7

Processo N°.: 45/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 45/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/7

Processo Nº.: 45/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 45/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 5/7
Processo N°.: 45/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 45/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 45/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 45/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 7/7

Processo N°.: 45/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 45/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 11 de Agosto de 2020.

YARA APARECIDA VILANI PADILHA
PRESIDENTE DO FUNDO

Empresas Participantes:

HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICOS CNPJ: 28.655.764/0001-34 _____

Descanso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 15912/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020 - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À MARCIA BRUSTOLIN

Publicação Nº 2598444

PORTARIA Nº 15912/2020, de 10 de agosto de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à MARCIA BRUSTOLIN, Código 3.603, brasileira, solteira, nascida aos 10.03.1971, lotada na Secretaria de Administração, ocupante do cargo (46), em comissão, de Chefe da Divisão de Pessoal, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 15 (quinze) dias, sendo de 10 de agosto de 2020 até 24 de agosto de 2020, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 10 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15913/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020 - RELOTAR ADIRSO BORGES DOS SANTOS

Publicação Nº 2598446

PORTARIA Nº 15913/2020, de 11 de agosto de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 61, inciso II e artigo 62, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de janeiro de 2020, resolve:

RELOTAR

ADIRSO BORGES DOS SANTOS, Código: 3.068, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Educação, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, da Secretaria de Educação, para exercício das atribuições do cargo na Secretaria de Saúde, passando a perceber, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em janeiro de 2020, adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 11 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.

PORTARIA Nº 15914/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020 - NOMEAR EDUARDA ANDREOLLA BUSNELLO

Publicação Nº 2598448

PORTARIA Nº 15914/2020, de 11 de agosto de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 9º, da Lei nº 103/90, de 29.11.90, Lei nº 786/2008, de 25.06.2008, artigo 86, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e artigo 40, § 13, da Constituição Federal, resolve:

NOMEAR

EDUARDA ANDREOLLA BUSNELLO, Código: 3.636, brasileira, solteira, nascida aos 09.11.1997, CPF nº 108.459.579-61 e RG nº 13/R-5.527.417 residente e domiciliada à Travessa Ivanor Sturmer, nº 25, apto 202, nesta cidade de Descanso - SC, para exercer as funções do cargo (50) em comissão de Chefe da Divisão de Educação, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 11 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.

PORTARIA Nº 15915/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020 - N O M E A R GUILIANN MATHEUS PEDRON

Publicação Nº 2598449

PORTARIA Nº 15915/2020, de 11 de agosto de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 934/2010, de 15.03.2010, artigo 86, inciso IV e IX, da Lei Orgânica do Município, artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, resolve:

NOMEAR

GUILIANN MATHEUS PEDRON, Código: 3.637, brasileiro, solteiro, nascido aos 12.03.1994, portador do CPF nº 083.681.259-01, e Cédula de Identidade nº 4.991.863, emitida em 10.02.2012, pelo órgão emissor SESP/SC, residente e domiciliado em na Rua Ladislava H. Poletto, nº 486, neste município de Descanso - SC, para o cargo (247) em comissão de Assessor de Projetos, Nível DAS - 3, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 11 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 96-2020 - PMDC

Publicação N° 2598606

PREGÃO PRESENCIAL N° 96/20

PROCESSO LICITATÓRIO N° 96/20

HOMOLOGAÇÃO: 11/08/20

CONTRATADO: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para eventual AQUISIÇÃO DE
MASSA ASFALTICA EM CBUQ PARA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO
DE TAPA BURACOS EM DIVERSAS VIAS DO MUNICIPIO DE
DIONISIO CERQUEIRA - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos
reais)

DATA: 11/08/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2020 - PREGÃO 96-2020 - PMDC

Publicação Nº 2598594

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 96/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2020**

No dia 11 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 96/2020, Processo Licitatório nº. 96/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO para eventual AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA EM CBUQ PARA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE TAPA BURACOS EM DIVERSAS VIAS DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8199	PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	79.569.398/0001-31	EVANDRO MICHEL PICOLOTTO	913.877.879-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO para eventual AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA EM CBUQ PARA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE TAPA BURACOS EM DIVERSAS VIAS DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8199 - PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MASSA ASFALTICA EM CBUQ	TL	PAVIMAR	100,000	375,0000	37.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 2/7
Processo Nº.: 96/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 3/7
Processo Nº.: 96/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 4/7
Processo N°. 96/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 96/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 5/7
Processo N°. 96/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 96/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 6/7

Processo N°.: 96/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 96/2020

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Página: 7/7
Processo N°. 96/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 96/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 11 de Agosto de 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CNPJ: 79.569.398/0001-31 _____

Dona Emma

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2020

Publicação Nº 2599187

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2020

ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, MÉDICO, E TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA INTEGRAREM CADASTRO DE RESERVA, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR PRAZO DETERMINADO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA, EM VIRTUDE DA PANDEMIA DO COVID 19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina o inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, o inciso II do art. 97 da Lei Orgânica do Município de Dona Emma, a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a Lei Complementar nº 02/91, de 16 de abril de 1991, a Lei Complementar nº 03/91, de 16 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 79/2006, de 12 de dezembro de 2006; torna público que fará processo seletivo destinado à contratação de enfermeiro, médico, e técnico de enfermagem para integrarem cadastro de reserva, para eventual contratação de excepcional interesse público, por prazo determinado, para a secretaria municipal saúde do município de Dona Emma, em virtude da pandemia do Covid 19, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislação vigente.

1 – DO QUADRO GERAL DE CARGOS E VAGAS

1.1 – O Processo Seletivo destina-se à seleção de candidatos para o provimento de vagas de cargos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Dona Emma constantes do Quadro de Empregos Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 79/2006, de 12 de dezembro de 2006.

CARGO	Nº. DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO NECESSÁRIA	REMUNERAÇÃO INICIAL – R\$
Enfermeiro	CR*	40 horas	Nível Superior com registro no COREN/SC	3.220,10
Médico do ESF	CR*	40 horas	Nível Superior com registro no CRM/SC	15.261,12**
Técnico de Enfermagem	CR*	40 horas	Certificado/Diploma de conclusão do curso de Técnico em Enfermagem com registro profissional no COREN/SC – Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.	1.793,05

* Cadastro Reserva

** Redução Abate Teto Art. 37 – XI Constituição Federal – R\$ 3.255,70

2 – DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS E DA CARGA HORÁRIA SEMANAL

2.1 – Aos ocupantes dos cargos deste Processo Seletivo, a carga horária e a remuneração serão aquelas constantes no quadro geral de vagas especificada no subitem “1.1”, com as devidas atribuições constantes do Anexo I deste Edital.

3 – DA VAGA

3.1 – O Processo Seletivo credencia o candidato nele aprovado à contratação conforme as vagas constantes do quadro do subitem “1”, e ainda das que vierem a existir no decorrer de seu prazo de validade, em função de vacância ou da necessidade da Administração Municipal.

3.2 – A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato à contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser contratado segundo as vagas existentes, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

4 – DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 – Em cumprimento ao disposto no inciso VIII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, e no art. 35 da Lei Estadual nº. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, fica assegurado o direito de se inscreverem neste Processo Seletivo os candidatos portadores de necessidades especiais, em igualdade de condições com os demais candidatos, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com as necessidades especiais de que são portadores.

4.2 – O candidato portador de necessidades especiais, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas do cargo em que se inscrever, sendo reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada cargo em face da classificação

obtida no Processo Seletivo.

4.3 – O candidato, que no ato da inscrição declarar-se portador de necessidades especiais, deverá apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da necessidade especial, o qual deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo até o dia 26 de agosto de 2020.

4.4 – Somente serão aceitos laudos médicos, para fins de comprovação de necessidades especiais, cuja data de expedição não seja superior a 90 (noventa) dias.

4.5 – O candidato portador de necessidades especiais classificado neste Processo Seletivo, antes da posse, será submetido à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.6 – O candidato classificado, portador de necessidades especiais, deverá comparecer à perícia determinada no subitem anterior, munido de cópia do laudo médico apresentado no ato da inscrição, conforme estabelecido no subitem “4.3” deste Edital.

4.7 – Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.8 – Os candidatos portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições especiais necessárias contidas neste Edital, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere:

- a) Ao conteúdo da prova escrita;
- b) À avaliação e aos critérios de aprovação;
- c) Ao horário, duração e local de aplicação das provas; e
- d) À nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.9 – O candidato portador de necessidades especiais que precisar de tratamento diferenciado no dia do Processo Seletivo de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento para Tratamento Diferenciado (Anexo IV), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas, que serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

3.8.1 - O Requerimento para Tratamento Diferenciado (Anexo IV) deve ser entregue em envelope fechado e protocolado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Dona Emma, sita à Rua Alberto Koglin, 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina; ou encaminhar via Sedex para PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA – Processo Seletivo nº 002/2020, Rua Alberto Koglin nº 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, CEP 89155-000, até o último dia de inscrições.

3.8.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.9, implica a não concessão no dia da realização das provas.

3.10 – A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o candidato portador de necessidades especiais na realização das provas, ou, na execução das atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Processo Seletivo nº 002/2020.

3.11 – A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e a segunda somente a classificação destes últimos, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

5 – DA PUBLICAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO

5.1 – O resumo deste Edital será publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e em jornal de circulação regional.

5.2 – A divulgação do inteiro teor deste Edital e as demais divulgações referentes às etapas deste Processo Seletivo dar-se-ão através do Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Dona Emma, localizado à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro deste Município, e através da rede mundial de computadores (Internet) no site: www.donaemma.sc.gov.br.

5.3 – O ato de homologação das inscrições contendo a relação de todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo será publicado no dia 04/09/2020, Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Dona Emma, localizado à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro deste Município, e através da rede mundial de computadores (Internet) no site: www.donaemma.sc.gov.br.

5.4 – Os gabaritos provisórios das provas escritas estarão disponíveis no dia 08 de setembro de 2020, no Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Dona Emma, localizado à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro deste Município, e através da rede mundial de computadores (Internet) no site: www.donaemma.sc.gov.br.

5.5 – O gabarito oficial será publicado no dia 11 de setembro de 2020, no Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Dona Emma, localizado à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro deste Município, e através da rede mundial de computadores (Internet) no site: www.donaemma.sc.gov.br.

5.6 – A classificação provisória será divulgada no dia 14 de setembro de 2020 e a homologação do resultado final do Processo Seletivo será divulgada no dia 17 de setembro de 2020, ambas no Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Dona Emma, localizado à Rua

Alberto Koglin nº. 3493, Centro deste Município, e através da rede mundial de computadores (Internet) no site: www.donaemma.sc.gov.br.

5.7 – Maiores informações poderão ser obtidas, após a data da publicação do Edital, através do telefone (47) 3364-2800 com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, ou diretamente na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento deste Município, no horário de expediente externo das 07 horas às 13 horas.

6 – DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1 – Será cobrada no ato da inscrição uma taxa destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação e correção das provas, que deverá ser recolhida em favor do Município de Dona Emma, através de Depósito Identificado no Banco do Brasil S/A; para a Agência nº 5417-8 – Dona Emma; Conta corrente nº 6228-6; identificando o número da inscrição e CPF do candidato, nos seguintes valores:

- a) R\$ 100,00 (cem reais) – Para cargo de Médico do PSF e Enfermeiro.
- b) R\$ 50,00 (cinquenta reais) Para o cargo de Técnico de Enfermagem

6.2 – Da isenção da taxa de inscrição.

6.2.1 - São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual Lei Estadual nº 10.567/1997.)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

6.2.2 - Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos, após realizar sua inscrição, deverão até o dia 26 de agosto de 2020, entregar em envelope fechado, com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Dona Emma, sita à Rua Alberto Koglin, 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina; ou encaminhar via Sedex para MUNICÍPIO DE DONA EMMA – Processo Seletivo nº 002/2020, Rua Alberto Koglin nº 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, CEP 89155-000, os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico:

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo VI do edital).

b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo VI);
- Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo se enquadra como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

5.1.3 - Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem postados até o dia 26 de agosto de 2020. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, será consultado o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

5.1.4 - O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo fazer o depósito da taxa de inscrição.

5.1.5 - Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

5.1.6 - Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição

5.1.7 - O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.1.8 - Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicadas juntamente com a homologação das inscrições.

7 – DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

7.1 – As inscrições serão realizadas no período de 15 de agosto de 2020 à 30 de agosto de 2020, podendo ser efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.donaemma.sc.gov.br, via postal, por procuração ou ainda, presencial.

7.2 – Para efetivar sua inscrição via internet o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar via internet, o site www.donaemma.sc.gov.br, na área PUBLICAÇÕES OFICIAIS – Concursos Públicos, em Concursos Abertos selecionar o Nº 002/2020 – Processo Seletivo nº 002/2020, onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- c) Selecionar o link e Clicar em “Faça sua inscrição”;

- d) Preencher os dados pessoais;
- e) Selecionar o cargo desejado;
- f) Conferir os dados informados, e confirmar inscrição;
- g) Imprimir a Inscrição com as informações para efetuar o depósito bancário identificado referente à taxa para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o depósito no Banco do Brasil S/A, até a data de 31/08/2020;
- h) Guardar a ficha de inscrição em seu poder.

7.3 – Para efetivar sua inscrição via postal o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- b) Preencher o Anexo II deste edital que trata da Ficha de Inscrição;
- c) Conferir atentamente os dados informados e enviá-los via correio, através de Sedex para MUNICÍPIO DE DONA EMMA – Processo Seletivo nº 002/2020, Rua Alberto Koglin nº 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, CEP 89155-000, constando na parte externa do envelope a seguinte informação "Ficha de Inscrição – Processo Seletivo do Município de Dona Emma – Edital de Processo Seletivo nº 002/2020.
- d) Imprimir uma cópia do Anexo II que deve ficar em seu poder;
- e) Fazer o Depósito Identificado no Banco do Brasil S/A; para a Agência nº 5417-8 – Dona Emma; Conta corrente nº 6228-6; identificando o número da inscrição e CPF do candidato e enviar cópia do comprovante junto com a ficha de inscrição;
- f) O prazo de envio deve ser rigorosamente cumprido conforme data constante do cronograma, inscrições que forem protocoladas no correio fora este prazo serão indeferidas;

7.4 – Para efetivar sua inscrição presencial o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Haverá ponto de atendimento no horário de expediente externo, junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dona Emma, sita à Rua Alberto Koglin, 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, onde haverá um servidor disponível tirar dúvidas e para realizar a inscrição se necessário, até o último dia de inscrição;
- b) O candidato deverá ler atentamente o edital que estará disponível, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- c) Conferir atentamente os dados informados na Ficha de Inscrição do Anexo II.
- d) Fazer o Depósito Identificado no Banco do Brasil S/A; para a Agência nº 5417-8 – Dona Emma; Conta corrente nº 6228-6; identificando o número da inscrição e CPF do candidato;
- e) Manter a ficha de inscrição e o depósito identificado que comprova o pagamento da taxa de inscrição, em seu poder.

6.5 - As inscrições podem ainda ser feitas por procuração devidamente assinada e reconhecida em cartório competente.

6.6 – Após a data fixada como término final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

8 – DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

8.1 – O candidato poderá inscrever-se somente para um cargo.

8.2 – A efetivação da inscrição, se dará pelo efetivo depósito da taxa de inscrição ou pedido de isenção devidamente deferido.

8.3 – Para efeito de inscrição serão considerados documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

8.4 – Ao efetuar a inscrição, o candidato estará declarando formalmente que está ciente e preenche as condições de inscrição relacionadas neste Edital, e que arcará com as consequências de eventuais erros e/ou não preenchimento de qualquer campo da Ficha de Inscrição.

8.5 – Serão considerados desistentes os candidatos que, mesmo tendo pago a taxa de inscrição, não tenham preenchido a respectiva Ficha de Inscrição com os dados solicitados.

8.6 – Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo escolhido.

8.7 – O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído.

8.8 – Não serão aceitas inscrições em qualquer outro modo que não seja o especificado neste Edital. Verificado a qualquer tempo o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada.

8.9 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos para o candidato, o instrumento de procuração e a cópia de seu documento de identidade e CPF.

8.10 – O candidato, que pessoalmente, ou por seu procurador, é responsável pelo pagamento da taxa de inscrição correta para o cargo escolhido, pelo seu preenchimento correto e pelas demais informações prestadas na mesma ficha.

8.11 – O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

8.12 – Ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição, será considerado o que constar na Ficha de Inscrição.

8.13 – A adulteração de qualquer elemento da cópia da Cédula de Identidade em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo, se a inscrição já estiver homologada.

8.14 – A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, das quais não poderá alegar desconhecimento.

9 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

9.1 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 002/2020, sendo publicado no Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Dona Emma, localizado à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro este Município, e através da rede mundial de computadores (Internet) no site: www.donaemma.sc.gov.br.

9.2 – O candidato, que pessoalmente ou representado por seu preposto ou por seu procurador, é responsável pelo preenchimento e pela conferência da Ficha de Inscrição.

9.3 – A ocorrência de inscrição duplicada implicará no deferimento da última inscrição.

9.4 – Somente serão homologadas as inscrições efetuadas dentro do prazo estabelecido no subitem “7.1” deste Edital.

9.5 – A homologação das inscrições será feita por Edital, no dia 04/09/2020, e divulgada na mesma data através do Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Dona Emma e através da rede mundial de computadores (Internet) no site: www.donaemma.sc.gov.br.

9.6 – O Edital de homologação das inscrições conterà a relação de todos os candidatos inscritos, bem como das inscrições homologadas e indeferidas.

9.7 – É compromisso do candidato acompanhar este Edital, e caso tenha sua inscrição indeferida, poderá interpor recurso conforme disciplinado no item “11”.

10 – DAS PROVAS

10.1 – A prova escrita de múltipla escolha, sendo elaborada por profissionais qualificados na área, e aplicada e corrigida pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 002/2020.

10.2 – O Processo Seletivo nº 002/2020 será realizado em uma única etapa, mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, a realizar-se no dia 06/09/2020, nas dependências da ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR PAUL RICHARD ELTERMANN, situada na Rua João Hamm nº 3170, Bairro de Nova Esperança, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina.

10.3 – O conteúdo programático para a prova escrita objetiva de múltipla escolha, encontram-se no Anexo V deste Edital.

10.4 – A prova escrita terá a duração máxima de 2 horas e 30 minutos, contada a partir da autorização do fiscal para o início da mesma.

10.5 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

10.6 – A prova escrita terá início, impreterivelmente, às 08 horas e 30 minutos. O candidato que chegar atrasado não poderá realizá-la.

10.7 – Para a realização da prova escrita, o candidato deverá estar no local indicado com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido obrigatoriamente de documento original de identidade informado na Ficha de Inscrição e de caneta esferográfica na cor azul ou preta.

10.8 – Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, o documento original de identidade apresentado no ato de inscrição, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, acompanhado de qualquer outro documento de identidade contendo foto.

10.9 – Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou cópias em substituição aos exigidos no subitem “10.5”, quer eles estejam autenticados ou não.

10.10 – Durante a realização da prova escrita não será permitida comunicação entre candidatos, consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, nem o porte e uso de calculadoras ou qualquer equipamento eletrônico ou similar, inclusive telefones celulares, Pager e fones

de ouvido, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

10.11 – As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais	05	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

10.12 – Para realizar a prova escrita o candidato receberá um caderno de prova e um cartão resposta. As questões da prova deverão ser respondidas no cartão-resposta com caneta esferográfica na cor azul ou preta.

10.13 – Somente serão consideradas as respostas das questões da prova que forem transcritas para o cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

10.14 – O caderno de prova é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, exceto na capa do caderno e no cartão-resposta.

10.15 – Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão-resposta por erro de preenchimento.

10.16 – Concluída a prova, o candidato somente poderá se retirar do recinto depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

10.17 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências dos locais de aplicação das provas.

10.18 - O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da Sala, o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado.

10.19 – A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo que será de caráter eliminatório, e serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 0,00 (zero).

10.20 – Será anulada à questão da prova que não estiver assinalada no Cartão de Respostas, que contenha mais de uma alternativa de resposta assinalada ou que contenha emenda ou rasura, ainda que legível.

10.21 – Em caso de anulação de alguma questão, a mesma será computada como acerto para todos os candidatos.

10.22 – Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a prova escrita:

- a) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou com os demais candidatos e autoridades presentes;
- b) Comunicar-se com outros candidatos, efetuar empréstimos ou usar outros meios ilícitos;
- c) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- d) For apanhado em flagrante utilizando-se de qualquer meio na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) Recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
- f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido; ou
- g) Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal ou portando o Cartão de Respostas e/ou o Caderno da Prova Escrita.

9.23 – A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

9.24 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

9.25 – A Prefeitura Municipal de Dona Emma e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova.

9.26 – O candidato portador de necessidades especiais participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais, no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e aplicação da prova escrita.

9.27 – Em função das tarefas a serem executadas pelos ocupantes dos cargos, objeto deste Processo Seletivo, não serão admitidos pedidos de prova em “braile”.

9.28 – A Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 002/2020 reserva-se ao direito de, na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizar as provas em local, data e/ou horários diversos daqueles previstos neste Edital.

9.29 – Ocorrendo a situação prevista no subitem anterior, a divulgação dos novos locais das provas dar-se-á em até 2 (dois) dias anteriores à data da realização das mesmas, através do Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Dona Emma e através da rede mundial de computadores (Internet) no site: www.donaemma.sc.gov.br.

11 – DOS PRAZOS PARA RECURSOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

11.2 – Somente será admitido recurso quanto:

- a) Ao indeferimento da inscrição do candidato;
- b) À formulação das questões da prova escrita e respectivos quesitos;
- c) À opção considerada como certa na prova objetiva, conforme o gabarito oficial;
- d) Aos pontos obtidos na prova escrita e na classificação final.

11.3 – A interposição de recurso deverá ser apresentada exclusivamente pelo candidato, em modelo de formulário próprio constante no anexo III deste Edital. Os recursos deverão:

- a) Ser datilografados ou digitados e apresentados em duas vias, devidamente assinadas;
- b) Ser fundamentados, com argumentação lógica e consistente;
- c) Ser apresentados em folhas separadas, para questões diferentes;
- d) Conter o nome do candidato, o número de inscrição e o cargo que está pleiteando.

10.4 – Os recursos relativos a alínea “a” do subitem “11.2”, deverão ser interpostos no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a data da publicação do respectivo ato.

10.5 – Os recursos relativos às alíneas “b” e “c” do subitem “11.2” deverão ser interpostos no prazo máximo dos 2 (dois) dias úteis seguintes a divulgação do gabarito provisório.

10.6 – Os recursos relativos à alínea “d” do subitem “11.2” deverão ser interpostos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação da classificação provisória do Processo Seletivo.

10.7 – Os recursos poderão ser interpostos:

- a) Junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Dona Emma, sita à Rua Alberto Koglin, 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina;
- b) Via correio, através de Sedex para MUNICÍPIO DE DONA EMMA – Processo Seletivo nº 002/2020, Rua Alberto Koglin nº 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, CEP 89155-000, constando na parte externa do envelope a seguinte informação “Recurso – Processo Seletivo do Município de Dona Emma - Edital nº 002/2020”;
- c) Pela Internet, sendo que cada recurso deverá ser encaminhado individualizado, digitalizado no formato PDF, para o e-mail concursos@donaemma.sc.gov.br.

10.8 – O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerado a data e hora do respectivo protocolo.

10.9 – Não será aceita, em nenhuma hipótese, interposição de recursos de maneira diversa as formas previstas no item “11.7”.

12 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

12.1 – A classificação final do Processo Seletivo resultará da soma dos pontos da prova escrita composta pelas provas de: conhecimento

específico da área de atuação, conhecimentos gerais (cultura geral, cidadania e informática), língua portuguesa e matemática.

12.2 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

12.2.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.2.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- d) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- e) Maior idade.

12.2.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

12.3 – A classificação final dos candidatos aprovados será homologada depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida nas provas.

13 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A NOMEAÇÃO E POSSE

13.1 – Os candidatos aprovados serão nomeados através de ato oficial do Prefeito Municipal, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo, de acordo com o item “12” deste Edital.

13.2 – O candidato que não tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato de nomeação, perderá a vaga.

13.3 – O prazo para a posse poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado, protocolado dentro do prazo previsto no subitem anterior.

13.4 – Se a posse não se der nos prazos estabelecidos nos subitens “13.2” e “13.3”, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no Processo Seletivo, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

13.5 – Na hipótese de desistência do candidato notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

13.6 – Somente poderá tomar posse o candidato que, após aprovado no Processo Seletivo, preencher os seguintes requisitos:

- a) For brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- d) Ter idade mínima de dezoito anos;
- e) Possuir o nível de escolaridade e o registro exigido para o exercício do cargo;
- f) Ter boa saúde física e mental.

12.7 – Os candidatos que apresentarem requerimento nos termos do item “4”, submeter-se-ão, quando convocados, a exame pela junta médica credenciada pela Prefeitura Municipal, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato com necessidades especiais, capacitando-o ou não para o exercício do cargo.

12.8 – A inobservância do disposto no subitem acima, determinará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.

12.9 – Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados e classificados, que excederem às vagas a eles reservadas, serão convocados para efeito de nomeação, segundo a ordem geral de classificação.

12.10 – Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo.

14 – DO REGIME EMPREGATÍCIO

14.1 – Os candidatos habilitados e classificados no Processo Seletivo para os cargos de Empregos Públicos serão admitidos sob o regime

do Decreto-Lei nº. 5.452/43 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculados ao Regime Geral de Previdência Social previsto no art. 201 da Constituição da República Federativa do Brasil e incluídos no regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, previsto no inciso III do art. 7º da Constituição Federal.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1 – O Processo Seletivo terá validade de 1 (um) anos, a contar da data do ato de homologação do resultado final com a respectiva classificação para cada um dos cargos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Dona Emma.

15.2 – O candidato deverá manter telefones para contato, bem como o seu endereço atualizado junto à Prefeitura Municipal de Dona Emma, enquanto perdurar a validade deste Processo Seletivo.

15.4 – As instruções contidas neste Edital, no caderno de prova, e nos cartões-resposta, integram o presente Edital.

15.5 – Os casos não previstos no que tange à realização deste Processo Seletivo serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

15.6 – Em caso de atendimento a candidatos com situação especial, os mesmos deverão solicitar à Comissão Organizadora com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

15.7 – Em caso de atendimento hospitalar o mesmo será feito somente na cidade sede do Processo Seletivo, desde que solicitado à Comissão Organizadora, com respectivo atestado do médico, com até 40 (quarenta) horas de antecedência.

15.8 – No ato da inscrição, o candidato receberá o conteúdo programático das matérias da prova escrita, nos termos deste Edital.

15.9 – Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer questão que por ventura venha a surgir com a execução do presente Processo Seletivo, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

15.10 – Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Quadro de descrição das atribuições sumárias dos cargos.
- b) Anexo II – Ficha de inscrição.
- c) Anexo III – Formulário de recurso.
- d) Anexo IV – Requerimento para tratamento diferenciado (Portador de necessidades especiais).
- e) Anexo V – Conteúdos programáticos para a prova escrita.
- f) Anexo VI – Requerimento de isenção de Taxa de Inscrição.
- g) Anexo VII – Cronograma.

Dona Emma (SC), 12 de agosto de 2020

NERCI BARP
Prefeito Municipal

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS DOS CARGOS

CARGO: ENFERMEIRO

Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;
 Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão;
 Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF;
 Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
 No nível de sua competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
 Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio;
 Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS/SUS 01/2001;
 Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
 Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;
 Supervisionar e coordenar ações para a capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Técnicos em Enfermagem com vistas ao desempenho de suas funções.

CARGO: MÉDICO

- Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
- Realizar consultas e procedimentos na USF – Unidade de Saúde da Família e, quando necessário, no domicílio através de visitas domiciliares programadas;
- Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção básica definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS/SUS 01/2001;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Fomentar a criação de grupos de patologia específicos como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;
- Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
- Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Indicar internação hospitalar;
- Solicitar exames complementares;
- Verificar e atestar óbitos.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

- Recuperação da saúde;
- Realizar procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais;
- Realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF – Unidade de Saúde da Família e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe;
- Preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na USF – Unidade de Saúde da Família;
- Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF – Unidade de Saúde da Família, garantindo o controle de infecção;
- Realizar busca ativa de casos como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico;
- No nível de sua competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da USF – Unidade de Saúde da Família.

Dona Emma (SC), 12 de agosto de 2020.

NERCI BARP
 Prefeito Municipal

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

Nº. DE INSCRIÇÃO: (PARA USO DA COMISSÃO ORGANIZADORA)

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo Pretendido:

FILIAÇÃO

Pai:

Mãe:

Data do Nascimento: / /

Naturalidade:

Estado:

Nº de Filhos Dependentes:

Sexo:

Estado Civil:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

E-mail:

Fone: ()

CPF nº.:

Celular: ()

Cédula de Identidade:

Órgão Expedidor.:

Portador de necessidades especiais? () Sim () Não

Tipo:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2020 e que as informações acima prestadas são verdadeiras, das quais assumo total responsabilidade pelo preenchimento, bem como, pelos dados declarados nesta Ficha de Inscrição, conforme cópia dos documentos anexa.

Dona Emma (SC), ____ de ____ de 2020.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO III

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

FORMULÁRIO DE RECURSO

A Sua Senhoria o Senhor

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA.

NOME CANDIDATO(A): _____

Nº. DE INSCRIÇÃO: _____ CARGO: _____

TIPO DE RECURSO – (Assinale o tipo de Recurso)

() CONTRA o indeferimento da inscrição.

() CONTRA a formulação das questões da prova escrita e respectivos quesitos.

() CONTRA a opção considerada como certa na prova objetiva, conforme o gabarito oficial.

() CONTRA a pontuação obtida na prova escrita e na classificação final.

REFERENTE PROVA:

Nº. da Questão: _____

Gabarito Oficial: _____

Resposta do Candidato: _____

Fundamentação do Recurso:

Dona Emma (SC), ____ de ____ de 2020.

ANEXO IV

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

REQUERIMENTO PARA TRATAMENTO DIFERENCIADO
(PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS)

A Sua Senhoria o Senhor

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA.

_____, inscrito(a) no CPF sob nº. _____, portador(a) do documento de identidade n.º _____, inscrito(a) no Processo Seletivo Nº 002/2020, da Município de Dona Emma, sob nº. _____, residente

e domiciliado (a) a Rua _____ nº. _____, Bairro: _____, Cidade de _____, Estado: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização das provas, conforme item "4.9" do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () Sala Especial

Especificar: _____

3) () Leitura de Prova:

4) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Dona Emma (SC), _____ de _____ de 2020.

Assinatura do(a) Candidato(a) Requerente

ANEXO V

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

PARA O CARGO DE NÍVEL SUPERIOR/TÉCNICO

Língua Portuguesa

- Compreensão e interpretação de textos;
- Tipologia textual;
- Ortografia oficial;
- Acentuação gráfica;
- Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras;
- Emprego do sinal indicativo de crase;
- Sintaxe da oração e do período;
- Pontuação;
- Concordância nominal e verbal;
- Regência verbal e nominal;
- Significação literal e contextual de vocábulos;
- Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo;
- Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial. Observação: As questões serão formuladas utilizando-se as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, vigente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Matemática

- Números: naturais, inteiros, racionais e reais;
- Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação;
- Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum;
- Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas;
- Média aritmética simples e ponderada;
- Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau, equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas;
- Razão e proporção, regra de três simples e composta;
- Porcentagem, juros;
- Probabilidade;
- Equações do 2º grau;
- Medidas de tempo, comprimento, massa, área e capacidade;
- Conversão de unidades; Progressões: aritméticas e geométricas;
- Análise combinatória: contagem e fatorial, permutação, arranjo, combinação, binômio de Newton e noções de probabilidade. Matrizes, determinantes e sistemas lineares;

- Funções: algébrica, logarítmica, exponencial e trigonométrica;
- Geometria: sólidos, polígonos, círculos, proporcionalidade, congruência, semelhança, perímetro e área de figuras planas, volumes, triângulos: relações no triângulo retângulo, geometria plana e espacial;
- Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores;
- Noções de Estatística: gráficos e tabelas, média, moda, mediana e desvio-padrão.

Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania)

- Políticas públicas;
- Legislação pública;
- Legislação do servidor público;
- Composição, atuação e responsabilidades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Legislação:
 - a) Constituição Federal;
 - b) Constituição Estadual de Santa Catarina;
 - c) Lei Orgânica do Município de Dona Emma;
 - d) Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - e) Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Dona Emma;
- Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas;
- Fundamentos históricos e geográficos do mundo, país, estado e município, tais como:
 - a) História do Brasil: República Velha (1889-1930), Revolução de 30 e Era Vargas (1930-1945), República Liberal Conservadora (1946-1964), Governos Militares 1964-1984), Brasil contemporâneo;
 - b) História de Santa Catarina: Revolução Farroupilha, República Juliana, Anita Garibaldi, Guerra do Contestado, Governos Estaduais;
 - c) Aspectos históricos do Município;
 - d) O espaço mundial contemporâneo: países centrais e regiões periféricas, recentes mudanças no mundo atual, conflitos étnico-sociais, globalização, relações internacionais;
 - e) Formação econômico-social e espacial: dinâmica e estrutura da população, indicadores sócioeconômicos, atividades econômicas rurais e urbanas, complexos regionais, problemas sociais; f) Desenvolvimento sustentável: problemas ambientais, ação governamental e da sociedade;
 - g) Atualidades envolvendo questões sobre meio ambiente, segurança, campanhas preventivas e educativas, tecnologia, ecologia, política, economia, arte e cultura.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO).

CARGO: ENFERMEIRO

Sinais vitais, temperatura, pulsação, respiração, pressão arterial. Procedimentos em Unidades Básicas de Saúde. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis. Saneamento básico, ações de vigilância epidemiológica, noções básicas na administração de fármacos. Retrospectiva histórica. Reforma Sanitária. Princípios e diretrizes. Instâncias gestoras e decisórias. Atenção Primária de Saúde: conceitos, princípios e seu papel na organização do sistema de saúde. Estratégia Saúde da Família (ESF): conceitos, princípios e diretrizes operacionais (normas). Atribuições dos membros da equipe. Promoção à Saúde: estratégias e diretrizes políticas. Capítulo da Atenção Básica. Planejamento em Saúde: conceitos, métodos e técnicas. Diagnóstico de Saúde/territorialização. Informação em Saúde (conceitos, sistemas e utilização). Vigilância à Saúde: processo saúde-doença. Vigilância Epidemiológica: conceitos, indicadores e medidas de controle e avaliação. Vigilância Sanitária: conceitos, indicadores e medidas de controle e avaliação. Vigilância Ambiental: conceitos, indicadores e medidas de controle e avaliação. Biossegurança: medidas de biossegurança relacionadas a serviços de saúde. Riscos, exposições e efeitos clínicos ocasionados pelo o ambiente de trabalho. Bioética: conceito, finalidade e princípios. Enfermeiro: evolução histórica da saúde pública. Níveis de prevenção da doença. Noções de Epidemiologia. Saneamento Básico. Educação em saúde. Reforma Sanitária. Principais programas de saúde: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher; Programa Nacional de Imunização; Programa de Controle de Hipertensão e Diabetes e Programa de Pré-natal. Planejamento Familiar. Saúde da criança e do adolescente. Saúde do trabalhador. Saúde do adulto e do idoso. DST e AIDS. Tuberculose. Hanseníase. Programa Nacional de Imunização. Saúde mental e o CAPS. Processo de trabalho em saúde; Planejamento organização e gerência de serviços de saúde. Supervisão e avaliação da qualidade da assistência e do serviço de enfermagem. Aspectos históricos, éticos e legais do exercício profissional: princípios éticos e legais da prática profissional. Código de Ontologia e o processo ético de transgressões e penalidades. Competências do Enfermeiro. Legislação: Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.080 e 8.142). Programas de Saúde Públicas. Código de Ética. Lei do Exercício Profissional. Programação Pactuada Integrada (PPI). Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso e Resolução nº. 333/2003, do Conselho Nacional de Saúde. Noções de Informática: Sistema Operacional Windows. Noções do ambiente Microsoft Office (Power Point, Word e Excel). Conceitos relacionados à Internet. Navegadores. Correio eletrônico. Segurança da informação. Aplicativos do Windows, Banco de dados e sistemas de informações.

CARGO: MÉDICO

Noções sobre políticas de saúde no Brasil. Lei Orgânica da Saúde. Legislação sobre controle social na saúde. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Saúde da Família: estratégia do Programa de Saúde da Família. Modelos de Atenção a Saúde. Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência. Sistema de Atenção Básica como instrumento de trabalho da equipe no Programa de Saúde da Família. Legislação regulamentadora e normatizadora das respectivas profissões. Normas e Manuais Técnicos do Ministério da Saúde referentes a área de atuação. Conhecimento Técnico-Científico: 1) Dor fisiopatologia. 2) Dor torácica. 3) Dor abdominal. 4) Cefaléias. 5) Dor lombar e cervical. 6) Distúrbios da regulação térmica. 7) Calafrios e febre. 8) Dores musculares, espasmos, câibras e fraqueza muscular. 9) Tosse e hemoptise. 10) Dispnéia e edema pulmonar. 11) Edema. 12) Cianose, hipoxia e policitemia. 13) Hipertensão arterial. 14)

Síndrome de choque. 15) Colapso e morte cardiovascular súbita. 16) Insuficiência cardíaca. 17) Insuficiência coronária. 18) Bradíarritmias. 19) Taquiarritmias. 20) Cateterismo e angiografia cardíaca. 21) Febre reumática. 22) Endocardite infecciosa. 23) Miocardiopatias e miocardiites. 24) Infarto agudo do miocárdio. 25) Cor pulmonale. 26) Parada cardiorespiratória. 27) Constipação. 28) Diarréia e distúrbios da função ano retal. 29) Aumento e perda de peso. 30) Hematêmese e melena. 31) Hepatite aguda e crônica. 32) Icterícia e hepatomegalia. 33) Cirrose. 34) Distensão abdominal e ascite. 35) Coledocolitíase. 36) Doenças do pâncreas. 37) Líquidos e eletrólitos. 38) Acidose e alcalose. 39) Anemias. 40) Hemorragia e trombose. 41) Biologia do envelhecimento. 42) Problema de saúde do idoso. 43) Diagnóstico e manuseio das afecções mais comuns da pessoa idosa. 44) Avaliação e diagnóstico das doenças infecciosas. 45) Diarréia infecciosa aguda e intoxicação alimentar. 46) Doenças sexualmente transmissíveis. 47) Síndrome de angustia respiratória do adulto. 48) Estado de mal asmático. 49) Doença pulmonar obstrutiva crônica. 50) Tromboembolismo pulmonar. 51) Insuficiência renal aguda. 52) Insuficiência renal crônica. 53) Glomerulopatias. 54) Obstrução das vias urinárias. 55) Lúpus eritematoso sistêmico. 56) Artrite reumatóide. 57) Vasculites. 58) Doença articular degenerativa. 59) Artrite infecciosa. 60) Distúrbios da coagulação. 61) Diabetes mellitus. 62) Doenças da tireóide. 63) Doenças vasculares cerebrais, traumatismo cranioencefálico e raquimedular. 64) Vírus do sistema nervoso central: meningites e encefalites. 65) Coma. 66) Doenças ocupacionais. 67) Acidentes do trabalho. 68) Neoplasias. 69) Carências nutricionais. Legislação: Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.080 e 8.142). Programas de Saúde Públicas. Código de Ética. Lei do Exercício Profissional. Programação Pactuada Integrada (PPI). Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso e Resolução nº. 333/2003, do Conselho Nacional de Saúde. Noções de Informática: Sistema Operacional Windows. Noções do ambiente Microsoft Office (Power Point, Word e Excel). Conceitos relacionados à Internet. Navegadores. Correio eletrônico. Segurança da informação. Aplicativos do Windows, Banco de dados e sistemas de informações.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso Conhecimentos Técnico Profissionais: Noções sobre políticas de saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho; Conhecer ética e legislação em enfermagem; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Técnicas básicas de enfermagem; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materno-infantil; Enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica e sanitária; Enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de Enfermagem; Imunizações; Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica.

Dona Emma (SC), 12 de agosto de 2020

NERCI BARP
Prefeito Municipal

ANEXO VI

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

A Sua Senhoria o Senhor

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA.

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo nº 002/2020 do Município de Dona Emma - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

☐ Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações).

☐ Possuir CadÚnico, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008. Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 6.2 e seus subitens, do referido edital onde requero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2020.
(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VII

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	DATAS PREVISTAS
Publicação do Edital	12/08/2020
Prazo para impugnação do Edital	13 à 14/08/2020
Período de Inscrições	15/08 à 30/08
Prazo para pagamento da taxa de inscrição	31/08/2020
Publicação dos inscritos	01/09/2020
Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição	02 à 03/09/2020
Homologação das Inscrições	04/09/2020
Realização das provas escritas objetivas.	06/09/2020
Publicação do gabarito provisório	08/09/2020
Prazo para recursos do gabarito provisório	09 à 10/09/2020
Publicação do gabarito definitivo.	11/09/2020
Publicação da classificação provisória (nota da prova objetiva).	14/09/2020
Prazo para recurso contra classificação provisória.	15 à 16/09/2020
Publicação do resultado final.	17/09/2020
Homologação por decreto	18/09/2020

Dona Emma (SC), 12 de agosto de 2020

NERCI BARP
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2020

Publicação Nº 2598474

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DONA EMMA e a empresa ENGEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 05.063.653/0010-24. Objeto: aquisição de máquina retroescavadeira para servir a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Município de Dona Emma - SC, objetivando a execução de ações relativas ao Convênio nº 2020009085/2020, celebrado pelo Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural e o Município de Dona Emma/SC.

Valor: R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais).

Dona Emma, SC 10/08/2020.
Nerci Barp
Prefeito Municipal.

RESUMO - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2020

Publicação Nº 2599188

MUNICÍPIO DE DONA EMMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições, no período de 15 de agosto de 2020 à 30 de agosto de 2020, do PROCESSO SELETIVO destinado à contratação de enfermeiro, médico, e técnico de enfermagem para integrarem cadastro de reserva, para eventual contratação de excepcional interesse público, por prazo determinado, para a Secretaria Municipal Saúde do município de Dona Emma, em virtude da pandemia do Covid 19, para os seguintes cargos:

* ENFERMEIRO: Cadastro Reserva, 40 horas, Nível Superior com registro no COREN/SC. Salário de R\$ 3.220,10.

* MÉDICO: Cadastro Reserva, 40 horas, Nível Superior com registro no CRM/SC. Salário de R\$ 15.261,12.

*TÉCNICO DE ENFERMAGEM: Cadastro Reserva, 40 horas. Certificado/Diploma de conclusão do curso de Técnico em Enfermagem com registro profissional no COREN/SC – Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina. Salário de R\$ 1.793,05.

As inscrições serão realizadas no período de 15 de agosto de 2020 à 30 de agosto de 2020, podendo ser efetuada via Internet, no endereço

www.donaemma.sc.gov.br, via postal, por procuração ou ainda presencial.

O edital completo contendo todas as instruções e sistemas de provas encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br.

Os interessados poderão obter todas as informações necessárias junto à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento (Setor de Pessoal), à Rua Alberto Koglin nº 3493, Centro, Município de Dona Emma – SC, através do telefone (47) 3364-2800, ou pelo e-mail prefeitura@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 12 de agosto de 2020

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****PORTARIA Nº 160/2020**

Publicação Nº 2599851

PORTARIA no 160, de 11 de Agosto de 2020.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego público de Técnica em Enfermagem.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a classificação desta candidata na Chamada Pública nº 05/2020, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

ALTERAR

O período de contratação da servidora JULIANA MEIRA GENSKE, nas funções do emprego público de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, previsto na Portaria nº 125 de 05/06/2020, que passa a ser de 08/06/2020 à 18/12/2020.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de agosto de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019

Publicação Nº 2599129

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 02/2019

Pregão Presencial nº 54/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO.

Fornecedor: COMERCIAL AGRO-PECUARIA DOUTOR PEDRINHO EIRELI EPP					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
2	UNID	1.000	TIJOLO CERÂMICO MEIO (ALVENARIA DE VEDAÇÃO), 06 FUROS, DE 11,5 X 19 X 11,5 CM	FELIPPI	R\$ 0,80	R\$ 800,00
4	UNID	3.000	BLOCO CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 39 CM, FBK 4,5 MPA (NBR 6136)	CIMENTO APIUNA	R\$ 1,69	R\$ 5.070,00
6	UNID	80	MOURÃO DE CONCRETO CURVO, 10 X 10 CM, H= 2,60 M + CURVA DE 0,40 M	BUTZKE	R\$ 23,70	R\$ 1.896,00
7	UNID	100	MOURÃO DE CONCRETO RETO, 10 X 10 CM, H= 2,00 M	BUTZKE	R\$ 17,95	R\$ 1.795,00

11	M²	300	BLOCO INTERTRA- VADO DE CONCRE- TO FCK = 35 MPA (TIPO PAVER), COR NATURAL, ESP = 6 CM	BETO ARTEFATOS DE CIMENTO	R\$ 29,02	R\$ 8.706,00
14	UNID	2.000	TELHA DE BARRO / CERÂMICA, TIPO ROMANA, AMERI- CANA, PORTUGUE- SA, FRANCESA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDI- MENTO DE *16* TELHAS/M2	ISOTEC	R\$ 0,87	R\$ 1.740,00
19	UNID	1.000	TUBO DE CONCRE- TO ARMADO, COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA, 30 CM DE DIAMETRO X 1 M DE COMPRIMENTO, DE ALTA RESISTÊN- CIA.	CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO	R\$ 25,00	R\$ 25.000,00
20	UNID	3.000	TUBO DE CONCRE- TO ARMADO, COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA, 40 CM DE DIAMETRO X 1 M DE COMPRIMENTO, DE ALTA RESISTÊN- CIA.	CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO	R\$ 36,10	R\$ 108.300,00
21	UNID	700	TUBO DE CONCRE- TO ARMADO, COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA, 60 CM DE DIAMETRO X 1 M DE COMPRIMENTO, DE ALTA RESISTÊN- CIA.	CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO	R\$ 66,40	R\$ 46.480,00
34	M³	50	AREIA MÉDIA	VALE DO SELKE	R\$ 75,05	R\$ 3.752,50
36	M³	400	AREIA INDUSTRIAL PÓ DE BRITA Nº 0	VALE DO SELKE	R\$ 78,00	R\$ 31.200,00
48	M	2.000	ARAME FARPADO GALVANIZADO, 16 BWG (1,65 MM), CLASSE 250	NELORE	R\$ 0,55	R\$ 1.100,00
57	KG	100	PREGO DE AÇO PO- LIDO COM CABEÇA 24 X 66	GERDAU	R\$ 11,90	R\$ 1.190,00
89	UNID	20	PORTA GRELHA QUADRADO, PARA GRELHA REDONDA, DN 100 MM	KRONA	R\$ 2,55	R\$ 51,00
102	UNID	100	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANI- TÁRIO	CENSI	R\$ 5,00	R\$ 500,00
137	UNID	150	TÁBUA DE PINUS - 2,5CM ESP. 30CM LARG. 3M COMP.	MADEIREIRA A.S	R\$ 17,00	R\$ 2.550,00
171	UNID	200	ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,5 MM x 30 CM, COR: PRETA	VONDER	R\$ 0,01	R\$ 2,00

173	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE EMBUTIR, PARA 16 DISJUNTORES DIN	TAF	R\$ 45,15	R\$ 90,30
180	UNID	30	ADAPTADOR PVC CINZA ESCURO CONDULETE 3/4"	TIGRE	R\$ 0,66	R\$ 19,80
185	UNID	100	MODULO TOMADA PARA CONDULETE, 2P+T, 20A - PRETO	MECTRONIC	R\$ 5,49	R\$ 549,00
186	UNID	100	MODULO TOMADA PARA CONDULETE, 2P+T, 100A - PRETO	MECTRONIC	R\$ 4,11	R\$ 411,00
202	UNID	50	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA BRANCO SOBREPOR	PERLEX	R\$ 3,26	R\$ 163,00
206	UNID	50	TOMADA DUPLA 2P+T 10A BRANCA SOBREPOR	PERLEX	R\$ 5,78	R\$ 289,00
212	UNID	30	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 32 W	MANPLEX	R\$ 38,00	R\$ 1.140,00
224	UNID	10	CADEADO SIMPLES, EM LATÃO MACIÇO CROMADO, LARGURA DE 25 MM, HASTE DE AÇO TEMPERADO, CEMENTADO (NÃO LONGA), INCLUI 2 CHAVES	STAM	R\$ 12,76	R\$ 127,60
235	UNID	10	ESPATULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 12 CM	TRAMONTINA	R\$ 6,21	R\$ 62,10
238	UNID	200	LIXA PARA MASSA Nº 100, FOLHAS DE 30 x 20 CM	NORTON	R\$ 1,06	R\$ 212,00
239	UNID	200	LIXA PARA MASSA Nº 150, FOLHAS DE 30 x 20 CM	NORTON	R\$ 1,06	R\$ 212,00
251	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM LÃ DE CARNEIRO, 23 CM x 9 MM (h)	ATLAS	R\$ 9,10	R\$ 91,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 243.499,30	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 04 de novembro de 2019.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

REPÚBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

Publicação Nº 2599132

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC

REPÚBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 03/2019



Pregão Presencial nº 54/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO.

Fornecedor: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
1	UNID	6.000	TIJOLO CERÂMICO (ALVENARIA DE VEDAÇÃO), 06 FUROS, DE 11,5 X 19 X 24 CM	CERÂMICA SILVA	R\$ 0,79	R\$ 4.740,00
12	M²	500	LAJE PRÉ-MOLDADA CONVENCIONAL (LAJOTAS + VIGOTAS) PARA PISO, UNIDIRECIONAL, SOBRECARGA 350 KG/M², VÃO ATÉ 4,50 M (SEM COLOCAÇÃO)	MILAJES	R\$ 36,50	R\$ 18.250,00
13	M²	500	LAJE PRÉ-MOLDADA CONVENCIONAL (LAJOTAS + VIGOTAS) PARA FORRO, UNIDIRECIONAL, SOBRECARGA DE 100 KG/M², VÃO ATÉ 4,50 M (SEM COLOCAÇÃO)	MILAJES	R\$ 30,20	R\$ 15.100,00
15	UNID	300	TELHA DE FIBRO-CIMENTO ONDULADA ESP = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	ISDRALIT	R\$ 40,74	R\$ 12.222,00
16	UNID	200	TELHA ECOLÓGICA EM FIBRA VEGETAL ONDULADA, 95 x 200 CM, ESPESURA 3 MM, COR: VERDE	ONDULINE	R\$ 50,10	R\$ 10.020,00
17	UNID	200	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDIMENTO DE *3* TELHAS/M	CERÂMICA MONTEIRO	R\$ 3,03	R\$ 606,00
24	UNID	600	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 (SACO DE 50 KG)	VOTORAN	R\$ 22,74	R\$ 13.644,00
25	UNID	120	CAL HIDRATADA PARA ARGAMASSAS (SACO DE 20 KG)	OURO BRANCO	R\$ 8,09	R\$ 970,80
27	UNID	30	CAL HIDRATADA BRANCA PARA PINTURA, COM FIXADOR (SACO DE 8 KG)	OURO BRANCO	R\$ 7,49	R\$ 224,70
28	UNID	50	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACI (SACO DE 20 KG)	CERAMFIX	R\$ 6,83	R\$ 341,50
29	UNID	50	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACII (SACO DE 20 KG)	CERAMFIX	R\$ 14,70	R\$ 735,00
30	UNID	50	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII (SACO DE 20 KG)	CERAMFIX	R\$ 24,70	R\$ 1.235,00

31	M³	60	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM)	OURO PRETO	R\$ 77,90	R\$ 4.674,00
32	M³	50	PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM)	OURO PRETO	R\$ 77,90	R\$ 3.895,00
33	M³	90	AREIA FINA	EXT. AREIA DES-CHAMPS	R\$ 89,90	R\$ 8.091,00
35	M³	50	AREIA GROSSA	EXT. AREIA BE-CKAUSER	R\$ 77,90	R\$ 3.895,00
37	KG	30	ARAME RECOZIDO 18 BWG, 1,25 MM (0,01 KG/M)	FERRAGENS HLS	R\$ 10,69	R\$ 320,70
38	BARRA	60	AÇO CA-60, 4,2 MM, VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 7,59	R\$ 455,40
39	BARRA	60	AÇO CA-50, 5,0 MM (3/16"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 10,50	R\$ 630,00
40	BARRA	45	AÇO CA-50, 6,3 MM (1/4"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 15,89	R\$ 715,05
41	BARRA	80	AÇO CA-50, 8,0 MM (5/16"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 23,74	R\$ 1.899,20
42	BARRA	60	AÇO CA-50, 10,0 MM (3/8"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 35,74	R\$ 2.144,40
43	BARRA	60	AÇO CA-50, 12,5 MM (1/2"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 56,00	R\$ 3.360,00
44	BARRA	40	AÇO CA-50, 16,0 MM (5/8"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 85,49	R\$ 3.419,60
45	BARRA	40	AÇO CA-50, 20,0 MM (3/4"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 153,30	R\$ 6.132,00
46	BARRA	40	AÇO CA-50, 25,0 MM (1"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 184,00	R\$ 7.360,00
47	M²	2.000	TELA DE ARAME GALV QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 2,11 MM (14 BWG), MALHA 8 X 8 CM, H = 2 M	TELAS FRANZ	R\$ 10,59	R\$ 21.180,00
49	M	2.000	ARAME GALVANIZADO 14 BWG, 2,10MM (0,0272 KG/M)	TELAS FRANZ	R\$ 0,36	R\$ 720,00
58	KG	300	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 25 X 72	GERDAU	R\$ 11,74	R\$ 3.522,00
59	KG	30	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 26 X 84	GERDAU	R\$ 14,85	R\$ 445,50
60	BARRA	20	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 17,50	R\$ 350,00

61	BARRA	20	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 29,80	R\$ 596,00
62	BARRA	20	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 39,00	R\$ 780,00
63	BARRA	50	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 45,20	R\$ 2.260,00
64	BARRA	30	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 124,00	R\$ 3.720,00
65	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,17	R\$ 23,40
66	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,72	R\$ 34,40
67	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,05	R\$ 81,00
68	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,50	R\$ 90,00
69	UNID	10	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	CHIVA	R\$ 26,39	R\$ 263,90
70	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,84	R\$ 16,80
71	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,38	R\$ 27,60
72	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,22	R\$ 64,40

73	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,69	R\$ 73,80
74	UNID	10	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	CHIVA	R\$ 24,09	R\$ 240,90
75	UNID	20	CAP PVC PARA ESGOTO, DN 40 MM	PLASTUBOS	R\$ 1,94	R\$ 38,80
76	UNID	20	CAP PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,26	R\$ 45,20
77	UNID	20	CAP PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,26	R\$ 65,20
78	UNID	40	CAP PVC, SOLDÁVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,41	R\$ 176,40
79	UNID	20	CAP PVC PARA ESGOTO, DN 150MM	CHIVA	R\$ 17,79	R\$ 355,80
80	UNID	20	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,89	R\$ 97,80
81	UNID	20	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 7,82	R\$ 156,40
82	UNID	20	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, DN 100 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 11,40	R\$ 228,00
83	UNID	20	TE SANITÁRIO, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,52	R\$ 70,40
84	UNID	20	TE SANITÁRIO, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 7,57	R\$ 151,40
85	UNID	20	TE SANITÁRIO, PVC, DN 75 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 5,41	R\$ 108,20
86	UNID	20	CAIXA SIFONADA PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRA DA BRANCA (NBR 5688)	AMANCO	R\$ 19,59	R\$ 391,80

87	UNID	50	CAIXA SIFONADA PVC, 100 X 100 X 50 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	PLASTUBOS	R\$ 8,89	R\$ 444,50
88	UNID	20	CORPO CAIXA SECA, DN 100 X 100 X 40 MM	AMANCO	R\$ 11,49	R\$ 229,80
90	UNID	20	GRELHA REDONDA BRANCA, PVC, DN 100 MM	ASTRA	R\$ 4,47	R\$ 89,40
91	BARRA	10	TUBO PVC, SOL-DÁVEL, DN 20 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 10,25	R\$ 102,50
92	BARRA	30	TUBO PVC, SOL-DÁVEL, DN 25 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 13,66	R\$ 409,80
93	BARRA	10	TUBO PVC, SOL-DÁVEL, DN 32 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 26,69	R\$ 266,90
94	BARRA	10	TUBO PVC, SOL-DÁVEL, DN 40 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 32,69	R\$ 326,90
95	BARRA	20	TUBO PVC, SOL-DÁVEL, DN 50 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 51,10	R\$ 1.022,00
97	UNID	40	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1/2"	INCA	R\$ 0,20	R\$ 8,00
98	UNID	40	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4"	INCA	R\$ 0,23	R\$ 9,20
99	UNID	30	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM NO MÍNIMO 850 GR	AMANCO	R\$ 48,70	R\$ 1.461,00
100	UNID	30	ADESIVO EPÓXI, EM BISNAGAS DUPLAS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 23 GRAMAS	ARALDITE	R\$ 24,99	R\$ 749,70
101	UNID	30	ADESIVO/SOLDA EPÓXI, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 250 GRAMAS	DUREPOXI	R\$ 19,55	R\$ 586,50
103	UNID	20	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,46	R\$ 9,20

104	UNID	20	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, CURTA, COM 40 X 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,14	R\$ 22,80
105	UNID	20	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, LONGA, COM 50 X 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,74	R\$ 54,80
106	UNID	20	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, CURTA, COM 50 X 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,94	R\$ 38,80
108	UNID	20	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	PLASTUBOS	R\$ 8,89	R\$ 177,80
109	UNID	100	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,53	R\$ 53,00
110	UNID	100	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,91	R\$ 91,00
111	UNID	100	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,65	R\$ 265,00
112	UNID	20	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,74	R\$ 74,80
113	UNID	10	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,32	R\$ 43,20
114	UNID	200	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,31	R\$ 62,00
115	UNID	200	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,39	R\$ 78,00
116	UNID	100	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,32	R\$ 132,00
117	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,06	R\$ 61,20
118	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,74	R\$ 54,80
119	UNID	100	LUVA PVC SOLDÁVEL, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,38	R\$ 38,00

120	UNID	100	LUVA PVC SOLDÁVEL, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,47	R\$ 47,00
121	UNID	50	LUVA PVC SOLDÁVEL, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,11	R\$ 55,50
122	UNID	20	LUVA PVC SOLDÁVEL, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,08	R\$ 41,60
123	UNID	20	LUVA PVC SOLDÁVEL, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,69	R\$ 53,80
124	UNID	200	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 20 MM X 1/2"	PLASTUBOS	R\$ 3,09	R\$ 618,00
125	UNID	200	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 25 MM X 1/2"	PLASTUBOS	R\$ 3,27	R\$ 654,00
126	UNID	200	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 25 MM X 3/4"	PLASTUBOS	R\$ 3,60	R\$ 720,00
127	UNID	25	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	AMANCO	R\$ 17,17	R\$ 429,25
128	UNID	25	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	AMANCO	R\$ 27,25	R\$ 681,25
129	UNID	25	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO	AMANCO	R\$ 36,45	R\$ 911,25
130	UNID	25	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 50 MM, COM CORPO DIVIDIDO	AMANCO	R\$ 37,66	R\$ 941,50
131	UNID	50	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	RAINHA	R\$ 49,24	R\$ 2.462,00
132	UNID	50	REGISTRO PRESSÃO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1416)	RAINHA	R\$ 46,40	R\$ 2.320,00
133	UNID	100	SIFÃO FLEXÍVEL MULTIUSO	CENSI	R\$ 5,99	R\$ 599,00

134	UNID	20	MADEIRA RO-LIÇA TRATADA EM AUTOCLAVE, EUCALIPTO - DI-ÂMETRO DE 12 À 15 CM - 2,20 M DE COMPRIMENTO	TRATAVALE MADEIRAS	R\$ 31,99	R\$ 639,80
135	UNID	150	TÁBUA DE PINUS - 2,5CM ESP. 20CM LARG. 3M COMP.	MADEIRAS RIO ADA	R\$ 8,99	R\$ 1.348,50
136	UNID	300	TÁBUA DE PINUS - 2,5CM ESP. 25CM LARG. 3M COMP.	MADEIRAS RIO ADA	R\$ 11,99	R\$ 3.597,00
138	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE ITAÚBA - 10CM LARG. 20CM ALT. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 476,00	R\$ 47.600,00
139	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE ITAÚBA - 10CM LARG. 20CM ALT. 6M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 952,00	R\$ 95.200,00
140	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE CAMBARÁ - 10CM LARG. 20CM ALT. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 198,50	R\$ 19.850,00
141	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE CAMBARÁ - 10CM LARG. 20CM ALT. 6M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 398,00	R\$ 39.800,00
142	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 5CM LARG. 10CM ALT. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 48,30	R\$ 4.830,00
143	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 5CM LARG. 10CM ALT. 6M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 96,50	R\$ 9.650,00
144	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 8CM LARG. 16CM ALT. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 85,90	R\$ 8.590,00
145	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 8CM LARG. 16CM ALT. 6M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 171,00	R\$ 17.100,00
146	UNID	20	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 15CM LARG. 15CM ALT. 3M COMP. (PÉ DIREITO)	MADEIREIRA VOSS	R\$ 151,00	R\$ 3.020,00
147	UNID	350	MADEIRA APLAINADA DE DECK DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 9CM LARG. 2CM ESP. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 19,35	R\$ 6.772,50

150	UNID	350	MADEIRA APLAI-NADA DE DECK DE CAMBARÁ - 9CM LARG. 3CM ESP. 3,50M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 55,40	R\$ 19.390,00
151	UNID	350	MADEIRA APLAI-NADA DE DECK DE ITAÚBA - 9CM LARG. 3CM ESP. 3,50M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 131,00	R\$ 45.850,00
152	UNID	300	MADEIRITE DE PINUS, ESPESSURA 9 MM, 110 x 220 CM	COMPENSADOS NS	R\$ 43,06	R\$ 12.918,00
181	UNID	100	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	MAXIDUTOS	R\$ 3,55	R\$ 355,00
182	UNID	100	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, 4x2, PARA 1 POSTO NA VERTICAL	MAXIDUTOS	R\$ 1,98	R\$ 198,00
183	UNID	100	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, 4x2, PARA 2 POSTOS NA HORIZONTAL	MAXIDUTOS	R\$ 1,98	R\$ 198,00
184	UNID	300	CAIXA PARA CONDULETE 3/4", EM PVC, 4x2, SEM ROSCA	MAXIDUTOS	R\$ 7,64	R\$ 2.292,00
227	UNID	20	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1193)	IMPERATRIZ	R\$ 34,40	R\$ 688,00
228	UNID	20	TORNEIRA CROMADA DE PAREDE PARA COZINHA COM AREJADOR, PADRÃO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1159)	IMPERATRIZ	R\$ 42,00	R\$ 840,00
229	UNID	10	VÁLVULA PRA CAIXA ACOPLADA	CENSI	R\$ 98,40	R\$ 984,00
232	UNID	5	ESPATULA DE ACO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 4 CM	CASTOR	R\$ 4,71	R\$ 23,55
233	UNID	8	ESPATULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 8 CM	CASTOR	R\$ 6,89	R\$ 55,12
234	UNID	10	ESPATULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 10 CM	CASTOR	R\$ 6,04	R\$ 60,40
237	UNID	100	LIXA DE FERRO Nº 320, FOLHAS DE 27 x 22 CM	CARBORUNDUM	R\$ 2,22	R\$ 222,00
254	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM LÃ DE CARNEIRO, 23 CM x 25 MM (h)	CONDOR	R\$ 32,00	R\$ 320,00
278	UNID	15	BANDEJA PLÁSTICA PARA PINTURA, 23 CM	CONDOR	R\$ 5,31	R\$ 79,65

279	UNID	15	BANDEJA PLÁSTICA PARA PINTURA, 15 CM	ROMA	R\$ 3,31	R\$ 49,65
280	UNID	10	EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA, EM ALUMÍNIO, COM ROSCA DE PLÁSTICO, AJUSTÁVEL ATÉ 3 M	CONDOR	R\$ 80,00	R\$ 800,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 522.273,37	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 04 de novembro de 2019.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

REPUBLIÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019

Publicação Nº 2599134

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC

REPUBLIÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 04/2019

Pregão Presencial nº 54/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO.

Fornecedor: HILEON CESAR SUCATELLI ME					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
153	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM, AZUL CLARO, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,48	R\$ 480,00
154	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM, PRETO, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,48	R\$ 480,00
155	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM, VERDE, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,48	R\$ 480,00
156	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM, AZUL CLARO, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,78	R\$ 780,00
157	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM, PRETO, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,78	R\$ 780,00
158	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM, VERDE, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,77	R\$ 770,00
159	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 4,0 MM, AZUL CLARO, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,30	R\$ 650,00
160	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 4,0 MM, PRETO, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,30	R\$ 650,00
161	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 4,0 MM, VERDE, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,30	R\$ 650,00
162	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 6,0 MM, AZUL CLARO, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,85	R\$ 925,00
163	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 6,0 MM, PRETO, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,85	R\$ 925,00
164	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 6,0 MM, VERDE, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,85	R\$ 925,00
165	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 10,0 MM, AZUL CLARO, 750V	FCONDUTORES	R\$ 3,17	R\$ 3.170,00

166	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 10,0 MM, PRETO, 750V	FCONDUTORES	R\$ 3,17	R\$ 3.170,00
167	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 10,0 MM, VERDE, 750V	FCONDUTORES	R\$ 3,17	R\$ 3.170,00
168	METRO	1.000	CABO PP 2 x 2,5 MM	FLEXSUL	R\$ 2,35	R\$ 2.350,00
169	METRO	1.000	CABO PP 2 x 4,0 MM	FLEXSUL	R\$ 4,20	R\$ 4.200,00
170	METRO	1.000	CABO PP 2 x 6,0 MM	SIL	R\$ 6,00	R\$ 6.000,00
208	UNID	50	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 9 W	KIAN	R\$ 4,89	R\$ 244,50
209	UNID	50	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 12 W	G-LIGHT	R\$ 9,24	R\$ 462,00
211	UNID	50	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 25 W	KIAN	R\$ 32,25	R\$ 1.612,50
213	UNID	30	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 40 W	KIAN	R\$ 45,40	R\$ 1.362,00
216	UNID	50	LÂMPADA LED TUBULAR, LUZ BRANCA/FRIA, 18 W, 120 CM	G-LIGHT	R\$ 14,86	R\$ 743,00
218	UNID	30	LUMINÁRIA LED LINEAR COMPLETA, SOBREPOR, LUZ BRANCA/FRIA, 18 W, 60 CM	G-LIGHT	R\$ 19,00	R\$ 570,00
219	UNID	30	LUMINÁRIA LED LINEAR COMPLETA, SOBREPOR, LUZ BRANCA/FRIA, 36 W, 120 CM	G-LIGHT	R\$ 32,00	R\$ 960,00
222	UNID	30	FECHADURA COM- PLETA, MAÇANETA ALAVANCA E ES- PELHO EM METAL CROMADO, TIPO EXTERNA, MAQUI- NA DE 40 MM	ALIANÇA	R\$ 28,50	R\$ 855,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 37.364,00	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 04 de novembro de 2019.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

REPÚBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019

Publicação Nº 2599136

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC

REPÚBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 05/2019

Pregão Presencial nº 54/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO.

Fornecedor: BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
236	UNID	10	IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL BRANCO DE BASE ACRÍLICA PARA COBERTURAS, BALDE DE 18 KG	EUCATEX	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
261	UNID	10	TINTA ACRÍLICA, COR: BRANCO NEVE FOSCO, 18 LITROS	EUCATEX	R\$ 87,50	R\$ 875,00
272	UNID	10	TINTA PVA, COR: BRANCO NEVE FOSCO, 18 LITROS	EUCATEX	R\$ 80,00	R\$ 800,00
277	UNID	20	ANTIFERRUGEM, LUBRIFICANTE SPRAY, 300 ML	EUCATEX	R\$ 9,95	R\$ 199,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 4.124,00	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 04 de novembro de 2019.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019

Publicação Nº 2599138

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 06/2019

Pregão Presencial nº 54/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO.

Fornecedor: PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
256	UNID	15	SELADOR ACRÍLICO PAREDES INTERNAS E EXTERNAS, BALDE DE 18 L	MADEQUÍMICA	R\$ 64,90	R\$ 973,50
257	UNID	20	SOLVENTE, 5 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 44,50	R\$ 890,00
258	UNID	20	THINNER, 5 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 48,80	R\$ 976,00
259	UNID	15	MASSA CORRIDA ACRÍLICA - 3,6 L	SHOW	R\$ 34,72	R\$ 520,80
260	UNID	15	MASSA CORRIDA PVA - 3,6 L	SHOW	R\$ 24,00	R\$ 360,00
262	UNID	10	TINTA ACRÍLICA PARA EXTERIORES, COR: BRANCO NEVE, 18 LITROS	SHOW	R\$ 146,25	R\$ 1.462,50
263	UNID	10	TINTA ACRÍLICA PARA PISO, COR: CONCRETO, 18 LITROS	SHOW	R\$ 143,95	R\$ 1.439,50

264	UNID	5	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR: VERDE (TONALIDADE À ESCOLHA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO), 18 LITROS	SHOW	R\$ 214,40	R\$ 1.072,00
265	UNID	10	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR: BRANCO NEVE, 18 LITROS	SHOW	R\$ 214,40	R\$ 2.144,00
266	UNID	20	TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA (COR: AMARELA E/OU BRANCA), BALDE DE 18L	MADEVIA	R\$ 189,00	R\$ 3.780,00
267	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ALTO BRILHO, COR: BRANCO GELO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 49,90	R\$ 499,00
268	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ALTO BRILHO, COR: PRETO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 49,90	R\$ 499,00
269	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ACABAMENTO ACETINADO, COR: BRANCO GELO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 59,00	R\$ 590,00
270	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ACABAMENTO ACETINADO, COR: BRANCO NEVE, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 59,00	R\$ 590,00
271	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, COR: PRETO FOSCO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 39,45	R\$ 394,50
273	UNID	10	STAIN, COR: IMBUÍIA, ACABAMENTO ACETINADO, QUALIDADE PREMIUM, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 75,90	R\$ 759,00
274	UNID	10	VERNIZ, COR: IMBUÍIA, ACABAMENTO BRILHANTE, QUALIDADE PREMIUM, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 55,90	R\$ 559,00
275	UNID	5	VERNIZ, COR: IMBUÍIA, QUALIDADE SUPER PREMIUM, EXTERIOR COM ALTO DESEMPENHO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 55,90	R\$ 279,50

276	UNID	10	AGUARRÁS MINE- RAL, USO COMO DILUENTE DE CERAS, TINTAS E VERNIZES E DESENGRAXANTE, 900 ML	MADEQUÍMICA	R\$ 9,50	R\$ 95,00
281	UNID	10	FUNDO PREPARA- DOR DE PAREDES À BASE D'ÁGUA, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 30,95	R\$ 309,50
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 18.192,80	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 04 de novembro de 2019.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

REPÚBLICA TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019

Publicação Nº 2599139

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC

REPÚBLICA TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 07/2019

Pregão Presencial nº 54/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO.

Fornecedor: WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
50	KG	10	PREGO DE AÇO PO- LIDO COM CABEÇA 12 X 12	GERDAU	R\$ 11,65	R\$ 116,50
51	KG	10	PREGO DE AÇO PO- LIDO COM CABEÇA 16 X 24	GERDAU	R\$ 9,70	R\$ 97,00
52	KG	60	PREGO DE AÇO PO- LIDO COM CABEÇA 17 X 27	GERDAU	R\$ 9,28	R\$ 556,80
53	KG	20	PREGO DE AÇO PO- LIDO COM CABEÇA 18 X 30	GERDAU	R\$ 9,05	R\$ 181,00
54	KG	10	PREGO DE AÇO PO- LIDO COM CABEÇA 19 X 36	GERDAU	R\$ 9,10	R\$ 91,00
55	KG	30	PREGO DE AÇO PO- LIDO COM CABEÇA 20 X 42	GERDAU	R\$ 9,99	R\$ 299,70
56	KG	10	PREGO DE AÇO PO- LIDO COM CABEÇA 20 X 48	GERDAU	R\$ 9,99	R\$ 99,90
172	UNID	2	QUADRO DE DIS- TRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE EMBUTIR, PARA 8 DISJUNTO- RES DIN	BRUM	R\$ 21,85	R\$ 43,70

174	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE EMBUTIR, PARA 24 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 61,30	R\$ 122,60
175	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 8 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 32,20	R\$ 64,40
176	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 16 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 60,60	R\$ 121,20
177	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 24 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 85,00	R\$ 170,00
178	M	300	ELETRODUTO/CONDULETE DE PVC RÍGIDO, LISO, COR CINZA, DE 3/4", PARA INSTALAÇÕES APARENTES (NBR 5410)	MAXIDUTOS	R\$ 6,20	R\$ 1.860,00
179	UNID	150	CURVA 90° PVC PARA CONDULETE 3/4", CINZA	MAXIDUTOS	R\$ 4,13	R\$ 619,50
187	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 13 A	OUIROLUX	R\$ 7,79	R\$ 194,75
188	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 16 A	OUIROLUX	R\$ 7,75	R\$ 193,75
189	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 20 A	OUIROLUX	R\$ 8,43	R\$ 210,75
190	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 25 A	OUIROLUX	R\$ 8,43	R\$ 210,75
191	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 32 A	OUIROLUX	R\$ 8,33	R\$ 208,25
192	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 40 A	OUIROLUX	R\$ 11,23	R\$ 280,75
193	UNID	10	DISJUNTOR UNIPOLAR 50 A	OUIROLUX	R\$ 11,22	R\$ 112,20
194	UNID	10	DISJUNTOR UNIPOLAR 60 A	OUIROLUX	R\$ 9,70	R\$ 97,00
195	UNID	10	DISJUNTOR UNIPOLAR 70 A	STECK	R\$ 29,58	R\$ 295,80
196	UNID	20	FITA ISOLANTE - 0,13MM ESP. 18MM LARG. 20M - COR PRETA	FOXLUX	R\$ 5,99	R\$ 119,80
197	UNID	50	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 5,85	R\$ 292,50
198	UNID	40	INTERRUPTOR SIMPLES 2 TECLAS COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 7,85	R\$ 314,00

199	UNID	30	INTERRUPTOR SIMPLES 3 TECLAS COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 10,49	R\$ 314,70
200	UNID	30	INTERRUPTOR PARALELO 1 TECLA COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 7,71	R\$ 231,30
201	UNID	30	INTERRUPTOR PARALELO 2 TECLAS COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 12,49	R\$ 374,70
203	UNID	50	TOMADA 2P+T 10A COM PLACA 4X2 BRANCA EMBUTIR	PEZZI	R\$ 6,22	R\$ 311,00
204	UNID	50	TOMADA 2P+T 20A COM PLACA 4X2 BRANCA EMBUTIR	PEZZI	R\$ 6,51	R\$ 325,50
205	UNID	40	TOMADA DUPLA 2P+T 10A COM PLACA 4X2 BRANCA EMBUTIR	PEZZI	R\$ 10,19	R\$ 407,60
207	UNID	30	TOMADA TRIPLA 2P+T 10A COM PLACA 4X2 BRANCA SOBREPOR	PEZZI	R\$ 19,54	R\$ 586,20
210	UNID	50	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 18 W	EMPALUX	R\$ 19,73	R\$ 986,50
214	UNID	30	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 50 W	EMPALUX	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
215	UNID	50	LÂMPADA LED TUBULAR, LUZ BRANCA/FRIA, 9 W, 60 CM	EMPALUX	R\$ 11,50	R\$ 575,00
217	UNID	30	LÂMPADA LED TUBULAR, LUZ BRANCA/FRIA, 36 W, 240 CM	EMPALUX	R\$ 61,14	R\$ 1.834,20
221	UNID	100	SOQUETE PARA LÂMPADAS DE LED, BRANCO	FOX LUX	R\$ 3,40	R\$ 340,00
223	UNID	20	CILINDRO PARA FECHADURA, INOX, TIPO EXTERNA	SILVANA	R\$ 15,85	R\$ 317,00
225	UNID	10	CADEADO SIMPLES, EM LATÃO MACIÇO CROMADO, LARGURA DE 35 MM, HASTE DE AÇO TEMPERADO, CEMENTADO (NÃO LONGA), INCLUI 2 CHAVES	PADO	R\$ 13,80	R\$ 138,00
226	UNID	10	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATÓRIO TEMPORIZADA PRESSÃO BICA BAIXA	LIGTH	R\$ 93,00	R\$ 930,00
230	UNID	5	BOIAS PARA CAIXA D'ÁGUA	VIQUA	R\$ 7,50	R\$ 37,50
231	UNID	10	BROCHA PARA PINTURA, 190 x 76 x 65 MM, FORMATO QUADRADA	ROMA	R\$ 5,75	R\$ 57,50

241	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 1/2"	COMPEL PINCEIS	R\$ 2,30	R\$ 23,00
242	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 1"	COMPEL PINCEIS	R\$ 3,65	R\$ 36,50
243	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 1.1/2"	COMPEL PINCEIS	R\$ 3,90	R\$ 39,00
244	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 2"	COMPEL PINCEIS	R\$ 5,50	R\$ 55,00
245	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 2.1/2"	COMPEL PINCEIS	R\$ 7,40	R\$ 74,00
246	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 3"	COMPEL PINCEIS	R\$ 9,80	R\$ 98,00
247	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 4"	COMPEL PINCEIS	R\$ 11,87	R\$ 118,70
248	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM ESPUMA, 9 CM	COMPEL PINCEIS	R\$ 4,34	R\$ 43,40
249	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM ESPUMA, 15 CM	COMPEL PINCEIS	R\$ 7,23	R\$ 72,30
250	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM ESPUMA, 23 CM	COMPEL PINCEIS	R\$ 9,60	R\$ 96,00
252	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM LÃ DE CARNEIRO, 9 CM x 15 MM (h)	COMPEL PINCEIS	R\$ 9,36	R\$ 93,60
253	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM LÃ DE CARNEIRO, 15 CM	COMPEL PINCEIS	R\$ 11,53	R\$ 115,30
255	UNID	20	CABO PARA ROLO (23 CM) DE PINTURA	COMPEL PINCEIS	R\$ 7,94	R\$ 158,80
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 17.263,90	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 04 de novembro de 2019.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2019

Publicação Nº 2599142

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC
REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2019

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 08/2019

Pregão Presencial nº 58/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE DOUTOR PEDRINHO.

Fornecedor: CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ EIRELI					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
2	UNID	30	ARMAÇÃO 1 ESTRIBO 3/16	OLIVO	R\$ 12,15	R\$ 364,50
15	UNID	250	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE PIERCING 10X95MM2 - 1,5-10,0MM2.	INTELLI	R\$ 4,20	R\$ 1.050,00
16	UNID	100	CONECTOR PARALELO 1PF DE ALUMÍNIO.	INTELLI	R\$ 5,20	R\$ 520,00
17	M	300	FIO FLEXÍVEL 2,5 MM² - AZUL - (CABO FLEXIVEL) CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 5, BITOLA (2,50MM) CONFORME NBR NM 280 (ANTIGA NBR 6880). ENCAPADO EM COMPOSTO TERMO FIXO ETILENO PROPILENO (EPR/B), COR AZUL. AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DO COMPOSTO DE ISOLAÇÃO TÊM QUE ATENDER AOS REQUISITOS DA NORMA NBR 6251. COBERTURA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC/ST2) COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTINÇÃO DA CHAMA.	3L DO BRASIL	R\$ 0,84	R\$ 252,00
18	M	300	FIO FLEXÍVEL 2,5 MM² - PRETO - (CABO FLEXIVEL) CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 5, BITOLA (2,50MM) CONFORME NBR NM 280 (ANTIGA NBR 6880). ENCAPADO EM COMPOSTO TERMO FIXO ETILENO PROPILENO (EPR/B), COR AZUL. AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DO COMPOSTO DE ISOLAÇÃO TÊM QUE ATENDER AOS REQUISITOS DA NORMA NBR 6251. COBERTURA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC/ST2) COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTINÇÃO DA CHAMA.	SIL	R\$ 0,84	R\$ 252,00
19	UNID	60	FITA ISOLANTE 19MM X 20MTS - COR: PRETO.	STARLUX	R\$ 3,10	R\$ 186,00

26	UNID	30	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA COM POLICARBONATO, COM REFLETOR EM ALUMÍNIO ESTAMPADO E ADONIZADO, COM SOQUETE DE PORCELANA E-40, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 150/250W. ENCAIXE PARA 25,4MM. DIMENSÕES: 360X282X105MM.	LUXFORT	R\$ 85,00	R\$ 2.550,00
29	UNID	50	PARAFUSO MÁQUINA M16X250MM COM PORCA PADRÃO CELESC.	OLIVO	R\$ 5,85	R\$ 292,50
32	UNID	50	PARAFUSO FRÂNCES M16X45X38MM COM PORCA PADRÃO CELESC.	OLIVO	R\$ 3,10	R\$ 155,00
33	UNID	50	PARAFUSO FRÂNCES M16X70X60MM COM PORCA PADRÃO CELESC.	OLIVO	R\$ 3,25	R\$ 162,50
35	UNID	20	PORTA LÂMPADA DE PORCELANA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA- BASE E-27.	DECORLUX	R\$ 2,27	R\$ 45,40
36	UNID	10	PORTA LÂMPADA DE PORCELANA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA BASE E-40.	DECORLUX	R\$ 5,21	R\$ 52,10
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 5.882,00	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 06 de novembro de 2019.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019

Publicação Nº 2599144

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC
REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 09/2019

Pregão Presencial nº 58/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE DOUTOR PEDRINHO.

Fornecedor: JOCIMAR FIGUEIREDO					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
1	UNID	180	ARRUELA QUADRADA GALVANIZADA A FOGO DE 38X38X3,0MM, COM FURO Ø18,0MM PARA PARAFUSO 5/8". APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO.	ROMAGNOLE	R\$ 0,80	R\$ 144,00
3	UNID	40	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICA 10A, 220V, TOMADA GIRATÓRIA 360°, LIGAÇÃO A 3 FIOS, COM SUPORTE DE FIXAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO.	TECNOLINSE	R\$ 4,70	R\$ 188,00
4	UNID	30	BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, GALVANIZADA A FOGO, COM 1,00MT DE COMPRIMENTO, RETO E COM ESPESSURA DA CHAPA 1,99MM. DIAMETRO DO TUBO DE 25,4MM, COM SAPATA DE FIXAÇÃO.	ROMAGNOLE	R\$ 21,00	R\$ 630,00
5	UNID	30	BRAÇO P/ ILUMIÇÃO PÚBLICA, GALVANIZADA A FOGO, COM 3,00 MTS DE COMPRIMENTO, CURVO E ESPESSURA DA CHAPA 3,0MM. DIÂMETRO DO TUBO DE 48,3MM, SEM SAPATA DE FIXAÇÃO.	ROMAGNOLE	R\$ 105,00	R\$ 3.150,00
6	M	300	CABO MULTIPLEXADO 2X10MM² HOMOLOGADO CELESC.	INTELLI	R\$ 1,96	R\$ 588,00
7	UNID	30	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 180MM PARA POSTE CIRCULAR COM 02 PARAFUSOS E PORCA.	ROMAGNOLE	R\$ 20,00	R\$ 600,00
8	UNID	30	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 190MM PARA POSTE CIRCULAR COM 02 PARAFUSOS E PORCA.	ROMAGNOLE	R\$ 20,00	R\$ 600,00
9	UNID	30	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 200MM PARA POSTE CIRCULAR COM 02 PARAFUSOS E PORCA.	ROMAGNOLE	R\$ 21,00	R\$ 630,00
10	UNID	15	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 220MM PARA POSTE CIRCULAR COM 02 PARAFUSOS E PORCA.	ROMAGNOLE	R\$ 22,00	R\$ 330,00
11	UNID	15	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 240MM PARA POSTE CIRCULAR COM 02 PARAFUSOS E PORCA.	ROMAGNOLE	R\$ 24,00	R\$ 360,00
12	UNID	15	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 260MM PARA POSTE CIRCULAR COM 02 PARAFUSOS E PORCA	ROMAGNOLE	R\$ 24,00	R\$ 360,00

13	UNID	15	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 280MM PARA POSTE CIRCULAR COM 02 PARAFUSOS E PORCA.	ROMAGNOLE	R\$ 27,00	R\$ 405,00
14	UNID	15	CINTA CIRCULAR GALVANIZADA 300MM PARA POSTE CIRCULAR COM 02 PARAFUSOS E PORCA.	ROMAGNOLE	R\$ 26,00	R\$ 390,00
20	UNID	30	ISOLADOR ROLDANA 76X79MM	GERMER	R\$ 6,40	R\$ 192,00
21	UNID	150	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W, DO TIPO TUBULAR, BASE E-27, VIDA MEDIANA MÍNIMA 32.000 HORAS, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 6.600 LUMENS. COM SELO PROCEL	G-LIGHT	R\$ 12,95	R\$ 1.942,50
22	UNID	80	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 150W, DO TIPO TUBULAR, BASE E-40, VIDA MEDIANA MÍNIMA: 32.000 HORAS, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 14.000 LUMENS. COM SELO PROCEL	G-LIGHT	R\$ 17,90	R\$ 1.432,00
23	UNID	150	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W, DO TIPO TUBULAR, BASE E-40, VIDA MEDIANA MÍNIMA: 32.000 HORAS, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 31.000 LUMENS. COM SELO PROCEL	G-LIGHT	R\$ 20,90	R\$ 3.135,00
24	UNID	8	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W, BASE E-40. COM SELO PROCEL	G-LIGHT	R\$ 30,80	R\$ 246,40
25	UNID	30	LUMINÁRIA PUBLICA COM REFLETOR EM ALUMINIO ESTAMPADO E ADONIZADO, COM SOQUETE DE PORCELA E-27, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W. ENCAIXE PARA BRAÇO 25,4MM. DIMENSÕES: 360X282X150MM (CXLA).	OLIVO	R\$ 43,00	R\$ 1.290,00
27	UNID	30	PARAFUSO MÁQUINA M16X150MM COM PORCA PADRÃO CELESC.	ROMAGNOLE	R\$ 4,00	R\$ 120,00
28	UNID	50	PARAFUSO MÁQUINA M16X200MM COM PORCA PADRÃO CELESC.	ROMAGNOLE	R\$ 5,10	R\$ 255,00
30	UNID	50	PARAFUSO MÁQUINA M16X300MM COM PORCA PADRÃO CELESC.	ROMAGNOLE	R\$ 6,85	R\$ 342,50
31	UNID	50	PARAFUSO MÁQUINA M16X350MM COM PORCA PADRÃO CELESC.	ROMAGNOLE	R\$ 7,90	R\$ 395,00
34	UNID	120	PORCA QUADRADA ROSCA MÉTRICA M-16 X 24 X 13 MM. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO.	ROMAGNOLE	R\$ 1,10	R\$ 132,00
37	UNID	100	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO, 70W, 220V, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92 BAIXAS PERDAS COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS, ACABAMENTO ZINCADO A FOGO, NORMA NBR-13593. PRODUTO DEVERA APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO E SELO PROCEL.	REATEC	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00

38	UNID	50	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO, 150W, 220V, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92 BAIXAS PERDAS COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS, ACABAMENTO ZINCADO A FOGO, NORMA NBR-13593. PRODUTO DEVERA APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO E SELO PROCEL.	REATEC	R\$ 42,00	R\$ 2.100,00
39	UNID	100	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO, 250W, 220V, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92 BAIXAS PERDAS COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS, ACABAMENTO ZINCADO A FOGO, NORMA NBR-13593. PRODUTO DEVERA APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO E SELO PROCEL.	REATEC	R\$ 49,00	R\$ 4.900,00
40	UNID	400	RELÉ FOTOELÉTRICO MAGNÉTICO PARA USO EM CORRENTE ALTERNADA, USO CONTROLE INDIVIDUAL DE LÂMPADAS, OU APLICAÇÃO NO COMANDO DE CONTROLE DE GRUPO AUTOMÁTICO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS. ACIONAMENTO ATRAVÉS DE SISTEMA ELETROMAGNÉTICO PROPORCIONANDO ASSIM MAIOR CONFIABILIDADE POR SUA CONFIGURAÇÃO QUE INCORPORA ELEMENTOS DE PROTEÇÃO CONTRA PICOS TRANSIENTE E SOBRE CORRENTE, QUE PROTEGEM SEUS PRÓPRIOS COMPONENTES E CONSEQUENTEMENTE TODO O CONJUNTO DE ILUMINAÇÃO; COMPOSTO POR: SISTEMA DE OPERAÇÃO ACENDE E APAGA LÂMPADAS EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DA ILUMINÂNCIA, SISTEMA CONSTRUTIVO - CORPO - EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS CONSTRUÍDO PARA SUPORTAR INTEMPÉRIES; PINOS DE CONTATOS EM LATÃO ESTANHADO E PRESO AO CORPO DO RELE POR SISTEMA DE REBITAGEM, CONTATOS DE CARGA - TIPO NF ACIONAMENTO DA CARGA AO ANOITECER, CÉLULA FOTOELÉTRICA -TIPO CDS COM ENCAPSULAMENTO BLINDADO DE RESPOSTA INSTANTÂNEA, FREQUÊNCIA VARIÁVEL DE 50/60HZ, POTENCIA-1000 W (CARGA RESISTIVA) - 1200 VA 127V; 1800VA 220V (CARGA INDUTIVA), FAIXA DE OPERAÇÃO - 3 A 20 LUX PARA LIGAR E MÁXIMO 80 LUX PARA DESATIVAR. RELAÇÃO DESLIGAR/LIGAR 1,2 A 4 EM ACORDO COM ABNT NBR 5123. TEMPERATURA DE TRABALHO -5°C A + 50°C. CONSUMO MÁXIMO - 1,7W SEM	DREIK	R\$ 14,70	R\$ 5.880,00

			QUALQUER TIPO DE COMPONENTE ELETRÔNICO EM SUA FABRICAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO DEVERA APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO E SELO PROCEL.			
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 33.937,40	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 06 de novembro de 2019.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

VIGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2011

Publicação Nº 2599420

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2011
VIGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO – SUPRESSÃO DE ITENS E
QUANTITATIVOS

CONSIDERANDO a contratação mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislação pertinente, o Processo Licitatório nº 42/2010, e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 034/2011;

CONSIDERANDO que na verificação das planilhas de medição constatou-se que alguns itens foram medidos em maior quantidade, e que esses itens precisam ser descontados da empresa executora;

CONSIDERANDO que outros itens, por equívoco na elaboração dos Boletins de Medição foram medidos em duplicidade, gerando pagamentos a maior em favor da contratada,

CONSIDERANDO que todas essas medições e pagamentos anteriores à maior devem ser considerados agora para a saneamento e equalização das contas dentro do contrato, para que assim se possa proceder a devida finalização do mesmo e posterior prestação de contas aos órgãos de controle, evitando-se também o mau uso de dinheiro público e enriquecimento sem causa por parte da contratada;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico favorável à alteração contratual emitido pela Engenharia da municipalidade anexo a este termo;

CONSIDERANDO a previsão legal para aditivos, nos limites e condições ora apresentados, especificamente no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666, o qual aduz:

“ Art. 65...

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.”

As partes, de um lado **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2- Centro, Doutor Pedrinho - SC, representado por sua Prefeita, Sra. Simoni Mércia Mesch Nones, abaixo denominado **MUNICÍPIO** e

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.996/0001-96, com endereço à Rua Canoinhas, nº 250, Bairro Sete de Setembro, cidade de Gaspar - SC, CEP: 89.110-001 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**,

resolvem de comum acordo, celebrar termo aditivo ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

1.1 - Ficam suprimidos do objeto de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 084/2019, o seguinte item e quantitativo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	PREÇO	QUANTIDADE	BDI (%)	VALOR TOTAL
200200	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO ENCHIMENTO COM MATERIAL PLASTICO MOD. BIO RING 3X1/2" - OU SIMILAR	M³	R\$ 99,88	67,50	30%	R\$ 6.742,17
174167/001	GEOTEXTIL - OP60 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M³	R\$ 17,23	63,22	30%	R\$ 1.089,28
TOTAL		R\$ 7.831,45				

1.2 – Em razão das alterações, na forma tratada no item anterior, fica suprimido o valor de R\$ **7.831,45 (sete mil e oitocentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos)** ao valor total previsto na Clausula Terceira do Contrato Administrativo nº 034/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, em 11 de julho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

VALMIR DE SOUZA
EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA VB
LTDA – EPP

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 52.912

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO
ELIZEU RODRIGUES TAVARES

TARCÍSIO LENZI
TESTEMUNHA

ELAINE REGINA DE ESPINDOLA WOLLERT
TESTEMUNHA

VIGÉSIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2011

Publicação Nº 2599418

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2011**VIGÉSIMO TERMO ADITIVO – SUPRESSÃO DE ITENS E QUANTITATIVOS**

CONSIDERANDO a contratação mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislação pertinente, o Processo Licitatório nº 42/2010, e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 034/2011;

CONSIDERANDO que na verificação das planilhas de medição constatou-se que alguns itens foram medidos em maior quantidade, e que esses itens precisam ser descontados da empresa executora;

CONSIDERANDO que outros itens, por equívoco na elaboração dos Boletins de Medição foram medidos em duplicidade, gerando pagamentos a maior em favor da contratada,

CONSIDERANDO que todas essas medições e pagamentos anteriores à maior devem ser considerados agora para a saneamento e equalização das contas dentro do contrato, para que assim se possa proceder a devida finalização do mesmo e posterior prestação de contas aos órgãos de controle, evitando-se também o mau uso de dinheiro público e enriquecimento sem causa por parte da contratada;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico favorável à alteração contratual emitido pela Engenharia da municipalidade anexo a este termo;

CONSIDERANDO a previsão legal para aditivos, nos limites e condições ora apresentados, especificamente no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666, o qual aduz:

“ Art. 65...

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.”

As partes, de um lado **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2- Centro, Doutor Pedrinho - SC, representado por sua Prefeita, Sra. Simoni Mércia Mesch Nones, abaixo denominado **MUNICÍPIO** e

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.996/0001-96, com endereço à Rua Canoinhas, nº 250, Bairro Sete de Setembro, cidade de Gaspar - SC, CEP: 89.110-001 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**,

resolvem de comum acordo, celebrar termo aditivo ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

1.1 - Ficam suprimidos do objeto de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 084/2019, o seguinte item e quantitativo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	PREÇO	QUANTIDADE	BDI (%)	VALOR TOTAL
200200	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO ENCHIMENTO COM MATERIAL PLASTICO MOD. BIO RING 3X1/2" - OU SIMILAR	M³	R\$ 99,88	67,50	30%	R\$ 6.742,17
1.2.1 – Código 74005/002	COMPACTACAO MECANICA C/ CONTROLE DO GC>=95% DO PN (AREAS) (C/MONIVELADORA 140 HP E ROLO COMPRESSOR VIBRATORIO 80 HP)	M³	R\$ 2,48	0,05	30%	R\$ 0,12
1.3.1 – Código 74005/002	COMPACTACAO MECANICA C/ CONTROLE DO GC>=95% DO PN (AREAS) (C/MONIVELADORA 140 HP E ROLO COMPRESSOR VIBRATORIO 80 HP)	M³	R\$ 2,48	20,61	30%	R\$ 51,11
1.4.1 – Código 74167/001	GEOTEXTIL - OP60 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M²	R\$ 17,23	63,22	30%	R\$ 1.089,28
1.5.1 – Código 200314	CONJ. MOTO BOMBA EIXO VERTICAL AUTO ESCORVANTE, ROTOR ABERTO, SUÇÃO FLANGEADA Q=45M³/H, HM=3,00MCA	Unid	R\$ 6.907,78	1	30%	R\$ 6.907,78

1.6.1 – Código 150107	MONTAGEM E FORNECIMENTO DE ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, CAIXAS, CONEXÕES, LUMINÁRIAS E DEMAIS ITÊNS P/ AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS COMPLETAS QUE FOREM EXIGIDAS PELO PROJETO ELÉTRICO (INCLUSIVE)	gb	R\$ 6.268,71	1	30%	R\$ 6.268,71
1.7.1 – Código 200314	CONJ. MOTO BOMBA EIXO VERTICAL AUTO ESCORVANTE, ROTOR ABERTO, SUÇÃO FLANGEADA Q=45M³/H, HM=3,00MCA	Unid	R\$ 6.907,78	1	30%	R\$ 6.907,78
TOTAL		R\$ 27.966,95				

1.2 – Em razão das alterações, na forma tratada no item anterior, fica suprimido o valor de R\$ **27.966,95 (vinte e sete mil e novecentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos)** ao valor total previsto na Clausula Terceira do Contrato Administrativo nº 034/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, em 11 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

VALMIR DE SOUZA
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB
LTDA – EPP

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 52.912

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO
ELIZEU RODRIGUES TAVARES

TARCÍSIO LENZI
TESTEMUNHA

ELAINE REGINA DE ESPINDOLA WOLLERT
TESTEMUNHA

Entre Rios

PREFEITURA

DECRETO Nº 065/2020

Publicação Nº 2599052

DECRETO N. 065/2020

DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.784/19 de 02 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.784/19 de 02/12/2019, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 16 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Unidade Orçamentária: 16.01 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Funcional: 27.812.2701.2.033 – Man.das Atividades de Esporte e Lazer

Despesa: 4.4.90.00 (127) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 16 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Unidade Orçamentária: 16.01 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Funcional: 27.812.2701.2.033 – Man.das Atividades de Esporte e Lazer

Despesa: 3.1.90.00 (125) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 066/2020

Publicação Nº 2599050

Decreto nº. 66 de 11 de agosto de 2020.

ESTABELECE NOVO LIMITE DE GASTOS COM O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE CATARINENSE – CIS-AMOSC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, que o Município de Entre Rios/SC é signatário do protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, mediante autorização da Lei Municipal nº. 417/2008, alterada pelas Leis Municipais nº. 639/2015, nº. 697/2017, e nº. 787/2019;

CONSIDERANDO, que por força do artigo 2º, da Lei Municipal nº. 639/2015, foi autorizado o Chefe do Poder Executivo a expedir ato regularizando os limites de gastos anuais em relação ao convênio firmado no protocolo de intenções que se refere a Lei Municipal nº. 417/2008;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido que Município de Entre Rios/SC poderá despendar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CISAMOSC, o limite de gastos no valor máximo de R\$ 227.274,90 (duzentos e vinte e sete mil e duzentos e setenta e quatro reais com noventa centavos), para o exercício de 2020.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 053/2020, e demais disposições em contrário em vigência.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 11 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

LICITAÇÃO 019-2020 FMS

Publicação Nº 2598714

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS
EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO
EDITAL DE LICITAÇÕES

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET
TIPO: Menor Preço por Item

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 019/2020-FMS-ENTRE RIOS
PREGÃO ELETRÔNICO: PE-014/2020-SRP– Sistema de Registro de Preços

OBJETO: FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARCELADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS-SC, conforme especificações e condições estabelecidas no ANEXO – Lista de Itens, constante do Anexo I deste Edital.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 08:00 horas de 21/08/2020.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 08:00 horas de 21/08/2020.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:00 horas do dia 26/08/2020.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 08:00 horas do dia 26/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:20 horas do dia 26/08/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

TRATAMENTO FASE DE LANCES: Aberto (Decreto Federal 10.024/2019 e Decreto Municipal 061/2020);

INTERVALO MÍNIMO DE LANCE: 1% (UM POR CENTO);

PROPOSTAS E LANCES OBEDECER: 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS APÓS A VIRGULA;

OBS: Havendo divergência na descrição dos itens entre sistema de pregão eletrônico do Compras Públicas e “Anexo I – Lista de Itens”, vale o Anexo um para conferência e recebimento dos itens;

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Entrega dos produtos no endereço: Posto Central de saúde, cito a Rua Toldinho, nº 176, Centro de Entre Rios-SC, CEP 89.862-000, Fone (49) 3351-0060.

Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias corridos da data Autorização de fornecimento;

Validade mínima dos produtos: um ano a partir da entrega;

Horário para recebimento: dias úteis, de segundas a sextas-feiras, das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, não será recebido fora deste período e nem será buscado produtos em cidades vizinhas;

Entre Rios - SC, 10 de AGOSTO de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO 020-2020 FMS

Publicação Nº 2599423

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS
EXECUTIVO MUNICIPAL

EXTRATO
EDITAL DE LICITAÇÕES

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET
TIPO: Menor Preço por Item

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2020-FMS-ENTRE RIOS
PREGÃO ELETRÔNICO: PE - 015/2020-SRP– Sistema de Registro de Preços

OBJETO: FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/IPIS, PARA O COMBATE AO COVID-19, DE FORMA PARCELADA, conforme especificações e condições estabelecidas no ANEXO – Lista de Itens, constante do Anexo I deste Edital.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 08:00 horas de 27/08/2020.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 08:00 horas de 27/08/2020.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:00 horas do dia 01/09/2020.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 08:00 horas do dia 01/09/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:20 horas do dia 01/09/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

TRATAMENTO FASE DE LANCES: Aberto (Decreto Federal 10.024/2019 e Decreto Municipal 061/2020);

INTERVALO MINIMO DE LANCE: 1% (UM POR CENTO);

PROPOSTAS E LANCES OBEDECER: 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS APÓS A VIRGULA;

OBS: Havendo divergência na descrição dos itens entre sistema de pregão eletrônico do Compras Públicas e “Anexo I – Lista de Itens”, vale o Anexo um para conferência e recebimento dos itens;

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Entrega dos produto no endereço: Posto Central de saúde, cito a Rua Toldinho, nº 176, Centro de Entre Rios-SC, CEP 89.862-000, Fone (49) 3351-0060.

Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias corridos da data Autorização de fornecimento;

Validade mínima dos produtos: um ano a partir da entrega;

Horário para recebimento: dias uteis, de segundas a sextas-feiras, das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, não será recebido fora deste período e nem será buscado produtos em cidades vizinhas;

Entre Rios - SC, 11 de AGOSTO de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 24/2020 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2020

Publicação Nº 2598584

EXTRATO DO CONTRATO FMS nº 24/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde -AMESC

OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados e exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Ermo e assessoria e manutenção de programas na área de saúde.

VALOR: O valor do objeto, previsto na cláusula segunda do contrato de origem fica aditado em R\$ 97.250,00 (noventa e sete mil e duzentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 29/07/2020.

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 25/2020

Publicação Nº 2598600

EXTRATO DO CONTRATO FMS nº 25/2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Pacheco Machado Joalheria e Óptica Ltda

OBJETO: Aquisição de armações para óculos com par de lentes multifocal, para atendimento a pessoas com deficiência visual do município.

VIGÊNCIA: 04/08/2020 á 31/12/2020.

VALOR ESTIMADO: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Data da assinatura: 04/08/2020

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 46/2020 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2017

Publicação Nº 2598618

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 46/2020

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 42/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.

OBJETO: No valor mensal do aplicativo Patrimônio de R\$ 318,83 (trezentos e dezoito reais e oitenta e três centavos) para 01 (um) usuário; a partir de 16 de Julho de 2020 passa a ser de 637,66 (seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) para 02 (dois) usuários.

Data da assinatura: 16/07/2020.

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 47/2020

Publicação Nº 2598648

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 47/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: JR Construções e Terraplenagem

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de Pavimentação asfáltica, que da prosseguimento a Avenida Pedro Simon, em direção á localidade de Taquaruçú, com extensão de 210 metros lineares.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 02/08/2021

VALOR TOTAL: R\$ 119.859,29 (cento e dezenove mil oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte nove centavos).

Data da assinatura: 03/08/2020

EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 48/2020

Publicação Nº 2598651

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 48/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: JR Construções e Terraplenagem

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação asfáltica, de 200 metros lineares, na Comunidade

de Campo Verde.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 02/08/2021

VALOR TOTAL: R\$ 118.527,48 (cento e dezoito mil quinhentos e vinte sete reais e quarenta e oito centavos).

Data da assinatura: 03/08/2020

LEI Nº 477, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599801

LEI Nº 477, de 11 de agosto de 2020.

Altera dispositivos da Lei nº 396, de 08 de março de 2016 que Dispõe sobre a Identificação de Ruas no Perímetro Urbano da Localidade de Morro do Soares no Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a nomenclatura e extensão das seguintes Ruas do Perímetro Urbano da Comunidade de Morro do Soares conforme descrição abaixo e Mapa em anexo:

Rua nº 4 (Servidão): Inicia na junção com a rodovia estadual SC 285, na coordenada geográfica 29°00'03.93" S / 49°38'03.11" O desta coordenada percorrendo 145 metros em linha reta na direção nordeste até a coordenada 29°00'02.71" S / 49°37'57.99" O;

Rua nº 5 (Servidão): Inicia na junção com a rodovia estadual SC 285, na coordenada geográfica 29°00'06.11" S / 49°38'01.48" O, desta coordenada percorrendo 160 metros em linha reta em direção nordeste até a coordenada 29°00'04.88" S / 49°37'56.01" O;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de agosto de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº. 147, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599170

PORTARIA Nº. 147, de 11 de agosto de 2020.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de servidores efetivos para atuarem como Psicólogo junto às Secretarias Municipais;

Considerando a necessidade de servidores para atuarem junto à Secretaria de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir HANNA ARNS RAUPP, CPF nº 949.701.730-87, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Psicóloga com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 11 de agosto de 2020 e encerra-se em 30 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de agosto de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5034/2020

Publicação N° 2599145

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5034, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e face ao disposto no artigo 33, da Lei Complementar N.º 017, de 22 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, do Cargo em Comissão de Assessora de Imprensa, a servidora pública municipal ANA CLÁUDIA TASCA, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, nomeada através do Decreto Municipal N.º 4145, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto Municipal N.º 4145, de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 11 de agosto de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EDITAL PROCESSO SELETIVO N° 002-006/2020 “DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO N° 006/2020”

Publicação N° 2599844

EDITAL PROCESSO SELETIVO N° 002-006/2020

“DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO N° 006/2020”.

O prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao que determina o item 5 do Edital do Processo Seletivo N° 006/2020, TORNA PÚBLICO o deferimento, indeferimento e classificação preliminar dos candidatos inscritos no processo em referência.

A classificação foi obtida por meio da análise dos títulos apresentados pelos candidatos, conforme detalhado no ANEXO ÚNICO deste edital. Os candidatos que se sentirem prejudicados, poderão interpor recurso mediante requerimento individual, que deverá ser entregue via e-mail ao Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Formosa do Sul, rh@formosa.sc.gov.br, no prazo de 01 dia útil (dia 12/08/2020), contados da divulgação do resultado preliminar, nos termos do item 6.1 do edital.

Formosa do Sul/SC, 11 de agosto de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL
ANEXO ÚNICO
PLANILHA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO 006/2020

1. INSCRIÇÕES DEFERIDAS E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

1.1. AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO OBTIDA
---------------	-----------	-------------------	------------------

1º	004/2020	SAMARA REGINA ASSOLINI MILAN	0,50
----	----------	------------------------------	------

1.2. ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO OBTIDA	OBSERVAÇÕES
1º	009/2020	JACI ALMEIDA RIOS	3	<ul style="list-style-type: none"> - Não foi aceita a declaração de estágio, pois não consta na descrição se o mesmo foi realizado na área hospitalar ou ESF; - Não foi aceito um atestado de estagio voluntario, pois o tempo de estagio é inferior a 6 meses. - O Certificado de 30 horas não foi aceito, pois está fora do prazo de 5 anos. - O Certificado de 70 horas não foi aceito, pois está fora do prazo de 5 anos exigido pelo edital. - O Certificado de 160 horas não foi aceito, pois está fora do prazo de 5 anos exigido pelo edital.
2º	006/2020	JAQUELYNE DALPONT	2,50	
3º	003/2020	TAINA BANDIERA	2,25	
4º	005/2020	LEONARDO RIBEIRO SALVATORI	2,25	
5º	007/2020	ANA RAQUEL BRITES DE OLIVEIRA	1,50	<ul style="list-style-type: none"> - Decretos de nomeação e exoneração foram entregues sem a publicação no DOM ou certidão expedida pelo órgão (item 4.3 do edital); - Certificado de 4 horas não foi aceito pois a carga horaria mínima exigida é de 20 horas.
6º	008/2020	GESSICA CRISTINA BUTTNER	0,50	- Declaração de matrícula não foi aceita, pois a candidata ainda está cursando a pós-graduação.

1.3. TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO OBTIDA
1º	002/2020	JAQUELINE APARECIDA GIRARDI	2,50

2. INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

2.1. AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
001/2020	MARILI SUTIL MENEIS	<ul style="list-style-type: none"> - Comprovante de escolaridade em desacordo com o exigido para a vaga; - Não apresentou comprovante de quitação eleitoral

2.2. ENFERMEIRO

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
010/2020	JAKELINE TREVIZOL BORSOI	- Comprovante de escolaridade em desacordo com o exigido para a vaga.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2020

Publicação Nº 2598893

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2020

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2020, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA SEGMENTADA EM 290,87M² E AMPLIAÇÃO 5,45M² NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESTRELA GUIA, LOCALIZADA NA RUA JOÃO PEDRO SATURNO, BAIRRO SATURNO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às oito horas do dia onze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2020. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas REDIL CONSTRUTORA EIRELI; NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA e V. DOS SANTOS GUIDI CONSTRUTORA protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Todas as empresas licitantes apresentaram a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial podendo valer-se da Lei nº. 123/06. Determinada a abertura do envelope n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação juntamente com a engenheira Sra. Lilian Bitencourt Colombi, e certificaram-se que os documentos de habilitação restaram de acordo com as exigências do edital. Restou dúvidas para a comissão de Licitação quanto a autoria das assinaturas do contador Sr. Valdemar Serafim nos documentos apresentados pelas empresas NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA e V. DOS SANTOS GUIDI CONSTRUTORA. A Comissão identificou que trata-se do mesmo profissional de contabilidade para ambas as empresas e que a assinatura do Índice de Liquidez Geral (item 5.1.5 letra C) são bastante diferentes. Diligenciando, a Comissão manteve contato telefônico com a Contabilidade, a qual passou informações via WhatsApp (48 9 9993 9273, Erika Tiscoski – agente administrativa, Mat. 2080; 48 9616 1782, contato com Cintia, VS Contabilidade), mesmo assim, não foi possível concluir a autoria das assinaturas (conversa em anexo). Deste modo, a Comissão optou por aprofundar a diligência e confirmar se os documentos restam de acordo com a legalidade. O processo ficará aguardando o julgamento habilitatório. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros

VALDECIR TISCOSKI ROSINETE MENEGON ZANIVAN WARMLING
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS LILIAN BITENCOURT COLOMBI
Membro da Comissão Engenheira Civil

REDIL CONSTRUTORA EIRELI
José Teixeira Reos

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 102/PMF/2020

Publicação Nº 2598899

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 102/PMF/2020;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves, ambulâncias e vans do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de agosto de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 11 de agosto de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/PMF/2020

Publicação Nº 2598720

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 101/PMF/2020

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de agosto de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 11 de agosto de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO AP Nº 1078, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598532

DECRETO AP Nº 1078, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA, POR CONCURSO, LUCAS MARTINS GONZAGA PARA EXERCER O CARGO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Técnico em Edificações;

CONSIDERANDO que o nomeado em questão foi classificado no Concurso Público, Edital n. 003/2019, de 20 de novembro de 2019, homologado em 20 de fevereiro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, LUCAS MARTINS GONZAGA para exercer o cargo de Técnico em Edificações, classificado em 2º lugar, no Concurso Público, Edital n. 003/2019, de 20 de novembro de 2019, homologado em 20 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O nomeado deverá apresentar a documentação necessária para posse no prazo de 15 dias após a convocação.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2020.

JULIANA TAVARES
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 077, DE 17 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598667

DECRETO Nº. 077, DE 17 DE JULHO DE 2020.

PRORROGA PRAZO PARA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNADA PELO DECRETO Nº. 135, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019, APRESENTAR O RELATÓRIO FINAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em 90 (noventa) dias o prazo para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelo Decreto nº 135, de 12 de setembro de 2019, apresentar o relatório final.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 17 de julho de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 56/2020

Publicação Nº 2599169

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 56/2020

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução da pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual Jacob Westrup (SC-446), sentido Forquilha a Maracajá, etapa correspondente ao Município de Forquilha/SC, conforme Processo SGPE nº. SCC11879/2019 e Convênio nº. 2020TR000975 firmado junto ao Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

VALOR – R\$ 7.994.061,90 (sete milhões e novecentos e noventa e quatro mil e sessenta e um reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 2.365 (dois mil e trezentos e sessenta e cinco) dias corridos (prazo de execução + prazo de garantia de 05 anos) contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse público e conveniência administrativa.

DOTAÇÃO – 0702.1015.4490 (127), (129) – ESTADO DE SANTA CATARINA.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Concorrência Pública nº. 87/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 11 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS 22/2020

Publicação Nº 2598661

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 22/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 48/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PONTO SYSTEM COM. DE RELÓGIO LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada em sistema de ponto eletrônico, em conformidade com a portaria 1.510/09 do MTE e INMETRO, para prestação de serviços de locação de relógios pontos e manutenção de relógios pontos existentes, para registro e controle de frequência de ponto eletrônico com identificação biométrica dos servidores do Fundo de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato FMS 48/2017 de 08/08/2020 para 08/08/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 30 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 80/2020

Publicação Nº 2598660

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 80/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 61/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PONTO SYSTEM COM. DE RELÓGIO LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada em sistema de ponto eletrônico, em conformidade com a portaria 1.510/09 do MTE e INMETRO, para prestação de serviços de locação de relógios pontos e manutenção de relógios pontos existentes, para registro e controle de frequência de ponto eletrônico com identificação biométrica dos servidores do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 61/2017 de 08/08/2020 para 08/08/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 30 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

RECIBO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - TP 93.2020

Publicação Nº 2599049

Vistos, etc.

Recebo os Recursos Administrativos da Tomada de Preços Nº. 93/PMF/2020 interpostos pelas licitantes NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA; V DOS SANTOS GUIDI CONSTRUTORA, contra a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou as empresas. Comunique-se os demais licitantes, nos termos do art. 109, §3º, da Lei nº. 8.666/93, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, querendo, para que renunciem a este prazo. Retornem os autos à Comissão Permanente de Licitação para processamento devido.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2020.

VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

RETIFICAÇÃO DE EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/FMS/2020

Publicação Nº 2599015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/FMS/2020

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial Nº. 17/FMS/2020. Segue a alteração:

ONDE SE LÊ:

DATA DA ABERTURA: 18/09/2020 ÀS 08:00 HORAS

DATA DA ABERTURA: 18 DE AGOSTO DE 2020

LEIA-SE:

DATA DA ABERTURA: 19/08/2020 ÀS 08:00 HORAS

DATA DA ABERTURA: 19 DE AGOSTO DE 2020

Isto posto, RATIFICA-SE o aviso de licitação publicado no Diário Oficial dos Municípios em 03/08/2020, Edição nº. 3220, página nº. 339. RATIFICA-SE ainda as datas expressas na plataforma eletrônica BLL compras.

Feita as equiparação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 0002_2020 PMF

Publicação Nº 2598975

Errata da Chamada Pública nº 0002/2020 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

No edital fica corrigido o valor do item 08 “LARANJA PÊRA” onde se lê: valor de R\$ 0,40 (quarenta centavos) kg. leia-se: valor R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) kg.

Fraiburgo (SC), 11 de agosto de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0020_2020 PMF

Publicação Nº 2598976

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0020/2020 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0119/2020 –

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de uma retroescavadeira hidráulica 4 x 4, conforme descrição abaixo, para uso da Sanefrai. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Recursos: Próprios. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 13.08.2020 até as 08:00 horas do dia: 27.08.2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas até as 10:00 horas do dia 27.08.2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:30 horas do dia 27.08.2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). Local: www.bll.org.br. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3001 e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 11 de agosto de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050_2020 RP 0052 - PMF

Publicação Nº 2600083

Aviso do Pregão Presencial nº 0050/2020 – PMF

Registro de Preços nº 0052/2020

Processo Administrativo Licitatório nº 0118/2020

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de nitrogênio líquido, para uso veterinário, para atendimento ao programa de inseminação artificial, que faz parte do pisa – programa de produção integrada de sistemas agropecuários em microbacias hidrográficas para o período de 12 (doze) meses. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 10:00 horas do dia 28.08.2020, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: até às 10:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br link “LICITAÇÕES”.

Fraiburgo (SC), 10 de agosto de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 177 - 2020

Publicação Nº 2600089

DECRETO Nº 177, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2467 de 04 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade

09.014 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade

20.606.0015.2.041 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (90)	R\$	110.000,00
TOTAL	R\$	110.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
09.014 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
20.606.0015.2.041 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (85)	R\$	110.000,00
TOTAL	R\$	110.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 11 DE AGOSTO 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3229 e 12/08/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 178 - 2020

Publicação Nº 2600092

DECRETO Nº 178, DE 11 DE AGOSTO DE 2020
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2467 de 04 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2020 no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.303.0009.2.036 – Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9429 (110)	R\$	200.000,00
10.572.0012.1.013 – Aquisição de Veículos Para a Secretaria de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9430 (111)	R\$	350.000,00
11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo		
08.244.0018.2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		

3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativo – Recurso 0.1.0532 (271)	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	650.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 11 DE AGOSTO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3229 e 12/08/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EXTRATO DE CONTRATO N° CT20PMF65_DOM

Publicação N° 2598978

EXTRATO DO CONTRATO N° CT20PMF65

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADO: MATERBRÁS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS DE CONCRETO NA RUA DANIEL HOSTIN, BAIRRO SÃO JOSÉ NA CIDADE DE FRAIBURGO – SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL) E PARTE DELE INTEGRANTE. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 28.944,34 (VINTE E OITO MIL NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 11.08.2020. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 11.08.2020 A 09.12.2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0105/2020 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 0010/2020. RECURSOS: 1.200 RECURSOS ORDINÁRIOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.

FRAIBURGO (SC), 11 DE AGOSTO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA DE FRAIBURGO

EXTRATO_DOM_11.08.2020 11602

Publicação N° 2598979

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: AT20PMF80

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI

Valor : R\$11.318,59 (onze mil trezentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos)

Vigência : Início: 30/07/2020 Término: 29/07/2021

Licitação : Pregão eletrônico N°.: 16/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE USO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA (INSTRUMENTO CLÍNICO E OUTROS) PARA UTILIZAÇÃO COM ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL E FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-4-49,56-198,24; 2-4-46,77-187,08; 3-2-81,83-163,66; 4-8-24,68-197,44; 6-8-37,76-302,08; 7-8-37,76-302,08; 8-8-37,76-302,08; 9-8-37,76-302,08; 10-8-14,17-113,36; 11-8-14,17-113,36; 12-8-37,76-302,08; 13-8-37,76-302,08; 14-8-37,76-302,08; 15-8-37,76-302,08; 16-8-37,76-302,08; 17-8-37,76-302,08; 18-1-308,20-308,20; 19-1-262,10-262,10; 20-1-214,65-214,65; 21-1-350,40-350,40; 22-1-2.405,50-2.405,50; 23-1-3.433,00-3.433,00; 25-1-350,80-350,80;

Fraiburgo, 11 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 09592020

Publicação Nº 2598983

PORTARIA Nº 0959, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga portaria 0034/2020.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a decisão contida no Processo Administrativo 1914/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0034 de 14 de janeiro de 2020, que reduziu a carga horária de 20 (vinte) horas para 12 (doze) horas semanais, do servidor RICARDO SILVA LUCENA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 648.202.709-15, nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de agosto de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 09602020

Publicação Nº 2598987

PORTARIA Nº 0960, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ARTUR ROSA NEU, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 068.799.239-76, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 11 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 09612020

Publicação Nº 2598989

PORTARIA Nº 0961, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga portaria 3050/2017.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a decisão contida no Processo Administrativo 1985/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 3050 de 10 de novembro de 2017, que reduziu a carga horária de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, do servidor RÔMULO CAREGNATO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 063.521.009-61, nomeado no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 12 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 09622020

Publicação Nº 2598992

PORTARIA Nº 0962, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Substituir o Membro da Comissão Especial Processante

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o despacho, anexo ao Processo Administrativo 2226/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir integrante da Comissão Especial Processante referente ao Processo Administrativo 2226/2019, passando a integrar a Comissão, na condição de Membro a servidora ADÉLIA APARECIDA PIERDONA BALESTRIN, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUDITOR FISCAL, em substituição a servidora JÉSSICA DA SILVA, que encontra-se afastada em Licença sem Remuneração para tratar de interesses particulares, com as mesmas atribuições definidas em lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 09632020

Publicação Nº 2598994

PORTARIA Nº 0963, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Fiscal de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETA, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT20PMF65, Processo Administrativo Licitatório nº 0105/2020 - PMF, Tomada de Preços nº 0010/2020, cujo objeto é a Execução de passeios de concreto na Rua Daniel Hostin, Bairro São José na cidade de Fraiburgo – SC, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo (SC), 11 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 09642020

Publicação N° 2598995

PORTARIA N° 0964, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga Reintegração de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a decisão contida nos Autos do Processo n° 0302883-96.2018.8.24.0024;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a reintegração do servidor OSNI GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n° 527.945.129-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS GRADUAÇÃO PG, 40 horas semanais, a partir de 11 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 09652020

Publicação N° 2598997

PORTARIA N° 0965, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n° 0007 de 30 de julho de 2020, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna n° 386/2020, da Secretaria de Saúde;

Considerando que não há candidatos aprovados em concurso público para a vaga de Médico Pediatra;

Considerando a necessidade de serviços de médico pediatra para atender excepcional interesse público, tendo em vista o aumento da demanda de pacientes na área de pediatria, sendo que no momento a Secretaria de Saúde conta com apenas 01 pediatra 20 horas;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CESAR LEIVA BARRIONUEVO, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob o n.º 095.079.128-86, na função de MÉDICO - PEDIATRA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 12 de agosto de 2020 até 11 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO EDITAL - PROC. 03-2020 - F.M.S - DISPENSA DE LICITAÇÃO 02-2020 - TESTE COVID-19

Publicação N° 2599243

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 03/2020 – F.M.S

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2020 – F.M.S

A Administração municipal de Frei Rogério–SC, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde – F.M.S, torna público a Dispensa de Licitação referente à contratação da empresa DENTAL MED. SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ 02.477.571/0001-47, destinada a aquisição de teste rápido para diagnóstico de COVID-19, IgM/IgG.

Valor unitário: R\$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos)

Quantidade prevista de aquisição: 1.000 teste.

Fundamento legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993 c/c Decreto nº 9.412/2018.

Frei Rogério/SC, 10 de agosto de 2020.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2020 - 175 A 179

Publicação Nº 2599877

DECRETO Nº 175/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para o servidor Ediomar Antonio de Freitas, ocupante do cargo de motorista, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Educação, proporcional ao período de 30 (trinta) dias, com início no dia 28 de julho de 2020 e término previsto para o dia 27 de agosto de 2020, referente o período aquisitivo compreendido entre 01/03/2011 até 28/02/2016.

Art. 2º. Fica ainda, informado que o servidor ficará com 60 dias para serem usufruídas posteriormente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de julho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 176/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 929/2019 de 09/12/2019, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do corrente exercício, crédito no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001 – 2.026 – 33.90.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte 1.063 R\$ 200.000,00

10.301.1001 – 2.024 – 33.90.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte 78 R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 350.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de agosto de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 177/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 929/2019 de 09/12/2019, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do corrente exercício, crédito no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.1201 – 2.006 – 44.90.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte 76 R\$ 120.000,00

06.01 – Secretaria Municipal de Desenv. Rural, agricultura e meio ambiente

20.608.2001 – 1.055 – 44.90.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte 79 R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 220.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de agosto de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 178/2020

CONCEDE ADICIONAL POR CONCLUSÃO DE PÓS GRADUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 519/2005, Artigo 17, Inciso IV, a;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, juntamente com a apresentação do diploma de conclusão de especialização, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido adicional de 10% (dez por cento), para a servidora Rosa Maria Ramalho, ocupante do cargo de provimento efetivo de psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes, por conclusão de pós graduação, incidente sobre o vencimento mensal, com efeitos a partir do mês de agosto de 2020.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de agosto de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 179/2020

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família da senhora Maristela Alves, portadora do CPF nº 085.231.129-01, RG nº 5.583.039, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Nelson Hungria, nº 265 – bairro Centro, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 07 de agosto de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

PROCESSO LICITATÓRIO 061/2020

Publicação N° 2598653

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA a abertura do Processo Licitatório FUNSAU nº 061/2020, Edital de Inexigibilidade 001/2020 do TIPO MENOR POR ITEM às 09h:00min. do dia 13 de agosto de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação contratação de SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES A SEREM PRESTADOS A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GALVÃO – SC, PREVIAMENTE AUTORIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 11 de agosto de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO N° 192/2020

Publicação N° 2600015

DECRETO N.º 192, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento vigente:

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	100.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	100.000,00
15.451.00312.052 – Funcion. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura.	100.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	100.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	100.000,00
15.451.00312.052 – Funcion. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura.	100.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	95.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO N° 193/2020

Publicação N° 2600016

DECRETO N.º 193, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			50.000,00
08.244.00562.033 - Func. e Manut. do Fundo Munic. de Assistência Social	50.000,00		
3.3.90.0.1.00.0000 Aplicações Diretas			50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial

das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			50.000,00
08.244.00562.033 - Func. e Manut. do Fundo Munic. de Assistência Social			50.000,00
3.1.90.0.1.00.0000 Aplica- ções Diretas			45.000,00
3.1.91.0.1.00.0000 Aplica- ções Diretas			5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 194/2020

Publicação Nº 2600017

DECRETO N.º 194, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo dos empenhos a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionados:

SECRETARIA DE SAÚDE		
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
1314/2019	MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1.733,47

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 326.2020 MARINA MAIA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2599233

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 326/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARINA MAIA DE OLIVEIRA

Objetivo: ENFERMEIRO - ESF

Valor: R\$ 2.926,20 (dois mil e novecentos e vinte e seis reais e vinte centavos) mensais

Vigência: De 11/08/2020 até 11/02/2022, prorrogável conforme legislação vigente

PORTARIA N.º 1001/2020 (REPUBLICADO POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

Publicação N° 2599453

PORTARIA N.º 1001, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) JOICI ESTÁCIO JORDÃO MIRANDA, Psicóloga, matrícula nº 7227, empossado em 27/06/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 27/06/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 27/06/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N° 140/2020

Publicação N° 2598943

DECRETO N° 140, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

Considerando o Ofício da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura nº 120/2020 de 04 de agosto de 2020 que solicita a supressão e ao mesmo tempo aditamento de serviços referente ao Contrato nº 33/2019 cujo objeto é a "pavimentação asfáltica do quadro urbano (...) com a empresa Construtora Fortunato Ltda;

Considerando que a execução desta obra está sendo realizada com recursos de Operação de Crédito por meio do FINISA, conforme o Contrato nº 524.229-40 com a Caixa Econômica Federal;

Considerando que a supressão parcial do Contrato 33/2019 totalizará o valor de R\$ 718.094,29 (setecentos e dezoito mil, noventa e quatro reais e vinte e nove centavos) e acarretará na anulação parcial do Empenho Global 7787/2019 de 23/12/2019 (Ordem de Compra 2854/2019);

Considerando que o solicitado aditamento do Contrato 33/2019 será no valor de R\$ 699.141,15 (seiscentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e um reais e quinze centavos);

Considerando que está ocorrendo o ingresso da grande parte dos recursos da referida Operação de Crédito está ocorrendo parceladamente ao longo do exercício de 2020.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I, da Lei nº 2173, de 29/10/2019,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 699.141,15 (Seiscentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e um reais e quinze centavos), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.0015.0451.1022.1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas	4490	01.83.00	699.141,15
---	------	----------	------------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º será utilizado recurso proveniente do provável Excesso de Arrecadação dos recursos de Operações de Crédito Interna - Outros Programas.

Parágrafo Único. O aditamento do Contrato 33/2019 com a empresa Construtora Fortunato Ltda no valor de R\$ R\$ 699.141,15 (seiscentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e um reais e quinze centavos) se dará mediante a supressão no valor de itens deste Contrato e a respectiva anulação parcial do Empenho 7787/2019 no valor de R\$ 718.094,29 (setecentos e dezoito mil, noventa e quatro reais e vinte e nove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 11 de agosto de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 097/2020

Publicação N° 2599159

PORTARIA N°. 97 de 11 de agosto de 2020

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, Memorando nº 3191/2020

RESOLVE:

Art. 10. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargos relacionados no Edital 07/2020.

Art. 20. – Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, que ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

Art. 30. – A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Isabela Aragão Pereira, Thalia de Miranda, Priscila Radwanski

Peixe, Nelise Dias Vieira da Silva, Renan Marcus de Santana, Adryel Pabst, sendo presidida pelo primeiro.

Art. 40 - Competirá a comissão:

I – Elaborar os editais;

II – Receber e homologar inscrições;

III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV – Homologar a seleção;

V – Apreciar e julgar recursos;

VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII - Elaborar e corrigir as provas;

VIII – Avaliar títulos;

IX - Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder a elaboração e correção das provas.

Art. 50. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

EXTRATO DO ADITIVO DA ATA Nº 013/2020

Publicação Nº 2598477

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO DA ATA Nº 013/2020

Processo Administrativo nº: 286/2019 | Pregão Presencial nº: 165/2019. Ata de Registro de Preços nº: 013/2020. OBJETO: Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item 99. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (00.802.002/0001-02).

Gaspar/SC, 29 de julho de 2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

EXTRATO DO ADITIVO DA ATA Nº 085/2019

Publicação Nº 2598476

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO DA ATA Nº 085/2019

Processo Administrativo nº: 228/2019 | Pregão Presencial nº: 128/2019. Ata de Registro de Preços nº: 085/2019. OBJETO: Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item 141. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES (01.328.535/0001-59).

Gaspar/SC, 29 de julho de 2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 2016/54

Publicação Nº 2598671

PROCESSO DE DISPENSA Nº 2016/130

CONTRATO Nº 2016/54

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

Considerando o pedido de reajuste do Contrato nº 2016/54 encaminhado pela Empresa Paca Empreendimentos Imobiliários LTDA (CNPJ nº. 83.449.728/0001-22), fundamentado na cláusula 4.2 abaixo descrita:

4.2 O reajuste do valor do aluguel mensal somente poderá se dar anualmente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado - Fundação Getúlio Vargas), ou por outro índice que vier a substituí-lo.

Considerando a legalidade do pedido de reajuste nos estritos termos do Parecer Jurídico nº 460/2020 da Procuradoria Geral do Município de Gaspar;

Considerando o parecer favorável do Grupo Gestor de Redução de Despesas, instituído pelo art. 17 do Decreto nº 9316/2020/2020;

DETERMINO, nos termos do §8 do art. 65 da Lei 8666/1993, o reajustamento do Contrato nº 54/2016 conforme a seguinte Tabela:

TABELA - PERÍODO (JUNHO/2019 A JUNHO/2020)

Item	Descrição	Valor Unitário Atual (R\$)	Índice (%)	Valor Unitário Reajustado (R\$)	Período (Meses)	Valor Global (R\$)
------	-----------	----------------------------	------------	---------------------------------	-----------------	--------------------

1	<p>Locação do imóvel situado na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Edifício Alfredo Crescêncio Schneider, 1º andar, Gaspar/SC, com 343,07 m² (trezentos e quarenta e três metros e sete décimos quadrados) de área privativa e 3 (três) vagas de garagem com 16,25 m² (dezesseis metros e vinte e cinco décimos quadrados), cada, totalizando 391,82 m² (trezentos e noventa e um metros e oitenta e dois décimos quadrados), que servirá para abrigar as instalações do CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social.</p>	5.452,25	6,5103	5.807,21	12	69.686,52
---	---	----------	--------	----------	----	-----------

O reajustamento, em favor da Empresa Paca Empreendimentos Imobiliários LTDA (CNPJ nº. 83.449.728/0001-22), far-se-á pelo presente Termo de Apostilamento.

DETERMINO a publicação deste Termo de Apostilamento no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei 866/1993.

Gaspar (SC), 10 de agosto de 2020

silvania janoelo dos santos
Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 2016/73

Publicação Nº 2598679

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 2016/73

DISPENSA nº.: 164/2016. OBJETO: Aplicação do reajuste contratualmente previsto de 7,3133% ao Contrato nº 2016/73, cujo objeto é a locação do imóvel situado na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Edifício Alfredo Crescêncio Schneider, 1º andar, Gaspar/SC, com 75,87 m² (setenta e cinco metros e oitenta e sete décimos quadrados) de área privativa e 2 (duas) vagas de garagem com 16,25 m² (dezesseis metros e vinte e cinco décimos quadrados), cada, totalizando 108,37 m² (cento e oito metros e trinta e sete décimos quadrados), que servirá para abrigar as instalações Programa Bolsa Família. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 12.592.033/0001-57). CONTRATADA: Paca Empreendimentos Imobiliários LTDA (CNPJ nº. 83.449.728/0001-22). VALOR DO APOSTILAMENTO: R\$ 1.312,08 (um mil e trezentos e doze reais e oito centavos).

Gaspar/SC, 10 de agosto de 2020

SILVANIA JANOELO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 139/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 2599330



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 7 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da(s) empresa(s) **SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**, estabelecida à Rua São Sebastião, nº 3317, sala B, Sul do Rio, Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.301.460/0001-50, neste ato representado pelo(a) JOSIANE BEATRIZ JACINTO BEPLER, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 040.911.669-62, portador(a) do RG nº 422.053-8, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial nº 21/2020**, objeto do **Processo 21/2020**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE: 1					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Agulha 13x4,5 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	375	6,80	2.550,00
2	Agulha 20x5,5 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	225	6,80	1.530,00
3	Agulha 25x6,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	375	6,80	2.250,00
4	Agulha 25x7,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	375	6,80	2.550,00
5	Agulha 25x8,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	375	6,80	2.550,00
6	Agulha 25x12 hipodérmica descartável. Desenvolvidas para aspiração de soluções; Bisel simples e ponta romba (reduz riscos de acidentes conforme NR32); Siliconada; Com filtro de 5 microns que retém impurezas, partículas de vidro e borracha; Canhão que permite acoplamento nas seringas luer slip e luer lock, obedecendo ao código universal de cores; Translúcida; Uso único; Apirogenica. Caixa com 100 unidades. Apresentar junto a proposta registro ms. Amostra.	CX	525	32,00	16.800,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 – Fone (48) 3262-0141/1811

1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7	Agulha 30x7,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	375	6,80	2.550,00
8	Agulha 30x8,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	375	6,80	2.550,00
9	Agulha 40x12,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	150	9,00	1.350,00
10	Lanceta automática descartável conforme NR32, agulha em aço inox para obtenção de sangue capilar, retrátil, estéril, com agulha siliconizada, ponta trifacetada, com diâmetro de 28g, disparada através de contato (sem botão de acionamento), com dispositivo de segurança, que impeça o reuso e provida de lacre, com qualquer profundidade até 1,6mm de penetração. Embalagem contendo dados de identificação do produto, numero de lote, tipo de esterilização, data de fabricação/ validade e registro no ms/ANVISA. Apresentar amostra e prospecto.	UND	7.500,00	0,22	1.650,00

LOTE: 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 06x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	1.500	8,67	13.005,00
12	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 08x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	2.250	8,67	19.507,50
13	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 10x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	3.000	8,67	26.010,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 12x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	2.250	10,70	26.010,00
15	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 15x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	1.125	13,38	15.052,50
16	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 20x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	750	17,85	13.387,50
17	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 25x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS, amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	375	22,30	8.362,50
18	Malha tubular 20x25.	UND	15	20,21	303,15

LOTE: 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	Compressa de gaze (tipo queijo) em rolo, medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm², não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofiliada, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir ph com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofiliada menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, atendendo na íntegra as normas abnt nbr 14.108. Apresentar amostra, registro no ministério da saúde.	PCT	188	60,03	11.285,64

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

20	Compressa de gaze 10x10 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm ² , 20 cm x 40cm, quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 10x10cm quando dobrada, 985g por pacote, com as bordas voltadas para a parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, e macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas, não estéril. Com selagem eficiente que garante a integridade do produto até o momento de sua utilização, permite a abertura e transferência com técnica asséptica. Abnt nbr13843. Apresentar amostra, registro no ministério da saúde.	PCT	2.250	20,23	45.517,50
21	Compressa de gaze 7,5 x 7,5, 8 camadas, 5 dobras, 13 fios, 100% algodão, quando aberta medir 15x30cm e fechada 7,5x7,5 cm, não esteril pacote com 500 unidades, atendendo na íntegra as normas abnt nbr 13843, isenta de amido, Apresentar amostra, registro no MS.	PCT	6.750	15,64	105.570,00

LOTE: 6

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	Agulha 13x4,5 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	125	6,80	850,00
33	Agulha 20x5,5 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	75	6,80	510,00
34	Agulha 25x6,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	125	6,80	850,00
35	Agulha 25x7,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	125	6,80	850,00
36	Agulha 25x8,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	125	6,80	850,00
37	Agulha 25x12 hipodérmica descartável. Desenvolvidas para aspiração de soluções; Bisel simples e ponta romba (reduz riscos de acidentes conforme NR32); Siliconada; Com filtro de 5 microns que retém impurezas, partículas de vidro e borracha; Canhão que permite acoplamento nas seringas luer slip e luer lock, obedecendo ao código universal de cores; Translúcida; Uso único; Apirogenica. Caixa com 100 unidades. Apresentar junto a proposta registro ms. Amostra.	CX	175	32,00	5.600,00
38	Agulha 30x7,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	125	6,80	850,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811

4



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

39	Agulha 30x8,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	125	6,80	850,00
40	Agulha 40x12,0 cx c/ 100. Apresentar Certificação INMETRO e registro MS.	CX	50	9,00	450,00
41	Lanceta automática descartável conforme NR32, agulha em aço inox para obtenção de sangue capilar, retrátil, estéril, com agulha siliconizada, ponta trifacetada, com diâmetro de 28g, disparada através de contato (sem botão de acionamento), com dispositivo de segurança, que impeça o reuso e provida de lacre, com qualquer profundidade até 1,6mm de penetração. Embalagem contendo dados de identificação do produto, número de lote, tipo de esterilização, data de fabricação/ validade e registro no ms/ANVISA. Apresentar amostra e prospecto.	UND	2500	0,22	550,00

LOTE: 7

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 06x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	500	8,47	4.235,00
43	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 08x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	750	8,76	6.570,00
44	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 10x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	1000	9,04	9.040,00
45	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 12x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	750	10,84	8.130,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

46	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 15x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pcte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	375	13,55	5.081,25
47	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 20x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pcte c/12. Apresentar registro no MS e amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	250	18,08	4.520,00
48	Atadura de crepom tipo II, 18 fios 25x1,80 - com no mínimo 90% algodão, cor natural, bordas bem acabadas, elasticidade adequada uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, pcte c/12. Apresentar registro no MS, amostra atendendo na íntegra a abnt nbr 14055 e 14056.	PCT	125	22,60	2.825,00
49	Malha tubular 20x25.	UND	5	15,76	78,80

LOTE: 8

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
50	Compressa de gaze (tipo queijo) em rolo, medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm², não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofiliada, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir ph com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofiliabilidade menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, atendendo na íntegra as normas abnt nbr 14.108. Apresentar amostra, registro no ministério da saúde.	PCT	62	47,42	2.940,04
51	Compressa de gaze 10x10 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm², 20 cm x 40cm, quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 10x10cm quando dobrada, 985g por pacote, com as bordas voltadas para a parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, e macia, isenta de impurezas, amido,	PCT	750	34,40	25.800,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	alvejantes ópticos, ou substancias alergênicas, não estéril. Com selagem eficiente que garante a integridade do produto até o momento de sua utilização, permite a abertura e transferência com técnica asséptica. Abnt nbr13843. Apresentar amostra, registro no ministerio da saude.				
52	Compressa de gaze 7,5 x 7,5, 8 camadas, 5 dobras, 13 fios, 100% algodão, quando aberta medir 15x30cm e fechada 7,5x7,5 cm, não esteril pacote com 500 unidades, atendendo na integra as normas abnt nbr 13843, isenta de amido, Apresentar amostra, registro no MS.	PCT	2.250	17,66	39.735,00

LOTE: 9

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
53	Equipo duas vias (tipo polifix). Conexão duas vias p/ infusão parenteral, estéril, descartável, transparente, pinça corta fluxo nas 2 (duas) vias de vedação precisa, conectores macho e fêmea com tampa protetora. Conector luer rotativo slip e lock na mesma peça, com acabamento lateral sem saliências que permita apoio seguro na pele. Comprimento de 18cm. Embaladas individualmente. Todo sistema deve ser resistente e oferecer segurança na utilização, deve ser atóxico, apirogênico, estéril, descartável, isento de resíduos e impurezas, e de fácil manuseio. Embalagem unitária que proporcione abertura fácil, asséptica e segura, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Embalagem contendo dados de identificação, tipo e data de esterilização, validade. Apresentar registro ms e amostra.	UND	500	2,15	1.075,00
54	Equipo tipo macrogotas para solução parenteral. Características: câmara flexível com minimo de 9ml, gotejadoras macrogotas (20 gotas /ml) transparente, filtro de partículas de 15µ que retém partículas em suspensão, regulador de fluxo destinado ao controle de gotejamento, regula o fluxo de solução entre zero e o máximo e com sistema que permita encurtar o comprimento do tubo caso necessário, sem causar dano ou deterioração entre o regular do fluxo e o tubo, entrada de ar com filtro de partículas, hidrófobo e bacteriológicos de 0,22µ,	UND	8.750	3,50	30.625,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	lanceta perfurante trifacetada, padrão ISO, para conexão ao recipiente de solução com tampa protetora, tubo flexível em pvc aerado de 1,5m, sem efeito memória, atóxico e epirogênico. Pinça clamp que proporcione uma oclusão rápida do fluxo sem rompimento do tubo ou efeito memória injetor lateral em y com suporte para os dedos. Item de segurança conforme nr 32. Conexão distal luer slip e lock rotativo na mesma peça com filtro que permita a retirada do ar sem desconectar a tampa, dispositivo de acesso venoso, que atenda a integra a portaria nº502, de 29/12/2011 - inmetro. A embalagem deverá conter na rotulagem dados como, equipo de uso único, data de validade, data de fabricação, lote e estéril. Embalado em papel grau cirúrgico, não permitindo colar após abertura. Apresentar junto à proposta, cópia impressa do registro na anvisa, certificado de conformidade com a portaria 502/11 inmetro e amostra.				
55	Equipo tipo microgotas para solução parenteral. Características: câmara flexível com o mínimo de 9ml, gotejadoras microgotas (60 gotas /ml) transparente, filtro de partículas de 15µ que retém partículas em suspensão, regulador de fluxo de alta precisão que permite rigoroso controle de gotejamento, sem causar dano ou deterioração entre o regular do fluxo e o tubo, entrada de ar com filtro de partículas, hidrófobo e bacteriológicos de 0,22µ, lanceta perfurante trifacetada, padrão iso, para conexão ao recipiente de solução com tampa protetora, tubo flexível em pvc, sem efeito memória, transparente de 1,5m, atóxico e epirogênico. Pinça clamp que proporcione uma oclusão rápida do fluxo sem rompimento do tubo ou efeito memória injetor lateral em y com suporte para os dedos. Item de segurança conforme nr 32. Conexão distal luer slip/lock rotativo na mesma peça, dispositivo de acesso venoso, que atenda a integra a portaria nº502, de 29/12/2011 - inmetro. A embalagem deverá conter na rotulagem dados como, equipo de uso único, data de validade, data de fabricação, lote e estéril. Embalado em papel grau cirúrgico, não permitindo colar após abertura. Apresentar junto à proposta registro na anvisa, certificado de	UND	1000	3,30	3.300,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	conformidade com a portaria 502/11 inmetro e amostra.				
56	Conector valvulado em peça única, para aplicação de solução e medicação ou retirada de fluidos. Adapta a dispositivos de acesso ao paciente, introdução automática seringas sem uso de agulha, mantendo o sistema vedado diminuindo o risco de contaminação e refluxo. Apirogenico, estéril, descartável, formato para perfeita assepsia. apresentar junto a proposta amostra.	UND	250	15,90	3.975,00
57	Tubo extensor, uso único, estéril, descartável, tampa distal, conector distal luer fêmea universal, tubo flexível em policloreto de vinil, flexível e transparente que realiza a conexão entre o conector distal e o proximal com a finalidade de alongar o circuito de infusão, permitindo a passagem do fluido sem obstrução e possibilitando a observação de bolhas de ar. Calibre de 11,4 FR. Conector proximal, conexão luer slip e lock rotativo em uma única peça, atendendo a todas especificações da norma ABNT NBR ISO 594-1 e 2, permitindo a perfeita conexão com os demais dispositivos médicos. Tampa do conector proximal. Não contem látex. amostra.	UND	37	242,20	8.961,40

LOTE: 11					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
63	Abaixador de Língua embalagem individual. Descartável. Acabamento perfeito. Em formato de espátula. Medindo aproximadamente: Comprimento 14cm, Largura 1,4cm, Espessura 2,0mm. Pacote com 100 unidades. Apresentar amostra.	PCT	400	2,80	1.120,00
64	Abaixador de língua, espátula em plástico, descartável, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura uniforme em toda a sua extensão, colorido com sabor e aroma de tutti-fruti e tema infantil de bichinhos, embalado em pacote com 40 peças, cada peça encapada ou embalada individualmente. Registro no ms e amostra.	PCT	50	21,00	1.050,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE: 13					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
68	Loção oleosa à base de A.G.E. (Ácidos Graxos Essenciais). Embalagem 200ml. Com vitaminas A e E. Composição: Ácido Cáprico, Ácido Caprílico, Ácido Capróico, Ácido Láurico, Ácido Linoléico, Lecitina, Palmitato de Retinol, Acetato de Tocoferol e Alfa-Tocoferol, óleo de girassol, óleo de copaíba, ótima absorção, fácil de espalhar. Embalagem plástica, rotulada com a identificação do produto, prazo de validade, número do lote, registro/notificação no Ministério Saúde, instruções e cuidados na utilização. Possuir e apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA, afe do fabricante e bula.	FR	800	3,00	2.400,00

LOTE: 14					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
69	Água deionizada 5 litro, apresentar autorização de funcionamento do fabricante expedida pela ANVISA.	GL	300	5,67	1.701,00
70	Gel condutor para sonar e eletrocardiograma fr. 5lt.	FR	200	17,27	3.454,00
71	Gel p/ fisioterapia 5lts.	GL	100	17,27	1.727,00

LOTE: 15					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
72	Agulha para caneta de insulina 0,25x6mm. Caixa com 100 unidades.	CX	100	25,00	2.500,00
73	Agulha para caneta de insulina 0,25x8mm. Caixa com 100 unidades.	CX	100	25,00	2.500,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE: 17

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
77	Algodao hidrofílo pacote 500 gramas, largura mínima de 24cm cor branca, puro, sem imperfeições, acondicionado em rolo com camada contínua, sobre papel apropriado, embalado individualmente. Apresentar amostra	RL	400	9,90	3.960,00

LOTE: 18

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
78	Almotolia escura 250ml, bico reto, confeccionada em plástico escura, ponta com tampa de proteção e haste de fixação.	UND	215	2,07	445,05
79	Almotolia transparente 250ml, bico reto, confeccionada em plástico transparente ponta com tampa de proteção e haste de fixação.	UND	315	2,07	652,05

LOTE: 26

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
97	Campo cirúrgico descartável fenestrado, em SMS estéril, com alta capacidade de absorção de sangue e líquidos corporais, nas medidas 40x40cm.	UND	25	3,90	97,50

LOTE: 28

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
104	Cateter p/ oxigênio nº06 pct c/10	PCT	300	4,57	1.371,00
105	Cateter p/ oxigênio nº08 pct c/10	PCT	250	4,69	1.172,50
106	Cateter p/ oxigênio nº10 pct c/10	PCT	200	4,83	966,00
107	Cateter p/ oxigênio tipo olhos adulto. Pct c/ 10.	PCT	100	9,67	967,00
108	Dispositivo para incontinência urinária de látex estéril, tamanho 06 com fita dupla face hipoalérgica, com extensão, acondicionado em papel grau cirúrgico, apresentar Registro MS e amostra.	UND	200	4,80	960,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

109	Dispositivo perfurante de irrigação para uso em frascos de solução com sistema fechado. Em plástico resistente, estéril, exclusivo protetor de cone luer em ponta perfurante e tampa protetora para fechamento do sistema frasco/dispositivo com formato anatômico e fácil manuseio que direciona o fluxo. Com asa de pega ergonômica de no mínimo 30mm. Embalagem individual contendo dados de indentificação, lote, procedência e validade. Apresentar amostra.	UND	3.000	0,78	2.340,00
110	Sonda aspiração traqueal nº14	UND	500	0,54	270,00
111	Sonda aspiração traqueal nº12	UND	500	0,50	250,00
112	Sonda nasogastrica nº08	UND	500	0,46	230,00
113	Sonda nasogastrica nº10	UND	500	0,47	235,00
114	Sonda nasogastrica nº12	UND	500	0,50	250,00
115	Sonda uretral nº 08	UND	6.000	0,45	2.700,00
116	Sonda uretral nº 10	UND	6.000	0,46	2.760,00
117	Sonda uretral nº 12	UND	10.000	0,47	4.700,00
118	Sonda uretral nº 14	UND	7.000	0,53	3.710,00

LOTE: 29					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
119	Catgut cromado 2-0 agulhado 20mm, cx com 24 envelopes	CX	40	80,00	3.200,00
120	Catgut cromado 4-0 agulhado, cx com 24 envelopes	CX	50	80,00	4.000,00
121	Catgut simples 3,0 agulhado 30 mm, cx com 24 envelopes	CX	40	80,00	3.200,00
122	Catgut simples 4,0 agulhado 20 mm, cx com 24 envelopes	CX	40	80,00	3.200,00
123	Catgut simples 5,0 agulhado 20 mm, cx com 24 envelopes	CX	40	80,00	3.200,00
124	Catgut simples 6,0 agulhado 20 mm, cx com 24 envelopes	CX	40	80,00	3.200,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE: 34

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
135	Eletrodo de monitor cardiaco constituído por um dorso de espuma de alta densidade, impermeavel, pino de aço inox, adesivo hipoalergenico, contra-pino de prata/cloreto de prata, gel solido de cloreto de potasio incorporado a uma espuma cilindrica e protegidos contra ressecamento por um anel plastico. Embalagem aluminizada. Tamanho adulto, pct com 30 und.	UND	100	8,00	800,00

LOTE: 36

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
137	Esfigmomanômetro aneroide mecânico de pressão arterial, com sistema de montagem interna livre de engrenagens com indicador de valores da pressão constituído por ponteiro que se desloca sobre uma escala circular, fornecendo a indicação da pressão arterial, atendendo aproximadamente a seguinte faixa de escala: Faixa de medição: 6 a 300 mmHg, Valor de uma divisão: 2 mmHg, Graduação máxima: 304 mmHg, Graduação mínima: 6 mmHg Com resistência a Impacto cumprindo os padrões da norma ANSI/AAMI SP-9, resistindo a quedas ou impactos de até 76cm de altura, comprovado através de documento da fábrica. Não deverá depender da utilização de pilhas ou baterias ou qualquer fonte de alimentação elétrica para seu pleno e seguro funcionamento. Manômetro totalmente aneroide com giro de 360° para fácil leitura e para evitar erros de paralax. Precisão Certificada pelo Inmetro de ± 3 mmHG. Sistema de troca rápida de braçadeiras; Manguito e pêra livre de látex; Braçadeira confeccionada em nylon, com fechamento por Velcro de alta duração e lavável. Braçadeira deve ter o sinalizador da posição sobre artéria para a aferição e com marcador de limites de tamanhos impressos com marca de controle de circunferência do Braço. Acompanham o aparelho	UND	25	840,00	21.000,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	<p>braçadeiras neonatal (7-10cm), infantil (12-16cm), adulto pequeno (20-26cm), adulto (25- 34cm), obeso (32-43cm); Braçadeiras de cores variadas conforme diferenças de tamanho. Braçadeiras Homologadas pelo INMETRO, da mesma marca do Fabricante do aparelho. Garantia de Calibração de no mínimo 5 anos. Apresentar registro no ms. amostra. em conjunto com estetoscópio duplo para uso adulto e pediátrico, com auscultador fabricado em aço inox para medição de alta e baixa frequência, com excelente performance, design avançado para auscultação mais precisa, durabilidade, fácil desinfecção e diafragmas em ambos os lados, sendo adulto e pediátrico, com hastes binaurais em alumínio na cor preta e olivas em silicone macias e anatômicas que proporciona melhor vedação acústica e conforto, anel com bordas anti-frio, tubo na cor preta em forma de "Y" fabricado em PVC e mola embutida para melhor conforto e segurança. Acompanha o equipamento um par de olivas, duas membranas sobressalentes e um identificador de propriedades preso ao tubo, embalagem individual, manual em português, garantia de 5 anos contra defeito de fabricação. apresentar registro do ministério da saúde. amostra</p>				
--	---	--	--	--	--

LOTE: 38

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
139	<p>Oxímetro de Pulso automático, ABS ultrapolido e de alta resistência; com display de LCD colorido de 4 cm ou superior; Apresenta 4 sinais vitais: SpO2 (amplitude e curva), pulso (frequência cardíaca), índice de perfusão. Para pacientes adulto, pediátrico e neonatal. Utiliza tecnologia de oximetria própria (Tecnologia Hi Technologies). Efetua leitura de oximetria em pacientes com baixa perfusão e movimentos excessivos com alta tecnologia. Tela/interface com 3 opções de idiomas (Português, Espanhol e Inglês). Resolução de 1 dígito; faixa de medida de SpO2: 0-100%; faixa de medida de pulso (frequência cardíaca): 0 a 300bpm;</p>	UND	10	1.400,00	14.000,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	<p>índice de perfusão de 0,02-20; precisão do SpO2 na faixa de 70 a 100%: +-2%; precisão do SpO2 na faixa de 70 a 100% (em movimento): +-3% ; precisão de 20 a 100bpm: +/- 2bpm; precisão de 101 a 250bpm: +- 2%. Indica na tela a qualidade do sinal, bateria fraca, equipamento ligado, bateria carregando, bateria com carga, ligado à rede elétrica. Tempo de estabilização de 8 segundos após colocação do sensor; Tecla para silenciamento de alarmes; Alarmes: visual e sonoro, com possibilidade de ajuste tanto automático quanto manual pelo operador para todos os parâmetros. Com indicação de sensor desconectado, sem sensor, sensor quebrado, alarme desativado, entre outros. Tela com brilho ajustável e opção de modo noturno. Volume ajustável. Tela sensível ao toque (touchscreen); Alimentação Elétrica: Entrada 110/220 automático com o plugue compatível na NBR 14136, 60Hz e bateria interna recarregável com autonomia com duração de 12 até 38 horas. Acessórios: 1 (um) sensor reutilizável adulto com 2,5 M; 1 (um) manual de usuário em português. Apresentar registro na ANVISA.</p>				
--	--	--	--	--	--

LOTE: 40

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
143	Esparadrapo 10x4,5 metros em tecido de algodão impermeável, branco, com adesivo uniformemente distribuído, isento de latex e substancias alergenicass, com boa aderencia, de facil remoção sem deixar residuos na pele, com borda bem acabada e que proporcione facilidade de corte manual. Enrolado de maneira uniforme em carretel plastico protegido porcilindro. Apresentar amostra, Registro no MS.	UND	2.600	5,12	13.312,00
144	Esparadrapo 5x4,5 metros em tecido de algodão impermeável, branco, com adesivo uniformemente distribuído, isento de latex e substancias alergenicass, com boa aderencia, de facil remoção sem deixar residuos na pele, com borda bem acabada e que proporcione facilidade de corte manual.	UND	800	3,11	2.488,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	Enrolado de maneira uniforme em carretel plástico protegido por cilindro. Apresentar amostra, Registro no MS.				
145	Fita adesiva para uso hospitalar, 16x50 apresentar Registro MS.	UND	200	2,10	420,00
146	Fita micropore 5x4,5. Apresentar Registro MS.	UND	1.000	2,56	2.560,00
147	Fita teste p/ autoclave 19mm x 30mts. Embalada individualmente. Apresentar junto a proposta laudo original ou em cópia autenticada emitido por laboratório em acordo com ISO 17025:2005 que comprove a isenção de chumbo	UND	300	2,33	699,00

LOTE: 41

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
148	Escova ginecológica descartável estéril tipo pincel citobrush. Pacote c/ 100 unidades. Apresentar amostra.	PCT	50	29,38	1.469,00
149	Espátula plástica de Ayres para coleta ginecológica estéril com 100 unidades. Apresentar amostra.	PCT	200	29,38	5.876,00
150	Espeço vaginal descartável "G" valvas anatómicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos forníces vaginais. Produzido em poliestireno cristal largura distal 32mm, largura proximal 29mm, eixo 100mm, descartável, estéril, lubrificado. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (psai), pigmentado e indeformável. Apresentar junto a proposta prospecto. amostra	UND	1.000	1,04	1.040,00
151	Espeço vaginal descartável "M" valvas anatómicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos forníces vaginais. Produzido em poliestireno cristal largura distal 28mm, largura proximal 25mm, eixo 90mm, descartável, estéril, lubrificado. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (psai), pigmentado e indeformável. Apresentar junto a proposta prospecto. amostra	UND	4.000	0,94	3.760,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

152	Especulo vaginal descartavel "P" valvas anatomicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fornices vaginais. Produzido em poliestireno cristal largura distal 22mm, largura proximal 22mm, eixo 80mm., descartavel, esteril, lubrificado. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (psai), pigmentado e indeformavel. Apresentar junto a proposta prospecto. amostra	UND	3.000	1,06	3.180,00
153	Estojo plastico porta lâmina para 50 lâminas	UND	20	7,24	144,80
154	Fixador citológico 100 ml	UND	20	5,37	107,40
155	Lamina ponta fosca, aplicação: para exames de citologia e histologia, material: laminas de vidros, características adicionais: tamanho: 26 x 76mm, espessura:1-1,2mm, unidade de fornecimento: caixa com 50 unidades	CX	500	4,08	2.040,00
156	Pinça Cheron descartavel Estéril	UND	100	1,85	185,00

LOTE: 43

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
162	Lamina de bisturi nº11 esteril, descartavel, confeccionada em aço carbono, devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e/ ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Devera vir com marca e tamanho gravado na lamina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto ate o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferencia com tecnica asseptica, com 100 unidade. Apresentar registro no ms.	CX	150	22,28	3.342,00
163	Lamina de bisturi nº15 esteril, descartavel, confeccionada em aço carbono, devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e/ ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Devera vir com marca e tamanho gravado na lamina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade	CX	100	22,28	2.228,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	do produto ate o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferencia com tecnica asseptica, com 100 unidade. Apresentar registro no ms.				
164	Lamina de bisturi nº21 esteril, descartavel, confeccionada em aço carbono, devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e/ ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Devera vir com marca e tamanho gravado na lamina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto ate o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferencia com tecnica asseptica, com 100 unidade. Apresentar registro no ms.	CX	100	22,28	2.228,00

LOTE: 45

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
173	Luva cirurgica em latex n.7,0 esteril. Apresentar registro MS/CA	PAR	1.000	1,11	1.110,00
174	Luva cirurgica em latex n.6,0 esteril. Apresentar registro MS/CA	PAR	500	1,11	555,00
175	Luva cirurgica em latex n.6,5 esteril. Apresentar registro MS/CA	PAR	500	1,11	555,00
176	Luva cirurgica em latex n.7,5 esteril. Apresentar registro MS/CA	PAR	1.000	1,11	1.110,00
177	Luva cirurgica em latex n.8,0 esteril. Apresentar registro MS/CA	PAR	1.000	1,11	1.110,00
178	Luva cirurgica em latex n.8,5 esteril. Apresentar registro MS/CA	PAR	1.000	1,11	1.110,00

LOTE: 47

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
183	Luva de Segurança Anticorte, Luva tricotada em fibras sintéticas combinadas, recoberta em nitrilo foam na palma e dedos, palma antiderrapante e punho tricotado em elástico.	UND	30	86,50	2.595,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE: 50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
192	Fita métrica 1.5m trena com trava automática e botão central para recolhimento da fita. Bordas frisadas para efeito antiderrapante Escala em milímetros em ambos os lados, impressas na cor vermelha. Apresentar amostra.	UND	200	6,30	1.260,00
193	Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes. Lentes com tratamento antiembaçante. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, hastes de comprimento regulável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Apresentar prospecto/ca.	UND	20	3,70	74,00
194	Régua antropométrica confeccionada em madeira cor branca, composta por duas peças uma rígida e outra móvel com escala máxima de 100cm e com escala visível de 0,5 a 1cm.	UND	10	46,70	767,00
195	Termometro clinico digital com ponta flexivel, 100% resistente a agua, certificado pelo INMETRO - apresentar amostra.	UND	80	17,80	1.424,00

LOTE: 52

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
201	Seringa 10ml esteril, sem agulha, graduação firme e perfeitamente legível, com ponta conectora tipo luer lock, embolo com pistão com borracha siliconada, deslizante, embalado individualmente conforme normas do ms, com abertura asseptica. Apresentar laudos inmetro. Validade de 5 anos a partir da data de fabricação.	UND	2.500	0,026	65,00
202	Seringa 20ml esteril, sem agulha, graduação firme e perfeitamente legível, com ponta conectora tipo luer lock, embolo com pistão com borracha siliconada, deslizante, embalado individualmente conforme normas do ms, com abertura asseptica. Apresentar laudos inmetro. Validade de 5 anos a partir da data de fabricação.	UND	2.500	0,39	975,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

203	Seringa de 100UI com agulha 8x0,30 seringa esterilizada com agulha fixa, residual zero; dosagem nítida em unidade insulínica e extremamente precisa uma a uma de fácil leitura e precisão nas dosagens; êmbolo com borracha de ajuste e vedação precisa e extremamente leve; agulha confeccionada em aço inoxidável de alta tecnologia; bisel perfeito, siliconizado, trifacetado e aguçado, permitindo punção atraumática; parede finíssima, permitindo melhor fluxo; Graduação exclusivamente em unidades insulínicas para não confundir o usuário; Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação ou materiais. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentar registro MS, certificação do INMETRO. Atender as Normas Regulamentadoras existentes. Apresentar amostra.	UND	19.000	0,23	4.370,00
204	Seringa de insulina com agulha fixa 8x0,3. Tamanho 50UI seringa esterilizada com agulha fixa, residual zero; dosagem nítida em unidade insulínica e extremamente precisa uma a uma de fácil leitura e precisão nas dosagens; êmbolo com borracha de ajuste e vedação precisa e extremamente leve; agulha confeccionada em aço inoxidável de alta tecnologia; bisel perfeito, siliconizado, trifacetado e aguçado, permitindo punção atraumática; parede finíssima, permitindo melhor fluxo; Graduação exclusivamente em unidades insulínicas para não confundir o usuário; Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação ou materiais. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentar registro MS, certificação do INMETRO. Atender as Normas Regulamentadoras existentes. Apresentar amostra.	UND	15.000	0,27	4.050,00
205	Seringa 3ml estéril, sem agulha, graduação firme e perfeitamente legível, com ponta conectora tipo luer lock, embolo com pistão com borracha siliconada, deslizante, embalado individualmente conforme normas do ms, com abertura asseptica. Apresentar laudos inmetro. Validade de 5 anos a partir da data de fabricação.	UND	2.500	0,11	275,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

206	Seringa 5ml estéril, sem agulha, graduação firme e perfeitamente legível, com ponta conectora tipo luer lock, embolo com pistão com borracha siliconada, deslizante, embalado individualmente conforme normas do ms, com abertura aséptica. Apresentar laudos inmetro. Validade de 5 anos a partir da data de fabricação.	UND	2.500	0,15	375,00
-----	---	-----	-------	------	--------

LOTE: 55

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
221	Travesseiro adulto 50 x 70, enchimento c/ 100% fibra de poliester, revestimento com 100% Poliester, Apresentar prospecto.	UND	60	40,00	2.400,00
222	Travesseiro infantil 30 x 40 enchimento c/ 100% fibra de poliester, revestimento com 50% algodão e 50% Poliester, Apresentar prospecto.	UND	60	39,00	2.340,00

Governador Celso Ramos/SC, 7 de agosto de 2020.

SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE
PRODUTOS HOSPITALARES
 Contratada

Juliano Duarte Campos
 Prefeito Municipal

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 2599335



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2020**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Aos 7 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) **TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES**, estabelecida à Rua Pedro Theisen Junior, nº 478, Aririú, Palhoça/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 06.555.143/0001-46, neste ato representado pelo(a) Alexandre Bianchini de Azevedo, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 921.201.217-53, portador(a) do RG n.º 061.302.94-9, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º 21/2020**, objeto do **Processo 21/2020**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE: 4					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	Equipo duas vias (tipo polifix). Conexão duas vias p/ infusão parenteral, estéril, descartável, transparente, pinça corta fluxo nas 2 (duas) vias de vedação precisa, conectores macho e fêmea com tampa protetora. Conector luer rotativo slip e lock na mesma peça, com acabamento lateral sem saliências que permita apoio seguro na pele. Comprimento de 18cm. Embaladas individualmente. Todo sistema deve ser resistente e oferecer segurança na utilização, deve ser atóxico, apirogênico, estéril, descartável, isento de resíduos e impurezas, e de fácil manuseio. Embalagem unitária que proporcione abertura fácil, asséptica e segura, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Embalagem contendo dados de identificação, tipo e data de esterilização, validade. Apresentar registro ms e amostra.	UND	1.500	2,24	3.360,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811

1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

23	<p>Equipo tipo macrogotas para solução parenteral. Características: câmara flexível com mínimo de 9ml, gotejadoras macrogotas (20 gotas /ml) transparente, filtro de partículas de 15µ que retém partículas em suspensão, regulador de fluxo destinado ao controle de gotejamento, regula o fluxo de solução entre zero e o máximo e com sistema que permita encurtar o comprimento do tubo caso necessário, sem causar dano ou deterioração entre o regular do fluxo e o tubo, entrada de ar com filtro de partículas, hidrófobo e bacteriológicos de 0,22µ, lanceta perfurante trifacetada, padrão ISO, para conexão ao recipiente de solução com tampa protetora, tubo flexível em pvc aerado de 1,5m, sem efeito memória, atóxico e epirogênico. Pinça clamp que proporcione uma oclusão rápida do fluxo sem rompimento do tubo ou efeito memória injetor lateral em y com suporte para os dedos. Item de segurança conforme nr 32. Conexão distal luer slip e lock rotativo na mesma peça com filtro que permita a retirada do ar sem desconectar a tampa, dispositivo de acesso venoso, que atenda a integra a portaria n°502, de 29/12/2011 - inmetro. A embalagem deverá conter na rotulagem dados como, equipo de uso único, data de validade, data de fabricação, lote e estéril. Embalado em papel grau cirúrgico, não permitindo colar após abertura. Apresentar junto à proposta, cópia impressa do registro na anvisa, certificado de conformidade com a portaria 502/11 inmetro e amostra.</p>	UND	26.250	3,41	89.512,50
24	<p>Equipo tipo microgotas para solução parenteral. Características: câmara flexível com o mínimo de 9ml, gotejadoras microgotas (60 gotas /ml) transparente, filtro de partículas de 15µ que retém partículas em suspensão, regulador de fluxo de alta precisão que permite rigoroso controle de gotejamento, sem causar dano ou deterioração entre o regular do fluxo e o tubo, entrada de ar com filtro de partículas, hidrófobo e bacteriológicos de 0,22µ, lanceta perfurante trifacetada, padrão iso, para conexão ao recipiente de solução com tampa protetora, tubo flexível em pvc, sem efeito memória, transparente de 1,5m, atóxico e epirogênico. Pinça clamp que proporcione uma oclusão rápida do</p>	UND	3.000	3,41	10.230,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	fluxo sem rompimento do tubo ou efeito memória injetor lateral em y com suporte para os dedos. Item de segurança conforme nr 32. Conexão distal luer slip/lock rotativo na mesma peça, dispositivo de acesso venoso, que atenda a integral a portaria nº502, de 29/12/2011 - inmetro. A embalagem deverá conter na rotulagem dados como, equipo de uso único, data de validade, data de fabricação, lote e estéril. Embalado em papel grau cirúrgico, não permitindo colar após abertura. Apresentar junto à proposta registro na anvisa, certificado de conformidade com a portaria502/11 inmetro e amostra.				
25	Conector valvulado em peça única, para aplicação de solução e medicação ou retirada de fluidos. Adapta a dispositivos de acesso ao paciente, introdução automática seringas sem uso de agulha, mantendo o sistema vedado diminuindo o risco de contaminação e refluxo. Apirogenico, estéril, descartável, formato para perfeita assepsia. apresentar junto a proposta amostra.	UND	750	16,68	12.510,00
26	Tubo extensor, uso único, estéril, descartável, tampa distal, conector distal luer fêmea universal, tubo flexível em policloreto de vinil, flexível e transparente que realiza a conexão entre o conector distal e o proximal com a finalidade de alongar o circuito de infusão, permitindo a passagem do fluido sem obstrução e possibilitando a observação de bolhas de ar. Calibre de 11,4 FR. Conector proximal, conexão luer slip e lock rotativo em uma única peça, atendendo a todas especificações da norma ABNT NBR ISO 594-1 e 2, permitindo a perfeita conexão com os demais dispositivos médicos. Tampa do conector proximal. Não contem látex. amostra.	UND	113	245,39	27.729,07

Governador Celso Ramos/SC, 07 de agosto de 2020.

TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE
MATERIAIS HOSPITALARES
 Contratada

Juliano Duarte Campos
 Prefeito Municipal

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 141/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 2599339

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 7 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE, estabelecida à AV. Central, nº 784, Centro, Balneário Camboriú/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 35.626.812/0001-21, neste ato representado pelo(a) Luis Alberto Dalla Porta, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 260.828.020-04, portador(a) do RG n.º 4012294973, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 21/2020, objeto do Processo 21/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE: 5					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	Poliglatina 910 2-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 4,0 1/2 círculo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	75	172,74	12.955,50
28	Poliglatina 910 3-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 3,0 3/8 círculo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	75	172,74	12.955,50
29	Poliglatina 910 4-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 2,0 1/2 círculo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	75	172,74	12.955,50
30	Poliglatina 910 4-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 2,5 1/2 círculo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	75	172,74	12.955,50
31	Poliglatina 910 5-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 1,5 1/2 círculo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	75	172,74	12.955,50

LOTE: 10					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
58	Poliglatina 910 2-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 4,0 1/2 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	25	172,80	4.320,00
59	Poliglatina 910 3-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 3,0 3/8 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	25	172,80	4.320,00
60	Poliglatina 910 4-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 2,0 1/2 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	25	172,80	4.320,00
61	Poliglatina 910 4-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 2,5 1/2 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	25	172,80	4.320,00
62	Poliglatina 910 5-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 1,5 1/2 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	CX	25	172,80	4.320,00

LOTE: 49					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
186	Clorexidina 2% solução degermante 1.000ml	LTR	400	16,42	6.568,00
187	Clorexidina alcoolico 0,5% 1.000ml	LTR	100	9,12	912,00
188	Povidine topico 1000ml	UND	100	18,83	1.883,00
189	Povidine degermante 1000ml	LTR	200	19,07	3.814,00
190	Solução de lugol forte 5% 1.000ml (solução concentrada)	LTR	10	89,39	893,90
191	Vaselina liquida 1.000ml.	LTR	100	20,23	2.023,00

LOTE: 49					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
212	Água destilada 10ml para injeção.	UND	3000	0,15	450,00
213	Glicose 50% 10ml.	CX	100	0,27	27,00
214	Solução de ringer+lactato sodio 500ml	UND	300	3,25	975,00
215	Solução ringer 500ml	UND	100	3,31	331,00
216	Soro fisiologico 0,9% 100 a 125ml	UND	5.000	2,04	10.200,00
217	Soro fisiologico 0,9% 250ml	UND	4.000	2,30	9.200,00
218	Soro fisiologico 0,9% 500ml	UND	4.000	2,80	11.200,00
219	Soro glicosado 5% 250ml	UND	4.000	2,30	9.200,00
220	Soro glicosado 5% 500ml	UND	2.400	3,00	7.200,00

Governador Celso Ramos/SC, 07 de agosto de 2020.

ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 142/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 2599343

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 07 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MAYCON WILL COMERCIAL, estabelecida à Rua Alvorada, nº 180, Flor de Nápolis, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 18.712.730/0001-80, neste ato representado pelo(a) Maycon Will, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 040.294.789-48, portador(a) do RG n.º 4.115.591-2, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 21/2020, objeto do Processo 21/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE: 16					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
74	Álcool 96% (para tubete de preventivo)	LT	300	5,89	1.767,00

75	Álcool gel glicerinado 2%	LT	200	11,09	2.218,00
76	Álcool hidratado 70% gl 1000ml	LT	350	5,49	1.921,50

LOTE: 32

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
132	Detergente multi enzimático, com 5 enzimas. Frasco com 1 litro.	LT	100	14,70	1.470,00

Governador Celso Ramos/SC, 07 de agosto de 2020.

MAYCON WILL COMERCIAL

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 143/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Publicação Nº 2599345

DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 07 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES, estabelecida à Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, CIC, Curitiba/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 25.463.374/0001-74, neste ato representado pelo(a) Adalberto Luiz Reese, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 539.573.699-91, portador(a) do RG n.º 1.451.872, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 21/2020, objeto do Processo 21/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE: 19

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
80	Aparelho de tricotomia, lamina dupla com fita lubrificante	UND	500	0,56	280,00

LOTE: 20

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
81	Pote para coleta de exames 80ml em plástico transparente estéril, embalado individualmente, com boca larga rosqueável na cor vermelha.	UND	500	0,32	160,00

LOTE: 21

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
82	Bacia redonda em aço inox 35x7,2cm 3.500ml	UND	15	67,00	1.005,00
83	Balde inox com pedal 20x25 10lt	UND	15	91,00	1.365,00
84	Balde inox sem tampa com alça 30x32 15lt	UND	15	124,00	1.860,00
85	Caixa em inox c/ tampa p/ instrumental 20x10x5	UND	20	49,00	980,00
86	Caixa em inox c/ tampa p/ instrumental 28x14x6	UND	20	106,00	2.120,00
87	Cuba rim em inox, 26x12 700ml	UND	16	28,00	448,00

LOTE: 22

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
88	Bolsa coletora de urina, 2000ml, sistema fechado.	UND	200	2,99	598,00
89	Bolsa coletora de urina, sistema fechado de perna 750ml	UND	200	2,66	532,00

LOTE: 30

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
125	Coletor 20 litros pra material perfurocortante e biologico descartavel	UND	1.000	4,27	4.270,00
126	Coletor 3 litros para material perfurocortante e biologico descartavel	UND	1.000	1,62	1.620,00

LOTE: 37

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
138	Lanterna Clínica: Colorida Alumínio Compacto e atrativo iluminador de Bolso em metal cromado; Lâmpada 2,5V á Vácuo; Pilhas Tamanho AAA; Embalagem Blister. Lanterna de diagnóstico ClipLight em Metal Cromado, lâmpada 2,5v á Vácuo acomoda duas pilhas AAA (palito), embalagem blister. Cat D-01.73.150 de mão 7 leds	UND	30	26,90	807,00

LOTE: 39

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
140	Reanimador manual adulto de silicone, translúcido de alta qualidade. Balão de silicone autoclavável com válvula tipo pop off. Válvula unidirecional transparente, com membrana de	UND	10	175,00	1.750,00
	segurança. Alça integrada para fixar o reanimador na mão do operador. Reservatório de oxigênio 2700ml com válvula. Máscara facial adulto de silicone translúcido, autoclavável, com formato anatômico e excelente vedação. Registro junto ao Ministério da Saúde / ANVISA, catálogo para análise do produto.				
141	Reanimador manual neonatal de silicone com máscara fabricado em silicone de alta qualidade, transparente, com reservatório para O ₂ , com balão auto inflável de silicone, válvula unidirecional, balão com alça integrada para fixar o reanimador na mão do operador. Produto totalmente isento de látex. Registro junto ao Ministério da Saúde / ANVISA, catálogo para análise do produto.	UND	10	175,00	1.750,00
142	Reanimador manual pediátrico de silicone, translúcido de alta qualidade. Balão de silicone autoclavável com válvula tipo pop off. Válvula unidirecional transparente, com membrana de segurança, alça integrada para fixar o reanimador na mão do operador. Reservatório de oxigênio 900ml com válvula. Máscara facial pediátrica de silicone translúcido, autoclavável, com formato anatômico e excelente vedação. Registro junto ao Ministério da Saúde / ANVISA, catálogo para análise do produto.	UND	10	175,00	1.750,00

LOTE: 42

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
157	Frasco umificador p/ oxigênio 250ml	UND	200	11,00	2.200,00
158	Frasco aspirador de secreção para oxigênio, 500ml	UND	30	19,00	570,00
159	Garrote em látex nº200, pct com 15m.	PCT	20	22,00	440,00
160	Inalador/neulizador com mascara adulto e infantil, tubo e câmara de nebulização, possuir selo de segurança inmetro, com no mínimo 2 anos de garantia.	UND	15	109,00	1.635,00
161	Tubo de latex 203, pct c/ 15m.	PCT	50	45,50	1.635,00

LOTE: 51

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
196	Scalp 19: conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel, tubo em pvc distal, asa em pvc flexivel colorido, canula trifacetada em inox siliconizada, protetor de canula. Embalagem: esterelizado por radiação gama ou oxido de etileno. Corforme nr nº 32 apresentar registro ms.	UND	2.000	0,41	820,00
197	Scalp 21: conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel, tubo em pvc distal, asa em pvc flexivel colorido, canula trifacetada em inox siliconizada, protetor de canula. Embalagem: esterelizado por radiação gama ou oxido de etileno. Corforme nr nº 32 apresentar registro ms.	UND	2.000	0,41	820,00

198	Scalp 23: conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel, tubo em pvc distal, asa em pvc flexivel colorido, canula trifacetada em inox siliconizada, protetor de canula. Embalagem: esterelizado por radiação gama ou oxido de etileno. Corforme nr nº 32 apresentar registro ms.	UND	5.000	0,41	2.050,00
199	Scalp 25: conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel, tubo em pvc distal, asa em pvc flexivel colorido, canula trifacetada em inox siliconizada, protetor de canula. Embalagem: esterelizado por radiação gama ou oxido de etileno. Corforme nr nº 32 apresentar registro ms.	UND	4.000	0,41	1.640,00
200	Scalp 27: conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel, tubo em pvc distal, asa em pvc flexivel colorido, canula trifacetada em inox siliconizada, protetor de canula. Embalagem: esterelizado por radiação gama ou oxido de etileno. Corforme nr nº 32 apresentar registro ms.	UND	3.000	0,41	1.230,00

LOTE: 53

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
207	Sonda de demora 12 borracha 100% silicone, característica adicionais :2 vias com balão, com duas vias na	UND	500	11,45	5.725,00
	extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orifício laterais em lados oposto e na mesma altura, forma de apresentar: embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala.				

208	Sonda de demora 14 borracha 100% silicone, característica adicionais :2 vias com balão, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orifício laterais em lados oposto e na mesma altura, forma de apresentar: embalagem individual acondicio- nada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	UND	500	11,45	5.725,00
209	Sonda de demora 16 borracha 100% silicone, característica adicionais :2 vias com balão, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orifício laterais em lados oposto e na mesma altura, forma de apresentar: embalagem individual acondicio- nada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	UND	500	11,45	5.725,00
210	Sonda de demora 18 borracha 100% silicone, característica adicionais :2 vias com balão, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orifício laterais em lados oposto e na mesma altura, forma de apresentar: embalagem individual acondicio- nada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	UND	500	11,45	5.725,00
211	Sonda de demora 20 borracha 100% silicone, característica adicionais :2 vias com balão, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orifício laterais em lados oposto e na mesma altura, forma de apresentar: embalagem individual acondicio- nada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	UND	500	11,45	5.725,00

Governador Celso Ramos/SC, 07 de agosto de 2020.

MEDEFE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 144/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 2599352

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 07 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO - ME, estabelecida à Rua Joaquim Carneiro, nº 135, sala 03, Capoeiras, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 26.583.983/0001-20, neste ato representado pelo(a) Henrique de Oliveira Prado, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 001.259.410-56, portador(a) do RG n.º 3091902738, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 21/2020, objeto do Processo 21/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE: 24

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
95	Bota de unha bandagem de algodão e poliéster com pasta composta de no mínimo 23% de óxido de zinco (com laudo comprobatório) que não endurece glicerina, petrolato branco, água, acácia e óleo de rícino. Adapta-se aos contornos da perna, esticando-se suavemente, permanecendo flexível. Indicado para tratamento de úlceras venosas de perna e edema linfático. Proporciona tratamento local da insuficiência vascular. Tamanho: 10,16cm x 9,14m. Apresentar juntamente com a proposta bula do produto e laudo emitido por laboratório oficial ou instituto de referencia nacional que comprove a composição da bota.	UND	10	41,00	410,00

LOTE: 31

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	-----	-------	----------------	-------------



127	Compressa de gaze, em rayon, embebida com ácidos graxos, associado a óleos de melaleuca e	CX	150	67,60	10.140,00
	copaíba, composto pelos ácidos linoléico e oléico, e oléico, contendo ainda ácido capríco, caprílico, láurico, palmítico, mirístico, esteárico, palmitato de retinol (vitamina a), acetato de tocoferol (vitamina e) e lecitina de soja, caixa com 24 envelopes tamanho 7,5 x 7,5cm.				
128	Curativo absorvente não aderente impregnado com prata. Curativo extra com tecnologia de camada dupla hidrofíber, unidas por pontos com fio de celulose regenerada tencel, composto por 100% carboximetilcelulose sódica e com 1 a 2% de prata iônica. A prata presente no curativo inativa as bactérias retiradas no leito da ferida retendo-as dentro da fibra e não entram em contato com o leito da ferida. Curativo resistente a tração, forma um gel coeso que proporciona um meio úmido que auxilia na remoção de tecidos necróticos e favorece a cicatrização. Absorve e retém grandes quantidades de exsudato e bactérias, com absorção vertical, evitando a maceração da borda da ferida. É indicado para o tratamento de feridas planas, agudas, crônicas, cavitárias, queimaduras de 1 e 2 graus, feridas ulcerativas e traumáticas, com ou sem infecção e com grande quantidade de exsudato, tamanho 10x10 cm, com apresentação de bula do produto junto com a proposta.	PCT	100	54,50	5.450,00

129	Curativo hidrocoloide placa fina. Curativo tratamento placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides – gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica – revestido de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente, flexível, auto-aderente, ação bacteriostática, estéril, espessura fina, para prevenção e tratamento de úlcera de pele superficiais e feridas pós cirúrgicas, tamanho 10x10cm, com apresentação de bula do produto junto com a proposta.	PCT	100	19,50	1.950,00
130	Curativo tratamento, placa, interativo de fibra de alginato de cálcio e sódio, alta absorção, estéril, não tecido, macio, altamente absorvente (absorção do exsudato se converte em gel firme garantindo uma fácil remoção, sem trauma ou dano ao tecido recém formado), com manutenção do meio úmido ideal para a cicatrização, ação hemostática, para uso em feridas superficiais ou cavidades profundas exsudativas, tamanho 10x10cm, com apresentação de bula do produto junto com a proposta.	PCT	100	29,50	2.950,00
131	Gel hidroativo, 30gr. Curativo tratamento gel, oclusivo estéril debridador, hidroativo a base de água, estéril, incolor, levemente aderente, para facilitar a aplicação, composto por 02 hidrocolóides (pectina e carboximetilcelulose sódica) e propilenoglicol, que promove autólise e desprendimento de crostas, tubo com 30 gramas, com apresentação de bula do produto junto com a proposta.	FR	50	38,50	1.925,00

Governador Celso Ramos/SC, 07 de agosto de 2020.

HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO - ME

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

PORTARIA 398 2020 - COMISSÃO EVASÃO ESCOLAR - 5.8

Publicação N° 2599932

PORTARIA N° 398 de 5 de agosto de 2020

O Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Governador Celso Ramos, PROF.º GUSTAVO SILVA SAGÁS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os Membros da Comissão de Ação Contra a Evasão Escolar de com atribuições definidas pela RESOLUÇÃO N° 03, de 5 de agosto de 2020.

I – RIVONEIDE RUFINO DE LIMA, MARIA CREUZA BITTENCOURT DE CARVALHO, GRACI-KELL NASCIMENTO ALVES DE MELO E CAROLINE SOARES GRAPP MIRANDA, representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II - MAICON DE SOUZA, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

III – JANAINA VOIGT E NOEME O. DA SILVA FERNANDES, representantes do Conselho tutelar do município;

IV – THAYSI DE SOUZA MIRANDA, representante do CEI EUDES MAFRA;

V - FLÁVIA SILVA FRANÇA, representante do CEI LÚCIA FRANCISCA;

VI – IZABEL CRISTINA COSTA ALVES, representante do CEI DULCE GODINHO;

VII – ROSIMAR NILDA MARTINS, representante do CEI SENHORA DOS NAVEGANTES;

VIII – MARILIA MARIA SILVEIRA DA SILVA, representante do CEI JULIA SAGÁS;

IX – MARIA CECILIA DIAS ALVES, representante do CEI ROBERTO MANOEL CALLADO;

X – JULIANA DOS SANTOS ALVES, representante do CEI ELVIRA SARDA DA SILVA;

XI – FERNANDA MARA SILVEIRA, representante da EM PROF.ª SILVIA PRAZERES DE CARVALHO;

XII – SUELLEN DE AZEVEDO, representante da EEM MARIA VERÍSSIMO DA SILVA;

XIII – KETTELYN SAGÁS BITTENCOURT VENÂNCIO, representante da EM ABEL CAPELLA;

XIV – ANDRÉIA DA SILVA, representante da EM PREFEITO JOÃO BALDANÇA SOBRINHO;

XV – CARINA DE SOUZA, representante da EM PREFEITO MIGUEL PEDRO DOS SANTOS;

XVI – CARMEM LUCIA LOPES MARTINS, representante da EM PROF.ª ALAÍDE DA SILVA MAFRA;

XVII – IZABEL CRISTINA PERES, representante da EM PROF.ª ELVIRA SARDA DA SILVA;

XVIII – GELVÂNIA MAILDE FLORES, representante da EM MARIA AMÁLIA CARDOSO;

XIX – ADRIANA ETELVINA ESTANISLAU, representante da EM PROF.ª DALMA LUZ DE AZEVEDO;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 06 de agosto de 2020.

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

Prof.º Gustavo Silva Sagás
Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 145/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 2599355



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2020**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Aos 07 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) **METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, estabelecida à Estrada Boa Esperança, nº 1918, Fundos Canoas, Rio do Sul/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 83157032/0001-22, neste ato representado pelo(a) Elena Maria Woitexen, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 684.532.649-53, portador(a) do RG n.º 2.739.100, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º 21/2020**, objeto do **Processo 21/2020**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE: 25					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
96	Cadarço de algodão branco em rolo de 50mt 30mm 1/2"	RL	12	16,27	195,24

Governador Celso Ramos/SC, 07 de agosto de 2020.

**METROMED COMÉRCIO DE
MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR
LTDA**
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811

1

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 19/2020 PROCESSO 19/2020**

Publicação Nº 2599729

AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL RP 19/2020

PROCESSO 19/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE ITENS LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/08/2020 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 25/08/2020 às 14h30min.

OBSERVAÇÕES: NOVO ENDEREÇO DA SEDE DO SAMAE, LOCAL ONDE OCORRERÁ A REFERIDA SESSÃO: RODOVIA FRANCISCO WOLLINGER, Nº 4095, KM 05, BAIRRO JORDÃO - GOVERNADOR CELSO RAMOS - FONE: (48) 3047 8647

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, ou excepcionalmente presencialmente na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 às 17:00hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelos e-mails: compraslicitacoes@samaegcr.com.br/samaegcr@samaegcr.com.br.

Governador Celso Ramos, 11 de agosto de 2020.

RICARDO AMILTON DA SILVA

Diretor Geral

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIAS 219 A 240 - 2020

Publicação Nº 2599866

PORTARIA Nº. 0219 / 2020 DE 14 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir desta data, 30 (trinta) dias de férias regulamentares para a funcionária CLEIA MICHELS LOCH LEMBECK, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0220 / 2020 DE 14 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir desta data, 30 (trinta) dias de férias regulamentares para a funcionária ELAINE BLASIUS COELHO, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde ACS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0221 / 2020 DE 14 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 15/07/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares para o funcionário EDÉSIO DACOREGIO ALBINO, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vínculo na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0222 / 2020 DE 16 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE: Conceder 33 (trinta e três) dias de descanso ao funcionário JAIRO BLASIUS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, a partir de 21/07/2020, a ser compensada no Banco de Horas, de acordo com o artigo 6º, do Decreto nº 012/2010, de 01/04/PORTARIA Nº. 0223 / 2020 DE 16 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991/2000,

RESOLVE: Cessar os efeitos da Portaria 233/2017, de 02/05/2017, que designa o funcionário OSMAR LUIZ DA COREGIO para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor de Identificação, retornando ao cargo efetivo de Auxiliar de Tributação.

PORTARIA Nº. 0224 / 2020 DE 16 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991/2000,

RESOLVE: Designar o funcionário OSMAR LUIZ DA COREGIO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Tributação, código 3.07, para ocupar o cargo de Fiscal Fazendário, código 3.08, para atuar na Secretaria de Administração e Fazenda, em substituição à titular, Adeise Bussolo Rohling, designada para ocupar o cargo de Secretária Municipal da Saúde e Saneamento, conforme portaria nº 157/2020, de 28/04/2020, com poderes para fiscalizar as medidas restritivas impostas pelo Poder Público Municipal para combate ao enfrentamento da Pandemia Covid-19, a partir desta data, enquanto perdurar o período da designação

PORTARIA Nº. 0225 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares para o funcionário JOECI MARTINS, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, a partir de 03/08/

PORTARIA Nº. 0226 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 10, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Designar MARLETE BLASIUS, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, código 3.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor do Posto de Saúde de Aiurê, fazendo jus a gratificação FG-02, passando a atuar, conjuntamente, no Centro de Triagem e Monitoramento do Covid-19, estando à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em tempo integral, a partir desta data, conforme solicitação administrativa, para atuar na linha de frente no combate à pandemia do novo Coronavírus, dado que a concessão da gratificação acarretará em custo menor aos cofres municipais do que nova contratação.

PORTARIA Nº. 0227 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: Conceder 27 (vinte e sete) dias de descanso ao funcionário EDESIO DACOREGIO ALBINO, ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais com vínculo na Secretaria de Saúde e Saneamento, a partir de 14/08/2020, a ser compensada no Banco de Horas, de acordo com o artigo 6º, do Decreto nº 012/2010, de 01/04/PORTARIA Nº. 0228 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 10, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Regularizar a situação da funcionária NEY LANE OENNING DACOREGIO SQUIZATTO, ocupante do cargo de Farmacêutico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, designando-a para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Divisão da Farmácia Básica, fazendo jus a gratificação FG-03, passando a atuar, conjuntamente, no Centro

de Triagem e Monitoramento do Covid-19, estando à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em tempo integral, a partir desta data, conforme solicitação administrativa, para atuar na linha de frente no combate à pandemia do novo Coronavírus, dado que a concessão da gratificação acarretará em custo menor aos cofres municipais do que nova contratação.

PORTARIA Nº. 0229 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 10, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Designar MORGANA MATOS, ocupante do cargo de Enfermeira, código 1.02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor de Monitoramento do Covid-19, fazendo jus a gratificação FG-02, passando a atuar, conjuntamente, no Centro de Triagem e Monitoramento do Covid-19, estando à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em tempo integral, a partir desta data, conforme solicitação administrativa, para atuar na linha de frente no combate à pandemia do novo Coronavírus, dado que a concessão da gratificação acarretará em custo menor aos cofres municipais do que nova contratação.

PORTARIA Nº. 0230 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 10, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Designar YARA JUREMA SAN ROMAN CARDOSO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor da Recepção no Centro de Triagem e Monitoramento do Covid-19, fazendo jus a gratificação FG-02, passando a atuar, conjuntamente, no Centro de Triagem e Monitoramento do Covid-19, estando à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em tempo integral, a partir desta data, conforme solicitação administrativa, para atuar na linha de frente no combate à pandemia do novo Coronavírus, dado que a concessão da gratificação acarretará em custo menor aos cofres municipais do que nova contratação.

PORTARIA Nº. 0231 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 10, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Designar ELIANE WIGGERS BLASIUS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor de Limpeza e Higienização no Centro de Triagem e Monitoramento do Covid-19, fazendo jus a gratificação FG-02, passando a atuar, conjuntamente, no Centro de Triagem e Monitoramento do Covid-19, estando à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em tempo integral, a partir desta data, conforme solicitação administrativa, para atuar na linha de frente no combate à pandemia do novo Coronavírus, dado que a concessão da gratificação acarretará em custo menor aos cofres municipais do que nova contratação.

PORTARIA Nº. 0232 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 10, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Designar a funcionária PATRICIA CEOLIN SEBOLD, ocupante do cargo efetivo de Vigilante Epidemiológica, código 3.09, 40 horas semanais, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de Epidemiologia, fazendo jus a função gratificada FG-03, passando a atuar, conjuntamente, no Centro de Triagem e Monitoramento do Covid-19, estando à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em tempo integral, a partir desta data, conforme solicitação administrativa, para atuar na linha de frente no combate à pandemia do novo Coronavírus, dado que a concessão da gratificação acarretará em custo menor aos cofres municipais do que nova contratação.

PORTARIA Nº. 0233 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 22/07/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares para a funcionária DANIELLE VERONEZ NANDI, ocupante do cargo de Nutricionista do NASF, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria de Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0234 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 10, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Cessar, a partir desta data, os efeitos da Portaria 199, de 16/05/2020, que designa MARIZA DA SILVA BONETTI para ocupar a Função Gratificada de Chefe do Setor do Tratamento Fora do Domicílio, retornando ao cargo efetivo de Auxiliar de Expediente, código 3.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento.

PORTARIA Nº. 0235 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20/09/2011

RESOLVE: Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária MARIZA DA SILVA BONETTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Expediente, código 3.03, com carga horária de 30 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, incluindo a prorrogação de 60 (sessenta) dias do período, de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme documentação em anexo.

PORTARIA Nº. 0236 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder até 3 (três) anos de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária ANDREIA BOEGER DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Expediente, código 3.03, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, com exercício na Secretaria de Saúde e Saneamento, a partir de 27/07/2020, conforme requerimento e parecer jurídico.

PORTARIA Nº. 0237 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar em caráter temporário, a partir desta data, LEONARDO GURJÃO MARGOTTI, para ocupar o cargo de Médico, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para ter exercício no Centro de Triagem e Monitoramento do Covid-19, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, sob regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, pelo período em que se mantiver a pandemia causada pelo Covid-19, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0238 / 2020 DE 21 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: Conceder 18 (dezoito) dias de descanso ao funcionário RONALDO ANDRÉ SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais com vínculo na Secretaria de Saúde e Saneamento, a partir de 31/07/2020, a ser compensada no Banco de Horas, de acordo com o artigo 6º, do Decreto nº 012/2010, de 01/04/PORTARIA Nº. 0239 / 2020 DE 24 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares para a funcionária ISABEL LEMKUHL, ocupante do cargo de Odontólogo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir de 30/07/2020, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0240 / 2020 DE 24 de JULHO de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE: Cessar os efeitos da Portaria 204, de 01/07/2020, que contrata IRIS AYUMI OKABAYASHI para ocupar o cargo de Médico, no Programa ESF - Estratégia da Saúde Familiar, conforme solicitação administrativa.

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2598835

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa COM. DE PEÇAS P/ TRATORES SÃO MARTINHO LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 24.219,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 1861, 1921, 1922, 2109, 2110, 2112, 1997, 2001, 2062, 2452, 2453 e 2454/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2598629

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 5.061,33 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 2857, 2859, 2909, 2964, 2965, 2966, 2952, 2958, 2959, 2962, 2963, 2990, 3012, 3013, 3027, 3031, 3043, 3143, 3068, 3130, 3220, 3219, 3300, 3301, 3256, 3363, 3418 e 2687/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação N° 2600023

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os produtos/serviços fornecidos pela referida empresa vão ao encontro do interesse público do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 60.000,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
Restos a pagar nº 3449 e 3465/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação N° 2598636

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa GRASITANO COMÉRCIO DE GAS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 8.599,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
Restos a pagar nº 1391, 1392, 1394, 1407, 1505, 1506, 1507, 1699, 1716, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1858, 1859, 1860, 1863, 2174, 2177, 2178, 2179, 2181, 2182, 2364, 2365, 2366, 2367, 2473, 2474, 2485, 2486, 2207, 2208, 2209, 2214, 2216, 2218, 2220, 2221, 2222, 3421 e 3433/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação N° 2598645

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa JVETEC INFORMÁTICA EIRELI EPP possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 353,85 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 2918, 2936, 3261 e 3386/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2598632

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ROSENI BRAND BET possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 3.490,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 2075, 2085, 1880, 1881, 1888, 2090, 2095, 2096, 2097, 2086, 2092, 2093, 2430, 2431, 2432, 2433, 2825, 2828, 2829, 2882, 2883, 2884, 2905, 2908, 2942, 2943, 2944, 2946, 2947, 3005, 3006, 3008, 3009, 3010, 3011, 3133, 3134, 3135, 3259, 3260, 3394, 3395 e 3396/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2598640

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa RECAPNEU DG LTDA ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 13.824,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 2898, 2897, 2951, 3161 e 3240/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2598836

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa COML DE EQUIP. RODOV. TAVARES LTDA – ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 29.122,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 2843, 2844, 2984, 3049, 3050, 3051, 3101, 3039, 3086, 3087, 3088 e 3229/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta

os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2598641

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa F.M. PNEUS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, ,justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 11.473,75 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
Restos a pagar nº 2064, 2065 e 2926/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2598638

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, ,justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 9.568,85 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
Restos a pagar nº 2070/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 10 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**EXTRATO CONTRATO 51-2020 FMS**

Publicação N° 2599238

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

EXTRATO DO CONTRATO N. 51/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMO COMBATE AO COVID-19.

Contratada: DIMASTER-COM. DE PRODUTOS HOSP.LTDA.

CNPJ: 02.520.829/0003-02.

Data de Assinatura do Contrato: 11/08/2020.

Valor do Contrato: R\$ 14.250,00.

Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2020.

Grão-Pará/SC, 11 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

PORTARIA 631/2020- DELEGA AO SEC ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA COMPETÊNCIA PARA ASSINAR ATOS

Publicação Nº 2598536

PORTARIA N.º 631/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO o disposto nos itens 3 a 7 do Prejulgado nº 1.533, do TCE/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de se conferir publicidade ao ato de delegação relativo à realização da despesa pública;

CONSIDERANDO a necessidade de distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e das atribuições dos gestores públicos, inclusive em face do volume de documentos gerados, recomendando a delegação da atribuição para assiná-los;

CONSIDERANDO a possibilidade de delegação de competência prevista nos arts. 11, 12 e 80 do Decreto-Lei nº 200/1967;

CONSIDERANDO que a descentralização administrativa objetiva assegurar rapidez às decisões, tornando-se mais célere o atendimento aos pleitos da comunidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica delegada a competência de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Gravatal e Fundo Municipal de Saúde ao Secretário de Administração e Fazenda, para praticar os seguintes atos:

I - de gestão orçamentária e financeira:

- a) autorizar e assinar as ordens de pagamentos;
- b) autorizar a inscrição, reinscrição e baixa de restos a pagar; e
- c) autorizar e assinar as despesas extras orçamentárias.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos á 08 de junho de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.820/2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 531/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 31 de julho de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 29-2020 - TOMADA DE PREÇO - PAV. PAVER RUA MANOEL JOSE LEANDRO - PROPRIO

Publicação Nº 2598891

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020. TOMADA DE PREÇO Nº 07/2020. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações, abertura dia 28 de agosto de 2020, às 09:00hs, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER) NA RUA MANOEL JOSE LEANDRO NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETOS EM ANEXO." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site da Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces Gravatal, 11 de agosto de 2020. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA Prefeito Municipal.

PROCESSO Nº 30-2020 - TOMADA DE PREÇO - PAV. 2 RUAS - JACOB ARNOLDO MAY E ADILIO PEDRO ILIBIO

Publicação Nº 2598892

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020. TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações, abertura dia 01 de setembro de 2020, às 09:00hs, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO A LAJOTA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS, NAS RUAS JACOB ARNOLDO MAY E ADILIO PEDRO ILIBIO, PARA ATENDER EMENDA IMPOSITIVA Nº 1124 JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO, CONFORME PROJETO BÁSICO." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site da Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces

com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces Gravatal, 11 de agosto de 2020. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA Prefeito Municipal.

RREO ANEXO 1 3ºBIMES/20

Publicação Nº 2598894

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
				(b/a)	(c)	(a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.540.810,22	47.540.810,22	5.960.317,34	12,54	15.090.756,12	32.450.054,10
RECEITAS CORRENTES	45.792.414,41	45.792.414,41	5.212.514,64	11,38	14.342.953,42	31.449.460,99
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.257.249,09	5.257.249,09	753.642,55	14,34	1.818.768,09	3.438.481,00
IMPOSTOS	3.988.249,09	3.988.249,09	545.328,69	13,67	1.205.209,95	2.783.039,14
TAXAS	1.269.000,00	1.269.000,00	208.313,86	16,42	613.558,14	655.441,86
CONTRIBUIÇÕES	1.487.850,00	1.487.850,00	166.154,82	11,17	494.258,57	993.591,43
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.487.850,00	1.487.850,00	166.154,82	11,17	494.258,57	993.591,43
RECEITA PATRIMONIAL	99.750,00	99.750,00	4.314,84	4,33	13.619,61	86.130,39
VALORES MOBILIÁRIOS	99.750,00	99.750,00	4.314,84	4,33	13.619,61	86.130,39
RECEITA DE SERVIÇOS	625.000,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	625.000,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	625.000,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	625.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.497.811,12	37.497.811,12	4.226.167,14	11,27	11.835.066,56	25.662.744,56
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	24.193.418,12	24.193.418,12	2.663.183,48	11,01	6.553.537,84	17.639.880,28
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	8.028.143,00	8.028.143,00	931.504,12	11,60	3.064.051,81	4.964.091,19
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	5.276.250,00	5.276.250,00	631.479,54	11,97	2.217.476,91	3.058.773,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	824.754,20	824.754,20	62.235,29	7,55	181.240,59	643.513,61
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	17.037,69	0,00	66.683,60	-66.683,60
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	824.754,20	824.754,20	45.197,60	5,48	114.556,99	710.197,21
RECEITAS DE CAPITAL	1.748.395,81	1.748.395,81	747.802,70	42,77	747.802,70	1.000.593,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	78.750,00	78.750,00	0,00	0,00	0,00	78.750,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	78.750,00	78.750,00	0,00	0,00	0,00	78.750,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.669.645,81	1.669.645,81	747.802,70	44,79	747.802,70	921.843,11
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.660.050,00	1.660.050,00	300.000,00	18,07	300.000,00	1.360.050,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.595,81	9.595,81	447.802,70	4.666,65	447.802,70	-438.206,89
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	47.540.810,22	47.540.810,22	5.960.317,34	12,54	15.090.756,12	32.450.054,10
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	47.540.810,22	47.540.810,22	5.960.317,34	12,54	15.090.756,12	32.450.054,10
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	47.540.810,22	47.540.810,22	5.960.317,34	12,54	15.090.756,12	32.450.054,10
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	725.915,84	—	—	725.915,84	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—
	—	725.915,84	—	—	725.915,84	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.540.810,22	49.160.437,96	6.018.365,78	22.624.108,14	26.536.329,82	5.288.174,56	14.614.583,13	34.545.854,83	12.532.927,08
DESPESAS CORRENTES	36.726.074,70	38.050.827,69	4.494.367,23	19.314.939,04	18.735.888,65	4.930.133,74	14.009.591,30	24.041.1236,39	12.174.508,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.154.800,00	18.512.482,49	3.149.329,95	9.312.890,78	9.199.591,71	3.129.291,49	8.980.967,93	9.531.514,56	8.087.515,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	650.000,00	650.000,00	60.000,00	290.000,00	360.000,00	24.441,11	51.375,06	598.624,94	42.103,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.921.274,70	18.888.345,20	1.285.037,28	9.712.048,26	9.176.296,94	1.776.401,14	4.977.248,31	13.911.096,89	4.044.890,07
DESPESAS DE CAPITAL	10.688.735,52	10.983.610,27	1.523.998,55	3.309.169,10	7.674.441,17	358.040,82	604.991,83	10.378.618,44	358.418,09
INVESTIMENTOS	9.693.385,62	10.138.260,27	1.524.261,78	2.935.605,33	7.202.654,94	327.568,16	506.764,03	9.631.496,24	269.467,19
INVERSOES FINANCEIRAS	95.350,00	95.350,00	0,00	0,00	95.350,00	0,00	0,00	95.350,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	900.000,00	750.000,00	-263,23	373.563,77	376.436,23	30.472,66	98.227,80	651.772,20	88.950,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	126.000,00	126.000,00	0,00	0,00	126.000,00	0,00	0,00	126.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	126.000,00	126.000,00	0,00	0,00	126.000,00	0,00	0,00	126.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	47.540.810,22	49.160.437,96	6.018.365,78	22.624.108,14	26.536.329,82	5.288.174,56	14.614.583,13	34.545.854,83	12.532.927,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	47.540.810,22	49.160.437,96	6.018.365,78	22.624.108,14	26.536.329,82	5.288.174,56	14.614.583,13	34.545.854,83	12.532.927,08
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	476.172,99	—	2.557.829,04
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	47.540.810,22	49.160.437,96	6.018.365,78	22.624.108,14	—	5.288.174,56	15.090.756,12	—	15.090.756,12
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 300.000,00

RREO ANEXO 10 3º BIMESTRE/20

Publicação Nº 2598913

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = (a - b)	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Publicação Nº 2598915

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	R\$ 1,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		525,00					6,41	518,59
Receita de Alienação De Bens Móveis		0,00					0,00	0,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00					0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		525,00					6,41	518,59
DESPESAS								
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)								
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg))					SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		0,00	6,41				6,41	6,41

RREO ANEXO 13 3ºBIMES/20

Publicação Nº 2598917

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029

NADAA DECLARAR

FONTE:

Gravatal, 11/08/2020

RREO ANEXO 14 3ºBIMES/20

Publicação Nº 2598919

Município de Gravatal - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1.00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			47.540.810,22	
Previsão Atualizada			47.540.810,22	
Receitas Realizadas			15.090.756,12	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			725.915,84	
DESPESAS				
Dotação Inicial			47.540.810,22	
Créditos Adicionais			1.619.627,74	
Dotação Atualizada			49.160.437,96	
Despesas Empenhadas			22.624.108,14	
Despesas Liquidadas			14.614.583,13	
Despesas pagas			12.532.927,08	
Superavit Orçamentário			476.172,99	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas			22.624.108,14	
Despesas Liquidadas			14.614.583,13	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			31.142.362,95	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			31.142.362,95	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			31.142.362,95	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			300.000,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			300.000,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.170.126,25	0,00
Resultado Primário		0,00	1.210.381,70	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	419.295,70	24.271,78	220.980,73	174.043,19
EXECUTIVO	419.295,70	24.271,78	220.980,73	174.043,19
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.347.304,47	0,00	1.243.901,08	103.403,39
EXECUTIVO	1.347.304,47	0,00	1.243.901,08	103.403,39
TOTAL:	1.766.600,17	24.271,78	1.464.881,81	277.446,58

Continua 1/2

Município de Gravatal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.897.668,34	25%	27,91
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.886.458,79	60%	85,05
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	78.750,00
Despesa de Capital Líquida			3.309.169,10	7.674.441,17
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			6,41	518,59
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.199.056,82	15,00	21,18
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercicio corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO ANEXO 2 3º BIMES/20

Publicação Nº 2598895

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								(d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.540.810,22	49.160.437,96	6.018.365,78	22.624.108,14	100,00	5.288.174,56	14.614.583,13	100,00
Legislativa	1.420.000,00	1.420.000,00	227.493,72	689.128,63	3,05	238.997,12	670.344,79	4,59
Ação Legislativa	560.000,00	560.000,00	0,00	13.907,36	0,06	0,00	13.907,36	0,10
Administração Geral	860.000,00	860.000,00	227.493,72	675.221,27	2,98	238.997,12	666.437,43	4,49
Administração	6.262.945,00	6.293.561,43	538.364,80	2.367.602,59	10,46	619.133,56	1.780.640,79	12,18
Administração Geral	6.262.945,00	6.293.561,43	538.364,80	2.367.602,59	10,46	619.133,56	1.780.640,79	12,18
Segurança Pública	203.250,00	203.250,00	11.976,07	24.598,28	0,11	13.173,27	20.882,81	0,14
Policimento	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	161.250,00	161.250,00	11.976,07	24.598,28	0,11	13.173,27	20.882,81	0,14
Assistência Social	2.190.500,00	2.313.397,95	192.039,45	1.072.611,09	4,74	258.487,86	681.760,30	4,66
Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.999.150,00	2.077.047,95	192.039,45	909.111,09	4,02	228.487,86	603.898,37	4,13
Assistência Comunitária	160.300,00	205.300,00	0,00	163.500,00	0,72	30.000,00	77.861,93	0,53
Habitação Urbana	16.050,00	16.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	8.105.426,00	9.119.561,82	1.732.391,35	5.383.488,20	23,80	1.517.548,14	3.987.002,70	27,28
Administração Geral	4.122.230,00	4.187.962,87	905.091,06	2.890.386,01	11,89	847.091,33	2.599.768,68	17,58
Atenção Básica	3.094.945,00	3.955.347,70	690.179,36	2.153.509,92	9,52	519.851,48	1.062.331,68	7,27
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	767.500,00	767.500,00	60.361,70	400.850,70	1,77	92.792,85	255.207,86	1,75
Vigilância Sanitária	120.750,00	208.761,25	76.759,23	138.741,57	0,61	57.812,48	99.694,48	0,68
Educação	10.708.468,20	10.851.811,39	1.196.882,77	5.165.539,83	22,83	1.261.344,58	3.827.994,44	26,19
Alimentação e Nutrição	509.362,00	509.362,00	6.764,30	140.641,98	0,62	14.328,92	71.143,11	0,49
Ensino Fundamental	4.352.568,94	4.424.544,23	377.782,13	2.263.471,46	10,00	404.770,86	1.322.462,41	9,05
Ensino Superior	76.500,00	76.500,00	0,00	2.000,00	0,01	250,00	350,00	0,00
Educação Infantil	5.759.037,26	5.830.405,16	812.336,34	2.759.296,16	12,20	841.947,80	2.433.908,69	16,65
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	130,23	0,00	47,00	130,23	0,00
Cultura	175.203,99	175.203,99	-12.500,00	133.060,00	0,59	-3.831,34	20.928,66	0,14
Diffusão Cultural	175.203,99	175.203,99	-12.500,00	133.060,00	0,59	-3.831,34	20.928,66	0,14
Urbanismo	3.368.695,00	3.368.695,00	482.589,08	2.017.060,46	8,92	536.086,48	1.447.929,57	9,91
Policimento	460.000,00	460.000,00	11.412,30	121.090,75	0,54	35.974,54	96.444,86	0,65
Infra-Estrutura Urbana	2.908.695,00	2.908.695,00	471.176,78	1.895.969,71	8,38	500.111,94	1.362.484,71	9,25

C

R\$ 1,00

DO
(a-d)

45.854,83

49.655,21

46.092,64

03.562,57

12.920,64

12.920,64

82.367,19

42.000,00

40.367,19

31.637,65

15.000,00

73.149,58

27.438,07

16.050,00

32.559,12

18.184,19

93.016,02

12.292,14

09.066,77

23.816,95

38.218,89

02.081,82

76.150,00

96.496,47

10.869,77

54.275,33

54.275,33

20.765,43

64.555,14

56.210,29

continua 1/3

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) = (d)-(c)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	47.540.810,22	49.160.437,96	6.018.365,78	22.624.108,14	26.536.329,82	5.288.174,56	14.614.583,13	34,5
Habituação	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	420.250,00	420.250,00	0,00	0,00	420.250,00	0,00	0,00	4
Saneamento Básico Urbano	420.250,00	420.250,00	0,00	0,00	420.250,00	0,00	0,00	4
Ciência e Tecnologia	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.303.271,22	1.303.271,22	153.943,13	523.383,18	779.888,04	174.761,23	451.764,16	8
Defesa Sanitária Animal	26.512,50	26.512,50	0,00	0,00	26.512,50	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	1.276.758,72	1.276.758,72	153.943,13	523.383,18	753.375,54	174.761,23	451.764,16	8
Comércio e Serviços	4.686.980,81	4.686.980,81	90.534,20	354.311,98	4.332.668,83	169.278,76	303.651,87	4,3
Promoção Comercial	619.500,00	619.500,00	56.011,70	199.327,21	420.172,79	58.667,00	149.900,60	4
Turismo	4.067.480,81	4.067.480,81	34.522,50	154.984,77	3.912.496,04	110.611,76	153.751,27	3,9
Energia	1.488.375,00	1.488.375,00	346,50	911.922,40	576.452,60	155.840,69	478.733,21	1,0
Energia Elétrica	1.488.375,00	1.488.375,00	346,50	911.922,40	576.452,60	155.840,69	478.733,21	1,0
Transporte	3.252.695,00	3.252.695,00	1.308.703,04	1.885.044,55	1.676.284,80	76.124,26	140.454,41	3,4
Transportes Coletivos Urbanos	2.165.170,00	2.165.170,00	1.227.257,74	1.803.599,25	670.205,10	49.844,87	114.174,82	2,3
Transporte Rodoviário	1.087.525,00	1.087.525,00	81.445,30	81.445,30	1.006.079,70	26.279,59	26.279,59	1,0
Desporto e Lazer	1.580.500,00	1.580.500,00	11.575,90	766.793,54	813.706,46	62.978,16	159.725,22	1,4
Desporto Comunitário	1.580.500,00	1.580.500,00	11.575,90	766.793,54	813.706,46	62.978,16	159.725,22	1,4
Encargos Especiais	2.211.500,00	2.211.500,00	84.025,77	1.329.563,41	881.936,59	208.251,79	642.770,20	1,5
Outros Encargos Especiais	2.211.500,00	2.211.500,00	84.025,77	1.329.563,41	881.936,59	208.251,79	642.770,20	1,5

C

nuação 2/3

DO
(a-d)

45.854,83

31.500,00

10.500,00

21.000,00

20.250,00

20.250,00

5.250,00

5.250,00

51.507,06

26.512,50

24.994,56

83.328,94

69.599,40

13.729,54

09.641,79

09.641,79

20.874,94

59.629,53

61.245,41

20.774,78

20.774,78

68.729,80

68.729,80

ontinua 2/3

Conti

Município de Gravatal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.540.810,22	49.160.437,96	6.018.365,78	22.624.108,14	26.536.329,82	5.288.174,56	14.614.583,13	100,00	34,5
RESERVA DE CONTINGENCIA	126.000,00	126.000,00	0,00	0,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00	1
TOTAL (III) = (I + II)	47.540.810,22	49.160.437,96	6.018.365,78	22.624.108,14	26.536.329,82	5.288.174,56	14.614.583,13	100,00	34,5

FONTE:

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

nuação 3/3

DO
(a-d)

45.854,83

26.000,00

45.854,83

RREO ANEXO 3 3º BIMESTRE/20

Publicação Nº 2598896

Município de Gaveial - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2019 A JUNHO/2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	TOTAL (últ. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.312.728,81	2.937.757,82	2.561.861,26	2.817.516,00	2.560.914,83	4.591.546,40	2.591.833,07	2.918.220,79	2.423.930,71	2.678.704,59	3.021.089,81	3.021.089,81	34.572.085,34
Impostos, taxas e contribuições de Melhoria	330.334,47	246.757,60	377.500,36	329.033,87	165.532,53	551.599,42	283.104,16	401.224,56	265.220,95	194.291,45	559.361,12	559.361,12	3.830.576,74
I.P.T.U.	75.174,42	55.175,02	99.667,97	97.788,33	23.312,68	87.889,35	17.932,65	48.183,26	12.151,29	49.412,61	264.570,12	264.570,12	823.384,91
I.R.R.F.	28.691,83	16.911,93	31.713,01	33.553,29	18.682,40	96.318,00	0,00	33.384,99	683,10	17.585,40	40.673,93	40.673,93	395.101,57
I.S.S.	143.215,40	95.691,83	134.985,79	107.541,21	54.251,17	231.465,91	37.244,57	154.225,28	33.274,22	49.685,91	53.600,72	53.600,72	1.134.000,00
I.T.B.I.	15.370,00	9.170,00	22.760,00	12.750,00	10.200,00	48.720,00	11.000,00	28.630,00	6.680,00	33.610,00	45.160,00	45.160,00	263.600,00
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	95.902,82	72.839,02	87.373,79	77.391,04	59.116,28	86.206,16	41.537,65	138.801,05	20.643,83	26.261,75	155.265,35	155.265,35	1.269.000,00
Contribuições	75.159,80	75.087,77	70.912,31	73.529,92	72.710,50	78.044,12	80.067,22	85.683,18	81.837,20	80.516,15	83.705,24	83.705,24	939.702,99
Receta Patrimonial	7.930,35	24.066,24	4.888,00	5.914,76	3.690,03	4.093,98	2.466,88	3.093,70	2.323,40	1.420,79	3.018,07	1.296,77	64.152,97
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	7.930,35	24.066,24	4.888,00	5.914,76	3.690,03	4.093,98	2.466,88	3.093,70	2.323,40	1.420,79	3.018,07	1.296,77	64.152,97
Receta Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	79,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	2.799.395,66	2.469.036,25	2.046.215,82	2.047.791,27	2.215.826,29	3.818.931,64	2.160.815,53	2.424.754,23	2.202.293,65	2.029.583,45	2.388.271,26	2.328.655,44	28.939.065,09
Cota-Parte do FPM	1.054.290,28	769.538,12	685.002,42	630.633,69	655.860,14	1.459.100,29	861.278,59	1.244.309,11	727.688,92	767.322,91	794.587,08	1.194.619,48	11.044.411,03
Cota-Parte do IC-IMS	478.546,70	481.895,07	501.862,83	505.914,29	521.720,07	555.618,49	567.704,33	543.104,46	513.230,38	390.842,07	335.244,42	403.330,38	5.819.013,49
Cota-Parte do I.P.V.A.	152.468,80	113.036,27	120.782,86	126.389,30	87.320,34	67.836,01	92.713,40	98.729,10	129.492,65	135.952,47	144.427,02	175.955,30	1.442.973,53
Cota-Parte do ITR	6,40	830,65	4.370,55	6.679,78	677,09	481,22	401,50	1.937,20	78,01	22,71	141,42	383,03	16.009,56
Outras Transferências Correntes	722.750,37	708.601,36	320.989,41	376.752,41	335.199,21	1.280.503,12	206.621,97	219.174,00	294.439,99	414.573,57	776.934,40	227.417,55	5.883.967,35
Transferências da LC 81/1989	6.539,19	5.852,63	7.134,49	6.313,96	6.630,55	7.793,81	5.933,85	6.418,91	5.923,72	5.316,06	5.300,44	4.716,64	73.924,05
Transferências da LC 87/1996	384.763,92	389.304,15	403.073,26	395.107,84	408.420,89	447.599,10	426.162,29	312.891,45	315.523,66	309.636,46	321.843,05	321.843,05	3.675,00
Outras Recetas Correntes	71.888,33	119.767,56	61.571,88	61.195,94	103.183,28	128.877,04	34.076,17	3.465,10	32.244,65	48.219,37	13.674,25	48.561,04	727.695,62
DEDUÇÕES (II)	254.332,50	274.230,36	263.830,42	255.186,02	294.441,40	330.904,29	305.606,13	376.539,57	246.087,65	250.071,12	238.188,44	238.188,44	3.369.672,50
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	254.332,50	274.230,36	263.830,42	255.186,02	294.441,40	330.904,29	305.606,13	376.539,57	246.087,65	250.071,12	238.188,44	238.188,44	3.369.672,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.058.396,11	2.663.527,26	2.298.030,84	2.562.329,98	2.266.473,23	4.260.642,11	2.107.365,92	2.539.681,22	2.176.843,06	2.428.633,47	2.782.891,17	2.782.891,17	31.142.362,95
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHO (V) = (III - IV):	3.058.396,11	2.663.527,26	2.298.030,84	2.562.329,98	2.266.473,23	4.260.642,11	2.107.365,92	2.539.681,22	2.176.843,06	2.428.633,47	2.782.891,17	2.782.891,17	31.142.362,95
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (V):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V):	3.058.396,11	2.663.527,26	2.298.030,84	2.562.329,98	2.266.473,23	4.260.642,11	2.107.365,92	2.539.681,22	2.176.843,06	2.428.633,47	2.782.891,17	2.782.891,17	31.142.362,95
Fonte:													



RREO ANEXO 4 3ºBIMES/20

Publicação N° 2598898

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receta de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial				
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	1.660.050,00	1.660.050,00	300.000,00	530.937,86
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	1.660.050,00	1.660.050,00	300.000,00	530.937,86
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	1.660.050,00	1.660.050,00	300.000,00	530.937,86

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	1.660.050,00	1.660.050,00	300.000,00	530.937,86	300.000,00	530.937,86
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2020		2019	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Gravatal - SC
 Continuação 3/3
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019				
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00	0,00	0,00				
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

FONTE:

RREO ANEXO 5 3ºBIMES/20

Publicação Nº 2598901

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 30 Abr 2020 (B)	Em 30 Jun 2020 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.225.544,42	3.157.757,28	3.145.833,40
DEDUÇÕES (II)	2.081.270,99	1.792.723,27	2.434.114,50
Disponibilidade de Caixa	2.081.270,99	1.792.723,27	2.434.114,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.428.575,46	2.971.879,06	4.631.083,41
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.347.304,47	1.179.155,79	2.196.968,91
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.144.273,43	1.365.034,01	711.718,90
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.144.273,43	1.365.034,01	711.718,90
<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Jun 2020 (VIc - VIa)	
VALOR	-653.315,11	-432.554,53	
<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>			
		VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00	

FONTE:

RREO ANEXO 6 3º BIMESTRE/20

Publicação N° 2598907

Município de Gravatá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	45.792.414,41	14.342.953,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.257.249,09	1.818.768,09
I.P.T.U.	2.130.999,09	384.367,14
I.S.S.	1.134.000,00	508.951,70
I.T.B.I.	545.750,00	142.630,00
I.R.R.F.	177.500,00	169.261,11
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.269.000,00	613.558,14
Contribuições	1.487.850,00	494.258,57
Receita Patrimonial	99.750,00	13.619,61
Aplicações Financeiras(II)	99.750,00	13.619,61
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	37.497.811,12	11.835.066,56
Cota-Parte do FPM	15.335.050,90	4.610.275,41
Cota-Parte do ICMS	5.835.000,00	2.218.765,42
Cota-Parte do IPVA	1.254.015,00	620.088,50
Cota-Parte do ITR	3.412,50	2.371,14
Transferências da LC 87/1996	30.450,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	30.450,00	26.927,70
Transferências do FUNDEB	5.276.250,00	2.217.476,91
Outras Transferências Correntes	9.733.182,72	2.139.161,48
Demas Receitas Correntes	1.449.754,20	181.240,59
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.449.754,20	181.240,59
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I+III)	45.692.664,41	14.329.333,81
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.748.395,81	747.802,70
Operação de Crédito(VI)	78.750,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2020				
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)				
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00				
Transferências de Capital	1.669.645,81	747.802,70				
Convênios	1.669.645,81	747.802,70				
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00				
RECEITA S PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	47.362.310,22	15.077.136,51				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	38.050.827,69	19.314.939,04	14.009.591,30	12.174.508,99	1.180.477,23	53.041,79
Pessoal e Encargos Sociais	18.512.482,49	9.312.890,78	8.980.967,93	8.087.515,74	389.354,13	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	650.000,00	290.000,00	51.375,06	42.103,18	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.888.345,20	9.712.048,26	4.977.248,31	4.044.890,07	791.123,10	53.041,79
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	18.888.345,20	9.712.048,26	4.977.248,31	4.044.890,07	791.123,10	53.041,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	37.400.827,69	19.024.939,04	13.958.216,24	12.132.405,81	1.180.477,23	53.041,79
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	10.983.610,27	3.309.169,10	604.991,83	358.418,09	63.423,85	167.938,94
Investimentos	10.138.260,27	2.935.605,33	506.764,03	269.467,19	63.423,85	167.938,94
Inversões Financeiras	95.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	95.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	750.000,00	373.563,77	98.227,80	88.950,90	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	10.233.610,27	2.935.605,33	506.764,03	269.467,19	63.423,85	167.938,94

Continua 2/4

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2020				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	126.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	47.760.437,96	21.960.544,37	14.464.980,27	12.401.873,00	1.243.901,08	232.890,20
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.210.381,70				
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00				
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre 2020				
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV)		VALOR INCORRIDO				
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (XXVI)		13.619,61				
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.170.126,25				
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00				
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA				
		SALDO				
		Em 31 Dez 2019(a)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		Até o Bimestre 2020(b)				
DEDUÇÕES (XXIX)						
Disponibilidade de Caixa		3.225.544,42				
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.081.777,65				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		2.081.270,99				
Demais Haveres Financeiros		3.428.575,46				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		1.347.304,47				
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		506,66				
		1.143.766,77				
		432.554,53				

Continua 3/4

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-849.664,44
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.282.218,97
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	1.322.474,42
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	725.915,84
Recursos Alocados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	725.915,84
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO ANEXO 7 3ºBIMES/20

Publicação Nº 2598910

Município de Gravatal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP NÃO PROCESSADOS												RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	121.030,46	1.226.274,01	1.243.901,08	-	103.403,39	138.081,65	281.214,05	232.890,20	220.980,73	24.271,78	174.043,19	277.446,58
	121.030,46	1.226.274,01	1.243.901,08	0,00	103.403,39	138.081,65	281.214,05	232.890,20	220.980,73	24.271,78	174.043,19	277.446,58
	121.030,46	1.226.274,01	1.243.901,08	0,00	103.403,39	138.081,65	281.214,05	232.890,20	220.980,73	24.271,78	174.043,19	277.446,58
	0,00	384.346,95	384.346,95	0,00	0,00	0,00	27.815,83	26.984,27	26.984,27	0,00	831,56	831,56
	121.030,46	841.927,06	859.554,13	0,00	103.403,39	138.081,65	253.396,22	205.905,93	193.996,46	24.271,78	173.211,63	276.615,02
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	121.030,46	1.226.274,01	1.243.901,08	0,00	103.403,39	138.081,65	281.214,05	232.890,20	220.980,73	24.271,78	174.043,19	277.446,58

Fonte:

FONTE:

RREO ANEXO 9 3ºBIMES/20

Publicação Nº 2598911

Município de Gravatá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			
	78.750,00	0,00	78.750,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	10.983.610,27	3.309.169,10	7.674.441,17
Investimentos	10.138.260,27	2.935.605,33	7.202.654,94
Inversões Financeiras	95.350,00	0,00	95.350,00
Amortização de Dívida	750.000,00	373.563,77	376.436,23
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	10.983.610,27	3.309.169,10	7.674.441,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	10.904.860,27	3.309.169,10	7.595.691,17

FONTE:

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 40/2020

Publicação Nº 2598615

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 40/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 568/2020 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademir de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental de Operação, com prazo de validade de 11/08/2024, formulado pelo EDIMAR ALOÍSIO HOELSCHER, inscrito no CPF nº: 422.707.589-00, declarou nos termos da Resolução CONSEMA nº 99/2017, o empreendimento/Atividade: 01.54.05 - Granja de suínos - Unidade de produção de desmamados – UPD, capacidade de alojamento de 160 matrizes, situado na Linha Indiozinho, s/n, Interior, Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

EXTRATOS CONTRATOS 26 E 27.2020 FMS

Publicação Nº 2599808

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 26

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada.: FOROESTE VEÍCULOS LTDA

Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 11/08/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE TRANSPORTE TIPO VAN E UM VEÍCULO DE PASSAGEIRO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, RELATIVO A EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA ESPECIAL Nº 1228, CONFORME PORTARIA Nº 179/SEF, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA, vinculado ao processo do Sistema SGPE - SCC 00004479/2020.

Contrato Nº.: 27/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada.: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : 144.700,00 (cento e quarenta e quatro mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 11/08/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE TRANSPORTE TIPO VAN E UM VEÍCULO DE PASSAGEIRO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, RELATIVO A EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA ESPECIAL Nº 1228, CONFORME PORTARIA Nº 179/SEF, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA, vinculado ao processo do Sistema SGPE - SCC 00004479/2020.

EXTRATOS CONTRATOS 69, E 70.2020 PMGBA

Publicação Nº 2599408

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 69/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: JCV CONSTRUCAO E INCORPORACAO EIRELI
Valor : 73.723,75 (setenta e três mil setecentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 11/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS NA RUA PRESIDENTE KENNEDY, 479 CONF ORÇAMENTO, MEMORIAL E ORÇAMENTO ANEXO.

Contrato Nº.: 70/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: PHF CONSTRUTORA EIRELI
Valor : 159.809,87 (cento e cinq-enta e nove mil oitocentos e nove reais e oitenta e sete centavos)
Vigência : Início: 11/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA, RELATIVA A SEGUNDA ETAPA DE COBERTURA DE VIA, DA RUA ADEMAR DE BARROS - INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE, ELÉTRICO E DRENAGEM, CONFORME PROJETO E MEMORIAL EM ANEXO, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA ESPECIAL Nº 723, ESTABELECIDADA PELA PORTARIA Nº Nº 179/SEF, NO DIA 14.07.2020.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 21.2020 FMS

Publicação Nº 2599796

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020
PROCESSO Nº 21/2020 HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE TRANSPORTE TIPO VAN E UM VEÍCULO DE PASSAGEIRO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, RELATIVO A EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA ESPECIAL Nº 1228, CONFORME PORTARIA Nº 179/SEF, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA, vinculado ao processo do Sistema SGPE - SCC 00004479/2020.

CONTRATADO: FOROESTE VEÍCULOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

CONTRATADO: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 144.700,00 (cento e quarenta e quatro mil e setecentos reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 91.2020 PMGBA

Publicação Nº 2599403

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2020
PROCESSO Nº 91/2020 HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA, RELATIVA A SEGUNDA ETAPA DE COBERTURA DE VIA, DA RUA ADEMAR DE BARROS - INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE, ELÉTRICO E DRENAGEM, CONFORME PROJETO E MEMORIAL EM ANEXO, CONFORME EMENDA

PARLAMENTAR IMPOSITIVA ESPECIAL Nº 723, ESTABELECIDADA
PELA PORTARIA Nº Nº 179/SEF, NO DIA 14.07.2020 E
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA
SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA
DOS IDOSOS NA RUA PRESIDENTE KENNEDY, 479 CONF
ORÇAMENTO, MEMORIAL E

CONTRATADO: JCV CONSTRUCAO E INCORPORACAO EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 73.723,75 (setenta e três mil setecentos e
vinte e três reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: PHF CONSTRUTORA EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 159.809,87 (cento e cinq-enta e nove mil
oitocentos e nove reais e oitenta e sete centavos)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2020 - FMS

Publicação Nº 2598927

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico nº 57/2020 – FMS

Processo Licitatório: 57/2020 – FMS

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para contratação de desinfecção por pulverização de espaços públicos com princípio ativo quaternário de amônio de 5ª (quinta) geração em razão da pandemia do COVID-19 para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).
Plataforma: Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)

Envio das Propostas: até 25/08/2020 às 13h59

Abertura da Sessão Pública: 25/08/2020 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de agosto de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

DECRETO Nº. 1288/2020

Publicação Nº 2598857

DECRETO Nº. 1288/2020

Altera o Decreto nº. 1254/2020, que declara situação de emergência no Município de Guaramirim, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais e, consolida medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 1254/2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º.

II -

f) até o dia 19 de agosto de 2020, as seguintes atividades:

.....

2. missas, cultos e outras atividades religiosas que envolvam agrupamento de pessoas poderão ocorrer de segunda-feira a domingo, com capacidade máxima de 30% (trinta por cento), respeitando as regras de distanciamento social e, permitidos em qualquer crença os atendimentos individuais mediante horário agendado, todos os dias;

..... ” (NR)

“Art. 10-B.

I -

a) o consumo no local fica restrito de segunda a domingo, das 6h às 22h;”

II -

a) o consumo no local fica restrito de segunda a domingo, das 6h às 22h;

.....

III -

.....

b) o consumo no local fica restrito de segunda a domingo, das 6h às 22h;

.....

IV -

a) o consumo no local fica restrito de segunda a domingo, das 6h às 22h;

.....

V -

.....

b) o consumo de bebidas no local fica restrito de segunda a domingo, das 6h às 22h;

.....

§ 1º As lojas de conveniência anexas a postos de combustíveis, de segunda a domingo, das 22h até às 6h, poderão disponibilizar somente o autoatendimento, sem consumo no local." (NR)

Art. 2º. Fica revogado a alínea "b", do inciso II, a alínea "c", do inciso V e o § 2º todos do art. 10-B do Decreto nº. 1254/2020.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de agosto de 2020.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/2020 – FMS

Publicação Nº 2599235

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/2020 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PARA-BRISA VEICULAR.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: ROBERTO BEZERRA DE ARAUJO EPP, sob o CNPJ nº 19.410.493/0001-66, estabelecida na Rua José Theodoro Ribeiro, nº 2820, Sala 01, Bairro Ilha da Figueira, Jaraguá do Sul, CEP: 89.258-468.

Valor Total: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

Guaramirim (SC), 11 de agosto de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - RS INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EIRELE - ME

Publicação Nº 2598933

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao Art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor RS INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EIRELE - ME. Referente ao empenho Nº 4305-0/2020 com emissão no dia 06/08/2020 liquidado no valor total de R\$ 3.101,02.

Este pagamento refere-se Contratação de empresa para prestação de serviço (troca de cabos em curto no piso da sala do gabinete-troca de passagens de alimentação servidor, conserto de lâmpadas, queimadas sala e corredores conserto troca de circuito almoxarifado).

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para manter a continuidade dos serviços prestados.

Tendo em vista o acima justificados, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 11 de agosto de 2020.

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMAS 28/2020

Publicação N° 2598718

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 28/2020

O município de Guarujá do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência social, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 30.000 km do veículo Ford KA SE 1.0 HA B QIQ 2948, utilizado pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

Fornecedor: FOROESTE VEICULOS LTDA

Valor Total - R\$ 774,12 (Material R\$ 461,12 / Serviço R\$ 313,00)

Guarujá do Sul, SC, 11 de agosto de 2020.

Veridiana F. Barth.

Responsável FMAS.

Guatambú

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 34/2020

Publicação Nº 2599457

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 110/2020.

Pregão Presencial RP n. 34/2020.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA TRANSPORTE COLETIVO REGULAR INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ATRAVÉS DE LINHAS REGULARES E AUTORIZADAS PELO PODER CONCEDENTE COMPETENTE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR FORA DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU SC, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 24/08/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 24/08/2020.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 12 de agosto de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE PESQUISA DE PREÇOS N. 01/2020**

Publicação Nº 2599525

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER LEGISLATIVO GUATAMBUENSE****PESQUISA DE PREÇO****Editais n. 01/2020**

A Câmara de Vereadores do Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.646.168/0001-31 com sede jurídica na Rua Ângelo Corá, s/n, Centro, Guatambu, SC, por intermédio da sua Secretaria Geral comunica aos interessados que está realizando **pesquisa de preço** para o seguinte:

Objeto: contratação de serviços de limpeza e conservação do pátio do prédio que sedia a Câmara de Vereadores de Guatambu, compreendendo o seguinte:

Descrição	Unidade De Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Serviço de corte de grama, plantio de flores, limpeza do jardim e pátio da sede da Câmara de Vereadores, incluído recolha e destino, materiais/ferramentas utilizados para o serviço.	Serviço	Até 10	R\$	R\$
Serviço de poda de árvores localizadas no pátio do prédio que sedia a Câmara de Vereadores, incluindo serviço de recolha e destinação dos galhos, bem como materiais/ferramentas utilizados para o serviço.	Serviços	02	R\$	R\$
Serviço de ESPALHAR brita – tamanho 1 – incluído materiais/ferramentas utilizadas para o serviço.	Tonelada	20	R\$	R\$



ESTADO DE SANTA CATARINA PODER LEGISLATIVO GUATAMBUENSE

1. Os valores cotados deverão contemplar todas as despesas com pessoal, material e ferramentas.
2. Os preços deverão ser encaminhados até o dia 21 de agosto de 2020, através do e-mail: compras@camaraguatambu.sc.gov.br.
3. Maiores informações podem ser obtidas através do e-mail compras@camaraguatambu.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3336-0081 das 13h30 até as 17h30.

Guatambu, SC, 11 de agosto de 2020.

Mariléa Aparecida Paludo Lóss
Sec. Geral do Poder Legislativo Municipal
(49) 3336-0081 das 13 às 19 horas

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013A/2020

Publicação Nº 2599805

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013A/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para eventual e futura aquisição de itens para os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Mauro Sergio Martini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF Nº 713.164.509-53 e a empresa RZ PARIZOTTO CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.233.650/0001-04 neste ato representada pelo senhor Sergio Parizotto, inscrito no CPF Nº 313.244.799-49 em decorrência do processo licitatório nº 073/2020, modalidade pregão presencial nº 026/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo do servidor nomeado para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	JOGO DE LENÇOL EM MALHA COLORIDO 3 PEÇAS. 1 lençol com elástico ao redor, 1 lençol, 1 fronha (tamanho do travesseiro 28cm x 35 cm) tamanho do colchão: 1,30 cm x 0,70cm.	SCHWAMBERTEX	CONJ	690	22,49	15.518,10
06	EDREDON 100% ALGODÃO com fibra siliconado cores variadas tamanho 1,00 m x 1,40 m aproximadamente.	INCOMFRAL	UND	80	34,90	2.792,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, 03 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito
CPF Nº 713.164.509-53
Pelo município

SERGIO PARIZOTTO
Sócio Administrador
CPF Nº 313.244.799-49
Pela empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto
CPF: 051.249.579-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013B/2020

Publicação Nº 2599807

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013B/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para eventual e futura aquisição de itens para os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Mauro Sergio Martini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF Nº 713.164.509-53 e a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83 neste ato representada pela senhora Daiane Rosa, inscrita no CPF Nº 949.233.889-00 em decorrência do processo licitatório nº 073/2020, modalidade pregão presencial nº 026/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo do servidor nomeado para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	TRAVESSEIROS PARA BERÇO FIBRA SILICONADA MEDINDO 28CM X 35 CM APROXIMADAMENTE	LYNEL	UND	320	7,80	2.496,00
04	TOALHA HIGIÊNICA, 100% ALGODÃO cores variadas 25 cm x 45 cm aproximadamente.	MABER	UND	40	2,98	119,20

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, 03 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito Sócia
CPF Nº 713.164.509-53
Pelo município

DAIANE ROSA
Administradora
CPF Nº 949.233.889-00
Pela empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto
CPF: 051.249.579-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013C/2020

Publicação Nº 2599809

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013C/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para eventual e futura aquisição de itens para os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Mauro Sergio Martini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF Nº 713.164.509-53 e a empresa ELO TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.844.636/0001-39 neste ato representada pela senhora Gabriel Henrique de Lima Vieira, procurador, inscrito no CPF Nº 045.764.159-21 em decorrência do processo licitatório nº 073/2020, modalidade pregão presencial nº 026/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório

epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo do servidor nomeado para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	TOALHA INFANTIL DE BANHO ALGODÃO 70 CM X 90 CM APROXIMADAMENTE	ELO	UND	40	8,79	351,60
05	TOALHA DE ROSTO 100 % ALGODÃO cores variadas 0,40cm x 0,70cm aproximadamente	ELO	UND	20	3,40	68,00
07	COBERTOR PELO ALTO INFANTIL, antialérgico térmico. Composição 100% poliéster 90cm x 1,10m aproximadamente	ELO	UND	80	13,00	1040,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, 03 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI GABRIEL HENRIQUE DE LIMA VIEIRA
 Prefeito Procurador
 CPF Nº 713.164.509-53 CPF Nº 045.764.159-21
 Pelo município Pela empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia Heloise Borsoi Favretto
 CPF: 687.857.399-87 CPF: 051.249.579-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014A/2020

Publicação Nº 2599812

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014A/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 05 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF Nº 713.164.509-53 e a empresa CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 75.493.908/0001-83 neste ato representada pela senhor LUÍS ANTONIO REGENSBURGER, procurador, inscrito no CPF Nº 007.019.419-01 em decorrência do processo licitatório nº 085/2020, modalidade pregão presencial nº 034/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo do servidor nomeado para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	Tubo de concreto 400mm PS2*	C. Cr\$	UND	1.500	47,72	71.580,00
04	Tubo de concreto 500mm PS2*	C. Cr\$	UND	2.500	64,69	161.725,00
05	Tubo de concreto 600mm PS2*	C. Cr\$	UND	1.700	82,72	140.624,00
06	Tubo de concreto 800mm ca1 PA1**	C. Cr\$	UND	600	232,50	139.500,00
08	Tubo de concreto 1200mm ca2 PA1**	C. Cr\$	UND	30	653,00	19.590,00
09	Tubo de concreto 1500mm ca2 PA1**	C. Cr\$	UND	30	1.147,00	34.410,00

10	Tubo de concreto 2000mm ca2 PA1**	C. Cr\$	UND	30	1.600	48.000,00
11	Meio fio de concreto, peça com dimensão 0,65 x 0,30 x 0,10 mt.	C. Cr\$	UND	500	18,00	9.000,00
12	Bloco de concreto 14x19x-39cm;	C. Cr\$	UND	5.000	2,80	14.000,00
13	PAVER (Piso intertravado) com as seguintes dimensões unitárias 20x10x4cm , nas cores amarelo e grafite escuro	C. Cr\$	M²	300	29,50	8.850,00
14	PAVER (Piso intertravado) com as seguintes dimensões unitárias 20x10x6cm , nas cores amarelo e grafite escuro	C. Cr\$	M²	300	37,50	11.250,00
15	PAVER (Piso intertravado) podotátil com as seguintes dimensões unitárias 20x20x-6cm	C. Cr\$	M²	300	38,00	11.400,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, 10 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito Procurador
CPF Nº 713.164.509-53
Pelo município

LUIS ANTONIO REGENSBURGER
CPF Nº 007.019.419-01
Pela empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto
CPF: 051.249.579-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014B/2020

Publicação Nº 2599813

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014B/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 05 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF Nº 713.164.509-53 e a empresa DELCIR BOESING - ME, inscrita no CNPJ Nº 07.515.006/0001-40, neste ato representada pelo senhor DELCIR BOESING, titular, inscrito no CPF nº 513.966.029-68 em decorrência do processo licitatório nº 085/2020, modalidade pregão presencial nº 034/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo do servidor nomeado para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	Tubo de concreto 200mm PS2*	SIDART	UND	500	26,77	13.385,00
02	Tubo de concreto 300mm PS2*	SIDART	UND	1.000	34,69	34.690,00
07	Tubo de concreto 1000mm ca1 PA1**	SIDART	UND	50	347,50	17.375,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, 10 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI	DELCIR BOESING
Prefeito	Titular
CPF Nº 713.164.509-53	CPF Nº 513.966.029-68
Pelo município	Pela empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia	Heloise Borsoi Favretto
CPF: 687.857.399-87	CPF: 051.249.579-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2020

Publicação Nº 2599815

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de Julho de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste foram Registrados os Preços para a Eventual e/ou Futura Aquisição de Tatames em E.V.A. para a Secretaria de Educação Cultura e Esportes pelo período de 12(doze) meses, incluindo o serviço de montagem e instalação, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo Sr. Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF Nº 713.164.509-53 e a empresa LUCIANO PILATTI ME, inscrita no CNPJ Nº 34.180.582/0001-57, neste ato representada pelo senhor LUCIANO PILATTI, sócio administrador, inscrito no CPF nº 021.948.939-46 em decorrência do processo licitatório nº 078/2020, modalidade pregão presencial nº 030/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo do servidor nomeado para este fim.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	Tatame - Cobertura revestida com película siliconada protetora antiderrapante, dupla face (duas cores) azul/amarelo; resistente à água, composição em EVA - Copolímetro etileno, acetato de vinila. Massa especial com sistema com sistemas de corte dentado com encaixe com dimensão de aproximadamente 1mts x 1mts x 20mm.	EVAMAX	UND	100	47,90	4.790,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, 11 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI	LUCIANO PILATTI
Prefeito	Sócio Administrador
CPF Nº 713.164.509-53	CPF Nº 021.948.939-46
Pelo município	Pela empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia	Heloise Borsoi Favretto
CPF: 687.857.399-87	CPF: 051.249.579-30

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2020

Publicação Nº 2599834

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

CONTRATO Nº 032/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 82.743.832/0001-62 em conformidade com o contrato Nº 032/2020 de 03/07/2020 iniciar os serviços de Recapeamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) da Rua Itororó, Bairro Nossa Senhora Aparecida, com fornecimento de material e mão de obra.

CARACTERÍSTICAS: Recomposições de valas, base e sub-base, fresagem e capa asfáltica, drenagem sinalização viária vertical e horizontal, e ondulações transversais (lombada) - com área total de 2.301,85m².

INVESTIMENTO TOTAL: R\$ 242.718,47 (duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos).

RECURSOS: R\$ 238.750,00 Contrato de Repasse nº 884911/2019 MDR/CAIXA
R\$ 3.968,47 Contrapartida da Administração Municipal- Recursos Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS

Herval d'Oeste (SC) 11 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI	JOÃO PEDRO ALTHAUS
Prefeito Municipal	Engenheiro Ambiental
CPF: 713.164.509-53	CPF nº 029.982.339-37
Pelo Município	Pela Empresa

ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/2020

Publicação Nº 2599835

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

CONTRATO Nº 032/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 82.743.832/0001-62 em conformidade com o contrato Nº 032/2020 de 03/07/2020 iniciar os serviços de Recapeamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) da Rua Leoberto Leal, Bairro São Vicente, com fornecimento de material e mão de obra.

CARACTERÍSTICAS: Recomposições de valas, base e sub-base, fresagem e capa asfáltica, drenagem, meio fio sinalização viária vertical e horizontal, e faixa de travessia elevada, ondulações transversais (lombada) - com área total de 2.402,99 m².

INVESTIMENTO TOTAL: R\$ 243.044,68 (duzentos e quarenta e três mil quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

RECURSOS: R\$ 238.750,00 Contrato de Repasse nº 891375/2019 MDR/CAIXA
R\$ 4.294,68 Contrapartida da Administração Municipal- Recursos Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS

Herval d'Oeste (SC) 11 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI	JOÃO PEDRO ALTHAUS
Prefeito Municipal	Engenheiro Ambiental
CPF: 713.164.509-53	CPF nº 029.982.339-37
Pelo Município	Pela Empresa

PORTARIA Nº 911/2020

Publicação Nº 2599479

PORTARIA Nº 911/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora Sabrina Rover (Matr. 3156), nascida aos 16/10/1982, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/E, anexo XI, com

regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/A, anexo XI, a partir de 30 de outubro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de outubro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 912/2020

Publicação Nº 2599482

PORTARIA Nº 912/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora ROSINALDA GRASSI DALPIZZOL DORINI (Matr. 3881), nascida aos 22/10/1984, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 30 de outubro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de outubro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 913/2020

Publicação Nº 2599484

PORTARIA Nº 913/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora REGINA INÊS REISDORFER (Matr. 3898), nascida aos 01/11/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 01 de novembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 914/2020

Publicação Nº 2599486

PORTARIA Nº 914/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora ANA FERNANDA MARTINAZZO GIACOMINI (Matr. 1523), nascida aos 08/11/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/C, anexo XI, a partir de 08 de novembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 915/2020

Publicação N° 2599487

PORTARIA N° 915/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora MARIZETE COMARETTO PEZENATTO (Matr. 3746), nascida aos 13/11/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 14 de novembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 916/2020

Publicação N° 2599489

PORTARIA N° 916/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora CLECI LEONETE MARAFON CANTELLI (Matr. 3882), nascida aos 11/11/1968, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 18 de novembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 917/2020

Publicação Nº 2599490

PORTARIA Nº 917/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora LÚCIA ANGELA KLEIN DE CAMPOS (Matr. 3747), nascida aos 12/11/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 7/C, anexo XII, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/D, anexo XI, a partir de 19 de novembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 918/2020

Publicação Nº 2599491

PORTARIA Nº 918/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora LUCIANA SORAIA COSTENARO CARRER (Matr. 3094), nascida aos 25/11/1978, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/C, anexo XI, a partir de 25 de novembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 919/2020

Publicação Nº 2599493

PORTARIA Nº 919/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora FERNANDA MARQUEZZE MOTT (Matr. 2851), nascida aos 07/12/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 3/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 3/D, anexo XI, a partir de 10 de dezembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de dezembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 920/2020

Publicação Nº 2599496

PORTARIA Nº 920/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora CRISTIANE ZABOTT GARVIN (Matr. 532), nascida aos 28/12/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/E, anexo XI, a partir de 30 de dezembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de dezembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 921/2020

Publicação Nº 2599497

PORTARIA Nº 921/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à servidora ADRIANA MARIA DA SILVA XAVIER BERNARDI (Matr. 4059), nascida aos 14/12/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a partir de 18 de dezembro de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de dezembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 922/2020

Publicação Nº 2599499

PORTARIA Nº 922/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora CLEUSA CAMPAGNOLLO CECATTO (Matr. 3739), nascida aos 10/01/1973, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 10 de janeiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 923/2020

Publicação Nº 2599502

PORTARIA Nº 923/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora ELAINE ZANEZI (Matr. 2576), nascida aos 03/01/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/D, anexo XI, a partir de 03 de janeiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 924/2020

Publicação Nº 2599503

PORTARIA Nº 925/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MARISTELA CRESTANI (Matr. 57), nascida aos 10/01/1972, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 9.1/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9.1/B, anexo XI, a partir de 10 de janeiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 925/2020

Publicação Nº 2599504

PORTARIA Nº 925/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MARISTELA CRESTANI (Matr. 57), nascida aos 10/01/1972, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 9.1/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9.1/B, anexo XI, a partir de 10 de janeiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 926/2020

Publicação Nº 2599506

PORTARIA Nº 926/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SALETE ZANCHETTA (Matr. 2552), nascida aos 25/01/1972, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Orientador Educacional, Nível/Referência – 7/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/C, anexo XI, a partir de 27 de janeiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de janeiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 927/2020

Publicação Nº 2599507

PORTARIA Nº 927/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO (Matr. 2572), nascida aos 27/01/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 10/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 11/A, anexo XI, a partir de 27 de janeiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de janeiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 928/2020

Publicação Nº 2599511

PORTARIA Nº 928/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora ANALIE PASQUALI (Matr. 3884), nascida aos 08/02/1989, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a partir de 10 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 929/2020

Publicação N° 2599512

PORTARIA N° 929/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora CLAUDETE BERTOTTI (Matr. 1550), nascida aos 05/02/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/E, anexo XI, a partir de 05 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 930/2020

Publicação N° 2599515

PORTARIA N° 930/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora DAIANA FACHIN (Matr. 3831), nascida aos 20/02/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 20 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 931/2020

Publicação N° 2599517

PORTARIA N° 931/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora EDNA SCALABRIN MARTINI (Matr. 2952), nascida aos 02/02/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/D, anexo XI, a partir de 03 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 932/2020

Publicação N° 2599519

PORTARIA N° 932/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora FRANCIELI PRANDO DASCAS LOKSTEIN (Matr. 3642), nascida aos 12/02/1987, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 12 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 933/2020

Publicação N° 2599520

PORTARIA N° 933/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora INEZITA ROSANA DEUERLING BRUNETTO (Matr. 486), nascida aos 14/02/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 9/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9/D, anexo XI, a partir de 14 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 934/2020

Publicação N° 2599523

PORTARIA N° 934/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MARCIA PRONER REBELATTO (Matr. 3737), nascida aos 14/02/1970, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 14 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 935/2020

Publicação Nº 2599524

PORTARIA Nº 935/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA (Matr. 351), nascida aos 12/02/1960, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 9/B, anexo XII, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9/C, anexo XII, a partir de 12 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 936/2020

Publicação Nº 2599528

PORTARIA Nº 936/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SONIAMAR SEBEN WASEN (Matr. 1824), nascida aos 13/02/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/E, anexo XI, a partir de 13 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 937/2020

Publicação Nº 2599530

PORTARIA Nº 937/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SIMONE ROSELI MARTINS (Matr. 1808), nascida aos 23/02/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/E, anexo XI, a partir de 24 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 938/2020

Publicação Nº 2599533

PORTARIA Nº 938/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA (Matr. 3735), nascida aos 02/02/1981, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a partir de 03 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 939/2020

Publicação Nº 2599534

PORTARIA Nº 939/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SANDRA KANGERSKI BOTTEGA (Matr. 4261), nascida aos 04/02/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/B, anexo XI, a partir de 04 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 940/2020

Publicação Nº 2599535

PORTARIA Nº 940/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MICHELE DA SILVA COELHO (Matr. 363), nascida aos 04/02/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/E, anexo XI, a partir de 04 de fevereiro de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 941/2020

Publicação N° 2599537

PORTARIA N° 941/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora ELENARI APARECIDA CASSUL E MENEZES FIORIN (Matr. 1012), nascida aos 15/03/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/C, anexo XI, a partir de 16 de março de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 942/2020

Publicação N° 2599539

PORTARIA N° 942/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora ELIZETE MARISA PERUZ-ZO (Matr. 1277), nascida aos 14/03/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível/Referência – 7/D, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/E, anexo XI, a partir de 16 de março de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 943/2020

Publicação N° 2599540

PORTARIA N° 943/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora ELIANE PAVIANI GAB (Matr. 4061), nascida aos 27/03/1976, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 27 de março de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 944/2020

Publicação Nº 2599541

PORTARIA Nº 944/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 3724), nascida aos 16/03/1982, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 7/D, anexo XII, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/E, anexo XII, a partir de 16 de março de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 945/2020

Publicação Nº 2599542

PORTARIA Nº 945/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora LUCINÉIA REGINA MACHADO (Matr. 423), nascida aos 18/03/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/E, anexo XI, a partir de 18 de março de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 946/2020

Publicação Nº 2599544

PORTARIA Nº 946/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN (Matr. 4253), nascida aos 29/03/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a partir de 30 de março de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 947/2020

Publicação Nº 2599546

PORTARIA Nº 947/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora ROSEMILDA HERICKS RAMPON (Matr. 2567), nascida aos 15/03/1978, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/A, anexo XI, a partir de 16 de março de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 948/2020

Publicação Nº 2599548

PORTARIA Nº 948/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, ao Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA (Matr. 2555), nascido aos 22/03/1971, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/A, anexo XI, a partir de 27 de março de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 949/2020

Publicação Nº 2599550

PORTARIA Nº 949/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Naiara Segalin Truccolo Durigon (Matr. 3744), nascida aos 10/04/1989, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/D, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/E, anexo XI, a partir de 13 de abril de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 950/2020

Publicação Nº 2599552

PORTARIA Nº 950/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Nilce Bortoluzi (Matr. 2560), nascida aos 29/04/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/D, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/E, anexo XI, a partir de 29 de abril de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de abril de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 951/2020

Publicação Nº 2599560

PORTARIA Nº 951/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Arlete Trevisol Guindani (Matr. 3723), nascida aos 19/05/1965, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/E, anexo XI, a partir de 19 de maio de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 952/2020

Publicação Nº 2599593

PORTARIA Nº 952/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Cristiane Canutto Bertelle (Matr. 3732), nascida aos 03/05/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/E, anexo XI, a partir de 04 de maio de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 953/2020

Publicação N° 2599627

PORTARIA N° 953/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Cristina Wasserberg (Matr. 3733), nascida aos 12/05/1973, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/E, anexo XI, a partir de 12 de maio de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de maio de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 954/2020

Publicação N° 2599650

PORTARIA N° 954/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho (Matr. 2575), nascida aos 11/05/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/C, anexo XI, a partir de 11 de maio de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de maio de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 955/2020

Publicação N° 2599684

PORTARIA N° 955/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Luana Laís Ferronato de Moraes (Matr. 4214), nascida aos 19/05/1993, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a partir de 19 de maio de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar N° 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 956/2020

Publicação Nº 2599726

PORTARIA Nº 956/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Marisa Lorenzoni (Matr. 3736), nascida aos 15/05/1973, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/E, anexo XI, a partir de 15 de maio de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 957/2020

Publicação Nº 2599769

PORTARIA Nº 957/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora Rejane Aparecida Severgini Kremer (Matr. 3883), nascida aos 06/05/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 06 de maio de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de maio de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2020

Publicação Nº 2599825

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2020

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO

Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Braços de Iluminação de 1,5mts e 3,0mts para conservação e manutenção da Iluminação Pública no município pelo período de 12(doze) meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Recebimento das propostas: Do dia 12/08/2020 a partir das 08h00min até o dia 25/08/2020 às 13h30min

Abertura das propostas: Dia 25/08/2020 às 14h00min;

Início da sessão de disputa de lances: dia 25/08/2020 às 14h01min;

Referência de tempo: Horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL www.bll.org.br e do Município de Herval d'Oeste www.hervaldoeste.sc.gov.br, ou poderá ser solicitado através do e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

Herval d'Oeste, 10 de Agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2020

Publicação N° 2599824

PROCESSO LICITATÓRIO N° 076/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2020
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO

Contratação de Serviços de Análise Laboratorial de Solo considerando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CONAMA n° 420/2009, a qual dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas, conforme especificações e quantidades pré-estabelecidas a serem realizados no Município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra, pelo prazo de 12(doze) meses, conforme tabela constante do Anexo I, constante no respectivo Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09:00min do dia 25/08/2020.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, n° 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, n° 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 22,20 (vinte e dois reais e vinte centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional.

Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 11 de Agosto de 2020.

MAURO SERGIO MARTINI
Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO 051/2020

Publicação N° 2599853

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF N° 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos n° 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
JOAÇABA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF 10.815.203/0001-90
Av. XV de Novembro, 371 sala 501 - Centro.
CONTRATADA

TERMO ADITIVO N° 051/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Joaçaba Telecomunicações Ltda., Pessoa Jurídica de direito privado, estabelecida na Av. XV de Novembro, 371 sala 501 – Centro – JOAÇABA – Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 10.815.203/0001-90, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Felipe Brandalise Durigon, brasileiro, casado inscrito no CPF nº 058.488.289-03 doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, Processo Licitatório nº 047/2019, Pregão Presencial Nº 021/2019, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato para prestação de serviços de internet pelo período de 12 meses.

Item	Material	Descrição do Material	Marca	Un. Med.	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
1	44081	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ABRIGO ANJOS DE LUZ. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
2	44074	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
3	44079	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - BOLSA FAMÍLIA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
4	44226	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CAPS: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
5	44075	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CASA DA CULTURA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
6	44069	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CME PEQUENO PRÍNCIPE. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
7	44066	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CMEI CRIANÇA FELIZ. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
8	44068	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CMEI PROFA TANIA REGINA PIOVESAN BORTOLUZ. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
9	44065	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CMEI TIO ZEZINHO. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
10	44067	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CMEI VALDETE SOUZA NODARI. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
11	44078	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CONSELHO TUTELAR. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
12	44076	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CRAS: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
13	44077	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - CREAS: CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
14	44070	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - EBM CRUZ E SOUSA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
15	44071	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - EBM ESTAÇÃO LUZERNA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
16	44089	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ESF CENTRAL. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 50/20 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 85,90	R\$ 1.030,80
17	44093	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ESF ESTAÇÃO LUZERNA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
18	44195	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ESF INTERIOR. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
19	44088	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ESF N. SRA. APARECIDA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
20	44087	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ESF N. SRA. DE FÁTIMA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
21	44090	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ESF SANTO ANTÔNIO. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64

22	44086	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ESF SÃO JORGE. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
23	44091	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - ESF VILA RICA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
24	44072	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - GEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
25	44073	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - GEM PROF ADOLFO BECKER. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
26	44082	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - PRÉDIO PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 50/20 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 85,90	R\$ 1.030,80
27	44471	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - DEPARTAMENTO ESPORTES. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 20/10 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 68,72	R\$ 824,64
28	44127	SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 50/20 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 85,90	R\$ 1.030,80
29	44097	SERVIÇO DE INTERNET VIA RÁDIO - ERM PROF ALCINO FERNANDES. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 10/5 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 106,46	R\$ 1.277,52
30	44095	SERVIÇO DE INTERNET VIA RÁDIO - POSTO SEDE BELÉM. COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 10/5 MBPS + IP FIXO	CERTHA	MES	12	R\$ 106,46	R\$ 1.277,52

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – O Valor do presente termo aditivo será de R\$ 26.263,44 (vinte e seis mil duzentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

2.2 - As despesas decorrentes, na execução do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2020, conforme Lei Orçamentária Nº 3.383/2019 de 05/12/2019 e outras que vierem a ser criadas, nas seguintes rubricas:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: Manutenção, encargos, e atividades da Educação Infantil

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 06.01.2020

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: Manutenção, encargos, e atividades do Ensino Fundamental

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 06.02.2025

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: Manutenção, encargos e atividades do Depto. de Cultura e Biblioteca Pública Municipal

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 06.03.2036

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Atividade: Manutenção e implementação das atividades do CAPS

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 10.01.2075

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Atividade: Manutenção, encargos e atividades do Fundo de Saúde

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 10.01.2079

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Atividade: Manutenção e implementação da Unidade de Pronto Atendimento

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 10.01.2082

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: Manutenção, encargos e atividades do Serviço de Acolhimento Institucional

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 14.01.2091

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: Manutenção e atividades do Conselho Tutelar

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 14.01.2098

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: Manutenção, encargos e atividades dos Serviços da Proteção Social Básica

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 14.01.2100

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: Gestão e manutenção das atividades do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 14.01.2101

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: Manutenção, encargos e atividades dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.99.00.00.00

Função Programática: 14.01.2102

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 57 inciso II e da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 31 de julho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI FELIPE BRANDALISE DURIGON

Prefeito em Exercício Sócio Administrador

CPF: 713.164.509-53 CPF: 058.488.289-03

Contratante Contratado

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia Heloise Borsoi Favretto

CPF: 687.857.399-87 CPF: 051.249.579-30

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020

Publicação Nº 2599830

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO

Contratação de empresa Especializada para execução em regime de empreitada por preço unitário de Reforma no Ginásio de Esportes do Bairro Jardim José Rupp com o Fornecimento de Material e mão de obra

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 28/08/2020.

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 370.508,20 (trezentos e setenta mil quinhentos e oito reais e vinte centavos)

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Atualizada.

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 07 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI
PREFEITO

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2020

Publicação Nº 2599832

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2020
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para execução em regime de empreitada por preço unitário de pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) da Rua Francisco Porto Moreira com fornecimento de Material e Mão de obra,

ENTREGA DOS ENVELOPES
Até às 09:00 horas do dia 31/08/2020.

VALOR TOTAL ESTIMADO
R\$ 438.951,39 (quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Atualizada.

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 10 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI
PREFEITO

Ibiam**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO N. 018/2020**

Publicação Nº 2599842

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 018/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020
SRP Nº 002/2020

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 01 de setembro de 2020, licitação modalidade Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo Eletrônico, REFERENTE A AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, ATRAVÉS DE PROPOSTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 11250.761000/1180-01, DESTINADOS A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 13h00min do dia 01 de setembro de 2020, com início da mesma às 13h15min no mesmo sítio e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal www.ibiam.sc.gov.br, e em breve no sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 12 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3484/2020

Publicação Nº 2599002

DECRETO N.º 3484, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

"NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE IBIAM, QUE ESPECIFICA"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica,

Considerando, a necessidade de nomear a comissão técnica para revisão do Plano Diretor conforme previsão do art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Técnica para revisão do Plano Diretor do Município de Ibiam, a ser composta pelos seguintes membros:

Juliana Lizot - Fiscal Tributária

Alcindo Perosa – Secretária da Administração e da Fazenda;

Matheus Ethierry Ceron Zanin – Secretária de Planejamento e Gestão Administrativa;

Jackline Dalmolin Odorizzi – Diretor do Departamento de Administração e Finanças;

Vanessa de Castro Walter -Assistente de Gabinete;

Caio Murilo Tragancin Rinaldi – Diretor do Centro Educacional Eliziane Titon;

Carmelita Chiesa Tragancin – Diretora Departamento de Recursos Humanos;

Flávio André de Oliveira – Engenheiro Civil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 3273, de 03 de maio de 2019

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 04 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3485/2020

Publicação Nº 2599005

DECRETO N.º 3485, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

"NOMEIA COMISSÃO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE IBIAM, QUE ESPECIFICA"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica,

Considerando, a necessidade de nomear a comissão para revisão do Plano Diretor conforme previsão do art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão específica para revisão do Plano Diretor composta por 19 membros Titulares e seus suplentes, conforme previsão do art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a ser composta pelos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Secretaria de Planejamento e Gestão Administrativa e Secretaria da Administração e da Fazenda:

Matheus Ethierry Ceron Zanin - Titular
Alcindo Perosa - Suplente

b) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes:

Vanessa de Castro Walter - Titular
Marcos Roberto Bazzen - Suplente

c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes:

Caio Murilo Tragancin Rinaldi - Titular

Daniel Lutkemeyer Gonzatto - Suplente

d) Câmara Municipal de Vereadores de Ibiã:

Elisa Maria Gheno Trevisol - Titular

Daniel Venícios Ramos – Suplente

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES CIVIS DE REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL

a) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

Rafael Gonzatto Araldi - Titular

Silvana da Costa Trevisol - Suplente

b) Conselho Regional de Engenharia - CREA:

Flavio Andre Oliveira - Titular

Renato Dalmolin Dal Bosco - Suplente

c) Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB:

Mayara Fabiola Fontana Gonzatto - Titular

Jean Marcelo Ziero - Suplente

III - REPRESENTANTES DE ENTIDADES EMPRESARIAIS

a) Associação de Pequenas Empresas:

Jaime Gomes de Oliveira - Titular

Adilson Jose Cenatti - Suplente

IV - REPRESENTANTES DE ENTIDADES SINDICAIS

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiã:

Romeo Pirolli – Titular

Moacir Titon – Suplente

V - SECRETARIA EXECUTIVA (SEM DIREITO A VOTO)
Juliana Lizot - Titular

Parágrafo único. A coordenação dos trabalhos ficará a cargo da Secretaria de Administração e da Fazenda do Município de Ibiã.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 3274, de 03 de maio de 2019.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 04 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3486/2020

Publicação Nº 2599906

DECRETO Nº 3486 , DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 56 da Lei Orgânica do Município de Ibiã e;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus - COVID19;

CONSIDERANDO a deliberação dos Prefeitos dos Municípios membros da AMARP em reunião virtual realizada às 14h00min, do dia 06 de agosto de 2020, quanto a tomada de decisão acerca do COVID-19;

CONSIDERANDO o significativo aumento de casos de infectados pelo COVID-19, em nosso Município e Região;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o encerramento do horário de funcionamento do comércio em geral às 19h00min de segunda a sábado.

Parágrafo único. Aos domingos e feriados o comércio em geral deverá permanecer fechado.

Art. 2º Os salões de beleza deverão trabalhar apenas com agendamento, realizando atendimento de forma individual, seguindo o regramento sanitário de cada município. É expressamente proibido o consumo de alimentos e chimarrão nesses locais.

Art. 3º Fica determinado o encerramento do horário de funcionamento dos serviços de alimentação, nos seguintes dias e horários:

I – Restaurantes e Lanchonetes – segunda a segunda até as 22h00min podendo, após este horário ser disponibilizado serviço delivery ou retirada no balcão, fica proibido o uso de buffet durante a vigência desde Decreto.

II - Bares - funcionamento diariamente até as 19h00min de segunda-feira a sexta-feira, sábado até as 12h00min, fechando aos domingos e feriados

III - Ficam proibidos os jogos como: sinuca, bilhar, cartas, dominó e similares.

Parágrafo único. Pessoas com a mesma convivência domiciliar poderão utilizar a mesma mesa nos locais definidos no inciso I, devendo tal situação ser previamente informada ao estabelecimento.

Art. 4º Fica mantida a proibição de realização de eventos públicos e privados, tais como: bailes, shows e demais espetáculos que acarretam aglomeração de pessoas.

Parágrafo único. Fica autorizada a realização de carreatas para eventos comemorativos, sem que os condutores saiam dos veículos, evitando a aglomeração no interior do veículo.

Art. 5º Fica mantida a proibição de realização de eventos esportivos profissionais ou amadores.

Parágrafo único. Fica mantida a proibição da prática de atividades esportivas coletivas de contato, amadores, profissionais e de treinamento.

Art. 6º Fica autorizada a utilização das academias ao ar livre, devendo ser observado o uso de máscara e protocolos de distanciamento social.

Parágrafo único. Será de responsabilidade de cada pessoa a higienização dos equipamentos ao utilizá-los.

Art. 7º As missas e cultos estão proibidos de segunda-feira a sábado, enquanto a região da Amarp se mantiver na posição gravíssima (cor

vermelha) no mapa da matriz de risco. Os Padres e Pastores poderão realizar atendimentos individualizados em suas igrejas ou em residências, caso sejam solicitados.

Parágrafo único. Ficam autorizados cultos e missas aos domingos, será de responsabilidade de cada dirigente a manutenção e observância das normas de segurança sanitária nos templos.

Art. 8º O retorno das aulas da educação infantil e ensino fundamental, da rede pública no Município de Ibiã, obedecerão ao calendário da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 9º Fica proibida a execução de música ao vivo, em qualquer local, salvo nos casos de produção de live, com transmissão pela internet.

Art. 10 Fica proibido o uso de parques, praças, clubes sociais e afins para atividade esportivas individuais, caminhadas, corrida e afins.
Parágrafo único. O presidente da entidade ou equivalente será responsabilizado pessoalmente ante ao não cumprimento das determinações impostas para o funcionamento.

Art. 11 Os velórios permanecem abertos somente a familiares no âmbito do Município de Ibiã, com duração máxima de 06(seis) horas.

Art. 12 Fica mantida a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção, em todos os ambientes, por toda pessoa que circular no território do município de Ibiã.

Art. 13 Deverão ser observadas as regras de funcionamento das atividades descritas neste Decreto de acordo com o já definido pelo Município nas demais regulamentações vigentes.

Art. 14 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 de agosto de 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 3487/2020

Publicação Nº 2599956

DECRETO Nº 3.487, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

“DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Portaria nº 191, de 27 de julho de 2020;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 29, inciso V, ambos da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – Nível 1, em decorrência da exoneração por morte do servidor LEOZIR TOMAS.

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo 1º, restabelece no quadro geral dos servidores do Município, uma vaga para o cargo de Agente de Serviços Gerais a ser provida através de concurso público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 056/2020**

Publicação N° 2599117

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 056/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório 047/2020, Edital PP 031/2020, fundamentado nas disposições do artigo 24 da Lei nº 8666/93.
OBJETO: Contratação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso à internet, para o município de Ibicaré/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: JOAÇACABA TELECOMUNICA-ÇÕES LTDA

CNPJ: 10.815.203/0001-90

Valor: R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 5 de agosto de 2021.

Ibicaré, SC, aos 5 de agosto de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

Ibirama

PREFEITURA

PORTARIA Nº 573, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598743

Portaria nº 573, de 01 de julho de 2020.

“Desconto de Execução de Penhora Trabalhista”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento a ordem judicial preferida nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, registrado sob nº 0001809-51.2011.5.12.0011, do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, da 2ª Vara do Trabalho de Rio do Sul, da qual determinou a penhora de 30 (trinta) por cento dos rendimentos líquidos auferidos pelo servidor A. D,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar mensalmente do servidor A. D., matrícula nº 272370-2, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, o correspondente a 30% (trinta por cento) dos seus rendimentos, em favor de D.B. e Outros, até a integral satisfação do débito em execução e/ou até a extinção do Contrato de Trabalho, já que trata-se de servidor admitido em caráter temporário.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 574, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598744

Portaria nº 574, de 01 de julho de 2020.

“Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) JOSIANE DREGER, sob a matrícula nº 439959-0, ocupante do cargo EFETIVO de ENFERMEIRO, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 31/07/2022, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 575, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598746

Portaria nº 575, de 01 de julho de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ALINE SPRENGER matrícula nº 13951-8, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, relativas ao período aquisitivo de 10/01/2019 a 09/01/2020, para serem gozadas no período de 30/06/2020 a 29/07/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 30/07/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 576, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598747

Portaria nº 576, de 01 de julho de 2020.

"Nomeia servidor(a) para cargo de
provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2020 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - BRUNO LENO MOSER, sob a matrícula nº 630977-0 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível "II", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 10 (dez) horas semanais e vencimentos de R\$ 862,11 (oitocentos e sessenta e dois reais, onze centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 577, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598748

Portaria nº 577, de 01 de julho de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 03/02/2014 a 02/02/2019, a pedido do(a) servidor(a) MICHELE DAMASIO MOTA, matrícula nº 618365-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA/RECEPCIONISTA, vinculado(a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 01 (um) mês, a partir de 01 de julho de 2020 a 30 de julho de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 31 de julho de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 578, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598749

Portaria nº 578, de 01 de julho de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 23/01/2012 a 22/01/2017, a pedido do(a) servidor(a) ANA PAULA CARDOSO, matrícula nº 33057-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 01 (um) mês, a partir de 01 de julho de 2020 a 30 de julho de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 31 de julho de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 579, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598750

Portaria nº 579, de 01 de julho de 2020.

“Altera carga horária de servidor”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do(a) servidor(a) FRANCIELI HEINZEN KRUEGER, matrícula nº 626694-0, lotado(a) no cargo temporário de PROFESSOR(A), vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, em substituição da Servidora Kételi Cristina Bianchatti, passando seus vencimentos para R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 580, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598751

Portaria nº 580, de 01 de julho de 2020.

“Altera carga horária de servidor”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do(a) servidor(a) DAYANE FELÍCIO LUCAS, matrícula nº 1309-12, lotado(a) no cargo temporário de PROFESSOR(A), vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, em substituição da Servidora Kételi Cristina Bianchatti, passando seus vencimentos para R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 581, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598753

Portaria nº 581, de 01 de julho de 2020.

“Altera carga horária de servidor”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do(a) servidor(a) KARINA RIBEIRO BORGES, matrícula nº 624160-1, lotado(a) no cargo temporário de PROFESSOR(A), vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, em substituição da Servidora Gislene Vanderlinde Back, passando seus vencimentos para R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 582, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598754

Portaria nº 582, de 01 de julho de 2020.

“Altera carga horária de servidor”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do(a) servidor(a) CATIA BACK RAMOS, matrícula nº 62434748-1, lotado(a) no cargo temporário de PROFESSOR(A), vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, em substituição da Servidora Gislene Vanderlinde Back, passando seus vencimentos para R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 583, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598755

Portaria nº 583, de 03 de julho de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 01/06/2009 a 31/05/2014, a pedido do(a) servidor(a) TARCISIA CHRISTOVÃO DA SILVA BAUCKE, sob a matrícula nº 12769-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 01 (um) mês, a partir de 03 de julho de 2020 a 01 de agosto de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 02 de agosto de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 584, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598756

Portaria nº 584, de 03 de julho de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e suas prorrogações;

Considerando o Decreto nº 4.484, de 20 de março de 2020, que declarou situação de emergência no Município de Ibirama;

Considerando o Decreto Municipal nº 4.489, de 31 de março de 2020;

Considerando o levantamento realizado pela administração, ficou constatado a existência de Licença(s) Prêmio vencida(s);

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por assiduidade aos servidores abaixo relacionados, vinculados(as) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias a critério da Administração Pública, observado a conveniência e oportunidade, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Mat.	N o m e	Cargo	Período de Direito	Período de Gozo
12998-3	Udimar Zwang	Servente de Obras e Serviços	02/02/14 a 01/02/19	03/07/20 a 01/08/20

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 585, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598757

Portaria nº 585, de 03 de julho de 2020.
Concede licença para
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) FABIANA VETTER, sob a matrícula nº 627895-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 02 de julho de 2020.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 586, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598758

Portaria nº 586, de 03 de julho de 2020.

“Concede Prorrogação de Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007,

Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e suas prorrogações;

Considerando o Decreto nº 4.484, de 20 de março de 2020, que declarou situação de emergência no Município de Ibirama;

Considerando o Decreto Municipal nº 4.489, de 31 de março de 2020;

Considerando o levantamento realizado pela administração, ficou constatado a existência de Licença(s) Prêmio vencida(s);

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Licença Prêmio por assiduidade aos servidores abaixo relacionados, vinculados(as) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias a critério da Administração Pública, observado a conveniência e oportunidade, a partir de 03 de julho de 2020 a 01 de agosto de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 03 de agosto de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Mat.	N o m e	Cargo	Período de Direito	Período de Gozo
4766	Asilda P. Von Zeschau	Servente/Merendeira	02/02/09 a 01/02/14	03/07/20 a 01/08/20
36706	Daniela M. do Patrocinio	Servente/Merendeira	03/02/14 a 02/02/19	03/07/20 a 01/08/20
37257	Doraci Werling Braatz	Servente/Merendeira	05/08/14 a 06/10/19	03/07/20 a 01/08/20
29866	Edite Skrepitz	Servente/Merendeira	01/04/11 a 01/04/16	03/07/20 a 01/08/20
6343	Elaine Reckelberg	Servente/Merendeira	03/02/14 a 03/02/19	03/07/20 a 01/08/20
34215	Elenir de Abreu Fulle	Servente/Merendeira	05/08/14 a 19/05/20	03/07/20 a 01/08/20
26832	Eliane Schroeder	Servente/Merendeira	01/07/10 a 01/07/15	03/07/20 a 01/08/20

37079	Elizabete Damaceno Pereira	Servente/Merendeira	02/04/14 a 01/04/19	03/07/20 a 01/08/20
29939	Francielo da Cruz de Lima	Servente/Merendeira	01/03/12 a 01/03/17	03/07/20 a 01/08/20
29130	Janete Soares da Silva	Servente/Merendeira	12/04/10 a 12/04/15	03/07/20 a 01/08/20
10189	Marisa de Fátima S. e Silva	Servente/Merendeira	23/09/14 a 16/12/19	03/07/20 a 01/08/20
620432	Marise Carlos da Silva	Servente/Merendeira	05/08/14 a 05/08/19	03/07/20 a 01/08/20
37958	Maristela Diogo	Servente/Merendeira	05/08/14 a 01/11/19	03/07/20 a 01/08/20
33588	Natalina de Sousa Schlup	Servente/Merendeira	12/03/12 a 13/07/19	03/07/20 a 01/08/20
6224911	Pamela Regina Prim	Servente/Merendeira	05/08/14 a 05/08/19	03/07/20 a 01/08/20
11363	Pricila Rojanski	Servente/Merendeira	09/02/12 a 09/02/17	03/07/20 a 01/08/20
29009	Rosangela Zeferino Soares	Servente/Merendeira	01/04/15 a 01/04/20	03/07/20 a 01/08/20
37133	Sonia Maria Leandro	Servente/Merendeira	05/08/14 a 05/08/19	03/07/20 a 01/08/20
12858	Teresinha da S. Koepsel	Servente/Merendeira	15/04/14 a 15/04/19	03/07/20 a 01/08/20
12882	Tereza Riscarolli	Servente/Merendeira	06/05/14 a 06/05/19	03/07/20 a 01/08/20

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fabio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 587, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598759

Portaria nº 587, de 03 de julho de 2020.

“Concede Prorrogação de Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007,

Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e suas prorrogações;

Considerando o Decreto nº 4.484, de 20 de março de 2020, que declarou situação de emergência no Município de Ibirama;

Considerando o Decreto Municipal nº 4.489, de 31 de março de 2020;

Considerando o levantamento realizado pela administração, ficou constatado a existência de Licença(s) Prêmio vencida(s);

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Licença Prêmio por assiduidade aos servidores abaixo relacionados, vinculados(as) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias a critério da Administração Pública, observado a conveniência e oportunidade, a partir de 03 de julho de 2020 a 01 de agosto de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 03 de agosto de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Mat.	N o m e	Cargo	Período de Direito	Período de Gozo
3808-1	Ademar Kruger	Op. de Máquinas/Veículos	10/03/09 a 09/03/14	03/07/20 a 01/08/20
4359-4	Anderson de Brito	Op. de Máquinas/Veículos	09/11/09 a 08/11/14	03/07/20 a 01/08/20
5363-1	Cilda Braatz	Professora	01/06/14 a 31/05/19	03/07/20 a 01/08/20
5525-1	Cleber Menezes dos Santos	Op. de Máquinas/Veículos	16/03/14 a 15/03/19	03/07/20 a 01/08/20
7153-1	Flávia Eskelsen	Professora	06/08/13 a 05/08/18	03/07/20 a 01/08/20
261300-0	Gilmar Coelho da Rocha	Op. de Máquinas/Veículos	05/05/14 a 04/05/19	03/07/20 a 01/08/20
30929-2	Graziele Regina Alves	Professora	06/01/14 a 07/05/19	05/07/20 a 03/08/20
7749-2	Humberto Joao Felicio	Agente de Esportes	01/04/09 a 19/06/14	03/07/20 a 01/08/20
7960-3	Ivanildo Seide	Op. de Máquinas/Veículos	11/05/11 a 10/05/16	03/07/20 a 01/08/20
32425-1	Jaciel Lazzaris	Op. de Máquinas/Veículos	22/09/11 a 21/09/16	03/07/20 a 01/08/20

240869-1	Joelcio Manoel Marques	Op. de Máquinas/Veículos	02/06/14 a 01/06/19	03/07/20 a 01/08/20
8494-2	Jonas Artur Franz	Op. de Máquinas/Veículos	14/02/07 a 17/01/13	03/07/20 a 01/08/20
8532-1	José Barbi Filho	Op. de Máquinas/Veículos	01/07/12 a 30/06/17	03/07/20 a 01/08/20
10200-1	Marise Gonçalves	Professora	06/08/08 a 05/08/13	03/07/20 a 01/08/20
10650-2	Moacir Tottene	Op. de Máquinas/Veículos	18/03/02 a 17/03/07	03/07/20 a 01/08/20
10812-1	Neria S. Conte Borgheson	Professora	01/07/14 a 30/06/19	03/07/20 a 01/08/20
11975-1	Rosely Ribas Koprowski	Professora	01/02/11 a 31/01/16	03/07/20 a 01/08/20
11983-1	Rosemari Lilian Fredrich	Professora	02/02/14 a 01/02/19	03/07/20 a 01/08/20
12360-2	Sidnei França	Op. de Máquinas/Veículos	01/04/04 a 31/03/09	03/07/20 a 01/08/20
12475-1	Silvio da Silva	Op. de Máquinas/Veículos	01/03/93 a 28/02/03	03/07/20 a 01/08/20
27723-2	Vanderlei Fanslau	Op. de Máquinas/Veículos	19/10/14 a 18/10/19	03/07/20 a 01/08/20
13340-3	Vilmar Mohr	Op. de Máquinas/Veículos	02/02/09 a 01/02/14	03/07/20 a 01/08/20

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fabio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 588, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598760

Portaria nº 588, de 06 de julho de 2020.

“Concede Licença para tratamento de Saúde em pessoa da família”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e ainda conforme o art. 146, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) servidor(a) efetivo(a) MICHELI FEY, sob a matrícula nº 62421581-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a pedido do(a) servidor(a), a partir de 05 de julho de 2020, com seus vencimentos integrais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 589, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598761

Portaria nº 589, de 06 de julho de 2020.

“Concede Licença para tratamento de Saúde em pessoa da família”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e ainda conforme o art. 146, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) servidor(a) efetivo(a) MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO, sob a matrícula nº 62430149-0, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, vinculado(a) à Secretaria de Assistência Social e Habitação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a pedido do(a) servidor(a), a partir de 06 de julho de 2020, com seus vencimentos integrais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 590, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598762

Portaria nº 590, de 06 de julho de 2020.

“Prorroga trabalhos de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Art. 203 e art. 212, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

P R O R R O G A R

Art. 1º - Os trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar, nomeada através da Portaria nº 417, de 24 de abril de 2020, que apura suposta prática de insubordinação e outros fatos praticadas pelo(a) servidor(a) M.M., sob a matrícula nº 37150-2, ocupante do cargo do efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O prazo para conclusão dos trabalhos será prorrogado pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 591, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598763

Portaria nº 591, de 06 de julho de 2020.

“Designa servidor responsável pelos trabalhos junto ao SINIR”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - INDICAR, o servidor MATHEOS ABNER SILVA, matrícula nº 6236286-0, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO FLORESTAL, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, à disposição da SINIR – Sistema Nacional de Informações a Gestão dos Resíduos, para atender ao preenchimento e controle dos cadastros, que visa à execução das ações em defesa de resíduos no âmbito municipal.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 592, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598765

Portaria nº 592, de 06 de julho de 2020.

“Designa Servidor como Defensor Dativo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no que dispõe o artigo 224, § 2º, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro 2007,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor FRANCISCO ANTONIO HEIZEN, matrícula nº 62434705-0, ocupante do cargo efetivo de ADVOGADO, como Defensor Dativo em Processo Administrativo Disciplinar contra o servidor M. M., matrícula nº 37150-2, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, vinculado a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de acordo com art. 224, § 2º, da citada Lei Complementar nº 67/2007, Portaria nº 417, de 24 de abril de 2020 e Portaria nº 590, de 06 de julho de 2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 593, DE 08 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598766

Portaria nº 593, de 08 de julho de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) EDEGAR GROSSL matrícula nº 6181-01, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, relativas ao período aquisitivo de 22/01/2019 a 21/01/2020, para serem gozadas no período de 13/07/2020 a 27/07/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 28/07/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 08 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 594, DE 08 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598767

Portaria nº 594, de 08 de julho de 2020.

“Concede gratificação por nível de escolaridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de 10% (dez por cento), ao(a) servidor(a) EDER LAURINDO, matrícula nº 624418414-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE POSTURAS, vinculado na Secretaria de Administração e Finanças, por ter concluído o grau de escolaridade de nível Pós-Graduação, conforme dispõe o Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007, alterado pela Lei Complementar nº 115, de 04 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 08 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 595, DE 08 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598769

Portaria nº 595, de 08 de julho de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal

e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) JUVANIO JOSE DE ANDRADE matrícula nº 8842-02, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE VEÍCULOS, relativas ao período aquisitivo de 02/04/2019 a 01/04/2020, para serem gozadas no período de 08/07/2020 a 22/07/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 23/07/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 08 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 596, DE 10 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598770

Portaria nº 596, de 10 de julho de 2020.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - OSMAR DE ANDRADE, sob a matrícula nº 36790-2 do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) por meio da portaria nº 606, de 01 de agosto de 2014.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 597, DE 13 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598772

Portaria nº 597, de 13 de julho de 2020.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) MARIO QUISINSKI matrícula nº 3927469-10, ocupante do cargo EFETIVO DE OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, relativas ao período aquisitivo de 15/07/2019 a 14/07/2020 para serem gozadas no período de 13/07/2020 a 27/07/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 13/07/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 598, DE 14 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598774

Portaria nº 598, de 14 de julho de 2020.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 003/2019 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - ALINE DA ROSA TEODORO, sob a matrícula nº 630977-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 930,84 (novecentos e trinta reais, oitenta e quatro centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1º, da Lei 3.058 de 23 de abril de 2014, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 599, DE 14 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598775

Portaria nº 599, de 14 de julho de 2020.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e ainda considerando que: a) no Quadro de Pessoal existem 70(setenta) vagas de Serventes/Merendeiras; b) que o ano letivo de 2020 iniciou em 10 de fevereiro de 2020; c) de acordo com a demanda de alunos, com novas matrículas há a necessidade de contratar Serventes/Merendeiras para suportar esta demanda; d) que possuímos várias vagas excedentes em função do número de aluno; e) necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência iminente; f) que a servidora efetiva Fabiana Vetter, lotada na E.M. Nova Stettin está em licença para tratamento de saúde.

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 o(a) Sr(a) ANA ELISIA AMARAL COSTA, sob a matrícula nº 242276-1, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, para ter exercício na E.M. Nova Stettin.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o retorno da funcionária efetiva, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 930,84 (novecentos e trinta reais, oitenta e quatro centavos) mensais e gratificação conforme Art. 1º, da Lei 3.058 de 23 de abril de 2014, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 600, DE 15 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598777

Portaria nº 600, de 15 de julho de 2020.

“Dispõe sobre ampliação temporária da carga horária de titular de cargo efetivo de Professor e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2020 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama,

Considerando, a necessidade de garantir a atuação de Professor no ensino fundamental, com vistas a suportar a demanda de atividades da disciplina;

Considerando, que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos, há a necessidade de ampliar a carga horária para suportar esta demanda de aulas excedentes no ensino fundamental de caráter transitório;

RESOLVE

Art. 1º - Ampliar, temporariamente a carga horária do servidor BRUNO LENO MOSER, matrícula nº 14982-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º - O servidor terá carga horária ampliada até 31 de dezembro de 2020, com os vencimentos alterados nos mesmos moldes da ampliação de carga horária estipulada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 15 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 601, DE 17 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598778

Portaria nº 601, de 17 de julho de 2020.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - VANESSA CUNHA, sob a matrícula nº 62433482-0 do cargo efetivo de TELEFONISTA/RECEPCIONISTA, vinculado(a) à Secretaria de Administração e Finanças, desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) por meio da portaria nº 329, de 02 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 602, DE 17 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598780

Portaria nº 602, de 17 de julho de 2020.

“Concede Prorrogação de Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007,

Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e suas prorrogações;

Considerando o Decreto nº 4.484, de 20 de março de 2020, que declarou situação de emergência no Município de Ibirama;

Considerando o Decreto Municipal nº 4.489, de 31 de março de 2020;

Considerando o levantamento realizado pela administração, ficou constatado a existência de Licença(s) Prêmio vencida(s);

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Licença Prêmio por assiduidade aos servidores abaixo relacionados, vinculados(as) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias a critério da Administração Pública, observado a conveniência e oportunidade, a partir de 17 de julho de 2020 a 15 de agosto de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 17 de agosto de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Mat.	N o m e	Cargo	Período de Direito	Período de Gozo
4600-2	Antônio Augusto dos Santos	Servente de Obras e Serviços	01/08/14 a 31/07/19	17/07/20 a 15/08/20

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 603, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598784

Portaria nº 603, de 20 de julho de 2020.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) CRISTIANI TEREZINHA DA SILVA XAVIER matrícula nº 5703-01, ocupante do cargo CELETISTA DE TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO, relativas ao período aquisitivo de 08/10/2018 a 07/10/2019 para serem gozadas no período de 20/07/2020 a 08/08/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 09/08/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 604, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598785

Portaria nº 604, de 20 de julho de 2020.

“Autoriza Desconto em Folha de multa de trânsito”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar do(a) servidor(a) VOLNEI SARDAGNA, matrícula nº 115983, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, o valor de R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais), correspondente as multas de trânsito, conforme Notificações de Penalidades nº 1J5070866.

Art. 2º - O valor será descontado em sua folha de pagamento em 02 (duas) parcelas iguais de 66,50 (sessenta e seis reais, cinquenta centavos).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 605, DE 22 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598786

Portaria nº 605, de 22 de julho de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente aos períodos aquisitivos de 01/07/1998 a 30/06/2003 e 01/07/2003 a 15/02/2009, a pedido do(a) servidor(a) SANDRA BACHMANN, matrícula nº 12181-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO,

vinculado(a) à Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 02 (dois) meses, a partir de 22 de julho de 2020 a 19 de setembro de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 21 de setembro de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 22 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 606, DE 24 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598788

Portaria nº 606, de 24 de julho de 2020.

“Autoriza Desconto em Folha de multa de trânsito”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar do(a) servidor(a) JOELCIO MANOEL MARQUES, matrícula nº 240869-0, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, vinculado(a) a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, o valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), correspondente as multas de trânsito, conforme Notificações de Penalidades nº 95330.

Art. 2º - O valor será descontado em sua folha de pagamento em 06 (seis) parcelas iguais de 51,67 (cinquenta e um reais, sessenta e sete centavos).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 24 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 607, DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598789

Portaria nº 607, de 27 de julho de 2020.

Concede licença para
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) JUSSARA DE ANDRADE, sob a matrícula nº 8826-2, ocupante do cargo EFETIVO de FISIOTERAPEUTA, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 26 de maio de 2020.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 27 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 608, DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598790

Portaria nº 608, de 27 de julho de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ADRIANA GRIPPA RADLOFF matrícula nº 28762-02, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2018 a 30/11/2019, para serem gozadas no período de 20/07/2020 a 26/07/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 27/07/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 27 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 609, DE 28 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598791

Portaria nº 609, de 28 de julho de 2020.

“Concede Adicional de Insalubridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e com base na Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Adicional de Insalubridade ao(a) servidor(a) ISMAEL GROBER, sob a matrícula nº 31364-1, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, por realizar trabalhos e operações em contato permanente com pacientes ou com material infecto contágio, conforme Portaria nº 3.214/78-NR 15 – Anexo 14, do Ministério do Trabalho e Renda.

Art. 2º - O Adicional de Insalubridade para o cargo será de 20 % (vinte por cento), calculado sobre o salário mínimo vigente no país.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 610, DE 29 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598794

Portaria nº 610, de 29 de julho de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) VALDEMIRO AMBOS matrícula nº 424951-00, ocupante do cargo EFETIVO DE OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, relativas ao período aquisitivo de 03/12/2018 a 02/12/2019 para serem gozadas no período de 29/07/2020 a 12/08/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 13/08/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 611, DE 30 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598795

Portaria nº 611, de 30 de julho de 2020.

“Altera redação da Portaria nº 413, de 22/04/2020”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE

Art. 1º - Alterar a redação da Portaria nº 484, de 22 de abril de 2020, onde se lê do período aquisitivo da Servidora Carmem de Souza Duarte ocupante do emprego público – CLT de Agente Comunitário de Saúde 15/08/2019 a 14/08/2019 passa a ler-se 15/08/2020 a 14/08/2021.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 30 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 612, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598797

Portaria nº 612, de 31 de julho de 2020.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 59º, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários, a evolução funcional dos servidores e a reorganização do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

RESOLVE

Art. 1º - Ficam promovidos (as) pelo critério de merecimento, conforme prevê o Artigo 13º, inciso I, da Lei Complementar nº 064, de 11 de dezembro de 2007, os servidores efetivos abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, passando da referência salarial, conforme abaixo discriminados, com os vencimentos previstos em Lei e seus efeitos pecuniários devem vigorar a partir de 01 de julho de 2020.

Nº	Nome	Cargo	Nível Salarial	Ref. Anterior	Nova Ref.
1	Henrique Jose Landgraf Heidtmann	Medico	XVIII	B-07	B-08
2	Jose da Silva	Vigia	II	A-05	A-06
3	Mirtilo Leitis	Odontólogo	XVI	A-20	A-21
4	Sandra Bachmann	Agente Administrativo	VII	A-10	A-11

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 613, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598798

Portaria nº 613, de 31 de julho de 2020.

“Desconto de horas inativas”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de faltas não justificadas, conforme relação anexa.

NOME	CARGO	HORAS INATIVAS
Karine Tais de Oliveira	Servente/Merendeira	06h00min
Margaret Barth	Servente/Merendeira	68h00min
Nislene Rosenbrock Schulz	Servente/Merendeira	06h00min
Rosvita Zanella	Servente/Merendeira	22h00min

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 614, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598800

Portaria nº 614, de 31 de julho de 2020.

“Desconto de horas inativas referentes ao ponto eletrônico”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de falta(s) sem justificativa(s), conforme relatório do cartão ponto do período de abril/maio 2020.

NOME	CARGO	HORAS INATIVAS
Adriana Grippa Radloff	Diretora de Departamento	02h23min
Alisson Verissimo Oliveira Lopes	Odontólogo	47h40min
Ana Paula Andreas de Lima	Servente de Obras e Serviços	19h04min
Carla Simone de Freitas Ferreira	Médico	10h55min
Daiana Zanella	Agente Administrativo	00h54min
Dayane Guedes Augustinho	Enfermeiro	00h56min
Deisi Gracielli Moretti	Fonoaudiólogo	01h30min
Deyse Karolyne Cardozo Leal	Servente/Merendeira	06h22min
Emerson Possamai	Diretor de Departamento	00h35min
Evalmir Horstmann	Of. de Manut. e Conservação	01h54min
Geovani Ambos	Servente de Obras e Serviços	17h56min
Gilson Hansen	Servente de Obras e Serviços	69h12min
Graciela de Oliveira Alves	Psicólogo	11h01min
Grasielli Schramm	Diretor de Departamento	01h06min
Jane Karine Vinci	Técnico em Enfermagem	01h01min
Janeida Taschner de Moura	Auxiliar Odontológico	00h52min
Jonas de Souza	Op. de Máquinas e Veículos	02h17min
Josimara Fernanda Olsson	Auxiliar Odontológico	00h45min
Jossoan Testoni	Op. de Máquinas e Veículos	06h19min
Leandro Cardozo	Servente de Obras e Serviços	06h00min
Lideomar Voss	Op. de Máquinas e Veículos	00h52min
Marcia Solene Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	08h06min
Marco Aurelio Follador	Médico	10h11min
Maria Aurea Bragança dos Santos	Odontólogo	01h22min
Mariana Zumblick Pereira	Odontólogo	00h52min
Marina Priebe	Agente Administrativo	01h24min
Matheos Abner Silva	Engenheiro Florestal	02h17min
Michelle R. K. Hilmer Bittencourt	Odontólogo	04h07min
Mirtilo Leitis	Odontólogo	00h49min
Pamela Giseli dos Santos	Servente/Merendeira	30h37min
Paula Manoela Nienkoetter da Silva	Nutricionista	00h53min
Regina Lunelli Seola	Auxiliar de Enfermagem	01h00min
Renato Moser	Op. de Máquinas e Veículos	00h42min
Ronan Zimmer	Agente Administrativo	03h56min
Ronibert Fiedler	Mecânico	04h13min
Rosa Zenir dos Santos	Gerente	02h13min
Rosimere Schroeder	Servente/Merendeira	03h19min
Sabrina Durda	Servente/Merendeira	08h12min
Silvana Galdino da Silva	Médico	00h40min
Viviany Souza dos Santos	Servente/Merendeira	01h27min

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 615, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598803

Portaria nº 615, de 31 de julho de 2020.

“Relação de Atestados Médicos”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Aos funcionários Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestados médicos apresentados.

Nº	N o m e	Período do Atestado	Função	Secretaria	Dia (s)
	Adeliria H. Penz	24/06/2020	Técnico em Enfermagem	Saúde	½
	Adolfo G. Fiedler	23/06/2020	Agente Administrativo	Saúde	½
	Adolfo G. Fiedler	06/07/2020	Agente Administrativo	Saúde	½
	Allison Verissimo O. Lopes	29/06/2020	Odontólogo	Saúde	½
	Ana Paula A. de Lima	25/06/2020	Servente de Obras e Serviços	Obras	10
	Ana Paula A. de Lima	26/06/2020	Servente de Obras e Serviços	Obras	10
	Ana Paula A. Lima	13/07/2020	Servente de Obras e Serviços	Obras	1
	Ana Paula Soares	29/06/2020	Servente/Merendeira	Educação	½
	Andreia V. Duwe	08/07/2020	Técnica em enfermagem	Saúde	½
	Andressa Marques	16/07/2020	Auxiliar Odontológico	Saúde	8
	Carla Oribka	06/07/2020	Agt. Comunitário de Saúde	Saúde	2
	Carla R. Modinger	10/07/2020	Agente Administrativo	Ass. Social	1
	Catia Day	02/07/2020	Técnico em Enfermagem	Saúde	1
	Catia Day	13/07/2020	Técnico em enfermagem	Saúde	½
	Deisi G. Moretti	06/07/2020	Fonoaudiólogo	Saúde	5
	Deisi G. Moretti	10/07/2020	Fonoaudiólogo	Saúde	6
	Deisi G. Moretti	16/07/2020	Fonoaudiólogo	Saúde	3
	Deyse K. Cardozo Leal	22/06/2020	Servente / Merendeira	Educação	1
	Douglas Mendes	23/06/2020	Servente de Obras e Serviços	Obras	3
	Douglas Mendes	25/06/2020	Servente de obras e Serviços	Educação	2
	Edir Carlos Spiess	17/07/2020	Motorista/Socorrista	Saúde	4
	Eliane M.G. Koch	01/07/2020	Professora	Educação	1
	Elisana Pinto Gramkow	30/06/2020	Técnico em Enfermagem	Saúde	1

	Fabio Beninca	14/07/2020	Agente de Esportes	Educação	6
	Francielle E. da Silveira	23/06/2020	Servente/Merendeira	Educação	1/2
	Francielle Eloiza Silveira	14/07/2020	Servente/Merendeira	Educação	1/2
	Grasielli Schramm	13/07/2020	Auxiliar Odontológico	Saúde	2
	Janete Soares de Souza	06/07/2020	Servente/Merendeira	Educação	7
	Josefa Madalena de Mattos	25/06/2020	Técnico em Enferma- gem	Saúde	2
	Jossoan Testoni	29/06/2020	Op. de Máquinas e Veículos	Obras	1/2
	Lindamir M. Carlos	14/07/2020	Servente/Merendeira	Educação	8
	Marcia Cristina Ferreira	23/06/2020	Odontóloga	Saúde	1/2
	Marcia Cristina Ferreira	30/06/2020	Odontólogo	Saúde	1/2
	Marina Priebe	17/06/2020	Agente Administrativo	Saúde	14
	Marise Carlos da Silva	30/06/2020	Servente/Merendeira	Educação	12
	Marlene A. Pacheco	17/07/2020	Servente/Merendeira	Educação	1
	Marlene Reblin	15/07/2020	Diretor de Departa- mento	Sedema	1
	Michelle R. K. H. Bit- tencourt	29/06/2020	Odontólogo	Saúde	1/2
	Michelle R. K. H. Bit- tencourt	02/07/2020	Odontólogo	Saúde	1/2
	Michelle R. K. H. Bit- tencourt	10/07/2020	Odontólogo	Saúde	1/2
	Michelle R. K. H. Bit- tencourt	10/07/2020	Odontólogo	Saúde	1/2
	Moacir Morló	14/07/2020	Op. de Maquinas e Veículos	Obras	1
	Rafael Cristiano Rei- nicke	26/06/2020	Fiscal de Serviço em Saúde	Saúde	1/2
	Roseli Maria Lucas	02/07/2020	Auxiliar Odontológico	Saúde	1/2
	Roseli Maria Lucas	03/07/2020	Auxiliar Odontológico	Saúde	1
	Sabrina S. Ristow	20/07/2020	Professor	Educação	14
	Sandra Maria Secchi	24/06/2020	Diretor de Departa- mento	Sedema	1/2
	Sergio da Silva	26/06/2020	Servente de Obras e Serviços	Obras	1
	Taciana Brey	22/06/2020	Técnico em Enferma- gem	Saúde	3
	Taciana Brey	26/06/2020	Técnico em Enferma- gem	Saúde	3
	Tania Klemz Ristow	06/07/2020	Professor	Educação	7
	Vanderlei Brignoli	22/06/2020	Op. de Maquinas e Veículos	Obras	3
	Vanderlei Brignoli	22/06/2020	Op. de Maquinas e Veículos	Obras	7
	Vilma Severino	22/06/2020	Servente / Merendeira	Saúde	1
	Total Geral				

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de julho de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA 1 DO EDITAL PRG 030 -2020 MUL - LAJOTA, MEIO FIO, GRELHA, PAVER, TIJOLO

Publicação N° 2599551

Errata 1 do Edital Pregão - Registro de Preço 030/2020 -MUL

O Município de Ilhota comunica aos interessados no Pregão-Registro de Preço 030/2020 – MUL, conforme pedido de esclarecimento da empresa Britagem Vogelsanger, bem lembrado, erro de planilha, o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

Anexo I:

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
1	LAJOTA SEXTAVADA (25x25x08) CM - COTA PRINCIPAL	50.000,00	m²	36,87	1.843.500,00
2	LAJOTA SEXTAVADA (25x25x08) CM - COTA RESERVADA	25.000,00	m²	36,87	921.750,00
3	MEIO FIO (80X30X15CM) - COTA PRINCIPAL	12.375,00	UN	21,50	266.062,50
4	MEIO FIO (80x30x15) CM - COTA RESERVADA	4.125,00	UN	21,50	88.687,50
6	GRELHA DE CONCRETO COM ARMAÇÃO DUPLA SOLDADA MEDIDAS (75X45X10) CM - COTA RESERVADA	375,00	UN	75,95	28.481,25
7	PAVER CINZA 35 MPA, ESPESSURA 6 CM - COTA PRINCIPAL	14.250,00	m²	34,55	492.337,50
8	PAVER CINZA 35 MPA, ESPESSURA 6 CM - COTA RESERVADA	4.750,00	m²	34,55	164.112,50
9	PAVER COLORIDO 35 MPA, ESPESSURA 6 CM COTA PRINCIPAL	5.062,00	m²	34,55	174.892,10
10	PAVER COLORIDO 35 MPA, ESPESSURA 6 CM COTA RESERVADA	1.688,00	m²	48,30	81.530,40
11	PAVER PODOTÁTIL ALERTA E DIRECIONAL 35 MPA, ESPESSURA 6 CM COTA PRINCIPAL	2.250,00	m²	48,97	110.182,50
12	PAVER PODOTÁTIL ALERTA E DIRECIONAL 35 MPA, ESPESSURA 6 CM COTA RESERVADA	750,00	m²	48,97	36.727,50
13	TIJOLO DE CONCRETO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 07x15x25 CM, FCK 35 MPA	15.000,00	UN	1,48	22.200,00
14	PAVER CINZA 35 MPA, ESP = 8 COTA PRINCIPAL	6.000,00	m²	40,03	240.180,00
15	PAVER CINZA 35 MPA, ESP = 8 COTA RESERVADA	2.000,00	m²	40,03	80.060,00

Total Geral: 4.636.147,50 Leia-se:

Anexo I:

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
1	LAJOTA SEXTAVADA (25x25x08) CM - COTA PRINCIPAL	50.000,00	m²	36,87	1.843.500,00
2	LAJOTA SEXTAVADA (25x25x08) CM - COTA RESERVADA	25.000,00	m²	36,87	921.750,00
3	MEIO FIO (80X30X15CM) - COTA PRINCIPAL	12.375,00	UN	21,50	266.062,50
4	MEIO FIO (80x30x15) CM - COTA RESERVADA	4.125,00	UN	21,50	88.687,50
5	GRELHA DE CONCRETO COM ARMAÇÃO DUPLA SOLDADA MEDIDAS (75X45X10) CM - COTA PRINCIPAL	1.125,00	UN	75,95	85.443,75

6	GRELHA DE CONCRETO COM ARMAÇÃO DUPLA SOLDADA MEDIDAS (75X45X10) CM - COTA RESERVADA	375,00	UN	75,95	28.481,25
7	PAVER CINZA 35 MPA, ESPESSURA 6 CM - COTA PRINCIPAL	14.250,00	m²	34,55	492.337,50
8	PAVER CINZA 35 MPA, ESPESSURA 6 CM - COTA RESERVADA	4.750,00	m²	34,55	164.112,50
9	PAVER COLORIDO 35 MPA, ESPESSURA 6 CM COTA PRINCIPAL	5.062,00	m²	48,30	244.494,60
10	PAVER COLORIDO 35 MPA, ESPESSURA 6 CM COTA RESERVADA	1.688,00	m²	48,30	81.530,40
11	PAVER PODOTÁTIL ALERTA E DIRECIONAL 35 MPA, ESPESSURA 6 CM COTA PRINCIPAL	2.250,00	m²	48,97	110.182,50
12	PAVER PODOTÁTIL ALERTA E DIRECIONAL 35 MPA, ESPESSURA 6 CM COTA RESERVADA	750,00	m²	48,97	36.727,50
13	TIJOLO DE CONCRETO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 07x15x25 CM, FCK 35 MPA	15.000,00	UN	1,48	22.200,00
14	PAVER CINZA 35 MPA, ESP = 8 COTA PRINCIPAL	6.000,00	m²	40,03	240.180,00
15	PAVER CINZA 35 MPA, ESP = 8 COTA RESERVADA	2.000,00	m²	40,03	80.060,00

Total Geral: 4.705.750,00 Inclui-se o item, 5 que ficou faltando mais somou no somatório e corrige-se os valores unitários dos itens 9 e 10. Corrige-se no anexo I e o termo de referência. Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 26 de agosto de 2020 às 09h30min horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09h00min horas.

Ilhota, 11 de agosto de 2020.
Francineide Pereira
Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 10/2020

Publicação Nº 2599880

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br

PORTARIA Nº 10/2020

ESTABELECE A DATA DAS SESSÕES ORDINÁRIAS PARA OS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2020, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 74 DO REGIMENTO INTERNO.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal do Município de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que nos termos do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte PORTARIA;

Art. 1º Ficam determinadas as datas das Sessões Ordinárias para os meses de SETEMBRO e OUTUBRO de 2020, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Ilhota da seguinte maneira:

MÊS DE SETEMBRO MÊS DE OUTUBRO
01/09 (Terça-feira) 06/10 (Terça-feira)
15/09 (Terça-feira) 13/10 (Terça-feira)
22/09 (Terça-feira) 20/10 (Terça-feira) 29/07 (Terça-feira) 27/10 (Terça-feira)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 10 de agosto de 2020
Arnoldo Adriano
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Sidnei Reinert
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

RESOLUÇÃO DE MESA 32/2020

Publicação Nº 2599827

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 32/2020

DISPENSA O TRÂMITE DO RITO REGIMENTAL DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 15/2020 E DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 15/2020 E 16/2020, DE AUTORIA DO EXECUTIVO, POSSIBILITANDO SUA LEITURA E DELIBERAÇÃO EM UM ÚNICO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13/08/2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que deu entrada nesta Casa de Leis o Projeto de Lei Ordinária nº 15/2020 e do Projeto de Lei Complementar nº 15/2020 e 16/2020 de autoria do Executivo;

CONSIDERANDO que a tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 15/2020 e do Projeto de Lei Complementar nº 15/2020 e 16/2020 de autoria do Executivo, deve por imposição legal obedecer ao trâmite Regimental aplicável à espécie;

CONSIDERANDO que as deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a justificada urgência da matéria constante na proposição apresentada pelo executivo municipal e a situação crítica do vírus COVID-19;

CONSIDERANDO a importância da matéria que se encontra estampada na referida proposição para a comunidade Ilhotense.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica dispensada do trâmite regimental do Projeto de Lei Ordinária nº 15/2020 e do Projeto de Lei Complementar nº 15/2020 e 16/2020 de autoria do Executivo.

Art. 2º. Fica autorizada a leitura e inclusão do Projeto de Lei Ordinária nº 15/2020 e do Projeto de Lei Complementar nº 15/2020 e 16/2020 de autoria do Executivo, na ordem do dia da Sessão Extraordinária do dia 10 de agosto de 2020.

Art. 3º. Autoriza a Câmara Municipal de Ilhota a deliberar o Projeto de Lei Ordinária nº 15/2020 e do Projeto de Lei Complementar nº 15/2020 e 16/2020 de autoria do Executivo, em um único turno de discussão e votação.

Art. 4º. A presente resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 10 de agosto de 2020.

Arnoldo Adriano
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Sidnei Reinert
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

376 - VALDOMIRO CASTRO SILVA - EXONERAÇÃO DE ASSISTENTE (1)

Publicação N° 2598559

PORTARIA GP N° 376/2020, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Exoneração de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido,

EXONERAR:

VALDOMIRO CASTRO SILVA do cargo de Assistente.

Imaruí, 20 de julho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

377 - ERALDO COSTA - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE ASSISTENTE

Publicação N° 2598561

PORTARIA GP N° 377/2020, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Nomeação para o cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve,

NOMEAR:

ERALDO COSTA com CPF nº 636.210.619-91 para o cargo de Assistente da Secretaria de Pesca e Aquicultura

Imaruí, 20 de julho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

378 - JACOB MONTEIRO DEMETRIO - REVOGAÇÃO DE PORTARIA

Publicação N° 2598562

PORTARIA GP N° 378/2020 DE 23 DE JULHO DE 2020.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP N° 297/2019 de JACOB MONTEIRO DEMETRIO para atuar como responsável pelo Almoxarifado.

Imaruí, 23 de julho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

379 - JACOB MONTEIRO DEMETRIO - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO

Publicação N° 2598565

PORTARIA GP N° 379/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Exoneração de Funcionário Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve,

EXONERAR:

JACOB MONTEIRO DEMETRIO do cargo de Motorista, decorrente de falecimento a partir de 23 de julho de 2020, conforme certidão de óbito nº 0003256 , do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 31 de julho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

CHAMADA PUBLICA 003/2020 | HOMOLOGAÇÃO

Publicação N° 2598533

HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA SMS N° 003/2020.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

	MÉDICO GINECOLOGISTA	
Nº	Nome	Situação
1º	PAULO ROBERTO TAVORA NEVES	Aprovado
	ENFERMEIRO GESTÃO	
Nº	Nome	Situação
1º	DAIANE CRISTINA LEOPOLDO	Aprovado
2º	ISABEL CRISTIANE ZANON MOSCIBROCKI	Aprovado

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

FRANCISMARI ROSSI LESSA
Secretária de Saúde

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 007/2020

Publicação Nº 2598635

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 007/2020

Data do Registro de preço: 03/08/2020. Objeto: Registro de Preço para aquisição de Gêneros Alimentícios.

Empresa registrada: Comercial Mendesgoul Ltda 72.532.351/0001-54

Item	Especificação	UN	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
02	ÁGUA MINERAL Bombonas de 5 litros. Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses.	UND	1550	GRAVATAL	4,40	6.820,00
03	ÁGUA MINERAL Garrafa de 500ml. Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses.	UND	1650	GRAVATAL	0,87	1.435,50
04	ABACAXI Características Técnicas: Abacaxi tipo perola, in natura, de primeira qualidade, em grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, sem ferimentos ou defeitos com ausência de sujidades larvas e parasitas.	UND	1550	SEASA	4,42	6.851,00
07	ACHOCOLATADO EM PÓ Características técnicas: instantâneo, deve conter como primeiro ingrediente o cacau em pó, conter açúcar ou edulcorante natural, enriquecido com vitaminas e minerais, ter aroma natural de chocolate e sem conservantes artificiais e sem glúten. Embalagem de polietileno, atóxico, leitoso, resistente, termo soldado com data de fabricação e prazo de validade, rotulagem conforme legislação vigente. Embalagem contendo 1kg.	PCT	2550	CHOKILAR	5,95	15.172,50
08	AÇÚCAR MASCAVO Características Técnicas: O açúcar deve ser fabricado de suco de cana, livre de fermentação, com coloração própria e uniforme, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Em embalagem plástica transparente, lacrada e atóxica, de 500g ou 1 kg, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	PCT	250	GRANOMEL	5,27	1.317,50
09	AÇÚCAR REFINADO Características Técnicas: Produto processado da cana de açúcar com moagem refinada, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Embalagem de polietileno leitoso ou transparente, atóxico, pacotes de 1 kg. Em conformidade com a legislação vigente. Data de fabricação: Máximo 30 Dias. Prazo de validade: Mínimo 10 meses.	UND	4300	ALTO ALEGRE	2,55	10.965,00
12	ALFACE Características Técnicas: Alface, lisa ou crespa, tenra, bem formada, firme, fechada, sem manchas e apodrecimento, livre de sujidades, parasitas ou larvas, folhas íntegras, previamente lavadas, frescas de tamanho médio. Adequadas para o consumo.	UND	2050	SEASA	1,38	2.829,00

13	ALHO Características Técnicas: Tipo especial, devem estar fisiologicamente desenvolvidos, inteiros, íntegros e firmes, livre de brotos, isentos de sujidades e substâncias nocivas à saúde.	KG	515	BASCHIROTO	18,86	9.712,90
15	ARROZ BRANCO Características Técnicas: Arroz branco beneficiado, limpo, longo, fino tipo 1, isento de sujidades, e materiais estranhos, umidade máxima 16%; Embalagem primária de polietileno transparente, atóxico, intacto, termo soldado, resistente, embalados de 1 kg, rotulados com data de fabricação máximo de 30 dias e validade de 12 meses.	UND	3050	TIO ROMAO	2,36	7.198,00
16	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1. Características Técnicas: Arroz beneficiado, parboilizado, longo, fino tipo 1. Isento de sujidades, e materiais estranhos, umidade máxima 16%; Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, atóxico, intacto, termo soldado, resistente, pacotes de 1 kg, rotulados com data de fabricação máximo de 30 dias e de validade de 12 meses.	UND	4150	OLIVO	2,17	9.005,50
23	BETERRABA Características técnicas: In natura, Tamanho médio, limpa, pesando entre 100 e 150g a unidade, deve apresentar características do cultivar bem definidas, bem formadas, coloração própria, livre de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	1715	SEASA	2,85	4.887,75
32	CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO (PALETA). Características Técnicas: congelada em peças, com no máximo 3% de água, 10% de gordura e 3% aponeuroses, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de parasitas e larvas, deve ser isenta de cartilagens. Embalagem a vácuo, transparente e atóxico, flexível e resistente, que garanta integridade do produto até o momento do consumo. Em pacotes de 1kg. Na embalagem devem constar dados de identificação e informações nutricionais do produto, validade e fabricação, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega. ** ITEM DESTINADO A AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	4575	FRIGO VI	15,92	72.834,00

33	CARNE SUÍNA (TIPO LOMBO) Características Técnicas: cortes de lombo suíno, sem osso, sem sebo, percentual de tecido adiposo máximo admitido de 10% por peça, sem cartilagens, nervos, tendões e aponeuroses. Carne elástica, firme e com odor característico. Embalagem transparente e atóxico, flexível e resistente, que garanta integridade do produto até o momento do consumo. Em pacotes de 1kg. Na embalagem devem constar dados de identificação e informações nutricionais do produto, validade e fabricação, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega.	KG	3000	ROANNA	14,93	44.790,00
34	CEBOLA DE CABEÇA Características Técnicas: Classe média (4), Tipo Especial, pesando entre 100 a 200 gramas a unidade. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, isenta de fungos e indícios de germinação e apodrecimento, livres de danos mecânicos, fisiológicos. Em perfeitas condições para o consumo.	KG	3020	SEASA	2,42	7.308,40
37	COUVE FOLHA Características Técnicas: In natura, de primeira qualidade, limpas, com folhas integras, livres de fungos, larvas e danos mecânicos. Estarem em perfeitas condições de conservação e adequados para o consumo. Em molhos contendo de 6 a 8 folhas.	UND	1000	SEASA	2,99	2.990,00
48	FARINHA DE MILHO Características Técnicas: Tipo 1, Farinha fina obtido pela moagem do grão de milho, livre de partes não comestíveis, sem misturas. Embalagem polietileno, transparente, atóxica, resistente, intacta, livre de umidade. Rotulado de acordo com legislação vigente. Embalagem com capacidade de 1 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses após entrega	KG	775	SINHÁ	2,64	2.046,00
49	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL. Características Técnicas: Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo são e limpos, sem misturas, isentos de matéria terrosa. Enriquecida ou fortificada com ferro e ácido fólico. Embalagem: Pacotes de 1kg, em polietileno, transparente ou papel; atóxica, resistente, intacta. Livre de umidade Rotulado de acordo com legislação vigente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 08 meses após entrega.	KG	4000	ORQUIDEA	2,05	8.200,00

52	<p>FEIJÃO VERMELHO Características técnicas: tipo 2, limpo, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos, umidade máxima de 15%. Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, resistente, atóxico, intacto. Rotulado de acordo com legislação vigente. Embalagem de 1kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega.</p>	KG	1525	RIO BELLO	7,36	11.224,00
53	<p>FERMENTO BIOLÓGICO Características Técnicas: fermento biológico (<i>saccharomyces cerevisiae</i>) Seco, instantâneo, 100% natural, sem glúten. Embalagem primária metalizada contendo 100g produto. Embalagem secundária de acordo com legislação vigente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da entrega.</p>	UND	715	FLEISCHMAN	4,50	3.217,50
54	<p>FERMENTO EM PÓ QUÍMICO Características Técnicas: Formado de substâncias ou mistura de substâncias químicas. Ingredientes: Amido de milho ou fécula de batata, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Apresentar aspecto de pó fino, cor branca, sabor e odor próprios. Não deve apresentar-se empedrado. Rotulagem de acordo com legislação vigente para o produto. Embalagem primária: Potes de polietileno resistente, com capacidade para 250g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 12meses.</p>	UND	1315	FLEISCHMAN	4,28	5.628,20
55	<p>FILÉ DE PEIXE CONGELADO Características Técnicas: Cortes de filé de Tilápia ou Abrótea ou Merluza. Congelado a-18°C. Sem espinhas, não amolecido, não pegajoso e com cor, cheiro e aspecto próprio, sem machas esverdeadas, isento de toda e qualquer evidência de decomposição. Média por filé 180g. Congelados separados. Embalagem: Saco de polietileno, atóxica, asséptica, intacta e resistente que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, devidamente rotulado de acordo com a Legislação, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. Embalagem de 1kg. Data de fabricação: Máximo de 45 dias. Data de validade: Mínimo de 04 meses a partir da entrega.</p>	KG	2540	DEDEDA	20,80	52.832,00

60	<p>LEITE SEM LACTOSE Destinado para alimentação especial Características Técnicas: leite integral fluido, tipo longa vida, esterilizado pelo sistema ultrapasteurizado com restrição de lactose. Ingredientes: leite integral, enzima lactase, deve conter 238 a 240mg de cálcio aproximadamente, e proteínas 6,4g para porção de 200ml. Embalagem Tetra Pack integral e asséptica, sem rasgos ou vazamentos, que comprometam a qualidade do produto. Contendo 1 litro. Produto de acordo com registro no ministério da agricultura SIF/DIPOA. Data de fabricação: Máximo de 15 dias. Data de validade: Mínimo de 04 meses.</p>	UND	400	TIROL	3,54	1.416,00
63	<p>LINHAÇA Características Técnicas: Sementes de linhaça marrom ou dourada puras, livres de sujidades, mofo e contaminantes. De acordo com a CNNPA N° 12\ 1978. Embalagem: 200 g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 6 meses a partir da entrega.</p>	UND	50	GRANOMEL	3,19	159,50
65	<p>MAMÃO FORMOSA Características Técnicas: In natura de primeira qualidade, casca lisa sem ferimentos, apresentado grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas larvas e apodrecimentos Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno V, de acordo com a Portaria MA n° 127, de 04/10/91.</p>	KG	1620	SEASA	3,77	6.107,40
66	<p>MASSA TIPO CABELO DE ANJO Características Técnicas: Tipo longo, fino, contendo farinha de trigo especial ou sêmola de trigo, ovos enriquecido com ferro, ácido fólico, massa seca. Não deverá apresentar sujidade, bolor, umidade, manchas e insetos. Embalagem: Sacos de polietileno transparente, atóxico, intacto, com tabela de composição nutricional, pacotes de 500g. Data de fabricação: Máximo de 30 meses. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega.</p>	PCT	1450	PARATI	3,60	5.220,00
68	<p>MASSA TIPO PARAFUSO Características Técnicas: Contendo farinha de trigo especial ou sêmola de trigo e ovos, massa seca. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas, insetos ou fragilidade a pressão dos dedos. Embalagem: Sacos de polietileno transparente, atóxico, intacta com tabela de composição nutricional, pacotes de 500g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega</p>	PCT	4000	DIANA	1,63	6.520,00
71	<p>MISTURA PARA MINGAU Características técnicas: cereal a base de arroz. Pré-cozido, instantâneo, formulado para alimentação infantil, enriquecido com vitaminas e minerais. Pode conter glúten e traços de leite. Embalagem: sachê de 230g a 250g. Rotulagem de acordo com legislação vigente. Data de validade: mínimo de 90 dias a partir da entrega.</p>	UND	1000	NUTRIBOM	2,69	2.690,00

74	OVOS Características Técnicas: Ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando média 60g por unidade. Deve Ter Certificação SIF ou SIE ou SIM. Embalagem: Descartável, caixa com capacidade para 1 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 15 dias a partir da entrega.	DZ	2950	LEMBECKER	5,24	15.458,00
76	PÃO DOCE Características Técnicas: tipo bisnaguinha, pesando média de 25g por unidade. Pão de massa doce, farinha de trigo enriquecida, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, água, fermento biológico. Feito no dia da entrega, sem amassados e queimados, deve ser macio, com cor e sabor próprio. Data de fabricação do dia da entrega. Embalagem: descartáveis, intacto, atóxico e resistente contendo 10 unidades por pacote. Rotulagem de acordo com as normas MBPF, com data de validade.	UND	7100	PADARIA SABOR FINO	4,70	33.370,00
78	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE Características Técnicas: Tamanho médio, pesando aproximadamente 50g por unidade superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, macio, tipo cachorro quente, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, água, fermento biológico, feito no dia da entrega, sem amassados e queimados, deve ter cor e sabor próprio. Data de fabricação do dia da entrega. Embalagem: Saco de plástico próprio, intacto, atóxico e resistente, contendo no mínimo 10 unidades por pacote. Rotulagem de acordo com as normas MBPF, com data de validade	PCT	10100	PADARIA SABOR FINO	4,73	47.773,00
79	PEPINO Características Técnicas: Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	500	SEASA	2,77	1.385,00
80	PÊSSEGO Características Técnicas: Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos e maduros, bem formados, limpos, sadios, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	500	SEASA	6,30	3.150,00
81	PIMENTÃO Características Técnicas: Fresco, integro, sem manchas, coloração definida, tamanhos uniformes, isentos de pragas, larvas, parasitas e danos físicos ou mecânicos decorrentes de transporte e manuseio. Variedades: verde, amarelo ou vermelho.	KG	310	SEASA	4,18	1.295,80

83	POLPA DE FRUTA CONGELADA Características Técnicas: Natural, de primeira qualidade, produzido a partir de fruta e adição de água, congelada. Sabores: laranja, abacaxi, maracujá, morango. Embalagem primária: atóxica, intacta, resistente, pacote a 1kg em sacos de polietileno transparente. Rotulagem de acordo com a legislação vigente para produto	UND	4550	FRUTA MIL	9,50	43.225,00
84	REPOLHO BRANCO Características Técnicas: tamanho médio, pesando entre 1000g e 2000g a unidade. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, bem formado, limpo, livre de fungos, larvas, pragas, doenças e apodrecimento, estarem em perfeitas condições de conservação, livre de danos mecânicos e adequados para o consumo.	UND	1400	SEASA	2,95	4.130,00
86	TEMPERO VERDE Características técnicas: Molho de tamanho grande, produção recente, sem apodrecimentos, larvas, e bem formadas, pronta para consumo – Devendo ser composta de salsinha e cebolinha verde.	UND	2460	SEASA	2,39	5.879,40
88	VAGEM Características técnicas: Deve apresentar características de primeira qualidade, bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de pragas e doenças, apodrecimentos, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	1220	SEASA	5,43	6.624,60
91	CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO (PALETA). Características Técnicas: congelada em peças, com no máximo 3% de água, 10% de gordura e 3% aponeuroses, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de parasitas e larvas, deve ser isenta de cartilagens. Embalagem a vácuo, transparente e atóxica, flexível e resistente, que garanta integridade do produto até o momento do consumo. Em pacotes de 1kg. Na embalagem devem constar dados de identificação e informações nutricionais do produto, validade e fabricação, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega. **COTA RESERVADA ME	KG	1525	FRIGO VI	15,92	24.278,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 499.145,20 (Quatrocentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

Empresa registrada: Jose Mendes Filho Mercado 04.237.447/0001-30

Item	Especificação	UN	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
01	ÁGUA MINERAL Bombonas de 20 litros. Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses. Necessário o cômodo dos cascos de água no início do ano.	UND	6200	GRAVATAL	5,49	34.038,00

05	ABÓBORA Características Técnicas: Menina ou paulista, in natura, tamanho médio pesando entre 900 e 1200 g. devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, casca lisa com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação, maturação e adequadas para o consumo.	KG	1020	SEASA	1,82	1.856,40
06	ABOBORA CABOTIÁ Características Técnicas: In natura, de primeira qualidade, tamanho médio, devem apresentar as características do cultivar bem definidas, coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação, maturação e adequadas para o consumo.	KG	1200	SEASA	1,82	2.184,00
10	ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL Características Técnicas: Adoçante natural líquido com edulcorante natural, sem calorias, extraído da planta, não deve conter ingredientes artificiais. Embalagem com 80ml, validade mínima de 10 meses após a entrega. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.	UND	25	ASSUCRIM	2,49	62,25
11	AIPIM Características Técnicas: Descascado, limpo e congelado, deve apresentar características bem definidas, bem formadas, boa coloração, estar em perfeitas condições de conservação, livre de parasitas, larvas e agroquímicos. Embalagem transparente lacrada, atóxica, de 1kg do produto, rotulado de acordo com legislação vigente.	KG	1520	SEASA	2,34	3.556,80
14	AMIDO DE MILHO Características Técnicas: Amido de milho - produto amiláceo extraído de milho (Zeamaya, L.); não conter misturas com glúten. Aspecto de pó fino, cor branca, odor e sabor próprios. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e de parasitos. Não pode estar úmido, fermentado ou rançoso. Rotulagem de acordo com a legislação vigente. Embalagem de 1Kg	UND	310	NEILAR	3,49	1.081,90
17	ARROZ INTEGRAL Características técnicas: tipo 1, longo fino, 100% integral, umidade máxima 16%, isento de matéria terrosa, mofo, sujidades e materiais estranhos. Embalagem primaria pacote plástico atóxico, transparente, termo soldado, resistente; pacotes de 1 kg, rotulados de acordo com legislação vigente. Data de fabricação máximo de 30 dias e de validade de 12 meses.	UND	650	KIARROZ	2,89	1.878,50

18	AVEIA EM FLOCOS Características Técnicas: grãos laminados de aveia, puro, preparado com matéria prima sã, limpa, isenta de fermentação, sujidades e materiais estranhos. Embalagem primária atóxica, deve estar intacta, pacotes de 500gr. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: de mínimo 10 meses.	UND	500	GRANOMEL	2,79	1.395,00
19	BANANA BRANCA Características técnicas: In natura, tipo especial, devem apresentar as características do cultivar bem definidos, fisiologicamente desenvolvida, bem formadas, limpas, casca lisa, com coloração própria, livre de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	6530	SEASA	1,44	9.403,20
20	BATATA DOCE Características técnicas: In natura, Tamanho médio, lavada, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, coloração própria, livre de doenças, pragas e apodrecimentos, sem danos mecânicos, em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	1520	SEASA	1,64	2.492,80
21	BATATA INGLESA Características técnicas: In natura, grupo 1, classe 2, tipo especial, escovada, limpa, coloração própria, pesando 100 e 300 g a unidade, livre de danos fisiológicos e mecânicos, apresentar perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	3000	SEASA	1,79	5.370,00
22	BEBIDA LÁCTEA Características Técnicas: produto obtido a partir de leite ou leite reconstituído e/ou derivados de leite, reconstituídos ou não, fermentado ou não, com ou sem adição de outros ingredientes, onde a base represente pelo menos 51% do total de ingredientes do produto. Sabores: coco e morango. Deve ter Certificado de Inspeção Federal ou Estadual. Embalagem primária: Sacos de polietileno leitoso com bordas hermeticamente fechados, com identificação: data de fabricação e de validade, embalagens de 900g a 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 05 dias.	UND	5300	MAIS FRIUS	1,49	7.897,00
24	BISCOITO INTEGRAL Produto destinado alimentação especial Características técnicas: biscoito salgado integral, deve conter farinha de trigo integral, farinha de trigo de primeira qualidade enriquecida com ferro e ácido fólico, sal refinado, óleo vegetal (livre de gordura trans), farinhas, flocos ou semente de outros cereais integrais; Serão rejeitados os biscoitos malcozidos, queimados, quebrados, de caracteres organolépticos anormais. Seguir recomendações da legislação vigente para MBPF e para rotulagem. Embalagem de 400 ou 1kg transparente ou metalizado, atóxico, resistente e Termo selado. Validade mínima de 10 meses a partir da entrega.	PCT	800	RENATA	2,59	2.072,00

25	BISCOITO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE Produto destinado alimentação especial Características técnicas: produto não deve conter glúten e lactose, ser livre de gordura trans e colesterol; conter edulcorantes e conservantes naturais, gordura saturada até 0,3g. Pode ser tipo broa ou biscoito de polvilho, polvilho com coco, farinha milho ou amido de milho, amaranho, quinoa ou fécula de batata, ter como ingredientes óleo vegetal, seguir a normas de BPF. Serão rejeitados os biscoitos malcozidos, queimados, quebrados, de caracteres organolépticos anormais. Embalagem contendo 400g transparente ou metalizado, atóxico, resistente, hermeticamente selado. Rotulagem seguir a legislação vigente. Validade mínima de 10 meses a partir da entrega.	PCT	200	BISCOITITOS	3,49	698,00
26	BISCOITO SEM LACTOSE Produto destinado alimentação especial Características técnicas: produto sem lactose, sabor variado: milho, leite, maisena, tendo como ingredientes: enzima lactase, amido de milho, ovos, óleo vegetal, edulcorantes e conservantes naturais. Seguir a normas de BPF. Serão rejeitados os biscoitos malcozidos, queimados, quebrados, de caracteres organolépticos anormais. Embalagem contendo 400g, transparente ou metalizado, atóxico, resistente, hermeticamente selado. Rotulagem seguir a legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 10 meses a partir da entrega.	PCT	200	BISCOITITOS	3,39	678,00
27	BRÓCOLIS Características técnicas: De primeira qualidade, devem apresentar as características do cultivar bem definidas, tamanho médio a grande, isenta de fungos e indícios de germinação e apodrecimento, livre de sujidades, parasitas ou larvas, folhas íntegras, estarem em perfeitas condições de conservação, maturação e adequadas para o consumo.	UND	1020	SEASA	2,09	2.131,80
28	CAFÉ EM PÓ CAFÉ EM PÓ - Características técnicas: Produto 100% puro, torrado e moído, empacotado à vácuo, pacote de 500g. Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó homogêneo fino, cor castanho; sabor e odor próprios. Selo de pureza ABIC ou laudo emitido por laboratório credenciado junto aos órgãos competentes. Embalagem atóxica, intacta, com rotulagem de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade mínima de 10 meses a partir da entrega.	PCT	4250	ODEBRECHT	3,49	14.832,50
29	CANELA EM PÓ Características técnicas: Em pó, fino e homogêneo. Produzidos por cascas procedentes de espécies vegetais genuínos, são e limpos, sem misturas de açúcar ou amido. Livre de mofo, umidade. Embalagem de acordo com a Resolução CNNPA N° 12\ 1978. Data de validade: 12 meses após a entrega. Embalagem com no mínimo 25 gramas.	PCT	100	NUNES	1,78	178,00

30	CANJICA DE MILHO (BRANCA) Características técnicas: Tipo 1, classe branca, subgrupo despeliculada, de acordo com a Portaria nº 109, de 24/02/1989. O produto deve ser proveniente de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritos animais ou vegetais. Características sensoriais (organolépticas): aspecto de grãos, cor branca, odor e sabor próprios. Não deve apresentar cheiro de mofo. Embalagem primária: Embalagem em sacos de polietileno transparente, reforçado, atóxico e resistente, contendo 500g. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. Data de fabricação: máximo de 30 dias. Data de validade: mínimo de 06 meses após entrega	UND	300	FONTE NOVA	1,77	531,00
31	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA. Características Técnicas: Carne Bovina moída congelada – Acém ou músculo - com no máximo 3% de água, 10% de gordura, e 3% aponeuroses, cor própria, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, com ausência de parasitas e larvas, deve ser isenta de cartilagens e de ossos. Embalagem atóxica, transparente, flexível e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, embalados a vácuo em pacotes de 1kg. Rotulagem devem constar dados de identificação e informações nutricionais do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 6 meses a partir da entrega. ** ITEM DESTINADO A AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	5325	SC CARNES	11,98	63.793,50
35	CENOURA Características Técnicas: In natura, tamanho médio, pesando 150 a 250g por unidade tipo especial. Apresentar as características do cultivar bem definidos, bem formadas, não lenhosas, isenta de fungos e apodrecimento, livre de sujidades, parasitas ou larvas, estarem em perfeitas condições de conservação, maturação e livre de danos mecânicos. Adequados para o consumo.	KG	2515	SEASA	1,79	4.501,85
36	COUVE FLOR Características Técnicas: In natura, Tamanho de médio a grande, limpas de primeira qualidade, livre de fungos, larvas, pragas, doenças e apodrecimento, estarem em perfeitas condições de conservação, maturação e adequadas para o consumo.	UND	1000	SEASA	1,48	1.480,00

38	<p>COLORAU Característica técnicas: condimento colorífico em pó, de primeira, deve conter como ingrediente fubá ou farinha de mandioca com urucum e apresentar aspecto, cor, cheiro sabor característico. Não apresentar sinais de mofo e umidade, conter no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Registro no MS. Embalagens: de polietileno transparente, resistente, atóxica e intacta. Contendo de 500g do produto. A rotulagem deve seguir as normas. Legislação: resolução - RDC nº 276\2005. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega.</p>	UND	1020	SINHA	1,92	1.958,40
40	<p>CORTES CONGELADOS DE PEITO DE FRANGO Características Técnicas: Cortes de frango (peito de frango) congelado, com osso e sem tempero, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, sem manchas esverdeadas, cheiro, cor e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem: em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, lacrado, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, contendo pacotes de 1kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. Data de fabricação: Máximo de 45 dias. Data de validade: Mínimo de 04 meses a partir da entrega</p>	KG	6600	AVE SERRA	5,74	37.884,00
41	<p>CORTES CONGELADOS DE COXA E SOBRECORA DE FRANGO Características Técnicas: Cortes de frango (coxa e sobrecoxa) com osso, sem tempero. Congelado com cerca de 195 a 200g cada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, pacote contendo 1kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. Data de fabricação: Máximo de 45 dias. Data de validade: Mínimo de 04 meses após a entrega.</p>	KG	6600	AVE SERRA	2,98	19.668,00

42	CHUCHU Características Técnicas: In natura, classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e apodrecimentos, e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	580	SEASA	1,79	1.038,20
43	DOCE DE FRUTA Características técnicas: Sabores diversos banana, goiaba, abacaxi, morango, cremoso ou em pasta, obtido de frutas inteiras, pedaços, polpa e suco de frutas, açúcar, pectina. Seguir as normas do Manual de Boas Práticas de Fabricação conforme legislação vigente. Embalagem de polietileno, atóxica, resistente, com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Peso líquido de 400g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega.	UND	920	LUIZ ALVENSE	1,84	1.692,80
45	FARINHA DE ARROZ Características Técnicas: farinha sem glúten, sem misturas, produto obtido pela moagem do grão de arroz (Oryza sativa, L.), beneficiado. Embalagem de 400g. De acordo com a CNNPA N° 12\ 1978, Rotulagem de acordo com a legislação vigente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 8 meses a partir da entrega.	UND	600	KIARROZ	1,97	1.182,00
46	FARINHA LÁCTEA Características Técnicas: conter como ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, sal, enriquecida com 11 vitaminas: (A, E, B1, B2, B6, B12, C, D, PP, ácido fólico, ácido pantotênico), sais minerais (cálcio, ferro, sódio e fósforo) e aromatizante de baunilha. Data de fabricação: máximo de 30 dias. Embalagem de 230g. Rotulagem de acordo com a legislação vigente. Data de fabricação: máximo de 30 dias	UND	750	NUTRIBON	2,59	1.942,50
50	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL Características técnicas: produzido a partir de grãos de trigoãos, limpos, sem misturas, isentos de matéria terrosa e umidade. Deve conter porção de 50 g: carboidrato 36 g, proteínas 6 g, gorduras totais 1g, 0 gorduras trans, fibra alimentar 6,2 g. Rotulado de acordo com legislação vigente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 08 meses.	KG	600	ORQUIDEA	3,09	1.854,00

51	<p>FEIJÃO PRETO Características técnicas: tipo 1, limpo, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos, umidade máxima de 15%. Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, resistente, atóxico, intacto. Rotulado de acordo com legislação vigente. Embalagem de 1kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega.</p>	KG	1525	RIO BELO	3,14	4.788,50
56	<p>LARANJA Características Técnicas: In natura, laranja da época, grupo 1, tipo especial, devem apresentar as características da variedade bem definidas, fisiologicamente desenvolvidas, maduras e bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, doenças, pragas e em perfeitas condições de conservação e transporte, adequadas para o consumo.</p>	KG	5050	SEASA	1,64	8.282,00
57	<p>LARANJA POKAN Características técnicas: In natura, selecionada de primeira qualidade, tamanho médio; em grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, sem ferimentos ou defeitos, com ausência de sujidades, apodrecimentos, larvas e parasitas. Em condições adequadas para o consumo. Produto fornecido de acordo com a safra.</p>	KG	1500	SEASA	1,58	2.370,00
58	<p>LEITE INTEGRAL - UHT Características técnicas: leite integral fluido, tipo longa vida, esterilizado pelo sistema ultrapasteurizado UHT, conter até 3,4% de gordura, cor branca e sabor característico, embalagem Tetra Pack integra e asséptica, sem rasgos ou vazamentos, que comprometam a qualidade do produto; contendo 1 litro. Deve apresentar identificação do produto, data de fabricação e validade de no mínimo 4 meses, a contar da data de entrega. Produto de acordo com registro no ministério da agricultura SIF/DIPOA. Data de fabricação: Máximo de 15 dias. Caixa com 12 unidades. ** ITEM DESTINADO A AMPLA CONCORRENCIA</p>	CX	2.119	TIROL	20,94	44.371,86
59	<p>LEITE DESNATADO – UHT Destinado para alimentação especial Características técnicas: leite DESNATADO fluido, tipo longa vida, esterilizado pelo sistema ultrapasteurizado UHT, não conter gordura, a cor branca e sabor característico, embalagem Tetra Pack integra e asséptica, sem rasgos ou vazamentos, que comprometam a qualidade do produto; contendo 1 litro. Deve apresentar identificação do produto, data de fabricação e validade de no mínimo 4 meses, a contar da data de entrega. Produto de acordo com registro no ministério da agricultura SIF/DIPOA. Data de fabricação: Máximo de 15 dias.</p>	UND	300	TIROL	2,25	675,00

61	LEITE DE SOJA EM PÓ Destinado para alimentação especial Características Técnicas: Leite de soja em pó ORIGINAL, tradicional, não conter misturas contendo aproximadamente 8,0 g de proteína e 300mg de cálcio na porção de 26g e contendo ômega 3 e ômega 6; sem adição de açúcar. Embalagem: lata ou pacote metalizado de 400g. Rotulagem de acordo com legislação vigente. Validade mínima de 06 meses a partir da entrega.	UND	50	GRANOMEL	8,99	449,50
64	MAÇÃ Características Técnicas: In natura, Gala ou Fuji, tamanho médio, pesando 100 a 120g por unidade. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno V, de acordo com a Portaria MA nº 127, de 04/10/91.	KG	6620	SEASA	2,69	17.807,80
67	MASSA TIPO ESPAGUETE Características Técnicas: Tipo longo, contendo farinha de trigo especial ou sêmola de trigo com ferro e ácido fólico e ovos, massa seca. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas, insetos ou fragilidade a pressão dos dedos. Embalagem: Sacos de polietileno transparente, atóxico, intacta, com tabela de composição nutricional, pacotes de 500g. Data de fabricação: Máximo de 30 meses. Data de validade: Mínimo de 06 meses a partir da entrega.	PCT	2750	GALO	1,60	4.400,00
69	MELANCIA Características técnicas: in natura, primeira qualidade, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos. Fruto isento de pragas ou doenças, maturação ao ponto apropriado para o consumo e que permita o transporte. Pesando entre 8 e 12 kg. Produto fornecido de acordo com a safra	KG	2525	SEASA	1,17	2.954,25
70	MILHO DE PIPOCA Características Técnicas: grãos de pipoca, puro, primeira qualidade, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos. Embalagem: 500g, sacos de plástico transparente, atóxico, intacta, resistente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 12 meses. Seguir normas de legislação.	PCT	260	FONTE NOVA	1,90	494,00

72	<p>ÓLEO DE SOJA Características Técnicas: Óleo de soja refinado, 100% natural não deve apresentar lata frágil, ferrugem, mistura de outros óleos e cheiro forte. Embalagem primária: Garrafas plásticas ou latas de flandres contendo 900ml, não apresentando ferrugem, amassamento, vazamento e abaulamento. Data de fabricação: Máximo 30 Dias. Data de validade: Mínimo de 10 meses a partir da entrega. Seguir a legislação vigente para o produto</p>	UND	3025	COAMO	2,98	9.014,50
75	<p>PÃO DE FORMA Características Técnicas: Pacote com 400g, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, água, fermento biológico, embalado em saco plástico próprio, atóxico, intacta e rotulada de acordo com a legislação vigente. Data de fabricação do dia da entrega. Embalagem: Saco plástico descartável. Intacto, atóxico, rotulado de acordo com legislação e MPBF. Com data de validade.</p>	UND	7100	PADARIA AVENIDA	5,49	38.979,00
77	<p>PÃO SEM GLUTEN E LACTOSE Destinado para alimentação especial Características Técnicas: Produzido com farinhas isenta de glúten e lactose. Deve conter como ingredientes: enzima lactose e farinhas sem glúten, óleos vegetais, ovos, sal, açúcar mascavo ou demerara ou edulcorante natural; conservantes naturais. Pão tipo fatiado 500g. Rotulagem específica para o produto de acordo com a legislação vigente. Data de validade mínima de 30 dias.</p>	UND	100	PADARIA AVENIDA	4,50	450,00
82	<p>PINHÃO – SEMENTE Características Técnicas: Semente de Araucária (araucária angustifolia), apresentar sementes fisiologicamente desenvolvidas e maduras, limpas, sadias, livre de insetos e larvas, de colheita recente, em perfeitas condições de conservação.</p>	KG	825	SEASA	6,98	5.758,50
85	<p>SAL REFINADO Características Técnicas: Refinado, iodado, 1ª qualidade, não deve apresentar sujidades, misturas inadequada ao produto. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes de polietileno transparente, termossoldada, atóxica, com capacidade de 1 kg. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega. Rotulado de acordo com legislação.</p>	UND	760	MIRAMAR	0,84	638,40
87	<p>TOMATE Características técnicas: Tamanho médio a grande. Deve apresentar as características da variedade bem definida, primeira qualidade, bem formados, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos fisiológicos, pragas e doenças, apodrecimentos, estar em perfeitas condições de conservação. Sem resíduos de fertilizantes, de colheita recente</p>	KG	4530	SEASA	2,24	10.147,20

90	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA. Características Técnicas: Carne Bovina moída congelada – Acém ou músculo - com no máximo 3% de água, 10% de gordura, e 3% aponeuroses, cor própria, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, com ausência de parasitas e larvas, deve ser isenta de cartilagens e de ossos. Embalagem atóxica, transparente, flexível e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, embalados a vácuo em pacotes de 1kg. Rotulagem devem constar dados de identificação e informações nutricionais do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 6 meses a partir da entrega. **COTA RESERVADA ME	KG	1.775	SC CARNES	11,98	21.264,50
92	LEITE INTEGRAL - UHT Características técnicas: leite integral fluido, tipo longa vida, esterilizado pelo sistema ultrapasteurizado UHT, conter até 3,4% de gordura, cor branca e sabor característico, embalagem Tetra Pack integra e asséptica, sem rasgos ou vazamentos, que comprometam a qualidade do produto; contendo 1 litro. Deve apresentar identificação do produto, data de fabricação e validade de no mínimo 4 meses, a contar da data de entrega. Produto de acordo com registro no ministério da agricultura SIF/DIPOA. Data de fabricação: Máximo de 15 dias. Caixa com 12 unidades. **COTA RESERVADA ME	CX	706	TIROL	20,94	14.782,64

Valor Total do Fornecedor: R\$ 416.961,05 (Quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e um reais e cinco centavos)

Empresa registrada: Imperatriz Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios 14.546.646/0001-83

Item	Especificação	UN	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
44	EXTRATO DE TOMATE Características Técnicas: Extrato de tomate simples, concentrado. Deverá ser preparado com frutos maduros, íntegros, sem pele, sem sementes e estar isento de fermentação. Cor vermelha, odor e sabor próprio. Seguir normas da legislação vigente para rotulagem. Embalagem de 350g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 12 meses.	UND	1220	BONARE	1,04	1.268,80
47	FARINHA DE MANDIOCA Características Técnicas: grupo: tipo 1, farinha seca, fina, branca. Não apresentar umidade, mofo, impurezas, misturas, resíduos, odor forte e intenso não característico. Embalagem atóxica, transparente, resistente e intacta. Contendo 1 kg. Rotulado conforme legislação. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses após entrega.	KG	2525	DINDA	2,50	6.312,50

Valor Total do Fornecedor: R\$ 7.581,30 (Sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e trinta centavos)

Empresa registrada: R&G Representação comercial e Comercio de Alimentos 19.364.427/0001-05

Item	Especificação	UN	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
39	COMINHO MOÍDO Características técnicas: grão de cominho moído de frutos maduros, limpos dessecados, de espécie vegetal genuína, não conter misturas, não apresentar materiais estranhos, mofo ou umidade. Apresentar cheiro e sabor característicos. Embalagem: plástica/polietileno. Lacrado com peso de 50g. De acordo com a CNNPA Nº 12\ 1978 Data de validade: mínimo 6 meses após a entrega.	UND	1970	DA FILO	1,00	1.970,00
62	LEITE EM PÓ INTEGRAL Características Técnicas: Leite em pó integral instantâneo, obtido por desidratação do leite de vaca integral média de 26% gordura. Rico em ferro e vitaminas A D, E e C, contendo no mínimo 25% de proteína, cálcio no mínimo 240mg. Características sensoriais: Aspecto: pó uniforme sem grumos, não conter substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis; cor: branco amarelado; sabor e odor: agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluido. Não deve formar grumos quando diluído em água, ficando totalmente homogêneo. Embalagem 400g. Validade mínima de 6 meses após a entrega. Rotulagem de acordo com legislação.	UND	4530	ITAMBE	7,90	35.787,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 37.757,00 (Trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e sete reais)

Total Geral Da Ata De Registro De Preços: R\$ 961.444,55 (Novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Validade da ata: 12 meses após assinatura.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 011/2020

Publicação Nº 2598709

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 011/2020

Data do Registro de preço: 03/07/2020. Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de Dente e Lâminas.

Empresa registrada: Julio Silvestri Filho 15.608.150/0001-50

Item	Especificação	UN	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
1	Dente para escavadeira hidráulica JCB200	UN	60	COLINA	110,00	6.600,00
3	Dente para retro JCB 3C	UN	30	COLINA	48,00	1.440,00
4	Dente para retro New Holland LB 90/LB 110	UN	30	COLINA	50,00	1.500,00
5	Parafuso para dente 5/8 c/ pc	UN	500	FEY	2,95	1.475,00
6	Parafuso para dente 3/4 c/ pc	UN	500	FEY	3,95	1.975,00
7	Lâmina de 15 furos 2,13m	UN	30	METISA	500,00	15.000,00
8	Lâmina de 13 furos 1,83m	UN	90	METISA	405,00	36.450,00
9	Lâmina de 13 furos agrícola 2,00m	UN	40	METISA	770,00	30.800,00

10	Lâmina de 10 furos 2,11m	UN	30	METISA	640,00	19.200,00
11	Lâmina de 10 furos 2,39m	UN	30	METISA	690,00	20.700,00
12	Parafuso para lâmina 5/8	UN	500	FEY	2,49	1.245,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 136.385 (Cento e trinta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais)

Empresa registrada: Perkson Peças e Equipamentos LTDA 00.444.086/0001-41

Item	Especificação	UN	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
2	Dentes laterais para retro JCB 3C	UN	18	ECOPLAN	73,00	1.314,00
13	Parafuso para lâmina 3/4	UN	500	REX	3,70	1.850,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 3.164,00 (Três mil, cento e sessenta e quatro reais)

Total Geral Da Ata De Registro De Preços: R\$ 139.549 (Cento e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais). Validade da ata: 12 meses após assinatura.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL Nº 013/2020/SEFAZ/CFT

Publicação Nº 2599047

EDITAL Nº 013/2020/SEFAZ/CFT

RESULTADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APRECIADOS PELA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Coordenadoria de Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe os artigos 182 da Lei Complementar Municipal nº 3019/2006 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, COMUNICA, pelo presente edital, os contribuintes abaixo relacionados dos resultados dos Processos Administrativos submetidos à apreciação deste órgão e decididos, em primeira instância, pelo(a) Secretário(a) da Fazenda.

A íntegra das decisões poderão ser consultadas diretamente pelo site da Prefeitura Municipal de Imbituba (<http://www.imbituba.sc.gov.br>), através do link “Protocolo On Line”, ou ainda na Coordenadoria de Fiscalização Tributária, diretamente no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, ou pelo e-mail fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br.

O contribuinte poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital, recorrer da decisão de primeira instância, conforme dispõem os arts. 162 a 165 do CTM. O recurso deverá ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Imbituba, sendo dirigido ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Imbituba, 11 de agosto de 2020.

EDUARDO CRISTIANO MORAES
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 5.451

LUCIANE FALLEIRO MURADÁS
AUDITORA FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 5.575

DANIEL FERNANDES DE CARVALHO
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 8.500

ANEXO ÚNICO

EDITAL Nº 013/2020/SEFAZ/CFT

RESULTADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APRECIADOS PELA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Processo	CNPJ/CPF	RAZÃO SOCIAL	Resultado
761/2017	678.972.239-49	JAILSON ROUSSENG ELIAS	INDEFERIDO

EDITAL Nº 014/2020/SEFAZ/CFT

Publicação Nº 2599048

EDITAL Nº 014/2020/SEFAZ/CFT

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN

A Coordenadoria de Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe o artigo 139, I e II, da Lei Complementar Municipal nº 3019/2006 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA, pelo presente edital, os contribuintes relacionados no Anexo Único, do lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza em seu nome, nos termos dos artigos 267, caput e item 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, art. 270, III, art. 273, art. 278, art. 287, art. 288, II, e art. 295, todos da Lei Complementar Municipal 3019/2006; arts. 12 e 14 da Lei Complementar Municipal 4499/2014.

Ficam também os contribuintes cientes de que dispõem de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital, para recolher à Secretaria da Fazenda a quantia descrita ou, no mesmo prazo, apresentar Reclamação, perante o Secretário Municipal da Fazenda, conforme dispõem os arts. 158 e 159 do CTM. Nada sendo alegado e não paga a citada quantia, dentro do prazo assinalado, será feita a inscrição do débito tributário em dívida ativa para efeito de cobrança amigável ou judicial, nos termos da lei em vigor.

Os contribuintes poderão comparecer à Coordenadoria de Fiscalização Tributária deste Poder Público, localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba/SC, para receber o documento de arrecadação, ou acessando o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br, no link “Guia de ISS”.

Imbituba, 11 de agosto de 2020.

EDUARDO CRISTIANO MORAES LUCIANE FALLEIRO MURADÁS
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS AUDITORA FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 5.451 MAT. Nº 5.575

DANIEL FERNANDES DE CARVALHO
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 8.500

ANEXO ÚNICO - EDITAL Nº 014/2020/SEFAZ/CFT

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN
EXTRATO

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	Cadastro Econômico/Contribuinte	Nº NOTIFICAÇÃO FISCAL	VALOR
WILLIAN BONISSONI	076.953.859-40	283336	051M/2020	R\$ 2.241,45

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 63/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020 (SEFAZ/BOMBEIRO)

Publicação Nº 2600024

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEFAZ - BOMBEIRO

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através de seu Pregoeiro Oficial torna público, o fim da suspensão do Processo Licitatório nº 63/2020 Pregão Presencial nº 28/2020, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM GESTÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE AO ÓRGÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA, PARA UTILIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO BALNEÁRIA DAS PRAIAS SOB CIRCUNSCRIÇÃO DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA".

A nova data da sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 26 de AGOSTO de 2020, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de agosto de 2020.

Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 71/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020 (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2599884

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
MULTIENTIDADE

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através de seu Pregoeiro Oficial torna público, o fim da suspensão do Processo Licitatório nº 71/2020 Pregão Presencial nº 31/2020, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS".

A nova data da sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 25 de AGOSTO de 2020, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de agosto de 2020.

Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 05/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020 (DEMUTRAN-SEINFRA)

Publicação Nº 2600077

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN - SEINFRA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Presidente da Comissão de Licitação e através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 27 de AGOSTO de 2020, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e suas alterações, para a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO E TRANSPORTES, DE ACORDO COM O TERMO TÉCNICO, PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DA ATIVIDADE DA CONTRATADA”.

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de agosto de 2020.

Edilson Misael Antunes da Silva

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 30/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 03/2020 (CREDENCIAMENTO)

Publicação Nº 2600076

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEC. SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2020

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Imbituba comunica que realizará a partir das 14:00 horas do dia 27 de AGOSTO de 2020, licitação na modalidade de Inexigibilidade, regido pela lei nº 8.666/93 e suas alterações para a possível “CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA DE PACIENTES SUS NO PROCEDIMENTO 03.01.07.007-5.”

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de agosto de 2020.

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 96/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2020 (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2599312

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
MULTIENTIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 44/2020
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, e demais Secretarias comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 24 de AGOSTO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível “AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESSE INSTRUMENTO PARA USO DA SEDUCE, SEAD, SEASTH, BOMBEIROS, DEMUTRAN E SANEAMENTO, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR, NA FORMA DE PREGÃO COM REGISTRO DE PREÇOS”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de agosto de 2020

Edilson Misael Antunes da Silva

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 741/2020

Publicação Nº 2599291

PORTARIA PMI/SEAD Nº 741, de 11 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Auxiliar Cuidadora / Educadora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 13.159/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 12 de agosto de 2020, o(a) Sr(a). DANIELA DE SOUZA BARBOSA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 106.151.509-50, em decorrência de sua aprovação em 9º lugar no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Auxiliar Cuidadora / Educadora, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do desligamento do servidor, Sr. Claudionir Leal.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 742/2020

Publicação Nº 2599377

PORTARIA PMI/SEAD Nº 742, de 11 de agosto de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 13.240/2020, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ALTAIR SOARES QUERINO CANTO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 578.542.979-91, admitida em 13 de abril de 1998, contrato nº 32, referente ao q-inq-ênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	12.08.2020 a 09.11.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Daiane Leopoldina Nunes
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

20ª SESSÃO ORDINÁRIA (03.08.2020)

Publicação Nº 2598668

Ata da 20ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada na modalidade virtual, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbuia, realizada no dia três de agosto de dois mil e vinte, às dezenove horas. Sob a Presidência do Vereador Aldori Rengel, e secretariado pelos vereadores Ana Maria de Andrade Kreusch, Santelmo Zimmermann e Elimar Schlickmann. À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: Aldori Rengel, Alsone Brito, Ana Maria de Andrade Kreusch, Elimar Schlickmann, Elio Esser, Henrique Leopoldo Erhardt, Lorival Arnold, Santelmo Zimmermann e Zulmar Machado, verificado o número regimental com a presença de nove Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta à sessão. Segue foi realizada a leitura, discussão e aprovação da ordem do dia e da ata da sessão anterior. E realizada a leitura das correspondências. Segue foi realizada a Leitura da Seguinte Matéria Legislativa: PROJETO DE LEI Nº 07/2020 - "Institui no Município de Imbuia a Regularização Fundiária Urbana – Reurb, de que trata a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017." Segue não havendo inscritos para a Palavra Livre de Pequeno Expediente, e não havendo inscritos para a Palavra Livre de Grande Expediente o Senhor Presidente então declarou intervalo de cinco minutos. Na reabertura seguindo a Ordem do Dia e não havendo Matéria Legislativa a ser discutida ou votada o Senhor Presidente concedeu espaço para Explicações Pessoais: VEREADOR ALSONE BRITO: Cumprimentou o Presidente e demais Vereadores. Coloca que retorna aos trabalhos não com alegria que gostaria devido a epidemia. Segue parabeniza ao Prefeito Bica, Secretário de Obras e funcionários pelos trabalhos executados nas estradas do município, tanto interior como centro da cidade. Onde se vê a continuidade dos trabalhos do Prefeito João. E mostra as qualidades do Prefeito quanto a melhoria de estradas. Parabenizou também funcionários da saúde pela ação destacada em tempo de pandemia. VEREADOR ELIMAR SCHLICKMANN: Cumprimentou o Presidente e demais Vereadores. Parabenizou funcionários da área da Saúde pela atuação e trabalho no combate a pandemia. Segue solicitou a Mesa Diretora que encaminhasse ao Executivo para encaminhar a Câmara o Plano de Gestão dos recursos que veio para o combate ao COVID-19. Onde é sabido que vários recursos vieram para o município. E é justo os Vereadores saberem como o Executivo planeja utiliza-los. E pede que seja encaminha juntamente o parecer do Comitê de Gestão de Crise aprovando a aplicação destes recursos. Também pede que Mesa Diretora envie ofício ao Executivo Municipal pedindo a Justificativa do Veto total ao Projeto do Lei nº04/2020. Visto que ainda não tiveram uma justificativa plausível pelo Veto total do Projeto. E este Projeto que teve tanto estudo por parte dos Vereadores. Segue agradece também ao Servidores da Câmara pelos serviços prestados. VEREADOR LORIVAL ARNOLD: Cumprimentou o Presidente e demais Vereadores. Parabeniza ao Deputado Estadual Moacir Sopelsa que destinou o valor de setenta e oito mil reais para a saúde. Um pedido deste Vereador e do Presidente da Casa. E espera assim que seja dados os méritos também para os Vereadores que pediram os recursos. Segue coloca de sua preocupação que após o ciclone quase em toda sua totalidade os agricultores em sua propriedade já arrumaram. E enquanto isso a Prefeitura ainda não o fez. Estando ainda as estruturas publicas descoberta ou danificadas. Assim não entende se a Prefeitura está esperando alguma autorização especial para pode arrumar os Patrimônios Públicos. E que se sabe não é por falta de recursos. Desta forma pede o envio de ofício ao Executivo Municipal questionando o porquê destes patrimônios ainda não terem sido concertados. Não havendo mais inscritos e nada havendo a tratar o Senhor Presidente Vereador Aldori Rengel agradeceu a presença de todos e marcou a próxima Sessão Ordinária para o dia dez de agosto de dois mil e vinte, às dezenove horas, e em nome de Deus e da Lei, declarou encerrada a Sessão da qual, eu Daniel Augusto Schmoller, lavrei a presente Ata que será lida e se considerada a rigor, será datada e assinada por todos os membros presentes da mesa diretora. Imbuia, 10 de agosto de 2020.

Presidente da Mesa Aldori Rengel	Vice-Presidente Elimar Schlickmann
1º Secretário Ana Maria de Andrade Kreusch	2º Secretário Santelmo Zimmermann

Indaial

PREFEITURA

DECRETO N° 2396/2020

Publicação N° 2598935

. DECRETO N° 2396/20
. De 11 de agosto de 2020

LUTO OFICIAL / JAQUELINE BONETTI BIANCO.

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial neste município, por um período de três dias, em virtude do falecimento da Servidora Pública, Jaqueline Bonetti Bianco, Técnica em Enfermagem, iniciou seu trabalho no Município de Indaial em 01 de agosto de 2019.

Art. 2º - As Bandeiras junto às repartições públicas de competência do Município deverão ser hasteadas a meio-mastro durante o período do Luto Oficial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de agosto de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

ERRATA DO EDITAL N° 03/2020 DE PAVIMENTAÇÃO SISTEMA MUTIRÃO DA RUA SANTA LURDES

Publicação N° 2598472

Indaial, 04 de agosto de 2020

ERRATA DE EDITAL

No edital de Contribuição de Melhoria de nº 03/2020 – pavimentação – sistema mutirão - da Rua Santa Lurdes, publicado no Diário Oficial Municipal – DOM/SC, edição de nº 3032, do dia 20.01.2020 de fevereiro de 2019, página 594 e 595, na distribuição de custos por proprietários, onde constou:

Lado esquerdo

PROPRIETÁRIOS	(m)	(m²)	VALOR R\$
Município de Indaial – Faixa Sanitária	91,00	364,00	15.288,00
Harry Schuhmacher	51,62	206,48	8.672,16
Município de Indaial – Entroncamento com a Rua São Luiz		32,00	1.344,00
Marcos Marques Martenthal	15,00	60,00	2.520,00
[...]			

O correto é:

PROPRIETÁRIOS	(m)	(m²)	VALOR R\$
Município de Indaial – Faixa Sanitária	91,00	364,00	15.288,00
Município de Indaial – Faixa Sanitária	51,62	206,48	8.672,16
Município de Indaial – Entroncamento com a Rua São Luiz		32,00	1.344,00

Município de Indaial - Entroncamento com a Rua São Luiz		24,00	1.008,00
Município de Indaial – Embocamento com a Rua São Luiz		12,00	504,00
Marcos Marques Martenthal	15,00	60,00	2.520,00
[...]			

Por conseguinte, o item custo da obra passa a ter a seguinte composição:

3. CUSTOS DA OBRA									
3.1 Participações dos moradores				60.958,78					
3.2 – Participações do Poder Público									
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias				152.607,53					
3.2.2 – Embocamentos, entroncamentos e virador				14.937,72					
3.2.3 – Faixa Sanitária				23.960,18					
TOTAL ITEM 03 = R\$				252.464,21					

ANDRÉ LUIZ MOSER
PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 065/2020

Publicação N° 2598430

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 065/2020
Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2020-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição e instalação de elevador incluindo fornecimento de peças e serviço de manutenção preventiva e corretiva por 12 meses, sito a Prefeitura Municipal de Indaial.

As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 26/08/2020 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 26/08/2020 - 08h35min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Ipuacú

PREFEITURA

1 ADTO CT FMS 51.2019

Publicação Nº 2599175

DATA DE ADITAMENTO: 31/07/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 51 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 51/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PEDREIRO E PINTOR PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ANTONIO BATISTA ME, inscrita no CNPJ nº 29.003.202/0001-79.

Considerando a necessidade da continuação da prestação de serviço da referida empresa.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º62/2019, Pregão Presencial Pref n.º 29/2019 e Ata de Registro de Preços Pref nº 21/2019, Preços datada de 01/08/2019.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Fms n.º 51 de 01 de agosto de 2019, firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 01 de agosto de 2021..

1 ADTO CT PREF 121.2019

Publicação Nº 2599162

DATA DE ADITAMENTO: 31/07/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 121 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 121/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PEDREIRO E PINTOR PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ANTONIO BATISTA ME, inscrita no CNPJ nº 29.003.202/0001-79.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º62/2019, Pregão Presencial Pref n.º 29/2019 e Ata de Registro de Preços Pref nº 21/2019, Preços datada de 01/08/2019.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n.º 121 de 01 de agosto de 2019, firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 01 de agosto de 2021.

1 ADTO CT PREF 124.2019

Publicação Nº 2599221

DATA DE ADITAMENTO: 31/07/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 124 DE 02 DE AGOSTO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 124/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO A QUENTE – CBUQ (FORNECIMENTO DE MATERIAL), PARA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA EM ALGUNS PONTOS DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.406.660/0002-09.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 56/2019, Pregão Presencial Pref n.º 24/2019 e Ata de Registro de Preços n.º 23/2019 datada de 02/08/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA-DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O Contrato Pref n.º 124 de 02 de agosto de 2019, firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 31 de dezembro de 2020.

1º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO DE REPASSE N. 871210/2018

Publicação Nº 2599306

1º Termo Aditivo de Acréscimo ao Contrato de Repasse n. 871210/2018 – Firmado pelo Município de Ipuacu, junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

OBJETO: Tem por objeto Alteração do valor dos Recursos de contrapartida do Município de Ipuacu. No Valor de R\$100.207,00 (Repasse da União R\$88.062,62 + Contrapartida R\$12.207,38)

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: Município de Ipuacu/SC

CNPJ: 95.993.028/0001-83

VIGÊNCIA: de 12/07/2018 a 31/12/2020.

7º ADITIVO DE PRAZO AO TERMO DE COMPROMISSO PAR N.201305866

Publicação Nº 2599147

Termo de Compromisso PAR n.201305866 – Entre o Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE com o Município de Ipuacu.

OBJETO: Tem por objeto a aquisição de mobiliários escolares para o Município de Ipuacu de acordo com o Plano de Ações Articuladas – PAR, no valor de R\$19.937,56

CONTRATANTE: Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE

CNPJ/MF: 00.378.257/0001-81

CONTRATADO: Município de Ipuacu/SC

CNPJ: 95.993.028/0001-83

VIGÊNCIA: de 21/02/2017 até 09/2017

1º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 03/07/2017 até 03/2018.

2º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 27/02/2018 até 11/2018.

3º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 09/10/2018 até 04/2019.

4º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 15/03/2019 até 07/2019.

5º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 10/06/2019 até 03/2020.

6º Termo Aditivo de Prazo – Vigência de 20/02/2020 até 09/2020.

CONTRATO DE REPASSE N. 871210/2018

Publicação Nº 2599287

Contrato de Repasse n. 871210/2018 – Firmado pelo Município de Ipuacu, junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

OBJETO: Tem por objeto a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para o Município de Ipuacu (2 Carretos Basculantes, 1 Colhedora de Forragens, 2 Roçadeiras, 2 Grades Niveladoras e 1 Nível de Precisão a laser). No Valor de R\$100.000,00 (Repasse da União R\$88.062,62 + Contrapartida R\$11.937,38)

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: Município de Ipuacu/SC

CNPJ: 95.993.028/0001-83

VIGÊNCIA: de 12/07/2018 a 31/12/2020.

CONTRATO PREF Nº. 104.2020

Publicação Nº 2599598

CONTRATO PREF N.º 104 DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO PROJETO PP-CRD – INTERNET RURAL, DESTINADA AO CONserto DE EQUIPAMENTOS E TORRES QUE DISPONIBILIZAM ACESSO À INTERNET EM 03 (TRÊS) COMUNIDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 04.303.600/0001-80.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF n. 48/2020 Pregão Presencial PREF n. 20/2020 e Ata de Registro de Preços PREF nº 50/2020 datada de 06 de agosto de 2020.

DO OBJETO: Aquisição de equipamentos para manutenção do projeto PP-CRD – internet rural, destinada ao conserto de equipamentos e

torres que disponibilizam acesso à internet em 03 (três) comunidades do interior do município de Ipuçu/SC.

DO VALOR:

O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 3.021,00 (três mil e vinte e um reais).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de agosto de 2020, e perdurará até a data de 06 de agosto de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 013/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUÇU - SC

Publicação Nº 2600022

PORTARIA Nº 013/2020

DESIGNA MEMBRO QUE IRÁ COMPOR A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUÇU - SC.

LUCINDO MICK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 do Regimento Interno, visando a economia de recursos público e visando a igualdade de direito a todos, bem resolve:

Art. 1º. Fica nomeado o Vereador Elisandro Casal para compor provisoriamente a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara de Vereadores de Ipuçu – SC, pelo período que perdurar a licença do Vereador Ivair Luiz Cunico Junior, ficando a comissão composta dos seguintes membros:

Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final

- Presidente: Ladair Colpo
- Vice Presidente: Wanderlei Ramilo
- Secretário: Elisandro Casal

Art. 2º. Esta Portaria Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Ipuçu – SC, em 11 de agosto de 2020.

Lucindo Mick
Presidente

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Wanderlei Ramilo
1º Secretário

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N° 2522, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2599127

DECRETO N° 2522, de 11 de agosto de 2020.

Altera Art. 3º do Decreto nº 1691 de 26 de outubro de 2009 que aprovou o Loteamento Pegoraro.

Volnei Antonio Schmidt Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei da Lei nº 124/2013, que Dispõe Sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Ficam excluídos da caução constante do Art. 3º do Decreto nº 1691 de 26 de outubro de 2009, os lotes nºs 14 matrícula 25.039, lote nº 15 matrícula 25.040, lote nº 16 matrícula 25.041, lote nº 17 matrícula 25.042, lote nº 18 matrícula 25.043, lote nº 19 matrícula 25.044, lote nº 20 matrícula 25.045 e lote nº 21 matrícula 25.046, todos os lotes da Quadra K.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 2517 de 03 de agosto de 2020.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Ipumirim, em 11 de agosto de 2020

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

EDITAL N°. 020/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2599092

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 003/2.002, de 27 de setembro de 2.002 e suas alterações, torna pública a abertura de Concurso de Remoção para Professores da rede municipal de ensino, para movimentação e preenchimento do seu quadro de pessoal, conforme estabelecido a seguir:

1.DA DISPONIBILIDADE DE VAGAS

1.1Encontram-se disponíveis aos candidatos interessados 01 (uma) vaga a serem preenchida por remoção sucessivamente pelos critérios estabelecidos abaixo, bem como as que se tornarem vagas em virtude do preenchimento desta na data da sessão pública de Concurso de Remoção para professores da rede municipal de ensino:

Professor de Arte – NEM Professor Claudino Locatelli Turno Matutino e Vespertino, 20 horas semanais;

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições poderão ser efetuadas a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios, por meio de requerimento até o início da sessão pública do dia 14/08/2020, conforme modelo contido no Anexo I, e durante a sessão pública de Concurso de Remoção para as vagas que vierem a surgir em virtude à publicada neste edital.

2.2 Os professores concursados e ou efetivos com lotação na disciplina de Arte poderá requerer inscrição para a totalidade da carga horária de vaga ou para 50% da vaga prevista neste edital e para quaisquer das vagas decorrentes das remoções de professores titulares participantes do certame, presentes na sessão pública.

2.2.1 As vagas serão preenchidas unicamente por professores com lotação na disciplina de Arte, sendo este o critério para homologação da inscrição e, para desempate será seguido os critérios previstos no § 3º do Art. 16 da Lei Complementar nº 003/2.002, de 27 de setembro de 2.002.

3. DA PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS

3.1 Os nomes dos candidatos inscritos serão divulgados no ato da apresentação das inscrições durante sessão pública com registro em ata.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 Será realizada no dia 14/08/2020, às 14 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Bento Gonçalves, nº 220, Centro, Ipumirim-SC, sessão pública na qual o Assessor Jurídico acompanhado do responsável do Departamento de Pessoal e servidor da Secretaria Municipal de Educação, decidirão acerca das remoções correspondentes aos pedidos formulados.

4.2 O professor regularmente inscrito será dispensado de suas atividades para participar da sessão pública de forma direta.

4.3 Comparecendo à sessão pública, o Professor regularmente inscrito assinará lista de presença.

4.4 As vagas ofertadas aos professores participantes do concurso de remoção serão preenchidas na ordem estabelecida no item 1 do presente Edital, respeitada a ordem de classificação dos inscritos conforme previsto no item 2.2.1 deste edital.

4.5 Encerrada a primeira etapa da remoção com o preenchimento das vagas indicadas no item 1 deste Edital, terá início novo procedimento de remoção, que será realizado quantas vezes forem necessárias na mesma sessão, até que não haja mais vagas e/ou interessados nas vagas.

4.6 Definidas as escolhas das vagas, preenchidos os demais requisitos, imediatamente removerá o professor participante, declarando vaga a Unidade Escolar/Turma/Turno e carga horária da qual o professor removido era titular.

4.7 O professor participante poderá apresentar desistência do certame até o início da sessão, ou renunciar às vagas apresentadas, no momento da decisão de remoção de cada uma, sob pena de preclusão.

4.8 Uma vez o professor removido, este continuará concorrendo às vagas em que tenha se manifestado como de maior preferência que aquela para qual foi removido, deixando automaticamente de concorrer em relação às de menor preferência.

4.9 Ao final da sessão, será proclamado o resultado dos pedidos de remoção com homologação em até 5 dias úteis das portarias de remoção.

5. DOS RECURSOS

5.1 A apresentação das razões recursais deverá se dar durante a sessão pública, sendo registrado em ata e julgadas na própria sessão de realização dos procedimentos de remoção.

4.2 Da decisão final de remoção não caberá recurso.

6. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO CONCURSO DE REMOÇÃO

6.1 Finalizada a sessão pública e decidida as remoções, será publicado os resultados do concurso de remoção no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Fica assegurado o prazo de 3 dias úteis para impugnação do presente Edital, que começará a fluir a partir do dia seguinte ao de sua publicação, que deverá ser dirigida ao Prefeito Municipal, que decidirá em 48 horas.

7.2 A obtenção de esclarecimentos adicionais poderá ser feita na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

7.3 Os casos omissos serão decididos pela Assessoria Jurídica do Município.

Ipumirim-SC, 11 de agosto de 2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO

PORTARIA Nº. 412/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599097

ALTERA DEFINITIVAMENTE A JORNADA DE TRABALHO DE MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL POR PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

A L T E R A

Fica alterada definitivamente a jornada de trabalho da servidora ROSELEI REGERT, Brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim – SC, portador da cédula de Identidade nº.2.135.816 e CPF sob o nº.923.737.049-00, no cargo efetivo de Professor na disciplina de Artes, passando de 30 horas semanais para 40 horas semanais, com lotação no Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de 11 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 11 de Agosto de 2020.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito

PORTARIA Nº. 413/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599102

HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC

VOLNEI SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais.

HOMOLOGA

Art. 1 – Ficam homologados os seguintes membros para constituírem o Conselho Municipal de Política Cultural para gestão 2020/2022:

I - GOVERNAMENTAIS:

a) Diretor do Departamento Municipal de Cultura

Titular: Marilei Salete Frigeri Carpinelli

Suplente: Ione Farina

b) Dirigente ou Funcionário de Instituição Pública Cultural

Titular: Marisa Rossetto

Suplente: Flavio Lamb

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Roselei Regert

Suplente: Marisa Pick Baller

d) Representantes de Secretarias ou Órgãos Municipais ou Instituições Públicas Estaduais ou Federais com Ações Afins ou Transversais à Cultura

Titular: Danusia Carmem Bonissoni

Suplente: Nedio Patzlaff

Titular: Claudira Andreia Kammers Costa

Suplente: Jucilene Goldoni Calari

Titular: Ivone Siebeneichler

Suplente: Gilmar Antonio da Rosa

II – SOCIEDADE CIVIL:

a) Representante da Cultura nas Escolas

Titular: Ludimar Boldori

Suplente: Dinamar Patzlaff

b) Representante da Cultura nas Comunidades Rurais

Titular: Selvino Spricigo

Suplente: Lauro Haupt

c) Representante de Artes

Titular: Juliane Rell

Suplente: Eugenio Colossi

d) Representante de Artesanato

Titular: Rosilene Delai

Suplente: Elizete Somariva

e) Representante da Música e Canto Coral

Titular: Ledimar Casagrande

Suplente: Jurandi Locatelli

f) Representante do Patrimônio Cultural Material e Imaterial

Titular: Edson Bogoni

Suplente: João Batista Martins Machado

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir da presente data.

Ipumirim-SC, 11 de agosto de 2020.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 089/2020 PREFEITURA

Publicação N° 2598678

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 089/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: BREGOMAR VEICULOS LTDA

Valor : 102.000,00 (cento e dois mil reais)

Vigência : Início: 11/08/2020 Término: 11/08/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 14/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de um veículo tipo automóvel, com capacidade de 07 lugares, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes em conformidade com as especificações detalhadas anexas ao presente processo licitatório.

Iraceminha, 11 de Agosto de 2020

TERMO HOMOLOGAÇÃO PP 14/2020

Publicação N° 2598506

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2020 - PR Processo Administrativo: 45/2020 Processo de Licitação: 45/2020 Data do Processo: 28/07/2020
--	--

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 45/2020
b) Licitação Nr.: 14/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/08/2020
e) Objeto da Licitação: Aquisição de um veículo tipo automóvel, com capacidade de 07 lugares, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes em conformidade com as especificações detalhadas anexas ao presente processo licitatório.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Iraceminha, 11 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2020 - PR
	Processo Administrativo: 45/2020 Processo de Licitação: 45/2020 Data do Processo: 28/07/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**BREGOMAR VEICULOS LTDA (185)**

1	Veículo novo (zero quilômetro), com as seguintes especificações mínimas: Cor branca Capacidade para 07 ocupantes Fabricação nacional Ano 2020/modelo 2021 4 portas Motor mínimo 1.8 Cambio Automático mínimo 6 marchas a frente e uma a ré Assistente de partida em acive Controle eletrônico de estabilidade e tração Lanterna de neblina Faróis de neblina Freios com ABS Desembaçador elétrico temporizado do vidro traseiro Direção hidráulica ou elétrica Potência líquida mínima 105 CV Bicombustível (etanol/gasolina) Proteção de carter/motor Tapetes Equipado de fábrica com: rádio cd/mp3, entrada usb e viva voz, ar condicionado, ar quente, vidros elétricos, travas elétricas, chave canivete com telecomando de abertura e fechamento das portas, computador de bordo, limpador e lavador do vidro traseiro. Garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da entrega técnica na sede do município. - Marca: CHEVROLET SPIN	UN	1,00	0.0000	102.000,00	102.000,00
---	--	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 102.000,00

Total Geral: 102.000,00

Iraceminha, 11 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 043/2020

Publicação N° 2599176

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 052/2020

TOMADA DE PREÇO N° 007/2020

CONTRATO N° 043/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.939.455/0001-31.

Contratada: ENGENHARIA E OBRAS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 29.852.815/0001-80, com sede á Fazenda São Roque, s/n, Barracão Colônia Terceira Fita, interior, Calmon/SC.

Objeto: contratação de pessoa jurídica, por empreitada global, para execução de uma ponte em concreto armado, sobre o Rio Pingador, na divisa com os municípios de Irani (comunidade Vista Alegre) e Vargem Bonita (comunidade de Linha Coração), conforme Termo de Referência constante do Anexo I do Edital da Tomada de Preço nº 007/2020.

Valor: R\$ 49.630,00 (quarenta e nove mil seiscentos e trinta reais).

Vigência: 31 de dezembro de 2020

Gilson Moreira Leite - Secretário de Obras

RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 06.2020 PARA TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Publicação N° 2598528

GOVERNO MUNICIPAL

**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IRANI****Edital de Resultado Preliminar da Chamada Pública nº 05/2020 para preenchimento
de vaga temporária de Técnico em Radiologia**

1. A Prefeitura Municipal de Irani SC, torna público o resultado preliminar da Classificação da Chamada Pública para Preenchimento de Vaga temporária para o cargo de Técnico em Radiologia até a realização de Concurso Público;

2. Os recursos em relação à classificação podem ser interpostos através do e-mail ghananeves@irani.sc.gov.br, no prazo de 01 (um) dia, contados da data da publicação do presente Edital.

Irani/SC, 11 de agosto de 2020.

Técnico em Radiologia			
Nome	Curso Técnico	Experiência	Total/Pontos
Alex Anderson Klidzio	1	13,44	14,44


Sívio Antônio Lemos das Neves
Prefeito Municipal de Irani SC

IRANI BERÇO DO CONTESTADO

Fone: 49 3432 3200 | E-mail: prefeitura@irani.sc.gov.br
Rua Eilírio de Gregori, 207 | CNPJ: 82.939.455/0001-31 | CEP 89.680-000 | Irani | SC



Irati

PREFEITURA

DECISÃO DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MATRÍCULA Nº 7.781 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE QUILOMBO/SC

Publicação Nº 2599449

DECISÃO DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Trata-se de uma área com uma área de 14.789m² (quatorze mil, setecentos e oitenta e nove metros quadrados) de propriedade do Município de Irati, registrada na matrícula imobiliária nº 7.781 no Cartório de Registro de Imóveis de Quilombo, Estado de Santa Catarina, que encontra-se dividida em 21(vinte e um) lotes da quadra 31, cortada pela rua A, totalizando uma área de 6.877,67m² (seis mil oitocentos e setenta e sete metros e sessenta e sete décimos quadrados).

Através de visita técnica no local, bem como levantamento topográfico em 29 de julho de 2019, elaborou-se o Relatório Inicial de 29 de julho de 2019, que concluiu pela possibilidade de regularização fundiária da área conhecida como Núcleo de Ocupações da rua Raimundo Meurer (COHAB), por tratar-se de núcleo urbano informal consolidado em 22 de dezembro de 2016.

Conforme levantamento planialtimétrico pode-se verificar que não há no local nenhum curso hídrico na área do loteamento, a área não está inserida em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, nem em Área de Proteção à Mananciais e não se trata de área de risco ou ambientalmente protegida. Não encontrou-se espécies de importância ecológica nos limites da gleba, sendo encontradas apenas espécies arbustivas e arbóreas ornamentais e frutíferas. Também não foi identificado no loteamento nenhuma Área de Preservação Permanente (APP) e por este motivo fica dispensada a elaboração do relatório ambiental previsto no artigo 11 § 2º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Com a instauração do procedimento de regularização fundiária da área em 19 de fevereiro de 2020, e todo trabalho social já finalizado, foi elaborado o Relatório Social que concluiu pela classificação da área como Regularização de Interesse Social (REURB-S), realizada através do Decreto Municipal nº 061/2020 de 19 de fevereiro de 2020.

Na sequência foram devidamente notificados os proprietários de direitos reais confrontantes da gleba a ser regularizada, inscrita na matrícula imobiliária nº 7.781 do Cartório de Registro de Quilombo SC, bem como os terceiros interessados, ou seja, os moradores residentes no local. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias e não havendo nenhuma impugnação, elaborou-se o Projeto de Regularização Fundiária cujo projeto urbanístico foi aprovado em julho de 2020.

Durante a tramitação do procedimento, verificou-se que área objeto da regularização fundiária já contempla sistema viário pavimentado com pedras irregulares, rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica domiciliar, iluminação pública, e sistema de drenagem pluvial. Considerando que o município não possui rede pública de coleta e tratamento de esgotamento será utilizado para tal finalidade, o sistema individual de fossa séptica com sumidouro.

O procedimento não possui defeitos e nulidade, razão pela qual nesta oportunidade aprovo o Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social do Núcleo de Ocupações da rua Raimundo Meurer (COHAB), por terem sido cumpridos todos os requisitos exigidos pela Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

Quanto aos ocupantes, estes estão devidamente identificados pelo levantamento socioeconômico e vinculados à sua unidade imobiliária bem como ao seu respectivo direito real, conforme listagem em anexo, aos quais se concede a propriedade através do instrumento da legitimação fundiária previsto no artigo 23 da Lei Federal nº 13.465/2017. As construções existentes nos lotes poderão ser regularizadas posteriormente conforme autoriza o artigo 30 § 3º do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Diante do exposto, declaro concluído o procedimento de Regularização de Interesse Social (REURB-S) do Núcleo de Ocupações da rua Raimundo Meurer (COHAB), conforme determina o artigo 40 da Lei Federal nº 13.465/2017 e artigo 37 do Decreto Federal nº 9.310/2018. Expeça-se a Certidão de Regularização Fundiária, o Título de Legitimação Fundiária Coletivo, apresentando-os, mediante requerimento, ao Cartório de Registro de Imóveis.

Publique-se, nos termos do artigo 28, inciso V da Lei Federal nº 13.465/2017 e artigo 21, inciso V do Decreto Federal nº 9.310/2018.

IRATI/SC, 11 DE AGOSTO DE 2020.

Neuri Meurer
Prefeito Municipal

PREGÃO RP Nº 060/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, UTILIZADA PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS EM RODOVIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC

Publicação Nº 2599212

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O
Processo Administrativo Nº 101/2020
Processo Licitatório Nº 101/2020
Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 060/2020
Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, UTILIZADA PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EM RODOVIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 25/08/2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25/08/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 12 de agosto de 2020.

NEURI MEURER
Prefeito Municipal

PREGÃO RP Nº 061/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110, UTILIZADA PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, TURISMO E MEIO AMBIENTE DE IRATI/SC

Publicação Nº 2599218

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 102/2020

Processo Licitatório Nº 102/2020

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 061/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110, UTILIZADA PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, TURISMO E MEIO AMBIENTE DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26/08/2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 26/08/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 12 de agosto de 2020.

NEURI MEURER
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 04/2020 - LOTEAMENTO HERBST

Publicação Nº 2599241

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO: Nº 0004/2020

O Município de Irineópolis vem através de este edital notificar a quem interessar que a localidade denominada de **LOTEAMENTO HERBST** em formato de REURB-S e parte do núcleo por meio de REURB-E, através de **LEGITIMAÇÃO FUNDIARIA** conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, sendo que este Loteamento denominado de Herbst está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), a fim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes no Referido Loteamento bem como realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da **matricula nº 13.850, transcrições nº 27.016, 27.015, 27.210, 23.309 e 23.160 e matricula nº 23.561**, registradas na Comarca de Registro de Imóveis da Comarca de Porto União/SC.

Descrição Sucinta da área: O Loteamento Herbst conforme a matricula nº 13.850, Propriedade de Gerson Luiz Herbst e outros, com área de matricula 32.283,00 m², transcrições nº 27.016, 27.015, 27.210, 23.309 e 23.160 de Propriedade de Helena Rudnicki Chaicoski e outros, com área de matricula 14.935,00 m² e matricula nº 23.561, com área de matricula 14.179,75 m², Propriedade de Walter Herbst e outros, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto União -SC,

Área dos Lotes a regularizar:

Área da Matrícula nº R-13/13.850	ÁREA DE LOTES (11 LOTES)	3.993,58 m²
Área da Transcrição nº 27.016, 27.015, 27.210, 23.309 e 23.160	ÁREA DE LOTES (12 LOTES)	9.749,90 m²
Área da Matrícula nº 23.561	ÁREA DE LOTES (05 LOTES)	9.874,62 m²

Sendo essa uma área relativamente pequena, mas com uma concentração de 28 lotes urbanos, com mais de 28 famílias ali residindo e com uma população de 112 pessoas situado no **Loteamento Herbst**, no Município de Irineópolis - SC, que são atendidos pela Rua Vereador João Tokarski, Rua Mato Grosso, Rua Anésia Kobus, Rua Valeriano Kobus e Rua Barbara Kobus que passarão ao Domínio Público Municipal, conforme planta em anexo, bem como pelas Rua Rio Grande do Norte, Rua Goiás e Rua Rio de Janeiro com as seguintes configurações:

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREA
ÁREA COPNHECIDA COMO LOTEAMENTO HERBST
MUNICÍPIO: IRINEÓPOLIS – SC
COMARCA: PORTO UNIÃO – SC
MATRÍCULA Nº 13.850 DE GERSON LUIZ HERBST E OUTROS
TRANSCRIÇÕES Nºs. 27.016, 27.015, 27.210, 23.309 E 23.160 DE HELENA RUDNICKI CHAICOSKI E OUTROS

MATRÍCULA Nº 23.561 DE WALTER HERBST E OUTROS
IMÓVEL: PERÍMETRO URBANO DE IRINEÓPOLIS – SC
NÚMERO DE LOTES: 28 LOTES.

QUADRO DE ÁREAS DAS MATRÍCULAS

ÁREA DA MATRÍCULA Nº 13.850.....32.283,00
m²

ÁREA
EXISTENTE.....36.983,23 m²
DIFERENÇA DE ÁREA (EXCESSO).....
4.700,23 m²

ÁREA DAS TRANSCRIÇÕES Nºs. 27.016, 27.015, 27.210,
23.309 E
23.160.....14.935,00
m²

ÁREA EXISTENTE.....
9.825,63 m²
DIFERENÇA DE ÁREA (SUPRESSÃO).....
5.109,37 m²

ÁREA DE MATRÍCULA Nº 23.561.....14.179,75
m²

ÁREA EXISTENTE.....14.205,14
m²
DIFERENÇA DE ÁREA (EXCESSO)..... 25,39
m²

Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção, e atendida possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídas na área tais quais:

- Atendimento da comunidade pela Escola de Educação Básica;
- Arruamentos com partes das vias de chão batido e parte com calçamento;
- Energia Elétrica atendidas pela CELESC;
- Água potável fornecida pela Casan;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos sendo realizados semanalmente pelo Município;
- Telefonia fixa pela concessionária Oi/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel Oi, TIM e VIVO;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público coletivo entre outros;
- Área a ser regularizada totalmente integrada ao perímetro urbano municipal;
- Áreas de Lazer e institucionais presentes na localidade.

Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017:

Decreto 9.310/2018:

Art. 13. O Poder Público notificará os titulares de domínio e os confrontantes da área demarcada, pessoalmente ou por via

postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, para, que estes, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias.

§ 1º Os titulares de domínio ou os confrontantes não identificados, não encontrados ou que recusarem o recebimento da notificação por via postal serão notificados por edital, para que apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias, contado da data da notificação.

Lei 13.465/2017:

Art. 20. O poder público notificará os titulares de domínio e os confrontantes da área demarcada, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, para que estes, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias.

§ 1º Eventuais titulares de domínio ou confrontantes não identificados, ou não encontrados ou que recusarem o recebimento da notificação por via postal, serão notificados por edital, para que, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias.

O presente edital visa notificar os herdeiros das seguintes áreas bem como a outros a quem interessarem o presente processo de regularização:

Transcrição nº 27.210 – Propriedade de Myrna Maria Neustaedter: Ficam notificados os herdeiros Welltson Peterson Guilherme, Marjuve Neustaedter Guilherme Rodrigues, Wilhelm Neustaedter Guilherme e Nelson Henrique Neustaedter de A. Esteves;

Transcrição nº 27.015 – Propriedade de Albina Rudnicki Simm, casada com Afonso Simm. Ficam notificados os herdeiros Wilson Simm, Marli Simm, Walmy Simm e Francisco Simm;

Transcrição nº 23.309 – Propriedade de Apolinário Rudnicki casado com Edy Wendt Rudnicki. Ficam notificados os herdeiros Elizete Rudnicki, Esmi Rudnicki e Norberto Rudnicki;

Transcrição nº 23.260 – Propriedade de José Rudnicki. Ficam notificados os herdeiros Olinda Rudnicki, Iolanda Rudnicki, Rosi Rudnicki, José Luiz Rudnicki, Maristela Rudnicki e Wilson Rogerio Rudnicki;

Transcrição nº 27.016 – Propriedade de Helena Rucnicki Chaicoski casada com Alfredo Chaicoski. Ficam notificados os herdeiros Lucia Marlene Chaicoski Jung e Antonio Joel Chaicoski.

As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) Trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no **DOM** (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de IRINEÓPOLIS/SC endereçada ao Prefeito Municipal e a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei 13.465/2017.

Os notificados neste edital ficam advertidos que a ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB, conforme previsão legal contida na Lei 13.465/2017, Art. 20, §6º:

Lei 13.465/2017:

Art. 20. (...)

§ 6º A notificação conterá a advertência de que a ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao

loteamento conforme prevê Lei Federal 13.465/2017, artigos 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

Lei 13.465/2017:

Art. 31. Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.

§ 5º A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de trinta dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos:

I - quando o proprietário e os confinantes não forem encontrados;
e

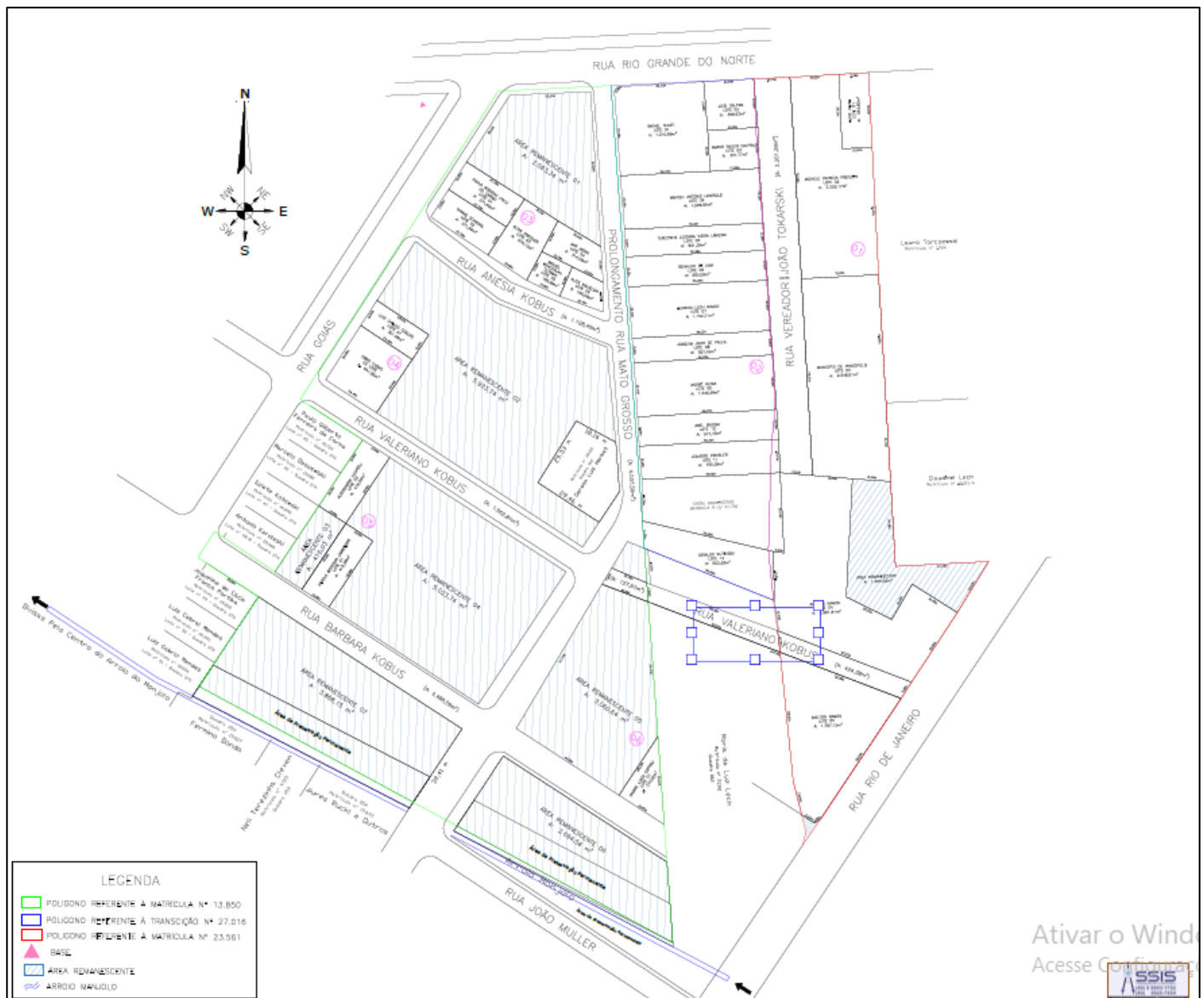
II - quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

§ 6º A ausência de manifestação dos indicados referidos nos §§ 1º e 4º deste artigo será interpretada como concordância com a Reurb.

Irineópolis - SC, 12 de agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I – PLANTA BAIXA E MAPA DO LOTEAMENTO



**PORTARIA Nº 284/2020**

Publicação Nº 2598580

PORTARIA Nº. 284/2020.

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR JESSICA CAROLINE DE OLIVEIRA, nascida em 28/08/1995, portadora do CPF nº. 106.925.519-05 RG n.º 5.731.984 SESP/SC, para no período de 10/08/2020 à 13/11/2020, exercer as atividades de Professora de Ensino Fundamental (40 h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 01/2019, homologado em 13/02/2020 e Contrato de Trabalho Temporário nº 19/2020, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Educação, para atuar em substituição a servidora efetiva DIRCÉLIA APARECIDA SENFF NICOLUZZI, que estará usufruindo de Licença sob o título de Desincompatibilização para concorrer a Cargo Político.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 285/2020

Publicação Nº 2598585

PORTARIA Nº 285/2020.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR sob o regime de trabalho Estatutário, JACKSON RODRIGO SOARES, nascido em 08/11/1993, portador do CPF nº 080.170.359-00, RG. nº 12.307.874-8 SESP/PR, para exercer o cargo de Professor de Matemática (40h/sem), no nível 2, referência A, da Tabela I - Professores, do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2018, homologado em 03/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 286/2020

Publicação Nº 2598586

PORTARIA Nº 286/2020.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º DELEGAR ao servidor LUCAS LEANDRO MENEGUEL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, portador da CNH Registro nº 07056137004 categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Irineópolis (Secretaria Municipal da Saúde), quando no desempenho de suas atividades laborais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 287/2020

Publicação Nº 2598592

PORTARIA Nº 287/2020.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO POLÍTICO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no Art. 119 da Lei Complementar 01/97 de 30 de dezembro de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 3.021, de 20/06/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal DIRCÉLIA APARECIDA SENFF NICOLUZZI, ocupante do cargo efetivo de Professora, Licença sob o título de Desincompatibilização para concorrer a Cargo Político, no período de 14/08/2020 até o dia posterior a realização do pleito, com amparo no Art. 119 da Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997.

Art. 2º- Em conformidade com o previsto no Decreto nº 3.021, de 20/06/2016, que regulamenta o Art. 119 da LC nº 01/97, caso o registro de candidatura não seja efetivado e/ou seja indeferido, por qualquer motivo, a servidora licenciada deverá restituir integralmente ao erário aos valores recebidos durante o período de afastamento.

Parágrafo único. Para fins de restituição ao erário, será obedecida a seguinte ordem, a qual poderá ser aplicada cumulativamente:

I. Desconto de Licença Prêmio (se houver direito adquirido);

II. Desconto em férias (se houver direito adquirido);

III. Devolução dos valores, tendo como limite mensal das parcelas o equivalente a 30% dos vencimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a contar de 14/08/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 10 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 288/2020

Publicação Nº 2598601

PORTARIA N.º. 288/2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES À SERVIDORA EFETIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 03/08/2020 a 02/08/2021, à servidora efetiva CENI SCHMIDT NIEJELSKI.

Parágrafo único. Fica dada ciência à servidora de que o período de licença acima concedido será interrompido, quando forem retomadas as aulas presenciais na rede municipal de ensino.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 289/2020

Publicação Nº 2599153

PORTARIA N.º. 289/2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES À SERVIDORA EFETIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 03/08/2020 a 02/08/2021, à servidora efetiva TATIANA BUENO FERREIRA.

Parágrafo único. Fica dada ciência à servidora de que o período de licença acima concedido será interrompido, quando forem retomadas as aulas presenciais na rede municipal de ensino.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/08/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 290/2020

Publicação Nº 2599799

PORTARIA Nº. 290/2020.

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 12/08/2020 a 10/09/2020, à servidora efetiva ACACIA ROSANE KRÜGER NIGRIN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 291/2020

Publicação Nº 2599800

PORTARIA Nº. 291/2020.

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 12/08/2020 a 10/09/2020, à servidora efetiva KELLY SUELEN PREISLER STEIN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 14/2020

Publicação Nº 2599478

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 014/2020.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Sr. **JULIANO POZZI PEREIRA**, no uso de suas atribuições, faz saber aos moradores e proprietários de imóveis com testada frontal para a **RUA SÃO PAULO**, neste Município, e que nos termos da Lei Complementar n.º 034/07, e demais disposições legais aplicáveis, passa a vigorar o prazo legal para lançamento da contribuição de melhoria, com referência as obras de pavimentação com lajotas sextavadas na referida rua. Em obediência ao mesmo diploma legal, discrimina abaixo a delimitação das áreas com relação dos beneficiários, memorial descritivo, custo da obra e parcela para ressarcimento, conforme as normas gerais de direito tributário.

1. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS.

1.1 - A obra de pavimentação encontra-se delimitada por uma faixa de 90,80 m (noventa metros, oitenta decímetros lineares) com início na Rua Amazonas, neste Município, com a indicação do nome do contribuinte, indicação fiscal, testada, área beneficiada e valor relacionados no Item 9.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DA OBRA E ORÇAMENTO.

2.1 - As principais etapas da obra compõem-se de regularização do leito, colocação de meios fios, colchão de areia e assentamento de lajotas, execução de caixas de águas pluviais, calculados com índices de mercado e estando seu procedimento a disposição dos contribuintes. A obra terá uma extensão de 90,80 m (noventa metros, oitenta decímetros lineares), com área pavimentada total no leito da Rua de 916,00 m² (Novecentos e dezesseis metros quadrados), com 10,00 metros de largura, e passeio com 5,00 metros cada lado, sendo com 3,00 metros de largura pavimentado com paver e 2,00 metros com plantio de grama.

3. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

3.1 - Com extensão de 90,80 m (noventa metros, oitenta decímetros lineares), com área pavimentada do leito de 916,00 m² (Novecentos e dezesseis metros quadrados), com custo total de R\$ 130.734,11 (cento e trinta mil, setecentos trinta e quatro reais, onze centavos), com valor unitário por metro quadrado de R\$ 142,72 (cento e quarenta e dois reais, setenta e dois centavos), estando a disposição na Prefeitura projetos e quantitativos físico-financeiros para consultas.

4. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

4.1 - A parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, conforme planilha de custo de material e mão de obra em anexo, fica distribuída da seguinte forma: R\$ 37.288,80 (trinta e sete mil, duzentos oitenta e oito reais, oitenta centavos) divididos por 916,00 m² (novecentos e dezesseis metros quadrados), referente a medida de frente e área de cada um, com valor unitário por metro quadrado de R\$ 40,71 (quarenta reais, setenta e um centavos), devido ao fator de absorção do item 6.0.

4.2 - N.º de prestações a serem recolhidas: em 36 parcelas mensais e consecutivas;

4.3 - As receitas provenientes da cobrança da Contribuição de Melhoria pagas em parcela única, e as receitas provenientes de parcelamento, serão classificadas nas rubricas específicas do Orçamento Municipal;

4.4 - No caso de quitação até o vencimento do tributo de Contribuição de Melhoria em parcela única, o contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado da contribuição.

4.5 - Em opção ao parcelamento será utilizado o valor acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária anual;

4.6 - Em caso de pagamento posterior ao vencimento, será acrescido 1% (um por cento) de juros ao mês mais 2% (dois por cento) de multa sobre o valor já vencido.

Cliente :	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS						Licitação:	
Obra:	PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA						BDI: 20,30%	Data / Hora: 13/01/2020 09:00
CR 005/2019								
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Item	Descrição	Qtde.	Unid.	MAT/EQUIP 60,00%	MDO 40,00%	Preço Unit. sem BDI	Preço Unit. com BDI	Preço Total
META 08 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO								
8.1	Serviços Preliminares							
8.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	2,50	M2	R\$ 228,58	R\$ 152,39	R\$ 316,68	R\$ 380,97	R\$ 952,43
8.1.2	SINALIZACAO DE TRANSITO - NOTURNA	84,90	M	R\$ 2,09	R\$ 1,40	R\$ 2,90	R\$ 3,49	R\$ 296,30
							Total 8.1	R\$ 1.248,73
8.2	Pavimentação							
8.2.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	916,00	M2	R\$ 34,77	R\$ 23,18	R\$ 48,17	R\$ 57,95	R\$ 53.082,20
8.2.3	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	916,00	M2	R\$ 0,91	R\$ 0,60	R\$ 1,26	R\$ 1,51	R\$ 1.383,16
							Total 8.2	RS54.465,36
8.3	Drenagem e Obras de arte corrente							
8.3.1	ESCAVACAO MECANICA, A CEU ABERTO, EM MATERIAL DE 1A CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA, CAPACIDADE DE 0,78 M3	382,41	M3	R\$ 1,71	R\$ 1,14	R\$ 2,37	R\$ 2,85	R\$ 1.089,87
8.3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	289,71	M3	R\$ 9,08	R\$ 6,06	R\$ 12,59	R\$ 15,14	R\$ 4.386,21
8.3.3	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	16,68	M3	R\$ 72,17	R\$ 48,12	R\$ 99,99	R\$ 120,29	R\$2.006,44
8.3.4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PSI, PB, DN 300 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	30,00	M	R\$ 15,80	R\$ 10,54	R\$ 21,90	R\$ 26,34	R\$ 790,20
8.3.5	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	30,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 721,50

8.3.10	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 800 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	102,00	M	R\$ 102,49	R\$ 68,33	R\$ 142,00	R\$ 170,82	R\$ 17.423,64
8.3.11	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_ 12/2015	102,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 2.453,10
8.3.14	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO. INCLUSIVE GRELHA DE FERRO. MAT E M.O.	7,00	UNID	R\$ 569,10	R\$ 379,40	R\$ 788,45	R\$ 948,50	R\$ 6.639,50
8.4	Sinalização						Total 8.3	R\$35.510,46
8.4.1	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA CIRCULAR D = 50 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	4,00	UNID	R\$ 182,00	R\$ 121,33	R\$ 252,14	R\$ 303,33	R\$ 1.213,32
8.4.2	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	2,00	UNID	R\$ 224,21	R\$ 149,48	R\$ 310,63	R\$ 373,69	R\$ 747,38
8.4.3	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA QUADRADA L = 60 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	2,00	UNID	R\$ 247,51	R\$ 165,00	R\$ 342,90	R\$ 412,51	R\$ 825,02
8.4.4	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (2 PLACAS 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	1,00	UNID	R\$ 219,56	R\$ 146,38	R\$304,19	R\$ 365,94	R\$ 365,94
8.4.5	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZACÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	32,00	M2	R\$ 4,49	R\$ 9,66	R\$ 20,07	R\$ 24,15	R\$ 772,80
8.5	Serviços Complementares						Total 8.4	R\$ 3.924,46
8.5.1	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_ 06/2016	183,00	M	R\$ 3,71	R\$ 9,14	R\$ 18,99	R\$ 22,85	R\$ 4.181,55
8.5.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_ 12/2015	428,63	M2	R\$ 31,83	R\$ 21,22	R\$ 44,10	R\$ 53,05	R\$22.738,82

8.5.3	PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL *40 X 40 X 2,5*CM, SOBRE COLCHÃO DE AREIA	67,73	M2	R\$ 36,08	R\$ 24,06	R\$ 49,99	R\$ 60,14	R\$ 4.073,28
8.5.4	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 93 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM; DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 5,94 M2 (NBR 9050/2015)	4,00	UNID	R\$ 180,44	R\$ 120,30	R\$ 249,99	R\$ 300,74	R\$ 1.202,96
8.5.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	352,60	M2	R\$ 5,77	R\$ 3,84	R\$ 7,99	R\$ 9,61	R\$ 3.388,49
							Total 8.5	R\$35.585,10

CENTO E TRINTA MIL SETECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E ONZE CENTAVOS	Total Rua São Paulo	R\$130.734,11
---	----------------------------	----------------------

6. FATOR DE ABSORÇÃO

Será considerado o fator de absorção da contribuição de melhoria como 1 (um) aplicado sobre o valor considerado como faixa de cada área pavimentada.

$CMI = T \times LL/2 \times FA \times CUN$, onde:

T = Testada do Imóvel;

LL = Largura do Leito Pavimentado;

FA = Fator de Absorção;

CUN = Custo Unitário por metro quadrado da pavimentação

7. ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RAZÃO DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS

7.1 – Após análise técnica, restou consignado que o índice de valorização dos imóveis confrontantes com a Rua São Paulo, em razão da pavimentação com lajotas sextavadas, realizada em regime de contribuição de melhoria, será de no mínimo 16%, razão pela qual este percentual é que será considerado como índice de valorização imobiliária para cada imóvel beneficiado pela obra, bem como limite individual da contribuição de melhoria, em caso de terreno de esquina a Rua secundária será considerado 50%.

8. Isenção do pagamento de Contribuição de Melhoria, conforme Lei Complementar 123/2017.

“Art. 7º- A. Ficam isentos do pagamento de Contribuição de Melhoria decorrente da pavimentação, os imóveis urbanos residenciais, que possuam alguma das seguintes características próprias e de seus proprietários:”

I - os imóveis com edificação não superior a 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída, dos quais seus proprietários gozarão da presunção de insuficiência econômica para o pagamento do tributo;

II - os proprietários e contribuintes de baixa renda, independentemente da metragem da edificação, que não possuírem renda mensal familiar superior a 02 (dois) salários mínimos.

§ 1º - Para efeito da avaliação da renda mensal de trabalhadores considerados diaristas, boias frias, trabalhadores rurais sem registro e assemelhados, deve-se considerar a importância mínima de 1 (um) salário mínimo nacional vigente.

§ 2º Para habilitação do pedido da isenção, que se dará através de requerimento administrativo instruído com a documentação necessária a comprovar o preenchimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contribuinte deverá comparecer a sede do Poder Público Municipal (Paço Municipal).

§ 3º - Poderá o Departamento de Fiscalização Municipal a qualquer tempo, realizar vistorias “in loco”, para fins de verificação dos fatos e condições apresentadas no requerimento de isenção.

“Art. 7º- B. Os proprietários de imóveis não edificados, não possuem presunção de insuficiência econômica, devendo, para obter a isenção, se enquadrar em quaisquer das possibilidades da concessão do benefício previstas nesta Lei”.

“Art. 7º- C. Não terão direito à isenção da Contribuição de Melhoria, os contribuintes:

a) que possuírem mais de um imóvel urbano no Município;

b) (suprimido pelo Legislativo);

c) que não residirem no imóvel objeto do edital da contribuição de melhoria;

d) que não estiverem com o cadastro devidamente regularizado em seu nome, perante o Cadastro Imobiliário do Município”.

9. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS						
NOME	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA (m)	VALOR VENAL	VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA (limite ind. da CME)	ÁREA PAVIMENTADA (m²)	CÁLCULO CME POR IMÓVEL
ACYR MARQUES	1.1.20.0.0266.0.001	54,40	R\$ 141.190,00	R\$ 22.590,40	272,00	R\$ 47.161,38
RAQUEL SINDER – Co-responsável Gilson Alberto Turkot	1.1.18.0.0523.0.000	36,00	R\$ 123.000,00	R\$ 19.680,00	180,00	R\$ 31.209,73
RAQUEL SINDER – Co-responsável Gilson Alberto Turkot	1.1.18.0.0547.0.000	24,00	R\$ 123.000,00	R\$ 19.680,00	120,00	R\$ 20.806,49
RAQUEL SINDER – Co-responsável Gilson Alberto Turkot	1.1.18.0.0571.0.000	15,40	R\$ 78.920,00	R\$ 12.627,20	77,00	R\$ 13.350,83
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		21,00				
TOTAL						R\$ 130.734,11

10. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE		
NOMES	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR FINAL DA CME POR IMÓVEL
ACYR MARQUES	1.1.20.0.0266.0.001	R\$ 11.295,20
RAQUEL SINDER – Co-responsável Gilson Alberto Turkot	1.1.18.0.0523.0.000	R\$ 9.840,00
RAQUEL SINDER – Co-responsável Gilson Alberto Turkot	1.1.18.0.0547.0.000	R\$ 9.840,00
RAQUEL SINDER – Co-responsável Gilson Alberto Turkot	1.1.18.0.0571.0.000	R\$ 6.313,60
TOTAL		R\$37.288,80

11. IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

11.1 - Ficam cientes os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo para impugnação e reclamação dos itens acima mencionados é de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital. No caso de impugnação e reclamação os contribuintes deverão dirigir-se a Secretaria da Fazenda do Município. Fica ainda estabelecido que o lançamento e o pagamento será efetuado através de notificação dirigida nos termos da Lei supracitada.

Irineópolis – SC, 10 de agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 15/2020

Publicação Nº 2599480

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 015/2020.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Sr. **JULIANO POZZI PEREIRA**, no uso de suas atribuições, faz saber aos moradores e proprietários de imóveis com testada frontal para a **RUA AMAZONAS**, neste Município, e que nos termos da Lei Complementar n.º 034/07, e demais disposições legais aplicáveis, passa a vigorar o prazo legal para lançamento da contribuição de melhoria, com referência as obras de pavimentação com lajotas sextavadas na referida rua. Em obediência ao mesmo diploma legal, discrimina abaixo a delimitação das áreas com relação dos beneficiários, memorial descritivo, custo da obra e parcela para ressarcimento, conforme as normas gerais de direito tributário.

1. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS. 1.1 - A obra de pavimentação encontra-se delimitada por uma faixa de 163,00 m (cento sessenta e três metros lineares) com início na Rua São Paulo e término na Travessa Rondônia, neste Município, com a indicação do nome do contribuinte, indicação fiscal, testada, área beneficiada e valor relacionados no Item 9.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DA OBRA E ORÇAMENTO.

2.1 - As principais etapas da obra compõem-se de regularização do leito, colocação de meios fios, colchão de areia e assentamento de lajotas, execução de caixas de águas pluviais, calculados com índices de mercado e estando seu procedimento a disposição dos contribuintes. A obra terá uma extensão de 163,00 m (cento sessenta e três metros lineares), com área pavimentada total no leito da Rua de 1.836,00 m² (Um mil, oitocentos trinta e seis metros quadrados), com 10,00 metros de largura, e passeio com 5,00 metros cada lado, sendo com 3,00 metros de largura pavimentado com paver e 2,00 metros com plantio de grama.

3. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

3.1 - Com extensão de 163,00 m (cento sessenta e três metros lineares), com área pavimentada do leito de 1.836,00 m² (Um mil, oitocentos trinta e seis metros quadrados), com custo total de R\$ 265.512,07 (duzentos sessenta e cinco mil, quinhentos e doze reais, sete centavos), com valor unitário por metro quadrado de R\$ 144,61 (cento e quarenta e quatro reais, sessenta e um centavos), estando a disposição na Prefeitura projetos e quantitativos físico-financeiros para consultas.

4. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

4.1 - A parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, conforme planilha de custo de material e mão de obra em anexo, fica distribuída da seguinte forma: R\$ 34.035,85 (trinta e quatro mil, trinta e cinco reais, oitenta e cinco centavos) divididos por 1.836,00 m² (Um mil, oitocentos trinta e seis metros quadrados), referente a medida de frente e área de cada um, com valor unitário por metro quadrado de R\$ 18,53 (dezoito reais, cinquenta e três centavos), devido ao fator de absorção do item 6.0.

4.2 - N.º de prestações a serem recolhidas: em 36 parcelas mensais e consecutivas;

4.3 - As receitas provenientes da cobrança da Contribuição de Melhoria pagas em parcela única, e as receitas provenientes de parcelamento, serão classificadas nas rubricas específicas do Orçamento Municipal;

4.4 - No caso de quitação até o vencimento do tributo de Contribuição de Melhoria em parcela única, o contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado da contribuição.

4.5 - Em opção ao parcelamento será utilizado o valor acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária anual;

4.6 - Em caso de pagamento posterior ao vencimento, será acrescido 1% (um por cento) de juros ao mês mais 2% (dois por cento) de multa sobre o valor já vencido.

Cliente	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPÓLIS						Licitação:	
:								
Obra:	PAVIMENTAÇÃO DA RUA AMAZONAS, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA						BDI:	Data / Hora:
							20,30%	13/01/2020 - 09:00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Item	Descrição	Qtde.	Unid.	MAT/ EQUIP 60,00%	MDO 40,00%	Preço Unit. sem BDI	Preço Unit. com BDI	Preço Total
META 01 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA AMAZONAS								
1.1	Serviços Preliminares							
1.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	2,50	M2	R\$ 228,58	R\$152,39	R\$ 316,68	R\$ 380,97	R\$ 952,43
1.1.2	SINALIZACAO DE TRANSITO - NOTURNA	163,00	M	R\$ 2,09	R\$ 1,40	R\$ 2,90	R\$ 3,49	R\$ 568,87
							Total 1.1	R\$ 1.521,30
1.2	Pavimentação							
1.2.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	1.836,00	M2	R\$ 34,77	R\$ 23,18	R\$ 48,17	R\$ 57,95	R\$106.396,20
1.2.3	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	1.836,00	M2	R\$ 0,91	R\$ 0,60	R\$ 1,26	R\$ 1,51	R\$ 2.772,36
							Total 1.2	R\$109.168,56
1.3	Drenagem e Obras de arte corrente							
1.3.1	ESCAVACAO MECANICA, A CEU ABERTO, EM MATERIAL DE 1A CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA; CAPACIDADE DE 0,78 M3	955,32	M3	R\$ 1,71	R\$ 1,14	R\$ 2,37	R\$ 2,85	R\$ 2.722,66
1.3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	724,62	M3	R\$ 9,08	R\$ 6,06	R\$ 12,59	R\$ 15,14	R\$ 10.970,75
1.3.3	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	41,02	M3	R\$ 72,17	R\$ 48,12	R\$ 99,99	R\$ 120,29	R\$ 4.934,30
1.3.4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE-PS1,PB,DN300 MM,PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	50,00	M	R\$ 15,80	R\$ 10,54	R\$ 21,90	R\$ 26,34	R\$ 1.317,00
1.3.5	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	50,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 1.202,50

1.3.8	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 600 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	20,00	M	R\$ 62,43	R\$ 41,62	R\$ 86,49	R\$ 104,05	R\$ 2.081,00
1.3.9	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF. 12/2015	20,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 481,00
1.3.10	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 800 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	248,00	M	R\$ 102,49	R\$ 68,33	R\$ 142,00	R\$ 170,82	R\$ 42.363,36
1.3.11	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF. 12/2015	248,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 5.964,40
1.3.14	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACIÇO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO. INCLUSIVE GRELHA DE FERRO, MAT E M.O.	11,00	UNID	R\$ 569,10	R\$ 379,40	R\$ 788,45	R\$ 948,50	R\$ 10.433,50
1.3.17	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIÂMETRO = 0,80M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.	1,00	UNID	R\$ 1.082,69	R\$ 721,80	R\$ 1.499,99	R\$ 1.804,49	R\$ 1.804,49
1.4	Sinalização						Total 1.3	R\$ 84.274,96
1.4.1	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA CIRCULAR D = 50 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	3,00	UNID	R\$ 182,00	R\$ 121,33	R\$ 252,14	R\$ 303,33	R\$ 909,99
1.4.2	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	1,00	UNID	R\$ 224,21	R\$ 149,48	R\$ 310,63	R\$ 373,69	R\$ 373,69
1.4.3	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA QUADRADA L = 60 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	5,00	UNID	R\$ 247,51	R\$ 165,00	R\$ 342,90	R\$ 412,51	R\$ 2.062,55
1.4.4	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (2 PLACAS 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	2,00	UNID	R\$ 219,56	R\$ 146,38	R\$ 304,19	R\$ 365,94	R\$ 731,88
1.4.5	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZACÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	32,00	M2	R\$ 14,49	R\$ 9,66	R\$ 20,07	R\$ 24,15	R\$ 772,80
1.5	Serviços Complementares						Total 1.4	R\$ 4.850,91

1.5.1	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	333,00	M	R\$ 13,71	R\$ 9,14	R\$ 18,99	R\$ 22,85	R\$ 7.609,05
1.5.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	815,21	M2	R\$ 31,83	R\$ 21,22	R\$ 44,10	R\$ 53,05	R\$ 43.246,89
1.5.3	PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL *40 X 40 X 2,5*CM, SOBRE COLCHÃO DE AREIA	127,21	M2	R\$ 36,08	R\$ 24,06	R\$ 49,99	R\$ 60,14	R\$ 7.650,41
1.5.4	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 93 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM; DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 5,94 M2 (NBR 9050/2015)	4,00	UNID	R\$ 180,44	R\$120,30	R\$ 249,99	R\$ 300,74	R\$ 1.202,96
1.5.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	623,00	M2	R\$ 5,77	R\$ 3,84	R\$ 7,99	R\$ 9,61	R\$ 5.987,03
							Total 1.5	R\$ 65.696,34

DUZENTOS E SESENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E DOZE REAIS E SETE CENTAVOS							Total Rua Amazonas	R\$265.512,07
---	--	--	--	--	--	--	---------------------------	----------------------

6. FATOR DE ABSORÇÃO

Será considerado o fator de absorção da contribuição de melhoria como 1 (um) aplicado sobre o valor considerado como faixa de cada área pavimentada.

$CMI = T \times LL/2 \times FA \times CUN$, onde:

T = Testada do Imóvel;

LL = Largura do Leito Pavimentado;

FA = Fator de Absorção;

CUN = Custo Unitário por metro quadrado da pavimentação

7. ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RAZÃO DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS

7.1 – Após análise técnica, restou consignado que o índice de valorização dos imóveis confrontantes com a Rua Amazonas, em razão da pavimentação com lajotas sextavadas, realizada em regime de contribuição de melhoria, será de no mínimo 16%, razão pela qual este percentual é que será considerado como índice de valorização imobiliária para cada imóvel beneficiado pela obra, bem como limite individual da contribuição de melhoria, em caso de terreno de esquina a Rua secundária será considerado 50%.

8. Isenção do pagamento de Contribuição de Melhoria, conforme Lei Complementar 123/2017.

“Art. 7º- A. Ficam isentos do pagamento de Contribuição de Melhoria decorrente da pavimentação, os imóveis urbanos residenciais, que possuam alguma das seguintes características próprias e de seus proprietários:”

I - os imóveis com edificação não superior a 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída, dos quais seus proprietários gozarão da presunção de insuficiência econômica para o pagamento do tributo;

II - os proprietários e contribuintes de baixa renda, independentemente da metragem da edificação, que não possuírem renda mensal familiar superior a 02 (dois) salários mínimos.

§ 1º - Para efeito da avaliação da renda mensal de trabalhadores considerados diaristas, boias frias, trabalhadores rurais sem registro e assemelhados, deve-se considerar a importância mínima de 1 (um) salário mínimo nacional vigente.

§ 2º Para habilitação do pedido da isenção, que se dará através de requerimento administrativo instruído com a documentação necessária a comprovar o preenchimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contribuinte deverá comparecer a sede do Poder Público Municipal (Paço Municipal).

§ 3º - Poderá o Departamento de Fiscalização Municipal a qualquer tempo, realizar vistorias “in loco”, para fins de verificação dos fatos e condições apresentadas no requerimento de isenção.

“Art. 7º- B. Os proprietários de imóveis não edificados, não possuem presunção de insuficiência econômica, devendo, para obter a isenção, se enquadrar em quaisquer das possibilidades da concessão do benefício previstas nesta Lei”.

“Art. 7º- C. Não terão direito à isenção da Contribuição de Melhoria, os contribuintes:

a) que possuírem mais de um imóvel urbano no Município;

b) (suprimido pelo Legislativo);

c) que não residirem no imóvel objeto do edital da contribuição de melhoria;

d) que não estiverem com o cadastro devidamente regularizado em seu nome, perante o Cadastro Imobiliário do Município”.

9. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS						
NOME	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA (m)	VALOR VENAL BASE PLANTA DE VALORES LC 034/2007	VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA (limite ind. da CME)	ÁREA PAVIMENTADA (m²)	CÁLCULO CME POR IMÓVEL
ACYR MARQUES	1.1.20.0.0266.0.001	27,56	R\$141.190,00	**R\$ 11.295,20	137,80	R\$ 25.358,72
ANTONIO MARCELO MARQUES	1.1.20.0.0290.0.001	24,00	R\$ 82.000,00	R\$ 13.120,00	120,00	R\$ 22.083,07
COMERCIAL AGROINDUSTRIAL SAO JORGE LTDA - ME	1.1.19.0.0286.0.000	143,00	R\$ 249.850,00	R\$ 39.976,00	715,00	R\$ 131.578,27
RAQUEL SINDER – Corresponsável Gílson Alberto Turkot	1.1.18.0.0523.0.000	4,00	R\$ 20.500,00	R\$ 3.280,00	20,00	R\$ 3.680,51
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS						R\$ 82.811,50
TOTAL						R\$ 265.512,07

** 50% desconto (visto que possui duas frentes e pagou 100% na outra)

10. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE		
NOMES	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR FINAL DA CME POR IMÓVEL
ACYR MARQUES	1.1.20.0.0266.0.001	R\$ 5.647,60
ANTONIO MARCELO MARQUES	1.1.20.0.0290.0.001	R\$ 6.560,00
COMERCIAL AGROINDUSTRIAL SAO JORGE LTDA - ME	1.1.19.0.0286.0.000	R\$ 19.988,00
RAQUEL SINDER – Corresponsável Gilson Alberto Turkot	1.1.18.0.0523.0.000	R\$ 1.840,25
TOTAL		R\$ 34.035,85

11. IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

11.1 - Ficam cientes os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo para impugnação e reclamação dos itens acima mencionados é de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital. No caso de impugnação e reclamação os contribuintes deverão dirigir-se a Secretaria da Fazenda do Município. Fica ainda estabelecido que o lançamento e o pagamento será efetuado através de notificação dirigida nos termos da Lei supracitada.

Irineópolis – SC, 10 de agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 16/2020

Publicação Nº 2599481

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 016/2020.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Sr. **JULIANO POZZI PEREIRA**, no uso de suas atribuições, faz saber aos moradores e proprietários de imóveis com testada frontal para a **RUA RIO GRANDE DO SUL**, neste Município, e que nos termos da Lei Complementar n.º 034/07, e demais disposições legais aplicáveis, passa a vigorar o prazo legal para lançamento da contribuição de melhoria, com referência as obras de pavimentação com lajotas sextavadas na referida rua. Em obediência ao mesmo diploma legal, discrimina abaixo a delimitação das áreas com relação dos beneficiários, memorial descritivo, custo da obra e parcela para ressarcimento, conforme as normas gerais de direito tributário.

1. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS.

1.1 - A obra de pavimentação encontra-se delimitada por uma faixa de 35,00 m (trinta e cinco metros lineares) com início na sequência da pavimentação desta rua a partir da Rua Paraná até a Rua Rondônia, neste Município, com a indicação do nome do contribuinte, indicação fiscal, testada, área beneficiada e valor relacionados no Item 9.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DA OBRA E ORÇAMENTO.

2.1 - As principais etapas da obra compõem-se de regularização do leito, colocação de meios fios, colchão de areia e assentamento de lajotas, execução de caixas de águas pluviais, calculados com índices de mercado e estando seu procedimento a disposição dos contribuintes. A obra terá uma extensão de 35,00 m (trinta e cinco metros lineares), com área pavimentada total no leito da Rua de 356,20 m² (trezentos e cinquenta e seis metros, vinte decímetros quadrados), com 10,00 metros de largura, e passeio com 5,00 metros cada lado, sendo com 3,00 metros de largura pavimentado com paver e 2,00 metros com plantio de grama.

3. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

3.1 - Com extensão de 35 m (trinta e cinco metros lineares), com área pavimentada do leito de 356,20 m² (trezentos cinquenta e seis metros, vinte decímetros quadrados), com custo total de R\$ 77.636,27 (setenta e sete mil, seiscentos trinta e seis reais, vinte e sete centavos), com valor unitário por metro quadrado de R\$ 217,96 (duzentos e dezessete reais, noventa e seis centavos), estando a disposição na Prefeitura projetos e quantitativos físico-financeiros para consultas.

4. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

4.1 - A parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, conforme planilha de custo de material e mão de obra em anexo, fica distribuída da seguinte forma: R\$ 6.560,00 (seis mil, quinhentos e sessenta reais) divididos por 356,20 m² (trezentos cinquenta e seis metros, vinte decímetros quadrados), referente a medida de frente e área de cada um, com valor unitário por metro quadrado de R\$ 18,42 (dezoito reais, quarenta e dois centavos), devido ao fator de absorção do item 6.0.

4.2 - N.º de prestações a serem recolhidas: em 36 parcelas mensais e consecutivas;

4.3 - As receitas provenientes da cobrança da Contribuição de Melhoria pagas em parcela única, e as receitas provenientes de parcelamento, serão classificadas nas rubricas específicas do Orçamento Municipal;

4.4 - No caso de quitação até o vencimento do tributo de Contribuição de Melhoria em parcela única, o contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado da contribuição.

4.5 - Em opção ao parcelamento será utilizado o valor acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária anual;

4.6 - Em caso de pagamento posterior ao vencimento, será acrescido 1% (um por cento) de juros ao mês mais 2% (dois por cento) de multa sobre o valor já vencido.

Cliente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS						Licitação:	
Obra:	PAVIMENTAÇÃO DA RUA RIO GRANDE DO SUL, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA						BDI:	Data / Hora:
							20,30%	13/01/2020 - 09:00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Item	Descrição	Qtde.	Unid.	MAT/EQU IP	MDO	Preço Unit. sem BDI	Preço Unit. com BDI	Preço Total
META 12 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA RIO GRANDE DO SUL								
12.1	Serviços Preliminares							
12.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	2,50	M2	R\$ 228,58	R\$152,39	R\$316,68	R\$ 380,97	R\$ 952,43
12.1.2	SINALIZACAO DE TRANSITO - NOTURNA	80,00	M	R\$ 2,09	R\$ 1,40	R\$ 2,90	R\$ 3,49	R\$ 279,20
							Total 12.1	R\$ 1.231,63
12.2	Pavimentação							
12.2.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM. ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	356,20	M2	R\$ 34,77	R\$ 23,18	R\$ 48,17	R\$ 57,95	R\$20.641,79
12.2.3	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	356,20	M2	R\$ 0,91	R\$ 0,60	R\$ 1,26	R\$ 1,51	R\$ 537,86
							Total 12.2	R\$21.179,65
12.3	Drenagem e Obras de arte corrente							
12.3.1	ESCAVACAO MECANICA, A CEU ABERTO, EM MATERIAL DE 1A CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA, CAPACIDADE DE 0,78 M3	250,42	M3	R\$ 1,71	R\$ 1,14	R\$ 2,37	R\$ 2,85	R\$ 713,70
12.3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 m² / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NIVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	200,35	M3	R\$ 9,08	R\$ 6,06	R\$ 12,59	R\$ 15,14	R\$ 3.033,30
12.3.3	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANCAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	12,98	M3	R\$ 72,17	R\$ 48,12	R\$ 99,99	R\$ 120,29	R\$ 1.561,36
12.3.4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PSI, PB, DN 300 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	40,00	M	R\$ 15,80	R\$10,54	R\$ 21,90	R\$ 26,34	R\$ 1.053,60
12.3.5	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE AGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	40,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 962,00

12.3.8	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 600 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	85,00	M	R\$ 62,43	R\$ 41,62	R\$ 86,49	R\$ 104,05	R\$ 8.844,25
12.3.9	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	85,00	M	R\$ 14,43	R\$ 9,62	R\$ 19,99	R\$ 24,05	R\$ 2.044,25
12.3.14	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACIÇO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO. INCLUSIVE GRELHA DE FERRO. MAT E M.O.	8,00	UNID	R\$ 569,10	R\$ 379,40	R\$ 788,45	R\$ 948,50	R\$ 7.588,00
12.4	Sinalização						Total 12.3	R\$ 5.800,46
12.4.1	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA CIRCULAR D = 50 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	4,00	UNID	R\$ 182,00	R\$ 121,33	R\$ 252,14	R\$ 303,33	R\$ 1.213,32
12.4.2	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	1,00	UNID	R\$ 224,21	R\$ 149,48	R\$ 310,63	R\$ 373,69	R\$ 373,69
12.4.3	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA QUADRADA L = 60 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	2,00	UNID	R\$ 247,51	R\$ 165,00	R\$ 342,90	R\$ 412,51	R\$ 825,02
12.4.4	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (2 PLACAS 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	2,00	UNID	R\$ 219,56	R\$ 146,38	R\$ 304,19	R\$ 365,94	R\$ 731,88
12.4.5	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZACAO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	32,00	M2	R\$ 14,49	R\$ 9,66	R\$ 20,07	R\$ 24,15	R\$ 772,80
12.5	Serviços Complementares						Total 12.4	R\$ 3.916,71
12.5.1	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	166,00	M	R\$ 13,71	R\$ 9,14	R\$ 18,99	R\$ 22,85	R\$ 3.793,10
12.5.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 6 CM. AF_12/2015	308,58	M2	R\$ 31,83	R\$ 21,22	R\$ 44,10	R\$ 53,05	R\$ 6.370,17
12.5.3	PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL *40 X 40 X 2,5*CM, SOBRE COLCHÃO DE AREIA	45,63	M2	R\$ 36,08	R\$ 24,06	R\$ 49,99	R\$ 60,14	R\$ 2.744,19

12.5.4	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 93 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 5,94 M2 (NBR 9050/2015)	2,00	UNID	R\$ 180,44	R\$ 120,30	R\$ 249,99	R\$ 300,74	R\$ 601,48
12.5.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	208,00	M2	R\$ 5,77	R\$ 3,84	R\$ 7,99	R\$ 9,61	R\$ 1.998,88
							Total 12.5	R\$ 5.507,82

SETENTA E SETE MIL SEISCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS	Total Rua Rio Grande Sul	R\$ 77.636,27
---	--------------------------	---------------

6. FATOR DE ABSORÇÃO

Será considerado o fator de absorção da contribuição de melhoria como 1 (um) aplicado sobre o valor considerado como faixa de cada área pavimentada.

$CMI = T \times LL/2 \times FA \times CUN$, onde:

T = Testada do Imóvel;

LL = Largura do Leito Pavimentado;

FA = Fator de Absorção;

CUN = Custo Unitário por metro quadrado da pavimentação

7. ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RAZÃO DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS

7.1 – Após análise técnica, restou consignado que o índice de valorização dos imóveis confrontantes com a Rua Rio Grande do Sul, em razão da pavimentação com lajotas sextavadas, realizada em regime de contribuição de melhoria, será de no mínimo 16%, razão pela qual este percentual é que será considerado como índice de valorização imobiliária para cada imóvel beneficiado pela obra, bem como limite individual da contribuição de melhoria.

8. Isenção do pagamento de Contribuição de Melhoria, conforme Lei Complementar 123/2017.

“Art. 7º- A. Ficam isentos do pagamento de Contribuição de Melhoria decorrente da pavimentação, os imóveis urbanos residenciais, que possuam alguma das seguintes características próprias e de seus proprietários:”

I - os imóveis com edificação não superior a 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída, dos quais seus proprietários gozarão da presunção de insuficiência econômica para o pagamento do tributo;

II - os proprietários e contribuintes de baixa renda, independentemente da metragem da edificação, que não possuírem renda mensal familiar superior a 02 (dois) salários mínimos.

§ 1º - Para efeito da avaliação da renda mensal de trabalhadores considerados diaristas, boias frias, trabalhadores rurais sem registro e assemelhados, deve-se considerar a importância mínima de 1 (um) salário mínimo nacional vigente.

§ 2º Para habilitação do pedido da isenção, que se dará através de requerimento administrativo instruído com a documentação necessária a comprovar o preenchimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contribuinte deverá comparecer a sede do Poder Público Municipal (Paço Municipal).

§ 3º - Poderá o Departamento de Fiscalização Municipal a qualquer tempo, realizar vistorias “in loco”, para fins de verificação dos fatos e condições apresentadas no requerimento de isenção.

“Art. 7º- B. Os proprietários de imóveis não edificadas, não possuem presunção de insuficiência econômica, devendo, para obter a isenção, se enquadrar em quaisquer das possibilidades da concessão do benefício previstas nesta Lei”.

“Art. 7º- C. Não terão direito à isenção da Contribuição de Melhoria, os contribuintes:

a) que possuírem mais de um imóvel urbano no Município;

b) (suprimido pelo Legislativo);

c) que não residirem no imóvel objeto do edital da contribuição de melhoria;

d) que não estiverem com o cadastro devidamente regularizado em seu nome, perante o Cadastro Imobiliário do Município”.

9. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS						
NOME	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA (m)	VALOR VENAL BASE PLANTA DE VALORES LC 034/2007	VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA (limite ind. da CME)	ÁREA PAVIMENTADA (m²)	CÁLCULO CME POR IMÓVEL
DOLIRO DE BORBA - ESPÓLIO	1.1.24.0.0276.0.001	25,00	R\$ 82.000,00	R\$ 13.120,00	125,00	R\$ 27.727,24
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		45,00				R\$ 49.909,03
TOTAL						R\$ 77.636,27

10. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE		
NOMES	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR FINAL DA CME POR IMÓVEL
DOLIRO DE BORBA - ESPÓLIO	1.1.24.0.0276.0.001	R\$ 6.560,00
TOTAL		R\$ 6.560,00

11. IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

11.1 - Ficam cientes os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo para impugnação e reclamação dos itens acima mencionados é de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital. No caso de impugnação e reclamação os contribuintes deverão dirigir-se a Secretaria da Fazenda do Município. Fica ainda estabelecido que o lançamento e o pagamento será efetuado através de notificação dirigida nos termos da Lei supracitada.

Irineópolis – SC, 10 de agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE DECRETO Nº 01/2020

Publicação Nº 2599074

Projeto de Decreto Nº 1/2020

APROVA AS CONTAS DO SR. JULIANO POZZI PEREIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SC, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

O presidente da Câmara de Vereadores Irineópolis- SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e eu promulgo o presente DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício de 2018, nos termos do Parecer da Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas Públicas e do Parecer Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina constante nos autos da PCP-19/00370325, parecer este que faz parte integrante do presente decreto.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, comunique-se ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Gabinete da Presidência em 11 de agosto de 2020 .

FERNANDO TURRA

Presidente

Itá

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO PL 053/2020

Publicação N° 2598792

ATA DE RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 053/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2020 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte às 09h00min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, n° 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 063 de 10 de junho de 2020, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silvine Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para recebimento de impugnação da empresa UNICLASSE IND. E COM. LTDA ME, enviada via e-mail no dia sete de agosto de dois mil e vinte. Lida e analisada a impugnação que trata da exigência de certificação do INMETRO para os conjuntos escolares, o pregoeiro e equipe de apoio, sugerem adequar o edital. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski Silvine Carla Mertins
Pregoeiro Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de apoio

AVISO DE ADENDO 01 AO PL 053/2020

Publicação N° 2598799

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 053/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ADENDO 01

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna publico que em razão da necessidade, houve alteração nos itens 6.1 e 10.7, do edital do Pregão Presencial, para a possível aquisição de mobiliário para uso nas unidades escolares da rede municipal de ensino. Em consequência das alterações, as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 25 de agosto de 2020 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital e o Adendo n° 01 encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá-SC, 11 de agosto de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011 - PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação N° 2599178

CONVOCAÇÃO - 011

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, conforme classificação no PS 002/2019 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 12/08/2020 às 08 horas.

Geografia – Habilitado

Candidato	Assinatura
Gislaine Seibel Marcanzoni	
Sandra Cristina De Oliveira	

Itá, 11 de Agosto de 2020.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2020

Publicação Nº 2599518

OBJETO: Contratação de empresas para prestarem serviços de recapagem e vulcanização de pneus, para máquinas, caminhões e ônibus das Secretarias Municipais: de Viação e Obras Públicas; Agricultura e Meio Ambiente e Educação e Esporte. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 25 de agosto de 2020, até as 08h30. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 25 de agosto de 2020, as 08h40. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 11 de agosto de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020

Publicação Nº 2599690

Pregão Presencial nº 33/2020 – Objeto: Registro de Preços para aquisição e instalação de calhas, nas Unidades Escolares do Município. Proponente: ROSANE DE LOURDE KOZAK MEI – ITEM: 01 (750 M/L – calha beiral corte 40, material galvalume confecção e colocação – R\$ 32,66). Valor Total: R\$ 24.495,00. PRAZO: 12 (doze) meses. Itaiópolis, 31 de julho de 2020. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020

Publicação Nº 2599500

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019 – OBJETO: aquisição parcelada de materiais para o Departamento de Obras e urbanismo. Em virtude da desistência da primeira colocada nos itens. Proponente: Fábrica de Artefatos de Cimento Beira Rio Ltda. EPP. Itens: 33 (1.364 UN - Tubo de concreto - diâmetro 0,40 x 1,00 mt - sem armação – R\$ 26,70) e 35 (600 UN - Tubo de concreto armado - diâmetro 0,80 x 1,00 mt - armação PA1 – R\$ 131,00). Valor Total: R\$ 115.018,80. Artefatos de Cimento Alto Paraguaçu Ltda. EPP. Item 32 (1.048 UN - Tubo de concreto – diâmetro 0,30 x 1,00 mt – sem armação – R\$ 18,50). Valor Total: R\$ 19.388,00. Artefatos de Cimento Santo Expedito Ltda. ME. Item 17 (meio-fio de concreto - 30 X 15 X 12CM (AXLXL) – ML. medindo 30 cm de altura x 15 cm de largura inferior e 12 cm de largura superior; Com borda superior chanfrada – R\$ 14,80). Valor Total: R\$ 99.900,00. Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. EPP. Itens: 16 (200 UN - Meio tubo de concreto - diâmetro 0,60 x 1,00mt – R\$ 31,50); 17 (2.250 UN - Meio-fio de concreto - 30 X 15 X 12CM (AXLXL) – ML, medindo 30 cm de altura x 15 cm de largura inferior e 12 cm de largura superior; Com borda superior chanfrada – R\$ 14,10); 31 (500 UN – Tubo de concreto - diâmetro 0,20 x 1,00 mt - sem armação - R\$ 14,20); 36 (345 UN - Tubo de concreto armado - diâmetro 1,00 x 1,00 mt - armação PA1 – R\$ 172,00); 37 (75 UN - Tubo de concreto armado - diâmetro 1,50 x 1,00 mt - armação PA1 – R\$ 590,00) e 39 (38 UN - Tubo de concreto armado - diâmetro 2,00 x 1,00 mt - armação PA2 – R\$ 963,00). Valor Total: R\$ 185.309,00. Concreplan Artefatos de Concreto Ltda. EPP. Itens: 33 (875 UN - Tubo de concreto - diâmetro 0,40 x 1,00 mt - sem armação – R\$ 31,00); 35 (200 UN - Tubo de concreto armado - diâmetro 0,80 x 1,00 mt - armação PA1 – R\$ 140,00) e 36 (150 UN - Tubo de concreto armado - diâmetro 1,00 x 1,00 mt - armação PA1 – R\$ 200,00). Valor Total: R\$ 85.125,00. Tubobom Artefatos de Concreto Ltda. ME. Item 3 (15 UN - Galeria celular medindo 1,50 X 1,50 X 1,20MT - TB 45 - tipo "I" Aterro 0,50 mt a 2,50 mt – R\$ 1.500,00). Valor Total: R\$ 22.500,00. Tubos Palmeira Eireli EPP. Itens: 37 (225 UN - Tubo de concreto armado - diâmetro 1,50 x 1,00 mt - armação PA1 – R\$ 399,00) e 39 (12 UN - Tubo de concreto armado – diâmetro 2,00 x 1,00 mt – armação PA2 – R\$ 1.700,00). Valor Total: R\$ 110.175,00. PRAZO: 04 meses. Itaiópolis, 06 de agosto de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO 04.062.2020

Publicação Nº 2599876

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.062.2020

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de visor articulado, para proteção e prevenção do “Covid 19” aos alunos e profissionais da Rede Municipal de Educação do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.062.2020

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 19 (dezenove) de agosto de 2020.

Abertura do Pregão: 19 (dezenove) de agosto de 2020, às 13:01 (treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “licitações – pregão – pasta 04.062.2020” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 11 de agosto de 2020.

Alessandra Simas Ghiotto
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO 04.063.2020

Publicação Nº 2599878

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.063.2020.

Objeto: Aquisição de cestas básicas (PD A) destinadas aos munícipes que se enquadram nos critérios da Lei Municipal 3304/2014, tendo em vista o aumento significativo em decorrência da decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), por conta do aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), em atendimento aos Decretos Municipais 014/2020 e 015/2020, Decreto Estadual 515/2020, bem como, Lei Federal 13.979/2020, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.063.2020.

Entrega dos envelopes: Até às 16:00(dezesseis) horas do dia 19 (dezenove) de agosto de 2020.

Abertura do Pregão: 19 (dezenove) de agosto de 2020, às 16:01 (dezesseis horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “licitações – modalidades – pregão – pasta 04.063.2020” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 11 de julho de 2020.

Roselaine Aparecida Bach Johhan
Secretária de Assistência Social

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 99/2020

Publicação Nº 2599513

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRONICO Nº 99/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA, DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, ANTIRATIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DO MUNICÍPIO E PARA ROÇADA NO ENTORNO DESTES.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por lote.

Recebimento das Propostas: até às 07h55min do dia 24/08/2020.

Início da Sessão: dia 24/08/2020, com início às 08h:00min, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 11 de agosto de 2020.

Paulo José Theobald
Secretário De Transportes e Obras

DECRETO Nº 129, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599101

DECRETO Nº 129, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.364, de 11 de agosto de 2020:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1030 – Transf. Conv. Social - Portaria 369 - Covid 19, no valor de R\$ 365.891,16

08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0029.1028 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01030 – Aplicações Diretas R\$ 18.200,00

0008.0244.0029.2040 – Manutenção das Ativ. da Gestão da Secret. da Assistência Social

33.90.00.00.00.00.01030 – Aplicações Diretas R\$ 347.691,16

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 11 de agosto de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 130, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599107

DECRETO Nº 130, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.365, de 11 de agosto de 2020:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, nas seguintes dotações orçamentárias:

06.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.1018 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

0012.0361.0012.2020 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

06.003 – Educação Infantil – Pré-Escola

0012.0365.0015.1020 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

0012.0365.0015.2024 – Manutenção das Atividades de Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06.004 – Educação Infantil – Creche

0012.0365.0016.1022 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

06.001 – Atividades Administrativas da Secretaria da Educação

0012.0122.0035.2019 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

06.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.2022 – Transporte Escolar

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

06.004 – Educação Infantil – Creche

0012.0365.0016.2028 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 11 de agosto de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 131, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599412

DECRETO Nº 131, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.310, de 10 de dezembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2020, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior nas seguintes fontes de recurso:

31000 – Rec. Tes. Exerc. Ant – Recu. Ordinários – Civil, no valor de R\$ 20.000,00

08.002 – Fundo Municipal do Idoso

0008.0241.0028.1030 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 11 de agosto de 2020.

Itapiranga, 11 de agosto de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 009/2019 - FMS

Publicação N° 2598873

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 009/2019

Aditivo N°: 2 T.A 009/2019

Tipo Aditivo: Supressão

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada: CONSTRUTORA BEM TE VI LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 14/2019

Objeto: EXECUÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPOSTA N° 11356.6760001/18-008 DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Vigência: Início: 06/08/2020 Término: 31/08/2020

Assinatura: 06/08/2020

Valor R\$: 1.538,18 (Um Mil, Quinhentos e Trinta e Oito Reais e Dezoito Centavos)

Itapiranga, 11 de agosto de 2020

LEI MUNICIPAL N° 3.364, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2599000

LEI MUNICIPAL No 3.364, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1030 – Transf. Conv. Social - Portaria 369 - Covid 19, no valor de R\$ 365.891,16

08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0029.1028 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.00.01030 – Aplicações Diretas R\$ 18.200,00

0008.0244.0029.2040 – Manutenção das Ativ. da Gestão da Secret. da Assistência Social

33.90.00.00.00.00.00.01030 – Aplicações Diretas R\$ 347.691,16

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 11 de agosto de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.365, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599004

LEI MUNICIPAL Nº 3.365, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, nas seguintes dotações orçamentárias:

06.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.1018 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 58.000,00

0012.0361.0012.2020 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

06.003 – Educação Infantil – Pré-Escola

0012.0365.0015.1020 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

0012.0365.0015.2024 – Manutenção das Atividades de Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06.004 – Educação Infantil – Creche

0012.0365.0016.1022 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

06.001 – Atividades Administrativas da Secretaria da Educação

0012.0122.0035.2019 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.2022 – Transporte Escolar

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

06.004 – Educação Infantil – Creche

0012.0365.0016.2028 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 11 de agosto de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.366, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599007

LEI MUNICIPAL Nº 3.366, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

INCLUI ÁREA DE TERRA NO PERÍMETRO URBANO, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica incluída no perímetro urbano do município de Itapiranga, a seguinte área de terra, declarada possível de urbanização em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 51, de 16 de agosto de 2012, propriedade de Milton Pivatto, inscrito no CPF sob o nº 205.321.640-91, e sua esposa Marli Ines Heinen Pivatto, inscrita no CPF sob o nº 469.166.879-91, objeto da matrícula nº 10.588 do Cartório de Registro de Imóveis da cidade e Comarca de Itapiranga, SC, parte da chácara Rural nº 2, da linha Santa Fé, situada no município de Itapiranga, com área de 1.560,00 m² (um mil, quinhentos e sessenta metros quadrados), dividido em duas parcelas:

PARCELA "A" confrontando: PARTE DA PARTE CENTRAL OESTE DO LOTE RURAL Nº 2, da Linha Santa Fé, situado neste município de Itapiranga, com área de 1.455,50m² (um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco vírgula cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: ao NORDESTE, em linha curva de 84,75 metros, sendo, em 35,15 metros, e Azimute de 321º 30' 25", e, em 49,60 metros e Azimute de 304º 31' 58", com a parte da parte central oeste do mesmo lote rural nº 2, de propriedade de Milton Pivatto, objeto da Matrícula nº 10.558; ao LESTE, em 14,00 metros, Azimute de 335º 29' 10", com a parte da parte central oeste do mesmo lote rural nº 2, de propriedade de Milton Pivatto, objeto da Matrícula nº 10.558; ao SUL, em 34,00 metros, e Azimute de 65º 20' 38", com a parte da parte central oeste do mesmo lote rural nº 2, de propriedade de Milton Pivatto, objeto da Matrícula nº 10.558; e ao OESTE, em 90,72 metros, e Azimute de 333º 17' 5", sendo, em 14,00 metros, com a sequência da Rua Costão do Uruguai, de propriedade do Município de Itapiranga, objeto da Matrícula nº 9.667, em 27,36 metros, com o lote urbano nº 7, da quadra nº 5, do loteamento alvorada, de propriedade de Visão Soluções Imobiliários Ltda., objeto da Matrícula nº 12.688; e em 49,36 metros, com a sequência da própria Rua Dourado, de propriedade do Município de Itapiranga, objeto da Matrícula nº 9.667.

PARCELA "B": PARTE DA PARTE CENTRAL OESTE DO LOTE RURAL Nº 2, da Linha Santa Fé, situado neste município de Itapiranga, com área de 104,50m² (cento e quatro vírgula cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: ao NORTE, em 5,17 metros, e Azimute de 65º 3' 9", com a parte da parte central oeste do mesmo lote rural nº 2, de propriedade de Milton Pivatto, objeto da Matrícula nº 10.558; ao LESTE, em 36,27 metros, e Azimute de 343º 40' 30", com a parte da parte central oeste do mesmo lote rural nº 2, de propriedade de Milton Pivatto, objeto da Matrícula nº 10.558; e ao OESTE, em 35,86 metros, e Azimute de 333º 17' 5", com a sequência da própria Rua Dourado, de propriedade do Município de Itapiranga objeto da Matrícula nº 9.667.

Art. 2º Fica autorizado o desmembramento de área inferior ao permitido na Lei Municipal Complementar nº 51, de 16 de agosto de 2012, do imóvel descrito no Art. 1º desta Lei, sob a denominação de LOTEAMENTO ALVORADA, que incorporará ao bairro da Cidade de Itapiranga com o mesmo nome, ou seja, Bairro Alvorada, já instituído pela Lei Municipal No 2.601, de 17/02/2010.

Art. 3º A área incluída no perímetro urbano passará a incorporar ao sistema viário do Loteamento interligando as ruas:

I - Rua Costão do Uruguai; e

II - Rua Dourado.

Art. 4º Fica o Município de Itapiranga, autorizado a receber por doação as áreas destinadas as ruas, bem como as respectivas escrituras públicas.

Art. 5º Fica o Município de Itapiranga, autorizado a receber por doação o imóvel, oriundo da matrícula no 16.250 de VISÃO SOLUÇÕES IMOBILIÁRIA LTDA, Parte da parte Sul do Lote Rural no 2, da Linha Santa Fé, situado neste município e comarca de Itapiranga, com a área de 1.000,00m² (mil metros quadrados) sem benfeitorias, confrontando: ao Norte, em 45,00 metros e azimute de 63º17'5", com terras da parte sul do lote rural no 2, Matrícula nº10.560 (M. 16.251); ao LESTE, em 14,50 metros e azimute 333º17'50", com terras da parte sul do lote rural nº2 Matrícula nº 10.560 (M. 16.251); ao SUESTE, em 47,60 metros, e azimute de 44º16'44", com terras da parte sul do lote rural nº 2, Matrícula nº 10.560 (M. 16.251); e ao OESTE, em 30,00 metros, e azimute de 333º17'50", com parte do lote rural nº 1, da Linha Santa Fé, de propriedade de Rejane Schmitz, Matrícula nº 11.601.

Art. 6º A aprovação definitiva do Loteamento Alvorada fica condicionada ao cumprimento das obrigações referidas no termo de compromisso para implantação de equipamentos urbanos datado de 22 de novembro de 2010, e de acordo com o cronograma de implantação, de responsabilidade do loteador.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 11 de agosto de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

Croqui - Área Desmembrada
false

Termo de Doação Matrícula 16.250.
false

Croqui - Área Desmembrada
false

PORTARIA Nº 167/2020

Publicação Nº 2599476

Portaria nº 167, de 10 de agosto de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora Taise Colpani Rohr, matrícula nº 12715/08, pelo período de 3 (três) meses iniciando-se em data de 10/08/2020 até 09/11/2020, referente ao período aquisitivo de 08/02/2010 até 07/02/2015.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 10 de agosto de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2020 FMS

Publicação Nº 2600087

TERMO DE CONVÊNIO N. 02/2020 - FMS

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 423.045.559-34, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n. 11.356.676/0001-39 neste ato representado por seu Gestor Sr. DAVINO RAUBER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 637.197.469-68, residente e domiciliado na cidade de Itapiranga – SC doravante denominado CONCEDENTE e do outro lado o INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativos, de caráter beneficente de assistência social, com sede na Rua São José, 306, Centro, Itapiranga-SC, inscrita no CNPJ n.º 08.776.971/0007-25, representado neste ato pelo seu bastante procurador Sr. JANIR LUIS BACH, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 927.615.939-87 e RG n. 2.942.757 doravante designado simplesmente de CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO, conforme as condições adiante estabelecidas, decorrente da Lei Municipal n. 3.339, de 29 de julho de 2020, observadas as disposições da Lei n. 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 – O presente Termo de Convênio, decorrente da autorização da Lei Municipal n. 3.339/2020, tem como objetivo o repasse de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional da Saúde - FNS através da Portaria n. 1.666, de 1º de julho de 2020, destinados para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID 19, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho, proposto pela conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Serão destinados recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) repassados pelo Concedente, oriundos do Fundo Nacional da Saúde - FNS através da Portaria n. 1.666, de 1º de julho de 2020, destinados para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID 19, conforme Plano de Trabalho.

2.2 - As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta do orçamento do ano de 2020 do Município, conforme segue:

Orgão: 90 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2124 - Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

Modalidade: 33350000000000000000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

2.3 - Não haverá contrapartida financeira do Conveniente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

3.1 – Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela Conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

3.2 - Os recursos financeiros relativos ao repasse do Fundo Municipal da Saúde serão depositados na conta corrente junto ao Banco do Brasil ag. 0798-6, conta corrente nº 40.044-0.

3.3 - Os recursos serão liberados em parcela única, conforme constante no Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Convênio.

3.4 - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

3.5 - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Convênio e aplicados,

exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da Conveniente e anuência prévia do Fundo Municipal de Saúde, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1- O prazo de vigência deste Termo de Convênio será até dia 30 de novembro de 2020, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da Conveniente devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pelo Fundo Municipal de Saúde.

II - de ofício, por iniciativa do Município quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

III – a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Ajuste, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

- a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pelo Município para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e
- c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1 - Este Termo de Convênio poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término.

5.2 - Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela Conveniente e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

1. São obrigações dos partícipes:

I - DA CONVENIENTE

a) os recursos recebidos em decorrência do presente Termo de Convênio deverão ser depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária. Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Convênio de titularidade da Entidade mantida junto Banco do Brasil, Agência 0798-6, conta corrente nº 40.044-0. Os recursos financeiros enquanto não utilizados deverão ser aplicados.

b) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Município - Fundo Municipal de Saúde, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Convênio, observado o disposto na Lei n. 3.339/2020;

c) com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto na Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015;

d) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Convênio;

e) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;

f) submeter previamente ao Município - Fundo Municipal de Saúde qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

g) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

h) facilitar a supervisão e a fiscalização do Município - Fundo Municipal de Saúde permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

i) permitir o livre acesso de servidores do Município - Fundo Municipal de Saúde e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

j) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

m) manter o Município - Fundo Municipal de Saúde informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

l) permitir ao Município - Fundo Municipal de Saúde, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Convênio;

m) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

n) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) o beneficiário fica proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

p) o beneficiário fica obrigado a manter atualizado o seu cadastro junto ao Município, durante todo o prazo de validade deste Termo de Convênio.

II - DO MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

a) transferir os recursos à Conveniente, no valor equivalente de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em parcela única, de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

- b) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Convênio, comunicando à Conveniente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- c) prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Convênio, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- d) publicar, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, extrato do Termo de Convênio;
- e) analisar a prestação de conta relativas a este Termo de Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta a Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONVENIENTE

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, ao Município/Fundo Municipal de Saúde e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo.

DO MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.2 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

7.3 - O Concedente acompanhará a execução física do objeto, mediante verificações in loco da execução conforme Plano de Trabalho apresentado pela Conveniente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

8.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Convênio, a Conveniente deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

8.2 - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada.

8.3 - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

8.4 - Os débitos a serem restituídos pela Conveniente serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

9.1 - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado, formal ou expressamente, a qualquer momento, por qualquer dos partícipes, o que implicará em sua extinção antecipada, não eximindo das responsabilidades e das obrigações originadas no período de vigência do Convênio.

9.2 - A rescisão deste Convênio ocorrerá quando constatado, a qualquer tempo:

I - o inadimplemento de quaisquer das cláusulas;

II - falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

III - circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

10.1 - O Município/Fundo Municipal de Saúde determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a Conveniente não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a Conveniente não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 - A Conveniente prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para o Município/Fundo Municipal de Saúde.

11.2 - A prestação de contas observará as regras previstas nas Instruções Normativas N.TC-14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015, além das cláusulas constantes deste Termo de Convênio e do Plano de Trabalho.

11.3 - A prestação de contas apresentada pela Conveniente deverá conter elementos que permitam o Município/Fundo Municipal de Saúde concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

11.4 - Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto

11.5 – A Conveniente deverá apresentar a prestação contas, perante a administração Municipal, em até 30 dias após o término da vigência do Termo de Convênio.

11.6- A prestação de contas dos recursos concedidos será analisada pelo concedente, que emitirá parecer técnico fundamentado.

11.7 - O Parecer de que trata o item anterior concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I – a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II - a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente;

III – o cumprimento do plano de trabalho;

IV – a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

V – execução total ou parcial do objeto;

VI – eventual perda financeira em razão não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;

VII - devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

11.8 - O parecer de que trata o item 11.6 versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto do repasse, no caso de prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições.

11.9 - A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar o termo de ajuste ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

11.10 - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Instrução Normativa TC n. 14/2012 e Instrução Normativa n. 03/2015 do Controle Interno.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, os partícipes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Itapiranga(SC), 11 de agosto de 2020.

Jorge Welter
Prefeito
Instituto Santé

Davino Rauber
Gestor do FMS

Janir Luiz Bach
Procurador

Testemunhas:

Nome: Eliane Bourscheidt
CPF: 035.594.959-89

Nome: Jaime Luis Henkes
CPF: 430.485.879-34

Visto pela Assessoria Jurídica:
NODIVAR CARATI,
Advogado Assessor Geral do Município
OAB/SC 30.520 "A"

Itapoá

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL N° 030/2020 PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ESTAGIÁRIOS

Publicação N° 2598934

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL N° 030/2020

Processo Seletivo para contratação temporária de Estagiários

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:
CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

- ENSINO MÉDIO:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8258/2020	João Ernesto Scheramp	9,22
8224/2020	Nayanni Caroline de Souza Leczmann	8,89
8468/2020	Yasmin Lima Zagorski	8,88
8358/2020	Carla Cremonini de Carvalho	8,80
8535/2020	Patrick Pfleger	8,61
8366/2020	Emanuelly Nathalia Deunio	8,58
8278/2020	Júlia de Oliveira Pereira	8,54
8291/2020	Leticia Helena Eckel	8,48
8440/2020	Eduardo Garcia de Souza	8,31
8462/2020	Marcos Vinicius de Souza	8,20
8270/2020	Jackson Pedroso Spricigo	8,12
8474/2020	Kethilyn Geovana de Jesus do Rosário	8,10
8484/2020	João Guilherme Unser	8,10
8488/2020	Karyane Vitoria Cladas da Silva	8,10
8202/2020	Giullia Grassi Ribeiro	7,58
8495/2020	Laysa Roberta Nascimento	7,50
8459/2020	Alyce Eduarda da Silva	7,47
8305/2020	Larissa Ramos Ribeiro	7,04
8390/2020	Guilherme Davi da Silva	6,00

- ADMINISTRAÇÃO:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8485/2020	Juliano Alves de Oliveira	7,80

- ASSISTÊNCIA SOCIAL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8504/2020	Lígia Panhozi de Camargo Nogueira	5,47

- ARQUITETURA E URBANISMO:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8234/2020	Yngrid de Paula Lima	7,80
8205/2020	Beatriz Carolini da Silva	6,47

- BIOLOGIA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8268/2020	Jully Silveira dos Santos da Silva	8,30
8445/2020	Gabriela de Freitas da Silva	8,20
8461/2020	Giovanna Cappelli Mussoi	8,00

- DIREITO:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8266/2020	João Falcão Leal Brotero Duprat	6,43

- EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8327/2020	Vitória dos Santos	8,06
8307/2020	Hiago Budal Arins	7,93

- EDUCAÇÃO FÍSICA BACHAREL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8493/2020	Pedro Henrique Leonardi dos Santos	8,33
8494/2020	Thayna Samora Martins*	6,80

- ENGENHARIA CIVIL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8365/2020	Danielle Paula Vinha	6,97

- ENGENHARIA AMBIENTAL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8532/2020	Jaqueline da Veiga Deunio	6,97

- MEDICINA VETERINÁRIA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8517/2020	Moacir Ebertom Speck	7,64

- PEDAGOGIA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8460/2020	Maristela de Oliveira	9,34
8505/2020	Aline Marceli Zapora	8,80
8228/2020	Fabia Regina dos Santos	8,10
8269/2020	Edson Júnior Ferreira Stefani	7,83
8441/2020	Cleunice da Silva Silveira	7,17
8373/2020	Isabel Metzger Lopes da Silva	7,20
8492/2020	Mellyna Felix Ferreira	6,80
8427/2020	Rosangela Cristina Duarte	5,00

- RECURSOS HUMANOS:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
8463/2020	Thayane Minervi de Oliveira	8,23

*Candidato PCD.

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO	MOTIVO
8182/2020	Mara Claudia Anjoletto Macedo	Descumprimento do item 2.
8219/2020	Josue Neves Junio	Curso não consta no quadro de vagas.
8236/2020	Lincoln Paul Prada	Descumprimento do item 2.
8245/2020	João Falcão Leal Brotero Duprat	Descumprimento do item 2.
8249/2020	Cleunice da Silva Silveira	Descumprimento do item 2.
8292/2020	Christine Alves Reinhold	Descumprimento do item 2.
8293/2020	Emily da Veiga Cunha	Curso não consta no quadro de vagas.
8301/2020	Kelli Vanusa Lemonie	Descumprimento do item 2.
8322/2020	Carla Cremonini de Carvalho	Descumprimento do item 2.
8361/2020	Caroline Paulina dos Anjos	Descumprimento do item 2.
8368/2020	Jeanna Ribeiro Garcia	Descumprimento do item 2.
8417/2020	Elisama Jatniel Lyon Resplendor	Documento ilegível.
8503/2020	Keyla Cristiane Vieira	Documento ilegível.
8512/2020	Estefane da Silva Rosa	Descumprimento do item 2.
8524/2020	Kelli Vanusa Lemonie	Descumprimento do item 2.
8529/2020	Eduardo dos Santos Silva	Descumprimento do item 2, declaração de matrícula.

Itapoá, 11 de agosto de 2020.

Célia Maria Reinert
PresidenteVandressa Aparecida Chervinski
SecretáriaCristiane Regina de Bittencourt Costa
Membro

DESPACHO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇO Nº 15/2020

Publicação Nº 2598463

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: Tomada de Preço nº15/2020 – Processo nº67/2020, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL FREI VALENTIM, COM METRAGEM DE ÁREA TOTAL DE 1.137,97M2, LOCALIZADO À AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 405, BALNEÁRIO PRINCESA DO MAR, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

Após análise de todas as peças processuais que interessam à espécie, adoto as razões apresentadas de acordo com a análise e respostas conforme Parecer Contábil nº235/2020 sob fls.461, Parecer Técnico emitido pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo, sob fls.463 e 464 e Parecer jurídico vistos e etc, verso fls.464, como se minhas fossem e as considerando integradas a este, julgo IMPROVIDO os recursos apresentados pela empresa Abu Dhabi Construtora EIRELI, inscrita no CNPJ/MF: 34.224.983/0001-61, através do protocolo nº7451/2020 sob fls.445/455.

Assim, que seja dado sequência ao processo licitatório e tomadas as medidas cabíveis para o andamento do interesse público.

Itapoá, 10 de agosto de 2020.

SAMUEL ALVES SILVA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

NOTIFICAÇÃO - TP Nº 15/2020 - ABERTURA PROPOSTA

Publicação Nº 2598990

NOTIFICAÇÃO Nº 10/2020

À

Empresa	CNPJ/MF
CONSTRUTORA NOVA ITAJAÍ EIRELI	27.340.939/0001-51
COMPACT CONSTRUTORA EIRELI	22.970.696/0001-11

O Município de Itapoá, através da Secretária de Educação e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade Tomada de Preço nº 15/2020 – Processo nº 67/2020 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL FREI VALENTIM, COM METRAGEM DE ÁREA TOTAL DE 1.137,97M2, LOCALIZADO A AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº405, BALNEÁRIO PRINCESA DO MAR, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL, tendo o prazo de recursal findo, e demais elementos que os julgaram e indeferiram os recursos. Fica, portanto a sessão pública para abertura de envelopes de propostas marcada para a data de 18/08/2020 às 08h30min na sede do Município, sito à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Setor de Licitações e Contratos - Sala de Reuniões, porém, em virtude da pandemia COVID19, os interessados poderão acompanhar a sessão pública ao vivo pelo link: <https://www.youtube.com/channel/UCtd-J7at3Uhmoh9nAN26bICA>. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 562/2020 alterado pelo Decreto Estadual nº 724/2020, e Decreto Municipal nº 4526/2020, as propostas serão escaneados e disponibilizados no Site Oficial do Município para acesso aos interessados, e posterior apresentação de recursos previsto na Lei Federal nº 8666/93.

Itapoá, 11 de agosto de 2020.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº6367/2020

Publicação Nº 2599056

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.367/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, na **Unidade Básica de Saúde Barra do Saí:**

SERVIDOR	CARGO
Elis Regiane Bueno da Silva Costa	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Daiane Sitadela	Enfermeiro I 40hs
Josenio Vieira Bernardi	Odontólogo 12hs
Evelyne Kalinke	Recepcionista 40hs
Lidia Matilde Pereira	Técnico de Enfermagem I 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº 6368/2020

Publicação Nº 2599058

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.368/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº 44/2014 alterada pela LC. nº 91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, na **Unidade Básica de Saúde Samambaia**:

SERVIDOR	CARGO
Daniel Amaral de Faria	Médico ESF 40hs
Francine Woche	Técnico de Enfermagem I 40hs
Hellen Tatiane dos Santos	Técnico de Enfermagem I 40hs
Loriane Arzão Bueno	Técnico de Enfermagem I 40hs
Aritana Kluck da Silva	Técnico de Enfermagem II 40hs
Angelica Regina Huchak Souza	Recepcionista 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº 6369/2020

Publicação Nº 2599059

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.369/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº 44/2014 alterada pela LC. nº 91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, na **Unidade Básica de Saúde Itapema do Norte:**

SERVIDOR	CARGO
Maria Aparecida de Souza da Silva	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Valdirene Souza	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Daiane Sobczack da Silva	Enfermeiro I 40hs
Nadea da Graça Silva	Técnico de Enfermagem I 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6370/2020

Publicação Nº 2599060

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.370/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, na **Unidade Básica de Saúde Paese:**

SERVIDOR	CARGO
Juziana Conceição da Silva	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Priscila de Araújo Carneiro Freitas	Enfermeiro III 40hs
Priscila de Souza Silva	Técnico de Enfermagem I 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6371/2020

Publicação Nº 2599061

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.371/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, na **Unidade Básica de Saúde Itapoá:**

SERVIDOR	CARGO
Denise de Souza Zagonel	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Giovane Terezinha da Silva	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Carla Aparecida Rusiska	Enfermeiro II 40hs
Douglas Antonio Urso	Médico ESF 40hs
Josenio Vieira Bernardi	Odontólogo 12hs
Elaine Giacomini Bernardi	Odontólogo II 12hs
Gabriela Munhoz da Rocha	Recepcionista 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.
Itapoá, 07 de agosto de 2020.**CÉLIA MARIA REINERT**
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6372/2020

Publicação Nº 2599062

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.372/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, na **Unidade Básica de Saúde Pontal do Norte:**

SERVIDOR	CARGO
Mariza Rita Jung	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Maristela Soares da Costa	Enfermeiro I 40hs
Josenio Vieira Bernardi	Odontólogo 16hs
Elaine Giacomini Bernardi	Odontólogo II 08hs
Gisele Leni Bridarolli Miskiw	Recepcionista 40hs
Rodrigo Henrique de Souza	Técnico de Enfermagem I 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6373/2020

Publicação Nº 2599063

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.373/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, no **Centro de Reabilitação:**

SERVIDOR	CARGO
Marlon Ricardo Lopes	Fisioterapeuta I 30hs
Silvana Ester Giacomini Granja	Fisioterapeuta I 30hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6374/2020

Publicação Nº 2599064

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.374/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, no **NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família:**

SERVIDOR	CARGO
Rafael Fernando Cezario	Fisioterapeuta I 30hs
Daniel Henrique Pastuchaki	Fisioterapeuta II 30hs
Rochele Antoni Paese	Fisioterapeuta II 30hs
Simoni Dias Fernandes de Souza	Fisioterapeuta II 30hs
Keverlinn Maria Antunes dos Santos	Fonoaudiólogo I 40hs
Alberto Bauer Filho	Médico 20hs
Alberto Bauer Filho	Médico 20hs
Marcio Lohmann	Médico 20hs
Gabriela de Melo Barbero	Nutricionista II 40hs
Marisa Zanetti	Profissional de Educação Física I 40hs
Ninon Rose da Rosa Peres	Psicólogo I 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.
Itapoá, 07 de agosto de 2020.**CÉLIA MARIA REINERT**
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6375/2020

Publicação Nº 2599065

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.375/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, no **Pronto Atendimento 24hs:**

SERVIDOR	CARGO
Luciane de Oliveira	Agente Administrativo I 40hs
Fabício Peres do Rosário	Agente Administrativo II 40hs
Margarete Galante	Agente Administrativo II 40hs
Corivaldino Miguel Capaverde	Agente Operacional
Alessandra Silveira Oliveira	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Aparecida Donizete da Silva	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Claudine Rosa Gomes	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Eunice Alexandrino Schripietz	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Jurema do Rocio Sartor	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Marcelo Henrique Grandini José	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Mariani Buratti Ziembros	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Mariluce do N. do Rosário	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Roberta Marin Gomes	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Rosimeri do Nascimento	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Sandra Teresinha Speck Pacheco	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Tania Mara Ferreira	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Tereza Izolina Moraes	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Bernadete Fagundes de Chaves	Auxiliar de Serviços Gerais
Eliane Pedroza dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais
Karla Cristina Estevam Daros	Auxiliar de Serviços Gerais
Patrícia Medeiros	Auxiliar de Serviços Gerais
Cintia Juliana da Silva Colotoni	Enfermeiro I 40hs
Juliane Lavoratti Karam	Enfermeiro I 40hs

Rua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828



Prefeitura Municipal de Itapoá - SC

Departamento de Recursos Humanos

Luciana Pianta da Cruz	Enfermeiro I 40hs
Milton Dias	Enfermeiro I 40hs
Paulo José Hening	Enfermeiro I 40hs
Raquel de Melo Silva	Enfermeiro I 40hs
Cristian Angelo Grassi	Enfermeiro II 40hs
Roberto Bady Saad	Enfermeiro II 40hs
Adenildo Pedro Coelho	Motorista
Allan Kornetoff	Motorista
Anderson Weber	Motorista
Gerson dos Santos Chaves	Motorista
Graziela de Novais	Motorista
Odracir de Camargo	Motorista
Roges Pacheco de Castro	Motorista
Doralice Ap. da Rocha Reale	Recepcionista
Josiane Marques de Souza Sanson	Recepcionista
Ilza de Lurdes Barbosa Czarnecki	Servente Escolar (Readaptada)
Cristiane Rodrigues de Jesus	Técnico de Enfermagem I 40hs
Denise Rosa Sales	Técnico de Enfermagem I 40hs
Israel Carlos Binga	Técnico de Enfermagem I 40hs
Karyn Piazzetta dos S. Chaves	Técnico de Enfermagem I 40hs
Lidiane Pereira	Técnico de Enfermagem I 40hs
Maria Angela Ferreira	Técnico de Enfermagem I 40hs
Tania Moraes do N. Ferreira	Técnico de Enfermagem I 40hs
Ana Paula Galvão Scatamburlo	Técnico de Enfermagem II 40hs
Débora da Silva Estevão Coelho	Técnico de Enfermagem II 40hs
Janayna Gomes Silvino	Técnico de Enfermagem II 40hs
Siclender Westphal Stoklosa	Técnico de Enfermagem II 40hs
Antonio Paulo Tercziany	Técnico de Radiologia II 20hs
Ivone Zagonel Vida Almeida	Técnico de Radiologia II 20hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

Rua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6376/2020

Publicação Nº 2599066

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.376/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, no **SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência:**

SERVIDOR	CARGO
Valdirene Peres Crisanto	Auxiliar de Enfermagem 40hs
Anderson de Paula da Silva	Motorista
Edmilson Carlos Prestes Gomes	Motorista
Francisco dos Santos Machado	Motorista
Vanderlei de Souza	Motorista
Diefferson Douglas Rohleder	Técnico de Enfermagem I 40hs
Ivo Natair Grein Ramos	Técnico de Enfermagem I 40hs
Sonia Heloisa Ramos	Técnico de Enfermagem I 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6377/2020

Publicação Nº 2599067

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.377/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, na **Farmácia:**

SERVIDOR	CARGO
Scheila Aparecida Kziozek Pastuchaki	Farmacêutico Bioquímico I 40hs
Eliana Frigo da Silva	Farmacêutico Bioquímico II 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

PORTARIA Nº6378/2020

Publicação Nº 2599069

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 6.378/2020.**
De: 07 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA DE SAÚDE****CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:**

- C.I. nº 0124/2020;
- LC. nº44/2014 alterada pela LC. nº91/2019;

RESOLVE:**ARTIGO 1º-** Tornar público a Lotação dos(as) Servidores(as) Públicos Municipais relacionados abaixo, na **Vigilância em Saúde:**

SERVIDOR	CARGO
Maria Nely dos Santos Silva	Agente Administrativo II 40hs
Ethiene Cristine Age	Agente de Endemias 40hs
Janice Lima	Agente de Endemias 40hs
Sabrina Borges Solla	Agente de Endemias 40hs
Marcia Maria de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais 40hs
Vinícius Franco Martins	Fiscal Sanitário I 40hs
Edson Proença Pereira	Fiscal Sanitário II 40hs
Thales Aimone	Fiscal Sanitário II 40hs
Elton Luis Pereira da Silveira	Veterinário I 40hs

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias anteriores.
Itapoá, 07 de agosto de 2020.**CÉLIA MARIA REINERT**
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo IRua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01
Fone: (047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

TERMO ADITIVO Nº 87/2020

Publicação Nº 2598914

TERMO ADITIVO Nº 87/2020 DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2020. (9º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração, Secretária de Obras e Serviços Públicos, Secretária de Saúde, Secretária de Educação e Secretária da Assistência Social, aqui denominadas, ÓRGÃOS GERENCIADORES, representado pela Secretária de Administração, a Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, brasileira, casada, portadora do CI.RG nº 3.1486070/SSP-SC e CNPF/MF nº 987.496.849-49, residente e domiciliada à Rua Theodoro Klaumann, nº 775, Bairro: Centro, neste Município, pela Secretária de Obras e Serviços Públicos, a Sra. STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 059.937.569-85 e CI.RG nº 4.798.558-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua 1710, nº 880, Bairro: Princesa do Mar, neste Município, pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339/68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada a Rua Ceara, nº884, na localidade de Barra do Saí, nesta cidade de Itapoá, pela Secretária de Educação LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Adalcino José Rosa, nº 396, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, pela Secretária de Assistência Social, a Sra. CÉLIA MARIA KONELL, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 036.030.539-31 e CI.RG nº 4.250.288 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Guaianazes, nº 416, Bairro Barra do Saí, neste Município pelo Diretor Substituto do Departamento de Agricultura e Pesca, o Sr. VALÉRIO PACHECO, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 739.684.559-91 e CI.RG nº 2.605.139-7-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Estrada do Saí, s/n, Bairro Saí Mirim, neste Município, e a empresa MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA, com sede à Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 1.155, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.868.777/0001-60 e Inscrição Estadual nº 254058558, representada neste ato pela sócia, a Sra. ANDRESA MIRANDA BUDAZ, portadora do CNPF/MF nº 014.432.209-90 e do CI.RG nº 3.318.252-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo visando o reequilíbrio econômico financeiro a Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, contínuo e fracionado por demanda, (gasolina e diesel), para uso exclusivo da Frota Municipal de veículos leves e pesados e equipamentos do Município de Itapoá/SC, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa vencedora, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 05/2020 - REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020 - PROCESSO Nº 05/2020, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula primeira visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 1, Gasolina Comum, aumentando o valor de R\$ 0,21 (vinte e um centavos), passando o valor unitário do litro da Gasolina Comum à R\$ 4,07 (quatro reais e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O presente termo aditivo passa a vigorar a partir da data 22/07/2020, com vigência condicionada à Ata de Registro de Preço nº 12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 12/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 12/2020, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 11 de agosto de 2020.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTRATADA MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA ANDRESA MIRANDA BUDAZ
SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
CÉLIA MARIA KONELL SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VALÉRIO PACHECO DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PESCA
STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Fiscal do Contrato: RAFAEL BORGES GARCIA MOTORISTA	

Testemunhas:

NOME:
CNPJ/MF:NOME:
CNPJ/MF:**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020 - EDITAL 058/2019 - MÉDICO ESF**

Publicação Nº 2598604

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 058/2019
MÉDICO ESF

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato YURI CARMINATTI para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
 - Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
 - Certidão de nascimento ou casamento;
 - Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
 - Uma foto recente ;
 - Comprovante de residência;
 - Diploma;
 - Registro no CRM/SC;
 - Certidão de nascimento dos filhos;
 - Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
 - Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
 - Certidão de Regularização do CPF (internet);
 - Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
 - Declaração de Bens e ou IRRF;
 - Tipagem sanguínea;
 - Laudo médico;
 - Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)
- Itapoá, 11 de Agosto de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2598610

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, o candidato relacionado abaixo, para a realização de contratação imediata:

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
21/05 – 13:29	João Carlos do Nascimento	Técnico de Enfermagem

O convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Certificado do Curso Técnico de Enfermagem;
- Registro no Coren;
- Comprovante de residência;
- Certidão de nascimento dos filhos;

- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 11 de Agosto de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE PRORROGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2020 - CREDENCIAMENTO MÍDIAS IMPRESSAS

Publicação Nº 2598888

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2020
PROCESSO Nº 22/2020

O Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, Sr. JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO, faz saber a prorrogação do prazo de vigência do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 para CREDENCIAMENTO de veículos de mídias impressas locais, de cunho jornalístico, para prestação de serviços de publicidade governamental destinada à divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas, obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, com base nos seguintes considerados:

O Município de Itapoá lançou EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2020 - PROCESSO Nº 22/2020 no dia 12/02/2020, considerando a possibilidade de prorrogação prevista na cláusula 1.2:

1.2. O prazo para o credenciamento permanecerá aberto a partir da publicação do presente edital pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado ou renovado de acordo com o interesse da Administração Pública.

I. Considerando que o Município de Itapoá utilizar-se-á dos serviços de veiculação da Publicidade institucional, de forma contínua, objetivando dar amplo conhecimento de todos os atos, ações, programas e investimentos à população Itapoá como um todo.

II. Considerando que este credenciamento tem por finalidade determinar que os credenciados tenham condições de fornecer serviços adequados às necessidades da Administração.

III. Considerando que a remuneração foi pré-fixada pela Administração levando-se em consideração os valores praticados no mercado, não sofrendo reajuste para esta prorrogação.

IV. Considerando que pelo presente busca-se proporcionar ampla oportunidade às diversas editoras da região, garantindo equidade e imparcialidade entre elas, através do processo de seleção pública universal, baseado na inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

V. Considerando que desta forma, poderão participar dessa modalidade de licitação todas as empresas editoras de jornais/revistas que apresentem o pedido de credenciamento devidamente preenchido e assinado (modelo anexo) e atendam à todas as exigências estabelecidas neste Edital.

VI. Considerando que a prorrogação deste processo na modalidade de "credenciamento" tem por objetivo cumprir uma grande expectativa do Município de Itapoá, que é a criação de uma sintonia de igualdade nas condições de aquisição dos espaços de comunicação na mídia impressa, para a veiculação de publicidade governamental institucional, propondo a todos os participantes um único preço. Na prática operacional, estas medidas proporcionam a ampla divulgação dos atos de caráter institucional de interesse da sociedade, respeitando os princípios da economicidade, legalidade, moralidade, razoabilidade e da publicidade que regem os gastos da administração pública municipal.

VII. Considerando que a Administração Pública é incumbida do dever de proporcionar plena transparência de seus atos de modo a viabilizar o exercício pleno do controle por parte da sociedade.

VIII. Considerando que todos os Poderes, Entes Federados e Órgãos da Administração Pública direta e indireta brasileira submetem-se ao princípio constitucional da publicidade, resultante do princípio democrático, o qual determina sejam publicados seus atos administrativos.

IX. Considerando que a nossa Carta Magna por sua vez em seu artigo 37, imputa ao administrador a observância da publicidade:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de

orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

X. Considerando que a comunicação governamental atende ao princípio constitucional da publicidade e visa, principalmente, divulgar ações, programas, obras, serviços e direitos colocados à disposição dos cidadãos, com o objetivo de informar e orientar de forma que a população adote comportamentos que lhe tragam benefícios individuais e/ou coletivos, desdobrada em três segmentos:

Informativa: destinada a manter a população informada sobre o dia-a-dia do Governo. As pequenas ações, as ações de interesse público, as campanhas institucionais (vacinação, por exemplo), as informações de utilidade pública.

Educativa: com a finalidade de criar ou modificar hábitos da população (ações ou atitudes de prevenção a acidentes de trânsito, de saúde pública, de educação tributária, ambiental, etc).

De orientação social: campanhas destinadas, por exemplo, à inclusão social e resgate da cidadania.

XI. Considerando que deste modo, e, sabendo da importância da divulgação dos atos, obras e ações do Poder Executivo, sobretudo aqueles que são acessados constantemente pela população, objetivam-se assegurar a publicidade e a transparência por intermédio dos jornais locais. E neste aspecto, cultivar o perfil interativo da administração pública, por meio de uma comunicação eficiente e abrangente.

RESOLVE prorrogar a vigência do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2020 - PROCESSO Nº 22/2020, em 06 (seis) meses contados a partir do dia 12/08/2020, podendo ser prorrogado, renovado ou revogado conforme especificações constantes da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da administração pública.

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2020 - PROCESSO Nº 22/2020 e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Itapoá, 11 de agosto de 2020.

SAMUEL ALVES SILVA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
CHEFE DE GABINETE

EDITAL 007/2020 - PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2598787



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Secretaria de Meio Ambiente

Edital 007/2020
SEMAI

EDITAL 007/2020

PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Autorizações de Corte (AuC) referentes ao período de Maio a Julho de 2020:

TABELA 01 – Autorizações de Corte referente ao ano de 2020.

Requerente	CPF/CNPJ	AuC	Balneário	Quadra	Lote
Rodrigo Bergonse	033.124.789-52	108/2020	Itapema do Saí	020	0007
Acyraldo Peixoto	356.826.639-34	109/2020	Itapema do Saí	085	0007
Construtora Galhardi Ltda Me	11.944.020/0001-37	110/2020	Jardim Pérola do Atlântico	059	0009
Rafael Andolfatto Alves	003.992.829-20	111/2020	Itamar	004	0026
Dallelaste Incorporações Ltda	31.448.826/0001-41	112/2020	Itapoa	039	0008
Claudemir Tarczewski	017.744.489-47	113/2020	Itapoa	128	0012
Bianca Alessandra Visneski Alberton	052.468.789-70	114/2020	Praia das Palmeiras	017	0011
Transinovação Transportes Ltda - EPP	09.313.035/0002-36	115/2020	Garuva	046	09 a 019
G'Arte Cabeleireiros e Estética Ltda	33.094.102/0001-72	116/2020	Itapoa	068	0003
Anderson Rodrigues Vieira	030.351.149-43	117/2020	Rosa dos Ventos	016	0009
Rodrigo Bergonse	033.124.789-52	118/2020	Itapema do Saí	020	0005
Jorge Luiz Comparim	553.248.439-20	119/2020	Praia do Imperador	003	0013
Antônia Sochacki	541.584.359-00	120/2020	Princesa do Mar	089	0018



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 - Jardim Perola do Atlântico - Itapoa/SC - CEP 89249-000 -
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br - Fone/Fax: (47) 3443-2780
1/3

Edital 007/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Itapoa	81.140.303/0001-01	121/2020	Brandalize	D	-
Tuco Empreendimentos Ltda Me	19.169.435/0001-92	122/2020	São José	064	0027
Mauro Antônio Oliveira	592.803.019-34	123/2020	Praia do Imperador	028	0004
Balbinot Incorporadora e Construtora Ltda	29.272.328/0001-49	124/2020	Praia do Imperador	012	0006
Balbinot Incorporadora e Construtora Ltda	29.272.328/0001-49	125/2020	Praia do Imperador	012	0005
Balbinot Incorporadora e Construtora Ltda	29.272.328/0001-49	126/2020	Praia do Imperador	012	0004
Balbinot Incorporadora e Construtora Ltda	29.272.328/0001-49	127/2020	Praia do Imperador	012	0007
Valdecir Marcos Ludvichak	661.930.879-15	128/2020	São José	054	0017
Célia Maria da Luz Costa	171.015.659-72	129/2020	Sai Mirim	072	0009
Paka Administração de Bens LTDA	13.467.594/0001-97	130/2020	Santa Terezinha	029	01 a 016
Johnny Rodrigues	024.771.260-40	131/2020	São Jose I	056	0010
Edson Almeida	288.182.608-39	132/2020	Diamantina	016	0009
Tuco Empreendimentos Ltda Me	19.169.435/0001-92	133/2020	São José	054	0001
Hugo Valpir Pires	014.535.569-15	134/2020	Rosa dos Ventos	020	0019
Dejalma Boddy	131.224.609-04	135/2020	Rio Gracioso	017	0004
Fábio Ricardo Costa	045.105.569-18	136/2020	Volta ao Mundo I	033	0004
Pérola do Atlântico Incorporação Imobiliária Ltda	12.390.683/0001-10	137/2020	Itapoa	120	0001
Pérola do Atlântico Incorporação Imobiliária Ltda	12.390.683/0001-10	138/2020	Itapoa	120A	0008
Pérola do Atlântico Incorporação Imobiliária Ltda	12.390.683/0001-10	139/2020	Itapoa	120A	0009



Avenida Beira Mar 3, n° 1412 - Jardim Perola do Atlântico - Itapoa/SC - CEP 89249-000 -
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br - Fone/Fax: (47) 3443-2780

2/3

Edital 007/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

Pérola do Atlântico Incorporação Imobiliária Ltda	12.390.683/0001-10	140/2020	Itapoa	120A	0010
Aguiar Participações Ltda	19.470.651/0001-73	141/2020	Jaguaruna	-	-
Aguiar Participações Ltda	19.470.651/0001-73	142/2020	Jaguaruna	-	-
Itafrio Armazenagem LTDA.	16.482.070/0001-63	143/2020	Jaguaruna	-	-
Supermercado Remi Ltda	09.283.020/0001-91	144/2020	Estrelas	002	0016
José Carlos dos Santos	231.177.889-72	145/2020	Paese	034	0005
Mauro Wedekind	568.475.059-15	146/2020	Rosa dos Ventos	010	0008
Ana Maria Oberik Schinemann	187.030.119-68	147/2020	Recanto do Farol II	004	0019
Erivelton Benkendorf	030.123.309-84	148/2020	Rainha do Mar	047	0011
Nagila Morena Magalhães	043.175.339-36	149/2020	Jardim Pérola do Atlântico	034	0005
Maria Emilia Dias Magalhães	014.858.889-13	150/2020	Jardim Pérola do Atlântico	034	0004
Eduardo Domanski da Silva	029.869.339-98	151/2020	Recanto do Farol II	006	0006

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoa e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoa, 29 de julho de 2020.

CHARLES ADRIANO
Assinado de forma digital por
CHARLES ADRIANO
MULLER:03906989976
Dados: 2020.08.07 08:32:02 -03'00'

Charles Adriano Müller
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto n.º 4461/2020



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 - Jardim Pérola do Atlântico - Itapoa/SC - CEP 89249-000 -
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br - Fone/Fax: (47) 3443-2780
3/3

EDITAL 008/2020 - PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2598793

Edital 008/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Secretaria de Meio Ambiente

EDITAL 008/2020
PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Licenças Ambientais (CCA/CPS/DanC/Declaração de Baixo Impacto) referentes ao período de Março de 2020 até a presente data:

Tabela 01 – Certidão de Conformidade Ambiental emitida em 2020.

Empreendimento/Evento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
Condomínio Almeida	412.426.109-87	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	043/2020	31 de dezembro de 2020
Balbinot Incorporadora e Construtora Ltda.	29.272.328/0001-49	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	048/2020	16 de abril de 2021
Residencial da Torre	624.495.599-49	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	052/2020	17 de junho de 2022



Avenida Beira Mar 3, n.º 1412 – Jardim Perola do Atlântico – Itapoa/SC – CEP 89249-000
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br – Fone: (47) 3443-2780

1/7

Edital 008/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

Residencial Carvanelli	079.714.199-53	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	055/2020	10 de novembro de 2020
Hotel Marcelo Willians Justen Ltda	034.433.769-32	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	058/2020	30 de dezembro de 2021
Condomínio Residencial Victoria III	963.044.219-15	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	059/2020	04 de maio de 2021
Condomínio Residencial Dona Izaura	33.546.518/0001-84	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	060/2020	31 de dezembro de 2021
Elias Peixoto de Lima	816.021.389-15	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	069/2020	26 de julho de 2022



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Perola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br – Fone: (47) 3443-2780

2/7

Edital 008/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

Antonio Rodrigues Martins	325.466.889-87	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	070/2020	21 de dezembro de 2020
Condomínio Residencial Petry	031.907.899-08	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	071/2020	06 de abril de 2021
Elizabeth Betinardi Strapasson	069.193.379-08	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	073/2020	21 de maio de 2021
Emerson Lippi Simão	124.747.048-25	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	074/2020	26 de julho de 2022
Renato de Oliveira Araman	018.837.089-74	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	075/2020	21 de dezembro de 2020



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Perola do Atlântico – Itapoa/SC – CEP 89249-000
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br – Fone: (47) 3443-2780

3/7

Edital 008/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

Residencial Palmquist	064.587.859-68	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	080/2020	27 de maio de 2024
Limpeza do Rio Mandanha	81.140.303/0001-01	33.20.01 – Desassoreamento mecanizado de cursos d'água, exceto por draga.	084/2020	31 de dezembro de 2020
Estrutura de Manutenção de Embarcações	81.140.303/0001-01	14.10.00 – Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.	085/2020	10 de dezembro de 2020
Condomínio Mirim Doce	36.112.082/0001-03	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	095/2020	30 de junho de 2021

Tabela 02– Declaração de Atividade não Constante emitida em 2020.

Requerente	CPF/CNPJ	Empreendimento	N.º da Licença	Validade
Prefeitura Municipal de Itapoa	81.140.303/0001-01	Mercado Público Municipal	045/2020	1 (um) ano
Itapoa Veículos Multimarcas Eireli	13.925.023/0001-59	Comércio sob consignação de veículos automotores	046/2020	1 (um) ano
Luiz Sérgio Isganzella Me.	25.291.346/0001-17	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	047/2020	1 (um) ano
Isaltino Linhares	093.347.859-34	Pátio de estacionamento de caminhões	049/2020	1 (um) ano



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Perola do Atlântico – Itapoa/SC – CEP 89249-000
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br – Fone: (47) 3443-2780

4/7

Edital 008/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

Paulo Roberto da Silva Mateus Eireli	11.992.008/0001-06	Restaurante Tikay	050/2020	1 (um) ano
Mara Regina Bezerra Me.	30.751.282/0001-20	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	051/2020	1 (um) ano
Mecânica Brasil Sul Ltda.	31.667.471/0001-81	Comércio a varejo de peças e acessórios novos e serviço de manutenção e reparação mecânica (sem pintura) para veículos automotores	053/2020	1 (um) ano
União Portas Comércio e Instalações Ltda	22.670.550/0001-50	Comércio varejista de madeira e artefatos	054/2020	1 (um) ano
Rita de Cassia Titon Me.	07.037.118/0001-33	Comércio varejista de materiais de construção em geral	056/2020	1 (um) ano
Rodrigo Marco e Cia Ltda – Me.	06.635.590/0001-05	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores e atividades secundárias	062/2020	1 (um) ano
E. R. S. Comércio de Calçados e Confecções Ltda.	04.409.705/0001-18	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	063/2020	1 (um) ano
Itapema Motos Multimarcas Ltda.	10.505.102/0001-12	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	064/2020	1 (um) ano
L. Gnann Serviços de Construções EIRELI	12.547.168/0001-09	Construção de edifícios	065/2020	1 (um) ano
J.C. Exclusiva Imóveis Ltda.	10.433.317/0001-75	Corretagem na compra e venda e	066/2020	1 (um) ano



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Perola do Atlântico – Itapoa/SC – CEP 89249-000
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br – Fone: (47) 3443-2780
517

Edital 008/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

		avaliação de imóveis		
Gelza Maria Geremias Fernandes Eireli – Me.	15.417.889/0001-84	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	067/2020	1 (um) ano
Maris Adriane Neuhaus Me.	10.241.129/0001-45	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	068/2020	1 (um) ano
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	Pavimentação, urbanização e microdrenagem da Rua Aratubaia	072/2020	1 (um) ano
Silvano Nunes Feliciano	951.063.249-04	Barracão para locação	076/2020	1 (um) ano
Alienigenas Ltda Me.	03.787.631/0001-90	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	077/2020	1 (um) ano
Carvalho & Carvalho Loja de Conveniência Ltda.	33.499.513/0001-48	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	078/2020	1 (um) ano
Luiz Augusto Marinho Credidio e Cia Ltda.	29.534.323/0001-47	Ensino de idiomas	079/2020	1 (um) ano
Saul Marco & Cia Ltda.	014.464.299-97	Serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, sem pintura	081/2020	1 (um) ano
Paka Administração de Bens Ltda.	13.467.594/0001-97	Barracão para locação – Texporto	083/2020	1 (um) ano
HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	22.086.683/0005-08	Comércio atacadista de equipamentos de informática	092/2020	1 (um) ano



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Perola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br – Fone: (47) 3443-2780

6/7

Edital 008/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Itapoa	81.140.303/0001-01	Calçada	094/2020	1 (um) ano
SBCM Participações Ltda.	07.771.104/0001-49	Instalação de 02 (duas) unidades de barracões e pátio para estacionamento de caminhões	096/2020	1 (um) ano

Tabela 03– Declaração de Atividade de Baixo Impacto Ambiental emitida em 2020.

Requerente	CPF/CNPJ	Empreendimento	N.º da Licença	Validade
Prefeitura Municipal de Itapoa	81.140.303/0001-01	Construção de duas passagens com tubulação de concreto armado	082/2020	1 (um) ano
Prefeitura Municipal de Itapoa	81.140.303/0001-01	Limpeza do Rio Palmeiras	086/2020	6 (seis) meses
Prefeitura Municipal de Itapoa	81.140.303/0001-01	Limpeza do Rio Mendaña	087/2020	6 (seis) meses

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoa e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoa, 06 de Agosto de 2020.

CHARLES ADRIANO
MULLER:03906989976
Assinado de forma digital por
CHARLES ADRIANO
MULLER:03906989976
Dados: 2020.08.07 09:53:33 -03'00'

Charles Adriano Müller
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto n.º 4461/2020



Avenida Beira Mar 3, n.º 1412 – Jardim Perla do Atlântico – Itapoa/SC – CEP 89249-000
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br – Fone: (47) 3443-2780

7/7

EDITAL 009/2020 - PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2598801



Edital 009/2020
SEMAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Secretaria de Meio Ambiente

EDITAL 009/2020

PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Licenças Ambientais (LAP, LAO) referentes ao período de Maio de 2020 até a presente data:

Tabela 01 – LAP emitida em 2020.

Empreendimento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
Condomínio Residencial Nápoles	25.529.338/0001-66	71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso residencial	044/2020	1 mês
Aguiar Participações Ltda.	19.470.651/0001-73	47.86.00 – Terminal retroportuário	089/2020	2 anos
Aguiar Participações Ltda.	19.470.651/0001-73	47.86.00 – Terminal retroportuário	090/2020	2 anos
Itafrio Armazenagem Ltda.	16.482.070/0001-63	47.86.00 – Terminal retroportuário	091/2020	2 anos
Auto Posto Portal de Itapoá	22.237.011/0001-22	42.32.10 – Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos.	093/2020	4 anos

Tabela 02 – LAI emitida em 2020.

Empreendimento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
-----------------------	-----------------	----------------------------	-----------------------	-----------------



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 - Jardim Perola do Atlântico - Itapoá/SC – CEP 89249-000 -
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br - Fone/Fax: (47) 3443-2780

1/2

Edital 009/2020
SEMAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria de Meio Ambiente

Antônio José da Cunha	867.878.109-20	47.86.00 – Terminal retroportuário	05/7/2020	3 anos
Aguiar Participações Ltda.	19.470.651/0001-73	47.86.00 – Terminal retroportuário	08/9/2020	2 anos
Aguiar Participações Ltda.	19.470.651/0001-73	47.86.00 – Terminal retroportuário	09/0/2020	2 anos
Itafrio Armazenagem Ltda.	16.482.070/0001-63	47.86.00 – Terminal retroportuário	09/1/2020	2 anos

Tabela 03 – LAO emitida em 2020.

Empreendimento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
Huntsman Química do Brasil Ltda.	03.555.338/0001-06	43.20.00 – Comércio atacadista com depósitos de produtos químicos perigosos.	06/1/2020	4 anos
Pedra Poá Residence	14.214.144/0001-55	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	08/8/2020	4 anos

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoa e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoa, 06 de Agosto de 2020.

CHARLES ADRIANO Assinado de forma digital por
CHARLES ADRIANO
MULLER:03906989
MULLER:0390698976
976
Dados: 2020.08.07 10:39:00
+03'00'

Charles Adriano Müller
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto n.º 4461/2020



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 - Jardim Perla do Atlântico - Itapoa/SC - CEP 89249-000 -
E-mail: semai@itapoa.sc.gov.br - Fone/Fax: (47) 3443-2780
2/2

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 192/2020 - EXONERA CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR LEGISLATIVO**

Publicação Nº 2600020

PORTARIA Nº192/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020
EXONERA CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR LEGISLATIVO

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º, 10 e 16 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014 e da Resolução Legislativa nº 07/2014:

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado a partir do dia 11 de agosto de 2020, o servidor comissionado RAFAEL EDUARDO DE OLIVEIRA, matrícula nº 51064-01, do cargo de Diretor Legislativo, da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 11 de agosto de 2020.

Câmara Municipal de Itapoá, em 11 de agosto de 2020.

Ezequiel de Andrade

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP N° 04/2020/FMS REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO D

Publicação N° 2599404

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL RP nº04/2020

Processo: 08/2020/FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 24 de agosto de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 24 de agosto de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533 -1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 12 de agosto de 2020 – Elisangela Scheidt Roncalho – Secretária da Saúde

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº 097 DE 03 DE AGOSTO 2020**

Publicação Nº 2598460

DECRETO Nº 097 DE 03 DE AGOSTO 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10º, Inciso I da Lei Municipal nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do excesso de arrecadação do Exercício de 2020, no valor de R\$ 442.274,00 (Quatrocentos e Quarenta e Dois Mil, Duzentos e Setenta e Quatro Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.072 – Manutenção da Vigilância em Saúde

Modalidade de Aplicação: (34) – 3.3.90.00.00.00.0737 – Aplicações Diretas R\$ 442.274,00

TOTAL GERAL R\$ 442.274,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação no Exercício de 2020, de Transferências Federais através do Fundo Nacional de Saúde de recursos financeiros no Bloco de Custeio para "Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)".

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao valor creditado na conta bancária específica do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, no Banco Caixa Econômica Federal, Agência 1084, Conta Corrente/Aplicação nº 624.045-3.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 03 de Agosto de 2020.

Jacinto Machado/SC, 03 de Agosto de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 098 DE 03 DE AGOSTO 2020

Publicação Nº 2598462

DECRETO Nº 098 DE 03 DE AGOSTO 2020.

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 909 de 11 de Dezembro de 2019.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020 - Lei Municipal nº 908/2019, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal do ano de 2020 da Unidade Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 237.000,00 (Duzentos e Trinta e Sete Mil Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.00.0737 (47) – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos
..... R\$ 237.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 237.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação no Exercício de 2020, de Transferências Federais através do Fundo Nacional de Saúde de recursos financeiros no Bloco de Custeio para "Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)".

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao valor creditado na conta bancária específica do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, no Banco Caixa Econômica Federal, Agência 1084, Conta Corrente/Aplicação nº 624.045-3.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 03 de Agosto de 2020.

Jacinto Machado/SC, 03 de Agosto de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EDITAL DE CHAMAMENTO 07/2020 SAMAE

Publicação Nº 2599901

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2020

O Diretor Geral do SAMAE de Jacinto Machado – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da LEI Nº. 837 DE 09 DE MAIO DE 2017.

Convoca aprovado para admissão a partir de 11/08/2020, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº. 001/2019.

–CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para verificação dos documentos necessários para admissão, considerando-se para tal no período do 11/08/2020 a 17/08/2020, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado for protocolado antes do termino do primeiro período, respeitado a ordem de classificação.

- O candidato a seguir, aprovado para a vaga de OPERADOR DE ETA:

15º Samuel Duminelli Pereira - Inscrição: 1692777;

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer até o dia 17 de Agosto de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, na Rua Abílio Tomasi, Nº 51, Centro, Jacinto Machado/SC, para dar início aos procedimentos de admissão com os exames obrigatório e a entrega dos documentos necessários para com a sua nomeação ao cargo pleiteado em conformidade com item 02 do Edital do Processo Seletivo Público nº. 01/2019, no horário das 07:30 às 11:30 horas e 13:00 as 17:00 horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no Art. anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Art. 4º Os exames admissionais serão solicitados junto a administração do SAMAE e será desconsiderado o prazo do Art 01º e 02º no momento da solicitação até o seu resultado final junto a instituição que expede o resultado dos exames clínicos.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado - SC, 11 de Agosto de 2020.

AMILTON GHELLERE
Diretor Geral do SAMAE

ALICE APARECIDA DE JESUS
Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2020

Publicação Nº 2599425

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 47/2020

Contratante: Município de Jacinto Machado.

Contratado: Bruna Goulart de Farias 06778326999.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a ampliação do quantitativo do Contrato nº 47/2020, conforme previsto na Cláusula Décima Segunda, item (VII), com valor total estimado de R\$ 9.327,02 (Nove mil trezentos e vinte e sete reais e dois centavos).

Vigência: 11/08/2020 e se estende até 31/12/2020.

Jacinto Machado/SC, 11/08/2020.

PORTARIA 016 2020 SAMAE

Publicação Nº 2599938

PORTARIA N. 016, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Municipal n. 837/2017 combinado com o artigo 202 da Lei Municipal n. 245/2000 e ainda o disposto no Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Sr. IGOR LAZZARIN PAGANINI, CPF n. 105.257.589-76, do processo seletivo 001/2019, contratado temporariamente na função de Operador de ETA junto ao SAMAE, padrão 06, código 619, nível de referência A1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente:

· PORTARIA N. 027, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

Jacinto Machado/SC, 10 de Agosto de 2020.

AMILTON GHELLERE
DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 017 2020 SAMAE

Publicação Nº 2600012

PORTARIA N. 017 DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 18º da Lei Municipal n. 837/2017 combinado com o artigo 202 da Lei Municipal n. 245/2000 e ainda o disposto no Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em caráter temporário Sr. Samuel Duminelli Pereira, CPF n. 075.480.789-43, classificado na 15ª colocação no processo seletivo 001/2019, contratado temporariamente na função de Operador de ETA junto ao SAMAE, padrão 06, código 619, nível de referência A1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais – ESCALA 12/36 HORAS. Nas normas que tange o Art. 20 da Lei Municipal n. 837/2017 bem como se submeterá ao Regime Estatutário do Município de Jacinto Machado (SC).

Art. 2º - O contratado admitido nos termos do artigo 1º desta Portaria, pertencerá ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 12 de Agosto de 2020.

AMILTON GHELLERE
DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 DL

Publicação Nº 2598707

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Objeto: Aquisição de avental descartável e serviços de divulgação, para ações de enfrentamento do Covid-19, no município de Jacinto Machado/SC.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC, com sede a Av. Padre Herval Fontanella, s/n, no centro do município de Jacinto Machado/SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.448.444/0001-00.

Fornecedores:

- CARLA SANTOS DE AGUIAR TROLLER, inscrita no CNPJ sob o nº 15.456.4240001-32, localizada na Rua das Indústrias, 485 – Bairro Industrial – Praia Grande/SC.

Item	Qtde	Unid	Produto	Unitário	Total
01	400	unid	Avental descartável em SMS 40gr (leve) com BFE (ANVISA), tam. Único (120cmx150cm)	12,50	5.000,00

- CLODOALDO SCANDOLARA CLAUDINO 02233600908, inscrito no CNPJ sob o nº 36.945.198/0001-23, localizada na Tv. João Burim, 151 – casa – Paraguai – Jacinto Machado/SC.

Item	Qtde	Unid	Produto	Unitário	Total
02	50	hr	Divulgação de carro de som	29,50	1.475,00

Valor e pagamento: O valor total da presente aquisição é de R\$ 6.475,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) e o pagamento será em até 30 dias após a entrega, com recursos proveniente da ação de enfrentamento da emergência de Saúde Nacional, COVID-19 (crédito extraordinário do Governo Federal), de conformidade com a Portaria nº 1.666 de 01 de julho de 2020.

Da dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta da seguinte dotação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.072 – Manutenção da Vigilância em Saúde
3.3.90.00.00.00.00.0737(34)

Fundamento Legal: Portaria GM/MS nº 1666/2020, art. 24, Inciso IV da Lei 8666/93, art. 4º da Lei 13.979/2020, Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde do Município.

Justificativa: O material a ser adquirido objetiva viabilizar a implantação de medidas de prevenção do adoecimento de pessoas, suprimindo as Unidades Básicas de Saúde e os municípios, com a urgência que a situação de emergência requer, com os EPI necessários para a mitigação da transmissão e contaminação pelo Covid-19, considerada a sua rápida e universal proliferação, que levou à classificação da doença como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020. Trata-se de materiais a serem utilizados durante atividades essenciais para a segurança da população e que não podem ser realizadas de forma remota.

No mesmo sentido, o uso de um carro de som faz parte da estratégia de conscientização da população para o controle da pandemia, pois a informação é a arma mais eficiente contra o Coronavírus.

Sendo assim, urge a necessidade de adoção de ações mitigadoras ao risco iminente, que se fundamentam em dados e critérios técnicos, tomando por base a progressão da doença e a transmissão do vírus.

A escolha dos fornecedores e dos preços, respectivamente, se deu em função de serem os preços os mais baixos, conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Jacinto Machado/SC, 07 de agosto de 2020.

EDSON BORBA DOS SANTOS
Diretor de Saneamento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo e ratifico a realização da despesa, nos termos do Processo Licitatório nº 18/2020 – Dispensa de Licitação, independente de licitação.

Jacinto Machado/SC, 07 de agosto de 2020.

ADILSON PIVA
Secretário Municipal de Saúde/Gestor

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA 01 DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD

Publicação Nº 2599395

ATA 01 DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONTROLE SOCIAL – ÓRGÃOS COLEGIADOS.
CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

ATA 01 DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às oito horas, no auditório da Arena Jaraguá, reuniram-se para a Sessão Plenária Ordinária do CMD, gestão 2018/2020, os seguintes conselheiros: Cleide Mosca, Neide do Carmo Palaoro, Rogério Lauro Tomazelli, José Marcos de Andrade Ranucci, Karine Kath Jochem Schmitt, Adriane Weber Schrauth, Claudio Tubbs, Dinalberto de Lucca Moreira, Renato Flesch, Anderson Lourenço Lemos, Diego Lopes Diogo, Cleber da Rosa, Marcelo Heinz Prochnow e Airton Luiz Schiochet. Iniciando os trabalhos do dia, foi aprovada a pauta do dia e a ata da reunião anterior, ocorrida no quatro de dezembro de dois mil e dezenove, por unanimidade. Em seguida, passaram a ser discutidas acerca da Ordem do Dia, quais sejam: 1) Ordem do dia: 1.3) Correspondências expedidas: a) Ofício 01/2020/CMD, enviado à Semed, solicitando a substituição da Conselheira Titular Josiane Cristina de Freitas. 1.4) Correspondências recebidas: Ofício 016/2020/Semed: indicando a servidora Djeniffer Dombrowicz para compor o CMD como Conselheira Titular. 2. Ordem do dia: 2.1. Homologação do Calendário Esportivo da Secel para 2020 –parecer aprovado por unanimidade. 2.2. Assuntos Gerais: a) Envio de e-mail referente à Resolução 026/2019/CMD – Criação da Lei do Fundo: por um erro na hora da digitação, faltou uma parte do texto; foi refeito e publicado, corrigindo o equívoco. 3) Palavra Livre: A presidente Cleide Mosca solicitará à Secretária Executiva Andréa, que faça um levantamento dos conselheiros que não estão comparecendo às reuniões, e que seja enviado ofício às entidades para que façam a devida substituição dos mesmos. Também solicitou que os conselheiros sugiram temas para as pautas das assembleias. O Conselheiro Dinalberto sugeriu que seja feita uma pequena apresentação das instituições que compõe o CMD, para que todos possam conhecer; sugeriu também que seja feito um Fórum para a Comunidade. Sendo o que tinha a ser discutido, encerrou-se a reunião.

Neide do Carmo Palaoro Secretária de Mesa do CMD	Cleide Mosca Presidente do CMD	
CONSELHEIRO	ASSINATURA	
Adriane Weber Schrauth		
Anderson Lourenço Lemos		
Airton Luiz Schiochet		
Claudio Tubbs		
Cleber da Rosa		
Cleide Mosca		
Diego Lopes Diogo		
Dinalberto de Lucca Moreira		
José Marcos de Andrade Ranucci		
Karine Kath Jochem Schmitt		
Marcelo Heinz Prochnow		
Neide do Carmo Palaoro		
Renato Flesch		
Rogerio Lauro Tomazelli		

CONCURSO 134/2020/PMJS/SECEL EDITAL DE APOIO A PROJETOS CULTURAIS

Publicação Nº 2599990

CONCURSO 134/2020/PMJS/SECEL
EDITAL DE APOIO A PROJETOS CULTURAIS

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, inscrito no CNPJ 83.102.459/0001-23 com sede na Rua Walter Marquardt 1111, por intermédio da Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, em conjunto o CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA torna para conhecimento público o



CONCURSO 134/2020/PMJS/SECEL – EDITAL DE APOIO A PROJETOS CULTURAIS, cujo objeto é a PREMIAÇÃO de projetos culturais que contribuam para a produção artístico-cultural, para a difusão, para o fomento e para o desenvolvimento cultural de Jaraguá do Sul, no período de 12 meses, de acordo com as normas e regras previstas neste edital e seus anexos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Federal 8.666/93, Art. 22, IV. Lei Federal 12.343/2010, de 2 de dezembro de 2010 (Plano Nacional de Cultura), Art. 216-A da Constituição Brasileira que trata do Sistema Nacional de Cultura, a lei Municipal nº 7148/2015 que trata do Sistema Municipal de Cultura e Lei Municipal nº 6558/2012, de 14 de dezembro de 2012 (Plano Municipal de Cultura).

OBJETO: concessão de recursos financeiros da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, por meio de PRÊMIOS, para a produção artístico-cultural, a difusão, o fomento às atividades culturais e artísticas em Jaraguá do Sul, estimulando dentro das possibilidades da atual situação pandêmica a produção cultural local, de acordo com as normas e regras previstas neste Edital e seus anexos e as determinações legais sobre a COVID-19.

REGIMENTO: O procedimento licitatório e o contrato que dele resultar, obedecerão integralmente as leis vigentes no país, especialmente a Lei Federal 8.666/93 e demais legislações aplicáveis a matéria.

PRAZO e LOCAL das INSCRIÇÕES: As inscrições dos proponentes serão recebidas no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, no período de 13 de agosto a 28 de setembro de 2020. Horário do Protocolo: Segunda a sexta-feira das 8h às 11h e das 13h às 16h. Exceto sábados, domingos e feriados, localizado na Rua Walter Marquardt, 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

RECURSOS FINANCEIROS: O Edital de Concurso – Apoio a Projetos Culturais dispõe de recursos financeiros na ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

PRÊMIOS: A distribuição dos prêmios do Edital de Concurso será realizada de acordo com os quantitativos e valores descritos no quadro abaixo:

Área Cultural	Quantidade estimada de projetos por área	Prêmio máximo por Projeto	Total da Área
Artesanato	3	R\$ 8.250,00	R\$ 24.750,00
Artes Visuais	3	R\$ 8.250,00	R\$ 24.750,00
Audiovisual	3	R\$ 8.250,00	R\$ 24.750,00
Dança	5	R\$ 8.250,00	R\$ 41.250,00
Literatura	3	R\$ 12.000,00	R\$ 36.000,00
Manifestações culturais	5	R\$ 8.250,00	R\$ 41.250,00
Música	6	R\$ 8.250,00	R\$ 49.500,00
Patrimônio Histórico-Cultural Material e Imaterial	3	R\$ 8.250,00	R\$ 24.750,00
Teatro e Circo	4	R\$ 8.250,00	R\$ 33.000,00
INVESTIMENTO			R\$ 300.000,00

OBTENÇÃO DO EDITAL: O edital e seus anexos estarão disponíveis no link: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?cat=2432>, ou poderão ser solicitados pelo e-mail conselhos.cultura@jaraguadosul.sc.gov.br

INFORMAÇÕES: Dúvidas poderão ser esclarecidas através do telefone 3270-4300/3270 4309. As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informais e não poderão ser consideradas como condições editalícias.

Jaraguá do Sul (SC), 7 de agosto de 2020.

Cleide Mosca Silvia Regina Toassi Kita

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Presidente Conselho Municipal de Cultura

CONTRATO Nº 209/2020

Publicação Nº 2599993

EXTRATO DO CONTRATO 209/2020

Processo: Pregão nº 071/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Alfa-comp Automação Industrial Ltda.; Objeto: Aquisição de Radio Modem; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 166.050,00 (cento e sessenta e seis mil e cinquenta reais). O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do Samae de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.512.1400.3426.	Implantação de telemetria - Samae	4.4.90 - Aplicações Diretas	33	Próprios

Data da assinatura: 03/08/2020; Prazo de Fornecimento: Até 60 dias após Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ana Carolina Bornemann Silveira Figur e Matheus Adair da Silva.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur
Diretora Presidente - Samae

CONTRATO Nº 211/2020

Publicação Nº 2599994

EXTRATO DO CONTRATO 211/2020

Processo: Pregão nº 072/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Pré Fabricados São João Ltda. ME; Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de piso de concreto e lajota estriada; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 10.036,00 (dez mil e trinta e seis reais). O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2020, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae - Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	22	Próprios
25.003.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial - Samae - Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 03/08/2020; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ana Carolina Bornemann Silveira Figur e João Ricardo Berns.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur
Diretora Presidente - Samae

CONTRATO Nº 319/2020

Publicação Nº 2599979

EXTRATO DO CONTRATO Nº 319/2020

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 34/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e obras complementares nas Ruas: 96 - São Paulo, 11 - Roberto Ziemann e 94 - Carlos Meyer – Bairro Czerniewicz, com extensão total de 390,00m (trezentos e noventa metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 640.742,05 (seiscentos e quarenta mil setecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos) referentes à mão de obra e R\$ 274.603,74 (duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e três reais e setenta e quatro centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 915.345,79 (novecentos e quinze mil trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo à medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário decorrente da despesa desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2020, prevista no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para execução das obras será de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. A vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Jaime Barbosa Soares Filho.

Otoniel da Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

CONTRATO Nº 324/2020

Publicação Nº 2599981

EXTRATO DO CONTRATO Nº 324/2020

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 80/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares nas Ruas 167 – Friedrich

Wilhelm Sonnenhohl, 305 – Professor Irmão Geraldino, 201 – Ernesto Lessmann, 147 – Alberto Santos Dumont, 146 – Major Júlio Ferreira e 186 – Professor Heinrich Geffert – Bairro Vila Lalau, com extensão total de 3.662,35m (três mil, seiscentos e sessenta e dois metros e trinta e cinco centímetros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 2.038.800,30 (dois milhões trinta e oito mil oitocentos reais e trinta centavos) referente à mão de obra e R\$ 873.771,56 (oitocentos e setenta e três mil setecentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos) referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 2.912.571,86 (dois milhões novecentos e doze mil quinhentos e setenta e um reais e oitenta e seis centavos).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo à medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário decorrente da despesa desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2020, prevista no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para execução das obras será de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. A vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Jaime Barbosa Soares Filho.

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

CONTRATO Nº 327/2020

Publicação Nº 2599983

EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2020

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 50/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua Antônio Machado (início na Ponte Alberto Bauer até a estaca 40 – próximo ao cemitério/Capela Santo Antônio) – Bairro Santo Antônio, com extensão total de 800,00m (oitocentos metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 361.700,98 (trezentos e sessenta e um mil setecentos reais e noventa e oito centavos) referentes à mão de obra e R\$ 843.968,95 (oitocentos e quarenta e três mil novecentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 1.205.669,93 (um milhão duzentos e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo à medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2020, previsto no item 4.1 deste contrato.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

CONTRATO Nº 329/2020

Publicação Nº 2599984

EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2020**PROCESSO:** CONCORRÊNCIA Nº 16/2020.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), sinalização viária, terraplenagem, serviços preliminares e serviços complementares para implantação de rotatória de interligação das Ruas Antônio Machado e Lino Piazero – Bairro Nereu Ramos, em área total de intervenção de 2.197 m² (dois mil, cento e noventa e sete metros quadrados), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 48.167,39 (quarenta e oito mil cento e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) referentes à mão de obra e R\$ 112.390,57 (cento e doze mil trezentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 160.557,96 (cento e sessenta mil quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo à medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2020, previsto no item 4.1 deste contrato.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 90 (noventa) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**SIGNATÁRIOS:** Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

CONTRATO Nº 342/2020

Publicação Nº 2599987

EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2020**PROCESSO:** TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2020.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção de Guarita e Portal de acesso às dependências do Batalhão da Polícia Militar – 14ºBPM, localizada na Rua Gustavo Hagedorn nº 880, no Bairro Nova Brasília, em Jaraguá do Sul, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 52.382,77 (cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos) referentes à mão de obra e R\$122.226,48 (cento e vinte e dois mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 174.609,25 (cento e setenta e quatro mil seiscentos e nove reais e vinte e cinco centavos).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a conclusão de cada etapa do cronograma físico e financeiro, tendo a medição à devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas do objeto desta licitação correrão por conta dos seguintes recursos orçamentários dos exercícios de 2020, constantes no item 4.1 deste contrato.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 17/07/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**SIGNATÁRIOS:** Eduardo Bertoldi e Jader Aquiles Novelletto.

Eduardo Bertoldi
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

CONTRATO Nº 354/2020

Publicação Nº 2599986

EXTRATO DO CONTRATO Nº 354/2020**PROCESSO:** CONCORRÊNCIA Nº 35/2020.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de serviços iniciais, terraplenagem, drenagem pluvial, obras complementares, projeto urbanístico e projeto paisagístico e iluminação para revitalização da área central do Bairro Nereu Ramos, com área a ser executada de 3.157 m² (três mil, cento e cinquenta e sete metros quadrados), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 663.997,68 (seiscentos e sessenta e três mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos) referentes à mão de obra e R\$ 1.549.281,27 (um milhão quinhentos e quarenta e nove mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 2.213.258,95 (dois milhões duzentos e treze mil duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo à medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2020, previsto no item 4.1 deste contrato.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 23/07/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**SIGNATÁRIOS:** Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

CONTRATO Nº 355/2020

Publicação Nº 2599988

EXTRATO DO CONTRATO Nº 355/2020**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**CONTRATADA:** JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.

OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos profissionais de arbitragem em eventos esportivos escolares e comunitários promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, em conformidade com as descrições e valores.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores descritos no item 1.1 da cláusula primeira deste contrato.

DO PRAZO: O prazo de execução dos serviços será até 31 de dezembro de 2020, nos locais a serem definidos, conforme cronograma dos eventos esportivos. A vigência do contrato será igual ao prazo de execução acima, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a realização de cada evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, acompanhada do relatório de cada um dos Serviços de Arbitragem Executados.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente deste contrato está previsto no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 23/07/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC**SIGNATÁRIOS:** Cleide Mosca e João Paulo Reinert

Cleide Mosca
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 14.096/2020

Publicação Nº 2599391

D E C R E T O Nº 14.096/2020

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 14.033/2020, de 09 de Julho de 2020, Alterado pelos Decretos Municipais Nº 14.059/2020, de 17 de Julho de 2020, Nº 14.062/2020, de 21 de Julho de 2020, Nº 14.078/2020, de 28 de Julho de 2020, Nº 14.089/2020, de 04 de Agosto de 2020, e Nº 14.094/2020, de 06 de Agosto de 2020, que Regulamentam o Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais e Suspende Atividades em Face do Enfrentamento à COVID-19 e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA :

Art.1º O artigo 1º, caput, e seus incisos I e IX, do Decreto Municipal Nº 14.033/2020, de 09/07/2020, alterado pelos Decretos Municipais Nº 14.059/2020, de 17/07/2020, Nº 14.062/2020, de 21/07/2020, Nº 14.078/2020, de 28/07/2020, Nº 14.089/2020, de 04/08/2020, e Nº 14.094/2020, de 06/08/2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Ficam suspensas até o dia 19 de agosto de 2020, podendo este prazo ser revisto a qualquer tempo, conforme estabelecido no artigo 7º, deste Decreto, as seguintes atividades:

I - transporte coletivo público de passageiros;

...

IX - práticas esportivas de contato ou que envolvam contato, excetuando-se os esportes profissionais que seguirão regramento específico do Governo Estadual.”

Art.2º Fica revogado o inciso II, do artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 14.033/2020, de 09/07/2020, alterado pelos Decretos Municipais Nº 14.059/2020, de 17/07/2020, Nº 14.062/2020, de 21/07/2020, Nº 14.078/2020, de 28/07/2020, Nº 14.089/2020, de 04/08/2020, e Nº 14.094/2020, de 06/08/2020.

Art.3º O artigo 2º, caput, e seu §9º, Decreto Municipal Nº 14.033/2020, de 09/07/2020, alterado pelos Decretos Municipais Nº 14.059/2020, de 17/07/2020, Nº 14.062/2020, de 21/07/2020, Nº 14.078/2020, de 28/07/2020, Nº 14.089/2020, de 04/08/2020, e Nº 14.094/2020, de 06/08/2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º Os restaurantes, bares, lanchonetes, pubs, confeitarias e estabelecimentos congêneres (inclusive os localizados em shoppings centers, supermercados e galerias) terão horário reduzido de funcionamento para atendimento presencial de segunda a sexta-feira, das 6h às 22h, e ao sábado entre 6h às 18h, respeitando as regras de distanciamento social e o limite de pessoas por mesa, conforme Portaria SES Nº 257, de 21/04/2020.

...

§9º Restaurantes, lanchonetes e congêneres localizados em hotéis e similares, deverão cumprir o horário estabelecido no caput deste artigo, permitido em horário diverso atendimento somente aos hóspedes, vedado expressamente a realização de eventos, shows e atividades culturais, respeitando as regras de distanciamento social e o limite de pessoas por mesa, conforme Portaria SES Nº 257, de 21/04/2020.

...”

Art.4º O artigo 3º, caput, Decreto Municipal Nº 14.033/2020, de 09/07/2020, alterado pelos Decretos Municipais Nº 14.059/2020, de 17/07/2020, Nº 14.062/2020, de 21/07/2020, Nº 14.078/2020, de 28/07/2020, Nº 14.089/2020, de 04/08/2020, e Nº 14.094/2020, de 06/08/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º Fica limitada a entrada de 50% (cinquenta por cento) da lotação máxima em supermercados, verdureiras, lojas de departamento e congêneres, e limitado a 30% (trinta por cento) da capacidade em missas, cultos e outras atividades religiosas que envolvam agrupamento de pessoas, respeitando as regras de distanciamento social, e permitidos em qualquer crença os atendimentos individuais mediante horário agendado todos os dias no Município de Jaraguá do Sul.

...”

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 035/2020/PAS

Publicação Nº 2599431

Edital de Notificação 035/2020/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA ISRAEL LEAL THOMAZ 03757867912, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 23.925.896/0001-15 e Cadastro Municipal de Contribuintes nº 38293, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 076/2018 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 010243/A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 450% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 036/2020/PAS

Publicação Nº 2599432

Edital de Notificação 036/2020/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA ZÉLIA DA ROCHA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 05.307.030/0001-69 e Cadastro Municipal de Contribuintes nº 25419, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 109/2018 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 1610891/2018, decidindo pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 037/2020/PAS

Publicação Nº 2599433

Edital de Notificação 037/2020/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA ZG TABACARIA LTDA (VALCIONIR BETT, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 21.168.644/0001-63 e Cadastro Municipal de Contribuintes nº 36786, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 069/2018 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 010240/A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 750% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 038/2020/PAS

Publicação Nº 2599434

Edital de Notificação 038/2020/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA DOGÃO VILA NOVA EIRELI - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 20.544.106/0001-63 e Cadastro Municipal de Contribuintes

nº 36444, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 008/2018 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 010322/A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 1400% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 039/2020/PAS

Publicação Nº 2599435

Edital de Notificação 039/2020/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA DIOGO VENANCIO 00972182942, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 31.293.949/0001-50 e Cadastro Municipal de Contribuintes nº 41860, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 090/2018 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 010066/A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 250% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 040/2020/PAS

Publicação Nº 2599436

Edital de Notificação 040/2020/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA STIPP COMERCIO DE PAES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 08.971.701/0001-80, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 022/2018 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 14/VISA/2017, decidindo pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 10/2020

Publicação Nº 2599021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 10/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 – Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a Rua 1030 – Artur Aldrovandi, no bairro Barra do Rio Molha, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, I, da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019, que sofrerem valorização, conforme RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS e MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS constantes dos ANEXOS 01 e 03 do PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4938.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 679.619,23 (seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e três centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4938.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas

pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23129>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 11/2020

Publicação Nº 2599027

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 11/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a Rua 872 - João Pedro Vieira, no bairro Santo Antônio, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, I, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019, in verbis, que sofrerem valorização, conforme RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS e MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS constantes dos ANEXOS 01 e 03 do PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4939.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 250.725,03 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e cinco reais e três centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4939.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23132>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 12/2020

Publicação Nº 2599031

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 12/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a Rua 968 - Américo Costa, no bairro Estrada Nova, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, II, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019, in verbis, que sofrerem valorização, conforme RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS e MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS constantes dos ANEXOS 01 e 03 do PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4940.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 146.042,90 (cento e quarenta e seis mil, quarenta e dois reais e noventa centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4940.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23135>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 13/2020

Publicação Nº 2599035

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 13/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a Rua 873 - José Lazzaris, no bairro Santo Antônio, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, III, da Lei Municipal Nº 7.862/2019,

de 11 de março de 2019, in verbis, que sofrerem valorização, conforme RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS e MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS constantes dos ANEXOS 01 e 03 do PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4941.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 293.686,47 (duzentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4941.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23136>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 9/2020

Publicação Nº 2599039

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 9/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a Rua 807 - Expedicionário Afonso Kath, no bairro Rio Cerro II, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, II, da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019, in verbis, que sofrerem valorização, conforme RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS e MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS constantes dos ANEXOS 01 e 03 do PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4937.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 329.203,73 (trezentos e vinte e nove mil, duzentos e três reais e setenta e três centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4937.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23116>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA E SEUS RESPECTIVOS ANEXOS;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2020

Publicação Nº 2599977

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2020
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de DISPENSER (TOTEM) PARA APLICAÇÃO DE ÁLCOOL EM GEL, destinados para auxiliar no combate ao COVID-19, ao longo de 06 (seis) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002 alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016, Decreto Federal 3.555/2000, Decreto Federal 7.892/2013, Lei Complementar 147/2014, Lei Federal 13.979/2020 e MP 926/2020.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla ites para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 19 de agosto de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 08:45 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 183.681,60 (cento e oitenta e três mil seiscientos e oitenta e um reais e sessenta centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br Jaraguá do Sul (SC), 30 de julho de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde - FMS

ANDRÉ DE CARVALHO FERREIRA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2020

Publicação Nº 2599978

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2020
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EPI'S E MATERIAIS DIVERSOS, destinados para auxiliar no combate ao COVID-19, ao longo de 06 (seis) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002 alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016, Decreto Federal 3.555/2000, Decreto Federal 7.892/2013, Lei Complementar 147/2014, Lei Federal 13.979/2020 e MP 926/2020.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla ites para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 08:30 hs do dia 19 de agosto de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 11:00 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS e documentos exigidos. (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão as 08:30 hs do dia 25 de agosto de 2020, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 2.395.520,63 (dois milhões trezentos e noventa e cinco mil quinhentos e vinte reais e sessenta e três centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br Jaraguá do Sul (SC), 06 de agosto de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde - FMS

ANDRÉ DE CARVALHO FERREIRA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2020

Publicação Nº 2599970

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Adriano Rocha

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2020

Publicação Nº 2599972

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2020.
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Alessandro dos Santos Leal

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2020

Publicação Nº 2599974

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMHIS, FROAGRO
CONTRATADA: SUIÇA TRANSPORTES LTDA EPP
OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço o fornecimento de SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Edital, segundo as conveniências da administração direta.
O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.
Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega ou retirada de cada pedido, conforme item vencido, e apresentação da nota fiscal na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
Prazo de entrega: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município que será formalizada através de Autorização de Fornecimento respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços.
DATA DA ASSINATURA: 29/07/2020.
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Rodrigo César Ribeiro da Silva

Otoniel da Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2020

Publicação Nº 2599975

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMHIS, FROAGRO
CONTRATADA: G.J WINTER TERRAPLENAGEM E DISK CAÇAMBAS
OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço o fornecimento de SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Edital, segundo as conveniências da administração direta.
O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.
Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega ou retirada de cada pedido, conforme item vencido, e apresentação da nota fiscal na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
Prazo de entrega: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município que será formalizada através de Autorização de Fornecimento respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços.
DATA DA ASSINATURA: 29/07/2020.
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Gilmar Júlio Winter

Otoniel da Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2020

Publicação Nº 2599976

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMHIS, FROAGRO
CONTRATADA: CODEJAS – CIA DE DESENVOLVIMENTO DE JARAGUÁ DO SUL
OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço o fornecimento de SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses,

conforme especificações no ANEXO I do Edital, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega ou retirada de cada pedido, conforme item vencido, e apresentação da nota fiscal na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Prazo de entrega: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município que será formalizada através de Autorização de Fornecimento respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços.

DATA DA ASSINATURA: 29/07/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Orlando Gilberto Gonçalves

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 01/2020/CA/ISSEM

Publicação Nº 2599163

PORTARIA Nº 01/2020/CA/Issem

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, e

CONSIDERANDO o teor do requerimento, da Conselheira Suplente eleita Josiane Trocatti, conforme Portaria 269/2019;

CONSIDERANDO a necessidade de afastamento dos servidores públicos para concorrer a cargo eletivo;

RESOLVE:

Art.1º – Afastar a conselheira de suas atividades no Conselho de Administração, para atividade política, em virtude da descompatibilização prevista na legislação eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 até o primeiro dia útil após o pleito eleitoral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2020.

REGISTRE-SE COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2020.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

PORTARIA Nº 1119/2020/GABSECR

Publicação Nº 2599991

PORTARIA Nº 1119/2020/GabSecr

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o Decreto nº 13.723/2020, art. 40, parágrafo único, RESOLVE:

REMANEJAR temporária e precariamente o servidor JANICLEI NELSO CUSTÓDIO, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados e Ambulâncias, cadastro nº 9491, lotado na Secretaria de Educação, para exercer função laboral na Secretaria de Administração, prestando serviços conforme as atribuições de seu cargo e devido necessidade temporária de pessoal para atender as demandas daquela Secretaria. Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2020.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1120/2020/GABSECR

Publicação Nº 2599992

PORTARIA Nº 1120/2020/GabSecr

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o Decreto nº 13.723/2020, art. 40, parágrafo único, RESOLVE:

REMANEJAR temporária e precariamente os servidores FLÁVIA HINKELDEY SANTOS DA SILVA, cadastro 8765, IDINEI CLARICE VIEIRA

FERREIRA DE LIMA, cadastro 10131, e PAULO VALDEMIR GONÇALVES DOS SANTOS, cadastro 9237, ocupantes do cargo de Agente de Limpeza e Conservação, lotados na Secretaria de Educação, para exercerem suas funções laborais na Secretaria de Saúde, prestando serviços conforme as atribuições do cargo, devido necessidade temporária de pessoal para atender as demandas nas Unidades de Saúde daquela Secretaria.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2020.

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 216/2020/SEMSA

Publicação Nº 2599204

PORTARIANº 216/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas; e

CONSIDERANDO a declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em razão da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), classificada como COVID-19, que requer atenção especial quanto a organização dos serviços de Odontologia em relação ao emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO o Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia COVID-19 na Rede de atenção à Saúde, do Conass, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems);

CONSIDERANDO Nota Técnica nº16/2020-CGSB/DESF/SAPS/MS, versão atualizada da Nota Técnica nº 9/2020-CGSB/DESF/SAPS/MS, COVID-19 e Atendimento Odontológico no SUS;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 18/2020-CGSB/DESF/SAPS/MS;

CONSIDERANDO a Resolução CFO-226, de 04 de junho de 2020, que dispõe sobre o exercício da Odontologia a distância, mediado por tecnologias, e dá outras providências.

CONSIDERANDO evidências científicas relevantes disponíveis até a presente data, disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, nos documentos Protocolo de manejo clínico do coronavírus (COVID-19) na atenção primária à saúde Versão 9. Brasília, DF, 2020; e Fluxograma de atendimento odontológico – coronavírus-COVID-19, Versão 2. Brasília, DF, 2020;

CONSIDERANDO as orientações do documento Procedimento Operacional Padrão – POP de Biossegurança, da Secretaria municipal da saúde, disponível no site Olostech;

CONSIDERANDO as orientações da Nota Técnica Nº01/2020/STSB/SEMSA, atualizada em 14/05/2020: Orientações em relação ao Processo de Trabalho da Odontologia em decorrência do Novo Coronavírus, disponível no site Olostech;

CONSIDERANDO que em virtude do cenário atual da pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) e que o manejo do paciente, durante os procedimentos odontológicos acontece a uma distância muito curta entre paciente/profissional;

RESOLVE :

Art.1º MANTER organização do processo de trabalho da Odontologia da Secretaria municipal da saúde, até segunda ordem, da seguinte forma:

I - A Secretaria municipal da saúde manterá atendimento odontológico em caráter de PLANTÃO DE URGÊNCIAS, conforme necessidade do serviço, por tempo indeterminado, podendo este ser alterado conforme interesse público;

a) a determinação do trabalho em caráter de PLANTÃO DE URGÊNCIAS é imprescindível como forma de diminuir aglomerações e procedimentos contaminantes, na forma de proteger a sociedade e os profissionais da Odontologia.

II - O PLANTÃO DE URGÊNCIAS será direcionado a pacientes que necessitem atendimento exclusivo de urgência e emergência odontológica, conforme disposto Nota Técnica Nº 01/2020/STSB/SEMSA, atualizada em 14/05/2020: Orientações em relação ao Processo de Trabalho da Odontologia em decorrência do Novo Coronavírus, disponível no site Olostech;

III - As UBS que irão prestar atendimento em caráter de PLANTÃO DE URGÊNCIAS são as seguintes:

Águas Claras
Amizade
Chico de Paulo
Estrada Nova

Jaraguá 84
 Jaraguá 99
 Rau
 Ribeirão Cavalo
 Santa Luzia
 Santo Antônio
 Tifa Schubert
 Vila Lalau
 Vila Lenzi
 Vila Nova
 Centro de Especialidades Odontológicas
 Programa dos Centros Municipais De Educação Infantil
 Unidade de Saúde Prisional

a) a escala de trabalho do PLANTÃO DE URGÊNCIAS encontra-se ANEXA a este documento e será mantida nos dias e horários assim determinados:

LOCAL	DIAS DA SEMANA	HORÁRIO
UBS	Segunda à sexta-feira	7h30 às 11h30 e 12h30 às 16h30
CEO	Segunda à sexta-feira	7h às 12h e 13h às 16h
UNIDADE PRISIONAL	terças, quartas e quintas-feiras	8h às 11h30

Art.2º Fica mantido o escalonamento de profissionais da Odontologia na Central de Orientações 0800 de acordo com a necessidade do serviço.

Art.3º Profissionais pertencentes ao Programa de Prevenção dos Centros Municipais de Educação Infantil trabalharão em escala, de acordo com a necessidade do serviço.

Art.4º Fica estabelecido a TELEODONTOLOGIA, que engloba a teleorientação e a teleconsulta, serviços que deverão ser realizados no formato home office, conforme necessidade, determinado em escala anexa a este documento.

Art.5º Os profissionais de saúde bucal poderão compor equipes de trabalho de suporte de forma articulada com a Supervisão Técnica de Saúde Bucal, conforme a necessidade do serviço, para a realização de trabalhos internos, como levantamento de materiais odontológicos, avaliação de necessidade de compra, levantamento de patrimônio, organização de fluxo de entrega de equipamentos de proteção individual, formulação de estratégias de prevenção e orientações de saúde bucal durante a pandemia, auxiliando na organização do serviço.

Art.6º Deverá ser observado com máximo rigor às recomendações aos profissionais da saúde bucal referente aos protocolos de esterilização e limpeza de instrumentais e equipamentos entre os atendimentos, conforme disposto na NOTA TÉCNICA Nº01/2020/STSB/SEMSA, atualizada em 14/05/2020: Orientações em relação ao Processo de Trabalho da Odontologia em decorrência do Novo Coronavírus, disponível no site Olostech; e demais documentos de referência em biossegurança.

Art.7º O monitoramento biológico das autoclaves deverá ser mantido, de acordo com as orientações do documento Procedimento Operacional Padrão – POP de Biossegurança, da Secretaria municipal da saúde.

Art.8º Os profissionais que não estiverem em escala, conforme ANEXO, deverão cumprir nota orientativa do RH - Recursos Humanos, bem como do Setor de Saúde Ocupacional.

Art.9º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
 Secretário Municipal de Saúde
 ANEXO

ESCALA ODONTOLOGIA – 10/08/2020 a 21/08/2020			
	UNIDADES DE SAÚDE	CIRURGIÃO DENTISTA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
1	Águas Claras	Sérgio Pacheco	Eliane Lesiko
2	Amizade	John K. Marinho	Juciane L. C. de Paula
3	Chico De Paulo	Caroline L. Harati	Adriane S. Swanke
4	Estrada Nova	Vaniele M. V. Moreli	Sarina P. Bier
5	Jaraguá 84	Lauren F. T. Fernandes	Ilisiana D. Streber
6	Jaraguá 99	Adrian C. A. J. Araújo	Marli A. Prudêncio

7	Rau	Kendrique Enderle	Rosane P. de Lima
8	Ribeirão Cavalo	Leonardo C. Doyle	Simone C. K. S. Zambe
9	Santa Luzia	Bruna I. Kaiss	Marcela Montoski
10	Santo Antônio	Marcos F. Polati	Michele Leite
11	Tifa Schubert	Karla V. Pamplona	Lucimar N. de Oliveira (a partir de 11/08)
12	Vila Lalau	Dnyelson C. Doyle	Débora L. da Silva
13	Vila Lenzi	Giancarlo Canei	Zigilaine M. de Souza
14	Vila Nova	Luis Carlos Ruszczak	Jakcely Tereza Wosniak
15	Centro de Especialidades Odontológicas	Silvia M. Medeiros (Estomatologia)	Flávia D. C. N. Silva Josiane J. Rosa Sandra G. C. jungles
16	Programa Centros Municipais De Educação Infantil e Unidade Prisional	Sheila G. Kaufmann	Eliana C. Gonçalves
17	Atendimento 0800	Auxiliar de Saúde Bucal (40h/semanais)	Roseni F. S. A. Andrade Marli Rodrigues Cleide S. Segundo Silvio Inácio (a partir do dia 11/08/20)
18	Atendimento 0800	Cirurgião-dentista (40h/semanais)	Julia K. S. Pereira Amanda C. Rocha Carla R. de A. C. Justo Angela Maria Bof
19	Atendimento 0800	Cirurgião-dentista (30h/semanais)	Andrea Menezes Rocha
20	Atendimento 0800	Cirurgião-dentista (20h/semanais)	Roberta Lins (matutino) Patrícia Paes (matutino) Marcelo J. Justo (vespertino) Carla H. Schulze (vespertino)
21	Trabalho Suporte	Nara Bay Conmpagnoni	
22	Homeoffice	Elisete F. F. Fluck	

PORTARIA Nº 217/2020/SEMSA

Publicação Nº 2599206

PORTARIANº 217/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 200, II da Constituição Federal de 1988 que define a competência ao Sistema Único de Saúde para executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, II, 'a' e 'b' da Lei 8080/1990 que define a competência à direção municipal do Sistema de Saúde para a execução de serviços de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º inciso V do Decreto Estadual nº 587 de 30 de abril de 2020 que proibia a realização de eventos que acarretassem reunião de público, vigente na data de 05 de julho de 2020;

CONSIDERANDO a divulgação de evento realizado no estabelecimento 'DECK LOUNGE JARAGUÁ PUB' em suas redes sociais, denominado "Pagodinho de Domingo" em 05 de julho de 2020, a partir das 17 horas;

CONSIDERANDO o Termo Circunstanciado nº 537.20.00004 da 15ª Delegacia Regional de Polícia de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a aglomeração de pessoas na entrada do estabelecimento durante a realização do evento amplamente divulgada nas mídias sociais;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Sanitário em desfavor do estabelecimento comercial 'DECK LOUNGE JARAGUÁ PUB', inscrito no CNPJ 30.600.839/0001-21, localizado na Rua Presidente Epitácio Pessoa, 869, Bairro Centro, Jaraguá do Sul, SC, CEP 89251-100 por:

I – Realizar evento denominado 'Pagodinho de Domingo' em 05 de julho de 2020, a partir das 17 horas, infringindo a determinação legal que proibia a realização de shows e espetáculos que acarretam reunião de público, definida nos artigos 1º; 2º §§ 1º, 2º, 3º, 4º; 6º inc. I e II; 7º; 12; 15; 22; 23; 82 inc. XXX, XXXII da Lei Complementar Municipal nº 97/2010; c/c artigo 1º inc. V do Decreto Estadual nº 587 de 30 de abril de 2020, que alterou o Decreto Estadual nº 562/2020; c/c artigos 3º, § 4º da Lei Federal nº 13.979/20 c/c artigos 2º; 5º e 9º da Portaria nº 356/20 do Ministério da Saúde.

Art.2º Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento da intimação, para apresentação de defesa do estabelecimento, que deverá se dar preferencialmente de forma pessoal ao responsável pelo estabelecimento e, não sendo possível, poderá se dar por via postal.

Art.3º O estabelecimento fica ciente que estará sujeito às penalidades de advertência, multa, apreensão, inutilização e interdição de produtos ou bens e outras previstas na Lei Complementar Municipal 97/2010.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 372/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599348

PORTARIA Nº 372/2020-ISSEM

De 30/07/2020

Concede aposentadoria à segurada Rita Meier Urban.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por invalidez, a partir de 01/08/2020, à segurada RITA MEIER URBAN, inscrita no CPF sob nº 936.228.309-30, servidora do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, matriculada sob o nº 8733, com referência salarial: Classe 1, Letra "E", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais, nos termos do art. 40, §1º, I, da Constituição Federal c/c arts. 78 e 88, I, da LCM nº 217/2018.

§ 1º Os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, na ordem de 94,37% (noventa e quatro inteiros e trinta e sete centésimos por cento) e serão reajustados nos termos do art. 6º-A, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 41/2003, ou seja, com paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM nº 217/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de julho de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente

PORTARIA Nº 373/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599350

PORTARIA Nº 373/2020-ISSEM

De 30/07/2020

Concede aposentadoria ao segurado Roberto Nagel.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0069,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, a partir de 14/08/2020, ao segurado ROBERTO NAGEL, inscrito no CPF sob nº 629.747.009-00, servidor do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, matriculado sob nº 7925, referência salarial: Classe 10, Letra "H", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento), carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM nº 217/2018.

§ 1º Os proventos serão integrais sobre a última remuneração de contribuição do cargo efetivo e serão reajustados nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018, ou seja, com paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM nº 217/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de julho de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente

PORTARIA Nº 374/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599351

PORTARIA Nº 374/2020-ISSEM

De 04/08/2020

Concede aposentadoria à segurada Erlete Maria Perini.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0066,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por idade, a partir de 14/08/2020, à segurada ERLETE MARIA PERINI, inscrita no CPF sob nº 376.669.49-68, servidora do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, matriculada sob nº 7244, referência salarial: Classe 6, Letra "I", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento), carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM nº 217/2018.

§ 1º Os proventos serão integrais sobre a última remuneração de contribuição do cargo efetivo e serão reajustados nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018, ou seja, com paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM nº 217/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente

PORTARIA Nº 375/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599353

PORTARIA Nº 375/2020 – ISSEM

De 04/08/2020.

Altera o percentual de participação do serviço de farmácia básica

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018, de 20 de setembro de 2018 e suas alterações;

CONSIDERANDO o §5º do art. 180 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018;

CONSIDERANDO a Resolução nº 016/2020/CA/Issem;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a partir de 1º de março de 2020, o percentual de participação do serviço de farmácia básica, paga pelo beneficiário do

Issem-Saúde, de 80% (oitenta por cento) para 85% (oitenta e cinco por cento).

Parágrafo único. Ficam programadas as seguintes alterações no percentual de participação, em atendimento ao § 5º do art. 180, da LCM n.º 217/2018:

- I – de 85% (oitenta e cinco por cento) para 90% (noventa por cento) a partir de 1º de setembro de 2020;
- II – de 90% (noventa por cento) para 95% (noventa e cinco por cento) a partir de 1º de março de 2021; e
- III – de 95% (noventa e cinco por cento) para 100% (cem por cento) a partir de 1º de setembro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 4 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do Issem

PORTARIA Nº 376/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599354

PORTARIA Nº 376/2020 – ISSEM
De 04.08.2020
Retificação de Portarias

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR as portarias 357/2020 e 358/2020, de 21/07/2020, publicadas no DOM de 31/07/2020, páginas 563 e 564;

Onde se lê: "PORTARIA Nº 356/2020 – ISSEM"
Leia-se: "PORTARIA Nº 357/2020 – ISSEM";

Onde se lê: "PORTARIA Nº 357/2020 – ISSEM"
Leia-se: "PORTARIA Nº 358/2020 – ISSEM".

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 377/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599356

PORTARIA Nº 377/2020-ISSEM
De 05/08/2020
Concede aposentadoria ao segurado Denis Moraes Barbosa de Araujo.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0039,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de abono de permanência, no período de 21/09/2018 a 09/08/2020, ao segurado DENIS MORAIS BARBOSA DE ARAUJO, inscrito no CPF sob nº 179.789.984-87, servidor do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Médico, matriculado sob o nº 4577, nos termos do art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal c/c art. 84 da LCM nº 217/2018.

Parágrafo único. As despesas correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul/SC, nos termos do art. 137, § 4º, da LCM nº 217/2018.

Art. 2º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, a partir de 10/08/2020, ao segurado DENIS MORAIS BARBOSA DE ARAUJO, inscrito no CPF sob nº 179.789.984-87, servidor do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Médico, matriculado sob o nº 4577, referência salarial: Classe 12, Letra "I", triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento), carga horária de 150 horas mensais/ 30 horas semanais, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM nº 217/2018.

§ 1º Os proventos serão integrais sobre a última remuneração de contribuição do cargo efetivo e serão reajustados nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018, ou seja, com paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM nº 217/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente

PORTARIA Nº 378/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599357

PORTARIA Nº 378/2020 – ISSEM

De 06/08/2020.

Designa Comissão de Estágio Probatório

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar n.º 217/2018, de 20 de setembro de 2018, e suas alterações, e CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 119/2012, de 23 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais RAFAEL KIST, matrícula n.º 819, presidente; CIDINHA SALETE GIOVANELLA DALLA-BRIDA, matrícula n.º 008, DANIELE CHERMAK FRANCISCO, matrícula n.º 368, DENYLSO THOMAZELLI, matrícula n.º 366, e CRISTIANE MÜLLER SCHÜLER FEIX, matrícula n.º 1178, membros; todos servidores públicos efetivos e estáveis, lotados neste Instituto, para comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

Parágrafo único. Em suas ausências ou impedimentos, o presidente e/ou membros, serão substituídos pelas servidoras ANDRESSA HELOÍSA IGNÁCIO, matrícula n.º 569 e CÁTIA RAULINO, matrícula n.º 1180, membros suplentes.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão serão pautados pelo disposto na Lei Complementar Municipal n.º 119/2012, de 23 de março de 2012, na Lei Complementar Municipal n.º 154/2014, de 3 de novembro de 2014, e na legislação correlata.

Art. 3º Nos termos do art. 20 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 119/2012, alterada pela LCM n.º 241/2019, fica concedido, a partir de 6 de agosto de 2020, ao presidente e aos membros da Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria, um adicional de trabalho técnico correspondente a 1,75 (um vírgula setenta e cinco) UPM (Unidade Padrão Municipal).

Parágrafo único. Os membros suplentes receberão gratificação prevista no caput deste artigo quando convocados por ato formal a substituir o membro titular, enquanto perdurar o afastamento ou impedimento do mesmo, na forma da legislação vigente.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de agosto de 2020, revogando-se a Portaria n.º 740/2019-Issem, de 2 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do Issem

PORTARIA Nº 379/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599359

PORTARIA Nº 379/2020 – ISSEM

De 06.08.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. RAQUEL DE MEDEIROS DE BORBA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.07.2020 a 14.10.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 380/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599360

PORTARIA Nº 380/2020 – ISSEM

De 06.08.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EDITH MARIA C. DA SILVA JUNCKES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 30.07.2020 a 20.08.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 381/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599361

PORTARIA Nº 381/2020 – ISSEM

De 06.08.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ANDRE LUIS VIEGA MEDEIROS, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 31.07.2020 a 15.08.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 382/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599362

PORTARIA Nº 382/2020 – ISSEM
De 06.08.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARISETE TEREZINHA PINHEIRO DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 31.07.2020 a 30.08.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 383/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599364

PORTARIA Nº 383/2020 – ISSEM
De 06.08.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ALCIDES NUNES DELFINO, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.08.2020 a 15.09.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.08.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 384/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599367

PORTARIA Nº 384/2020 – ISSEM
De 06.08.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. WANDERLEI WISCHRAL, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.08.2020 a 31.10.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.08.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 385/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599369

PORTARIA Nº 385/2020 – ISSEM
De 07.08.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARILEIA MARCELINO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.08.2020 a 04.09.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.08.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 386/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599371

PORTARIA Nº 386/2020 – ISSEM
De 07.08.2020.
Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. GILMARA JULIA MULLER, lotada na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.08.2020 a 02.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.08.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 387/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599373

PORTARIA Nº 387/2020 – ISSEM
De 07.08.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ANDERSON SALES, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.08.2020 a 1º.10.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.08.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 388/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599376

PORTARIA Nº 388/2020 – ISSEM

De 07.08.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GEOVANI APARECIDO KOHELLA, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.08.2020 a 07.11.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10.08.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 389/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599379

PORTARIA Nº 389/2020-ISSEM

De 11/08/2020

Concede aposentadoria e abono de permanência ao segurado Antônio Dobginski.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0070,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de abono de permanência, no período de 16/01/2020 a 31/08/2020, ao segurado ANTONIO DOBGINSKI, inscrito no CPF sob nº 469.784.969-87, servidor do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, matriculado sob o nº 7434, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 91 da LCM nº 217/2018.

Parágrafo único. As despesas correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul/SC, nos termos do art. 137, § 4º, da LCM nº 217/2018.

Art. 2º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, a partir de 01/09/2020, ao segurado ANTONIO DOBGINSKI, inscrito no CPF sob nº 469.784.969-87, servidor do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, matriculado sob o nº 7434, referência salarial: Classe 5, Letra "I", triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento), carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM nº 217/2018.

§ 1º Os proventos serão integrais sobre a última remuneração de contribuição do cargo efetivo e serão reajustados nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018, ou seja, com paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM nº 217/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente

PORTARIA Nº 390/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599381

PORTARIA Nº 390/2020-ISSEM

De 10/08/2020

Concede abono de permanência ao segurado Celestino Klinkoski.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo de abono de permanência nº 606,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de abono de permanência, retroativo a 14/11/2019, ao segurado CELESTINO KLINKOSKI, inscrito no CPF sob nº 540.419.969-53, servidor do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, matriculado sob o nº 7608, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 91 da LCM nº 217/2018.

Parágrafo único. As despesas correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul/SC, nos termos do art. 137, § 4º, da LCM nº 217/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente

PORTARIA Nº 391/2020-ISSEM

Publicação Nº 2599384

PORTARIA N.º 391/2020 – ISSEM

De 11/08/2020.

Nomeia candidato aprovado no Concurso Público n.º 01/2019

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), por meio do seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV do art. 17, da Lei Complementar Municipal (LCM) Nº 217/2018, de 20 de setembro de 2018;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público n.º 001/2019-Issem para o provimento de cargos pertencentes ao quadro de pessoal do Issem;

CONSIDERANDO a solicitação de reposicionamento efetuada na data de 11 de agosto de 2020, pela candidata Priscila Cristiny de Araujo Silva Miranda, que fora nomeada pela Portaria nº 244/2020, publicada em 5 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR e CONVOCAR o seguinte candidato:

Cargo		
Inscrição	Candidato	Classif.
Técnico em Contabilidade:		
46365-5	CRISTINI SCHNEIDER BENDER DA CRUZ	3º

Art. 2º O candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste ato de nomeação, para comparecer, pessoalmente ou por intermédio de procurador habilitado, mediante procuração com poderes específicos, pública ou particular com firma reconhecida em cartório, ao setor de Recursos Humanos do Issem, situado na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Vila Baependi, Cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP n.º 89.256-000, no horário compreendido das 8 h às 12 h e das 13 h às 16 h, para apresentação e entrega de cópia dos documentos abaixo relacionados, autenticados ou acompanhados dos originais:

I – 2 (duas) fotografias 3X4 recentes;

II – Carteira de Identidade (RG);

- III – Cadastro da Pessoa Física (CPF);
IV – Título de Eleitor e comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais (crimes eleitorais e quitação eleitoral – www.tse.gov.br);
V – Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
VI – Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos;
VII – Atestado de vacinação dos filhos menores de 14 (catorze) anos;
VIII – Carteira de reservista para os nomeados do sexo masculino;
IX – Comprovação de quitação com as obrigações militares;
X – Comprovação do nível de escolaridade exigido nos termos do Edital de Concurso n.º 01/2019 até a data da posse;
XI – Comprovação de estar regularmente registrado no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso (comprovante de registro e certidão negativa de débitos);
XII – Comprovante de endereço.
XIII – Comprovação de nacionalidade brasileira, para os naturalizados;
XIV – Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
XV – PIS/PASEP;
XVI – Certidão de tempo de serviço que tenha prestado a outros órgãos para os quais não havia necessidade de registro em carteira profissional;
XVII – Cópia da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) do regime geral de previdência social (RGPS), quando couber;
XVIII – Declaração de bens conforme Anexo I desta Portaria, podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
XIX – Declaração de acumulação de cargo, emprego ou função na Administração Pública Municipal, Estadual e/ou Federal, conforme o Anexo II desta Portaria;
XX – Certidão negativa de ações cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e Federal do Estado de Santa Catarina e do Estado de residência atual do candidato;
XXI – Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas na lei de improbidade administrativa e/ou não ter sido condenado em processo disciplinar no exercício de função pública, conforme Anexo III desta Portaria, e Certidão do Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br);
XXII – Declaração de não participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não e de não exercer comércio, conforme Anexo IV desta Portaria;
XXIII – Declaração de percepção de aposentadoria decorrente do exercício de função pública, conforme Anexo V desta Portaria;
XXIV – Comprovação de aptidão de saúde física e mental de capacidade laboral, através de laudos médicos e exames laboratoriais particulares, custeados pelo candidato nomeado, necessários para o exercício do cargo, quais sejam:
a) hemograma, realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
b) glicemia de jejum (realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias);
c) sorologia para Lues (realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias);
d) parcial de urina (realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias);
e) RX do Tórax (realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias);
f) avaliação cardiológica, com eletrocardiograma (ECG) e laudo aos candidatos com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos, realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
g) preventivo ginecológico, para o sexo feminino, realizado no prazo máximo de 10 (dez) meses ou comprovante de andamento;
h) preventivo de próstata, para o sexo masculino acima de 40 (quarenta) anos, realizado no prazo máximo de 10 (dez) meses ou comprovante de andamento;
i) esquema antitetânico em dia ou iniciado na ocasião;
j) vacina anti-rubéola;
k) vacina anti-hepatite, aos profissionais da área da saúde.

Art. 3º Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais nomeados neste edital também deverão apresentar laudo e/ou atestado médico atualizado, emitido há menos de 30 (trinta) dias, identificando o tipo de deficiência ou disfunção.

Art. 4º Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento acima relacionado acarretará o não cumprimento dos termos desta Portaria de Nomeação.

Art. 5º Apresentados os documentos acima relacionados, o candidato será encaminhado ao Médico do Trabalho, o qual poderá solicitar exames complementares.

Art. 7º A prorrogação prevista na LC nº 154/2014, Art. 16, § 1º, só poderá ser requerida pelo candidato mediante pedido fundamentado que justifique a postergação do prazo, a qual será decidida a critério da administração.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul/SC, em 11 de agosto de 2020.

MÁRCIO ERDMANN
Presidente do Issem

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE BENS

NOME: _____

CÉDULA DE IDENTIDADE Nº: _____ CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) Nº _____

CARGO: _____

DISCRIMINAÇÃO DOS BENS:

Discriminação	Valor da aquisição	Valor atual

() NÃO POSSUO BENS

Declaro que as informações aqui contidas são expressão da verdade.

Data: ____/____/____.

Assinatura: _____

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICOS

Nome: _____

Identidade: _____ CPF: _____

Cargo: _____

Acumula cargo, emprego, proventos ou função pública? _____							
							(Sim ou Não)
Se positivo, prestar as informações seguintes:							
Informações sobre cargo, emprego ou função pública:							
Nome do cargo/ emprego/ função pública:							
Data de ingresso:							
Órgão/Entidade:							
Carga horária mensal:							
Verificação da compatibilidade de horários:							
Cargo/ Emprego/ Função púb.	Horário						
	DOM.	SEG.	TER.	QUA.	QUI.	SEX.	SÁB.
	/	/	/	/	/	/	/
	/	/	/	/	/	/	/
	/	/	/	/	/	/	/
	/	/	/	/	/	/	/
Declaração							
Estou ciente da proibição de acumulação de cargos, empregos e funções dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, incluindo-se autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista.							

Estou ciente de que qualquer omissão constitui presunção de má-fé, razão pela qual ratifico que a presente declaração é verdadeira, haja vista que constitui crime, previsto no Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com finalidade de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE NÃO IMPROBIDADE OU PROCESSO DISCIPLINAR

Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para fins de empossamento no cargo público de _____, junto ao Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, para o qual fui aprovado através do Concurso Público nº 01/2019, NÃO HAVER sofrido as penalidades previstas na lei de improbidade administrativa e/ou NÃO HAVER sido condenado em processo disciplinar, no exercício de cargo, emprego ou função pública

Declaro que as informações aqui contidas são expressão da verdade.

Data: ____/____/____.

Assinatura: _____

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADE PRIVADA

Nome: _____

Identidade: _____ CPF: _____

Cargo: _____

Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais

DECLARO, nos termos dos artigos 18, inciso III, e 174, inciso XVI, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, NÃO participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não e NÃO exercer comércio, a partir de minha posse no cargo que passarei a exercer neste Município, sob pena prevista no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 20____.

Assinatura

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PERCEPÇÃO DE APOSENTADORIA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para fins de empossamento no cargo público de _____, junto ao Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, para o qual fui aprovado através do Concurso Público nº 01/2019, que:

() Não sou aposentado até a presente data.

() Percebo proventos de aposentadoria, decorrentes do exercício do cargo/emprego/função pública de _____ pelo órgão _____ desde ____/____/____.

Declaro que as informações aqui contidas são expressão da verdade.

Data: ____/____/____.

Assinatura: _____

PORTARIA SAMAE JSU Nº 487/2020

Publicação Nº 2598715

PORTARIA SAMAE JSU Nº 487/2020
Designa Servidores para exercer a função de
Gestor e Fiscal de contratos.

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores CARLOS JOELCY ENGEL, matrícula 757, ocupante do cargo de Diretor de Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana, para desempenhar a função de GESTOR, e, JOEL FRACETTO MARTINS VELHO, matrícula 422, ocupante cargo de provimento em comissão de Coordenador de Infraestrutura e Instalações Operacionais de Drenagem Urbana, para desempenhar a função de FISCAL dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	CONTRATADA
Contrato nº 206/2020 de 28 de julho de 2020, tem como origem o Pregão nº 070/2020 objetivando o fornecimento de tubos de concreto.	Concreplan Artefatos de Concreto Ltda
Contrato nº 207/2020 de 28 de julho de 2020, tem como origem o Pregão nº 070/2020 objetivando o fornecimento de tubos de concreto.	Santa Helena Industrial Ltda
Contrato nº 208/2020 de 28 de julho de 2020, tem como origem o Pregão nº 070/2020 objetivando o fornecimento de tubos e conexões.	Suiça Transportes Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de junho 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 491/2020

Publicação Nº 2598717

PORTARIA SAMAEJSU Nº 491/2020

Concede gozo de Licença Prêmio

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o período aquisitivo de 27 de junho de 1989 a 26 de junho de 1999.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 1º de agosto de 2020, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal NEROMAR JOSE MARTINS, matrícula 171, ocupante do cargo de Operador de Eta/Ete.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 16 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 492/2020

Publicação Nº 2598719

PORTARIA SAMAEJSU Nº 492/2020
Concede gozo de Licença Prêmio

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o período aquisitivo de 14 de março de 2003 a 10 de março de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 1º de agosto de 2020, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal PLINIO LUIZ CAPITANI, matrícula 393, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 16 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 493/2020

Publicação Nº 2598721

PORTARIA SAMAEJSU Nº 493/2020
Concede Gozo de Férias

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
Cildo Raymundo Demschinski – Diretoria Administrativa	434	13/03/2020 a 12/03/2020	03/08/2020 a 12/08/2020	10	X
Giovani Denilson Spezia – Diretoria Técnica	624	16/03/2020 a 15/03/2020	03/08/2020 a 12/08/2020	10	X
Adair Schug – Diretoria Administrativa	755	19/09/2019 a 18/09/2020	03/08/2020 a 12/08/2020	10	X

Olavo Kisner – Diretoria Administrativa	419	01/03/2019 a 29/02/2020	03/08/2020 a 12/08/2020	10	X
---	-----	-------------------------	-------------------------	----	---

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU N° 494/2020

Publicação N° 2598723

PORTARIA SAMAEJSU N° 494/2020
Concede gozo de Licença Prêmio

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n° 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar N°. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal n° 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o período aquisitivo de 12 de abril de 2012 a 10 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 1º de agosto de 2020, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal WILMAR JORGE BERLINTES DE MACEDO RIBAS, matrícula 378, ocupante do cargo de Encanador.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 16 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU N° 495/2020

Publicação N° 2598724

PORTARIA SAMAEJSU N° 495/2020
Afastamento de Servidor para cumprir medida de isolamento domiciliar

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, estabelece que as perícias para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, deverão ser agendadas como Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 30 de julho de 2020, solicitando afastamento de 7 dias, reavaliado para 4 dias;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para cumprir medida de isolamento domiciliar, o Servidor JOSÉ ROBERTO REINERT, matrícula 577, ocupante do Cargo

efetivo de Pedreiro, lotado na Diretoria de Obras, no período de 30 de julho a 2 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 3 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 496/2020

Publicação Nº 2598726

PORTARIA SAMAEJSU Nº 496/2020

Retifica Portaria de Afastamento de Servidor para tratamento da própria saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, estabelece que as perícias para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, deverão ser agendadas como Perícia Documental;

CONSIDERANDO reavaliação do atestado médico, realizada no dia 31 de julho de 2020 pela Junta Médica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria SAMAEJSU Nº 481/2020 de 28 de julho de 2020, na forma que segue:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor DARLES DUMKE, matrícula 777, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Operações Hidráulicas, lotado na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água - Diretoria de Obras, no período de 24 a 29 de julho de 2020. LEIA-SE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor DARLES DUMKE, matrícula 777, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Operações Hidráulicas, lotado na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água - Diretoria de Obras, no período de 24 a 31 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 24 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 3 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 497/2020

Publicação Nº 2598727

PORTARIA SAMAEJSU Nº 497/2020

Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 25 de julho de 2020, solicitando afastamento de 7 dias;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, a Servidora PAMELA BONA, matrícula 756, ocupante do Cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Obras, no período de 25 a 31 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 3 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 498/2020

Publicação Nº 2598728

PORTARIA SAMAEJSU Nº 498/2020

Afastamento de Servidor para cumprir medida de isolamento domiciliar

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 3 de agosto de 2020, solicitando afastamento de 7 dias, reavaliado para 1 dia;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para cumprir medida de isolamento domiciliar, o Servidor EDSON JOSÉ LOURENÇO, matrícula 531, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água – Diretoria de Obras, no dia 3 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 4 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 499/2020

Publicação Nº 2598729

PORTARIA SAMAEJSU Nº 499/2020

Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos nos dias 27 e 31 de julho de 2020, solicitando afastamento de 9 dias;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor MARCOS ROBERTO BARABAS, matrícula 772, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Operações Hidráulicas, lotado na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água da Diretoria de Obras, no período de 26 de julho a 3 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 4 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 500/2020

Publicação Nº 2598732

PORTARIA SAMAEJSU Nº 500/2020
Concede gozo de Licença Prêmio

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o teor do Memorando 1072/Samae de 5 de agosto de 2020 emitido pela Coordenadoria do Setor de Recursos Humanos;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período aquisitivo de 06 de janeiro de 2011 a 04 de janeiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 10 de agosto de 2020, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal SERGIO GARGHETTI, matrícula 354, ocupante do cargo de Operador de Eta/Ete.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 25 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 501/2020

Publicação Nº 2598733

PORTARIA SAMAEJSU Nº 501/2020
Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 27 de julho de 2020, solicitando afastamento de 2 dias;

CONSIDERANDO a Reavaliação da Junta Médica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor DANILO PATERNO, matrícula 597, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Operações Hidráulicas, lotada na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água da Diretoria de Obras, no período de 27 de julho a 4 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 5 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 502/2020

Publicação Nº 2598734

PORTARIA SAMAEJSU Nº 502/2020

Designa Comissão para Homologação de Sistema Ponto e Acesso Eletrônico

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar nº 220/2018; e,

CONSIDERANDO o memorando 1062/2020/SAMAE de 3 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, os servidores ADRIANO DE BRITO MACHADO, SUZANA KARINA STRICKER e MADELINE TESSER para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão com a finalidade de realizar teste de homologação do sistema ponto e acesso eletrônico a ser licitado através da Tomada de Preços nº 069/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de agosto de 2020.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 5 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 503/2020

Publicação Nº 2598735

PORTARIA SAMAEJSU Nº 503/2020

Prorrogação de prazo

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO O Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020 que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13.709, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13.723, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no município de Jaraguá do Sul e dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13.731, de 25 de março de 2020, que trata das questões administrativas internas e concede férias coletivas por 10 (dez) dias;

CONSIDERANDO as recentes e significativas altas nos números de infectados pelo coronavírus no município, gerando a necessidade de fortalecer as medidas de isolamento entre os servidores do Samae, por meio da adoção de férias, licença prêmio e home office a uma quantidade expressiva de servidores;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a partir do dia 6 de agosto até 31 de agosto de 2020, o prazo de SUSPENSÃO dos processos administrativos, nos

termos da Portaria SAMAEJSU Nº 474/2020 de 24 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de agosto de 2020.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 5 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 504/2020

Publicação Nº 2598736

PORTARIA SAMAEJSU Nº 504/2020
Concede Gozo de Férias

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores, solicito Portaria de férias conforme abaixo relacionado:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
Anna Korolova – Diretoria Administrativa	736	25/04/2019 a 24/04/2020	19/08/2020 a 28/08/2020	10	X
Leonardo Tasso – Diretoria Administrativa	585	30/04/2017 a 29/04/2018	19/08/2020 a 28/08/2020	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 6 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 505/2020

Publicação Nº 2598737

PORTARIA SAMAE JSU Nº 505/2020
Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obra para desempenhar a função de GESTOR, e, LUAN ARIEL FREISLEBEN, matrícula 674, ocupante do cargo de Assessor de Apoio Técnico para desempenhar a

função de FISCAL, do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 150/2020 de 1º de junho de 2020, que tem como origem a Tomada de Preços nº 038/2020, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de barrilete de estação de recalque de água tratada, com fornecimento total de material e mão de obra, em conformidade com o termo de referência, planilhas orçamentárias/quantitativas.	Sul Vale Construtora de Obras Ltda.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SAMAE JSU Nº 324/2020 de 3 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 506/2020

Publicação Nº 2598738

PORTARIA SAMAE JSU Nº 506/2020
Designa Servidor para Exercer a Função de
Gestor e Fiscal de Contrato.

A DIRETORA PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras para desempenhar a função de GESTOR, e, JAIME CHRAST JUNIOR, matrícula 658, ocupante do Cargo de Coordenador de Eletromecânica e Automação para desempenhar a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 209/2020 de 3 de agosto de 2020, que tem como origem o Pregão nº 071/2020, objetivando a aquisição de rádio modem.	Alfacomp Automação Industrial Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 507/2020

Publicação Nº 2598739

PORTARIA SAMAE JSU Nº 507/2020
Designa Servidor para Exercer a Função de
Gestor e Fiscal de Contrato.

A DIRETORA PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras para desempenhar a função de GESTOR, e, LAERCIO DA ASSUNÇÃO LAET, matrícula 427, ocupante do Cargo de Supervisor de Restauração de Vias para desempenhar a função de FISCAL dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 210/2020 de 3 de agosto de 2020, que tem como origem o Pregão Presencial nº 072/2020, objetivando a aquisição de lajota sextavada, paver, meio fio de concreto e tijolo de concreto.	Jaraguá Artefatos de Cimento Ltda
Contrato nº 211/2020 de 3 de agosto de 2020, que tem como origem o Pregão Presencial nº 072/2020, objetivando a aquisição de piso de concreto e lajota estriada.	Pré Fabricados São João Ltda. ME

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 508/2020

Publicação Nº 2598741

PORTARIA SAMAE JSU Nº 508/2020

Retificar Portaria que Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria SAMAEJSU nº 407/2020 de 2 de julho de 2020, na forma que segue:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Designar o servidor CLEBER FERNANDES DE OLIVEIRA, matrícula 383, ocupante do Cargo de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto para desempenhar a função de GESTOR, CESAR DECKER, matrícula 436, ocupante da Função Gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Esgoto, e, SIRO BENEDITO PINHEIRO, matrícula 458, ocupante da Função Gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenhar a função de FISCAL, para os equipamentos a serem utilizados para o tratamento da ÁGUA, do Contrato abaixo relacionado.

LEIA-SE:

Art. 1º Designar o servidor CLEBER FERNANDES DE OLIVEIRA, matrícula 383, ocupante do Cargo de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto para desempenhar a função de GESTOR, CESAR DECKER, matrícula 436, ocupante da Função Gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Esgoto, e, SIRO BENEDITO PINHEIRO, matrícula 458, ocupante da Função Gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Esgoto, para desempenhar a função de FISCAL, do Contrato abaixo relacionado.

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 187/2020 de 26 de junho de 2020, que tem como origem a Inexigibilidade de Licitação nº 060/2020, objetivando a aquisição de sensor de processo e peças para manutenção preventiva e calibração de equipamento.	Hexis Científica Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 6 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

RESOLUÇÃO Nº01/2020/CMD

Publicação Nº 2599398

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONTROLE SOCIAL – ÓRGÃOS COLEGIADOS
CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD

RESOLUÇÃO Nº01/2020/CMD.

Institui as Sessões Plenárias e Deliberações do CMD de forma remota em tempos de restrições para reuniões determinado pelo Estado de Pandemia.

O Conselho Municipal de Desportos - CMD, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 6.946/14, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 05 de agosto de 2020 e;

CONSIDERANDO o surto de COVID-19, declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que resultou na edição da Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, no Decreto Legislativo Nº 06/2020, de 20/03/2020, declarando situação de calamidade pública no território brasileiro;

CONSIDERANDO que o Estado de Santa Catarina editou diversos atos sobre a pandemia, havendo ênfase nos Decretos Nºs 509/2020, 515/2020, 525/2020, 562/2020 e 630/2020;

CONSIDERANDO que o Município de Jaraguá do Sul, também visando regulamentar a matéria envolvida com a pandemia, editou, dentre outros, os Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, 13.715/2020, 13.723/2020 e 13.729/2020;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação e/ou cancelamento de assembleias, reuniões presenciais e eventos com aglomerações de pessoas como medidas restritivas;

CONSIDERANDO as medidas adotadas pelo governo do Estado de Santa Catarina e pela Administração Municipal no combate a pandemia que se instala no país;

CONSIDERANDO que a Administração pública determinou que as reuniões devem ser realizadas prioritariamente com uso de meios eletrônicos e não de forma presencial;

CONSIDERANDO os riscos sanitários aos quais estarão sujeitos os membros deste Conselho, em caso de realização de reuniões presenciais durante a emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO a relevância da continuidade dos trabalhos deliberativos deste Conselho, notadamente aqueles indispensáveis para normatizar procedimentos;

CONSIDERANDO que medidas assemelhadas foram adotadas no âmbito dos órgãos de deliberação coletiva municipal, estadual e federal; e

CONSIDERANDO a necessidade de manter as Deliberações em Plenárias para o bom funcionamento do esporte na cidade diante de aprovações de entidades esportivas e de planos de trabalho no município pelo CMD, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância nacional relacionada ao novo coronavírus (COVID-19),

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído as sessões plenárias do CMD de forma remota enquanto atendidos pelos decretos e restrições por conta da Pandemia de COVID-19.

Art. 2º A utilização do sistema digital será determinada pela Presidente do Conselho, para viabilizar o funcionamento da Plenária Virtual durante a emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus (Covid-19).

§ 1º A Presidente do Conselho determinará que as deliberações presenciais sejam retomadas tão logo se torne possível o deslocamento dos conselheiros e a realização de Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões de forma, a seu juízo, compatíveis com as recomendações dos órgãos públicos competentes.

Art. 3º As Sessões Plenárias realizadas por meio virtual serão consideradas deliberativas extraordinárias do Conselho, em cuja ata será informada que as deliberações foram tomadas em ambiente de reunião virtual.

Art. 4º As Sessões Plenárias Virtuais deverão ser convocadas com antecedência mínima de 48 horas, encaminhada juntamente com a Pauta, conforme determina o Art. 23 do Regimento Interno do CMD (Decreto nº 10.858/2016, de 06 de maio de 2016).

Art. 5º O sistema digital terá como base uma ou mais plataformas que permitirão o debate com áudio e vídeo entre os conselheiros, observadas as seguintes diretrizes para deliberações:

I – o processo de votação, a totalização dos votos e o registro dos resultados de votação proclamados serão transcritos em ata pela 1ª Secretária do Conselho ou, em sua ausência, pela 2ª Secretária do Conselho ou ainda na ausência de ambas, será indicada a secretaria ad hoc na sessão;

II – o sistema digital deverá, necessariamente, funcionar também em smartphones que utilizem sistemas operacionais iOS ou Android para fins de votação e participação por áudio e vídeo nas Sessões Plenárias;

III – o sistema de deliberação digital deverá permitir o acesso simultâneo de todos os conselheiros, sob o comando direto da Presidente do Conselho;

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

CLEIDE MOSCA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº02/2020/CMD

Publicação Nº 2599399

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONTROLE SOCIAL – ÓRGÃOS COLEGIADOS
CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD

RESOLUÇÃO Nº02/2020/CMD.

Dispõe sobre o pedido de concessão do Certificado de Registro de Entidade Esportiva – CRED, do Clube Escolar Evangélico Jaraguá

O Conselho Municipal de Desportos - CMD, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 6.946/14, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 05 de agosto de 2020 e;

Considerando a Lei Municipal 6.946/2014, art. 2º, XII, que reestrutura o Conselho Municipal de Desportos e dá outras providências;

Considerando a Sessão Plenária do dia 03 de outubro de 2018, onde foi deliberado a resolução que dispõe sobre a regulamentação para concessão e renovação do Certificado de Registro de Entidade Desportiva – CRED.

Considerando a documentação entregue pelo Clube Escolar Evangélico Jaraguá, em cumprimento à Resolução nº11/2019/CMD.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a concessão do Certificado de Registro de Entidade Esportiva – CRED, ao Clube Escolar Evangélico Jaraguá.

Art. 2º – O Certificado de Registro de Entidade Esportiva – CRED, do Clube Escolar Evangélico Jaraguá, terá validade até 05 de agosto de 2022.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

CLEIDE MOSCA
Presidente do Conselho Municipal de Desportos – CMD

RESOLUÇÃO Nº03/2020/CMD

Publicação Nº 2599400

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONTROLE SOCIAL – ÓRGÃOS COLEGIADOS
CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD

RESOLUÇÃO Nº03/2020/CMD.

Dispõe sobre o pedido de concessão do Certificado de Registro de Entidade Esportiva – CRED, do Associação Desportiva Jaraguá

O Conselho Municipal de Desportos - CMD, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 6.946/14, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 05 de agosto de 2020 e;

Considerando a Lei Municipal 6.946/2014, art. 2º, XII, que reestrutura o Conselho Municipal de Desportos e dá outras providências;

Considerando a Sessão Plenária do dia 03 de outubro de 2018, onde foi deliberado a resolução que dispõe sobre a regulamentação para concessão e renovação do Certificado de Registro de Entidade Desportiva – CRED.

Considerando a documentação entregue pela Associação Desportiva Jaraguá, em cumprimento à Resolução nº11/2019/CMD.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a concessão do Certificado de Registro de Entidade Esportiva – CRED, a Associação Desportiva Jaraguá.

Art. 2º – O Certificado de Registro de Entidade Esportiva – CRED, da Associação Desportiva Jaraguá, terá validade até 05 de agosto de 2022.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

CLEIDE MOSCA

Presidente do Conselho Municipal de Desportos – CMD

RESOLUÇÃO Nº04/2020/CMD

Publicação Nº 2599401

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONTROLE SOCIAL – ÓRGÃOS COLEGIADOS
CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD

RESOLUÇÃO Nº04/2020/ CMD

Dispõe sobre substituição de conselheiros em comissões permanentes.

O Conselho Municipal de Desportos - CMD, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 6.946/14, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 05 de agosto de 2020 e;

Considerando a Lei Municipal 6.946/2014 que reestrutura o Conselho Municipal de Desportos e dá outras providências;

Considerando a posse dos Conselheiros titulares e suplentes, representantes do poder público e sociedade civil, para gestão 2018/2020, conforme portaria nº615/2018;

Considerando o Regimento Interno do CMD, Capítulo IV das Comissões, Art. 56, "Para estudo dos assuntos de competência do Conselho Municipal de Desportos – CMD, serão constituídas as seguintes comissões: I Comissão de Legislação e Normas; II Comissão de Análise de Projetos e Planos de Trabalho; III Comissão de Fiscalização; IV Comissão de Eventos, Cursos e Treinamentos."

Considerando o Ofício 016/2020/SEMED recebido, que designa Djeniffer Drombrowicz Vasques como Conselheira Titular em substituição à Josiane Cristina de Freitas como representante Governamental no CMD.

Considerando o Ofício 022/2020/ APAE recebido, que designa Heloísa Vogel como Conselheira Titular em substituição à Andriely Thyliny Broetto Pint como representante das Entidades, Associações ou Clubes Esportivos de Jaraguá do Sul no CMD.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a substituição da conselheira Josiane Cristina de Freitas, pela conselheira Djeniffer Drombrowicz Vasques na Comissão Permanente de Legislação e Normas do CMD.

Art. 2º – Aprovar a substituição da conselheira Andriely Thyliny Broetto Pint, pelo conselheiro Anderson Lemos na Comissão Permanente de Eventos, Cursos e Treinamentos do CMD.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2020.

CLEIDE MOSCA

Presidente do Conselho Municipal de Desportos – CMD

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 087/2020

Publicação Nº 2599236

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 087/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 12/08/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 25/08/2020 às 08 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur

Diretora Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 088/2020

Publicação Nº 2599237

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 088/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS MICROBIOLÓGICOS PARA REALIZAR ANÁLISES DE ÁGUA IN NATURA, ÁGUA TRATADA E EFLUENTES.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 12/08/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 31/08/2020 às 08 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur

Diretora Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

COMUNICADO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2599485

COMUNICADO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Joaçaba, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Dioclésio Ragnini, em decorrência de solicitação de munícipes e cumprimento ao disposto durante o transcurso da AUDIÊNCIA PÚBLICA, cujo objeto era apresentação de proposta do Plano Diretor COMUNICA E ESTABELECE os seguintes prazos para protocolo de manifestações:

1. As manifestações sobre proposta do Plano Diretor e do Código de Posturas apresentada na Audiência Pública do dia 29 de Julho de 2020 deverão ser protocolizadas junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, até dia 17 de agosto de 2020, das 13h às 19h ou até a mesma data através do link: <https://planejamentourbano.cincatarina.sc.gov.br/?municipio=joacaba>

2. As manifestações sobre proposta das leis de Uso e Ocupação do Solo e Parcelamento do solo apresentada na Audiência Pública do dia 07 de Agosto de 2020 deverão ser protocolizadas junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, até dia 08 de setembro de 2020, das 13h às 19h ou até a mesma data através do link: <https://planejamentourbano.cincatarina.sc.gov.br/?municipio=joacaba>

Assunto	Manifestação até:
Plano Diretor e Código de Posturas	17 de agosto de 2020
Uso e Ocupação do Solo e Parcelamento do Solo	08 de setembro de 2020

Salientamos da importância da participação da população nesta fase do processo na forma preconizada no Estatuto da Cidade.

Joaçaba, 11 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 5.994-A DE 30 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2599081

DECRETO Nº 5.994-A DE 30 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE O RECESSO ESCOLAR AOS PROFESSORES E SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2020, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido como recesso escolar constante no calendário do ano de 2020 da Secretaria Municipal de Educação o período de 10 a 14 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

JOAÇABA(SC), em 30 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 6.007 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599997

DECRETO Nº 6.007 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.314 DE 30/12/19 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 92.939,82 (noventa e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por

conta do superávit financeiro do exercício anterior para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 1.113 CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO DO ABRIGO FREI BRUNO

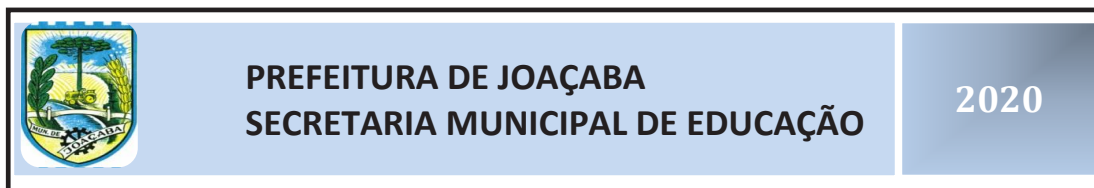
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0. 3.00.0000 - R\$ 92.939,82 (2)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 11 de agosto de 2020.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 01/2020 – SME
Publicação Nº 2599268**DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL
Nº 01/2020 – SME**

O Prefeito do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública a divulgação da **classificação final** do Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 01/2020 – SME:

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Jackson Luiz de Araujo	30/12/1984	9,0
2	Francieli Mello Ferri	27/10/1981	6,0

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

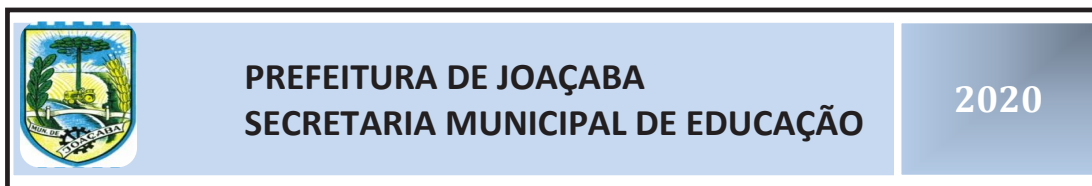
CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Sonia Sttoffel de Souza	24/07/1975	6,0
2	Greyce Thaise Roseanelli Giacomozzi	11/02/1993	3,5
3	Marcio Paiva	09/10/1978	3,0

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Fernanda Levinski	15/06/1990	4,5
2	Neide Santana	26/02/1974	4,0
3	Adriano de Matos Rosa da Silva	05/03/1984	3,5
4	Jordani dos Santos Pereira Bortolossi	07/05/1996	2,5
5	Monica Pozzebon	05/06/1972	2,0
6	Gezlaine Alves de Almeida	26/12/1984	1,5
7	Daiane Ramos	16/05/1996	1,0

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Djwilly Kanaã Rosa da Silva	04/12/1986	3,0



PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Eder Jardel da Silva Dutra	27/08/1981	11,0
2	Leandro Reginaldo Maxinino Lelis	19/11/1987	8,0
3	Rosane Maria Sumny	13/01/1966	3,0
4	Ademir Nunes dos Santos	08/01/1976	3,0
5	Ricardo Sczibor	22/03/1993	3,0
6	Sarah Gonçalves Rocha	22/05/1995	1,5

PROFESSOR DE HISTÓRIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Luiz Eduardo Pinto Barros	01/10/1985	7,0
2	Camila Alves Pereira	02/11/1993	4,5
3	Fernando Silva Wasen	06/09/1985	3,5
4	Danieli Schlemmer	17/12/1979	3,0
5	Luciano Froguel	09/03/1998	3,0

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Almiro de Oliveira	13/01/1979	5,0
2	Marcelo Francisco Girardo	06/04/1984	2,0
3	Rafael Pablo Massocato	05/04/1985	1,0

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Vandrea Pereira Cardoso dos Passos	27/07/1989	11,0
2	Simone Dalla Nora	10/08/1995	10,0
3	Suelen Aperecida Ferlin	15/05/1982	8,0
4	Cristiane Lima	12/06/1982	8,0
5	Roberta Gabriela Bucco	18/01/1991	8,0
6	Lorena Zacaron Parise	27/09/1985	7,5
7	Tania Lino Thibes	25/01/1991	7,0



PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

8	Luciana Schuler Roseguini	18/01/1976	6,5
9	Gelise Ciarnoski	13/05/1982	6,5
10	Thaiane Cristina Bonatto	07/01/1986	6,5
11	Marceli Jung Costa Beber	06/03/1986	6,5
12	Leticia de Fatima Gonçalves Tieppo	28/04/1987	6,5
13	Taize Conte	30/09/1987	6,5
14	Jurema Caricimi	16/12/1967	6,0
15	Leonilce Basotti	02/08/1970	6,0
16	Zelia Vicente de Amorim Antunes	21/11/1975	6,0
17	Monica Luckmann Gab	10/06/1976	6,0
18	Andreza Teixeira	26/03/1989	6,0
19	Larissa de Oliveira	15/03/1997	6,0
20	Ivete Teresinha Ferronato	22/08/1965	5,5
21	Sara Cardoso Feyh	30/08/1968	5,5
22	Juliana Cristina Chiesa	02/06/1989	5,5
23	Marcia Fattori Ceroni	13/11/1991	5,5
24	Joice Franciele Parolin de Carvalho	20/03/1994	5,5
25	Adilce Paloschi Trevisol	26/07/1960	5,0
26	Talita Milani Cordeiro	01/12/1985	5,0
27	Jaqueline Ruppenthal Bento	24/03/1991	5,0
28	Maiara Slaviero	28/04/1994	5,0
29	Maria Elizabete Alves	24/03/1955	4,5
30	Wedna Felix Paiva	17/05/1977	4,5
31	Silvana Aparecida de Oliveira	31/08/1978	4,5
32	Sonia de Oliveira dos Santos	11/03/1982	4,5
33	Priscila de Quadros	09/09/1985	4,5
34	Pâmela Rodrigues Olivo da Silva	01/09/1987	4,5
35	Fabiana Parolin Antes	29/06/1989	4,5
36	Mirian Severina Souza Marques	03/08/1993	4,5
37	Angela Aparecida Moreira da Silva	09/08/1966	4,0
38	Rosangela Maria Dalla Costa	04/04/1968	4,0
39	Olivia Xavier	10/06/1968	4,0
40	Arlate Gelati	29/01/1969	4,0
41	Andrea da Cruz Moreira	23/06/1973	4,0
42	Neide Santana	26/02/1974	4,0
43	Denyse Carleti	08/09/1975	4,0
44	Andrea Schmidt Cardozo da Silva	14/10/1978	4,0
45	Marta de Oliveira	24/03/1981	4,0
46	Gilse Pinto Ribeiro	07/03/1982	4,0
47	Luciane Cunha	10/08/1984	4,0



PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

48	Ronaldo Pasinatto	05/03/1985	4,0
49	Marinalda de Fátima Vieira Sartori	15/03/1985	4,0
50	Maira Galdino	27/11/1990	4,0
51	Andréia Teixeira Estrovispy	10/12/1990	4,0
52	Mariah Nina Belló Belotto	10/01/1992	4,0
53	Mônica Caroline Moreira Müller	05/02/1994	4,0
54	Mari Sirene de Matos da Luz	15/02/1965	3,5
55	Sandra Vaccari	21/07/1971	3,5
56	Lilian Cristine Moreira	12/10/1973	3,5
57	Raquel Pelissari Katschor	04/10/1984	3,5
58	Alexandra Aparecida Rigo	01/08/1987	3,5
59	Joseane de Oliveira Prestes Abatti	17/12/1987	3,5
60	Kelly Daiane de Oliveira	29/05/1988	3,5
61	Lucilene Aparecida Fernandes	17/08/1989	3,5
62	Noemi Luciane Pereira Bertoldo	31/07/1977	3,0
63	Daiana Alves de Campos Marcante	28/09/1988	3,0
64	Elizandra Fatima Machajewski	01/04/1989	3,0
65	Shirlei Iara Moreira	10/11/1983	2,5
66	Marta Behrend Rocha	24/03/1963	2,0
67	Charlene Almeida	12/04/1983	2,0
68	Daniele Angelina Pedrotti	07/12/1974	1,5
69	Cristina David Ramos	13/06/1976	1,5
70	Rodrigo Walter Mattes	29/04/1979	1,5
71	Franciane Terlan	12/09/1981	1,5
72	Nilce Aparecida Pinto Ribeiro Klagenberg	03/06/1973	1,0
73	Angelica Bianchetti da Silva	21/06/1985	1,0
74	Danieli Conrado	02/01/1991	1,0

PROFESSOR PEDAGOGO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Simone Dalla Nora	10/08/1995	10,0
2	Karen Aline de Freitas Thomaz Savaris	03/06/1983	9,5
3	Suelen Aparecida Ferlin	15/05/1982	8,0
4	Roberta Gabriela Bucco	18/01/1991	8,0
5	Jessica Aparecida Chiamulera	25/07/1994	8,0
6	Cristiane Lima	12/06/1982	7,5
7	Lorena Zaccaron Parise	27/09/1985	7,5
8	Luiza Mattevi	03/10/1995	7,5



PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

9	Leticia de Fatima Gonçalves Tiepo	28/04/1987	7,0
10	Gelise Ciarnoski	13/05/1982	6,5
11	Thaiane Cristina Bonatto	07/01/1986	6,5
12	Tania Lino Thibes	25/01/1991	6,5
13	Jurema Caricimi	16/12/1967	6,0
14	Zelia Vicente de Amorim Antunes	21/11/1975	6,0
15	Monica Luckmamm Gab	10/06/1976	6,0
16	Giseli Borsoi	06/04/1988	6,0
17	Andreza Teixeira	26/03/1989	6,0
18	Larissa de Oliveira	15/03/1997	6,0
19	Ivete Terezinha Ferronato	22/08/1965	5,5
20	Sara Cardoso Feyh	30/08/1968	5,5
21	Vanessa Pereira da Costa	02/07/1985	5,5
22	Marcia Fattori Ceroni	13/11/1991	5,5
23	Joice Franciele Parolin de Carvalho	20/03/1994	5,5
24	Giseli Dondel	30/12/1995	5,5
25	Iara Hoffmann dos Santos	04/09/1971	5,0
26	Andrea Lange	20/10/1979	5,0
27	Juliana Aparecida Thomazi Samoura	25/09/1982	5,0
28	Taize Conte	30/09/1987	5,0
29	Daiana Alves de Campos Marcante	28/09/1988	5,0
30	Patrícia Aparecida Sbruzzi	23/04/1991	5,0
31	Maielen Nelzi da Silva	03/04/1992	5,0
32	Fernanda Krug	05/10/1994	5,0
33	Maria Elizabete Alves	24/03/1955	4,5
34	Denyse Carleti	08/09/1975	4,5
35	Sonia de Oliveira dos Santos	11/03/1982	4,5
36	Neusa Terezinha Fortes	02/06/1985	4,5
37	Pâmela Rodrigues Olivo da Silva	01/09/1987	4,5
38	Liciane Bulgarelli	13/02/1989	4,5
39	Fabiana Parolin Antes	29/06/1989	4,5
40	Lurdes Rodrigues dos Santos	23/02/1991	4,5
41	Mirian Severina Souza Marques	03/08/1993	4,5
42	Monica Caroline Moreira Muller	05/02/1994	4,5
43	Andressa Gerhardt Dala Lasta	23/06/1994	4,5
44	Maria de Fatima Bazei Merele	25/10/1696	4,5
45	Cloci Odete Dalla Vechia Baggio	06/02/1966	4,0
46	Arlete Gelati	29/01/1969	4,0
47	Cleusa de Lurdes Bernardi Genaro	01/05/1973	4,0
48	Vanice da Silva Bilhar da Silva	16/05/1978	4,0



PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

49	Rosemar Schaitel Pimentel	10/10/1978	4,0
50	Marta de Oliveira	24/03/1981	4,0
51	Luciane Cunha	10/08/1984	4,0
52	Marinalda de Fatima Vieira Sartori	15/03/1985	4,0
53	Angélica Bianchetti da Silva	21/06/1985	4,0
54	Priscila de Quadros	09/09/1985	4,0
55	Simone Welter	11/10/1986	4,0
56	Simone Resmini Nora	04/07/1989	4,0
57	Maira Galdino	27/11/1990	4,0
58	Maiara Vergani Savaris	30/06/1996	4,0
59	Mari Sirene de Matos da Luz	15/02/1965	3,5
60	Sandra Vaccari	21/07/1971	3,5
61	Andrea da Cruz Moreira	23/06/1973	3,5
62	Miranda Erica do Nascimento Bardin	09/01/1975	3,5
63	Juliana Kudreck Alves Meisterlin	02/06/1977	3,5
64	Silvana Aparecida de Oliveira	31/08/1978	3,5
65	Andreia Schmidt Cardozo da Silva	14/10/1978	3,5
66	Ivone Rodrigues de Souza Kaczur	26/01/1979	3,5
67	Luciana de Fatima Barbosa Pimentel	23/03/1979	3,5
68	Gisele Thais Neres Corso	28/08/1980	3,5
69	Vanessa Eliza Maziero	09/12/1982	3,5
70	Taviani Dirlei Teixeira Chies	26/12/1986	3,5
71	Josiane de Oliveira Prestes Abatti	17/12/1987	3,5
72	Lucilene Aparecida Fernandes	17/08/1989	3,5
73	Gisele Carla Paz	15/09/1989	3,5
74	Patricia Bottega	02/03/1991	3,5
75	Jaqueline Ruppenthal Bento	24/03/1991	3,5
76	Mariah Nina Bello Belotto	10/01/1992	3,5
77	Mayara Machado	21/03/1992	3,5
78	Lilian Piovesan	12/06/1996	3,5
79	Ana Maria Frizon Corso	17/06/1996	3,5
80	Olivia Xavier	10/06/1968	3,0
81	Marli Fatima dos Santos	11/04/1970	3,0
82	Marivete de Moraes Zarpelon	01/05/1970	3,0
83	Sandra Mara Pilatti Serena	08/09/1975	3,0
84	Wedna Félix Paiva	17/05/1977	3,0
85	Noemi Luciane Pereira Bertoloto	31/07/1977	3,0
86	Simone Schindler Batista	09/08/1981	3,0
87	Gisle Pinto Ribeiro	07/03/1982	3,0
88	Caroline Aparecida Barilli Guterres	05/12/1986	3,0



PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

89	Jeniffer dos Santos Lima	18/05/1987	3,0
90	Marciana Aparecida Rosa	08/12/1988	3,0
91	Karine Thays Ferreira Borba	15/01/1996	3,0
92	Francieli Placionete Pereira	24/10/1983	2,0
93	Marta Behrend Rocha	24/03/1963	1,5
94	Jane Pedroso Chaves	27/03/1980	1,5
95	Vaneza Franco da Silva	20/07/1983	1,5
96	Kelly Diane de Oliveira	29/05/1988	1,5
97	Nilce Aparecida Pinto Ribeiro Klagenber	03/06/1973	1,0
98	Nadieli da Silva	06/02/1996	1,0

PROFESSOR PEDAGOGO DE ANOS INICIAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Isac Ferreira Lima	13/02/1994	19,0
2	Cristiani Salete da Silva Motta Muller	11/07/1980	11,5
3	Simone Dalla Nora	10/08/1995	10,0
4	Suélen Aparecida Ferlin	15/05/1982	8,0
5	Roberta Gabriela Bucco	18/01/1991	8,0
6	Lorena Zaccaron	27/09/1985	7,5
7	Luciana Schuler Roseguini	18/01/1976	6,5
8	Monica Luckmann Gab	10/06/1976	6,0
9	Neide Maria David de Azevedo	18/03/1968	5,5
10	Márcia Fattori Ceroni	13/11/1991	5,5
11	Joice Franciele Parolin de Carvalho	20/03/1994	5,5
12	Giseli Dondel	30/12/1995	5,5
13	Glasiele de Oliveira Prestes	13/08/1981	5,0
14	Elaine Rodrigues	11/12/1981	5,0
15	Maielen Nelzi da Silva	03/04/1992	5,0
16	Tayla Regina de Bairo	28/10/1994	5,0
17	Ana Raquel Marcon	23/11/1971	4,5
18	Neusa Terezinha Fortes	02/06/1985	4,5
19	Lurdes Rodrigues dos Santos	23/02/1991	4,5
20	Mirian Severina Souza Marques	03/08/1993	4,5
21	Angela Aparecida Moreira da Silva	09/08/1966	4,0
22	Neide Santana	26/02/1974	4,0
23	Andrea Lange	20/10/1979	4,0
24	Carina Buchali Marca	26/03/1980	4,0
25	Marta de Oliveira	24/03/1981	4,0



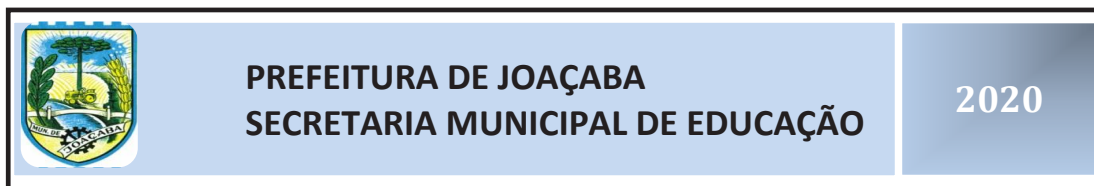
PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2020

26	Angelica Bianchetti da Silva	21/06/1985	4,0
27	Leticia de Fatima Gonçalves Tieppo	28/04/1987	4,0
28	Maira Galdino	27/11/1990	4,0
29	Emanuele Canalle	06/03/1991	4,0
30	Luiza Mattevi	03/10/1995	4,0
31	Cloci Odete Dalla Vechia Baggio	06/02/1966	3,5
32	Andrea da Cruz Moreira	23/06/1973	3,5
33	Juliana Kudreck Alves Meisterlin	02/06/1977	3,5
34	Luciana de Fatima Barbosa Pimentel	23/03/1979	3,5
35	Alexandra Aparecida Rigo	01/08/1987	3,5
36	Joseane de Oliveira Prestes Abatti	17/12/1987	3,5
37	Lucilene Aparecida Fernandes	17/08/1989	3,5
38	Gisele Carla Paz	15/09/1989	3,5
39	Olivia Xavier	10/06/1968	3,0
40	Marli Fatima dos Santos	11/04/1970	3,0
41	Andrea de Andrade	07/12/1972	3,0
42	Jeniffer dos Santos Lima	18/05/1987	3,0
43	Andrea Schimidt Cardozo da Silva	14/10/1978	1,5
44	Amanda Luzia Ferrandin	31/10/1990	1,5
45	Fabiana Aparecida Moreira Behrend	20/03/1976	1,0
46	Sonilei Aparecida Peroni Guarda	06/08/1979	1,0
47	Priscila de Quadros	09/09/1985	1,0
48	Jaqueline Elza Paganini Dorini	09/11/1985	1,0

PSICOPEDAGOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Tirlane Kuhn Hoffstatter	09/08/1981	7,5
2	Sonia Stoffel de Souza	24/07/1975	5,0
3	Carina Buchali Marca	26/03/1980	4,0
4	Emanuele Canalle	06/03/1991	4,0
5	Vanessa Eliza Maziero	09/12/1982	3,5
6	Marina Rech Marin	04/04/1993	3,0
7	Mirian Severina Souza Marques	03/08/1993	3,0

**AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS
1	Neri de Souza Almeida	2,5
2	Valério Sartori	1,5

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS
2	Simone Aparecida Moslinger Stefanos Bellan	1,5
1	Cinthia Ana Stefanos	1,0
3	Maria Lopes Schulka Marcanson	0,5

NÃO HOUVE CLASSIFICADOS PARA PROFESSOR DE ARTES

NÃO HOUVE CLASSIFICADOS PARA PROFESSOR DE INGLÊS

Joaçaba/SC, 11 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DIVULGAÇÃO DO PARECER RELATIVO AOS RECURSOS INTERPOSTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 01/2020 – SME

Publicação Nº 2599267

DIVULGAÇÃO DO PARECER RELATIVO AOS RECURSOS INTERPOSTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 01/2020 – SME

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da comissão especial nomeada para o Processo Seletivo Simplificado, Portaria nº 7.020/2020, torna público o parecer referente aos recursos apresentados em face da divulgação do resultado preliminar:

Número do processo de recurso	Fundamento recursal	Resultado
0003324/2020 0003336/2020 0003337/2020	Aduz que apresentou a documentação exigida e não constou em lista preliminar de classificação divulgada.	Conforme previsão no item 2.2. do Edital, a inscrição do candidato é condicionada à entrega/upload de todas as cópias dos documentos listados, além da entrega/upload dos anexos I e II, preenchidos e assinados. Candidato que não apresentou o anexo I no momento da inscrição, conforme verificado pela comissão. Recurso recebido e não provido.
0003342/2020 0003390/2020	Aduz que apresentou a documentação exigida e não constou em lista preliminar de classificação divulgada.	Conforme previsão no item 2.2. do Edital, a inscrição do candidato é condicionada à entrega/upload de todas as cópias dos documentos listados, além da entrega/upload dos anexos I e II, preenchidos e assinados. Candidato que não apresentou o anexo II no momento da inscrição, conforme verificado pela comissão. Recurso recebido e não provido.
0003331/2020 0003349/2020 0003386/2020	Aduz que apresentou a documentação exigida e não constou em lista preliminar de classificação divulgada.	Conforme previsão no item 2.2. do Edital, a inscrição do candidato é condicionada à entrega/upload de todas as cópias dos documentos listados, além da entrega/upload dos anexos I e II, preenchidos e assinados. Candidato que não apresentou os anexos I e II no momento da inscrição, conforme verificado pela comissão. Recurso recebido e não provido.
0003368/2020 0003373/2020 0003374/2020 0003384/2020	Aduz que apresentou a documentação exigida e não constou em lista preliminar de classificação divulgada.	Conforme previsão no item 2.2. do Edital, a inscrição do candidato é condicionada à entrega/upload de todas as cópias dos documentos listados, além da entrega/upload dos anexos I e II, preenchidos e assinados. Candidato que não apresentou os anexos I e II no momento da inscrição, conforme verificado pela comissão. Candidato que não comprovou os requisitos para o cargo, item 4.1.5. do Edital. Recurso recebido e não provido.
0003323/2020 0003332/2020 0003375/2020 0003381/2020	Aduz que apresentou a documentação exigida e não constou em lista preliminar de classificação divulgada.	Conforme previsão no item 2.2. do Edital, a inscrição do candidato é condicionada à entrega/upload de todas as cópias dos documentos listados, além da entrega/upload dos anexos I e II, preenchidos e assinados. Conforme verificado pela comissão, houve a apresentação dos documentos. Recurso recebido e provido.
0003393/2020 0003395/2020	Aduz que a pontuação dos seus títulos não foi concedida corretamente.	Após realização de conferência e nova somatória de títulos, foi acrescida a pontuação postulada. Recurso recebido e provido.
0003335/2020	Aduz que a pontuação dos seus títulos não foi concedida corretamente, bem como não foi considerada a experiência profissional comprovada.	Após realização de conferência e nova somatória de títulos, foi acrescida a pontuação postulada. A experiência profissional não era critério de classificação/desempate para os cargos de professor e psicopedagogo (itens 5.2. e 5.5.). Recurso recebido e parcialmente provido.

003326/2020	Aduz que não teve a correta pontuação, já que teria entregue a comprovação de duas formações complementares, item 5.2., "e" do quadro de pontuação.	Conforme previsão em Edital, item 5.2., a pontuação no item "e" estava condicionada à formação complementar, com carga horária mínima de 40h, não sendo aceita a soma de certificados para alcançar a carga horária mínima. Recurso recebido e não provido.
0003351/2020 0003370/2020 0003378/2020	Aduz que apresentou a documentação exigida e não constou em lista preliminar de classificação divulgada	Candidato que não preencheu os requisitos necessários para o cargo, item 4.5.1.3. do Edital, apresentação do número de registro no CREF. Recurso recebido e não provido.
0003358/2020	Aduz que os demais classificados não cumprem o item 4.5.1.6. do Edital, requerendo reclassificação.	Após conferência pela comissão, verificou-se que os demais candidatos classificados preenchem os requisitos listados em edital, item 4.5.1.6. Recurso recebido e não provido.
0070.002.298.0000078	Recurso enviado pela internet, solicitando revisão de pontuação, pois não foi considerada a experiência profissional comprovada.	Não foi observada a forma para interposição do recurso, prevista no edital (item 7.2.). A experiência profissional não era critério de classificação/desempate para os cargos de professor e psicopedagogo (itens 5.2. e 5.5.). Recurso recebido e não provido.

Joaçaba-SC, 11 de agosto de 2020.

Comissão Especial Processo Seletivo Simplificado 01/2020 - SME

EXTRATO PE 24/2020/FMAS

Publicação Nº 2599521

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2020/PMJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2020/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de madeiras, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura e dos órgãos participantes. Data da abertura: Dia 26/08/2020, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Forma de Julgamento: Menor preço por item. DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 26 de agosto de 2020. HORÁRIO LIMITE: até 13h15min. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 26 de agosto de 2020. HORÁRIO: às 13h30min. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou nos sites www.joacaba.sc.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 11 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
MARCELO MANTOVANI - Secretário

PORTARIA Nº 7.079

Publicação Nº 2599419

PORTARIA Nº 7.079 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

“REVOGA PORTARIA Nº 6.746/2020”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR A PORTARIA Nº 6.746 de 21 de maio de 2020 que INSTAURA “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de apurar eventual valor a ser ressarcido e possibilitar o contraditório e ampla defesa quanto aos fatos e valores referentes as obras realizadas a título de benfeitorias úteis/necessárias do Sr. Ademar Sebastião Jacomel e Sr. Jako João Jacomel, locatários do contrato nº 74/2013/PMJ, conforme decisão proferida no Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 3.115 de 03 de setembro de 2014 e memorando nº 115/2020 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 7.080

Publicação Nº 2599421

PORTARIA Nº 7.080 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(a) MARI EUNICE SANTANNA PARIZOTTO, Professor Pós Graduado Nível I, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo protocolado n.º 3146/2020 de 28 de julho de 2020, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de maio de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 7.081

Publicação Nº 2599424

PORTARIA Nº 7.081 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

“RETIFICA PORTARIA Nº 5.661/2020”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA 5.661 de 07 de janeiro de 2020 que CONCEDE a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLIO SANTOS, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 332/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 12 de maio de 2017 a 11 de maio de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de janeiro de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: “referente ao período de 12 de maio de 2017 a 11 de maio de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias”.

Leia-se: “referente ao período de 12 de maio de 2017 a 11 de maio de 2018 (12 dias) e de 12 de maio de 2018 a 11 de maio de 2019 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias”.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 7.082

Publicação Nº 2599426

PORTARIA Nº 7.082 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) AURIEL PARIZOTTO, Fiscal de Vigilância Sanitária, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Classe "A-IV", para a Classe "A-V" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 10 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 01/2020

Publicação Nº 2599887

Resolução 01/2020 – Secretaria de Educação.

"Dispõe sobre autorização de servidor para conduzir veículo da Secretaria de Educação".

A Secretária de Educação do Município de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições,
Resolve:

Art. 1º Autorizar a servidora CAROLINE KLAUZ ISSLER a conduzir o veículo da Secretaria de Educação:

Veículo: MHW0641 FIAT/UNO MILLE ECONOMY BRANCA 2010/2011.

Parágrafo único: A carteira Nacional de Habilitação do servidor deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba – SC, 07 de agosto de 2020.

ANA BEATRIZ BRANCHER

Secretária de Educação

Município de Joaçaba – SC

Resolução 02/2020 – Secretaria de Educação.

"Dispõe sobre autorização de servidor para conduzir veículo da Secretaria de Educação".

A Secretária de Educação do Município de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições,
Resolve:

Art. 1º Autorizar a servidora GABRIELA TEREZINHA LUCHESE a conduzir o veículo da Secretaria de Educação:

Veículo: MHW0641 FIAT/UNO MILLE ECONOMY BRANCA 2010/2011.

Parágrafo único: A carteira Nacional de Habilitação do servidor deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba – SC, 07 de agosto de 2020.

ANA BEATRIZ BRANCHER

Secretária de Educação

Município de Joaçaba – SC

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 0042/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2599223

ERRATA

Simae - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0042/2020

Licitação nº 0050/2020

Protocolo 1362/2020

Objeto: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais de construção utilizados nas urbanizações, reformas e impermeabilizações das unidades operacionais do Simae, confecção de tampa de concreto armado para válvulas e poços de visita e limpeza, impermeabilização de PVs, PLs e caixas de ligação de esgoto, reposições de calçada, pavimentos e locais de conserto das redes de água e esgoto.

A Diretora Presidente do Simae torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º0042/2020, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão (Preâmbulo e item 7.1 do Edital)

a) Fica alterada a data de recebimento dos Envelope nº 1º (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) para: até às 8h 50min do dia 26/08/2020;

b) Fica alterada a data de abertura da sessão pública e credenciamento para: dia 26/08/2020 às 9h.

Joaçaba, 11 de agosto de 2020.

Patricia Callegari Warken
Diretora Presidente do Simae

José Boiteux**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO N° 003/2020**

Publicação N° 2598849

Decreto Legislativo nº 003 de 11 de agosto de 2020.

Aprova as Contas da Prefeitura Municipal de José Boiteux referente ao Exercício Financeiro de 2018 (Processo nº PCP – 19/00162480).

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de José Boiteux, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o seguinte

Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, referentes ao Exercício Financeiro de 2018, Processo sob nº PCP – 19/00162480.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 11 de agosto de 2020.

Geovani Lunelli
Presidente da Câmara de Vereadores

Ivan A. Vendrami
Vice Presidente

Lindolfo Brehmer
1º Secretário

Gilberto dos Santos
2º Secretário

Jupia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2020

Publicação N° 2598468

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO n° 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL n° 10/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para a Contratação de Empresa, quando o fornecimento de materiais e de mão de obra, na instalação de sistema de videomonitoramento por câmeras, sendo que as propostas serão abertas no dia 28 de agosto de 2020 às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelo endereço eletrônico gabinete@jupia.sc.gov.br, e ainda publicadas no Site: www.jupia.sc.gov.br no Link LICITAÇÕES - Pregão.

Jupia SC, em 11 de agosto de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

DECRETO N ° 18087/2020

Publicação N° 2600030

DECRETO N° 18.087, de 11 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a realização de eventos e competições esportivas no âmbito do município de Lages, considerando as medidas de enfrentamento ao combate à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Decreto Estadual nº 740 de 24.07.2020, que alterou o Decreto 562/2020 relativo aos eventos esportivos,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a realização de eventos e competições esportivas da iniciativa privada, no âmbito profissional, respeitando o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Os eventos esportivos conforme o caput, poderão ser realizados, desde que os portões sejam mantidos fechados para acesso ao público, com especial observância de todos os protocolos específicos para a atividade, determinados pelas autoridades sanitárias municipais e estaduais.

Art. 2º. Permanecem suspensos, por tempo indeterminado, os eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes.

Art. 3º. Fica revogado o inciso I do art. 5º do Decreto nº 18.062, de 15.07.2020.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação e vigorará por tempo indeterminado.

Lages, 11 de agosto de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

TOMADA DE PREÇOS 08/2020 PML

Publicação N° 2598957

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços 08/2020 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Manutenção e Reforma nos Campos de Futebol do JOCOL, com fornecimento de material.

Abertura: 03/09/2020 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 185.908,00

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 12 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO N° 128/2020**

Publicação N° 2599211

DECRETO N° 128/2020.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

15 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

15.01 - Fundação Municipal de Saúde

2.058 - Manutenção da Fundação de Saúde de Lauro Muller

3.3.90.00.00.00.5063 Aplicação Direta R\$ 90.000,00

Total R\$ 90.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação, pela entrada de recurso de Convênio/Fundo Estadual de Saúde – nº 2020TR000827.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

Lebon Regis**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE15/2020_RP16**

Publicação Nº 2600032

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020 Pregão Eletrônico Nº PE15/2020_RP16

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do Pregoeiro conforme decreto nº044/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão, do tipo Por item. OBJETO: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de enxoval infantil a serem concedidos a título de auxílio natalidade às parturientes acompanhadas pelo serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, assegurado de acordo com a Lei Municipal nº 1.488/2014, bem como materiais de aviação (armarinho e outros) destinados ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - ANEXO I. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Recebimento da documentação e das propostas a partir das 08:00h do dia 12/08/2020 até às 08:00h do dia 24/08/2020 no site <http://bllcompras.org.br>. Início da sessão de disputa a partir das 09:00h do dia 24/08/2020 na página eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br). Obtenção do Edital, pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br. Lebon Régis, 11 de agosto de 2020. José Vanderlei de Campos – Pregoeiro Oficial

LISTAGEM DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS APÓS RECURSO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 001/2020 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598701

LISTAGEM DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS APÓS RECURSO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 001/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

	Candidato	Data de Nascimento	Nº da Inscrição
1	Bernadete Dias de Souza	03/03/1983	003
2	Eliziana Rosa	28/10/1990	001
3	Vilmar Jose de Miranda	06/09/1960	002
4	Elaine Aparecida Risson	15/01/1965	004

Lebon Régis, 11 de agosto de 2020.

Douglas Fernando de Mello.
Prefeito Municipal.

RESULTADO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 001/2020 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598704

RESULTADO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 001/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Classificação	Candidato	Data de Nascimento	Pontuação
1	Vilmar Jose de Miranda	06/09/1960	15
2	Elaine Aparecida Risson	15/01/1965	11
3	Bernadete Dias de Souza	03/03/1983	9
4	Eliziana Rosa	28/10/1990	8

Lebon Régis, 11 de agosto de 2020.

Douglas Fernando de Mello.
Prefeito Municipal.

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.480/2020

Publicação Nº 2599106

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.480, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

“APROVA ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL, DECLARA ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aprovado o anexo Estudo Técnico Socioambiental do Perímetro Urbano de Leoberto Leal, realizado pela empresa M1 Geotecnologia LTDA, CNPJ nº 20.903.346/0001-0.

Art. 2º Ficam declaradas ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS as assim constatadas como parcela da área urbana de acordo com o setor devidamente identificado nos Anexos I e II partes integrantes desta Lei e do Estudo Técnico Socioambiental em anexo e contenha malha viária implantada e que tenha no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

I - drenagem de águas pluviais urbana;

II - esgotamento sanitário;

III - abastecimento de água potável;

IV - distribuição de energia elétrica;

V - limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

§1º As áreas ou faixas mínimas não edificáveis serão as médias constantes nos setores devidamente identificados no Anexo I, da presente lei, ressalvado em todos os casos a faixa mínima disposta nos artigos 62 e 120 da Lei 615/2008.

§2º Em caso de eventual expansão do perímetro urbano, a ampliação deverá ser devidamente identificada, numerada e setorizada dentro do Estudo Socioambiental.

Art. 3º O Estudo Técnico Socioambiental deverá ser revisado e atualizado sempre que ocorrer em modificações ou revogações nos dispositivos do Código Florestal Brasileiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

LEI N.º 1.477/2020

Publicação Nº 2599083

LEI N.º 1.477, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações do Orçamento da Seguridade Social no valor de até R\$ 100.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	100.000,00
Função	10	Saúde	100.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	100.000,00
Programa	015	SAÚDE	100.000,00
Atividade	2.056	Bloco – Atenção Básica	100.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	80.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	20.000,00

Fonte de Recurso/Detalhamento	0.1.0002	Recursos Ordinários - Saúde	100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			100.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação de dotação da Seguridade Social com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100.000,00
Função	10	Saúde	100.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	100.000,00
Programa	0015	SAÚDE	100.000,00
Projeto/ Atividade	2.055	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	100.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.1.0002	Recursos Ordinários - Saúde	100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.478/2020

Publicação Nº 2599098

LEI Nº 1.478, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 1º, DA LEI N.º 1.146, DE 20 DE MAIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Parágrafo Único do Artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.146, de 20 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo Único - O valor do repasse mensal à Polícia Militar, visando à execução do objeto descrito no "caput" deste artigo, corresponderá na importância em reais equivalente a 300 (trezentos) litros de gasolina para arcar com custos de combustível, manutenção, material de expediente, material de limpeza, alimentação do pessoal de serviço e outras despesas de caráter ordinário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.479/2020

Publicação Nº 2599100

LEI Nº 1.479, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal no valor de R\$ 15.246,01 (quinze mil duzentos e quarenta e seis reais e um centavo) de acordo com a seguinte classificação institucional e programática:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	15.246,01
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	15.246,01
Função	04	Administração	15.246,01
Sub-função	122	Administração Geral	15.246,01
Programa	0005	Gestão Administrativa	15.246,01
Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	15.246,01
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.679,34
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Investimentos	2.566,67
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.341,67
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.0	Outras Despesas Correntes	4.337,67
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	2.566,01
Modalidade Aplicação	71	Transferências a Consórcios Públicos	15.246,01
Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - Superávit	15.246,01
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			15.246,01

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, na seguinte fonte:

Descrição Fonte de Recursos/Detalhamento	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	15.246,01
TOTAL DO SUPERAVIT FINANCEIRO UTILIZADO		15.246,01

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

ADENDO Nº 02/2020 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

Publicação Nº 2599908

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

ADENDO Nº 02/2020 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

Genir Loli- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso de suas atribuições legais, e em resposta à impugnação impetrada contra os termos do instrumento convocatório, informa a ocorrência de alterações no Edital de Tomada de Preços nº 02/2020, cujo objeto é a contratação de empresa(s) para a prestação dos serviços de varrição de vias públicas, e serviços coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comercial e recicláveis urbano e rural, e ainda dos resíduos de saúde, de modo que fracionou-se o objeto do edital em três itens, alterando-se o memorial técnico dos serviços, bem como a forma de julgamento da licitação, o cronograma de coleta no interior, os valores máximos, os requisitos de habilitação e a vigência do futuro contrato. Em função das referidas alterações, passa a data de abertura do certame a ser no dia 28 de agosto de 2020, às 08:30 horas, com o recebimento dos envelopes de documentos e propostas para as empresas cadastradas, até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situado na Rua Tamandaré, 98, junto à Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Permanecem inalterados todos os demais termos do edital não afetados pelo Adendo nº 02/2020. A íntegra do Adendo, e do Edital original poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço: www.lindoiadosul.sc.gov.br. Demais informações também poderão ser obtidas pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 11 de agosto de 2020.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal.

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 116/2020

Publicação Nº 2599209

DECRETO Nº 116/2020
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito em exercício do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 61/2020 em 11 de agosto de 2020, pela Pregoeira e Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 61/2020, para FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 11 de agosto de 2020.
RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
PREFEITO EM EXERCÍCIO

EDITAL 64/2020

Publicação Nº 2599328

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 64/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÕES NOVAS, REFORMAS, AMPLIAÇÕES, PONTES, BUEIROS E DESMEMBRAMENTOS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 25/08/2020; Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25/08/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 11 de julho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE ELEIÇÃO DE CARGOS DA MESA DIRETORA

Publicação Nº 2598881

ATA DE ELEIÇÃO DE CARGOS DA MESA DIRETORA - 14ª LEGISLATURA, 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às vinte horas e quarenta minutos, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de Lontras, por meio de vídeo conferência, a fim de realizar a eleição dos cargos de Presidente e Segundo Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lontras, estado de Santa Catarina, situada na Travessa Francisco Carvalho, 85, em razão da renúncia dos titulares, para o restante do tempo do biênio 2019-2020. Verificando o número legal de vereadores, a Vereadora Amélia Terezinha Odorizzi de Souza, Presidente da Câmara declarada aberta a reunião. Solicitou que os interessados no cargo de Presidente apresentassem seus nomes. Houve manifestação dos vereadores Anivaldo Carvalho Júnior e André Saffier. Em seguida, nos termos do artigo 22 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Lontras foi procedida a votação, de forma aberta e nominal, sendo apurados os votos: Anivaldo Carvalho Júnior: 5 votos, André Saffier: 4 votos. Em seguida solicitou que os interessados no cargo de Segundo Secretário apresentassem seus nomes. Houve manifestação do vereador Nelso Franz. Em seguida, nos termos do artigo 22 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Lontras foi procedida a votação, de forma aberta e nominal, sendo apurados os votos: Nelso Franz: 8 votos favoráveis e 1 abstenção. Eleitos: Presidente – ANIVALDO CARVALHO JÚNIOR e Segundo Secretário – NELSO FRANZ, considerados empossados conforme Art. 25 do Regimento Interno da Casa. O Presidente eleito assumiu os trabalhos e solicitou a leitura do Projeto de Resolução nº 5/2020. Colocou em discussão e votação, sendo aprovado pela unanimidade dos vereadores. Encerrou a presente reunião ordinária e convocou os vereadores para a reunião ordinária, a realizar-se no dia 10 de agosto de 2020, às 19:00 horas, por meio de vídeo conferência. Solicitou que se fizesse a presente ata que vai pelos membros da mesa assinada.

Lontras, 3 de agosto de 2020.
ANIVALDO CARVALHO JÚNIOR
Presidente

AMÉLIA TEREZINHA ODORIZZI DE SOUZA
Vice-Presidente

ALAÍDES KAHL NELSO FRANZ
Primeira Secretária Segundo Secretário

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA - PL 057/2020 - CC 003/2020 - PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO RUA FREI SÉRGIO HILLESHEIN - PML

Publicação N° 2600021

MUNICIPIO DE LUZERNA
AVISO DE PRORROGAÇÃO DA ABERTURA
Processo Licitatório nº 057/2020 - PML
Concorrência Pública nº 003/2020 – PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), representado no ato pelo Sr. ITAMAR TONETTO (conforme Portaria nº 097/20), torna público a todos os interessados que o CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2020, com abertura marcada para o dia 24/08/2020, a partir das 13h40min, fica com A ABERTURA PRORROGADA para o dia 25 DE AGOSTO DE 2020, a partir das 13h40min, em virtude do feriado municipal no dia 24 de agosto, referente a emancipação político-administrativa, antecipado do dia 25 de agosto, conforme Decreto nº 2.867/2019.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização na Rua Frei Sérgio Hilleshein, Bairro Empresarial, tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES, E CREDENCIAMENTO: até às 13 horas e 30 minutos do dia 25 de agosto de 2020.

SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO: às 13 horas e 40 minutos do dia 25 de agosto de 2020.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700 ou pelo e-mail debora@luzerna.sc.gov.br

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 1938

Publicação Nº 2598965

DECRETO Nº 1938, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE, EM TURNO ÚNICO, PARA ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de reduzir a circulação de pessoas, de modo a diminuir os riscos de contaminação em massa;

Considerando a necessidade urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do coronavírus (COVID-19) no Município de Macieira/SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias no serviço Público Municipal, a ser cumprido no período compreendido das 07h00min às 13h00min, para as Secretarias de Administração, Educação e Assistência Social.

Art. 2º As Secretarias Municipais da Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, Obras e Infraestrutura, manterão seu funcionamento normal.

Art. 3º Em casos excepcionais poderá ocorrer convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais à população, inexistindo em tal caso, qualquer forma de pagamento extraordinário.

§ 1º Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas.

§ 2º O pagamento ou a compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará após a 8ª (oitava) hora diária, respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.

§ 3º Não será permitida jornada ininterrupta na hipótese de prestação de sobrejornada.

Art. 4º Por interesse ou necessidade pública, o Executivo Municipal poderá, através de Decreto, cancelar e alterar a realização de turno único no serviço público.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 12 de agosto de 2020 por tempo indeterminado.

Gabinete do Prefeito
Macieira, 11 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4435

Publicação Nº 2598937

PORTARIA Nº 4435/2020

CONCEDER FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional ao Servidores abaixo relacionados, especificando nome, lotação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Nome	Cargo	Período de fruição	Período Aquisitivo
OCIMAR C. PIOLI	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	10/08/2020 A 19/08/2020 (10 DIAS)	04/01/2019 A 03/01/2020
SIMONE LAZZAROTTI	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	10/08/2020 A 08/09/2020 (30 DIAS)	01/04/2018 A 31/03/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
11 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4436

Publicação N° 2598963

PORTARIA N° 4436/2020
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora Cassiane Farinon, ocupante do cargo de Diretor de Desenvolvimento Social, nomeado através da Portaria nº 3616/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito
Macieira, 11 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 051/2020

Publicação Nº 2599858

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 051/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: FUNDAÇÃO HOSPITALAR RIO NEGRINHO

CNPJ: 85.907.251/0001-07

Objeto: Contratação de instituição de longa permanência para acolhimento de idoso (Grau de Dependência II), conforme Autos nº. 5002328-79.2019.8.24.0041 da 2ª Vara Cível da Comarca de Mafra/SC, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Processo Licitatório nº 322/2020; Dispensa Por Justificativa nº 020/2020.

Valor: O valor do presente instrumento fica ajustado em R\$ 3.480,00 (três mil quatrocentos oitenta reais) mensais e valor total de R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais) para o período do contrato vigente.

Data Assinatura: 04 de agosto de 2020.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2020.

Dotação Orçamentária:

369 - 3 . 14002 . 8 . 243 . 14 . 2.119 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

TOMADA DE PREÇO Nº 014/2020

Publicação Nº 2599856

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 014/2020.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 03/09/2020 às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, licitação na modalidade de Tomada de Preço contratação de empresa especializada para revitalização parcial das calçadas e execução de ciclovia e praças na Rua Capitão João Braz e na Rua Alípio Siqueira, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastrada na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 03/09/2020, até às 09:00horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra, 11 de agosto de 2020.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Major Vieira

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002.2020

Publicação N° 2599073

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2020.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

A Administração Municipal de Major Vieira torna público que realizará despesas públicas, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços com pessoal na área médica, com serviços médicos plantonistas para triagem e atendimentos de urgência junto ao Centro de Referência Covid-19, localizado no município de Canoinhas/SC nos quantitativos, descrições e preços conforme consta nos anexos do processo, publicado com este extrato, através de Processo de Dispensa de Licitação conforme acima identificado.

Major Vieira, 11 de agosto de 2020.

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO Nº 092/2020

Publicação Nº 2598804

DECRETO Nº 092 DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DE IPTU CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº 04 de 27 de dezembro de 2002, mediante alteração dada pela Lei Complementar nº 62 de 15 de outubro de 2018 e nos termos do artigo 6º do Decreto Municipal nº 148 de 18 de dezembro de 2018, e;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus atos e ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 04 de 27 de dezembro de 2002, mediante alteração dada pela Lei Complementar nº 62 de 15 de outubro de 2018 e nos termos do artigo 6º do Decreto Municipal nº 148 de 18 de dezembro de 2018 tiveram por fim, justamente, isentar os contribuintes proprietários de imóveis localizados dentro da zona urbana, sem qualquer característica ou infraestrutura urbana (exemplo, loteamento ou parcelamento do solo), ou seja, que possuam características rurais e que sejam comprovadamente utilizados em exploração extrativa ou vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, permitindo ao chefe do Poder Executivo conceder isenção "de ofício" do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, a esses contribuintes, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos;

CONSIDERANDO os documentos que instruem o Processo Administrativo nº 00449/2020 em nome de Forauto Veículos Ltda;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a Isenção do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU:

· Exercício Financeiro de 2020, ao Contribuinte, Forauto Veículos Ltda, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 83.646.612/0001-83, referente ao imóvel urbano com Cadastro Municipal nº 3252 e 3253 (matrícula nº 35.379) localizado no Município de Maracajá – SC, conforme requerimento através do processo administrativo 00449/2020;

Art. 2º A Isenção do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, de que trata esse Decreto, é personalíssima, não podendo ser transferida a terceiros, bem como não tem efeito para débitos anteriores a vigência da Lei, nem para débitos posteriores, devendo, conforme prevê a Lei, a isenção ser requerida anualmente.

Art. 3º O benefício de Isenção poderá ser cancelado, se, por ventura houver comprovação de descumprimento de qualquer um dos requisitos indispensáveis para tal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de Agosto de 2020.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 10 de Agosto de 2020.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 659/2020

Publicação Nº 2600091

DECRETO Nº 659, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal MARTA RIBEIRO DE MELLO TAVARES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de agosto de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Marema

PREFEITURA

DECRETO 0125/2020

Publicação Nº 2599110

Decreto 0125/2020

De 07/08/2020

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019, DOMUNICPIO DE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.198 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2019 do Município de Marema. Recursos ordinário no valor 280.000,00 (DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS)..

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguinte dotação orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
6.1	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV.URBANOS			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
26.782.1501	2.043	MANUTENÇÃO ATIV. RODOVIÁRIAS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
3.3.90.00.00	3.000	REDUZIDO	103	280.000,00
TOTAL				280.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de Agosto de 2020

ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 65.2020 - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

Publicação Nº 2598050

PREFEITURA DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REMANESCENTE DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO URBANA DA RUA 11 DE NOVEMBRO (SEGMENTO 01 E 02)

VALOR: R\$ 402.915,67 (QUATROCENTOS E DOIS MIL, NOVECENTOS E QUINZE REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 10 DE AGOSTO DE 2020 A 23 DE SETEMBRO DE 2020

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal Massaranduba (SC)

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 134/2020

Publicação Nº 2600094

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 134/2020

11/08/2020

Altera o Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba (SC)

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de lhe confere o art. 50, II e art. 99, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga acordo com que a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º O parágrafo 1º do artigo 36 da Resolução nº 120/2017 (Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Massaranduba) passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º O Presidente da Mesa fará jus a subsídio mensal diferenciado fixado em parcela única obedecidos os limites constitucionais.

Art. 2º Fica incluído o inciso XII no artigo 65 da Resolução nº 120/2017 com a seguinte redação:

XII – encaminhar ao prefeito, por meio do Presidente da Câmara, solicitação de informações ou esclarecimentos referentes aos projetos de lei submetidos a sua apreciação.

Art. 3º O parágrafo 5º do artigo 71 da Resolução nº 120/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

§5º No caso dos incisos II, V, VI, X, XI e XII do artigo 65, e estes forem para atendimento à legislação, esclarecimentos, elucidações ou informações sobre as proposições em análise, o prazo estabelecido pelo artigo 71 será suspenso até o atendimento e realização destas solicitações para a Comissão.

Art. 4º Fica incluído o parágrafo 6º no artigo 139 com a seguinte redação:

§6º Quando a matéria se referir a projetos de alteração do PPA, LDO e LOA o prazo para apresentação de emendas será até o dia anterior a sua discussão na ordem do dia, não se aplicando o prazo previsto no parágrafo 3º do artigo 138.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA (SC) EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

Joanir José Lewandowski

Presidente

Publicado no expediente da data supra

Jair Micheluzzi
Assistente Legislativo.

Matos Costa

PREFEITURA

AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 36/2020

Publicação N° 2599889

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 36/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2020

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de Gás de Cozinha destinado a suprir as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, e a demanda das Secretarias de Administração Municipal, Saúde e Assistência Social, com entrega estimada para o período de 12 (meses), conforme termo de referência anexo a este edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 25/08/2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 horas do mesmo dia. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, n° 137, fone (49) 35721111-1121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, SC, 11 de agosto de 2020 – Eliane Aparecida Castilho - Pregoeira.

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 052-2020

Publicação N° 2599536

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 26/08/2020 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2020, tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura Aquisição de TUBOS DE CONCRETO objetivando a execução de obras de pavimentação asfáltica das Rodovias Mel 356, e MEL 255, conforme Projeto de Engenharia que é parte integrante desta, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 11 de agosto de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2020

Publicação Nº 2598432

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1293/2020
Modalidade: Pregão Nº 036/2020
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL DESTINADO A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO SEDAN, NOVO (0KM) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 25 de agosto de 2020

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 25 de agosto de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 10/08/20.

Barbara Geller Baron
Gestora FMS

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2020

Publicação Nº 2599165

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1269/2020
Modalidade: Pregão Nº 034/2020
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE A SEREM USADOS PELOS DEPARTAMENTOS DA EDUCAÇÃO E SOCIAL

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de agosto de 2020

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 26 de agosto de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 03/08/20.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 212/2020

Publicação Nº 2598631

DECRETO Nº 212/2020 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DE MODELO, EDITAL Nº 001/2020, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2460/2020, em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2011, do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

Considerando a vacância do cargo em virtude da exoneração do servidor ITAMAR FACCO, por motivo de aposentadoria, até o momento, como não possuía concurso público, foi realizado a contratação deste período pelo processo seletivo 001/2019.

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento dos serviços de operador de máquinas, no atendimento das estradas municipais, obras públicas, da agricultura, de convênios e contratos destinados a cumprimentos de prazos, das finalidades dos programas,

da segurança na circulação de bens e pessoas e da continuidade no efetivo atendimento dos serviços públicos. Considerando a reposição da vaga do cargo efetivo do servidor Valdecir Euzébio conforme Lei Complementar nº173/2020 Art. 8 inciso IV.

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeado o Sr. EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, portador do CPF nº 068.853.189-xx, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2020, para o cargo de OPERADOR DE MAQUINA, nível 24 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, no turno vespertino, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 07 de Agosto de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL
Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE POSSE Nº 028/2020 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2020
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 212/2020
CARGO: OPERADOR DE MAQUINA

Aos sete dias do mês de Agosto de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu o Sr. EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, portador do CPF nº 068.853.189-xx, nomeado a fim de tomar posse no cargo de OPERADOR DE MAQUINA, com lotação no Departamento Municipal Estradas e Rodagens, conforme especificado pelo Decreto 212/2020.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgado apto físico e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Fica registrada nessa data, a entrada em exercício no cargo conforme nomeação e posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 07 de Agosto de 2020.

EVAIR RODRIGO KOTTWITZ
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061-2020 - HORA MÁQUINA - NC TRANSPORTES

Publicação Nº 2599202

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 061/2020

Processo Licitatório nº 1234/2020

Pregão SRP nº 032/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: N C TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 14.429.601/0001-29

Valor: R\$ 31.400,00

Assinado em: 11/08/2020

Vigente até: 11/08/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA O MUNICÍPIO DE

MODELO/SC

Modelo/SC, 11 de agosto de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/2020

Publicação Nº 2599248

PORTARIA Nº 189/2020 DE 10 DE AGOSTO 2020

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO PARA A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL DANIELA REGINA WERLANG ARTIGAS DO AMARAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs. 1.513/2002 em especial Art. 109 da seção IV, do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido, a Servidora Público Municipal de Modelo, DANIELA REGINA WERLANG ARTIGAS DO AMARAL ocupante do cargo de Educadora Social, lotado junto ao Departamento Municipal do Social desta Prefeitura, Licença remunerada para concorrer a cargo eletivo, a contar do dia 15 de Agosto de 2020 até dia 15 de Novembro de 2020, conforme ofício de desincompatibilização em anexo, datado dia 10 de Agosto do corrente e protocolado junto ao setor de pessoal, desta Prefeitura.

§ 1º Não sendo homologado, aprovado a candidatura na convenção partidária e ou indeferimento do Registro, o servidor deve retornar imediatamente.

§ 2º O servidor qualificado nesta portaria deverá encaminhar copia do comprovante do registro de credenciamento e a ata de convenção.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.,

Municipal de Modelo (SC), aos 10 de agosto de 2020.

Registrado e Publicado na data supra:

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 190/2020

Publicação Nº 2599252

PORTARIA Nº 190/2020 DE 11 DE AGOSTO 2020

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEITON LUIZ ONGHERO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs. 1.513/2002 em especial Art. 109 da seção IV, do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido, ao Servidor Público Municipal de Modelo, CLEITON LUIZ ONGHERO ocupante do cargo de Motorista, lotado junto ao Departamento Municipal da Saúde desta Prefeitura, Licença remunerada para concorrer a cargo eletivo, a contar do dia 15 de Agosto de 2020 até dia 15 de Novembro de 2020, conforme ofício de desincompatibilização em anexo, datado dia 11 de Agosto do corrente e protocolado junto ao setor de pessoal, desta Prefeitura.

§ 1º Não sendo homologado, aprovado a candidatura na convenção partidária e ou indeferimento do Registro, o servidor deve retornar imediatamente.

§ 2º O servidor qualificado nesta portaria deverá encaminhar copia do comprovante do registro de credenciamento e a ata de convenção.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.,

Municipal de Modelo (SC), aos 11 de agosto de 2020.

Registrado e Publicado na data supra:

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5366/2020

Publicação Nº 2599225

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO 5.366 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Estabelece medidas preventivas e restritivas no âmbito do município de Mondaí – SC, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

O Senhor VALDIR RUBERT, Prefeito do município de Mondaí, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 56, Inciso XVIII, da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012 e, ainda, o disposto no nos art. 6, art. 196, 227º, da Constituição Federal, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020 em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020 e declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de flexibilizar ou restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19 e que a Comissão Intergestores Regional – CIR homologará as decisões tomadas pelo conjunto de municípios de seu território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 e posteriormente informará ao Centro de Operações de Emergência em Saúde – COES as medidas adotadas na sua região de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348 de 22 de maio de 2020 que proíbe a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

CONSIDERANDO as últimas recomendações exaradas pela COES – Central de Operações de Emergência em Saúde para a região oeste do Estado de Santa Catarina e da CIR – Comissão Inter Gestores Regional da Região de Saúde do Extremo-Oeste de Santa Catarina

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação para a efetiva eficácia das medidas adotadas com vistas ao isolamento social e a aglomeração de pessoas, a fim de prevenir e evitar a transmissão de COVID-19 em nosso município,

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local e decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em reunião realizada no dia 30 de julho de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas no território do município:

I - Até o dia 07 de setembro de 2020:

a) as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

b) o calendário de eventos esportivos amadores organizados pelo Município, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada, a prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carreados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município;

c) a realização de eventos culturais como shows, espetáculos, festas, teatro, cinema e similares que acarretem reunião de público em

espaços públicos ou privados;

d) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças, áreas de lazer e afins.

Art. 2º É obrigatório o uso de máscara de tecido de proteção individual, de confecção manual, artesanal ou industrial, com cobertura da boca e nariz, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em veículos utilizados para fretamento de pessoas.

Parágrafo único: Os estabelecimentos que, por suas características de prestação de serviços, necessitem de uso de EPI's específicos, não poderão substituí-los pelas máscaras de tecido.

Art. 3º As atividades desempenhadas por bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão observar as disposições constantes e vigentes nas Portarias da Secretaria de Estado da Saúde, nos decretos municipais vigentes e ainda:

- Horário diário de funcionamento compreendido entre as 6h00 até às 22h00;
- Priorização do atendimento mediante reserva e agendamento de horário, tele entrega ou retirada no estabelecimento;
- Proibição de utilização de espaços de playground existentes no interior dos estabelecimentos;
- Proibição da prática de qualquer espécie de jogos no interior dos estabelecimentos;
- Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento e em cada mesa ou balcão, além de distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes;
- Priorização da ventilação natural dos ambientes.

Art. 4º Fica suspensa, até a data de 26 de agosto de 2020, em qualquer horário e ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, a realização de eventos, confraternizações, festas e atividades de qualquer natureza que importem em aglomeração de pessoas.

§ 1º O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo, acarretará importará na orientação e na advertência aos infratores.

§ 2º Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoas físicas, haverá a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de 01 UFR (Unidade Fiscal de Referência), para o responsável e todos os participantes do evento.

§ 3º Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoa jurídica, haverá a aplicação da multa, sem prejuízo da interdição do estabelecimento pelo prazo de 05 (cinco) dias.

§ 4º Sem prejuízo da aplicação das multas previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal a ser apurada pela esfera competente.

§ 5º Não se aplica a proibição constante do caput deste artigo para a realização das atividades que se encontram liberadas e reguladas pelas normas sanitárias vigentes.

§ 6º Fica proibida também a realização de festas e confraternizações em residências particulares com pessoas que não as residentes no local com o intuito de evitar aglomerações e manter o isolamento social.

Art. 5º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde.

§ 1º O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo, acarretará a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de 01 UFR (Unidade Fiscal de Referência).

§ 2º Em caso de reincidência do ato o valor da multa será cobrado em dobro.

§ 3º Sem prejuízo da aplicação das multas previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa a ser apurada na esfera competente e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Municipal nº 2.896/2001.

Art. 6º Ficam reconhecidos como autoridades de saúde no município de Mondaí os militares e servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento ao COVID-19, sem prejuízo da atuação de órgãos de competência fiscalizatória específica.

Art. 7º Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e demais órgãos de saúde do município, como a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar, multar ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 previstas neste Decreto e em outros diplomas legais vigentes.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar das 0h do dia 12 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Mondaí, 11 de agosto de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

EXTRATO CT N° 045.2020 PMM

Publicação N° 2598517

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

Contrato: 045/2020 de 05 de agosto de 2020. Origem: Processo licitatório nº 054/2020. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2020. Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de um caminhão com caçamba metálica basculante, novo, zero quilômetro, 6x4 traçado, trucado, motor diesel, potência mínima de 285 cv, conforme convênio 897258/2019/MDR e em conformidade com as demais especificações constantes no termo de referência, anexo ao Edital. Fornecedor: Emporium Construtora Comércio e Serviços Ltda, CNPJ/MF nº. 05.163.253/0001-08. Valor Total de: R\$ 369.500,00 (trezentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2020. Mondaí/SC, 05 de agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO N° 011.2020 PMM

Publicação N° 2598475

PROCESSO LICITATÓRIO N° 060/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, "multientidade", EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 011/2020. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S) destinado para servidores públicos do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, para período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h15min do dia 17/08/2020 até as 08h15min horas do dia 27/08/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h16min as 08h29min do dia 27/08/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min horas do dia 27/08/2020. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital, em inteiro teor e seu anexo, está à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.mondai.sc.gov.br, ou no Departamento de Compras, situado na Avenida Laju, nº 420, de 2ª a 6ª feira, das 07h45min às 11h45min e 13h30min às 17h30min, pelo telefone (49) 3674-3100 ou e-mail compras@mondai.sc.gov.br ou compras1@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 10 de agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas

Monte Carlo

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2020

Publicação Nº 2599907

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020
Processo Administrativo nº 39/2020

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Fundo Municipal de Saúde, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado na Rod. SC 452, Km 24, 1551 no centro de Monte Carlo - SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 horas do dia 12/08/2020 até 09:45 horas do dia 25/08/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:45 às 10:00 horas do dia 25/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 25/08/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra de Asfalto Usinado quente com aplicação a frio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

0.2. A licitação será realizada em um único lote.

0.3. O critério de Julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2020

Publicação Nº 2599910

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020
Processo Administrativo nº 40/2020

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Fundo Municipal de Saúde, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado na Rod. SC 452, Km 24, 1551 no centro de Monte Carlo - SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 horas do dia 12/08/2020 até 13:00 horas do dia 25/08/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:00 às 13:15 horas do dia 25/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:15 horas do dia 25/08/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra de Flores, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

0.2. A licitação será realizada em um único lote.

0.3. O critério de Julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 35/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/2020

Publicação N° 2599916

PREGÃO ELETRÔNICO N° 35/2020
Processo Administrativo n° 41/2020

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Fundo Municipal de Saúde, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado na Rod. SC 452, Km 24, 1551 no centro de Monte Carlo - SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 horas do dia 12/08/2020 até 09:45 horas do dia 26/08/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:45 às 10:00 horas do dia 26/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 26/08/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o serviço de Hidrojateamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

0.2. A licitação será realizada em um único lote.

0.3. O critério de Julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Monte Castelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2463

Publicação Nº 2598831



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

DECRETO EXECUTIVO Nº 2463, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE ORÇAMENTO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E ALTERA O DECRETO EXECUTIVO Nº 2427, DE 13 DE MAIO DE 2020, EXARADO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 172/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de realizar a abertura de um Crédito Adicional Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o pagamento de despesas exclusivas de ações e serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional por meio da Lei Complementar Nº 172 de 15 de Abril de 2020, autorizou a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes, verbis: **"Art. 1º Ficam autorizadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes de seus respectivos Fundos de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde."**;

CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 41 da Lei Federal Nº 4.320/64, verbis: **Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em: I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública;**

CONSIDERANDO o teor do Prejulgado 1320, do TCE-SC, verbis: **"O Poder Executivo pode suplementar créditos orçamentários através de Decreto, desde que haja prévia autorização legislativa, cuja lei é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, com exposição justificativa e indicação dos recursos correspondentes"**.

CONSIDERANDO que o recurso da fonte, **03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 10.301.1001.2113 – Manutenção das Ações de Saúde LC n.172 de 15/04/2020, 44900000**, elencada no DECRETO EXECUTIVO Nº 2427, DE 13 DE MAIO DE 2020, está acima das necessidades para o exercício de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de , **03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 10.301.1001.2113 – Manutenção das Ações de Saúde LC n.172 de 15/04/2020, 33900000**, elencada no DECRETO EXECUTIVO Nº 2427, DE 13 DE MAIO DE 2020;

CONSIDERANDO que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações programadas para a área da saúde em 2020,

DECRETA:

Art.1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) integrando tais procedimentos a Lei



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020:

REDUÇÃO

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2113 – Manutenção das Ações de Saúde LC n.172 de 15/04/2020

44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 364

R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL

R\$ 90.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2113 – Manutenção das Ações de Saúde LC n.172 de 15/04/2020

33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 364

R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL

R\$ 90.000,00

Art.2º. A execução financeira dos recursos estabelecidos no artigo primeiro deste decreto será vinculada total e exclusivamente na conta bancária nº 9.030-1 junto ao Banco do Brasil S/A, agência de Monte Castelo - SC, de uso do Fundo Municipal de Saúde.

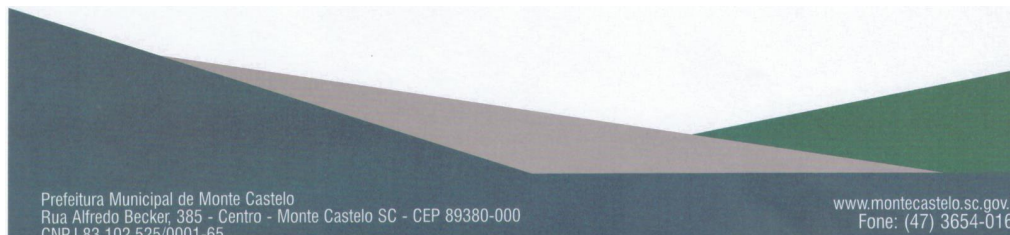
Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 11 de agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito



PREGÃO ELETRÔNICO 004/2020_FMS

Publicação N° 2598805

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 017/2020

Modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2020

LOCAL: www.bll.org.br

OBJETO: Aquisição de Cardioversor, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 15:30 horas do dia 24/08/2020.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15h45min do dia 24/08/2020.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br) e www.bll.org.br.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 10 de Agosto de 2020

RENI MARIA MEISTER

GESTORA FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 136/2020

Publicação Nº 2599271

DECRETO Nº 136/2020, de 27 de julho de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2020.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.892, de 26 de Novembro de 2019,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.502,25 (quatro mil quinhentos e dois reais e vinte e cinco centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01.04.122.0010.2.035-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 403

Valor de R\$ 4.502,25

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01.04.122.0010.2.035-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 4.502,25

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 27 de Julho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

CONTRATOS PMMF JUL/2020

Publicação Nº 2598519

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2020.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** M2 M PRODUTOS E SERVICOS LTDA**CNPJ:** 07.456.161/0001-33**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 100/2020**Número do Processo:** 100/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 25/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 29/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2020**Vigência:** 29/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 337.180,76**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS SAMAE JUL/2020

Publicação Nº 2598520

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

CNPJ: 31.739.132/0001-63
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**CNPJ:** 78.668.969/0001-22**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Contrato ou Aditivo:** 1-4/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1.Fornecimento dos seguintes materiais:1.2. Produto químico utilizado para tratamento de água destinada ao consumo humano, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 07/2019 de licitação compartilhada com o CISAM - SUL com sede em Orleans/SC.**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Data da Assinatura:** 28/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2020**Vigência:** 28/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** SAMAE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.680,00**Forma de Pagamento:** À Vista

Morro Grande

PREFEITURA

PORTARIA MUNICIPAL Nº 67/2020

Publicação Nº 2599239

PORTARIA Nº 67/2020

Dispõe sobre o processo administrativo para apuração de irregularidades e possível aplicação das sanções previstas no Edital de Pregão Presencial nº 3/2019 – FMS e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação em vigor,

Considerando a solicitação de abertura de processo administrativo através do Memorando nº 18/2020 – SMS;

Considerando os motivos que ensejaram o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 3/2020 - FMS;

Considerando as sanções previstas no Item 14 do Edital de Pregão nº 3/2019 – FMS e subsidiariamente o Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

Considerando o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o processo administrativo para apurar eventuais irregularidades praticadas pela empresa Saúde Imperial Comércio de Produtos Hospitalares LTDA, CNPJ nº 00.301.460/0001-50.

Art. 2º O procedimento será conduzido pela comissão de processo administrativo, instituída pelo Decreto Municipal nº 67/2020.

Art. 3º A Comissão de Processo Administrativo conduzirá os trabalhos com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato.

Art. 4º Havendo necessidade de recursos financeiros e de dedicação em tempo integral para a realização dos trabalhos, a Comissão de Processo Administrativo deverá formular pedido justificado.

Art. 5º O Processo Administrativo deverá ser realizado em 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 11 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

1078/2020 DISTRATO

Publicação Nº 2598703

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1078/2020

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, RAFAELA KERTICHKA PEREIRA - 63269207, portador(a) do CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado de CONTRATADO(A), com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 262/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 03/08/2020.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO(A), de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 06 de agosto de 2020.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística RAFAELA KERTICHKA PEREIRA Contratado(a)

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"

1079/2020 DISTRATO

Publicação Nº 2598708

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1079/2020

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, KETELYN MORAIS VAILATI - 63427502, portador(a) do CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado de CONTRATADO(A), com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 477/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 03/08/2020.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO(A), de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 06 de agosto de 2020.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística KETELYN MORAIS VAILATI Contratado(a)

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"

2731/2020

Publicação Nº 2598850

PORTARIA Nº 2731 DE 13 DE JULHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ROSANA GONÇALVES, matrícula 63322602 ocupante do cargo de CONSELHO TUTELAR, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 161 (Cento e sessenta um) dias consecutivo, com início em 01.02.2020 e termino em 10.07.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.07.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretario de Administração e Logística

2732/2020

Publicação Nº 2598851

PORTARIA Nº 2732 DE 13 DE JULHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE MARIA DAS NEVES PEREIRA, matrícula 6295901 ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAUDE, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 106 (Cento e seis) dias consecutivo, com início em 19.03.2020 e termino em 02.07.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02.07.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretario de Administração e Logística

2733/2020

Publicação Nº 2598854

PORTARIA Nº 2733 DE 13 DE JULHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE DENISE APARECIDA NASCIMENTO, matrícula 6296703 ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horaria de 20 horas semanais, pelo período de 118 (Cento e dezoito) dias consecutivo, com início em 07.03.2020 e termino em 02.07.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02.07.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretario de Administração e Logística

2734/2020

Publicação N° 2598855

PORTARIA N° 2734 DE 13 DE JULHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE MARIA DAS GRAÇAS SILVA, matrícula 1800502 ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horaria de 30 horas semanais, pelo período de 141 (Cento e quarenta um) dias consecutivo, com inicio em 18.02.2020 e termino em 07.07.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 07.07.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretario de Administração e Logística

2735/2020

Publicação N° 2598858

PORTARIA N ° 2735 DE 13 DE JULHO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE A GILIANE PRESTES DA SILVA DE BARBA, matricula 6184003 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horaria de 30 horas semanais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com inicio em 10.07.2020 e termino em 05.01.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluído no período de gozo de que trata o arti 1º desta portaria estão amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

Art3 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos partir de 10.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

2736/2020

Publicação N° 2598859

PORTARIA N° 2736 DE 13 DE JULHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE TANIA MARI PASSOS DA LUZ, matrícula 6296303 ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 13 (Treze) dias consecutivo, com inicio em 26.06.2020 e termino em 08.07.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08.07.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretario de Administração e Logística

2804/2020 E 2805/2020

Publicação Nº 2598861

PORTARIA N º 2805 DE 27 DE JULHO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE A MICHELI MERLADETTI WOLF PINTO, matricula 63495601 ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com inicio em 11.07.2020 e termino em 06.01.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluído no período de gozo de que trata o arti 1º desta portaria estão amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

Art3 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos partir de 11.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 2804 DE 27 DE JULHO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE A TAINA BRASIL, matricula 63407602 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horaria de 30 horas semanais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com inicio em 08.07.2020 e termino em 03.01.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluído no período de gozo de que trata o arti 1º desta portaria estão amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

Art3 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos partir de 08.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

2871/2020

Publicação Nº 2598970

PORTARIA N º 2871 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MONICA LEAL CUNHA, matrícula 61401, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 20 de julho de 2020 e termina em 17 de outubro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2011/2016.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 20/07/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

2872/2020

Publicação Nº 2598971

PORTARIA N º 2872 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a PAMELA THAYSE AMORIM, matrícula 1676606, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TECNICA EM SAUDE BUCAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 07 de agosto de 2020 e termina em 05 de setembro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 07/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

2873/2020

Publicação Nº 2598973

PORTARIA N º 2873 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MARILEUZA BARBARA DOS SANTOS REISER, matrícula 48701, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AUXILIAR ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 03 de agosto de 2020 e termina em 01 de setembro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

2874/2020

Publicação Nº 2598966

PORTARIA N º 2874 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a CAMILA COUCEIRO PAGANI, matrícula 63301801, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 05 de agosto de 2020 e termina em 03 de setembro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2015/2020.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

2875/2020

Publicação Nº 2598968

PORTARIA N º 2875 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a JOSE GENIVALDO SANTOS QUEIROZ, matrícula 259103, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 03 de agosto de 2020 e termina em 31 de outubro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2007/2012.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

2876/2020

Publicação Nº 2598969

PORTARIA N º 2876 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a VILMAR CANDIDO, matrícula 133301, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TOPOGRAFO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de agosto de 2020 e termina em 01 de novembro de 2020.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2005/2010.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

2877/2020

Publicação N° 2598866

PORTARIA N° 2877 DE 10 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE MARIA RITA CORREA, matrícula 181301 ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 169 (Cento sessenta nove) dias consecutivo, com inicio em 18.02.2020 e termino em 04.08.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04.08.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretario de Administração e Logística

2882/2020

Publicação N° 2598867

PORTARIA N° 2882 DE 10 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) MARILUCIA DE OLIVEIRA SAID, matricula 417706, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com inicio do afastamento em 31/07/2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 31.07.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
Secretario de Administração e Logística

2883/2020

Publicação N° 2598869

PORTARIA N° 2883 DE 10 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017,

bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO EMANUELA GERMANO DA SILVA, matrícula 6332501 ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 77 (Setenta sete) dias consecutivo, com início em 14.05.2020 e termino em 29.07.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 29.07.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretario de Administração e Logística

2884/2020

Publicação Nº 2598870

PORTARIA Nº 2884 DE 10 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO LILIAN CRISTINA BALELO, matrícula 1771002 ocupante do cargo de TECNICO SERVIÇOS COMPLEMENTARES, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 484 (Quatrocentos oitenta quatro) dias consecutivo, com início em 11.04.2019 e termino em 06.08.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06.08.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretario de Administração e Logística

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 108/2020 PMN

Publicação Nº 2598962

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 108/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico com instalação, manutenção, assistência técnica preventiva e corretiva, locação de equipamentos de monitoramento e serviços de internet e instalação de sala de vídeo monitoramento, a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 27/08/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 27/08/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- TOMADA DE PREÇO 96/2020 PMN

Publicação Nº 2598953

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 96/2020 PMN

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em obra de engenharia para prestação de serviço de mão de obra com fornecimento de equipamento e material para execução de reforma e revitalização de orla das praias no município de Navegantes com ciclofaixa, calçada e sinalização viária, através do contrato de repasse 871967/2018 - operação 1059020-80 - MTUR - Programa de Desenvolvimento e Promoção do Turismo, conforme projetos e documentos técnicos anexos. Entrega/envelopes: 28/08/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 28/08/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 106/2020 PMN

Publicação Nº 2598985

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 106/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial com fornecimento de mão de obra e materiais, para atender as necessidades dos prédios utilizados pela prefeitura de Navegantes, Fundos e Fundações, através da Secretaria de Obras, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Fundo Municipal de Segurança Contra Incêndio - FUMSCI de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 27/08/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 27/08/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

DECRETO 159/2020

Publicação Nº 2600028

DECRETO Nº 159 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA O §2º DO ART. 1º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 63, DE 13 ABRIL DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população e dos servidores do Município de Navegantes e, em continuidade das medidas e ações em saúde pública para a prevenção, contenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º O § 2º do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 63, de 13 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ”

[...]

§ 2º O Sistema Nacional de Emprego - SINE funcionará das 11:00 h às 17:00 h, tanto o expediente interno, quanto o atendimento externo e o Procon de Navegantes funcionará das 07:00 h às 13:00 h, tanto o expediente interno, quanto o atendimento externo.

Art. 2º Fica revogado o artigo 4º-A, do Decreto Municipal nº 63, de 13 de abril de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura de Navegantes, 11 de agosto de 2020.

Emílio vieira
Prefeito Municipal

Marcio da rosa
Secretário de Administração e Logística

DECRETO 160/2020

Publicação Nº 2600029

DECRETO Nº 160 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o aumento do número de casos confirmados de infecção humana pelo novo coronavírus na região dos Municípios que compõem a AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, na qual se inclui a cidade de Navegantes;

Considerando a Recomendação Conjunta nº 002/2020, da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI;

Considerando a Recomendação Conjunta expedida pela Procuradoria Geral de Justiça nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002405-5, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na data de 10 de julho de 2020;

Considerando a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da matriz de Avaliação de Risco Potencial de

07 de julho de 2020, relacionada à região da Foz do Rio Itajaí, incluindo a região como risco potencial gravíssimo da doença do novo Coronavírus; e,

Considerando que o Comitê Central de Crise instituído pelo Decreto Municipal nº 48, de 17 de março de 2020, se reuniu através de aplicativo de troca de mensagens e deliberou pela prorrogação das medidas restritivas estabelecidas no Decreto Municipal nº 139, de 16 de julho de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Pelo período de 14 dias, a partir de 12 de agosto de 2020, a adoção das seguintes medidas:

§ 1º Quanto aos mercados:

I – Nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados), determina-se:

- a) Limitar/restringir o acesso a apenas 1 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes;
- b) A redução da capacidade de entrada de pessoas em no máximo 30% (trinta por cento) do limite permitido, sendo o horário previsto de funcionamento das 6:00 às 22:00 horas, de segunda-feira à domingo, devendo realizar a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos, fornecimento de álcool em gel, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros); e,
- c) Os estabelecimentos devem seguir as diretrizes sanitárias do Estado: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/re-source/093d8933-94ba-4f3f-82f6-074f73c3a632>, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

§ 2º Quanto aos serviços de alimentação:

I – Em relação aos serviços que envolvem a alimentação, tais como restaurantes, padarias, lanchonetes, carrinhos de lanche, petiscarias, conveniências, para manutenção de suas atividades econômicas, deverão funcionar das 6:00 às 22:00 horas, de segunda-feira à domingo e deverão seguir as seguintes medidas:

- a) Limitação de entrada e permanência de pessoas em 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima de público do estabelecimento, com a devida informação visível desse quantitativo, devendo ser retirado e/ou isoladas do salão as mesas e cadeiras excedentes;
- b) Priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;
- c) Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento;
- d) Disponibilização de álcool gel 70% em cada mesa ou balcão;
- e) Disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;
- f) Controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;
- g) Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;
- h) Controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo);
- i) Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool gel 70%, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;
- j) Uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;
- k) Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;
- l) Higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;
- m) Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;
- n) Proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;
- o) Afastamento obrigatório de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes de alto risco, com comprovação médica, exceto para o trabalho remoto (Home Office);

p) Priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;

q) Fica vedada a utilização de bandas musicais;

r) Fica proibido, o uso de equipamentos de “Narguilé” em espaços públicos e privados com acesso ao público, mesmo em ar livre; e,

s) Fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários.

§ 3º Quanto às atividades das casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos – públicos e privados:

I – Ficam proibidos o seu funcionamento, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 4º Quanto à execução de música ao vivo em qualquer local:

I – Fica proibido, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 5º Quanto aos espaços de parques, praças, clubes sociais e afins:

I – Ficam proibidos o seu funcionamento e acesso, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 6º Quanto à realização de velórios:

I – Os velórios realizados no âmbito do Município de Navegantes terão a duração máxima de 4 (quatro) horas ininterruptas, limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, utilizando obrigatoriamente a máscara;

II – As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara;

III – O velório só será permitido no dia do sepultamento e este deverá ocorrer das 05:00 horas até as 17h30; e,

IV – Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).

§ 7º Quanto às academias ao ar livre e playgrounds:

I – Ficam proibidos o seu funcionamento e acesso, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 8º Quanto às atividades esportivas coletivas:

I – Ficam proibidas a prática de atividade esportiva coletiva (futebol, vôlei, bocha, sinuca, dominó, baralho etc.), em áreas públicas ou privadas.

§ 9º Quanto às Praias:

I – Ficam proibidas as atividades esportivas aquáticas, aglomeração de pessoas nas faixas de areia e em torno dos rios e lagoas, com exceção da pesca profissional e artesanal.

§ 10. Quanto às academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Natação, Escolas e Escolinhas de Futebol, Hidroginástica em estabelecimentos privados e públicos:

I – Ficam proibidas as aulas coletivas, somente sendo permitidas as práticas individuais respeitada a taxa de ocupação de 30%, o distanciamento de 1,5m entre as pessoas e equipamentos e observadas as seguintes medidas:

a) Realização de desinfecção total do ambiente uma vez por período (manhã/tarde/noite), com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;

b) Adoção do uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os colaboradores;

c) Utilização de pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia; e,

d) Utilização de apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado.

§ 11. Quanto aos hotéis, pousadas e similares:

I – Ficam autorizados o seu funcionamento com o cumprimento das regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº244/2020.

§ 12. Quanto aos bancos:

I – Ficam autorizados o seu funcionamento, devendo o estabelecimento manter um funcionário para organizar o distanciamento nas filas e

uso de máscaras e, dispor de álcool gel junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana.

§ 13. Quanto às atividades religiosas:

I – Ficam permitidas a realização de missas e cultos presenciais aos sábados e domingos com a manutenção das medidas sanitárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus e com o cumprimento das regras previstas na Portaria GAB/SES nº 254/2020; e,

II - Ficam permitidas às missas e cultos realizados na modalidade Drive in e/ou on-line.

§ 14. Quanto às aulas presenciais da rede pública e privada de cursos superiores, técnicos e de formação de condutores:

I – Ficam mantidas as suspensões de aulas presenciais durante o prazo estabelecido no caput deste artigo, inclusive estágios nas instituições de ensino.

§ 15. Quanto às cirurgias eletivas:

I – Ficam mantidas as suspensões das cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atendem na rede complementar ao SUS (respeitando a Portaria SES/SC nº 421, de 22/06/2020).

§ 16. Quanto à Atenção Básica:

a) deverá ser priorizado o atendimento para a população por telefone para orientar quanto ao melhor local para atendimento de acordo com as queixas das pessoas, conforme relação abaixo;

- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS Telefone: 3185-2008
- CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE – CES Telefone: 3319-2786
- CETA – CENTRO EPIDEMIOLÓGICO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO Telefone: 3319-0382
- CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM – CRMH Telefone: 3342-1654
- CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS- CEO Telefone: 3185-2301
- CENTRO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO- CEFIR Telefone: 3185-2291
- UBS AREIAS Telefone: 99730-2209
- UBS CENTRAL Telefone: 3185-2357 / 3185 2388 / 3185 2354
- UBS ESCALVADOS Telefone: 3319-8008
- UBS ESCALVADINHOS Telefone: 3185-2021
- UBS GRAVATÁ Telefones: 3342-7344
- UBS HUGO DE ALMEIDA Telefone: 3319-9146
- UBS Machados / Policlínica Telefone: 3185-2002
- UBS MEIA PRAIA Telefone: 3319-3210
- UBS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS Telefone: 3319-2192
- UBS PORTO ESCALVADOS Telefone: 3148-0052
- UBS PORTO DAS BALSAS Telefone: 3319-0110
- UBS PEDREIRAS Telefone: 3185-2019
- UBS SÃO DOMINGOS 1 Telefone: 3319-0813
- UBS SÃO DOMINGOS 2 Telefone: 3342-5682
- UBS SÃO PEDRO Telefone: 3319-0380
- UBS SÃO PAULO Telefone: 3185-2006
- UBS VERDE MAR Telefone: 3319-4014
- UBS VOLTA GRANDE Telefone: 3342-4737
- TRANSPORTE DA SAÚDE Telefone: 3319-3395

b) o fluxo de atendimento nas unidades de saúde deverá ser organizado de forma a diminuir o contato entre as pessoas;

c) deverá monitorar as pessoas com sintomas respiratórios em tratamento domiciliar;

d) deverá notificar os casos suspeitos para COVID-19 e comunicar a vigilância epidemiológica municipal;

e) deverá realizar ações de educação em saúde para população local voltada para prevenção da transmissão da COVID-19;

f) deverá suspender atendimentos eletivos, o que não se aplica ao atendimento das clínicas e laboratórios conveniados pelo município, bem como aqueles atendimentos realizados pelo CAPS - Centro de Atenção Psicossocial;

g) deverá treinar equipe para atendimento de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19; e,

h) deverá treinar equipe para paramentação e desparamentação adequada e cuidados com proteção individual.

§ 17. Quanto ao funcionamento do comércio em geral:

I – Fica permitida a abertura de segunda-feira a domingo das 08:00 às 22:00 horas; e,

II – O disposto no inciso I acima, também se aplica aos bares (que deverão utilizar as mesmas condições sanitárias de segurança previstas no § 2º, do art. 1º, deste Decreto), sendo vedado, porém, a prática e o uso das mesas de sinuca, bem como a prática e o uso de jogos de azar (dominó, baralho etc).

§ 18. Quanto às medidas para a Sociedade em Geral, recomenda-se:

- a) higienizar as mãos com frequência;
- b) adotar como prática a etiqueta da tosse;
- c) evitar viajar e realizar comemorações com a presença de pessoas que não residem em sua casa;
- d) ficar em casa a maior parte do tempo;
- e) ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável;
- f) manter distância de 1,5 metros de outras pessoas;
- g) não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas;
- h) priorizar serviços de delivery;
- i) quando possível adiar consultas, exames médicos, cirurgias e outros procedimentos que possam provocar danos à saúde e a ida a locais onde há pessoas potencialmente doentes;
- j) utilizar máscara em espaços públicos e espaços privados compartilhados; e,
- k) não frequentar locais que não sigam as recomendação e adequações necessárias para minimizar a transmissão do Coronavírus.

§ 19. Quanto às medidas ao Setor Privado recomenda-se:

- a) adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização;
- b) adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível;
- c) adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais;
- d) afastar colaboradores suspeitos de COVID-19;
- e) afastar trabalhadores que pertençam aos grupos de risco;
- f) apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19;
- g) disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais;
- h) higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais;
- i) intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais;
- j) monitorar temperatura corporal de funcionários e clientes e evitar a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de 37,5º;
- k) priorizar a ventilação natural dos ambientes nas atividades essenciais;
- l) procurar testar regularmente colaboradores; e,
- m) uso de máscaras pelos funcionários de atividades essenciais durante todo o período de funcionamento.

§ 20. Quanto à fiscalização e sanção:

I – O descumprimento deste Decreto sujeitará ao infrator, seja ele pessoa física ou jurídica, às penalidades previstas no art. 74, da Lei Complementar nº 148, de 23 de fevereiro de 2012, além das penas previstas no art. 268, do Código Penal.

II – A avaliação de risco potencial é realizada semanalmente conforme publicação pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no endereço eletrônico: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>, cabendo revisões neste decreto sempre que necessário para alinhar com os resultados esperados - redução do risco potencial.

III – Todos os estabelecimentos citados neste artigo devem seguir as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado: COVID-19 - COVID-19 - Diretrizes Sanitárias - Diretrizes Sanitárias – Alimentação.

IV – A fiscalização desses estabelecimentos deve ser ampliada pela vigilância sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar e/ou Guarda Municipal e/ou Defesa Civil e Corpo de Bombeiro Militar, buscando garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Art. 2º Permanecem as restrições contidas no Decreto Municipal nº 63, de 13 abril de 2020, naquilo em que não conflitam com as disposições do presente Decreto.

Art. 3º Fica permitida a prática do surfe durante o período prescrito no caput do art. 1º, deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Marcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO DA ATA 41/2020 PMN

Publicação Nº 2598918

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2020 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 41/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 41/2020 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FORNECIMENTO DE REPRODUÇÕES (CÓPIAS), IMPRESSÕES, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS; INCLUINDO A INSTALAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA OPERAÇÃO E LIMPEZA, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE SOFTWARE PARA GESTÃO OPERACIONAL DO CONTRATO DE CONTROLE ELETRÔNICO DA PRODUÇÃO DE PÁGINAS IMPRESSAS VIA REDE.

Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2020 PMN.

Fornecedores:

SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.
CNPJ: 83.483.230/0001-86
Gerente: Edenei Pereira
Valor: R\$ 2.534.000,00
Vigência: 11/08/2020 A 11/08/2021.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 11 de agosto de 2020.

EXTRATO DA ATA 82/2020 PMN

Publicação Nº 2598687

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2020 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 82/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 82/2020 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA E BANDEIRA NACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 82/2020 PMN.

Fornecedores:

ESTAMPLAC – IND. E COM. DE BANDEIRAS LTDA.
CNPJ: 86.719.663/0001-86
Sócio: Leodir Mário Balzan

Valor: R\$ 16.399,00
Vigência: 11/08/2020 A 11/08/2021.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 11 de agosto de 2020.

KARLA REGINA VENTURA CONVOCAÇÃO

Publicação N° 2598974

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 11 de agosto de 2020

Ilmo Sra.
KARLA REGINA VENTURA

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de ENFERMEIRA ESF 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

LAUDO DOS REGISTROS APRESENTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 29/2020 FMS

Publicação N° 2598936

Navegantes, 10 de agosto de 2020.
DE: Almoxarifado da Saúde
PARA: Prefeitura Municipal de Navegantes / Setor de Compras
Assunto: Análise dos registros da Licitação 29/2020 – REMUME

Prezados,
Venho por meio desta, emitir parecer sobre a análise de registro do pregão 29/2020, visando a aquisição de medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME.

Participante 15239 – INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
2	ACEBROFILINA 5mg/mL 120mL	REPROVADO

Item 2 – não apresentou registro.
Item reprovado.

Participante 1183 – SOMA/SC PROUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
6	ÁCIDO FÓLICO 5mg	REPROVADO
20	AMIODARONA, CLORIDRATO 200mg	REPROVADO
55	CETOCONAZOL 200mg	REPROVADO

89	DOXAZOSINA 2mg	REPROVADO
----	----------------	-----------

Itens 6, 20, 55 e 89 – não apresentou registro.
Todos os itens foram reprovados.

Participante 94 – ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
26	AMOXICILINA 50mg/mL 150mL	REPROVADO

Item 6 – não apresentou registro.
Item reprovado.

Participante 19474 – CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
153	LOSARTANA POTÁSSICA 50mg	REPROVADO
157	METFORMINA, CLORIDRATO 500mg	REPROVADO

Itens 153 e 157 – não apresentou registro.
Todos os itens foram reprovados.

Participante 19473 – DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
175	NISTATINA 100.000UI/mL – 50mL	APROVADO

Item aprovado.

Sem mais, agradeço

Vivian Berkenbroch Ramos Bento
Farmacêutica - Secretaria Municipal da Saúde

PORTARIA 2886/2020 - COMISSÃO CREDENCIAMENTO BOMBEIROS

Publicação Nº 2598779

PORTARIA N º 2886 DE 11 DE AGOSTO DE 2020
INSTITUI COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO REFERENTE AO CREDENCIAMENTO PARA MÚTUA COOPERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes
RESOLVE:

Art. 1º. INSTITUIR a Comissão de Monitoramento e Avaliação Referente ao Credenciamento visando proporcionar execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública para atendimento pré-hospitalar móvel na área de urgência e emergência, transporte intra-hospitalar, combate a incêndio, salvamento aquático, prestação de socorro em casos de inundações, catástrofes e calamidades públicas, entre outros, por 24 horas por dia de forma ininterrupta, a todos os munícipes de Navegantes, através do repasse financeiro, na forma do plano de trabalho e plano de aplicação apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas em portaria, atendendo as exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, cujos integrantes são os seguintes:

Alessandra Regina Lucas;
Danielle dos Santos Lois de Oliveira;
Fabiano Luiz Bianchi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2020.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2885 DE 11 AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598686

PORTARIA Nº 2885 DE 11 AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 82/2020 PMN do processo licitatório, Pregão Eletrônico nº 82/2020 PMN, cujo objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA E BANDEIRA NACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC.

Fiscais: SALETE MARIA BRANCHI -- (titular)
AGATH S. JENSEN GERALDINO -- (suplente).

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2887 DE 11 AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598916

PORTARIA Nº 2887 DE 11 AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 41/2020 PMN do processo licitatório, Pregão Presencial nº 41/2020 PMN, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FORNECIMENTO DE REPRODUÇÕES (CÓPIAS), IMPRESSÕES, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS; INCLUINDO A INSTALAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA OPERAÇÃO E LIMPEZA, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE SOFTWARE PARA GESTÃO OPERACIONAL DO CONTRATO DE CONTROLE ELETRÔNICO DA PRODUÇÃO DE PÁGINAS IMPRESSAS VIA REDE.

Fiscais: GUSTAVO GARCIA DOS SANTOS -- (titular)
JEFFERSON PRESOTTO-- (suplente).

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RODRIGO PINTO GONÇALVES CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2598977

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 11 de agosto de 2020

Ilmo Sr.
RODRIGO PINTO GONÇALVES

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de ENFERMEIRO 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

Nova Erechim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 107/2020 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, IVONE HUBNER

Publicação Nº 2599741

PORTARIA Nº 107, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da lotação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

A necessidade de Servidor Municipal para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica designada a Servidora Municipal IVONE HUBNER, Matrícula 5380/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 11 de agosto de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 58/2020

Publicação N° 2600127

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 58/2020 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E DINFLA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa DINFLA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, com sede na RUA JOSÉ MAROCCO , , inscrita no CNPJ sob o nº 33.996.170/0001-27, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) FLAVIO BABINSKI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato N.º. 58/2020, de 27 de abril de 2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N.º 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 57 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê prorrogar a vigência dos Contratos;

CONSIDERANDO, a dificuldade de executar a obra devido ao nível de água do Rio Pinheiro;

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogada a vigência do contrato nº 58/2020 do processo licitatório nº 66/2020 Tomada de Preços, ate 30/09/2020, conforme clausula Quinta.

CLAUSULA SEGUNDA: - As demais clausulas do contrato nº 58/2020 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA – SC, 11 de agosto de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

DINFLA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI
Representante Legal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Fiscal pelo Termo Aditivo (contrato)

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Termo Aditivo cumpre os requisitos exigidos pela Lei das Licitações Lei nº 8.666/93, pelo que de acordo com o que estabelece na referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Assessor Jurídico – OAB/SC 23.347

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO N° 133-2020

Publicação N° 2600097

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. N°. 133/2020
Edital: Pregão N°. 48/2020
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: Aquisição de Veículo Automotor Novo, Tipo Furgão (Ambulância UTI).
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21 de agosto de 2020.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21 de agosto de 2020.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei N° 10.520/2002 e supletivamente pela Lei N° 8.666/93.



NOVA ITABERABA, 11 de agosto de 2020

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 320/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600090

DECRETO Nº 320/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"HOMOLOGA O GABARITO DEFINITIVO E TORNA PÚBLICO A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO;

CONSIDERANDO: os Princípios da Legalidade e Publicidade;

CONSIDERANDO: a necessidade de tornar públicos os atos praticados no Processo Seletivo nº 004/2020;

CONSIDERANDO: a inexistência de recursos contra o gabarito provisório.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o gabarito definitivo da prova objetiva, relativa ao processo seletivo nº 004/2020 (anexo I).

Art. 2º Torna público, para o conhecimento dos interessados, a classificação preliminar relativa ao Processo Seletivo nº 004/2020, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal do Município de Nova Itaberaba-SC, conforme anexo II.

Art. 2º Fica facultado ao candidato interessado a interposição de recurso contra a classificação preliminar, na forma do Edital de Abertura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

ANEXO I

ATO 010: Publicação do Gabarito Oficial

GABARITO OFICIAL: ANEXO I

DATA DA PROVA: 09/08/2020

DATA DE DIVULGAÇÃO: 11/08/2020 - 10h30min

As provas de cada cargo estão disponíveis aos candidatos na "Área do Candidato" acessado pelo site www.nbsprovas.com.br de forma individual a cada participante, acessado pela opção "Histórico de Inscrições", localizando a sua inscrição para o evento acima informado e em seguida clicando em "Mais Informações", onde será listada a sua prova.

Nova Itaberaba/SC, 11 de agosto de 2020.

Banca Técnica

Grupo NBS Provas

ANEXO I – Gabarito Oficial

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS									
Tipo de Prova: 1									
01: B	02: A	03: C	04: C	05: D	06: B	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: C	13: D	14: A	15: B	16: D	17: C	18: A	19: C	20: B
21: D	22: C	23: B	24: D	25: A					
Tipo de Prova: 2									
01: D	02: B	03: A	04: C	05: C	06: B	07: B	08: C	09: D	10: A
11: B	12: D	13: C	14: D	15: A	16: A	17: C	18: D	19: C	20: A

21: B	22: C	23: B	24: D	25: C					
Tipo de Prova: 3									
01: C	02: C	03: D	04: B	05: A	06: D	07: A	08: B	09: B	10: C
11: D	12: A	13: B	14: D	15: C	16: A	17: C	18: D	19: B	20: C
21: B	22: D	23: A	24: D	25: C					

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO									
Tipo de Prova: 1									
01: B	02: A	03: C	04: C	05: D	06: B	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: C	13: D	14: A	15: B	16: D	17: C	18: A	19: D	20: C
21: B	22: C	23: B	24: D	25: A					
Tipo de Prova: 2									
01: D	02: B	03: A	04: C	05: C	06: B	07: B	08: C	09: D	10: A
11: B	12: D	13: C	14: D	15: A	16: B	17: D	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: D	24: A	25: C					
Tipo de Prova: 3									
01: C	02: C	03: D	04: B	05: A	06: D	07: A	08: B	09: B	10: C
11: D	12: A	13: B	14: D	15: C	16: D	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: D	23: C	24: B	25: C					

ANEXO II

ATO 011: Publicação da Classificação Provisória
 CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA: ANEXO I (Ampla Concorrência)
 DATA DA PROVA: 09/08/2020
 DATA DE DIVULGAÇÃO: 11/08/2020 - 10h30min
 PRAZO RECURSAL: 12/08/2020 – 00h01min até 12/08/2020 – 23h59min

Fica o prazo acima destacado, para ingresso de recursos contra a classificação provisória efetuando o preenchimento do formulário de recurso disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado pela área do candidato, clicando no item "Recursos", escolhendo a opção de recurso adequada para o item desejado (Classificação Provisória) ou ainda efetuar o preenchimento do anexo recursal do Edital e realizar o protocolo deste, por um dos meios previstos no Item 11 do Edital.

Ficam disponíveis à todos os candidatos, com acesso pelo site www.nbsprovas.com.br no link "Área do Candidato", utilizando sua senha pessoal de acesso, localizando sua inscrição e clicando em "Mais Informações", a imagem do cartão resposta utilizado na prova, com o intuito de dirimir qualquer dúvida ou confirmar a correção eletrônica de suas respostas.

Legendas Utilizadas na Publicação:

POR: Nota relativa às questões de Língua Portuguesa.
 MAT: Nota relativa às questões de Matemática.
 ATU: Nota relativa às questões de Atualidades e Conhecimentos Gerais.
 ESP: Nota relativa às questões de Conhecimentos Específicos.

Nova Itaberaba/SC, 11 de agosto de 2020.

Banca Técnica
 Grupo NBS Provas

ANEXO I – Classificação Provisória (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS										
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	17	MARCIO ALEXANDRE NICKNIG	23/09/1989	1,20	1,50	0,90	3,85	7,45	
Classificado	2º	37	DIANA TIBOLLA	04/06/1996	1,20	0,90	1,20	2,75	6,05	
Classificado	3º	30	PABLO MARCO DOS SANTOS	11/06/1997	1,20	0,60	1,50	2,75	6,05	
Classificado	4º	6	CAMILA KARINA ZANETTE	19/09/1990	0,90	1,20	0,90	2,20	5,20	
Classificado	5º	28	JOSE EDUARDO FERLA	23/07/1993	0,60	0,90	1,20	2,20	4,90	
Classificado	6º	5	MAURO DO CARMO	09/09/1967	1,20	0,90	0,30	2,20	4,60	
Classificado	7º	33	DULCIANE BALBINOT	13/07/1990	0,90	0,60	0,00	2,20	3,70	

Classificado	8º	34	VIVIANE GUILARTE	22/12/1995	0,60	0,60	0,30	2,20	3,70	
Classificado	9º	40	SHARLINE RITA BELLO	11/04/1993	0,60	0,30	0,90	1,65	3,45	
Classificado	10º	29	CASSIANE FATIMA ZANESCO	03/06/1993	0,90	0,30	0,30	1,65	3,15	
Desclassificado	-	38	ELIZA REGINA BARON	17/06/1982	0,00	0,00	0,60	1,10	1,70	
Desclassificado	-	8	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	27/04/1992	-	-	-	-	-	
Desclassificado	-	24	EDUARDO GABRIEL BORIN	09/02/1998	-	-	-	-	-	

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	13	TANARA VANESSA BABINSKI	16/11/1998	0,90	0,60	0,90	3,85	6,25	
Classificado	2º	12	LUIZ EDUARDO POZZEBON SPEROTTO	19/11/2001	0,60	0,90	0,30	4,40	6,20	
Classificado	3º	9	ANA JULIA BUENO TELES	23/05/2000	0,90	1,20	0,60	3,30	6,00	
Classificado	4º	27	SORIANE GUARDA	25/04/1992	0,90	0,90	0,60	2,20	4,60	
Classificado	5º	23	LEONARDO LOPES	05/05/1991	1,20	0,30	0,60	2,20	4,30	
Classificado	6º	25	CARLA SILVANE RAMOS ECHIMBACK	14/06/1998	0,60	0,30	0,30	2,75	3,95	
Desclassificado	-	32	JAQUELINE MALAGUTTI TECCIANI	17/02/2001	0,30	0,00	0,90	1,10	2,30	

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

DECRETO Nº 321/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600132

DECRETO Nº 321/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º- Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 84.393,38 (Oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos) no Projeto Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública, na modalidade de aplicação 31.90, 33.90 e 44.9 na Aplicação Direta – na Fonte 01.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União e o detalhamento 99 – Recurso APS, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 39.393,88

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 15.000,00
Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União
Detalhamento: 0099 – Recursos APS

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 84.393,38 (Oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos) provenientes da anulação de dotação do Fundo Municipal de Saúde Nova Itaberaba, cf discriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 301 Atenção Básica
Programa: 0013 MAIS SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 66.800,00
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 17.593,38
Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União
Detalhamento: 0008 - PAB

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 316/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600086

DECRETO Nº. 316/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019, de 17 de dezembro de 2019.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2020, no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), no Projeto Atividade 2.020 – Manutenção das atividades de Assistência Social e Habitação, na modalidade de aplicação 3.3.90 - Aplicação Direta – na fonte 01.65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS/Estado, conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 008 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA
Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 11.000,00
Fonte: 0165 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS/Estado Detalhamento: 0023 – Proteção Básica

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), provenientes da anulação de dotação da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 008 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA
Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 7.000,00

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 4.000,00

Fonte: 0165 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS/Estado Detalhamento: 0037 – Família Acolhedora

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 10 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 317/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600088

DECRETO Nº. 317/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) no Projeto Atividade 2.034 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta – na Fonte 0.1.00 - Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 008 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA
Projeto/Atividade: 2.034 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta
Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 00000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recursos R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), provenientes da anulação de dotação da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 008 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA
Projeto/Atividade: 2.034 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 00000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recursos R\$ 1.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 322/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600095

DECRETO Nº. 322/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019, de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) no Projeto Atividades: 2.031 –Ampliação, Reformas e Melhorias nas Escolas, na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta, na fonte 01.79 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado e o detalhamento 130 – Emendas Impositivas, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO.

Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.031 – AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS ESCOLAS

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.79 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado

Detalhamento: 0130 – Emenda Impositiva R\$ 250.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do produto do Excesso de Arrecadação na Fonte 79 – Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado -na rubrica 2.4.2.8.05.1.1 – Transferências Recursos Destinados Programas Educação Principal, de acordo com o estabelecido no art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.262/2019 - art. 5º.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº 82-2020

Publicação Nº 2600101

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 82/2020, de 11/08/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: CONSTRUTORA GONÇALVES DE ALMEIDA EIRELI

OBJETO: Ampliação de Prédio da Escola Municipal Pré escolar Sonho Infantil, com 26,4m²

VALOR DO CONTRATO: R\$ 31.573,33 (trinta e um mil quinhentos e setenta e três reais e trinta e três centavos)

AMPARO LEGAL Tomada de Preços nº 130/2020, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 83-2020

Publicação N° 2600116

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 83/2020, de 11/08/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: TRANSPORTES SAO MARCOS LTDA ME

OBJETO: Pavimentação com Pedras Basalto Irregulares na EMNI 003, EMNI 024 e EMNI 025, com 5430m².

VALOR DO CONTRATO: R\$ 297.551,88 (duzentos e noventa e sete mil quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos)

AMPARO LEGAL Tomada de Preços nº 131/2020, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 143/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2600143

PORTARIA N.º 143/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

“REVOGA EFEITOS DA PORTARIA N° 142/2020 QUE DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER INTERINAMENTE COMO SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA E OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei;

CONSIDERANDO: que a Secretária Municipal de Saúde, retornou às suas atividades normais.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR os efeitos da Portaria nº 142/2020 que designou interinamente o Servidor GILBERTO SOUZA DOS SANTOS, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, 40 horas semanais, para responder como Secretário Municipal de Saúde, respectivamente por todas as atividades correspondentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 10 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Publicação N° 2598865

Retifica Portaria nº 660/2020

Fica retificada a Portaria nº 660/2020, de 04 de agosto de 2020, publicada em 05 de agosto de 2020 no DOM/SC – edição nº 3222, páginas 941, 942 e 943, passando a vigorar a Portaria nº 660/2020, devidamente retificada, publicada na data de 12/08/2020, por motivo de equívoco de digitação no cargo da servidora.

Nova Trento, 11 de agosto de 2020.

Ivana Regina Cadore
Diretora Recursos Humanos

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Publicação N° 2598887

Retifica Portaria nº 671/2020

Fica retificada a Portaria nº 671/2020, de 07 de agosto de 2020, publicada em 10 de agosto de 2020 no DOM/SC – edição nº 3227, página 593, passando a vigorar a Portaria nº 671/2020, devidamente retificada, publicada na data de 10/08/2020, por motivo de equívoco de digitação no nome do servidor.

Nova Trento, 11 de agosto de 2020.

Ivana Regina Cadore
Diretora Recursos Humanos

DECRETO Nº 108/2020

Publicação N° 2598996

DECRETO Nº 108, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2020.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o Art.94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei nº 2.756/2020, que autoriza abertura de crédito suplementar DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2020, até o limite de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação fixada na mesma Lei, conforme abaixo especificado:

CRÉDITO ADICIONAL

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Transp., Obras, Serv. Urbanos e Planej.	180.000,00
0801.15.451.0008.1019	Pavimentação de Ruas	180.000,00
4.4.90.00000 0.1.00.000121	Aplicação Direta	180.000,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0901	Secretaria de Cultura e Turismo	180.000,00
0901.13.391.0009.2051	Realização da Festa Incanto Trentino	180.000,00
3.3.50.00000 0.1.00.000148	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	175.000,00
3.3.90.00000 0.1.00.000149	Aplicação Direta	5.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 11 de agosto de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO MUNICIPIO

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 109/2020

Publicação Nº 2598999

DECRETO Nº 109, 11 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2020.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o Art.94, inciso VIII da Lei Orgânica e com fundamento na Lei nº 2.757/2020, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2020 até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação fixada na mesma lei, conforme abaixo especificado:

CRÉDITO ADICIONAL

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Transp., Obras, Serv. Urbanos e Planej.	250.000,00
0801.1.019	Pavimentação de Ruas	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	250.000,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Secretaria Municipal de Educação	250.000,00
0401.2019	Manutenção do Transporte Escolar	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.01.000000	Aplicações Diretas	250.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 11 de agosto de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
PREFEITO MUNICIPIO Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 110/2020

Publicação Nº 2599017

DECRETO Nº 110, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual de 2020.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o Art.94, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei nº 2.759/2020, que autoriza a abertura de crédito adicional especial, DECRETA:

Art. 2º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) na Lei Orçamentária Anual de 2020, utilizando como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação na fonte 0.1.70.000179 - Convênio com o Ministério do Turismo, conforme especificação abaixo e planilha em anexo:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1000	SECRETARIA DE ESPORTE	1.000.000,00
1001	Secretaria de Esporte	1.000.000,00
1001.27	DESPORTO E LAZER	1.000.000,00
1001.27.813	Lazer	1.000.000,00
1001.27.813.0007	Geração de Emprego e Renda	1.000.000,00
1001.27.813.0007.1017	Construção de um Centro de Eventos	1.000.000,00
0.1.70.000179	Convênio Ministério do Turismo	1.000.000,00

Art. 2º Esse Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 11 de agosto de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Prefeito Municipal Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Secretaria de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes orçamentárias para 2020

ANEXO I.2

Demonstrativo das Prioridades, Metas Físicas e Financeiras

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ESPORTE	10
Unidade Orçamentária	Secretaria de Esporte	01
Função	DESPORTO E LAZER	27
Sub-função	Lazer	813
Programa	Geração de Emprego e Renda	0007
Proj./Ativ./Op. Especiais	Construção de um Centro de Eventos	1017

Diagnóstico da Ação:

· O Município de Nova Trento, em razão do seu expressivo potencial turístico, necessita de um equipamento que permita a realização de eventos com capacidade de abrigar um público compatível com esse potencial turístico.

Diretrizes da Ação:

· Licitar e contratar empresa especializada para conclusão das obras do Centro de Eventos;

Objetivos da Ação:

· Gerar emprego e renda a nossa gente.

Metas:

Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
Área	M2	1.000	1.000.000,00	0.1.70.000179

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.			TOTAL 2020
		0.1.70.000179			
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000.000,00			1.000.000,00
	TOTAIS	1.000.000,00			1.000.000,00
		Despesa Realizada em 2015			0,00
		Despesa Realizada em 2016			0,00
		Despesa Realizada em 2017			0,00
		Despesa Realizada em 2018			0,00
		Despesa Realizada em 2019			325.345,00

LEI Nº 2.756/2020

Publicação Nº 2598941

LEI Nº 2.756, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2020.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2020 até o limite de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação fixada na mesma lei, conforme abaixo especificado:

CRÉDITO ADICIONAL

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Transp., Obras, Serv. Urbanos e Planej.	180.000,00
0801.15.451.0008.1019	Pavimentação de Ruas	180.000,00
4.4.90.00000 0.1.00.000121	Aplicação Direta	180.000,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0901	Secretaria de Cultura e Turismo	180.000,00
0901.13.391.0009.2051	Realização da Festa Incanto Trentino	180.000,00
3.3.50.00000 0.1.00.000148	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	175.000,00
3.3.90.00000 0.1.00.000149	Aplicação Direta	5.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 11 de agosto de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO MUNICIPIO

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Administração e Finanças

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEI Nº 2.757/2020

Publicação Nº 2598993

LEI Nº 2.757, 11 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2020.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2020 até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação fixada na mesma lei, conforme abaixo especificado:

CRÉDITO ADICIONAL

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Transp., Obras, Serv. Urbanos e Planej.	250.000,00
0801.1.019	Pavimentação de Ruas	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	250.000,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Secretaria Municipal de Educação	250.000,00
0401.2019	Manutenção do Transporte Escolar	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.01.000000	Aplicações Diretas	250.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 11 de agosto de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO MUNICIPIO

VALDEMIRO LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEI Nº 2.759/2020

Publicação Nº 2599008

LEI Nº 2.759, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Inclui ação de Governo como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 e autoriza a abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual de 2020.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, no Programa de Governo “0007 – Geração de Emprego e Renda”, a Ação de Governo “1017 – Construção de um Centro Eventos”, no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), por conta de recursos de Convênio firmado com o Governo Federal.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) na Lei Orçamentária Anual de 2020, utilizando como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação na fonte 0.1.70.000179 - Convênio com o Ministério do Turismo, conforme especificação abaixo e planilha em anexo:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1000	SECRETARIA DE ESPORTE	1.000.000,00
1001	Secretaria de Esporte	1.000.000,00
1001.27	DESPORTO E LAZER	1.000.000,00
1001.27.813	Lazer	1.000.000,00
1001.27.813.0007	Geração de Emprego e Renda	1.000.000,00
1001.27.813.0007.1017	Construção de um Centro de Eventos	1.000.000,00
0.1.70.000179	Convênio Ministério do Turismo	1.000.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 11 de agosto de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Prefeito Municipal Secretário M. Administração e Finanças

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO
Secretaria de Administração e Finanças
Lei de Diretrizes orçamentárias para 2020
ANEXO I.2
Demonstrativo das Prioridades, Metas Físicas e Financeiras

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ESPORTE	10
Unidade Orçamentária	Secretaria de Esporte	01
Função	DESPORTO E LAZER	27
Sub-função	Lazer	813
Programa	Geração de Emprego e Renda	0007
Proj./Ativ./Op. Especiais	Construção de um Centro de Eventos	1017

Diagnóstico da Ação:

• O Município de Nova Trento, em razão do seu expressivo potencial turístico, necessita de um equipamento que permita a realização de eventos com capacidade de abrigar um público compatível com esse potencial turístico.

Diretrizes da Ação:

• Licitar e contratar empresa especializada para conclusão das obras do Centro de Eventos;

Objetivos da Ação:

• Gerar emprego e renda a nossa gente.

Metas:

Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
Área	M2	1.000	1.000.000,00	0.1.70.000179

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.			TOTAL 2020
		0.1.70.000179			
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000.000,00			1.000.000,00
	TOTAIS	1.000.000,00			1.000.000,00
		Despesa Realizada em 2015			0,00
		Despesa Realizada em 2016			0,00
		Despesa Realizada em 2017			0,00
		Despesa Realizada em 2018			0,00
		Despesa Realizada em 2019			325.345,00

PORTARIA Nº 660/2020

Publicação Nº 2598846

PORTARIA Nº 660/2020

Admissão em caráter temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas com Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na

Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e com amparo no disposto na Lei Complementar Municipal 675 de 24 de abril de 2020 e Decretos 036 e 060 de 2020, (Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 008/2020, de 21/07/2020, convocada conforme Decreto nº 103/2020, GEORGIA THAIS LEAL, matrícula nº 8391, para exercer o cargo de Enfermeiro, 40(quarenta) horas semanais, para atuar no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 04 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público.(Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 158/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.119-08, RG nº 3355628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, Lei Complementar Municipal 675 de 24 de abril de 2020 e Decretos 036 e 060 de 2020, (Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e a Senhora GEORGIA THAIS LEAL, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Francisco Rodrigues Pereira, nº 197, Bairro Ressacada, Município de Itajaí, portadora do CPF nº 102.405.219-27, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, para atuar no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 04 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público de acordo com os Decretos 036 e 060 de 2020, (Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 158/2020)

- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Mun. Saúde e Desenv. Comunitário

Georgia Thais Leal
Contratada

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Rafael Diego
Assist. Adm./Asses. Adm
CPF: 040.788.629-00

Mathias Jaquiel Vinotti
Assessor Administrativo
CPF: 063.510.709-02

PORTARIA Nº 664/202 "B" "

Publicação Nº 2598509

PORTARIA Nº 664/2020 "B"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Valdemir Luiz Quaiatto, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, VLADIMIR DOS SANTOS, matrícula nº 7783, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Postura e Urbanismo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07(sete) dias, com efeitos a contar de 05 de agosto de 2020 a 11 de agosto de 2020, conforme atestado médico, datado de 05 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de agosto de 2020.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 671/2020

Publicação Nº 2598886

PORTARIA Nº 671/2020

Concessão de Férias

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, DIOGO MARCHI, matrícula nº 6470, ocupante do cargo de Agente de Combate à Endemias, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e

Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 10/08/2020 a 08/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 15/09/2017 a 14/09/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 673/2020 "A"

Publicação Nº 2598690

PORTARIA Nº 673/2020 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, HINDYANARA ANTUNES DOS PASSOS, matrícula nº 6985, ocupante do cargo de provimento efetivo de Supervisor de Educação Especial, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08(oito) dias, com efeitos a contar de 10 de agosto de 2020 a 17 de agosto de 2020, conforme atestado médico, datado de 10 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 673/2020 "B"

Publicação Nº 2598705

PORTARIA Nº 673/2020 "B"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, BRUNA CLAUMANN, matrícula nº 8344, ocupante do cargo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07(sete) dias, com efeitos a contar de 10 de agosto de 2020 a 16 de agosto de 2020, conforme atestado médico, datado de 10 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO SAF N.º 002, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598628

DECRETO SAF N.º 002, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 50.000,00, POR CONTA DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por conta da anulação de saldos de dotações orçamentárias, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas e Rodagem

Proj./Ativ. 1.048: Sinalização de Vias, Bens Públicos e Segurança

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 0754 (096) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas e Rodagem

Proj./Ativ. 1.048: Sinalização de Vias, Bens Públicos e Segurança

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0754 (099) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 04 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO SAF N.º 003, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598643

DECRETO SAF N.º 003, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 2.158,45, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso III, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 2.158,45 (dois mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade 01: Departamento de Estradas e Rodagem

Proj./Ativ.: 1.048 Sinalização de Vias, Bens Públicos e Segurança

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 0759 (156) Aplicações Diretas R\$ 2.158,45

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 04 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇOS N.º 130/2020 - PMNV

Publicação Nº 2599538

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 130/2020

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica da Rodovia Pedro Fontana no Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 26/08/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrgio, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 11 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS N.º 121/2020 - PMNV

Publicação Nº 2598745

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2020 - TP Processo Administrativo: 121/2020 Processo de Licitação: 121/2020 Data do Processo: 23/07/2020
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para pavimentação asfáltica da rua Jackson Malgaressi no Distrito de Caravaggio no Município de Nova Veneza, SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 24/2020 (Sequência: 1)

Ao(s) 11 de Agosto de 2020, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 335/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 121/2020, Licitação nº 121/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 10144 - BCL EMPREENDIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	pavimentação asfáltica da rua Jackson Malgaressi no Distrito de Caravaggio	UND	1,00	BCL EMPREENDIM	0,0000	160.664,79	160.664,79
Total do Participante ----->							160.664,79
Total Geral ----->							160.664,79

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Nova Veneza, 11 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Joana Maccarini Torquato - - Presidente da Comissão de Licitação

Angélica Eyng - - Membro

Julia Rodrigues Gava - - Membro

Carlos Luciano Savi - - Membro

Ivone Zocche - - Suplente

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.662 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600106

DECRETO Nº 2.662 de 11 de agosto de 2020.

Abre crédito adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei Municipal Nº 599 de 14 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO: A Portaria 1.666/2020 que trata de transferências de recursos financeiros Fundo a Fundo decorrentes do COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 243.198.00 (Duzentos e quarenta e três mil cento e noventa e oito reais) relativo a recursos vinculados e ordinários:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade. 2.031– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.90-00.01.0072 aplicações diretasR\$ 143.198.00

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0072 aplicações diretasR\$ 100.000.00

TOTAL R\$ 243.198.00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 11 de agosto de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 021/2020

Publicação Nº 2599821

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 11.08.2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDÊNCIAS

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : 3.570,73 (três mil, quinhentos e setenta reais e setenta e três centavos)

DATA: 11.08.2020 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 047/2019

Publicação Nº 2599819

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 11.08.2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDÊNCIAS

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 11.414,61(onze mil, quatrocentos e quatorze reais e sessenta e um centavos)

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 578,28 (quinhentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos)

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 5.003,40 (cinco mil e três reais e quarenta centavos)

DATA: 11.08.2020 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 116/2019-3 PREFEITURA

Publicação Nº 2599055

ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº : 116/2019-3 - Contrato Nº: 116/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: BRUNO SAZAM MORETTI EIRELI

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 12/08/2020 Término: 12/11/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 27/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E CALÇADAS NAS RUAS PEDRO FRANCISCO CARDOSO E AGENOR LOLI, LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVA ORLEANS CONFORME ANEXOS.

Orleans, 11 de Agosto de 2020

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 4.858/2020

Publicação Nº 2599105

DECRETO N. 4.858 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Art.88, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei n. 2923 de 3 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.048 - Manutenção da Gestão da Assistência Social

F.R. 01.35.0526 - Acolhimento

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.405,00

F.R. 01.35.0527 - EPIS

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.260,00

TOTAL _____ R\$ 7.665,00

Art.2º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizados o excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos:

F.R. 01.35.0526 - Acolhimento - R\$ 2.405,00

F.R. 01.35.0527 - EPIS R\$ 5.260,00

TOTAL _____ R\$ 7.665,00

Art.3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, 05 de agosto de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

DECRETO 4.859/2020

Publicação Nº 2599108

DECRETO N. 4.859 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei 2.959

de 11 e agosto de 2020,

DECRETA:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

06.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental

FR0.1.01.0001 – Recursos Próprios - Educação

52. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 74.517,74

TOTAL R\$ 74.517,74

Art.2º A conta dos recursos anteriores fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

06.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

1.005 Aquisição de Terreno, Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física – Educação Infantil

FR0.1.01.0001 – Recursos Próprios - Educação

49. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 74.517,74

TOTAL R\$ 74.517,74

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 11 de agosto de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal da Administração, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM -SC.

MAIRON EING ORBEN

Secretário da Administração Interino

EDITAL CHAMAMENTO EFETIVAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação Nº 2598921

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2017 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
ANGELA MARIA ZANELATO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 h

Orleans, 11 de Agosto de 2020.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

LEI 2.926 / 2020

Publicação Nº 2599112

LEI N. 2.960 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO PROJETO EXECUTIVO, CONTENDO VOLUME I, II E III E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação, sem ônus, dos moradores da comunidade de Sesmarias, Projeto Executivo contendo:

Volume I – Relatório do Projeto Estrada Geral Sesmarias
Volume II – Projeto Executivo de Engenharia Estrada Geral Sesmarias
Volume III - Notas de Serviços Estrada Geral Sesmarias.

Art.2.º O Projeto Executivo objeto de doação de que trata o Artigo 1º desta Lei, destina-se à pavimentação asfáltica na estrada geral de Sesmarias.

Art. 3.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Orleans/SC, em 11 de agosto de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM -SC.

MAIRON EING ORBEN
Secretário da Administração Interino

LEI 2961/2020

Publicação Nº 2599114

LEI N. 2.961 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO PROJETOS EXECUTIVOS, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação, sem ônus, da empresa Terra Projetos e Consultoria Ltda - EPP, dois Projetos Executivos de Pavimentação Asfáltica, sendo 01(um) na localidade de Boa Vista, com extensão de 240,00 metros lineares e 01 (um) na localidade de Rio Laranjeiras, com extensão de 180,00 metros lineares.

Art.2.º Os Projetos Executivos objeto de doação de que trata o Artigo 1º desta Lei, destinam-se à obras de pavimentação asfáltica.

Art. 3.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 11 de agosto de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM -SC.

MAIRON EING ORBEN
Secretário da Administração Interino

PROCESSO Nº 178/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2599941

PROCESSO Nº 178/2020
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 57/2020

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE EPIS, COMO MASCARAS CIRÚRGICAS E LUVAS DESCARTÁVEIS, PARA USO DOS BOMBEIROS MILITARES DE ORLEANS NO COMBATE AO COVID-19.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 19/08/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 20/08/2020, às 14h30min.

ESTE PROCESSO LICITATÓRIO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 11 de Agosto de 2020

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Otacílio Costa**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020 - SAÚDE**

Publicação Nº 2599311

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos, que considerando a Emergência de Saúde Pública Internacional declarada pelo Governo Federal e afastamento de dois médicos da rede pública municipal por se enquadrarem no grupo de risco e o continuo crescente aumento de casos positivos em nossa cidade, bem como a necessidade de ampliação do atendimento no Centro de Enfrentamento ao COVID, se faz necessária a contratação de um médico. Objeto: Contratação de empresa em caráter temporário, para fornecimento de médico para atendimento e enfrentamento ao COVID-19. Empresa contratada: CLINI SERRA SERVIÇOS MEDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 11.034.545/0001-35.

Valor da contratação: R\$ 7.000,00 mensais, com vigência de quatro (04) meses.

Total: R\$28.000,00

Processo nº 014/2020

Dotação utilizada: 57 3.3.90.39.50.00.00.00 COVID.

A íntegra do Processo pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações.

Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 11/08/2020.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

DECRETO Nº 687

Publicação Nº 2600078

DECRETO Nº 687, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI e art. 158, da Lei Orgânica, e,

Considerando as medidas implementadas em todo o território nacional para prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19), sobretudo a declaração de estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; Considerando que as medidas de contenção do coronavírus (COVID-19) acabam afetando a economia e influenciam diretamente na capacidade de sustento da população, notadamente aqueles mais vulneráveis financeiramente; Considerando o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, em especial, o inciso II, do art. 3º, que regulamenta a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais; Considerando a Portaria nº 337/GM/MC, de 24 de março de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social; Considerando o disposto na Lei nº 2.495, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a regulamentação dos Benefícios Eventuais no âmbito das Políticas Públicas de Assistência Social; Considerando a Resolução nº 006, de 6 de agosto de 2020, do Conselho Municipal de Assistência Social, que dispõe sobre benefícios eventuais no período de pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) em decorrência da situação de calamidade pública instalada requer a tomada de medidas compatíveis para garantir a dignidade e a sobrevivência da população;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, em caráter excepcional, o programa Segurança Alimentar, para atendimento das famílias afetadas pelos impactos financeiros decorrentes das medidas de contenção do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Altera, em caráter excepcional, o Benefício Eventual, durante a época de pandemia, que será disponibilizado à população que necessite, mediante avaliação técnica, através de cestas básicas contendo gêneros alimentícios e material de higiene, com os seguintes itens:

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade
01	Leite integral longa vida, caixa com 12 litros	caixa	1
02	Café solúvel em pó tradicional, embalagem com 200 gramas	unidade	1
03	Açúcar cristal especial, embalagem com 5 kg	pacote	1
04	Achocolatado em pó instantâneo, embalagem com 400 gramas	unidade	1
05	Margarina cremosa, com sal, embalagem com 1 kg	unidade	1
06	Sal refinado, embalagem com 1kg	pacote	1
07	Óleo de soja, embalagem com 900 ml	unidade	2
08	Banana comum	quilo	1
09	Maçã vermelha	quilo	1
10	Cenoura	quilo	1
11	Batata inglesa	quilo	1
12	Colorau, embalagem com 80 gramas	unidade	1
13	Cebola	quilo	1
14	Bolacha doce, embalagem com 740 gramas	unidade	1
15	Doce de frutas em pasta, embalagem com 400 gramas	unidade	1
16	Coxa e sobrecoxa de frango	quilo	1
17	Massa tipo parafuso, embalagem com 1 kg	pacote	1
18	Carne moída	quilo	1
19	Sardinha com óleo, embalagem com 125 gramas	lata	1
20	Ovos de galinha	dúzia	1
21	Feijão preto	quilo	2
22	Farinha de milho fina	quilo	1
23	Arroz parboilizado, embalagem com 5 kg	pacote	1
24	Farinha de trigo especial, embalagem com 5 kg	pacote	1
25	Fermento seco instantâneo, embalagem com 500 gramas	pacote	1
26	Fermento em pó químico, embalagem com 250 gramas	unidade	1
27	Papel higiênico folha simples, embalagem com 4 unidades	unidade	1
28	Sabonete em barra, embalagem com 90 gramas	unidade	2
29	Sabão em barra, embalagem com 200 gramas	unidade	1
30	Água sanitária, embalagem com 1 litro	unidade	1
31	Creme dental 90 gramas	unidade	1

Art. 3º Fica ao encargo do Conselho Municipal de Assistência Social zelar pela continuidade dos serviços prestados de forma a não prejudicar os usuários, que deverão ter seus direitos resguardados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 10 de agosto de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 41 ATA 27

Publicação Nº 2599295

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº041/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: IRACI DE ANDRADE 67882102920

Objeto: Contratação de empresa para realização de apoio técnico especializado para estruturação do comitê de gestão colegiada e elaboração do protocolo e fluxos de atendimento e proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Com carga horaria de 200 horas de serviço prestado. Valor certo e ajustado de R\$: 5.600,00 (cinco mil seiscentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de agosto de 2020. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº027/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2020 PR

Firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa SANTA CRUZ ANALISES CLINICAS LTDA ME objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Teste Rápido para diagnostico da COVID-19, visando o atendimento aos pacientes do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:35.000,00. Data da assinatura: 11/08/2020. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 11 de agosto de 2020. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE SESSÃO PARA ABERTURA DE ORÇAMENTO CC69/2019 SV MARKETING

Publicação Nº 2600013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ORÇAMENTO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 69/2019
ABERTURA DOS ORÇAMENTOS EM SESSÃO PÚBLICA

A Empresa DECISÃO PROPAGANDA LTDA, vencedora da Concorrência Pública nº 69/2019, que tem como objeto a contratação de agência de propaganda visando à prestação de serviços de publicidade para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, em observância às disposições da Lei 12.232/2010, por seu artigo 14, realizará SESSÃO PÚBLICA para abertura dos envelopes contendo os orçamentos para os seguintes serviços de Marketing Digital a serem realizados no período de setembro e outubro de 2020: 1 – Desenvolvimento de estratégia, editorial e linguagem para as redes sociais; 2 – Criação, gerenciamento, planejamento e análise das redes sociais (Facebook, Instagram); 3 – Periodicidade de até 6 (seis) posts por semana no Facebook e Instagram. Todo processo, conteúdo de texto e imagem é elaborado de acordo com as demandas do setor de comunicação da Prefeitura Municipal de Palhoça, juntamente com a Contratante; 4 – Relatórios completos nos eixos necessários mensais de desempenho (KPI). A sessão será realizada no dia 14 de agosto de 2020, às 14:00Hs, na Sala de Reunião da Secretaria de Administração, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. Palhoça, 11 de agosto de 2020. Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 2.633, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599934

DECRETO Nº 2.633, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 2.632/2020 QUE ESTABELECE SOBRE AS MEDIDAS UNIFICADAS PARA COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, e considerando as medidas unificadas estabelecidas pelos Municípios de Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Dá nova redação aos incisos IV e V do art. 1º do Decreto nº 2.632, de 07 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

IV - Fica proibida a utilização de playgrounds, academias ao ar livre e arenas de esportes públicas, com exceção dos ginásios e demais espaços públicos gerenciados pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça, que deverão seguir as regras e protocolos sanitários aplicáveis;

V - Fica proibida a permanência e a prática de atividades desportivas de forma individual e coletiva nos ambientes ao ar livre, como parques, praças, calçadões, durante finais de semana e feriados, ficando permitido apenas o trânsito de bicicletas com a finalidade de deslocamento, com exceção dos ginásios e demais espaços públicos gerenciados pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça, que deverão seguir as regras e protocolos sanitários aplicáveis; (...)" (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

Palhoça, 10 de agosto de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 242/2020

Publicação Nº 2598822

EXTRATO CONTRATO Nº 242/2020

Termo de Contrato

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços Nº 242/2020, firmado em 05/08/2020, com a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI

OBJETO: Serviços Assistência Técnica e Extensão Rural as famílias de produtores rurais, pescadores, maricultores, e comunidade nas áreas: social, ambiental, econômica e cultural, com o objetivo de levar conhecimentos, e desenvolvimento setorial sustentável, conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta dispensa de Licitação.

AMPARO: art. 57 da Lei nº 8.666/93

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2020.

VIGÊNCIA: 05/08/2020 a 05/07/2021.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "14" 3.3.90.39.05.

Valor global para 11 meses: R\$ 51.792,40 (cinquenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), sendo 11 (onze) parcelas mensais no valor de R\$ 4.708,40 (quatro mil, setecentos e oito reais e quarenta centavos).

Signatários: pelo Contratante,

FLÁVIO MARTINS

Secretário Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura

Pelo Contratado,

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI

Adriana Tomazi Alves.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2020

Publicação Nº 2598821

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2020.

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, XXX, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. Objeto: Serviços Assistência Técnica e Extensão Rural as famílias de produtores rurais, pescadores, maricultores, e comunidade nas áreas: social, ambiental, econômica e cultural, com o objetivo de levar conhecimentos, e desenvolvimento setorial sustentável, conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta dispensa de Licitação.

Vigência do Contrato: 05/08/2020 a 05/07/2021.

Processo: Dispensa de Licitação nº 153/2020.

Rubrica orçamentária: "14" 3.3.90.39.05.

Valor global para 11 meses: R\$ 51.792,40 (cinquenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), sendo 11 (onze) parcelas mensais no valor de R\$ 4.708,40 (quatro mil, setecentos e oito reais e quarenta centavos).

Autorização em 05/08/2020.

Ratificada em: 05/08/2020.

FLÁVIO MARTINS

Secretário Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 240/2020

Publicação Nº 2598817

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 240/2020.

Termo de Aditamento – Alteração Contratual.

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Locação nº 21/2014, firmado em 02/01/2014, com ZUETE LIMA DA ROSA.

OBJETO: Considerando a Portaria nº 2.631/2020, e ainda de acordo com o "Aceite" do proprietário na Notificação enviada em anexo, fica concedido o reequilíbrio econômico financeiro, reduzindo-se em 20% o valor mensal do aluguel pago pelo Município de Palhoça do Contrato nº 21/2014, no valor de R\$ 4.674,05 (quatro mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinco centavos), sendo o prazo de vigência com início retroativo em 01/07/2020 a 31/12/2020. O equilíbrio econômico-financeiro mencionado no presente termo aditivo está devidamente embasado no artigo 65, da Lei de Licitações. As demais cláusulas pactuadas nos Contratos nº 21/2014, permanecem inalteradas.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, d, da Lei n. 8.666/93; Portaria nº 2631/2020, do Município de Palhoça.

PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO

N. 18/2014.

DATA: 03/08/2020.

Signatários: pelo Contratante,

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pela Contratada,

ZUETE LIMA DA ROSA.

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 243/2020

Publicação Nº 2598824

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 243/2020

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 114/2020, firmado em 28/04/2020, com a empresa MSM EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA, conforme 1ª Alteração Contratual.

OBJETO: Execução da Revitalização da Praça Sete de Setembro, Centro de Palhoça/SC: Fica acrescido o valor de R\$ 194.885,10 (vinte e quatro mil oitocentos e quatro reais e oitenta e oito centavos), no percentual de 21,64% do valor do contrato nº 114/2020, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 83/2020.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "109" – 4.90.51.91.00.00.00".

DATA: 07/09/2020.

Signatários: pelo Contratante:

JACI HELEODORO MARTINS

Secretário Municipal de Serviços Públicos - SESP

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil – Prefeitura de Palhoça - CREA/SC 056773-4

THIAGO BERNARDES

Arq. e Urb. – Prefeitura de Palhoça - CREA/SC 3745700-1

Pelo Contratado,

MSM EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA

Ana Karoline Savulski Rodrigues.

NOTIFICAÇÃO DE VEÍCULO ABANDONADO - LEI MUNICIPAL 4630/2018

Publicação Nº 2600027

Notificação nº 16683/2020

Placa do veículo: LXP8068

Data da fiscalização: 10/08/2020

Hora da fiscalização: 17:07:00

Endereço de localização do veículo: RUA NORBERTO JOSE COELHO, 67, PALHOÇA - SC

Nome do(a) proprietário(a): ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL SA

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 34.033.779/0001-63

RUA CACADA DAS VIOLETAS, 208

CEP: 06.400-001 - ALPHA VILLE, Barueri - SP

Veículo arrendado por: JULIANO VIEIRA COSTA

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa LXP8068 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 0137 (número do adesivo)

Descrição do veículo: reboque branco em formato de paralelepípedo retangular (similar a container), sem placa e sem identificação.

Data da fiscalização: 07/08/2020

Hora da fiscalização: 15:30:00

Endereço de localização do veículo: RUA JOSÉ JOÃO SILVINO, 105, PALHOÇA - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do reboque supracitado a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 101/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2019**

Publicação Nº 2599995

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 101/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2019– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.531.725/0001-20. OBJETO: – Fica alterado o valor do item 7 (anlodipino 5 mg) da Ata de Registro de Preços nº 142/2019. O valor unitário do item 7 passará a ser R\$0,025.

DATA: 11/08/2020.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 070/2020**

Publicação Nº 2599898

PORTARIA Nº 070/2020

Retifica a Portaria nº 021/2020 e dá outras providências.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º - Retificar o Art. 2º da Portaria nº 021/2020, ou seja, onde se lê "(...) correspondente a 63,33% (sessenta e três vírgula trinta e três por cento) (...)", leia-se "(...) correspondente a 64,73% (sessenta e quatro vírgula setenta e três por cento).

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 021/2020 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/03/2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 07 de agosto de 2020.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Palma Sola

PREFEITURA

LEI 2073/2020

Publicação Nº 2598624

Lei 2073/2020, de 11 de agosto de 2020
Abre crédito Suplementar e da Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 776.862,50 (Setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

03. Secretaria de Administração

03.01 Secretaria de Administração

004.0122.0005.2036 Manutenção/Ampliação/Instalação Informática e Telefonia

3.3.3.90.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

03.03 Gestão Administração e Planejamento

004.0121.0003.2005 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Planejamento

3.3.1.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

04.06 Diretoria de esportes e Turismo

0027.0812.0009.1018 Construção/Ampliação/Reforma Ginásio Esportes

3.4.4.90.00.00.00.00.00.03000100 Aplicações Diretas R\$ 17.532,00

06. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

06.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

0020.0606.0014.2043 Implantação de Pastagens

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

0020.0606.0014.2046 Aquisição de Máquinas Pesadas para Patrulha Agrícola

3.4.4.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0020.0606.0014.2058 Manutenção e Funcionamento Secretaria de Agricultura

3.3.1.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 143.000,00

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.02 Fundo Municipal de Meio Ambiente FMMA

0020.0541.0015.2071 Preservação do Meio Ambiente

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 42.738,00

06.03 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

0006.0182.0006.2078 Manutenção e Func. do Fundo Municipal de Defesa Civil

3.3.1.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.04 Fundo Municipal de Saneamento Básico FMSB

0017.0511.021.2089 Manutenção Estações Distribuição de Água Rural

3.4.4.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07. Secretaria de Infraestrutura e Transportes

07.01 Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0452.0018.2079 Manutenção e Func. Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.1.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

0015.0451.0018.1034 Pavimentação de Ruas e Avenidas

3.4.4.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

07.02 Secretaria de Infraestrutura e Transportes

0026.0782.0018.2014 Manutenção e Func. Da Sec. de Infraestrutura e Transporte

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 135.592,50

3.3.3.90.00.00.00.00.00.03000100 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10. Secretaria de Assistência Social

10.01 Secretaria de Assistência Social

0008.0244.0007.2072 Benefícios Eventuais

3.3.3.90.00.00.00.00.00.03000100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º As despesas do artigo anterior correrão por conta de anulações de dotações de diversos setores do Orçamento Municipal como segue:

04. Secretaria de Educação e Esporte

04.04 Secretaria de Educação

0012.0364.0020.2038 Transporte de Universitários

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 40.737,80

04.06 Diretoria de Esporte e Turismo

0027.0812.0009.1022 Const./Reforma Quadra de Areia/Society/Pista Atletismo

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01000100 Transferências Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 2.000,00

3.4.4.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0027.0812.0009.1023 Construção/Reforma/Ampliação de Arquibancadas/Vestiário/Copa

3.4.4.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0027.0812.0009.1025 Construção Alambrado Futebol de Campo

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01000100 Transferências Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 3.000,00

0027.0812.0009.2012 Aquisição de Uniformes Esportivos

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0027.0812.0009.2080 Manutenção e Funcionamento Diretoria de Esportes

3.3.1.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.3.90.00.00.00.00.00.03000100 Aplicações Diretas R\$ 57.532,00

06. Secretaria Agricultura

06.01 Secretaria Agricultura

0020.0606.0014.2042 Incentivo a Fruticultura, Olericultura

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0020.0606.0014.2061 Feiras e Exposições Agropecuárias

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

0020.0606.0014.2064 Incentivo a Psicultura

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

0020.0606.0014.2068 Construção/Ampliação/Reforma Barracão Agroindústria

3.3.3.60.00.00.00.00.00.01000100 Transferências Instituições Privadas com Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06.03 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

006.0182.0049.2085 Segurança de Video Monitoramento

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

06.04 Fundo Municipal de Saneamento Básico FMSB

0017.0512.0021.2090 Estação de Tratamento de Esgoto

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.4.4.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07. Secretaria de Infraestrutura e Transporte

07.01 Diretoria de obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0018.1044 Construção da Rua Coberta

3.4.4.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 229.592,70

10. Secretaria de Assistência Social

10.01 Secretaria de Assistência Social

0008.0244.0007.1008 Construção/Reforma/Ampliação Centros Múltiplo Uso

3.3.3.50.00.00.00.00.00.01000100 Transferências Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 3.000,00

0008.0244.0007.2008 Manutenção e Funcionamento Fundo Municipal Assistência Social

3.3.3.90.00.00.00.00.00.03000100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0008.0244.0007.2052 Manutenção e Funcionamento Casa da Cidadania

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10.03 Fundo Municipal de Direitos do Idoso

008.0241.0024.2007 Manutenção Fundo Municipal Direitos Idosos

3.3.3.50.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

11. Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Juventude

11.01 Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Juventude

0013.0695.0051.2087 Manutenção e Funcionamento Fundo Municipal Turismo

3.3.3.90.00.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

0022.0661.0028.1012 Construção Pavilhões Industriais
3.4.4.90.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
0022.0661.0028.2044 Infraestrutura do Parque Industrial
3.4.4.90.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
0022.0661.0028.2048 Incentivos a Instalação de Indústria
3.3.3.90.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
022.0661.0028.2059 Capacitação Pessoal Mercado Trabalho
3.3.3.90.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
0022.0661.0028.2066 Manutenção e Funcionamento Secretaria Industria e Comércio
3.3.1.90.00.00.00.00.01000100 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 3º Fica modificado o Plano Plurianual PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta lei.

Art. 4º Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias LDO do exercício de 2020, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta lei.

Art. 5º Ficam alteradas a Lei Orçamentária Anual LOA do exercício de 2020, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta lei,

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Data

Elizete Terezinha Vissoto
Secretária de Planejamento.

LEI 2074/2020

Publicação Nº 2598630

Lei 2074/2020, de 11 de agosto de 2020.

Dá denominação oficial ao Museu da Colonização de Palma Sola e dá outras providências;

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Museu da Colonização de Palma Sola, criado pela Lei nº 1.467/2005, oficialmente denominado de: "Museu da Colonização José Felício Jung".

•
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Data

Elizete Terezinha Vissoto
Secretária de Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO N. 2976, DE 06.08.2020 - ALTERA O ART. 4º DO DECRETO N. 2959, DE 01 DE JUNHO DE 2020, CONFORME CONSTA

Publicação N° 2598646

DECRETO N° 2976, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o Art. 4º do Decreto n. 2959, de 01 de junho de 2020, conforme consta.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e
Considerando o pedido da Secretaria Municipal de Saúde solicitando a contratação de um número maior de testes, vistos a demanda de exames que estão aumentando diariamente e devido à alta contaminação do novo coronavírus – COVID – 19 no Estado de Santa Catarina,

DECRETA

Art. 1º. O Art. 4º do Decreto n. 2959, de 01 de junho de 2020, passa a contar e vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º. ...

DOS ITENS					
Item	Qtd	Unid	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	1000	Testes/ Exames	EXAMES/TESTES RT-P-CR (GOLD STANDARD PARA DIAGNOSTICO DA COVID 19).	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
TOTAL				R\$ 200.000,00	

Parágrafo único. ...

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 06 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br na mesma data supra.

Estela Mari Ferens
Administradora

DECRETO N. 2977, DE 11.08.2020 - DECRETA LUTO OFICIAL

Publicação N° 2598647

DECRETO N° 2977, DE 11.08.2020.
DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o falecimento do servidor público municipal aposentado Felipe Granza ocorrido no dia 10 de agosto de 2020,
CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados em toda a sua carreira funcional na prefeitura,

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial por 03 (três) dias a contar desta data em todo o território do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, em homenagem ao servidor aposentado Felipe Granza pelo seu falecimento ocorrido no dia 10 de agosto de 2020, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, na sede do Paço Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 11 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Estela Mari Ferens
Administradora

EXTRATO DE PREÃO PRESENCIAL Nº 049/2020 - SERVIÇOS DE MANILHAMENTO DA REDE DE ESGOTO

Publicação Nº 2599093

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2020

Objeto: Serviços de Mão de Obra em reparos no manilhamento da rede de esgoto e nas tubulações de coleta de água pluviais, no Perímetro Urbano do Município de Papanduva. Entrega dos envelopes: 25 de Agosto de 2020 até às 14:00 h; Início da Sessão Pública: 14:15 h. Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glewinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 11 de Agosto de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0027/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600082

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0027/2020

"ESTABELECE O QUADRO DE HORÁRIOS DA JORNADA DE TRABALHO SEMANAL DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores públicos da Câmara Municipal de Papanduva, exercerão suas atividades semanalmente de acordo com os seguintes horários.

Servidor	Matrícula	Carga	Horário de trabalho
		Semanal	
James Michel	118	40 horas	De segunda à sexta feira das 7h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min
Cerniak			
Joselene de	123	30 horas	De segunda à quinta feira das 8h40min às 11h20min e das 13h00min às 17h00min e na
Fátima Ferreira			sexta feira das 8h40min às 12h00min
Luiz Eduardo	181	20 horas	De segunda à sexta feira das 13h30min às 17h30min
Saliba			
Aricleia Ap.	187	20 horas	Na segunda e quarta feira das 9h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min e nas
Calixto Bordignon			terças e quintas feiras das 17h00min às 20h00min

Noeli Cristina da Silva	134	40 horas	De segunda à Sexta feira das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min
			Na segunda, quarta e sexta feira das 06h30min às 10h30min; na terça feira das 06h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h30min; e na quinta feira das 06h30min às 12h00min e das 13h00min às 15h30min
Rosinha Savitski	120	30 horas	Segunda feita das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min e de terça à quinta feira das 8h00min às 12h00min`.
Sandra Maria de Moraes	121	20 horas	

Art. 2º - Os horários estipulados poderão sofrer alterações individuais de acordo com a necessidade da execução dos serviços de cada cargo, fora da jornada de trabalho fixada, onde os horários excedidos ou faltantes poderão ser compensados ou complementados em dias posteriores em regime de banco de horas.

Art. 3º - Com o fechamento da folha mensal o departamento de Recursos Humanos, emitirá mensalmente, relatório contendo as informações detalhadas, sobre o cumprimento da carga horária de cada servidor.

Art. 4º - Fica revogada a Portaria 0032/2019 de 29 de novembro de 2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva em, 11 de agosto de 2020.

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da

Câmara Municipal de Papanduva e publicada no

DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina.

Ernilo Selinke

Presidente

Altamir Glonek

Nilson Pereira

1º Secretário

2º Secretário

PORTARIA Nº 0028/2020 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600107

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0028/2020

CONCEDE A CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 121, A SENHORA SANDRA MARIA DE MORAES, REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22/06/2019 À 21/06/2020.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a à servidora com matrícula sob nº. 121, a senhora Sandra Maria de Moraes a conversão de 10 dias de férias em

abono pecuniário dentro da competência 08/2020, referente período aquisitivo de 22/06/2019 à 21/06/2020, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva em, 12 de agosto de 2020.

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da
Câmara Municipal de Papanduva e publicada
no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios
de Santa Catarina.

Ernildo Selinke

Presidente

Altamir Glonek

Nilson Pereira

1º Secretário

2º Secretário

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO Nº 2272/2020 - DISCIPLINA A APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO ESCRITA PELA CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2599140

DECRETO Nº 2272/2020

DISCIPLINA A APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO ESCRITA PELA CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 94 e 107 a 110 da Lei Complementar Municipal nº 021/2020 de 01 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do monitoramento e acompanhamento direto das chefias sobre seus subordinados;

CONSIDERANDO o caráter pedagógico que deve revestir os procedimentos correccionais adotados pelo Município;

CONSIDERANDO que a advertência escrita aplicada pela chefia imediata não resulta em prejuízo funcional, moral ou financeiro para o servidor, desde que não haja reincidência;

CONSIDERANDO que o interesse público deve ser preservado por meio de uma prestação de serviços eficiente e eficaz;

DECRETA:

Art. 1º Ensejará aplicação de Advertência escrita por parte da chefia imediata, o descumprimento dos deveres funcionais previstos em lei e a prática de qualquer das proibições contidas no inciso V do Art. 94 e Art. 110 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. (Lei Complementar n. 021/2020) e nos seguintes casos:

I – Retirar, modificar ou substituir, sem previa anuência da autoridade competente qualquer documento ou livro da repartição;

II – Promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

III – Opor resistência injustificada ao andamento de processos ou execução de serviços;

IV – Dedicar-se nos locais e horas de trabalho á atividades estranhas ao serviço;

V - Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem previa autorização do chefe imediato;

VI – Recusar fé a documentação publica;

Art. 2º Antes da aplicação da advertência de que trata o artigo 1º, o servidor receberá uma notificação por escrito, conforme Anexo II deste Decreto.

§1º Recebida a notificação de que trata o caput deste artigo, o servidor terá o prazo de 01 (um) dia útil para apresentar justificativa por escrito.

§2º Caso a justificativa apresentada pelo servidor seja convincente, será aceita pela chefia imediata e está deixará de aplicar a advertência.

§3º Esgotado o prazo de que trata o §1º deste artigo sem manifestação do servidor ou não sendo sua justificativa considerada convincente pela chefia imediata, a advertência poderá ser aplicada, conforme modelo constante no Anexo I deste Decreto.

§4º A chefia imediata deverá comunicar ao servidor, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a apresentação de sua justificativa, da aplicação ou não da advertência.

§5º Caso o servidor se recuse a receber e assinar a notificação de que trata o caput deste artigo, a chefia imediata providenciará relatório circunstanciado, assinado por 2 (duas) testemunhas que tenham presenciado a recusa do servidor em ser notificado e encaminhará à Procuradoria Municipal para as providências cabíveis.

§6º Não caberá recurso da advertência aplicada pela chefia imediata.

Art.3º Caso o servidor seja advertido por sua chefia imediata por mais de uma vez, no período de 3 (três) anos, independentemente do motivo, o fato poderá ser comunicado no prazo de 03 (três) dias úteis à Procuradoria do Município, anexando-se à comunicação, as respectivas Advertências para as providências cabíveis.

Art. 4º A suspensão será aplicada, conforme modelo constante no Anexo III deste Decreto no caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições contidas no Art. 94 e 111 da Lei Complementar Municipal nº 021/2020, que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Quando a suspensão for por tempo superior a 30 (trinta) dias, será obrigatória a instauração de Processo Disciplinar.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições contrárias, especialmente as contidas no Decreto nº 2056/2018.

Paraíso - SC, em 12 de agosto de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e
Publicado na data supra.
Paraíso (SC), 12 de agosto 2020.

Servidor Responsável:

Leila Cristine Weizemann
Matrícula n. 1978

ANEXO I
(DECRETO Nº 2272/2020)**TERMO DE ADVERTÊNCIA**

Considerando o disposto no Decreto nº 2272/2020, de 12 de agosto de 2020, fica o(a) servidor(a) _____, Matrícula nº _____, ADVERTIDO(A) pelo fato de violação de proibição constante do Art. 94, inciso V da Lei Complementar Municipal nº 021/2020, e/ou de inobservância de dever funcional previsto em lei, ou ainda, nas hipóteses do Art. 1º do presente Decreto, verificado na data ____/____/____, caracterizando a violação do(s) seguinte(s) dever(es) funcional(ais) ou a prática da(s) seguinte(s) proibição(ões) previsto(s) na Lei Complementar Municipal nº 021/2020 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paraíso/SC).

Fica ciente o servidor de que, na hipótese de recebimento de nova advertência, poderá o fato ser comunicado à Procuradoria Municipal, visando à adoção das medidas correcionais cabíveis. Esclarecemos que a reincidência em procedimentos semelhantes irá contribuir desfavoravelmente para seu desempenho, podendo acarretar-lhe penalidades mais severas, ensejando uma SUSPENSÃO disciplinar e demais penalidades constantes no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paraíso/SC.

Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, ____/____/____.

Assinatura/carimbo da chefia imediata: _____

Assinatura do(a) Servidor(a) advertido(a): _____

Testemunhas: _____

Testemunhas: _____

ANEXO II
(DECRETO Nº 2272/2020)**NOTIFICAÇÃO**

Pela presente, fica Vossa Senhoria notificada para, nos termos do Decreto nº 2272/2020, de 12 de agosto de 2020, apresentar, no prazo de 01 (um) dia útil a contar do recebimento desta, justificativa por escrito, para o fato a seguir descrito:

Descrição da infração disciplinar passível de advertência:

A não apresentação de justificativa dentro do prazo previsto dará ensejo à aplicação imediata de advertência.

A decisão pela aplicação ou não da advertência ser-lhe-á comunicada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis da entrega da justificativa.

Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, ____ de _____ de _____.

Assinatura/carimbo da Chefia

Nome e Assinatura do Notificado

ANEXO III
(DECRETO Nº 2272/2020)**SUSPENSÃO DISCIPLINAR**

Pela presente, vimos informar a Vossa Senhoria que, devido à reincidência das faltas punidas com advertência e/ou violação das demais proibições contidas no Art. 94 incisos III e IV e Art. 111 da Lei Complementar Municipal nº 021/2020, e nos termos do Decreto nº 2272/2020, de 12 de agosto de 2020, está sendo aplicada a pena de Suspensão disciplinar de _____ dias a partir desta data. Esclarecemos que a reincidência em procedimentos análogos poderá, por sua repetição, configurar a instauração de Processo Disciplinar. Reassumindo suas funções em ____/____/____, observe as normas reguladoras contidas no Estatuto dos Servidores Públicos para que não tenhamos, no futuro, de tomar as medidas cabíveis que nos são facultadas pela legislação vigente.

Descrição da infração disciplinar passível de suspensão:

Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, ____ de _____ de _____.

Assinatura/carimbo da Chefia

Nome e Assinatura do Servidor

PP 34/2020

Publicação Nº 2599870

MUNICIPIO DE PARAISO - SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2020

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:30 horas do dia 26 de agosto de 2020, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARMITA (ALMOÇO E JANTA), A SER ENTREGUE NA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL AO MOTORISTA PLANTONISTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 11 de agosto de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO/SC

PR 33/2020

Publicação Nº 2599231

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h30min do dia 26 de agosto de 2020, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, A SER UTILIZADO NO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDA ESTADUAL IMPOSITIVA, NÚMERO 918 E CONTRAPARTIDA COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 36270077, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC,

www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 11 de agosto de 2020.

ILI ALVES

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 023/2020

Publicação Nº 2599928

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 023/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 20/08/2020 às 15h00min, com entrega dos envelopes até às 14h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REVITALIZAÇÃO DA ORLA (CABECEIRA DA PONTE ANITA GARIBALDI) LOCALIZADA NA AV. BEIRA RIO, CENTRO, PASSO DE TORRES/SC. A ÁREA DE INTERVENÇÃO É DE 2.565,98m², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PLANTAS, DESENHOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.". Informações pelo Fone: (48) 3548-0035.

Passo de Torres - SC, 12 de agosto de 2020.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO 065/2020

Publicação Nº 2600005

DECRETO Nº 065, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA COMBATE A PROLIFERAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630/2020, de 01 de junho de 2020, que altera o art. 9º do Decreto Estadual nº 562, e dispõem que "A governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus:";

CONSIDERANDO o recente aumento no número de casos de pessoas infectadas pelo coronavírus (COVID 19) na região do Extremo Sul Catarinense;

CONSIDERANDO os dados fornecidos pela Secretária Estadual da Saúde do Estado de Santa Catarina, que demonstram a severa diminuição no número de leitos para tratamento dos pacientes infectados pelo COVID 19 em todo o Estado;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 724/2020, de 17 de julho de 2020, que altera o Art. 8º e insere o Art. 8-A, do Decreto Estadual nº 562/2020, que dispõe, dentre outras diretrizes, a suspensão das aulas presenciais;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 785/2020, de 7 de agosto de 2020, que altera o Art. 8º-A, e insere o Art. 8º-B do Decreto Estadual nº 762/2020, que dispõe, dentre outras diretrizes, a suspensão da circulação de veículos de transporte coletivo e também a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o compromisso da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante a quarentena;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 001/2020 do Comitê Extraordinário Regional para o âmbito da AMESC – CER-AMESC que sugere aos municípios a adoção de várias medidas para o combate, a pandemia do COVID-19, cujo conteúdo recebeu aprovação da Comissão Inter-gestores Regional da Região da Saúde do Extremo Sul – CIR EXTREMO SUL CATARINENSE, através da Deliberação nº 008/CIR/2020, de 20 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a Região da AMESC onde encontra-se inserido o município de PASSO DE TORRES, está nesse momento numa região de saúde classificada como de risco gravíssimo segundo a matriz epidemiológico-sanitário da SES – Secretaria de Estado e Saúde de Santa Catarina;

DECRETA:

Art.1º - Ficam suspensas, no município de Passo de Torres, pelo período de 7 (sete) dias:

I- contados a partir de 10 de agosto de 2020, a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

II- contados a partir de 8 de agosto de 2020, a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, academias públicas, praças e praias.

Parágrafo Único - Fica excetuada da suspensão de que trata o inciso II do caput deste artigo a prática de atividade física individual.

Art.2º - Ficam suspensas, no município de Passo de Torres, até 7 de setembro de 2020, as aulas presenciais em todos os níveis escolares, sem prejuízo do calendário letivo, permanecendo as aulas remotas no que couber.

Parágrafo Único - Todas as demais disposições relativamente as atividades Educacionais que não colidam com o estabelecido no caput permanecem em vigor.

Art.3º - Ficam determinadas, até o dia 17 de setembro de 2020, às seguintes restrições, como medida de diminuir a transmissão comunitária do COVID-19, em toda a Região do Extremo Sul Catarinense – AMESC, em especial no Município de Passo de Torres, a saber:

I- Fica proibido qualquer tipo de atividade de jogos, entre eles: cartas, bilhar, dominós, eletrônicos ou similares dentro de estabelecimentos comerciais;

II-Todos os estabelecimentos de comércio de alimentos, sejam mercados, supermercados, atacados, açougues, mercearias e afins deveram permitir a entrada de um único integrante familiar, exceto na hipótese de criança de colo, para compras no estabelecimento a fim de evitar o acúmulo de pessoas no local;

III-Todo e qualquer tipo de aglomeração, seja ela em local público ou dentro dos estabelecimentos comerciais, que não respeite o distanciamento mínimo entre pessoas de 1,5 metros será considerada transgressão às normas destinadas à proteção da saúde, uma vez dificultam a aplicação de medidas sanitárias relativas à doenças transmissíveis descrita no Art. 14 da Lei Municipal n.º 405/2002, a qual prevê a aplicação de advertência e/ou multa, que no caso de multa, nos termos do Art. 36 da Lei Municipal n.º 405/2002, atinge o montante conforme Art. 37 da Lei Municipal n.º 405/2002 que determina os valores que variam de 05 a 45 UFM.

§1º - Responde pelas mesmas penas previstas no inciso IV, o estabelecimento comercial que der causa a formação de aglomeração que resulte no descumprimento do distanciamento mínimo de 1,5 metros, tanto dentro do estabelecimento quanto na formação de filas em frente ao comércio;

a) Será considerada como causa à formação de aglomeração, a falta de sinalização, ou orientação aos clientes do comércio, que ensejar aglomeração em frente ao estabelecimento que desrespeite o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre cada cliente;

§2º - É responsabilidade de cada estabelecimento garantir o cumprimento das medidas impostas neste artigo, ficando sujeito a fiscalização dos órgãos públicos, sendo que o descumprimento do regramento disposto em qualquer das determinações deste artigo constituirá infração sanitária, com a pena descrita no Art. 36 da Lei Municipal n.º 405/2002 e conforme Art. 37 da Lei Municipal n.º 405/2002 que determina os valores que variam de 05 a 45 UFM, além das demais penalidades previstas na legislação vigente;

Art.4º - Fica determinado o uso obrigatório de máscaras de proteção individual, como forma de evitar a transmissão comunitária do COVID-19, em todos os estabelecimentos públicos, privados ou filantrópicos no território do Município de Passo de Torres enquanto vigorar o Decreto que declara estado de emergência municipal decorrente da Pandemia causada pelo COVID – 19, nos seguintes casos:

I- Para a circulação em todas as ruas, avenidas, calçadas e demais espaços públicos de circulação de pessoas;

II-Para uso de táxi ou transporte compartilhado de passageiros;

III-Para acesso aos estabelecimentos considerados como essenciais (bancos, lotéricas, supermercados, mercados, farmácias, mercearias, drogarias, padarias, entre outros), repartições públicas e privadas;

IV-Para acesso aos estabelecimentos comerciais que tiverem suas atividades liberadas e retomadas;

V-Para o desempenho das atividades em ambientes compartilhados com outras pessoas, repartições públicas e privadas;

§1º - Para fins do disposto neste artigo, poderão ser utilizadas máscaras de pano confeccionadas de forma artesanal, desde que estejam devidamente fixadas e ajustadas ao rosto do usuário, encobrindo totalmente a boca e nariz.

§2º - É responsabilidade de cada estabelecimento comercial garantir o cumprimento das medidas impostas neste artigo no interior do estabelecimento e nas filas de acesso, ficando sujeito a fiscalização dos órgãos públicos, sendo que o descumprimento do regramento disposto neste Decreto constituirá infração sanitária, com a pena descrita no Art. 36 da Lei Municipal n.º 405/2002 e conforme Art. 37 da Lei Municipal n.º 405/2002 que determina os valores que variam de 05 a 45 UFM além das demais penalidades previstas na legislação vigente;

§3º - Não se aplica a obrigatoriedade do uso de máscara por crianças menores de 02 anos, conforme orientação da ANVISA.

Art.5º - Ficam proibidas, até 30 de agosto de 2020, a aglomeração de pessoas em residências edificadas neste Município, cujo número de pessoas seja superior a 10(dez).

§1º - No caso da aglomeração tratar-se de festa ou comemoração de qualquer natureza, somente será permitido a permanência de familiares, observado do caput deste artigo.

§2º - É responsabilidade do proprietário da residência o cumprimento das medidas impostas neste artigo, ficando sujeito a fiscalização dos órgãos públicos, sendo que o descumprimento do regramento disposto neste Decreto constituirá infração sanitária, com a pena descrita no Art. 36 da Lei Municipal n.º 405/2002 e conforme Art. 37 da Lei Municipal n.º 405/2002 que determina os valores que variam de 05 a 45 UFM, além das demais penalidades previstas na legislação vigente;

Art.6º - A desobediência aos comandos previstos neste Decreto, além de caracterizar infração Administrativa, com possibilidade de interdição do estabelecimento e cancelamento do alvará de funcionamento, é passível de sanções civis e administrativas, além daquelas previstas para crimes elencados nos artigos 268 - infração de medida sanitária preventiva e 330 - crime de desobediência - do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

Art.7º - As restrições estipuladas no presente decreto poderão ser revistas há qualquer tempo, mediante recomendação do CER-AMESC, podendo o município editar regramento mais restritivo de acordo com sua condição sanitária;

Art.8º - Permanecem vigorando todas as disposições estabelecidas em Decretos anteriores, desde que não colidam com as estipuladas no presente Decreto ou que tenham determinações mais restritivas às atividades mencionadas no presente Decreto;

Art.9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 25 de julho de 2020 com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art 10º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº.059 de 24 de julho de 2020.

Passo de Torres, 11 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0028/2020

Publicação Nº 2599440

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0028/2020
TOMADA DE PREÇO N. 0003/2020

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0003/2020. Tem por objeto o presente Edital de TOMADA DE PREÇOS a Contratação de empresa para fornecimento de recursos de tecnologia da informação visando à promoção e divulgação de leilão público eletrônico por meio de plataforma de transação via web. Diante do acolhimento de impugnação de licitante, fica alterada a data para de recebimento das propostas, os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 08:45 horas do dia 10 de setembro de 2020, no centro administrativo do município, abertura dos envelopes no mesmo dia e local as 09:00. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00 as 17:00 horas. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 11 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0030-2020

Publicação Nº 2598512

TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0030/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0022/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0015/2020

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, sediado na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Leomar Roberto Listoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 639.458.199-20 e RG n. 2.074.422, de ora em diante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado empresa, POSTO COPLAVAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.107.328/0002-92, sediada na Avenida Padre João Bottero, n. 433, centro, Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Anderson José Ely, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 048.063.559-50 e RG n. 4.551.914-5, doravante denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, amparado pelo Processo de Licitação n. 0022/2020, na modalidade de Pregão Presencial sob o n. 0015/2020, – Aquisição de Combustível, nos termos das Cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como no Edital de Licitação N. 0022/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Como é de conhecimento, observou-se que houve uma significativa alta nos preços dos combustíveis conforme Notas fiscais anexada a solicitação do fornecedor.

Como também é de conhecimento, houve uma mudança na formulação da Gasolina.

Para tanto, aduziu que houve uma significativa alta no custo dos produtos licitado – Óleo diesel comum, Óleo diesel S10 e gasolina comum; conforme se observa.

Sobre a possibilidade de reajuste contratual, tem-se que tanto o Edital de Licitação quanto a Ata de Registro de Preços firmada com o fornecedor, trazem a previsão de reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico – financeiro originariamente pactuado, nos exatos moldes previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93.

Assim, conclui-se que o acréscimo dos valores ora contratado deve ocorrer, eis que devidamente documentado e fundamentado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Os preços fixados no Processo Licitatório N. 0022/2020, ficam reajustados da seguinte forma:

Item 01 - Óleo diesel b5 S10 – O valor previsto para este item fica reajustado em 14,00% passando para R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos).

Item 02 – Óleo diesel b5 S500 – O valor previsto para este item fica reajustado em 13,79% passando para R\$ 3.30 (três reais e trinta centavos).

Item 03 – gasolina comum - O valor previsto para este item fica reajustado em 9,8% passando para R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos)

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas na ata de registro de preço n. 0022/2020 e seus aditivos, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer litígio oriundo deste Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia/SC, 06 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA LEOMAR ROBERTO LISTONI Contratante	POSTO COPLAVAL ANDERSON JOSÉ ELY Contratada
---	---

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO TP 0003/2020

Publicação Nº 2599441

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 0028/2020

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0003/2020

No dia 11 de agosto de 2020, o pregoeiro da prefeitura municipal de Passos Maia juntamente com os demais membros da comissão permanente de licitações, precisamente às 15:30 hrs, reuniram-se para apreciar e julgar a impugnação protocolizada tempestivamente pela licitante EMPRESA IMPUGNANTE: GESTTO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. (CNPJ 79.879.318/0001-44). O pregoeiro abriu a sessão e colocou os assuntos em mesa, sendo que ao final, após examinar e debater sobre as matérias impugnadas, foi tomada a seguinte decisão: I – Acolher em parte a IMPUGNAÇÃO realizada pela empresa GESTTO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA., especificamente para alterar o item 8 do edital, em que exige a necessidade de comprovação dos critérios técnicos para habilitação por meio de atestados fornecidos somente pela Administração Pública, para que seja comprovada por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registradas nas entidades profissionais competentes. Diante do fato de que a Lei 8.666/93 dispõe no parágrafo 1º do artigo 30 que a comprovação de qualificação técnica será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Sobre a exigência do relatório do google analytics, entendemos que não é excessiva ou inadequada, pois está diretamente ligada ao objeto da contratação, em especial do resultado obtido com o leilão. A divulgação e audiência da empresa licitante é o que vai promover a venda dos bens. Ora de nada adianta realizar um leilão com restrita divulgação, seja com empresa que não tem audiência. Em razão do acolhimento da impugnação, decidem republicar o extrato do edital de tomada de preço 0003/2020 fixando o dia 10 de setembro de 2020 como data final para apresentação de propostas.

Nada mais havendo para ser tratado, foi encerrada a presente sessão de julgamento, e providenciada o encaminhamento da decisão à autoridade superior para análise.

Alex Sander Zanchet
Presidente da comissão

Tamara Rocha Rauber
Secretaria

Flávio Roberto Rossi
Membro

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 854/2020**

Publicação Nº 2598447

LEI Nº 854, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

(ORIGINADA DO PROJETO DE LEI Nº 008/2020, DE 24 DE JULHO DE 2020)

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE PASSOS MAIA, COM VIGÊNCIA DE 2020 A 2030, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c Art. 12, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura de Passos Maia, com vigência por 10 (dez) anos entre 2020 e 2030, na forma do Anexo único (físico) parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Passos Maia – SC, 10 de agosto de 2020.

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA
PRESIDENTE

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI
Secretário Executivo

Paulo Lopes**PREFEITURA****LEI 1864/2020**

Publicação Nº 2598819

LEI Nº 1864/2020

Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40 % aos servidores municipais da saúde cujos locais de trabalho estejam vinculadas ao atendimento de pacientes infectados pelo COVID-19 (CORONAVÍRUS).

Nadir Carlos Rodrigues, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Paulo Lopes, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. A todos os servidores municipais da saúde, cujas ações e serviços de saúde atuam diretamente nas frentes de trabalho de enfrentamento ao NOVO CORONAVÍRUS (COVID – 19), fica assegurado pelo tempo que perdurar o surto ou pandemia, a percepção do adicional de insalubridade de 40% calculado sobre o salário mínimo vigente.

Art. 2º. Aos trabalhadores de saúde que já percebiam o referido adicional em incidência ou percentagens menores, aplica-se o percentual na forma prevista no Art. 1º.

Art. 3º. Para a concessão do benefício constante do Art. 1º., o Poder Executivo deverá observar o que rege no Plano de Carreira do mesmo e das outras providências.

Parágrafo único: Sob pena de responsabilidade de descumprimento do Art. 1º.

Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência do mês de agosto de 2020.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 12 de agosto de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

LEI 1865/2020

Publicação Nº 2598826

LEI Nº 1865/2020

Acrescenta o parágrafo único ao Artigo 7º da Lei nº 1813/2019 e dá outras providências.

Nadir Carlos Rodrigues, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Paulo Lopes, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – O artigo 7º da Lei nº1813/2019 passa a vigorar acrescido do parágrafo único:

Parágrafo único: Exceto na hipótese de falta dos servidores vinculados a Secretaria Municipal de Saúde por necessidade de isolamento em razão de suspeita e/ou de infecção pelo CORONAVÍRUS(COVID – 19), desde que comprovada por meio de Atestado médico e enquanto perdurar a Declaração de Estado de Emergência em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID – 19,

Art. 2º. – As despesas decorrentes da presente Lei correm por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência do mês de agosto de 2020.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 12 de agosto de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 16/2020 - CC 02/2020

Publicação Nº 2600126

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020
CONCORRÊNCIA Nº02/2020

A secretária municipal de administração, Lucélia Firmino Silvano de Sousa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da CONCORRÊNCIA Nº 02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

C.A.P CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI - CNPJ nº 01.965.025/0001-92

OBJETO: O objeto do presente contrato é contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização de parte da Rua Acácio Antônio Soares (Estaca 166+0,00 à estaca 176 + 0,00m) com extensão aproximada de 200 metros, localizada no bairro Ribeirão Grande, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. VALOR: R\$ 324.403,32 (trezentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e três reais e trinta e dois centavos)

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2020. VIGÊNCIA: 31/12/2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

1º ADITIVO 019/2020 - FMEDUC (ACRÉSCIMO)

Publicação Nº 2599316

1º TERMO ADITIVO Nº 019/2020 - FMEDUC
AO CONTRATO Nº 007/2020 – FMEDUC

Licitação: Processo nº. 28/2019 - FMEDUC, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 – FMEDUC

Objeto: O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma da cozinha e ampliação com troca dos forros da Escola Municipal Horacina Soares Francisco, conforme solicitação nº 169/2019 do Fundo Municipal de Educação, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital, termo de referência, memorial descritivo, planilhas, planta e anexos, parte integrante do processo.

Através do presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. DEISE IZONETE DE SOUZA, portadora do CPF de nº 004.458.489-01, residente e domiciliado na cidade de Balneário Piçarras, Rua Nilton Antônio Quintino nº 708, Centro, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, com sede na cidade de Blumenau, Rua Philipp Bauler, nº 2021, inscrita no CNPJ sob o nº 22.122.609/0001-76, telefone (47) 99196-7686 neste ato representada pelo Sr. Jean Carlos da Silva, inscrita no CPF nº 043.636.819-69, Cargo Procurador, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência constante na cláusula quarta do contrato 007/2020 – FMEDUC, fica prorrogada por mais 130 (Cento e Trinta dias) o prazo para execução do objeto, conforme solicitação da Secretaria do Fundo Municipal de Educação de Penha e do Parecer Jurídico nº 145/2020PGM.

Cláusula Segunda

Os valores conforme a cláusula segunda do contrato 007/2020 – FMEDUC serão reajustados conforme o novo Termo Aditivo, esse tem por objeto a Supressão de itens que acarretam uma diminuição do valor contratado conforme planilha que consta a necessidade da supressão de 2,947% diminuindo o valor de R\$ 4.034,22 (Quatro Mil e Trinta e Quatro Reais e Vinte e Dois Centavos) e o Acréscimo Quantitativo de 4,0468%, acrescentando o valor de R\$ 5.538,48 (Cinco Mil, Quinhentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos), conforme Planilhas de Acréscimo e Supressão, encaminhados pelo Departamento de Engenharia do Fundo Municipal da Educação através do Memorando nº 4.059/2020 e Parecer Jurídico nº 145/2020, documentos anexos a este Termo.

Cláusula Segunda

A dotação orçamentária para empenho das despesas relativas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 80: Fundo Municipal De Educação

Unidade: 01: Fundo Municipal De Educação

Projeto Atividade: 2.117 – Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas (16)

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 09 de julho de 2020

DEISE IZONETE DE SOUZA J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI

Gestora do Fundo Municipal da Educação Jean Carlos da Silva

Contratado Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

DE ACORDO:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

1º ADITIVO 019/2020 - FMEDUC (SUPRESSÃO)

Publicação Nº 2599289

1º TERMO ADITIVO Nº 019/2020 - FMEDUC
AO CONTRATO Nº 007/2020 – FMEDUC

Licitação: Processo nº. 28/2019 - FMEDUC, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 – FMEDUC

Objeto: O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma da cozinha e ampliação com troca dos forros da Escola Municipal Horacina Soares Francisco, conforme solicitação nº 169/2019 do Fundo Municipal de Educação, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital, termo de referência, memorial descritivo, planilhas, planta e anexos, parte integrante do processo.

Através do presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. DEISE IZONETE DE SOUZA, portadora do CPF de nº 004.458.489-01, residente e domiciliado na cidade de Balneário Piçarras, Rua Nilton Antônio Quintino nº 708, Centro, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, com sede na cidade de Blumenau, Rua Philipp Bauler, nº 2021, inscrita no CNPJ sob o nº 22.122.609/0001-76, telefone (47) 99196-7686 neste ato representada pelo Sr. Jean Carlos da Silva, inscrita no CPF nº 043.636.819-69, Cargo Procurador, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência constante na cláusula quarta do contrato 007/2020 – FMEDUC, fica prorrogada por mais 130 (Cento e Trinta dias) o prazo para execução do objeto, conforme solicitação da Secretaria do Fundo Municipal de Educação de Penha e do Parecer Jurídico nº 145/2020PGM.

Cláusula Segunda

Os valores conforme a cláusula segunda do contrato 007/2020 – FMEDUC serão reajustados conforme o novo Termo Aditivo, esse tem por objeto a Supressão de itens que acarretam uma diminuição do valor contratado conforme planilha que consta a necessidade da supressão de 2,947% diminuindo o valor de R\$ 4.034,22 (Quatro Mil e Trinta e Quatro Reais e Vinte e Dois Centavos) e o Acréscimo Quantitativo de 4,0468%, acrescentando o valor de R\$ 5.538,48 (Cinco Mil, Quinhentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos), conforme Planilhas de Acréscimo e Supressão, encaminhados pelo Departamento de Engenharia do Fundo Municipal da Educação através do Memorando nº 4.059/2020 e Parecer Jurídico nº 145/2020, documentos anexos a este Termo.

Cláusula Segunda

A dotação orçamentária para empenho das despesas relativas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 80: Fundo Municipal De Educação

Unidade: 01: Fundo Municipal De Educação

Projeto Atividade: 2.117 – Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas (16)

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 09 de julho de 2020

DEISE IZONETE DE SOUZA
Gestora do Fundo Municipal da Educação
Contratado

J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI
Jean Carlos da Silva
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

DE ACORDO:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

1º TERMO APOSTILAMENTO À ATA Nº 029/2020 - FMS

Publicação Nº 2599831

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2020-FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 001/2020 – FMS – Pregão Presencial nº 001/2020- FMS

OBJETO: Registro de Preços para a futura aquisição de materiais médicos hospitalares, para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Núcleo de Atendimento à Mulher e a Criança e Pronto Atendimento 24 horas (P.A.) do Município de Penha/SC

CONTRATADO: MEDEFE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARS LTDA

Pelo presente instrumento de 1º Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 034/2020 FMS, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor Sr SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, e a Empresa MEDEFE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, estabelecida à Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.463.374/0001-74, representada, neste ato pelo Sra. Daniele Praisner de Souza , CPF sob o nº 004.946.619-41, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", resolvem modificar a Ata de Registro de Preços nº 26/2019-PMP, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Instrumento de 1º Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da Ata de Registro de Preços nº 029/2020-FMAS, devidamente publicada por parte da Administração, visando o Reequilíbrio Econômico Financeiro referente ao fornecimento dos itens: 1) Item 79 – Reanimador manual (ambú) de silicone adulto com máscara; 2) Item 80 – Reanimador manual (ambú) de silicone infantil com máscara.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor dos itens estava em:

- 1) Item 79 – Reanimador manual (ambú) de silicone adulto com máscara – R\$ 138,00
- 2) Item 80 – Reanimador manual (ambú) de silicone infantil com máscara – R\$ 136,00

No entanto, conforme solicitado pela empresa e o Parecer Jurídico nº 152/2020, os itens a partir da data de assinatura do presente Termo de Apostilamento passará a ser:

- 1) Item 79 – Reanimador manual (ambú) de silicone adulto com máscara – R\$ 199,90
- 2) Item 80 – Reanimador manual (ambú) de silicone infantil com máscara – R\$ 199,90

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 04 de agosto de 2020

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

1º TERMO APOSTILAMENTO À ATA Nº 034/2020 - FMS

Publicação Nº 2599836

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2020-FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 001/2020 – FMS – Pregão Presencial nº 001/2020- FMS

OBJETO: Registro de Preços para a futura aquisição de materiais médicos hospitalares, para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Núcleo de Atendimento à Mulher e a Criança e Pronto Atendimento 24 horas (P.A.) do Município de Penha/SC

CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Pelo presente instrumento de 1º Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 034/2020 FMS, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor Sr SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R.2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, e a Empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, estabelecida à Rua Ricardo Georg, nº 1.115, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.033.589/0001-12, representada, neste ato Representado pelo Sra. Deise Evani Pereira Wandall, CPF sob o nº 775.898.829-68, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", resolvem modificar a Ata de Registro de Preços nº 26/2019-PMP, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Instrumento de 1º Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da Ata de Registro de Preços nº 034/2020-FMAS, devidamente publicada por parte da Administração, visando o Reequilíbrio Econômico Financeiro referente ao fornecimento dos itens: 1) Item 71 - Luva Procedimento extra látex com pó; 2) Item 72 – Luva procedimento pequena látex com pó e 3) Item 73 - Luva Procedimento media látex com pó

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor dos itens estava em:

- 1) Item 71 - Luva Procedimento extra látex com pó – R\$ 15,50
- 2) Item 72 – Luva procedimento pequena látex com pó – R\$ 15,50
- 3) Item 73 - Luva Procedimento media látex com pó – R\$ 15,50

No entanto, conforme solicitado pela empresa e o Parecer Jurídico nº 123/2020, os itens a partir da data de assinatura do presente Termo de Apostilamento passará a ser:

- 1) Item 71 - Luva Procedimento extra látex com pó – R\$ 21,42
- 2) Item 72 – Luva procedimento pequena látex com pó – R\$ 21,42
- 3) Item 73 - Luva Procedimento media látex com pó – R\$ 21,42

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 17 de Julho de 2020

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

3º ADITIVO 027/2020 - FMS

Publicação Nº 2599838

3º TERMO ADITIVO Nº 027/2020-FMS
AO CONTRATO Nº 022/2017-FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017-FMS
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017-FMS

Objeto: locação de imóvel localizado na Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, Bairro Centro, neste Município de Penha, Inscrição Imobiliária nº 01.02.064.0688.000, Matrícula do imóvel nº 4262, terreno com área de 1.279,58m², edificado com um galpão em alvenaria com aproximadamente 600m² que se destinará para o funcionamento das atividades da Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Almoxarifado Central.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta cidade na Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente de Contratante e, de outro lado, o Sr. PAULO AUGUSTO BENTO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 067.433.949-55, residente e domiciliado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 262, Apto 1007, Caixa 46, CEP 88.385-000, Município de Penha/SC, Estado de Santa Catarina, denominado LOCADOR, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O período de locação do imóvel será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 09 de julho de 2020 com término em 09 de julho de 2021, conforme Parecer Jurídico nº 140/2020.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor da locação total no período da contratação será de R\$ 73.395,72 (Setenta e Três Mil, Trezentos e Noventa e Cinco Reais e Setenta e Dois Centavos), sendo o valor mensal de R\$ 6.116,31 (Seis Mil Seiscentos e Dezesesseis Reais e Trinta e Um Centavos), valores estes que o LOCATÁRIO se compromete a pagar, até o dia 10(dez) de cada mês subsequente ao vencimento.

CLAUSULA TERCEIRA

Este contrato correrá por conta da Dotação Orçamentária:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 2.064 - Funcionamento e Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 - Aplicações Diretas (46)

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 08 de julho de 2020

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

PAULO AUGUSTO BENTO
Locador

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo Aditivo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE - CONCIDADE CONVOCA SEUS MEMBROS E SOCIEDADE EM GERAL PARA PARTICIPAR DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIDADE QUE ACONTECERÁ DOA 20 DE AGOSTO DE 2020, AS 19 HORAS DE FORMA VIRTUAL ATRAVÉS DO GOOGLE MEET, ESTA REUNIÃO ATRAVÉS DO LINK: [HTTPS://MEET.GOOGLE.COM/GAH-BWDD-OHS](https://meet.google.com/GAH-BWDD-OHS)

Publicação Nº 2600031

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE - CONCIDADE

CONVOCA SEUS MEMBROS E SOCIEDADE EM GERAL PARA PARTICIPAR DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIDADE QUE ACONTECERÁ DOA 20 DE AGOSTO DE 2020, AS 19 HORAS DE FORMA VIRTUAL ATRAVÉS DO GOOGLE MEET, ESTA REUNIÃO ONLINE SERÁ TRAVÉS DO LINK: [HTTPS://MEET.GOOGLE.COM/GAH-BWDD-OHS](https://meet.google.com/GAH-BWDD-OHS)
A REUNIÃO TAMBÉM SERÁ TRANSMITIDA PELO YOUTUBE EM LINK DISPONIBILIZADO NO SITE OFICIAL DO MUNICIPIO DE PENHA, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES E ARQUIVOS ESTARÃO DISPONÍVEIS NO MESMO SITE NA ABA CONCIDADE.

PAUTA

- 1) 19:00 horas: abertura da reunião
- 2) Leitura da ata da 2ª Reunião Ordinária de 2020 de 16/03/2020 (repassada via e-mail aos membros do Conselho).
- 3) Protocolo 1DOC nº6763/2019 de Minenge-Minatto Engenharia e Construções Ltda., contratada pela SC Gás – Cia. de Gás de Santa Catarina - Referente a solicitação de autorização para obras de expansão da rede de Gás Natural Residencial e Comercial.
- 4) Protocolo 1DOC nº2802/2020 de Rôgga S/A Construtora e Incorporadora – Empreendimento Skyline Comfort Club, para dar ciência e marcação de Audiência Pública.
- 5) Protocolo 1DOC nº2838/2020 de Renato Kfuri (Bernardo Hering), solicita alteração na legislação para que o estacionamento de uma edificação comercial possa ser em áreas vizinhas da área do empreendimento.
- 6) Ofício nº1/2020 GAB 10 do Exmo. Sr. Vereador Maurício Olívio Brockveld, Referente a mudança na legislação para containers, caçambas ou similares.
- 7) Protocolo 1 DOC nº2704/2020 de Douglas Zorner (Ana Clara Almeida Monteiro), liberação de projeto comercial de construção junto ao Distrito Turístico.
- 8) Protocolos 1DOC nº2860/2020 e 1DOC nº2861/2020 de Rodrigo Aparecido de Oliveira (Maria Aparecida Weiss), referente alteração no zoneamento na Praia de São Miguel para que possa construir em terreno de loteamento já aprovado.
- 9) Protocolo 1DOC nº2426/2020 de Gisele Brehmer Klotz (Fabiano Gomes de Souza), para alteração no zoneamento na Praia de Armação do Itapocorói, para regularização de construção de pousada com três pavimentos.
- 10) Protocolo 1DOC nº3091/2020 de Alcemar de Souza (Loadir Floriani Detoni), ampliação de construção comercial c/ 1.100,00 m² – Detoni Pescados, que se encontra junto à área do Distrito Turístico.
- 11) Protocolo 1DOC nº3105/2020 de Davide Bonvechio, para ampliação de atividade de mineração no Bairro São Cristóvão.
- 12) Requerimento Solar Empreendimento RIV - Protocolo SEPLAN 705/2020
- 13) Memorando 4.409/2020 Solicitação de Viabilidade Detoni Pescados
- 14) Decreto que REGULAMENTA A CONSULTA PÚBLICA PREVISTA NO ART. 179 SS. E A AUDIÊNCIA E DEBATE PÚBLICOS PREVISTOS NO ART. 163 SS., TODOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2007.
- 15) Encerramento.

Obs. Os arquivos encontram-se disponíveis para acesso através do link do We Transfer <https://we.tl/t-ScgoC4vRty>

CONVOCAÇÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 1º

Publicação Nº 2599455

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 917028 JESSICA DA SILVA SULZBACHER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
- () Contratado (ACT) Cargo: _____
- () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
- () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
- () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2º

Publicação Nº 2599456

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 805688 LUCIANO LEANDRO COLLA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 3º

Publicação Nº 2599458

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 760277 LEILA REGINA DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.

g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,



telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 4º

Publicação Nº 2599459

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 937363 ANDERSON VALMIR SCHWARZ

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade de _____/SC, telefone= _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 5º

Publicação Nº 2599462

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 956228 ABRAAO LINHARES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO 2º

Publicação Nº 2599464

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 786675 CARLOS GUSTAVO PETRY

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o



candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade _____ de _____/SC, telefone= _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO 3º

Publicação Nº 2599465

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 928925 MARIANA HELENA FERREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.



() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO 4º

Publicação Nº 2599468

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 773301 HEVILY TAMIRES DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos

- aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade de _____/SC, telefone= _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO 5º

Publicação Nº 2599469

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 763160 GABRIELA ALVES DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de __.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO ELETRICISTA 1º

Publicação Nº 2599454

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até dia 13/08/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ELETRICISTA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 952648 MARCELO VALDIR FERREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado

no setor de Recursos Humanos)

m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo/concurso, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de agosto de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.
() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

DECRETO 3566 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DA LEI 3202-2020

Publicação Nº 2600002

DECRETO Nº 3566/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 102.655,69 (Cento e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), conforme preconiza o art. 43, §1º, II e III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019, destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.053 – CIS – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Fontes de Recursos:

I - 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – saúde;

II - Transferência de recursos financeiros previstos na Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, e de parte dos recursos previstos nas Medidas provisórias nº 924, de 13 de março de 2020. Nº 940, de 02 de abril de 2020, nº 947, de 08 de abril de 2020, e nº 976, de 04 de junho de 2020, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.

Elemento: 3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 102.655,69

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento do presente Decreto correrão por conta:

I - da tendência de excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320 de 17/03/1964:

a) Governo Federal

Portaria nº 1.666, de 01 de julho de 2020 – Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

Transferência de recursos financeiros previstos na Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, e de parte dos recursos previstos nas Medidas provisórias nº 924, de 13 de março de 2020. Nº 940, de 02 de abril de 2020, nº 947, de 08 de abril de 2020, e nº 976, de 04 de junho de 2020, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.

II – da anulação parcial de dotação orçamentária, consoante no disposto no inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4320 de 17/03/1964

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Ação: 2.052 – Programa de Assistência Farmacêutica – Não Pactuados CIB

Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 07 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

DECRETO 3567 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DA LEI 3203-2020

Publicação Nº 2600003

DECRETO Nº 3567/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.703.635,00 (Um milhão setecentos e três mil seiscentos e trinta e cinco reais), conforme preconiza o art. 43, §1º, II da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019 e Portaria nº 1.666, de 1º de julho de 2020, destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.302.0014
Atividade: 2.059 – MAC – Manutenção Média e Alta Complexidade
Fonte de Recursos: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 1.503.635,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.109 – PAB FIXO – Ações Básicas de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0077.0000 – Emendas de Bancada de Parlamentares – (EC nº 100/2019)
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento do presente Decreto correrão por conta da tendência de excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320 de 17/03/1964:

a) Governo Federal
Portaria nº 1.666, de 1º de julho de 2020
Ações e Serviços de Saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19)
R\$ 1.503.635,00

b) Governo Federal – Ministério da Saúde – Fundo Nacional da Saúde
Emenda de Bancada de Parlamentares (EC nº 100/2019)
Nº proposta nº 36.000.315659/2020-00 – Processo nº 25.000.087697/2020-06
Valor do Repasse – R\$ 200.000,00
Valor do excesso – R\$ 199.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 07 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

LEI 3202 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2599998

LEI Nº 3202/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei,

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 102.655,69 (Cento e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), conforme preconiza o art. 43, §1º, II e III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019, destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.053 – CIS – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Fontes de Recursos:

I - 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – saúde;

II - Transferência de recursos financeiros previstos na Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, e de parte dos recursos previstos nas Medidas provisórias nº 924, de 13 de março de 2020. Nº 940, de 02 de abril de 2020, nº 947, de 08 de abril de 2020, e nº 976, de 04 de junho de 2020, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.

Elemento: 3.3.71.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 102.655,69

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento do presente Decreto correrão por conta:

I - da tendência de excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320 de 17/03/1964:

a) Governo Federal

Portaria nº 1.666, de 01 de julho de 2020 – Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

Transferência de recursos financeiros previstos na Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, e de parte dos recursos previstos nas Medidas provisórias nº 924, de 13 de março de 2020. Nº 940, de 02 de abril de 2020, nº 947, de 08 de abril de 2020, e nº 976, de 04 de junho de 2020, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.

II – da anulação parcial de dotação orçamentária, consoante no disposto no inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4320 de 17/03/1964

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Ação: 2.052 – Programa de Assistência Farmacêutica – Não Pactuados CIB

Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 04 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

LEI 3203 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 25999999

LEI Nº 3203/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.703.635,00 (Um milhão setecentos e três mil seiscentos e trinta e cinco reais), conforme preconiza o art. 43, §1º, II da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019 e Portaria nº 1.666, de 1º de julho de 2020, destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.302.0014

Atividade: 2.059 – MAC – Manutenção Média e Alta Complexidade
Fonte de Recursos: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 1.503.635,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.109 – PAB FIXO – Ações Básicas de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0077.0000 – Emendas de Bancada de Parlamentares – (EC nº 100/2019)
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento da presente Lei correrão por conta da tendência de excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320 de 17/03/1964:

a) Governo Federal
Portaria nº 1.666, de 1º de julho de 2020
Ações e Serviços de Saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19)
R\$ 1.503.635,00

b) Governo Federal – Ministério da Saúde – Fundo Nacional da Saúde
Emenda de Bancada de Parlamentares (EC nº 100/2019)
Nº proposta nº 36.000.315659/2020-00 – Processo nº 25.000.087697/2020-06
Valor do Repasse – R\$ 200.000,00
Valor do excesso – R\$ 199.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 04 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 59/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020

Publicação Nº 2599442

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Para Registro de Preços, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 59/2020 – Pregão Presencial nº 30/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais hidráulicos e outros materiais diversos para realização de pequenas obras diversas, de acordo com a demanda, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, até às 08h15 do dia 26/08/2020.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 26/08/2020.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 11 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 60/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020

Publicação Nº 2599443

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 60/2020 – Pregão Presencial nº 31/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de placas em chapa em aço zincada destinadas a orientação de localização das vias rurais do município de Peritiba, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, até às 08h15 do dia 27/08/2020.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 27/08/2020.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 11 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 08/2020

Publicação Nº 2598453

Editais de Notificação nº 08/2020

JONAS SIMON, prefeito em exercício de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/07/2020 a 31/07/2020.

Rúbrica	Descrição	Valor R\$
1.7.1.8.03.1.1.00.21	AB - Programa de Informatização da APS	R\$ 2.000,00
1.7.1.8.03.1.1.00.22	AB - Incentivo as Ações Estratégicas	R\$ 11.130,00
1.7.1.8.03.1.1.00.23	AB - Incentivo Financeiro da APS - Desempenho	R\$ 3.362,87
1.7.1.8.03.1.1.00.24	AB - Incentivo Financeiro da APS - Per Capita de Transição	R\$ 1.381,89
1.7.1.8.03.1.1.00.25	AB - Agente Comunitário de Saúde	R\$ 7.000,00
1.7.1.8.03.1.1.00.26	AB - Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada	R\$ 18.523,48
1.7.1.8.03.2.1.00.01	MAC- Atenção a Saúde da População atendimento MAC	R\$ 2.613,18
1.7.1.8.03.3.1.00.01	Vigilância em Saúde - Incentivo Fin. A Vigilância em Saúde - Despesas Div.	R\$ 703,27
1.7.1.8.03.3.1.00.02	Vigilância em Saúde - Incentivo à Prevenção das DST e Hepatites Virais	R\$ 1.666,66
1.7.1.8.03.3.2.00.03	Incentivo Financeiro aos Estado, DF e Municípios para Execução das Ações de Vigilância Sanitária	R\$ 6.000,00
1.7.1.8.03.4.1.00.01	Assistência Farmacêutica - Promoção da Assistência Farmacêutica	R\$ 1.463,69
1.7.1.8.03.9.1.00.00	Transferência de Recursos SUS - CORONAVÍRUS(-COVID-19)	R\$ -
1.7.1.8.03.9.1.01.00	Transf. SUS - CORONAVÍRUS(COVID-19) - Portaria 1.666/20	R\$ 200.000,00
1.7.1.8.12.1.1.00.01	Bloco da Proteção Social Básica - SCFV	R\$ -
1.7.1.8.12.1.1.00.02	Bloco da Proteção Social Básica - Piso Básico Fixo	R\$ -
1.7.1.8.12.1.1.00.03	Bloco da Gestão do SUAS - IGD SUAS	R\$ -
1.7.1.8.12.1.1.00.04	Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - IGDBF	R\$ 1.430,00
1.7.1.8.12.1.1.00.06	FNAS/COVID-19 - Aquisição de EPI's	R\$ 5.775,00
1.7.1.8.12.1.1.00.07	FNAS/COVID-19 - Ações Socioassistenciais	R\$ 4.800,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00	Transferências do Salário Educação	R\$ 11.742,33
1.7.1.8.05.3.1.00.00	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	R\$ 1.015,20
1.7.1.8.05.3.1.00.00	Transf. Diretas do FNDE – PNAE- Pré - Escola	R\$ 1.091,80
1.7.1.8.05.3.1.00.00	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	R\$ 2.525,20
1.7.1.8.05.4.1.00.00	Transf. Diretas do FNDE – PNATE	R\$ 2.576,49
		R\$ 286.801,06

Total dos Recursos Recebidos no Período: R\$ 286.801,06 (Duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e um reais e seis centavos)

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142.

PERITIBA(SC), em 10 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 555, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598627

DECRETO Nº 555, de 11 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	05	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
UNIDADE	01	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.016	Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	93	

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze mil reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	05	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
UNIDADE	01	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.016	Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	95	

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze mil reais)

Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 11 de Agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 556, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598908

DECRETO Nº 556, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do presente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o Estado de Calamidade reconhecido em todo o Estado de Santa Catarina por meio do Decreto Legislativo nº 18332/2020 e Decreto nº 562 do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 513/2020, que declara situação de emergência no Município de Pescaria Brava/SC;

CONSIDERANDO o disposto no art. 147, § 3º, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do § 3º, do art. 167 da Constituição Federal e, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, ficam abertos Créditos Extraordinários no valor total de R\$ 839.476,00 (oitocentos e trinta e nove mil e quatrocentos e setenta e seis reais) para fazer face às despesas de enfrentamento ao vírus COVID-19, em decorrência da pandemia identificada pelo COBRADE Nº 1.5.1.1.0 - Doenças Infecciosas Virais, que acarretam declaração de situação de emergência em Pescaria Brava/SC.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Saúde, bem como a Secretaria Municipal de Administração e Finanças deverão adotar as providências necessárias ao cumprimento do que estabelece o caput deste artigo, ficando assim aberto os créditos extraordinários:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Ações de enfrentamento do Covid-19
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	45	

Valor R\$: 391.000,00 (Trezentos e noventa e um mil reais)

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Ações de enfrentamento do Covid-19
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	46	

Valor R\$: 448.746,00 (Quatrocentos e Quarenta e oito mil e setecentos e quarenta e seis reais)

Art. 2º Os recursos para os créditos extraordinários, autorizados na forma do artigo 1º e parágrafo único deste Decreto, serão aqueles provenientes de transferências de recursos financeiros do Ministério da Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 11 de Agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 145/2020

Publicação N° 2598960

PORTARIA N° 145/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, "a pedido", o servidor(a) de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ROSILENE FAÍSCA DA SILVA	COORDENADOR DE DEFESA CIVIL

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 04 de agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 146/2020

Publicação N° 2598961

PORTARIA N° 146/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, "a pedido", o servidor(a) de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
LEANDRO FRANCISCO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE APOIO À GESTÃO

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 07 de agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 23 2020 - CASA DO PICA PAU

Publicação Nº 2599406

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2020

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ: 04.742.267/001-05. Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME CONVÊNIO Nº 889615/2019, PROPOSTA Nº 032046/2019, CELEBRADO ENTRE ESTE MUNICÍPIO E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. Data: 11/08/2020. Valor: R\$ 89.100,00. Petrolândia, 12 de agosto de 2020. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 048-2020 - PMP - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ACABAMENTOS, CONCRETO USINADO, E POSTES

Publicação Nº 2599113

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2020 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ACABAMENTOS, CONCRETO USINADO, E POSTES para atender as necessidades das Secretarias, Fundo de Saúde, Fundação de Esportes e CIDIR, conforme especificações constantes do Anexo "A" do Edital.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 03/09/2020 Abertura: dia 03/09/2020, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00. Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br

Pinhalzinho, SC, 11 de agosto de 2020

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

AVISO TOMADA DE PREÇOS 007-2020 - PMP - REFORMA, ADEQUAÇÃO E ACESSIBILIDADE DO CENTRO INTERPRETATIVO TRILHA DO SABER NO PARQUE DA EFACIP

Publicação Nº 2599137

MUNICÍPIO DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS - Nº 007/2020 – PMP

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando as "REFORMA, ADEQUAÇÃO E ACESSIBILIDADE DO CENTRO INTERPRETATIVO TRILHA DO SABER NO PARQUE DA EFACIP – 1º ETAPA COM ÁREA TOTAL DE 730,45M², NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC", de acordo com os Projetos e anexos do Edital.

Modalidade: Tomada de Preços.

Regime de Execução: Indireta.

Tipo: Empreitada por Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 09:00h do dia 04/09/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 11 de agosto de 2020.

Karen Cristina Bitarello Ecco

Secretária Municipal de Educação

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 060/2020 - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Publicação Nº 2598986

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, torna público, que estará realizando na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 060/2020, Processo n. 105/2020, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS, AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICO DA COVID-19, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SC, PARA FORNECIMENTO CONFORME A NECESSIDADE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES EDITAL E ANEXOS.

Declara aberta o acolhimento das propostas comerciais até às 10:45h do dia 25/08/2020, início da sessão na mesma data a partir das 11:00h.

Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa Licitações do Brasil (BLL), ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br com Sede Administrativa em Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000

PINHEIRO PRETO-SC, 11 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2020

Publicação Nº 2598947



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2020

TERMO DE CONTRATO DE
COMPRA Nº 173/2020, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
PINHEIRO PRETO, **E A EMPRESA**
GRANDO MÓVEIS LTDA ME

Aos onze dias do mês de agosto do ano de 2020, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **PEDRO RABUSKE**, e de ora diante denominada simplesmente **MUNICÍPIO E CONTRATANTE**. E de outro Lado a Empresa GRANDO MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CPNJ sob o nº 27.617.103/0001-51, domiciliada na Rua da Paz, 124, Bairro Imperial, na Cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, representado pelo Sr. Severino Grando Junior denominada CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 2.785 de 24 de janeiro de 2007, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 053/2020**, por Sistema de Registro de Preços, **Processo n. 096/2020**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
LOTE 01 - ITEM 01: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CERTAME: AQUISIÇÃO DE MOVEIS EM MDF INCLUIDO INSTALAÇÃO E ACABAMENTOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	UNIDADE ENSINO	Valor (R\$)
01	Portas para pia/armários em MDF revestido	Inclui instalação e estrutura, na cor: branca. PORTAS PARA MOVEIS ABAIXO DAS PIAS E BANCADAS E ESTRUTURA E PORTAS DE ABRIR. *VERIFICAR NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DE FILETE DE GRANITO NA	CRECHE	R\$ 4.700,00

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
 Capital Catarinense do Vinho

		<p>BORDA SUPERIOR CASO A ESTRUTURA DAS PORTAS AVANCE PARA FORA DA PIA.</p> <p><u>COZINHA:</u> BANCADA FRONTAL Altura: 91cm sendo 6 cm de rodapé Comprimento: 221cm Comprimento: 148cm</p> <p>PIA LATERAL Altura: 91cm sendo 6 cm de rodapé Comprimento: 284cm</p> <p>LATERAL Altura: 91cm sendo 6 cm de rodapé Comprimento: 100 cm</p> <p>PIA 2 Altura: 91cm sendo 6 cm de rodapé Comprimento: 172 cm.</p> <p><u>LACTÁRIO:</u> PIA Altura: 89 cm sendo 6 cm de rodapé Comprimento: 150cm</p> <p>LATERAL Altura: 89 cm sendo 6 cm de rodapé Comprimento: 33 cm</p> <p>PIA EXTERNA: Estrutura em L 60cmx60cm com altura de: 89 cm sendo 6 cm de rodapé</p> <p>ARMÁRIO SUSPENSO COZINHA DO LACTÁRIO 100cm comprimento 60 cm de profundidade</p>		
02	Prateleiras em MDF revestido	<p>Inclui instalação e estrutura, na cor: branca. <u>PRATELEIRA EM "L" - ESTOQUE</u> 177cm + 100cm Altura de cada prateleira: 40cm Parafusada na parede e reforçada com mão francesa de ferro, conforme figura em anexo.</p>	CRECHE	R\$ 500,00
03	Armário em MDF revestido	<p>Inclui instalação e estrutura, na cor: branca. <u>DEPOSITO SALA DE DIREÇÃO</u> Profundidade: 50 cm Rodapé de 6 cm Altura máxima: 154 cm X 220 de largura Com 4 prateleiras e portas de correr Lateral porta Profundidade: 50 cm Rodapé de 6 cm</p>	CRECHE	R\$ 5.900,00

Av. Mai. Costa e Silva, 111 - Centro
 PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
 Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
 Capital Catarinense do Vinho

		5 prateleiras com altura de 40 cm entre cada uma 220 cm de comprimento Altura total 206 cm + espessura da madeira de cada prateleira.		
04	Armário estilo "caseiro" em MDF revestido	Inclui instalação e estrutura, na cor: branca. <u>ARMÁRIO PARA PERTENCES LAVANDERIA</u> Em MDF, fechado com chave em cada divisão Profundidade: 30 cm Altura: 30 cm Comprimento: 65cm, sendo com uma divisão ao meio, de modo que fique duas divisões de aproximadamente 30 cm em cada uma, com chave em ambas.	CRECHE	R\$ 390,00
TOTAL (R\$)				R\$ 11.490,00

Parágrafo segundo. O objeto ofertado deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias após a emissão da autorização de fornecimento.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31/12/2020, contados a partir da data de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 11.490,00 (onze mil quatrocentos e noventa reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
 Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Av. Mai. Costa e Silva, 111 - Centro
 PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
 Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Despesa 228 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Despesa 136 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital de Licitação a qual encontra-se este termo de Contrato Vinculado.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis durante a vigência do Contrato, exceto os previstos na lei 8.666/93 e lei 10.520/2002.

6.2. O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, entre outros.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida da CONTRATADA a apresentação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do termo contratual, prorrogável por igual período, desde que apresentada justificativa fundamentada e aceita pela CONTRATANTE, antes de expirado o prazo inicial, em favor da CONTRATANTE, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, em uma das seguintes modalidades, conforme opção da CONTRATADA:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

7.2. Tal exigência é feita a fim de resguardar a Administração de eventual inexecução contratual durante a prestação do serviço de garantia e suporte técnico para os novos equipamentos que serão adquiridos, uma vez que o pagamento do suporte técnico pelo período de 48 (quarenta e oito) meses será antecipado.

7.3. A inobservância do prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do termo contratual fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Av. Mai. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

7.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os inc. I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

7.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula acima, observada a legislação que rege a matéria.

7.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

7.8. Para a garantia do Contrato, caso a CONTRATADA opte por apresentar títulos da dívida pública, os mesmos deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no Contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.

7.9. Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, deverá providenciar o depósito junto à Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, nominal à Controladoria-Geral da União - CGU, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

7.10. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

7.10.1. A autorização contida nesta subcláusula é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

7.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.13. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do Contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

7.14. A devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, será acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

7.15. Caso ocorra a prorrogação da vigência do Contrato, observadas as disposições constantes no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, tomando-se por base o valor atualizado do Contrato.

7.16. Nas hipóteses em que a garantia for utilizada total ou parcialmente – como para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir, ou ainda nos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal – a CONTRATADA deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, recompor o valor total dessa garantia, sob pena de aplicação da penalidade prevista na subcláusula 7.3, salvo na hipótese de comprovada inviabilidade de cumprir tal prazo, mediante justificativa apresentada por escrita e aceita pelo Fiscal do Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas, em anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela funcionário designada Thaís Mariani Bee e Gestor do Contrato a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Rosânia Inês Rossatto Zago, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1. inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. falhar ou fraudar na execução do Contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

11.1.5. cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

11.2.2. **Multa:**

11.2.2.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil, sobre o valor dos equipamentos entregues fora do prazo, em caso de atraso de entrega injustificado, superior a 5 (cinco) dias úteis, limitada a incidência a 20 (vinte) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor dos equipamentos entregues fora do prazo definido no Termo de Referência;

11.2.2.2. Moratória de 1,66% (um vírgula sessenta e seis por cento) do valor do equipamento, por dia de atraso, até o limite de 6 (seis) dias úteis, contado a partir do término do período presente no subitem

3.4.6 do Termo de Referência, referente aos Requisitos da Garantia e Assistência Técnica;

11.2.2.3. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso decorrer de caso fortuito, de força maior ou por culpa da CONTRATANTE.

11.2.2.4. Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do Contrato;

11.2.2.5. Compensatória de 100% (cem por cento) do valor do(s) equipamento(s) cujo atraso no atendimento de garantia e assistência técnica seja superior a 6 (seis) dias úteis, mencionados na subcláusula 11.2.2.2;

11.2.2.6. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

11.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

11.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

11.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista nesta subcláusula também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Contrato.

11.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

11.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inc. III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. Se durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Av. Mai. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos inc. I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

13.1.3. subcontratar o objeto do Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

É eleito o Foro da Justiça Estadual de SC, Comarca de Tangará-SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pinheiro Preto 11 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

GRANDO MÓVEIS LTDA ME
Representante

Testemunhas:

1- _____

Nome:

CPF:

2- _____

Nome:

CPF:

Av. Mai. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.275, DE 29 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598945

DECRETO Nº 5.275, DE 29 DE JULHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.101 de 05 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação de recursos no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) na dotação orçamentária a seguir:

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 285

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 01.79 Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o recebimento da Transferência Especial do Estado – Processo SCC00003920/2020 de acordo com Portaria nº 179/SEF 14.07.2020.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 29 DE JULHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.277, DE 29 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598946

DECRETO Nº 5.277, DE 29 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.101 de 05 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 123

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:136 - Salário Educação - 0.1.36

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 119

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:136 - Salário Educação - 0.1.36

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 29 DE JULHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.280, DE 30 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598944

DECRETO Nº 5.280, DE 30 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.101 de 05 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 114

3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e

Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 111

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 30 DE JULHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.284, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598942

DECRETO Nº 5.284, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.101 de 05 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação de recursos no valor de R\$ 21.744,48 (Vinte e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) na dotação orçamentária a seguir:

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 286

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 01.52 COVID-19 (Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social (LC 173/2020)

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o recebimento do Recurso

Recebido COVID-19, LC nº 173/2020.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.285, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598940

DECRETO Nº 5.285, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.101 de 05 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação de recursos no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) na dotação orçamentária a seguir:

Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função:8 - Assistência Social

Subfunção:244 - Assistência Comunitária

Programa:5 - Assistência Social Geral

Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Despesa 287

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 01.52 COVID-19 (Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social (LC 173/2020)

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o recebimento do Recurso Recebido COVID-19, LC nº 173/2020.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 484, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598949

PORTARIA Nº 484, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 053/2020 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 053/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando a aquisição de Móveis para a Secretaria de Educação, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. GRANDO MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 27.617.103/0001-51, os lotes e respectivos valores: Lote 01 R\$ 4.700,00; Lote 02 R\$ 500,00; Lote 03 R\$ 5.900,00; Lote 04 R\$ 390,00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 485, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598951

PORTARIA Nº 485, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar a funcionária Tháís Maria Bee, ocupante do cargo de Nutricionista para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Eletrônico nº 053/2020

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais

providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE AGOSTO DE 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 261/2020

Publicação Nº 2599085

PORTARIA Nº261/2020

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDOR ADMITIDO PELA PORTARIA Nº217/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo de Chamada Pública nº 002/2020, resultado através do Decreto nº 1.333/2020, 01 de junho de 2020, prorrogado pelo Decreto nº 1.371/2020, de 06 de agosto de 2020 e considerando conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação através da Comunicação Interna nº 219/2020-SMS.

PRORROGA

LUCIANA APARECIDA ARNDT, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.095.342 e CPF sob o nº 053.822.649-88, para exercer em caráter temporário o cargo de ENFERMEIRA, constante no Anexo I, Grupo B, da lei complementar nº 67/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 170-INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 06 de outubro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 07 de agosto de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020 FMS

Publicação Nº 2598620

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020 - FMS

Objeto: Aquisição de um Aparelho Ultrassonografia com seus componentes, a ser instalado na Unidade Básica de Saúde, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 26/08/2020.

Abertura: às 08h30 do dia 26/08/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 10 de agosto de 2020.

RODRIGO ADRIANO CASAGRANDE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Pomerode

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA N.º 008 / 2020

Publicação Nº 2599475

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 008 / 2020

Processo Administrativo n.º 069 / 2020. Tipo MAIOR OFERTA. Objeto: ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 3.086/2020, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Entrega dos envelopes: Até as 09h00min. do dia 14/09/2020. Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC. Abertura dos envelopes: 09h15min. do dia 14/09/2020. Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC. O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 11 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 3.850/2020 DE 07/07/2020

Publicação Nº 2599415

DECRETO Nº 3.850/2020
DE 07/07/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020, PROVENIENTES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, da Lei nº 3.067/2019 de 29/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, na Unidade Gestora MUNICÍPIO de POMERODE, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	08.001.0015.0451.0070.1011.34490 - Pavimentação de Ruas e Calçadas		
Vínculo	03000000 - Recursos ordinários	Valor:	500.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Provável Excesso de Arrecadação, nas Unidades Gestoras, conforme especificado na tabela abaixo:

Unidade Gestora: Município de Pomerode

Dotação	07.002.0012.0365.0040.2140.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Educação Infantil		
Vínculo	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	Valor:	779.355,26
Dotação	07.002.0012.0365.0040.2140.33191 - Manutenção Folha Pgto. - Educação Infantil		
Vínculo	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	Valor:	114.770,39
Dotação	08.001.0015.0451.0070.1011.34490 - Pavimentação de Ruas e Calçadas		
Vínculo	01760007 - Emenda de Parlamentar Individual (Angela Amin)	Valor:	150.000,00

Dotação	08.001.0015.0451.0070.1011.34490 - Pavimentação de Ruas e Calçadas		
Vínculo	01760006 - Emenda de Parlamentar Individual (Esperidião Amin)	Valor:	150.000,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Dotação	19.002.0010.0302.0060.2121.33190 - Manutenção Folha Pgto. - CAPS		
Vínculo	01520000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	Valor:	35.742,24

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR PARCIALMENTE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nas seguintes Unidades Gestoras, conforme especificado na tabela abaixo:

Unidade Gestora: Município de Pomerode

Dotação	04.001.0004.0122.0020.2128.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Secretaria de Governo		
Vínculo	01000000 - Recursos ordinários	Valor:	1.200,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2117.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (Odonto)		
Vínculo	01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde	Valor:	2.900,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2118.33190 - Manutenção Folha Pgto. - Agente Comunitário de Saúde (ACS)		
Vínculo	03380204 - ACS	Valor:	5.622,81

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 3º, autorizado a abrir CRÉDITO SUPLEMENTAR nas Unidades Gestoras, conforme especificado na tabela abaixo:

Unidade Gestora: Município de Pomerode

Dotação	04.001.0004.0122.0020.2128.33390 - Manutenção Folha Pgto. - Secretaria de Governo		
Vínculo	01000000 - Recursos ordinários	Valor:	1.200,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2118.33390 - Manutenção Folha Pgto. - Agente Comunitário de Saúde (ACS)		
Vínculo	03380204 - ACS	Valor:	5.622,81
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2117.33191 - Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (Odonto)		
Vínculo	01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde	Valor:	2.900,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 de Julho de 2020.

Município de Pomerode, em 07 de Julho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3859, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599051

DECRETO Nº 3859, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

REGULAMENTA OS VALORES DO AUXÍLIO TRANSPORTE INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.991 DE 10 DE MAIO DE 2018, REFERENTE AO SEGUNDO SEMESTRE LETIVO DE 2020.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, Inciso I, Alínea "a" da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que o Artigo 12 da Lei Municipal nº 2.991/2018 rege que os valores do auxílio transporte para alunos universitários será regulamentado por Decreto Municipal;

CONSIDERANDO que a Associação dos Estudantes Universitários de Pomerode – ASSEUP apresentou nova memória de cálculo detalhada, em face do lançamento do Edital para primeira chamada para inscrições no 2º semestre letivo, justificando o rateio percentual para as modalidades de transporte referente aos meses agosto, setembro, outubro e novembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos as seguintes modalidades e valores do auxílio transporte que fazem jus os alunos universitários atendidos pela Lei Municipal nº 2.991, de 10 de maio de 2018:

Modalidade	Valor do Auxílio
Semi-presencial ida e volta	R\$ 84,30

Regular ida e volta	R\$ 209,30
Regular ida ou volta	R\$ 143,10
Regular ida e volta ³	R\$ 133,50

Art. 2º Os valores foram definidos com base na quantidade de alunos inscritos em cada modalidade, conforme memória de cálculo em anexo, e tem validade para o segundo semestre letivo de 2020.

Parágrafo único. No período que as aulas presenciais estiverem suspensas em face de decisão do Governo Federal ou Estadual, a Prefeitura não realizará o repasse financeiro sendo possível sua efetivação após requerimento justificado da ASSEUP.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 03 de agosto de 2020

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE 005/2020 Á 001/2020

Publicação Nº 2599275

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

SAMAE (SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO)

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº008/2020 E PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 005-2020

Fornecedor: Fornecedor: 291595 - C.E . MACEDO COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICO.

VALOR TOTAL: R\$ 236.756,80

VIGÊNCIA: 12 meses

POMERODE, 27 de Julho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 006-2020

Fornecedor: 291714 - FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI VALOR TOTAL: R\$ 8.975,00

VIGÊNCIA: 12 meses

POMERODE, 27 de Julho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 007-2020

Fornecedor: 435066 - DANNA COMERCIAL EIRELI

VALOR TOTAL: R\$14.622,85

VIGÊNCIA: 12 meses

POMERODE, 27 de Julho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 008-2020

Fornecedor: 493864 - 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

R\$ 10.121,00

VIGÊNCIA: 12 meses

POMERODE, 27 de Julho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 009-2020

Fornecedor: 642398 - LEENIA METALURGIA E SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 8.665,00

VIGÊNCIA: 12 meses

POMERODE, 27 de Julho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 010-2020

Fornecedor: 642428 - NELIA MARIA CYRINO LEAL

VALOR TOTAL: R\$ 21.826,00

VIGÊNCIA: 12 meses

POMERODE, 27 de Julho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 011-2020

Fornecedor: 642436 - ITA - INSTITUTO E TECNOLÓGICO AVANÇADO DE METROLOGIA, INPEÇÕES E LAUDOS TÉCNICOS EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 27.947,50

VIGÊNCIA: 12 meses

POMERODE, 27 de Julho de 2020.

Ponte Serrada

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 59/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 59/2020

Publicação N° 2599365

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 59/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 59/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E DA MÃO DE OBRA, PARA APLICAÇÃO DE BACTERICIDA PARA DESINFECÇÃO E SANITIZAÇÃO (SANEANTE BACTERICIDA COM PRINCÍPIO ATIVO QUATERNÁRIO DE AMÔNIO) DE AMBIENTES E VEÍCULOS PÚBLICOS, PARA APLICAÇÃO EM LOCAIS DENTRO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 25/08/2020. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 25/08/2020. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br em 11/08/2020. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 34356000.

Ponte Serrada, 11 de agosto de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 060/2020 - PMPB

Publicação Nº 2598833

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 060/2020 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de empresa especializada para fornecimento de material objetivando a melhoria, ampliação, efficientização, eventos em redes de iluminação pública do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 24/08/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 24/08/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de Agosto de 2020

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2502, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598677

DECRETO Nº 2502, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Anula o Processo Licitatório na Modalidade Chamamento Público nº 010/2020-FMEDUCA (Credenciamento).

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 49 da Lei Federal nº 8666/93, e

Considerando o Memorando nº 273/2020 encaminhado pela Pregoeira e Diretora de Compras e Licitações Mariana Ferreira do Amaral, solicitando a anulação do Chamamento Público nº 010/2020-FMEDUCA (Credenciamento);

Considerando o Parecer expedido pela Presidente da Comissão Permanente de Licitações Jessie Cordeiro Espíndola, referendado pela Secretária de Administração Eliane Tomaz, opinando "pela anulação do processo sob análise", com sua fundamentação;

Considerando a Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal, que determina que "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Considerando o princípio da autotutela, interesse e a conveniência administrativa, bem como da eficiência e necessidade na continuidade dos serviços públicos, DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório na modalidade Chamamento Público nº 010/2020-FMEDUCA (Credenciamento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 2503, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599191

DECRETO Nº 2503, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Estabelece medidas e procedimentos para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo Coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de Covid-19;

Considerando a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 7 de julho de 2020, relacionada à região da Foz do Rio Itajaí, incluindo a região como risco potencial gravíssimo da doença do novo Coronavírus;

Considerando a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do da Foz do Rio Itajaí, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

Considerando a necessidade de buscar medidas que visem garantir maior estabilidade jurídica para a tomadas de decisões de enfrentamento de combate ao COVID-19; e

Considerando que o Decreto Municipal nº 2473, de 14 de julho de 2020, e o Decreto Municipal nº 2487, de 28 de julho de 2020, que estabeleceram medidas e procedimentos para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), perdurando até 28 de julho, DECRETA:

Art. 1º Pelo período de 14 dias, a partir de 12 de agosto de 2020, a adoção das seguintes medidas:

Art. 2º Quanto aos mercados e congêneres.

§ 1º Nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados), determina-se:

I - Limitar/restringir o acesso a apenas 1 (uma) pessoa por família, bem como de pessoas acompanhadas, independentemente de laços familiares, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes, sendo permitido somente o ingresso de um dependente; e

II - A redução da capacidade de entrada de pessoas em no máximo 30% (trinta por cento) do limite permitido, sendo o horário previsto de funcionamento das 8:00 às 23:00 horas, de segunda-feira à domingo, devendo realizar a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos, fornecimento de álcool em gel, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 2º Os estabelecimentos devem seguir as diretrizes sanitárias do Estado: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/resource/093d8933-94ba-4f3f-82f6-074f73c3a632>, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

Art. 3º Quanto ao transporte coletivo.

Parágrafo único. Determina-se a proibição de seu funcionamento.

Art. 4º Quanto aos serviços de alimentação, tais como restaurantes, padarias, conveniências e similares, para manutenção de suas atividades econômicas, poderão funcionar das 6:00 às 23:00 horas, de segunda-feira à domingo.

§ 1º Em relação aos bares, botecos e similares, deverão funcionar das 06:00 às 22:00 horas, de segunda à domingo.

§ 2º Todos os estabelecimentos referidos neste artigo deverão observar as seguintes medidas:

I - A Limitação de entrada e permanência de pessoas em 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima de público do estabelecimento, com a devida informação visível desse quantitativo, devendo ser retirado e/ou isoladas do salão as mesas e cadeiras excedentes;

II - Priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;

III - Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento;

IV - Disponibilização de álcool gel 70% em cada mesa ou balcão;

V - Disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;

VI - Controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;

VII - Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

VIII - Controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo).

IX - Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool gel 70%, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;

X - Uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;

XI - Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;

XII - Higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;

XIII - Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;

XIV - Proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;

XV - Afastamento obrigatório de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes de alto risco, com comprovação médica, exceto para o trabalho remoto (Home Office);

XVI - Priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;

XVII - Fica vedada a utilização de bandas musicais. Sendo permitido voz e violão ou similares, desde que tenha uma proteção de acrílico, separando o artista do público.

XVIII - Fica proibido, o uso de equipamentos de "Narguilé" em espaços públicos e privados com acesso ao público, mesmo em ar livre.

XIX - Fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários.
XX - É obrigatória, pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Balneário Camboriú e Região (SINDISOL), ou sindicato afim, no prazo de 05 (cinco) dias, a contratação de equipe(s) especializada(s) na área da saúde que, obrigatoriamente, passará em todos os estabelecimentos fazendo o levantamento e identificação, por amostragem, dos trabalhadores e frequentadores, de sintomas como:

- a) Tosse;
- b) Temperatura igual ou superior a 37,5º (trinta e sete vírgula cinco graus Celsius);
- c) Dores no corpo;
- d) Diarreia;
- e) Secreção nasal;
- f) Insuficiência respiratória;
- g) Perda parcial ou total do olfato e/ou paladar.

§ 3º Os dados coletados pela equipe deverão ser registrados e conter ao menos o Nome, Telefone e Cidade de Origem de cada pessoa, bem como, os dados do estabelecimento.

§ 4º Se constatado ao menos um dos sintomas descritos no inciso XX, pela equipe contratada e/ou responsável pelo estabelecimento, deverá ser comunicado imediatamente a Vigilância Epidemiológica Municipal.

§ 5º Os profissionais contratados deverão seguir as normas e diretrizes da Vigilância Epidemiológica do Município/Estado;

§ 6º Os dados coletados pelos profissionais deverão ser encaminhados pelo sindicato, a cada 3 (três) dias, à vigilância epidemiológica do Município.

§ 7º A cada levantamento e coleta de dados no estabelecimento, o profissional responsável entregará ao proprietário comprovante da visita realizada.

§ 8º Após o horário definido neste artigo, o atendimento será restrito para tele-entrega e retirada no balcão, ficando vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local.

Art. 5º Com fulcro na legislação vigente, que estabelece o poder de polícia administrativa inerente ao comportamento individual face à coletividade que envolva a segurança pública, o descumprimento deste Decreto, sujeitará ao infrator, seja ele pessoa física ou jurídica, as seguintes penalidades:

- I - Interdição/embargo;
- II - Multa;
- III - Apreensão de objetos que constituem a infração; e
- IV - Cassação do alvará.

Art. 6º Todos os estabelecimentos deste tópico devem seguir as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado: COVID-19 - COVID-19 - Diretrizes Sanitárias - Diretrizes Sanitárias – Alimentação.

Art. 7º A fiscalização desses estabelecimentos deve ser ampliada pela vigilância sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar e/ou Guarda Municipal e/ou Defesa Civil, buscando garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Art. 8º Priorizar a ventilação natural dos ambientes.

Art. 9º Quanto às atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, parques temáticos, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos - públicos e privados.

§ 1º Determina-se a manutenção da proibição de funcionamento em qualquer modalidade.

§ 2º Parques temáticos com protocolos específicos e com a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento).

Art. 10. Quanto à execução de música ao vivo em qualquer local.

Parágrafo Único. Determina-se a vedação de bandas musicais, sendo permitido voz e violão ou similares, desde que tenha uma proteção de acrílico, separando o artista do público.

Art. 11. Quanto aos espaços de parques, praças, clubes sociais e afins.

Parágrafo Único. Determina-se a manutenção da proibição de funcionamento em qualquer modalidade.

Art. 12. Quanto à realização de velórios.

Parágrafo Único. Determina-se que os velórios realizados em âmbito municipal tenham a duração máxima de 4 (quatro) horas, limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez. As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara. O velório só será permitido no dia do sepultamento. Quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 17h30. Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).

Art. 13. Quanto às academias ao ar livre e playgrounds.

Parágrafo Único. Determina-se a manutenção da proibição de funcionamento em qualquer modalidade.

Art. 14. Fica autorizado o funcionamento de quadras esportivas particulares, para fins de locação e funcionamento, sendo permitido somente 2 (dois) jogos por noite, com intervalo mínimo de 1 hora entre os jogos, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

- I - Realizar a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem ao recinto, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;
- II - Disponibilizar de álcool 70% em todas as instalações do estabelecimento para higienização das mãos;
- III - Todos os atletas e colaboradores deverão fazer uso de máscaras enquanto permanecerem no local, ressalvado o período em que estiver realizando a prática de esporte;
- IV - Proibir a utilização de churrasqueiras e demais ambientes de uso comum e/ou de recreação;
- V - Proibir o acompanhamento dos atletas, bem como a permanência de pessoas menores de 18 anos e maiores de 60 anos;
- VI - Intensificar a higienização das mãos dos atletas com água e sabão ou álcool a 70%;
- VII - cada atleta deverá utilizar seu próprio fardamento, ficando vedado o uso compartilhado, devendo obedecer a rotina de higienização após única utilização;
- VIII - Bolas e demais equipamentos de uso coletivo devem ser obrigatoriamente higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, após cada utilização, respeitando as características e as informações da rotulagem;
- IX - Manter os lavatórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento sem as mãos;
- X - Intensificar a higienização de locais, utensílios, equipamentos e superfícies com álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar;
- XI - Proibir a presença de público nos estabelecimentos;
- XII - Proibir o uso de bebedouros ou qualquer equipamento similar;
- XIII - Todos os atletas e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, febre, dor de garganta e mal estar geral devem ser proibidos de adentrar ao local;
- XIV - Fica proibida a permanência dos atletas após a realização das atividades;
- XV - Ficam suspensas a roda pré e pós-jogo de confraternização e aquecimento, bem como as atividades sociais e de lazer, entre outras, decorrentes destas atividades.

Parágrafo único. Somente serão permitidas as atividades esportivas em locais privados.

Art. 15. Quanto às Praias.

Parágrafo Único. Determina-se a proibição das atividades esportivas aquáticas, incluindo passeios náuticos na modalidade amadrinhada, aglomeração de pessoas nas faixas de areia e em torno dos rios e lagoas, com exceção da pesca profissional, amadora e artesanal. Fica permitida a prática individual de esportes.

Art. 16. Quanto às academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Natação, Hidroginástica em estabelecimentos privados e/ou condomínios.

Parágrafo Único. Determina-se a proibição das aulas coletivas, somente sendo permitidas as práticas individuais respeitada a taxa de ocupação de 30%, o distanciamento de 1,5m entre as pessoas e equipamentos e observadas as seguintes medidas:

- I - Realizar a desinfecção total do ambiente uma vez por período (manhã/tarde/noite), com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;
- II - Adotar o uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os colaboradores;
- III - Utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;
- IV - Utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado.

Art. 17. Quanto aos serviços autônomos e de profissionais liberais.

Parágrafo Único. Autorizados, desde que observada a necessidade de agendamento para atendimento individual, respeitando o limite de ocupação de 50% (cinquenta por cento) do espaço do local, a necessidade de distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre pessoas e o reforço das medidas de biossegurança.

Art. 18. Quanto aos hotéis, pousadas e similares.

Parágrafo Único. Autorizados, os mesmos devem cumprir as regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº 244/2020.

Art. 19. Quanto aos bancos.

Parágrafo Único. Autorizados. Os estabelecimentos devem ter um funcionário local para organizar o distanciamento nas filas e uso de máscaras. Devem dispor de álcool gel junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana.

Art. 20. Quanto à obrigatoriedade do uso de máscaras.

Parágrafo Único. Determina-se ser obrigatório em todo o território do Município de Porto Belo o uso de máscaras pelos cidadãos em todos

os ambientes públicos ou privados.

Art. 21. Quanto às aulas presenciais da rede pública e privada de cursos superiores determina-se a manutenção da suspensão das aulas presenciais pelo prazo desta recomendação, inclusive estágios.

Parágrafo Único. Ficam autorizadas as aulas presenciais teóricas dos Cursos Técnicos, Cursos Livres e nos Centros de Formação de Condutores, cumprindo os seguintes requisitos:

I - Uso de máscaras por todas as pessoas durante todo o horário de aula;

II - Cada sala de aula poderá ter 50% da capacidade de alunos;

III - Manter afastamento mínimo de 2,0 m de raio entre as pessoas;

IV - Disponibilização de álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar em pontos estratégicos para a higienização das mãos;

V - Os equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

VI - Fica proibida a utilização de bebedouros de jato inclinado;

VII - O uso de elevador, se existente, deve ser desestimulado;

VIII - Disponibilizar cartazes com regras de funcionamento autorizadas e as instruções sanitárias adotadas em local visível e de fácil acesso;

IX - Manter os ambientes bem arejados e ventilados;

X - Em caso de algum aluno ou professor apresentar sintomas de contaminação pelo COVID-19, buscar orientação médica, bem como, afastar das aulas por um período mínimo de 14 (quatorze) dias ou conforme determinação médica e informar às autoridades sanitárias imediatamente desta condição.

Art. 22. Quanto às cirurgias eletivas.

Parágrafo Único. Determina-se a suspensão das cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atendem na rede complementar ao SUS (respeitando a Portaria SES/SC nº 421, de 22/06/2020).

Art. 23. Quanto à Atenção Básica.

§ 1º Dispor de atendimento para a população por telefone ou sistema on-line para orientar quanto ao melhor local para atendimento de acordo com as queixas das pessoas.

§ 2º Fluxo de atendimento na unidade de saúde organizado de forma a diminuir contato de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19 de pessoas não doentes, inclusive destinando consultório somente para esta finalidade, mantendo o paciente apenas neste local, devendo a equipe técnica acessar este espaço.

§ 3º Horário ampliado para atendimento de pessoas com sintomas respiratórios.

§ 4º Monitorar as pessoas com sintomas respiratórios em tratamento domiciliar.

§ 5º Monitorar pessoas com doenças crônicas.

§ 6º Notificar os casos suspeitos para COVID-19 e comunicar a vigilância epidemiológica municipal.

§ 7º Realizar ações de educação em saúde para população local voltada para prevenção da transmissão da COVID-19.

§ 8º Os atendimentos eletivos continuam mantidos desde 10 de agosto do ano em curso.

§ 9º Treinar equipe para atendimento de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19.

§ 10. Treinar equipe para paramentação e desparamentação adequada e cuidados com proteção individual.

§ 11. Ações de enfrentamento, combate e tratamento profilático ou terapêutico relacionados a COVID-19, deverão obedecer ao regramento estipulado para a ação específica.

Art. 24. Quanto ao funcionamento de shoppings, outlet e comércio em geral.

Parágrafo Único. Determina-se a abertura de segunda-feira a domingo, sendo que o comércio de rua fica restrito ao horário das 8 às 20 horas, enquanto shopping e outlet, fica restrito ao horário das 11 às 21 horas.

Art. 25. Quanto Às Medidas para a Sociedade em Geral.

§ 1º Higienizar as mãos com frequência.

§ 2º Adotar como prática a etiqueta da tosse.

§ 3º Evitar viajar e realizar comemorações com a presença de pessoas que não residem em sua casa.

§ 4º Ficar em casa a maior parte do tempo.

§ 5º Ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável.

§ 6º Manter distância de 1,5 metros de outras pessoas.

§ 7º Não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas.

§ 8º Priorizar serviços de delivery.

§ 9º Quando possível adiar consultas, exames médicos, cirurgias e outros procedimentos que possam provocar danos à saúde e a ida a locais onde há pessoas potencialmente doentes.

§ 10. Utilizar máscara em espaços públicos e espaços privados compartilhados.

§ 11. Não frequentar locais que não sigam as recomendação e adequações necessárias para minimizar a transmissão do Coronavírus.

Art. 26. Quanto às Medidas ao Setor Privado.

§ 1º Adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização.

§ 2º Adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível.

§ 3º Adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais.

§ 4º Afastar colaboradores confirmados ou suspeitos de COVID-19.

§ 5º Afastar trabalhadores que pertençam aos grupos de risco.

§ 6º Apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19.

§ 7º Disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais.

§ 8º Higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais.

§ 9º Intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais.

§ 10. Monitorar temperatura corporal de funcionários e clientes e evitar a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de 37,5º.

§ 11. Priorizar a ventilação natural dos ambientes nas atividades essenciais.

§ 12. Procurar testar regularmente colaboradores.

§ 13. Uso de máscaras pelos funcionários de atividades essenciais durante todo o período de funcionamento.

Art. 27. As igrejas, templos religiosos e afins tem autorização para permanecerem abertos durante este período, sendo que somente poderão realizar missas e cultos religiosos presenciais seguindo as orientações:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja;

II - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70%ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

IV - a proibição a participação de criança menores de 10 (dez) anos e pessoas com mais de 60 (sessenta) anos em cerimônias, celebrações, missas e cultos presenciais.

Parágrafo único. Deverão ser obedecidas as demais medidas estabelecidas na Portaria SES nº 254, de 20 de abril de 2020, da Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 28. Quanto à fiscalização e sanção.

§ 1º As atividades de fiscalização e de poder de polícia necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto será feita em conjunto por servidores municipais das equipes de Vigilância Sanitária e das equipes de Segurança Pública e demais autoridades.

§ 2º A avaliação de risco potencial é realizada semanalmente conforme publicação pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no endereço eletrônico: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>, cabendo revisões neste Decreto sempre que necessário para alinhar com os resultados esperados - redução do risco potencial.

Art. 29. A desobediência aos comandos previsto no presente Decreto, sujeitará o infrator à aplicação das sanções civis e administrativas,

além das previstas para os crimes elencados nos artigos 268 - infração de medida sanitária preventiva e 330 - crime de desobediência - do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO SUPRESSÃO CONTRATO 023/2020 - PMPB

Publicação Nº 2598522

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO SUPRESSÃO

CONTRATO Nº 023/2020 – PMPB – 1º TERMO ADITIVO SUPRESSÃO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com o fornecimento de material para construção da Praça da Igreja Bom Jesus dos Aflitos, bairro Centro, no Município de Porto Belo, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, parte integrante deste Edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e conforme Contrato de Repasse nº 869951/2018/MTUR/CAIXA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: PROGET CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI

CNPJ: 11.494.890/0001-51

SÓCIO: Renato Ozimo Clemente

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 1.924,70 (Um mil, novecentos e vinte e quatro reais e setenta centavos)

Vigência: 10/08/2020 até 23/07/2020

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2020

Porto Belo, 10 de Agosto de 2020.

Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2912, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598683

LEI MUNICIPAL Nº 2912, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Institui a Escola do Mar no Município de Porto Belo. Autor: Vereador Marcos Venicius Marques.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Escola do Mar no Município de Porto Belo.

Art. 2º Terá como finalidade a Escola do Mar alfabetizar, formar com Caderneta de Inscrição a Pescadores, Pescadoras, Aquicultores, Aquicultoras, Marinheiros e Marinheiras com domicílio no município de Porto Belo.

Art. 3º Poderá o Executivo Municipal por meio da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura firmar convênio com entidades relacionadas ao setor como Instituto Federal de Santa Catarina, Marinha do Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria do Estado de Agricultura e Pesca, EPAGRI e Universidades para viabilizar sua finalidade e cursos relacionados a área como mecânica, soldagem entre outros.

Art. 4º Caberá ao Executivo incentivar o desenvolvimento tecnológico do setor pesqueiro, aquícola municipal.

Art. 5º A Fundação Municipal de Meio Ambiente, deverá participar na informação da legislação pertinente ao setor pesqueiro Sudeste/Sul. Parágrafo Único. As escolas e entidades de ensino, fundamental, médio, técnico e superior, localizadas no território municipal, com influência na tradição pesqueira poderão, tanto quanto possível, ser inseridas nas atividades da Escola do Mar, de modo a integrar o processo de interesse pelos temas em debate e apresentar atividades desenvolvidas nos seus ambientes de estudo.

Art. 6º Deverá o Executivo Municipal regulamentar esta lei por Decreto.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2913, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598684

LEI MUNICIPAL Nº 2913, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Institui o "Projeto Educacional Jovem Trabalhador" no Município de Porto Belo e dá outras providências. Autoria: Vereador Diogo dos Santos.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Projeto Educacional Jovem Trabalhador no Município de Porto Belo.

Parágrafo único. O Projeto Educacional Jovem Trabalhador tem por objetivos:

- I - Gerar condições de emprego a jovens entre quinze e vinte e um anos;
- II - Desenvolver aptidões e preparar os jovens para assumir postos de trabalhos no município;
- III - Desenvolver a potencialidade dos jovens para o primeiro emprego.

Art. 2º O Projeto Educacional Jovem Trabalhador será desenvolvido pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com apoio da Sala do Empreendedor e podendo haver a colaboração de empresas, entidades e associações com atuação no âmbito municipal.

Art. 3º São atividades do Projeto Educacional Jovem Trabalhador, sem prejuízo de outras iniciativas que possam ser realizadas:

- I - Capacitar a qualificar jovens trabalhadores através de palestras, seminários, oficinas, debates, entrevistas e testes vocacionais;
- II - Estimular o conhecimento sobre os direitos trabalhistas e civis da juventude;
- III - Incentivar debates sobre temas da atualidade relacionados com as modificações socioeconômicas e tecnológicas e suas consequências sociais.

Art. 4º O Poder Executivo terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para implementar o Projeto Educacional Jovem Trabalhador e poderá, se necessário, regulamentar a presente Lei através de Decreto Municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2914, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598685

LEI MUNICIPAL Nº 2914, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Institui no Município de Porto Belo a valorização e atenção aos profissionais de limpeza pública urbana e coleta de lixo e dá outras providências. Autor: Vereador Diogo dos Santos.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Porto Belo a valorização e atenção aos profissionais que se empenham na limpeza urbana e coleta de lixo do Município, tendo por objetivo promover a integração destes servidores com atividades esportivas, culturais e artísticas, bem como acompanhamento e atenção à saúde e bem estar.

Art. 2º Para execução desta Lei, o Poder Executivo Municipal poderá realizar as seguintes atividades:

- I - Realização de orientações, treinamentos e/ou palestras, dentre os espaços das secretarias e/ou fundações, sobre as atividades, a valorização e a importância dos profissionais de limpeza urbana e coleta de lixo;

II - Distribuição de panfletos e folhetos, em pontos distintos da cidade, acerca da necessidade do recolhimento adequado de lixo e da coleta seletiva, bem como a importância de não jogar lixo nas vias públicas;

III - Circulação de informativos sobre o devido descarte de instrumentos como lâminas, navalhas, vidros, facas, dentre outros capazes de lesar os profissionais de limpeza no ato da coleta.

IV - Dia de lazer com atividades de cunho esportivo e cultural, visando a valorização e homenagem a estes profissionais.

V - Oferta de serviços de atenção e saúde, promovendo acompanhamento com psicólogo e/ou outras especialidades, e serviços de atendimento na área de saúde.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias com a iniciativa pública ou privada e entidades, para a realização das ações e atividades.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 031/2020

Publicação Nº 2599897

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 031/2020

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 13/08/2020 a 19/08/2020, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Criminais do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso;
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
ADILSON WOITOWICZ	1º		

Porto União (SC), 12 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4.679/2020

Publicação Nº 2599414

LEI Nº 4.679, de 10 de agosto de 2020.

Altera a nomenclatura da Travessa Helmuth M-Iler, localizada no Bairro Santa Rosa, que passa a denominar-se "Rua José Anselmo Schmidt".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:



Art. 1º Fica denominada Rua José Anselmo Schmidt a Travessa Helmuth M-Iler, localizada no Bairro Santa Rosa.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal obrigado a fixar placas com a nova denominação da Travessa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União, 10 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO I

José Anselmo Schmidt nasceu em cinco de agosto de um mil novecentos e vinte e quatro, na Colônia Maratá, interior do Município de Porto União – Santa Catarina. Foi o primogênito de seus pais José Reynaldo Schmidt e Maria Elizabeth Orth Schmidt, casal de colonizadores oriundos do Rio Grande do Sul que tiveram, além de José, mais oito filhos.

Desde a infância José demonstrou interesse no trabalho de carpintaria e marcenaria, ofício que aprendeu ainda na colônia e que veio a ser a profissão que exerceu durante sua trajetória de vida, sempre com muita dedicação, capricho e exatidão ímpar.

Frequentou a Escola Alemã onde aprendeu a ler e a escrever e onde demonstrou muita habilidade em cálculos matemáticos.

Trabalhou com seus pais e irmãos em atividades agrícolas, mas sua paixão sempre foi a marcenaria.

Casou-se com Iméldia Olídia Muller em agosto de um mil novecentos e cinquenta e três. Da união tiveram três filhos: Orlando José Schmidt, Alvino Aloísio Schmidt e Erica Maria Schmidt Godoi. Fixaram residência no interior do Município de Porto União, na Colônia Maratá, onde trabalhava na sua marcenaria fabricando diversos móveis, implementos para agricultura e também urnas funerárias. Ao lado de sua residência construiu um pequeno moinho para moagem de grãos, que atendia toda a colônia e demais comunidades vizinhas. Aos sábados trabalhava como barbeiro da colônia onde residia.

Para que seus filhos pudessem continuar seus estudos além do Ensino Fundamental, José mudou-se para a cidade no ano de um mil novecentos e sessenta e seis e fixou moradia no Bairro Santa Rosa, onde residiu até a data de seu falecimento.

Foi sempre muito dedicado à religião e sempre ajudou muito as Igrejas com seu trabalho, que se encontra até hoje na Igreja Matriz de Porto União e em muitas outras Capelas localizadas no interior do município e nos Bairros.

José Anselmo foi um pai, filho, irmão e esposo exemplar, além de exercer sempre com muita honradez e senso de justiça seu papel de cidadão.

Faleceu no dia treze de maio de dois mil e quatorze, aos oitenta e nove anos de idade.

LEI MUNICIPAL Nº 4.680/2020

Publicação Nº 2599416

LEI Nº 4.680, de 10 de agosto de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a revogar a Lei Municipal nº 4.355, de 15 de julho de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 4.355, de 15 de julho de 2015, referente à Ratificação do Protocolo de Intenções celebrado pelos Municípios de Porto União – SC e União da Vitória – PR, visando a constituição de Consórcio Público Intermunicipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI MUNICIPAL Nº 4.681/2020

Publicação Nº 2599417

LEI Nº 4.681, de 10 de agosto de 2020.

Altera artigos da Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo com CIDARTTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 80.154.586/0001-88, DALMUNDO COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA, CNPJ 11.173.581/0001-80, DALMUNDO COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA CNPJ 11.173.581/0002-80, EDSON LUIZ DOMBOROWSKI, CPF nº 254.067.959-53, espólio de EDMUNDO DOMBOROWSKI, ROSANGELA FARIAS DOMBOROWSKI, ROSE MARI DOMBOROWSKI e ANDRÉ DOMBOROWSKI, para receber destes os imóveis descritos no artigo 2º desta lei como dação em pagamento para quitação de débitos tributários conforme autoriza o artigo 254 do CTM – Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 005/99, e o artigo 156, inciso XI do Código Tributário Nacional, Lei Federal nº 5.172/66.”

Art. 2º Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019, e seu parágrafo único, que passam a vigorar com a redação seguinte, revogando-se expressamente os incisos I, II, III, IV, V e VI do mesmo artigo:

“Art. 2º Os bens imóveis, objetos da dação em pagamento, são de propriedade de EDSON LUIZ DOMBOROWSKI, ROSANGELA FARIAS DOMBOROWSKI e ROSE MARI DOMBOROWSKI conforme constante no Termo de Acordo anexo, o qual passa a ser parte integrante desta lei.

Parágrafo único. Os imóveis descritos no caput deste artigo foram avaliados pela Comissão de Avaliação de Imóveis, instituída por meio do Decreto nº 654, de 13 de fevereiro de 2015 e Portaria nº 018, de 25 de abril de 2017, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) cada lote, totalizando R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).”

Art. 3º Altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os créditos tributados a serem extintos por dação em pagamento são aqueles elencados na cláusula segunda do Termo de Acordo anexo desta Lei.”

Art. 4º Fica integralmente revogado o Inciso I do Artigo 4º da Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019.

Art. 5º Altera o artigo 5º da Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Para viabilizar a dação em pagamento dos bens imóveis que trata esta Lei os Senhores EDSON LUIZ DOMBOROWSKI, ROSANGELA FARIAS DOMBOROWSKI e ROSE MARI DOMBOROWSKI deverão apresentar todos os documentos comprobatórios da titularidade dos imóveis, bem como as respectivas certidões comprobatórias de que estes estejam livres de quaisquer ônus e débitos tributários, exceto aqueles decorrentes do Termo de Acordo constante no Anexo I da presente lei.”

Art. 6º Altera o artigo 6º da Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 6º Concluída a dação em pagamento e registrados os imóveis em nome do Município de Porto União, serão extintos os créditos tributários mencionados na cláusula segunda do Termo de Acordo constante no Anexo I da presente lei, até o montante do valor da avaliação dos imóveis dados em pagamento.”

Art. 7º Altera o caput e § 2º do Artigo 7º da Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 7º Sob pena de perda de eficácia dos efeitos e condições estabelecidas por esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação da Lei nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019, deverá ser lavrada a escritura de dação em pagamento, arcando o Sr. Edson Luiz Domborowski com despesas e tributos incidentes na operação.

§ 1º (...)

§ 2º Por ocasião da transmissão de propriedade ao Município, deverão os Senhores EDSON LUIZ DOMBOROWSKI, ROSANGELA FARIAS DOMBOROWSKI e ROSE MARI DOMBOROWSKI apresentar todos os documentos e certidões indispensáveis a perfectibilização do ato.”

Art. 8º Inclui-se o Anexo I à Lei Municipal nº 4.637, de 18 de dezembro de 2019.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito MunicipalRUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI MUNICIPAL Nº 4.682/2020

Publicação Nº 2599422

LEI Nº 4.682, de 10 de agosto de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder, mediante procedimento licitatório, Direito Real de Uso de imóvel que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar, mediante procedimento licitatório, na modalidade concorrência, a concessão do Direito Real de Uso, previsto no Art. 7º do Decreto Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, c/c o Art. 6º, Inciso XI da Lei Orgânica do Município, pelo prazo de até 50 (cinquenta) anos, de área de terras com total de 2.513,64 m² (dois mil quinhentos e treze metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), situada no Distrito Industrial Estanislau Novacki, à Rua Wenzel Rulf, no quadro urbano desta cidade de Porto União, SC, constante da Matrícula no Cartório do Registro de Imóveis em Porto União sob o n.º 11.628, para fins de instalação de parque industrial.

§ 1º FRENTE: 34,10 metros confrontando com a Rua Wenzel Rulf; FUNDOS: 23,15 metros confrontando com terras da União; LADO DIREITO: 87,90 metros confrontando com terras de Gilson Rockenbach; LADO ESQUERDO: 88,56 metros confrontando com terras de Wellinton Danielak, conforme memorial descritivo em anexo.

§ 2º Decorrido o prazo da concessão do Direito Real de Uso mencionado no caput, o mesmo poderá ser prorrogado por igual período.

Art. 2º As condições de habilitação para obtenção do ato ou instrumento de concessão do Direito Real de Uso de que trata esta lei, serão estipuladas pelo Município, através de Edital de Concorrência Pública.

Art. 3º Fica reservado ao Município o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as obras e instalações das cessionárias na área referida no Artigo 1º desta lei.

Art. 4º Durante a vigência desta lei, todos os encargos civis, administrativos e tributários que incidirem sobre o imóvel ora cedido ou atividade exercida ficarão a cargo da cessionária.

Art. 5º A falta de cumprimento do disposto nesta lei, a modificação da finalidade da concessão (instalação de parque industrial) e do Direito Real de Uso ou a extinção da empresa cessionária farão o imóvel, com todas as benfeitorias e instalações nele introduzidas, reverter automaticamente, independentemente de ações judiciais e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 804/2020 - RH

Publicação Nº 2599282

PORTARIA Nº 804, de 04 de agosto de 2020.

Dispõe sobre revogar a Portaria nº 585/2020, de 06 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Ofício n.º 307/2020, de 04 de agosto de 2020, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação;
Considerando o despacho do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 04 de agosto de 2020, a Portaria nº 585, de 06 de abril de 2020, que suspende a Gratificação de Função de Gestão de Supervisor Geral do Ensino Fundamental, da servidora efetiva SILMARA DE FATIMA AMARANTE BUENO, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 805/2020 - RH

Publicação Nº 2599314

PORTARIA Nº 805, de 04 de agosto de 2020.
Dispõe sobre revogar a Portaria nº 584/2020, de 06 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Ofício n.º 307/2020, de 04 de agosto de 2020, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação;
Considerando o despacho do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 04 de agosto de 2020, a Portaria nº 584, de 06 de abril de 2020, que suspende a Gratificação de Função de Gestão de Supervisor Geral de Educação Infantil, da servidora efetiva GICELI APARECIDA GONCALVES, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 806/2020 - RH

Publicação Nº 2599321

PORTARIA Nº 806, de 04 de agosto de 2020.
Dispõe sobre revogar a Portaria nº 583/2020, de 06 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Ofício n.º 307/2020, de 04 de agosto de 2020, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação;
Considerando o despacho do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 04 de agosto de 2020, a Portaria nº 583, de 06 de abril de 2020, que suspende a Gratificação de Função de Gestão de Coordenador Geral dos Núcleos de Educação Infantil, da servidora efetiva DULCIMAR NEIDE SONNENSTRAHL, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 810/2020 - RH

Publicação Nº 2599338

PORTARIA Nº 810 de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 170/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 170/2019, no período de 07 de agosto de 2020 a 06 de agosto de 2021, ou até a realização de concurso público municipal, de PAULA MIGUELISSA VISENTIM, que exerce as funções do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto a Unidade de Saúde de Santa Cruz do Timbó e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto a Unidade de Saúde de Santa do Timbó, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 811/2020 - RH

Publicação Nº 2599340

PORTARIA Nº 811, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo setembro/2012 a setembro/2017, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora MARIA ELISABETE PSCHWOSNE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 812 A 823/2020 - RH

Publicação Nº 2599346

PORTARIA Nº 812, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo junho/2015 a junho/2020, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ALINE CRISTINA COLITA, matrícula 2033103, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 813, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo julho/2011 a julho/2016, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ANA PAULA SOUZA COELHO TESTI, matrícula 1989403, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 814, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo outubro/2014 a outubro/2019, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora CARMEN CRISTINE SCHERAMP, matrícula 24301, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 815, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo abril/2012 a abril/2017, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI, matrícula 2093701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos - Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 816, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo outubro/2014 a outubro/2019, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora CIRLEI DE PAULA, matrícula 2048801, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos - Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 817, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo maio/2015 a maio/2020, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora CLADIAN REISDORFER, matrícula 2059701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente - 6º ao 9º Anos Finais (Arte), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 818, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo outubro/2009 a outubro/2014, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor CLAUDIO AUGUSTO BUSCH, matrícula 48701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente - 6º ao 9º Anos Finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 819, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo fevereiro/2015 a fevereiro/2020, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor GIUVAN MAURI BIANCO, matrícula 2052301, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente - 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 820, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo abril/2011 a abril/2016, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora IVETE APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 1558901, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente - 6º ao 9º Anos Finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 821, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo abril/2006 a abril/2011, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora JANEMAR APARECIDA DALFOVO STASIAK, matrícula 140905, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 822, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo maio/2015 a maio/2020, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora JULIANA BASE, matrícula 2060601, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 823, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 07 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo fevereiro/2015 a fevereiro/2020, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ROSELI DE FATIMA DRAPALSKI, matrícula 2052501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente - 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 824/2020 - RH

Publicação Nº 2599370

PORTARIA Nº 824, de 10 de agosto de 2020.
Dispõe sobre exoneração a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ARIELLE CARLA BUOGO, matrícula 2014904, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso I, do Artigo 57, Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 825/2020 - RH

Publicação Nº 2599375

PORTARIA Nº 825, de 10 de agosto de 2020.
Dispõe sobre exoneração a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, JACKSON RODRIGO SOARES, matrícula 2202101, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso I, do Artigo 57, Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de agosto de 2020.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 826/2020 - RH

Publicação Nº 2599380

PORTARIA Nº 826, de 10 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Alínea "a", Inciso II, Artigo 84, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 10 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de junho/2007 a junho/2012, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor HEMILSON COHLS DE AMORIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 6º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 827/2020 - RH

Publicação Nº 2599386

PORTARIA Nº 827, de 10 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;

CONSIDERANDO o Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011 que assim dispõe: "Fica autorizada a contratação de professor para o exercício da docência, em caráter temporário, para o atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público";

CONSIDERANDO a demanda das matrículas imprevistas que surgiram para o ano letivo de 2020;

CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;

CONSIDERANDO que não houveram professores efetivos interessados em alterar a carga horária nos termos do Edital nº 013/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de agosto a 14 de dezembro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, SUHAYLA BAKRI MONTEIRO ALVES JORGE IWANKO, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Língua Inglesa), classificada em "3º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, "Educação de Jovens e Adultos EJA 2º Segmento" com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 2º segmento do município, em razão da demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal que surgiram no ano letivo de 2020, conforme prevê o inciso III do Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

2 TERMO ADITIVO 222020

Publicação Nº 2599020

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 22/2020.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.681/000126, com sede à Afonso Pena, 74, bairro Independência Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Oscar Gutz, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 474.014.869-20 e RG sob nº 1.671.753 SSP/SC; e a empresa contratada, LZK CONSTRUTORA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.455.659/0001-81, com sediada à rua 23 de julho, representada neste ato pelo Sr. Jaison Sardo inscrito no CPF sob nº 030.563.349-00, e RG sob nº 3.398.706-SSP SC; representante legal, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei 8.666/93:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objetivo deste instrumento é o aditamento do prazo de execução dos lotes contratados.

CLAUSULA SEGUNDA – O parecer técnico elaborado pela Engenheira Civil Caroline Peluso Martins, no dia 29 de julho, corrobora com a solicitação da empresa contratada, sendo necessário a prorrogação do prazo de execução previsto no contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Para cumprir o objeto disposto na clausula primeira, altera-se o prazo de execução, acrescentado 90 (noventa) dias em cada lote, prorrogando os Lotes 01 e 02 para o dia 30/10/2020 e o Lote 03 para o dia 30/11/2020.

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 30 de julho 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeitura Municipal de
Pouso Redondo – Contratante

JAISON SARDO
CPF: 030.563.349-00
Representante legal - Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____

Praia Grande

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 02/2020 AGRICULTURA FAMILIAR - PMPG

Publicação N° 2599461

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE
AVISO DE EDITAL
CHAMADA PÚBLICA N.º 02/2020

A Administração Municipal torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE para os alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Praia Grande/SC, para o segundo semestre de 2020, com recebimento dos envelopes com a documentação e propostas para até as 09:30h, do dia 14/09/2019, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, no Setor de Licitações, na Rua Irineu Bornhausen, 320, Centro, Praia Grande/SC, sendo que a abertura dos envelopes está prevista para às 09:45h do mesmo dia. Os procedimentos para participação estarão disponíveis no Edital de Chamada Pública n.º 02/2019, que poderá ser solicitado pelo telefone 48 3532.0132 ou e-mail: licitação@praiagrande.sc.gov.br

Praia Grande/SC, 11 de agosto de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 33/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2598493

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 09/2020
CONTRATO N° 33/2020

CONTRATADO: VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA-ME

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICOS DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC.

DO VALOR: R\$ 156.250,00

DA VIGENCIA: 10/08/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 10 DE AGOSTO DE 2020

HENRIQUE MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 07/2020 CREDENCIAMENTO N° 02/2020

Publicação N° 2598511

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 07/2020
CREDENCIAMENTO N° 02/2020

EXTRATO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que estão abertas, a partir de 12 de agosto de 2020, as inscrições para o Credenciamento de clínica terapêutica para internamento voluntário de pacientes para o tratamento e desintoxicação de dependentes químicos e toxicômanos de Presidente Castello Branco e de clínica especializada para internação compulsória e involuntária para a mesma finalidade, a fim de atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC. A relação dos procedimentos está descrito no Anexo "A" deste Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 11 DE AGOSTO DE 2020.

Neiva Kleemann Toniolo
Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 154/2020

Publicação Nº 2599260

DECRETO Nº. 154/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, sob a codificação 17901 – Emenda Parlamentar Estado/Educação, a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 150.914,63 (cento e cinquenta mil, novecentos e catorze reais e sessenta e três centavos).

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	365	Ensino Infantil
PROGRAMA	060	Qualidade na Educação
PROJETO	1013	Ampliação e reforma de Unidades de Educação do Ensino Infantil
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	17901	Emenda Parlamentar Estado/Educação 150.914,63
TOTAL		150.914,63

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 155/2020

Publicação Nº 2599262

DECRETO Nº. 155/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, sob a codificação 17901 – Emenda Parlamentar Estado/Educação, a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	060	Qualidade na Educação
PROJETO	1012	Ampliação e reforma de Unidades de Educ. do Ensino Fundamental
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	17901	Emenda Parlamentar Estado/Educação 100.000,00
TOTAL		100.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 157/2020

Publicação Nº 2598952

DECRETO Nº. 157/2020

Convoca a 3ª Conferência Municipal de Cultura (online) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 80, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Presidente Getúlio, com fundamento no artigo 10, do Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural de Presidente Getúlio, e na Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, art. 1º, inciso XII,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Cultura (online) de Presidente Getúlio, a ser realizada em 19 de agosto de 2020, às 19h, através aplicativo Google Meet, sob a coordenação da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. A 3ª Conferência Municipal de Cultura (online) terá como tema a “Lei Aldir Blanc”.

Art. 3º. A 3ª Conferência Municipal de Cultura (online) tem por objetivos:

- I – Debater a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc);
- II – Oportunizar o diálogo entre os participantes e a convidada Fabiana Dickmann; e
- III – Eleger representantes da sociedade civil para o Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 4º. A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto poderá expedir normas complementares para a execução deste Decreto, estando autorizada a:

- I – Aprovar e publicar o Regulamento da Conferência Municipal de Cultura de Presidente Getúlio; e
- II – Dirimir dúvidas e solucionar eventuais casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 163/2020

Publicação Nº 2599264

DECRETO Nº. 163/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.343/20, de 11 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
FUNÇÃO	23	Comércio e Serviços
SUBFUNÇÃO	695	Turismo
PROGRAMA	120	Desenvolvimento do Turismo Vale das Cachoeiras
ATIVIDADE	1006	Construção do Parque de Exposições
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	30000	Recursos Ordinários 485.000,00
TOTAL		485.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transportes e Obras
PROJETO	1011	Pavimentação asfáltica Presidente Getúlio/Rio do Sul
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	30000	Recursos Ordinários 485.000,00
TOTAL		485.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº. 3.343/2020

Publicação Nº 2598950

LEI Nº. 3.343/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
FUNÇÃO	23	Comércio e Serviços
SUBFUNÇÃO	695	Turismo
PROGRAMA	120	Desenvolvimento do Turismo Vale das Cachoeiras
ATIVIDADE	1006	Construção do Parque de Exposições
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	30000	Recursos Ordinários 485.000,00
TOTAL		485.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transportes e Obras
PROJETO	1011	Pavimentação asfáltica Presidente Getúlio/Rio do Sul
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	30000	Recursos Ordinários 485.000,00
TOTAL		485.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2020

Publicação Nº 2599383

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 7/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ERNEST MULLER. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 28/08/2020 às 08h45min. A sessão de abertura será às 09h00min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 11 de agosto de 2020
NELSON VIRTUOSO - Prefeito

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 76/2020

Publicação Nº 2598964

DECRETO Nº 76/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19 NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU – SC, COMO ESPECÍFICA.

ISAMAR DE MELO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 65, da Lei Orgânica do Município e, ainda,
CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVE (3) para GRAVÍSSIMO (4), mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 04 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020 prevê que "as restrições ao direito de funcionamento de restaurantes, lanchonetes, padarias e similares pelo Poder Público, nas situações excepcionais referidas no caput deste artigo, deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnico embaixadores da(s) medida(s) imposta(s)";

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 17.940 de 08 de maio de 2020 que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve o noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

CONSIDERANDO as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções do ano de 2020;

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO o Alerta 052 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 04/08/2020;

DECRETA:

Art. 1º. Permanecem SUSPENSAS, a partir de 12 de agosto de 2020, pelo prazo de 14 (quatorze) dias:

I – Atividades em casas noturnas, cinemas e teatros, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público, inclusive a apresentação de música ao vivo, em qualquer estabelecimento comercial;

II – Atividades em parques, campos de futebol, ginásios e clubes de lazer públicos ou privados;

III – Quaisquer atividades esportivas coletivas em ambientes públicos e privados, incluindo-se atividades de futsal e futebol amador em campos/ginásios públicos ou privados, compreendendo todos os esportes e atividades físicas que impliquem em contato físico e todos aqueles em que há maior exposição ao risco potencial de infecção, como natação, vôlei, zumba, futebol recreativo, conhecido vulgarmente como “pelada”, entre outros, com exceção das que envolvam até 2 (dois) participantes sem contato físico;

IV - A realização de todo e qualquer evento público e privado que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.);

V - Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;

VI - A prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

Art. 2º - A partir do dia 12 de agosto de 2020, pelo período de 14 (quatorze) dias, os bares e similares SOMENTE poderão funcionar até às 20 horas.

§ 1º Após às 20 horas, fica permitido o funcionamento na modalidade delivery e retirada no balcão.

§ 2º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos balcões de atendimento de bares, pubs, lojas de conveniências de postos de combustível e similares, podendo o consumo ocorrer em mesas desde que respeitadas as normas sanitárias, podendo ocorrer até às 20 horas.

Art. 3º Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive, barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro.

§ 1º Os comércios referidos neste artigo são aqueles que não envolvem serviços de alimentação e consumo de bebidas no local.

§ 2º O estabelecimento deverá orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo e deverão observar todas as medidas de prevenção já determinadas, bem como disponibilizar no mínimo 01 (um) funcionário para efetuar o controle da entrada dos clientes.

Art. 4º Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Art. 5º Os mercados e supermercados deverão inviabilizar a utilização de cestas, devendo ofertar aos clientes apenas carrinhos em quantidade suficiente que possibilite o controle da capacidade de lotação e a efetiva higienização.

§ 1º Os estabelecimentos citados no caput deverão manter no mínimo 01 (um) funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização de carrinho.

§ 2º Os estabelecimentos citados no caput deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 (uma) pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 6º Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas na Portaria SES Nº 254 de 20 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente as descritas abaixo:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja);

II - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 7º Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência de mais de 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Parágrafo único: Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem PROIBIDOS.

Art. 8º Permanecem suspensas, até o dia 30 de agosto de 2020, as cirurgias eletivas que não sejam “tempo-sensíveis”.

Art. 9º Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, respeitadas as medidas sanitárias aplicáveis a esses estabelecimentos.

Art. 10. As academias de musculação e ginástica, estúdios de atividade física e similares deverão limitar o acesso e permanência de clientes no máximo de 30% da capacidade total de público, respeitadas as demais exigências previstas na Portaria SES nº 258/2020.

Art. 11. As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, adotando todas as medidas sanitárias preventivas, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem no grupo de risco.

Art. 12 Em todo o Município de Presidente Nereu torna-se OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARAS pelos cidadãos em ambientes públicos ou privados e obrigatório.

Art. 13 A fiscalização das medidas sanitárias preventivas ocorrerá na forma da legislação, estadual e municipal, e será realizada pela vigilância sanitária do Município, defesa civil e todos os demais órgãos investidos como autoridades de saúde.

Art. 14 As determinações contidas neste Decreto poderão ser revistas e/ou revogadas a qualquer tempo, de acordo com a evolução da pandemia e seu impacto na rede municipal de saúde.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2020.

Presidente Nereu, 11 de agosto de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL

Publicação Nº 2599146

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA PROTOCOLO Nº 31/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 31/2020 CONDER

O Município de Princesa - SC, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro, CEP 89935-000, CNPJ 01.612.836/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor ASSOCIAÇÃO DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL NASCER DO SOL, CNPJ: 29.852.932/0001-44, para a atividade 71.11.00 - PARCELAMENTO DE SOLO URBANO: LOTEAMENTO LOCALIZADO EM MUNICÍPIOS DA ZONA COSTEIRA, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DO PARCELAMENTO. PORTE: M (PORTE MÉDIO: $1 < AU(7) < 5$) POTENCIAL POLUIDOR GERAL: M, no Município de Princesa/SC. Sendo que o processo de licenciamento se encontra disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO N° 207/2020 - DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2598464

DECRETO N° 207/2020 – DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.794/2019, de 14 de novembro de 2020,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2020, no valor de R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10
Unidade	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	606
Programa	NOSSO AMBIENTE	0028
Ação	POÇO E REDE DE ÁGUA/AGRICULTURA	1.044
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(288)	Aplicações Diretas - 4.4.90	03.00 –Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		42.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito adicional, de que trata o artigo anterior, decorrerá do superávit apurado no exercício de 2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 10 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado

Em ___/08/2020.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

ERRATA DO AVISO TP 61/2020

Publicação N° 2599230

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 61/2020

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 61/2020

I. No aviso de licitação:

ONDE SE LÊ: Regime de Execução: Indireta, Empreitada por Preço Global

LEIA-SE: Regime de Execução: Indireta, Empreitada Integral

Quilombo, 11 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL 36/2020

Publicação Nº 2599285

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR DE CREDENCIAMENTO Nº 36/2019.
Participantes..:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA LEANDRO TREVISAN SERVIÇOS MÉDICOS S/S.
Objeto :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR DE CREDENCIAMENTO Nº 36/2019.
Valor estimado:	De até R\$ 151.400,00 (Cento e cinquenta e um mil e quatrocentos reais).
Vigência :	06/07/2020 a 05/07/2021
Dotação :	2073 3.3.90.00 1002 2081 3.3.90.00 1038
Quilombo, 01 de Julho de 2020.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	

EXTRATO CONTRATUAL 37/2020

Publicação Nº 2599296

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 21/2020.
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Contratada.:	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 21/2020.
Vigência :	Início : 01/07/2020 Término : 08/06/2021
Valor :	R\$ 3.063,75 (Três mil e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos)
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2019
Recursos :	2.074 3.3.90.00 1038 2.082 3.3.90.00 1002 2.083 3.3.90.00 1038 2.080 3.3.90.00 1038 2.085 3.3.90.00 1038
QUILOMBO, 01 de Julho de 2020.	
NEDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal de Saúde	
Extrato Contratural	

EXTRATO CONTRATUAL 38/2020

Publicação Nº 2599299

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.:	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 21/2020.
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Contratada.:	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 21/2020.
Vigência :	Início : 06/07/2020 Término : 06/07/2021
Valor :	R\$ 2.062,04 (Dois mil e sessenta e dois reais e quatro centavos)
Recursos :	2.074 3.3.90.00 1002
QUILOMBO, 03 de Julho de 2020.	
NEDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal de Saúde	
Extrato Contratual	

EXTRATO CONTRATUAL 40/2020

Publicação Nº 2599301

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR DE CREDENCIAMENTO Nº 37/2019.
Participantes.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA CLINICA MEDICA SPIES MD LTDA
Objeto :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR DE CREDENCIAMENTO Nº 37/2019.
Valor estimado:	De até R\$ 119.500,00 (Cento e dezenove mil e quinhentos reais)
Vigência :	09/07/2020 a 08/07/2021
Dotação :	2073 3.3.90.00 1002 2081 3.3.90.00 1038
Quilombo, 08 de Julho de 2020.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	

EXTRATO CONTRATUAL 41/2020

Publicação Nº 2599307

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Fundo Municipal de Saúde

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	41/2020
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Contratado.:	CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC
Valor :	R\$ 14.415,00 (Quatorze mil, quatrocentos e quinze reais)
Vigência.:	09/07/2020 a 31/12/2020
Licitação.:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2020
Recursos.:	2.071 3.3.90.00 1002
QUILOMBO, 08 de Julho de 2020.	
NEDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal de Saúde	

EXTRATO CONTRATUAL 42/2020

Publicação Nº 2599318

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº :	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2019.
Participantes..:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA CLÍNICA CIRURGICA CHAPECÓ S/S LTDA
Objeto :	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2019.
Valor estimado:	De até R\$ 119.359,20 (Cento e dezenove mil e trezentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)
Vigência :	12/07/2020 a 11/07/2021
Dotação :	2073 3.3.90.00 1002 2081 3.3.90.00 1038
Quilombo, 09 de Julho de 2020.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	

EXTRATO CONTRATUAL 44/2020

Publicação Nº 2599329

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Fundo Municipal de Saúde

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	44/2020
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Contratado.:	UNIQUE CLINICA INTEGRADA LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL MÉDICO PSIQUIATRA DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CRM, DE FORMA PRECÁRIA (SOMENTE ATÉ A POSSE DE PROFISSIONAL MÉDICO PSIQUIATRA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO/PROCESSO SELETIVO), PARA ATENDIMENTO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, DE QUILOMBO/SC
Valor :	R\$ 89.000,00 (Oitenta e nove mil reais)
Vigência..:	03/08/2020 A 31/12/2020
Licitação.:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020
Recursos.:	2.083 3.3.90.00 1067 e 3067
QUILOMBO, 31 de Julho de 2020.	
NEDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	

Rio do Campo

PREFEITURA

359 PORTARIA Nº 359 CONCEDE FÉRIAS EM GOZO AO SERVIDOR SWEN SEBOLD

Publicação Nº 2599068

Portaria nº. 359, de 11 de agosto de 2020.

“Concede Férias em gozo ao Servidor SWEN SEBOLD”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor SWEN SEBOLD, matrícula 33751, 15 (quinze) dias de férias em gozo, referentes ao período de 16 de março de 2018 a 15 de março de 2019, tendo como período de gozo 12 de agosto de 2020 à 26 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.196

Publicação Nº 2598771

DECRETO Nº 4.196, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na forma em que especifica abaixo."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.336, de 11 de agosto de 2020:

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2020 da seguinte dotação orçamentária:

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Reforma, Construção e Ampliação do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.104 6.3449000000000000000.0 1360456	20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será anulada parcialmente a seguinte dotação especificada:

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Construção e Reforma de Quadra Poliesportiva	06.002.0012.0361.0006.101 8.3449000000000000000.0 1360456	20.000,00

Art. 3º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade deste Decreto, terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo - Santa Catarina, 11 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal de Rio do Campo

EDITAL Nº 007-2020 - AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO/LOA

Publicação Nº 2600085

EDITAL Nº 007, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

EXERCÍCIO 2021

RODRIGO PREIS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, convida a população em geral para, através dos seus diversos segmentos sociais, para participarem da Audiência Pública, oportunidade em que serão debatidas e discutidas questões afetadas ao processo para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Município para o Exercício 2021, bem como a elaboração da Lei Orçamentária – LOA Exercício 2021. Data/Horário: 14 de agosto de 2020 às 10:30h

Local/Transmissão: Página Oficial do Facebook e Site Oficial da Prefeitura de Rio do Campo, de modo virtual.

A interação com perguntas e outras considerações, por parte da população, serão admitidas somente através de formulário, cujo link de acesso estará disponível nas redes de transmissão. Não serão consideradas a título de perguntas e questionamentos as mensagens publicadas nos comentários das transmissões ao vivo.

Rio do Campo, 11 de agosto de 2020.

RODRIGO PREIS
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.335

Publicação Nº 2598710

LEI Nº 2.335, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

“Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Contrato de Cessão de Uso com Instituições Privadas instituídas no Município de Rio do Campo, e dá outras providências.”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Contrato de Cessão de Uso com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE SÃO JOSÉ, visando ceder o seguintes Bens móveis:

- I. 2 Bomba de infusão;
- II. 2 Ventilador adulto e pediátrico stellar com umidificador de traqueia reutilizável;
- III. 3 Monitor multiparamétrico UMEC-10;
- IV. 1 Cilindro de oxigênio completo para transporte;
- V. 4 Kit válvula de oxigênio completo com fluxometro;
- VI. 4 Oxímetro para saturação de oxigênio;
- VII. 2 Aspirador cirúrgico elétrico completo;
- VIII. 4 Colchão de ar pneumático com compressor 220v;
- IX. 1 Concentrador de oxigênio digital com saída para oximetria e nebulização;
- X. 1 Conjunto de Laringoscópio com cabo de aço inoxidável;

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.336

Publicação Nº 2598722

LEI Nº 2.336, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na forma em que especifica abaixo".

RODRIGO PREIS, Prefeito Municipal de Rio do Campo, com fundamento nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, faço saber que a câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2020 da seguinte dotação orçamentária:

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Reforma, Construção e Ampliação do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.104 6.3449000000000000000.0 1360456	20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será anulada parcialmente a seguinte dotação especificada:

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Construção e Reforma de Quadra Poliesportiva	06.002.0012.0361.0006.101 8.3449000000000000000.0 1360456	20.000,00

Art. 3º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo - Santa Catarina, 11 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal de Rio do Campo

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2588_REMANEJA_PMRO

Publicação Nº 2598878

DECRETO Nº 2588 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Remaneja dotações orçamentárias para o Poder Executivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso III, § 3º inciso I, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações a seguir relacionadas:

I – de 09.901.2032.34490.03000014, referência 375 para 09.901.2032.33390.03000014, referência 290 no valor de R\$ 4.610,00 (quatro mil, seiscentos e dez reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 11/08/2020

Rio do Oeste – SC, 11 de agosto de 2020

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial do Município

PROCESSO 065/2020 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

Publicação Nº 2598599

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC. PROCESSO LICITATÓRIO N. 065/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N. 034/2020. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Registro de preços para aquisição de material de Expediente. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 24/08/2020. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <https://riodooste.atende.net>, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 11 de agosto de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

PROCESSO 066/2020 - SOFTWARE CRAS

Publicação Nº 2598902

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - EDITAL DISPENSA Nº 018/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2020. O Prefeito de Rio do Oeste/ SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a contratação de empresa visando o fornecimento de licenciamento e locação de software de gestão de assistência social do Município. Contratado: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 11.258.607/0001-92. Valor Total: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). O presente Processo de DISPENSA, rege-se à pelas normas da Lei nº 8.666/93, Artigo 24, Inciso II, com suas alterações. Vê-se pelo exposto, que é possível ocorrer a Dispensa de licitação, quando os preços encontram-se de acordo com os praticados no mercado, o que é o caso, pois, a licitante ofertou o menor preço para o objeto desta Dispensa. As despesas decorrentes do presente certame, correrão do Fundo Municipal da Assistência Social par ao ano de 2020. A íntegra do Edital está no site: riodooste.atende.net, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 11 de agosto de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

PROCESSO 067/2020 - EXAMES COVID-19

Publicação N° 2599228

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA DE RIO DO OESTE – PROCESSO LICITATÓRIO N° 067/2020 – INEXIGIBILIDADE N° 008/2020 – CREDENCIAMENTO n° 005/2020. OBJETO: Credenciamento de Laboratórios Clínicos para realização de exames médicos visando a detecção do COVID-19 – detecção por PCR e sorologia para COVID-19 IGG E IGM. As inscrições para o Credenciamento terão início a partir das 09:00 horas do dia 12/08/2020, onde deverá ser protocolado na sede da Prefeitura no setor de protocolos, situada na Rua Paulo Sardagna, n° 797 – Bairro Bela Vista, Rio do Oeste – SC, CEP 89180-000. A íntegra do Edital está no site: riodooste.atende.net, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.
Rio do Oeste, 12 de agosto de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

ACORDO DE COOPERAÇÃO 002.2020

Publicação Nº 2598981

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2020.

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O CLUBE DAS MÃES – LAR DA MENINA, VISANDO COOPERAÇÃO TÉCNICA, MEDIANTE A CESSÃO DE 4 MONITORES ESCOLARES, POR PRAZO DETERMINADO.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, em Rio do Sul - SC, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, doravante denominado COOPERANTE, através da Secretaria Municipal de Educação, representada neste ato pela Secretária, Sra. JANARA MAFRA, e de outro lado o CLUBE DAS MÃES – LAR DA MENINA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.787.463/0001-06, com sede na Rua João Ledra, nº 2.027 – Taboão, em Rio do Sul – SC, neste ato representado por sua presidente, Sra. SANDRA MARIA DE JESUS DALMOLIN, doravante denominado COOPERADO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, conforme estabelece o artigo 42 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais disposições legais que regem a matéria, bem como de acordo com as seguintes cláusulas e condições a seguir especificados:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação tem como objeto a cessão de 4 (quatro) servidores públicos municipais (monitor escolar) ao COOPERADO, sem ônus, pelo prazo de 30 (trinta) dias, tendo em vista a situação relatada no ofício 508/2020/LAR, dando conta do afastamento de 9 (nove) colaboradores de seu quadro funcional, por motivo de saúde, bem como, que no momento existem mais de 30 crianças e adolescentes abrigados na instituição.

Serão cedidos dois servidores para cada turno de 6 (seis) horas, sendo o primeiro das 7h às 13h e o segundo das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO COOPERANTE E DO COOPERADO

Compete ao COOPERANTE ceder 4 (quatro) servidores públicos municipais (monitor escolar), sem ônus, pelo prazo de 30 (trinta) dias, ao COOPERADO, para auxiliar nas tarefas diárias relacionadas ao abrigamento das crianças e adolescentes.

Compete ao COOPERADO fornecer a infraestrutura e condições necessárias para que os servidores cedidos possam exercer suas atribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REPASSE DE RECURSOS

Não haverá repasse de recursos financeiros.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O fundamento legal do presente Acordo de Cooperação está disposto no inciso VIII-A, do artigo 2º e artigo 42 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação será de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 12 de agosto de 2020, podendo ser renovado por igual período, mediante Termo Aditivo, desde que mantidas as justificativas que fundamentam o presente acordo.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

As partes poderão, a seu critério e por comum mútuo acordo, alterar as condições ora avençadas, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

Como condição indispensável para eficácia do presente Acordo de Cooperação, o COOPERANTE providenciará a publicação de seu teor, bem como de seus eventuais aditamentos no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

Este Acordo de Cooperação poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independente de interposição judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem

quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se as partes as responsabilidades das obrigações decorrentes no prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul, com expressa renúncia de qualquer outro, para serem dirimidas as questões relativas ao presente Acordo de Cooperação ou de sua interpretação.

E por estarem justos e de acordo assinam o presente Acordo de Cooperação, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	JANARA MAFRA Secretária Municipal de Educação
---	--

SANDRA MARIA DE JESUS DALMOLIN
Clube das Mães – Lar da Menina

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

DECRETO N. 9.236, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599030

DECRETO Nº 9.236, de 10 agosto de 2020.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 12, inciso I, da Lei Orçamentaria nº 6.090, de 12 de dezembro de 2019, e com a Lei nº 6.173, de 10 de agosto de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 771.910,50 (setecentos e setenta e um mil, novecentos e dez reais e cinquenta centavos), por conta da tendência do excesso de arrecadação referente ao auxílio financeiro recebido pelo Município de Rio do Sul, de acordo com o art. 5º, §1º, letra b, da Lei Complementar n. 173 de 27 de maio de 2020 que “Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid 19), altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências”, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul.

90.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
90.07	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E ESTRUTURAÇÃO DA REDE SUAS – COVID-19 - FEDERAL		
1.099	Enfrentamento ao COVID-19 - Lei 173/2020 - SUAS		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos		
01520200	COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - Assistência Social	R\$	480.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01520200	COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - Assistência Social	R\$	291.410,50
	TOTAL	R\$	771.910,50

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
10 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO N. 9.237, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599053

DECRETO Nº 9.237, de 10 de agosto de 2020.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 12, inciso I, da Lei Orçamentaria nº 6.090, de 12 de dezembro de 2019, e com a Lei nº 6.172, de 10 de agosto de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial, no valor de R\$ 14.472.509,00 (quatorze milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e nove reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação, referente a repasse de recursos conforme Lei 13.979/2020 e Portaria n. 1.666 de 01/07/2020, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID – 19, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.098	Enfrentamento COVID-19 – Portaria 1.666/2020		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01386600	Portaria 1.666/2020	R\$	5.998.437,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01386600	Portaria 1.666/2020	R\$	5.985.372,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01386600	Portaria 1.666/2020	R\$	2.488.700,00
	TOTAL	R\$	14.472.509,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

10 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI N. 6.172, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599041

LEI Nº 6.172, de 10 de agosto de 2020.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial, no valor de R\$ 14.472.509,00 (quatorze milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e nove reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação, referente a repasse de recursos conforme Lei 13.979/2020 e Portaria n. 1.666 de 01/07/2020, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID – 19, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.098	Enfrentamento COVID-19 – Portaria 1.666/2020		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		

01386600	Portaria 1.666/2020	R\$	5.998.437,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01386600	Portaria 1.666/2020	R\$	5.985.372,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01386600	Portaria 1.666/2020	R\$	2.488.700,00
	TOTAL	R\$	14.472.509,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
10 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI N. 6.173, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2599018

LEI N° 6.173, de 10 de agosto de 2020.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL"

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 771.910,50 (setecentos e setenta e um mil, novecentos e dez reais e cinquenta centavos), por conta da tendência do excesso de arrecadação referente ao auxílio financeiro recebido pelo Município de Rio do Sul, de acordo com o art. 5º, §1º, letra b, da Lei Complementar n. 173 de 27 de maio de 2020 que "Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid 19), altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências", as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul.

90.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
90.07	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E ESTRUTURAÇÃO DA REDE SUAS – COVID-19 - FEDERAL		
1.099	Enfrentamento ao COVID-19 - Lei 173/2020 - SUAS		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos		
01520200	COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - Assistência Social	R\$	480.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01520200	COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - Assistência Social	R\$	291.410,50
	TOTAL	R\$	771.910,50

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
10 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul
Prefeito de Rio do Sul

MANDADO DE INTIMAÇÃO DO INDICIADO. PROCESSO ADM 062/2019

Publicação Nº 2598657

Processo Administrativo Disciplinar nº 062/2019
Portaria nº 1935/DGP de 11 de dezembro de 2019
Publicação da Portaria no do D.O.M de 17/12/19
Indiciado(a): Adilson Cardoso

Por este mandado, Vossa Senhoria fica INTIMADO(A) a comparecer, na condição de indiciado(a), podendo se fazer acompanhar de advogado(a), na audiência de instrução designada para o dia 01/09/2020, às 8 horas, no Sala de Licitações, Andar térreo da Prefeitura, sito na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, nesta cidade, oportunidade na qual serão ouvidas as testemunhas arroladas de ofício pela comissão e defesa.

Rio do Sul (SC), 12 de agosto de 2020.

Daniel Gorges
Presidente da Comissão

Ciência do(a) indiciado(a): _____ Em ____/____/2020.

Adilson Cardoso
Adilson Cardoso

PORTARIA N. 0775/DGP DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2593252

PORTARIA N. 0775/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar à servidora SANDRA APARECIDA HARDT, matrícula n. 236489, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a penalidade de SUSPENSÃO por 90(noventa) dias, a partir de 12 de agosto de 2020, com fundamento ao disposto no artigo 185, incisos I, III e V, c/c o artigo 182, § 1º, inciso IV, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 036/2019, que concluiu que a servidora transgrediu os artigos 170 incisos III, VI, VII e o XI e o 171, inciso XVII, da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0776/DGP DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2593447

PORTARIA N. 0776/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar ao servidor LUIS RICARDO DE LIMA, matrícula n. 268950, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, a penalidade de SUSPENSÃO por 15(quinze) dias, a partir de 12 de agosto de 2020, com fundamento ao disposto no artigo 185, incisos I e IV, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 014/2019, que concluiu que o servidor transgrediu os artigos 170 incisos III, IX e o XI e o 171, inciso XVII, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º. Determinar à Secretaria Municipal de Educação para que realize o bloqueio de sites impróprios dentro de todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0781/DGP DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597554

PORTARIA N. 0781/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

• As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 070 a 074, dos autos da Sindicância Administrativa n. 023/2019, instaurada pela Portaria n. 1826/DGP de 19 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 20 de novembro de 2019 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 078 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Sindicância Administrativa n. 023/2019 seja encaminhada ao Ministério Público para que efetue as medidas que julgar necessárias.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0782/DGP DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597557

PORTARIA N. 0782/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

• A ata de deliberação às fls. 020, constante dos autos da Sindicância Administrativa n. 031/2019, instaurada pela Portaria n. 1852/DGP de 20 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 16 de dezembro de 2019 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 024 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Sindicância Administrativa n. 031/2019 seja arquivada em razão da perda do objeto, visto que o pagamento da multa de trânsito foi realizado, não causando danos ao erário.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0784/DGP DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597456

PORTARIA N. 0784/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 031 a 035, dos autos da Sindicância Administrativa n. 030/2019, instaurada pela Portaria n. 1851/DGP de 20 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 16 de dezembro de 2019 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 038 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Sindicância Administrativa n. 030/2019 seja arquivada, em razão da não identificação de autoria do furto.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0785/DGP DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597447

PORTARIA N. 0785/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 02 a 026, dos autos da Sindicância Administrativa n. 011/2019, instaurada pela Portaria n. 1188/DGP de 07 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de agosto de 2019 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 029 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Sindicância Administrativa n. 011/2019 seja arquivada, m razão da não identificação dos responsáveis pela bebida alcoólica encontrada nos vestiários.

Art. 2º. Determinar também que a Secretaria Municipal de Obras e Agricultura:

- a) realize estudo para viabilização de vestiários adequados aos servidores lotados em sua pasta;
- b) retire imediatamente das unidades existentes, cuja construção tinha por objeto a função de vestiário, todo mobiliário estranho à função original, permanecendo no local somente os que forem úteis à troca e armazenamento de roupas;
- c) que a secretaria em questão disponibilize os espaços para uso coletivo e livre acesso de todos os servidores.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0786/DGP DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597562

PORTARIA N. 0786/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 028 a 034, dos autos da Sindicância Administrativa n. 022/2016, instaurada pela Portaria 1304/RH de 29 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 07 de dezembro de 2016 e, de acordo com a decisão

proferida às fls. 037 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Sindicância Administrativa n. 022/2016, seja arquivada em razão de restar comprovado que o sindicato não ocasionou o acidente de trânsito ocorrido em 20 de outubro de 2016.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0787/DGP DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597532

PORTARIA N. 0787/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 088 a 092, dos autos da Sindicância Administrativa n. 009/2019, instaurada pela Portaria n. 1186/DGP, de 07 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de agosto de 2019 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 095 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Sindicância Administrativa n. 009/2019, seja arquivada em razão de restar comprovado que a sindicada faltou no dia 12 de abril de 2019 por motivo de doença.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA Nº. 023 DE 21 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598875

PORTARIA Nº. 023 DE 21 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. SILVIO ANDRADE.”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - ao Sr. SILVIO ANDRADE, brasileiro, casado, funcionário público, portador do RG n. 1.228.235 e inscrito no CPF n. 477.904.319-00, residente e domiciliado na Rua Visconde de Mauá, 423, Centro, Município de Rio do Sul, SC., no cargo de Motorista de Caminhão, nível G-1, com proventos Integrais ao tempo de contribuição e paridade, a partir de 01/08/2020.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 53 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05 – Fórmula 85/95.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/08/2020.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 21 de Julho de 2020.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PORTARIA Nº. 024 DE 21 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598876

PORTARIA Nº. 024 DE 21 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. . SILVANA TOMEDI .”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Especial de Magistério a Sra. SILVANA TOMEDI, brasileira, convivente em união estável, servidora pública, portadora da C.I. n. 1.676.291 e inscrita no CPF n. 686.861.299-00, residente e domiciliada na Rua Intendente Gustavo Brandes, 09, apto 101, bairro Sumaré, Rio do Sul, SC., no cargo de Professora, nível C-III, com proventos Integrais ao tempo de contribuição e paridade, a partir de 01/08/2020.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 51 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e Art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/08/2020.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 21 de Julho de 2020.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PORTARIA Nº. 025 DE 21 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598880

PORTARIA Nº. 025 DE 21 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. ANTONIO CARLOS SEBOLD.”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - Art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003 ao Sr. ANTONIO CARLOS SEBOLD, brasileiro, casado, servidor público, portador da C.I. n. 941.493 e inscrita no CPF n. 310.978.989-20, residente e domiciliado na Rua Estrada dos Eucaliptos, 73, Centro, Aurora, SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível B-I, com proventos Integrais ao tempo de contribuição, e paridade, a partir de 01/08/2020.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 51 da Lei Complementar nº 432/2019 de 04/10/2019, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e Art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/08/2020.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 21 de Julho de 2020.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2020

Publicação Nº 2599045

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA RODOVIÁRIA DA MUNICIPALIDADE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 80/2007, Decreto Municipal nº 6070/2017 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 25/08/2020, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário da Administração e Fazenda

RESUMO DO CONTRATO Nº 144/2020

Publicação Nº 2598958

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 144/2020
Dispensa de Licitação Nº 116/2020

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ORBIS Engenharia Eireli

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução da pavimentação da rua João Naschweng, no bairro Bremer - Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 276.451,61 (duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e um centavos);

Prazo de Vigência: Até 02 de fevereiro de 2021.

Recurso: 86.07.1072.4490.5198 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO SERGIO JOÃO KUSTNER

Publicação Nº 2600111

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SERGIO JOÃO KUSTNER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação para o emprego público de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, 40 HORAS SEMANAIS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA; 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 67/2020

Publicação N° 2598456



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
CNPJ: 83.102.806/0001-18
RUA NEREU RAMOS - 205 - Centro - Rio dos Cedros - SC
CEP: 89121000 – FONE/FAX (047) 33861050
E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 67/2020

Aos 6 dias do mês de agosto do ano de 2020, no Salão Nobre Da Prefeitura De Rio Dos Cedros - Rua Nereu Ramos, N°205, Cep: 89.121-000 - Rio Dos Cedros - Sc, o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico n° 50/2020**, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto Registro De Preços Para Futuras Aquisições De Uniformes E Epi's, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Eletrônico n° 50/2020.

1.2 - As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

1588192 - RP COMERCIAL LTDA						
Item	Und	Produto	Marca	Qtd	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
22	PARES	LUVA TIPO GLADIADOR, TRICOTADA COM REVESTIMENTO DE BORRACHA E FECHAMENTO NO PUNHO, REVESTIMENTO DE BORRACHA COM ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE ASUPERFICIES ABRASIVAS, A CORTES, PERFURACOES E RASGOS.	SUPERSAFETY	100	14,99	1.499,00
23	UNIDADE	OCULOS DE PROTECAO, LENTE EM POLICARBONATO INCOLOR COM PROTECAO LATERAL E HASTES REGULAVEIS, PROTECAO DOS OLHOS DO USUARIO CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS.	KALIPSO	100	12,99	1.299,00
Total Fornecedor:						2.798,00
Total:						2.798,00

1.3 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços de fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS****CNPJ: 83.102.806/0001-18****RUA NEREU RAMOS - 205 - Centro - Rio dos Cedros - SC****CEP: 89121000 – FONE/FAX (047) 33861050****E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br**

financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2020 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata vigorará pelo período de 12 meses, a partir da data da sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93, iniciando sua vigência na data de 06/08/2020 e findando em 05/08/2021.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os objetos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, através de Ordem de Compra - OC, que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da ATA de Registro de Preços.

4.2 - Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da OC, os objetos relacionados na mesma deverão ser entregues no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do objeto, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no local indicado na OC.

4.2.1 - O transporte dos produtos deve ser feito conforme instruções de acondicionamento do fabricante, a fim de garantir a segurança e qualidade dos produtos.

4.2.2 - Não serão aceitos produtos cujas embalagens apresentem sinais de violação, aderência ao produto, umidade ou inadequação em relação ao conteúdo e não estiverem devidamente identificados.

4.2.3 - Não serão aceitos produtos que não estejam dentro do prazo de validade.

4.3 - No ato da entrega dos objetos/materiais, a proponente deverá apresentar nota fiscal/fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.4 - Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.

4.4.1 - Nos casos de aquisição de materiais/equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

4.5 - Os objetos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.6 - Se a substituição dos objetos/materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

4.7 - O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O pagamento será efetuado 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL, contados a partir do recebimento dos objetos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

5.2 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 - Os recursos necessários à contratação, encontram-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS****CNPJ: 83.102.806/0001-18****RUA NEREU RAMOS - 205 - Centro - Rio dos Cedros - SC****CEP: 89121000 – FONE/FAX (047) 33861050****E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br**

Código	Descrição
2020	
154	Referência
10	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DOS CEDROS
2023	Man. do Cons. Tutelar da Criança e Adolescente
3.339.030.230.000.000.000	Uniformes, tecidos e aviamentos
01000000	Recursos Ordinários
2020	
171	Referência
04	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
001	DIRETORIA DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL
2008	Manutenção dos Serviços Rodoviários
3.339.030.280.000.000.000	Material de proteção e segurança
01000000	Recursos Ordinários
2020	
196	Referência
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
002	EDUCAÇÃO BÁSICA
2011	Manutenção de Creches
3.339.030.230.000.000.000	Uniformes, tecidos e aviamentos
01010000	Receitas de Impostos - Educação
2020	
202	Referência
10	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DOS CEDROS
2035	Man. Fundo Municipal de Assistência Social
3.339.030.230.000.000.000	Uniformes, tecidos e aviamentos
01000000	Recursos Ordinários
2020	
204	Referência
04	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
003	DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
2006	Manutenção dos Serviços Urbanos
3.339.030.230.000.000.000	Uniformes, tecidos e aviamentos
01000000	Recursos Ordinários
2020	
204	Referência
04	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
003	DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
2006	Manutenção dos Serviços Urbanos
3.339.030.280.000.000.000	Material de proteção e segurança
01000000	Recursos Ordinários
2020	
31	Referência
10	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS
2014	Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3.339.030.230.000.000.000	Uniformes, tecidos e aviamentos
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
2020	
31	Referência
10	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS
2014	Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3.339.030.280.000.000.000	Material de proteção e segurança
01020000	Receitas de Impostos - Saúde

**MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS****CNPJ: 83.102.806/0001-18****RUA NEREU RAMOS - 205 - Centro - Rio dos Cedros - SC****CEP: 89121000 – FONE/FAX (047) 33861050****E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br**

5.4.1 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2020/2021 do Município de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitida pelo órgão solicitante.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**6.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- I) fornecer os objetos licitados de acordo com a qualidade exigida pelos órgãos de controle governamental;
- II) responsabilizar-se integralmente pelos objetos ora contratados, nos termos da legislação vigente;
- III) comunicar o Município, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios;
- IV) sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado do Município, encarregado de acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

V) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93.

VI) A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto CONTRATADA, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

6.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I) oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar a do objeto licitado dentro das especificações solicitadas;
- II) realizar o pagamento na forma estipulada no Edital;
- III) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV) rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com o objeto deste Contrato.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**7.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:**

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não cumprir por mais de 3 (três) vezes consecutivas ou alternadamente o prazo estabelecido para entrega dos materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- h) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso, sem apresentar justificativa ou em caso apresentar a administração não aceitar a justificativa;

7.2 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

8. DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

- a) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.1.1 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

**MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS****CNPJ: 83.102.806/0001-18****RUA NEREU RAMOS - 205 - Centro - Rio dos Cedros - SC****CEP: 89121000 – FONE/FAX (047) 33861050****E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br**

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Rio dos Cedros pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A FORNECEDORA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução/fornecimento do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

9.2 - Aplicam-se à esta ATA de Registro de Preços as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Lei 10.406/2002, Lei 8.078/1990 e suas posteriores modificações.

9.3 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Timbó/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio dos Cedros (SC), 6 de agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
PREFEITO

RP COMERCIAL LTDA
CNPJ: 20.604.417/0001-70

DECRETO Nº 3.092, DE 04 DE AGOSTO DE 2020. APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE SIBILA BERTOLDI E TIBÉRIO BERTOLDI (ESPÓLIO), SITUADO DO LADO IMPAR DA AVENIDA TIRADENTES, NESTA CIDADE

Publicação Nº 2598458

DECRETO Nº 3.092, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE SIBILA BERTOLDI e TIBÉRIO BERTOLDI (ESPÓLIO), SITUADO DO LADO IMPAR DA AVENIDA TIRADENTES, NESTA CIDADE.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de TIBÉRIO BERTOLDI (ESPÓLIO), brasileiro, inscrito no CPF sob nº 112.493.409-00, portador da cédula de identidade nº 60.199-3, expedida pela SSP/SC e sua esposa SIBILA BERTOLDI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 820.878.069-34, portadora da cédula de identidade nº 3/C 336.870, expedida pela SSP/SC, situado do lado ímpar da Avenida Tiradentes, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 132,00 metros até o lado ímpar da rua São Paulo, na cidade de Rio dos Cedros, tendo como área total escriturada de 25.074,40m² (vinte e cinco mil e setenta e quatro metros e quarenta décimos quadrados) fracionados em 02 (duas) áreas totalizando estas 1.841,96m² (mil, oitocentos e quarenta e um metros e noventa e seis décimos quadrados) restando ainda área remanescente de 23.232,44m² (vinte e três mil, duzentos e trinta e dois metros e quarenta e quatro décimos quadrados), conforme planta e documentos apresentados pela proprietária acompanhado do requerimento nº 18/2017 de 11 de Janeiro de 2017.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao Iº Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 25.890, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 1.841,96m² (mil, oitocentos e quarenta e um metros e noventa e seis décimos quadrados) de área distribuída em 01 (uma) área, assim constituída;

ÁREA Nº 01: 1.841,96m² (mil, oitocentos e quarenta e um metros e noventa e seis décimos quadrados)

LOCALIZAÇÃO: Contendo a área de 1.841,96m², situado no lado ímpar da Avenida Tiradentes, distando pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP) 136,22 metros até o lado ímpar da Rua São Paulo, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel. Pela Frente, em linha reta, com o azimute de 223º59'05" em 29,01 metros confrontando com o lado ímpar da Avenida Tiradentes até o ponto P1 de coordenadas E: 671.928,170 e N: 7.041.588,024. Pelo lado Direito, em duas linhas retas, a primeira defletindo a direita com o ângulo interno de 83º23'25" e azimute de 320º35'40" em 41,00 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 112, Lv. 2 de propriedade de Comercial Stolf até o ponto P2 de coordenadas E: 671.902,144 e N: 7.041.619,703 e a segunda defletindo a direita com o ângulo interno de 178º46'54" e azimute de 321º48'46" em 15,52 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 11.693, Lv. 2 de propriedade de Alvino Stolf até o ponto P3 de coordenadas E: 671.892,552 e N: 7.041.631,897. Pelos Fundos, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 88º28'32" e azimute de 53º20'13" em 39,48 metros confrontando com a Área Remanescente até o ponto P4 de coordenadas E: 671.924,223 e N: 7.041.655,472. Pelo lado Esquerdo, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 80º41'20" e azimute de 152º38'53" em 52,44 metros confrontando com a Área Remanescente até o ponto PP de coordenadas E: 671.948,316 e N: 7.041.608,896, deste segue defletindo a direita com o ângulo interno de 108º39'48" com o início da descrição perfazendo o perímetro de 177,45 metros.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.02.001.0011

§2º. A área remanescente, objeto do presente Decreto, passa a contar com a área de 23.232,44m² (vinte e três mil, duzentos e trinta e dois metros e quarenta e quatro décimos quadrados), com as seguintes descrições, confrontações e medidas:

ÁREA REMANESCENTE: 23.232,44m² (vinte e três mil, duzentos e trinta e dois metros e quarenta e quatro décimos quadrados)

LOCALIZAÇÃO: Contendo a área de 23.232,44m², situado no lado ímpar da Avenida Tiradentes, distando pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP) 132,00 metros até o lado ímpar da Rua São Paulo, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel. Pela Frente, em linha reta, com o azimute de 223º59'05" em 4,22 metros confrontando com o lado ímpar da Avenida Tiradentes até o ponto P1 de coordenadas E: 671.948,316 e N: 7.041.608,896. Pelo lado Direito, em três linhas retas, a primeira defletindo a direita com o ângulo interno de 71º20'12" e azimute de 332º38'53" em 52,44 metros confrontando com a Área a Desmembrar até o ponto P2 de coordenadas E: 671.924,223 e N: 7.041.655,472; a segunda defletindo a esquerda com o ângulo interno de 279º18'40" e azimute de 233º20'13" em 39,48 metros confrontando com a Área a Desmembrar até o ponto P3 de coordenadas E: 671.892,552 e N: 7.041.631,897 e a terceira defletindo a direita com o ângulo interno de 91º31'28" e azimute de 321º48'46" em 312,36 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 11.693, Lv. 2 de propriedade de Alvino Stolf até o ponto P4 de coordenadas E: 671.699,437 e N: 7.041.877,414. Pelos Fundos, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 89º58'35" e azimute de 51º50'11" em 103,52 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 24.189, Lv. 2 de propriedade de Pegaso Administração e Participação Ltda até o ponto P5 de coordenadas E: 671.780,829 e N: 7.041.941,380. Pelo lado Esquerdo, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 79º11'18" e azimute de 152º38'53" com a distância total de 370,90 metros, sendo em 257,50 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 21.740, Lv. 2 de propriedade de Partner Administradora de Bens Próprios Ltda e em 113,40 metros confrontando com o imóvel transcrito sob nº 4.176, fl. 173, Lv. 3-B de propriedade de Artur Uber até o ponto PP de coordenadas E: 671.951,248 e N: 7.041.611,934, deste segue defletindo a direita com o ângulo interno de 108º39'48" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 882,92 metros. Esta área remanescente deverá ser obrigatoriamente anexado ao lote matriculado sob nº 21.740, Lv. 2.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.03.001.0500

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, os requerentes estão obrigados a atender todas às exigências a que estão sujeitos, conforme Lei Complementar n.º 269, de 26 de agosto de 2015 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido

no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. TIBÉRIO BERTOLDI (ESPÓLIO), brasileiro, inscrito no CPF sob nº 112.493.409-00, portador da cédula de identidade nº 60.199-3, expedida pela SSP/SC e sua esposa SIBILA BERTOLDI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 820.878.069-34, portadora da cédula de identidade nº 3/C 336.870, expedida pela SSP/SC, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 17.492/18.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.811, de 29 de março de 2017 e o Decreto nº 3.007, de 04 de novembro de 2019.

Rio dos Cedros, 04 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 04 de Agosto de 2020.

MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.093, DE 04 DE AGOSTO DE 2020. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA 8.302 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE ZITO GENESIO BONA E RACHEL IVONE GUMES BONA E DÁ O

Publicação Nº 2598459

DECRETO Nº 3.093, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA 8.302 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE ZITO GENESIO BONA e RACHEL IVONE GUMES BONA e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores ; e

Considerando, a necessidade de regularização da área para integrar a Rua Municipal Vergílio Bona, cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público, de propriedade de ZITO GENESIO BONA, brasileiro, inscrito no CPF nº 419.704.469-00, portador da cédula de identidade nº 953945, expedida pela SSP/SC, e RACHEL IVONE GUMES BONA, brasileira, inscrita no CPF nº 592.452.639-91, residentes e domiciliados na Avenida Expedicionário Anselmo Leitepergher, nº 3.795, Bairro Cedro Central, em Rio dos Cedros/SC;

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rua Municipal Vergílio Bona tratando-se, portanto de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Rua já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015) e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PUBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno rural, objeto da matrícula 8.302, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

A) Áreas desapropriadas para a Rua Municipal Vergílio Bona:

Contendo a área total de 6.188,42 m² (seis mil cento e oitenta e oito metros e quarenta e dois decímetros quadrados) dista do ponto PP 312,59 metros até o lado ímpar da Rua Panamá, inicia-se a descrição no marco denominado 'PP', DATUM – SIRGAS 2000, MC-51º Wgr, fuso 22, Sistema UTM: E: 672.374,639 e N: 7.044.080,100 localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, com as seguintes confrontações: pela Frente a oeste, com azimute de 153º38'00" em 25,84 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 672.386,112 e N: 7.044.056,952 confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-080. Pelo lado Direito ao sul, em quatro linhas, a primeira em linha curva com o ângulo interno de 90º47'48", tangente de 6,08 metros, raio de 6,00 metros e a distância de 9,51 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 672.377,973 e N: 7.044.059,551; a segunda segue em linha reta com o azimute de 242º18'34" em 30,86 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 672.350,652 e N: 7.044.045,212; a terceira em linha reta defletindo esquerda com o ângulo interno de 188º02'58" e azimute de 234º15'36" em 13,87 metros até o ponto P4 de coordenadas E: 672.339,397 e N: 7.044.037,113 e a quarta em linha reta defletindo a direita com o ângulo interno de 171º19'43" e azimute de 242º55'53" em 389,95 metros até o ponto P5 de coordenadas E: 671.992,162 e N: 7.043.859,664 todas confrontando com a Área nº 02. Pelos Fundos a leste, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 90º10'06" e azimute de 332º45'47" em 14,00 metros confrontando com a Rua Vergílio Bona até o ponto P6 de coordenadas E:

671.985,754 e N: 7.043.872,112. Pelo lado Esquerdo ao sul, em quatro linhas, a primeira em linha reta defletindo a direita com o ângulo interno de 89°49'54" e azimute de 62°55'53" em 388,93 metros até o ponto P7 de coordenadas E: 672.332,084 e N: 7.044.049,099; a segunda em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 188°40'17" e azimute de 54°15'36" em 13,79 metros até o ponto P8 de coordenadas E: 672.343,274 e N: 7.044.057,151; a terceira em linha reta defletindo direita com o ângulo interno de 171°57'02" e azimute de 62°18'34" em 32,44 metros até o ponto P9 de coordenadas E: 672.372,000 e N: 7.044.072,227 e a quarta em linha curva com o ângulo interno de 87°33'50", tangente de 5,75 metros, raio de 6,00 metros e a distância de 9,17 metros até o ponto de partida PP de coordenadas E: 672.374,639 e N: 7.044.080,100, todas confrontando com a Área nº 01, perfazendo o perímetro de 928,36 metros.

§1º. - A área acima desapropriada, provém de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula 8.302, com a área total escriturada de 67.738,00 m² (sessenta e sete mil setecentos e trinta e oito metros quadrados) e área total encontrada de 66.786,98 m² (sessenta e seis mil setecentos e oitenta e seis metros e noventa e oito décimos quadrados).

§2º. - Em razão da desapropriação da área acima para regularização da Rua Municipal Vergílio Bona, o imóvel objeto da matrícula 8.302, com a área total escriturada de 67.738,00 m² (sessenta e sete mil setecentos e trinta e oito metros quadrados) e área total encontrada de 66.786,98 m² (sessenta e seis mil setecentos e oitenta e seis metros e noventa e oito décimos quadrados), fica dividida em 02 (duas) áreas com as seguintes descrições perimetrais:

ÁREA 01

Contendo a área total de 43.212,54 m² (quarenta e três mil duzentos e doze metros e cinquenta e quatro décimos quadrados) situado do lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-080, dista pelo lado esquerdo do imóvel 222,00 metros até a esquina formada com o lado ímpar da Rua Panamá, inicia-se a descrição no marco denominado 'PP', DATUM – SIRGAS 2000, MC-51º Wgr, fuso 22, Sistema UTM: E: 672.374,639 e N: 7.044.080,100 localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, com as seguintes confrontações: pela Frente a leste, em três linhas retas, a primeira com o azimute de 334°44'45" em 27,23 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 672.363,023 e N: 7.044.104,723; a segunda defletindo a direita com o ângulo interno de 181°42'21" e azimute de 336°27'06" em 31,38 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 672.350,487 e N: 7.044.133,488 e a terceira defletindo a direita com o ângulo interno de 180°26'59" e azimute de 336°54'05" em 32,23 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 672.337,841 e N: 7.044.163,137 todas confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-080. Pelo lado Esquerdo ao norte, em duas linhas retas, a primeira defletindo a esquerda com o ângulo interno de 85°53'15" e azimute de 242°47'19" em 235,00 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 18.339, Livro 2 de propriedade de Mirtes Fistarol Campestrini, Jurema Bona, Maria Marivanda Fistarol Inácio e Tainara Hobold Fistarol até o ponto P4 de coordenadas E: 672.128,850 e N: 7.044.055,678 e a segunda defletindo a esquerda com o ângulo interno de 179°10'15" e azimute de 241°57'34" em 212,61 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 6.903, Lv. 2 de propriedade de Osmar Bona até o ponto P5 de coordenadas E: 671.941,198 e N: 7.043.955,731. Pelos Fundos a oeste, em linha reta, defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°59'23" e azimute de 151°56'57" em 94,75 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 2.882, Lv. 2 de propriedade de Mário Dalmonico, Olvino Bona, Cosma Purim, Paulo Roberto Cristelli, Nilton Antônio Cristelli, Dário Tomaselli Cristelli e Raul Antônio Cristelli até o ponto P6 de coordenadas E: 671.985,754 e N: 7.043.872,112. Pelo lado Direito ao sul, em quatro linhas, a primeira em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°58'56" e azimute de 62°55'53" em 388,93 metros até o ponto P7 de coordenadas E: 672.332,084 e N: 7.044.049,099; a segunda em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 171°19'43" e azimute de 54°15'36" em 13,79 metros até o ponto P8 de coordenadas E: 672.343,274 e N: 7.044.057,151; a terceira em linha reta defletindo direita com o ângulo interno de 188°02'58" e azimute de 62°18'34" em 32,44 metros até o ponto P9 de coordenadas E: 672.372,000 e N: 7.044.072,227 e a quarta em linha curva com o ângulo interno de 87°33'50", tangente de 5,75 metros, raio de 6,00 metros e a distância de 9,17 metros até o ponto de partida PP de coordenadas E: 672.374,639 e N: 7.044.080,100, todas confrontando com o lado par da Rua Vergílio Bona, perfazendo o perímetro de 1.077,53 metros.

ÁREA 02

Contendo a área total de 17.386,02 m² (dezessete mil trezentos e oitenta e seis metros e dois décimos quadrados), situado do lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-080, esquina formada com o lado ímpar da Rua Vergílio Bona; inicia-se a descrição no marco denominado 'PP', DATUM – SIRGAS 2000, MC-51º Wgr, fuso 22, Sistema UTM: E: 672.386,112 e N: 7.044.056,952 localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, com as seguintes confrontações: pela Frente a leste, em linha reta, com o azimute de 153°06'22" em 28,72 metros confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-080 até o ponto P1 de coordenadas E: 672.399,104 e N: 7.044.031,337. Pelo lado Direito ao sul, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 90°35'22" e azimute de 242°31'00" em 505,00 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 20.971, Livro 2 de propriedade de Aleixo Bona até o ponto P2 de coordenadas E: 671.951,096 e N: 7.043.798,284. Pelos Fundos a oeste, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 94°12'24" e azimute de 328°18'36" em 36,09 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 9.964, Livro 2 de propriedade de Juvencio Poffo até o ponto P3 de coordenadas E: 671.932,139 e N: 7.043.828,990. Pelo lado Esquerdo ao norte, em quatro linhas, a primeira em linha reta defletindo a direita com o ângulo interno de 85°22'43" e azimute de 62°55'53" em 457,36 metros até o ponto P4 de coordenadas E: 672.339,397 e N: 7.044.037,113; a segunda em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 188°40'17" e azimute de 54°15'36" em 13,87 metros até o ponto P5 de coordenadas E: 672.350,652 e N: 7.044.045,212; a terceira em linha reta defletindo direita com o ângulo interno de 171°57'02" e azimute de 62°18'34" em 30,86 metros até o ponto P6 de coordenadas E: 672.377,973 e N: 7.044.059,551 e a quarta em linha curva com o ângulo interno de 90°47'48", tangente de 6,08 metros, raio de 6,00 metros e a distância de 9,51 metros até o ponto de partida PP de coordenadas E: 672.386,112 e N: 7.044.056,952, todas confrontando com o lado ímpar da Rua Vergílio Bona, perfazendo o perímetro de 1.081,41 metros.

Art.2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2020.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 04 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 04 de Agosto de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.095, DE 10 DE AGOSTO DE 2020. APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE FAUSTO JOSÉ CAMPESTRINI E CLARA CAMPESTRINI, SITUADO DO LADO PAR DA AVENIDA EXPEDICIONÁRIO ANSELMO LEITEMPERGHER, NESTA CIDADE

Publicação Nº 2598461

DECRETO Nº 3.095, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE FAUSTO JOSÉ CAMPESTRINI E CLARA CAMPESTRINI, SITUADO DO LADO PAR DA AVENIDA EXPEDICIONÁRIO ANSELMO LEITEMPERGHER, NESTA CIDADE.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de FAUSTO JOSÉ CAMPESTRINI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 076.477.359-34, portador da cédula de identidade nº 1.298.673-9, expedida pela SSP/SC, e CLARA CAMPESTRINI, inscrita no CPF sob nº 017.743.749-94, portadora da cédula de identidade nº 3.350.693-0, expedida pela SSP/SC, situado do lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, no lugar São José, Distrito e município de Rio Dos Cedros, registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 28.506, distando o marco, pelo lado esquerdo 115,00 metros até a esquina formada pelo entroncamento com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD 433, tendo como área total alienável 3.793,26m² (três mil, setecentos e noventa e três metros e vinte e seis decímetros quadrados), e 1.023,68m² (mil e vinte e três metros e sessenta e oito decímetros quadrados) de área remanescente, conforme planta e documentos apresentados pelo proprietário acompanhado do requerimento SEPLAN nº 2753/2019.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 27.103, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. Área alienável de 3.793,26m² (três mil, setecentos e noventa e três metros e vinte e seis decímetros quadrados), assim pormenorizada:

ÁREA 01 - contendo 679,57m² (seiscentos e setenta e nove metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), assim especificada:

Terreno urbano, situado do lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, no lugar São José, Distrito e município de Rio Dos Cedros, registrado junto ao 1º ofício do registro de imóveis da comarca de Timbó, sob nº mat-28.506 L2

O marco 01 dista pelo lado esquerdo 130,00 metros até a esquina formada pelo entroncamento como lado ímpar da Rodovia Municipal RCD 433.

Partindo do marco 01 pela frente ao sul com ângulo de 94º58' de coordenada E671781.717/N7045148.442 na distância de 7,28 metros até o marco P1, deste segue com ângulo de 174º7' de coordenada E671774.855/N7045150.888 na distância de 7,72 metros até o marco 02 com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, deste segue pelo lado direito ao oeste com ângulo de 90º40' de coordenada E671767.886/N7045154.210 na distância de 44,64 metros até o marco 08 com o Área 02, deste segue pelo fundo ao norte com ângulo de 99º42' de coordenada E671786.563/7045194.589 na distância de 15,00 metros até o marco 09 com os imóveis transc- nº 2.683 Fls 197 L 3A de propriedade de Amarildo Campestrini, transc- nº 2.682 Fls 197-L3A de propriedade de Dirce Clara Campestrini, transc- nº 2.684-Fls 198 L3A de propriedade de Dalva Luzia Campestrini, transc- nº 2.686-Fls-198-L3A de propriedade de Neila Nadia Campestrini, transc- nº 2.685-Fls-198 L3A de propriedade de Marilde Campestrini, deste segue pelo lado esquerdo ao leste com ângulo de 80º32' de coordenada E671801.044/ N7045190.677 na distância de 46,51 metros com a Área Remanescente até o marco inicial 01, com um perímetro de 121,15 metros.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.05.001.2562

ÁREA 02 - contendo 810,75m² (oitocentos e dez metros e setenta e cinco decímetros quadrados), assim especificada:

Terreno urbano, situado do lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, no lugar São José, Distrito e município de Rio Dos Cedros, registrado junto ao 1º ofício do registro de imóveis da comarca de Timbó, sob nº mat-28.506 L2

O marco 02 dista pelo lado esquerdo 145,00 metros até a esquina formada pelo entroncamento como lado ímpar da Rodovia Municipal RCD 433.

Partindo do marco 02 pela frente ao sul com ângulo de 89º20' de coordenada E671767.886/N7045154.210 na distância de 19,00 metros até o marco P2, com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, deste segue pelo lado direito ao oeste com ângulo de 90º34' de coordenada E671750.735/N7045162.388 na distância de 41,03 metros até o marco 07 com a Área 03, deste segue pelo fundo

ao norte com ângulo de 99°49' de coordenada E671768.027/N7045199.596 na distancia de 19,20 metros até o marco 08 com os imóveis transc- nº 2.683 Fls 197 L 3A de propriedade de Amarildo Campestrini,transc-nº2.682 Fls 197-L3A de propriedade de Dirce Clara Campestrini,transc-nº2.684-Fls198 L3A de propriedade de Dalva Luzia Campestrini,transc-nº2.686-Fls-198-L3A de propriedade de Neila Nadia Campestrini,transc-nº2.685-Fls-198 L3A de propriedade de Marilde Campestrini, deste segue pelo lado esquerdo ao leste com ângulo de 80°18' de coordenada E671786.563/N7045194.589 na distancia de 44,64 metros com a Área 01 até o marco inicial 02,com um perímetro de 123,87 metros,edificado com uma unidade residencial em alvenaria de um pavimento com a área de 132,65 m2 e um rancho de madeira de um pavimento com a área de 15,48 m2 sob nº 5072 construído no ano de 1997.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.05.001.1544

ÁREA 03 - contendo 826,68m² (oitocentos e vinte e seis metros e sessenta e oito décimos quadrados), assim especificada:

Terreno urbano, situado do lado par da Avenida Expedicionario Anselmo Leitempergher,no lugar São José, Distrito e município de Rio Dos Cedros,registrado junto ao 1º ofício do registro de imóveis da comarca de Timbó,sob nº mat-28.506 L2

O marco 03 dista pelo lado esquerdo 164,00 metros até a esquina formada pelo entroncamento com o lado impar da Rodovia Municipal RCD 433.

Partindo do marco P2 pela frente ao sul com ângulo de 96°0' de coordenada E671750.735/N7045162.388 na distancia de 21,40 metros até o marco 03, com o lado par da Avenida Expedicionario Anselmo Leitempergher , deste segue pelo lado direito ao oeste com ângulo de 81°45' de coordenada E671730.493/N7045169.331 na distancia de 39,89 metros até o marco 06 com a Área 04,deste segue pelo fundo ao norte com ângulo de 102°4' de coordenada E671748.719/N7045204.811 na distancia de 20,00 metros até o marco 07 com os imóveis transc- nº 2.683 Fls 197 L 3A de propriedade de Amarildo Campestrini,transc-nº2.682 Fls 197-L3A de propriedade de Dirce Clara Campestrini,transc-nº2.684-Fls198 L3A de propriedade de Dalva Luzia Campestrini,transc-nº2.686-Fls-198-L3A de propriedade de Neila Nadia Campestrini,transc-nº2.685-Fls-198 L3A de propriedade de Marilde Campestrini, deste segue pelo lado esquerdo ao leste com ângulo de 80°11' de coordenada E671768.027/N7045199.596 na distancia de 41,03 metros com a Área 02 até o marco inicial P2,com um perímetro de 122,32 metros.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.05.001.2563

ÁREA 04 - contendo 581,12m² (quinhentos e oitenta e um metros e doze décimos quadrados), assim especificada:

Terreno urbano, situado do lado par da Avenida Expedicionario Anselmo Leitempergher,no lugar São José, Distrito e município de Rio Dos Cedros,registrado junto ao 1º ofício do registro de imóveis da comarca de Timbó,sob nº mat-28.506 L2

O marco 03 dista pelo lado esquerdo 185,40 metros até a esquina formada pelo entroncamento com o lado impar da Rodovia Municipal RCD 433.

Partindo do marco 03 pela frente ao sul com ângulo de 98°15' de coordenada E671730.493/N7045169.331 na distancia de 15,00 metros até o marco 04, com o lado par da Avenida Expedicionario Anselmo Leitempergher , deste segue pelo lado direito ao oeste com ângulo de 81°29' de coordenada E671716.304/N7045174.198 na distancia de 38,91 metros até o marco 05 com a Área 05,deste segue pelo fundo ao norte com ângulo de 102°20' de coordenada E671734.238/N7045208.723 na distancia de 15,00 metros até o marco 06 com os imóveis transc- nº 2.683 Fls 197 L 3A de propriedade de Amarildo Campestrini,transc-nº2.682 Fls 197-L3A de propriedade de Dirce Clara Campestrini,transc-nº2.684-Fls198 L3A de propriedade de Dalva Luzia Campestrini,transc-nº2.686-Fls-198-L3A de propriedade de Neila Nadia Campestrini,transc-nº2.685-Fls-198 L3A de propriedade de Marilde Campestrini, deste segue pelo lado esquerdo ao leste com ângulo de 77°56' de coordenada E671748.719/N7045204.811 na distancia de 39,89 metros com a Área 03 até o marco inicial 03,com um perímetro de 108,80 metros.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.05.001.2564

ÁREA 05 - contendo 895,14m² (oitocentos e noventa e cinco metros e quatorze décimos quadrados), assim especificada:

Terreno urbano, situado do lado par da Avenida Expedicionario Anselmo Leitempergher,no lugar São José, Distrito e município de Rio Dos Cedros,registrado junto ao 1º ofício do registro de imóveis da comarca de Timbó,sob nº mat-28.506 L2

O marco 04 dista pelo lado esquerdo 200,40 metros até a esquina formada pelo entroncamento com o lado impar da Rodovia Municipal RCD 433.

Partindo do marco 04 pela frente ao sul com ângulo de 98°31' de coordenada E671716.304/N7045174.198 na distancia de 36,80 metros até o marco P3, com o lado par da Avenida Expedicionario Anselmo Leitempergher , deste segue pelo lado direito ao oeste com ângulo de 49°41' de coordenada E671681.494/N7045186.138 na distancia de 49,55 metros até o marco P4 com o imóvel mat nº10.069 L2,de propriedade de Nelson Achilles Leitempergher, deste segue pelo fundo ao norte com ângulo de 134°8' de coordenada E671724.076/N7045211.468 na distancia de 10,53 metros até o marco 05 com os imóveis transc- nº 2.683 Fls 197 L 3A de propriedade de Amarildo Campestrini,transc-nº2.682 Fls 197-L3A de propriedade de Dirce Clara Campestrini,transc-nº2.684-Fls198 L3A de propriedade de Dalva Luzia Campestrini,transc-nº2.686-Fls-198-L3A de propriedade de Neila Nadia Campestrini,transc-nº2.685-Fls-198 L3A de propriedade de Marilde Campestrini, deste segue pelo lado esquerdo ao leste com ângulo de 77°40' de coordenada E671734.238/N7045208.723 na distancia de 38,91 metros com a Área 04 até o marco inicial 04,com um perímetro de 135,79 metros,edificado com uma unidade residencial em alvenaria de um pavimento com a área de 145,16 m2 sob nº 5130 construída no ano de 1980.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.05.001.0729

§2º. Área remanescente de 1.023,68m² (mil e vinte e três metros e sessenta e oito décimos quadrados), assim pormenorizada:

Terreno urbano, situado do lado par da Avenida Expedicionario Anselmo Leitempergher, no lugar São José, Distrito e município de Rio Dos Cedros, registrado junto ao 1º ofício do registro de imóveis da comarca de Timbó, sob nº mat-28.506 L2

O marco PP dista pelo lado esquerdo 115,00 metros até a esquina formada pelo entroncamento com a Rodovia Municipal RCD 433.

Partindo do marco PP pela frente ao sul com ângulo de 110°5' de coordenada E671795.846/N7045143.407 na distância de 15,00 metros até o marco 01, com o lado par da Avenida Expedicionario Anselmo Leitempergher, deste segue pelo lado direito ao oeste com ângulo de 85°2' de coordenada E671781.717/N7045148.442 na distância de 46,51 metros até o marco 09 com a Área 01, deste segue pelo fundo ao norte com ângulo de 99°28' de coordenada E671801.044/N7045190.677 na distância de 28,80 metros até o marco P5 com os imóveis transc- nº 2.683 Fls 197 L 3A de propriedade de Amarildo Campestrini, transc-nº2.682 Fls 197-L3A de propriedade de Dirce Clara Campestrini, transc-nº2.684-Fls198 L3A de propriedade de Dalva Luzia Campestrini, transc-nº2.686-Fls-198-L3A de propriedade de Neila Nadia Campestrini, transc-nº2.685-Fls-198 L3A de propriedade de Marilde Campestrini, deste segue pelo lado esquerdo ao leste com ângulo de 65°25' de coordenada E671828.847/N7045183.166 na distância de 51,67 metros com os imóveis transc- nº 2.683 Fls 197 L 3A de propriedade de Amarildo Campestrini, transc-nº2.682 Fls 197-L3A de propriedade de Dirce Clara Campestrini, transc-nº2.684-Fls198 L3A de propriedade de Dalva Luzia Campestrini, transc-nº2.686-Fls-198-L3A de propriedade de Neila Nadia Campestrini, transc-nº2.685-Fls-198 L3A de propriedade de Marilde Campestrini, até o marco inicial PP, com um perímetro de 141,98 metros, edificado com uma unidade residencial, um rancho e um telheiro em madeira de um pavimento com a área total de 204,60 m2 sob nº 5042 edificados no ano de 1959.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.05.001.0728

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, o requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 233/80 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. FAUSTO JOSÉ CAMPESTRINI E CLARA CAMPESTRINI, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65, Lei nº12651/12 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 17.492/18.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 3.028, de 29 de janeiro de 2020.

Rio dos Cedros, 10 de agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 10 de agosto de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

Rio Fortuna

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 017/2020 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2020 FMS

Publicação N° 2600125

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo de Licitação FMS nº 017/2020
Pregão Presencial FMS nº 011/2020

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30min, do dia 27 de agosto de 2020, no Auditório da Antiga Unidade Básica de Saúde, localizado na Rua Padre Rademacker, nº 195, próximo ao Hospital de Rio Fortuna, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AFINS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, pelo telefone (48) 3653-1122, no site oficial do Município, no endereço www.riofortuna.sc.gov, ou solicitar por e-mail: carla@riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna/SC, 10 de agosto de 2020.
LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS N° 010/2020

Publicação N° 2599245

Pág 1 / 1

PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Compras e Contratos
Relatório de Contratos

filtroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
115/2015 / 2015	06/08/2015	06/08/2016	06/08/2015	268879 -	Concorrência - 34/2015	SERRANA ENGENHARIA LTDA.	1.520.186,88
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E COMPROVADAMENTE ESTABELECIDO DO RAMO DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA REALIZAR A GESTÃO DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS COMPACTÁVEIS NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, COLETA ATRAVÉS DO SISTEMA PORTA A PORTA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM LOCAL LICENCIADO.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Fornecedor	Valor
118/2020	Prorrogação	07/08/2020	06/08/2021	06/08/2021	05/08/2020		1.794.025,08
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
077 / 2019	04/06/2019	31/01/2020	31/01/2020	04/06/2019	Dispensa de Licitação - 58/2019	208426 - JDI CONSTRUTORA LTDA	554.635,96
Objeto: Execução remanescente de obra, pelo sistema de empreitada global, de reforma e ampliação do Centro Integrado de Saúde - CIS, localizado à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque nº 40, Centro, em Rio Negrinho, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos ao Processo Licitatório nº 090/2018, com recursos oriundos do Convênio 2018TR001066 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Rio Negrinho.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Fornecedor	Valor
119/2020	Normal	07/08/2020	26/11/2020	26/11/2020	07/08/2020		202.883,82
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
121 / 2020	11/08/2020	31/12/2020	31/12/2020	11/08/2020	Tomada de Preços - 69/2020	329517 - PAVPLAN PAVIMENTACAO LTDA	471.322,47
Objeto: Execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS ROBERTO MARTIN (parte), GETULIO VARGAS (parte) E TRAVESSA PROFESSORA BONA, localizadas no centro de Rio Negrinho/SC, totalizando uma área a ser recapeada de 302,77 metros lineares, contemplando os serviços de recapeamento e sinalização, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 892579/2019 celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Rio Negrinho.							

IPM Sistemas Ltda

Identificador: W00321101-1749-MBBJU-280409825 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO

20/11/2018 11:37

SAMAE - RIO NEGRINHO**BOLETIM DE EXAMES FÍSICOS-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS 07/2020OS JUN/2020**

Publicação Nº 2600099

BOLETIM DOS EXAMES FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS DA REDE: MÊS DE JULHO DE 2020**RESULTADOS FÍSICO-QUÍMICOS DA ÁGUA TRATADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO**

LOCALIDADE	pH		COR (PtCo)		CLORO (mg/l)		TURBIDEZ(NTU)		FLUORETO (mg/l)	
	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.
RIO NEGRINHO	54	6.75	54	7.64	54	0.98	54	1.16	54	0.85
VOLTA GRANDE	33	6.64	33	3.61	37	0.99	37	0.80	33	0.88
CORREDEIRAS	17	7.47	17	7.73	21	1.39	21	0.76	17	0.91
POCINHO	34	8.17	34	2.42	38	0.81	38	0.66	34	0.78
PARÂMETROS DA PORTARIA Nº2914 M.S.	6.0 à 9.5		MÁX. 15.00 PtCo		0.20 à 2.00 mg/L		MÁX. 5,00 NTU		*0.70 à 1.00 mg/L	

PtCo - Unidade de Medição

NTU - Unidade Nefelométrica de Turbidez

mg/L - Miligramas por Litro

Platina/Cobalto

Freq. = Nº de análises no mês Res.Méd. = Média do mês

* Parâmetro estabelecido pela Portaria nº421 SES - 13/05/2016

RESULTADOS DOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS DA ÁGUA TRATADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

LOCALIDADE	COLIFORMES TOTAIS UFC/100ML		ESCHERICHIA COLI UFC/100ML		HETEROTRÓFICAS UFC/ML
	POSITIVOS	NEGATIVOS	POSITIVOS	NEGATIVOS	
RIO NEGRINHO	0	54	0	54	ausente
VOLTA GRANDE	0	13	0	13	ausente
CORREDEIRAS	0	8	0	8	ausente
POCINHO	0	13	0	13	ausente
PARÂMETROS DA PORTARIA Nº2914 M.S.	AUSÊNCIA EM 100 ML EM 95% DAS AMOSTRAS		AUSÊNCIA EM 100 ML 100% DAS AMOSTRAS		MÁXIMO 500 UFC

UFC - Unidade Formadora de Colônia

OBS: A Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde estabelece parâmetros para água potável (Água Tratada).

Publicação conforme Decreto nº 5.440 de 04/05/2005.

Nilceu Nunes de Lima
Técnico em Saneamento
CRQ/SC nº 13401044

Gilson José Reckziegel
Diretor Geral

Rodeio

PREFEITURA

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9907

Publicação Nº 2600052

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9907 DE 08 DE JUNHO DE 2020.

RATIFICA A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA PARA A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA VALMOR VAILATTI QUE ABAIXO NOMINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e,
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 81 de 28 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ratificada a designação da Servidora Pública PATRÍCIA DOS SANTOS CÉ, ocupante do cargo efetivo de Dentista do ESF, 40 horas semanais, para a Unidade de Saúde da Família Valmor Vailatti, Bairro Rodeio 12, de segunda a sexta-feira, matutino (das 7h30min às 11h30min) e vespertino (das 13h às 16h30min), no município de Rodeio/SC, a partir de 09 de março de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 09 de março de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9907/20, foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9908

Publicação Nº 2600053

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9908 DE 08 DE JUNHO DE 2020.

RATIFICA A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PARA A UNIDADE DE SAÚDE AVANÇADA QUE ABAIXO NOMINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e,
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 163 de 25 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ratificada a designação do Servidor Público FLÁVIO ANTÔNIO RIGO DA CRUZ ocupante do cargo efetivo de Dentista do ESF, 20 horas semanais, para a Unidade de Saúde Avançada, Bairro Centro, de segunda a sexta-feira, no período vespertino (das 13h às 16h30min), no município de Rodeio/SC, a partir de 26 de maio de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 26 de maio de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9908/20, foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9891

Publicação Nº 2600037

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9891 DE 04 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que JÉSSICA FERNANDA DALPIAZ foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 10/2019, classificando-se em Segundo Lugar, para o cargo de Técnica em Enfermagem na Estratégia de Saúde da Família;
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 182 de 25 de maio de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado até o dia 02 de maio de 2020, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, da servidora JESSICA FERNANDA DALPIAZ, que está exercendo as funções de Técnica em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho se dará do período de 02 de maio a 01 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos até o dia 02 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 04 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9891/20 foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 04 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9892

Publicação Nº 2600038

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9892 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, no uso das suas atribuições legais e;
Considerando que o servidor João Nantes de Castilho Júnior prestou Processo Seletivo Nº 10/2019 para a vaga de Farmacêutico, classificando-se em primeiro Lugar,
Considerando os dizeres da Comunicação Interna n.º 183 de 24 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Considerando que o servidor titular Guilherme Schwarz Matteussi encontra-se em Licença-Prêmio,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica prorrogado o contrato de trabalho de servidor, por tempo determinado, a partir do dia 13 de maio de 2020, JOÃO NANTES DE CASTILHO JÚNIOR, inscrito no RG Nº 11513569 e no CPF Nº 056.435.476-783, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, as atribuições do cargo de Farmacêutico, símbolo FAR, por 40 horas semanais.

Art. 2º - A Prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 13 de maio a 11 de junho de 2020 ou até o retorno do titular.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 13 de maio de 2020.

Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 04 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A presente Portaria nº 9892/20, foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9893

Publicação Nº 2600039

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9893 DE 04 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, através de Comunicação Interna Nº 184 do dia 25 de maio de 2020;

Considerando que a servidora JUÇARA APARECIDA ANTUNES DE MORAES prestou Processo Seletivo Nº 10/2019 para o cargo de Técnico de Enfermagem, classificando-se em Oitavo lugar;

Considerando que o Contrato de Trabalho se faz necessário para a continuidade do serviço público, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, Município de Rodeio – SC,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Prorrogado o Contrato de Trabalho, a partir do dia 09 de maio de 2020, de JUÇARA APARECIDA ANTUNES DE MORAES, aprovado no Processo Seletivo Emergencial Nº 10/2019, portadora do RG. 3195288 e do CPF. 030.923.749 -16, por prazo determinado para exercer as funções do cargo de Técnico de Enfermagem, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, Rodeio - SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 09 de maio a 08 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 09 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura de Rodeio, 04 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A presente Portaria Nº 9893/20, foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica– CC4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9894

Publicação Nº 2600040

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9894 DE 06 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido feito pela Secretaria da Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna Nº 185 do dia 25 de maio de 2020;

Considerando que LARISSA MORGANA DAL CORTIVO DUARTE foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 06/2018, classificando-se em Segundo Lugar, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – Bairro Rodeio 12;

Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado a partir do dia 02 de maio de 2020, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, da servidora LARISSA MORGANA DAL CORTIVO DUARTE, que está exercendo as funções de Agente Comunitária de Saúde – Bairro Rodeio 12, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do presente Contrato de Trabalho, por tempo determinado, será pelo período compreendido entre o dia 02 de maio a 01 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 06 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9894/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 06 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL N° 9895

Publicação N° 2600041

PORTARIA MUNICIPAL N° 9895 DE 05 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que a servidora LURDES JUDITE MACHADO requereu a Licença-Prêmio, referente ao quinquênio de 2015/2020;
Considerando que o setor de pessoal, informa que a requerente faz jus a Licença-Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao quinquênio 2015/2020;

RESOLVE:

ART. 1º- Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio, a partir do dia 05 de junho 2020, a servidora LURDES JUDITE MACHADO ocupante do cargo efetivo de Servente Escolar.

ART. 2º - A Licença-Prêmio se dará no período de 05 de junho a 02 de setembro de 2020.

ART. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 05 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9895/20 foi publicada no Quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 05 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL N° 9897

Publicação N° 2600042

PORTARIA MUNICIPAL N° 9897 DE 08 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que LUCIANA BRIDAROLLI foi aprovada no Processo Seletivo N° 06/2018 para o cargo de Técnica em Enfermagem, classificando-se em Terceiro Lugar;
Considerando o pedido de prorrogação realizado através da Comunicação Interna N° 186 de 25 de maio de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado a partir do dia 30 de maio de 2020, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, da servidora LUCIANA BRIDAROLLI, que está exercendo as funções de Técnica em Enfermagem no SAMU, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do presente Contrato de Trabalho, por tempo determinado, será do dia 30 de maio a 29 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 30 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9897/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9898

Publicação Nº 2600043

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9898 DE 08 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando o pedido feito pela Secretaria da Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna Nº 187 do dia 25 de maio de 2020;

Considerando que MARCONDES FAGGIANI foi aprovado no Processo Seletivo Emergencial Nº 10/2019, classificando-se em Primeiro Lugar, para o cargo de Educador Físico - NASF;

Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato de trabalho, a partir de 05 de maio de 2020, por prazo determinado, do servidor MARCONDES FAGGIANI, que está exercendo as funções de Educador Físico - NASF, 20 horas semanais, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho será do dia 05 de maio a 03 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir de 05 de maio de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9898/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9899

Publicação Nº 2600044

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9899 DE 08 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 188 de 25 de maio de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

Considerando que MICHELA CAROLINA NEVES BERNZ, prestou Processo Seletivo Emergencial Nº 10/2019, classificando-se em 1º lugar para o cargo de médica ginecologista;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato de trabalho, por prazo determinado, a partir do dia 06 de maio de 2020, da servidora MICHELA CAROLINA NEVES BERNZ, RG 3213345, CPF 895.802.739-87, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para exercer as funções do cargo de Médica Ginecologista, com carga horária de 08 horas semanais.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho por prazo determinado será a partir do dia 06 de maio a 04 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 06 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9899/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL N° 9900

Publicação N° 2600045

PORTARIA MUNICIPAL N° 9900 DE 08 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que PAULO MATTHES NETO foi aprovada no Processo Seletivo N° 10/2019 para o cargo de Técnico em Enfermagem, classificando-se em Quarto Lugar;
Considerando o pedido de prorrogação realizado através da Comunicação Interna N° 189 de 25 de maio de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado a partir do dia 02 de maio de 2020, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, do servidor PAULO MATTHES NETO, que está exercendo as funções de Técnico em Enfermagem no SAMU, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do presente Contrato de Trabalho, por tempo determinado, será do dia 02 de maio a 01 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9900/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL N° 9901

Publicação N° 2600046

PORTARIA MUNICIPAL N° 9901 DE 08 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido feito pela Secretaria da Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna N° 190 do dia 25 de maio de 2020;
Considerando que PRISCILA TICIANE RAIMONDI foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial N° 06/2019, classificando-se em Terceiro Lugar, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde;
Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado a partir do dia 22 de maio de 2020, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, da servidora PRISCILA TICIANE RAIMONDI, que está exercendo as funções de Agente Comunitária de Saúde - Bairro Nova Brasília, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 22 de maio a 21 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 22 de maio de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9901/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9902

Publicação Nº 2600047

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9902 DE 08 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que ROSANE DESTEFANI FIAMONCINI foi aprovada no Processo Seletivo Nº 10/2019, classificando-se em Primeiro Lugar,
para o cargo de Técnica em Enfermagem na Estratégia de Saúde da Família;
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 191 de 25 de maio 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o Contrato de Trabalho, a partir do dia 02 de maio de 2020, por prazo determinado, da servidora ROSANE DESTEFANI FIAMONCINI, que está exercendo as funções de Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 02 de maio a 01 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9902/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9903

Publicação Nº 2600048

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9903 DE 08 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;
Considerando que SIMONE ALMEIDA DOS SANTOS foi aprovada no Processo Seletivo Nº 09/2019 para o cargo de Motorista, classificando-se em Sexto Lugar;
Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessário para a continuidade do serviço público, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato de trabalho, a partir do dia 30 de maio de 2020, por prazo determinado, a servidora SIMONE ALMEIDA DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Motorista, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 30 de maio a 29 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 30 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A presente Portaria Nº 9903/20, foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9904

Publicação Nº 2600049

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9904 DE 08 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, através de Comunicação Interna Nº 195 do dia 25 de maio de 2020;
Considerando que a servidora YANKA LARISSA CASTRO prestou Processo Seletivo Nº 10/2019 para o cargo de Enfermeira, classificando-se em Quarto lugar;
Considerando que o Contrato de Trabalho se faz necessário para a continuidade do serviço público, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, Município de Rodeio - SC.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato da servidora, a partir do dia 09 de maio de 2020, de YANKA LARISSA DE CASTRO, por prazo determinado, para exercer as funções do cargo de Enfermeira, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, Rodeio - SC.

Art. 2º - A Prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 09 de maio a 08 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 09 de maio de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A presente Portaria Nº 9904/20, foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica– CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9905

Publicação Nº 2600050

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9905 DE 08 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE EMPREGADO PÚBLICO POR TEMPO DETERMINADO

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social através de Comunicação Interna Nº 199 do dia 04 de maio de 2020;
Considerando que SANCIAIRAI MENDONÇA DOS SANTOS foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 06/2018, classificando-se em Terceiro Lugar, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – Bairro Centro;
Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado a partir do dia 30 de maio de 2020, o contrato de empregado público por prazo determinado, da servidora SANCIAIRAI MENDONÇA DOS SANTOS, que exerce as funções de Agente Comunitária de Saúde – Bairro Centro, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 30 de maio a 01 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 30 de maio de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9905/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9906

Publicação Nº 2600051

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9906 DE 08 DE JUNHO DE 2020
CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 198 de 03 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Considerando que Alexandra Cristina Dias, prestou Processo Seletivo Emergencial Nº 04/2020, classificando-se em 1º lugar;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada, a partir do dia 05 de junho de 2020, a servidora ALEXANDRA CRISTINA DIAS, por tempo determinado, portadora do RG. 29660637 e do CPF. 812.360.779-20, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para exercer as funções do cargo de Agente de Vigilância Local em Saúde.

Art. 2º - O presente Contrato de Trabalho por prazo determinado será pelo período de 05 de junho a 04 de julho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos ao dia 05 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 08 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9906/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 08 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA - Secretaria Executiva – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9909

Publicação Nº 2600054

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9909 DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA ROSANA DOS SANTOS FLORIANO DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL IRMÃ COLOMBA PARA RESPONDER TAMBÉM, INTERINAMENTE, PELO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GOVERNADOR HERIBERTO HULSE

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 74, incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Rodeio e de conformidade com a Lei Municipal Nº 1569 de 05 de dezembro de 2006.

RESOLVE:

Art.1º - Fica designada, por tempo indeterminado, a servidora ROSANA DOS SANTOS FLORIANO, Diretora da Creche Municipal Irmã Colomba, para responder também, interinamente, pelo Centro de Educação Infantil Governador Heriberto Hulse a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 09 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria Municipal N.º 9909/20 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 09 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9910

Publicação Nº 2600055

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9910 DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONTRATA SERVIDOR PÚBLICO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;
Considerando que PATRINE MARCHI AVOSANI, prestou o Processo Seletivo Emergencial Nº 01/2020, classificando-se em Segundo Lugar;
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 200 de 08 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social,

RESOLVE:

Art.1º- Contratar, a partir do dia 15 de junho de 2020, PATRINE MARCHI AVOSANI, 40 horas semanais, para exercer as funções do cargo de Médica da Família, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Rodeio/SC.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 15 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria Nº 9910/20 foi publicada na forma regulamentar no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 15 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9911

Publicação Nº 2600056

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9911 DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que a servidora RAFAELA FAVERO prestou Processo Seletivo Nº 04/2020 para o cargo de Técnica de Enfermagem, classificando-se em Primeiro Lugar;
Considerando que o Contrato de Trabalho se faz necessário para a continuidade do serviço público, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, Município de Rodeio - SC.
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 201 de 08 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Contratada, a partir do dia 09 de junho de 2020, RAFAELA FAVERO, aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 04/2020, portadora do RG 5.788.442 e do CPF. 090.304.799-30, por prazo determinado, para exercer as funções do cargo de Técnica de Enfermagem, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, Rodeio - SC.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 09 de junho a 08 de julho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 09 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura de Rodeio, 15 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A presente Portaria Nº 9911/20, foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 15 dias de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica– CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9912

Publicação Nº 2600057

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9912 DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 49 da Lei Municipal n.º 1569 de 05 de dezembro de 2006, que cria tabela de funções gratificadas e;
Considerando que a Servidora Pública LETÍCIA SELL GOMES DO AMARAL, além de exercer as atribuições de seu cargo de Secretária Escolar na Escola Básica Municipal Santo Antônio, também exerce as atividades do Censo Escolar das Unidades da Rede Municipal de Ensino;
Considerando que a servidora efetiva Milene Conzatti Costa está em Licença Maternidade desde 01 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art.1º - Conceder gratificação a Servidora Pública Municipal LETÍCIA SELL GOMES DO AMARAL, ocupante do cargo de Secretária Escolar, gratificação esta, identificada como FG 3, no valor de 30% (trinta por cento) do vencimento básico do cargo de Professor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 15 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria N.º 9912/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 15 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL N° 9913

Publicação N° 2600058

PORTARIA MUNICIPAL N° 9913 DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;
Considerando que o Contrato de Trabalho se faz necessário para a continuidade do serviço público, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, Município de Rodeio – SC;
Considerando os dizeres da Comunicação Interna N° 202 de 09 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratado, por prazo determinado, a partir do dia 15 de junho de 2020, SIDNEI ERDMANN, RG 4.298.295-2, CPF 033.491.429-90, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, Bairro Centro, Rodeio - SC.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 15 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A presente Portaria nº 9913/20, foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 15 dias do mês de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL N° 9914

Publicação N° 2600059

PORTARIA MUNICIPAL N° 9914 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;
Considerando que EDILAINE BRUNO foi aprovado no Processo Seletivo N° 03/2020 para o cargo de Agente de Serviços Gerais, classificando-se em Primeiro Lugar;
Considerando que o Contrato de Trabalho se faz necessário para a continuidade do serviço público, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Considerando a Comunicação Interna N° 203 de 09 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratado, a partir do dia 12 de junho de 2020, EDILAINE BRUNO, aprovado no Processo Seletivo N° 02/2020, portador do RG 4211059, CPF 057.198.639-07, por prazo determinado, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 12 de junho a 11 de julho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 12 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 16 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A presente Portaria nº 9914/20, foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9915

Publicação Nº 2600060

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9915 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

CONTRATA EMPREGADO PÚBLICO POR PRAZO DETERMINADO

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna Nº 204 do dia 09 de junho de 2020, protocolizada sob o nº 423 de 09 de junho de 2020;

Considerando que FABÍOLA SEMIANO CORRÊA foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 04/2020, classificando-se em Primeiro Lugar, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – Bairro Centro,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 15 de junho de 2020, por prazo determinado, da servidora FABÍOLA SEMIANO CORRÊA, RG 7.762.900, CPF 128.924.899-70, que está exercendo as funções de Agente Comunitária de Saúde – Bairro Centro - na Estratégia de Saúde da Família, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 16 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9915/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 16 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9916

Publicação Nº 2600061

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9916 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

CONTRATA EMPREGADO PÚBLICO POR PRAZO DETERMINADO

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna Nº 205 do dia 09 de junho de 2020, protocolizada sob o nº 424 de 09 de junho de 2020;

Considerando que SHIRLEY VIEIRA DA SILVA foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 04/2020, classificando-se em Segundo Lugar, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – Bairro Centro,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 15 de junho de 2020, por prazo determinado, da servidora SHIRLEY VIEIRA DA SILVA, RG 107619186, CPF 072.998.819-85, que está exercendo as funções de Agente Comunitária de Saúde – Bairro Centro - na Estratégia de Saúde da Família, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 16 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9916/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 16 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9917

Publicação Nº 2600062

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9917 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
CONTRATA EMPREGADO PÚBLICO POR PRAZO DETERMINADO

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna Nº 206 do dia 09 de junho de 2020, protocolizada sob o nº 425 de 09 de junho de 2020;

Considerando que LUCIANA MOSER BARTH foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 04/2020, classificando-se em Primeiro Lugar, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – Bairro São Pedro Velho,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 15 de junho de 2020, por prazo determinado, da servidora LUCIANA MOSER BARTH, RG 3.599.830, CPF 005.260.359-86, que está exercendo as funções de Agente Comunitária de Saúde – Bairro São Pedro Velho, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 16 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9917/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 16 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9918

Publicação Nº 2600063

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9918 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que JAIRO RONI TIBOLA DO AMARAL foi aprovado no Processo Seletivo Nº 09/2019 para o cargo de Motorista, classificando-se em Nono Lugar;

Considerando o pedido de prorrogação realizado através da Comunicação Interna Nº 16 de 15 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado a partir do dia 12 de junho de 2020, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, do servidor JAIRO RONI TIBOLA DO AMARAL, que está exercendo as funções de Motorista, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Bairro Centro, Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - O presente Contrato de Trabalho, por tempo determinado, será pelo período compreendido entre o dia 12 de junho a 11 de julho de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 12 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 16 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9918/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 16 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9919

Publicação Nº 2600064

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9919 DE 17 DE JUNHO DE 2020
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido de Exoneração feito pela servidora MONICA REGINA SOARES, através de Requerimento protocolizado sob o Nº 462 de 17 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art.1º - Exonera, a partir do dia 03 de junho de 2020, MONICA REGINA SOARES, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, que atuava junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, Município de Rodeio/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 03 de junho de 2020.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 17 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria Municipal N.º 9919/20 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 17 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA - Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9920

Publicação Nº 2600065

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9920 DE 17 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, no uso de suas atribuições legais, e;
Considerando que o servidor Francisco Colaço, requereu 10 (dez) dias de férias regulamentares referente ao período de 2019/2020, através de requerimento protocolizado sob o nº 463 de 17.06.2020 da Diretoria de Obras, Serviços Urbanos e Estradas de Rodagem;
Considerando que o setor de pessoal, informa que o requerente faz jus as férias regulamentares, pelo período de 10 (dez) dias;
Considerando que a Diretoria de Obras, Serviços Urbanos e Estradas de Rodagem, nada opôs ao requerido;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder, a partir do dia 15 de junho de 2020, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao servidor FRANCISCO COLAÇO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, período aquisitivo 2019/2020.

Art. 2º- As férias regulamentares serão usufruídas no período de 15 a 24 de junho de 2020.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 15 de junho de 2020.

Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 17 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9920/19, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 17 de junho de 2020.

Débora Kuntz Aguilera – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9921

Publicação Nº 2600066

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9921 DE 18 DE JUNHO DE 2020

DEMITE SERVIDOR CONTRATADO POR JUSTA CAUSA

DENILSON LUIZ FRUET, Secretário de Educação e Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº 4121 de 26 de outubro de 2016 e o artigo 74, VI e artigo 75 da Lei Orgânica;
Considerando que após grande número de faltas injustificadas, a servidora LUZIA MIGUEL foi notificada para apresentar justificativa para estas faltas, porém não só deixou de se manifestar, como voltou a faltar sem qualquer justificativa, prejudicando o ensino regular dos alunos e, prejudicando a organização dos trabalhos do Educandário,

RESOLVE:

Art. 1º- Demite, por justa causa, a partir do dia 18 de junho de 2020, a servidora LUZIA MIGUEL, contratada por prazo determinado, para o cargo de Servente Escolar, com carga horária de 40 horas semanais, das 10h às 18h, que atuava junto a Escola Básica Municipal Luigia Margherita Vota Ferrari, Bairro dos Lagos, Município de Rodeio/SC.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 18 de junho de 2020.

DENILSON LUIZ FRUET
Secretário de Educação e Cultura

A presente Portaria Nº 9921/20 foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9922

Publicação Nº 2600067

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9922 DE 19 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 209 de 17 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Considerando que MICHELA CAROLINA NEVES BERNZ, prestou Processo Seletivo Emergencial Nº 10/2019, classificando-se em 1º lugar para o cargo de médica ginecologista;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato de trabalho, por prazo determinado, a partir do dia 05 de junho de 2020, da servidora MICHELA CAROLINA NEVES BERNZ, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para exercer as funções do cargo de Médica Ginecologista, com carga horária de 08 horas semanais.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho por prazo determinado será a partir do dia 05 de junho a 03 de agosto de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 05 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9922/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 19 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9923

Publicação Nº 2600068

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9923 DE 19 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO DE SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº 2053 de 06 de dezembro de 2017, e;

Considerando que HERMINIO ALVIM MATIAS NETO, prestou Processo Seletivo Emergencial Nº 06/2019, classificando-se em 1º lugar;
Considerando que HERMINIO ALVIM MATIAS NETO está habilitado para ser contratado por prazo determinado, caso houvesse necessidade de um Médico, para dar continuidade aos serviços na área da saúde;

Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 210 de 17 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato, por prazo determinado, a partir do dia 10 de junho de 2020, do servidor HERMINIO ALVIM MATIAS NETO, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo as funções do cargo de Médico Clínico Geral Noturno, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho por prazo determinado será a partir do dia 10 de junho a 08 de agosto de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir de 10 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9923/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 19 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA- Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9924

Publicação Nº 2600069

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9924 DE 19 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna Nº 230 do dia 17 de junho de 2020;

Considerando que DÉBORA HAMES VIEIRA foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 04/2018, classificando-se em Primeiro Lugar, para o cargo de Técnica em Enfermagem-SAMU, conforme Lei Nº 1923 de 21 de outubro de 2014;

Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação, a partir do dia 17 de junho de 2020, por prazo determinado, da servidora DÉBORA HAMES VIEIRA, que está exercendo as funções de Técnica em Enfermagem-SAMU, 40 horas semanais, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação de Contrato de Trabalho se dará no período de 17 de junho a 01 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir de 17 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9924/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 19 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9925

Publicação Nº 2600070

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9925 DE 19 DE JUNHO DE 2020
CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que a servidora DANIELE RODRIGUES RANKEL CAMARGO foi aprovada no Processo Seletivo Nº 09/2019, classificando-se em Terceiro Lugar;
Considerando que a servidora titular Marcia Mandel encontra-se em Licença-Prêmio;
Considerando os dizeres da Comunicação Interna N.º 176 de 19 de junho de 2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada, a partir do dia 01 de julho de 2020, a servidora DANIELE RODRIGUES RANKEL CAMARGO, RG 8.381.500, CPF 091.730.519-18 por prazo determinado, para exercer as funções do cargo de Professora PF Nível I, Referência 1, 20 horas semanais, Anos Iniciais, Turno Matutino, Turma 5º Ano, junto a Escola Básica Municipal Rodeio Trinta e Dois, Bairro Rodeio 32, município de Rodeio-SC.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 01 de julho a 15 de dezembro de 2020 ou até o retorno da titular.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo com seus efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020.

Art. 4º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A presente Portaria Nº 9925/20, foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9926

Publicação Nº 2600071

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9926 DE 19 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE ABAIXO NOMINA

DENILSON LUIZ FRUET, Secretário de Educação e Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº 4121 de 26 de outubro de 2016 e o artigo 74, VI e artigo 75 da Lei Orgânica;
Considerando que a servidora MARLI FERRARI KLUG requereu a Licença-Prêmio, referente ao quinquênio de 2015/2020;
Considerando que o setor de pessoal, informa que a requerente faz jus a Licença-Prêmio de 45 (quarenta e cinco) dias, referente ao quinquênio 2015/2020;

RESOLVE:

ART. 1º- Conceder a partir do dia 22 de junho de 2020, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença-Prêmio à servidora MARLI FERRARI KLUG, ocupante do cargo efetivo de Servente Escolar.

ART. 2º- A Licença- Prêmio será usufruída no período de 22 de junho a 05 de agosto de 2020.

ART. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo com seus efeitos a partir do dia 22 de junho de 2020.

ART. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

DENILSON LUIZ FRUET
Secretário Municipal de Educação e Cultura

A Portaria 9926/20 foi publicada no Quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 19 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL N° 9927

Publicação N° 2600072

PORTARIA MUNICIPAL N° 9927 DE 19 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ABAIXO NOMINA

DENILSON LUIZ FRUET, Secretário de Educação e Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto N° 4121 de 26 de outubro de 2016 e o artigo 74,VI e artigo 75 da Lei Orgânica;
Considerando que a servidora ELGA MAYER WITTHOFT, requereu o gozo de 45 (quarenta e cinco) dias de Licença-Prêmio, referente ao quinquênio 2011/2016;
Considerando que o setor de pessoal, informa que a requerente faz jus a Licença-Prêmio pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;
Considerando que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nada opôs ao requerido;

RESOLVE:

ART. 1º- Conceder, a partir do dia 03 de junho de 2020, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença-Prêmio a servidora ELGA MAYER WITTHOFT, período aquisitivo 2011/2016, ocupante do cargo efetivo de Servente Escolar.

ART.2º - A Licença-Prêmio será usufruída no período de 03 de junho a 17 de julho de 2020.

ART. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir do dia 03 de junho de 2020.

ART. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

DENILSON LUIZ FRUET
Secretário de Educação e Cultura

A Portaria 9927/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 19 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL N° 9928

Publicação N° 2600073

PORTARIA MUNICIPAL N° 9928 DE 19 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que a servidora ROSÂNGELA OSTROWSKI FLORIANO requereu as férias regulamentares de 18(dezoito) dias referente ao período aquisitivo de 2019/2020;
Considerando que o setor de pessoal informa que o requerente faz jus as férias regulamentares;
Considerando que o Secretário Municipal de Educação e Cultura nada opôs ao requerido,

RESOLVE:

ART. 1º- Conceder 18 (dezoito) dias de férias regulamentares a servidora ROSÂNGELA OSTROWSKI FLORIANO, ocupante do cargo de Pro-
vimento Efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo 2019/2020, a partir do dia 23 de junho de 2020.

ART. 2º- As férias regulamentares serão usufruídas no período de 23 de junho a 10 de julho de 2020.

ART. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo com seus efeitos a partir do dia 23 de junho de 2020.

ART. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

ART. 5º- Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9928/20 foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 19 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9929

Publicação Nº 2600074

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9929 DE 19 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna Nº 211 do dia 17 de junho de 2020;

Considerando que MARCONDES FAGGIANI foi aprovado no Processo Seletivo Emergencial Nº 10/2019, classificando-se em Primeiro Lugar, para o cargo de Educador Físico - NASF;

Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato de trabalho, a partir de 04 de junho de 2020, por prazo determinado, do servidor MARCONDES FAGGIANI, que está exercendo as funções de Educador Físico - NASF, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho será do dia 04 de junho a 02 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo com seus efeitos a partir de 04 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9929/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 19 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9930

Publicação Nº 2600075

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9930 DE 19 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que CRISTIANO BERTOLDI foi aprovado no Processo Seletivo Emergencial Nº 06/2018, classificando-se em Décimo Quinto, para o cargo de Técnico em Enfermagem;

Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 212 de 17 de junho de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o Contrato de Trabalho a partir do dia 21 de junho de 2020, por prazo determinado, do servidor CRISTIANO BERTOLDI, que está exercendo as funções de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Bairro Centro, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - O Contrato de Trabalho se dará no período de 21 de junho a 19 de agosto de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo com seus efeitos a partir do dia 21 de junho de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 19 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9930/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 19 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9941

Publicação Nº 2600036

PORTARIA MUNICIPAL Nº 9941 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o pedido feito pela Secretaria da Saúde e Assistência Social, através da Comunicação Interna Nº 223 do dia 17 de junho de 2020;

Considerando que ELIANE GAUL TAMBOSI foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 08/2018, classificando-se em Primeiro Lugar, para o cargo de Agente de Serviços Gerais;

Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado a partir do dia 30 de junho de 2020, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, da servidora ELIANE GAUL TAMBOSI, que está exercendo as funções de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 30 de junho a 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo com seus efeitos a partir do dia 30 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 22 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Portaria 9941/20, foi publicada no mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 22 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019

Publicação Nº 2600033

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/19, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RODEIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO SOCIAL E CIDADÃ – CASA LAR DAS MENINAS.

O MUNICÍPIO DE RODEIO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC-MF sob Nº. 83.102.814/0001-64, sita a Rua Barão do Rio Branco, 1069, neste ato representado por seu Prefeito PAULO ROBERTO WEISS, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, inscrito no CPF nº. 765.097.459-68, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 2495, nesta cidade de Rodeio-SC, e AÇÃO SOCIAL E CIDADÃ – CASA LAR DAS MENINAS, pessoa jurídica de direito público interno, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.642.574/0002-93, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 1167, Bairro Sete de Setembro, CEP 89.110-000, Gaspar, Estado de Santa Catarina, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada pela Presidente MARIA HELENA SPENGLER, inscrita no CPF sob o nº 309.256.819-20, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento registrado sob o nº 001/2019, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2018, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, autorizado pela Lei Municipal nº 2104/2019, resolvem aditar ao TERMO DE FOMENTO n.º 001/2019, as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Ficam reajustados em 2,35% os valores constantes da Clausula 5ª, item 5.1, 5.2 e 5.3, passando a vigorar com os valores de R\$61.410,00(sessenta e um mil e quatrocentos e dez reais), R\$2.011,18(dois mil e onze reais e dezoito centavos) referentes a parcela mensal de 39,3% que cabe ao Município de Rodeio, de R\$5.117,50 (mil, seiscentos e nove reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - A assinatura do presente termo aditivo encontra respaldo legal no Art. 42 da Lei 13019/2014, Lei Municipal 2104/2019, na Clausula 5ª, item 5.10 do Termo de Fomento 001-2019, e na Justificativa em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – As demais cláusulas e itens previstos no Termo de Colaboração 001-2019 permanecem inalterados e em pleno vigor.

E, por estarem justas e aditadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rodeio/SC, 10 de agosto de 2020.

MARIA HELENA SPENGLER
Presidente da Organização da Sociedade Civil
CPF nº 309.256.819-20

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio
CPF nº 765.097.459-68

DENILSON DUARTE LANA
Assessor Jurídico do Município de Rodeio
OAB-SC 24471

Testemunhas:

Nome: Maria Dolores Fiamoncini
CPF nº 570.275.109-44

Nome: Natalino Bonacolsi
CPF nº 577.160.649-91

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o reajuste solicitado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL contratada, está amparado na Lei 13019/2014, Lei Municipal 2104/2019, na Clausula 5ª, item 5.10 do Termo de Fomento 001-2019 e Considerando que o Município necessita da manutenção das vagas e serviços prestados pela contratada DEFERIMOS o reajuste de 2,35% nos valores contratados.

Rodeio(SC), 10 de agosto de 2020.

Município de Rodeio
Paulo Roberto Weiss

TERMO DE FOMENTO Nº 02/2019

Publicação Nº 2600034

TERMO DE FOMENTO Nº 02/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RODEIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A AÇÃO SOCIAL CIDADÃ – EBAS – PEQUENO ANJO.

O MUNICÍPIO DE RODEIO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC-MF sob Nº. 83.102.814/0001-64, sita a Rua Barão do Rio Branco, 1069, neste ato representado por seu Prefeito PAULO ROBERTO WEISS, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, inscrito no CPF nº. 765.097.459-68, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 2495, nesta cidade de Rodeio-SC, e AÇÃO SOCIAL CIDADÃ – EBAS – PEQUENO ANJO, pessoa jurídica de direito público interno, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.642.574/0004-55- FILIAL, com sede na Rua Olga Bohn, nº 118, Bairro Figueira, CEP 89.110-000, Gaspar, Estado de Santa Catarina, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada pelo Presidente MARIA HELENA SPENGLER, inscrita no CPF sob o nº 309.256.819-20, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento registrado sob o nº 002/2019, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2018, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, autorizado pela Lei Municipal nº 2104/2019, resolvem aditar ao TERMO DE FOMENTO n.º 002/2019, as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Ficam reajustados em 2,35% os valores constantes da Clausula 3ª, item 3.2, Clausula 10, item 10.1, passando a vigorar com os valores de R\$4.094,00(quatro mil e noventa e quatro reais), e R\$ 1.609,00 (mil, seiscentos e nove reais), respectivamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - A assinatura do presente termo aditivo encontra respaldo legal no Art. 42 da Lei 13019/2014, Lei Municipal 2104/2019, na Clausula 10, item 10.10 do Termo de Fomento 002-2019, e na Justificativa em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – As demais cláusulas e itens previstos no Termo de Colaboração 002-2019 permanecem inalterados e em pleno vigor.

E, por estarem justas e aditadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rodeio/SC, 10 de agosto de 2020.

MARIA HELENA SPENGLER
Presidente da Organização da Sociedade Civil
CPF nº 309.256.819-20

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio
CPF nº 765.097.459-68

DENILSON DUARTE LANA
Assessor Jurídico do Município de Rodeio
OAB-SC 24471

Testemunhas:

Nome: Maria Dolores Fiamoncini
CPF nº 570.275.109-44

Nome: Natalino Bonacolsi
CPF nº 577.160.649-91

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o reajuste solicitado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL contratada, está amparado na Lei 13019/2014, Lei Municipal 2104/2019, na Clausula 10, item 10.10 do Termo de Fomento 002-2019 e Considerando que o Município necessita da manutenção das vagas e serviços prestados pela contratada DEFERIMOS o reajuste de 2,35% nos valores contratados.

Rodeio(SC), 10 de agosto de 2020.

Município de Rodeio
Paulo Roberto Weiss

TERMO DE FOMENTO Nº 03/2019

Publicação Nº 2600035

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2019, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RODEIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A AÇÃO SOCIAL CIDADÃ – CENTRO GASPARENSE DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE MASCULINO.

O MUNICÍPIO DE RODEIO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC-MF sob Nº. 83.102.814/0001-64, sita a Rua Barão do Rio Branco, 1069, neste ato representado por seu Prefeito PAULO ROBERTO WEISS, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, inscrito no CPF nº. 765.097.459-68, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 2495, nesta cidade de Rodeio-SC, e AÇÃO SOCIAL CIDADÃ – AÇÃO SOCIAL CIDADÃ – CENTRO GASPARENSE DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE MASCULINO, pessoa jurídica de direito público interno, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.642.574/0003-74- FILIAL, com sede na Rua Navegantes, nº 95, Bairro Sete de Setembro, CEP 89.110-000, Gaspar, Estado de Santa Catarina, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada pelo Presidente MARIA HELENA SPENGLER, inscrita no CPF sob o nº 309.256.819-20, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento registrado sob o nº 003/2019, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2018, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, autorizado pela Lei Municipal nº 2104/2019, resolvem aditar ao TERMO DE FOMENTO n.º 003/2019, as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Ficam reajustados em 2,35% os valores constantes da Clausula 3ª, item 3.2, Clausula 10, item 10.1, passando a vigorar com os valores de R\$5.117,50(cinco mil, cento e dezessete reais, e cinq-enta centavos), e R\$4.022,35(quatro mil, vinte e dois reais e trinta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - A assinatura do presente termo aditivo encontra respaldo legal no Art. 42 da Lei 13019/2014, Lei Municipal 2104/2019, na Clausula 10, item 10.10 do Termo de Fomento 003-2019, e na Justificativa em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – As demais cláusulas e itens previstos no Termo de Colaboração 003-2019 permanecem inalterados e em pleno vigor.

E, por estarem justas e aditadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rodeio-SC, 04 de agosto de 2020.

Rodeio/SC, 04 de agosto de 2020.

MARIA HELENA SPENGLER
Presidente da Organização da Sociedade Civil - CPF nº 309.256.819-20

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio
CPF nº 765.097.459-68

DENILSON DUARTE LANA
Assessor Jurídico
OAB-SC 24471

Testemunhas:

Nome: Maria Dolores Fiamoncini
CPF nº 570.275.109-44

Nome: Natalino Bonacolsi
CPF nº 577.160.649-91

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o reajuste solicitado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL contratada, está amparado na Lei 13019/2014, Lei Municipal 2104/2019, na Clausula 10, item 10.10 do Termo de Fomento 003-2019 e Considerando que o Município necessita da manutenção das vagas e serviços prestados pela contratada DEFERIMOS o reajuste de 2,35% nos valores contratados.

Rodeio(SC), 04 de agosto de 2020.

Município de Rodeio
Paulo Roberto Weiss

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 51/2020

Publicação Nº 2599115

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 51/2020

O Município de Romelândia (SC) comunica a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO SECO E CALCÁRIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, através Processo de Licitação Nº 1416/2020, na modalidade Pregão nº 25/2020. Contratado: ALTAIR FABRO & CIA LTDA - EPP. Validade do Contrato 10/10/2020. Valor R\$ 31.000,00.

Romelândia, 11/08/2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

PORTARIA 10039/2020

Publicação Nº 2598634

PORTARIA Nº 10039/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS, a Servidora Pública Municipal, Sra. JUSSARA CONSOLADORA COLLE, cargo de carreira ASSISTENTE SOCIAL - NASF, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2019 a 13 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 11 de agosto de 2020 a 09 de setembro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de agosto de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 10040/2020

Publicação Nº 2598637

PORTARIA Nº 10040/2020
NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DA APTIDÃO E CAPACIDADE NO DESEMPENHO DO CARGO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os servidores municipais: MARCIA MARIA MELZ FRANCESCON, VALDINEI GREGOL, LUCIANE PIRES HENTGES E IVANI SEHN, para sob a Presidência da primeira, realizarem avaliações de aptidão e capacidade no desempenho do cargo dos Servidores em Estágio Probatório, lotados na Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, observando rigorosamente os fatores de Responsabilidade, Assiduidade, Disciplina, Produtividade e Capacidade de Iniciativa, efetuando a comissão as anotações necessárias nas fichas de desempenho funcional.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 9605/2019.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de agosto de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

RESOLUÇÃO Nº 003/2020 - CMAS

Publicação Nº 2599234

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA - SC

Conselho Municipal de
Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 003/2020 de 11/08/2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), de Romelândia - SC em Reunião Ordinária, realizada dia 11 de agosto de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2.082/2014, de 14 de março de 2014:

CONSIDERANDO a apresentação das prestações de contas dos recursos do FEAS, referente ao exercício de 2019 dos Serviços da Proteção Social Básica Investimento/Custeio e dos Benefícios Eventuais, os recursos financeiros foram devidamente aplicados nas ações realizadas conforme previsto nos planos de ação e aplicação.

RESOLVE:

Art. 1º Emitir parecer favorável, APROVANDO a prestação de contas dos recursos do FEAS, referente ao exercício de 2019, dos Serviços de Proteção Social Básica Investimento/custeio, de forma regular.

Art. 2º Emitir parecer favorável, APROVANDO a prestação de contas dos recursos do FEAS, referente o exercício de 2019, dos benefícios eventuais.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia - SC, 11 de agosto de 2020.

Lira Terezinha Hullen

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 4.271/2020

Publicação Nº 2599466

DECRETO Nº 4.271/2020.

INSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESTINAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS COM RECURSOS FEDERAIS AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ROMELÂNDIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual *"Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019"*;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual *"Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)"*;

CONSIDERANDO o decreto nº 724 de 17 de julho de 2020, que manteve a suspensão das aulas em todo o território catarinense até o dia 07/09/2020.

CONSIDERANDO as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus – Covid-19 adotadas pelo Decreto nº 4.205/2020 de 18 de março de 2020.

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município de Maravilha, por meio do Decreto nº 4.206/2020 de 19 de março de 2020.

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.224/2020, de 13 de abril de 2020 que dispõe sobre a aplicabilidade automática dos decretos e regulamentos editados pelo governo do estado de Santa Catarina com vistas a estabelecer medidas de enfrentamento e contenção do contágio da Pandemia do novo coronavírus – Covid-19.

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.236/2020, de 30 de abril de 2020 que dispõe sobre o Plano de Intervenção Emergencial e regime das atividades escolares não presenciais na rede municipal de Educação, como medida de prevenção e combate ao contágio do coronavírus - Covid-19.

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13987/2020 que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Recurso próprio aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica:

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos: I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) representante do Setor de Alimentação Escolar Nutricionista: Fabiani Camargo da Silva;

II – Representante do Conselho de Alimentação Escolar: Clélia Dassoler;

III – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Elíria Prediger;

IV – Representante do Conselho Municipal de Assistência Social: Lira Hullen

V – Representante do Departamento de Vigilância Sanitária: Loide Maria Barpp e Simone Cichelero;

VI – Representante do Departamento de Compras e Licitações: Fabricio Simon;

VII- Representante da Secretaria de Educação: Sergio Dorindo Menghini;

VIII- Representante do Conselho Municipal de Educação: Cleunice Hense;

IX – Representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação: Darci Dumke

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência.

§2º A CIAE se destitui imediatamente após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia (SC), 11 de agosto de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado na data supra.

Milton Aimi
Secr. Adm. e Fazenda

TERMO DE CONCESSÃO DE USO

Publicação Nº 2598494

*Estado de Santa Catarina*
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA**TERMO DE CONCESSÃO DE USO**

Termo de Concessão de Uso, que entre si fazem o Município de Romelândia e a “Associação de Água Linha Alto Navegantes”.

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro, nº 242, nesta cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALDIR BUGS**, residente e domiciliado nesta cidade de Romelândia – SC, doravante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado a **“ASSOCIAÇÃO DE ÁGUA LINHA ALTO NAVEGANTES”**, associação civil, sem fins lucrativos, com sede na Linha Alto Navegantes, interior do Município de Romelândia/SC, inscrito no CNPJ sob nº 33.398.361/001-97, por sua **Presidente SRA. CLAUDETE DE SOUZA DE LIMA**, doravante denominado **CONCESSIONÁRIO**, têm entre si, justo e acordado, o presente Termo de Concessão de Uso, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A presente concessão de uso tem por objeto o seguinte imóvel: **“Linha Alto Navegantes** (poço artesiano) na servidão que consta no imóvel de matrícula nº 3.452, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta-SC; e **(reservatório)** na servidão que consta no imóvel de **matrícula nº 3.452**, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta-SC.”

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

I- A concessão de uso autorizada pela Lei Municipal nº. 2.394/2020 terá como objetivo a utilização das instalações do poço artesiano e sistema de reservatório e distribuição de água exclusivamente no do bem imóvel para desenvolver as atividades da Entidade beneficiada.

II – A Entidade deverá Disponibilizar, às suas expensas, pessoal habilitado para a operação das instalações e do sistema de captação, reservatório e distribuição de água, arcando com todos os encargos, obrigações sociais e trabalhistas decorrentes.

III - Manter, às suas expensas, a manutenção de todas as instalações a serem concedidas, dentre elas a energia elétrica utilizada, devendo transferir a titularidade da fatura da energia elétrica para o nome da Associação no prazo de até 20 (vinte) dias da assinatura do Termo de Concessão de Uso.

IV - Obter, junto aos órgãos competentes as licenças ambientais necessárias para o funcionamento do poço artesiano.

V - Responsabilidade por todo e qualquer eventual prejuízo causado ao município, aos usuários e à terceiros.

www.romelandia.sc.gov.br

Rua 12 de outubro, 242 – Fone/Fax: (49) 3624 1000 – CNPJ 82.821.182/0001-26 – CEP 89908-000 ROMELÂNDIA/SC



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

I- O Concessionário se compromete a não dar uso diverso daquele referido na Cláusula anterior, não podendo outorgar poderes da presente Concessão de Uso, a qualquer título a quem quer que seja.

II- A concessão de uso será gratuita e durante o prazo de vigência a entidade beneficiada arcará com as despesas de manutenção e conservação do referido imóvel.

CLÁUSULA QUARTA-DA VIGÊNCIA

O prazo da presente Concessão é de 20 (vinte) anos, a contar da data de assinatura deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVERSÃO

I- O imóvel reverterá automaticamente ao patrimônio do Município de Romelândia em caso de desvirtuamento da finalidade objeto da concessão, a qualquer tempo.

Parágrafo Único - Em caso de reversão do bem ao patrimônio do Município, a este passarão a pertencer também todos os bens eventualmente construídos sobre a área, sem que a associação tenha direito a qualquer indenização por parte do Município.

CLÁUSULA SEXTA-DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente Termo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, também abaixo firmadas.

Romelândia (SC), 07 de agosto de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal De Romelândia

Claudete De Souza De Lima
Presidente Associação Linha Alto Navegantes

TESTEMUNHAS:

MILTON AIMI – CPF 477.330.399-91

Santa Cecília

PREFEITURA

DÉCIMO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020

Publicação Nº 2599090

DÉCIMO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa POSTO SCARIOT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.306.799/0001-49, com sede na Rodovia BR-116, KM-145, s/n, localidade Estaca Zero, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representada por seu sócio, Sr. PAULO CESAR SCARIOT, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 582.397 e inscrito no CPF/MF sob o nº 357.615.479-53, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, nº 429, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo tem por objeto o aumento do valor do litro de combustíveis correspondentes ao item 3, em razão do aumento do valor do item junto à fornecedora, conforme notas fiscais comprobatórias apresentadas pela CONTRATADA, as quais fazem parte integrante do presente, passando a terem novos valores de fornecimento, conforme tabela abaixo:

Item	Marca	Preço Anterior/LT	Preço Reajustado/LT
3- Óleo diesel S10	Petrobras	3,076	3,163

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas na Ata Contrato de Registro de Preços nº 002/2020, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, bem, como todos os demais termos constantes no Processo Licitatório nº 070/2019, Pregão Presencial nº 070/2019.

CLÁUSULA QUARTA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data da sua assinatura.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 07 de agosto de 2020.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA PAULO CESAR SCARIOT
Pelo Contratante Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2020

Publicação Nº 2599284

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2020

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa VILSON SOARES DE MEDEIROS & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.162.712/0001-46, com sede na Rua Pedro Grimes, nº 196, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. ESIO DROZDEK, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 4.288.572 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.482.529-20, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, nº 1351, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 072/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo tem por objeto o aumento do valor correspondente aos itens 1, 2, 3 e 4, em razão do aumento do valor do item no mercado, conforme notas fiscais comprobatórias apresentadas pela CONTRATADA, as quais fazem parte integrante do presente, passando a terem novos valores de fornecimento, conforme tabela abaixo:

Item	Marca	Preço Anterior/LT	Preço Reajustado/LT
1- Arroz parborizado- tipo 1 cesta básica	Kika	9,38	11,80
2- Óleo de soja, tipo I cesta básica	Coamo	3,21	4,08
3- Farinha de trigo especial cesta básica	Nordeste	9,77	10,73
4- Feijão preto tipo I, in natura cesta básica	Fasola	3,38	4,43

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas na Ata Contrato de Registro de Preços nº 072/2020, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, bem, como todos os demais termos constantes no Processo Licitatório nº 074/2019, Pregão Presencial nº 073/2019.

CLÁUSULA QUARTA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data da sua assinatura.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 11 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA VILSON SOARES DE MEDEIROS & CIA LTDA

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO Nº 062/2020 TP

Publicação Nº 2598818

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Licitação nº 062/2020 – Tomada de Preços nº 062/2020

Às 10h00min (dez horas) do dia 07 de Agosto de dois mil e vinte, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 003/2020 de 03 de Janeiro de 2020, reuniram-se com o objetivo de abrir os envelopes nº 01, contendo a documentação de habilitação da Licitação nº 062/2020, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é "contratação de empresa especializada para execução de pavilhão pré-moldado na comunidade de Bela Vista em Santa Rosa do Sul/SC."

Entregaram, tempestivamente, os envelopes contendo a habilitação e a proposta, as licitantes abaixo relacionadas:

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP	80.435.191/0001-53	PRESENTE
ACTIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – EPP	09.035.354/0001-46	AUSENTE

1. Na sequência o Presidente da Comissão deu prosseguimento aos trabalhos.
2. Iniciou-se a análise dos envelopes de habilitação das empresas, conforme quadro acima.
3. Após, os envelopes das documentações de habilitação circularam para a verificação do fechamento e forma de apresentação na conformidade do Edital. Verificando tudo normal, passou-se então à abertura dos mesmos, cujos documentos circularam entre os membros da Comissão de Licitação para verificação e rubricas.
4. A empresa ACTIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – EPP e MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP apresentaram todas as documentações exigidas no ato convocatório, sendo, portanto, HABILITADAS.
5. Neste ato comunicamos os representantes das empresas licitantes, do prazo de 5 (cinco) dias, contados desta data, para interposição de recurso, conforme art. 109, da Lei 8.666/93. A continuidade dos trabalhos e abertura das propostas será publicado no Diário Oficial dos Municípios - FECAM.
6. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão determinou o encerramento da sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Santa Rosa do Sul, 07 de Agosto de 2020.

Rafael Raupp Lummertz Presidente da CPL	
Renato Souza de Matos Membro	
Marcia Josane Silveira Velhos Membro	

MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP
80.435.191/0001-53

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TP 062/2020

Publicação Nº 2598820

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº 062/2020 – Tomada de Preços nº 062/2020

Às 15h00min (quinze horas) do dia 07 de agosto de dois mil e vinte, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 003/2020 de 03 de Janeiro de 2020, reuniu-se com o objetivo de abrir, analisar e julgar a proposta de preço ofertada pelas Licitantes habilitadas no processo licitatório nº 062/2020 – Tomada de Preços.

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP	80.435.191/0001-53	PRESENTE
ACTIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – EPP	09.035.354/0001-46	AUSENTE

1.

Reuniu-se a comissão permanente de licitação para o Julgamento das Propostas de Preços.

2. O envelope contendo as propostas de preço das empresas habilitadas circularam entre os presentes, para averiguação da inviolabilidade.

3. Na sequência o Presidente da Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento aos trabalhos, passando a abertura do envelope, já devidamente rubricado, contendo as propostas de preços.

4. As propostas de preços circularam entre a comissão de Licitação para análise e rubrica.

5. Sendo assim restaram classificadas, uma vez que cumpriram com os requisitos editalícios, resultando na seguinte ordem de classificação final das propostas de preços dos licitantes habilitados:

ORDEM	PROPONENTE	VALOR R\$
1º Lugar	MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP	387.692,27
2º Lugar	ACTIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – EPP	389.699,10

6. Nada mais havendo a tratar o Presidente da Comissão determinou o encerramento da Sessão e ordenou a lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

Santa Rosa do Sul, 07 de Agosto de 2020.

Rafael Raupp Lummertz
Presidente da CPL

Renato Souza de Matos
Membro

Marcia Josane Silveira Velhos
Membro

MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP
80.435.191/0001-53

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010/2020

Publicação Nº 2599843

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010/2020

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Sr. Derli Furtado, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, no Centro Administrativo, à Avenida Tancredo Neves, nº 337, no Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Concurso Público nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
Clademir Gasz	Motorista de Veículos Leves

O convocado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a fim de tratar da admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2018.

O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Santa Terezinha do Progresso (SC), 11 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2020 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2020

Publicação Nº 2598471

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2020

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Sr. Derli Furtado, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, no Centro Administrativo, à Avenida Tancredo Neves, nº 337, no Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Concurso Público nº 001/2020:

CONVOCADOS	CARGO
Janice Alves de Campos	Farmacêutico
Ediane Cecatto	Técnico em Enfermagem

Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a fim de tratar da admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2020.

O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Santa Terezinha do Progresso (SC), 11 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N 165/2020

Publicação Nº 2600113

DECRETO Nº 165/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, III da Lei Orgânica

Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: Marcos Detofol, Emerson Carlos Weschenfelder e Jusie Benini, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência do primeiro, para comporem a comissão municipal para acompanhamento do Processo de Chamada Pública nº 003/2020, da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Santa Terezinha do Progresso (SC).

Art. 2º - Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital, a Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 11 de Agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N 166/2020

Publicação N° 2600115

DECRETO N° 166/2020

TORNA SEM EFEITO NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando que JULIANO KESSLER, foi nomeado para o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, através do Decreto 164/2020 de 10 de agosto de 2020 e conforme a declaração de desistência com data de 11 de agosto de 2020.
DECRETA

Art. 1º É tornado sem efeito o Decreto 164/2020, de 11 de agosto de 2020 que nomeou JULIANO KESSLER, para o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, carga horária de 40 horas, tendo em vista a declaração de desistência com data de 11 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
11 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA N° 003/2020

Publicação N° 2599839

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA N° 003/2020

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA CHAMADA PÚBLICA DE PROFISSIONAL DA ÁREA DA INFRAESTRUTURA HABILITADO PARA VAGA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, 25 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito, DERLI FURTADO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 73, VII, IX, XIII, XXIV e demais preceitos da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo de Chamada Pública destinado à contratação para admissão temporária, de servidor para o quadro da administração direta do Município de Santa Terezinha do Progresso, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas

atinentes.

O presente Edital de Chamada Pública está sendo realizado em virtude da necessidade urgente de contratação de Operador de Retroescavadeira, pois devido a pandemia do coronavírus, COVID-19, não foi possível concluir todas as etapas do Concurso Público 001/2020 para suprir a necessidade existente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Chamada Pública é regido pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 010/2009 e Lei Complementar nº 011/2010 e demais leis vigentes.

1.1.2. A Chamada pública será regida por este edital, executado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, com sede na Rua Ernesto Francisco Cardoso, nº 186, Centro, Santa Terezinha do Progresso SC, fone (49)3657 0223, endereço eletrônico prefeitura@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou site <http://www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br/>.

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao chamamento público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC, no diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e no site <http://www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br/>.

1.1.4. A inscrição no Processo de Chamada Pública implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo de Chamada Pública para certificar-se de que possui todas as condições e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.6. O presente edital de chamada pública será válido até a data de homologação do Concurso Público.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo de Chamada Pública:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);

b) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

c) Possuir o nível de habilitação exigido para a inscrição.

1.1.8. A classificação dos inscritos será realizada nas modalidades de Títulos e Tempo de Serviço.

1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. A vaga destina-se ao cargo de Operador de Retroescavadeira, a fim de viabilizar no menor espaço de tempo possível a contratação de profissional para atuar junto a Secretaria de Infraestrutura e Agricultura. Os candidatos deverão preencher os requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vaga	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Forma de seleção
Operador de Retroescavadeira	1	R\$ 1.601,45	40h/sem	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" ou superior.	Avaliação de Títulos e do Tempo de Serviço como operador de retroescavadeira

1.2.2. Os aprovados além do número mínimo de vagas permanecem em cadastro reserva.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo de Chamada Pública serão efetuadas presencialmente no período das 7:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas dos dias 12 de agosto até 14 de agosto de 2020.

2.2. Os candidatos interessados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente.

2.3. As inscrições serão gratuitas;

2.4. No momento da inscrição o candidato deverá preencher ficha de inscrição e entregar todas as cópias dos documentos para comprovação da habilitação e tempo de serviço, assim como, trazer os originais dos documentos para comprovação.

2.4.1. Não serão efetuadas cópias de documentos.

3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente, com a respectiva pontuação de cada candidato, sendo divulgada em 17 de agosto de 2020.

3.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC, e no site oficial do município <http://www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br/>.

3.3. O prazo para a interposição de recursos é 18 de agosto de 2020, na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso. Após este prazo e a análise dos recursos, será divulgado resultado final do certame, no dia 19 de agosto de 2020.

4. DA PROVA DE TÍTULOS

Títulos	Valor do Título
Curso de Operador de Retroescavadeira com carga horária mínima de 16 horas	3 Pontos
Total de títulos	3 Pontos

4.1. Somente serão admitidos os cursos, cujo diploma ou certificado, tenha sido por instituição regular.

- 4.2. As cópias dos documentos para Prova de Títulos deverão ser entregues no ato da inscrição para o processo de Chamada Pública, juntamente com a original para conferência (ficarão retidas somente as cópias).
- 4.3. Os Títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento.
- 4.4. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.
- 4.5. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.
- 4.6. DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO -

Tempo de Serviço	Número Máximo de Meses	Valor por mês	Total
Operador de Retroescavadeira	200	0,035 ponto	7,00
TOTAL			7,00

- 4.6.1. A data fim de contagem do tempo de serviço é o dia 31 de Julho de 2020.
- 4.6.2. No cálculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1(um) mês.
- 4.6.3. A comprovação de Tempo de serviço será avaliada mediante apresentação de Certidão específica, emitidas pelo órgão correspondente ou Carteira de Trabalho. A comprovação de que tempo de serviço se refere ao cargo/função de Operador de Retroescavadeira pode ser feita por declaração adicional original do empregador
- 4.6.4. Entende-se por Tempo de serviço o tempo que o candidato exerceu atribuições em função que tenha relação direta com a função para o qual se inscreveu.
- 4.6.5. A certidão e a declaração não poderão conter rasuras.
- 4.6.6. As cópias dos documentos para a prova de tempo de serviço, devidamente preenchidos e assinados, deverão ser entregues no Centro Administrativo na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso, sito à Avenida Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso – SC, durante as inscrições, em horário de expediente das 07h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas, juntamente com os documentos originais para conferência (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

5. DO EMPATE NA NOTA FINAL

- 5.1. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:
- Tiver mais tempo de serviço;
 - O candidato de maior idade;
 - Sorteio.

6. DOS RECURSOS

- 6.1. É admitido recurso quanto a divergências:
- A não homologação ou indeferimento da inscrição, com sua respectiva pontuação.
- 6.2. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.
- 6.3. O recurso deverá ser entregue no Centro Administrativo no horário de expediente, para julgamento da Comissão nomeada.

7. DO PROVIMENTO DO CARGO

- 7.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 7.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:
- Cópia legível da Carteira Nacional de Habilitação exigida para a função;
 - Atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares;
 - Declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
 - Demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.
- 7.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário, e demais determinações legais.
- 7.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC.
- 7.5. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. As publicações sobre a Chamada Pública serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Santa Terezinha do Progresso – SC, Diário Oficial dos Municípios e no endereço eletrônico: <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>.
- 8.2. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange à Chamada Pública em questão, serão resolvidos pela Comissão nomeada.
- 8.3. O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo de Chamamento Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.
- 8.4. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo de Chamamento público é o da Comarca de Campo Erê – SC.
- 8.5. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:
- ANEXO I – Cronograma;
- ANEXO II – Atribuições dos Cargos;
- ANEXO III – Formulário de Prova de Título e tempo de serviço;
- ANEXO IV – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;
- 8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 11 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 003/2020

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	11/08/2020	No site do município de Santa Terezinha do Progresso http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/ , também, no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC.
Inscrições com apresentação de documentos para Prova de títulos e Tempo de serviço.	12 à 14/08/2020	Na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso SC.
Publicação do Resultado Parcial	17/08/2020	O Resultado Parcial será publicado, a partir das 13h, no site: http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/ , também, no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC.
Período para recursos	18/08/2020	Na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso SC.
Publicação do Resultado Final	19/08/2020	O Resultado Final será publicado, a partir das 13h, no site: http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/ , também, no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Operador de Retroescavadeira
Operar retroescavadeira e outros equipamentos rodoviários; operar máquinas agrícolas, tais como trator de pneus e seus respectivos equipamentos agrícolas; providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins.
REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação categoria "C" ou superior.

ANEXO III

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA nº 003/2020

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS E
COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS TEMPO DE SERVIÇO

Nome: _____ Inscrição: _____
Função: _____

COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 003/2020.

Títulos	Valor do Título
Curso de Operador de Retroescavadeira	Farmacêutico
Total de títulos	

COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS TEMPO DE SERVIÇO

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de tempo de serviço, de acordo com o Edital nº 003/2020.

Tempo de serviço Profissional	Nº de meses	Valor do Mês	Total
Operador de Retroescavadeira: o valor de 0,035 (zero vírgula zero trinta e cinco) pontos para cada mês de efetivo exercício municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições.		0,035 pontos	
TOTAL		-	

AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em _____ pontos.

Os títulos relacionados, válidos para a prova de tempo de serviço em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em _____ pontos.

Resultado final entre prova de título e prova de tempo de serviço somaram a quantia de _____ pontos.

Santa Terezinha do Progresso/SC, _____ de __agosto_____ de 2020.

Assinatura responsável recebimento Assinatura do candidato

ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020
COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA

DECRETO Nº 165/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: Marcos Detofol, Emerson Carlos Weschenfelder e Jusie Benini, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência do primeiro, para comporem a comissão municipal para acompanhamento do Processo de Chamada Pública nº 003/2020, da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Santa Terezinha do Progresso (SC).

Art. 2º - Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital, a Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 11 de Agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PL 85-2020 PP 58-2020

Publicação Nº 2600110

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 85-2020
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 58-2020

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO,

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 13h30min horas do dia 24 de agosto de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PARA ATENDIMENTO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 12 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PL 86-2020 PP 59-2020

Publicação Nº 2600108

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86-2020
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 59-2020

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 15h30min horas do dia 24 de agosto de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CONserto de pneu de máquinas pesadas, graxa para rolamento e colarinho para pneu, para atendimento das diversas secretarias da administração municipal, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 12 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

ARP PL 83-2020 PP 56-2020

Publicação Nº 2600118

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/7
Processo Nº.: 83/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2020

No dia 11 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a) DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2020, Processo Licitatório nº. 83/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA NAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO CENTRO DA CIDADE, NA AV. TANCREDO NEVES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
635	ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME	
1152	COMPUTECH INFORMATICA LTDA	1, 2, 3
634	MB CATARINENSE LTDA - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME	04.326.894/0001-65	GIOVANI FRANKEN	004.822.049-31
COMPUTECH INFORMATICA LTDA	09.170.651/0001-02	FELIPE KAUAN HASS	085.402.569-32
MB CATARINENSE LTDA - ME	16.961.181/0001-52	FELIPE MATHEUS HELFER	087.339.579-40

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA NAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO CENTRO DA CIDADE, NA AV. TANCREDO NEVES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1152 - COMPUTECH INFORMATICA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACCESS POINT DUAL-BAND (2.4GHZ E 5 GHZ) SEGUINDO OS PADRÕES WI-FI 802.11A/B/G/N/AC COM INTERFACE DE REDE 10/100/1000 E CAPAZ DE ATINGIR 1100MBPS, TECNOLOGIA 2X2 UM MIMO E MESH, CONSUMO MÁXIMO DE 8,5W E POTÊNCIA MÁXIMA TX DE 20DBM COM CERTIFICAÇÕES CE, FCC E IC COM CAPACIDADE DE ACESSO DE 200 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS E GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO QOS VLAN 802.1Q E QOS AVANÇADO, INCLUSO INJETOR POE GIGABIT E KIT DE FIXAÇÃO PAREDE/PÓLO/FAST-MOUNT	Und	UBIQUITI	3,000	860,0000	2.580,00
2	ROUTERBOARD 5 PORTAS GIGABIT COM PROCESSADOR DUAL-CORE DE 880 MHZ, 256MB DE RAM E 16MB DE ARMAZENAMENTO FLASH, SISTEMA OPERACIONAL ROUTER OS, CONSUMO MÁXIMO DE 10W E CERTIFICAÇÕES CE/RED, EAC E ROHS, INCLUSO FONTE DE ALIMENTAÇÃO	Und	MIKROTIK	3,000	590,0000	1.770,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 83/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2020

Fornecedor: 1152 - COMPUTECH INFORMATICA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ACESS POINT DUAL-BAND (2.4 GHZ E 5GHZ) SEGUINDO OS PADRÕES WI-FI 802.11A/B/G/N/AC/ONDA-AC2 COM INTERFACE DE REDE 10/100/1000 E CAPAZ DE ATINGIR DE 2500 MBPS E RAIO DE 120 METROS NA WI-FI, TECNOLOGIA 4X4 UM MIMO, BOTÃO RESTABELECER, CONSUMO MÁXIMO DE 17W E POTÊNCIA MÁXIMA TX DE 25 DBM COM CERTIFICAÇÕES CE, FCC E IC COM CAPACIDADE DE ACESSO DE 500 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS E GERENCIAMENTO AVANÇADO DE TRÁFEGO VLAN 802.1QOS, INCLUSO INJETOR POE GIGABIT E KIT DE FIXAÇÃO EM PAREDE/TETO	Und	UBIQUITI	2,000	2.890,0000	5.780,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/7
Processo Nº.: 83/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/7
Processo Nº.: 83/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/7
Processo Nº.: 83/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/7
Processo Nº.: 83/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 7/7
Processo N°. 83/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 56/2020

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 11 de Agosto de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME	CNPJ: 04.326.894/0001-65	_____
COMPUTECH INFORMATICA LTDA	CNPJ: 09.170.651/0001-02	_____
MB CATARINENSE LTDA - ME	CNPJ: 16.961.181/0001-52	_____

ATA DE JULGAMENTO PL 83-2020 PP 56-2020

Publicação Nº 2600122

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 56/2020 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 83/2020 Data do Processo: 29/07/2020
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA NAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO CENTRO DA CIDADE, NA AV. TANCREDO NEVES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 11 de Agosto de 2020, às 13:48 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 83/2020, Licitação nº 56/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Deu-se continuidade, então, procedendo à abertura dos envelopes, todos devidamente assinados pelos representantes credenciados, bem como pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Foram analisados todos os documentos relacionados à habilitação dos licitantes cuja proposta foi a mais bem classificada. Finalmente, a seguinte empresa foi declarada habilitada, por atenderem aos requisitos editalícios e ter apresentado a melhor proposta, classificando-se em primeiro lugar no presente certame: Computech Informática Ltda. Foi aberta a palavra aos licitantes para que qualquer observação ou indagação fosse feita, inclusive questionando o interesse na interposição de recurso. Não houve manifestação, do que se concluiu a inexistência de interesse. Sendo assim, encerramos a presente sessão pública, lavrando a presente ata que vai assinada por todos. Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de agosto de 2020.

Participante: 1152 - COMPUTECH INFORMATICA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ACCESS POINT DUAL-BAND (2.4GHZ E 5 GHZ) SEGUINDO OS PADRÕES WI-FI 802.11A/B/G/N/AC COM INTERFACE DE REDE 10/100/1000 E CAPAZ DE ATINGIR 1100MBPS, TECNOLOGIA 2X2 UM MIMO E MESH, CONSUMO MÁXIMO DE 8,5W E POTÊNCIA MÁXIMA TX DE 20DBM COM CERTIFICAÇÕES CE, FCC E IC COM CAPACIDADE DE ACESSO DE 200 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS E GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO QOS VLAN 802.1Q E QOS AVANÇADO, INCLUSO INJETOR POE GIGABIT E KIT DE FIXAÇÃO PAREDE/PÓLO/FAST-MOUNT	Und	3,00	UBIQUITI	0,0000	860,00	2.580,00
2	ROUTERBOARD 5 PORTAS GIGABIT COM PROCESSADOR DUAL-CORE DE 880 MHZ, 256MB DE RAM E 16MB DE ARMAZENAMENTO FLASH, SISTEMA OPERACIONAL ROUTER OS, CONSUMO MÁXIMO DE 10W E CERTIFICAÇÕES CE/RED, EAC E ROHS, INCLUSO FONTE DE ALIMENTAÇÃO	Und	3,00	MIKROTIK	0,0000	590,00	1.770,00
3	ACCESS POINT DUAL-BAND (2.4 GHZ E 5GHZ) SEGUINDO OS PADRÕES WI-FI 802.11A/B/G/N/AC/ONDA-AC2 COM INTERFACE DE REDE 10/100/1000 E CAPAZ DE ATINGIR DE 2500 MBPS E RAIO DE 120 METROS NA WI-FI, TECNOLOGIA 4X4 UM MIMO, BOTÃO RESTABELECER, CONSUMO MÁXIMO DE 17W E POTÊNCIA MÁXIMA TX DE 25 DBM COM CERTIFICAÇÕES CE, FCC E IC COM CAPACIDADE DE ACESSO DE 500 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS E GERENCIAMENTO AVANÇADO DE TRÁFEGO VLAN 802.1QOS, INCLUSO INJETOR POE GIGABIT E KIT DE FIXAÇÃO EM PAREDE/TETO	Und	2,00	UBIQUITI	0,0000	2.890,00	5.780,00

Total do Participante -----> 10.130,00

Total Geral -----> 10.130,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO****CNPJ:** 01.612.847/0001-90
Avenida Tancredo Neves, 337
C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 56/2020 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 83/2020
Data do Processo: 29/07/2020

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 11 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE	- - Pregoeiro(a)
ELENICE ELECIR PORSCHE	- - ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
MARGARETE ROSA ALVES	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ERONI ALLEBRANDT	- - TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO
MARCIANE ELENI PINNO	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
SOLANGE BRAGA	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JULIANA DAL MAGO	- - PSICÓLOGA
ANGÉLICA APARECIDA GARMATZ	- - ATENDENTE DE FARMÁCIA
LUANA CAROLINE STEIN HUPPES	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

FELIPE MATHEUS HELFER	- - Representante
GIOVANI FRANKEN	- - Representante
FELIPE KAUAH HASS	- - Representante

CORREÇÃO DE TERMO DE HOM E ADJ PL 74-2020 PP 49-2020

Publicação Nº 2598674

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 49/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 74/2020 Data do Processo: 21/07/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 74/2020
b) Licitação Nr.: 49/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/08/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA ATENDIMENTO DOS TRABALHOS DA SECRETARIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000045 - INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	<u>1</u>	0,0000	<u>13.500,00</u>
	1		13.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

TERMO DE HOM E ADJ PL 83-2020 PP 56-2020

Publicação N° 2600124

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 56/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 83/2020 Data do Processo: 29/07/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 83/2020
b) Licitação Nr.: 56/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/08/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA NAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO CENTRO DA CIDADE, NA AV. TANCREDO NEVES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u> (em Reais R\$)
- 001152 - COMPUTECH INFORMATICA LTDA	3	0,0000	10.130,00
	3		10.130,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

Santiago do Sul

PREFEITURA

CASANOVA 24.2020

Publicação Nº 2598807

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº 24/2020
Contrato Principal nº 19/2020
Processo Administrativo Nº.58/2020
Edital: Pregão Eletrônico Nº.29/2020
Empresa: Casanova, Lorenzetti & Cia Ltda – EPP CNPJ sob o nº.76.831.858/0001-60
Objeto: Aquisição de Combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Valor R\$ 445,51 (Quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).
Validade de contrato de 10 de agosto à 31 de dezembro de 2020.
SANTIAGO DO SUL, 10 de agosto de 2020.
Ana Raquel Brites de Oliveira
Gestora FMS

CASANOVA 59.2020

Publicação Nº 2598809

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.59/2020
Contrato Principal : 52/2020
Processo Administrativo Nº.58/2020
Edital: Pregão Presencial Nº.29/2020
Empresa: Casanova, Lorenzetti & Cia Ltda – EPP CNPJ sob o nº.76.831.858/0001-60
Objeto: Reequilíbrio financeiro na Aquisição de Combustíveis para abastecimento dos veículos da frota do Município e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Valor R\$ 3.274,42 (Tres mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)
Validade de contrato de 10 de agosto à 31 de dezembro de 2020.
SANTIAGO DO SUL, 10 de agosto de 2020.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

019/2020 - ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2600001

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

019/2020

Processo	0113.002.0002363
Proprietário ou Requerente	FABIO JOÃO DA SILVA
CPF/CNPJ	593.589.639-72
Localização	Rua Vitória Guimarães (L-3), nº 540 – Condomínio Quinta dos Guimarães – Bairro Sul do Rio
Inscrição Imobiliária	01.02.083.0263
Área Licenciada	398,53 m²
Número de Pavimentos:	01
Responsável Técnico (Projeto/execução: Arquitetônico, hidrossanitário, Elétrico, Estrutural)	Eliezer Luiz Nazari – Arquiteto e Urbanista – CAU A24957-2– RRT 8906976
Prazo de Início e Término da Obra	05/08/2020 – 29/07/2021
Tipo de Obra	
Construção civil	
Denominação da Obra	
Uniresidencial	
Uso e Atividade	
Residencial	
Observação	
De acordo com parecer da comissão urbanística nº008/2020 publicado no DOM-SC, aplicação da Lei vigente na data do protocolo. É OBRIGATÓRIA A PERMANÊNCIA DO ALVARÁ E DO PROJETO APROVADO NO LOCAL DA OBRA, A DISPOSIÇÃO DA FISCALIZAÇÃO. DOCUMENTO EXPEDIDO SEM RASURAS. Vencido o prazo previsto, deverá ser solicitada prorrogação do alvará.	
Santo Amaro da Imperatriz, 05 de agosto de 2020	
Técnico Responsável James Jones Silvestre Eng. Civil – CREA 047.441-4 Matrícula 3113	

CONTRATO 86/2020- SUPRESSÃO

Publicação Nº 2599263

CONTRATO Nº 86, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

13º ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME.

1. Cláusula Primeira - Das Partes

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230,

no Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) A empresa Viva Construtora e Incorporadora Ltda ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.302.934/0001-58, com sede a Av. Governador Jorge Lacerda, nº 283, sala 07-A, Bairro Campinas, na cidade de São José/SC, neste ato representada por seu sócio diretor senhor Gilmar Ricardo Bernardino, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 83.344.1289-49, RG 3.012.607-0, residente à Av. Presidente Nereu Ramos, nº 1100, Bairro Campinas, na cidade de São José/SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 35/2017 - CP, homologado em 21/08/2017, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Cláusula Segunda – Do Valor

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, fica suprimido o valor de R\$ 2.056,62 (dois mil e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), ao contrato nº 66/2017, gerando um reflexo financeiro negativo de 0,17%, passando o contrato a totalizar R\$ 1.194.350,43, conforme planilha de readequação anexa.

3. Cláusula Terceira - Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 10 de agosto de 2020.

Edésio Justen Gilmar	Ricardo Bernardino
Prefeito Municipal	Sócio Diretor
Contratante	Contratada

Testemunhas: _____

DECRETO Nº 6.890/2020

Publicação Nº 2599924

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.890, de 10 de Agosto de 2020.

NOMEA SERVIDORA PARA OCUPAR
CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR :

JOICE MARIA DA SILVA, para o Cargo em Comissão de Gerente de Administração, código CC-2, a partir de 10/08/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

ERRATA DO EDITAL 31/2020 - OFICINA

Publicação Nº 2598998

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020

ERRATA

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, mediante Pregoeira, designada pela Portaria n.º 15.978, de 03 de agosto de 2020, torna público, para conhecimento que o Edital de LICITAÇÃO, sob a modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços, do tipo maior desconto por lote, fica ALTERADO, dispondo no presente ADENDO, as novas condições de sua realização.

Onde Lê-se:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR DESCONTO POR LOTE
DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 13 DE AGOSTO DE 2020.
HORÁRIO: 14h00min

Leia-se:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR DESCONTO POR LOTE
DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 28 DE AGOSTO DE 2020.
HORÁRIO: 14h00min

Permanecem inalterados os demais itens do Edital e o mesmo poderá ser obtido pelo site do município www.santoamaro.sc.gov.br ou nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 13 às 17h.

Santo Amaro da Imperatriz, em 11 de agosto de 2020.

Edésio Justen
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.791, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599075

LEI Nº 2.791, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE nas modalidades de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, destinado aos adolescentes em conflito com a Lei no Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE que regulamenta a execução das medidas socioeducativas em meio aberto nas modalidades de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade destinada ao adolescente que pratique ato infracional.

Parágrafo Único. Entende-se por SIMASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas no Município de Santo Amaro da Imperatriz, de acordo com a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE.

Art. 2º O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo tem por objetivos:

I - atender ao adolescente no cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/2012 - SINASE), bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 - ECA);

II - a responsabilidade do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

III - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu Plano Individual de Atendimento - PIA;

IV - criar condições para inserção, reinserção e permanência do adolescente no sistema de ensino.

Art. 3º O Plano Individual de Atendimento - PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, ofertado pelo CREAS, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais e responsáveis, no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente e deverá conter:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - as atividades de integração e apoio à família;

V – as formas de participação da família para efetivo cumprimento do Plano Individual de Atendimento - PIA;

VI - as medidas específicas de atenção à saúde.

Art. 4º O acesso ao Plano Individual de Atendimento - PIA será restrito aos servidores do respectivo programa de atendimento, ao adolescente, aos pais ou responsável, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial.

Art. 5º A execução das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade reger-se-ão pelos seguintes princípios, nos termos do art. 35 da Lei nº 12.594/2012:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de auto composição de conflitos;

III - proporcionalidade;

IV - brevidade da Medida em resposta ao ato cometido;

V - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VI - mínima intervenção, para realização dos objetivos da medida;

VII - não discriminação do adolescente;

VIII - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Art. 6º O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo será organizado por meio de programas de atendimento, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz e Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, podendo ser executado em parceria com as entidades de atendimento socioeducativo de Prestação de Serviços à Comunidade do Município.

Art. 7º Compete à Secretaria de Assistência Social:

I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado de Santa Catarina;

II – elaborar e atualizar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o Plano Estadual, a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social do Município;

III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;

V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema;

VI - atuar conjuntamente com os demais entes federados e com as demais Secretarias Municipais na execução de programas e ações destinados ao adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto;

Parágrafo Único. Compete à gestão municipal garantir equipe técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para atendimento da Medida Socioeducativa, sendo eles servidores efetivos, obedecendo a capacidade de atendimento prevista na Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010 e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.

Art. 8º É de responsabilidade do órgão gestor instituir a avaliação e monitoramento do Sistema Socioeducativo, podendo criar grupos de avaliação e aprimoramento das condições de atendimento, sem caráter fiscalizatório, a fim de verificar a adequação dos programas e propor melhorias.

Parágrafo Único. Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente compete as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, bem como outras definidas na legislação municipal.

Art. 9º O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo consistirá em:

I - atender aos adolescentes deste Município encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz;

II - promover atividades que envolvam questões relativas à cidadania, à adolescência, à convivência familiar e comunitária, aos direitos e deveres sociais, bem como o acesso à informatização, aos cursos diversificados, ao esporte, à recreação, à arte e à cultura, entre outros;

III - capacitar os adolescentes participantes do programa para o ingresso no mercado de trabalho;

IV - implementar parcerias com entes públicos e com a iniciativa privada para inserção dos adolescentes atendidos no mercado de trabalho, vagas de jovem aprendiz e estágios.

Art. 10 O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público e/ou entidades de direito privado, visando ao desenvolvimento das atividades relativas à execução das medidas socioeducativas de que trata esta Lei.

Art. 11 O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, a quem caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implantação, controle, acompanhamento e fiscalização.

Parágrafo Único. O financiamento das medidas socioeducativas em meio aberto será de responsabilidade das três esferas de governo, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e das Secretarias Estadual e Municipal de Assistência Social e será financiado pelos recursos alocados na média complexidade, conforme estabelecido no Sistema Único da Assistência Social – SUAS e de acordo com a complexidade das atividades propostas pelo órgão executor.

Art. 12 Conforme o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo fica o Município de Santo Amaro da Imperatriz, responsável pela oferta das Medidas Socioeducativas previstas no artigo 112, incisos III e IV do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 13 O Sistema de Atendimento Socioeducativo no Município constitui-se dos seguintes órgãos, programas e redes parceiras:

I - Delegacias;

II - Ministério Público da Infância e Juventude de Santo Amaro da Imperatriz;

III - Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro da Imperatriz;

IV - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;

V - Serviços de atendimento à execução da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, de ambos os sexos, com metas compatíveis para a demanda;

VI - Serviços de atendimento à execução da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, de ambos os sexos, com metas compatíveis para a demanda;

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social;

VIII - Secretaria Municipal de Educação e Esporte;

IX - Secretaria Municipal de Saúde;

X - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

XI - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;

XII - Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

XIII - Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos;

XIV - Conselho Tutelar;

XV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 14 A regulamentação da presente lei poderá ser efetuada mediante decreto.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, em 11 de agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA 15.998/2020

Publicação Nº 2599141

PORTARIA Nº 15.998, de 10 DE AGOSTO de 2020.

AUTORIZA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAR O RESPONSÁVEL PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º - Fica a controladora interna, autorizada a abrir procedimento administrativo, para apurar o responsável pela infração de trânsito, auferida através do veículo Caçamba Ford Cargo placa QIB 0923 da Secretaria de Agricultura.

Art. 2º Após abertura do procedimento administrativo, caberá a comissão de julgamento disciplinar, apurar os fatos, julgar e responsabilizar administrativamente, caso seja comprovado o responsável pela identificação do condutor e/ou pelo cometimento da multa imputada a Prefeitura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 15.909/2020

Publicação Nº 2599923

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.909, de 01 de Julho de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida à servidora LUCIA CAMPOS

RESOLVE :

Prorrogar até 29/07/2020 a designação do servidor HUMBERTO REBELLO DOTTORI, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica (Portaria nº 15.872/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Julho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.987/2020

Publicação Nº 2599909

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.987, de 07 de Agosto de 2020.

**CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 360 (trezentos e sessenta) dias para tratamento de saúde a servidora ANDRÉIA MARIA LOPES, matrícula nº 5179, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 01/08/2020 à 26/07/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.988/2020

Publicação Nº 2599911

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.988, de 07 de Agosto de 2020.
**CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 105 (cento e cinco) dias para tratamento de saúde a servidora CHARLENE DE SOUZA GOULART, matrícula nº 6508, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 05/07/2020 à 17/10/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.989/2020

Publicação Nº 2599912

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.989, de 07 de Agosto de 2020.
**CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 120 (cento e vinte) dias para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA PETRI FOLSTER, matrícula nº 2117, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 29/07/2020 à 25/11/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.990/2020

Publicação Nº 2599913

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.990, de 07 de Agosto de 2020.
**CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde a servidora MARILENE PINHO DA SILVA, matrícula nº 2357, ocupante do cargo de Psicólogo, a partir de 07/08/2020 à 05/09/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.991/2020

Publicação Nº 2599914

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.991, de 07 de Agosto de 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 15 (quinze) dias para tratamento de saúde ao servidor JORGE JOSÉ DA CUNHA, matrícula nº1442, ocupante do cargo de Técnico Pedagógico, com efeitos retroativos a partir de 31/07/2020 a 14/08/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.992/2020

Publicação Nº 2599915

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.992, de 07 de Agosto de 2020.

**AMPLIA PERÍODO DE DESIG-
NAÇÃO DE SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora MARIA APARECIDA PETRI FOLSTER

RESOLVE :

Prorrogar até 25/11/2020 a designação da servidora LIDIA CRISTINA TRAJANO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 15.773/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.
EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.993/2020

Publicação Nº 2599917

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.993, de 07 de Agosto de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIG-
NAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença Tratamento de Saúde de ANDRÉIA MARIA LOPES

RESOLVE :

Prorrogar até 18/12/2020 a designação da servidora VALMIRA BERNARDETE DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 15.736/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.994/2020

Publicação Nº 2599919

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.994, de 07 de Agosto de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIG-
NAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora MARILENE PINHO DA SILVA

RESOLVE :

Prorrogar até 05/09/2020 a designação da servidora ANA CRISTINA DE SOUZA, ocupante do cargo de Psicólogo (Portaria nº 15.952/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.995/2020

Publicação Nº 2599920

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.995, de 07 de Agosto de 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde ao servidor VALMOR ALFLEN, matrícula nº 5554, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 05/08/2020 a 03/10/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.996/2020

Publicação Nº 2599921

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.996, de 07 de Agosto de 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 14 (quatorze) dias para tratamento de saúde a servidora LUANA STEIMBACK, matrícula nº 7275, ocupante do cargo de Assistente Social, a partir de 18/08/2020 à 31/08/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.997/2020

Publicação Nº 2599922

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.997, de 07 de Agosto de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora LUANA STEIMBACK

RESOLVE :

Prorrogar até 31/08/2020 a designação da servidora ANGELA FABIOLA SUARTES FERNANDES DA LUZ, ocupante do cargo de Assistente Social (Portaria nº 15.965-A/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.999/2020

Publicação Nº 2599930

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.999, de 10 de Agosto de 2020.

DESIGNA SERVIDORES

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o Centro de Educação de Jovens e Adultos Professora Maria Macedo Silva, resolve

DESIGNAR :

De acordo com o artigo 272, da Lei Comp. nº 060, de 17/12/09

ALEXSANDRA NOGUEIRA DE JUSTA FORMIGA, para em substituição à ANA MARIA ZYS BENVENUTTI e TATIANA CAMPOS ELIAS FERREIRA na Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia, ministrar de Português, a partir de 10/08/2020 à 18/12/2020, com 40 horas semanais.

VLADIMIR SILVA OLIVEIRA, para ministrar aulas excedentes de Matemática, a partir de 10/08/2020 à 18/12/2020, com 20 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.000/2020

Publicação Nº 2599925

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.000, de 10 de agosto de 2020.

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº 060/09, considerando as avaliações realizadas para cada servidor em específico,

RESOLVE:

- Homologar a avaliação realizada no presente ano do seguinte servidor:

NOME	CARGO	MAT.
Raphael Lopes	Assistente Social	6545

- Tornar estável, diante do período de efetivo exercício e da avaliação periódica de desempenho com efeitos retroativos a 02/05/2020, o servidor abaixo:

NOME	CARGO	MAT.
Raphael Lopes	Assistente Social	6545

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.001/2020

Publicação Nº 2599926

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.001, de 10 de Agosto de 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA DE FRAGA DA ROSA, matrícula nº 2953, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 11/08/2020 à 09/10/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.002/2020

Publicação Nº 2599929

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.002, de 10 de Agosto de 2020.

**AMPLIA PERÍODO DE DESIG-
NAÇÃO DE SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora MARIA APARECIDA DE FRAGA DA ROSA

RESOLVE :

Prorrogar até 09/10/2020 a designação da servidora SIMONE DA ROCHA FRANCISCO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 15.869/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Agosto de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020

Publicação Nº 2599322

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, TANTO PREVENTIVA COMO CORRETIVA, PARA DIVERSAS SECRETARIAS, POLICIA MILITAR, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME ANEXO

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 26/08/2020

Início da sessão: dia 26/08/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316125.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2020.

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BERLAMINO

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MARCIO BROSOWSKY

DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

SECRETARIO INTERINO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

PREGOEIRA MUNICIPAL

DECRETO Nº 1877/2020

Publicação Nº 2599281

DECRETO Nº 1877, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas (01000100) R\$ 30.000,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 001 - Administração Financeira

Atividade: 2007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas (01000100) R\$ 60.000,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (01010001) R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Crédito Suplementar abertos, será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01000100) R\$ 30.000,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 001 - Administração Financeira

Atividade: 2007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

3190130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 10.000,00

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01000100) R\$ 45.000,00

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (01000100) R\$ 5.000,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01010001) R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1878/2020

Publicação Nº 2599286

DECRETO Nº 1878, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Art. 7º da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o Art. 4º da Lei Municipal nº 4167/2019, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

3390180000 - Auxílio financeiro a estudantes (01020002) R\$ 16.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

3390370000 - Locação de mão-de-obra (01020002) R\$ 16.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1879/2020

Publicação N° 2599290

DECRETO N° 1879, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.167/2019 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 1 - Assistência Social

Ação: 2095 – Benefícios Eventuais

3390320000 – Mat. Distribuição Gratuita (01800180) R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da Campanha São Bento Solidária, com a fonte de recursos 01800180 - Outras Especificações, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1880/2020

Publicação N° 2599293

DECRETO N° 1880, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 4290, de 12 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do

Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 003 - Defesa Civil

Atividade: 2003 - Departamento da Defesa Civil

3390320000 - Material de distribuição gratuita (01000100) R\$ 2.000,00

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 5.000,00

3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas (01000100) R\$ 1.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 12 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1881/2020

Publicação Nº 2600123

DECRETO Nº 1881, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA DECRETO Nº 1086/2018 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 7º, da Lei nº 3403, de 31 de julho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º art. 1º do Decreto nº 1086, de 24 de outubro de 2018, que Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

h) Representantes da Fundação Municipal de Desportos
Vilson Renato Rank - Titular
Rafaela Rank - Suplente

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

LEI N° 4290/2020

Publicação N° 2599278

LEI N° 4290, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 003 - Defesa Civil

Atividade: 2003 - Departamento da Defesa Civil

3390320000 - Material de distribuição gratuita (01000100) R\$ 2.000,00

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 5.000,00

3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas (01000100) R\$ 1.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 11247/2020

Publicação N° 2599300

PORTARIA N° 11247, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga Portaria nº 11066/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 8 de agosto de 2020, a Portaria nº 11066, de 22 de julho de 2020, que nomeou DEISI APARECIDA SANABRIA ME-NEZES, no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administrativo, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 10 de agosto 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA N° 11248/2020

Publicação N° 2599302

PORTARIA N° 11248, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei n° 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo para a posse de LEANDRO ROBERTO DE SOUZA, no cargo de Fiscal de Tributos, do Concurso Público n° 005/2019, de acordo com a Lei n° 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo n° 13510/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11249/2020

Publicação N° 2599305

PORTARIA N° 11249, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Diretor Técnico

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 14 de agosto de 2020, RODRIGO VARGAS, do cargo de Diretor Técnico, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11250/2020

Publicação N° 2599310

PORTARIA N° 11250, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n° 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de agosto de 2020, ELOISE BOING AUGUSTIN, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público n° 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Bioquímico, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11253/2020

Publicação N° 2599326

PORTARIA N° 11253, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal JUAREZ CESAR ALVES, ocupante do cargo efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 03/07/2017 a 03/07/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11254/2020

Publicação N° 2599344

PORTARIA N° 11254, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal MARCIO DE ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 01/08/2017 a 06/08/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11255/2020

Publicação N° 2600119

PORTARIA N° 11255, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera chefe de setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 14 de agosto de 2020, OSMAR RAUEN, do cargo de Chefe de Setor de Administrativo Operacional, na

Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11256/2020

Publicação Nº 2600121

PORTARIA Nº 11256, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.
Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e suas alterações, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de agosto de 2020, JULIANA WEBER, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2020.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/2020

Publicação Nº 2599477

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 31/2017
Contrato nº: 94/2020 – 3º Termo Aditivo CT 47/2017
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada: PAULO ROBERTO DREGE BUENO LIMA 08812630952
Vigência: Início: 08/08/2020 - Término: 08/08/2021

OBJETO: Habilitação de periódicos impressos, serviços de radiodifusão, mídias em outdoor e portais eletrônicos da internet, para veiculação de mídias fornecidas pelo SAMAE, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas, observando os ditames do Art. 37, § 1 da Constituição Federal, constantes do Edital de Chamada Pública nº 31/2017.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato aditado pelo período de 12 (meses), a partir de 08/08/2020.

VALOR: Fica reajustado o valor do contrato ora aditado, sendo corrigido pelo IGP-M em 9,2693% (Índice acumulado nos últimos 12 meses), conforme abaixo:

Unidade	Descrição	Valor Unitário
Página / fração	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, em jornal com circulação local, com frequência de 1 (uma) edição semanal, de acordo com as solicitações SAMAE.	R\$ 629,39 (1/4 de página colorida)
		R\$ 1.258,78 (1/2 página colorida)
Anúncio	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, em portal eletrônico da Internet, com conteúdo e acesso, prioritários em São Bento do Sul.	R\$ 629,39 (banner com medida mínima de 600x600 pixels em página principal) por mês.

RECURSOS: 23.01-3.3.90.39, exercício vigente.

São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 95/2020

Publicação Nº 2599483

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 31/2017
Contrato nº: 95/2020 – 3º Termo Aditivo CT 46/2017
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada: EVALDO CEMIN 5501682934

Vigência: Início: 08/08/2020 - Término: 08/08/2021

OBJETO: Habilitação de periódicos impressos, serviços de radiodifusão, mídias em outdoor e portais eletrônicos da internet, para veiculação de mídias fornecidas pelo SAMAE, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas, observando os ditames do Art. 37, § 1 da Constituição Federal, constantes do Edital de Chamada Pública nº 31/2017.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato aditado pelo período de 12 (meses), a partir de 08/08/2020.

VALOR: Fica reajustado o valor do contrato ora aditado, sendo corrigido pelo IGP-M em 9,2693% (Índice acumulado nos últimos 12 meses), conforme abaixo:

Unidade	Descrição	Valor Unitário
Página / fração	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, em jornal com circulação local, com frequência de 1 (uma) edição mensal, de acordo com as solicitações do SAMAE.	R\$ 503,51 (1/4 de página colorida) R\$ 1.007,04 (1/2 de página colorida)

RECURSOS: 23.01-3.3.90.39, exercício vigente.

São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 96/2020

Publicação Nº 2599488

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 31/2017
Contrato nº: 96/2020 – 3º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada: RÁDIO SÃO BENTO LTDA

Vigência: Início: 08/08/2020 - Término: 08/08/2021

OBJETO: Habilitação de periódicos impressos, serviços de radiodifusão, mídias em outdoor e portais eletrônicos da internet, para veiculação de mídias fornecidas pelo SAMAE, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas, observando os ditames do Art. 37, § 1 da Constituição Federal, constantes do Edital de Chamada Pública nº 31/2017.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato aditado pelo período de 12 (meses), a partir de 08/08/2020.

VALOR: Fica reajustado o valor do contrato ora aditado, sendo corrigido pelo IGP-M em 9,2693% (Índice acumulado nos últimos 12 meses), conforme abaixo:

Ítem	Unid	Descrição	Valor Unitário
04	Anúncio	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, por meio de permissionária de serviços de radiodifusão sonora (FM/AM) local – spot gravado (texto enviado pelo SAMAE e gravado pela rádio).	R\$ 22,66 – 30"

RECURSOS: 23.01-3.3.90.39, exercício vigente.

São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 97/2020

Publicação Nº 2599492

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 31/2017
Contrato nº: 97/2020 – 3º Termo Aditivo CT 48/2017

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: DIMAS DE FREITAS

Vigência: Início: 08/08/2020 - Término: 08/08/2021

OBJETO: Habilitação de periódicos impressos, serviços de radiodifusão, mídias em outdoor e portais eletrônicos da internet, para veiculação de mídias fornecidas pelo SAMAE, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas, observando os ditames do Art. 37, § 1 da Constituição Federal, constantes do Edital de Chamada Pública nº 31/2017.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato aditado pelo período de 12 (meses), a partir de 08/08/2020.

VALOR: Fica reajustado o valor do contrato ora aditado, sendo corrigido pelo IGP-M em 9,2693% (Índice acumulado nos últimos 12 meses), conforme abaixo:

Unidade	Descrição	Valor Unitário
Anúncio	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, em portal eletrônico da Internet, com conteúdo e acesso, prioritários em São Bento do Sul.	R\$ 629,39 (banner com medida mínima de 600x600 pixels em página principal) por mês.

RECURSOS: 23.01-3.3.90.39, exercício vigente.

São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 98/2020

Publicação Nº 2599495

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 31/2017

Contrato nº: 98/2020 – 4º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: MEP PRODUÇÕES LTDA - ME

Vigência: Início: 08/08/2020 - Término: 08/08/2021

OBJETO: Habilitação de periódicos impressos, serviços de radiodifusão, mídias em outdoor e portais eletrônicos da internet, para veiculação de mídias fornecidas pelo SAMAE, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas, observando os ditames do Art. 37, § 1 da Constituição Federal, constantes do Edital de Chamada Pública nº 31/2017.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato aditado pelo período de 12 (meses), a partir de 08/08/2020.

VALOR: Fica reajustado o valor do contrato ora aditado, sendo corrigido pelo IGP-M em 9,2693% (Índice acumulado nos últimos 12 meses), conforme abaixo:

Unid	Descrição	Valor Unitário
Anúncio	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, em painel de LED (com horário de exibição das 06:00h às 23:00h), medidas mínimas de 2X3m, instalado em via de grande circulação, na área central de São Bento do Sul.	R\$ 503,51 (chamadas de 15") por mês.

RECURSOS: 23.01-3.3.90.39, exercício vigente.

São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 99/2020

Publicação Nº 2599498

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2017

Contrato nº: 99/2019 – 5º Termo Aditivo CT 49/2017

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA - ME

Vigência: Início: 08/08/2020 - Término: 08/08/2021

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COLETA DOS DADOS DE UTILIZAÇÃO E CONDUÇÃO DO VEÍCULO POR MEIO DE UM SISTEMA DE TELEMETRIA, ENVIO DESTES DADOS VIA GPRS OU 3G, RASTREAMENTO DOS VEÍCULOS VIA SISTEMA GPS, GERAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS ELETRÔNICOS E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA, CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato aditado pelo período de 12 (meses), a partir de 08/08/2020.

VALOR: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 9,2693%, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando então para R\$ 2.017,47 (Dois mil dezessete reais e quarenta e sete centavos) por mês, pela locação de 39 equipamentos de coleta de dados e gestão de veículos, considerando-se o valor de R\$ 51,73 (Cinquenta e um reais e setenta e três centavos) cada equipamento.

RECURSOS: 3.3.90.39.00.00.00 – Saneamento geral – Exercício vigente

São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 132, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599242

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 132, de 7 de agosto de 2020.

“CONCEDE AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/07/2020 a 1º/08/2020, à servidora FRANCINE IZABELA MARÉS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, matrícula 388, lotada nesta Autarquia, conforme Artigo 9º, §3º da Emenda Constitucional Nº 103 de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais retroativos a 18/07/2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 133, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599244

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 133, de 7 de agosto de 2020.

“CONCEDE AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 28/07/2020 a 07/08/2020, ao servidor RUI SCHIESSL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, matrícula 447, lotado nesta Autarquia, conforme Artigo 9º, §3º da Emenda Constitucional Nº 103 de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais retroativos a 28/07/2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 134, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599246

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 134, de 7 de agosto de 2020.

“CONCEDE AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º – CONCEDER AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 31/07/2020 a 28/09/2020, ao servidor GENÉSIO ALCINDO KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, matrícula 366, lotado nesta Autarquia, conforme Artigo 9º, §3º da Emenda Constitucional Nº 103 de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais retroativos a 31/07/2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 136, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599254

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 136, de 12 de agosto de 2020.

“CONCEDE AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/08/2020 a 09/09/2020, à servidora FRANCINE IZABELA MARÉS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, matrícula 388, lotada nesta Autarquia, conforme Artigo 9º, §3º da Emenda Constitucional Nº 103 de 12 de novembro de 2019.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 132, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599151

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 132, de 7 de agosto de 2020.

“CONCEDE AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/07/2020 a 1º/08/2020, à servidora FRANCINE IZABELA MARÉS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, matrícula 388, lotada nesta Autarquia, conforme Artigo 9º, §3º da Emenda Constitucional Nº 103 de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais retroativos a 18/07/2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 133, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599152

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 133, de 7 de agosto de 2020.

“CONCEDE AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de

1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 28/07/2020 a 07/08/2020, ao servidor RUI SCHIESSL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, matrícula 447, lotado nesta Autarquia, conforme Artigo 9º, §3º da Emenda Constitucional Nº 103 de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais retroativos a 28/07/2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 134, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599155

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 134, de 7 de agosto de 2020.

“CONCEDE AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º – CONCEDER AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 31/07/2020 a 28/09/2020, ao servidor GENÉSIO ALCINDO KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, matrícula 366, lotado nesta Autarquia, conforme Artigo 9º, §3º da Emenda Constitucional Nº 103 de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais retroativos a 31/07/2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 135, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599251

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 135, de 12 de agosto de 2020.

☐ NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO
SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – NOMEAR, a partir de 12 de agosto de 2020, na forma do Art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001 e da Lei nº 2.966, de 29 de fevereiro de 2012, MATIAS SCHWAMBACH, aprovado no Concurso Público 001/2018, homologado em 26 de julho de 2018, para o cargo de provimento efetivo de OPERADOR ELETRICISTA, GO-3, Nível I, Letra A, com 40 horas semanais, no quadro de pessoal desta Autarquia, com os vencimentos de Lei.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 137, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599261

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 137, de 12 de agosto de 2020.

**"CONCEDE LICENÇA PARA
ATIVIDADE POLÍTICA"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCO RODRIGO REDLICH, matrícula 362, lotado nesta Autarquia, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, Licença para Atividade Política, conforme Artigo 107, Subseção V, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001 e Processo Administrativo nº 13694/2020.

Art. 2º - O período da licença será de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

TERMO DE REVOGAÇÃO TOTAL PREGÃO 45/2020

Publicação Nº 2599471

TERMO DE REVOGAÇÃO TOTAL
Licitação: Pregão 45/2020
Processo Administrativo: 45/2020
Requerente(s): FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Atendendo aos interesses do Município, declaro revogada o Pregão nº 45/2020, com base no DESPACHO anexo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado pelo DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE - FRIDOLINO VAN DEN BOOM, QUE EM COMUM ACORDO COM A DIRETORA ADMINISTRATIVA IVONETE T. V. G. DE LIMA RESOLVEM REVOGAR O PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO, PARA QUE O SEU TERMO DE REFERÊNCIA SEJA REFEITO.
São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2020..
FRIDOLINO VAN DEN BOMM DIRETOR PRESIDENTE
IVONETE T. V. G. DE LIMA DIRETORA ADMINISTRATIVA

São Bernardino

PREFEITURA

PORTARIA 325/2020

Publicação Nº 2599686

PORTARIA Nº 325/2020 DE 11/08/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidor Público Municipal, Sr. CASILDO ALBERTO GUTJAHR ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 360/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 07/08/2020 por período indeterminado para encaminhamento de benefício junto ao INSS, conforme atestado médico do Dr. Rafael Ricardo Lazzari (CRM/SC 4070), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 11 de agosto de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA 326/2020

Publicação Nº 2599723

PORTARIA Nº 326/2020 DE 11/08/2020

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EFEITOS DA PORTARIA 314/2020 DE 03/08/2020 A PARTIR DE 13/08/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 122, §4º da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam CANCELADOS os efeitos da Portaria nº 314/2020 de 03/08/2020, a qual concedia Licença Prêmio no período de 03/08/2020 a 02/11/2020 à servidor público municipal, Sr. LENOIR DE SOUZA MELLO, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, matrícula 220/01, a partir de 13/08/2020, em razão da necessidade de acumulo de trabalhos na secretaria da Agricultura e meio Ambiente, a qual o Servidor está vinculado, restando, portanto 84 (dias) dias de licença prêmio para gozo posterior.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/08/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 11 de agosto de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 327/2020

Publicação Nº 2599751

PORTARIA Nº 327/2020 DE 11/08/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997 e artigo 1º, inciso II, do Decreto 127/2020 de 29/04/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal Sr. LENOIR DE SOUZA MELLO, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, carga horária de 40 horas semanais, matrícula 220/01, no período de 13/08/2020 a 23/01/2021, (84 dias restantes) conforme portaria 314/2020 da concessão, e 326/2020 do seu cancelamento, referente ao período aquisitivo de 18/02/2015 a 17/02/2020, sendo assim definido:

PORTARIA	DATA	GOZO/INICIO	GOZO/FINAL	DIAS	SALDO	PERIODO DE GOZO
314/2020	03/08/2020	03/08/2020	12/08/2020	10	84	INTEGRAL
327/2020	11/08/2020	13/08/2020	23/01/2021	84	0	VESPERTINO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 11 de agosto de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA 328/2020

Publicação Nº 2599797

PORTARIA Nº 328/2020 DE 11/08/2020

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal artigo 115º da lei 04/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER licença para tratamento de Saúde em pessoa da Família, a Servidora Pública Municipal Sra. MARISA BORGES SBERSE Matrícula 496/04, na Função de professor (a) 20hs semanais, a partir do dia 10 de agosto a 07 de dezembro de 2020, 120 dias, conforme artigo 115º da Lei 04/1997 de 06/01/1997, com atestado Médico em Anexo, Dra. Marcia C. Morales Longhi CRM/SC 10342, RQE 7489, e parecer jurídico favorável Dr. Rudimar Borcione, parecer 030/2020 de 10 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de julho de 2019.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 11 de agosto de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 329/2020

Publicação N° 2599798

PORTARIA N° 329/2020 DE 20/08/2020

CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS PRESENCIAIS
E ISOLAMENTO DOMICILIAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei
Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidor Pública Municipal, Sr. LEANDRO LUIZ FRITZEN, ocupante do cargo de Agente administrativo, matrícula nº 439/01 - 40hs semanais, afastamento das atividades laborativas presenciais e isolamento domiciliar no período de 11/08/2020 à 17/08/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 11 de agosto de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 106/2020 - ADM

Publicação Nº 2599080

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 106/2020 - ADM
Pregão Eletrônico nº 066/2020 - ADM
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE ARTESANATO PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES SÓCIO ASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA COVID-19, CONFORME PORTARIA 378/2020.

Data limite para cadastro de propostas: Até às 08h00min do dia 18 de agosto de 2020 (horário de Brasília/DF). Abertura: dia 18 de agosto de 2020, às 08h01min (horário de Brasília/DF), ambos no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>

SAO CARLOS/SC, 11 DE AGOSTO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

NOTA DE ANULAÇÃO PROCESSO 101/2020 - ADM

Publicação Nº 2599079

Termo de Anulação

Despacho de anulação de licitação nº. 63/2020, processo administrativo nº. 101/2020 na modalidade de Pregão

Finalidade:

Material de Expediente

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Considerando:

Processo Anulado no dia 11/08/2020 às 09:07:55 pelo seguinte motivo: O processo foi Anulado por iniciativa do pregoeiro. Justificativa: Aberta a sessão pública foi constatado que o valor do lance mínimo é inviável as empresas proponentes ofertarem lances, uma vez que o mesmo deveria incidir sobre o valor global do lote. Dessa forma conforme disposto no subitem 22.4 do instrumento convocatório, o presente processo será anulado a fim de sanar os vícios encontrados.

Resolve:

Anular o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima. Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da administração pública.

São Carlos, 11 de Agosto de 2020

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

São Domingos

PREFEITURA

DECISÃO DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Publicação Nº 2598546

DECISÃO DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Trata-se de uma área de propriedade do Município de São Domingos, registrada na matrícula imobiliária nº 6.575, composta pelos lotes nº 01 e nº 02 com áreas de 626,50m²; lote nº 03 com áreas de 633,50m²; lotes nº 04, 05, 06, 07, 08 com áreas de 754,60m²; e o lote nº 09 com área de 1.158,85m², totalizando uma área de 6.818,35m².

Através de visita técnica no local, bem como levantamento topográfico realizado em 27 de setembro de 2019, elaborou-se o Relatório Inicial nº 02/2019 datado de 25 de outubro de 2019, que concluiu pela possibilidade de regularização fundiária da área denominada como Loteamento Reviver, por tratar-se de núcleo urbano informal consolidado até 22 de dezembro de 2016.

Conforme levantamento planialtimétrico pode-se verificar que ao Leste, a área objeto da regularização fundiária confronta em 57,15 metros com a faixa marginal do Rio Bonito e que a Área de Preservação Permanente (APP) encontra-se totalmente preservada e por este motivo fica dispensada a elaboração do relatório ambiental previsto no artigo 11 §2º da Lei Federal nº 13.465/2017.

A área também não está inserida em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, nem em Área de Proteção à Mananciais e não se trata de área de risco ou ambientalmente protegida. Não encontrou-se espécies de importância ecológica nos limites da gleba, sendo encontradas apenas espécies arbustivas e arbóreas ornamentais e frutíferas.

Com a instauração do procedimento de regularização fundiária da área em 07 de novembro de 2019, iniciou-se o trabalho social, culminando no Relatório Social datado de 28 de fevereiro de 2020, que concluiu pela classificação da área como Regularização de Interesse Social (REURB-S), realizada através do Decreto Municipal nº 1052/2020 datado de 28 de janeiro de 2020.

Na sequência foram devidamente notificados os proprietários de direitos reais confrontantes da gleba a ser regularizada, inscrita na matrícula imobiliária nº 6.575, bem como os terceiros interessados, ou seja, os moradores residentes no local. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias e não havendo nenhuma impugnação, elaborou-se o Projeto de Regularização Fundiária cujo projeto urbanístico foi aprovado em 06 de agosto de 2020, autorizado pela Lei Municipal nº 1894 de 05 de agosto de 2020.

Durante a tramitação do procedimento, verificou-se que a área objeto da regularização fundiária já contempla sistema viário, rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica domiciliar e de iluminação pública. Considerando que naquele local não há rede pública de coleta e tratamento de esgoto, será utilizado para tal finalidade, o sistema individual de fossa séptica com sumidouro, ficando a municipalidade responsável por realizar as obras de pavimentação; sistema de drenagem pluvial e passeio público, intervenções a serem executadas conforme o Termo de Compromisso e Cronograma físico-financeiro da obra que compõe o Projeto de Regularização Fundiária. O procedimento não possui defeitos e nulidade, razão pela qual nesta oportunidade aprovo o Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social do Loteamento Reviver, por terem sido cumpridos todos os requisitos exigidos pela Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

Quanto aos ocupantes, estes estão devidamente identificados pelo levantamento socioeconômico e vinculados à sua unidade imobiliária bem como ao seu respectivo direito real, sendo que a transferência de propriedade será realizada em momento posterior, a critério do Poder Público Municipal, conforme autoriza o artigo 10 §5º do Decreto Federal nº 9.310/2018.

As construções existentes nos lotes pertencentes ao Loteamento Reviver poderão ser regularizadas posteriormente conforme autoriza o artigo 30 §3º do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Diante do exposto, declaro concluído o procedimento de Regularização de Interesse Social (REURB-S) do Loteamento Reviver, conforme determina o artigo 40 da Lei Federal nº 13.465/2017 e artigo 37 do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Expeça-se a Certidão de Regularização Fundiária, apresentando-a, mediante requerimento, ao Cartório de Registro de Imóveis.

Publique-se, nos termos do artigo 28, inciso V da Lei Federal nº 13.465/2017 e artigo 21, inciso V do Decreto Federal nº 9.310/2018.

São Domingos/SC, 11 de agosto de 2020.

ELIEZE COMACHIO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 1161, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599185

DECRETO Nº 1161, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS MAIS RESTRITIVAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO COVID-19 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada e;

· Considerando que o Município de São Domingos foi classificado como riscogravíssimo, na matriz epidemiológico-sanitário, por conta da epidemia do vírus Covid-19;

· Considerando que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas mais restritivas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do vírus Covid-19, no Município de São Domingos;

· Considerando a necessidade da continuidade de orientação e afastamento social, a fim de evitar o contágio com o vírus COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de São Domingos.

Art. 2º. Diante da necessidade da continuidade do distanciamento social, a fim de evitar o contágio decorrente do Covid-19, fica determinado, o atendimento pelos munícipes, das seguintes medidas:

I – Fica determinada a obrigatoriedade do uso de máscara facial de proteção em todo o território do município de São Domingos, por todos os indivíduos que transitarem em via pública ou que adentrarem a quaisquer estabelecimentos públicos ou privados.

II – O uso de máscara facial, será, obrigatório em toda a extensão do município, inclusive quando duas ou mais pessoas transitarem simultaneamente em um mesmo veículo, exceto quando do mesmo núcleo familiar.

III – É recomendado o afastamento dos colaboradores ou funcionários que estejam com suspeitas ou confirmação do vírus Covid-19, pelo prazo mínimo de 14 dias.

IV – Os representantes legais dos estabelecimentos comerciais, ficam obrigados a afastar todos os colaboradores ou funcionários que estejam no grupo de risco dentre eles, idosos acima de 65 anos, diabéticos, hipertensos e gestantes.

V – Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a reduzir a sua capacidade de ocupação interna para 50% do limite total, inclusive, devendo estabelecer um espaçamento entre as pessoas de 1,50m(um metro e meio).

VI – Deve-se optar pelo atendimento não presencial ao público quando necessário o atendimento presencial, é obrigatório o uso de álcool gel 70%, pelos clientes, colaboradores ou funcionários.

VII – Os estabelecimentos comerciais ficam responsáveis pela organização das filas que, eventualmente, se formarem observando sempre uma distância mínima de 1,50m(um metro e meio) entre as pessoas, além disso, deverão higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparação anti sépticas adequada.

VIII – Comércio em geral, varejistas, atacadistas, galerias e centros comerciais horário de funcionamento será das 08h às 19h, de segunda a sábado, inclusive aos domingos e feriados, com as seguintes restrições:

a) Os clientes não poderão provar: roupas, calçados ou acessórios dentro do estabelecimento comercial;

IX – Supermercados, o horário de funcionamento, será das 08h às 20h, diariamente, além de domingos e feriados, com as seguintes restrições:

a) Fica proibida a divulgação ou a degustação de produtos alimentícios na parte interna;

b) Fica restringido o acesso simultâneo aos supermercados de apenas uma pessoa por família;

c) Deverão operar com ocupação máxima de 30% (trinta por cento);

d) Indicar coordenador local que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização das medidas de combate e enfrentamento ao COVID-19;

X – Mercados, mercearias e minimercados, o horário de funcionamento, será das 08h às 20h, diariamente, além de domingos e feriados, com as seguintes restrições:

a) Fica proibida a divulgação ou a degustação de produtos alimentícios na parte interna;

b) Fica restringido o acesso simultâneo aos supermercados de apenas uma pessoa por família;

c) Deverão operar com ocupação máxima de 30% (trinta por cento).

XI – Nos Postos de Combustíveis, o horário de funcionamento será das 07h às 22h, de forma diária, inclusive em domingos e feriados;

XII – Nas lojas de conveniência, o horário de funcionamento será das 08h às 20h, diariamente, inclusive aos domingos e feriados, com as seguintes orientações:

a) Não será permitido a ingestão de alimentos ou bebidas na parte interna ou externa do estabelecimento;

b) As lojas anexas aos postos de combustíveis poderão permanecer abertas apenas para o recebimento de pagamento dos produtos e combustíveis;

XIII – Nas academias de ginásticas, musculação, de dança, funcionais, escolas de natação será permitida as atividades individuais, sendo que a utilização terá as seguintes restrições:

a) Limitação de ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade autorizada pelo Corpo de Bombeiros, além do distanciamento de 1,50m(um metro e meio) por pessoa;

b) realizar a desinfecção total dos aparelhos antes e após o uso dos aparelhos, com álcool 70% e intensificar a higienização de todo o ambiente uma vez por período, com desinfetantes indicados do tipo água sanitária e álcool tipo 70% equivalente com registro no Ministério da Saúde;

c) adotar o uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os colaboradores;

d) utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado.

e) Fica proibido o contato físico no caso de academias de lutas.

XIV – Nos centros de formação de condutores as atividades, aulas presenciais e teóricas ficam autorizadas com as seguintes restrições:

a) Nas aulas teóricas fica determinado o distanciamento de 1,50(um metro e meio), utilização de álcool gel 70% para todos os funcionários e alunos;

b) Nas aulas práticas, deve ser observado as restrições de uso de máscara facial e utilização de álcool gel 70%, além daquelas determinadas pelo orientador;

c) Limitação de ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade autorizada pelo Corpo de Bombeiros, além do distanciamento de 1,50m(um metro e meio) por pessoa.

XV – Nos Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Sorveterias, Pizzarias, Cafeterias, Food Truck e Atividades Similares, o horário de funcionamento, será das 08h às 22h, diariamente, inclusive, aos domingos e feriados, com as seguintes restrições:

a) O(s) último(s) cliente(s) deverão ingressar ao estabelecimento até às 21h, para ser atendido presencialmente;

b) atendimento integral da Portaria SES n. 256 de 21 de abril de 2020;

c) manutenção do afastamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) de raio entre cada cliente que estiver consumindo no local;

d) Máximo de 02 pessoas por mesa, no caso de pessoas que coabitam na mesma unidade residencial, fica permitido o uso de até 04 pessoas por mesa;

e) O consumo de alimentos ou bebidas, será permitido apenas para as pessoas que estiverem sentadas;

f) Fica proibida a utilização de som ao vivo e o uso de narguiles;

g) proibição de utilização de atrativos como espaços para crianças, jogos de sinuca e similares;

h) Fica proibido o uso e ingestão de bebida alcoólica e alimentos nas calçadas, passeios, e vias públicas.

XVI – Nas padarias e confeitarias o horário de funcionamento, será das 08h às 20h, de segunda a sábado, inclusive aos domingos e feriados, com as seguintes restrições:

a) Limitação de ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade autorizada pelo Corpo de Bombeiros, além do distanciamento de 1,50m (um metro e meio) por pessoa;

XVII – Os salões de beleza e barbearias somente poderão atender com horário marcado evitando aglomerações de clientes;

XVIII – Os serviços autônomos e de profissionais liberais, permanecem autorizados, observado o atendimento individual com distanciamento de 1,50 (um metro e meio), além das medidas de segurança gerais.

XIX – Fica autorizado a liberdade religiosa e de cultos no Município, desde que observado a Portaria Ses nº 254 de 20/04/2020, em especial pela disposição dos incisos do art. 2º, a saber:

a) A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

b) Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

c) Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

XX – Fica autorizado a abertura de hotéis, pousadas e similares, desde que observado as seguintes restrições:

a) Seguir as regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº 244/2020;

b) no momento da realização do check-in deverá ser aplicado formulário de detecção de pacientes sintomáticos respiratórios;

c) disponibilizar álcool gel 70% para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;

d) não permitir a permanência e circulação em espaços comuns, como saunas, salas de reunião;

e) fica recomendada a não utilização de sistemas de ar condicionado central;

f) o estabelecimento deverá definir e executar protocolos de desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos diário para todos os ambientes e após cada check-out de hóspedes;

XXI – As Feiras Livres poderão funcionar de segunda a sábado até às 12h, observado as seguintes restrições:

a) É obrigatório o uso de máscara por todos, incluindo clientes e atendentes;

b) Distância mínima, entre as barracas, de 4,0m (quatro metros);

c) Atendimento de um cliente por vez e por atendente, mantendo o distanciamento de 1,50m (um metro e meio);

d) Cada barraca deve organizar sua fila, garantindo o distanciamento de 1,50m (um metro e meio) entre cada cliente, devendo ter demarcação do distanciamento nas filas;

e) Todo cliente deve higienizar as mãos com álcool 70% antes de tocar os produtos;

f) Os atendentes devem higienizar as mãos com álcool 70% a cada atendimento;

g) Recomenda-se, quando possível, que haja controle de acesso a feira a fim de evitar aglomeração.

h) É proibida a degustação de alimentos e bebidas;

i) Os alimentos devem ser selecionados, embalados e pesados pelos atendentes.

XXII – As seguintes atividades ficam proibidas:

a) Qualquer modalidade de espetáculos ou festas que acarretem aglomeração de pessoas, dentre elas, teatro, casa noturna, baile, show espetáculos, festas de comunidades até o final do ano;

b) Festas particulares em residências, sendo que em caso de flagrante a autoridade estará autorizada a adentrar na residência, por força do art. 268 do Código Penal e do art. 5º, XI, da Constituição Federal de 1988;

c) Aulas referente aos alunos que estão cursando o ensino fundamental e ensino médio, até a data do dia 07 de setembro de 2020;

d) Eventos esportivos e atividades esportivas coletivas de contato, a exemplo das atividades futebol, futsal, voleibol, basquete entre outras, até a data de 07/09/2020;

e) Jogos de campeonatos profissionais ou amadores, até a data do dia 31/12/2020;

f) Nos condomínios, áreas comuns, como piscinas e salões de festas;

g) A aglomeração de pessoas em velórios, conforme Nota Técnica Conjunta nº. 015/2020 – DIVS/SUV/SES/SC: (Atualizada pelo documento Manejo de Corpos no contexto do novo coronavírus, publicado pelo Ministério da Saúde em 23/03/2020);

h) O ingresso no município de vendedores ambulantes.

XXIII – Os cursos livres, ficam proibidos, excepcionalmente poderão ser permitidos aqueles relacionados à segurança e saúde pública, devendo ser autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde;

XXIV – Fica autorizada a realização de carreatas em veículos e similares, desde que nenhum integrante da carreata, saia dos veículos;

XXV – Fica autorizada as aulas de estágios obrigatórios presenciais curriculares e aulas de laboratórios, com as devidas restrições gerais e de distanciamento desse Decreto;

XXVI – Fica autorizado o transporte intermunicipal de alunos e acadêmicos para as respectivas aulas de estágios obrigatórios presenciais curriculares, observando-se o distanciamento e as restrições gerais desse decreto.

XXVII – As atividades de creches ficam suspensas até a data do dia 31/12/2020, devendo a Secretaria Municipal de Educação deliberar junto com o Conselho Municipal de Educação sobre o disposto no item 2.7 do Parecer n. 05/2020, do Conselho Nacional de Educação;

XXVIII – Fica autorizado o transporte intermunicipal de pacientes;

X – As instituições bancárias e financeiras ficam autorizadas ao funcionamento, observadas as diretrizes ilustradas na Portaria n. 192, da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e com as seguintes restrições:

a) Fica restringido o acesso simultâneo de apenas uma pessoa por família;

b) Deverão operar com ocupação máxima de 30% (trinta por cento);

c) Indicar coordenador local que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização das medidas de combate e enfrentamento ao COVID-19;

Art. 3º. Em qualquer hipótese, o funcionamento da atividade deverá observar os seguintes cuidados mínimos com a higiene de fornecedores, colaboradores, produtos, equipamentos e consumidores:

I - disponibilizar na entrada do estabelecimento e em outros lugares estratégicos de fácil acesso, álcool gel 70% para utilização de

colaboradores e clientes;

II - higienizar, antes do início das atividades e após cada uso, durante o período de funcionamento, as superfícies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool gel 70%;

III - higienizar antes do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 03 (três) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária;

IV - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

V - manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e colaboradores, com sabonete líquido, álcool gel 70% e toalhas de papel não reciclado;

VI - observar o Manual para a Limpeza e Desinfecção de Superfícies, da Anvisa, destacando-se:

a) Medidas de precaução, bem como o uso do EPI, devem ser apropriadas para a atividade a ser exercida e necessária ao procedimento.

b) Não varrer superfícies a seco, por conta do favorecimento da dispersão de microrganismos que são veiculados pelas partículas de pó, devendo utilizar varredura úmida, que pode ser realizada com mops ou rodo e panos de limpeza de pisos.

c) Para a limpeza dos pisos devem ser seguidas técnicas de varredura úmida, ensaboar, enxaguar e secar, utilizando desinfetantes com potencial para limpeza de superfícies incluem aqueles à base de cloro, álcoois, alguns fenóis e iodóforos e o quaternário de amônio.

d) Todos os equipamentos deverão ser limpos a cada término da jornada de trabalho, ainda com os profissionais usando EPI.

e) A frequência de limpeza das superfícies pode ser estabelecida para cada serviço, de acordo com o protocolo da instituição;

VII - estabelecer o teletrabalho para as atividades administrativas e para aqueles que se inserem no grupo de risco;

VIII - Os funcionários que se enquadram no grupo de risco e que exercem atividades não compatíveis com o teletrabalho devem ser liberados para permanecerem em suas residências, à disposição da empresa;

IX - todos os colaboradores que apresentaram sintomas característicos da doença devem ser afastados e todos aqueles que tiveram contato com quem apresentou esses sintomas serem colocados em quarentena e encaminhada essa informação a Secretaria Municipal da Saúde;

X - insumos como máscaras, álcool 70% devem ser disponibilizados para os colaboradores, além de luvas de borracha para contribuir com os cuidados que a linha de frente necessita no atendimento ao público;

XI - os estabelecimentos poderão adotar medidas mais severas e restritivas, a critério de sua Administração e desde que embasadas em informações técnicas.

Art. 4º. O controle do comércio em geral, inclusive a higienização das mãos e conferência do uso de máscaras deve ocorrer por meio de um funcionário, o qual seguirá as normas impostas neste Decreto, orientando os usuários dos métodos de prevenção e segurança epidemiológica;

Art. 5º. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes ou seus agentes devem apurar eventual prática de infração administrativa, aplicando-se as seguintes sanções:

I – Pessoa física que não estiver utilizando máscara ou descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto consistirá em infração sanitária com multa no valor R\$ 80,00(oitenta reais);

II – O estabelecimento comercial que descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto, ou que autorizar o acesso de pessoas sem a utilização de máscaras, salvo no momento das refeições, consistirá em infração sanitária com multa no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 6º. Ficam investidos como autoridades de saúde, com poder de polícia administrativa, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento da COVID-19 e aplicação das respectivas multas na forma deste Decreto e dos que lhe antecederam, sem prejuízo da atuação dos órgãos com competência fiscalizatória específica, os seguintes cargos:

I – Os servidores do setor de Vigilância Sanitária;

II – Os servidores da Defesa Civil do Município;

III – Polícia Militar;

IV – Polícia Civil;

V – Bombeiros.

Art. 7º. O Descumprimento das normas de saúde pública, em especial, descrita nesse Decreto, permite ao órgão fiscalizador, lavrar termo imposição de penalidade, com a imediata suspensão das atividades do estabelecimento comercial e no caso de novo descumprimento, poderá cassar definitivamente, o alvará de funcionamento.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus (artigo 8º da Lei n. 13.979/2020).

São Domingos/SC, 11 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 040 DE 11/08/2020

Publicação Nº 2598879

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: AGOSTO/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 040 DE 11/08/2020

VALOR: R\$ 175.506,82

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/08/2020

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) DE UMA PRAÇA NO LOTEAMENTO BERTOLINO MARCANTE

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATANTE: Município de São Domingos – SC

CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: Construtora Paz LTDA

CNPJ: 10.631.718/0001-30

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 11/11/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 2º TERMO ADITIVO FMS N. 015 DE 05/08/2020

Publicação Nº 2599265

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 2º TERMO ADITIVO FMS N. 015 DE 05/08/2020

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 035/2019 Modalidade: Dispensa de Licitação n. 019/2019

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato FMS n. 006 de 20/11/2019

VALOR DO ADITIVO: R\$ 56.567,00

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

CNPJ sob n. 01.336.261/0001-40

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2020

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 121/2020

Publicação Nº 2598712

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 121/2020

TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 011/2020

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 27 de agosto de 2020, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES ALCIDES CARNEIRO, NO DISTRITO DE VILA MILANI. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 11 de agosto de 2020.

ELIEZE COMACHIO – Prefeita Municipal.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.417/2020

Publicação Nº 2598984

DECRETO Nº 3.417, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO
ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 483.000,00 (quatrocentos e oitenta e três mil Reais) ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde do corrente exercício, de conformidade com o Inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020, combinado com o Inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 - Fundo Municipal de Saúde
2120 - Manutenção da UPA 24HS e Hospital Nossa Senhora da Graça
34000000000000000000 - Despesas de capital
34400000000000000000 - Investimentos
34490000000000000000 - Aplicações diretas
03630000 - Transferência Convênio -Estado/Saúde R\$ 483.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 483.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 - Fundo Municipal de Saúde
2120 - Manutenção da UPA 24HS e Hospital Nossa Senhora da Graça
33000000000000000000 - Despesas corrente
33300000000000000000 - Outras Despesas Correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
03630000 - Transferência Convênio -Estado/Saúde R\$ 483.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 483.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 11 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.417, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

A presente abertura de Crédito Suplementar tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro de exercícios anteriores da Fonte 03630000 – Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo, para aquisição de respiradores devido a elevação da taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da região nordeste do Estado, que atingiu 98,86%, onde o Município de São Francisco do Sul está inserido.

São Francisco do Sul – SC, 11 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE
PESSOAS/SETOR DE LICITAÇÕES****LICITAÇÃO Nº 076/2020**

Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha P-13 para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em São Francisco do Sul.

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 16.339 de 06 de julho de 2020, torna público para 2020, na **Sala de Reuniões do Setor de Licitações**, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 076-2020**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM conforme** descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. **EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.**

1. DA LICITAÇÃO**1.1 – DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha P-13 para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em São Francisco do Sul, nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 12 de agosto de 2020 às 08h.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 24 de agosto de 2020 às 08h30.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 24 de agosto de 2020 às 09h.

2.6. Modo de Disputa: “aberto e fechado” O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no ITEM 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante.

2.10 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO POR ITEM** nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5 DO REGISTRO DE PREÇOS: As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II – Minuta de Contrato

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL**

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br ou licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias úteis antes; Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO**

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no Item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Publicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) itens deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do ITEM

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

10.7. A proponente que cotar o item 66, deverá apresentar junto a proposta LAUDO do Café tradicional, torrado e moído, em original ou fotocópia autenticada, emitido por laboratório que deverá estar habilitado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou com credenciamento ou reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, comprovando às características constantes da Resolução RDC no 175 de 08/07/2003, ANVISA, Portaria no 157, de 24/11/2002 INMETRO, Resolução RDC no 277 de 22/09/2005 ANVISA/MS, Resolução RDC 12 de 02/01/2001 ANVISA/MS, comprovando as seguintes características previstas no Termo de Referência.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.1.2 . Para fins do disposto no item acima, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1.Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3.O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3.No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.10.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega (até 30 dias), não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

13.10.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.10.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned}
 &\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\
 \text{LG} = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \\
 \text{SG} = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}} \\
 \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

13.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

13.10.5 As empresas deverão cumprir com o disposto nos arts 31 da Lei 8.666/93 e 176, §4º, da Lei 6.404/76 e no item 3.17, “F” da NBC TG 1000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (conforme Recomendação do TCE/SC nos autos do processo @REP 20/00067110).

13.11 Qualificação Técnica .

13.11.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o ITEM pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.11.2 Alvará de localização e Funcionamento, e para o item 73, autorização para funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Petróleo para os gases GPL.

13.11.3 Certificado ou alvará sanitário, emitido pelo órgão competente comprovando que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância Sanitária.

13.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.12 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.12.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.12.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.13 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.13.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.14 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.14.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.15 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

14.16 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.17 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.12 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.12.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.12.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.12.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.2 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.3 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.3.2 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

18.5 O prazo de entrega dos produtos deverá ser realizado mensalmente após a emissão da ordem de compra prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.6 Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

18.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18.9 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

19 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

19.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22 DO PAGAMENTO

22.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2 Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

- 23.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 23.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.6 Não mantiver a proposta;
- 23.1.7 Cometer fraude fiscal;
- 23.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;

23.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.4.2 Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item (s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

23.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

23.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

24.11.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

São Francisco do Sul, 11 de agosto de 2020

Cláudio Pereira dos Santos
Secretário Municipal de Governo

21

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1.OBJETO**

Fornecimento de gêneros alimentícios e gás de cozinha P-13, via registro de preços, para a organização do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina na cidade de São Francisco do Sul.

2. FINALIDADE

Contratação de empresas específicas para fornecimento de gêneros alimentícios e gás de cozinha P-13.

3.JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de adquirir gêneros alimentícios e gás de cozinha P-13 para as guarnições de serviço do Corpo de Bombeiros Militar em São Francisco do Sul.

4. OBJETO**Itens**

PRODUTO	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Item 01				
Açúcar refinado, 1kg	KG	100		
Item 02				
Azeite de oliva, 500ml	UND	24		
Item 03				
Arroz parboilizado, 1kg	KG	150		
Item 04				
Caldo de Carne, 57g	UND	20		
Item 05				
Caldo de Galinha, 57g	UND	20		
Item 06				
Doce de Leite, 350g	UND	80		
Item 07				
Extrato de tomate, 340g	UND	120		
Item 08				
Manteiga com sal, embalada em pote plástico de 200g.	UND	90		
Item 09				
Margarina cremosa com sal, 500g	UND	30		



Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Item 10

Requeijão Cremoso Tradicional 180g	UND	90		
------------------------------------	-----	----	--	--

Item 11

Farinha de mandioca, 1kg	KG	24		
--------------------------	----	----	--	--

Item 12

Farinha de trigo, tipo 1, 1kg	KG	50		
-------------------------------	----	----	--	--

Item 13

Fermento Químico 100g	UND	24		
-----------------------	-----	----	--	--

Item 14

Feijão preto, 1kg	KG	100		
-------------------	----	-----	--	--

Item 15

Maionese 500g, embalado em pote plástico, com valor energético de 40 kcal para uma porção de 12 gramas.	UND	70		
---	-----	----	--	--

Item 16

Ervilha, 300g	UND	120		
---------------	-----	-----	--	--

Item 17

Milho, 300g	UND	120		
-------------	-----	-----	--	--

Item 18

Gelatina, 35g	UND	200		
---------------	-----	-----	--	--

Item 19

Leite Condensado, 395g	UND	120		
------------------------	-----	-----	--	--

Item 20

Creme de Leite, 200g	UND	100		
----------------------	-----	-----	--	--

Item 21

Bolacha tipo Maizena, 400g	UND	70		
----------------------------	-----	----	--	--

Item 22

Bolacha tipo Água e Sal, 400g	UND	70		
-------------------------------	-----	----	--	--

Item 23

Leite líquido integral, 1L	LITRO	350		
----------------------------	-------	-----	--	--

Item 24

Macarrão, espaguetti/talharin, 500g	UND	200		
-------------------------------------	-----	-----	--	--

Item 25

Óleo de soja refinado, 900ml	UND	120		
------------------------------	-----	-----	--	--

Item 26

Orégano desidratado, 100g	UND	10		
---------------------------	-----	----	--	--

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**Item 27**

Sal refinado, 1kg	KG	20		
-------------------	----	----	--	--

Item 28

Suco em pó, 25g	UND	350		
-----------------	-----	-----	--	--

Item 29

Tempero Pronto Alho e Sal, 300g	UND	30		
---------------------------------	-----	----	--	--

Item 30

Batata palha, 400g	UND	50		
--------------------	-----	----	--	--

Item 31

Cominho em pó, 30g	UND	12		
--------------------	-----	----	--	--

Item 32

Vinagre de álcool, embalagem plástica de 900 ml.	UND	250		
--	-----	-----	--	--

Item 33

Alface, em maços	MAÇO	100		
------------------	------	-----	--	--

Item 34

Alho de primeira qualidade, branco	KG	25		
------------------------------------	----	----	--	--

Item 35

Banana caturra	KG	295		
----------------	----	-----	--	--

Item 36

Batata lavada tipo inglesa	KG	230		
----------------------------	----	-----	--	--

Item 37

Cebola	KG	120		
--------	----	-----	--	--

Item 38

Cebolinha verde para tempero, em maço	MAÇO	50		
---------------------------------------	------	----	--	--

Item 39

Cenoura extra especial	KG	125		
------------------------	----	-----	--	--

Item 40

Laranja pêra	KG	410		
--------------	----	-----	--	--

Item 41

Maçã nacional Gala ou Fuji	KG	295		
----------------------------	----	-----	--	--

Item 42

Repolho verde	KG	80		
---------------	----	----	--	--

Item 43

Limão Taiti	KG	70		
-------------	----	----	--	--

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**Item 44**

Salsa verde para tempero maço	MAÇO	50		
-------------------------------	------	----	--	--

Item 45

Ovo Vermelho Extra dúzia	DUZIA	200		
--------------------------	-------	-----	--	--

Item 46

Tomate extra	KG	200		
--------------	----	-----	--	--

Item 47

Bata Doce	KG	100		
-----------	----	-----	--	--

Item 48

Brócolis chinês	UND	100		
-----------------	-----	-----	--	--

Item 49

Abacaxi Pérola	UND	100		
----------------	-----	-----	--	--

Item 50

Uva Rubi	KG	100		
----------	----	-----	--	--

Item 51

Manga	KG	80		
-------	----	----	--	--

Item 52

Mamão Formosa	KG	120		
---------------	----	-----	--	--

Item 53

Bacon com fina capa de gordura.	KG	12		
---------------------------------	----	----	--	--

Item 54

Carne suína, corte tipo carré, resfriada.	KG	80		
---	----	----	--	--

Item 55

Lingüiça toscana resfriada.	KG	50		
-----------------------------	----	----	--	--

Item 56

Lingüiça calabresa resfriada.	KG	50		
-------------------------------	----	----	--	--

Item 57

Carne bovina de 1ª qualidade, de Coxão Mole Moida.	KG	100		
--	----	-----	--	--



Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Item 58

Carne bovina de 1ª qualidade, de coxão mole, cortado em bifes.	KG	80		
--	----	----	--	--

Item 59

Carne bovina de 1ª qualidade, de patinho, cortado em bifes.	KG	80		
---	----	----	--	--

Item 60

Carne bovina de 1ª qualidade, costela bovina, cortada em ripa.	KG	80		
--	----	----	--	--

Item 61

Carne bovina, miolo de alcatra, peça, Carne bovina alcatra resfriada.	KG	20		
---	----	----	--	--

Item 62

Sobrecoxa de frango, congelada separadamente.	KG	70		
---	----	----	--	--

Item 63

Peito de frango congelados, tipo sassami.	KG	200		
---	----	-----	--	--

Item 64

Presunto suíno cozido fatiado, resfriado acondicionado em embalagens individual de 150g a 450 g.	KG	90		
--	----	----	--	--

Item 65

Queijo tipo mussarela, fatiado, acondicionado em embalagem individual de 150g a 400g	KG	120		
--	----	-----	--	--

Item 66

Cafê à vácuo torrado e moído tradicional, 500g. Cafê com selo de qualidade ABIC, armazenado e embalagem à vácuo e em caixa de papelão específica do produtor do cafê.	UND	160		
---	-----	-----	--	--

Item 67

Filtro de Papel tamanho 103, pct 30 unid	EMBALAGEM	100		
--	-----------	-----	--	--

Item 68

Achocolatado em pó, 400g, conservado em lata de alumínio. O produto deve conter em seus ingredientes, Activ-GO, uma combinação de nutrientes fonte de cálcio, ferro, vitaminas A, C, D e vitaminas do complexo B.	UND	80		
---	-----	----	--	--

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br**Item 69**

Pães de trigo, 50 g – assados.	KG	300		
--------------------------------	----	-----	--	--

Item 70

Pão fatiado para sanduíche, 400g.	UND	150		
-----------------------------------	-----	-----	--	--

Item 71

Pão fatiado integral, 400g.	UND	150		
-----------------------------	-----	-----	--	--

Item 72

Bolos sabores diversos – assados, Produto conservado em embalagem plástica, informando data de fabricação e validade. .	KG	250		
---	----	-----	--	--

Item 73

Gás liquefeito de petróleo para cozinha, 13 kg.	UND	20		
---	-----	----	--	--

Item 74

Água acondicionada em recipiente de 20 litros (recarga)	GALÃO	200		
---	-------	-----	--	--

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preço(s) apresentada(s) pela(s) empresa(s) vencedora(s) neste pregão, observado o que consta neste Edital e seus anexos, inclusive quanto a forma e condições de pagamento.

6.2. As notas fiscais devem ser emitidas a cada 15 ou 30 dias, após recebido os produtos.

6.2.1.. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, de acordo com o art. 40, inciso XIV, letra “a”, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, a contar da data de recebimento da Nota Fiscal.

6.2.1.1. Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura:

6.2.1.2. Emitida em favor da contratante, CNPJ nº 83.102.269/0001-06, conforme abaixo:

- em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

6.2.1.3. Ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos relacionados no DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deste Edital;

6.2.1.4. Constar em seu teor o número do Empenho ou Ordem de Compra, do Contrato, do Processo Licitatório e o endereço da OBM onde o material, ou serviço, foi fornecido;

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

6.2.1.5. Se for o caso, informar ser beneficiário da isenção do ICMS, excluindo do valor a ser pago pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul a parcela do numerário referente à isenção;

6.2.1.6. A apresentação da fatura ou nota fiscal contrariando estas exigências inviabilizará o pagamento e será a mesma devolvida, isentando-se a Contratante de quaisquer prejuízos que venha sofrer a Contratada;

7. LOCAL DE ENTREGA E PEDIDOS

7.1. Do local, prazo de entrega, garantia e outras exigências:

7.1.1. Endereço para entrega: Avenida Atlântica, nº 1968, bairro Enseada, São Francisco do Sul, CEP: 89240-000, Quartel Bombeiro Militar.

7.1.2. O pedido dos itens não perecíveis (dos itens 1 ao 32), serão feitos pelo Corpo de Bombeiros Militar situado na cidade de São Francisco do Sul, por meio de setor designado, parceladamente, de acordo com a necessidade, limitando-se no quantitativo de 12 a 24 pedidos anuais, sendo a entrega realizada na sede do quartel no endereço correspondente do mesmo, até 2 (duas) vezes por mês, conforme tabela:

PEDIDO	ENTREGA
Até o 5o dia útil	Até o dia 12 ou 1º dia útil após esta data
Após o 5o dia útil	Até o dia 25 ou 1º dia útil após esta data

7.1.3. No ato da entrega, os produtos perecíveis deverão estar em condições para consumo imediato, e os não perecíveis devem estar com no mínimo 2/3 (dois terços) da validade total registrada na embalagem;

7.1.4. Os pedidos dos itens 1 ao 32, via de regra, deverão ficar limitados em até 2 (duas) vezes por mês.

7.1.5. O fornecimento dos produtos perecíveis abaixo será realizado imediatamente ou em até 24 (Vinte e quatro) horas após o pedido, exceto se solicitado na sexta-feira, caso em que deverá ser entregue na segunda-feira próxima, e de acordo com a necessidade da contratante:

- a) Itens 33 à 52, hortifrutigranjeiros – frutas e verduras;
- b) Itens 53 à 65, carnes (bovina, frango e suína) e frios;

7.1.6. O fornecimento dos pães (itens 69, 70, 71) deverá ser realizado diariamente. A entrega deverá ser realizada no período matutino, entre as **6h30 até 8h00 da manhã**.

7.1.7 O fornecimento de pães deverá ser realizado nos finais de semana, recessos e feriados.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

- 7.1.8. A fornecedora, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura ou habilitado pelo Ministério da Saúde, correndo estes custos por conta do fornecedor;
- 7.1.9. Os produtos, mesmo entregues, só serão considerados aceitos após a verificação da conformidade com a especificação editalícia e nota fiscal;
- 7.2. Os produtos cotados deverão atender aos critérios de qualidade disposto na legislação e em vigor no tocante aos parâmetros físico-químico, microfisiológico, microscópicos, análise sensorial e microtoxinas, quando for o caso.
- 7.3. É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 7.4. A proponente que cotar o item 66, deverá apresentar junto a proposta LAUDO do Café tradicional, torrado e moído, em original ou fotocópia autenticada, emitido por laboratório que deverá estar habilitado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou com credenciamento ou reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, comprovando às características constantes da Resolução RDC no 175 de 08/07/2003, ANVISA, Portaria no 157, de 24/11/2002 INMETRO, Resolução RDC no 277 de 22/09/2005 ANVISA/MS, Resolução RDC 12 de 02/01/2001 ANVISA/MS, comprovando as seguintes características:
- 7.4.1. Sensorial: aspecto, cor, odor e sabor;
- 7.4.2. Físico-química: Cafeína e Umidade e substâncias voláteis à 105° C;
- 7.4.3. Microscopia: identificação de elementos histológicos identificação da composição: matéria macroscópica e matéria microscópica;
- 7.4.4. Microbiologia: Coliformes a 45°C.
- 7.4.5. Conforme licitações anteriores, as empresas que cotarem os cafés de marca Melitta, Pilão, Bom Jesus, Café do Ponto, Café do Centro, União, Caboclo ou Guidalli, ficam dispensadas de apresentação de Laudo, pois ambas atendem as especificações.

8. PERÍODO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 8.1. A vigência será para 12 meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços.

GILERTO DA LUZ FERREIRA – 1º SGT BM**Comandante do Grupamento Bombeiro Militar de São Francisco do Sul**

ANEXO I-A
QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS.

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	GÊNERO ALIMENTÍCIO	ESPECIFICAÇÃO
1	KG	100	Açúcar, 1kg	AÇÚCAR REFINADO - Açúcar refinado - Embalagem 1kg) De origem vegetal, constituído fundamentalmente por suco de cana-de-açúcar, contendo no mínimo 98,5% de sacarose, com aspecto sólido e cristais bem definidos, cor branca, odor e sabor próprios do produto, livre de fermentação, sem unidade, sem enpedramentos, isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais, com embalagem primária plástica resistente que garanta a integridade do produto até o consumo, contendo 01(um quilo), reenbaladas em fardos reforçados, com prazo de validade de 01 (um) ano a cada fornecimento. A data de validade deverá constar da embalagem primária e da embalagem secundária, exceto quando a embalagem secundária for transparente.
2	UNID.	24	Azeite de oliva, 500ml	AZEITE DE OLIVA EXTRA-VIRGEM - (Azeite de oliva - Embalagem 500ml) Extra virgem, não-refinado, sem misturas, prensado à frio, com teor de acidez menor do que 1%, embalado em garrafa de vidro ou lata (folha de flandres) não-amassada, resistente, que garanta a integridade do produto até o consumo, contendo 500ml de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto, prazo de validade de pelo menos 1 ano a cada recebimento e informações nutricionais.

3	KG	150	Arroz Parboilizado, 1kg	ARROZ PARBOILIZADO, Tipo 1, agulhinha, classe longo fino, constituídos de grãos inteiros, com teor de umidade máxima 15% (g / 100 g), isento de sujidades (parasitas, mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, matérias terrosas) e materiais estranhos. Embalagens: de polietileno, transparente original do fabricante, de 01 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Legislação: Resolução - RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005.
4	UNID.	20	Caldo de Carne, 57g	CALDO DE CARNE - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar; alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne bovina; validade mínima 10 meses a contar da entrega, em pó; acondicionado em pacote com 1 quilo; e suas condições deverão estar de acordo com a nta - 70(decreto 12.486 de 20/10/78).
5	UNID.	20	Caldo de Carne, 57g	CALDO DE GALINHA - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar; alho, cebola, gordura vegetal, extrato de galinha; validade mínima 10 meses a contar da entrega, em pó; acondicionado em pacote com 1 quilo; e suas condições deverão estar de acordo com a nta - 70(decreto 12.486 de 20/10/78).
6	UNID.	80	Doce de Leite, 350g	DOCE DE LEITE de 1ª qualidade, produtos elaborados a partir de fruta(s), inteira(s) ou em parte(s) e ou semente(s), obtidos por secagem e ou desidratação e ou laminação e ou cocção e ou fermentação e ou concentração e ou congelamento e ou outros processos tecnológicos considerados seguros para a produção de alimentos. Embalagens: polietileno tereftalato (PET) de 350g, com dizeres de rotulagem, data de fabricação e validade.
7	UNID.	120	Extrato de tomate, 340g	POLPA OU PURÊ DE TOMATE - EMBALAGEM GRANDE (340g ou mais) - Resultante de concentração da polpa de tomates maduros. Pele e sementes retiradas por processo tecnológico adequado. Isento de fermentações, indicando processamento não defeituoso. Apresentando consistência de purê, cor vermelho, cheiro e sabor próprios. Embalagem apresentando externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto e informações nutricionais. Prazo de validade de pelo menos 6 meses a contar do recebimento.

8	UND	90	Manteiga com Sal	(Manteiga com sal - Embalagem 200g) Manteiga com sal, de primeira qualidade, obtida do creme de leite pausterizado e cloreto de sódio, não contendo glúten. Embalagens retangulares com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de, no mínimo, 4 meses.
9	UNID.	30	Margarina cremosa com sal, 500g	(Margarina cremosa com sal - Embalagem 500g) Margarina cremosa com sal, de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com 500g, com teor mínimo de 80% de lipídeos, embalagens retangulares com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de, no mínimo, 4 meses.
10	UNID.	90	Requeijão Cremoso Tradicional, 180g.	REQUEIJÃO CREMOSO TRADICIONAL – (Requeijão Cremoso Tradicional – embalagem de 180 g) Requeijão cremoso tradicional 180g, embalagem plástica, tipo “copo”, transparente, limpa, não violada, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Validade de, no mínimo, 4 meses.
11	KG	24	Farinha de mandioca, 1kg	FARINHA DE MANDIOCA- (Farinha de mandioca fina - Embalagem de 1kg) Farinha de mandioca, fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionados em fardos, contendo aproximadamente 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas da NTA 34 do Decreto Estadual número 12.486 de 20/10/1978. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.
12	KG	50	Farinha de trigo, tipo 1, 1kg	FARINHA DE TRIGO, TIPO 1- (Farinha de trigo, tipo 1 - Embalagem de 1kg) Farinha de trigo, tipo 1, fina, branca, crua, embalada em pacotes de papel, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produtos até o momento do consumo, acondicionados em fardos, contendo aproximadamente 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.

13	UNID.	24	Fermento Químico, 100 g;	FERMENTO QUÍMICO, 100g (Fermento químico, 100 g). Fermento químico em Pó, 100g, usado para fermentar bolos, pães e massas em geral. Ingredientes: amido de milho, fermento químico pirofosfato ácido de sódio, bicarbonato de sódio e fosfato monocalcico. Contém glúten. Em sua embalagem, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de validade, quantidade do produto.
14	KG	100	Feijão preto, 1kg	FEIJÃO PRETO- Feijão preto - Embalagem 1kg) Feijão preto, em pacote de 1kg, classe preto, novo, de primeira qualidade. Embalagem plástica transparente, resistente. Registro no Ministério da Agricultura. Sem presença de grãos mofoados, carunchados e torrados. Validade mínima de 6 meses, a contar da data de entrega.
15	UNID.	70	Maionese, 500g	MAIONESE -Embalagem 500g. Molho consistente tipo emulsão com consistência firme, valor energético de 40 kcal para uma porção de 12 gramas. Embalagem contendo 500g.
16	UNID.	120	Ervilha, 300g	ERVILHA EM CONSERVA - Embalagem 300g) Ervilha em conserva conservado com o líquido da conserva, condicionado em embalagem de folha de flandres ou alumínio limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada. Embalagem de 300 g, apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.
17	UNID.	120	Milho, 300g	MILHO EM CONSERVA- Milho verde em conserva - Embalagem 300g) Milho verde em conserva conservado com o líquido da conserva, condicionado em embalagem de folha de flandres ou alumínio limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada. Embalagem de 300 g, apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.
18	UNID.	200	Gelatina em pó, 35g	GELATINA EM PÓ - VARIOS SABORES - Gelatina em pó, em perfeito estado granulométrico. Sem grumos, no perfeito estado de validade e embalado em saquinhos plásticos. Embalagem com aproximadamente 35g.
19	UNID.	120	Leite Condensado, 395g	LEITE CONDENSADO - composto de leite desnatado, açúcar e lactose(tradicional); de consistência cremosa e textura homogênea; validade mínima 10 meses a contar da entrega acondicionada em lata, pesando 395g.

20	UNID.	100	Creme de Leite, 200g	CREME DE LEITE - apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%; embalado em longa vida, pesando 200 gramas, com validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria ma-146, de 07/03/96
21	UNID.	70	Bolacha tipo Maizena, 400g	BOLACHA TIPO MAIZENA - Composição Tipo Mínima: Fortificada, Açúcar, Hidrogenada, Sal Água, Farinha Gordura Refinada, De E Trigo Vegetal Bicarbonato Der Sódio, Amido De Milho. Empacotado Em Plástico Atóxico, Termosselado, Isento De Bolores, Substâncias Nocivas, Odores E Sabor Estranhos Ao Seu Aspecto Normal. Embalados Em Pacotes De 400g. Embalagem Primária Declarando A Marca, Peso Líquido, Nome E Endereço Do Fabricante, Prazo De Validade E Lote, Número De Registro No Órgão Competente. A Embalagem Secundária Resistente, Contendo Informação Do Fabricante, Conteúdo Interno, Empilhamento Máximo.
22	UNID.	70	Bolacha tipo Água e Sal, 400g	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL - Composição Tipo Mínima: Fortificada, Açúcar, Hidrogenada, Sal Água, Farinha Gordura Refinada, De E Trigo Vegetal Bicarbonato Der Sódio, Amido De Milho. Empacotado Em Plástico Atóxico, Termosselado, Isento De Bolores, Substâncias Nocivas, Odores E Sabor Estranhos Ao Seu Aspecto Normal. Embalados Em Pacotes De 400g. Embalagem Primária Declarando A Marca, Peso Líquido, Nome E Endereço Do Fabricante, Prazo De Validade E Lote, Número De Registro No Órgão Competente. A Embalagem Secundária Resistente, Contendo Informação Do Fabricante, Conteúdo Interno, Empilhamento Máximo.
23	LITRO	350	Leite líquido integral, 1Lt	LEITE INTEGRAL - Embalagem 1l, Leite de vaca, sem adulterações, integral, com 3,5 a 5,3% de gordura, líquido, cor branca, odor e sabor característicos, acondicionado em embalagem longa vida UHT/UAT (ultra alta temperatura), em caixa de papelão aluminizada, de 1 litro, validade até 4 meses. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção.

24	UNID.	200	Macarrão, espaguete/talharim, 500g	Macarrão tipo espaguete "Macarrão Longo Com Ovos Tipo Espaguete e talharim, Submetido A Processo De Secagem, Acondicionado Em Saco Transparente De Polietileno Com Aproximadamente 500 g. A Embalagem Deverá Conter Externamente Os Dados De Identificação, Procedência, Informações Nutricionais, Número De Lote, Data De Fabricação, Data De Validade, Condições De Armazenagem, Quantidade Do Produto E Atender As Especificações Técnicas Da Nta 49 Do Decreto Estadual No 12.486 De 20/10/78. O Produto Deverá Apresentar Validade Mínima De 6 Meses A Partir Da Data De Entrega Na Unidade Requisitante".
25	UNID.	120	Óleo de soja refinado, 900 ml	ÓLEO DE SOJA- (Óleo de soja - Embalagem 900ml) Refinado, tendo sofrido processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação ou não e desodorização. Deverá apresentar aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverá estar isento de ranço e de outras características indesejáveis. Na rotulagem deverá apresentar as indicações correspondentes à classificação e designação refinado. Deve ser embalado em garrafas plásticas tipo pet, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o consumo, contendo 900ml de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto, prazo de validade e informações nutricionais. Validade mínima de 2 anos a contar da data de recebimento.
26	UNID.	10	Orégano desidratado, 100g	ORÉGANO - contendo 100 gramas, com identificação do produto, Marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.
27	KG	20	Sal refinado, 1kg	SAL REFINADO- (Sal iodado - Embalagem 1kg) Sal de grau alimentício, iodado, constituído por cristais de cloreto de sódio de granulometria regular. Obtido através da moagem de sal in natura seguida de processo de purificação por lavagens sucessivas. Todo o processo é rigidamente controlado, de modo a fornecer um sal refinado com alto grau de pureza. Em embalagem plástica de 1kg.
28	UNID.	350	Suco em pó, 25g.	SUCO EM PÓ, 25g (Suco em pó, 25g) Refresco em pó, vários sabores, com rendimento de 1 Litro. Embalagem: Pacotes de 25g. A embalagem primária do produto deverá ser de plástico atóxico. Será considerada imprópria e recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto a contaminação ou a deterioração. O produto. O produto deverá ser rotulado conforme portaria 42 DE 14/01/1998, RDC Nº 359 E RDC Nº 360 de 23/12/2003 DA ANVISA
29	UNID.	30	Tempero Pronto Alho e Sal, 300g.	TEMPERO PRONTO ALHO E SAL - embalagem de 300g.

30	Kg	50	Batata palha, 400g.	BATATA PALHA – 400g (Batata palha, 400g). Batata do tipo “palha”, em embalagem plástica de 400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto.
31	UNID	12	Cominho em pó, 30g.	COMINHO EM PÓ – 30 g (Cominho em pó, 30 g). Cominho em pó, em embalagem com 30 gramas. Pote plástico, típico de tempero, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto.
32	UNID	250	Vinagre de álcool, 900 ml	VINAGRE DE ALCÓOL – 900 ml (Vinagre de álcool, 900ml). Vinagre de álcool, em recipiente de 900 ml. Recipiente plástico, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto.

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	GÊNERO ALIMENTÍCIO	ESPECIFICAÇÃO
33	MAÇO	100	Alface, em maços	ALFACE - Verdura in natura, tipo alface, espécie lisa. Devem apresentar-se Inteiras, com raízes cortadas pela base das últimas folhas; Com aspecto fresco, turgescendo, sãs e não espigadas e não queimadas (pelo frio, por exemplo); Limpa, tenra e hidratada (não murcha), com folhas integras, com coloração características à cada variedade, sem folhas amareladas, sem podridão. Isentos de sujidades, de quaisquer matérias estranhas, de cheiro e/ou sabor anormais.
34	KG	25	Alho de primeira qualidade, branco	ALHO- Condimento natural, matéria-prima alho, aspecto físico em cabeça, tipo branco ou rosa, aplicação culinária em geral. Nobre, extra, maduro, com gomos íntegros, sem partes murchas, sem fungos, sem podridão, sem deformações, cultivar bem desenvolvida, com peso igual ou superior a 40g.

35	KG	295	Banana caturra	BANANA CATURRA - Limpa, madura (mas não passada), firme, com casca e polpa íntegras, com coloração amarelada, sem cicatrizes, amassados ou lesões. Em pencas firmes, sem podridão, sem deformações. Cultivar bem desenvolvida, com comprimento não inferior a 12 cm, com peso unitário em torno de 80 g. Embalagens limpas, secas, não absorvente (não madeira), de material que não provoque alterações externas ou internas nos produtos e não transmita odor ou sabor estranho ao produto.
36	KG	230	Batata lavada tipo inglesa	BATATA INGLESA- Batata inglesa, média) Tubérculo in natura, tipo batata, espécie inglesa/lavada/lisa, aplicação culinária em geral. Livre de umidade externa, tenra, firme, com sabor e odor característicos, sem podridão úmida ou seca, sem coração negro ou oco, sem partes vitrificadas, queimadas ou esverdeadas, sem danos profundos ou brotão. Isenta de cortes e contusões. Cultivar bem desenvolvida, com calibre entre 50 e 60mm. Embalagens limpas, secas, de material que não provoque alterações externas ou internas nos produtos e não transmita odor ou sabor estranho aos mesmos.
37	KG	120	Cebola	CEBOLA - De cabeça, tenra, rígida, com películas presentes (casca) e com coloração branca uniforme, característica a variedade, sem manchas de carvão, sem manchas enegrecidas por ataque de fungos, sem mofo, sem podridão nas camadas internas e externas, sem deformações, sem talo ou brotado. Bem desenvolvida, com diâmetro transversal entre 60 e 90mm. Fornecida em embalagens limpas, secas, de material que não provoque alterações externas ou internas nos produtos e não transmita odor ou sabor estranho aos mesmos.
38	MAÇO	50	Cebolinha verde para tempero, em maço	CEBOLINHA VERDE EM MAÇO- Verde, comum, limpa, tenra, com raiz, com coloração uniforme, com sabor e odor característico a cada variedade. Sem podridão, sem partes secas, murchas ou queimadas por sol ou fogo. Bem desenvolvida. Fornecida em embalagens limpas, secas, de material que não provoque alterações externas ou internas nos produtos e não transmita odor ou sabor estranho aos mesmos.
39	KG	125	Cenoura extra	CENOURA -Cenoura) Extra, limpa, tenra, firme, com polpa e casca íntegras, coloração uniforme característica a cada variedade, com raiz inteira, sem folhas, não lenhosa, sem podridão, sem deformações ou rachaduras, sem ombro verde ou roxo. Bem desenvolvida, com comprimento entre 140 e 180mm e calibre entre 30 e 40mm. Fornecida em embalagens limpas, secas, de material que não provoque alterações externas ou internas nos produtos e não transmita odor ou sabor estranho aos mesmos.

40	KG	410	Laranja péra	LARANJA PÉRA - Limpa, madura, suculenta, coloração uniforme, característica à variedade. Sem manchas, sem podridão, sem deformações. Bem desenvolvida, com diâmetro igual ou superior a 70mm.
41	KG	295	Maçã nacional Gala ou Fuji	MAÇÃ VERMELHA, NACIONAL - Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa .
42	KG	80	Repolho verde	REPOLHO VERDE - Tamanho médio, primeira qualidade, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme. livres de terra nas folhas externas de acordo com a resolução 12/78 da cnpa .
43	KG	70	Limão Taiti	LIMÃO TAITI- Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa .
44	MAÇO	50	Salsa verde para tempero	SALSA VERDE - Usada em molhos de saladas, peixes, ovos, molhos de tomate, "Ragout", aves, carnes, cordeiro e vegetais cozidos
45	DÚZIA	200	Ovo Vermelho Extra	OVOS TIPO CAIPIRA-(Ovo de galinha caipira)De acordo com a legislação, estes ovos devem ser produzidos por galinhas criadas em sistemas extensivos (sem gaiolas), que podem ciscar e "pastar" pelo terreno, com ninhos em locais cobertos para a postura dos ovos. A alimentação é feita de ingredientes exclusivamente de origem vegetal, sendo proibido o uso de remédios para o crescimento, antibióticos e pigmentos na ração. Também podem ser rotulados como "ovos de capoeira", "Ovos Colonial" ou "ovos tipo colonial". Casca íntegra e limpa (isenta de conspurcações por fezes, terra ou outras matérias estranhas). Ausência de sinais pronunciados de condensação. Comprovadamente inspecionado pelo SIF/DIPOA e com todas as marcações legalmente exigidas. Se acondicionados em embalagens pequenas dentro de uma embalagem grande, ambas devem possuir estas marcações. Embalagens limpas, secas e em bom estado de conservação. Tanto o interior como o exterior das mesmas, devem ser de materiais que ofereçam proteção contra choques e outros riscos de alteração de qualidade, além de não transmitirem qualquer tipo de odor diferente daquele característico ao produto. A caixa utilizada no transporte dos itens deve apresentar uma temperatura de 20ºC.

46	KG	200	Tomate extra	TOMATE PARA SALADA- Vegetal in natura, tipo: tomate para salada, aplicação: alimentar. Apresentação: limpo, inteiro, sem rachaduras, sem manchas, sem podridão, sem deformações, sem áreas queimadas por sol ou por frio. Cor: vermelho, uniforme. Bem desenvolvido, diâmetro de aproximadamente 80mm e grau de maturidade adequado. Isento de insetos, larvas ou parasitas, bem como de danos por estes provocados, conforme Resolução 12/78 da CNPA. Com pouco tempo de estocagem. Fornecido em embalagens limpas, secas, de material que não provoque alterações externas ou internas nos produtos e não transmita odor ou sabor estranho aos mesmos.
47	KG	100	Batata Doce	BATATA DOCE - limpa, tenra, firme, com polpa e casca íntegras, coloração uniforme característica a cada variedade, sem podridão, sem deformações ou rachaduras, bem desenvolvida. Fornecida em embalagens limpas, secas, de material que não provoque alterações externas ou internas nos produtos e não transmita odor ou sabor estranho aos mesmos.
48	UNID.	100	Brócolis Chinês	BROCOLIS CHINÊS - Tamanho médio, primeira qualidade, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem manchas e com coloração uniforme. livres de terra nas folhas externas de acordo com a resolução 12/78 da cnmpa .
49	UNID.	100	Abacaxi Pérola	ABACAXI PÉROLA - Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa .
50	KG	100	Uva Rubi	UVA RUBI - Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa .
51	KG	80	Manga	MANGA - Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes e com brilho. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa .
52	KG	120	Mamão Formosa	MAMÃO FORMOSA - Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. De acordo com a resolução 12/78 da cnmpa .

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	GÊNERO ALIMENTÍCIO	ESPECIFICAÇÃO
53	KG	12	Bacon com fina capa de gordura	BACON -Corte de carne de suíno aderida a pele da barriga do suíno de raça de corte entremeada de carne e e gordura devidamente preparada em Salmoura com Conservadores: Nitrato e Nitrito de Sódio, Antioxidante: Eritorbato de Sódio. Processo de defumação suave. Produzido e embalado em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação vigente.
54	KG	80	Carne suína, corte tipo carré, resfriada	CARNE SUÍNA SALGADA - TIPO CARRE, EM PEDACOS SEM OSSO, CONSERVADA EM SAL, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO.
55	KG	50	Linguiça tipo toscana	LINGUIÇA - FRESCAL, TIPO TOSCANA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME; SEM UMIDADE, NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO.
56	KG	50	Linguiça suína tipo calabresa	DEFUMADA, TIPO CALABRESA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME; SEM UMIDADE, NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO.
57	KG	100	Carne bovina, de coxão mole, moída	CARNE BOVINA MOÍDA – COXÃO MOLE -Corte de novilho de primeira, proveniente da parte traseira do boi conhecido como coxão mole. Sem sebo. Moída em sacos plásticos de aproximadamente 1kg. Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente.
58	KG	80	Carne bovina, de coxão mole, cortado em bifes	CARNE BOVINA EM BIFES – COXÃO MOLE -Corte de novilho de primeira, proveniente da parte traseira do boi conhecido como patinho. Sem sebo. Em formato de bife de aproximadamente 170 gramas. Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente.

59	KG	80	Carne bovina, de patinho, cortado em bifes	CARNE BOVINA EM BIFES – PATINHO - Corte de novilho de primeira, proveniente da parte traseira do boi conhecido como coxão mole. Sem sebo. Em formato de bife de aproximadamente 170 gramas, Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente.
60	KG	80	Carne de 1ª qualidade, Costela Bovina.	CARNE BOVINA EM RIPA – COSTELA - Corte de novilho de primeira, proveniente da lateral do boi conhecido como costela. Sem sebo. Em formato de ripas de aproximadamente 500 gramas, Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente.
61	KG	20	Carne bovina, miolo de alcatra, peça	CARNE BOVINA, PEÇA – MIOLO DE ALCATRA -Corte de novilho de primeira, proveniente da parte traseira do boi conhecido como MIOLO DE ALCATRA. Sem sebo. Em peças de aproximadamente 500 gramas, Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente.
62	KG	70	Sobrecoxa de frango, congelada separadamente	SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA EM BANDEJAS DE 1 KG -sobrecoxa reduzida e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. Acondicionadas em embalagens de 1kg. Validade mínima a contar da data de entrega: 6 meses.
63	KG	200	Peito de Frango, congelado, tipo sassami.	PEITO DE FRANGO CONGELADOS – TIPO SASSAMI. Os produtos devem mostrar o peso nas embalagens confirmando o pedido feito. As carnes deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, devidamente fechados, higienizados e livres de qualquer sujidade, pesando no máximo 2 Kg por pacote para facilitar o recebimento, descongelamento e a conferência da mercadoria. Cada pacote de carne deverá conter o peso confirmando o pedido feito.
64	KG	90	Presunto suíno cozido fatiado, resfriado	PRESUNTO COZIDO – 1ª Qualidade, Fatiado, A Embalagem Original Deve Ser A Vácuo Em Saco Plástico Transparente E Atóxico, Limpo, Não Violado, Resistente, Que Garanta A Integridade Do Produto Até O Momento Do Consumo, Acondicionado em embalagem de 150g a 450g. A Embalagem Deverá Conter Externamente Os Dados De Identificação, Procedência, Informações Nutricionais, Número De Lote, Quantidade Do Produto, Número Do Registro No Ministério Da Agricultura/Sif/Dipoa E Carimbo De Inspeção Do Sif. O Produto Deverá Apresentar Validade Mínima De 30 (trinta) Dias A Partir Da Data De Entrega Na Unidade Requirante.

65	KG	120	Queijo tipo mussarela fatiado	QUEIJO MUSSARELA – 1ª Qualidade, Fatiado, A Embalagem Original Deve Ser A Vácuo Em Saco Plástico Transparente E Atóxico, Limpo, Não Violado, Resistente, Que Garanta A Integridade Do Produto Até O Momento Do Consumo, acondicionado em embalagem de 180g a 400g. A Embalagem Deverá Conter Externamente Os Dados De Identificação, Procedência, Informações Nutricionais, Número De Lote, Quantidade Do Produto, Número Do Registro No Ministério Da Agricultura/Sif/Dipoa E Carimbo De Inspeção Do Sif. O Produto Deverá Apresentar Validade Mínima De 30 (trinta) Dias A Partir Da Data De Entrega Na Unidade Requisitante. Fatiado Em Lâminas De 30g Kg."
----	----	-----	-------------------------------	--

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	GÊNERO ALIMENTÍCIO	ESPECIFICAÇÃO
66	UNID.	160	Café torrado e moído, 500g	CAFÉ – À vácuo torrado e moído, em embalagem apropriada à vácuo e em caixa de papelão específica do produtor de café, com selo de pureza da ABIC (Associação Brasileira da Ind. de Café). Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.
67	PACOTE	100	Filtro de Papel tamanho 103, pet 30 unid.	FILTRO DE PAPEL, com micro furos e dupla costura lateral, tamanho médio 103. Caixas com 30 filtros.
68	UNID.	80	Achocolatado em pó, 400g	ACHOCOLATADO EM PÓ- Achocolatado em pó instantâneo, a base de cacau em pó. Embalagens devem estar intactas, acondicionadas em latas de alumínio de 400g. Produto deve conter /Activ-Go, uma combinação de nutrientes que é fonte de cálcio, ferro, vitaminas A, C, D e vitaminas B. Prazo de validade: mínimo 06 meses.

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	GÊNERO ALIMENTÍCIO	ESPECIFICAÇÃO
69	KG	300	Pães de trigo, 50 g	ESPECIFICAÇÃO PÃO DE TRIGO - Pão francês, ou pão de trigo, tipo hotel, peso de 50g. Deve ser produzido no dia da entrega. Com formato fusiforme e com pestana. Acondicionados em pacotes descartáveis, de materiais apropriados que devem ser transportados em monoblocos retomáveis de polietileno, fechados, em perfeitas condições de higiene, coberto com material impermeável e atender as especificações técnicas da NTA 47 do Decreto Estadual número 12.486 de 20/10/1978. O fornecedor deverá garantir a validade do produto, no prazo mínimo de 6 horas após a entrega.
70	UNID.	150	Pão fatiado para sanduíche, 400g.	PÃO FATIADO PARA SANDUÍCHE 400g - Pão fatiado para sanduíche, 400g. Produto conservado em embalagem plástica, informando data de fabricação e validade de no mínimo 7 dias.
71	UNID.	150	Pão fatiado integral, 400g.	PÃO FATIADO INTEGRAL 400g - Pão fatiado para sanduíche, 400g. Produto conservado em embalagem plástica, informando data de fabricação e validade de no mínimo 7 dias.
72	KG	250	Bolos diversos	BOLOS DIVERSOS - Bolo, com peso de aproximadamente 500g. Deve ser produzido no dia da entrega. Sabores diversos. Acondicionados em pacotes descartáveis, o fornecedor deverá garantir a validade do produto, no prazo mínimo de 6 horas após a entrega.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

ANEXO II
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO 076/2020 - SRP

VALIDADE: 12 meses.

Aos (data), no (local), o Município de São Francisco do Sul, por seu representante nomeado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 076/2020 – PREGÃO ELETÔNICO - SRP**,

Ata de Registro de Preços, homologada pelo **Prefeito Municipal**,

RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos produtos conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes: ---

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Sistema de Registro de Preços da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha P-13 para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em São Francisco do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São Francisco do Sul não será obrigado a adquirir o produto referido na Cláusula I, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Poderá utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame a entidade relacionada neste Edital, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93 e alterações.

3.2 – O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:



Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Item	Especificações	Vlr Unitário
X	-----	R\$ -----

Classificação: _____.

3.3 – Em cada fornecimento dos bens, decorrentes desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do **EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 076/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO - SRP**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 As entregas deverão ocorrer conforme solicitação do Corpo de Bombeiros observado o prazo de validade da ata e o prazo de entrega previsto no termo de referencia que deverá ser contado a partir da emissão da ordem de compra.

4.2 – Os produtos deverão ser entregues nos locais informados pelo Corpo de Bombeiros, o qual não poderá exceder os limites territoriais do Município de São Francisco do Sul (SC).

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscosul.sc.gov.br

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**9.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca.
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- h) Outras obrigações previstas no Termo de referencia

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do ITEM 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2230

CNPJ 83.102.269/0001-06

Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-
CPF:

2-
CPF:

P.E. 078-2020

Publicação Nº 2598860

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
LICITAÇÃO Nº 078/2020**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 16.528 de 06 de julho de 2020, torna público para 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO ITEM conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DA LICITAÇÃO**1.1 – DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de mini escavadeira hidráulica para a Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 12 de agosto de 2020 às 08h.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 25 de agosto de 2020 às 08h30.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 25 de agosto de 2020 às 09h.

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante."

2.10 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR ITEM nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

9 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários

4- Gerência de Agricultura

1030 – Infraestrutura para a Agricultura

1340000 - Transf.convênios-união/outros não rel

3449052400000000000 – Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários

218

9 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários

4- Gerência de Agricultura

1030 – Infraestrutura para a Agricultura

1000000 - Recursos Ordinários

3449052400000000000 – Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9 . Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Públicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do item

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.1.2 . Para fins do disposto no item acima, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.11. Qualificação Técnica

13.11.1. Comprovação de que a contratada forneceu itens compatíveis em características com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. A comissão de licitação poderá diligenciar junto as fornecedoras dos atestados para verificar a veracidade das informações nos termos da lei 8.666/93.

13.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.2 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2.1 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação

de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela

Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de compra prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não manter a proposta;

24.1.7. Cometer fraude fiscal;

24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 11 de agosto de 2020

Cesar Adriano da Cruz
Secretário de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO.

Aquisição de Mini-Escavadeira Hidráulica da Secretaria de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários (Gerencia de Agricultura).

2. OBJETIVO / FINALIDADE.

Para melhorar a deficiência e assistir os moradores e agricultores destas regiões mais distantes, a Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários vem desenvolvendo diversas iniciativas em forma de programas oficiais como: "Programa de Apoio ao Produtor Rural e Programa Porteira Adentro". Esses programas visam melhorias dentro e fora das propriedades rurais do município no tocante a infraestruturas como estradas vicinais, drenagem, escavações e terraplanagens, ensaibramento e readequação de estradas e acessos para escoamento de produção dentre outros.

3. JUSTIFICATIVA.

O município de São Francisco do Sul possui uma área rural extensa e distante da sede administrativa, com isso os serviços de melhoria da infraestrutura são prestados com dificuldade e ocasionalmente, pelo setor de Obras Públicas da administração municipal. Para melhorar esta deficiência e assistir os moradores e agricultores destas regiões mais distantes, a Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários está desenvolvendo diversas iniciativas em forma de programas oficiais como: "Programa de Apoio ao Produtor Rural e Programa Porteira Adentro". Esses programas visam melhorias dentro e fora das propriedades rurais do município no tocante a infraestruturas como estradas vicinais, drenagem, escavações e terraplanagens, ensaibramento e readequação de estradas e acessos para escoamento de produção dentre outros. Para realização destes serviços são contratadas anualmente empresas terceirizadas através de licitação o que onera sobre maneira o limitado orçamento desta secretaria, sendo que a aquisição da miniescavadeira poderá dar mais continuidade aos trabalhos e ainda baratear os custos de operação, podendo dar apoio a outras ações que hoje não são atendidas. A questão de escolha por este equipamento se da pela versatilidade, alta produção e baixo custo de aquisição, operação e manutenção apresentado.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO.**ITEM**

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Mini Escavadeira Hidráulica nova, equipada com motor a Diesel de potência acima de 24,7 HP a 2100 RPM, Motor de giro com pistão de fluxo variável, velocidade do giro no mínimo de 9,6 RPM. Chassi com estrutura de proteção para a parte inferior e para os motores. Ponto de engate de tração dianteira e traseira. Esteira de borracha ou ferro, sapata acima de 250 mm (std), Cabine Semi-Aberta, controles da escavadeira acionados via joystick, ajustáveis independente do ajuste do banco. Esteiras totalmente hidrostáticas. Alcance de escavação acima de 3.000 mm, força de desagregação da caçamba acima de 2.300kgf. Caçamba reforçada para serviços de no mínimo 18 polegadas, profundidade mínima de escavação 3.000 mm. Peso operacional acima de 1.700 kg. Velocidade do giro acima de 9,5 RPM	un	01		

4.1 GARANTIA DO EQUIPAMENTO

Prazo de garantia do equipamento no mínimo de 12(Doze) meses, sem limite de Horas.

Obs.: Na proposta deverão estar incluídas todas as despesas com transporte e encargos.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NA HABILITAÇÃO

Comprovação de que a contratada forneceu itens compatíveis em características com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. A comissão de licitação poderá diligenciar junto as fornecedoras dos atestados para verificar a veracidade das informações nos termos da lei 8.666/93.

6. FORMA DE PAGAMENTO

Único em até 30 dias, após o recebimento do equipamento com apresentação da nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

7. FORMA DE ENTREGA

Até 30 dias após a solicitação da Secretaria de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários, após a assinatura do contrato e emissão da ordem de compra.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

A execução deverá ser para o período de 30 dias e a vigência do contrato para o período de 60 dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de compra.

9. LOCAL DE ENTREGA

Secretaria de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários, (Gerencia de Agricultura) – Br: 280 Km 08, Nº 3125, Rocio Grande, Anexo ao antigo CAT(Centro de Atendimento ao Turista), São Francisco do Sul – SC, CEP 89240-000.

10. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

11. SANÇÕES

De acordo com o artigo 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993. Decreto 10. 024/2019

Cesar Adriano da Cruz

Secretário de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de mini escavadeira hidráulica para a Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Mini Escavadeira Hidráulica nova, equipada com motor a Diesel de potência acima de 24,7 HP a 2100 RPM, Motor de giro com pistão de fluxo variável, velocidade do giro no mínimo de 9,6 RPM. Chassi com estrutura de proteção para a parte inferior e para os motores. Ponto de engate de tração dianteira e traseira. Esteira de borracha ou ferro, sapata acima de 250 mm (std), Cabine Semi-Aberta, controles da escavadeira acionados via joystick, ajustáveis independente do ajuste do banco. Esteiras totalmente hidrostáticas. Alcance de escavação acima de 3.000 mm, força de desagregação da caçamba acima de 2.300kgf. Caçamba reforçada para serviços de no mínimo 18 polegadas, profundidade mínima de escavação 3.000 mm. Peso operacional acima de 1.700 kg. Velocidade do giro acima de 9,5 RPM	un	01		

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de é de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e a entrega em 30 (trinta) dias ambos contados de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

190
9 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários
4- Gerência de Agricultura
1030 – Infraestrutura para a Agricultura
1340000 - Transf.convênios-união/outros não rel
3449052400000000000 – Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários

218
9 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários
4- Gerência de Agricultura
1030 – Infraestrutura para a Agricultura
1000000 - Recursos Ordinários
3449052400000000000 – Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 28 (vinte e oito) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O equipamento será recebido:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente o equipamento, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega do equipamento em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia do produto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;
- III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

P.E. 079-2020

Publicação Nº 2599076

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
LICITAÇÃO Nº 079/2020**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 16.339 de 12 de março de 2020, torna público para 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO ITEM conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO**1.1 – DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a aquisição de veículo novo para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para atendimento as demandas do Centro de Bem Estar Animal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 12 de agosto de 2020 às 08h.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 25 de agosto de 2020 às 10h30.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 25 de agosto de 2020 às 11h.

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento).

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante".

2.10 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico**

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR ITEM nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

551
15 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
3- Fundo Municipal de Meio Ambiente
2096 – Fundo Municipal de Meio Ambiente
3800400 - Outras espec. multas ambientais
3449052520000000000 – Veículos de Tração mecânica

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;
Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9 . Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Públicas – ICP – Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do item.

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso

até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

12.1.2 . Para fins do disposto no item acima, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente,

na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.11. Qualificação Técnica

13.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

13.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.2 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2.1 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de entrega do veículo é 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de compra prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

- 24.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 24.1.6. Não manter a proposta;
- 24.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;
- 24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 11 de agosto de 2020

Helena Pures Roldão
Secretária Municipal de Meio Ambiente

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de veículo novo para a Secretaria de Meio Ambiente, para atendimento as demandas do Centro de Bem-Estar Animal.

2. OBJETIVO / FINALIDADE

A necessidade de aquisição de mais um veículo para serviços de vistorias ambientais e demais necessidades desta secretaria, além de prestar auxílio direto as demandas do centro de bem-estar animal, para o resgate e tratamento de animais de rua, bem como para a apuração de maus tratos de animais e a promoção de campanhas de conscientização sobre guarda responsável e o bem-estar animal.

3. JUSTIFICATIVA

A partir do ano de 2019, o Centro de Bem-Estar animal passou a ser parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como, todos os atendimentos, cirurgias e fiscalização, passaram a ser responsabilidade da mesma. Visando estruturar e garantir o melhor atendimento possível do setor, faz-se necessária a aquisição de veículo adequado para resgate e transporte de animais.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Item	Especificação	Quantidades	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>Veículo modelo 2020, 0 Km, tipo utilitário furgão, motor a partir de 1.4L, bicombus-tível (álcool/gasolina), direção hidráulica ou eletroassistida (elétrica), vidro elétrico, air bag duplo, freio ABS, ar condicionado (quente e frio), câmbio manual, pintura branca, painel de instrumentos com conta-giros, capacidade para 02 passageiros, capacidade de carga mínima 650kg, protetor de cárter, acessórios obrigatórios (cintos de segurança três pontas, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo), tapetes e com garantia mínima de 01 ano do fabricante. Documentação de transferência inclusa.</p> <p>Revisões incluídas até os 100.000 kms, devendo ser realizadas com a periodicidade prevista no manual de fabricação, custeadas pela vencedora a mão de obra e despesas de peças de manutenção regular (óleos, filtros, higienização de ar condicionado etc.) Tudo conforme item 5.5 deste edital.</p> <p>Veículo com primeiro emplacamento em nome da contratante, com taxas e impostos devidos suportados pela contratada, bem como entrega com tanque cheio.</p>	01		

5. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1 Sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos.

5.2 A licitante vencedora, obriga-se a substituir, imediatamente após o recebimento de notificação efetuada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os produtos ou serviços que se apresentem em desacordo com este Termo de Referência que apresentarem defeito, sem ônus para a Administração Municipal. O não cumprimento resultará na aplicação das penalidades cabíveis.

5.3 A licitante vencedora, deverá entregar o veículo com todos os equipamentos citados, devidamente instalados e em perfeito estado de funcionamento.

5.4 Atender a todas as especificações técnicas e exigências dispostas no Edital de Pregão Presencial.

5.5 Prestar garantia dos veículos conforme descritivo dos serviços e manutenções, certificado de garantia do proprietário do veículo e seus equipamentos por um prazo de no mínimo 36 (trinta e seis) meses consecutivos a contar da data de emissão da nota fiscal. Afora a garantia retratada, a licitante vencedora deverá realizar todas as revisões previstas pelo fabricante até cada um dos veículos atingir os 100.000 kms, devendo os serviços serem realizados com a periodicidade prevista no manual de fabricação, custeadas pela vencedora a mão de obra e despesas de peças de manutenção regular (óleos, filtros, higienizações...).

5.6 Possuir oficina, assistência autorizada pelo fabricante, com mecânicos capacitados e fornecimento de peças de reposição originais para efetuar serviços de manutenção nos veículos na cidade de Joinville ou Jaraguá do Sul – SC.

5.7 É de responsabilidade da licitante vencedora, o licenciamento dos veículos em nome do Município de São Francisco do Sul.

6. DO PAGAMENTO

28 dias após a entrega da Nota Fiscal

7. DO PRAZO E ENTREGA

Entrega em 30 dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de compra, conforme solicitação da Secretaria.

8. LOCAL DE ENTREGA

Rua Barão do Rio Branco, 217, Centro, São Francisco do Sul/SC.

9. VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato será pelo período de 120 dias a contar a partir da assinatura do contratual e da respectiva ordem de compra.

Helena Pures Roldão
Secretária Municipal de Meio Ambiente

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita

no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículo novo para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para atendimento as demandas do Centro de Bem Estar Animal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Quantidades	Valor Unitário	Valor Total
01	Veículo modelo 2020, 0 Km, tipo utilitário furgão, motor a partir de 1.4L, bi-combustível (álcool/gasolina), direção hidráulica ou eletroassistida (elétrica), vidro elétrico, air bag duplo, freio ABS, ar condicionado (quente e frio), câmbio manual, pintura branca, painel de instrumentos com conta-giros, capacidade para 02 passageiros, capacidade de carga mínima 650kg, protetor de cárter, acessórios obrigatórios (cintos de segurança três pontas, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo), tapetes e com garantia mínima de 01 ano do fabricante. Documentação de transferência inclusa. Revisões incluídas até os 100.000 kms, devendo ser realizadas com a periodicidade prevista no manual de fabricação, custeadas pela vencedora a mão de obra e despesas de peças de manutenção regular (óleos, filtros, higienização de ar condicionado etc.) Tudo conforme item 5.5 deste edital. Veículo com primeiro emplacamento em nome da contratante, com taxas e impostos devidos suportados pela contratada, bem como entrega com tanque cheio.	01		

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de é de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, sendo o prazo de entrega de até 30 (trinta) dias após sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

551
15 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
3- Fundo Municipal de Meio Ambiente
2096 – Fundo Municipal de Meio Ambiente
3800400 - Outras espec. multas ambientais
3449052520000000000 – Veículos de Tração mecânica

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 28 (vinte e oito) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O veículo será recebido:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente o veículo, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do veículo recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega do veículo em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia do produto;

- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- h) Outras obrigações previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- 2-

P.E. 080-2020

Publicação Nº 2599077

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO LICITAÇÃO Nº 080/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 16.528 de 06 de julho de 2020, torna público para 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO ITEM, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de 02 (dois) ar condicionados split, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 O critério de julgamento adotado será o menor preço total do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 12 de agosto de 2020 às 08h.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 26 de agosto de 2020 às 08h30.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 26 de agosto de 2020 às 09h.

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante

2.10 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

Eletrônico, www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR ITEM nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Recursos Utilizados	
Código Reduzido:	433
Órgão:	5 – Departamento Municipal de Trânsito
Unidade:	1 – Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito
Ação:	2009 – Manutenção das Atividades do Departamento Municipal de Trânsito
Vínculo:	1120000 – Convênio de Trânsito Prefeitura
Subelemento:	34490523400000000000 – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 dias úteis antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III

e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Públicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do item

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for

aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.1.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.1.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço total por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

11.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.26.1 No país;

11.26.2 Por empresas brasileiras;

11.26.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.26.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

12.1.1. Para fins do disposto no item 12.1, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em

nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.11. Qualificação Técnica

13.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes

estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.1 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.1.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.1.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.1.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.3. O prazo de entrega dos equipamentos é 30 dias após a solicitação da Secretaria Municipal de Administração para o item 01, 10 dias corridos para os itens 02 e 15 (quinze) dias corridos para o item 03.

19.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não mantiver a proposta;

24.1.7. Cometer fraude fiscal;

24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 11 de agosto de 2020.

Jackson Portella de Lima
Diretor Geral do DEMTRAM

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2020

1. OBJETO

Aquisição de 02 (dois) Ar condicionado Split.

2. FINALIDADE

A necessidade de Compras de 02 ar condicionados Split para ser utilizado no DEMTRAM, visto a necessidade de propiciar melhor conforto no ambiente de trabalho. Conforme descrição abaixo.

3. JUSTIFICATIVA:

A aquisição de 02 (dois) condicionadores de ar Split para melhor conforto térmico e ambiente mais agradável de trabalho no Departamento de Transito Municipal, (DEMTRAM).

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Especificações	Unid.	Qtidade	Preço unitário	Preço total
01	Ar Condicionado Split 18.000 BTU/h, inverter, quente/frio, com instalação inclusa com materiais necessários.	Unid.	02		
TOTAL DOS ITENS					R\$

Obs.: Na proposta deverão estar incluídas todas as despesas com transporte e encargos.

5. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será único, de acordo com os serviços prestados, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal. A nota deverá ser entregue no DEMTRAN/SFS, localizado na Sede da Prefeitura de São Francisco do Sul, Praça Getúlio Vargas, 01, bairro Centro, CEP: 89.240-000, para certificação do setor responsável.

6. FORMA DE ENTREGA

A entrega será única com prazo de até 15 (Quinze) dias corridos, após solicitação do DEMTRAN, Assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Compra Global.

7. LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Os condicionadores de ar deverão ser instalados nas salas do Departamento Municipal de Trânsito de São Francisco do Sul, localizado na Sede da Prefeitura de São Francisco do Sul, Praça Getúlio Vargas, 01, bairro Centro, CEP 89.240-000, após solicitação realizada pelo DEMTRAN/SFS com antecedência, num prazo de até 15 dias corridos após a solicitação do DEMTRAM, assinatura do contrato e emissão da ordem de compras.

8. GARANTIA

A empresa CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia para troca/substituição dos equipamentos num prazo de 60 dias em caso de defeito de fabricação.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Os condicionadores de ar deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a emissão da ordem de compra e assinatura do contrato, a vigência do contrato será até 30 de Setembro de 2020.

10. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

11. SANÇÕES

De acordo com o artigo 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A empresa CONTRATADA terá que fornecer os equipamentos com instalação inclusa, conforme estabelecido pelo Departamento Municipal de Trânsito de São Francisco do Sul – DEMTRAN.

Jackson Portella de Lima
Diretor Geral do DEMTRAM

ANEXO II MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de 02 (dois) ar condicionados split, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Especificações	Unid.	Qtidade	Preço unitário	Preço total
01	Ar Condicionado Split 18.000 BTU/h, inverter, quente/frio, com instalação inclusa com materiais necessários.	Unid.	02		
TOTAL DOS ITENS					R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de sua assinatura, conforme abaixo, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993:

Os condicionadores de ar deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a emissão da ordem de compra e assinatura do contrato, a vigência do contrato será até 30 de Setembro de 2020.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Recursos Utilizados	
Código Reduzido:	433
Órgão:	5 – Departamento Municipal de Trânsito
Unidade:	1 – Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito
Ação:	2009 – Manutenção das Atividades do Departamento Municipal de Trânsito
Vínculo:	1120000 – Convênio de Trânsito Prefeitura
Subelemento:	3449052340000000000 – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os equipamentos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os equipamentos, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicados, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia do produto;

b) Fornecer certificado de garantia para troca/substituição com prazo mínimo estipulado no Termo de Referência (Anexo I), ao qual deu origem a este contrato.

c) Os produtos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Educação, inerentes ao objeto da presente licitação.

f) Comunicar a Secretaria Municipal de Educação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

j) Outras obrigações contidas do Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1- 2-

PORTARIA Nº 16.578/2020

Publicação Nº 2598991

PORTARIA nº 16.578, de 11 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.400/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUTIR Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, formada pelos servidores adiante nomeados para, sob a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação deste ato, Tomadas de Contas Especiais, em conformidade com a Instrução Normativa nº TC nº 13/2012, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente, quando determinado, por Portaria específica de Instauração, pela autoridade competente, conforme segue:

I – TITULARES:

- a) Michelle Evanir Campos Antunes – Matrícula nº 582158-0;
- b) Fabiana Blank Calazans – Matrícula nº 226106;
- c) Diogo Tavares – Matrícula nº 501891-01.

II – SUPLENTES:

- a) Dayse Luana Bianchini – Matrícula nº 8101132;
- b) Mery Elisa Siqueira Jacintho Ferreira – Matrícula nº 8026769.0.

Art. 2º - Aos servidores nominados no inciso I, do art. 1º, desta Portaria, será atribuída gratificação de função, com base no §1º, do art. 151, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, não sendo nenhuma das gratificações acumulável e incorporável para qualquer efeito.

Art. 3º - Permanecem vigentes as Portarias que instauram e constituem comissões de Tomada de Contas Especial até o fim dos procedimentos.

Art. 4º - Ficam os componentes titulares da presente Comissão desonerados de suas atribuições funcionais sem prejuízo de suas remunerações.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 16.566, de 7 de agosto de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 11 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

São João Batista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 451/2020

Publicação Nº 2598529

PORTARIA Nº 451/2020

Resilição de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resiliado o contrato do Servidor ANDREW RODRIGUES ALVES ocupante da função de AUXILIAR GERAL – COLETA DE LIXO, lotada junto ao SISAM, a contar de 10 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 06 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 452/2020

Publicação Nº 2598568

PORTARIA Nº 452/2020

ACT

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário DANILO JOSE SCHEIFTER para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR GERAL – COLETA DE LIXO, com exercício no SISAM, pelo período de 23/07/2020 a 22/01/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 06 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 453/2020

Publicação Nº 2598570

PORTARIA Nº 453/2020

ACT

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário REGINALDO DOMINGOS CAVALHEIRO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR GERAL – ATERRO SANITÁRIO, com exercício no SISAM, pelo período de 22/07/2020 a 06/08/2020, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 06 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA N° 454/2020

Publicação N° 2598571

PORTARIA N° 454/2020

ACT

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário MAICON RAFAEL MOREIRA DA SILVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR GERAL – COLETA DE LIXO, com exercício no SISAM, pelo período de 01/07/2020 a 31/12/2020, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 10 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA N° 455/2020

Publicação N° 2598572

PORTARIA N° 455/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 03/08/2020 a 15/12/2020, o contrato do (a) servidor (a) ALÉXIA IEVENA PIVA, admitido (a) para a função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL I 1º/5º, junto a Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Rozimere Hermes Zunino, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de sua prorrogação.

São João Batista, 10 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/FMAS/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 004/FMAS/2020

Publicação N° 2598840

Revogação do Processo Licitatório nº 004/FMAS/2020 - Pregão Eletrônico 004/FMAS/2020

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 004/FMAS/2020 – Pregão Eletrônico 004/FMAS/2020, para o registro de preços para eventual aquisição futura de gêneros alimentícios destinados as famílias e crianças atendidas e encaminhadas pelos serviços de CRAS e CREAS para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista, SC, foi revogado, de acordo a súmula 473 do STF. São João Batista, 11 de agosto de 2020. Juliano Grime – Diretor de Licitações e Contratos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/FMS/2020

Publicação Nº 2598553

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 29/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2020**

No dia 11 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.361.788/0001-73, com sede administrativa localizada na RUAL GILSON GERALDO SARTORI, Nº 411, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 20/2020, Processo Licitatório nº. 29/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE FÓRMULA INFANTIL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
17223	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	30.510.775/0001-78		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE FÓRMULA INFANTIL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM., inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 17223 - MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, QUE CONTRIBUI PARA A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL, CONTRIBUI NA AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA E RECUPERADORA SOB A MUCOSA INTESTINAL, COMO NOS CASOS DE DOENÇA DE CROHN, ISENTA DE GLÚTEN E LACTOSE. EMBALAGEM LATA DE 400G.	LATA	MODULEN	100,000	268,6900	26.869,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**

Página: 2/6

Processo Nº.: 29/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 29/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2020****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 29/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2020****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 5/6
Processo Nº.: 29/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 6/6
Processo Nº.: 29/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 11 de Agosto de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

CNPJ: 30.510.775/0001-78 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/PMSJB/2020

Publicação Nº 2598706

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 1/7
 Processo Nº.: 75/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 61/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2020

No dia 11 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 61/2020, Processo Licitatório nº. 75/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO FUTURA DE CALHAS, DESTINADAS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
13011	CENTRAL CALHAS LTDA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CENTRAL CALHAS LTDA - ME	13.323.347/0001-17		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO FUTURA DE CALHAS, DESTINADAS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 13011 - CENTRAL CALHAS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA CONDUTOR VERTICAL DE CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA, Nº 24, DIÂMETRO DE 4"	MT	ALCASTER	500,000	40,5000	20.250,00
2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA OU ÁGUA FURTADA EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA Nº 26, CORTE 0,33M	MT	ALCASTER	500,000	34,0000	17.000,00
3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA OU ÁGUA FURTADA EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA Nº 26, CORTE 0,50M	MT	ALCASTER	500,000	53,0000	26.500,00
4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA OU ÁGUA FURTADA EM CHAPA DE ALUMÍNIO Nº 26, CORTE 1,00M	MT	ALCASTER	500,000	112,0000	56.000,00
5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CURVAS EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA, DIÂMETRO 3".	UN	ALCASTER	500,000	10,0000	5.000,00
6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CURVAS EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA, DIÂMETRO 4".	UN	ALCASTER	500,000	12,5000	6.250,00
7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO CALHA CONDUTOR VERTICAL DE CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA, Nº 24, DIÂMETRO DE 3"	MT	ALCASTER	500,000	34,5000	17.250,00
8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA Nº 26, CORTE 0,16M	MT	ALCASTER	500,000	41,5000	20.750,00
9	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA Nº 26, CORTE 1,00M	MT	ALCASTER	500,000	67,0000	33.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 2/7
Processo Nº.: 75/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 61/2020

Fornecedor: 13011 - CENTRAL CALHAS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA Nº 26, CORTE 0,25M	MT	ALCASTER	500,000	27,5000	13.750,00
11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA Nº 26, CORTE 0,33M	MT	ALCASTER	500,000	34,5000	17.250,00
12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO EM CHAPA DE ALUMÍNIO SEM EMENDA Nº 26, CORTE 0,50M	MT	ALCASTER	500,000	53,0000	26.500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/7
Processo Nº.: 75/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 61/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/7
Processo Nº.: 75/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 61/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/7
Processo N°. 75/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 61/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 6/7
Processo Nº.: 75/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 61/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 7/7
Processo Nº.: 75/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 61/2020

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 11 de Agosto de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

CENTRAL CALHAS LTDA - ME

CNPJ: 13.323.347/0001-17 _____

DECRETO Nº 4.009/2020

Publicação Nº 2598513

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4009/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE São João Batista - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 3.047.832,90 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.850,89

02.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 292.843,71

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.167.652,44

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 250.000,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 949.173,56

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 225.906,01

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 53.610,17

17 - FUNJUVE**17.01 - FUNJUVE**

13.392.0008.2.092 - Manutenção e Funcionamento da FUNJUVE

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 16.796,12

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente**

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Valor - 8.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4009/20

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 2.850,89

02.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 372.843,71

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 237.855,15

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 929.797,29

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.91.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 250.000,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 118.796,21

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 830.377,35

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 125.906,01

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 100.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 53.610,17

17 - FUNJUVE

17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.092 - Manutenção e Funcionamento da FUNJUVE

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 16.796,12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 4009/20

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 8.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 6 de Agosto de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 06/08/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4009/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE São João Batista - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 3.047.832,90 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.850,89

02.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 292.843,71

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0006 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.167.652,44

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 250.000,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0007 - Aplicacoes Diretas

Valor - 949.173,56

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 225.906,01

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 53.610,17

17 - FUNJUVE

17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.092 - Manutenção e Funcionamento da FUNJUVE

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 16.796,12

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 8.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4009/20

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 2.850,89

02.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas
Valor - 1.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 372.843,71

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 237.855,15

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 929.797,29

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.91.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 250.000,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 118.796,21

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 830.377,35

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 125.906,01

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas
Valor - 100.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 53.610,17

17 - FUNJUVE

17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.092 - Manutenção e Funcionamento da FUNJUVE

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias
Valor - 16.796,12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 4009/20

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 8.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 6 de Agosto de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 06/08/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4009/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE São João Batista - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 3.047.832,90 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.850,89

02.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 292.843,71

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0006 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.167.652,44

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 250.000,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0007 - Aplicacoes Diretas

Valor - 949.173,56

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 225.906,01

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 53.610,17

17 - FUNJUVE

17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.092 - Manutenção e Funcionamento da FUNJUVE

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 16.796,12

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 8.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4009/20

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 2.850,89

02.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 372.843,71

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 237.855,15

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 929.797,29

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.91.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 250.000,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 118.796,21

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 830.377,35

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 125.906,01

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 100.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 53.610,17

17 - FUNJUVE

17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.092 - Manutenção e Funcionamento da FUNJUVE

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 16.796,12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 4009/20

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 8.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 6 de Agosto de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 06/08/2020

Assessoria de Comunicação

DECRETO N° 4.010/2020

Publicação N° 2598764

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 4010/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.160,38 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0005.2.059 - Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0612 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.160,38

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 6 de Agosto de 2020**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 06/08/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4010/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.160,38 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0005.2.059 - Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.0612 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.160,38

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 6 de Agosto de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 06/08/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4010/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.160,38 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0005.2.059 - Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.0612 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.160,38

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 6 de Agosto de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 06/08/2020

Assessoria de Comunicação

HOMOLOGAÇÃO - CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL Nº 005/2020 – CHAMADA PÚBLICA - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ÁREA DA SAÚDE EM CARÁTER EMERGENCIAL E TEMPORÁRIO PARA O ANO DE 2020

Publicação Nº 2598608



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
CNPJ 82.925.652/0001-00
(48) 3265-0195 – rh@sjbatista.sc.gov.br

CHAMADA PÚBLICA
EDITAL 005/2020 - HOMOLOGAÇÃO

LUIZ HENRIQUE LAURITZEN, Secretário Municipal de Administração do Município de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal, durante o período de 30/07/2020 a 04/08/2020, procedeu ao recebimento das inscrições e da documentação dos candidatos;

CONSIDERANDO a inexistência de recursos quanto a classificação provisória publicada no dia 05 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os princípios e normas aplicáveis aos certames públicos, garantindo a legalidade, impessoalidade e o bom andamento do Edital Chamada Pública 005/2020.

RESOLVE:

Fica **HOMOLOGADO** o resultado final da Chamada Pública, concernente ao Edital nº 05/2020, em conformidade com o Anexo I do presente Edital.

São João Batista/SC, 10 de agosto de 2020.

LUIZ HENRIQUE LAURITZEN
Secretário Municipal de Administração



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
CNPJ 82.925.652/0001-00
(48) 3265-0195 – rh@sjbatista.sc.gov.br

ANEXO I – Classificação final

Cargo: Médico (40 horas)

Não houve inscrições

Cargo: Médico (20 horas)

Não houve inscrições

Cargo: Condutor de Ambulância (40 horas)

Classificação	Nome Completo	Pontuação
1º	ELTON MAYKON FARIA	3,65
2º	JOSÉ EDSON DA SILVA	1,65
3º	EVANDRO ALUIZIO CUCCO	0,60

São João do Oeste

PREFEITURA

TP 07.2020 ASFALTO RUAS RIO GRANDE E ITÚ

Publicação N° 2598825

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0114/2020

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 007/2020

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: Contratação em regime de empreitada global, para pavimentação asfáltica das ruas Rio Grande e Itú, localizadas no centro do Município de São João do Oeste, com recursos Próprios do município de São João do Oeste - SC.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 27 de agosto de 2020, e abertura e julgamento no dia 27 de agosto de 2020 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 11 de agosto de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 273/2020

Publicação Nº 2599086

DECRETO Nº 273/2020

“QUE NOMEIA SERVIDOR POR FORÇA DO
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 02/2018”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor LUCAS BORGES ANDRADE, para ocupar o Cargo Efetivo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal da Saúde, com 40 horas semanais, classificado em 13º lugar no Concurso Público Nº 02/2018, homologado em 18/02/2019, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 274/2020

Publicação Nº 2599088

DECRETO Nº 274/2020

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO
SENHOR RODRIGO PERGHER RIBEIRO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido ao senhor RODRIGO PERGHER RIBEIRO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Serviços Urbanos e Obras Públicas, para o qual havia sido nomeado através do Decreto Nº 405/2019, de 24/10/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 275/2020

Publicação Nº 2599174

DECRETO Nº 275/2020

“QUE PRORROGA POR 10 (DEZ) DIAS OS EFEITOS
DO DECRETO Nº 260/2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM-SC”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabeleceu outras providências;

CONSIDERANDO a abertura de novos leitos de UTI na cidade de Lages-SC, referência de tratamento do CORONAVÍRUS COVID-19 na Região

da AMURES;

CONSIDERANDO a volta das atividades nas regiões que decretaram o LOCKDOWN;

CONSIDERANDO o maior número de testagem diária, e consequentemente o isolamento de pessoas com casos positivados de CORONAVÍRUS COVID-19;

CONSIDERANDO, a classificação de risco bandeira laranja da região serrana;

CONSIDERANDO que às disposições desta normativa podem a qualquer momento ser modificadas ou revogadas de acordo com a evolução da Pandemia de Coronavírus COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 10 (dez) dias os efeitos do decreto nº 260 do Município de São Joaquim-SC a contar do dia 10 de agosto de 2020 com término de vigência no dia 20 de agosto de 2020, salvo nova prorrogação que será analisada de acordo com as condições sanitárias do município e a evolução da Pandemia de COVID-19 CORONAVÍRUS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo a qualquer tempo ser prorrogado, modificado ou revogado por decisão própria do município ou ulterior deliberação do ESTADO DE SANTA CATARINA conforme AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE Nº 5057977-49.2020.8.24.0023/SC.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 006-2020 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Publicação Nº 2600014

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2020 PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONFORME LEI 4.589/2018.

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme Lei nº 4.589/2018, torna pública a abertura de CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2020, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, no Município de São Joaquim, conforme quadro abaixo.

Cabe ressaltar que as vagas pertinentes ao quadro da Secretaria Municipal de Saúde são em razão da necessidade de suprir as demandas no serviço do ESF (Estratégia Saúde da Família), vaga excedente de médico devido a exoneração a pedido de Fernando Fraga Rodrigues, no Posto Central, vaga excedente de médico devido a exoneração a pedido de Polyanna Wolff e na Secretaria Municipal de Saúde, vagas excedentes de agente de serviços gerais devido a demanda de serviço e o aumento no número de funcionários afastados em razão da pandemia do Covid-19.

Salienta-se ainda, que no momento não há servidores concursados, e, ou, em cadastro de reserva, para tais cargos. Devido à urgência temporal, não há possibilidade para espera de realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo e em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa se impõe a presente CHAMADA PÚBLICA, objetivando a continuidade dos serviços públicos serem prestados a população.

A coordenação técnica administrativa da Chamada Pública nº 006/2020 será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos, e Secretaria Municipal de Saúde.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para suprir a falta de profissionais quando não houver candidatos aprovados em Concurso Público e ou estiver esgotada a lista de vagas de Processo Seletivo.

1.2 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1 O cargo a ser provido é:

Secretaria Municipal de Saúde				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Necessária	Carga Horária	Vencimento Inicial
01	Médico Clínico Geral (Posto Central)	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Medicina, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h	R\$ 7.425,16

01	Médico Clínico Geral (ESF)	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Medicina, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	40h	R\$ 17.579,25
05	Agente de Serviços Gerais	Portador de Certificado de Conclusão de 1º Grau.	40h	R\$ 1.045,00

2.2. Atribuições e competências:

As atribuições e competências estão nas Leis Federais e Municipais de Planos de Cargos e Carreiras.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.1 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3.2 - Ter aptidão física e mental;

2.3.3 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.3.4 - Carteira de Identidade;

2.3.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.3.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.3.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) até 45 anos de idade;

2.3.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.3.9 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.3.10 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.3.11 - Certidão de casamento ou união estável;

2.3.12 - 01 foto 3x4

2.3.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.3.14 - Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

2.3.15 - Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

2.3.16 - Certidão negativa de antecedentes criminais

2.3.17 - Documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.

2.3.18 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso. 2.4. O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Os interessados deverão comparecer na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR DE RH, sito à Praça João Ribeiro, nº 01, Bairro Centro, dia 13 de Agosto de 2020, às 17h30m.

3.1 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

1º Títulos de Especialização;

2º Maior experiência comprovada na área de atuação;

3º Maior Idade;

4º Número de filhos;

3.2 No ato da chamada pública, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias autenticadas, necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.3 Ocorrendo empate, serão considerados como critério preponderante de desempate o Maior tempo de atuação comprovada na área (experiência).

3.4 Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.3 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

4.2 A participação dos candidatos interessados na vaga desta chamada pública apenas será permitida respeitando as orientações do uso de máscaras e distanciamento social.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

TERESINHA GORETE GODOI VIEIRA
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA N° 421/2020

Publicação N° 2599082

PORTARIAN° 421/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao servidor SEBASTIÃO ALEQUES MACEDO WALTRICK, ocupante do cargo de Técnico em Atividade Agrícola, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 10/08/2020 à 29/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de agosto de 2020.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 422/2020

Publicação N° 2599084

PORTARIAN° 422/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 001/2020, homologado em 06/03/2020, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015 e Lei Nº 4.183/2013; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor JOSEFFER BITTENCOURT FLORES, para exercer a função de Vigia, No C.E.I. Jardim Minuano, no bairro Jardim Minuano, com 40 horas semanais, a contar do dia 08/08/2020, vaga excedente devido às seguidas incidências de depredação ao patrimônio público, sendo necessário, portanto, a contratação de mais um vigia para os finais de semana e feriados.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 08 de agosto de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de agosto de 2020.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PROCESSO 84/2020 PSMJ

Publicação N° 2599554

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo N° 84/2020

Tomada de Preços 06/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para Construção de Passeios para Pedestres - Programa Planejamento Urbano - Convênio nº 878970/2015, Processo nº 1025881-28/2015, celebram a União Federal por intermédio do Ministério das Cidades como parte e o Município de São Joaquim SC

Tipo: Menor Preço Global

Data para recebimento de envelopes 31/08/2020 – 09h30min até as 17h00min

Data de abertura da sessão 01/09/2020 – 13h30min.

Valor estimado: 266.792,77

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 12 de agosto de 2020.
Giovani Nunes
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº191/2020

Publicação Nº 2599862

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2020 – PE 042/2020 – Processo 196/2020 – Proc. Adm. 2966/2020 – Fornecedor: COMERCIAL VOIGT EIRELI EPP. Objeto: “REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GRELHAS DE FERRO FUNDIDO RETANGULAR C/33KG – PESADO, COM MEDIDAS PADRONIZADAS EM CAIXAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 0,70m X 0,40M X 6 CM DESTINADAS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC”. Valor da ATA: R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 30 de julho de 2020

PORTARIA SMI/PMSJ Nº 027/2020

Publicação Nº 2599873

PORTARIA SMI/PMSJ nº 027, de 30 de julho de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Jailson Hames, matrícula n.º 33.154-6, para efetuar a fiscalização do Ata de Registro de Preços n.º 191/2020, decorrente da Pregão Eletrônico n.º 042/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Sr. Valdenir Vitor de Souza, matrícula.º 1227-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior
Secretário Municipal de Infraestrutura

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 081/2019-01

Publicação N° 2599829

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA n° 081/2019-01 – Proc. Adm. 1437/2020 – Contratado: EDEN PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a REPACTUAÇÃO DE CONTRATO (CCT 2020), nos termos previstos no contrato original. DA REPACTUAÇÃO (CCT-2020): O Contrato original sofrerá reequilíbrio econômico-financeiro no percentual total de 9,58746%, correspondente a R\$ 186.890,33 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa reais e trinta e três centavos) mensais, retroativos a partir de 01/01/2020, conforme Convenção Coletiva de Trabalho (2020), nos seguintes termos da justificativa constante no Processo Administrativo n° 1437/2020. Data: 04 de agosto 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 168/2019-02

Publicação N° 2599918

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA n° 168/2019-02 – Proc. Adm. 2931/2020 – Contratado: MARCELOS DOS REIS ME. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato n° 168/2019. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme o art. 57 da Lei Federal n° 8.666/1993 e demais justificativas apresentadas no Processo Administrativo n° 2931/2020, pelo presente termo aditivo fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 168/2019, por mais 04 (quatro) meses, a partir do termo de reinício. Data da assinatura: 21 de julho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N° 011/2020 - PINTURA E RECUPERAÇÃO DA FACHADA**

Publicação N° 2599183

EXTRATO DO CONTRATO N° 011/2020

PREGÃO PRESENCIAL: N.º 008/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 059/2019
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC
CONTRATADA: DAYANE BARBARA MENDES - EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE PINTURA EXTERNA E RECUPERAÇÃO DA FACHADA DO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS OBSERVAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

VALOR GLOBAL: R\$ 32.600,00 (TRINTA E DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00.00.00.00

PRAZOS: VIGÊNCIA 12 (DOZE) MESES

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 021/2019

Publicação N° 2599220

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 089/2020/DA

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

CONTRATADA: SOFTCAM SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

OBJETO: Aditivo quantitativo ao Contrato n° 021/2019

VALOR ANUAL: R\$ 13.389,88 (treze mil, trezentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: item orçamentário 3.3.90.39.00

PRAZO: 12 (doze) meses

FUNDAMENTO: Art. 65, §1º da Lei n.º 8.666/1993

PORTARIA N° 133/2020

Publicação N° 2599933

PORTARIA N° 133/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Revogar os efeitos da Portaria n° 131/2020, desde a data da sua publicação em 05/08/2020, Diário Oficial dos Municípios n° 3222, que nomeou o senhor Frederico Goedert Gebauer para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar - CCV-1, vinculado ao gabinete do vereador Jair Santilho Costa.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA N° 134/2020

Publicação N° 2599936

PORTARIA N° 134/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder ao servidor Antônio Airto de Oliveira, matrícula n° 3, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, o gozo de 30 (trinta) dias de licença prêmio, no período de 14 de agosto a 12 de setembro de 2020, correspondente à 2ª parcela do seu 5º quinquênio.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

São José do Cedro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 431/2020

Publicação Nº 2599494

PORTARIA Nº 431/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 96, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de Licença Prêmio – Assiduidade, à servidora pública municipal, Daiana Winter, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, matrícula nº 2417, relativa ao quinquênio de 06/07/2010 a 05/07/2015, para ser gozada no período de 10 a 29 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 10 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 432/2020

Publicação Nº 2599527

PORTARIA Nº 432/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 82, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público, Ivanor Fernando da Luz, matrícula nº 3746, ocupantes do cargo efetivo de Motorista, Adicional de Insalubridade em Grau Médio, que fica estabelecido em valor correspondente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, a partir de 03 de junho de 2020, conforme laudos elaborados pelos técnicos em saúde e segurança no trabalho do Serviço Social da Indústria – SESI, devido à exposição ao agente físico ruído encontrar-se acima do limite de tolerância estabelecido pela Portaria 3214/78, NR-15, anexo 01 e o valor da aceleração resultante da exposição à vibração medido está acima do limite de tolerância estabelecido pela Portaria 1.297/14, NR-15, anexo 08, por estar atuando junto a Secretaria Municipal de Transportes e Obras neste período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2020.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 22 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MARCOS AURELIO BORTOLOTTO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 001/2020 - SUSPENDE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL**

Publicação Nº 2598457

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01 de 10 de agosto de 2020.

“SUSPENDE, TEMPORARIAMENTE, OS CONTRATOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 27 da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 64 incisos I, alínea j, e inciso III, alínea d, do Regimento Interno e art. 73 inciso VI, letra 'b' da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, que proíbe condutas aos agentes públicos nos três meses que antecedem o período eleitoral;

DECRETA

Art. 1º. Ficam suspensos, temporariamente, os contratos de prestação de serviços de publicidade institucional na imprensa escrita, falada e eletrônica, exceto as publicações de atos oficiais, celebrados pela Câmara de Vereadores de São José do Cedro, bem como a exibição de notícias, ações e propagandas no Site oficial e demais páginas da internet, a contar de 15 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, em cumprimento à Legislação Eleitoral.

Parágrafo único. É permitida neste período, a divulgação dos atos oficiais e exigidos pelo princípio da transparência, entre eles os projetos de Leis, Decretos, Portarias, mas limitados à publicação oficial e sem comentários dos vereadores.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto no artigo primeiro.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, 10 de agosto de 2020.

ISOLDI WILL
Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 013/2020

Publicação Nº 2599014

ATA DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 013/2020

Município de São Lourenço do Oeste
Comissão Permanente de Licitações
Ata do Edital da Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 013/2020

QUARTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE PARA ANÁLISE DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 013/2020, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA EBM SANTA MARIA GORETTI E QUADRA COBERTA, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO 6.095,96M², NO BAIRRO PROGRESSO, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL.

Às 14h do dia 10 de agosto de 2020, na sede do Município de São Lourenço do Oeste, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 501/2020 para julgamento da documentação apresentada no Processo Licitatório nº 088/2020, modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 013/2020.

A Comissão Permanente de Julgamento de Licitações designada pela Portaria nº 501/2020, com a colaboração da servidora pública municipal, Sra. Francielle Honesko, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, inicia a sessão fazendo a abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas MTX CONSTRUÇÕES LTDA., PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., M.L.P. GONÇALVES & CIA. LTDA. EPP, LN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA., DF CONSTRUÇÕES EIRELI, MACODESC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA., IGESA ENGENHARIA EIRELI, GREAT WORKS CONSTRUÇÕES EIRELI, ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI, PLANO E OBRA CONSTRUTORA EIRELI, ENGEDI X SOLUÇÕES DE ENGENHARIA EIRELI, PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., CONCREFORT CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI e CONSTRUTORA BRAGATO EIRELI EPP, na presença dos representantes das empresas PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. e GREAT WORKS CONSTRUÇÕES EIRELI, sendo que o representante da última não permaneceu até o término da sessão. Da análise das propostas foi constatado que as empresas MTX CONSTRUÇÕES LTDA., CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA. e ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI se enquadram no disposto no item 7.4, alínea "f" do Edital, vez que apresentaram suas propostas de forma incompleta. A empresa MTX CONSTRUÇÕES LTDA. não apresentou o cronograma físico-financeiro referente à construção da escola. A empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA. apresentou a planilha orçamentária da quadra de forma incompleta, vez que não apresentou os itens seguintes ao "7.6" da planilha. A licitante ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI deixou de cotar itens da quadra, conforme pode ser verificado na página 05 da planilha orçamentária respectiva, especificamente os itens denominados "silicone acético uso geral incolor 280g" e "terminal a compressão em cobre estanhado para cabo 50mm², 1 furo e 1 compressão para parafuso de fixação m8". A empresa MACODESC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI, por sua vez, ofertou valor para item zerado na planilha orçamentária original da quadra (com o descritivo "mapa tátil" - pg. 10), se enquadrando na disposição constante no item 7.4, alínea "e" do Edital. Por tais razões, as empresas MTX CONSTRUÇÕES LTDA., CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA., ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI e MACODESC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ficam desclassificadas do certame. No que se refere as demais licitantes, as proponentes cumprem com as exigências previstas no Edital, ficando vencedora a empresa PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., conforme segue abaixo, a qual comprovou seu enquadramento como empresa de pequeno porte, através da certidão simplificada e balanço patrimonial. Considerando que a maioria dos representantes das proponentes não estão presentes em sessão e não apresentaram termo de renúncia ao prazo recursal, a Comissão decide conceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação das empresas participantes, com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, referente ao julgamento das propostas. Destacamos, ainda, que a documentação das empresas está sendo enviada juntamente com esta Ata. Sem mais haver constar encerra-se esta ata.

ANI CAROLINI PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitações

LENIR FÁTIMA CRUZETTA
Secretária

MÁRCIO ALVES RODRIGUES
Auxiliar Direto

FRANCIELLE HONESKO
Engenheira Civil do Município

ATA DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2599001

ATA DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020

Município de São Lourenço do Oeste
Comissão Permanente de Licitações
Ata do Edital da Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2020

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE PARA ANÁLISE DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ) DAS RUAS: OSVALDO SANTIN E RIO DE JANEIRO, E O ACESSO À COMUNIDADE DE PLANALTO, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 7.570,81M², CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL.

Às 08h15min do dia 10 de agosto de 2020, na sede do Município de São Lourenço do Oeste, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 501/2020 para julgamento da documentação apresentada no Processo Licitatório nº 100/2020, modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2020.

A Comissão Permanente de Julgamento de Licitações designada pela Portaria nº 501/2020 inicia a sessão fazendo a abertura do envelope de documentação da empresa HIPERPAVI ASFALTOS LTDA., verificando que a licitante não apresentou representante em sessão. Da análise da documentação apresentada, constatou-se que a licitante cumpre com as exigências editalícias, com exceção da previsão constante no item 4.3.2.1 e subitem 4.3.2.1.1 do Edital, que trata das demonstrações dos índices econômicos, já que a análise do cumprimento dos referidos índices será submetida à apreciação por profissional especializado na área de contabilidade. Dessa forma, a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, decide pela suspensão da sessão para diligências relativas aos índices econômicos, com fundamento no item 6.5 do Edital, que autoriza a realização de diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo, proferindo, oportunamente, o resultado da habilitação da proponente. Sem mais haver constar todos subscrevem esta ata.

ANI CAROLINI PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitações

LENIR FÁTIMA CRUZETTA
Secretária

MÁRCIO ALVES RODRIGUES
Auxiliar Direto

ATA DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2599272

ATA DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020

Município de São Lourenço do Oeste
Comissão Permanente de Licitações
Ata do Edital da Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2020

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE PARA ANÁLISE DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 015/2020, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ) DAS RUAS: OSVALDO SANTIN E RIO DE JANEIRO, E O ACESSO À COMUNIDADE DE PLANALTO, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 7.570,81M², CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL.

Às 15h20min do dia 11 de agosto de 2020, na sede do Município de São Lourenço do Oeste, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 501/2020 para julgamento da documentação apresentada no Processo Licitatório nº 100/2020, modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2020.

O Sr. Antonio Jocenei Waiss dos Santos, ocupante do cargo de Contador, apresentou o Laudo Contábil referente ao item 4.3.2.1 do edital, informando que o balanço apresentado pela empresa HIPERPAVI ASFALTOS LTDA EPP cumpre com os índices constantes no edital, razão pela qual, dando sequência ao Julgamento das Habilitações, a Comissão reúne-se em sessão para o fim de declarar que a mencionada licitante cumpre com as exigências editalícias, ficando habilitada ao certame. Contudo, considerando que o representante legal da proponente não está presente em sessão e não apresentou renúncia ao prazo recursal, a Comissão decide conceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, sendo oportunamente agendada nova sessão para a abertura do envelope de proposta da empresa habilitada. Sem mais haver constar todos subscrevem esta ata.

ANI CAROLINI PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitações

LENIR FÁTIMA CRUZETTA
Secretária

MÁRCIO ALVES RODRIGUES
Auxiliar Direto

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2020 - SRP - PR Nº 061/2020

Publicação Nº 2599514

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/08/2020, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARMES E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA MÓVEL PARA ATENDIMENTO E VERIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS RELATADAS PELO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, 24 HORAS, NOS LOCAIS INDICADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de Agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.770, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598626

DECRETO Nº 6.770, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga o Decreto 6.766, de 05 de agosto de 2020, que determina a suspensão de vigência de contratos de convênios celebrados entre o Município de São Lourenço do Oeste e o Estado de Santa Catarina, em decorrência da pandemia da doença denominada COVID-19, transmitida pelo CORONAVÍRUS (Sars-Cov-2), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.766, de 05 de agosto de 2020 que “determina a suspensão de vigência de contratos de convênios celebrados entre o Município de São Lourenço do Oeste e o Estado de Santa Catarina, em decorrência da pandemia da doença denominada COVID-19, transmitida pelo CORONAVÍRUS (Sars-Cov-2), e dá outras providências”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.771, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598874

DECRETO Nº 6.771, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Homologa o Regimento Interno do Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 6.771, de 11 de agosto de 2020)

REGIMENTO INTERNO
CENTRO DE INOVAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º O Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, doravante denominado Centro de Inovação, visa incentivar e apoiar ações e estratégias de ciência, tecnologia e inovação no ecossistema empresarial, empreendedor, acadêmico e social, para as pessoas físicas e jurídicas, visando promover, de forma sustentável, a pesquisa e o desenvolvimento social, científico, tecnológico, empreendedor, econômico, ambiental e inovador e será regido por este Regimento, que define a estrutura, organização e funcionamento.

Art. 2º O Centro de Inovação tem prazo de duração indeterminado e para fins deste regimento, define-se como Centro de Inovação a área do município de São Lourenço do Oeste, e sua Base Funcional, que no momento tem sede e foro no Edifício Comercial Polesello n 518, 3º Andar Rua Coronel Bertaso, esquina com Rua Rui Barbosa, Centro.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para fins deste Regimento, define-se:

I - Empresa ou organização de base tecnológica de qualquer porte: que tenha na inovação tecnológica os fundamentos de sua estratégia competitiva. Esta condição será considerada atendida pelas empresas que apresentam pelo menos duas das seguintes características:

- a) desenvolvam produtos ou processos tecnologicamente novos ou melhorias tecnológicas significativas em produtos ou processos existentes. O termo produto se aplica tanto a bens como a serviços;
- b) obtêm pelo menos 30% (trinta por cento) de seu faturamento, considerando-se a média mensal dos últimos doze meses, pela comercialização de produtos protegidos por patentes ou direitos de autor, ou em processo de obtenção das referidas proteções;
- c) encontram-se em fase pré-operacional e destinam pelo menos o equivalente a 30% (trinta por cento) de suas despesas operacionais, considerando-se a média mensal dos últimos doze meses, a atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- d) destinam pelo menos 5% (cinco por cento) de seu faturamento a atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- e) destinam pelo menos 1,5% (um e meio por cento) de seu faturamento a instituições de pesquisa ou universidades, ao desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados ao desenvolvimento ou ao aperfeiçoamento de seus produtos ou processos;
- f) empregam, em atividades de desenvolvimento de software, engenharia, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, profissionais de formação técnica ou de nível superior em seu quadro de pessoal;
- g) empregam, em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, mestres, doutores ou profissionais de titulação equivalente em percentual igual ou superior a 2% (dois por cento) do quantitativo total de seu quadro de pessoal.

II - Integrante do centro de inovação: um empreendimento do Centro de Inovação poderá ser do tipo residente (instalado fisicamente na Base Funcional) e não residente (não instalado na Base Funcional), mas participante e vinculado às atividades.

III - Permissão de uso: instrumento jurídico que possibilita ao empreendimento integrante do Centro de Inovação à utilização de determinados bens e serviços, nos termos deste Regimento.

IV - Permitente: órgão público responsável pela permissão de uso dos espaços, bens e serviços do Centro de Inovação.

V - Permissionário: empresa ou entidade que recebe a permissão de uso dos espaços do Centro de Inovação.

VI - Conselho consultivo: órgão que se destina a orientar, fiscalizar, deliberar, auxiliar e avaliar ações do Centro de Inovação, neste caso exercido pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, criado através da Lei Complementar nº. 259 de 27 de abril de 2020, e que exercerá suas ações através de regimento próprio.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º O Centro de Inovação tem por objetivo principal contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, empreendedor, acadêmico e social de São Lourenço do Oeste, de Santa Catarina e do Brasil; através da estruturação e gestão sustentável de um ambiente de negócios capaz de potencializar as atividades de pesquisa científica e tecnológica; a introdução de inovações e a transferência de tecnologia; além de criar e consolidar empreendimentos de classe mundial no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e de novas tecnologias, produtos e processos. O Centro de Inovação tem a finalidade de:

- I - atrair novas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços inovadores;
- II - incentivar novas iniciativas de base tecnológica;
- III - estimular a transferência de tecnologias para os integrantes do Centro de Inovação e empresas constituídas no município;
- IV - estimular a visão empreendedora e oportunidades de trabalho;
- V - aproximar a comunidade dos integrantes do Centro de Inovação, criando oportunidades para novos projetos de pesquisa tecnológica de ponta.

§ 1º Os objetivos do Centro de Inovação poderão ser atingidos por meio da interação e cooperação entre instituições de ensino públicas, privadas ou comunitárias, instituições científicas e tecnológicas, empresas de base tecnológica, entidades ou órgãos da administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal.

§ 2º São atribuições do Centro de Inovação:

I - Colocar em funcionamento e gerir iniciativas vinculadas à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento na forma de produtos e processos, com base na concepção e coordenação de projetos e programas de criação e difusão de conhecimento, de novas tecnologias e experimentações de práticas inovadoras;

II - Contribuir para se estabelecerem, no Município de São Lourenço do Oeste, condições favoráveis a atração de recursos humanos qualificados, de novos negócios e de empreendimentos de alta tecnologia e inovação tecnológica;

III - Criar condições para a cooperação e parceria entre instituições de ensino e pesquisa, permissionários e integrantes do Centro de Inovação, governos e agências nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento, nos seus diversos níveis; com a finalidade de aumentar o intercâmbio do conhecimento e sua aplicação em ações de desenvolvimento local, regional e nacional, bem como participar dessas parcerias sempre que pertinente;

IV - Buscar a promoção, a cooperação e o desenvolvimento de soluções tecnológicas adequadas às necessidades de inovação e a modernização de todos os setores da sociedade;

V - Promover a criação e gestão de mecanismos modernos de suporte à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e a formação de capital humano;

VI - Orientar quanto à proteção da propriedade intelectual que resulte de pesquisa e do desenvolvimento tecnológico realizado em projetos de sua área de abrangência, mediante o registro de marcas, patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais e outras formas pertinentes, previstas em lei;

VII - Promover o processo de transferência de conhecimentos e tecnologias, por meio de termos, licenças e outras formas de parcerias;

VIII - Apoiar a divulgação e ações de marketing e promoções comerciais por quaisquer meios, as informações e os conhecimentos produzidos por si ou por terceiros;

IX - Conceber, estruturar, gerenciar e firmar convênios, acordos, termos de parceria e termos de permissão, articulando-se, observada a legislação aplicável, com órgãos públicos, organizações, entidades ou empresas da iniciativa privada;

X - Planejar, projetar, construir, operar, manter, ampliar e melhorar, conforme as necessidades de suas atividades, instalações físicas próprias e processos internos;

XI - Contribuir para a qualificação e a motivação do capital humano próprio e de seus parceiros, visando a aumentar, de forma constante, a qualidade dos resultados de todas as suas ações e de seus parceiros;

XII - Executar quaisquer outras atividades relativas a seus objetivos, ainda que não expressamente mencionadas nos incisos anteriores.

§ 3º O Centro de Inovação, no desenvolvimento de suas atividades, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, economicidade e eficiência, sem fazer qualquer tipo de discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

CAPÍTULO IV

DOS OCUPANTES DO CENTRO DE INOVAÇÃO

Art. 5º A instalação de quaisquer PERMISSIONÁRIOS na área do Centro de Inovação terá como fim exclusivo a implantação de unidades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e/ou de área de operação para a produção de produtos e processos inovadores que apliquem a P&D realizadas pelo permissionário, nos termos deste Regimento e dos documentos norteadores para a permissão de uso do espaço.

Art. 6º O Centro de Inovação poderá abrigar, dentre outras, os seguintes permissionários:

I - empresas originárias de pesquisas universitárias;

II - empresas oriundas de processo de incubação;

III - empresas com processos inovadores;

IV - centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas;

V - âncoras empresariais, assim entendidos centros empresariais e outras instalações capazes de servir como facilitadores para as atividades do Centro de Inovação;

VI - âncoras tecnológicas, assim entendidas as organizações ofertantes de serviços tecnológicos e capacitação;

VII - empresas-âncora, assim denominadas por seu papel estratégico, grandes empresas cuja presença no Centro de Inovação possa servir como fator de atratividade para outros empreendimentos e que possam contribuir para a estruturação de cadeias produtivas.

Art. 7º Os permissionários serão selecionados através de edital público, com base em critérios definidos na solicitação de permissão de uso de espaço no Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, aqui denominada Solicitação de Permissão, aplicável após a fase de habilitação jurídica e regularidade fiscal.

§ 1º A Solicitação de Permissão será apresentada ao Conselho Consultivo e poderá ser alterada no início de cada novo processo de seleção ou quando for considerado necessário, motivadamente.

§ 2º A Gestora do Centro de Inovação fará a organização e execução do processo de seleção das empresas.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO

Art. 8º A gestão do Centro de Inovação ficará a cargo da administração municipal através da Secretaria Municipal de Relações Institucionais, que manterá estreita relação com o Conselho Consultivo.

Parágrafo único. Compete à Gestora do Centro de Inovação:

I - Elaborar planos e programas, anuais e plurianuais, normas, critérios e outras propostas julgadas necessárias ou úteis à administração do Centro de Inovação, para a apreciação do Conselho Consultivo;

II - Elaborar editais para seleção de empresas e concessão de uso da área, de acordo com as diretrizes discutidas com o Conselho Consultivo e demais normas e disposições aplicáveis;

- III - Receber os projetos apresentados, bem como a documentação de habilitação, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- IV - Interagir com os PERMISSIONÁRIOS, visando assegurar a realização dos objetivos e das metas estabelecidos pela Solicitação e Uso apresentada no processo de seleção;
- V - Elaborar e encaminhar normas operacionais necessárias ao funcionamento do Centro de Inovação ou das Empresas Residentes em consonância com as normas públicas;
- VI - Gerenciar o complexo administrativo e operacional do Centro de Inovação;
- VII - Constituir e manter bancos de dados sobre as empresas, institutos de pesquisa, programas de fomento e outras informações de interesse ao planejamento das atividades do Centro de Inovação;
- VIII - Elaborar a programação anual de eventos, a exemplo de capacitações e treinamentos;
- IX - Elaborar o Planejamento Orçamentário, de Marketing e das atividades anuais e plurianuais do Centro de Inovação;
- XI - Praticar os demais atos necessários à gestão do Centro de Inovação.

Art. 9º Os recursos referentes às taxas de uso e ocupação serão recolhidos através de documentos de arrecadação municipal em favor da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste e deverão compor o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os recursos deste fundo serão destinados na manutenção, preservação, ampliação e melhorias no Centro de Inovação.

CAPÍTULO VI DA PERMISSÃO DE USO

Art. 10. A permissão de uso se dará por edital público e entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo período de até 05 (cinco) anos.
§ 1º O prazo contratual poderá ser prorrogado, por igual período, com base na Solicitação de Permissão apresentada pelo permissionário e relatório anual de vistoria e comprovação de atendimento de requisitos aprovado por comissão formada por membros do Conselho Consultivo e Gestora do Centro de Inovação.

§ 2º Ao término do prazo contratual, deverá ocorrer a desocupação voluntária da área pelo permissionário, observando-se as disposições pertinentes deste Regimento.

Art. 11. A permissão de uso será outorgada mediante Termo de Permissão de Uso próprio assinado pela autoridade competente do permitente e pelo permissionário.

Art. 12. A cessão ou transferência do espaço a terceiros, no todo ou em parte não será permitida sem a prévia e expressa autorização do Conselho Consultivo.

Art. 13. Serão partes integrantes do Termo de Permissão de Uso, independentemente de transcrição, todas as condições do Edital e seus anexos, solicitação de permissão, propostas, plano de trabalho e todos os demais documentos aceitos e aprovados pelo Conselho Consultivo, assim como toda a legislação aplicável à espécie.

Art. 14. Recebendo a área concedida livre e desembaraçada de ônus, judiciais e extrajudiciais, o permissionário deverá administrá-la como se fosse sua, observados os limites do Termo de Permissão de Uso e deste regimento, ao longo de todo o prazo de vigência da concessão.

Art. 15. Os permissionários submeterão os projetos técnicos de construção, alteração ou reforma das edificações, se estes serviços forem necessários, aos órgãos competentes da Gestora previamente à execução.

Parágrafo único. O início do funcionamento das atividades nos ambientes e espaços disponibilizados no Centro de Inovação é condicionado às licenças, alvarás e autorização de funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste e outros órgãos e entidades competentes, na forma da legislação própria.

CAPÍTULO VII DAS OBRIGAÇÕES DA GESTORA

Art. 16. Para atender às demandas dos permissionários, o Centro de Inovação poderá, através de contratação, termos de parceria ou convênios oferecer os serviços de:

I - serviços de conservação e manutenção das áreas comuns, tais como limpeza e segurança das instalações físicas e paisagismo, serviços de informação e divulgação de interesse comum (manutenção de portal eletrônico do Centro de Inovação, seminários de divulgação de editais de fomento, esclarecimentos sobre propriedade intelectual), os quais poderão ser custeados mediante taxa rateada mensalmente entre os permissionários, de forma proporcional à área concedida;

II - Promover a divulgação de informações de interesse relacionados ao Centro de Inovação, especialmente pela manutenção de seu portal eletrônico, bem como a sensibilização para a propriedade intelectual, por meio da realização de seminários de divulgação e esclarecimento.

III - Serviços gerais de apoio, tais como cessão de sala de reuniões, anfiteatro e outras facilidades disponíveis, nos termos das regras próprias, que poderão ser utilizados mediante pagamento de taxa fixada em função de sua utilização efetiva.

CAPÍTULO VIII DAS OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS

Art. 17. Constituem obrigações dos permissionários:

I - utilizar a área concedida e seus anexos, única e exclusivamente para a instalação de unidades de P&D e/ou de operação de produtos e processos inovadores, que apliquem a P&D realizada pela Empresa ou organização, conforme a solicitação de permissão, sendo vedado o uso para qualquer outra finalidade, bem como a cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título;

II - zelar pela guarda, limpeza e conservação da área concedida e seus anexos, e devolvê-la à concedente, ao final do prazo contratual, observadas as condições do contrato de concessão e deste Regimento;

III - praticar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) em conformidade com os regulamentos ambientais da área;

- IV - desenvolver suas atividades respeitando o disposto no contrato e neste Regimento;
 - V - permitir que a marca da empresa figure no material de divulgação do Centro de Inovação elaborado pela Gestora;
 - VI - não praticar quaisquer atividades que coloquem em risco a idoneidade do Centro de Inovação e da Gestora, ou a segurança dos que nele transitam;
 - VII - apresentar anualmente os relatórios de atividades conforme estipula Termo de Permissão de Uso da Gestora;
 - VIII - participar das atividades obrigatórias contidas no cronograma de atividades do Centro de Inovação, justificando por escrito e antecipadamente eventual impedimento;
 - IX - assegurar livre acesso à empresa, por parte de pessoal da Gestora, mediante prévio agendamento e preservadas as necessárias condições de sigilo;
 - X - efetuar os pagamentos especificados no contrato de permissão de uso;
 - XI - não suspender suas atividades na área concedida, sem prévia comunicação e anuência da Gestora;
 - XII - arcar com os custos de manutenção das suas instalações individuais;
 - XIII - arcar com todos os custos de construção, adaptação e melhoria da área concedida, para a realização das atividades específicas do negócio, com aprovação da Gestora, quando couber;
 - XIV - responsabilizar-se por qualquer dano, material ou imaterial, que causar à Gestora ou ao Centro de Inovação e arcar com a correspondente indenização;
 - XV - responsabilizar-se pelas ações das pessoas que lhe são vinculadas, quando envolver o nome do Centro de Inovação, ou da Gestora;
 - XVI - observar e respeitar todas as regras de horário, postura e comportamento exigidas pelo Centro de Inovação;
 - XVII - informar à Gestora sobre os convênios de cooperação acordados com laboratórios, grupo de pesquisa ou pesquisadores e entrada de novos sócios ou grupos de investidores no negócio, em virtude da atividade desenvolvida no Centro de Inovação;
 - XVIII - manter a regularidade fiscal da empresa.
- § 1º O estabelecimento do permissionário na área do Centro de Inovação não gera direito à retribuição pelo ponto comercial, ou contrapartida que se assemelhe ao regime da locação de imóveis.
- § 2º O estabelecimento do permissionário na área do Centro de Inovação não cria vínculo empregatício entre os seus servidores ou colaboradores e a Gestora.

Art. 18. Para preservar o sigilo de todas as atividades em execução nas empresas residentes a circulação de pessoas nas dependências do Centro de Inovação deve ser moderada e acompanhada por seus respectivos responsáveis.

§ 1º O permissionário, por seus sócios, representantes legais, prepostos, ou pessoas por ela autorizadas, compromete-se a não divulgar, sob qualquer forma, e não utilizar, em benefício próprio ou de empresas das quais participe direta ou indiretamente, as informações confidenciais de que tiver conhecimento em razão de sua participação no Centro de Inovação.

§ 2º O descumprimento do compromisso de confidencialidade, pelos sócios, representantes ou prepostos da Empresa Residente sujeita os responsáveis às sanções legais.

Art. 19. O permissionário recolherá aos cofres municipais as seguintes taxas:

I - taxa de ocupação, mensalmente, em valor fixado segundo as disposições do Termo de Permissão de Uso, reajustado a cada ano com base na UFM - Unidade Fiscal Municipal;

II - taxas pela utilização de serviços, conforme as regras próprias de cada um.

§ 1º As taxas deverão ser recolhidas pela Empresa Residente, em moeda corrente deste país, por meio de UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

§ 2º Após a data limite que será fixada para pagamentos, incidirão juros e multa de mora, observados os limites e condições legais.

Art. 20. Em caso de rescisão voluntária, por iniciativa do permissionário, esta deverá ser precedida de comunicação por escrito, remetida à Gestora com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Art. 21. Ocorrerá o desligamento do permissionário, observadas as normas e os dispositivos contratuais em vigor, nas seguintes hipóteses:

I - ao término do prazo estabelecido no Contrato de Permissão de Uso da Área;

II - se ocorrer infração a qualquer cláusula do Contrato de Permissão de Uso da Área ou descumprimento de disposição contratual, legal ou regimental;

III - se houver suspensão das atividades, caracterizada pela não utilização da área concedida ou dos serviços do Centro de Inovação por mais de 3 (três) meses, consecutivos e ininterruptos, ou 6 (seis) meses alternados;

IV - se for decretada falência ou insolvência do permissionário;

V - se houver riscos à segurança humana, ambiental e patrimonial do Centro de Inovação, devidamente comprovado por laudo técnico.

§ 1º O atraso, superior a dois meses, do permissionário, em relação às obrigações de pagamento, incluindo todas as despesas judiciais ou extrajudiciais que tal inadimplência causar, remoção, transporte e armazenamento de materiais e ou equipamentos, custos e honorários advocatícios resultarão em rescisão do contrato.

§ 2º A execução da Proposta de Qualificação Técnica, será avaliada, anualmente, com base no relatório anual de atividades. No caso de não cumprimento das metas, sem justificativa previamente apresentada, caracterizará infração contratual, ensejando proposta de exclusão.

Art. 22. Nas hipóteses de desligamento com base nas alíneas b, c, d ou e, deverá ser aberto processo administrativo, facultando-se a apresentação de defesa à Gestora, por prazo não superior a 15 (quinze) dias.

§ 1º A decisão de desligamento caberá à Gestora, cabendo recurso ao Conselho Consultivo, no prazo de 15 (quinze) dias, após o que o processo será encaminhado para a rescisão do contrato de permissão de uso.

§ 2º Confirmada a decisão de desligamento, a Empresa Residente deverá desocupar a área concedida, no prazo previsto no contrato de concessão de uso, nunca inferior a 30 (trinta) dias.

§ 3º Eventual precedente de tolerância por parte da Gestora, quanto às inadimplências ou infringências de qualquer cláusula contratual, disposição legal ou regimental não importará em renovação contratual, configurando-se mera liberalidade, não obrigando a observância de igual tolerância em casos supervenientes.

§ 4º Previamente à rescisão, deverá haver a quitação de todos os débitos por parte do permissionário.

Art. 23. Ocorrendo o desligamento do permissionário do Centro de Inovação, este se obriga a devolver à Gestora, em perfeitas condições, as instalações e os equipamentos cujo uso lhe foi permitido, sem direito a indenização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º No momento da desocupação da área concedida e de toda área de posse do Centro de Inovação, devido a qualquer caso de rescisão, estas deverão ser restituídas, livres e desimpedidas de coisas e pessoas ligadas à Empresa Residente, não cabendo à Gestora, efetuar qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, inclusive por realização de benfeitorias.

§ 2º As benfeitorias efetuadas por responsabilidade do permissionário reverterão em benefício do Centro de Inovação.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Os casos omissos neste Regimento serão analisados pela Gestora do Centro de Inovação e pelo Conselho Consultivo.

Art. 25. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, 11 de agosto de 2020.

DANIEL FERNADO CAROSI
Presidente do Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.772, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599182

DECRETO Nº 6.772, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 454.000,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0053	195	Aplicação Direta	R\$ 454.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 871, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598451

PORTARIA Nº 871, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 41 inciso II, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010; e artigo 17 do decreto 6.720 de 05 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Regime especial de Trabalho a servidora pública MARLI HENTGES ocupante do cargo de Analista Administrativo matrícula 632/02, 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 872, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598452

PORTARIA Nº 872, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 41 inciso II, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010; e artigo 17 do decreto 6.720 de 05 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Regime especial de Trabalho a servidora pública JUSANI DE FÁTIMA TREVISOL ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo matrícula 1697/01, 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 873, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599148

PORTARIA Nº 873, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal GUSTAVO POGERE, matrícula nº 3313/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 01 a 15 de setembro de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018, e no período de 16 a 30 de setembro de 2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N. 04/2020**

Publicação Nº 2598845

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2020

OBJETO: Prestação de serviços especializados para realização de concurso público de provas objetivas e de títulos para provimento de cargo, compreendendo as fases: elaborar o edital, coordenar e executar as inscrições, elaborar todas as provas escritas, aplicação e correção das provas, avaliar a apresentação dos títulos, responder a recursos administrativos e jurídicos, divulgar a classificação dos candidatos e dos resultados, fornecimento da relação dos aprovados, e demais atividades afins, para o preenchimento de vaga do quadro de pessoal, no emprego público de Procurador (advogado), onde serão observadas as condições determinadas no Edital de Concurso Público nº 02/2020.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Delma Eloi Bittencourt da Silva (We Do Serviços Inteligentes);

VALOR: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, encerrando-se com a publicação do Decreto de homologação definitiva do resultado do Concurso Público objeto desse contrato, liquidando-se com o pagamento dos serviços ora contratados;

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2020.

Vereador Alexandro Ferrari
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Delma Eloi Bittencourt da Silva
Contratada

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO ATA 30-2019 - EPIS

Publicação Nº 2598768

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 30/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA E A EMPRESA FISUL CONFECÇÕES LTDA

Pelo presente Termo, de um lado o Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa FISUL CONFECÇÕES LTDA, estabelecida na Rua Suzan Sheila Sartori nº17, no Município de Nova Erechim – SC, inscrita no CNPJ Nº. 29.728.868/0001-94, neste ato representado por SERENEI CORRADI, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem entre si aditar os valores da ata de registro de preços 30/2019 de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 57/2019, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – DO ADITAMENTO

O presente termo de reequilíbrio financeiro tem como finalidade promover o reajuste a MAIOR VALOR dos preços unitários dos Itens 12 - Luva de segurança em material nitrílico, e do Item 23 – Respirador purificador de ar, conforme solicitado pela empresa requerente, que apresentou as devidas justificativas e comprovações de que realmente houve o aumento dos custos dos produtos, sendo necessário o reequilíbrio econômico financeiro desses itens da ata de registro de preços.

O reequilíbrio financeiro a MAIOR VALOR ficará assim distribuído:

Item 12 - Luva de segurança em material nitrílico hipoalérgico, no mínimo 45 cm de comprimento, tamanhos P, M e G, a escolha do município, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos. Proteção química e elasticidade moderada. Lavável e reutilizável. Ideal para: Trabalhos gerais leves e médios, protegendo o trabalhador contra agentes químicos e solventes, cáusticos, óleos e gorduras especialmente animal, detergentes, diesel, gasolina, querosene, ceras, álcool, amônia e pesticidas. Embalagem com 1 par. Com Certificado de Aprovação – C.A. Valor licitado R\$ 23,75. Valor que passará a ser pago R\$ 32,69.

Item 23 - Respirador purificador de ar do tipo peça semifacial para partículas PFF2. Descrição: respirador purificador de ar de segurança, com formato dobrável, com válvula de exalação, clipe nasal que facilita a vedação, elásticos para ajuste. Com Certificado de Aprovação – C.A.. Valor licitado R\$ 1,32, valor que passará a ser pago R\$ 4,76.

Cláusula SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato/ata permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Cláusula TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

Este Termo de reequilíbrio tem a finalidade de ajustar os valores atuais pagos pelos itens descritos acima, considerando as justificativas e comprovações de que realmente houve o aumento dos custos dos produtos, tendo como base as notas de compra da empresa, e considerando a falta destes produtos no mercado devido a pandemia do COVID-19 no mundo todo, o que elevou os valores deste tipo de equipamento de proteção, e considerando a necessidade do uso dos mesmos pelos profissionais, mantendo assim a capacidade da empresa de realizar a entrega dos objetos, conforme a mesma descreve em sua solicitação.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	FISUL CONFECÇÕES LTDA
Vilmar Schmaedecke	Representante Legal
Contratante	Contratada

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 143/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599186

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 143/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: BRITADOR OESTE LTDA
Valor : R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)
Vigência : Início: 15/07/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 235/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2019
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA Nº 01 PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DA COMUNIDADE DAS LINHA BARRA DO GUAMERIM, TRECHO 01 PROPR. DE LAURI KLAFFKE SMO1022 ATÉ IVONI FREIBERGER SMO 903, 921M DE ESTRADA, TRECHO 02 DA PROPR. DE LÍRIO SIGNOR SMO 1523 ATÉ CAMPING MASIEIRO SMO 896, 2,79 KM DE ESTRADA, E TRECHO 03 DA PROPR. DE VALDEZIR FORCHESATTO SMO 583 ATÉ CAMPING MASIEIRO SMO 896.

São Miguel do Oeste, 185 de julho de 2020.

CONTRATO 144/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599190

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 144/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: BRITADOR OESTE LTDA
Valor : R\$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 15/07/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 235/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2019
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA Nº 01 PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DA COMUNIDADE DA LINHA BELA VISTA DAS FLORES, TRECHO 01 POSTO BELA VISTA ATÉ PROPR. DE GELAIN BARP SMO798, TRECHO 02 DA PROPR. DE GELAIN BARP SMO 798 ATÉ MECÂNICA ZORTEA SMO 1850, E O TRECHO 03 PROPR. DE JOSÉ CARLOS PANDOLFO SMO 1910.

São Miguel do Oeste, 15 de julho de 2020.

CONTRATO 145/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599194

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 145/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: BRITADOR OESTE LTDA
Valor : R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 15/07/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 235/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2019
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA Nº 01 PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DA COMUNIDADE DAS LINHAS TRÊS BARRAS E GRAMADINHO, TRECHO PROP. DE NATALINA FABIANI SMO 1119 (LINHA GRAMADINHO) ATÉ PROP. DE DOMINGOS BERGAMASCHI SMO 1802 (LINHA TRÊS BARRAS).

São Miguel do Oeste, 15 de julho de 2020.

CONTRATO 146/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2599195

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 146/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: NOVA ERA COMUNICAÇÃO EIRELI
Valor : R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 20/07/2020 Término: 20/01/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO N° 120/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 6/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS MENSAS DE JORNAL IMPRESSO LOCAL COM CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC DESTINADOS AO USO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DESTA MUNICIPALIDADE.

São Miguel do Oeste, 20 de julho de 2020.

CONTRATO 147/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2599196

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 147/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: EDITORA JORNALISTA FOLHA DO OESTE CATARINENSE
Valor : R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 20/07/2020 Término: 20/01/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO N° 121/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 7/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS MENSAS DE JORNAL IMPRESSO LOCAL COM CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC DESTINADOS AO USO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DESTA MUNICIPALIDADE.

São Miguel do Oeste, 20 de julho de 2020.

CONTRATO 148/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2599197

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 148/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: GRAFICA E EDITORA SÃO MIGUEL LTDA
Valor : R\$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 20/07/2020 Término: 20/01/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO N° 122/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 8/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS MENSAS DE JORNAL IMPRESSO LOCAL COM CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC DESTINADOS AO USO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DESTA MUNICIPALIDADE.

São Miguel do Oeste, 20 de julho de 2020.

CONTRATO 149/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599198

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 149/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: RS CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 21/07/2020 Término: 30/09/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA DE ACESSO AO LOTEAMENTO POPULAR VILA NOVA II, BAIRRO SÃO LUIZ, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 21 de julho de 2020.

CONTRATO 150/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 150/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: VERUM SERVIÇOS TECNICOS DE ARQUITETURA E INTERIORES LTDA

Valor : R\$ 81.469,72 (oitenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos)

Vigência : Início: 27/07/2020 Término: 26/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA CIVIL OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE, NOS BAIRROS PROGRESSO E SALETE, E COMUNIDADES DA LINHA FÁTIMA E ALTO GUAMERIM, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, CONFORME CONVÊNIO COM O GOVERNO ESTADUAL, PROPOSTA Nº 22092, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ORÇAMENTOS E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

São Miguel do Oeste, 27 de julho de 2020.

CONTRATO 151/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599203

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 151/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: VERUM SERVIÇOS TECNICOS DE ARQUITETURA E INTERIORES LTDA

Valor : R\$ 19.148,47 (dezenove mil cento e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos)

Vigência : Início: 27/07/2020 Término: 26/08/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DO BANHEIRO/VESTIÁRIO DA ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA LOCALIZADA NA RUA 7 DE SETEMBRO, BAIRRO SALETE, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 27 de julho de 2020.

CONTRATO 152/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599205

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 152/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: TAY.IC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LTDA
Valor : R\$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 28/07/2020 Término: 27/11/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/APARELHOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE NOS BAIROS PROGRESSO E SALETE, E COMUNIDADE DA LINHA FÁTIMA E ALTO GUAMERIM, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, CONFORME CONVÊNIO COM O GOVERNO ESTADUAL, PROPOSTA Nº 22092, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ORÇAMENTOS E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

São Miguel do Oeste, 28 de julho de 2020.

CONTRATO 153/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599207

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 153/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: EDUCAR INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA
Valor : R\$ 106.020,00 (cento e seis mil e vinte reais)
Vigência : Início: 31/07/2020 Término: 30/09/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020
Objeto : AQUISIÇÃO DE CONJUNTO INFANTIL DE MESA COM 12 CADEIRAS PARA REFEITÓRIO E MESA PARA REFEIÇÃO COM 05 LUGARES, DESTINADAS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 31 de julho de 2020.

CONTRATO 154/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599208

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 154/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME
Valor : R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais)
Vigência : Início: 31/07/2020 Término: 30/09/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO TRITURADOR DE GALHOS, ACIONADO POR MOTOR A COMBUSTÃO, INSTALADO SOBRE REBOQUE, A SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 31 de julho de 2020.

CONTRATO 155/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599210

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 155/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA

Valor : R\$ 28.456,14 (vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e catorze centavos)

Vigência : Início: 03/08/2020 Término: 02/10/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA DESLOCAMENTOS DE POSTES DA REDE DA CELESC, DEVIDO ÀS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E ALARGAMENTO DA RUA SALGADO FILHO, NO BAIRRO SÃO LUIZ, E CALÇAMENTO DA RUA DE ACESSO AO CAMPO DO CAIC, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL E PROJETOS FORNECIDOS PELA CONCESSIONÁRIA.

São Miguel do Oeste, 03 de agosto de 2020.

CONTRATO 156/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599213

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 156/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: BOLFE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : R\$ 549.557,71 (quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos)

Vigência : Início: 04/08/2020 Término: 03/02/2021

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL AMÁLIA DALTOÉ AGOSTINI, LOCALIZADA NA RUA JORGE LACERDA, Nº 684, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E ORÇAMENTOS, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

São Miguel do Oeste, 04 de agosto de 2020.

CONTRATO 157/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599214

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 157/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: E. J. F. EMPREENDIMENTOS LTDA

Valor : R\$ 155.871,00 (cento e cinquenta e cinco mil e oitocentos e setenta e um reais)

Vigência : Início: 05/08/2020 Término: 04/10/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO DA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 05 de agosto de 2020.

CONTRATO 158/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599215

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 158/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: E. J. F. EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : R\$ 113.702,70 (cento e treze mil setecentos e dois reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 05/08/2020 Término: 04/10/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO DAS RUAS CLAIR LEDUR E ILDO BERTAMONI, BAIRRO PROGRESSO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 05 de agosto de 2020.

CONTRATO 159/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599217

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 159/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: E. J. F. EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : R\$ 533.221,83 (cento e treze mil setecentos e dois reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 05/08/2020 Término: 04/12/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE LOMBADAS E RECAPEAMENTOS NAS VIAS DO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 05 de agosto de 2020.

CONTRATO 160/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2599219

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 160/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: 1DOC TECNOLOGIA SA
Valor : R\$ 73.033,28 (setenta e três mil trinta e três reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 06/08/2020 Término: 05/08/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE INFORMATIZADO INTEGRADO E OFICIAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA, EXTERNA, GESTÃO DOCUMENTAL E CENTRAL COM MÓDULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 06 de agosto de 2020.

LEI Nº 7.741/2020

Publicação Nº 2598479

LEI Nº 7.741/2020
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 516.318,27 (QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E DEZOITO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.
FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.702, de 13 de dezembro de 2019, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 516.318,27 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e vinte e sete centavos), objetivando a adequação da matéria orçamentária para a realização de despesas com a oferta de exames de imagem para diagnóstico e tratamento correto dos pacientes atendidos nas unidades de saúde, bem como, à aquisição de insumos de enfermagem utilizados no atendimento gratuito da população deste ente federado, em conformidade com o Plano de Aplicação e Convênio nº 2020TR000359, deliberado pelo Estado e Município.

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.703, de 13 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 516.318,27 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e vinte e sete centavos), objetivando a adequação da matéria orçamentária para a realização de despesas com a oferta de exames de imagem para diagnóstico e tratamento correto dos pacientes atendidos nas unidades de saúde, bem como, à aquisição de insumos de enfermagem utilizados no atendimento gratuito da população deste ente federado, em conformidade com o Plano de Aplicação e Convênio nº 2020TR000359, deliberado pelo Estado e Município.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.704, de 13 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 516.318,27 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e vinte e sete centavos), objetivando a adequação da matéria orçamentária para a realização de despesas com a oferta de exames de imagem para diagnóstico e tratamento correto dos pacientes atendidos nas unidades de saúde, bem como, à aquisição de insumos de enfermagem utilizados no atendimento gratuito da população deste ente federado, em conformidade com o Plano de Aplicação e Convênio nº 2020TR000359, deliberado pelo Estado e Município.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 516.318,27 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e vinte e sete centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente abaixo discriminada:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

10.301.0428.2.112 – Custeio e manutenção dos serviços de saúde.

3.3.90.00.00.00.00.0078 – Aplicações Diretas R\$ 516.318,27

Art. 5º Para a cobertura do Crédito ora instituído nesta lei fica autorizado a utilização do excesso de arrecadação dos recursos oriundos do Governo do Estado de Santa Catarina/Fundo Estadual de Saúde, em conformidade com o disposto no Convênio nº 2020TR000359, na importância de R\$ 516.318,27 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e vinte e sete centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 10 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI Nº 7.742/2020

Publicação Nº 2598481

LEI Nº 7.742/2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.702, de 13 de dezembro de 2019, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), objetivando as obras de construção e equipamentos para edificação para utilização nos serviços de assistência social junto aos Idosos e demais neste Município.

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.703, de 13 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), objetivando as obras de construção e equipamentos para edificação para utilização nos serviços de assistência social junto aos Idosos e demais neste Município.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.704, de 13 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), objetivando as obras de construção e equipamentos para edificação para utilização nos serviços de assistência social junto aos Idosos e demais neste Município.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento do plenito, conforme abaixo discriminada:

15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.05 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

08.241.0485.1.064 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS.

24 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 5º Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica concedida a redução parcial da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria em execução.

15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.05 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

08.241.0485.2.061 - ADM GERAL DOS BENS E SERV. DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO

26 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 10 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI Nº 7.743/2020

Publicação Nº 2598483

LEI Nº 7.743/2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.016.158,10 (UM MILHÃO, DEZESSEIS MIL, CENTO E CINQUENTA E OITO REAIS E DEZ CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.702, de 13 de dezembro de 2019, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 1.016.158,10 (um milhão, dezesseis mil, cento e cinquenta e oito reais e dez centavos), objetivando ao pagamento de serviços com fornecimento de materiais para reforma e ampliação do Posto de Saúde Central deste Ente Federado, em Convênio do o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado das Saúde, sob nº 2020TR000497 e Plano de Aplicação aprovado pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.703, de 13 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 1.016.158,10 (um milhão, dezesseis mil, cento e cinquenta e oito reais e dez centavos), objetivando ao pagamento de serviços com fornecimento de materiais para reforma e ampliação do Posto de Saúde Central deste Ente Federado, em Convênio do o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado das Saúde, sob nº 2020TR000497 e Plano de Aplicação aprovado pelas partes avençantes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.704, de 13 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.016.158,10 (um milhão, dezesseis mil, cento e cinquenta e oito reais e dez centavos), objetivando ao pagamento de serviços com fornecimento de materiais para reforma e ampliação do Posto de Saúde Central deste Ente Federado, em Convênio do o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado das Saúde, sob nº 2020TR000497 e Plano de Aplicação aprovado pelas partes avençantes.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 1.016.158,10 (um milhão, dezesseis mil, cento e cinquenta e oito reais e dez centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes abaixo discriminadas:

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS

E GESTÃO DE PESSOAS

03.001 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

10.301.0428.1.084 - Reforma e ampliação do Posto de Saúde Central.

4.4.90.00.00.00.00.00.0076 – Aplicações Diretas R\$ 320.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1080 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 396.158,10

TOTAL: R\$ 1.016.158,10

Art. 5º Para atendimento parcial do crédito orçamentário autorizado nesta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetivar as reduções orçamentárias das seguintes dotações abaixo especificadas:

18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

18.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.971 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE

EQUIPAMENTOS DE UNIDADES DE SAÚDE.

2 – 4.4.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 396.158,10

2 – 4.4.90.00.00.00.00.001080 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
TOTAL R\$ 696.158,10

Art. 6º Para a cobertura complementar do Crédito Especial instituído por esta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação, mais precisamente do Convênio celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado da Saúde, sob nº 2020TR000497, Recurso Municipal sob Código nº 0076, no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.
Em, 10 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1074/2020

Publicação Nº 2599099

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1074/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a solicitação do servidor pelo protocolo 11519/2020.

Considerando o disposto na alínea I, Inciso II, art. 1º, da Lei Complementar n. 64/90, que estabelece que são inelegíveis os servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Considerando a Emenda Constitucional 107, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais para 15 de novembro de 2020 e consequentemente os prazos eleitorais para a desincompatibilização.

RESOLVE:

CONCEDER a JOSÉ CLAUDIR XAVIER, servidor efetivo, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, atuando junto a Secretaria Municipal de Obras, licença para Atividade Política, no período de 03 meses, a partir de 15 de agosto de 2020, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1075/2020

Publicação Nº 2599109

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1075/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

Considerando o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

Considerando que há vacância do cargo de Enfermeiro devido ao pedido de exoneração da servidora Paula Andreia Echer Dorosz, conforme portaria ADM/DRH 1036/2017 em 02 de outubro de 2017 e que no período foi utilizado profissional temporário até a realização de novo concurso público.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR KLEBERTON RICARDO TESSER, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Enfermeiro, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1076/2020

Publicação Nº 2599111

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1076/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X, XIII, XVI, XVII, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV, e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, TORNA PÚBLICO, aos interessados que;

CONSIDERANDO nova classificação do Processo Seletivo Simplificado 003/2019, para o cargo de Professor de Educação Especial, divulgado no Diário Oficial dos Municípios em 10 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a convocação das candidatas TEREZINHA RIZZI CASAGRANDA e MARI LUCIA DAMASCENO.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1073/2020

Publicação Nº 2599096

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1073/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

CONSIDERANDO os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

CONSIDERANDO a portaria de nomeação SGTP/DDP N. 1007/2020 de 27 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INICIO DE EXERCÍCIO a GABRIELA MACIERA GAZITO, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao Órgão Central da Administração Municipal, designada para atuar junto ao ESF do Bairro São Gotardo, na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, a partir de 10 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 142/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2599859

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos, ferramentas e materiais de consumo para atender as necessidades das Secretarias da Administração do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 18 de agosto de 2020 até às 08h15min do dia 28 de agosto de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 28 de agosto de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2020 - EDITAL Nº 01/2020 -1º RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2599871

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2020
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EDITAL Nº 01/2020
1º RETIFICAÇÃO

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado para Seleção de Técnico em Enfermagem torna pública a Retificação do ANEXO I, do cronograma de realização do Processo Seletivo Simplificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens.

Onde se lê:

ANEXO I

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	07/08/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)
Impugnação do Edital	10/08/2020 a 11/08/2020	Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste
Inscrições	13/08/2020 a 24/08/2020	Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Publicação do Resultado Provisório	26/08/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)
Prazo de interposição de recurso, somente em face do Resultado Preliminar	27/08/2020 a 28/08/2020	Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Publicação do Resultado Final	01/10/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)

LEIA-SE:

ANEXO I

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	07/08/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)
Impugnação do Edital	10/08/2020 a 11/08/2020	Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Inscrições	13/08/2020 a 24/08/2020	Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Das 8h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min (horário oficial de Brasília/DF).
Publicação do Resultado Provisório	26/08/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)
Prazo de interposição de recurso, somente em face do Resultado Preliminar	27/08/2020 a 28/08/2020	Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Das 8h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min (horário oficial de Brasília/DF).
Publicação do Resultado Final	01/09/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste, 12 de agosto de 2020.

INES CARLA PERSCH THEOBALD
Membro da Comissão

MARIALICE BRASSIANI
Presidente da comissão

SILVIA VIVIANE BORGES
Membro da Comissão

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM - EDITAL Nº005/2020

Publicação Nº 2599882

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

(*) Retificado – Retificação nº 01 – Texto Compilado

EDITAL Nº 005/2020

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na legislação vigente, torna pública a abertura de inscrições de Processo Seletivo Simplificado para seleção de Técnico em Enfermagem, de acordo com as normas e condições do presente edital.

CONSIDERANDO a necessidade temporária de contratação de pessoal e do excepcional interesse público previsto no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, regulamentada no âmbito municipal pela Lei nº 6.616/2012;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a Saúde é direito de todos e dever do Estado e que são de relevância pública as ações e serviços de saúde e que os atendimentos não podem ser interrompidos;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

CONSIDERANDO o Art. 3º, §1º, da Lei Municipal nº 6.616/2012, e suas alterações, o qual dispõe que na hipótese de restar frustrado o processo seletivo por ausência de interessados ou por falta de aprovados em número suficiente para atender a demanda, poderá ser realizada seleção simplificada dos candidatos por meio da análise de títulos, respeitado o prazo mínimo de inscrição de 10 (dez) dias;

CONSIDERANDO que não há mais candidatos classificados para o cargo de Técnico em Enfermagem para serem chamados no Processo Seletivo 001/2019;

CONSIDERANDO que em função da Covid-19 poderá haver a necessidade de mais Técnicos em Enfermagem;

CONSIDERANDO que por enquanto a AMEOSC não poderá realizar processo seletivo de provas e títulos em função da pandemia da Covid-19.

O Município de São Miguel do Oeste – SC realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Técnico em Enfermagem para atuar no Município de São Miguel do Oeste.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O Processo Seletivo Simplificado será acompanhado pela Comissão legalmente constituída por meio da Portaria nº 0135/2020, formada pelas servidoras: Ines Carla Persch Theobald, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, Marialice Brassiani, ocupante do cargo de Técnico Administrativo; e Silvia Viviane Borges, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Atenção Básica. A presidência da Comissão caberá a servidora Marialice Brassiani.

1.2- A Comissão será responsável por auxiliar a administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do certame seletivo, conforme disposto na Portaria nº 0135/2020.

1.3- Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.4- Os casos omissos neste Edital serão analisados, apreciados e deliberados pela Comissão e pela Secretaria de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.

1.5- O presente edital estará disponível no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (www.saomiguel.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>).

1.6- A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital, sendo de responsabilidade do candidato certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para realizar a inscrição.

1.7- Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital ficarão em "Cadastro de Reserva" na expectativa de abertura de novas vagas.

2. DOS RECURSOS QUANTO AO EDITAL DE ABERTURA

2.1- Será aceita impugnação contra o presente Edital, caso apresente itens com ilegalidade, omissão ou contradição.

2.2- Para requerer a impugnação, o impugnante deverá protocolar o recurso no Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste no prazo constante no anexo I.

2.3- O impugnante deverá, necessariamente, indicar o item ou subitem que será objeto de impugnação.

2.4- Não caberá recurso administrativo contra a decisão acerca da impugnação.

2.5- No caso de deferimento do recurso, a Comissão juntamente com a Secretaria de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas procederá à retificação do Edital, e a versão definitiva será publicada integralmente no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (<http://www.saomiguel.sc.gov.br>) e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) na data provável estabelecida no cronograma constante do anexo I.

3. DO CARGO

3.1- A remuneração fixada pela prestação dos serviços terá como base conforme abaixo descrito:

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Técnico em Enfermagem	*CR	40 horas semanais	Ensino médio completo e curso profissionalizante de técnico em enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	R\$ 2.422,44 40h

*CR: Cadastro de Reserva

3.2-A inscrição no órgão fiscalizador da categoria profissional será obrigatória no momento da investidura no cargo.

4.0 REQUISITOS

- 4.1- Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, 18/04/1972;
- 4.2- Gozo dos direitos políticos;
- 4.3- Estar quite com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- 4.4- Nível de escolaridade exigido para o cargo;
- 4.5- Inscrição no órgão fiscalizador da categoria profissional;
- 4.6- Aptidão física e mental, salvo nos casos em que a lei determine situação adversa;
- 4.7- Não se enquadrar na vedação de acúmulo de cargos públicos (art. 37 inciso XVI da CF);
- 4.8- Não possuir condenação criminal transitada em julgado, nem responder a processo penal por crime que o incompatibilize a exercer a função pública.

Parágrafo Único: O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos no ato da investidura no cargo.

5.0 DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

5.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar os serviços técnicos de enfermagem e assegurar o atendimento da população, em conformidade com as regras que regulamentam o exercício de sua profissão, editadas pelo Conselho Regional e Federal de Enfermagem e demais normas vigentes;

5.2 DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Fazer curativos, aplicar injeções e outros medicamentos, de acordo com as orientações médicas recebidas;
- Verificar sinais vitais de pessoas e pacientes e registrá-los nos prontuários;
- Efetuar a coleta de materiais para exames laboratoriais e intervenção cirúrgica;
- Auxiliar as pessoas e pacientes em sua higiene pessoal, movimentação e alimentação;
- Auxiliar nos cuidados "post mortem";
- Registrar todas as ocorrências em relação a pacientes e doentes;
- Prestar cuidados especiais aos pacientes em isolamento;
- Preparar e esterilizar material, instrumental, equipamentos e ambientes de trabalho, obedecendo às prescrições médicas;
- Zelar pela conservação e higiene de instrumental utilizado;
- Ajudar no transporte de doentes;
- Zelar pela higiene e evitar infecções ou contaminações;
- Zelar pela segurança de pertences de pacientes, antes de encaminhamento de exames, deslocamentos, tratamentos e outros e zelar pela segurança e bem estar desses pacientes;
- Envidar todos os esforços para amenizar sofrimentos e dores, sempre de acordo com as recomendações médicas;
- Desenvolver atividades de apoio nos consultórios médicos, salas de cirurgia, quartos ou locais de tratamento de pacientes;
- Desenvolver trabalhos de conscientização e prevenção de doenças a participar de todos os eventos relacionados à saúde pública do Município;
- Auxiliar nos socorros de emergência;
- Conferir o material cirúrgico e operar o equipamento de esterilização;
- Fazer asseios nos pacientes e colher material para exame de laboratórios;
- Administrar a medicação prescrita, fazer curativos simples e controlar os sinais vitais;
- Executar tratamentos diversos tais como: lavagens, sondagens, nebulizações, aspirações etc;
- Fazer anotações no prontuário das observações e cuidados prestados;
- Atender ao público e cumprir normas em geral;
- Auxiliar ao médico durante a realização de exames e tratamentos;
- Auxiliar nas intervenções cirúrgicas e testar instrumentos cirúrgicos eletrônicos;
- Retirar, lavar, secar, lubrificar todo material cirúrgico;
- Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente;
- Preencher boletins, diários, fichas, prontuários e demais relatórios que visam o controle e acompanhamento do indivíduo sobre sua responsabilidade;
- Realizar todos os demais trabalhos relacionados à sua profissão, de acordo com o regulamento dos Conselhos Regional e Federal de Enfermagem, com zelo e dedicação, visando a melhoria da saúde pública;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

6.0 DA INSCRIÇÃO

6.1-As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão, Constante no Anexo II, no Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, sito na Rua Marcílio Dias, 1199 – Centro.

6.2-As inscrições deverão ser realizadas no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital.

6.3-A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração Pública ou Particular.

6.4-O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munidos dos documentos exigidos no item 6.5;

6.5-No ato da inscrição o candidato deverá entregar a ficha de inscrição preenchida, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nela solicitado e entregar cópias simples dos seguintes documentos.

- a) Documento de Identidade;
- b) CPF;
- c) Título de Eleitor;
- d) Certidão de quitação eleitoral;
- e) Alistamento militar, no caso de candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo.

6.6 – Nenhum documento poderá ser apresentado após a inscrição;

6.7-Feita a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

6.8- Os documentos expedidos em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado;

7.0 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

7.1- O Processo Seletivo será constituído da análise da qualificação profissional e tempo de experiência, realizada pela Comissão constituída para este fim.

7.2- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

7.2.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

I- Ensino Médio; (2,0) dois pontos;

II- Graduação; (3,0) três pontos;

III- Pós-Graduação (4,0) quatro pontos

Paragrafo Único- Será utilizado para critérios de qualificação profissional a maior titulação no caso dos incisos I, II, III.

7.2.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

7.2.2.1 - Será considerado para fins de pontuação o efetivo exercício como Técnico em Enfermagem. Valendo 1,0 (um ponto) a cada seis meses de efetivo exercício, limitado a 6,0 (seis pontos), devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

Paragrafo Único- Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

8.0 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1-Ocorrendo empate na pontuação final, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

8.1.2-Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

8.1.3-Obtiver maior nota na análise do tempo de serviço;

8.1.4-Obtiver maior nota na análise da qualificação profissional.

8.1.5-Tiver maior idade.

Paragrafo único: Os candidatos que seguirem empatados até o item 8.1.5 serão convocados, antes do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para a apresentação da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento, para fins de desempate.

9.0 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO

9.1- O resultado provisório deste Processo Seletivo Simplificado será publicado na data provável constante no Anexo I deste Edital, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (www.saomiguel.sc.gov.br).

10 DO RECURSO CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO

10.1 - O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório deste Processo Seletivo Simplificado disporá do período estabelecido no cronograma constante do Anexo I.

11.2- No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio de documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.

11.3- Para recorrer contra o resultado provisório, o candidato deverá protocolar recurso no Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste no prazo constante no anexo I, no horário das 8 horas do primeiro dia às 17h45min do último dia.

11.4- O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo não será reconhecido.

11.5- Todos os recursos serão analisados, e as justificativas do deferimento ou indeferimento será encaminhado para o endereço de e-mail deixado pelo candidato na ficha de inscrição.

11.6- Não será reconhecido recurso interposto de forma coletiva, sem a devida fundamentação ou referente a outros candidatos.

11.7- Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos contra o resultado final deste Processo Seletivo Simplificado.

12- DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

12.1- Após o julgamento dos recursos interpostos contra o resultado provisório, deste Processo Seletivo Simplificado, será divulgado o resultado final, na data provável constante no anexo I.

13-DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO

13.1-A chamada dos candidatos classificados será feita pela Secretaria de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas;

13.2-O candidato terá prazo de 48 horas, subsequente à convocação, para comparecer a Secretaria de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas no Departamento de Desenvolvimento de Pessoas com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado no período implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

14.1- Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções e exigências contidas neste Edital.

14.2-Todas as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão feitas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (<https://www.saomiguel.sc.gov.br>).

14.3- O candidato, ao se inscrever, concorda que seu nome, dados de identificação e pontos que tiver obtido na classificação sejam publicados meios de comunicação oficial do Município de São Miguel do Oeste.

14.4- O profissional contratado terá avaliado o seu desempenho pela chefia imediata, durante o período de vigência do contrato.

14.5- A classificação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não assegura a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosamente a ordem de classificação e o preenchimento das vagas disponíveis.

14.6- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicados nos locais referidos no item 14.2 deste edital.

14.7- O prazo de validade do Processo Seletivo será de 6 (seis) meses, contado da publicação de sua homologação.

São Miguel do Oeste, 12 de agosto de 2020.

INES CARLA PERSCH THEOBALD

Membro da Comissão

MARIALICE BRASSIANI

Presidente da Comissão

SILVIA VIVIANE BORGES

Membro da Comissão

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ANEXO I**CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	07/08/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)
Impugnação do Edital	10/08/2020 a 11/08/2020	Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Inscrições	13/08/2020 a 24/08/2020	Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Das 8h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min (horário oficial de Brasília/DF).
Publicação do Resultado Provisório	26/08/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)
Prazo de interposição de recurso, somente em face do Resultado Preliminar	27/08/2020 a 28/08/2020	Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Das 8h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min (horário oficial de Brasília/DF).
Publicação do Resultado Final	01/09/2020	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br)

ANEXO II**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Processo Seletivo Simplificado 005/2020

Cargo: Técnico em Enfermagem

Dados Pessoais:

Nome do Candidato:			
Sexo: () M () F		Data de Nascimento:	
RG:		CPF:	
Endereço:			
Nº:	Complemento:		Bairro:
Cidade:	UF:		CEP:
E-mail:			
Celular1:		Celular 2:	
Titulação: () Ensino Médio () Graduação () Pós-Graduação			

Informações Adicionais:

1. Candidato é responsável pela exatidão e veracidade das informações prestadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou do não preenchimento de qualquer campo daquele campo;
2. A inscrição no processo seletivo implica, desde logo, o reconhecimento e a tácita aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas.
3. Não será admitida, sob nenhuma hipótese, complementação documental fora do prazo de inscrição.

São Miguel do Oeste – SC, de de 2020

Candidato Membro da Comissão

Para uso exclusivo da comissão

Nacionalidade brasileira: () Sim () Não

Quite com as obrigações eleitorais () Sim () Não

Quite com as obrigações militares (sexo masculino): () Sim () Não

Cópia legível da carteira de Identidade e CPF: () Sim () Não

Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo: () Sim () Não

Tempo de Experiência Profissional: _____

Qualificação Profissional: _____

Nota Final: _____

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº 096 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599505

DECRETO Nº 096 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Institui e define o regime especial de atividades escolares do ensino não presencial para a Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de São Pedro de Alcântara, para cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, em razão da Pandemia da Covid-19 e dá outras providências.

Ernei José Stahelin, Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe o art. 205 e seguintes da Constituição da República Federativa do Brasil, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);

Considerando a Lei Municipal do Sistema de Ensino nº 99, de 8 de dezembro de 2014, que regulamenta o Sistema Municipal de Educação;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando a suspensão das aulas na rede pública estadual e nas redes municipais de ensino, conforme Decretos nº 509 de 17/03/2020, nº 525 de 23/03/2020, nº 562 de 17/04/2020, nº 587 de 30/04/2020, nº 630 de 1º/06/2020, nº 724 de 17/07/2020 emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelo Município, o Decreto Municipal nº 29 de 18 de março de 2020;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019, e suas alterações posteriores;

Considerando o disposto na Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

Considerando o parecer 005/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído por este Decreto o REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES DO ENSINO NÃO PRESENCIAL no Sistema de Ensino de São Pedro de Alcântara, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a interação presencial de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais).

§ 1º Para efeito deste DECRETO, são integrantes do Sistema Municipal de Ensino de São Pedro de Alcântara as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) no âmbito da educação básica, mantidas e administradas pelo poder público municipal;

§ 2º A Educação Especial seguirá as orientações referentes ao funcionamento da Educação Básica na rede, no período de afastamento social, considerando as adaptações pedagógicas necessárias que deverão ser elaboradas pelo Segundo Professor de turma, para continuidade do processo de aprendizagem de alunos com deficiência.

Art. 2º O calendário escolar de 2020 passa a vigorar com as seguintes datas, conforme necessidade, e de acordo com o Decreto Municipal 029/2020, Nota de Esclarecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação (08/04/2020) e outros atos normativos.

- I. De 06 de fevereiro a 18 de março calendários com atividades normais;
- II. 19/03: Início do período de suspensão das aulas presenciais nas unidades escolares, conforme decretos governamentais;
- III. 19/03 a 21/04: Suspensão de todas as atividades escolares;
- IV. 19/03 a 03/04: Recesso escolar para estudantes e professores;
- V. 27/04 a 26/05: Férias para professores e auxiliares da Educação Infantil (etapa creche);
- VI. De 13/04 a 17/04: Período de organização, reuniões direcionadas aos Gestores, professores, CME, prefeitura e técnicos do Sistema Educaty, para a implementação de atividades escolares não presenciais, incluindo implantação de uma plataforma;
- VII. De 13/04 a 17/04: Período de planejamento para Gestores e professores para a implementação de atividades escolares não presenciais;
- VIII. 22/04: Reinício do ano letivo para o Ensino Fundamental por meio das atividades escolares do ensino não presencial;
- IX. 27/04: Reinício do ano letivo para a Educação Infantil (etapa pré-escolar) por meio das atividades escolares do ensino não presencial;
- X. 08/06: Reinício do ano letivo para a Educação Infantil (etapa creche) por meio das atividades escolares do ensino não presencial;
- XI. 03/08 a 07/08: Formação Continuada para Professores;
- XII. 07/09: Previsão de retorno às aulas presenciais com atividades complementares e/ou atividades escolares do ensino não presencial;
- XIII. 18/12: Previsão do encerramento do ano letivo com aulas;
- XIV. 21, 22 e 23/12: Conselho de Classe, fechamento de relatórios e documentação do ano letivo;
- XV. 24/12 – Início do recesso de dezembro.

§ 1º Novo Calendário escolar detalhado será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e poderá ser alterado de acordo com determinações de novas legislações ou de alteração de retorno às aulas presenciais.

§ 2º A partir do dia 22/04/2020, todas as atividades escolares do ensino não presencial contabilizar-se-ão como carga horária letiva, não havendo a necessidade de reposição da carga horária cumprida neste período quando normalizadas as aulas presenciais.

Art. 3º Conforme o disposto na Medida Provisória nº 934, de 2020, os estabelecimentos de ensino da Educação Básica ficam desobrigados, em caráter excepcional, de cumprir os 200 (duzentos) dias letivos previstos na LDB, porém deverão organizar atividades escolares para o cumprimento de, no mínimo, 800 (oitocentas) horas ao longo do ano.

§ 1º A carga horária letiva realizada durante o regime especial de atividades escolares do ensino não presencial integra as 800 (oitocentas) horas anuais do Calendário Escolar de 2020.

§ 2º A carga horária letiva das atividades escolares do ensino não presencial deve ser equivalente à carga horária do componente curricular integrante da matriz curricular por etapa de ensino.

Art. 4º As matrículas e transferências de alunos estão autorizadas entre as unidades escolares da rede ou entre redes, condicionadas à existência de vagas nas turmas.

§ 1º Os documentos exigidos para transferência ou matrícula de alunos devem ser digitalizados e encaminhados para o e-mail institucional da escola.

§ 2º No retorno às aulas presenciais, a família deverá apresentar os documentos originais do estudante.

Art. 5º Dada a diversidade do público de estudantes e dos contextos socioeconômicos, a sistemática do trabalho pedagógico no regime especial de atividades escolares do ensino não presencial observará o seguinte:

- I- Serão disponibilizadas plataformas virtuais de aprendizagem, com atividades mediadas pelos professores, para os estudantes que possuem acesso à internet;
- II- Serão disponibilizados materiais impressos, contendo atividades e orientações elaboradas pelos professores, para os estudantes que não possuem acesso à internet.

§ 1º Cabe à equipe gestora da Unidade Escolar, identificar os alunos que possuem e os que não possuem acesso à internet, para os fins dos incisos I e II.

§ 2º Dinâmicas de entrega dos conteúdos deverão ser planejadas, oportunamente, pela equipe gestora da Unidade Escolar, para aqueles alunos que não obtiverem, por qualquer motivo, acesso aos meios previstos nos incisos I e II.

§ 3º Na Educação Infantil o cumprimento da carga horária deve ser presencial seguindo o disposto no artigo 31 da LDB que delimita a frequência mínima em 60% da carga horária obrigatória do calendário de educação infantil, a ser definido pelos sistemas de ensino no contexto atual de excepcionalidade imposto pela pandemia.

§ 4º Sabe-se que quanto mais novas são as crianças, mais importante é o trabalho de intervenção educativa e interação social para o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Assim orientamos que:

- I- No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais.
- II- Nessa situação de excepcionalidade para a educação infantil, dadas as particularidades socioeconômicas da maioria das famílias, deve-se

cuidar para ampliar o sentido de atividades não presenciais a serem desenvolvidas com as crianças pequenas. Neste sentido, quando possível, é importante que as escolas busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças.

III- As atividades, jogos, brincadeiras, conversas e histórias propostas devem ter sempre a intencionalidade de estimular novas aprendizagens. Neste sentido, as soluções propostas pelas escolas e rede de ensino devem considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente.

IV- Deve-se, ainda, admitir a possibilidade de tornar o contato com os pais ou responsáveis pelas atividades, mais efetivo com o uso de internet, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono, sempre que possível. A escola, por sua vez, poderá definir a oferta do instrumento de resposta e feedback, caso julgue necessário. Essa possibilidade pode se configurar como algo viável e possível.

V- Outra alternativa é o envio de material impresso de suporte pedagógico organizado pelas escolas para as famílias ou responsáveis, considerando os cuidados necessários para evitar grandes aglomerações quando a entrega for feita na própria escola.

VI- Para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura.

VII- Já para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade. Garantindo seus direitos de aprendizagem.

Art. 6º A formação pedagógica online, para aprimorar o uso de metodologias, mediadas ou não por tecnologias, das equipes docente e gestora das Unidades serão divulgadas ou organizadas e oferecidas pela Secretaria de Educação.

Art. 7º O Planejamento Pedagógico remoto das atividades escolares, em regime especial, deverá ser elaborado, em diálogo com os diferentes contextos dos alunos e suas famílias, respeitando a carga horária correspondente à cada componente curricular.

§ 1º A estimativa de carga horária presente no planejamento deve levar em consideração o tempo de orientação direta do docente e o tempo estimado para o estudante desenvolver as atividades, de forma individual ou coletiva, sem intervenção do professor.

§ 2º O planejamento das atividades escolares do ensino não presencial deverá ser antecipado, quando for referente ao público alvo da educação especial, pelo professor titular da turma e/ou disciplina para que o segundo professor possa realizar as adaptações necessárias;

§ 3º As unidades escolares disponibilizam o uso de computadores e acesso à internet aos professores que não dispõem de tais recursos, respeitando as precauções, especialmente o atendimento com horário marcado, de modo a evitar aglomerações.

Art. 8º Nos planos de aula, inseridos na plataforma oficial de registros da rede municipal ou entregues à equipe gestora, o Professor contemplará:

- I- Objetos de conhecimento;
- II- Conteúdos a serem desenvolvidos;
- III- Carga horária correspondente a matriz curricular;
- IV- Data ou período de realização das atividades;
- V- Forma de registro da frequência do aluno, e;
- VI- Critérios, instrumentos e formas de avaliação.

Art. 9º A avaliação da aprendizagem é um processo contínuo e cumulativo.

§ 1º No regime especial de atividades escolares do ensino não presencial, a avaliação ocorrerá por meio de diferentes instrumentos avaliativos, com ou sem o suporte das plataformas virtuais de aprendizagem e em consonância com o planejamento do professor.

§ 2º As formas de avaliação não presenciais (durante o período de emergência) ou presenciais (ao serem retomadas as aulas) servirão de parâmetro para indicar o alcance do objetivo de aprendizagem pelo estudante e também servirão para o lançamento da nota final do estudante naquela disciplina/componente curricular.

§ 3º A avaliação do conteúdo desenvolvido nas atividades escolares do ensino não presencial deverá ser realizada de acordo com o planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior.

§ 4º Na Educação Infantil, a avaliação ocorrerá quando do retorno do ensino presencial, obedecendo ao caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental, devendo ser garantido nas atividades os direitos de aprendizagem a serem desenvolvidos para esta etapa e que obedeçam às propostas do Currículo Base do Território Catarinense, garantido os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária.

§ 5º Os objetos de conhecimento que eventualmente não puderem ser realizados, por meio de atividades escolares do ensino não presencial, no período deste regime especial, deverão ser reprogramados para reposição no próximo ano letivo, sem prejuízo pedagógico.

§ 6º A verificação do rendimento escolar deverá observar os seguintes critérios:

I- Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
II- Avaliação diagnóstica, analisando e interpretando evidências relativas à eficácia e eficiência dos processos de ensino e conforme os níveis de aproveitamento, avaliando os resultados, corrigindo as falhas decorrentes do processo ensino-aprendizagem;
III- Formativa, permitindo ao professor detectar o que o aluno compreendeu ou não do conhecimento, para então, proceder com retomadas ou novas estratégias que oportunizem o aprendizado do aluno, dando a este, condições de prosseguir em seus estudos.

Art. 10. Este Decreto não revoga as diretrizes de avaliação do processo de ensino-aprendizagem nos estabelecimentos do Sistema Municipal previstas em outros dispositivos legais.

Parágrafo único. Para fins de recuperação paralela, quando do retorno ao ensino presencial, o professor deve proporcionar novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de um novo instrumento avaliativo.

Art. 11. O registro no sistema Online deverá conter orientações de aprendizagem, os conteúdos, as atividades propostas, os processos avaliativos e a frequência.

§ 1º A frequência dos alunos será registrada no retorno das aulas presenciais, de acordo com o acesso à plataforma online ou busca do material impresso na escola, além da realização das atividades durante o regime especial de atividades escolares do ensino não presencial.

§ 2º Na modalidade da Educação Especial, cabe ao Segundo Professor de Turma e ao Professor o registro do Relatório Descritivo.

Art. 12. Em atendimento ao regime especial de atividades escolares do ensino não presencial, cabe à Secretaria de Educação, às Equipes Gestoras, aos Professores, aos Estudantes e suas famílias, as seguintes atribuições:

I- Compete à Secretaria de Educação:

- a) Estabelecer diretrizes, estratégias e ações para implementação, monitoramento e avaliação do regime especial de atividades escolares do ensino não presencial na Rede;
- b) Coordenar a implementação do regime especial de atividades escolares do ensino não presencial e oferecer suporte operacional e pedagógico às Unidades Escolares;
- c) Disseminar orientações aos Gestores e Professores quanto ao planejamento pedagógico das atividades escolares do ensino não presencial;
- d) Promover/divulgar formação online direcionada aos Gestores, Técnicos e Professores para o trabalho junto ao regime especial de atividades escolares do ensino não presencial.
- e) Mapear e sistematizar informações acerca das Unidades Escolares, de modo a estruturar um plano de ações para o atendimento de todos os alunos;
- f) Promover ações que ofereçam suporte operacional e pedagógico às Unidades Escolares;
- g) Orientar aos gestores sobre a implementação de atividades escolares do ensino não presencial;
- h) Oferecer o apoio necessário às Unidades Escolares para a distribuição de materiais impressos;
- i) Promover a Busca Ativa dos alunos que não estão retornando as atividades escolares do ensino não presencial.

II- Compete à Equipe Gestora das Unidades Escolares:

- a) Coordenar, executar, monitorar e avaliar ações técnicas, administrativas e pedagógicas, para implementação do regime especial de atividades escolares do ensino não presencial;
- b) Participar do processo de formação online e do planejamento coletivo e integrado da Unidade Escolar, para o regime especial de atividades escolares do ensino não presencial;
- c) Coordenar as ações pedagógicas, junto aos professores, para manter a unidade no trabalho oferecido aos alunos pela escola, favorecendo a aprendizagem;
- d) Realizar o mapeamento das formas de atendimento aos alunos (virtual ou não), no que compete a realização das atividades escolares do ensino não presencial;
- e) Informar à Secretaria a quantidade de estudantes e professores que não possuem acesso ao computador e à internet;
- f) Designar profissional(is) responsável(is) pela impressão e organização das atividades escolares do ensino não presencial para os alunos sem acesso à internet;
- g) Organizar, com o apoio da Secretaria de Educação, a logística e o cronograma da entrega e coleta de atividades impressas aos alunos sem acesso à internet, respeitando as recomendações de prevenção da Secretaria da Saúde;
- h) Realizar atendimento nas Unidades Escolares, em dias marcados e horas estipuladas, para a entrega e a coleta dos materiais, respeitando as medidas de precaução da saúde;
- i) Viabilizar o uso de computadores e o acesso à internet nas Unidades Escolares aos professores que não dispõem de tais recursos, respeitando as medidas de precaução da saúde;
- j) Mapear e fazer a busca ativa dos alunos que não estão desenvolvendo as atividades, estabelecendo contato com os pais/responsáveis, com os devidos registros, viabilizando novas oportunidades e alternativas para realização do proposto;
- k) Oferecer guia de orientações aos Pais/Responsáveis e às Crianças na Organização das Atividades diárias.

III- Compete aos Professores:

- a) Participar do processo de formação online e do planejamento coletivo e integrado da Unidade Escolar, para o regime especial de atividades escolares do ensino não presencial;
- b) Apoiar a Equipe Gestora na realização do mapeamento das formas de atendimento aos alunos (virtual ou não), no que compete a realização das atividades escolares do ensino não presencial;

- c) Realizar o planejamento pedagógico das atividades escolares do ensino não presencial, considerando o Currículo Base do Território Catarinense e o planejamento anual do componente curricular, bem como o PPP da Escola;
- d) Disponibilizar, no Ensino Fundamental, atividades quinzenais aos estudantes, de forma online para os que possuem acesso à internet e de forma impressa aos alunos sem conectividade;
- e) Disponibilizar, na Educação Infantil, atividades semanais às crianças, de forma online para os que possuem acesso à internet e de forma impressa às crianças sem conectividade;
- f) Interagir com os estudantes e realizar processos avaliativos a partir das atividades propostas e por meio dos canais disponíveis, divulgando aos alunos os resultados das atividades realizadas e, quando possível, ofertando instrumento de resposta e feedback;
- g) Notificar, de acordo com a solicitação da Equipe Gestora, os alunos que não estão acessando os materiais disponibilizados, para os devidos registros e sua busca ativa;
- h) Registrar no sistema Online e/ou no diário impresso os objetos de aprendizagem, os conteúdos, as atividades propostas e os processos avaliativos;
- i) Propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo aulas, conteúdos organizados em plataforma virtual de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, grupos de WhatsApp, blogs e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos/as estudantes/crianças, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa;
- j) Incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os/as estudantes/crianças e familiares trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação da COVID - 19, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;
- k) Promover interação não presencial com os estudantes de forma periódica, optando por um meio de comunicação como: vídeoaula, WhatsApp, plataforma de vídeo conferência, telefone, chat. A finalidade é contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. Para melhor organização, o professor deverá divulgar, na data de sua postagem de conteúdos/atividades, o dia, o horário e o meio de comunicação para as suas interações.

IV- Compete aos alunos, com apoio de seus familiares/responsáveis:

- a) Acompanhar os comunicados emitidos pela Unidade de Ensino, por meio de todos os canais oficiais de comunicação;
- b) Acessar e realizar, por meio dos recursos disponibilizados, as atividades de aprendizagem, encaminhadas pelos Professores e/ou pela Unidade Escolar, sejam elas digitais ou impressas;
- c) Informar à escola ou à Secretaria de Educação, quando houver dificuldade ou impossibilidade de realização das atividades escolares (impressa/online), com as devidas justificativas;
- d) Realizar as atividades escolares (impressa/online) e enviá-las, conforme orientações e prazos estabelecidos pelos Professores e/ou pela Unidade Escolar;
- e) Participar das interações virtuais propostas pelos Professores e/ou pela Equipe Gestora, quando comprovado o acesso à internet.

Art. 13. Os procedimentos relativos à gestão de pessoas, especialmente os mecanismos de aferição da assiduidade dos Professores e cumprimento dos deveres funcionais serão objeto de Ato Legal específico.

Art. 14. A reposição da carga horária poderá ser realizada com a ampliação do tempo da jornada escolar diária, reposição de aulas utilizando sábados letivos ou com a continuidade de atividades escolares do ensino não presencial.

Parágrafo único Caberá à Secretaria Municipal de Educação:

- I- Acompanhar o desenvolvimento das atividades escolares, verificando a necessidade de reposição de carga horária;
- II- Elaborar plano de reposição de aulas, juntamente com professores e equipes gestoras;
- III- Orientar os procedimentos para os registros referentes às atividades de reposição e à vida escolar dos alunos.

Art. 15 O plano de reposição do calendário escolar deverá ser apresentado pela Secretaria de Educação e ter aprovação pelo Conselho Municipal de Educação, quando findar o estado de pandemia ou se iniciar o retorno às atividades presenciais.

Art. 16 A Secretaria Municipal de Educação e o Departamento de Recursos Humanos, em suas respectivas áreas de atuação, poderão, se necessário, expedir instruções complementares para cumprimento do disposto no presente Decreto.

Art. 17 A Secretaria Municipal de Educação poderá resolver os casos específicos de sua Rede Municipal de Ensino, obedecidas às disposições legais.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 19/03/2020.

São Pedro de Alcântara, SC, 03 de agosto de 2020.

Ernei José Stähelin
Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Secretário Municipal de Educação

DECRETO N°097/2020

Publicação N° 2598852

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°097/2020

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.4º da Lei nº 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 – Funcionamento e Manutenção da Agricultura R\$ 25.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO N°098/2020

Publicação N° 2598853

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°098/2020

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.4º da Lei nº 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.078 – Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 3.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO N°099/2020

Publicação N° 2598856

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°099/2020

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.4º da Lei nº 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2.044 – Funcionamento e Manutenção da Cultura R\$ 3.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO N°100/2020

Publicação N° 2599509

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°100/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro de Recursos dos Royalties no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) por conta do Superávit Financeiro de Recursos dos Royalties na dotação abaixo identificada:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.02.12.361.0004.1.077 – Aquisição de Ônibus Escolar, Wan R\$ 104.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0797 – Aplicações Diretas R\$ 104.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº101/2020

Publicação Nº 2599516

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
[www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

DECRETO Nº101/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos de Outras Transferências dos Estados – Emendas Parlamentares Impositivas/Educação, na dotação abaixo identificada:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.02.12.361.0004.1.077 – Aquisição de Ônibus Escolar, Wan R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.1211 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.239/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600105

DECRETO Nº 5.239/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 6.570/2016 de 13 de junho de 2016.

Considerando a Ata nº 171, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 171/2020 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

§ Carla Belarmino Bitencourt
§ Martha Trindade Bobadilla

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 11 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.389/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600100

PORTARIA Nº 8.389/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença de 11/08/2020 a 25/08/2020 da servidora Sra. Jacqueline Wanderley Marasca, que desempenha a função de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 11 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.390/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600102

PORTARIA Nº 8.390/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação até 31 de agosto de 2020, para o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão, concernentes ao Processo Administrativo nº 006/2019, instaurado através da Portaria nº 7.978/2019, de 30 de julho de 2019, de acordo com a justificativa apresentada no Ofício nº 0008/2020-PAD 006/2019, de 7 de agosto de 2020 e em decorrência dos decretos estaduais e municipais, referentes ao enfrentamento da pandemia COVID-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 11 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.391/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600103

PORTARIA Nº 8.391/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença a partir de 11/08/2020 da servidora Sra. Raquel F-ckter, que desempenha a função de Fiscal Sanitarista I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 11 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.392/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2600109

PORTARIA Nº 8.392/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº. 2.474/2020, de 16 de abril de 2020, que autoriza a concessão de licença não remunerada aos servidores públicos municipais, em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de licença não remunerada a partir de 11/08/2020 a 09/10/2020 da servidora Sra. Rosemeri Riegel Blaesing, que desempenha a função de Recepcionista.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 11 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANULAÇÃO DISPENSA 53/2020-PMS E RESCISÃO CONTRATO 53/2020-PMS

Publicação Nº 2598692

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 53/2020 - DL**Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 136/2020
Data do Processo: 20/07/2020

Objeto: Contratação de prestadora de seguros para veículos da Secretaria de Educação e Cultura e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 9 / 2020

Motivo: Conforme Parecer 146/2020-PROJUR que traz em sua conclusão: "esta procuradoria sugere pelo conhecimento do pedido de rescisão contratual realizado pela empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e no mérito pelo seu DEFERIMENTO, rescindindo o Contrato 89/2020-PMS, e consequentemente, cancelando-se a Dispensa Licitação nº53/2020-PMS."
Rescisão Contratual com base no art. 79, II da lei 8666/93.

Schroeder, 11 de Agosto de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 37/2020-PMS - REAJUSTE 11/08/2020

Publicação N° 2598487

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2020

Número do Registro de Preços: 30/2020 Data do Registro: 08/06/2020 Válido até: 08/06/2021

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel - S500 - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Elevar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestação assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (6103)		0	3,0590	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2020

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 30/2020		Data do Registro: 08/06/2020		Válido até: 08/06/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo Diesel - S10 - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (6103)		0	3,0770	1

2 Óleo Diesel - S10 - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.

LT RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (6103)

0 3,0770 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2020

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

(6103) - RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Schroeder, 8 de Junho de 2020.

ATA TOMADA DE PREÇOS 17/2020-PMS (SEQUÊNCIA 02)

Publicação Nº 2598454

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCTOMADA DE PREÇO
Nr.: 17/2020 - TPProcesso Administrativo: 128/2020
Processo de Licitação: 14/07/2020
Data do Processo:

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃONúmero da ATA: 129/2020 (Sequência: 2)OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Otto Carlos Doege, Bairro Itoupava Açú, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 153,50m e área total de 1.228,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, em regime de PARCERIA, com f

A comissão reuniu-se para abertura da proposta, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de propostas comerciais das empresas PAVIPAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. Será paralisaada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente serão encaminhados a ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 11 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Rafaela Susan Kienen	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 18/2020-PMS (SEQUÊNCIA 02)

Publicação Nº 2598469

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 18/2020 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 129/2020 Processo de Licitação: 14/07/2020 Data do Processo:</p>
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 130/2020 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Piske - EST OPP à Est 7+15,50m, Bairro Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 155,50m e área total de 1.555,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, em re

A comissão reuniu-se para abertura da proposta, conforme determinado anteriormente em ata. Foi aberto o envelope de proposta comercial da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação à proposta, a mesma será encaminhada para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente serão encaminhados a ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo à empresa participante.

Schroeder, 11 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Rafaela Susan Kienen	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

QUADRO COMPARATIVO TP 17/2020-PMS

Publicação Nº 2598455

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 128/2020
Licitação.....: 17/2020 - TP
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Otto Carlos Doege, Bairro Itoupava Açu, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 153,50m e área total de 1.228,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, em regime de PARCERIA, com f

Total dos Itens Vencedores: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 23961	- PAVIMENTAÇÃO RUA OTTO CARLOS DOEGE - Unidade: UN						
11016	INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA		1,000	0,0000	148.394,4400	148.394,44	Indefinido	0
9522	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	150.667,1900	150.667,19	Indefinido	0

Schroeder,	Em/...../.....
Daniela Samulescki	-	Presidente da Comissão
Ivandra de Souza	-	Membro
Rafaela Susan Kienen	-	Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	Membro
Marlene Neumann	-	Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	Membro Suplente
Natascha Luize Kopper Strelow	-	Membro Suplente
Elbir José Wendt	-	Membro Suplente

QUADRO COMPARATIVOS TP 18/2020-PMS

Publicação Nº 2598470

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 129/2020
Licitação.....: 18/2020 - TP
Modalidade....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Piske - EST OPP à Est 7+15,50m, Bairro Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 155,50m e área total de 1.555,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, em re

Total dos Itens Vencedores: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 23962	- pavimentação rua Guilherme Piske - Unidade: UN						
9522	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	207.252,5600	207.252,56	Indefinido	0

Schroeder,	Em/...../.....
Daniela Samulescki -		Presidente da Comissão
Ivandra de Souza -		Membro
Rafaela Susan Kienen -		Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna -		Membro
Marlene Neumann -		Secretária
Valderi Rocha de Camargo -		Membro Suplente
Germana Heller Bauemle -		Membro Suplente
Natascha Luize Kopper Strelow -		Membro Suplente
Elbir José Wendt -		Membro Suplente

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1963

Publicação Nº 2599057

DECRETO Nº 1963, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Regulamenta a Lei nº 2040, de 14 de maio de 2020, que dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA**, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe é conferida pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 2040, de 14 de maio de 2020, que dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru, no Município de Seara, Estado de Santa Catarina.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – queijo artesanal: aquele elaborado com leite cru da própria fazenda, com métodos tradicionais, com vinculação ao território de origem, conforme Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ) estabelecido para cada tipo e variedade, sendo permitida a aquisição de leite de propriedades rurais próximas desde que certificadas sanitariamente e que atendam todas as normas sanitárias pertinentes;

II – queijaria: local destinado à produção de queijo artesanal localizado em propriedade rural;

III – queijeiro artesanal: o responsável pela identidade, pela qualidade e pela segurança sanitária do queijo por ele produzido e deve cumprir os requisitos sanitários estabelecidos pelo poder público;

IV – métodos tradicionais: etapas do processo de produção do queijo artesanal que mantenham as características histórico-culturais do Município, respeitadas as boas práticas de fabricação e garantida a segurança alimentar;

V – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ): ato normativo publicado pela Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR), que fixa a identidade e as características mínimas de qualidade de produto específico;

VI – propriedades rurais próximas: aquelas limítrofes ou não, desde que a distância não interfira na qualidade do leite, que atendam às normas sanitárias pertinentes e idênticas às da propriedade produtora dos queijos;

VII – boas práticas de fabricação: os procedimentos necessários adotados pelos produtores para a obtenção de alimentos inócuos, saudáveis e sãos; e

VIII – receitas originais: orientações que auxiliam na elaboração de queijos artesanais e que contenham a formulação do produto (matéria-prima e ingredientes) a partir dos métodos tradicionais.

§ 2º Poderão constituir a fórmula dos queijos artesanais a matéria-prima (leite cru), condimentos naturais, corantes naturais, coalhos/coagulantes, sal (cloreto de sódio ou outro que exerça a mesma função), fermentos e outras substâncias de origem natural, sendo permitida a utilização de aditivos descritos nas receitas originais.

CAPÍTULO II

DA PRODUÇÃO DO QUEIJO ARTESANAL DE LEITE CRU

Seção I

Dos Requisitos à Produção

Subseção I

Dos Requisitos Sanitários do Rebanho

Art. 2º A produção de queijo artesanal é restrita à propriedade certificada como livre de tuberculose e brucelose, de acordo com o disposto no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT).

Parágrafo único. Na perda da Certificação como livre de tuberculose e brucelose, ocorrerá cancelamento automático do Registro S.I.M da queijaria como a proibição da comercialização do produto ao consumidor.

Art. 3º Para a obtenção do certificado de propriedade livre de brucelose e tuberculose, as propriedades produtoras de queijo artesanal devem:

I – solicitar formalmente a obtenção do certificado à unidade local do serviço veterinário estadual na qual o estabelecimento de criação se encontra cadastrado, conforme modelo fornecido pela e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC; e

II – obter resultados negativos da presença de tuberculose e brucelose em todo o rebanho bovino e bubalino presente na propriedade, independentemente da finalidade produtiva do animal, após a realização de 2 (dois) testes consecutivos para cada uma das doenças.

§ 1º Os testes deverão ser realizados num intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses.

§ 2º O segundo teste de brucelose será realizado em laboratório da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

§ 3º § 3º Para o segundo teste de tuberculose deverá ser realizada a tuberculinização a campo paralelamente ao exame de Ensaio de Imunoabsorção Enzimática (ELISA) em soro, realizado na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária ou na Rede Estadual de Laboratórios Credenciados da Divisão de Apoio Laboratorial da CIDASC.

§ 4º Todos os machos e as fêmeas em idade igual ou superior a 8 (oito) meses na data do teste do rebanho deverão ser testados para brucelose, excluindo-se os machos comprovadamente castrados.

§ 5º Todos os machos e as fêmeas que tiverem idade igual ou superior a 42 (quarenta e dois) dias na data do teste do rebanho deverão ser testados para tuberculose.

§ 6º Amostras do tanque contendo o leite de todas as vacas em ordenha no dia deverão ser coletadas pelo responsável técnico da propriedade e enviadas ao laboratório da CIDASC para diagnóstico de brucelose, conforme frequência determinada por essa Companhia

§ 7º Todos os bovinos e bubalinos da propriedade deverão ser testados independente da sua finalidade (leite ou corte).

Art. 4º Para que possam ingressar em estabelecimento de criação já certificado ou em processo de certificação como livre de brucelose e tuberculose os animais devem ser procedentes de estabelecimento já certificado como livre dessas doenças ou ser submetidos à realização de 2 (dois) testes de diagnóstico para brucelose e tuberculose, devendo ser cumpridos os seguintes requisitos:

I – o primeiro teste de brucelose deverá ser realizado durante os 30 (trinta) dias que antecedem o embarque e o segundo teste, até 60 (sessenta) dias após o ingresso no estabelecimento de criação de destino, num intervalo mínimo de 30 (trinta) dias entre testes, sendo que os animais deverão permanecer isolados desde o ingresso no estabelecimento até o segundo resultado negativo;

II – o primeiro teste de tuberculose deverá ser realizado durante os 60 (sessenta) dias que antecedem o embarque e o segundo teste, até 90 (noventa) dias após o ingresso no estabelecimento de criação de destino, num intervalo mínimo de 60 (sessenta) dias entre testes, sendo que os animais deverão permanecer isolados desde o ingresso no estabelecimento até o segundo resultado negativo; e

III – os dois testes de cada uma das doenças deverão ter resultado negativo.

§ 1º Caso não seja possível manter os animais isolados no estabelecimento de criação de destino, os dois testes poderão ser efetuados durante os 90 (noventa) dias que antecedem o embarque, num intervalo de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias entre testes.

§ 2º Os testes de tuberculose serão realizados por médico veterinário habilitado.

§ 3º Os testes de brucelose serão realizados por médico veterinário habilitado ou por laboratório da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

§ 4º Animais oriundos de propriedade livre, que retornam de aglomerações, ficam excluídos da obrigatoriedade de realização dos testes especificados no caput deste artigo.

Art. 5º O estabelecimento de criação certificado ou em processo de certificação para a condição de livre ou controlado para brucelose e tuberculose fica obrigado a:

I – cumprir as medidas de controle e erradicação da brucelose ou da tuberculose previstas neste Decreto;

II – ter supervisão técnica de médico veterinário habilitado de confiança do proprietário do estabelecimento;

III – cumprir as normas estabelecidas pelo sistema de identificação individual dos animais, conforme legislação específica em vigor; e

IV – custear as atividades de controle e erradicação da brucelose ou da tuberculose.

Art. 6º Em caso de descumprimento das normas estabelecidas neste Decreto, os certificados de propriedade livre de brucelose e tuberculose poderão ser cancelados pelo Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose do MAPA.

Art. 7º O médico veterinário oficial poderá, em qualquer momento e sem ônus para o proprietário, colher material biológico para testes de diagnóstico para brucelose, bem como acompanhar ou realizar testes de diagnóstico para tuberculose, com o objetivo de verificar e validar a condição sanitária do estabelecimento de criação certificado ou em processo de certificação.

Parágrafo único. Outros testes oficiais de doenças zoonóticas poderão ser solicitados pelo Departamento Estadual (CIDASC) ou Municipal de Defesa Animal, conforme legislação federal e ou estadual em vigor, cujos custos serão arcados pelo proprietário dos animais.

Art. 8º As propriedades rurais onde estão localizadas as queijarias, assim como as propriedades próximas fornecedoras de leite, devem implementar e cumprir as seguintes condições higiênico-sanitárias da matéria-prima:

I – controle de mastite, com a realização de exames para detecção de mastite clínica e subclínica, incluindo análise do leite da propriedade em laboratório da Rede Brasileira da Qualidade do Leite (RBQL) para composição centesimal, contagem de células somáticas e contagem bacteriana total (CBT), com periodicidade mínima trimestral;

II – boas práticas de ordenha e de fabricação, obrigatoriamente comprovadas por meio de certificado emitido por instituição ou entidade reconhecida pelo órgão de inspeção e fiscalização, incluindo procedimentos relativos ao manejo sanitário da produção animal, ao local de fabricação, ao controle de pragas e vetores, ao controle de água, à higienização de instalações e equipamentos, à qualificação e aos cuidados com higiene de quem realiza as atividades e ao controle de matéria-prima e do produto final;

III – controle de potabilidade da água utilizada nas atividades; e

IV – rastreabilidade de produtos.

§ 1º As queijarias que recebem leite cru de propriedades próximas são responsáveis pela implantação e implementação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores, com a realização de análises para sua seleção e recepção, garantindo que o produto atenda às especificações dos incisos do caput deste artigo, além de assegurar a rastreabilidade da matéria-prima por meio de registros auditáveis.

§ 2º Fica vedado, para qualquer finalidade, o ingresso de leite na propriedade produtora de queijo artesanal que descumpra o disposto nos incisos do caput deste artigo.

Subseção II

Do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade

Art. 9º Para cada tipo de queijo será elaborado um Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ).

§ 1º O Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ) obedecerá integralmente ao disposto no Decreto Estadual nº 362, de 21 de novembro de 2019 que regulamenta a Lei nº 17.486, de 2018, que dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências.

§ 2º O período de maturação dos queijos artesanais, quando aplicável será o estabelecido no § 1º do presente artigo.

§ 3º É permitida a maturação do queijo artesanal em anexo ao estabelecimento do produtor de queijo desde que cumpridas as exigências legais e sanitárias cabíveis.

§ 4º O RTIQ deve ser aprovado pela Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR), pelo Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal da CIDASC, que é a entidade competente para a aprovação desta regulação.

Seção II Dos Insumos

Subseção I Da Água

Art. 10. A água utilizada na queijaria e na ordenha deve ser potável, clorada, canalizada e em volume compatível com a demanda do processamento e das dependências sanitárias.

§ 1º A água deverá ser filtrada a fim de eliminar todas as partículas coloidais na água, a ser definido pelo produtor, antes de sua chegada ao reservatório (caixa d'água).

§ 2º A água utilizada deverá ser canalizada desde a fonte até os reservatórios que devem estar protegidos de qualquer tipo de contaminação.

§ 3º Os reservatórios de água (caixa d'água) devem ser higienizados, no mínimo, semestralmente.

§ 4º A água utilizada na produção do queijo artesanal e na ordenha deverá ser submetida à análise microbiológica semestralmente e físico-química anualmente de acordo com os parâmetros vigentes, desde que a propriedade possua caixa de água, canalizada, com clorador de linha devidamente instalado e em funcionamento, e com o seguinte:

I – as amostras de água deverão ser coletadas em pontos nas áreas de produção; e

II – a queijaria deverá apresentar os laudos das análises realizadas que demonstrem a qualidade da água potável utilizada nas áreas da produção e a manutenção da potabilidade desde o recebimento até a sua distribuição.

§ 5º A água deve ser clorada, especialmente quando for constatada contaminação microbiológica e o controle do teor de cloro deve ser realizado diariamente antes da queijaria entrar em atividade, de acordo com o seguinte:

I – a cloração para obtenção de água potável e o controle de teor de cloro deve ser realizado sempre que o estabelecimento estiver em atividade; e

II – a cloração da água deve ser realizada por meio do dosador de cloro.

§ 6º É permitida a utilização de água sem a realização da cloração desde que se comprove, por análises microbiológicas consecutivas e mensais, que a água é livre de contaminação em um período de 6 (seis) meses.

§ 7º Após o período mencionado no § 6º deste artigo, as análises deverão ser realizadas conforme estabelecido no § 4º deste artigo.

§ 8º Na constatação de resultados insatisfatórios referentes ao padrão de potabilidade da água ou a outros fatores de risco à saúde, o órgão oficial poderá determinar a ampliação do número mínimo de amostras, o aumento da frequência de amostragem e a realização de análises laboratoriais de parâmetros adicionais.

Subseção II Dos Resíduos

Art. 11. As disposições sobre resíduos, dejetos, e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial, agropecuária ou pública obedece-a integralmente ao disposto do at. 6º e 10 da Lei nº 2040 de 14 de maio de 2020, que dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências.

Parágrafo único. Aplica-se concomitantemente, no que couber, o disposto da Lei nº 1114 de 28 de novembro de 1997, que dispõe sobre normas de Saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades e dá outras providências.

Subseção III Do Leite

Art. 12. A propriedade rural que fornece o leite ou que está situada a queijaria deve dispor de curral de espera e sala de ordenha obedecendo preceitos mínimos de construção, higiene e bem-estar animal.

§ 1º O curral de espera das vacas a serem ordenhadas deve ser concretado ou revestido de material que permita a fácil higienização do ambiente, possibilitando condições de drenagem e evitando o acúmulo de água.

§ 2º A sala de ordenha deve dispor de:

I – sistema de aquecimento de água para adequada higienização dos utensílios, tubulações para transferência de leite, tarros, resfriadores, ordenhadeiras e tudo aquilo que se fizer necessário, a fim de evitar contaminações ocasionadas no processo;

II - pontos de água em quantidade suficiente para a manutenção das condições de higiene, durante e após a ordenha, do local, dos utensílios de coleta, do tanque de latões, quando utilizados, das mãos dos ordenhadores e dos tetos das vacas;

III – piso impermeável, revestido de cimento áspero ou outro material apropriado, com declive suficiente para permitir fácil escoamento das águas e de resíduos orgânicos; e

IV – pé-direito adequado à execução dos trabalhos e cobertura de material apropriado, que permita a proteção das operações.

Art. 13. O leite deve ser produzido em condições de higiene adequadas que abranjam desde o manejo do rebanho e os procedimentos de ordenha e transporte do leite até a queijaria.

Art. 14. Quando se tratar da utilização de leite fresco, recém-ordenhado e mantido à temperatura ambiente, a produção do queijo deverá ser iniciada até 120 (cento e vinte) minutos após o início da ordenha e, após esse período, deverá ser mantido sob refrigeração.

Parágrafo único. Considerando a proximidade das propriedades fornecedoras de leite, o transporte do leite pode ser realizado em tarros de material atóxico, higienizados e que propiciem condições adequadas de operacionalização e limpeza logo após a sua entrega, desde que seja respeitado o período máximo de processamento do leite pela queijaria estabelecido no caput deste artigo.

Art. 15. Quando se tratar da utilização de leite refrigerado, este deve atingir uma temperatura inferior a 7° C (sete graus Celsius) em um período de até 3 (três) horas após o início da ordenha.

§ 1º O leite refrigerado utilizado para a fabricação do queijo artesanal deve ser armazenado em equipamento adequado, constituído de material atóxico, por um período máximo de 14 (quatorze) horas após a ordenha. Permite-se o acondicionamento do leite em resfriador.

§ 2º Quando se tratar de pequenos volumes é permitido o acondicionamento do leite em vasilhames de material atóxico e o seu armazenamento em resfriador.

§ 3º O equipamento utilizado deve estar localizado na área de produção da queijaria e conter somente produtos que sejam integrantes da produção do queijo artesanal.

Art. 16. Todo leite deve ser submetido à filtração antes de qualquer refrigeração ou processamento, permitida a utilização de recipiente apropriado de aço inoxidável, náilon, alumínio ou plástico atóxico, e admitido tecido de poliéster e o anel de polipropileno e o uso de tecido sintético (tecido "volta ao mundo") que atenda às normas sanitárias vigentes.

Art. 17. É proibido ministrar substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento da secreção láctea nas vacas utilizadas para a produção de queijo pela queijaria.

Art. 18. É proibido o uso de leite proveniente de fêmeas que estejam no último mês de gestação ou na fase colostrar ou que estejam sendo submetidas a tratamento com produtos de uso veterinário, atentando-se também para o período de carência recomendado pelo fabricante, devendo estar registrados em planilhas de autocontrole das Boas Práticas de Ordenha.

Seção III

Das Queijarias

Art. 19. A queijaria deve dispor de ambientes adequados para: recepção do leite, higienização de mãos e calçados (barreira sanitária), fabricação, maturação (quando aplicável), embalagem, estocagem (quando necessário), expedição e almoxarifado.

Art. 20. A queijaria deve possuir local adequado e coberto para a transferência do leite para o seu interior.

Art. 21. A queijaria deve dispor de laboratório quando adquirir leite de propriedade vizinha, o qual deve ser equipado para a realização das análises básicas de recepção do leite, tais como temperatura, alizarol, acidez titulável, pesquisa de antibióticos, crioscopia e eventuais pesquisas de fraudes que se fizerem necessárias.

Parágrafo único. A dispensa de laboratório para queijarias que processam leite exclusivamente de sua propriedade não desobriga a realização de análises que eventualmente sejam necessárias.

Art. 22. As barreiras sanitárias devem ser instaladas em todos os pontos de acesso e devem possuir cobertura, lavador de botas, pias com torneiras com fechamento sem contato manual, sabão líquido inodoro e neutro, toalhas descartáveis de papel não reciclado ou dispositivo automático de secagem de mãos ou álcool em gel e cestas coletoras de papel com tampa acionada sem contato manual.

§ 1º O equipamento lava-botas pode ser substituído por um local de armazenamento de calçado limpo para a entrada na queijaria, devendo sua higienização ser realizada antes de seu armazenamento.

§ 2º O manipulador de alimento poderá realizar a troca do seu calçado diário por botas de borracha na barreira sanitária na entrada da queijaria, realizando a higienização das mãos em seguida.

§ 3º As botas devem ser armazenadas em local próprio dentro da barreira sanitária e deverão ser higienizadas periodicamente em local adequado.

Art. 23. A queijaria deve dispor de vestiário/sanitário que poderá ser instalado anexo, sendo proibido o acesso direto entre as instalações sanitárias e as demais dependências do estabelecimento.

§ 1º Quando a queijaria possuir a partir de 10 (dez) funcionários, incluindo familiares e contratados, deverá possuir vestiários/sanitários separados por sexo.

§ 2º O vestiário/sanitário deve ser mantido limpo e provido de vaso sanitário com tampa, papel higiênico, pia, sabão líquido inodoro e neutro e cestas coletoras de papéis com tampa de fácil abertura que evite o contato manual.

§ 3º O vestiário/sanitário deve ser equipado com dispositivos para guarda individual de pertences que permitam separação da roupa comum dos uniformes a serem utilizados na queijaria.

§ 4º Fica permitido o uso de sanitário já existente na propriedade quando se tratar de mão de obra exclusivamente familiar, desde que esteja localizado a uma distância inferior a 40 m (quarenta metros) da queijaria.

§ 5º Quando os sanitários e vestiários não forem contíguos ao estabelecimento, o acesso deverá ser pavimentado e não deve passar por áreas que ofereçam risco de contaminação de qualquer natureza.

Art. 24. A queijaria deve estar protegida de fontes produtoras de mau cheiro, contaminações e poluição que possam comprometer a qualidade e inocuidade do queijo, bem como estar protegida do acesso de animais, por meio de cerca, quando necessário.

§ 1º A queijaria poderá ser instalada junto ao local de ordenha desde que não exista comunicação direta entre ambos.

§ 2º A pavimentação das áreas destinadas à circulação de veículos transportadores deve ser realizada com material que evite formação de poeira e empoçamentos.

§ 3º As áreas de circulação de pessoas e expedição devem possuir cobertura e o material utilizado para pavimentação deve permitir lavagem e higienização.

§ 4º Observando-se os riscos sanitários, a queijaria, especialmente de pequenos volumes (menores de 100 litros de leite/dia), poderá ser contígua à residência desde que não tenha acesso direto entre a residência e ao local de produção e que seja restrito aos responsáveis pela produção do queijo artesanal.

§ 5º A área da produção da queijaria deve estar localizada em ambiente com separação física suficiente para evitar risco de contaminação, conforme estabelecido pela autoridade sanitária responsável pela inspeção e fiscalização.

§ 6º A área útil construída deve ser compatível com a capacidade, o processo de produção e os tipos de equipamentos.

Art. 25. As dependências da queijaria devem ser construídas de maneira a oferecer um fluxograma operacional racionalizado em relação à recepção da matéria-prima, à produção, à embalagem, ao acondicionamento, à armazenagem e à expedição, além de atender aos seguintes requisitos:

I – possuir pé-direito com altura suficiente para permitir boas condições de ventilação e de temperatura, sendo admitida a climatização do ambiente quando a ventilação natural não for suficiente para evitar condensações, desconforto térmico ou contaminações;

II – não deve conter tubulações de águas residuais no teto;

III – possuir iluminação abundante, natural ou artificial, em todas as dependências da queijaria, e, no caso de iluminação artificial, as lâmpadas devem ser protegidas contra quebras e estilhaços e/ou de led plástica;

IV – possuir instalações elétricas embutidas ou externas e, neste caso, revestidas por tubulações isolantes fixadas nas paredes e no teto;

V – possuir pisos, paredes, forros ou lajes, portas, janelas, equipamentos e utensílios constituídos de material resistente, impermeável e de fácil limpeza;

VI – possuir piso com declive suficiente para escoamento de águas residuais em direção aos ralos sifonados ou às canaletas. Os ralos devem possuir sistema de abre e fecha e/ou com tela milimetrada;

VII – possuir área de processamento com paredes revestidas com material lavável de cores claras para a realização das operações, sendo permitidas cores escuras no ambiente de maturação;

VIII – todas as aberturas para a área externa devem ser dotadas de telas milimetradas (íntegras) à prova de insetos, no caso das portas devem dispor de dispositivos "vai e vem" ajustadas aos batentes;

IX – possuir local específico e identificado para a guarda de produtos de limpeza, embalagem e ingredientes, de forma a não permitir contaminações de nenhuma natureza;

X – possuir pontos de água em número suficiente para a produção e manutenção das condições de higiene;

XI – possuir tubulação de material atóxico, de fácil higienização e não oxidável para a entrada do leite e saída do soro da queijaria, permanecendo vedada quando em desuso;

XII – possuir recepção do leite e expedição providos de projeção de cobertura suficiente para a proteção das operações; e

XIII – será permitida a utilização de prateleiras de madeira durante o processo de maturação, desde que estejam plainadas (superfície lisa) e em boas condições de uso e permitam limpeza adequada

§ 1º Os produtos que necessitam de refrigeração devem ser armazenados com afastamento que permita a circulação de frio.

§ 2º Os equipamentos utilizados na queijaria deverão ser de materiais impermeáveis e laváveis, sendo admitido o uso de material que não seja de aço inoxidável, desde que mantenha as características do produto dentro da temperatura recomendada.

§ 3º Os utensílios e equipamentos devem ser de uso exclusivo da queijaria, sendo permitida a utilização de utensílios de madeira durante o processo de maturação, desde que estejam em boas condições de uso, permitam limpeza adequada e não apresentem rachaduras nem acúmulo de matéria orgânica, devendo ser realizado o monitoramento quanto à proliferação de contaminantes.

Art. 26. Como elemento arquitetônico, será permitida a utilização de container na construção da queijaria desde que não comprometa os requisitos sanitários estabelecidos neste Decreto e que sejam obedecidos os seguintes requisitos:

I – possuir caimento para a porta, possibilitando o escoamento de águas residuais durante a limpeza;

II – possuir porta com sistema de abertura com vistas à segurança do funcionário (sistema de abertura interno no caso de câmaras de refrigeração);

III – possuir piso plano, impermeável e de fácil higienização;

IV – certificar-se de que o container não foi anteriormente utilizado para o armazenamento de substâncias nocivas ou que venham a contaminar os alimentos nele armazenados; e

V – certificar-se de que o container se encontra em boas condições de manutenção, conservando os produtos dentro das temperaturas recomendadas em legislação.

Art. 27. A queijaria deverá manter disponível manual de boas práticas de ordenha e de fabricação composto por procedimentos básicos realizados na ordenha e queijaria e que contenha os registros mínimos necessários para a rastreabilidade do produto.

Art. 28. Em todas as etapas de produção o queijo deve ser conservado ao abrigo de contaminações de qualquer natureza, ficando permitidos:

I – o uso de equipamentos simples, desde que observados os riscos sanitários e o volume de produção;

II – a multifuncionalidade dos ambientes, respeitadas as particularidades de cada processo e, quando necessário, o estabelecimento de horários alternados das diferentes operações; e

III – outras simplificações que não gerem riscos sanitários.

§ 1º As instalações de frio podem ser supridas por balcão de resfriamento, refrigerador, congelador, ar-condicionado ou outro mecanismo de frio adequado.

§ 2º Quando necessário o aquecimento no processo produtivo, poderá ser utilizado fogareiro a gás ou qualquer outra fonte de calor que não ocasione risco sanitário na fabricação do queijo.

Art. 29. O controle de pragas, respeitando a estrutura física da queijaria, poderá ser realizada de duas formas:

I – por empresa terceirizada que deverá apresentar laudo técnico de execução de serviço, com alvará sanitário vigente;

II – ou por responsável técnico do estabelecimento habilitado para o serviço e com apresentação de comprovação de realização de serviços (planilhas de autocontroles);

III – o controle deve ser realizado semestralmente no caso de controle de pragas completo ou mensal no caso de controle de pragas integrado.

Art. 30. Deve-se impedir a entrada de animais em todos os lugares onde se encontram matérias-primas, material de embalagem, alimentos prontos ou em qualquer das etapas da produção/ industrialização.

Seção IV Do Período de Maturação

Art. 31. O período de maturação dos queijos artesanais, quando aplicável e estabelecido em Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ).

§ 1º Os queijos poderão ser submetidos a processo de maturação a uma temperatura superior a 5º C (cinco graus Celsius), durante um período inferior a 60 (sessenta) dias, desde que previsto em RTIQ e após a realização de estudos científicos conclusivos sobre a inocuidade do produto.

§ 2º Os queijos em processo de maturação devem estar identificados de forma clara e precisa quanto à origem e ao controle do período de maturação.

§ 3º Fica permitida a maturação do queijo artesanal em outro ambiente anexa a queijaria, desde que cumpridas as exigências legais e sanitárias cabíveis e demonstrada a rastreabilidade do produto e do controle do período de maturação.

§ 4º Fica permitida a realização do processo de maturação do queijo em ambiente climatizado ou em temperatura ambiente, de acordo com seu RTIQ quando aprovado pela DEINP.

§ 5º Às queijarias com volume de produção inferior a 100 (cem) litros de leite por dia e que realizem a maturação em temperatura ambiente, fica permitida a realização do processo de maturação e embalagem no mesmo ambiente de produção, ficando também dispensadas de possuir ambientes para estocagem, desde que obedeçam a um fluxo de produção que não

propicie contaminação cruzada e que possuam locais adequados para o armazenamento de insumos diários.

§ 6º Para queijos com maturação inferior a 60 (sessenta) dias, devem ser apresentados estudos técnicos científicos que comprovem a inocuidade do produto para fins da elaboração do RTIQ específico.

Seção V Dos Manipuladores

Art. 32. Todos os manipuladores envolvidos direta ou indiretamente no processo de produção devem passar por treinamento em boas práticas de ordenha e de fabricação, ficando obrigados a cumprir práticas de higiene pessoal e operacional que preservem a inocuidade do produto.

Parágrafo único. Entende-se por manipuladores envolvidos os ordenhadores e manipuladores de produto.

Art. 33. O treinamento em boas práticas de ordenha de fabricação deve abranger informações de procedimentos relativos ao manejo sanitário da produção, ao local de fabricação, ao controle de pragas e vetores, ao controle de água, à higienização de instalações e equipamentos, à qualificação e aos cuidados de higiene de quem realiza as atividades e ao controle de matéria-prima e do produto final, cuja comprovação se dará por meio de certificado emitido por instituição ou entidade reconhecida pelo órgão de inspeção e fiscalização.

Art. 34. Fica o proprietário da queijaria responsável por tomar as providências necessárias para que os ordenhadores e manipuladores recebam instrução e capacitação da entidade competente sobre as medidas higiênico-sanitárias da matéria-prima e de pessoal.

Art. 35. Fica obrigatório o uso de uniformes de cor clara, gorros e calçados próprios e limpos para os manipuladores do queijo e pessoas que trabalham no estábulo além dos EPI'S necessários de acordo com a atividade.

Art. 36. Os manipuladores devem apresentar comprovação médica atualizada anualmente, ou sempre que se fizer necessário, de que não apresentam doenças que os incompatibilizem com a fabricação de alimentos.

Art. 37. Aplica-se também às propriedades rurais próximas, fornecedoras de leite às queijarias, o disposto nesta Seção.

CAPÍTULO III DA COMERCIALIZAÇÃO

Seção I

Da Embalagem

Art. 38. O queijo artesanal poderá ser comercializado com ou sem embalagem, conforme a característica do produto, permitindo sua rastreabilidade e descritas aprovadas no seu respectivo RTIQ.

Art. 39. Quando o queijo artesanal for embalado, deverá estar protegido de contaminantes externos, em embalagem exclusiva para alimentos, armazenado em local apropriado, protegido de contaminação, sobre prateleiras ou estrados e separado de produtos químicos e utensílios de limpeza.

§ 1º A embalagem deverá ser constituída de material aprovado para uso em alimentos, a fim de proteger o queijo de agentes externos, de alterações e de contaminações, assim como de adulterações, contendo as informações obrigatórias para o consumidor, conforme legislação específica.

§ 2º No queijo artesanal comercializado com embalagem será necessário o uso das informações mínimas obrigatórias por legislação específica vigente. Caso o presente Regulamento Técnico ou um regulamento técnico específico não determine algo em contrário, a rotulagem de alimentos embalados deve apresentar, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I – denominação de venda do alimento;
- II – lista de ingredientes;
- III – conteúdos líquidos;
- IV – identificação da origem;
- V – nome ou razão social e endereço do produtor;
- VI – identificação do lote;
- VII – prazo de validade;
- VIII – instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário.

Art. 40. O queijo artesanal poderá ser comercializado em "redinha", sem embalagem, desde que seja classificado como duro (baixa unidade de 35,9%) ou semiduro (media umidade de 36% a 45,9%) e que estejam estampados na peça os dados preconizados em legislação específica e descritos e aprovados por RTQI, por um dos seguintes meios:

- I – impressão em baixo relevo;
- II – carimbo com tinta inócua à saúde; ou

III – outro meio de identificação aprovado pelo serviço de inspeção.

§ 1º O produtor deverá disponibilizar ao consumidor, nos postos de venda ou junto ao queijo, material com as demais informações obrigatórias.

§ 2º O queijo deverá ser comercializado em estabelecimentos que promovam a estocagem adequada do produto, protegendo-o de possíveis contaminações externas.

§ 3º Além do disposto no caput do presente deste artigo, a comercialização do queijo sem embalagem deve atender ainda:

I – denominação de venda, ou seja, nome específico e não genérico que indica a verdadeira natureza e as características do queijo;

II – o estabelecimento produtor;

III – data de fabricação e validade;

IV – o produtor deverá disponibilizar ao consumidor, nos postos de venda ou junto ao queijo, material com as demais informações obrigatórias ao consumidor;

Art. 41. Independentemente da forma da embalagem, o rótulo deverá apresentar todas as informações estabelecidas na legislação específica em vigor sobre rotulagem.

Art. 42. Apenas queijarias com certificado de produção em área demarcada estão autorizadas a estampar o nome da respectiva área na peça ou na embalagem.

Parágrafo único. Considera-se certificado de produção em área demarcada o título complementar, de adesão voluntária, que atesta os padrões de identidade e qualidade e a origem do queijo artesanal em área de produção tradicional ou área de abrangência de indicação geográfica delimitada

Seção II Do Transporte

Art. 43. O transporte deverá ser compatível com a natureza dos produtos, de modo a preservar sempre suas condições tecnológicas, higiênicas e de qualidade, de forma organizada, evitando condições que possam comprometer o produto.

§ 1º Os queijos deverão ser acondicionados de forma a evitar sua contaminação ou deformação.

§ 2º Os queijos deverão ser acondicionados de forma a evitar sua contaminação ou deformação e, no caso de produtos que não possuam embalagem secundária, deverão ser utilizadas caixas plásticas higienizadas.

§ 3º Quando se tratar de pequena produção e comercialização, a fim de evitar o aumento da temperatura acima do estabelecido pelo RTIQ ou quando o produto a ser transportado não necessitar de refrigeração, é permitida a utilização de caixas isotérmicas higienizáveis, desde que o percurso seja curto ou, no caso de produto que necessitar de refrigeração, que este seja transportado em caixas isotérmicas juntamente com gelo reciclável e higienizável.

§ 4º Os veículos de carroceria isotérmica deverão possuir revestimento interno de material não oxidável, impermeável e de fácil higienização e, quando necessário, dotados de unidade de refrigeração além de possuir licença de transporte para alimentos, emitida pela vigilância sanitária.

§ 5º A refrigeração necessária deverá ser compatível com a definição da temperatura de armazenagem definida no RTIQ do produto.

Seção III Do Registro

Art. 44. São atos autorizativos para a comercialização do queijo artesanal de leite cru o registro da queijaria e do queijo a ser comercializado junto ao Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 45. O pedido de registro da queijaria no Serviço de Inspeção Municipal deve ser composto pelos seguintes documentos:

I – requerimento, conforme modelo padrão, dirigido ao Serviço de Inspeção Municipal, solicitando o registro e o serviço de inspeção realizado por médico veterinário habilitado pela Secretaria Municipal de Agricultura ou Meio Ambiente ou contratado por intermédio de empresa, cooperativa, associação credenciada ou convênios com municípios, de acordo com a legislação em vigor;

II – cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da Inscrição Estadual (IE) ou Inscrição Estadual de Produtor Rural;

III – cópia do contrato social registrado na junta comercial, quando de registro de pessoa jurídica;

IV – cópia do registro da propriedade e/ou do contrato de arrendamento ou equivalente;

V – alvará de licença e funcionamento da prefeitura;

VI – certificado de propriedade livre de brucelose e tuberculose atualizado, conforme estabelecido neste Decreto;

VII – licenciamento ambiental ou declaração de isenção;

VIII - laudo de análise microbiológica da água, conforme legislação específica em vigor para água potável, realizado por laboratório credenciado, conforme estabelecido neste Decreto;

IX – planta baixa, evidenciando a localização da sala de ordenha e da queijaria, com layout de equipamentos, pontos de água, rede de esgoto e fluxograma de produção de modo a evitar a contaminação cruzada, que poderá ser elaborado por profissionais habilitados de órgãos governamentais ou privados;

X – formulário simplificado e layout dos rótulos para registro dos queijos contendo as informações necessárias, conforme modelos padrões, que poderá ser elaborado por profissionais habilitados de órgãos governamentais ou privados;

XI – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

XII – Carteira de saúde dos manipuladores; e

XIII – laudo de controle de pragas.

Parágrafo único. O registro a que se refere o caput deste artigo será requerido no Serviço de Inspeção individualmente ou por meio de associação ou cooperativa, mediante preenchimento de formulário específico em que o requerente assume a responsabilidade pela qualidade do queijo produzido ou do produto comercializado.

Art. 46. A queijaria deve possuir responsável técnico na condução dos trabalhos de natureza higiênico-sanitária e tecnológica, que poderá ser suprido por profissional técnico de órgãos governamentais ou da iniciativa privada, ou por profissional de assistência técnica, exceto agentes de inspeção de produtos de origem animal e fiscalização sanitária, desde que a formação profissional atenda ao disposto em legislação específica e o profissional possua capacitação técnica comprovada na área de atuação.

Art. 47. Poderá ser exigida do requerente a assinatura de termo de compromisso de ajuste para a efetivação do registro da queijaria, a critério do órgão de controle sanitário competente.

§ 1º Considera-se termo de compromisso de ajuste o ato do órgão de controle sanitário competente celebrado com o responsável pela queijaria, com vistas à adequação sanitária da queijaria ou do estabelecimento comercial às exigências deste Decreto e de seus regulamentos, excetuando-se as adequações imprescindíveis para assegurar a saúde pública, especialmente aquelas relacionadas às enfermidades de caráter zoonótico, que deverão ser cumpridas integralmente mesmo durante o termo de compromisso.

§ 2º O termo de compromisso para adequações sanitárias deverá ter prazo estabelecido pelo órgão de fiscalização

§ 3º Durante a vigência do termo de compromisso de ajuste, o requerente fica autorizado a comercializar seus produtos, desde que as exigências relacionadas à sanidade do rebanho e às normas de manipulação estejam sendo atendidas.

§ 4º Poderá ser concedida ampliação do prazo do termo de compromisso de ajuste desde que constatado cumprimento parcial dos compromissos de adequação assumidos pelo requerente, a critério do órgão de controle sanitário competente, excetuando-se as exigências relacionadas à sanidade do rebanho que, assim como as normas de manipulação, devem estar sendo cumpridas integralmente.

Art. 48. Os manipuladores devem possuir certificado de conclusão de curso de boas práticas agropecuárias e de fabricação e a cada 02 (dois) anos, no máximo, deverão fazer reciclagem do curso de boas práticas.

CAPÍTULO IV

DA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I

Da Inspeção e Fiscalização

Art. 49. A inspeção e a fiscalização industrial e sanitária da produção do queijo artesanal serão realizadas periodicamente pelo órgão de controle sanitário, com vistas a assegurar o cumprimento das exigências deste Decreto e dos demais dispositivos legais aplicáveis.

§ 1º A inspeção deve ser executada por médicos veterinários habilitados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ou de empresas, cooperativas ou associações credenciadas pelo Município.

§ 2º A fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado pelos profissionais da Medicina Veterinária habilitados pelo órgão executor será de competência da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, através da Gerência de Diversificação da Produção e Geração de Renda de acordo com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 24 de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a Reorganização e Modernização da Estrutura Administrativa, define o Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, e no que couber, o art. 20 e seu parágrafo único da Lei nº 1199, de 09 de abril de 2001 que dispõe sobre o Abate de Animais, Produtos de Origem Animal E Produtos de Origem Vegetal, destinados ao consumo humano, no Município de Seara e dá outras providências.

Art. 50. Serão realizados regularmente exames laboratoriais de rotina para atestar a qualidade do produto final.

§ 1º Os exames de que trata o caput deste artigo terão sua frequência determinada conforme RTIQ de cada produto, incluindo análises microbiológicas e físico-químicas previstas em legislações específicas em vigor.

§ 2º Constatada a não conformidade nos exames de rotina, o órgão de controle sanitário competente poderá exigir novos exames às expensas do produtor, sem prejuízo de outras ações cabíveis.

§ 3º As análises laboratoriais para fins de inspeção e fiscalização poderão suprir a obrigatoriedade da análise laboratorial de rotina programada pelo produtor para o mesmo período ou data.

§ 4º Os resultados dos exames laboratoriais para fins de inspeção e fiscalização de que trata o § 3º deste artigo serão disponibilizados para o produtor de queijo artesanal.

§ 5º as análises de rotina (leite, CBT, CSS, análises de queijo microbiológicos, microbiológicos, físico-química da água e exames sanitários dos animais) as custas serão do produtor de acordo com cada tipo de análise.

Seção II

Da Inspeção e Fiscalização

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 51. Para os efeitos deste Decreto, considera-se infração a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

§ 1º Responde pela infração quem de qualquer modo, cometer ou concorrer para a sua prática ou dela se beneficiar.

§ 2º Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos ou bens de interesse da saúde pública.

Art. 52. Autoridade de fiscalização, para os efeitos deste Decreto, é todo o profissional previsto no § 2º do art. 49 deste designado para exercer funções referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer as disposições da Lei nº 2040, de 14 de maio de 2020 e sua regulamentação.

Parágrafo único. Regulamento específico ocupar-se-á da ordem hierárquica em que se exercita a autoridade do órgão executor – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Subseção II

Graduação das Infrações

Art. 53. As infrações de natureza por descumprimento de dispositivo da Lei nº 2040, de 14 de maio de 2020 e sua regulamentação serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

I – Leves: aquelas em que o infrator é beneficiado por circunstância atenuante;

II – Graves: aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

III – Gravíssimas: aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 54. Para a graduação e imposição de pena, a autoridade estabelecida no § 2º do art. 49 levará em conta:

I – as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II – a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III – os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 55. São circunstâncias atenuantes:

I – a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II – a errada compreensão da norma sanitária, admitida como executável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;

III – o infrator por espontânea vontade, imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputada.

IV – ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato.

Art. 56. São circunstâncias agravantes:

I – ser o infrator reincidente;

II – ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;

III – o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV – ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;

V – se tendo conhecimento do ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes à evitá-lo;

VI – ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má fé.

Art. 57. Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Subseção III

Especificação das Penalidades

Art. 58. Os infratores do disposto na Lei nº 2040, de 14 de maio de 2020, dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências, e em sua regulamentação, quando se enquadrarem em pequenas agroindústrias, ficam sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis:

I – advertência;

II – multa;

III – apreensão do produto;

IV – inutilização do produto;

V – interdição do produto;

VI – suspensão de vendas e/ou de fabricação do produto;

VII – cancelamento de registro do produto;

VIII – Interdição parcial ou total do estabelecimento;

IX – proibição de propaganda;

X – cancelamento da autorização para funcionamento da empresa;

XI – cancelamento do Alvará de licenciamento do estabelecimento.

§ 1º A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

I – nas infrações leves, de 11 a 22 UFRM;

II – nas infrações graves, de 23 a 46 UFRM;

III – nas infrações gravíssimas, de 47 a 94 UFRM.

§ 2º Sem prejuízo do disposto nos art. 52 e 53 deste Decreto, na aplicação da penalidade de multa, a autoridade prevista no § 2º do art. 49 deste levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 3º Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, recolhendo-a em conta específica, sob pena de cobrança judicial.

Art. 59. A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo único. Para efeitos deste Decreto e de seus regulamentos e normas técnicas, ficará caracterizada a reincidência quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

Seção III **Caracterização Básica do Processo**

Art. 60. O processo administrativo próprio para apuração das infrações por descumprimento da Lei nº 2040, de 14 de maio de 2020 e sua regulamentação, inicia-se com a lavratura do auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos na legislação específica e seus regulamentos.

Art. 61. O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou local em que for verificada a infração que a houver constatado, pela autoridade prevista no § 2º do art. 49 deste Decreto, e conterá:

I – nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;

II – o ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e a data respectivos;

III – a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV – indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina a penalidade a que fica sujeito o infrator;

V – prazo para interposição do recurso, quando cabível;

VI – nome e cargo legível da autoridade autuante e sua assinatura;

VII – assinatura do autuado, ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo único. Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 62. O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

I – pessoalmente;

II – pelo correio ou via postal;

III – por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar a ciência, procede-se na forma prevista no inciso VII do art. 61 deste Decreto.

§ 2º O Edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

§ 3º Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, será expedido edital fixando o prazo de 30 (trinta) dias para o seu cumprimento, observando o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

§ 5º A desobediência à determinação contida no Edital a que se alude no § 3º deste artigo, além de sua execução forçada acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 63. As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), no caso do infrator efetuar o pagamento no prazo de 20 (vinte) dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 64. O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração, no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua notificação.

§ 1º Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar a respeito.

§ 2º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o autor de infração será julgado pelo dirigente do órgão executor previsto no § 2º do art. 49 deste Decreto.

Art. 65 Nas transgressões que independem de análise ou perícias, inclusive por desacato à autoridade prevista no § 2º do art. 49 deste Decreto, o processo obedecerá ao rito especial e será considerado conclusivo caso o infrator não apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 66. Das decisões condenatórias poderá o infrator recorrer, dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

§ 1º Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para autoridade superior, no prazo de vinte dias de sua ciência ou publicação.

§ 2º Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

§ 3º Os recursos interpostos das decisões não definitivas, somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 62.

Art. 67. Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso em apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluído após a publicação desta última.

Parágrafo único. A inutilização dos produtos e o cancelamento do registro da autorização para funcionamento da empresa e da licença dos estabelecimentos, somente ocorrerão após a publicação de decisão irrecorrível.

Art. 68. As infrações às disposições legais previstas na Lei nº 2040, de 14 de maio de 2020 e sua regulamentação, inicia-se com a lavratura do auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos e regulamentares de ordem sanitária previstas na, prescrevem em cinco anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetiva a sua apuração e consequente imposição de multa.

§ 2º Não ocorre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69. Aplicam-se à produção e à comercialização do queijo artesanal de leite cru, além na Lei nº 2040, de 14 de maio de 2020 e sua regulamentação, as normas de defesa sanitária animal dispostas na legislação federal, na Lei nº 10.366, de 1997, e seus regulamentos, bem como em atos normativos da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural – SAR.

Art. 70. Os queijos artesanais produzidos em conformidade com o disposto neste Decreto e nas demais normas correlatas APTAS ao selo ARTE, nos termos do Decreto federal

nº 9.918, de 18 de julho de 2019, e aprovadas pelo Departamento de Estadual de Inspeção de Origem Animal e de suas normas complementares.

Art. 71. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Seara/SC, 11 de agosto de 2020

EDEMILSON CANALE
Prefeito de Seara

Registra-se e Publica-se
Em 11 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 79/2020

Publicação Nº 2598473

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 79/2020

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Chamamento Público nº. 68/2020.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, combinadas com as disposições do item 7 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 68/2020,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para admissão, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, o candidato a seguir, aprovado no Edital de Chamamento Público para Processo Seletivo Público nº. 68/2020, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: MÉDICO – 40 HORAS

Número de vagas: 01 vaga

Classificação: 6º lugar – Guilherme Dotto

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer até o dia 13 de agosto de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e retirar a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Art. 3º Sob pena de exclusão do Edital de Chamamento Público nº 68/2020, o candidato convocado, que tenha realizado inscrição por e-mail na forma prevista subitem 1.2.1 do Edital nº 68, de 20 de julho de 2020, deverá apresentar os documentos originais no Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Anita Garibaldi, 371, nesta cidade e Município de Seara/SC, no prazo previsto no art. 2º deste edital, para o fim de autenticação dos documentos encaminhados.

Art. 4º O não comparecimento do candidato para ciência do Termo de Convocação previsto no art. 2º, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. O candidato convocado, impossibilitado de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de atividades previsto no mesmo artigo, poderá requerer diretamente ao Secretário Municipal da Saúde a prorrogação do prazo, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 10 de agosto de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 10 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PORTARIAS NSº 322/2020 A 324/2020

Publicação Nº 2599886

Portaria nº. 322/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, À servidora Leonice Stevens Bonfim, matrícula 234201, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 06 a 20 de agosto de 2020 mediante remuneração pelo município e a partir de 21 de agosto de 2020, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS. Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 11 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 323/2020. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 85 da lei complementar 18/2003, e considerando:

a) Que o Município de Seara mantém posto de atendimento para realização da descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da Cédula Individual de Identificação, através do Instituto Geral de Perícias - IGP;

b) Que em face da aposentadoria de uma servidora que exercia tais atribuições e diante do interesse público visando garantir a operacionalização dos serviços, resolve,

Conceder, À servidora Adriana Grasielle Cê Verza, matrícula 208701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Adjunto Administrativo, constante no Anexo I – Grupo A - Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, gratificação de função de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, para exercer cumulativamente com as atribuições que desempenha junto ao Sistema Nacional de Emprego - SINE, a atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da Cédula Individual de Identificação, como segundo titular do setor de IGP de Seara/SC, a partir de 01 de agosto de 2020.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 11 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 324/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve, Prorrogar, Por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 10 de novembro de 2020 a 08 de janeiro de 2021, a Licença Maternidade da servidora Silvana Zanco, matrícula 174813, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, e matrícula 174814, contratada em caráter temporário para exercer a função de Professor Titulado.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 11 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 138/2020

Publicação Nº 2599846

Processo Licitatório nº 138/2020.

Edital de Pregão Presencial nº. 071/2020 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo até às 13h30min do dia 24/08/2020, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de cargas de gás. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 11 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

REPUBLICA COM CORREÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 044/2020 - FMS

Publicação Nº 2598621

Processo Licitatório nº 044/2020- FMS- Dispensa de Licitação nº 022/2020 – FMS

Objeto: Aquisição de divisórias e portas.

Justificativa: Material para realocação da unidade de saúde ESF 02, até que a mesma seja reformada e ampliada.

Fundamento Legal: lei nº 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Móveis Becker Projetados Ltda

Valor: R\$ 9.170,38.

Seara, SC, 06 de agosto de 2020.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde
Gestor do FMS

RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 073/2020

Publicação Nº 2599125

Retificação Processo Licitatório nº 073/2020.

Retificação Edital de Pregão Presencial nº 040/2020.

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 073/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 040/2020, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços (mão de obra) para pinturas de meio fio, suspenso em virtude da disseminação do vírus COVID-19.

Considerando o retorno das atividades dos órgãos públicos e privados e a necessidade de realização do serviço, fica reaberto o prazo para entrega dos envelopes de credenciamento, proposta e documentos, sendo a data limite o dia 24 de agosto de 2020, às 08h30min, no mesmo local indicado no instrumento convocatório, restando à abertura dos invólucros designada para as 08h35min da mesma data.

Considerando-se também os interesses da municipalidade fica alterado o quantitativo do item 1 do anexo 1, de 40.000 metros para 20.000 metros.

Os demais itens, cláusulas e anexos do Edital do Pregão Presencial nº 040/2020 – permanecem inalterados.

Publique-se.

Seara, SC, aos 11 dias do mês de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

TERMO PRORROGAÇÃO PL 032/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 -BORILLI

Publicação Nº 2599860

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 032/2020

Pregão Presencial nº 015/2020 - Registro de Preços nº 016/2020

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 032/2020 - Pregão Presencial nº 015/2020 – Registro de Preços nº 016/2020, pelo período de mais 6 (seis) meses, a contar de 19/08/2020, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 31 de julho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

Borilli Pneus Ltda

TERMO PRORROGAÇÃO PL 032/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 -GIARETTA

Publicação Nº 2599857

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 032/2020

Pregão Presencial nº 015/2020 - Registro de Preços nº 016/2020

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 032/2020 - Pregão Presencial nº 015/2020 – Registro de Preços nº 016/2020, pelo período de mais 6 (seis) meses, a contar de 19/08/2020, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 31 de julho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

Giaretta Pneus Ltda – ME

TERMO PRORROGAÇÃO PL 032/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 – F. VACHILESKI

Publicação Nº 2599861

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 032/2020

Pregão Presencial nº 015/2020 - Registro de Preços nº 016/2020

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 032/2020 - Pregão Presencial nº 015/2020 – Registro de Preços nº 016/2020, pelo período de mais 6 (seis) meses, a contar de 19/08/2020, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 31 de julho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

F. Vachileski & Cia Ltda

TERMO PRORROGAÇÃO PL 032/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 – FM PNEUS

Publicação Nº 2599864

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 032/2020

Pregão Presencial nº 015/2020 - Registro de Preços nº 016/2020

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 032/2020 - Pregão Presencial nº 015/2020 – Registro de Preços nº 016/2020, pelo período de mais 6 (seis) meses, a contar de 19/08/2020, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 31 de julho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

F.M. Pneus Ltda

TERMO PRORROGAÇÃO PL 042/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 017/2020

Publicação Nº 2599875

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 042/2020

Pregão Presencial nº 017/2020 - Registro de Preços nº 017/2020

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 042/2020 - Pregão Presencial nº 017/2020 – Registro de Preços nº 017/2020, pelo período de mais 6 (seis) meses, a contar de 26/08/2020, ante a existência de saldo de horas máquinas, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 03 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

Cristian Guilherme Fussieger 07095921911

ITENS ADJ E SALDO PL 032/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 - F. VACHILESKI

Publicação Nº 2599867

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente
 Entidade Participante: Consolidado

(Período de 19/02/2020 a 31/07/2020)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 32/2020 Licitação: 15/2020 - PR Data de Homologação: 19/02/2020 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 7509-F. VACHILESKI & CIA LTDA									
16	37193	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24, BORRACHUDO QUENTE	UN	30,000	1,000	0,000	29,000	1.407,0922	40.805,67
26	433410063	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24, BANDA LAGA	UN	20,000	13,000	0,000	7,000	1.683,6538	11.785,58
47	3395776	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 34, BORRACHUDO QUENTE, COM NO	UN	16,000	2,000	0,000	14,000	1.980,2632	27.723,68
								Total Pendente:	80.314,94
								Total Geral:	80.314,94

ITENS ADJ E SALDO PL 032/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 - FM PNEUS

Publicação N° 2599868

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente
 Entidade Participante: Consolidado

(Período de 19/02/2020 a 31/07/2020)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
------	----------	-----------------------	---------	----------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Processo / Ano:	32/2020	Licitação:	15/2020 - PR	Data de Homologação:	19/02/2020	Registro de Preço:	Sim		
Fornecedor.....:	13294-F. M. PNEUS LTDA								
22	37233	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80 X 18, BORRACHUDO QUENTE	UN	20,000	3,000	0,000	17,000	836,6951	14.223,82
								Total Pendente:	14.223,82
								Total Geral:	14.223,82

ITENS ADJ E SALDO PL 032/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 015/2020 –GIARETTA

Publicação Nº 2599865

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente
 Entidade Participante: Consolidado

(Período de 19/02/2020 a 31/07/2020)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Venodores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 32/2020 Licitação: 15/2020 - PR Data de Homologação: 19/02/2020 Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....: 6043-GIARETTA PNEUS EIRELI									
1	433410059	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20,	UN	45,000	6,000	0,000	39,000	635,1367	24.770,33
2	433410060	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20, BORRACHUDO FRIO, COM NO MINIMO	UN	70,000	20,000	0,000	50,000	664,9088	33.245,44
3	433405675	CONSRTO DE PNEU 1000 X 2	UN	115,000	10,000	0,000	105,000	49,6201	5.210,11
4	433405676	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000 X 2	UN	115,000	6,000	0,000	109,000	148,8602	16.225,76
5	433410061	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22.5, BORRACHUDO F	UN	80,000	64,000	0,000	16,000	678,5088	10.856,14
6	433410062	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22.5, BORRACHUDO FRIO, C	UN	40,000	8,000	0,000	32,000	598,6842	19.157,89
7	6543	CONSRTO DE PNEU 275/80R22.5	UN	80,000	44,000	0,000	36,000	59,8684	2.155,26
8	6533	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80R22.5	UN	80,000	21,000	0,000	59,000	99,7807	5.887,06
12	37284	RECAPAGEM DE PNEU 900 X 20, BORRACHUDO FRIO	UN	30,000	8,000	0,000	22,000	594,3853	13.076,48
14	6538	CONSRTO DE PNEU 900 X 20	UN	30,000	8,000	0,000	22,000	54,4853	1.198,68
15	682	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900 X 20	UN	30,000	1,000	0,000	29,000	148,5963	4.309,29
29	3395777	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5 X 25, BORRACHUDO A QUENTE, COM NO	UN	16,000	7,000	0,000	9,000	1.772,1106	15.949,00
30	3395778	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17.5 X 25	UN	20,000	6,000	0,000	14,000	414,9333	5.809,07
31	3395779	CONSRTO PNEU 17.5 X 25	UN	20,000	13,000	0,000	7,000	112,3778	786,64
35	83955	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 X 24, BORRACHUDO QUENTE	UN	12,000	2,000	0,000	10,000	1.166,6667	11.666,67
36	83954	CONSRTO DE PNEU 14.9 X 24	UN	12,000	2,000	0,000	10,000	116,6667	1.166,67
67	333399760	RECAPAGEM DE PNEU 1400X24 X GLA 2, BORRACHUDO QUENTE, COM NO	UN	40,000	4,000	0,000	36,000	1.688,0282	60.769,02
68	333399761	CONSRTO DE PNEU 1400X24	UN	40,000	2,000	0,000	38,000	79,4366	3.018,59
Total Pendente:									235.258,09
Total Geral:									235.258,09

ITENS NÃO ADJ PL 032/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 015/2020

Publicação Nº 2599869

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Página: 1/2

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde. Cotada	Preço Total
Processo / Ano: 32/2020 Licitação: 15/2020 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 6043 - GIARETTA PNEUS EIRELI					
9	37283	RECAPAGEM DE PNEU 750 X 16, BORRACHUDO FRIO	UN	20,000	7.103,13
10	6541	CONCERTO DE PNEU 750 X 16	UN	30,000	1.198,66
11	1632	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 750 X 16	UN	15,000	1.598,21
13	75257	RECAPAGEM DE PNEU 900 X 20, LISO FRIO, COM NO MÍNIMO 17 MM D	UN	12,000	6.775,99
25	37280	RECAPAGEM DE PNEU 700 X 16, LISO FRIO, COM NO MÍNIMO 10,5 MM	UN	8,000	2.760,00
37	83956	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.9 X 24	UN	12,000	3.500,00
41	75278	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19.5 X 24, BORRACHUDO A QUENTE, COM NO	UN	16,000	31.124,79
42	75251	CONCERTO DE PNEU 19.5 X 24	UN	30,000	3.480,12
43	75256	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19.5 X 24	UN	30,000	13.385,09
52	333399763	RECAPAGEM DE PNEU 235/75 R15 BORRACHUDO LF SR COM NO MÍNIMO	UN	12,000	3.834,55
53	333399764	CONCERTO DE PNEU 235/75 R15	UN	12,000	518,18
54	333399765	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 235/75 R15	UN	12,000	1.347,27
58	333399769	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R17,52 BORRACHUDO CB OU RDT 72, CO	UN	34,000	13.855,79
59	333399770	CONCERTO DE PNEU 215/75 R17,5	UN	30,000	1.563,75
60	333399771	VULCANIZAÇÃO DE NPNEU 215/75 R17,5	UN	30,000	3.980,46
64	433404941	RECAPAGEM DE PNEU 235/70 R16 BORRACHUDO LF SR	UN	10,000	3.235,85
65	433404942	CONCERTO DE PNEU 235/70 R16	UN	10,000	462,26
66	433404943	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 235/70 R16	UN	10,000	1.201,89
69	333399762	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24	UN	40,000	13.901,41
73	433410068	RECAPAGEM DE PNEU 10-16.5 BORRACHUDO QUENTE	UN	4,000	2.495,00
74	433410069	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 10-16.5	UN	8,000	1.782,14
75	433410070	CONCERTO DE PNEU 10-16.5	UN	8,000	712,86
T O T A I S ----->				393,000	119.817,40

Processo / Ano: 32/2020 Licitação: 15/2020 - PR Registro de Preço: Sim
Fornecedor.....: 7509 - F. VACHILESKI & CIA LTDA

17	681	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24	UN	40,000	14.070,92
18	6535	CONCERTO DE PNEU 1400 X 24	UN	50,000	5.716,31
27	88093	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24, BANDA LAGARTO	UN	30,000	11.884,61
28	88094	CONCERTO DE PNEU 1400 X 24, BANDA LAGARTO	UN	40,000	5.942,31
48	75255	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.4 X 34	UN	20,000	8.486,84
49	75252	CONCERTO DE PNEU 18.4 X 34	UN	20,000	2.828,95
70	433410065	RECAPAGEM DE PNEU 18.3-26	UN	4,000	7.924,53
71	433410066	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.3-26	UN	8,000	2.566,04
72	433410067	CONCERTO PNEU 18.3-26	UN	8,000	1.509,43
T O T A I S ----->				220,000	60.929,94

Processo / Ano: 32/2020 Licitação: 15/2020 - PR Registro de Preço: Sim
Fornecedor.....: 11782 - BORILLI PNEUS LTDA

38	37196	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 16.9 X 24, BORRACHUDO QUENTE	UN	16,000	29.790,65
39	12424	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 16.9 X 24	UN	30,000	10.289,53
40	12419	CONCERTO DE PNEU 16.9 X 24	UN	40,000	3.919,82
50	3395780	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1 X 26	UN	4,000	10.739,13
51	3395781	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1X26	UN	6,000	2.260,87
55	333399766	RECAPAGEM DE PNEU 235/75 R16 JBORRACHUDO LFSR COM NO MÍNIMO	UN	16,000	5.444,44
56	333399767	CONCERTO DE PNEU 235/75 R16	UN	16,000	494,95
57	333399768	VULCANIZAÇÃO PNEU 235/75 R16	UN	16,000	1.060,61
T O T A I S ----->				144,000	64.000,00

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Preço Total
Processo / Ano: 32/2020 Licitação: 15/2020 - PR Fornecedor.....: 13294 - F. M. PNEUS LTDA					
19	37276	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16.5, BORRACHUDO QUENTE	UN	20,000	16.553,03
20	6545	CONSRTO DE PNEU 12 X 16.5	UN	20,000	1.979,17
21	6532	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 X 16.5	UN	20,000	5.217,80
23	12418	CONSRTO DE PNEU 12.5/80 X 18	UN	20,000	1.878,30
24	12425	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.5/80 X 18	UN	30,000	7.427,80
32	37274	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12.4 X 24, BORRACHUDO QUENTE	UN	16,000	16.278,57
33	6544	CONSRTO DE PNEU 12.4 X 24	UN	16,000	2.071,82
34	6534	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.4 X 24	UN	16,000	4.439,61
44	37263	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 30, BORRACHUDO QUENTE	UN	16,000	28.898,24
45	683	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.4 X 30	UN	16,000	6.668,82
46	6542	CONSRTO DE PNEU 18.4 X 30	UN	15,000	2.222,94
61	433410064	RECAPAGEM DE PNEU 17.5 X 25, XH2, BORRACHUDO QUENTE, COM NO	UN	16,000	31.538,18
62	433404939	CONSRTO DE PNEU 17.5 X 25	UN	16,000	2.252,73
63	433404940	VULCANIZAÇÃO PNEU 17.5 X 25	UN	16,000	7.509,09
				TOTALS ----->	134.936,10
				TOTAL GERAL ----->	379.683,44

ITENS NÃO ADJ PL 042/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 017/2020

Publicação Nº 2599879

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Página: 1/1

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Preço Total
Processo / Ano: 42/2020					
Licitação: 17/2020 - PR					
Registro de Preço: Sim					
Fornecedor.....: 11760 - CRISTIAN GUILHERME FUSSIEGER 07095921911					
1	433410058	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINAS COM MINI ESCAVADEIRA,	H	200,000	30.000,00
TOTAL S ----->				200,000	30.000,00
TOTAL GERAL ----->				200,00	30.000,00

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 2_2020**

Publicação Nº 2598596

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Prorroga temporariamente o prazo de suspensão da concessão do reajuste e da revisão da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e revisão anual dos subsídios dos membros do poder, detentores de mandato eletivo, concedidos pelas Leis nºs 2033 e 2034, de 25 de março de 2020 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas no art. 63, IV, da Lei Orgânica Municipal e art. 87, IV, "m" da Resolução nº 5/2008, Regimento Interno da Câmara de Vereadores, e Leis nºs 2038 e 2039 <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/seara/lei-ordinaria/2020/203/2039/lei-ordinaria-n-2039-2020-suspende-temporariamente-a-concessao-do-reajuste-da-remuneracao-dos-servidores-publicos-do-poder-legislativo-municipal-de-seara-e-da-outras-providencias-concedido-pela-lei-n-2034-de-25-de-marco-de-2020>, de 29 de abril de 2020, que suspendem temporariamente a concessão da revisão anual da remuneração dos servidores e vereadores e o reajuste da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal de Seara e dá outras providências, concedidos pelas Leis nºs 2033 e 2034, de 25 de março de 2020, e;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.953, de 28 de julho de 2020, que prorroga temporariamente o prazo de suspensão da concessão do reajuste da remuneração dos servidores públicos do Município e revisão anual dos subsídios dos membros do poder, detentores de mandato eletivo e secretários municipais, concedidos pela Lei nº 2033, de 25 de março de 2020 e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º Nos termos do art. 1º das Leis nºs 2038 e 2039, <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/seara/lei-ordinaria/2020/203/2035/lei-ordinaria-n-2035-2020-suspende-temporariamente-a-revisao-anual-e-reajuste-da-remuneracao-dos-servidores-publicos-do-municipio-e-revisao-anual-dos-subsidios-dos-membros-do-poder-detentores-de-mandato-eletivo-e-secretarios-municipais-concedidos-pela-lei-n-2033-de-25-de-marco-de-2020-e-da-outras-providencias> de 29 de abril de 2020, que suspendem temporariamente o reajuste da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e a revisão anual da remuneração dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Seara, concedidos pelas Leis nºs 2033 e 2034, de 25 de março de 2020 e dá outras providências, fica prorrogada a suspensão da concessão do reajuste e revisão previstos nestas Leis até 31 de dezembro de 2020, período esse, concomitante com o estado de emergência estabelecido pela Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID 19.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

JERSON BRUSAMARELLO
Presidente da Mesa

ADÃO KRONBAUER
Vice-Presidente

MARILENE BEDIN
1ª Secretária

MARCO VIOTT
2º Secretário

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº211/2020

Publicação Nº 2599396

DECRETO N.º 211 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA LUCAS MANENTI SERAFIM COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 72/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado LUCAS MANENTI SERAFIM, brasileiro, CPF nº 093.452.129-81, e-mail: projetos@sideropolis.sc.gov.br, telefone nº (48)99123-3162, engenheiro civil, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 72/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para elaboração de projetos para a execução de praça coberta na Praça Matriz do Município de Siderópolis.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de agosto de 2020.

DECRETO Nº212/2020

Publicação Nº 2599402

DECRETO N.º 212 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA AIRTON LEAL GHISI COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 73/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na execução dos contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Airton Leal Ghisi, brasileiro, CPF nº 800.543.079-53, e-mail: airtonghisi@hotmail.com, telefones nº (48)3435-8900 e 99904-5775, engenheiro civil, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº73/2020, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da rua Devino Comin, no bairro São Martinho Alto, no município de Siderópolis/SC, de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico/Executivo, referente a Ementa Impositiva Estadual/2020 nº 444, com contrapartida do Município de Siderópolis.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de agosto de 2020.

DECRETO Nº213/2020

Publicação Nº 2599405

DECRETO N.º 213 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA ROBSON BENTO MARTINS COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS 74/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;
CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8.666/93 estabelece que na execução dos contratos deva ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Robson Bento Martins, brasileiro, CPF nº 592.067.729-53, e-mail obras@sideropolis.sc.gov.br, telefone nº (48) 3435-8900, Almoxarife, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS 74/2020, cujo objeto é alienação de 3 (três) bens imóveis (terrenos) inservíveis de propriedade do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de agosto de 2020.

DECRETO Nº214/2020

Publicação Nº 2599407

DECRETO N.º 214 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA CLEBER ANTONIO ZANELLATTO COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMAS Nº 7/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;
CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na execução dos contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Cleber Antônio Zanellatto, brasileiro, CPF nº 416.659.969-00, e-mail: arquicleber@gmail.com, telefone nº (48) 99988-9051, arquiteto, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMAS nº 7/2020, cujo objeto é construção de piscina térmica para uso fisioterápico (2º etapa), no Município de Siderópolis/SC.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de agosto de 2020.

DECRETO Nº215/2020

Publicação Nº 2599409

DECRETO N.º 215 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA ROSE MARA REIS COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 38/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;
CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na execução dos contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Rose Mara Reis, brasileira, CPF nº 050.965.479-73, e-mail: saude@sideropolis.sc.gov.br, Assessor I, C2, telefone: (48) 3435-8900 e 99631-1864, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMS nº 38/2020, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos de urgência e emergência, como forma de atender as demandas dos pacientes no Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) hora do Município de Siderópolis, conforme cláusulas e condições previstas no Edital de Chamamento nº22/2018.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de agosto de 2020.

DECRETO Nº216/2020

Publicação Nº 2599410

DECRETO N.º 216 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA ROSÂNGELA ROSSA DE SOUZA COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 75/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na execução dos contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada ROSÂNGELA ROSSA DE SOUZA, brasileira, CPF nº 646.784.749-00, Secretária de Educação, e-mail educação@sideropolis.sc.gov.br, telefone (48) 99928-8067, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 75/2020, cujo objeto é aquisição de mobílias para a Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de agosto de 2020.

DECRETO Nº217/2020

Publicação Nº 2599411

DECRETO N.º 217 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA GLADYS LENUZIA KESTERING COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMAS Nº 8/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei Federal nº. 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada GLADYS LENUZIA KESTERING, brasileira, CPF nº 542.389.789-00, assistente administrativo, e-mail: gladys_glk@hotmail.com, telefone (48) 99672-3333, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMAS nº 8/2020, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de proteção individual para o enfrentamento ao combate à COVID-19.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de agosto de 2020.

DECRETO Nº218/2020

Publicação Nº 2600026

DECRETO N.º 218 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

PRORROGA OS EFEITOS DECRETO MUNICIPAL Nº 173, DE 30 DE JUNHO DE 2020, POR PRAZO INDETERMINADO.

O HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o Decreto nº. 562, de 17 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que, em seu artigo 36, autoriza os municípios catarinenses estabelecerem medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as nele previstas, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO que a situação epidêmica atual da Região Carbonífera está classificada como de Risco Potencial "Gravíssimo", levando em conta a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional, instituída pela Secretaria de Estado da Saúde no âmbito do Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19, do Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes;

CONSIDERANDO o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID19, instituído pela Portaria nº. 464, de 3 de julho de 2020, que repassou aos municípios e às respectivas Regiões de Saúde as atribuições de avaliar e aplicar as estratégias necessárias para a restrição ou, se possível, para a flexibilização das atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO o alinhamento dos prefeitos dos municípios de Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga em busca de medidas unificadas para controle da pandemia de forma regional;

CONSIDERANDO o perceptível afrouxamento de parcela da população quanto à observância das regras de distanciamento e isolamento social;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade de orientação e afastamento social, a fim de evitar o contágio com o vírus COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por tempo indeterminado, os efeitos do Decreto Municipal nº 173, de 30 de junho de 2020.

Art. 2º Deverão ser observadas as regras mais restritivas eventualmente impostas por normas e atos expedidos pelo Governo do Estado e Governo Federal.

Art. 3º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, cabendo-lhes a fiscalização de todos os serviços e atividades liberadas a funcionar sob regimento especial durante a vigência da pandemia da COVID-19.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de agosto de 2020.

Sombrio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2020

Publicação Nº 2598670

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020

OBJETO: A presente ata tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores novos para manutenção de veículos, máquinas e implementos da frota municipal de Sombrio/SC, conforme especificações e determinações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 54/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 2.285,00

Processo Licitatório nº 054/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 04 de agosto de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2020

Publicação Nº 2598673

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020

OBJETO: A presente ata tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores novos para manutenção de veículos, máquinas e implementos da frota municipal de Sombrio/SC, conforme especificações e determinações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 54/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 94.722,60

Processo Licitatório nº 054/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 04 de agosto de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2020

Publicação Nº 2598675

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020

OBJETO: A presente ata tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores novos para manutenção de veículos, máquinas e implementos da frota municipal de Sombrio/SC, conforme especificações e determinações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 54/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: XAP COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 83.228,82

Processo Licitatório nº 054/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 04 de agosto de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2020

Publicação N° 2598680

MUNICIPIO DE SOMBRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 26/2020

OBJETO: A presente ata tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores novos para manutenção de veículos, máquinas e implementos da frota municipal de Sombrio/SC, conforme especificações e determinações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial n° 54/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: ZEUS COMERCIAL EIRELI EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 117.044,00

Processo Licitatório n° 054/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 04 de agosto de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

LEI Nº 2.512, DE 11 DE AGOSTO DE 2020. "ACRESCENTA PARÁGRAFO A LEI Nº 1.517, DE 01 DE OUTUBRO DE 2001"

Publicação Nº 2599430

LEI Nº 2.512, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"ACRESCENTA PARÁGRAFO A LEI Nº 1.517, DE 01 DE OUTUBRO DE 2001".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescido ao artigo 20 da Lei nº 1.517, de 01 de outubro de 2001, o parágrafo 4º, com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

§ 4º Os conselheiros tutelares farão jus à licença remunerada, com vencimentos integrais, a partir do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral a cargo eletivo até a data da eleição.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 11 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 456, DE 06 DE AGOSTO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2599428

PORTARIA Nº 456, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro 2012, e Lei Complementar nº 092, de 04 de abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, à Servidora CAROLINA LUCHESI MACIEL, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL 19 - CLASSE A, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 03/08/2020 até 01/09/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 03/08/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 06 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 458, DE 11 DE AGOSTO DE 2020. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2599429

PORTARIA Nº 458, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para implementação e locação de software para o setor de controle interno no Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 8.820,00 (oito mil, oitocentos e vinte reais), da empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 07.753.029/0001-93, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 11 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 053/2020

Publicação Nº 2598465

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 100/2020 Pregão Presencial n. 053/2020

Objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS DEPARTAMENTOS. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 24/08/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 11 de Agosto de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2020

Publicação Nº 2598495

EDITAL N. 002/2020

CHAMADA PÚBLICA PARA CADASTRAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA

Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, devidamente inscrito no CNPJ n. 01.566.620/0001-55, com endereço na Av. Felipe Baczinski, n. 479, centro, Tigrinhos/SC, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Derli Antonio de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal n. 14.017, de 29 de Junho de 2020, torna público, pelo presente Edital, as normas para a CHAMADA PÚBLICA para cadastramento municipal de Cultura, em obediência aos princípios constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, que reger-se-á pelas seguintes regras:

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal n. 14.017, de 29 de Junho de 2020;

CONSIDERANDO que o Município terá nos termos da Lei Federal n. 14.017/2020 valores para destinados às ações emergenciais ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 06, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO que nos termos da Lei Federal n. 14.017/2020 o município irá estabelecer os critérios para destinação dos recursos recebidos pela Administração;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 7º, inciso II, da Lei Federal n. 14.017, de 29 de Junho de 2020, farão jus aos benefícios os que estiverem inscritos no Cadastro Municipal de Cultura;

CONSIDERANDO que o Município de Tigrinhos SC não possui nenhuma pessoa física ou jurídica inscrita no Cadastro Municipal de Cultura;

1. DO CADASTRO

1.1 Todas as Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas que se enquadrarem nos termos da Lei Federal n. 14.017, de 29 de Junho de 2020 e tiverem interesse em receber os recursos a serem repassados pela União ao Município de Tigrinhos SC deverão realizar o cadastramento municipal de cultura, preenchendo o formulário de inscrição previsto no Anexo Único do presente edital.

1.2 As inscrições deverão ser realizadas no Departamento Municipal de Cultura junto ao Ginásio Municipal de Esportes, entre os dias 12/08/2020 a 21/08/2020 das 07:00h às 13:00h, com a entrega do formulário de inscrição devidamente preenchido, mediante protocolo.

2. DA HOMOLOGAÇÃO

2.1 O município estará homologando as inscrições das Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas que se enquadrarem nas disposições da Lei Federal n. 14.017, de 29 de Junho de 2020.

3. DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

3.1 Os critérios para a distribuição de recursos estarão previstos em edital próprio a ser publicado oportunamente, após o recebimentos dos valores pelo Município de Tigrinhos SC.

Tigrinhos – SC, 11 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

VANDERLEI DA ROSA

Diretor de Cultura

ANEXO ÚNICO - QUESTIONÁRIO

DADOS DE PESSOA FÍSICA

NOME COMPLETO: _____

IDENTIDADE: _____ CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO (Município, Bairro, Rua, Número, CEP): _____

NOME ARTÍSTICO (se houver): _____

NOME DO GRUPO, PROJETO, ESPAÇO CULTURAL OU ATIVIDADE: _____

ENDEREÇO DE E-MAIL: _____

TELEFONE: _____

DADOS DE PESSOA JURÍDICA

NOME COMPLETO – RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

NOME FANTASIA (caso exista): _____

ENDEREÇO COMPLETO (Município, Bairro, Rua, Número, CEP): _____

NOME DO RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL: _____

FUNÇÃO: _____

ENDEREÇO DE E-MAIL: _____

TELEFONE: _____

*Apresentar comprovante do CNPJ atualizado.

ESTÁ INSCRITO OU INSERIDO EM ALGUM PROGRAMA SOCIAL DE APOIO FINANCEIRO?

☐ SIM☐ NÃO

Caso a resposta seja SIM, informe qual: _____

QUANTAS PESSOAS DEPENDEM, DIRETAMENTE, DA SUA RENDA?

QUAL (IS) ATIVIDADE (S) VOCÊ REALIZA NA CADEIA PRODUTIVA DA CULTURA?

☐ ARTISTA☐ PRODUTOR☐ ARTICULADOR☐ TÉCNICO☐ GESTOR DE ESPAÇO CULTURAL☐ PROPRIETÁRIO DE ESPAÇO CULTURAL

Outros: _____

QUAL O NÚMERO ESTIMADO DE PROFISSIONAIS DIRETAMENTE ENVOLVIDOS NA REALIZAÇÃO DA SUA ATIVIDADE, PROJETO, AÇÃO OU ESPAÇO CULTURAL?

QUAL A SITUAÇÃO DA SUA ATIVIDADE, PROJETO, AÇÃO OU ESPAÇO CULTURAL?

☐ ADIADA☐ CANCELADA☐ PARALISADA☐ INDEFINIDA☐ REDUZIDA POR ADEQUAÇÃO À SITUAÇÃO DA PANDEMIA

Outros: _____

INFORME SOBRE O LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SUA ATIVIDADE, PROJETO, AÇÃO:

☐ LOCAL PRÓPRIO☐ LOCAL SOB LOCAÇÃO - ALUGADO☐ TEATROS☐ ESCOLAS☐ RUAS☐ ESPAÇOS ALTERNATIVOS☐ ESPAÇO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA☐ ESPAÇO DE REALIZAÇÃO DE SHOWS E EVENTOS CULTURAIS

Outros: _____

QUAL É A FONTE DE RECURSOS DA SUA ATIVIDADE CULTURAL?

☐ BILHETERIA☐ VENDA DO PRODUTO CULTURAL☐ COBRANÇA DE MENSALIDADE DOS ALUNOS☐ CONVÊNIO COM GOV. MUNICIPAL☐ CONVÊNIO COM GOV. ESTADUAL☐ CONVÊNIO COM GOV. FEDERAL☐ EDITAL DE INSTITUIÇÃO PRIVADA☐ EDITAL PÚBLICO MUNICIPAL☐ EDITAL PÚBLICO ESTADUAL☐ EDITAL PÚBLICO FEDERAL☐ PATROCÍNIO DO SETOR PRIVADO☐ RECURSOS PRÓPRIOS

Outros: _____

QUAL A ESTIMATIVA MENSAL DE PERDA POR NÃO PODER TRABALHAR?

☐ R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00☐ R\$ 1.001,00 a R\$ 2.001,00☐ R\$ 3.001,00 a R\$ 4.001,00☐ R\$ 5.001,00 a R\$ 6.001,00☐ R\$ 7.001,00 a R\$ 8.001,00☐ R\$ 9.001,00 a R\$ 10.000,00

() acima de R\$ 10.000,00

Outros: _____

VOCÊ POSSUI OUTRA FONTE DE RENDA QUE NÃO SEJA ESPECÍFICA NA ECONOMIA CRIATIVA, NA PRODUÇÃO CULTURAL OU DAS ARTES?

() SIM

() NÃO

Caso a resposta seja SIM, responda QUAL: _____

CASO VOCÊ POSSUA OUTRA FONTE DE RENDA, QUE NÃO SEJA ESPECÍFICA DA ECONOMIA CRIATIVA, NA PRODUÇÃO CULTURAL OU DAS ARTES, EM QUANTO ESTIMA ESSA RENDA MENSAL?

() R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00

() R\$ 1.001,00 a R\$ 2.001,00

() R\$ 3.001,00 a R\$ 4.001,00

() R\$ 5.001,00 a R\$ 6.001,00

() R\$ 7.001,00 a R\$ 8.001,00

() R\$ 9.001,00 a R\$ 10.000,00

() acima de R\$ 10.000,00

Outros: _____

SUA AÇÃO, PROJETO, GRUPO, ATIVIDADE OU ESPAÇO CULTURAL ESTÁ EM SITUAÇÃO DE "APROVADO" EM ALGUM EDITAL CULTURAL?

() SIM

() NÃO

Caso a resposta seja SIM, qual o Edital? _____

EM QUAL SEGMENTO, GRUPO, CATEGORIA E/OU LINGUAGEM ARTÍSTICA VOCÊ ESTÁ INSERIDO?

() Artesanato

() Audiovisual

() Artes Visuais

() Circo

() Cultura Popular

() Dança

() Empresário, Empreendedor atuante no segmento cultural

() Gestor Cultural

() Hip Hop

() Literatura

() Música

() Novas Mídias

() Patrimônio Imaterial

() Patrimônio Material

() Produção Cultural

() Teatro

Outros: _____

FAÇA UM BREVE HISTÓRICO DE SUAS ATIVIDADES CULTURAIS E/OU PROJETOS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NOS ÚLTIMOS 02 (DOIS) ANOS :

INSERIR - (Links, Fotos, Vídeos, Recortes, Víneo, etc.)

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011-2020

Publicação Nº 2600133

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2020

Órgão Responsável: MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE PEDRA BRITA Nº.2 (TONELADAS), VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC.

Número da Ata: 011/2020

Licitante Vencedor: GAIA RODOVIAS LTDA – CNPJ: 03.257.777/0001-24

Valor da Ata: R\$ 41,65 a tonelada.

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 024/2020, na Modalidade de Pregão Eletrônico nº. 014/2020, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 10.520/2002, Decreto nº. 10.024/2019, Instrução Normativa nº. 206/2019, Decreto Municipal nº. 171/2020, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/1990, Lei nº. 8.666/1993 e suas atualizações, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 12 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Tijucas

PREFEITURA

CARTA Nº 01 CHANCELA - CMDCA

Publicação Nº 2598897

CARTA DE CHANCELA CMDCA TIJUCAS Nº 001/2020

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de financiamentos FIA, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº 8.069/90, Lei Municipal nº 1.064/93, Lei Municipal nº 807/90, Decreto Municipal nº 1414/2019 e Resolução CMDCA TJ 018/2020, vem por meio desta, AUTORIZAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DE FORMA DIRETA pela ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE – ASMUT para o PROJETO BANDA MARCIAL (anexo) APROVADONA AVALIAÇÃO FINAL para o financiamento modalidade CHANCELA conforme EDITAL CMDCA TJ 003/2020. O projeto Aprovado prevê o investimento financeiro total de R\$100.000,00 para atender durante 11 meses, cerca de 100 crianças e adolescentes em faixa etária de 05 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social que estejam sendo atendidos pela REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES do município de Tijucas: CRAFTJ, CREAMTJ, SMETJ e CONSELHO TUTELAR TJ e que terão um custo per capto de R\$ 90.90 por mês.

Os interessados em financiar, de forma direta ou com subvenção fiscal, a execução da proposta deste empreendedor social, deverão SOLICITAR a emissão do RECIBO NUMERADO COM IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTA FINANCIADA E VALOR DOADO por e-mail para o endereço cmdca@tijucas.sc.gov.br, para posteriormente EFETUAR AS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS desejadas ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TIJUCAS - CNPJ 20.506.370/0001-02 - BANCO DO BRASIL – AGENCIA 2723-5 – CC: 1.600-4.

VALIDADE: 10/06/2020 A 10/06/2022.

CLÁUDIA RAITZ BÜCHELE
Presidente CMDCA Tijucas
GESTÃO 2020/2022

CARTA Nº 02 CHANCELA - CMDCA

Publicação Nº 2598900

CARTA DE CHANCELA CMDCA TIJUCAS Nº 002/2020

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de financiamentos FIA, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº 8.069/90, Lei Municipal nº 1.064/93, Lei Municipal nº 807/90, Decreto Municipal nº 1414/2019 e Resolução CMDCA TJ 018/2020, vem por meio desta, AUTORIZAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DE FORMA DIRETA pela ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE – ASMUT para o PROJETO VOZ E VIOLÃO (anexo) APROVADONA AVALIAÇÃO FINAL para o financiamento modalidade CHANCELA conforme EDITAL CMDCA TJ 003/2020. O projeto Aprovado prevê o investimento financeiro total de R\$33.200,00 para atender durante 11 meses, cerca de 100 crianças e adolescentes em faixa etária de 05 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social que estejam sendo atendidos pela REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES do município de Tijucas: CRAFTJ, CREAMTJ, SMETJ e CONSELHO TUTELAR TJ e que terão um custo per capto de R\$ 30,18 por mês.

Os interessados em financiar, de forma direta ou com subvenção fiscal, a execução da proposta deste empreendedor social, deverão SOLICITAR a emissão do RECIBO NUMERADO COM IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTA FINANCIADA E VALOR DOADO por e-mail para o endereço cmdca@tijucas.sc.gov.br, para posteriormente EFETUAR AS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS desejadas ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TIJUCAS - CNPJ 20.506.370/0001-02 - BANCO DO BRASIL – AGENCIA 2723-5 – CC: 1.600-4.

VALIDADE: 10/06/2020 A 10/06/2022.

CLÁUDIA RAITZ BÜCHELE
Presidente CMDCA Tijucas
GESTÃO 2020/2022

CARTA Nº 03 CHANCELA - CMDCA

Publicação Nº 2598905

CARTA DE CHANCELA CMDCA TIJUCAS Nº 003/2020

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de financiamentos FIA, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº 8.069/90, Lei Municipal nº 1.064/93, Lei Municipal nº 807/90, Decreto Municipal nº 1414/2019 e Resolução CMDCA TJ 018/2020, vem por meio desta, AUTORIZAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DE FORMA DIRETA pela ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE – ASMUT para o PROJETO CANTAR (anexo) APROVADONA AVALIAÇÃO FINAL para o financiamento modalidade CHANCELA conforme EDITAL CMDCA TJ 003/2020. O projeto Aprovado prevê o investimento financeiro total

de R\$38.700,00,00 para atender durante 11 meses, cerca de 100 crianças e adolescentes em faixa etária de 05 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social que estejam sendo atendidos pela REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES do município de Tijucas: CRAFTJ, CREATJ, SMETJ e CONSELHO TUTELAR TJ e que terão um custo per capto de R\$ 35.18 por mês.

Os interessados em financiar, de forma direta ou com subvenção fiscal, a execução da proposta deste empreendedor social, deverão SOLICITAR a emissão do RECIBO NUMERADO COM IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTA FINANCIADA E VALOR DOADO por e-mail para o endereço cmdca@tijucas.sc.gov.br, para posteriormente EFETUAR AS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS desejadas ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TIJUCAS - CNPJ 20.506.370/0001-02 - BANCO DO BRASIL – AGENCIA 2723-5 – CC: 1.600-4.

VALIDADE: 10/06/2020 A 10/06/2022.

CLÁUDIA RAITZ BÜCHELE
Presidente CMDCA Tijucas
GESTÃO 2020/2022

CARTA Nº 04 CHANCELA - CMDCA

Publicação Nº 2598909

CARTA DE CHANCELA CMDCA TIJUCAS Nº 004/2020

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de financiamentos FIA, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº 8.069/90, Lei Municipal nº 1.064/93, Lei Municipal nº 807/90, Decreto Municipal nº 1414/2019 e Resolução CMDCA TJ 018/2020, vem por meio desta, AUTORIZAR CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DE FORMA DIRETA pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIJUCAS – APAE DE TIJUCAS para o PROGRAMA REABILITAR SONHOR (anexo) APROVADO NA AVALIAÇÃO FINAL para o financiamento modalidade CHANCELA conforme EDITAL CMDCA TJ 003/2020. O projeto Aprovado prevê o investimento financeiro total de R\$80.000,00 para atender durante 10 meses, cerca de 100 crianças e adolescentes em faixa etária de 05 a 17 anos COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU MÚLTIPLAS em situação de vulnerabilidade social PARA ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS EM HIDROTERAPIA que terão um custo per capto de R\$ 80,00 por mês.

Os interessados em financiar, de forma direta ou com subvenção fiscal, a execução da proposta deste empreendedor social, deverão SOLICITAR a emissão do RECIBO NUMERADO COM IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTA FINANCIADA E VALOR DOADO por e-mail para o endereço cmdca@tijucas.sc.gov.br, para posteriormente EFETUAR AS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS desejadas ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TIJUCAS - CNPJ 20.506.370/0001-02 - BANCO DO BRASIL – AGENCIA 2723-5 – CC: 1.600-4.

VALIDADE: 10/06/2020 A 10/06/2022.

CLÁUDIA RAITZ BÜCHELE
Presidente CMDCA Tijucas
GESTÃO 2020/2022

CARTA Nº 05 CHANCELA - CMDCA

Publicação Nº 2598912

CARTA DE CHANCELA CMDCA TIJUCAS Nº 005/2020

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de financiamentos FIA, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº 8.069/90, Lei Municipal nº 1.064/93, Lei Municipal nº 807/90, Decreto Municipal nº 1414/2019 e Resolução CMDCA TJ 018/2020, vem por meio desta, AUTORIZAR CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DE FORMA DIRETA pela ASSOCIAÇÃO CAMINHO DAS ÁGUAS - ACAT para o CAMPANHA BIODIESEL NAS ESCOLAS (anexo) APROVADO NA AVALIAÇÃO FINAL para o financiamento modalidade CHANCELA conforme EDITAL CMDCA TJ 003/2020. O projeto Aprovado prevê o investimento financeiro total de R\$65.000,00 para atender durante 10 meses, cerca de 1500 crianças e adolescentes em faixa etária de 05 a 17 anos MATRICULADAS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE TIJUCAS, que terão um investimento de custeio per capto de R\$ 80,00 por mês.

Os interessados em financiar, de forma direta ou com subvenção fiscal, a execução da proposta deste empreendedor social, deverão SOLICITAR a emissão do RECIBO NUMERADO COM IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTA FINANCIADA E VALOR DOADO por e-mail para o endereço cmdca@tijucas.sc.gov.br, para posteriormente EFETUAR AS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS desejadas ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TIJUCAS - CNPJ 20.506.370/0001-02 - BANCO DO BRASIL – AGENCIA 2723-5 – CC: 1.600-4.

VALIDADE: 10/06/2020 A 10/06/2022.

CLÁUDIA RAITZ BÜCHELE
Presidente CMDCA Tijucas
GESTÃO 2020/2022

EXTRATO DE ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO E ABERTURA DE PRAZO DE CONTRARRAZÕES PP Nº 055. PMT.20

Publicação Nº 2600104

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/PMT/2020

EXTRATO ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO E ABERTURA DE PRAZO DE CONTRARRAZÕES.

A Pregoeira com sua equipe de apoio, nomeada pela Portaria nº 2252/2020 c/c 807/2020, Torna Público: No Processo Licitatório nº 119/PMT/2020 – Pregão Presencial nº 055/PMT/20, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA PARA O PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, ACESSO AO PÁTIO DO POSTO DE ATENDIMENTO (PA) 24 HORAS E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ORLANDO BARRETO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, a licitante ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, apresentou recurso, no prazo de 3 (três) dias de acordo com o artigo 4º, XVIII, da Lei 10.520/02. Desta forma, nos termos do mesmo diploma legal, fica aberto o prazo de 03 (três) dias para apresentação de CONTRARRAZÕES, ficando desde já franqueado vista dos autos. Tijucas, 11 de agosto de 2020.

RESOLUÇÃO Nº 017-2020 - CMDCA

Publicação Nº 2598954

RESOLUÇÃO 017/2020 CMDCA TIJUCAS SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93, vem por meio deste, emitir Resolução de PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE DESEMBOLSO para financiamento dos TERMOS DE FOMENTO DO EDITAL CMDCA005/2019 para execução entre maio e dezembro de 2020 autorizados pelo Ofício nº 23/SAF/2020 do gabinete do Secretário de Administração e finanças NO VALOR MAXIMO DE R\$ 288.263,92 e Recursos FIA de saldo remanescente de retenções fiscais NO VALOR MAXIMO DE R\$ 40.000,00 somando a disponibilidade máxima de R\$328.263,92.

A aprovação das propostas compromete o valor total de R\$ 318.342,00. Deste modo, o CMDCA:

RESOLVE:

Art. 1º - Comunicar o provisionamento financeiro decorrente das despesas de investimento dos recursos nos projetos/programas/campanhas/oficinas aprovados pelo edital CMDCA FIA 005/2019 que serão executados entre maio e dezembro de 2020 na modalidade a distância e/ou presencial em cumprimento ao decreto estadual de isolamento social de acordo com o quadro abaixo:

Parcelas	DESPESA	Prefeitura	FIA	TOTAL
Maio	PRIMEIRA PARCELA DAS (09) NOVE PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 7 MESES	33.000,00	560,00	33.560,00
Junho	SEGUNDA PARCELA DAS (09) NOVE PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 7 MESES	33.000,00	560,00	33.560,00
Julho	TERCEIRA PARCELA DAS (09) NOVE PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 7 MESES E PRIMEIRA PARCELA DAS SEIS (06) PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 5 MESES	33.000,00 + 11.000,00 total 44.000,00	560,00 + 5.704,00 total 6.264,00	50.264,00
Agosto	QUARTA PARCELA DAS (09) NOVE PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 7 MESES E SEGUNDA PARCELA DAS SEIS (06) PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 5 MESES	33.000,00 + 11.000,00 total 44.000,00	560,00 + 5.704,00 total 6.264,00	50.264,00
Setembro	QUINTA PARCELA DAS (09) NOVE PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 7 MESES E TERCEIRA PARCELA DAS SEIS (06) PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 5 MESES	33.000,00 + 11.000,00 total 44.000,00	560,00 + 5.704,00 total 6.264,00	50.264,00
Outubro	SEXTA PARCELA DAS (09) NOVE PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 7 MESES E QUARTA PARCELA DAS SEIS (06) PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 5 MESES	33.000,00 + 11.000,00 total 44.000,00	560,00 + 5.704,00 total 6.264,00	50.264,00
Novembro	SETIMA PARCELA DAS (09) NOVE PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 7 MESES E QUINTA PARCELA DAS SEIS (06) PROPOSTAS APROVADAS PARA EXECUÇÃO DE 5 MESES	33.000,00 + 11.000,00 total 44.000,00	560,00 + 5.604,00 total 6.164,00	50.264,00
TOTAL	15 PROPOSTAS APROVADAS 2020 Previsão de 8000 crianças/adolescentes atendidos	286.000,00 Prefeitura	32.340,00 Saldo remanescente FIA	318.340,00 TOTAL DE INVESTIMENTO

Tijucas, 28DE MAIO DE 2020.

Cláudia RaitzB-chelle
Presidente do CMDCA Tijucas
Gestão 2020/2022

TERMO DE FOMENTO - CMDCA

Publicação Nº 2598955

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 0016/2020 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE- SMUT, inscrita no CNPJ nº 76.875.608/0001-21, situada a Rua AVENIDA BAYER FILHO, nº 1335, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. JOAURO SANTOS, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 3.821.781 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 036.367.819-01, residente e domiciliado na Rua Mario Cesar Cirilo, nº 92, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO DE CONTINUIDADE E EXECUÇÃO DA CAMPANHA EDUCACIONAL VALE ORQUESTRA com duração de 15/07/2020 A 20/12/2020, que recebeu AUTORIZAÇÃO na Resolução CMDCA 014/2020 resultante do EDITAL CMDCA 005/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE COFINANCIAMENTO FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 33/2019, que atenderá 500 crianças e adolescentes NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E/OU PRESENCIAL EM CUMPRIMENTO AO DECRETO ESTADUAL DE ISOLAMENTO SOCIAL EM COMBATE AO COVID 19 na área de atuação MÚSICA na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 005/2019 – Coofinanciamento FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha habilitado pelo PARECER CEAM 001/2020, aprovado e classificado pelo PARECER CEAM 002/2020, formalizado pela RESOLUÇÃO 014/2020, que estabelece coofinanciamento por transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas com o intento de proporcionar exequibilidade de projeto, programa/campanha APROVADO tendo por finalidade específica de buscar alternativas e soluções em prol da efetivação e garantia de direitos de crianças e adolescentes do município de Tijucas SC. Os serviços a serem prestados com o coofinanciamento a que este Termo de Fomento se refere, garante atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 10.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 11.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 014/2020 no total de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), em 05 (cinco) parcelas iguais no valor de R\$ 1.900,00 (UM MIL E NOVECIENTOS REAIS), constante no PLANO DE TRABALHO DE 153 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 014/2020 E READEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA.

2.2. Para o exercício ano de 2020, fica estimado o Valor Orçamentário e Financeiro referente ao projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 005/2019 de Chamamento Público para Coofinanciamento FIA Tijucas de R\$ 318.342,00 (Trezentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e dois reais) oriundos de transferências legais atribuídas pela Lei Municipal 1064/93 e 1811/2003 e dotações consignadas anualmente no Orçamento Municipal de no mínimo 1% (um por cento) da Receita Tributária e das verbas adicionais que a lei estabeleceu no ano 2019, bem como as transferências decorrentes de doações de IRPF e IRPJ do ano de 2019.

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

- a) A Transferência financeira da 1ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/07/2020;
- b) A Transferência financeira da 2ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/08/2020;
- c) A Transferência financeira da 3ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/09/2020;
- d) A Transferência financeira da 4ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/10/2020;
- e) A Transferência financeira da 5ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/11/2020;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 005/2019, em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV - A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 005/2019- Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 005/2019 - Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da conveniente.

- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos a dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
 - 1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
 - 2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
 - 3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
 - 4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
 - 5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
 - 6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 002/2019 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. Os projetos/OSCs selecionados deverão ser executados no período de 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020, sendo obrigatória a apresentação das Prestações de Contas Parciais mensal e Prestação de Contas Final.

6.2. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução do projeto se dará até o dia 15 de março de 2021.

6.3. Os projetos/OSCs aprovados devem apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS MENSAL até os dias:

- a) 20/08/2020 - referente as despesas efetuadas entre os dias 15/07/20 a 19/08/20;
- b) 20/09/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/08/20 a 19/09/20;
- c) 20/10/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/09/20 a 19/10/20;
- d) 20/11/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/10/20 a 19/11/20;
- e) 15/12/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/11/20 a 15/12/20;
- f) 15/03/2021 – referente as despesas totais efetuadas entre 18/05/20 a 15/12/20;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA e protocolado até o decimo quinto (15º) dia útil do bimestre subsequente ao início das despesas, em 4 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas, TCESC e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final até dia 15/03/2021.

6.4. Os Relatórios de Monitoramento das Ações desenvolvidas deverão ser entregue mensalmente até o vigésimo (20º) dia subsequente ao recebimento do repasse financeiro e, a partir desta apresentação inicial, seguir sequência de apresentação mensal para análise do CMDCA Tijucas.

6.4.1. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA -CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 15/12/2020, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil.

7.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e

fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – Advertência, nos seguintes casos;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme RESOLUÇÃO CMDCA TIJUCAS 014/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 18 de maio de 2020.

Eloi Mariano Rocha
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele
Presidente do CMDCA Tijucas

Joauro Santos
Representante da OSC

TERMO DE FOMENTO - CMDCA

Publicação Nº 2598956

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 0017/2020 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE- SMUT, inscrita no CNPJ nº

76.875.608/0001-21, situada a Rua AVENIDA BAYER FILHO, nº 1335, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. JOAURO SANTOS, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 3.821.781 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 036.367.819-01, residente e domiciliado na Rua Mario Cesar Cirilo, nº 92, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL MÚSICA NA INFÂNCIA com duração de 15/07/2020 A 15/12/2020, que recebeu AUTORIZAÇÃO na Resolução CMDCA 014/2020 resultante do EDITAL CMDCA 005/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE COFINANCIAMENTO FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 33/2019, que atenderá 200 crianças e adolescentes NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E/OU PRESENCIAL EM CUMPRIMENTO AO DECRETO ESTADUAL DE ISOLAMENTO SOCIAL EM COMBATE AO COVID 19 na área de atuação MÚSICA na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 005/2019 – Cofinanciamento FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha habilitado pelo PARECER CEAM 001/2020, aprovado e classificado pelo PARECER CEAM 002/2020, formalizado pela RESOLUÇÃO 014/2020, que estabelece cofinanciamento por transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescente de Tijucas com o intento de proporcionar exequibilidade de projeto, programa/campanha APROVADO tendo por finalidade específica de buscar alternativas e soluções em prol da efetivação e garantia de direitos de crianças e adolescentes do município de Tijucas SC. Os serviços a serem prestados com o cofinanciamento a que este Termo de Fomento se refere, garante atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 10.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 11.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 014/2020 no total de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), em 05 (cinco) parcelas iguais no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), constante no PLANO DE TRABALHO DE 153 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 014/2020 E READEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA.

2.2. Para o exercício ano de 2020, fica estimado o Valor Orçamentário e Financeiro referente ao projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 005/2019 de Chamamento Público para Cofinanciamento FIA Tijucas de R\$ 318.342,00 (Trezentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e dois reais) oriundos de transferências legais atribuídas pela Lei Municipal 1064/93 e 1811/2003 e dotações consignadas anualmente no Orçamento Municipal de no mínimo 1% (um por cento) da Receita Tributária e das verbas adicionais que a lei estabeleceu no ano 2019, bem como as transferências decorrentes de doações de IRPF e IRPJ do ano de 2019.

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

- a) A Transferência financeira da 1ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/07/2020;
- b) A Transferência financeira da 2ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/08/2020;
- c) A Transferência financeira da 3ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/09/2020;
- d) A Transferência financeira da 4ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/10/2020;
- e) A Transferência financeira da 5ª parcela autorizada será executada a partir do dia 20/11/2020;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:

- I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;
- II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;
- VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
- VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;
- X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 005/2019, em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e
- XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
- XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 005/2019– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- pessoal permanente da convenente;
 - taxa de administração, de gerência ou similar;
 - festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
 - gastos exclusivamente de responsabilidade da convenente;
 - alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
 - transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
 - pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
 - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
 - bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
 - remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;
 - outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
- pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
 - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
 - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
 - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
 - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
 - realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes,

símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 002/2019 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. Os projetos/OSCs selecionados deverão ser executados no período de 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020, sendo portanto, obrigatória a apresentação das Prestações de Contas Parciais mensal e Prestação de Contas Final.

6.2. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução do projeto se dará até o dia 15 de março de 2021.

6.3. Os projetos/OSCs aprovados devem apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS MENSAL até os dias:

- a) 20/08/2020 - referente as despesas efetuadas entre os dias 15/07/20 a 19/08/20;
- b) 20/09/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/08/20 a 19/09/20;
- c) 20/10/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/09/20 a 19/10/20;
- d) 20/11/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/10/20 a 19/11/20;
- e) 15/12/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/11/20 a 15/12/20;
- f) 15/03/2021 – referente as despesas totais efetuadas entre 15/07/20 a 15/12/20;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,
- d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA e protocolado até o decimo quinto (15º) dia útil do mês subsequente ao início das despesas, em 4 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas, TCESC e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final até dia 15/03/2021.

6.4. Os Relatórios de Monitoramento das Ações desenvolvidas deverão ser entregue mensalmente até o vigésimo (20º) dia subsequente ao recebimento do repasse financeiro e, a partir desta apresentação inicial, seguir sequência de apresentação mensal para análise do CMDCA Tijucas.

6.4.1. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus “cases” do projeto e enviá-los por meio eletrônico, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA -CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 15/12/2020, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil.

7.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tiju-
cas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não
existir mudança de objeto financiado.

9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio
técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e
Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da par-
ceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os
problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com
base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLU-
SIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá
à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação
de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto
até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o
alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas
conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita
in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fisca-
lizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias
de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação
pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC
da sociedade civil as seguintes sanções:

I – Advertência, nos seguintes casos;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da
esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as
esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme RESOLUÇÃO CMDCA TIJUCAS 014/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 18 de maio de 2020.

Eloi Mariano Rocha
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele
Presidente do CMDCA Tijucas

Joauro Santos
Representante da OSC

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.2019 FMS - JEFFERSON DUWE - ME

Publicação Nº 2599890

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019 FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, JEFFERSON DUWE - ME, CNPJ Nº 13.749.658/0001-42 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 10/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 19/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de agosto de 2020.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 133.2019 TIMBOPREV

Publicação Nº 2599891

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 133/2019 TIMBOPREV

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa DATAMAIS SISTEMAS LTDA EPP, CNPJ nº 01.470.919/0001-01, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 19/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de agosto de 2020.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA QUARTOTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 146.2019 PMT

Publicação Nº 2599892

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO QUARTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 146/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa TIM S.A, CNPJ nº. 02.421.421/0001-11, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 19/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de agosto de 2020.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

DECRETO NO 5680 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2599888

DECRETO No 5680 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 5659 de 20/07/2020 e estabelece novas medidas de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no município de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V, VII e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a análise técnica (em especial no âmbito da saúde) dos efeitos decorrentes das medidas aplicadas no território do município de Timbó pelo Decreto nº 5659 de 20/07/2020 e alterações promovidas pelos Decretos nº. 5.665 de 24/07/2020 e nº. 5671 de 03/08/2020, bem como as ações adotadas pela região da AMMVI no sentido de coibir o avanço da epidemia e garantir o atendimento de quem necessite;

Considerando a decisão proferida pela Justiça Estadual nos autos da Ação Civil Pública Cível nº 5057977-49.2020.8.24.0023/SC, que deferiu em parte o pedido formulado pelo Ministério Público de Santa Catarina para: "...impor ao Estado de Santa Catarina as obrigações de: (i) alterar os instrumentos que compõem o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à Covid-19, definindo expressamente quais são as ações de saúde que devem ser adotadas pelos entes políticos em cada um dos graus de risco que integram a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional prevista no art. 1º, § 1º, II, da Portaria SES n. 464/2020; (ii) implementar diretamente as medidas sanitárias previstas na Lei n. 13.979/2020 no âmbito regional, de acordo com a Matriz de Avaliação de Risco Potencial Regional, e em conformidade com as recomendações dos órgãos técnicos estaduais e do COES, quando a região de saúde atingir o grau de risco potencial gravíssimo, independente da atuação dos Municípios. Assinalo o prazo de 5 dias para o Estado de Santa Catarina comprovar o cumprimento da obrigação de alteração dos instrumentos que compõem o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à Covid-19, prevista no item i, e o prazo de 48h para iniciar a execução da determinação inserta no item ii...."

Considerando a expedição, pelo Estado de Santa Catarina, do Decreto nº 785 de 07 de agosto de 2020, que prorroga por mais 7 dias a contar do dia 10 de agosto as medidas restritivas constantes do art. 8-B do Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020;

Considerando a necessidade de conciliar as medidas municipais às novas ressalvas impostas pelo Estado, bem como garantir o isolamento social e o funcionamento das atividades econômicas, observados todos os critérios de higiene e saúde ditados pelos órgãos sanitários/epidemiológicos municipais, estaduais e federais;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 5659 de 20/07/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"

Art. 2º. ...

I – até o dia 17 de agosto de 2020:

...

III – até dia 17 de agosto de 2020:

...

§4º Excetuam-se das restrições impostas pelas alíneas do inciso III deste artigo:

a) o acesso e a utilização de parques, praças públicas e da pista de atletismo do complexo esportivo, desde que exclusivamente para a prática de atividade física e/ou esportiva de forma individual e observado o distanciamento social e demais regras sanitárias e de saúde durante sua utilização, de modo a evitar aglomeração, permanecendo proibido o uso dos equipamentos esportivos e playgrounds instalados nas praças;

b) a utilização de ambientes privados para atividade esportiva de forma individual e observado o distanciamento social e demais regras sanitárias e de saúde e vinculadas a prática desportiva durante sua utilização, de modo a evitar aglomeração.

...

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), até 17 de agosto de 2020:

...

Art. 9º. Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, até 17 agosto de 2020, as seguintes medidas de restrição visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19:

..."

Art. 2º Ficam mantidas e inalteradas todas as demais condições estabelecidas pelo Decreto nº. 5659 de 20/07/2020 e alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de agosto de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó/SC

ERRATA EXTRATO CONTRATO 91.2020 PMT

Publicação Nº 2599893

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2020 PMT
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa aos interessados que no Extrato do Contrato Administrativo n.º 91/2020 PMT, publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 3224, página 1400, publicação n.º 2594131, houve equívoco na digitação do texto, portanto, aonde se lê "CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA", leia-se "CONTRATADO: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA".

Timbó/SC, 11/08/2020.

Central de Licitações
Município de Timbó

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 165.2019 FMDE

Publicação Nº 2599895

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 165/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Educação.
AUTORIZADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.

OBJETO: Acréscimo de R\$ 120.550,41 (cento e vinte mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos) inferior a 25% do valor original do contrato e que passa a vigor com na monta de R\$ 1.194.680,43 (um milhão, cento e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e quarenta e três centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2020.

MARCIA WITTHOEFT MELLIES
Secretária Municipal de Educação

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 34 2020 PMT

Publicação Nº 2582902

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2020 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado à contratação de serviços de avaliações de imóveis urbanos ou rurais, e avaliações de locações de imóveis no município de timbó, para fins diversos, atendendo as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESA: 3D Engenharia e Arquitetura Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 47.300,00 (quarenta e sete mil e trezentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/05/2021

Timbó, 12/05/2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 59 2019 PMT

Publicação N° 2582911

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 59/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Aquisição de materiais diversos inerentes à construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento dos órgãos e entidades da administração direta e indireta (autarquias e fundações) do Município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: IRMÃOS KREYSSIG LTDA ME, IVO MARIANO NONES ME, ERVIN SCHMIDT & FILHOS LTDA EPP, BERTELLI COM. DE MAT. DE CONSTR. LTDA, SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, 3A MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI – EPP, INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.106.713,31 (dois milhões, cento e seis mil, setecentos e treze reais e trinta e um centavos).

VALIDADE DA ATA: 11/11/2020

Timbó, 12/11/2019
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Timbó Grande

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA 006/2020

Publicação Nº 2600025

ATO DA PRESIDÊNCIA 006/2020

CONSIDERANDO o novo surto da pandemia do COVID19 (Coronavirus), que obrigaram as autoridades públicas a tomarem medidas mais restritivas, com intuito de resguardar a saúde das pessoas;

CONSIDERANDO o Decreto do Governo Municipal de Timbó Grande n.º 249, de 25 de julho de 2020, no qual proíbe reuniões públicas;

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÓ GRANDE, JOCELINO CARDOSO DOS SANTOS, na forma do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º. As reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do mês de agosto de 2020, da Câmara de Vereadores de Timbó Grande, serão realizadas através do PLENÁRIO VIRTUAL, conforme devidamente autorizado e regulamentado pela Resolução 001, de 23 de abril de 2020, 002, de 12 de maio de 2020 e 005, de 14 de julho de 2020.

Art. 2º. Caso haja necessidade de se manter o Plenário Virtual para as reuniões do mês de setembro em diante, desta sessão legislativa de 2020, em razão do vírus COVID/19, será expedido novo ato da Presidência.

Art. 3º. O expediente da Câmara, referente ao atendimento externo, será realizado atendendo as orientações dos órgãos de saúde, bem como, deverá ser organizado, de tal forma que evite aglomeração de pessoas.

Timbó Grande, em 11 de agosto de 2020

JOCELINO CARDOSO DOS SANTOS

Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó Grande

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 13/2020 - FHTB

Publicação Nº 2599046

TERMO DE COLABORAÇÃO nº 13/2020

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TRÊS BARRAS - SC, PARA AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL – AÇÕES DE SAÚDE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA COVID 19.

Pelo presente termo de Termo de Colaboração, que entre si fazem o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, através de seu representante legal, na pessoa do Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e de outro lado a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TRÊS BARRAS, entidade assistencial sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº 83.627.596/0001.81, com sede na João Manoel Sarda, nº 439, Km 02, neste ato representado por seu Presidente Sr. Anderson Stocloski, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 040.780.699-75, portador da CI. nº 4.242.714-SSP-SC, residente e domiciliado na cidade de Três Barras – SC, e que no final chancela o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, doravante denominado de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA BASE LEGAL:

1.1 - Este TERMO DE COLABORAÇÃO encontra-se amparo legal no Disposto na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2001, nas correspondentes leis: Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Federal nº 13.019/2014, Portarias nº 1393 de 21/05/2020 e 1448 de 29/05/2020, do Ministério da Saúde, bem como Portaria GAB/SES nº 246 de 14/04/2020, do Governo do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1 - O presente TERMO DE COLABORAÇÃO, decorrente de dispensa de chamamento público disposto no art. 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014, tem por objeto o apoio financeiro para auxílio emergencial à Fundação Hospitalar de Três Barras – SC, para atuação de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19, para a contratação de prestação de serviços médicos, com escala semipresencial para atendimento na Ala Covid-19 – Leitos Clínicos, para cumprimento das disposições da Portaria GAB/SES nº 246 de 14/04/2020, que determinou a habilitação de 50% dos leitos da FHTB, para tratamento de infecção pelo novo coronavírus, COVID-19, regulados pela Central de Regulação Norte/Nordeste, podendo eles receber pacientes de qualquer município da Macrorregião.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DOS RECURSOS.

3.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL repassará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o valor global de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), a ser repassado em 03(três) parcelas mensais, sendo a primeira até 02 (dois) dias após a assinatura do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUARTA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS:

4.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

5.1 - A prestação de contas dos Recursos financeiros de que a trata o presente Termo de Colaboração, será elaborada de acordo com as normas contábeis, com o prazo até 02/01/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES.

6.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL se compromete a:

- a) Repassar os valores solicitados, existindo disponibilidade orçamentária;
- b) Supervisionar a execução do presente Termo de Colaboração, através da Secretaria Municipal de Saúde;

6.2 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete a:

- a) Utilizar os recursos financeiros deste Termo de Colaboração, em conformidade com a Cláusula Segunda, ou seja, para manutenção e custeio da Entidade;
- b) Apresentar ao Município, até o dia 02/01/2021, a prestação de contas e relatório acerca da aplicação dos recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente TERMO DE COLABORAÇÃO terá validade com início em 03 de agosto de 2020 e término em 02 de janeiro de 2021, prazo máximo para repasse da parcela e prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – O Presente Termo de Colaboração ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas, principalmente pela não prestação de contas, ficando ainda possível a rescisão do TERMO DE COLABORAÇÃO, caso fique apurada irregularidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, quanto ao uso de recursos.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

9.1 - Fica ainda, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, liberado de quaisquer ônus, decorrentes do presente Termo de Colaboração, principalmente de quaisquer encargos sociais, trabalhistas e outros emolumentos, que não, exclusivamente, o repasse dos recursos firmados, salientando que na omissão do Termo de Colaboração, as partes de comum acordo devem resolver a pendência, sempre em benefício do erário Municipal.

9.2 - As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Canoinhas-SC, para dirimir as dúvidas que porventura venham a existir no decorrer do presente Termo de Colaboração.

9.3 - E, por assim estarem, acordados firmam o presente Termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Três Barras - SC, em 03 de agosto de 2020.

Luiz Divonsir Shimoguiri Prefeito Municipal Administração Pública Municipal	Anderson Stocloski Presidente Fundação Hospitalar de Três Barras - SC CNPJ nº 83.627.596/0001.81 Contratado
Dr. Antônio Eduardo Martins Weinfurter Procurador Municipal	
Testemunhas:	
01 – Cristian Roberto Todt	02 – Clayton Fabian Marinho

LEI COMPLEMENTAR Nº 241 DE 04 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2599104

LEI COMPLEMENTAR Nº 0241/2020

Cria gratificação aos condutores de veículos leves, ônibus, van/ambulância, caminhão e tratorista do Município de Três Barras/SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, faço a saber que a Câmara Municipal decretou eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Ficam criadas 10(dez) gratificações no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), aos condutores de veículos leves.

Art. 2º. Ficam criadas 28(vinte e oito) gratificações no valor de R\$ 295,59 (duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos), aos condutores de van/ambulância, caminhão e tratorista.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão às expensas de dotações específicas do Orçamento.

Art. 4º. O enquadramento e regulamentação da presente Lei Complementar se dará por Decreto do Chefe do Executivo.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras-SC, em 04 de março de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal de Três Barras

Anderson Stocloski Advogado

Treviso

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO PROCESSO 26/2020

Publicação Nº 2598740

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO
PROCESSO 26/2020 PREGÃO 20/2020
AVISO DE SUSPENSÃO

Em virtude da necessidade de retificação o edital, decide-se pela suspensão da data de recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preço e habilitação do processo 26/2020, pregão 20/2020. Publique-se. Após a retificação, nova data será agendada.

Treviso, 11 de agosto de 2020

Sebastião Daniel Stangherlin

Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços

AVISO DE SUSPENSÃO PROCESSO 27/2020

Publicação Nº 2598924

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO
PROCESSO 27/2020 PREGÃO 21/2020
AVISO DE SUSPENSÃO

Em virtude da necessidade de retificação do edital, decide-se pela suspensão da data de recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preço e habilitação do processo 27/2020, pregão 21/2020. Publique-se. Após a retificação, nova data será agendada.

Treviso, 11 de agosto de 2020

Lauri Cesconetto

Secretaria Municipal de Agricultura

DECRETO Nº 369/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598781

DECRETO Nº 369/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA A PEDIDO, O SERVIDOR GUILHERME RAMPINELLI DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR EDUCACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido, na data de 10 de agosto de 2020, o servidor GUILHERME RAMPINELLI, do cargo comissionado de ASSESSOR EDUCACIONAL, vinculado ao Departamento de Educação da Secretaria de Educação, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 06 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 12 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 370/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598782

DECRETO Nº 370/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, FRANCIELE LEMOS MARTINELLO, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe com a Lei Municipal nº 804/17, de 09 de janeiro de 2017, e o Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada e nomeada na data de 11 de agosto de 2020, por tempo determinado, FRANCIELE LEMOS MARTINELLO, para exercer as funções do emprego de PROFESSOR, vinculada ao Departamento de Educação da Secretaria de Educação, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação é imprescindível por motivos de aprovação no Processo Seletivo Simplificado 001/2019.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será até 11 de dezembro de 2020, em virtude da substituição da Professora Crislei Getner Nava que pediu demissão.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por esta profissional será de 8 (oito) horas semanais.

Art. 2º. O salário base da empregada acima especificada será de acordo com os valores constantes do Anexo II – Quadro de Empregos Públicos Permanentes do Município constantes da Lei nº 468/07 de 18 de dezembro de 2007, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional às horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 11 de agosto de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 06 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 12 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 420/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598773

PORTARIA Nº 420/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA ELIARA FRANCINE COSTA GOMES.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020, a empregada ELIARA FRANCINE COSTA GOMES, ocupante do emprego de FARMACÊUTICO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Trevisó/SC, 06 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 12 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 421/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598776

PORTARIA Nº 421/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA SETOR DE TRABALHO DO SERVIDOR GILSON CANDIDO DOS SANTOS.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, por tempo indeterminado, a contar de 06 de agosto de 2020, o setor de trabalho do servidor GILSON CANDIDO DOS SANTOS, deixando de exercer suas funções de MOTORISTA I no DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS para exercê-las no DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 06 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 12 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PREGÃO 20/2020

Publicação Nº 2599247

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020

O Município de Treviso, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS nos termos da lei nº 10.520/02, lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial/ Registro de Preço, do tipo menor preço unitário, para futuras contratações de prestação de serviços mecânicos (preventivo e corretivo) Hora/Homem trabalhada, necessários ao completo e perfeito funcionamento das máquinas pesadas e caminhões pertencentes à Secretaria de Viação, Obras e Serviços de Treviso, para os próximos 12 meses, conforme Termo de Referência. A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 25/08/2020 às 08h30, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 08h00min às 12h00 e das 13h00min às 17h00 e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Treviso(SC), 11 de agosto de 2020.

Sebastião Daniel Stangherlin
Secretaria de Obras, Viação e Serviços

Treze de Maio

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 09/2020

Publicação N° 2598716

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE DE MAIO / SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 014/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Treze de Maio, por intermédio do pregoeiro designado, torna público que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, objetivando aquisição parcelada de medicamentos para o programa farmácia básica e medicamentos controlados para abastecimento das unidades de saúde do município. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados até dia 25/08/2020 às 08:00 horas sendo a abertura da seção 1 (uma) hora após este prazo (horário de Brasília). Endereço eletrônico: <https://bllcompras.com>. Edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no site www.trezedemaio.sc.gov.br e <https://bllcompras.com>. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo e-mail: licitacao@trezedemaio.sc.gov.br ou tel. 48 3625 2100.

Treze de Maio, 11 de agosto de 2020.

Volnei Fregnani – Pregoeiro

Treze Tílias

PREFEITURA

RESULTADO PARCIAL SELETIVO 06/2020

Publicação N° 2599283

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 06/2020
RESULTADO PARCIAL POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
PROFESSOR DE HISTÓRIA – 40h

Nº PROTOCOLO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	SOMATÓRIO DE PON- TUAÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÃO
	Olívia da Rocha Borba	1º LUGAR	90	Classificado	-
	Lucas Mariani Correa	2º LUGAR	70	Classificado	-
	Carlos Eduardo Piassini	3º LUGAR	62	Classificado	-
	Sandro José Celeste	4º LUGAR	60	Classificado	-
	Gustavo Grein da Silva	5º LUGAR	60	Classificado	Item 6.2- letra (a)
	Matildes Regina Pizzio Tomasi	6º LUGAR	60	Classificado	Item 6.2- letra (b)
	Patrícia Volk Schatz	7º LUGAR	60	Classificado	-
	Valquiria Pereira da Silva	8º LUGAR	55	Classificado	-
	Alípio Felipe Monteiro dos Santos	9º LUGAR	53	Classificado	-
	Almir Bauler	10º LUGAR	52	Classificado	Item 6.2- letra (a)
	Amanda Cristina Nascimento Luco	11º LUGAR	52	Classificado	-
	Danieli Schlemmer	12º LUGAR	51	Classificado	Item 6.2 - letra (a)
	Cassia Bethania Groes de Souza Barbosa	13º LUGAR	51	Classificado	-
	Luciano Froguel	14º LUGAR	22	Classificado	-
	Edina de Oliveira Pinto	15º LUGAR	21	Classificado	-
	Fabio Nascimento Gomes Lordêlo	16º LUGAR	20	Classificado	Item 6.2 - letra (a)
	Paulo Cesar Alves Lima	17º LUGAR	20	Classificado	Item 6.2 – letra (b)
	Mariani de Freitas da Rosa	18º LUGAR	20	Classificado	-
	Jean Carlo Bulat	-	-	Desclassificado	Item 3.4 – letra (c)
	Luiz Eduardo Pinto Barros	-	-	Desclassificado	Item 3.4 – letra (c)

Treze Tílias, 11 de Agosto de 2020.

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 082/20

Publicação Nº 2598489

DECRETO 082/20 DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRIS (COVID-19), EM ACRÉSCIMO ÀS EM VIGOR, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 52 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde – OMS, pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO os Atos Oficiais na esfera Federal, Estadual e Municipal para distanciamento social de medidas de enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), o Decreto 020/20 de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e nacional, decorrente de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências, a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto 022/20 de 20 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de Trombudo Central, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências, o Decreto 025/20 de 24 de março de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), o Decreto 028/20 de 31 de março de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), o Decreto 030/20 de 31 de março de 2020, Prorroga Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, e dá outras providências o Decreto 031/20 de 13 de abril de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, e dá outras providências e, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, que altera o Decreto nº 525 de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVE (3) para GRAVÍSSIMO (4), mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 04 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020 prevê que "as restrições ao direito de funcionamento de restaurantes, lanchonetes, padarias e similares pelo Poder Público, nas situações excepcionais referidas no caput deste artigo, deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnico embasadores da(s) medida(s) imposta(s)";

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 17.940 de 08 de maio de 2020 que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve o noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

CONSIDERANDO as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções 01, 02, 03 e 04/2020;

CONSIDERANDO o Alerta 052 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 04/08/2020;

CONSIDERANDO a Resolução DIR nº 010/2020, datada de 07 de agosto de 2020, que dispõe sobre as medidas sanitárias preventivas recomendadas para adoção em âmbito Regional, conforme deliberação dos Prefeitos dos Municípios da AMAVI em reunião virtual realizada no dia 07 de agosto de 2020, concomitante homologação pela Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR);

DECRETA:

Art.1º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública e complementação de ações no plano local e regional de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus no âmbito do Município de Trombudo Central:

I – Permanecem suspensas as seguintes atividades:

a) Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;

b) A realização de todo e qualquer evento público e privado, ou prática de eventos culturais, esportivos e recreativos de qualquer natureza amadora ou profissional, que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.) e reuniões do gênero;

c) Circulação de pessoas em via públicas sem o uso adequado de máscaras;

d) A prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

II – Ficam liberadas as seguintes atividades:

a) Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas na Portaria SES Nº 254 de 20 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente observadas as determinações abaixo descritas:

I – A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

II – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

IV – Deverá haver medição de temperatura facial na entrada dos templos religiosos, com a utilização do aparelho Termômetro Infravermelho.

b) Conforme Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias, bares, pubs e similares, ficam reconhecidos como essenciais à população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemias, obedecendo-se as regras, notadamente observadas as determinações abaixo descritas:

I – A lotação máxima autorizada será de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento comercial;

II – fica proibido o consumo de bebida alcoólica nos balcões de atendimento dos estabelecimentos comerciais, podendo o consumo ocorrer em mesas desde que respeitadas as normas sanitárias;

III – Deverá ser respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as mesas, com ocupação recomendada de no máximo 02 (duas) pessoas por mesa;

IV – A comercialização de bebida alcoólica nos estabelecimentos citados, poderá ocorrer todos os dias até as 20h00min, devendo a partir deste horário ser observada a venda somente no sistema Delivery.

Art. 2º Fica estabelecido o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, adquiridas em estabelecimentos próprios ou produzidas de forma caseira, respeitado o disposto no art. 2º da Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020, por todas as pessoas, para circulação, acesso e permanência nos locais públicos ou privados do Município de Trombudo Central, por qualquer meio, e ainda, para o desenvolvimento de todas as atividades públicas ou privadas, bem como utilização de álcool 70% (setenta por cento) e álcool gel para higienização pessoal e dos instrumentos de trabalho.

§ 1º Será obrigatório o uso de máscaras de proteção facial;

§ 2º Os estabelecimentos privados, em relação aos seus colaboradores, e os órgãos públicos, em relação aos seus servidores e aqueles assim equiparados, são responsáveis pelo fornecimento das máscaras de proteção e álcool 70% (setenta por cento) e álcool gel, devendo providenciar a substituição de acordo com as normas sanitárias respectivas.

§ 3º Os estabelecimentos públicos e privados, são responsáveis pelo fornecimento do álcool 70% (setenta por cento) e álcool gel, para higienização na entrada/saída dos locais, devendo providenciar a substituição de acordo com as normas sanitárias respectivas.

§ 4º A forma de uso, limpeza e descarte das máscaras deverão seguir as Normas Técnicas editadas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art. 3º Os estabelecimentos públicos e privados deverão, obrigatoriamente, limitar a entrada de 01 (uma) pessoa por entidade familiar, preferencialmente fora do grupo de risco.

§ Únicoº Recomenda-se para os estabelecimentos citados no caput, permitir a entrada conjunta de um acompanhante somente quando tratar de idosos, pessoas com dificuldade motora ou absoluta impossibilidade de presença desacompanhada.

Art. 4º Os estabelecimentos privados e os órgãos públicos são responsáveis por fazer cumprir o previsto nos artigos 2º e 3º, em relação às pessoas que adentrarem, permanecerem ou que estejam desenvolvendo suas atividades no interior dos referidos recintos.

Art. 5º A obrigação prevista nos artigos 2º e 3º também se aplica às pessoas não residentes no Município de Trombudo Central, mas que,

por qualquer motivo, estejam circulando em seu território, exceto se apenas de passagem, sem realizar parada em qualquer local.

Art. 6º Fica recomendado aos munícipes que não realizem nem permaneçam em aglomerações de pessoas, nos espaços públicos, tais como praças, parques, calçadas, templos religiosos, espaços esportivos e assemelhados, sendo aceitáveis, apenas, as movimentações de natureza transitória.

Art. 7º Constituem agentes de fiscalização ao cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto o Fiscal de Obras e Posturas, o Fiscal de Tributos, o Coordenador de Defesa Civil, bem como os agentes do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar, Polícia Civil da Comarca de Trombudo Central, lhes cabendo a tomada das providências necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 8º O descumprimento das obrigações previstas nos artigos 1º, 2º e 3º deste decreto, caracteriza infração, nos moldes do art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 643, de 02 de dezembro de 1986, sendo aplicado, ao estabelecimento privado infrator ou à repartição pública infratora, pena de multa, na graduação abaixo, bem como, seu proprietário (estabelecimento privado) ou seu responsável (repartição pública) devendo inclusive ser responsabilizado na esfera penal.

I – Multa no valor correspondente à 5 UFM, aos estabelecimentos que descumprirem as obrigações previstas nos Arts. 1º, 2º e 3º.

II – Multa no valor correspondente à 1 UFM por pessoa, aos responsáveis que descumprirem as obrigações previstas no Art. 1º, inciso I, alíneas “a”, “b” e “d”, e, inciso II, alíneas “a” e “b”.

III – Multa no valor correspondente à 0,5 UFM por pessoa, aos responsáveis que descumprirem as obrigações previstas no Art. 1º, inciso I, alínea “c”.

§ 1º Em caso de reincidência nas infrações prevista no inciso I, II e III do caput deste artigo, a multa será de 100% do estabelecido nos incisos I, II e III.

§ 2º As penalidades previstas no inciso I, II e III e parágrafo 1º do caput desse artigo, permanecem em vigor desde a data de 15 de julho de 2020.

Art. 9º As multas serão aplicadas/processadas pelo departamento de tributação/fiscalização conforme determina o Código de Posturas Municipal e Código Tributário Municipal.

Art. 10. O presente Decreto poderá sofrer alterações, conforme deliberações por instâncias superiores, necessárias no enfrentamento e contenção da propagação do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar de 11 de agosto de 2020, ficando revogado o Decreto 071/20 de 10 de julho de 2020 e Decreto 072/20 de 23 de julho de 2020, revogando-se demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de agosto de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

REABERTURA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMTC Nº 22/2020

Publicação Nº 2599532

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
REABERTURA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMTC Nº 22/2020

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar a reabertura da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMTC Nº 22/2020, a ser executada na Forma de Execução Indireta, Tipo Menor Preço em Regime de Empreitada por preço Global, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONCLUSÃO DA OBRA DA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 28 de Agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (47) 3544 0271 – Setor de Licitações.

Trombudo Central, 12 de Agosto de 2020.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

Turvo**PREFEITURA****DECRETO 55/2020**

Publicação Nº 2598872

DECRETO Nº 055/20, de 07 de Agosto de 2020.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.390/19 (Lei Orçamentária Anual), de 03.12.2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 2.530.000,00 (dois milhões e quinhentos e trinta mil reais), assim classificados:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.182.0056.2.030 – Manutenção e Funcionamento do Funrebom

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (018) – Aplicações Diretas R\$ 615.000,00

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação Passeio Público e Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (073) – Aplicações Diretas R\$ 212.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (074) – Aplicações Diretas R\$ 456.000,00

15.452.0055.1.021 – Vias Rurais Pavimentação Passeio e Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (072) – Aplicações Diretas R\$ 391.000,00

26.782.0044.2.019 – Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (080) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (083) – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.608.0030.2.020 – Manutenção do Parque Exp. Iris Olivo/Realização Festa Colono

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (109) – Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

27.812.0015.1.022 – Construção de Praça para Esportes

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (117) – Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0024 por excesso de arrecadação do convênio 845333/2017 no valor de R\$ 212.000,00 e da fonte de recursos 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.318.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 07 de agosto de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 200/2020

Publicação N° 2598871

PORTARIA N° 200/20, de 10 de Agosto de 2020.

REDUZ A PEDIDO CARGA HORÁRIA DE MÉDICO, NOMEADA EM CARATER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com o art. 35 § 7º da Lei nº 1.154/93 de 11 de Dezembro de 1993,

RESOLVE

Art. 1º - Reduzir a pedido, carga horária do Servidor abaixo relacionado, exercendo a função pública de Médico, nomeado através do Processo Seletivo N° 002-2019 SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, de 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR CPF

4409 Barbara Pereira Titoni 089.879.159-64

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de agosto de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti - Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 43/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Publicação Nº 2598848

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 43/2020

Edital: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 02/2020

Tipo: Menor Preço/por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO TIPO VAN, EM ATENDIMENTO A EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 728/2020 PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE- SC, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:00 horas do dia 27 de agosto de 2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08:01 horas do dia 27 de agosto de 2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 27 de agosto de 2020.

As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital estará disponível nas páginas www.uniaodoeste.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

União do Oeste - SC, 11 de agosto de 2020.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2597/2020

Publicação Nº 2599931

DECRETO Nº 2597/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici/SC, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 50, IV da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO, a edição da Portaria SES-464 de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate a COVID19 e da Portaria SES-465 de 06 de julho de 2020, que autoriza os eventos públicos na modalidade drive in (cinema, shows, apresentações teatrais e musicais) no Estado de Santa Catarina, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus, em complementação a ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (Covid-19), e outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado os seguintes horários de funcionamento dos estabelecimentos e requisitos para funcionamento conforme tabela abaixo:

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E NÃO COMERCIAIS				
E				
REQUISITOS PARA FUNCIONAMENTO				
ATÉ 31/08/2020				
GRUPO 1				
ESTABELECIMENTOS	LIMITE DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO	HORÁRIO FUNC. SEGUNDA A SABADO	HORÁRIO FUNC. DOMINGO	DISTANCIAMENTO ENTRE PESSOAS
SUPERMERCADOS	25	NORMAL		1,5 METRO
MERCADOS	05			
MERCEARIAS/ CONJUGADOS				
AÇOUGUES				
VERDUREIRAS				
PADARIAS	05			
CONFEITARIAS				
COMERCIO EM GERAL				
LOJAS DE CONVENIÊNCIA POSTOS DE GASOLINA	50% DA CAPACIDADE TOTAL			
OS ESTABELECIMENTOS DO GRUPO 1:				
<div>- DEVERÃO ORGANIZAR O CONTROLE DAS FILAS;</div> <div>- DEVERÃO CONTROLAR O FLUXO DE PESSOAS;</div> <div>- DEVERÃO UTILIZAR LUVAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS;</div> <div>- DEVERÃO PROVIDENCIAR A HIGIENIZAÇÃO DAS SUPERFÍCIES;</div> <div>- DEVERÃO EVITAR O INGRESSO DE CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS;</div> <div>- DEVERÃO PROVIDENCIAR PLACA OU CARTAZ A SER AFIXADO EM LUGAR DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO PELOS CLIENTES INDICANDO A CAPACIDADE MÁXIMA DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO DE ACORDO COM OS LIMITES ESTABELECIDOS POR ESTE DECRETO;</div> <div>- DEVERÃO INFORMAR QUE O ESTABELECIMENTO DISPONIBILIZA ÁLCOOL 70% PARA UTILIZAÇÃO PELOS CLIENTES.</div>				
GRUPO 2				
ESTABELECIMENTOS	LIMITE DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO	HORÁRIO FUNC. SEGUNDA A SABADO	HORÁRIO FUNC. DOMINGO	DISTANCIAMENTO ENTRE PESSOAS

RESTAURANTES	50% DA CAPACIDADE TOTAL	NORMAL ATÉ ÀS 23 HORAS.	1,5 METRO
PIZZARIAS			
LANCHONETES			
BARES			
PUB'S			

OS ESTABELECIMENTOS DO GRUPO 2:

- RESTURANTES, PIZZARIAS E LANCHONETES PODERÃO PERMITIR O ACESSO DE PÚBLICO SOMENTE ATÉ ÀS 22 HORAS, PODENDO PERMANECER NO ESTABELECIMENTO ATÉ NO MÁXIMO ÀS 23 HORAS;
- BARES E PUB'S PODERÃO PERMITIR O ACESSO DE PÚBLICO SOMENTE ATÉ ÀS 22 HORAS, PODENDO PERMANECER NO ESTABELECIMENTO ATÉ NO MÁXIMO ÀS 23 HORAS;
- PODERÃO AFERIR A TEMPERATURA DOS CLIENTES (RECOMENDAÇÃO);
- PODERÃO REALIZAR CONTROLE DE ENTRADA ONDE O CLIENTE SERÁ CONDUZIDO A MESA VISANDO MANTER O DISTÂNCIAMENTO DE 1,5 METRO ENTRE GRUPOS DE CLIENTES (RECOMENDAÇÃO);
- DEVERÃO UTILIZAR LUVAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS.
- DEVERÃO PROVIDENCIAR PLACA OU CARTAZ A SER AFIXADO EM LUGAR DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO PELOS CLIENTES INDICANDO A CAPACIDADE MÁXIMA DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO DE ACORDO COM OS LIMITES ESTABELECIDOS POR ESTE DECRETO;
- DEVERÃO INFORMAR QUE O ESTABELECIMENTO DISPONIBILIZA ÁLCOOL 70% PARA UTILIZAÇÃO PELOS CLIENTES.

GRUPO 3

ESTABELECIMENTOS	LIMITE DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO	HORÁRIO FUNC. SEGUNDA A SABADO	HORÁRIO FUNC. DOMINGO	DISTÂNCIAMENTO ENTRE PESSOAS
ACADEMIAS	30% DA CAPACIDADE TOTAL	NORMAL		1,5 METRO
ESTÚDIOS DE PILATES				
DANÇAS E CONGÊNERES				

OS ESTABELECIMENTOS DO GRUPO 3:

- DEVERÃO PROVIDENCIAR PLACA OU CARTAZ A SER AFIXADO EM LUGAR DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO PELOS CLIENTES INDICANDO A CAPACIDADE MÁXIMA DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO DE ACORDO COM OS LIMITES ESTABELECIDOS POR ESTE DECRETO;
- DEVERÃO INFORMAR QUE O ESTABELECIMENTO DISPONIBILIZA ÁLCOOL 70% PARA UTILIZAÇÃO PELOS CLIENTES.

GRUPO 4

ESTABELECIMENTOS	LIMITE DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO	HORÁRIO FUNC. SEGUNDA A SABADO	HORÁRIO FUNC. DOMINGO	DISTÂNCIAMENTO ENTRE PESSOAS
POUSADAS	50% DA CAPACIDADE TOTAL	NORMAL		1,5 METRO
HOSTELS				
ALBERGUES				
POUSADAS ALTERNATIVAS				
CASAS DE TEMPORADA				

OS ESTABELECIMENTOS DO GRUPO 4:

- PODERÃO AFERIR A TEMPERATURA DOS CLIENTES ANTES DE FAZER O CHECK IN (RECOMENDAÇÃO);
- ENCAMINHAR AO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AS PESSOAS CUJA TEMPERATURA FOR AFERIDA ACIMA DE 37,7 GRAUS CELSIUS (RECOMENDAÇÃO);
- SOMENTE PODERÃO VOLTAR A FUNCIONAR OS ESTABELECIMENTOS QUE POSSUÍREM ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO VÁLIDO.

ESTABELECIMENTOS	LIMITE DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO	HORÁRIO FUNC. SEGUNDA A SABADO	HORÁRIO FUNC. DOMINGO	DISTÂNCIAMENTO ENTRE PESSOAS
PONTOS TURÍSTICOS	50% DA CAPACIDADE TOTAL	NORMAL		1,5 METRO

OS PROPRIETÁRIOS DOS PONTOS TURÍSTICOS:

- DEVERÃO ORGANIZAR O CONTROLE DAS FILAS;
- DEVERÃO CONTROLAR O FLUXO DE PESSOAS;
- DEVERÃO CONTROLAR AS SUAS VAGAS DE ESTACIONAMENTO;
- DEVERÃO PROVIDENCIAR A HIGIENIZAÇÃO DAS SUPERFÍCIES;
- AFERIR A TEMPERATURA DOS CLIENTES (RECOMENDAÇÃO);
- ENCAMINHAR AO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AS PESSOAS CUJA TEMPERATURA FOR AFERIDA ACIMA DE 37,7 GRAUS CELSIUS (RECOMENDAÇÃO).
- DEVERÃO PROVIDENCIAR PLACA OU CARTAZ A SER AFIXADO EM LUGAR DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO PELOS CLIENTES INDICANDO A CAPACIDADE MÁXIMA DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO DE ACORDO COM OS LIMITES ESTABELECIDOS POR ESTE DECRETO;
- DEVERÃO INFORMAR QUE O ESTABELECIMENTO DISPONIBILIZA ÁLCOOL 70% PARA UTILIZAÇÃO PELOS CLIENTES.

ESTABELECIMENTOS	LIMITE DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO	HORÁRIO FUNC. SEGUNDA A SABADO	HORÁRIO FUNC. DOMINGO	DISTANCIAMENTO ENTRE PESSOAS
BANCOS	40% DA CAPACIDADE TOTAL (RECOMENDAÇÃO)	NORMAL		1,5 METRO
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				

OS BANCOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

- PODERÃO AFERIR A TEMPERATURA DOS CLIENTES (RECOMENDAÇÃO);
- AUTORIZARÃO APENAS 01 (UMA) PESSOA POR FAMÍLIA DEVENDO-SE EVITAR O INGRESSO DE CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS (RECOMENDAÇÃO).

ESTABELECIMENTOS	LIMITE DE PESSOAS NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO	HORÁRIO FUNC. SEGUNDA A SABADO	HORÁRIO FUNC. DOMINGO	DISTANCIAMENTO ENTRE PESSOAS
IGREJAS	40% DA CAPACIDADE TOTAL	NORMAL		1,5 METRO
TEMPLOS RELIGIOSOS E AFINS				

AS IGREJAS, TEMPLOS RELIGIOSOS E AFINS:

- DEVERÃO PROIBIR O ACESSO DE PESSOAS COM MAIS DE 60 (SESSENTA) ANOS;
- DEVERÃO ORGANIZAR OS LUGARES DE ASSENTO DE FORMA ALTERNADA ENTRE AS FILEIRAS DE BANCOS, DEVENDO ESTAR BLOQUEADOS DE FORMA FÍSICA AQUELES QUE NÃO PUDEREM SER OCUPADO;

Art. 2º Todos os estabelecimentos mencionados no artigo anterior deverão observar rigorosamente as regras contidas nas normativas em vigor editadas pelo Estado de Santa Catarina e autoridades sanitárias, em especial:

I – O uso obrigatório de máscara;

II – Disponibilizar solução alcoólica 70%, para utilização, quando da entrada e saída do(s) usuário(s);

III – Outras orientações expedidas pelas autoridades sanitárias.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo, poderá sujeitar ao proprietário do estabelecimento a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 3º Liberado a partir desta data no território do município, a circulação de veículos de transporte turísticos de passageiros privados, bem como o de veículos de transporte de pessoas, considerando a capacidade de 50% (a não ser que sejam pessoas de uma mesma família), levando-se em consideração, todos os protocolos referentes a esta atividade.

Art. 4º Liberado a partir desta data no território do município, a atividade dos profissionais autônomos que atuam como Guia de Turismo, desde que sigam todo os protocolos referentes a atividade.

Art. 5º Ficam suspensas até 31 de agosto de 2020 no âmbito do Município:

I – Eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes, assim como os eventos e as competições esportivas da iniciativa privada, de acordo com o previsto no Decreto Estadual 719/2020;

II – As atividades em casas noturnas bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público, de acordo com o previsto no Decreto Estadual 719/2020;

III – As cirurgias eletivas no Hospital São José de Urubici;

IV – Os agendamentos de consultas nas Unidades Básicas de Saúde.

Parágrafo único. Os atendimentos das Unidades Básicas de Saúde serão por demanda espontânea das pessoas que buscarem o serviço, através da análise de classificação de risco.

Art. 6º Amplia o prazo de aceitação pelo Município, de prescrições para medicamento de uso contínuo, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de 06 meses para 12 meses.

Art. 7º Permanecem suspensas no Município, por tempo indeterminado as aulas nos Centros de Educação Infantis Municipais (CEIMs) e Escolas Municipais de Educação Básica.

Art. 8º Os estabelecimentos do GRUPO 4 mencionados na tabela do art. 1º serão amplamente fiscalizados pelo Setor de Tributos municipal a fim de verificar se possuem o Alvará de Funcionamento válido.

Art. 9º É obrigatório:

I – O distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas em qualquer ambiente;

II – O uso de máscara de proteção pela população em todo o território do Município de Urubici.

Parágrafo único. Observadas as regras vigentes de obrigatoriedade de uso de solução alcohólica 70% quando da entrada e saída de estabelecimentos, transporte público, taxi e/ou aplicativo, é recomendável sempre que possível a higienização das mãos, em especial quando houver necessidade de contato com outras pessoas, de deslocamento em vias públicas, ou de outra medida que interrompa, provisoriamente, o isolamento social;

Art. 10º A utilização de máscaras de proteção não importará em prejuízo à observância das demais recomendações profiláticas e de isolamento social expedidas pelas autoridades públicas.

Art. 11º Fica proibido, por tempo indeterminado, a realização e/ou permanência em aglomerações de pessoas, nos espaços públicos, tais como praças, parques e assemelhados, sendo aceitáveis, apenas, as movimentações de natureza transitória.

Art. 12º Os pacientes da rede pública e/ou privada que eventualmente descumprirem as medidas de isolamento impostas pela central de monitoramento da Secretaria Municipal de Saúde estarão sujeitos as penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 13º É obrigatória a notificação à autoridade sanitária local, pelos médicos e/ou responsáveis por estabelecimentos públicos e particulares de saúde no exercício da profissão, a ocorrência de fato comprovado ou presumível de Coronavírus (COVID-19), conforme previsão contida no artigo 8º da Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput constitui infração sanitária e sujeitará ao infrator às penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 14º Ficam estabelecidas, em todo o território do Município, as seguintes medidas de restrição a serem observadas pelas organizações públicas e privadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 em ambientes de trabalho:

I – Distanciamento social:

- a) a organização deve adotar medidas para aumentar o distanciamento e evitar o contato pessoal entre trabalhadores e entre esses e o público externo;
- b) deve ser mantida distância mínima de 1,5 metro entre os trabalhadores e entre os trabalhadores e o público;
- c) a organização deve priorizar agendamentos de horários de atendimento para evitar aglomerações e para distribuir o fluxo de pessoas;
- d) a organização deve priorizar medidas para distribuir a força de trabalho ao longo do dia, evitando concentrações nos ambientes de trabalho;
- e) a organização deve promover teletrabalho ou trabalho remoto, sempre que possível;
- f) devem ser evitadas reuniões presenciais e, quando indispensáveis, manter o distanciamento de 1,5 metro entre os trabalhadores.

II – Trabalhadores idosos ou do grupo de risco:

- a) devem receber atenção especial, priorizando-se sua permanência na residência em teletrabalho ou trabalho remoto ou, ainda, em atividade ou local que reduza o contato com outros trabalhadores e o público, quando possível;
- b) não sendo possível a permanência na residência ou trabalho remoto, deve ser priorizado trabalho em local arejado e higienizado ao fim de cada turno de trabalho.

Art. 15º As instituições de longa permanência para idosos e congêneres devem proibir as visitas externas, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios.

Art. 16º Recomenda-se que os velórios sejam restritos aos familiares.

Art. 17º Ficarão sujeitos as sanções previstas na legislação municipal (código de posturas), o responsável pelo imóvel residencial onde for constatada aglomeração de pessoas, vedadas por este Decreto.

Art. 18º O descumprimento do disposto neste Decreto poderá ensejar a penalidade prevista no art. 268 do Código Penal (infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa), passível de detenção e multa.

Parágrafo único. Sem prejuízo do contido no caput, os estabelecimentos que não cumprirem com as condições de posturas e sanitárias deste Decreto, serão interditados por um período de 01 (um) dia sendo que cada reincidência o período de interdição será dobrado sucessivamente.

Art. 19º Caberá as autoridades de saúde, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, a qual terá autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos/serviços estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 20º Este decreto não revoga outras normas sanitárias vigentes que se apliquem ao combate a pandemia de COVID-19.

Art. 21º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2596/2020.

Urubici/SC, em 11 de agosto de 2020.

Antônio Zilli
Prefeito Municipal

EXTRATO HABILITAÇÃO TP 005/2020

Publicação Nº 2599118

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 019/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020
RESULTADO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de um pátio coberto e uma caixa de areia no Centro de Educação Infantil Ana Rodrigues Corrêa, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do edital. Empresas Habilitadas: Base Pré Fabricados Ltda ME e Aguas Brancas Construções Eireli ME. Abre-se prazo legal para recurso. Cumpridas as formalidades, publique-se o resultado, para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli - Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 109/2020

Publicação N° 2598689

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato: 109/2020
Processo de Licitação: 57/2019
Tomada de Preço: 11/2019
Data de Assinatura: 10/08/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MR ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA
CPNJ/CPF: 27.887.077/0001-81
Objeto: Execução de obra de construção de campos de futebol, com o fornecimento de materiais e mão de obra, no município de Urussanga/SC.
Valor Global: R\$ 128.378,24

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA N° 02/2020

Publicação N° 2599269

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA N° 02/2020
Processo de Licitação: 96/2019
Pregão Presencial: 65/2019
Contratado: AUTO POSTO NOVA BELLUNO EIRELI
CNPJ: 21.731.593/0001-36
Data de Assinatura: 11/08/2020
Do apostilamento: fica equilibrado o item 03 da Ata nº 02/2020, o seguinte valor:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
03	ÓLEO DIESEL S10	L	R\$ 2,99	R\$ 3,19

Luis Gustavo Cancellier
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 047/2020 PR 020/2020

Publicação Nº 2599094

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços, objetivando futura e eventual Aquisição de Pedra Brita irregular, tipo Bica Corrida e Granilha de Pedra para uso em serviços da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, durante a vigência da Ata.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega das Propostas de Preço e Documentos de Habilitação: Até às 09h00min do dia 26 de agosto de 2020.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 26 de agosto de 2020 às 09h00min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 11 de Agosto de 2020.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO 17.499/2020

Publicação Nº 2599303

DECRETO Nº 17.499/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.830/2020 de 10 de agosto de 2020.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira - VISAN, crédito adicional no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

22 – Videira Saneamento - VISAN	
01 – Videira Saneamento - VISAN	
2.079 – Gestão Administrativa - Visan	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0304 – Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
22 – Videira Saneamento - VISAN	
01 – Videira Saneamento - VISAN	
2.080 – Abastecimento Público de Água	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0304 – Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	R\$ 500.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso de arrecadação de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2020 - PMV

Publicação Nº 2598531

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "AUTO MECANICA GERAL LTDA" PARA REALIZAÇÃO DA REVISÃO OBRIGATÓRIA DOS 30.000 KM DO VEÍCULO CHEVROLET SPIN PLACA QIR 2218 PERTECENTE A FROTA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE VIDEIRA-SC.

CONTRATADA AUTO MECANICA GERAL LTDA

VALOR: R\$ 816,59 (oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e nove centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 11 de agosto de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2020 - PMV

Publicação Nº 2599123

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2020

OBJETO: PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL DENOMINADO "FEIRA LIVRE - BOX 5", NO ARMAZÉM ARAUCÁRIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 - PMV, O QUAL HABILITOU E CREDENCIOU O PRODUTOR RURAL DELIR FIORELLI PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO POR PESSOA FÍSICA (PRODUTOR RURAL).

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT, da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 11 de agosto de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2020 - PMV

Publicação Nº 2599124

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2020

OBJETO: PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL DENOMINADO "FEIRA LIVRE - BOX 6", NO ARMAZÉM ARAUCÁRIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 - PMV, O QUAL HABILITOU E CREDENCIOU O PRODUTOR RURAL EVERTON BALZAN PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO POR PESSOA FÍSICA (PRODUTOR RURAL).

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT, da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 11 de agosto de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

LEI 3.830/2020

Publicação Nº 2599336

LEI Nº 3.830/20, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira - VISAN, crédito adicional no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

22 – Videira Saneamento - VISAN	
01 – Videira Saneamento - VISAN	
2.079 – Gestão Administrativa - Visan	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0304 – Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
22 – Videira Saneamento - VISAN	
01 – Videira Saneamento - VISAN	
2.080 – Abastecimento Público de Água	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0304 – Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	R\$ 500.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso de arrecadação de 2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino
Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI 3.831/2020

Publicação Nº 2599323

LEI Nº 3.831/20, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre permissão de uso de bens públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a outorgar permissão de uso dos seguintes bens públicos Municipais:

I - Aeroporto Municipal Ângelo Ponzoni:

- a) Sala 01 com área de 10,44 m² para serviço de abastecimento de aeronaves;
- b) Área de 113 m² para tanques de combustível para aeronaves;
- c) Área de 31 m² para bombas de abastecimento de aeronaves.

II – Antiga Estação Ferroviária

- a) Área de 243,58 m² (cozinha, bar, mezanino, banheiros, buffet e restaurante) para restaurante/bar;
- b) Sala 01 com área de 50,44 m² (sala, depósito e banheiro), para uso comercial;
- c) Sala 02 com área de 110,26 m² (sala, produção, depósitos e banheiro), para uso comercial.

III - Terminal Rodoviário Irio Zardo

- a) Sala nº 01 com 16,90 m² para uso comercial;
- b) Sala nº 02 com 16,90 m² para uso comercial;
- c) Sala nº 03 com 16,90 m² para uso comercial;
- d) Sala nº 04 com 16,90 m² para uso comercial;
- e) Sala nº 05 com 16,90 m² para uso comercial;
- f) Sala nº 06 com 16,90 m² para uso comercial;
- g) Sala nº 01 com 17,55 m² para venda de passagens;
- h) Sala nº 02 com 17,55 m² para venda de passagens;
- i) Sala nº 03 com 17,55 m² para venda de passagens;
- j) Sala nº 04 com 17,55 m² para venda de passagens;
- k) Sala nº 05 com 17,55 m² para venda de passagens;
- l) Sala nº 06 com 17,55 m² para venda de passagens;
- m) Sala nº 07 com 259,44m² para restaurante/lanchonete.

IV - No Armazém Araucária:

- a) Uma sala com aproximadamente 43,14m², para venda de produtos de artesanato;
- b) Uma sala com aproximadamente 40,09m², para venda de produtos coloniais produzidos no Município;
- c) Uma sala com aproximadamente 26,59m², para venda de vinhos e bebidas produzidas no Município;
- d) Uma sala com aproximadamente 16,55m² e área de deck de aproximadamente 83,75m², para exploração de restaurante;
- e) Uma sala com aproximadamente 19,78m² e área de deck de aproximadamente 48,63m², para exploração de cafeteria e afins.

V - Terminal Urbano Waldemar Klein-bing – Casa do Cidadão Antônia Barros

- a) Sala 1 com área de 31,77 m² para lanchonete;
- b) Sala 2 com área de 15,46 m², para serviço público ou uso comercial;
- c) Sala 3 com área de 58,36 m², para serviço público ou uso comercial;
- d) Sala 4 com área de 37,93 m², para serviço público ou uso comercial;
- e) Sala 5 com área de 15,84 m², para serviço público ou uso comercial;
- f) Sala 6 com área de 15,91 m², para serviço público ou uso comercial;
- g) Sala 7 com área de 15,91 m², para serviço público ou uso comercial;
- h) Sala 8 com área de 47,30 m², para serviço público ou uso comercial.

VI - Terminal Urbano Waldemar Klein-bing – Mercado Popular (camelódromo):

- a) Box 01 – sala com 9,00 m² ;

- b) Box 02 – sala com 9,00 m²;
- c) Box 03 – sala com 9,00 m²;
- d) Box 04 – sala com 9,00 m²;
- e) Box 05 – sala com 9,00 m²;
- f) Box 06 – sala com 9,00 m²;
- g) Box 07 – sala com 9,00 m²;
- h) Box 08 – sala com 9,00 m²;
- i) Box 09 – sala com 9,00 m²;
- j) Box 10 – sala com 9,00 m²;

VII - Casa do Telégrafo

- a) Casa do telégrafo 19,44 m², para fins turísticos.

VIII - Centro Poliesportivo Sérgio Marafon:

- a) Área para Bar e Lanchonete, com 60,00 m².

IX - Cidade da Criança

- a) Área para Bar e Lanchonete com 156,05 m², com copa, depósito, WC e pátio coberto.

X - Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm

- a) Área para Bar e Lanchonete com 32,76 m².

XI - Estádio Municipal Luiz Leoni

- a) Área para Bar e Lanchonete com 60,00 m².

XII - Ginásio Municipal do Bairro Rio das Pedras

- a) Sala para Bar e Lanchonete com 32,80 m².

XIII - No Ginásio Municipal do Bairro Amarante

- a) Sala para Bar e Lanchonete com 15,53 m².

XIV - No Parque Linear Rio do Peixe - Praça do Lazer:

- a) Área para Lanchonete com 134,15 m², sendo 37,87 m² de áreas cobertas fechadas, e 96,28 m² de área coberta aberta (marquises e pergolado).

XV - Balneário do XV situado na Linha XV

- a) Área rural com 9.250 m² com edificação de 155 m²;
- b) Área rural com 13.000 m².

Art. 2º As permissões de uso de que tratam a presente Lei serão precedidas de processo licitatório, nos termos da Lei nº 8.666/93, ressalvados os casos em que sejam inexigíveis ou dispensáveis.

§1º As permissões de uso poderão ser a título gratuito ou oneroso de acordo com o atendimento ao interesse público.

§2º As permissões de uso dar-se-ão a título precário, podendo a qualquer tempo serem revogadas pelo Município por interesse público ou por descumprimento de sua finalidade, bem como, em razão da necessidade de mudança da destinação do local.

Art. 3º O prazo máximo de outorga das permissões de uso será de até 5 (cinco) anos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis nº 730/00, 2256/09 e 2455/10.

Videira, 10 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0517/2020

Publicação Nº 2599315

PORTARIA nº 0517/2020

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JOÃO PAULO BORSATTI MOREIRA DOS SANTOS, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Transporte e Merenda Escolar, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de agosto de 2020.

Videira, 10 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020 - FMS

Publicação Nº 2598823

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020 – FMS
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 13/2020 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REPAROS E FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 12/08/2020 a partir das 08h00min até o dia 01/09/2020 às 13h59min. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 01/09/2020 às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de agosto de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

REGIMENTO INTERNO - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CENTRO DE INOVAÇÃO VIDEIRA

Publicação Nº 2598662

REGIMENTO INTERNO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE INOVAÇÃO VIDEIRA – DANTE MARTORANO

CAPÍTULO I – DO OBJETO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 1º - O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho de Administração do Centro de Inovação Videira – Dante Martorano, com sede na SC 135, s/nº, Anexo ao terminal Rodoviário Irio Zardo, observadas as disposições da Lei Nº 3.780/2020 que cria o Centro de Inovação Videira e dá outras providências.

CAPÍTULO II – DA MISSÃO

Art. 2º - O Conselho de Administração tem como missão zelar pela observância dos preceitos da Lei Nº 3.780/2020, pela implantação efetiva e pela eficiência operacional, bem como zelar pela manutenção de seus princípios e da integridade das áreas públicas nele contidas.

CAPÍTULO III – DO OBJETIVO

Art. 3º - O Conselho de Administração tem caráter deliberativo e deve estabelecer a orientação geral das ações desenvolvidas pelo Centro de Inovação Videira e decidir sobre questões estratégicas.

CAPÍTULO IV – DA COMPOSIÇÃO, DO MANDATO E DA INVESTIDURA

Art. 4º - O Conselho de Administração é composto por 11 membros, denominados Conselheiros, todos com mandato de 2 anos, permitida a recondução por uma única vez.

Parágrafo único - Os conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, bem como as instituições, entidades e órgãos por eles representadas serão nomeados por Decreto de acordo com a Lei Nº 3.780/2020.

Art. 5º - São condições para a posse que o Conselheiro:

I. forneça declaração e/ou ofício da instituição, entidade ou órgão atestando a representatividade do mesmo;

II. assine a ata da reunião de posse.

III.

CAPÍTULO V – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º - São atribuições do Conselho de Administração:

I. servir de agente articulador entre as empresas instaladas no Centro de Inovação Videira, a gestão do Centro de Inovação Videira, a tríplice hélice e a comunidade;

II. deliberar sobre os planos e programas, anuais e plurianuais, normas, critérios e outras propostas julgadas necessárias ou úteis à gestão do Centro de Inovação Videira;

III. deliberar sobre a locação de espaços físicos disponíveis no Centro de Inovação Videira para a instalação de empresas;

IV. deliberar sobre os trâmites de inclusão de empreendimentos e uso dos espaços físicos do Centro de Inovação Videira mediante editais específicos;

V. constituir comitês, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;

VI. avaliar, formalmente, os resultados de desempenho do Centro de Inovação Videira e do próprio Conselho de Administração;

VII. por qualquer de seus membros, fiscalizar a gestão do Centro de Inovação Videira, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos, obtendo cópias sempre que assim achar necessário;

VIII. outras atribuições definidas na Lei 3.780/2020.

CAPÍTULO VI – DOS DEVERES

Art. 7º - É dever de todo Conselheiro:

I. comparecer às reuniões do Conselho de Administração previamente preparado, com o exame dos documentos postos à disposição e delas participar ativa e diligentemente;

II. justificar a ausência da reunião do Conselho de Administração, sendo de responsabilidade do titular da instituição, entidade ou órgão que representa convocar o suplente imediato;

III. manter sigilo sobre toda e qualquer informação do Centro de Inovação Videira a que tiver acesso em razão do exercício da função;

IV. declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o do Centro de Inovação Videira quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto; e

V. zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pelo Centro de Inovação Videira e do cumprimento da Lei Nº 3.780/2020.

CAPÍTULO VII – DO PRESIDENTE

Art. 8º - O presidente do Conselho tem as seguintes atribuições:

I. assegurar a eficácia e o bom desempenho do Conselho de Administração;

II. organizar e coordenar, com a colaboração do Coordenador Executivo do Conselho de Administração, a pauta das reuniões;

III. assegurar que os Conselheiros recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da pauta das reuniões;

IV. presidir as reuniões do Conselho de Administração;

V. organizar, em conjunto com o Coordenador Executivo, quando da substituição de um membro do Conselho de Administração, um programa de integração e treinamento do novo conselheiro, que lhe permita tomar contato com as atividades e obter informações sobre o Centro de Inovação Videira.

CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 9º - Na ausência ou impedimento temporário do presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas interinamente pelo vice-presidente. Em caso de ausência ou impedimento temporário de ambos, os conselheiros remanescentes indicarão, dentre os demais membros, aquele que exercerá suas funções interinamente.

Art. 10 - Na hipótese de ausência ou impedimento do Conselheiro titular e do Conselheiro suplente, caberá à instituição, entidade ou órgão indicar através de ofício novos membros para o Conselho de Administração.

CAPÍTULO IX – DAS REUNIÕES

Art. 11 - No início de cada exercício, o presidente do Conselho de Administração deve propor o calendário anual de reuniões ordinárias, que realizar-se-ão mensalmente.

Art. 12 - O Conselho de Administração deverá ainda reunir-se, em caráter extraordinário, sempre que convocado, recebendo informações como: data, horário do início e término, local e assuntos que constarão da ordem do dia da reunião.

Art. 13 - As reuniões do Conselho de Administração, sejam ordinárias ou extraordinárias, serão, preferencialmente, realizadas no Centro de Inovação Videira.

Art. 14 - As reuniões do Conselho de Administração, ordinárias e extraordinárias, somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de pelo menos 2/3 de seus membros.

§1º Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 01 (um) voto.

§2º Fica facultada a participação dos conselheiros na reunião por telefone, videoconferência ou outro meio que possa assegurar sua participação efetiva e a autenticidade do seu voto, desde que seu voto seja gravado em mídia compatível com o meio de comunicação escolhido, o qual deverá ser arquivado pelo Centro de Inovação Videira.

§3º O Conselheiro, nesta hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto válido, para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

§4º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo respectivo presidente ou, na sua ausência, pelo vice-presidente.

§5º O presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer conselheiro, poderá convocar integrantes da comunidade para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

Art. 15 - O Coordenador Executivo do Conselho de Administração, até 2 dias antes de cada reunião do colegiado, deverá encaminhar as informações sobre as matérias a serem discutidas na reunião.

Art. 16 - O Coordenador Executivo do Conselho de Administração terá as atribuições abaixo:

I. organizar a pauta dos assuntos a serem tratados, com base em solicitações de Conselheiros, e submetê-la ao Conselho de Administração;

II. providenciar a convocação para as reuniões do Conselho de Administração, dando conhecimento aos Conselheiros - e eventuais participantes - do local, data, horário e ordem do dia;

III. secretariar as reuniões, elaborar e lavrar as respectivas atas e outros documentos no livro próprio e coletar as assinaturas de todos os Conselheiros que dela participaram, além de consignar o comparecimento de eventuais convidados; e

IV. arquivar as atas e deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nos órgãos competentes e providenciar sua publicação no órgão de imprensa oficial, se for o caso.

Art. 17 - Verificado o quórum de instalação, os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

I. abertura da sessão;

II. prestação de esclarecimentos iniciais pelo presidente;

III. leitura sucinta e sem apartes para discussão da ordem do dia a ser submetida à votação;

IV. apresentação, discussão, encaminhamento de propostas e votação dos assuntos da ordem do dia, na ordem proposta pelo presidente;

V. apresentação de proposições, pareceres e comunicação dos Conselheiros.

§1º O presidente do Conselho de Administração poderá incluir na pauta matéria relevante para deliberação, não constante da pauta original, desde que consentido por todos os Conselheiros.

§2º Para os pronunciamentos dos Conselheiros, o Presidente determinará um tempo de até 5 minutos, obedecendo a ordem das inscrições realizadas antecipadamente e, em caso de réplica, obedecerá ao tempo de até 3 minutos. Havendo mais pronunciamentos caberá ao Presidente decidir sobre a possibilidade e tempo de duração, não podendo exceder a 1 minuto.

Art. 18 - Encerradas as discussões, o presidente passará a colher o voto de cada conselheiro.

Art. 19 - Em caso de empate, o presidente do Conselho de Administração deverá exercer o voto de qualidade.

Art. 20 - As sessões deverão ser suspensas ou encerradas, quando as circunstâncias o exigirem, a pedido de qualquer Conselheiro e com aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo único - No caso de suspensão da sessão, o presidente deverá marcar a data, hora e local para sua continuação, ficando dispensada a necessidade de nova convocação dos conselheiros.

Art. 21 - As matérias e deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração serão válidas se tiverem voto favorável da maioria dos membros presentes e lavradas em atas.

§1º As atas serão redigidas com clareza, registrarão todas as decisões tomadas, abstenção de votos por conflitos de interesses, responsabilidades e prazos, devendo ser assinadas por todos os presentes e objeto de aprovação formal.

§2º Para alteração do Regimento Interno observar-se-á pauta exclusiva para este fim.

CAPÍTULO X – DA VACÂNCIA

Art. 22 - A vacância definitiva de um cargo de membro do Conselho de Administração pode dar-se por destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez, perda do mandato ou outras hipóteses previstas na Lei Nº 3.780/2020.

§1º O Conselheiro titular que deixar de participar de 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração, perderá o cargo, ensejando a sua vacância definitiva.

§2º Ocorrendo vacância definitiva de qualquer dos cargos de membro do Conselho, um novo membro será indicado pela instituição, entidade ou órgão por ele representado, para complementar o mandato.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - As omissões deste Regimento Interno, dúvidas de interpretação e eventuais alterações de seus dispositivos serão decididas em reunião do Conselho de Administração, na forma prevista neste Regimento.

Art. 24 - Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Administração e será arquivado no Centro de Inovação Videira.

Videira/SC, 15 de junho de 2020.

ANDRÉ LUIZ KULKAMP DE SOUZA

Presidente Interino Conselho de Administração

Centro de Inovação Videira – Dante Martorano

TERMO ADITIVO Nº 125/2020 - PMV

Publicação Nº 2598544

Termo Aditivo nº 125/2020

Contrato/CT nº 195/2019

Processo: TP 23/2019-PMV

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 195/2019, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, com efeitos a partir de 12/08/2020 até 26/09/2020.

Data: 11/08/2020.

TERMO ADITIVO Nº 126/2020 - PMV

Publicação Nº 2599292

Termo Aditivo nº 126/2020

Contrato/CT nº 79/2020

Processo: TP 04/2020-PMV

Contratado: BASE-V ENGENHARIA LTDA ME

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 6.847,59 (seis mil, oitocentos e quarenta e sete reais, e cinquenta e nove centavos), e supressão de R\$ 2.837,69 (dois mil, oitocentos e trinta e sete reais, e sessenta e nove centavos) estando o aditivo dentro do permitido em Lei, bem como prorrogar o prazo de execução por mais 15 (quinze) dias, com efeitos a partir de 12/08/2020 até 26/08/2020.

Valor: R\$ 4.009,90.

Data: 11/08/2020.

ANEXO V CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO JULHO DE 2020

Publicação Nº 2598682

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO – MÊS JULHO/2020

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO			
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			
Receitas Oriundas de Impostos			ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU			6.846.237,73
1.2 - ITBI			2.272.227,41
1.3 - ISS			8.355.818,76
1.5 - IRRF			3.043.933,38
1.6 - Dívida Ativa de Impostos			687.483,82
1.7 - Multas e Juros de Impostos			652.998,02
1.8	SOMA		21.858.699,12
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB			Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%			16.347.478,58
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%			0,00
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%			28.155.805,81
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%			336.018,77
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%			4.606,37
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%			6.075.573,90
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%			0,00
1.17	SOMA		50.919.483,43
1.18	TOTAL		72.778.182,55
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO			
Especificação			Até o Mês
			Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)			18.194.545,64
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)			16.644.632,91
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB			38.330,45
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2			305.233,57
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação			1.555.861,47
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação			14.353,20
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4			450.312,12
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino			985.913,74
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7			52.402,61
3. APLICAÇÃO			
Especificação	Até o mês		
	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	18.194.545,64	22.730.573,74	4.536.028,10
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		9.737.102,16	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		12.993.471,58	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	16.682.963,36	14.422.399,53	-2.260.563,83
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	10.009.778,02	11.662.607,03	1.652.829,01
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	6.673.185,34	2.759.792,50	-3.913.392,84
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.020.526,79	427.400,14	-1.593.126,65
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.038.316,35	100.815,95	-937.500,40
4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)			
	MÍNIMO %	LIQUIDADADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	22,04%	-2,96%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	68,08%	8,08%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	16,54%	-23,86%
5. GANHO/PERDA COM FUNDEB			
	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	16.644.632,91	9.950.869,08	6.693.763,83

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 11 de agosto de 2020.

Cristina Klock
Contadora CRC-SC 020534/0-0Luiz Felipe Torcatto Zanella
Secretário Municipal de EducaçãoDorival Carlos Borge
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 186/2020

Publicação Nº 2598694

PORTARIANº 186/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CELIO MELO DE JESUS

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 10 dias, pelo período de 03/08/2020 a 12/08/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Witmarsum

PREFEITURA

DECRETO N.º 119/20, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598550

DECRETO N.º 119/20, de 04 de agosto de 2020.

ESTABELECE PROCEDIMENTO PARA TRAMITAÇÃO E ANÁLISE DE PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB), INSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL N.º 1583/20, DE 02 DE JUNHO DE 2020, E DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA MUNICIPAL "WITMARSUM MINHA TERRA", CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 1530/17, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE WITMARSUM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidos os procedimentos para tramitação e análise de processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) de que trata a Lei Federal n.º 13.465/2017, instituída pela Lei Municipal n.º 1583/20, de 02 de junho de 2020, com disposições a serem observadas também no Programa Municipal "Witmarsum Minha Terra", criado pela Lei Municipal n.º 1530/17, de 21 de novembro de 2017.

Parágrafo único. A Reurb deverá ser realizada observando-se as disposições da Lei Federal n.º 13.465/2017, do Decreto Federal n.º 9.310/2018, da Lei Municipal n.º 1583/20, da Lei Municipal n.º 1530/17, bem como, do presente Decreto e das demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

CAPÍTULO I

DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 2º - Objetivando conduzir o procedimento administrativo de regularização fundiária urbana (Reurb) no âmbito do Município de Witmarsum, será instituída, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, a "Comissão de Regularização Fundiária", composta no mínimo por:

I – um representante da Secretaria Municipal responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb;

II – dois representantes da Secretaria Municipal responsáveis pela análise de planejamento e ambiental dos processos de Reurb;

III – um representante da Secretaria Municipal responsável pela análise social dos processos de Reurb; e

IV – um representante da Assessoria Jurídica Municipal, responsável pela análise jurídica dos processos de Reurb.

Parágrafo único. Ficará a cargo de um dos membros da Comissão de Regularização Fundiária a coordenação de seus trabalhos.

Art. 3º - Constituem atribuições da Comissão de Regularização Fundiária:

I - estabelecer áreas prioritárias para a regularização fundiária;

II - conduzir os processos de Reurb no âmbito da administração municipal;

III - produzir os atos administrativos correspondentes aos processos de Reurb;

IV - mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de Reurb;

V - emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão da Certidão de Regularização Fundiária – CRF;

VI - solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de Reurb, quando de interesse social;

VII - fiscalizar o recebimento das obras de infraestrutura essencial e das compensações urbanísticas e ambientais previstas no projeto urbanístico e no termo de compromisso;

VIII - assessorar o Chefe do Poder Executivo naquilo que disser respeito à Reurb;

IX - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, se necessário;

X - dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão de Regularização Fundiária.

Art. 4º - O mandato dos membros da Comissão de Regularização Fundiária corresponderá ao período de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do decreto de nomeação, podendo haver recondução.

CAPÍTULO II DAS FASES E PROCEDIMENTOS DA REURB

Art. 5º - Os requerimentos iniciais para aplicação da Regularização Fundiária Urbana (Reurb), serão protocolados no setor de protocolos da Prefeitura Municipal, com acompanhamento por um dos membros da Comissão de Regularização Fundiária.

Art. 6º - Na contagem de prazos em dias, estabelecidos na Lei Federal n.º 13.465/2017, definidos por esta lei municipal ou requeridos por algum dos membros da Comissão de Regularização Fundiária, computar-se-ão somente os dias úteis.

Art. 7º - O requerimento inicial deverá indicar:

I - o endereçamento ao Município de Witmarsum, sob a responsabilidade da Comissão de Regularização Fundiária;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o CPF ou CNPJ, o endereço eletrônico, os telefones fixos e celulares (com DDD), a residência e o domicílio dos interessados;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - qualificação disponível dos confrontantes e de seus cônjuges, se casados forem;

V - o pedido com as suas especificações e o apontamento da modalidade da Reurb que se pretende implementar.

Parágrafo único. Nos casos de requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E deverá ser indicado, ainda, o valor do terreno objeto da regularização, por meio de carta de avaliação particular, com base no valor de mercado do imóvel, excluídas as benfeitorias realizadas pelo ocupante, cujo prazo de validade da avaliação será de, no máximo, 12 (doze) meses, firmada por corretor de imóveis devidamente habilitado pelo respectivo órgão de classe.

Art. 8º - O requerimento inicial deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:

I - documentos pessoais com foto, constando o RG e o CPF;

II - comprovação do estado civil;

III - comprovação da residência ou domicílio, considerando para tanto, as faturas das empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, água e saneamento e telefonia fixa;

IV - comprovação de renda, observado o disposto no art. 14 deste Decreto;

V - comprovação da posse, com apresentação prioritária toda a cadeia contratual, observando também a data limite imposta de 22/12/2016;

VI - certidão ou declaração atualizada, emitida pelo Ofício de Registro de Imóveis com circunscrição sobre o imóvel para determinar sua titularidade do domínio onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado ou da inexistência de registro, a ser emitido pelo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca respectiva ao Município de Witmarsum;

VII - certidões atualizadas de todos os confrontantes do imóvel a ser regularizado.

§ 1º - A comprovação da união estável poderá ser aceita por declaração expressa e assinada pelo casal.

§ 2º - A comprovação do estado civil poderá ser aceita quando expressa na cédula de identidade ou demais documentos com validade nacional.

§ 3º - A comprovação de posse poderá ser aceita de forma complementar, através de recibos, carnês de IPTU, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, água e saneamento, telefonia fixa, alvarás de construção, entre outros, podendo ser considerados separadamente ou em conjunto.

§ 4º - Em caso de falecimento de um dos cônjuges, a aquisição da propriedade será de direito do(a) viúvo(a), sendo necessária a apresentação da respectiva certidão de óbito e a anuência expressa e assinada dos eventuais herdeiros.

§ 5º - Na aquisição da propriedade de posse advinda dos pais, inclusive nos casos de falecimento de ambos, onde atualmente é exercida por um ou mais herdeiros, será aceita mediante apresentação das respectivas certidões de óbito e mediante a anuência expressa e assinada dos demais herdeiros em favor daquele que pretende regularizar.

§ 6º - Na aquisição por um dos cônjuges separado ou divorciado, em que não se arrolou o bem possuído na partilha, ou ainda, não estando regularizada a mesma, será aceita declaração expressa e assinada de desistência para o outro cônjuge.

§ 7º - Considerando os documentos que serão apresentados, a Comissão de Regularização Fundiária também poderá solicitar informações e/ou documentos complementares a fim de esclarecer eventuais dúvidas e comprovar certas situações.

Art. 9º - Nos casos de requerimento inicial fundamentado na modalidade de Reurb-E, o pedido também deve vir acompanhado os seguintes

documentos:

I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, utilizando o sistema de referências SIRGAS 2000,4 na projeção UTM no fuso 22S, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos, as projeções das edificações lindeiras (entorno urbanístico) que indicarão a distância e espaçamento entre elas e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas;

III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV - projeto urbanístico;

V - memoriais descritivos;

VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes;

VII - estudo técnico para situação de risco;

VIII - estudo técnico ambiental;

IX - proposta de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária;

X - minuta de termo de compromisso a ser assinada pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso anterior.

Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os, as vias de circulação e as áreas destinadas ao uso público, quando for o caso.

Art. 10 - O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter no mínimo a indicação:

I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias existentes;

II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;

III - quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;

IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

V - de eventuais áreas já usucapidas;

VI - das medidas de adequações para correção das desconformidades, quando necessárias;

VII - das medidas de adequações da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;

VIII - das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;

IX - de outros requisitos que sejam definidos e justificados pela Comissão de Regularização Fundiária.

Art. 11 - Recebido o requerimento inicial, a Comissão de Regularização Fundiária poderá:

I - indeferir o pedido, explanando seus motivos;

II - solicitar, através de um de seus membros, preferencialmente via e-mail, ao interessado(a) complementação da documentação ou nas informações prestadas, concedendo prazo hábil para cumprimento.

Art. 12 - O requerimento inicial será indeferido quando:

I – o(a) interessado(a) for manifestamente ilegítimo;

II – o(a) interessado(a) carecer de interesse;

III - constatar-se casos de especulação imobiliária;

IV - a modalidade escolhida pelo(a) interessado(a) for inadequada, conforme as legislações e regulamentos vigentes.

Art. 13 - Deferido o processamento, a Comissão de Regularização Fundiária deverá:

I - classificar, caso a caso, as modalidades de Reurb;

II - notificar os confinantes e terceiros eventualmente interessados, caso o(a) interessado(a) não os tenha feito ou não tenha logrado êxito até então, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º - Quando a notificação dos titulares de domínio e dos confrontantes da área demarcada não ocorrer pessoalmente, pela ciência na planta geral do levantamento topográfico ou qualquer documento demonstrando a anuência prévia, será feita via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§ 2º - A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de 30 (trinta) dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos casos em que o proprietário e os confinantes não forem encontrados e/ou quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

Art. 14 - Presume-se de baixa renda a pessoa, não dispondo norma federal ou estadual de forma diversa, a pessoa natural integrante de entidade familiar que aufera renda familiar mensal não superior a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos vigentes.

§ 1º - Para os fins de análise do requerimento, entidade familiar é toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar e que se mantém pela contribuição de seus membros.

§ 2º - Para os fins de análise do requerimento, renda familiar é a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da entidade familiar, maiores de 16 (dezesseis) anos, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios assistenciais, bem como, os valores comprovadamente pagos a título de contribuição previdenciária oficial.

§ 3º - O limite do valor da renda familiar previsto no § 2º será de 2,5 (dois vírgula cinco) salários mínimos vigentes quando houver fatores que evidenciem exclusão social, mediante apresentação da documentação comprobatória, tais como:

a) entidade familiar composta por mais de 5 (cinco) membros;

b) entidade familiar composta por pessoa com deficiência ou transtorno global de desenvolvimento;

c) entidade familiar composta por pessoa idosa, desde que constituída por 5 (cinco) ou mais membros;

§ 4º - A permanência temporária de qualquer pessoa no núcleo familiar não caracteriza a constituição da entidade familiar previsto no § 2º, não podendo exceder o período de 3 (três) meses.

§ 5º - O valor de mercado do imóvel não poderá interferir na avaliação econômico-financeira da pessoa interessada.

§ 6º - Os critérios estabelecidos não excluem a aferição da hipossuficiência no caso em concreto, através de manifestação devidamente fundamentada.

§ 7º - Todos os elementos deverão ser devidamente comprovados documentalmente, sendo que a Comissão de Regularização Fundiária também poderá solicitar informações e/ou documentos complementares a fim de esclarecer eventuais dúvidas e comprovar certas situações.

Art. 15 - A Comissão Municipal de Regularização Fundiária decidirá em 30 (trinta) dias, contados do prazo final para a apresentação de impugnação, pelo andamento do procedimento administrativo, por diligência necessárias aos esclarecimentos fáticos narrados na impugnação ou pelo seu indeferimento.

Art. 16 - Quando despachado pelo andamento do procedimento administrativo que determinou a modalidade Reurb-S, a Comissão Municipal de Regularização Fundiária definirá os passos a serem dados e seus prazos para cada membro da Comissão, dentro de suas respectivas competências, que deverão emitir parecer referente a sua área de atuação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias cada, indicando medidas a serem adotadas, com vistas à reformulação e à reavaliação do requerimento, quando for o caso.

Art. 17 - Entendendo pelo deferimento do requerimento, a Comissão Municipal de Regularização Fundiária indicará as intervenções a serem executadas, aprovará o projeto de regularização fundiária, identificará e declarará os ocupantes de cada unidade imobiliária.

Art. 18 - Todas as providências e manifestações, seja pelo deferimento, indeferimento, diligências ou outras providências, estarão sujeitas à aprovação e encaminhamento ao Coordenador da Comissão Municipal de Regularização Fundiária.

Art. 19 - Saneado o procedimento, a Comissão Municipal de Regularização Fundiária proferirá sua decisão, devidamente motivada e fundamentada, acompanhada da minuta da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, constando o nome do núcleo urbano regularizado, sua localização, a modalidade da regularização, as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma, a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver, a listagem com nomes dos ocupantes e respectivas unidades, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como, o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas (CPF) e do registro geral da cédula de identidade (RG) e a filiação.

Art. 20 - A decisão final da Comissão Municipal de Regularização Fundiária será encaminhada para o Chefe do Poder Executivo Municipal,

para aprovação da minuta e aprovação mediante Decreto.

Art. 21 - O Coordenador da Comissão Municipal de Regularização Fundiária dará publicidade ao ato e posteriormente encaminhará ao Cartório de Registro de Imóveis competente a Certidão de Regularização Fundiária – CRF para abertura da matrículas imobiliárias competentes.

Art. 22 - Após findados os trabalhos, o procedimento administrativo será arquivado.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 - Caberá ao interessado(a) providenciar os documentos e providencias adicionais que sejam eventualmente solicitadas pelo respectivo Ofício de Registro de Imóveis, para o registro da Reurb.

Art. 24 - O presente Decreto será implementado em consonância com o Programa Nacional de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, do Decreto Federal n.º 9.310/2018, da Lei Municipal n.º 1583/20, da Lei Municipal n.º 1530/17 e demais legislações que tratem sobre a matéria.

Art. 25 - As áreas públicas inseridas em glebas partícipes da Política Municipal de Regularização Fundiária e indicadas nos respectivos levantamentos topográficos como vias, servidões, áreas verdes ou outras, passarão a pertencer ao domínio público.

Art. 26 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 95/17, de 28 de setembro de 2017.

Art. 27 - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável a sua plena eficácia.

WITMARSUM – SC, 04 de agosto de 2020.

CESAR PANINI
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 124/20, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2598551

DECRETO N.º 124/20, de 10 de agosto de 2020.

RATIFICA EM TODOS OS SEUS TERMOS E HOMOLOGA A RESOLUÇÃO DIR N.º 010/2020, QUE DISPÕE SOBRE AS NOVAS MEDIDAS SANITÁRIAS PREVENTIVAS PARA ADOÇÃO EM ÂMBITO REGIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE WITMARSUM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando as razões expostas na Recomendação n.º 01/2020 da Comissão de Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí, que foi ratificada através do Decreto Municipal n.º 97/20, de 13 de julho de 2020;

Considerando as razões expostas na Recomendação n.º 02/2020 da Comissão de Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí, que foi ratificada através do Decreto Municipal n.º 109/20, de 27 de julho de 2020;

Considerando as alterações expostas na Recomendação n.º 03/2020 e as novas razões expostas na Recomendação n.º 04/2020, ambas da Comissão de Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí, bem como, da Recomendação DIR n.º 009/2020, as quais foram ratificadas através do Decreto Municipal n.º 117/20, de 04 de agosto de 2020;

Considerando as novas recomendações expostas na Recomendação DIR n.º 010/2020, de 07 de agosto de 2020, que dispõe sobre as novas medidas sanitárias preventivas para adoção em âmbito regional, as quais seguem anexas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificada em todos os seus termos e homologada a Resoluções DIR n.º 010/2020, de 07 de agosto de 2020, que dispõe sobre as novas medidas sanitárias preventivas para adoção em âmbito regional, em conformidade com a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde n.º 464, de 03 de julho de 2020, a ser cumprida em todo o território do Município de Witmarsum, sem prejuízo de outras medidas sanitárias que se façam necessárias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável a sua plena eficácia, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Decreto Municipal n.º 24/20, de 20 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública no Município de Witmarsum.

WITMARSUM – SC, 10 de agosto de 2020.

CESAR PANINI
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO 44/2020 - SISTEMA

Publicação Nº 2598445

**PREFEITURA MUN DE WITMARSUM**
ESTADO DE SANTA CATARINA**LICITAÇÃO 44/2020**
Pregão Presencial Nº 31/2020**RETIFICAÇÃO 001**

- 1.CONSIDERANDO**, a necessidade da Administração em adequar o edital, visando benefício a Administração Pública;
- 2.CONSIDERANDO**, os princípios constitucionais da publicidade e isonomia (art 37, XXI da Constituição Federal);
- 3.RESOLVE-SE** tornar publico que, altera o valor e especificação do valor de referência, PAG. 99 DO EDITAL, passando a se ler;

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
1	1,00	SERV	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA.
Vlr Máx.Unit: 5.775,00			
2	12,00	SERV	LOCAÇÃO DOS SISTEMAS, SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E ALOCAÇÃO DE DATACENTER.
Vlr Máx.Unit: 15.000,00			
Cotação Máx.: 180.000,00			
3	150,00	HR	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ATENDIMENTO LOCAL OU VIA CONEXÃO REMOTA, A SEREM CONTRATADOS PARA ATENDER AS DEMANDAS QUE NÃO ESTEJAM COBERTAS PELO CONTRATO.
Vlr Máx.Unit: 160,00			
Cotação Máx.: 24.000,00			
4	250,00	HR	SERVIÇOS TÉCNICOS E CUSTOMIZAÇÃO E PERSONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS PARA ATENDER DEMANDAS ESPECÍFICAS
Vlr Máx.Unit: 280,00			
Cotação Máx.: 70.000,00			
5	500,00	KM	DESLOCAMENTO NOS SERVIÇOS DESUORTE, QUANDO EXIGIDA A PRESENÇA DO TÉCNICO IN LOCO.
Vlr Máx.Unit: 1,50			
Cotação Máx.: 750,00			

Total - R\$ 280.525,00

4. Por estar observado o prazo entre esta informação e o início da disputa de preços da licitação, mantém-se a data de início da disputa (art . 21, parágrafo 4º da Lei 8.666/93 c/c art. 4º, V da Lei 10.520/02) para o dia 20 DE AGOSTO DE 2020, às 08h15min;

5. De-se Ciência a todos os interessados que retiraram o edital, observada a transmissão eletrônica por cópia oculta.

Witmarsum (SC), 11 de AGOSTO de 2020.

CESAR PANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Rua 7 de Setembro, 1520 – 89.157-000 – Witmarsum – SC – CNPJ. 83.102.442/0001-76
Fone: (47) 3358-0123 – E-mail: compras@witmarsum.sc.gov.br – Site : www.witmarsum.sc.gov.br

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO ABERTURA ENVELOPE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2020

Publicação Nº 2600081

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0135/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a fiscalização e acompanhamento da Manutenção da Iluminação Pública no Município de Xanxerê, com profissional em Engenharia Elétrica devidamente Registrado no CREA, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Decorrido o prazo estabelecido na ata de julgamento de habilitação do dia 06/08/2020, e não havendo recurso protocolado pela empresa THIAGO ANDRE GADO ME, convocamos os interessados em participar da sessão de abertura do envelope de habilitação da empresa FP ENGENHARIA EIRELI segunda colocada no certame, que se dará as 11h00min do dia 13 de agosto de 2020 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Xanxerê-SC, 12 de agosto de 2020. Jucimar Bortoncello - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0062/2020

Publicação Nº 2598982

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações e Lei Federal nº 13.979/2020, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0062/2020, tendo como objeto Aquisição de máscaras para indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente do Covid-19, e Aquisição de materiais de higiene e limpeza para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, conforme Lei Federal nº 13.979/2020, Portaria nº 369/2020 e Portaria nº 369/2020-SUAS, de acordo com as especificações do edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 19 de agosto de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 11 de agosto 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0114/2020

Publicação Nº 2598837

Extrato de Contrato nº 0114/2020

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: DAIANA DAMBROSO.

Objeto: Prestadores de Serviços de Saúde, para realização de Consultas Médicas em Cardiologia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, com a Dra. Daiana Dambroso, CRM-SC nº 20.681, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

Valores dos procedimentos:

Procedimentos/Especificações	Quant. Mês	Valor Unitário SUS	Valor Contrapartida	Valor Total Estimado R\$
Consulta Médica em Cardiologia	Até 100/mês	R\$ 10,00	R\$ 65,00	R\$ 7.500,00 Mensal

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0115/2020

Publicação Nº 2598904

Extrato de Contrato nº 0115/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: LABORATÓRIO ANALIC LTDA – FILIAL 03

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para de serviços de Coleta e Realização Exame para o COVID-19, pelo método de Pesquisa de Antígeno por Imunocromatografia e pelo método de RT/PCR, para atendimento aos pacientes do Município de Xanxerê-SC, com a Dra. Mariana Schneider, CRBM nº 2106.

Procedimentos/Especificações	Quant.	Valor Referência	Valor Total Estimado Mês
Exame para COVID-19, pelo método de pesquisa de antígeno por imunocromatografia	Até 500/mês	R\$ 206,00	R\$ 103.000,00

Exame para COVID-19, pelo método RT/PCR	Até 300/mês	R\$ 260,00	R\$ 78.000,00
---	-------------	------------	---------------

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0116/2020

Publicação Nº 2598920

Extrato de Contrato nº 0116/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: LABORATÓRIO POLICENTER LTDA - FILIAL

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para de serviços de Coleta e Realização Exame para o COVID-19, pelo método de Pesquisa de Antígeno por Imunocromatografia e pelo método de RT/PCR, para atendimento aos pacientes do Município de Xanxerê-SC, com a Dra. Liria Damschi Arnt, CRF nº 2063.

Procedimentos/Especificações	Quant.	Valor Referência	Valor Total Estimado Mês
Exame para COVID-19, pelo método de pesquisa de antígeno por imunocromatografia	Até 500/mês	R\$ 206,00	R\$ 103.000,00
Exame para COVID-19, pelo método RT/PCR	Até 300/mês	R\$ 260,00	R\$ 78.000,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 10 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA 653-2020

Publicação Nº 2598496

PORTARIA Nº 653/2020

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 10.08.2020 a 08.09.2020 ao Servidor Público Municipal Sr. LUIZ SERGIO BORTOLUZZI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.230.597-9 e CPF nº 400.760.329-49, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 186/2002 para o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 10 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 654-2020

Publicação Nº 2598497

PORTARIA Nº 654/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, a partir de 17.08.2020 a 15.09.2020, 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Sr. AUGUSTO DE MARTINI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 5.716.460 e CPF nº 080.088.429-97, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 240/2017, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e designado pela Portaria nº 456/2019 para desempenhar atividades profissionais na Controladoria Geral do Município, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 01.09.2018 a 31.08.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 10 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 655-2020

Publicação Nº 2598498

PORTARIA Nº 655/2020
AUTORIZAR EXCEPCIONALMENTE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e art. 5º do Decreto Municipal nº 079 de 01/04/2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 079/2020 que estabelece medidas preventivas diante da infecção humana pelo COVID-19;

CONSIDERANDO o enquadramento dos servidores públicos municipais no grupo de risco do novo coronavírus;

RESOLVE

AUTORIZAR, excepcionalmente o afastamento do servidor público municipal:

- ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL ocupante do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 120/2007, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

Fica determinado que as horas de afastamento deverão ser computadas para posterior compensação, conforme programação da Secretaria de Origem.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 10 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 656-2020

Publicação Nº 2598508

PORTARIA Nº 656/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, por determinação da Secretaria Municipal de Saúde a Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 17.08.2020 a 15.09.2020, ao Servidor Público Municipal Sr. CEZAR DADIA SAMPAIO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 2007910819 e CPF nº 273.468.380-68 nomeado pelo Decreto Municipal nº JB 311/94 para o cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de 25.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias a 09.06.2009 a 08.06.2012 = 12 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 11 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2020

Publicação Nº 2598864

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE XANXERE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Departamento de Apoio Administrativo CNPJ: 83.009.860/0001-13 Fone: 34418500 Fax: 34418506 RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455 C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2020 - PR <hr/> Processo Nr.: 53/2020 Data do Processo: 03/03/2020 <div>Folha: 1/1</div>
---	--

ITENS VENCIDOS POR LICITAÇÃO

Objeto.....: Prestação de serviços de locação de espaço, decoração, iluminação, sonorização, telão de LED, fornecimento de jantar, e confecção de troféus para o Evento de Entrega de Premiação do Movimento Econômico; Confecção de Trajes para equipe de trabalho da ExpoFemi 2020; e Locação de espaço e estrutura e palco para o III Canta Xanxerê, conforme edital e seus anexos.

Condições de Pagamento: Conforme Edital

Prazo Máximo: 03 dias úteis

Vigência: 31/07/2020

Despesa:28

Elemento Despesa:[33903199000000]

Elemento Despesa:[33903999000000]

Despesa:29

Elemento Despesa:[33903023000000]

Despesa:121

Elemento Despesa:[33903999000000]

Fornecedor: 92702 VINICIUS RAUBER ME						
Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	70,000	UN	Troféu conforme croqui em anexo, com frete incluso.	STADIUM	94,00	6.580,00
Total do Fornecedor:						6.580,00

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	6.580,00
----------------------------------	---------------------	-----------------

Xanxerê, 11 de Agosto de 2020

Comissão:

DANIEL STRADA - _____ PREGOEIRO

JUCIMAR BORTONCELLO - _____ EQUIPE DE APOIO

MUNIQUE FRIEDERICH - _____ SECRETÁRIA

ANADERGE MAIA DE FARIAS - _____ EQUIPE DE APOIO

CRISTIANE GUADAGNIN SPAGNOL - _____ EQUIPE DE APOIO

LEONICE TIECHER RAMME - _____ EQUIPE DE APOIO

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO: _____



Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO TEMPORÁRIO N. 017/2020 - EMMYLE CANTANHEDE BORGES

Publicação Nº 2599259

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 017/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.009.878/0001-15, com sede administrativa localizada na Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, n. 163, Centro, Município de Xavantina/SC - CEP 89780-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo, CLAUDI BABINSKI (Prefeito Municipal em exercício), de nacionalidade brasileira, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.147.012, inscrito no CPF sob o n. 518.220.759-04;

CONTRATADO(A): EMMYLE CANTANHEDE BORGES, de nacionalidade brasileira, farmacêutica,, portadora da Cédula de Identidade RG n. 029445592005-2 e inscrita no CPF sob o n. 051.503.353-71.

As partes acima identificadas, de comum acordo, com amparo na Lei Municipal nº 782/2002, e demais dispositivos legais atinentes à matéria e, considerando a necessidade temporária, de excepcional interesse público em razão do afastamento de titular da vaga e o resultado do Processo Seletivo Simplificado n. 003/2020, resolvem firmar o presente, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a admissão do(a) CONTRATADO(A), em caráter temporário, a fim de exercer as funções do cargo de Farmacêutico(a); Carga horária semanal: 40h (quarenta horas) Lotação: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

O(a) CONTRATADO(A) receberá os vencimentos correspondentes à remuneração constante para seu cargo e sua habilitação, percebendo o vencimento correspondente fixado na Legislação vigente.

§1º O Pagamento será efetuado, mensalmente, em moeda nacional, até quinto dia útil do mês subsequente ao da realização do serviço.

§2º Os recursos financeiros para a admissão do(a) CONTRATADO(A) são os constantes no Orçamento do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

São obrigações do(a) CONTRATADO(A):

I – Cumprir as atribuições inerentes ao cargo, no local onde o trabalho será realizado;

II – Contribuir para o Regime Geral da Previdência Social, na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 2/2000, no que lhe couber;

III – Cumprir a carga horária determinada;

IV – Submeter-se as normas disciplinares.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do MUNICÍPIO:

I – Pagar a(o) CONTRATADO(A) a remuneração conforme estabelecido na Cláusula Segunda deste contrato, bem como eventuais vantagens previstas na legislação competente, desde que cumpridos os requisitos para sua concessão;

II – Oferecer condições necessárias ao desempenho do trabalho;

III – Fiscalizar a efetiva prestação do serviço;

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato é de caráter temporário, iniciando-se na data da assinatura do presente instrumento com término em 01/03/2021 (primeiro de março de dois mil e vinte e um), podendo ser rescindido a qualquer tempo mediante acordo entre as partes ou interesse da Administração Pública e, havendo necessidade devidamente justificada, poderá ser prorrogado mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

O(a) CONTRATADO(A) não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos neste contrato.

Parágrafo único. Não cabe ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade relacionada com o deslocamento do(a) CONTRATADO(A) para desempenho das funções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste instrumento fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Seara/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2020.

EMMYLE CANTANHEDE BORGES

Contratado(a)

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Contratante

Testemunhas:

Joselino Luiz Naissinger
CPF: 047.840.569-39

Vania Salete Mirandolli
CPF: 051.406.269-00

DECRETO N. 487/2020

Publicação Nº 2599472

DECRETO N. 487, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a aprovação da Instrução Normativa n. 001/2020, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa n. 001, de 12 de agosto de 2020, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que esclarece a execução das atividades remotas na Rede Municipal de Ensino de Xavantina(SC) em decorrência da pandemia do novo coronavírus e dá outras providências.

Art. 2º A Instrução Normativa aprovada segue anexa como parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001/SMECE/2020

Esclarece a execução das atividades remotas na Rede Municipal de Ensino de Xavantina(SC) em decorrência da pandemia do novo coronavírus e dá outras providências.

Devido às normativas referentes à importância do distanciamento social, evitando aglomerações e consequentemente o contágio pelo novo Covid-19, determinou-se a suspensão das atividades presenciais nas unidades escolares de todo Estado de Santa Catarina. Enquanto Secretaria Municipal de Educação, entendemos que chegou o momento de construirmos juntos uma nova forma de trabalho, buscando alternativas para que todos os alunos da rede municipal sejam atendidos através de atividades remotas.

Nesta Instrução Normativa estão dispostas as medidas tomadas pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, referente às atividades complementares não presenciais na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2020.

OBJETIVO GERAL

Estabelecer novas estratégias de Ensino através de atividades complementares não presenciais para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do município de Xavantina/SC, como forma de evitar a disseminação e contágio pelo novo coronavírus.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Criar plano de ações para a implantação das atividades complementares não presenciais;
- Propor estratégias de ensino remotas aos profissionais da educação (professores, direção escolar, equipe técnica);
- Adaptar-se aos meios de comunicação (whatsapp, youtube, classroom), entre outros, como ferramenta para as atividades complementares não presenciais;
- Orientar alunos e familiares quanto ao desenvolvimento das atividades escolares não presenciais;
- Organizar, planejar e desenvolver materiais, que serão entregues aos alunos e familiares durante o período de pandemia;

ORIENTAÇÕES/ ESCLARECIMENTOS GERAIS

- O desenvolvimento do efetivo trabalho escolar por meio de atividades remotas é uma alternativa para minimizar a reposição da carga horária presencial ao final da situação de emergência e permitir que os estudantes mantenham uma rotina básica de atividades escolares mesmos afastados da escola.
- As ações propostas pelos professores deverão estar de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola e devem ser sistematizadas para um período semanal, contendo metodologias, materiais didáticos, recursos disponíveis aos estudantes e responsáveis, a carga horária prevista para execução da atividade, forma de acompanhamento e avaliação;
- Os equipamentos tecnológicos das unidades escolares serão disponibilizados para todos os professores realizarem o planejamento, respeitando as normas de segurança estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde;
- A disponibilidade do material impresso, juntamente o livro didático, para acesso dos alunos e pais de forma a complementar ao processo de aprendizagem dos estudantes;
- Recomenda-se que as escolas orientem alunos e famílias a fazer um planejamento de estudos, bem como o acompanhamento, desenvolvimento e o cumprimento das atividades remotas, durante esse período;
- Entrega de materiais impressos na residência dos alunos para aqueles que não possuem acesso à internet, e que não conseguem vir até a unidade escolar para retirado do mesmo.

ORIENTAÇÕES PROFESSORES/DIREÇÃO ESCOLAR**CONTEÚDOS**

O professor de cada componente curricular será responsável em fazer o planejamento e monitoramento das atividades. Caberá ao professor,

organizar os conteúdos, encaminhar as atividades aos alunos, e realizar o registro das atividades desenvolvidas, no diário de classe e em seu caderno de planejamento.

FREQUÊNCIA

A frequência dos alunos da rede municipal se dará através da devolutiva das atividades encaminhadas pelos professores durante o período da pandemia. Caberá a cada professor realizar o registro das mesmas, no diário de classe, e em seu caderno de planejamento.

CARGA HORARIA

A carga horária diária durante a pandemia será de 04(quatro) horas, podendo sofrer alteração conforme a necessidade. (Conforme Anexo I). Para os Anos iniciais, a carga horária diária fica estabelecida através dos seguintes critérios:

- Carga horária de 03(três) horas diárias, correspondente as atividades das disciplinas ofertadas pelo Professor Regente, sendo, Português, Matemática, Ciências, História e Geografia;
- Carga horária de 01(uma) hora diária, correspondente as atividades das demais disciplinas da grade curricular, sendo, Artes, Música, Educação Física, Filosofia e Inglês;

Para a Educação Infantil, a carga diária fica estabelecida através dos seguintes critérios:

- Carga horária de 03(três) horas diárias, correspondente as atividades ofertadas pelo professor regente;
- Carga horária de 01(uma) hora diária, correspondente as atividades das disciplinas ofertadas na educação Infantil, sendo, Artes, Música, Educação Física, e Inglês;

Essa carga horária corresponde ao tempo em que o aluno necessitará para a realização das atividades, para tirar dúvidas com o professor, e para correção e o envio das mesmas.

OBSERVAÇÃO

Será realizado registro dos alunos que não estão realizando as atividades propostas, esse registro será feito pelo professor da disciplina e pelo diretor escolar. O registro é fundamental para que no retorno das atividades presenciais a escola possa criar estratégias para a realização e complementação das atividades, e ainda, comprovar as tentativas de contato com o aluno e família.

AValiação

A Rede Municipal de Ensino do município de Xavantina/SC, possui Sistema de Ensino Próprio, quanto a avaliação, nosso sistema prevê avaliações de forma trimestral, durante ao ano letivo, com atribuição de notas (com fechamento de média), por disciplina, para alunos Ensino Fundamental anos Iniciais, com exceção do 1ºano, onde a avaliação é por parecer descritivo, porem mantem-se o registro trimestral no boletim e no sistema.

Já para a Educação Infantil, as avaliações durante o ano letivo ocorrem de maneira semestral, sendo todas realizadas pelos professores através de parecer descritivo.

Todas as avaliações sendo elas numéricas, ou de parecer descritivo, são computadas no sistema EVN (Escola Via Net), para comprovação de desempenho e promoção ou reprovação do aluno.

As formas de avaliação não presenciais (durante o período de emergência) servirão de parâmetro para indicar o alcance do objetivo de aprendizagem pelo estudante e também servirão para o lançamento do conceito final do estudante naquela disciplina/componente curricular.

Devido a circunstância em que vivemos devido a pandemia, organizamos a avaliação do ano letivo de 2020 da seguinte forma:

- A primeira avaliação realizada no ano de 2020, foi correspondente aos dias letivos efetivamente trabalhados de maneira presencial, compreendendo o período 06/02/2020 a 19/03/2020, onde os professores avaliaram os alunos nesse período, realizando o fechamento da média, registrando assim a avaliação do 1º trimestre.

- Para o 2º (segundo) trimestre, como estamos em período de atividades escolares complementares não presenciais, foi modificado a forma de avaliação dos alunos nesse período, para isso, a equipe técnica da Secretaria de Educação, juntamente com os professores, criamos alguns critérios que deverão ser utilizados como parâmetros para avaliação das atividades escolares complementares não presenciais.

As avaliações deverão ser realizadas utilizando os seguintes critérios:

- Entrega e assiduidade dos trabalhos;
- Organização e capricho na realização das atividades;
- Percepção de evolução na aprendizagem do aluno (a).

- E para o 3º (terceiro) trimestre, se as atividades escolares continuarem não presenciais, estaremos mantendo a forma de avaliação estabelecida nesta normativa. Caso houver mudanças referentes as atividades escolares complementares não presenciais a normativa será revista e modificada.

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL

O segundo professor e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) devem também ser garantido no período de emergência, mobilizado e orientado por professores regentes, professores especializados, em articulação com as famílias para a organização das atividades remotas a serem realizadas.

Esses profissionais atuarão com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários.

PROFESSOR DE APOIO PEDAGOGICO

Esse profissional irá auxiliar e oferecer maior suporte aos professores regentes na elaboração de atividades remotas, garantindo a todos os alunos, as aprendizagens essenciais, aquelas que toda criança tem o direito de aprender, durante toda a Educação Básica.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

A função do coordenador pedagógico envolve articulação, agindo como mediador entre o planejamento e os professores, bem como entre pais e alunos. Sua função mediadora o torna capaz de revelar os significados das propostas curriculares e articulá-las junto ao corpo docente. Assim, este profissional pode viabilizar este trabalho de acordo com as diretrizes pedagógicas e socioculturais da escola. Ao mesmo tempo, o coordenador pedagógico deverá desenvolver amplamente sua capacidade de comunicação, visto que, os principais elos entre

escola e família são os professores e coordenadores.

ORIENTAÇÕES FINAIS

A Secretaria Municipal de Educação está à disposição dos professores, alunos e familiares, de maneira a auxiliar quanto a orientações, materiais, capacitação, enfim, tudo que estiver no alcance, diante do cenário em que estamos vivendo. Todos sabemos do momento atípico que estamos vivendo na educação, por isso dá importância de podermos em sintonia estar organizando e desenvolvendo as atividades complementares não presenciais de maneira a minimizar os impactos causados na Educação devido a pandemia, e de atender e repassar um pouco de conhecimento a todos os alunos da Rede Pública Municipal.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 12 de agosto de 2020.

ANEXO I

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001/SMECE/2020

CONTABILIZAÇÃO DAS HORAS LETIVAS DE 2020

Período	Dias letivos	Total horas	Observação
06/02 às 18/03/2020	29 dias	116 horas	Aulas presenciais
19/03 às 02/04/2020	10 dias	-	Recesso escolar
03/04 às 20/04/2020	10 dias	-	Planejamento e encaminhamento de algumas atividades;
22/04 às 31/07/2020	71 dias	284 horas	Atividades complementares não presenciais;
03/08 á 07/09/2020	26 dias	104 horas	Atividades complementares não presenciais;
08/09 á 30/09/2020	17 dias	68 horas	-
01/10 á 30/10	20 dias	80 horas	-
03/11 á 30/11/2020	20 dias	80 horas	-
01/12 á 23/12/2020	17 dias	68 horas	-
Total horas -----		800 horas	

ANEXO II

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001/SMECE/2020

DECRETO N. 488/2020

Publicação Nº 2599894

DECRETO N. 488, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido no artigo 5º, "a", §1º, I, da Lei Municipal n. 1.715, de 14 de novembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.161,00 (cinco mil cento e sessenta e um reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais
Projeto/Atividade: 2.040 - Convênio com Polícia e Bombeiros
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0054 – (CR 143) R\$ 5.161,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, na fonte de recursos 03.0054 – Superávit Trânsito Militar.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 12 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

DECRETO N. 489/2020

Publicação Nº 2599896

DECRETO N. 489, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido no artigo 5º, "a", §1º, II, da Lei Municipal n. 1.715, de 14 de novembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica – SCFV e PBF
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.1552 – (CR 131) R\$ 2.100,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.1552 – FNAS Covid-19.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 12 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 141/2020

Publicação Nº 2599253

PORTARIA N. 141, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Concede férias à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal CATIA MARA COSMANN BOFF, ocupante do cargo efetivo de Te-soureiro(a), do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 06/06/2018 à 05/06/2019, com período de gozo de 12/08/2020 à 31/08/2020.

Art. 2º Com fulcro no artigo 136, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal n. 002/2000, 1/3 (um terço) das férias será convertido em abono pecuniário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 142/2020

Publicação Nº 2599255

PORTARIA Nº 142, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no artigo 39, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 002/2000,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, a Servidora Pública Municipal CAMILA BEDIN, ocupante do cargo comissionado de Diretor(a), do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 143/2020

Publicação Nº 2599256

PORTARIA N. 143, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Interrompe parcialmente férias concedidas à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e, considerando a necessidade da profissional para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público; RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Servidora Pública Municipal GIANE CRISTINA FAZOLO, ocupante do cargo em comissão de Assessor(a) de Direção, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 10 de agosto de 2020, sendo que os 13 (treze) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, em conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 144/2020

Publicação Nº 2599257

PORTARIA N. 144, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidora Pública Municipal para ocupar cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, considerando o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, recepcionado pela Lei Orgânica Municipal (artigo 19, inciso II) e pela Lei Complementar Municipal n. 02/2000 (artigo 9º, inciso II);

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CAMILA BEDIN, portadora da Cédula de Identidade RG n. 5.162.876/SSPDC/SC, inscrita no CPF sob o n. 074.855.919-16, para ocupar o cargo de Secretária de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal de provimento em comissão do Município de Xavantina, com jornada de dedicação integral e exclusiva, vinculado ao regime jurídico estabelecido pela Lei Complementar Municipal n. 002/2000, percebendo o vencimento de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso previsto na Lei Complementar nº 020/2004 e suas alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0052/2020

Publicação N° 2598502

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0052/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CONTRATADO: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: Aquisição de retroescavadeiras nova, zero hora, ano e modelo mínimo 2020, para atender as necessidades da Secretaria de Infra-estrutura de Xaxim.

Valor do Contrato: R\$ 476.000,00 (quatrocentos e setenta e seis mil reais).

Vigência: 10/08/2020 a 31/12/2020.

Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.40.00.00.00 (134/2020).

Licitação: Processo de Compra 081/2020 – Pregão Presencial para Compras e Serviços nº 034/2020

Xaxim-SC, 10 de agosto de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

DECRETO 329/2020 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2598622

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 329/20, de 8 de Julho de 2020**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2020.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4435/19 de 16 de Dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 150.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.361.1201 - 1.005 - 148/2020 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0079.000000 150.000,00

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

0.1.0079.000000 - Excesso de arrecadação 150.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 8 de Julho de 2020

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

DECRETO 365/2020 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2598633

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 365/20, de 10 de Agosto de 2020**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2020.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4435/19 de 16 de Dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 4.050,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.361.1201 - 2.024 - 138/2020 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.3.0037.000000 4.050,00

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

0.3.0037.000000 - Superávit financeiro 4.050,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 10 de Agosto de 2020

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0101/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2599164

DECRETO Nº 0101/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 7.219,18 (sete mil e duzentos e dezenove reais com dezoito centavos) por conta do superávit financeiro do exercício anterior na seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Zortéa:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.1.014 – Construção, Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 - 00.03.0050.000000 (44) – Aplicações DiretasR\$ 7.219,18

Superávit Financeiro da Cessão Onerosa - 00.03.0050.000000 – R\$ 7.219,18

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 7.219,18

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Superávit Financeiro da Cessão Onerosa - 00.03.0050.000000 – R\$ 7.219,18

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 7.219,18

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 03 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI ANDREIA ANTUNES COSTA SARTORI

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto em 03 de agosto de 2020.

DECRETO Nº 0102/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2599167

DECRETO Nº 0102/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 93,17 (noventa e três reais com dezessete centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.1.014 – Construção, Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0063.000000 (45) – Aplicações Diretas R\$ 93,17

Transferência de Convênios - Estado/Saúde - 00.01.0063.000000 – R\$ 93,17

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 93,17

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Transferência de Convênios - Estado/Saúde - 00.01.0063.000000 – R\$ 93,17

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 93,17

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 03 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI	ANDREIA ANTUNES COSTA SARTORI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
em Exercício	

Registrado e publicado o presente Decreto em 03 de agosto de 2020.

Associações

AMAUC

CONTRATO DE RATEIO N° 03/2020

Publicação N° 2598806

CONTRATO DE RATEIO N° 03/2020

Os Municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, neste ato representado pelos seus respectivos Prefeitos, com base nas decisões tomadas em Assembleia Geral realizada no dia 28 de novembro de 2019, nos termos do art. 8º, II e IV c/c art. 16,V, do Estatuto Social da Associação, através deste Contrato de Rateio estabelecem o que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETIVO

1ª - O presente Contrato de Rateio tem por objetivo a prestação de serviços por parte da Amauc para realização de capacitação a ser disponibilizada aos Municípios na área da Educação no Projeto Despertar Digital, a ser realizado em parceria com o SENAI Alto Uruguai, para capacitação de professores na utilização de recursos digitais necessários ao desenvolvimento de aulas remotas no período de pandemia e pós-pandemia.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA DESPESA

2ª - A despesa a ser rateada pelo presente contrato de rateio é de 52.202,50 (cinquenta e dois mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos) divididos entre os Municípios que aderiram ao Projeto conforme disposto na cláusula terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO REPASSE DE RECURSOS

3ª – De acordo com o termo de adesão, compete aos Municípios relacionados efetuar o repasse de acordo com a tabela abaixo:

MUNICÍPIO	NUMERO DE CURSANDOS	TOTAL
Alto Bela Vista	28	2.198,00
Ipira	36	2.826,00
Irani	98	7.693,00
Itá	130	10.205,00
Jaborá	41	3.218,50
Lindóia do Sul	34	2.669,00
Peritiba	27	2.119,50
Piratuba	73	5.730,50
Presidente Castello Branco	30	2.355,00
Seara	137	10.754,50
Xavantina	31	2.433,50
TOTAL	665	52.202,50

	ALTO BELA VISTA	IPIRA	IRANI	ITÁ	JABORÁ	LINDÓIA DO SUL
Educ. Infantil	11	11	37	39	14	11
Ed. Fundam. I	13	10	36	36	13	23
Ed. Fundam. II	0	10	18	34	14	0
Eq.Pedagógica	4	5	7	21	0	0
	28	36	98	130	41	34
78,50	2.198,00	2.826,00	7.693,00	10.205,00	3.218,50	2.669,00

	PERITIBA	PIRATUBA	PRES.C.BCO	SEARA	XAVANTINA	TOTAL
Educ. Infantil	5	11	13	53	5	210
Ed. Fundam. I	18	26	13	37	20	245

Ed. Fundam. II	0	35	0	47	0	158
Eq.Pedagógica	4	1	4	0	6	52
	27	73	30	137	31	665
78,50	2.119,50	5.730,50	2.355,00	10.754,50	2.433,50	52.202,50

Parágrafo Primeiro: Os valores acima dispostos serão repassados da seguinte forma: Parcela única com vencimento em 15/08/2020.

Parágrafo Segundo: Pela finalidade dos cursos a serem disponibilizados (Capacitação aos professores da Rede Municipal de Ensino) poderão ser utilizados recursos do Salário Educação.

CLÁUSULA QUARTA DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

4ª - As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta das rubricas orçamentárias de cada um dos Municípios Associados no elemento de Despesa 3.3.90.39.48.00.00 (Serviços de Seleção e Treinamento).

CLÁUSULA QUINTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

5ª - A AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade com as normas contábeis as quais a AMAUC esteja subordinada, bem como observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina.

5.1 A AMAUC encaminhará a prestação de contas até 15º dia do mês subsequente ao término da capacitação.

CLAUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

6ª - O presente Contrato de Rateio terá vigência a contar de 1º de julho a 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SETIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7ª - As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas pela Diretoria ou quando necessário pela Assembleia Geral da AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pela AMAUC aos Municípios associados. E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 30 de julho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita de Alto Bela Vista	EMERSON ARI REICHERT Prefeito de Ipira
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES Prefeito de Irani	JAIRO LUIZ SARTORETTO Prefeito de Itá
ADELIR MANOEL INÁCIO Prefeito de Jaborá	GENIR LOLI Prefeito de Lindóia do Sul
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita de Peritiba	OLMIR PAULINHO BENJAMINI Prefeito de Piratuba
ADEMIR DOMINGOS MIOTTO Prefeito de Presidente Castello Branco	EDEMILSON CANALE Prefeito de Seara
ENOIR FAZOLO Prefeito de Xavantina	

ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918

AMAVI**DELIBERAÇÃO CIR 005 - CONVÊNIO SES EMENDA 815 LOA**

Publicação Nº 2599154

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (CIR Alto Vale do Itajaí)

DELIBERAÇÃO 005/2020

Dispõe sobre a definição do objeto do convênio entre o CIS-AMAVI e a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para repasse da Emenda nº 815 da Lei nº 17.875 de 2019, Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado de Santa Catarina.

A Comissão Intergestores Regional do Alto Vale do Itajaí no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária virtual no dia 10/08/2020, às 8h45min, no endereço www.amavi.org.br/reuniao-online-cir,

Considerando a reunião da Comissão de Finanças e Tributação da ALESC no dia 03/08/2020, confirmando o repasse dos 20 milhões de reais da Emenda nº 815 da LOA do Estado de SC, que "visa dar suporte financeiro aos Consórcios Intermunicipais de Saúde para ampliar o acesso aos serviços de Média e Alta Complexidade na rede de atenção à saúde das 16 regiões do Estado, para a Secretaria de Estado da Saúde", para que sejam firmados convênios entre a SES/SC e os Consórcios Intermunicipais de Saúde de SC, como a necessidade de definição do objeto do convênio.

RESOLVE:

Art. 1º A aplicação do objeto do convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde e o CIS-AMAVI, referente à Emenda nº 815 da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado de SC (Lei 17.875 de 2019) será em procedimentos de Média e Alta Complexidade – MAC, no limite da tabela praticada pelo CIS-AMAVI no momento da execução do objeto, ou seja, valor SIGTAP mais valor Complemento.

Parágrafo Único. O rateio dos recursos destinados ao CIS-AMAVI entre os consorciados será calculado com base na produção registrada no ano de 2019.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2020.

CIR Alto Vale do Itajaí

AMUREL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGE 12-08-20**

Publicação Nº 2598783

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, com amparo nos artigo 17 caput e parágrafo único e artigo 55, ambos do Estatuto da AMUREL, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no 12 de agosto de 2020, às 9 horas, por decisão de dois terços (2/3) dos Municípios associados presentes, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações DE FORMA VIRTUAL.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- Para deliberação e encaminhamentos na região da AMUREL:

Diante das novas medidas mínimas a serem tomadas em cada região, agora pelo o Estado de Santa Catarina, conforme a matriz de risco, seguindo as recomendações do COES, analisadas e homologadas pela CIR da Região;

Tubarão, 11 de agosto de 2020

Clésio Bardini de Biasi
Presidente da AMUREL
Prefeito de Treze de Maio

AMEOSC**ATA DE HABILITAÇÃO - PROC LIC 001/2020 - TP 001/2020**

Publicação Nº 2598834

ATA DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

As 8h do dia 11 de agosto de 2020, reuniu-se a Comissão de Licitação para deliberar sobre o andamento do Processo Licitatório nº 001/2020, Tomada de Preço nº 001/2020 que tem como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DA OBRA DA SEDE DA AMEOSC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTATANTE NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTA PROCESSO LICITATÓRIO.

Após análise dos documentos apresentados pelas empresas Construtora Bem Te Vi Ltda, Cleonor José Mahl & Cia Ltda, JCV Construções e Incorporações Ltda e Construtora Sigma ME e, dos Pareceres Contábil, Técnico e Jurídico os membros da Comissão de Licitação deliberaram pela habilitação de todas as empresas.

Assim o sendo, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir 12.08.2020 até o dia 18/08/2020, as 17h para eventual apresentação de razões recursais quanto a habilitação das referidas empresas. Finalizado este prazo, abre-se prazo para apresentação de contra razões também pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar de 19.08.2020 até 25.08.2020.

Em caso de apresentação de razões e contrarrazões de recursos, estes deverão ser dirigidas ao Departamento Jurídico da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC através do Protocolo Central na própria Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h45min às 11h45min e das 13h às 17h ou via Correios (AR ou Carta Registrada) para o jurídico da entidade junto ao endereço Rua Osvaldo Cruz, nº 167, Centro – São Miguel do Oeste/SC. CEP: 89900-000.

Eventuais razões recursais apresentadas serão publicadas no site da AMEOSC junto ao link do Processo Licitatório nº 001/2020, Tomada de Preço nº 001/2020 para ciência dos interessados.

Findado o prazo de apresentação de razões recursais e sem a interposição de qualquer recurso, decairá o prazo de contrarrazões e a Comissão de Licitação emitirá novo ato designando a data de abertura dos envelopes de proposta para o regular prosseguimento do feito.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de agosto de 2020

Rafael Favreto
Presidente da Comissão de Licitação

Claudenice Caramori
Membro da Comissão de Licitação

Aldo Justino Salvi
Membro da Comissão de Licitação

Marla Daridsa Berger
Membro da Comissão de Licitação

Consórcios

AGIR

DESPACHO TERMINATIVO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 118/2019 - AGIR

Publicação Nº 2599240

DESPACHO TERMINATIVO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 118/2019.

OBJETO: Validação dos valores operacionais e valor equilíbrio econômico financeiro do período de serviço emergencial dos serviços de Transporte Público Coletivo de Passageiros do município de Jaraguá do Sul/SC.

SOLICITANTE: Departamento de Trânsito e Transporte de Jaraguá do Sul/SC.

INTERESSADOS: Empresa Viação Canarinho e Município de Jaraguá do Sul/SC.

I – Recebi nesta data, o Parecer Administrativo Complementar nº 090/2020, exarado pela Gerência de Controle, Regulação e Fiscalização de Transporte Coletivo e demais Serviços Públicos da AGIR, juntamente com o Economista, que em atenção ao pedido apresentado pelo município de Jaraguá do Sul, por intermédio do Ofício 295/2020/Semplu-DTT do Departamento de Trânsito e Transporte, solicitando a atualização de valores apurados nos autos do mencionado Procedimento Administrativo nº 118/2019.

II – Os cálculos acham-se representados pela figura 1, pelo Quadro 1, Quadro 2, e Quadro 3, que integram o referido Parecer nº 090/2020 e que, s.m.j. apontam para o resultado aguardado pelo ente municipal, para as devidas apropriações, uma vez, como já mencionado, a gestão do contrato é competência exclusiva do ente público consorciado.

III – Por tudo isso, convalido e ratifico os termos do referido parecer, ressalvadas as responsabilidades técnicas, para todos os seus efeitos.

IV – Abre-se prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento desta Decisão, para manifestações, em sendo o caso, e não as havendo, seja o Procedimento Administrativo nº 118/2019 encerrado e arquivado.

Blumenau, 10 de agosto de 2020.

Heinrich Luiz Pasold

Diretor Geral em Home Office

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2020 - CONSELHO DE REGULAÇÃO

Publicação Nº 2598663

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2020

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Roberto Aurélio Merlo, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os (a) senhores (a) Conselheiros (a) do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2020, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 27 de agosto de 2020

Horário: Início às 8:30 horas

Local: Virtual

Ordem do dia:

- 1) Discussão, apreciação e deliberação da minuta de Resolução Normativa, que dispõe sobre o procedimento para a realização da revisão ordinária das tarifas do contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto da concessionária Jaguaruna Saneamento SPE S/A e dá outras providências;
- 2) Discussão, apreciação e deliberação da minuta de Resolução Normativa, que altera o Parágrafo Único. do art. 2º da Resolução Normativa nº 24/2020;
- 3) Apresentação da Metodologia de Acompanhamento do Termo de Compromisso;
- 4) Apresentação das atividades desenvolvidas pelas Diretorias e Coordenadorias;
- 5) Apresentação do Relatório de Ouvidoria e
- 6) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 10 de agosto de 2020.

Roberto Aurélio Merlo

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIDEMA**RESOLUÇÃO Nº 09/2020**

Publicação Nº 2598485

RESOLUÇÃO Nº 09/2020

LUCIANO JOSÉ BULIGON, Prefeito de Chapecó e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e do Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos IV e VIII do Estatuto Social:

RESOLVE:

Art. 1º Designar, Riquelmo Bedin Filho e Maiane Oldoni, para exercerem nas funções de Pregoeiros nos processos licitatórios, modalidades Pregão Presencial e Eletrônico, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Ficam designados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios, modalidades Pregão Presencial e Eletrônico, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os seguintes empregados públicos:

I - Maiara Dos Santos Almeida - Membro

II - Andressa Campagnaro Campana - Membro

III - Ricardo Ulkowski - Membro

Art. 3º Os Pregoeiros e equipe de apoio têm como atribuições, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, análise de sua aceitabilidade e a sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º Revoga-se a Resolução 05/2020 de 08 de abril de 2020, ficando a de número 09/2020.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 10 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito de Chapecó

Presidente do CIDEMA

RESOLUÇÃO Nº 008/2020

Publicação Nº 2599166

RESOLUÇÃO Nº 008/2020

LUCIANO JOSE BULIGON, Prefeito de Chapecó e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e do Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos IV e VIII do Estatuto Social,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

ORGAO 02:	CIDEMA
UNIDADE 04:	PROGRAMA PROSUASA
PROJETO/ATIVIDADE:	2.003-PROGRAMA SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGRO-PECUARIA-PROSUASA
ELEMENTO DESPESA	3.3.90.00.00 – D-(3) RECURSOS PROPRIOS
VALOR:	30.000,00

Art. 2º - Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior correrão por conta da anulação de dotação, conforme abaixo discriminado:

ORGAO 02:	CIDEMA
UNIDADE 04:	PROGRAMA PROSUASA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.003	2.003-PROGRAMA SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGRO-PECUARIA-PROSUASA
ELEMENTO DESPESA	3.3.90.00.00 D: (2)– RECURSOS PROPRIOS
VALOR:	10.000,00
ELEMENTO DESPESA	4.4.90.00.00 D: (4)– RECURSOS PROPRIOS
VALOR:	20.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Chapecó, SC, 14 de julho de 2020.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito de Chapecó

Presidente do CIDEMA

CIMVI**CONTRATO Nº 2018/019 - SEGUNDO TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2598938

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/019
LOCAÇÃO DE IMÓVEL

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Fernando Tomaselli, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, e de outro lado CLÓVIS JOSÉ CRISTELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 293.207.479-20, portador da cédula de identidade nº 386.259-3, e GLÓRIA HERMOGENES DOMINGOS CRISTELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 288.694.359-20, portadora da cédula de identidade nº 1/R 668.622, expedida pela SSP/SC, residentes e domiciliados na Rua 7 de Setembro, nº 22, Bairro Kobrasol, na cidade de São José – SC, adiante denominados LOCADORES, de conformidade com o Processo de Dispensa de Licitação nº 019/2018 e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato) e alterações, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

- 1.1. CONSIDERANDO o pedido formulado pelos LOCADORES, protocolado na sede do LOCATÁRIO na data de 03/07/2020, solicitando o reajuste do aluguel mensal pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com fulcro na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 2018/019;
 - 1.2. CONSIDERANDO que a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 2018/019 prevê que “O aluguel mensal poderá ser reajustado anualmente pelo índice do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou sucedâneo legal, acumulado nos últimos 12 (dozes) meses”;
 - 1.3. CONSIDERANDO que o IGP-M acumulado nos últimos doze meses corresponde a 9,27% (nove inteiros e vinte e sete centésimos por cento), conforme tabela anexa;
 - 1.4. É celebrado o presente termo aditivo ao contrato.
- CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

- 2.1. O valor do aluguel mensal de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 2018/019, firmado em 01/08/2018, fica reajustado em 9,27% (nove inteiros e vinte e sete centésimos por cento), correspondente ao IGP-M acumulado nos últimos doze meses (agosto de 2019 a julho de 2020), passando de R\$ 2.979,48 (dois mil e novecentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos) para R\$ 3.255,68 (três mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), a contar de 1º de agosto de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

- 3.1. OS LOCADORES declaram que as alterações feitas por este termo aditivo recompõe o equilíbrio econômico financeiro contratual originário, renunciando a todo direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor do LOCATÁRIO, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas no contrato originário, neste termo aditivo, no Processo de Dispensa e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

- 4.1. As demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as disposições de que tratam o primeiro termo aditivo e o presente termo, ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente alteração, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Timbó, 10 de Agosto de 2020.

LOCADORES:

CLÓVIS JOSÉ CRISTELLI GLÓRIA H. DOMINGOS CRISTELLI

LOCATÁRIO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI
Fernando Tomaselli – Diretor Executivo

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo
Advogado
OAB/SC 17.721 - Visto

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - AUA

Publicação Nº 2599445

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 284/2020**LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 922/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor LUIS CARLOS MAAS, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 040.447.939-13, para as atividades 03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros; 26.50.20 - Abate de animais de pequeno porte (aves, rãs, coelhos, etc.) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal, que será exercida no imóvel situado à Rua Ribeirão das Antas, s/nº, Bairro Ribeirão das Antas, Benedito Novo/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Benedito Novo/SC, 05 de agosto de 2020.

Danilo Boanerges Souza
Município de Benedito Novo
Portaria 005/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 282/2020**LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 656/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento FWL USINAGEM DE PRECISÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 03.090.686/0001-47, para a atividade 12.80.00 - Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes, que será exercida no imóvel situado à Rua Dona Clara, nº 315, Bairro Dona Clara, Timbó/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó/SC, 06 de agosto de 2020.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 285/2020**LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 178/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento RE-TÊXTIL FIBRAS RECICLADAS LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 35.611.921/0001-75, para a atividade 71.30.01 - Unidade de reciclagem de resíduos Classe II A, que será exercida no imóvel situado à Rua Dante Zonta, nº 718, Bairro Estação, Ascurra/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ascurra/SC, 06 de agosto de 2020.

Odirlei Fistarol
Município de Ascurra
Portaria 5785/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 286/2020**LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1066/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RODEIO o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento LABORATÓRIO DOSARE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 80.494.230/0001-93, para a atividade 56.11.01 - Laboratório de análises de serviços de saúde, exceto locais exclusivos de coleta, que será exercida no imóvel situado à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.975 - Bairro Gávea, Rodeio/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rodeio/SC, 06 de agosto de 2020.

Marcos Roberto Tomelin
Município de Rodeio
Portaria 7756/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 287/2020

LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 89/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor DARIO HACHBARTH, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 02.948.844/0001-94, para a atividade 71.00.00 - Serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, com pintura, exceto manutenção de eletrodomésticos, que será exercida no imóvel situado à Rua Holanda, nº 91, Bairro Alto Benedito, Benedito Novo/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Benedito Novo/SC, 06 de agosto de 2020.

Danilo Boanerges Souza
Município de Benedito Novo
Portaria 005/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA N° 288/2020**LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 458/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento RESIDENCIAL VILA NOVA V, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 10.602.346/0001-13, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel situado à Rua Júlio Merini, nº 335 e nº 341, Bairro Vila Nova – Ascurra/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ascurra/SC, 06 de agosto de 2020.

Odirlei Fistarol
Município de Ascurra
Portaria 5785/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - CCA

Publicação N° 2599439

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N° 557/2020**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 497/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 09/07/2024, formulado pelo empreendedor SALES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 80.084.338/0001-08, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais, que será constituído por 02 (duas) Unidades Habitacionais (NH), situada na Rua Água Branca, s/nº (Lote nº 24, do Loteamento denominado "Loteamento Real II" – Matrícula nº 14.303, Livro nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), Bairro Araponguinhas, Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 03 de agosto de 2020.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N° 556/2020**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 511/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 17/07/2024, formulado pelo empreendedor R CIPRIANI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 30.290.396/0001-10, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais, que será constituído por 04 (quatro) Unidades Habitacionais (NH), situada na Rua Frida Grimm, s/nº (Lote nº 66, do Loteamento denominado "Residencial Alfablu XXXVII" – Matrícula nº 27.915, Livro nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), Bairro Araponguinhas, Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 03 de agosto de 2020.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - DANC

Publicação Nº 2599437

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 834/2020**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 522/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 03/08/2021, formulado pelo empreendedor NANI EMBALAGEM E FACÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 07.330.487/0001-10, para a atividade de Envasamento e empacotamento sob contrato, situado na Rua Luiz Michel, nº 185 (Galpão), Bairro Estrada das Areias, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 03 de agosto de 2020.

Paulo Roberto Ledra

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 832/2020**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 517/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 03/08/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, para a atividade de Construção em Alvenaria para Atividade de Unidade de Saúde "Caetano da Silva Porto" – 169,02 m², situado na Rua XV de Novembro, nº 377, Bairro Carijós, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 03 de agosto de 2020.

Paulo Roberto Ledra

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 833/2020**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 514/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 03/08/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, para a atividade de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária – 214,00 m de Extensão, situado na Rua Arnaldo Alfarth, s/nº, Bairro Encano, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 03 de agosto de 2020.

Paulo Roberto Ledra

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 836/2020**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 527/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 04/08/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, para a atividade de Pavimentação em Bloco de Concreto – 124,00 m de Extensão, situado no Beco São Jeremias, s/nº, Bairro João Paulo II, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 04 de agosto de 2020.

Paulo Roberto Ledra

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 835/2020**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 513/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 04/08/2021, formulado pelo empreendedor DHT PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 09.685.394/0001-33,

para a atividade de Supermercado atacadista, com vendas de produtos de gênero alimentício, contando com setores de açougue e padaria, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/nº, Bairro das Nações, no Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Timbó/SC, 04 de agosto de 2020.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAO

Publicação Nº 2599451

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 187/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 517/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor INCAPE – INDÚSTRIA CATARINENSE DE PAPÉIS ESPECIAIS EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 23.560.504/0001-61, para as atividades 17.22.00 - Fabricação de papelão, cartolina e cartão / 42.32.20 - Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos, que será exercida na Rua Rio do Sul, nº 300, Bairro Alto Benedito Novo – Benedito Novo/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Benedito Novo/SC, 31 de janeiro de 2020.

Danilo Boanerges Souza
Município de Benedito Novo
Portaria nº 005/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 283/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 188/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor DECLAUS CONFECÇÕES EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 73.591.588/0001-79, para as atividades 24.12.00 - Fiação ou tecelagem de fibras têxteis artificiais e sintéticas / 24.11.00 - Fiação ou tecelagem de fibras têxteis vegetais, que será exercida na Rua Fritz Lorenz, nº 4.115, Bairro Industrial – Timbó/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó/SC, 04 de agosto de 2020.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 284/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 726/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA (SAMAE), pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 27.397.940/0001-12, para a atividade 34.41.13 - Estação de transbordo para resíduos ou rejeitos sólidos urbanos ou equiparados aos resíduos domiciliares, que será exercida na Rodovia BR 470, s/nº, Bairro Baú Baixo – Ilhota/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ilhota/SC, 06 de agosto de 2020.

Roberto da Silva
Município de Ilhota
Portaria 35/2020

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAP

Publicação Nº 2599447

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 113/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 337/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendimento COOPERATIVA JURITI - COOPERJURITI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 84.093.137/0001-28, para a atividade de 26.60.00 - Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado, exceto entreposto, que será exercida no imóvel situado a RODOVIA SC 108 – KM 13, BAIRRO, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI - Massaranduba/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Massaranduba/SC, 06 de Agosto de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves
Município de Massaranduba
Portaria nº 0686/2019

CINCATARINA**AT20CIN27009-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2599721

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27009

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27010-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599722

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27010

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27011-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599748

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27011

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27012-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599725

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27012

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27013-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599727

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27013

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27014-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599728

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27014

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27015-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599730

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27015

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27016-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599731

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27016

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27017-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599734

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27017

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27018-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599733

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27018

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27019-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599795

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27019

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27020-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599735

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27020

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27021-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599736

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27021

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27022-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599737

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27022

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27023-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599738

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27023

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27024-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0010362020

Publicação Nº 2599739

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27024

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27025-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0010362020

Publicação Nº 2599740

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27025

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27026-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599742

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27026

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27027-PETROLÂNDIA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599743

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27027

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27028-PETROLÂNDIA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599744

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27028

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27029-PETROLÂNDIA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599745

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27029

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27030-PETROLÂNDIA-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599792

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27030

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27031-PETROLÂNDIA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0010362020

Publicação Nº 2599747

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27031

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27032-PETROLÂNDIA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599767

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27032

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27033-PETROLÂNDIA-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599749

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27033

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27034-PETROLÂNDIA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599750

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27034

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27035-PETROLÂNDIA-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS -PAL0010362020

Publicação Nº 2599752

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27035

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27036-PETROLÂNDIA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599753

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27036

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27037-PETROLÂNDIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599754

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27037

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27038-PETROLÂNDIA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599755

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27038

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27039-PETROLÂNDIA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599756

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27039

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27040-PETROLÂNDIA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599757

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27040

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27129-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599758

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27129

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27461-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599759

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27461

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 06/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27462-PETROLÂNDIA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICI-PAL0010362020

Publicação Nº 2599760

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27462

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 06/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27463-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599761

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27463

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 06/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27464-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599762

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27464

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 06/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28302-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599763

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28302

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28303-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0010362020

Publicação Nº 2599764

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28303

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28304-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599765

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28304

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28305-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS -PAL0010362020

Publicação Nº 2599766

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28305

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28306-MUNICÍPIO DE OURO-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599775

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28306

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28307-MUNICÍPIO DE OURO-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599768

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28307

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28308-MUNICÍPIO DE OURO-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599770

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28308

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28309-MUNICÍPIO DE OURO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599771

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28309

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28310-MUNICÍPIO DE OURO-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS -PAL0010362020

Publicação Nº 2599772

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28310

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28311-MUNICÍPIO DE OURO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599773

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28311

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28312-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599774

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28312

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28313-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599783

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28313

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28314-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599776

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28314

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28315-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599777

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28315

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28316-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599778

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28316

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28317-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599779

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28317

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28318-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599780

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28318

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28319-PETROLÂNDIA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599781

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28319

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28320-PETROLÂNDIA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599789

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28320

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28321-PETROLÂNDIA-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS -PAL0010362020

Publicação Nº 2599793

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28321

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28322-PETROLÂNDIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599784

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28322

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28323-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599785

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28323

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28324-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599786

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28324

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28325-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599787

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28325

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28326-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599788

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28326

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28327-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599791

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28327

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28328-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599790

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28328

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0034

Publicação Nº 2598884

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0034/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" 12590/2020-e

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos Médico Hospitalares, Odontológicos e de Fisioterapia, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 12/08/2020 até às 09:00 horas do dia 25/08/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 25/08/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 25/08/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620. Site: www.cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 11 de agosto de 2020.

Elói Rønnau – Diretor Executivo do CINCATARINA

TR20CIN14779-0111-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 2599555

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14779

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10986

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 695-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14782-0017-0005-CINCATARINA-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 2599591

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14782

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11118

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 565-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14799-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 2599655

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14799

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN13388

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1193-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14800-0061-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599633

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14800

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11396

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1193-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14805-0087-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação Nº 2599732

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14805

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12192

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 43-2500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14806-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação Nº 2599586

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14806

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 43-2500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14813-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599556

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14813

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10301

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 12-5000; 185-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14815-0017-0005-CINCATARINA-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599557

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14815

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10389

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 507-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14816-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599558

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14816

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 406-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14817-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599559

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14817

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 252-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14818-0091-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599561

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14818

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10511

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 252-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14819-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599562

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14819

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 142-1000; 270-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14820-0017-0005-CINCATARINA-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599563

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14820

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT20CIN10652

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14821-0017-0005-CINCATARINA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599564

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14821

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10739

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 22-3000; 28-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14822-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599565

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14822

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14823-0017-0005-CINCATARINA-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599566

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14823

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11030

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 307-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14824-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599567

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14824

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11285

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 702-240

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14825-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599568

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14825

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 167-600; 368-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14826-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599570

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14826

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11459

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 291-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14827-0120-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599571

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14827

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11505

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 291-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14830-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599572

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14830

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 638-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14833-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599573

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14833

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1068-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14834-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599574

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14834

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 40-1500; 44-1500; 54-750; 64-1500; 104-1200; 382-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14835-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599575

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14835

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 469-2500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14836-0120-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599576

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14836

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11956

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 469-2500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14837-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação Nº 2599577

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14837

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 327-6000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14838-0120-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação Nº 2599578

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14838

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12206

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 327-6000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14839-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação N° 2599579

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14839

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 143-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14840-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação N° 2599580

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14840

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 82-500; 149-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14849-0017-0005-CINCATARINA-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação N° 2599581

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14849

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12492

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 255-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14850-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599582

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14850

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-9600; 14-4000; 16-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14851-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599583

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14851

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 123-600; 163-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14852-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599584

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14852

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 298-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14853-0035-0004-MUNICÍPIO DE LUZERNA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599585

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14853

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12589

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 298-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14860-0017-0005-CINCATARINA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599592

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14860

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12853

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 410-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14862-0045-0004-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599587

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14862

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10317

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 302-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14863-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599588

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14863

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10301

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 302-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14865-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599589

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14865

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1093-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14868-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599590

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14868

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1205-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14869-0017-0005-CINCATARINA-ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -PAL0010362020

Publicação Nº 2599794

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14869

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11997

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1240-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14900-0017-0005-CINCATARINA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599599

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14900

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12070

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 574-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14939-0105-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599594

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14939

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11413

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1193-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14942-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599595

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14942

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1101-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14963-0017-0005-CINCATARINA-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599596

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14963

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT20CIN10652

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14964-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599597

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14964

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT20CIN13083

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14966-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599607

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14966

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 476-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14967-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599600

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14967

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN13367

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 476-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14968-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599601

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14968

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1226-90

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14972-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599602

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14972

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN13249

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 905-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14973-0017-0005-CINCATARINA-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599603

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14973

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11030

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 905-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14974-0054-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599604

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14974

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN15895

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 603-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14975-0095-0005-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599605

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14975

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11319

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 603-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14976-0127-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599606

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14976

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN14349

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 603-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14977-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2599707

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14977

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 80-4000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14978-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599608

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14978

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN13387

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 80-4000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14979-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599609

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14979

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN13386

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 100-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14980-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599610

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14980

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN13254

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 580-670; 825-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14981-0017-0005-CINCATARINA-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599611

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14981

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11606

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 100-60; 580-670; 825-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14982-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599612

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14982

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 776-100; 919-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14983-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599613

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14983

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN13245

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 919-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14984-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599614

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14984

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN13375

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 776-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14986-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599615

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14986

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN13248

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 755-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14987-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599616

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14987

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 755-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14991-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599617

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14991

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN24394

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14992-0017-0005-CINCATARINA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599618

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14992

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN24364

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14997-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599619

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14997

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN13082

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 640-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14998-0017-0005-CINCATARINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599620

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14998

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12319

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 640-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15019-0170-0005-AGROLÂNDIA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599621

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15019

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10543

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1053-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15020-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599622

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15020

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN13258

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 540-400; 1053-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15021-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599623

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15021

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN13391

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 517-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15022-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599624

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15022

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 517-400; 540-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15024-0170-0005-AGROLÂNDIA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599625

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15024

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11350

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 603-120

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15025-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599626

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15025

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11285

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 459-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15092-0035-0004-MUNICÍPIO DE LUZERNA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599628

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15092

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10487

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 131-1200; 566-90

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15093-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599629

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15093

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 131-1200; 566-90

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15097-0121-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599630

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15097

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10612

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 508-800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15098-0120-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599631

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15098

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN25526

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 493-900

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15104-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599632

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15104

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1127-700

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15105-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599636

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15105

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 946-200; 988-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15106-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599634

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15106

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN13080

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 946-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15107-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599635

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15107

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN13367

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 988-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15108-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599665

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15108

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 993-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15109-0121-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599637

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15109

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10991

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 993-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15110-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599638

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15110

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 59-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15111-0017-0005-CINCATARINA-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599639

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15111

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11030

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 184-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15112-0017-0005-CINCATARINA-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599640

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15112

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11030

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 184-1200; 807-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15113-0017-0005-CINCATARINA-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599641

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15113

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11030

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 140-240

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15115-0035-0004-MUNICÍPIO DE LUZERNA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599642

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15115

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11295

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-1150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15116-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599643

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15116

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11285

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-1150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15117-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2599644

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15117

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 121-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15118-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2599645

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15118

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 647-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15119-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2599646

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15119

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 558-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15120-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2599647

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15120

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 248-140; 310-140

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15123-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599648

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15123

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11459

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 526-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15124-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599649

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15124

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11459

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 351-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15125-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599651

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15125

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11459

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 446-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15126-0017-0005-CINCATARINA-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599652

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15126

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

ATA: AT20CIN11539

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 126-2100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15132-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599653

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15132

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 66-600; 112-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15134-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599654

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15134

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 99-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15135-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599782

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15135

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1310-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15136-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599656

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15136

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 300-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15137-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599657

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15137

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 399-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15138-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599658

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15138

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 295-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15146-0017-0005-CINCATARINA-ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -PAL0010362020

Publicação Nº 2599659

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15146

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11997

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 577-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15147-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -PAL0010362020

Publicação Nº 2599660

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15147

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN13081

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 577-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15148-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação Nº 2599661

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15148

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 101-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15168-0035-0004-MUNICÍPIO DE LUZERNA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599662

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15168

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12330

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 135-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15169-0017-0005-CINCATARINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599663

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15169

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12319

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 135-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15194-0017-0005-CINCATARINA-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599664

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15194

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12492

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 116-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15239-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599746

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15239

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 882-6

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15243-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599666

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15243

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1026-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15244-0017-0005-CINCATARINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599667

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15244

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12319

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 545-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15245-0046-0004-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599668

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15245

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12336

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 545-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15302-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599669

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15302

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN16412

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-10000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15303-0173-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599670

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15303

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN16644

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-10000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15317-0173-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599671

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15317

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

ATA: AT20CIN16645

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 487-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15318-0017-0005-CINCATARINA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599672

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15318

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

ATA: AT20CIN16413

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 487-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15329-0017-0005-CINCATARINA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599673

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15329

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10739

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 626-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15402-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599674

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15402

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 970-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 07/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15403-0171-0004-DONA EMMA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599675

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN14373

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 40-3800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 07/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15404-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599676

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15404

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 40-3800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 07/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15417-0017-0005-CINCATARINA-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599677

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15417

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11118

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 565-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15418-0134-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599678

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15418

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN20651

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 565-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15422-0098-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599679

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15422

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11410

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 562-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15423-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599680

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15423

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN13388

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 562-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15424-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599681

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15424

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN16674

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 608-360

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15486-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599682

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15486

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10301

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 95-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15490-0017-0005-CINCATARINA-AG KIENEN & CIA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599683

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15490

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AG KIENEN & CIA LTDA

ATA: AT20CIN10822

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 236-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15491-0085-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599685

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15491

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10975

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 47-40000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15492-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599687

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15492

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 47-40000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15494-0085-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599688

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15494

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11405

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 830-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15495-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599689

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15495

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 830-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15502-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599691

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15502

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 197-720

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15511-0017-0005-CINCATARINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2599693

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15511

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12319

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 471-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15540-0098-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599694

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15540

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10980

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 917-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15563-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599695

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15563

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 615-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15564-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599696

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15564

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 108-1500; 131-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15565-0037-0004-MUNICÍPIO DE VARGEM-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599697

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15565

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10488

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 108-1500; 131-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15566-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599698

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15566

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 41-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15567-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599699

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15567

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 319-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15572-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599700

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15572

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 59-3000; 387-300; 417-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15573-0037-0004-MUNICÍPIO DE VARGEM-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599701

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15573

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10954

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 59-3000; 417-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15574-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599702

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15574

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 817-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15575-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599703

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15575

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 231-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15576-0134-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599704

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15576

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10997

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 231-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15577-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599705

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15577

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11285

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15578-0037-0004-MUNICÍPIO DE VARGEM-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020

Publicação Nº 2599706

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15578

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11296

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15580-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação N° 2599724

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15580

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 263-4000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15581-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação N° 2599708

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15581

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 388-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15582-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação N° 2599709

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15582

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 121-1800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15583-0037-0004-MUNICÍPIO DE VARGEM-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599710

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15583

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11384

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 121-1800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15584-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599711

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15584

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 127-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15592-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599712

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15592

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1219-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15595-0017-0005-CINCATARINA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599713

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15595

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN24364

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15596-0017-0005-CINCATARINA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599714

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15596

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12070

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 151-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15597-0040-0004-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação Nº 2599715

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15597

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12171

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 447-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15598-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020

Publicação Nº 2599716

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15598

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 447-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15609-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599717

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN16412

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15610-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599718

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15610

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 496-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15629-0017-0005-CINCATARINA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2599719

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15629

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

ATA: AT20CIN12802

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 836-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15630-0017-0005-CINCATARINA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2599720

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15630

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12853

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 159-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 11 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CIS/AMARP**ATA 04 2020 SECRETÁRIOS(AS)**

Publicação Nº 2599863

1 Ata da quarta reunião do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe
2 - CISAMARP. Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às 14:00 horas, de
3 forma virtual, por aplicativo, ocorreu reunião com os Secretários de Saúde. Inicialmente
4 o Sr. Marcelo José Borsatti, Diretor Executivo do CISAMARP, cumprimentou os
5 presentes e agradeceu a presença dos mesmos, em seguida explanou aos participantes
6 que a Comissão de Saúde do Colegiado de Consórcios Públicos de Santa Catarina,
7 vinha há tempos articulando o recebimento do valor de R\$ 20.000.000,00 anuais pelos
8 Consórcios de Saúde de Santa Catarina, e para uso em ações de Média e Alta
9 Complexidade – MAC pelos municípios consorciados, conforme Audiência pública
10 realizada na ALESC no dia 03/08/2020, com participação do Secretário de Estado da
11 Fazenda Sr. Paulo Eli, onde foi afirmado pelo mesmo, que será liberado aos consórcios
12 o valor de R\$ 20.000.000,00 (Vinte Milhões de reais), oriundos da Emenda 815 à Lei
13 17.875/2019, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado de Santa Catarina, montante
14 este que será rateado aos 13 Consórcios de Saúde existentes no Estado de Santa
15 Catarina. O critério de distribuição utilizado será a produção registrada no sistema próprio
16 de cada consórcio, porém, considerando o valor SUS de cada procedimento. A
17 distribuição para os municípios, será de acordo com a mesma lógica, mas pelo valor
18 gasto por cada município considerando somente o valor SUS de cada procedimento. Em
19 reunião virtual na data de 07 (sete) de agosto de dois mil e vinte o Secretário de Estado
20 da Fazenda Paulo Eli, solicitou aos consórcios que fosse definido junto aos municípios
21 se este valor seria utilizado totalmente ou em parte para ações de enfrentamento da
22 pandemia de COVID19, ou se os municípios preferem aguardar o término do período
23 eleitoral e após este, receber o valor e utilizar em ações de Média e Alta Complexidade
24 (MAC), possivelmente descontando da fatura mensal o valor de direito do município até
25 o limite total do valor a receber. Colocado em votação sendo M para MAC e C para
26 COVID conforme tabela abaixo:

Solicitação	Utilizar o valor proposto totalmente ou em parte para ações durante a pandemia de COVID19, ou aguardar o término do período eleitoral que será neste ano e após este receber o valor e utilizar em ações de Média e Alta Complexidade (MAC).
Discussões:	Ponderado entre os secretários que as ações referentes a pandemia COVID19 estão organizados e que os municípios já receberam recurso com esta finalidade, porém, em relação ao MAC este já é uma preocupação latente pela demanda reprimida e deve se acentuar ainda

		mais pós pandemia devido à queda na arrecadação municipal e a possíveis pacientes com sequela pós novo coronavírus (SARS-CoV-2).															
Municípios	VIDEIRA	IOMERÊ	JOAÇABA	FRAIBURGO	CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	IBICARÉ	CATANDUVAS	ARROIO TRINTA	VARGEM BONITA	PINHEIRO PRETO	LEBON REGIS	CAPINZAL	IBIAM	MACIEIRA	CALMON	TIMBO GRANDE
Voto	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
Decisão:	Aprovado por unanimidade entre os presentes que o valor deve ser utilizado para ações de Média e Alta Complexidade – MAC.																

- 1 Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a ata, a qual após lida e
 2 achada conforme, será assinada pelos participantes, sendo os(as) senhores(as):
 3 Marcelo José Borsatti, Monalisa Giazsoni, Viviam F. Rissardi, Guilherme Krieger,
 4 Ademar Schmitz, Juliana Serighelli, Karoline Fachini, Valdemir Zamboni, Ayres Nogueira
 5 Junior, Marlene Alberghini, Zildete Denardi, Kamille Sartori Beal, Claudia Dalazem
 6 Santos, Rosemari Santos de Oliveira, Alice Gomes da Rocha, José Travisani, Aldacir de
 7 Oliveira, Valmor Reisdorfer, Maria Ivete Gomes De Oliveira, Ivanice Angela Peccin, Ely
 8 Terezinha Magnabosco Moterle, Marilu Aparecida De Andrade, Gilmar Massaneiro.

9 ☐

RESOLUÇÃO 35 2020 RECURSO 20 MILHOES

Publicação Nº 2599156

RESOLUÇÃO 35/2020

Dispõe sobre forma de uso de recurso financeiro.

Pedro Rabuske, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere inciso VIII, Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP, e respaldado pela decisão dos(as) Secretários(as) de Saúde em reunião do dia 08/10/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a decisão dos(as) Secretários(as) de Saúde dos municípios consorciados, de que o recurso de R\$ 1.950.903,62 (um milhão, novecentos e cinquenta mil, novecentos e três reais e sessenta e dois centavos, a ser disponibilizado pelo Estado de Santa Catarina ao CISAMARP, será destinado totalmente aos municípios para pagamento de procedimentos/ações de média e alta complexidade, dos procedimentos oferecidos pelo CISAMARP.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 11 de agosto de 2020.

Pedro Rabuske
Presidente do CISAMARP

RESOLUÇÃO 36 2020 JORNADA DE TRABALHO

Publicação Nº 2599158

RESOLUÇÃO 36/2020

Dispõe sobre jornada de trabalho dos funcionários do CISAMARP.

Considerando a Pandemia de COVID-19;

Considerando que a região do ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, está em situação gravíssima na classificação de risco da matriz de risco do Estado de Santa Catarina;

Considerando que no CISAMARP, laboram apenas 3 funcionários, e que se os mesmos se contaminarem, pode-se inviabilizar o funcionamento do Consórcio;

Considerando que a criação de jornadas de trabalho distintas diminuirá o contato entre os funcionários e decorrente disso, o risco de um contágio;

Considerando que a jornada de trabalho será estendida no tempo total de atendimento do CISAMARP e em nada prejudicará o atendimento aos municípios consorciados e prestadores de serviço credenciados;

Pedro Rabuske, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere inciso VIII, Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a partir desta data e determinar seu cumprimento, jornadas de trabalho distintas de 6 horas ininterruptas para os funcionários do CISAMARP.

Art. 2º As Jornadas de trabalho se darão nos seguintes horários: Jornada 1: 07:00 h às 13:00 horas para a Funcionária Viviam Fiabane Rissardi e Jornada 2: 12:30 h às 18:30 horas para o funcionário Marcelo José Borsatti.

Art. 3º Conceder férias para a Funcionária Monalisa Giazsoni entre os dias 12 e 21/08/2020, e enquadrá-la na jornada 1, quando do retorno das férias.

Art. 4º Esta resolução tem validade de 30 dias e pode ser alterada a qualquer momento em função da pandemia COVID-19, do interesse público ou para o perfeito andamento dos serviços do CISAMARP.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 11 de agosto de 2020.

Pedro Rabuske
Presidente do CISAMARP

RESOLUÇÃO Nº 15/2020 CPL CEMED

Publicação Nº 2599470

Resolução nº 15/2020 – CPL

Viviam Fiabane Rissardi, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Resolução 26/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, homologa CLÍNICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA EIRELI (XANXERÊ) - CEMED, CNPJ 07.598.562/0002-09 situada na Rua Olímpio Tortato nº 48 – Centro, Xanxerê/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	R\$
BIOPSIA ESOFAGO ESTOMAGO E DUODENO	9016511	R\$ 13,00
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	0209010029	R\$ 300,00
COLPOSCOPIA	0211040029	R\$ 100,00
COLPOSCOPIA COM BIOPSIA SEM ANALISE	9016791	R\$ 130,00
CONSULTA DE RETORNO	1080301339	R\$ 0,00
CONSULTA MEDICA EM PSIQUIATRIA INCLUINDO TERAPIA INDIVIDUAL	9016368	R\$ 130,00
CONSULTA MEDICA EM UROLOGIA	9016457	R\$ 70,00
CONTRASTE PARA RESSONANCIA MAGNETICA	90123	R\$ 70,00
CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA	1080301363	R\$ 50,00
CORE BIOPSY MAMA SEM LIMITE NODULOS	9016694	R\$ 520,00
CORE BIOPSY PROSTATA DOZE FRAGMENTOS	9016678	R\$ 400,00
DENSITOMETRIA OSSEA DE COLUNA OU FÊMUR	0204060028	R\$ 55,10
EDA - ENDOSCOPIA COM SEDAÇÃO	9016350	R\$ 161,00
ELETROCARDIOGRAMA	0211020036	R\$ 30,00
ELETROENCEFALOGRAFIA EM VIGILIA C/ OU S/ FOTO-ESTIMULO	0211050024	R\$ 120,00
ELETROENCEFALOGRAMA EM SONO INDUZIDO C/ OU S/ MEDICAMENTO (EEG)	0211050032	R\$ 120,00
MAMOGRAFIA BILATERAL	9016287	R\$ 45,00
PAAF MAMARIA PUNCAO ASPIRATIVA POR AGULHA FINA SEM LIMITE NODULOS	9016724	R\$ 300,00
PAAF TIREOIDE PUNCAO ASPIRATIVA POR AGULHA FINA SEM LIMITE DE NODULOS	9016732	R\$ 300,00
POLIPECTOMIA RETIRADA DE POLIPO	0407010254	R\$ 105,00
RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	0204010039	R\$ 20,95
RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	0204050111	R\$ 26,83
RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENTCIAS)	0204050120	R\$ 38,25
RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	0204050138	R\$ 17,93
RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	0204040019	R\$ 16,05
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	0204040027	R\$ 18,50
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	0204060060	R\$ 19,43
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	0204040035	R\$ 18,50
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESTERNO-CLAVICULAR	0204040043	R\$ 18,50
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO SACRO-ILIACA	0204060079	R\$ 19,43
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	0204010055	R\$ 20,95
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	0204060087	R\$ 16,25
RADIOGRAFIA DE BACIA	0204060095	R\$ 19,43
RADIOGRAFIA DE BRACO	0204040051	R\$ 19,43
RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	0204060109	R\$ 16,25
RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	0204010063	R\$ 17,20
RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	0204040060	R\$ 18,50
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	0204020042	R\$ 20,48
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	0204020034	R\$ 20,83

RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	0204020050	R\$ 25,73
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	0204020069	R\$ 27,40
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	0204020077	R\$ 37,25
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	0204020093	R\$ 22,90
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	0204020107	R\$ 24,33
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	0204020115	R\$ 38,95
RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL + OBLIQUA)	0204030056	R\$ 18,66
RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL)	0204030064	R\$ 11,77
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	0204030072	R\$ 20,93
RADIOGRAFIA DE COTOVELO	0204040078	R\$ 14,75
RADIOGRAFIA DE COXA	0204060117	R\$ 22,35
RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIQUA / BRETTON + HIRTZ)	0204010071	R\$ 22,88
RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	0204010080	R\$ 18,80
RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	0204040086	R\$ 18,28
RADIOGRAFIA DE ESTERNO	0204030099	R\$ 19,95
RADIOGRAFIA DE ESTOMAGO E DUODENO	0204050146	R\$ 45,79
RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	0204060125	R\$ 16,95
RADIOGRAFIA DE MAO	0204040094	R\$ 15,75
RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	0204040108	R\$ 15,00
RADIOGRAFIA DE MASTOIDE / ROCHEDOS (BILATERAL)	0204010101	R\$ 22,58
RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	0204010110	R\$ 18,00
RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA E PERFIL)	0204030102	R\$ 21,83
RADIOGRAFIA DE OMOPLATA / OMBRO (TRES POSICOES)	0204040116	R\$ 19,95
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	0204010128	R\$ 20,95
RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	0204060150	R\$ 16,95
RADIOGRAFIA DE PERNA (fêmur ou tibia ou fíbula)	0204060168	R\$ 22,35
RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	0204040124	R\$ 17,28
RADIOGRAFIA DE REGIAO ORBITARIA (LOCALIZACAO DE CORPO ESTRANHO)	0204010136	R\$ 19,95
RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	0204020123	R\$ 19,50
RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	0204010144	R\$ 18,30
RADIOGRAFIA DE SELA TURCICA (PA + LATERAL + BRETTON)	0204010152	R\$ 18,00
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	0204030145	R\$ 30,05
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	0204030153	R\$ 23,75
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	0204030170	R\$ 17,20
RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN SUPERIOR	0207030014	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	0207010021	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA/ PELVE/ ARTICULAÇÕES SACRO ILIACAS	0207030022	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE CLAVICULA	1080301323	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL/PESCOCO (laringe, faringe, tireóide, glândulas salivares e gânglios cervicais)	0207010030	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO-SACRA, LOMBAR	0207010048	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACICA/DORSAL	0207010056	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	1080301319	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO /nervos trigemios, encéfalo, espectroscopia, orbitas	0207010064	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ESCAPULA	1080301321	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ESTERNO	1080301322	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL) (ARTICULAÇÃO COXOFEMURAL, JOELHO, COXA, PERNA, TORNOZELO, PÉ)	0207030030	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL) (OMBRO, BRAÇO, COTOVELO, ANTEBRAÇO, PUNHO,MÃO)	0207020027	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE OUVIDO	1080301320	R\$ 268,75

RESSONANCIA MAGNETICA DE QUADRIL	1080301318	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE SELA TURCICA/ HIPÓFISE	0207010072	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE TORAX	0207020035	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE VEIAS ILIACAS	1080301326	R\$ 268,75
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	0407010246	R\$ 80,00
TESTE DE UREASE	9016341	R\$ 26,00
TOMOGRAFIA ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	0206030029	R\$ 110,22
TOMOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	0206030010	R\$ 176,13
TOMOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	90018	R\$ 221,76
TOMOGRAFIA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIOR	0206020015	R\$ 110,22
TOMOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL	0206010010	R\$ 110,23
TOMOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA/LOMBAR	0206010028	R\$ 128,45
TOMOGRAFIA DE COLUNA TORACICA	0206010036	R\$ 110,23
TOMOGRAFIA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICUL / ORBITAS	0206010044	R\$ 110,22
TOMOGRAFIA DE MASTOIDE OU OUVIDO	9016112	R\$ 141,25
TOMOGRAFIA DE PELVE ou BACIA ou QUADRIL	0206030037	R\$ 176,13
TOMOGRAFIA DE PESCOÇO	0206010052	R\$ 110,22
TOMOGRAFIA DE SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTE-BRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	0206020023	R\$ 110,22
TOMOGRAFIA DE SELA TURCICA	0206010060	R\$ 123,80
TOMOGRAFIA DE TORAX	0206020031	R\$ 173,31
TOMOGRAFIA DO CRANIO	0206010079	R\$ 123,80
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	0205020038	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	0205020046	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	0205020054	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULACAO (ombro, antebraço, cotovelo, braço, punho, mão, quadril, perna, joelho, tornozelo, pé, dedo, coxo-femural)	0205020062	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	0205020070	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS (BILATERAL)	0205020097	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	0205020100	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	0205020119	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	0205020127	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS (ATE 3 VASOS) pernas, braços, abdômen, vasos umbilicais	0205010040	R\$ 191,73
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE ABDOMEN TOTAL	1080301303	R\$ 150,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE BOLSA ESCROTAL	90421930	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE MAMAS	9016627	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE PROSTATA	9016910	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE TIREOIDE	9016902	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER TRANSVAGINAL	9016856	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA	0205020143	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	0205020151	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA	90026	R\$ 136,50
ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA COM DOPPLER	9016708	R\$ 180,00
ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	0205020160	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	0205020178	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	0205020186	R\$ 62,37
UROTOMOGRAMA	9016210	R\$ 210,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 11 de agosto de 2020.

VIVIAM FIABANE RISSARDI

Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

CIS/AMURES**AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020**

Publicação Nº 2599803

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020

Objeto: Aquisição de materiais ambulatoriais para utilização na sede do CISAMURES.

Após análise da justificativa do processo administrativo 1013/2020, assegurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição do objeto supramencionado por intermédio de compra direta com ALTHIS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI – CNPJ nº 13.971.092/0001-07, pelo valor de R\$ 979,10 (novecentos e setenta e nove reais e dez centavos).

Sigam-se os ulteriores termos.

Lages, SC, 11 de Agosto de 2020.

Guilherme Rangel Bianchini
Gerente de Contratos e Licitações CISAMURES

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020

Publicação Nº 2599804

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020

Processo administrativo: 1013/2020

Dispensa de Licitação: 24/2020

Objeto: Aquisição de materiais ambulatoriais para utilização na sede do CISAMURES.

Contratado: ALTHIS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI – CNPJ nº 13.971.092/0001-07

Valor Total: R\$ 979,10 (novecentos e setenta e nove reais e dez centavos).

Vigência: Prazo de execução imediata.

Fundamentação Legal: Artigo 24, Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Lages, SC, 11 de Agosto de 2020.

Guilherme Rangel Bianchini
Gerente de Contratos e Licitações CISAMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020

Publicação Nº 2599806

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020

Assegurando-me que a contratação é legal, com base no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento, em favor de ALTHIS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI – CNPJ nº 13.971.092/0001-07 para aquisição de materiais ambulatoriais para utilização na sede do CISAMURES pelo valor de R\$ 979,10 (novecentos e setenta e nove reais e dez centavos).

Sigam-se os ulteriores termos.

Lages, SC, 11 de Agosto de 2020.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo
Diretora Executiva CISAMURES

CISNORDESTE**EDITAL 007/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 006/2020 - RP 006/2020 -PA 018/2020 - MATERIAL EXPEDIENTE, LIMPEZA, INSUMOS DE INFORMÁTICA, COPA E COZINHA**

Publicação Nº 2599280



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

EDITAL Nº 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Julio César Ronconi, Prefeito do Município de Rio Negrinho/SC, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **“PREGÃO ELETRÔNICO”** visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventuais aquisições futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Fundos Municipais de Saúde dos Municípios de Garuva, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul e Hospital Municipal São José (autarquia do Município de Joinville) pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o CISNORDESTE/SC.

TIPO: Menor preço - **POR ITEM**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 13/08/2020 até às 08h00 do dia 25/08/2020

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08h01 às 10h00 do dia 25/08/2020

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h01 min do dia 25/08/2020

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> “Acesso Identificado”

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br

Site: www.cisnordeste.sc.gov.br

Telefone: (47) 3422-9838

O certame será regido pelas condições estatuídas neste Edital, bem como pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução CISNORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014, Decreto nº 7.892/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que for aplicável.

1 DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, para uso do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC** e dos Fundos Municipais de Saúde dos Municípios de Garuva, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul e Hospital Municipal São José (autarquia do Município de Joinville), de materiais de expediente, insumos e acessórios de informática, de limpeza/higiene e de copa/cozinha, durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Nº Item	Descrição	Unidade
1	Açúcar em sachê de 5gr. Refinado, granulado. Embalagem em caixa de 400 unidades .	Unidade
2	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Unidade
3	Açúcar refinado branco - pacote de 5 kg	Unidade
4	Adoçante dietético em pó, em sachê com 0,8 à 1g, a base de sucralose. Embalagem em caixa de 50 unidades	Unidade
5	Adoçante líquido 0,02 Kcal - frasco com 100 ml. Sem aspartame.	Unidade
6	Agenda, tipo anual, 150mmX215mm, capa dura. Ano 2020 e 2021	Unidade
7	Água mineral de mesa, garrafa tipo pet de 500 ml, sem gás, embalada em fardos de 12 unidades.	Unidade
8	Água sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água sem perfume, embalado em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Unidade
9	Álcool em gel antisséptico com notificação simplificada de medicamento no M.S. - 800 ML, REFIL para dispensador BAG-IN-BOX 800ML, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	Unidade
10	Álcool em gel, hidratado ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010. 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasco
11	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	Frasco
12	Alfinetes para Mapa redondo, cabeça confeccionada em resina termoplástica e corpo confeccionado em Aço Niquelado nº1. (5mm) Cores Diversas. Para uso em quadro de avisos com pontas arredondadas caixa.com 50 unidades.	Caixa
13	Almofada em feltro paracarimbo nº 3 Cor:Azul com tampa. Tamanho 6,7x11,0 cm.	Unidade
14	Apagador para quadro branco. Tamanho mínimo 14 x 4 cm a 15 x 6 cm, fabricado em plástico resistente, acompanha feltro macio e resistente e que permita substituição.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

15	Apagador para Quadro Branco Design ergonômico, Pega firme e confortável, Feltro 100% lã, ótima apagabilidade e durabilidade, Funciona também como estojo para guardar dois marcadores.	Unidade
16	Aparelho de Telefone fixo com fio, com as especificações: Modos de discagem tom e pulso; Modo: Tom e Pulso; Espera musical; Mínimo de 3 tipos de volumes e 3 memórias de discagem rápida; TECLAS: mute, pause, redial e flash; Compatível com centrais públicas e PABX. Garantia do fornecedor: 12 meses. Homologado pela ANATEL	Unidade
17	Apoio ergonômico para pés em poliestireno de alto impacto. Base antiderrapante em PVC e ajuste natural de inclinação. Dimensões AxLxP: 11 x 43 x31cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
18	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
19	Apontador Plástico Escolar Redondo ou retangular (sem deposito) com lamina de aço temperado de alta resistência. Caixa com 50 unidades	Caixa
20	Apresentador de Slides Pointlaser Multimídia Wireless. Possui comando de avanço e retrocesso. Dispositivo Plug & Play (Não Necessita de Drives ou CDs de Instalação). Sistemas Compatíveis: Windows 98SE / ME / 2000 / XP / Vista / 7 (32 e 64) / Mac OS / Linux. Interface: Wireless / Rádio frequência 2.4g. Alcance Wireless: 15 metros. Alcance laser point: até 60 metros (Laser Vermelho). Itens inclusos: 01 Apresentador multimídia sem fio. 01 Receptor USB. 01 Pilha	Unidade
21	Arquivo Aramado sem Pastas Suspensas. Estrutura em arame com pintura eletrostática e montagem automática. Dimensões 400 x 140 x 280 mm.	Unidade
22	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
23	Barbante de algodão, cor cru, nº 4, rolo com 400 gr.	Unidade
24	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
25	Biscoito c/sal; de água; farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada; água e outras substancias permitidas; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 5 meses; pesando 400 gramas cada (ou 2 de 200 gramas); Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa;	Unidade
26	Biscoito doce s/recheio; rosquinha sabor de coco, chocolate ou leite; de farinha de trigo, ferro e ácido fólico, amido, coco ralado, açúcar invertido e outras substancias permitidas; acondicionado em saco plástico PVC atóxico, com validade mínima na entrega de 5 meses; Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa. Pesando aproximadamente 310 gramas.	Unidade
27	Bobina de fax símile, tamanho mínimo 215mm x 30 m, papel termocopiativo para alta definição de imagem e alta resistência e durabilidade.	Unidade
28	Bobina para calculadora 76 mm x 30 m com 1 via	Unidade
29	Bobina para impressora térmica amarela 76mm x 30 m	Unidade
30	Bobina termo sensível na medida 57 x 22 (amarela) autoclave FH190	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

31	Borracha bicolor. Borracha de cor azul e vermelha de qualidade, atóxica, parte vermelha para apagar escritas em grafites lápis e lapiseira, parte azul mais abrasiva para apagar escritas a caneta e lápis de cor.	Unidade
32	Borracha branca com capa plástica, macia, de látex, produzida com borracha natural, acompanha capa plástica - tamanho 42x21x10mm	Unidade
33	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura: 1,00 Cm, Largura: 2,50 Cm, Profundidade: 3,00 Cm, Peso: 10 Gramas. Produto não tóxico.	Unidade
34	Borracha Ponteira para lápis. Cores diversas. Caixa com 100 unidades	Unidade
35	Caderno 1/4 espiral capa dura com 96 fás pautadas. Dimensão 140 x 200mm.	Unidade
36	Caderno espiral capa dura, pequeno, 48 folhas	Unidade
37	Caderno grande, capa dura, 100 folhas	Unidade
38	Caderno pequeno, capa dura com 80 folhas	Unidade
39	Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábico, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 15% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco), atestado por exame laboratorial. Acondicionados em pacotes de 500 gramas.	Unidade
40	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade
41	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cor: Preta	Unidade
42	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
43	CAIXA DE SOM PARA PC/NOTEBOOK 2.0 5 watts rms: 1 par de caixa de som 2.0 5w rms usb potência de saída: 2.5 w x 2 impedância: 4 amperes resposta de frequência: 60 hz - 20 khz; entrada para fone de ouvido	Par
44	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
45	Caixa Organizadora Média em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 380 x 290 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
46	Caixa Organizadora Pequena em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 330 x 230 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
47	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Unidade
48	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

49	CÂMERA WEB, CONEXÃO:INTERFACE USB 2.0, CAPTURA CORES:30 FPS, TAMANHO IMAGEM:1280 X 720 PIXELS, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 7, RESOLUÇÃO:3.0 MPX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MICROFONE EMBUTIDO/CLIQUE LAPTOP/MONITOR LCD OU CRT	Unidade
50	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
51	Caneta esferográfica, escrita media e suave, ponta media de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
52	Caneta Hidrográfica. Embalagem plástica com 24 Cores. Corpo plástico, 2 opções de traço - fino e grosso, atóxico.	Embalagem
53	Caneta hidrográfica ponta grossa, embalagem com 12 unidades.	Embalagem
54	Caneta Marcador Permanente CD /DVD Descrição :marcadora permanente de CD/DVD.Composicao Resina Termoplasticas,tinta a base de álcool, solvente, pigmento e aditivos. Cores diversas. Ponta media de 1.0mm.	Unidade
55	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
56	Caneta para marcar tecido -Tinta permanente para tecidos ou uniformes e outros, com ótima fixação, que não saia com a lavagem, ponta grossa, validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Diversas Cores	Unidade
57	Caneta retroprojektor 1.0mm cores sortidas. Tinta a base de álcool.	Unidade
58	Caneta retroprojektor 2.0mm. Tinta a base de álcool. tinta secagem rápida e resistente a agua e a umidade de qualidade. Validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Cores diversas	Unidade
59	Cartão de Memoria + Adaptador - 8GB de memoria paraarmazenar fotos, vídeos, arquivos, jogos, entre outros, além de ser um acessório compatível com aparelhos de celular.	Unidade
60	CD-R Gravavel 1X-52X 80min/700mb.Midia optica gravavel utilizada p armazenamento de áudio, vídeo, programas para computadores, documentos, imagens digitais e outros tipos de dados. Especificações tecnicas: Materia-Prima Policarbonato.Tubo contendo 100 un.	Tubo
61	CD-R gravavel com 700MB de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 80 minutos com velocidade mínima de gravação de 48X COMP., armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
62	CD RW regravável. Com 650 mb de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 74 minutos, com velocidade mínima de gravação de 4 x compatible, armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
63	Clipes tamanho no 1/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
64	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

65	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
66	Clipes tamanho no 4/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
67	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
68	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
69	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) numero ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Unidade
70	Cola Bastão 10 g.nao resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Unidade
71	Cola branca, frasco de 1kg	Unidade
72	Cola de silicone, frasco 235 gr, incolor	Unidade
73	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
74	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e agua em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
75	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
76	Copo descartável 50 ml (PP) branco leitoso, atóxico, inodoro, para uso em temperatura máxima de 100°C - Conforme NBR 14865 e 13230. Embalado em embalagem plástica de 100 peças, resistente e lacrado, constando dados de identificação, fabricação, peso e norma, em caixa resistente para armazenamento.	Embalagem
77	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
78	Corretivo liquido 18 ml a base de agua, aquoso, não toxico, composto de dispersantes e dióxido de titânio.	Unidade
79	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
80	Desinfetante floral - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
81	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
82	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Biodegradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 05 (cinco) litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Unidade
83	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
84	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade
85	DVD-R Gravavel 4.7 GB 16X 120 min. Armazena dados, musicas, imagens, vídeos e filmes, Solução completa para aplicações de alta performance, Gravação e reprodução em velocidade de ate 16X. Embalagem com 50 unidades.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

86	DVD - R gravavel 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade
87	DVD - RW regravável 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade
88	Elástico de borracha tipo látex nº 18, cor amarela, pacote com 110 unidades	Pacote
89	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 50MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Unidade
90	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
91	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
92	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
93	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
94	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
95	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 215mm (largura) x 315mm (comprimento) X 0,03mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catalogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
96	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 225mm (largura) x 300mm (comprimento) X 0,12mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catalogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
97	Envelope Saco Branco Office Tamanho 229x324. Descrição:Envelope de papel especifico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades.	Unidade
98	Envelope saco Kraft natural 75g 176x250 kft2, caixa 100 unidades	Unidade
99	Envelope Saco Kraft ou Pardo, Office, Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel especifico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades	Unidade
100	Espeto para papel	Unidade
101	Espunja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
102	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 laminas de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
103	Etiqueta 101,6 x 25,4mm, caixa com 100 folhas com 20 etiquetas	Caixa
104	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno branco fosco para bolsa de sangue. Medidas: 55mm (l) x 25mm (a). Rolo com 1.000 etiquetas (28 metros). Cor: branco fosco.	Rolo



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

105	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno, branco fosco, para paciente/transusão. Medidas: 71mm (l) x 24mm (a). Rolo com 1.000 etiquetas (27 metros). Cor: branco fosco.	Rolo
106	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno, branco fosco, para tubos de exames. Medidas: 50mm (l) x 15mm (a) . Rolo com 1500 etiquetas (27 metros). Cor: branco fosco	Rolo
107	Etiqueta adesiva, formato tipo carta, 106,6 x33,9 mm, cor branca, para uso em impressora a jato de tinta, laser e copiadoras, acondicionada em caixas com 100 folhas e 1400 etiquetas.	Caixa
108	Etiqueta adesiva para impressora modelo zebra et 0182 - et col térmica adc 240 - dimensão 62 x 15000 mm, largura 62 mm, sem picote, material térmico, uma carreira.	Unidade
109	Etiqueta auto adesiva 5,5 x 2,5 cm, (LxA) em papel couche a base de borracha e resina, cor branco, sem impressão, com 01 coluna, para uso em impressora térmica ,uso ribbon, rolo com 1000 etiquetas.	Rolo
110	Etiqueta auto adesiva, em bobina, para impressão por transferência térmica, cor branca, feita em papel couche brilhante, dimensões de larg 101MM X altura 25MM. Distancia vertical entre etiquetas de 3 mm. Rolo com 1.500 unidades.	Rolo
111	Etiqueta com impressão por termo transferência, utilizado Ribbon. Duplo uso. Tamanho 50mm x 25mm , compatível com a impressora marca Argox modelo Os - 214 plus, cor branca, rolo de 35 metros. Com duas colunas sendo espaçamento mínimo entre as colunas e linhas de 2mm. Fabricada em papel couche duplo uso ou couche duplo liner, adesivo acrílico 20g, duplo liner glassine. Resistente a temperatura até 134 graus, esterilização em autoclave a vapor.	Rolo
112	Expositor de Parede para atendimento dos Prontuários Médicos Dimensão 233 x 40 x 295 mm, Cores diversas	Unidade
113	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
114	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade
115	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
116	Fichário Acrílico, Com Índice, Base de aço, Tamanho 4x6, Cores diversas.	Unidade
117	Filtro de café - 103 - Caixa com 30 unidades	Caixa
118	Fita adesiva de pvc larga cores diversas (48mmx50m)	Unidade
119	Fita Adesiva Dupla Face Transparente, Dimensão 19mm x 30m para fixação permanente. Ideal paratrabalhos escolares, fechamento de envelopes emendas de papel, fixação de cartazes etc...	Unidade
120	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
121	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 45mmx45 em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Unidade
122	Fita adesiva transparente tamanho 12mm x 65 m. Fabricado em filme de celofane e adesivo a base de elastômero e resina sintética.	Unidade
123	Fita Corretiva 5mmx6m. Descrição: Correção a seco, não é necessário esperar secar para reescrever por cima, Formato ergonômico que proporciona conforto e firmeza na aplicação. Cores diversas.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

124	Fita crepe branca 24 mm x 50 m. Fabricada em papel saturado, coberto com adesivos naturais de borracha e resina sintética.	Unidade
125	Fita de teflon para seladora com largura de 2,5 cm	Unidade
126	Fita métrica 150 cm plástica, flexível, graduada em centímetros.	Unidade
127	Fita para impressora compatível com Epson FRC 09/22 roxa da autoclave da marca Cisa, fita nylon dimensão 4cm x 0,2008m (ERC 09 roxa)	Unidade
128	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
129	Fralda para limpeza- 34x44 cm	Unidade
130	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
131	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas. Cor: Preto, Tamanho: 20cm. Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
132	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
133	Grampeador para uso de grampos (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/25), confeccionado em material de ferro fundido ou aço, para trabalhos pesados, com ajuste de distancia, grampeamento de ate 200 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
134	Grampo para grampeador (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/24 OU 23/25) - Caixa com 1.000 unidades, galvanizados, capacidade ate 210 folhas.	Caixa
135	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
136	Grampo trilho de plástico estendido (para ate 600 folhas) Pacote com 50 unidades.	Pacote
137	Grampo trilho plástico injetado em polietileno com capacidade para armazenar aproximadamente 300 folhas (ref. Sulfite 75g/m2). Cores diversas. Pacote com 50 unidades.	Unidade
138	Guardanapo de papel branco - Folha simples, com boa capacidade de absorção, sem furos e materiais estranhos ou sujidades; no tamanho aproximado de 20 cm X 23 cm. Embalado em pacotes plásticos com 50 unidades em cada pacote.	Pacote
139	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA -Frasco com 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	Galão
140	Identificador de chaves, com chaveiro e espaço interno para identificação, cor transparente, medidas mínimas 5X60X27MM.	Unidade
141	Lacre abraçadeira de nylon tamanho 2,5 MM de largura X 150 MM de comprimento, cor branca, pacote com 100 unidades.	Pacote
142	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

143	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
144	Lápis Preto nº 3 Descrição: Ecolapis produzido com madeira 100% reflorestada. Madeira macia que garante excelente apontabilidade, Técnica Sekural: exclusivo processo de colagem do grafite na madeira, proporcionando maior resistência a quebra, ideal para desenho artístico ou técnico. Formato: sextavado: não rola na mesa.	Unidade
145	Limpa vidros - embalagem em frasco com 05 (cinco) litros	Unidade
146	Livro ata com 100 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m², capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216x320mm.	Unidade
147	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m², capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216x320mm.	Unidade
148	Livro ata com 50 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m², capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216x320mm.	Unidade
149	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m², capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
150	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
151	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
152	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
153	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
154	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Unidade
155	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Unidade
156	Mexedor de bebidas descartável - Plástico ou similar, transparente, medida aproximada de 11 centímetros. Pacote com 240 unidades.	Pacote
157	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
158	Mouse pad com apoio de punho em gel, material maleável a base de gel promovendo maior distribuição do peso do pulso, evitando assim lesões causadas por esforço repetitivo (LER). Dimensão: 250 x 230 x 25 mm (aprox.) Cor: Preto	Unidade
159	Notas auto adesivas 50x50 neon sortido	Unidade
160	Notas autoadesivas 76x76 pop-up amarelo com 100fls L4P3 PT com 4 unidades	Unidade
161	Notas auto adesivas reposicionáveis 38mm x 51 mm - embalagem com 4 unidades de 100 folhas cada	Unidade
162	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
163	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

	pano devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	
164	Pano de limpeza - Tipo perfex 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Unidade
165	Papel Carbono A4 . Tamanho 210 x 297 mm, cor preto. Caixa com 100 Folhas.	Caixa
166	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Unidade
167	Papel Higienico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 04 rolos .	Embalagem
168	Papel Kraft natural, 50 gr/m2, rolo de 60 cm x 200 m	Unidade
169	Papel Kraft pardo, um dos lados tipo monolúcido com brilho e do outro lado Kraft natural. Gramatura mínima de 80gr, rolo de 60 cm de largura, com 100 metros	Unidade
170	Papel sulfite formato A3 tamanho 297 mm x 420mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, na cor branca, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
171	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cor branca, em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
172	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
173	Papel Verge A4 Tamanho 210x297mm 180g.Cores diversas. caixa/50 folhas.Descricao:Papel especial ideal para convites, cartões, curriculos,certificados, apresentações e muito mais.	Caixa
174	Pasta AZ A4 Preta Lombada Larga com visor	Unidade
175	Pasta Cartão Duplex, Plastificado, com Abas, Elástico com ilhós para guardar documentos em geral. Formato: 340x 230mm.Cores diversas	Unidade
176	Pasta Catalogo 245x335mm com Visor e 100 Envelopes plasticos de 0,06mm Cores diversas	Unidade
177	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
178	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade
179	Pasta em plástico (polipropileno 0,30) com grampo trilho plástico. Formato A4, cores diversas, textura lisa	Unidade
180	Pasta Escolar com Aba e Elastico,Formato Oficio, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

181	Pasta plástica com Aba e Elástico Ofício, ideal para guardar e transportar documentos e papéis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm. Cores diversas	Unidade
182	Pasta polionda com aba e elástico, dimensões mínimas de 315 x 226 x 35 mm, diversas cores	Unidade
183	Pasta polionda com dimensões mínimas 240x350x55mm, em cores diversas	Unidade
184	Pasta Registradora A/Z Ofício, feita em cartão maciço de alta qualidade. Espessura de 2,4mm. Lombo de 70 mm. Possui forração interna e externa de PVC, cantoneira de proteção na parte inferior da pasta, rados e olhal niquelados. Acompanha etiqueta personalizada Dimensões 350 x 290 x 70mm, Espessura 2,4 Cores diversas	Unidade
185	Pasta Sanfonada A4, com 12 Divisórias laminada em polipropileno. Tamanho A4. Possui visores em polipropileno transparente e acompanha etiquetas para identificação das divisórias. Fechamento com elástico (terminação em plástico segundo normas do INMETRO) e botão que permite flexibilidade e evita que o conteúdo caia da pasta. Dimensões 330 x 235 x 70 mm. Cores diversas	Unidade
186	Pasta sanfonada plástica A4 em polipropileno, com 12 divisórias para arquivos e documentos, fechamento em elástico, medindo 240x330mm. Cores diversas	Unidade
187	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho de plástico para 200 folhas, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cores diversas	Unidade
188	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho plástico para 200 folhas, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cor Preta	Unidade
189	Pasta Suspensa, Cores diversas, altamente resistente plastificada 250 a 280g/m2. Embalagem com 6 unidades. Acompanha etiqueta (offset 120 g/m2), visor (PVC), grampo plástico (PE) e 2 hastes plásticas 405x15mm.	Unidade
190	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Unidade
191	Pen Drive 16 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, músicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de até 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
192	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, músicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de até 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
193	Perfurador de papel Grande, confeccionado em aço ou ferro fundido com escala de ajuste de perfuração. 2 Furos Perfuração até 60 Folhas de gramatura 75gr/m2. Cor: Preto. Descrição: Sistema de escotilhas para esvaziar os resíduos (confete): fácil e limpo; Compacto: botão que trava a alavanca na posição para baixo, tamanho do furo: 5,5mm, Distância interfuros padrão de 8cm.	Unidade
194	Perfurador de papel pequeno, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, para dois furos, capacidade de perfuração mínima de 8 folhas de gramatura 75GR/M2. Régua medidora para auxiliar o encaixe e a perfuração. Dimensões: 10,7cm x 7,3cm x 8,8cm.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

195	Perfurador de papel tamanho médio, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeira inferior, com escala de ajuste de perfuração, capacidade de perfuração mínima de 30 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
196	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Unidade
197	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
198	Pilha alcalina C (media)	Unidade
199	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
200	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Unidade
201	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, recarregável.	Unidade
202	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
203	Porta clips com imã	Unidade
204	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
205	Porta copos 50 ml, dispenser para copos descartáveis em acrílico transparente, com tampa, com cerdas para prender o copo, deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
206	Porta Lápis/Clips/Lembrete Fabricado em poliestireno. Espessura de parede de 3mm garante alta resistência e durabilidade. Perfeita estabilidade sobre a mesa. Acabamento perfeito. Design moderno Dimensões 240 x 70 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
207	Prancheta mdf com grampo metálico 340 x 235 mm	Unidade
208	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio . Desenvolvida em material de alta qualidade, Tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
209	Presilha de metal para crachá tipo jacaré, pacote com 50 unidades	Unidade
210	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
211	Quadro de aviso cortiça - moldura de alumínio e tamanho de 90 x 120 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanha conjunto de acessórios para instalação.	Unidade
212	Refil de sabonete liquido 700ml Espuma	Unidade
213	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Unidade
214	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm. Dimensao: 310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

215	Ribbon em cera, 110 mm x 74 m	Unidade
216	Ribbon em cera 110mm x 91m	Unidade
217	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
218	Roleta de tinta compatível com calculadora Logus 642	Unidade
219	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolomatic.	Rolo
220	Rotulador eletrônico de etiquetas com visor LCD de 12 caracteres x 1 linha, velocidade mínima de impressão de 7,5 mm por segundo, resolução de impressão de 230 dpi, com 2 linhas de impressão, fonte de alimentação sendo 4 à 6 pilhas AAA, com 8 ou mais tipos de estilos de fontes, com impressão vertical, inserção de texto e altura máxima de 7,0 mm, acompanhado de 1 fita preto sobre branco de no mínimo 8 metros.	Unidade
221	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Unidade
222	Saco descartável para aspirador, tipo A10S a AWD01, que aspire a sujeira, totalmente vedado, com capacidade de armazenagem de 066 litros de sujeira, embalagem com 3 unidades	Embalagem
223	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano de devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
224	Saco Plástico (Envelope) com 4 furos, Formato Oficio, Tamanho 2740x330	Unidade
225	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
226	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
227	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

228	Saco plástico transparente tamanho 11 x 25 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte lateral, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
229	Saco plástico transparente tamanho 15 x 15 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
230	Saco plástico transparente tamanho 18 x 30 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
231	Saco plástico transparente tamanho 25 x 35 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
232	Saco plástico transparente tamanho 26x 15 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
233	Saco plástico transparente tamanho 28 x 42 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identicamente e fabricação.	Unidade
234	Saco plástico transparente tamanho 30 x 15cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identicamente e fabricação.	Unidade
235	Saco plástico transparente tamanho 40cm x 60 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identicamente e fabricação.	Unidade
236	Saco plástico transparente tipo oficio tamanho 27 x 37 cm, para embalagens, com dois furos, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
237	Saco plástico transparente, tamanho mínimo 52 x 85 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 010 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

238	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x 25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
239	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 100CM X 70CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuri borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
240	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 58CM X 38CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuri borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
241	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade
242	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
243	Tesoura pequena 14 cm Laminas de aço inoxidável, cabo plástico em formato anatômico e revestimento interno que absorve impacto, ponta fina. Cor Preto.	Unidade
244	Tinta para carimbo cores diversas	Unidade
245	Tinta para Reabastecer Pincel Atômico frasco com 37 ml. Tinta permanente a base de álcool. Cores diversas.	Unidade
246	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de agua, glicerina, corantes, glicos e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
247	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Embalagem com no mínimo 12 grs	Unidade
248	Vassoura de nylon ? Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade
249	Visor plástico em PVC para pasta suspensa. Dimensões de 80mm x 60mm - caixa com 50 unidades	Caixa

- 1.2 Nos itens cuja descrição conste “**cores diversas**”, a Autorização de Fornecimento especificará a cor a ser entregue pelo fornecedor
- 1.3 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses, iniciando em 01 de setembro de 2020 à 31 de agosto de 2021.**
- 1.4 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, não podendo superar a 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

2 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade do ÓRGÃO GERENCIADOR e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 2.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento ou Contrato.
- 2.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso ao sistema informatizado de controle de processos administrativos, disponível *online* – LicitWeb OptimizelT - sendo as Autorizações de Fornecimento lançadas pelo requisitante diretamente neste sistema.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **06 (seis)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, que será emitida através do sistema informatizado e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo VIII.
- 2.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
- 2.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.
- 2.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo VIII, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema de Controle de Processos Administrativos Licitatórios.
- 2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se lhe qualquer sanção;
- 2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.
- 2.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf".
- 2.1.8 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Órgão Participante (Anexo IV), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 2.2 Os produtos fornecidos deverão ter prazo de garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias.
- 2.3 **Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do fornecedor.**
- 2.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 2.5 O requisitante observará, para efeito de quantificação da Autorização de Fornecimento, a quantidade mínima da embalagem, nos casos de impossibilidade de fracionamento.

3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 3.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo para cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador é constante nos quadros abaixo:
- 3.1.1 Órgão Gerenciador: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	400	Açúcar em sachê de 5gr. Refinado, granulado. Embalagem em caixa de 400 unidades .	Unidade
2	10	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Unidade
3	5	Açúcar refinado branco - pacote de 5 kg	Unidade
4	100	Adoçante dietético em pó, em sachê com 0,8 à 1g, a base de sucralose. Embalagem em caixa de 50 unidades	Unidade
5	5	Adoçante líquido 0,02 Kcal - frasco com 100 ml. Sem aspartame.	Unidade
6	2	Agenda, tipo anual, 150mmX215mm, capa dura. Ano 2020 e 2021	Unidade
7	240	Água mineral de mesa, garrafa tipo pet de 500 ml, sem gás, embalada em fardos de 12 unidades.	Unidade
8	30	Água sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água sem perfume, embalado em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Unidade
9	30	Álcool em gel antisséptico com notificação simplificada de medicamento no M.S. - 800 ML, REFIL para dispensador BAG-IN-BOX 800ML, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	Unidade
10	50	Álcool em gel, hidratado aÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010. 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasco
11	100	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	Frasco



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

15	1	Apagador para Quadro Branco Design ergonômico, Pega firme e confortável, Feltro 100% lã, ótima apagabilidade e durabilidade, Funciona também como estojo para guardar dois marcadores.	Unidade
16	10	Aparelho de Telefone fixo com fio, com as especificações: Modos de discagem tom e pulso; Modo: Tom e Pulso; Espera musical; Mínimo de 3 tipos de volumes e 3 memórias de discagem rápida; TECLAS: mute, pause, redial e flash; Compatível com centrais públicas e PABX. Garantia do fornecedor: 12 meses. Homologado pela ANATEL	Unidade
17	5	Apoio ergonômico para pés em poliestireno de alto impacto. Base antiderrapante em PVC e ajuste natural de inclinação. Dimensões AxLxP: 11 x 43 x31cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
20	5	Apresentador de Slides Pointlaser Multimídia Wireless. Possui comando de avanço e retrocesso. Dispositivo Plug & Play (Não Necessita de Drives ou CDs de Instalação). Sistemas Compatíveis: Windows 98SE / ME / 2000 / XP / Vista / 7 (32 e 64) / Mac OS / Linux. Interface: Wireless / Rádio frequência 2.4g. Alcance Wireless: 15 metros. Alcance laser point: até 60 metros (Laser Vermelho). Itens inclusos: 01 Apresentador multimídia sem fio. 01 Receptor USB. 01 Pilha	Unidade
22	5	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
24	10	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
25	20	Biscoito c/sal; de água; farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada; água e outras substâncias permitidas; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 5 meses; pesando 400 gramas cada (ou 2 de 200 gramas); Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa;	Unidade
26	20	Biscoito doce s/recheio; rosquinha sabor de coco, chocolate ou leite; de farinha de trigo, ferro e ácido fólico, amido, coco ralado, açúcar invertido e outras substâncias permitidas; acondicionado em saco plástico PVC atóxico, com validade mínima na entrega de 5 meses; Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa. Pesando aproximadamente 310 gramas.	Unidade
33	20	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura: 1,00 Cm, Largura: 2,50 Cm, Profundidade: 3,00 Cm, Peso: 10 Gramas. Produto não tóxico.	Unidade
36	5	Caderno espiral capa dura, pequeno, 48 folhas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

39	200	Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábico, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 15% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco), atestado por exame laboratorial. Acondicionados em pacotes de 500 gramas.	Unidade
41	500	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cor: Preta	Unidade
42	5	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
43	15	CAIXA DE SOM PARA PC/NOTEBOOK 2.0 5 watts rms: 1 par de caixa de som 2.0 5w rms usb potência de saída: 2.5 w x 2 impedância: 4 amperes resposta de frequência: 60 hz - 20 khz; entrada para fone de ouvido	Par
44	10	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
45	5	Caixa Organizadora Média em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 380 x 290 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
46	5	Caixa Organizadora Pequena em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 330 x 230 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
48	10	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
49	10	CÂMERA WEB, CONEXÃO:INTERFACE USB 2.0, CAPTURA CORES:30 FPS, TAMANHO IMAGEM:1280 X 720 PIXELS, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 7, RESOLUÇÃO:3.0 MPX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MICROFONE EMBUTIDO/CLIQUE LAPTOP/MONITOR LCD OU CRT	Unidade
50	30	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
51	40	Caneta esferográfica, escrita media e suave, ponta media de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

52	5	Caneta Hidrográfica. Embalagem plástica com 24 Cores. Corpo plástico, 2 opções de traço - fino e grosso, atóxico.	Embalagem
53	5	Caneta hidrográfica ponta grossa, embalagem com 12 unidades.	Embalagem
54	5	Caneta Marcador Permanente CD /DVD Descrição :marcadora permanente de CD/DVD.Composicao Resina Termoplasticas,tinta a base de álcool, solvente, pigmento e aditivos. Cores diversas. Ponta media de 1.0mm.	Unidade
55	30	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
64	5	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
65	5	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
66	5	Clipes tamanho no 4/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
67	5	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
68	5	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
69	5	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) numero ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Unidade
70	20	Cola Bastão 10 g.nao resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Unidade
73	10	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
74	5	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e agua em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
75	100	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
76	100	Copo descartável 50 ml (PP) branco leitoso, atóxico, inodoro, para uso em temperatura máxima de 100°C - Conforme NBR 14865 e 13230. Embalado em embalagem plástica de 100 peças, resistente e lacrado, constando dados de identificação, fabricação, peso e norma, em caixa resistente para armazenamento.	Embalagem
77	100	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
79	20	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
80	20	Desinfetante floral - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

81	10	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
82	5	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Biodegradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 05 (cinco) litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Unidade
85	100	DVD-R Gravavel 4.7 GB 16X 120 min. Armazena dados, musicas, imagens, vídeos e filmes, Solução completa para aplicações de alta performance, Gravação e reprodução em velocidade de ate 16X. Embalagem com 50 unidades.	Unidade
88	25	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, pacote com 110 unidades	Pacote
90	500	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
91	200	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
92	200	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
93	200	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
94	200	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
96	100	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 225mm (largura) x 300mm (comprimento) X 0,12mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catalogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
97	600	Envelope Saco Branco Office Tamanho 229x324. Descrição:Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades.	Unidade
98	1.000	Envelope saco Kraft natural 75g 176x250 kft2, caixa 100 unidades	Unidade
99	600	Envelope Saco Kraft ou Pardo, Office, Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades	Unidade
101	30	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
102	5	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 laminas de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

103	5	Etiqueta 101,6 x 25,4mm, caixa com 100 folhas com 20 etiquetas	Caixa
114	5	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade
116	10	Fichário Acrílico, Com Índice, Base de aço, Tamanho 4x6, Cores diversas.	Unidade
117	100	Filtro de café - 103 - Caixa com 30 unidades	Caixa
118	12	Fita adesiva de pvc larga cores diversas (48mmx50m)	Unidade
121	15	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 45mmx45 em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Unidade
123	10	Fita Corretiva 5mmx6m. Descrição: Correção a seco, não é necessário esperar secar para reescrever por cima, Formato ergonômico que proporciona conforto e firmeza na aplicação. Cores diversas.	Unidade
128	10	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
129	20	Fralda para limpeza- 34x44 cm	Unidade
131	10	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas.Cor:Preto,Tamanho: 20cm.Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
135	10	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
136	7	Grampo trilho de plástico estendido (para ate 600 folhas) Pacote com 50 unidades.	Pacote
137	50	Grampo trilho plástico injetado em polietileno com capacidade para armazenar aproximadamente 300 folhas (ref. Sulfite 75g/m2).Cores diversas. Pacote com 50 unidades.	Unidade
138	100	Guardanapo de papel branco - Folha simples, com boa capacidade de absorção, sem furos e materiais estranhos ou sujidades; no tamanho aproximado de 20 cm X 23 cm. Embalado em pacotes plásticos com 50 unidades em cada pacote.	Pacote
139	20	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - Frasco com 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	Galão
143	20	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
144	30	Lápis Preto n 3 Descricao.Ecolapis produzido com madeira 100% reflorestada. Madeira macia que garante excelente apontabilidade,Tecnica Sekural: exclusivo processo de colagem do grafite na madeira, proporcionando maior resistência a quebra, ideal paradesenho artístico ou tecnico.Formato:sextavada:nao rola na mesa.	Unidade
145	5	Limpa vidros - embalagem em frasco com 05 (cinco) litros	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

147	2	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
151	4	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
152	5	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
153	5	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
154	20	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Unidade
155	12	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Unidade
156	5	Mexedor de bebidas descartável - Plástico ou similar, transparente, medida aproximada de 11 centímetros. Pacote com 240 unidades.	Pacote
157	10	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
158	10	Mouse pad com apoio de punho em gel, material maleável a base de gel promovendo maior distribuição do peso do pulso, evitando assim lesões causadas por esforço repetitivo (LER). Dimensão: 250 x 230 x 25 mm (aprox.) Cor: Preto	Unidade
159	20	Notas auto adesivas 50x50 neon sortido	Unidade
160	20	Notas autoadesivas 76x76 pop-up amarelo com 100fls L4P3 PT com 4 unidades	Unidade
161	20	Notas auto adesivas reposicionáveis 38mm x 51 mm - embalagem com 4 unidades de 100 folhas cada	Unidade
162	10	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
163	20	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O pano devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	Unidade
164	10	Pano de limpeza - Tipo perfex 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Unidade
167	500	Papel Higiênico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 04 rolos .	Embalagem
171	120	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cor branca, em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

172	500	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
178	5	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade
179	10	Pasta em plástico (polipropileno 0,30) com grampo trilho plástico. Formato A4, cores diversas, textura lisa	Unidade
180	10	Pasta Escolar com Aba e Elastico, Formato Ofício, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade
181	10	Pasta plástica com Aba e Elástico Ofício, ideal para guardar e transportar documentos e papéis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm. Cores diversas	Unidade
188	200	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho plástico para 200 folhas, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cor Preta	Unidade
189	60	Pasta Suspensa, Cores diversas, altamente resistente plastificada 250 a 280g/m2. Embalagem com 6 unidades. Acompanha etiqueta (offset 120 g/m2), visor (PVC), grampo plástico (PE) e 2 hastes plásticas 405x15mm.	Unidade
190	9	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Unidade
191	10	Pen Drive 16 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
193	5	Perfurador de papel Grande, confeccionado em aço ou ferro fundido com escala de ajuste de perfuração. 2 Furos Perfuração ate 60 Folhas de gramatura 75gr/m2. Cor: Preto. Descrição: Sistema de escotilhas para esvaziar os resíduos (confete): fácil e limpo; Compacto: botão que trava a alavanca na posição para baixo, tamanho do furo: 5,5mm, Distancia interfuros padrão de 8cm.	Unidade
202	5	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
203	10	Porta clips com imã	Unidade
204	5	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
206	10	Porta Lápis/Clips/Lembrete Fabricado em poliestireno. Espessura de parede de 3mm garante alta resistência e durabilidade. Perfeita estabilidade sobre a mesa. Acabamento perfeito. Design moderno Dimensões 240 x 70 x 80 mm. Cores diversas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

210	5	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
212	10	Refil de sabonete líquido 700ml Espuma	Unidade
213	10	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Unidade
217	5	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
220	2	Rotulador eletrônico de etiquetas com visor LCD de 12 caracteres x 1 linha, velocidade mínima de impressão de 7,5 mm por segundo, resolução de impressão de 230 dpi, com 2 linhas de impressão, fonte de alimentação sendo 4 à 6 pilhas AAA, com 8 ou mais tipos de estilos de fontes, com impressão vertical, inserção de texto e altura máxima de 7,0 mm, acompanhado de 1 fita preto sobre branco de no mínimo 8 metros.	Unidade
221	10	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Unidade
222	30	Saco descartável para aspirador, tipo A10S a AWD01, que aspire a sujeira, totalmente vedado, com capacidade de armazenagem de 066 litros de sujeira, embalagem com 3 unidades	Embalagem
223	50	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
224	100	Saco Plástico (Envelope) com 4 furos, Formato Oficio, Tamanho 2740x330	Unidade
225	20	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

226	20	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
227	20	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
238	5	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x 25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
239	5	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 100CM X 70CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuir borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
240	5	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 58CM X 38CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuir borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
241	20	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade
247	24	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Embalagem com no mínimo 12 grs	Unidade
248	5	Vassoura de nylon , Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade
249	5	Visor plástico em PVC para pasta suspensa. Dimensões de 80mm x 60mm - caixa com 50 unidades	Caixa

3.1.2 Órgão Participante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 11.303.923/0001-39, com sede na Av. Celso Ramos, nº 1614, Bairro Centro, CEP 89.248.000, na cidade de Garuva, SC.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	8.000	Açúcar em sachê de 5gr. Refinado, granulado. Embalagem em caixa de 400 unidades .	Unidade
2	300	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Unidade
3	100	Açúcar refinado branco - pacote de 5 kg	Unidade
7	360	Água mineral de mesa, garrafa tipo pet de 500 ml, sem gás, embalada em fardos de 12 unidades.	Unidade
8	500	Água sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água sem perfume, embalado em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Unidade
9	200	Álcool em gel antisséptico com notificação simplificada de medicamento no M.S. - 800 ML, REFIL para dispensador BAG-IN-BOX 800ML, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSE DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	Unidade
10	100	Álcool em gel, hidratado ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSE DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010. 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasco
11	100	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	Frasco
12	10	Alfinetes para Mapa redondo, cabeça confeccionada em resina termoplástica e corpo confeccionado em Aço Niquelado no1. (5mm) Cores Diversas. Para uso em quadro de avisos com pontas arredondadas caixa.com 50 unidades.	Caixa



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

15	10	Apagador para Quadro Branco Design ergonômico, Pega firme e confortável, Feltro 100% lã, ótima apagabilidade e durabilidade, Funciona também como estojo para guardar dois marcadores.	Unidade
16	20	Aparelho de Telefone fixo com fio, com as especificações: Modos de discagem tom e pulso; Modo: Tom e Pulso; Espera musical; Mínimo de 3 tipos de volumes e 3 memórias de discagem rápida; TECLAS: mute, pause, redial e flash; Compatível com centrais públicas e PABX. Garantia do fornecedor: 12 meses. Homologado pela ANATEL	Unidade
18	10	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
22	30	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
24	20	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
25	100	Biscoito c/sal; de água; farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada; água e outras substancias permitidas; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 5 meses; pesando 400 gramas cada (ou 2 de 200 gramas); Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa;	Unidade
26	100	Biscoito doce s/recheio; rosquinha sabor de coco, chocolate ou leite; de farinha de trigo, ferro e ácido fólico, amido, coco ralado, açúcar invertido e outras substancias permitidas; acondicionado em saco plástico PVC atóxico, com validade mínima na entrega de 5 meses; Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa. Pesando aproximadamente 310 gramas.	Unidade
33	100	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura: 1,00 Cm, Largura: 2,50 Cm, Profundidade: 3,00 Cm, Peso: 10 Gramas. Produto não tóxico.	Unidade
37	100	Caderno grande, capa dura, 100 folhas	Unidade
38	100	Caderno pequeno, capa dura com 80 folhas	Unidade
39	500	Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábico, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 15% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco), atestado por exame laboratorial. Acondicionados em pacotes de 500 gramas.	Unidade
40	200	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

41	100	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cor: Preta	Unidade
42	20	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
48	10	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
49	2	CÂMERA WEB, CONEXÃO:INTERFACE USB 2.0, CAPTURA CORES:30 FPS, TAMANHO IMAGEM:1280 X 720 PIXELS, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 7, RESOLUÇÃO:3.0 MPX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MICROFONE EMBUTIDO/CLIQUE LAPTOP/MONITOR LCD OU CRT	Unidade
50	300	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
51	300	Caneta esferográfica, escrita media e suave, ponta media de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
54	20	Caneta Marcador Permanente CD /DVD Descrição :marcadora permanente de CD/DVD.Composicao Resina Termoplasticas,tinta a base de álcool, solvente, pigmento e aditivos. Cores diversas. Ponta media de 1.0mm.	Unidade
55	100	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
64	10	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
65	50	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
66	50	Clipes tamanho no 4/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
67	20	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
68	50	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

69	100	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) numero ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Unidade
70	200	Cola Bastão 10 g. não resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Unidade
74	10	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e água em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
75	400	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
77	40	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
79	500	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
80	300	Desinfetante floral - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
81	300	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
82	300	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Biodegradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 05 (cinco) litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Unidade
83	20	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
84	30	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade
88	10	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, pacote com 110 unidades	Pacote
89	400	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 50MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Unidade
91	20	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
93	1.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
97	1.000	Envelope Saco Branco Office Tamanho 229x324. Descrição:Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades.	Unidade
100	20	Espeto para papel	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

101	500	Espunja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
102	20	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 laminas de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
103	1	Etiqueta 101,6 x 25,4mm, caixa com 100 folhas com 20 etiquetas	Caixa
109	10	Etiqueta auto adesiva 5,5 x 2,5 cm, (LxA) em papel couche a base de borracha e resina, cor branco, sem impressão, com 01 coluna, para uso em impressora térmica ,uso ribbon, rolo com 1000 etiquetas.	Rolo
112	10	Expositor de Parede para atendimento dos Prontuários Médicos Dimensão 233 x 40 x 295 mm, Cores diversas	Unidade
113	10	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
114	10	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade
115	20	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
116	100	Fichário Acrílico, Com Índice, Base de aço, Tamanho 4x6, Cores diversas.	Unidade
117	500	Filtro de café - 103 - Caixa com 30 unidades	Caixa
120	50	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
123	100	Fita Corretiva 5mmx6m. Descrição: Correção a seco, não é necessário esperar secar para reescrever por cima, Formato ergonômico que proporciona conforto e firmeza na aplicação. Cores diversas.	Unidade
129	500	Fralda para limpeza- 34x44 cm	Unidade
131	20	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas.Cor:Preto,Tamanho: 20cm.Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
132	20	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
135	50	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
138	50	Guardanapo de papel branco - Folha simples, com boa capacidade de absorção, sem furos e materiais estranhos ou sujidades; no tamanho aproximado de 20 cm X 23 cm. Embalado em pacotes plásticos com 50 unidades em cada pacote.	Pacote



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

139	500	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - Frasco com 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	Galão
142	10	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote
143	100	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
145	100	Limpa vidros - embalagem em frasco com 05 (cinco) litros	Unidade
147	30	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
149	10	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m2, capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
150	10	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
151	20	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
152	20	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
153	20	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
155	20	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Unidade
156	10	Mexedor de bebidas descartável - Plástico ou similar, transparente, medida aproximada de 11 centímetros. Pacote com 240 unidades.	Pacote
157	20	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
158	20	Mouse pad com apoio de punho em gel, material maleável a base de gel promovendo maior distribuição do peso do pulso, evitando assim lesões causadas por esforço repetitivo (LER). Dimensão: 250 x 230 x 25 mm (aprox.) Cor: Preto	Unidade
159	50	Notas auto adesivas 50x50 neon sortido	Unidade
160	100	Notas autoadesivas 76x76 pop-up amarelo com 100fls L4P3 PT com 4 unidades	Unidade
163	200	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O pano de devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	Unidade
164	500	Pano de limpeza - Tipo perfex 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

167	500	Papel Higiênico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 04 rolos .	Embalagem
171	1.000	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cor branca, em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
172	3.000	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
175	100	Pasta Cartão Duplex, Plastificado, com Abas, Elástico com ilhós para guardar documentos em geral. Formato: 340x 230mm.Cores diversas	Unidade
176	50	Pasta Catalogo 245x335mm com Visor e 100 Envelopes plasticos de 0,06mm Cores diversas	Unidade
177	50	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
178	200	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade
180	200	Pasta Escolar com Aba e Elastico,Formato Oficio, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade
182	200	Pasta polionda com aba e elástico, dimensões mínimas de 315 x 226 x 35 mm, diversas cores	Unidade
189	4.000	Pasta Suspensa ,Cores diversas, altamente resistente plastificada 250 a 280g/m2.Embalagem com 6 unidades. Acompanha etiqueta (offset 120 g/m2), visor (PVC), grampo plástico (PE) e 2 hastes plásticas 405x15mm.	Unidade
192	10	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
196	200	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Unidade
197	40	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
198	40	Pilha alcalina C (media)	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

200	300	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Unidade
202	20	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
204	20	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
205	5	Porta copos 50 ml, dispenser para copos descartáveis em acrílico transparente, com tampa, com cerdas para prender o copo, deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
208	100	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio . Desenvolvida em material de alta qualidade, Tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
209	50	Presilha de metal para crachá tipo jacaré, pacote com 50 unidades	Unidade
210	8	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
211	10	Quadro de aviso cortiça - moldura de alumínio e tamanho de 90 x 120 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanha conjunto de acessórios para instalação.	Unidade
212	20	Refil de sabonete liquido 700ml Espuma	Unidade
213	2	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Unidade
214	50	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm.Dimensao:310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade
217	40	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
219	40	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolomatic.	Rolo
221	50	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

223	300	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
224	100	Saco Plástico (Envelope) com 4 furos, Formato Oficio, Tamanho 2740x330	Unidade
225	600	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
226	200	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
227	300	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
239	20	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 100CM X 70CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuir borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
241	20	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade
242	10	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

243	10	Tesoura pequena 14 cm Laminas de aço inoxidável, cabo plástico em formato anatômico e revestimento interno que absorve impacto, ponta fina. Cor Preto.	Unidade
244	10	Tinta para carimbo cores diversas	Unidade
246	10	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de água, glicerina, corantes, glicos e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
247	30	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Embalagem com no mínimo 12 grs	Unidade
248	100	Vassoura de nylon, Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade
249	80	Visor plástico em PVC para pasta suspensa. Dimensões de 80mm x 60mm - caixa com 50 unidades	Caixa

3.1.3 Órgão Participante: **HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ DE JOINVILLE**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 84.703.248/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 238, Bairro Centro, CEP 89.202-000, na cidade de Joinville, SC.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	450.000	Açúcar em sachê de 5gr. Refinado, granulado. Embalagem em caixa de 400 unidades .	Unidade
2	8.000	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Unidade
4	80.000	Adoçante dietético em pó, em sachê com 0,8 à 1g, a base de sucralose. Embalagem em caixa de 50 unidades	Unidade
5	480	Adoçante líquido 0,02 Kcal - frasco com 100 ml. Sem aspartame.	Unidade
7	200.000	Água mineral de mesa, garrafa tipo pet de 500 ml, sem gás, embalada em fardos de 12 unidades.	Unidade
8	360	Água sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água sem perfume, embalado em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Unidade
9	6.000	Álcool em gel antisséptico com notificação simplificada de medicamento no M.S. - 800 ML, REFIL para dispensador BAG-IN-BOX 800ML, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

10	1.200	Álcool em gel, hidratado ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSE DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010. 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasco
11	20.000	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	Frasco
13	12	Almofada em feltro paracarimbo nº 3 Cor:Azul com tampa. Tamanho 6,7x11,0 cm.	Unidade
14	36	Apagador para quadro branco. Tamanho mínimo 14 x 4 cm a 15 x 6 cm, fabricado em plástico resistente, acompanha feltro macio e resistente e que permita substituição.	Unidade
15	36	Apagador para Quadro Branco Design ergonômico, Pega firme e confortável, Feltro 100% lã, ótima apagabilidade e durabilidade, Funciona também como estojo para guardar dois marcadores.	Unidade
16	240	Aparelho de Telefone fixo com fio, com as especificações: Modos de discagem tom e pulso; Modo: Tom e Pulso; Espera musical; Mínimo de 3 tipos de volumes e 3 memórias de discagem rápida; TECLAS: mute, pause, redial e flash; Compatível com centrais públicas e PABX. Garantia do fornecedor: 12 meses. Homologado pela ANATEL	Unidade
18	5	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
22	240	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
23	180	Barbante de algodão, cor cru, nº 4, rolo com 400 gr.	Unidade
24	1.200	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
25	10.000	Biscoito c/sal; de água; farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada; água e outras substâncias permitidas; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 5 meses; pesando 400 gramas cada (ou 2 de 200 gramas); Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa;	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

26	3.600	Biscoito doce s/recheio; rosquinha sabor de coco, chocolate ou leite; de farinha de trigo, ferro e ácido fólico, amido, coco ralado, açúcar invertido e outras substancias permitidas; acondicionado em saco plástico PVC atóxico, com validade mínima na entrega de 5 meses; Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa. Pesando aproximadamente 310 gramas.	Unidade
27	48	Bobina de fax símile, tamanho mínimo 215mm x 30 m, papel termocopiativo para alta definição de imagem e alta resistência e durabilidade.	Unidade
28	120	Bobina para calculadora 76 mm x 30 m com 1 via	Unidade
29	120	Bobina para impressora térmica amarela 76mm x 30 m	Unidade
30	1.200	Bobina termo sensível na medida 57 x 22 (amarela) autoclave FH190	Unidade
33	240	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura: 1,00 Cm, Largura: 2,50 Cm, Profundidade: 3,00 Cm, Peso: 10 Gramas. Produto não tóxico.	Unidade
35	180	Caderno 1/4 espiral capa dura com 96 fás pautadas. Dimensão 140 x 200mm.	Unidade
39	15.000	Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábico, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 15% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco), atestado por exame laboratorial. Acondicionados em pacotes de 500 gramas.	Unidade
40	1.200	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade
42	48	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
44	36	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
45	48	Caixa Organizadora Média em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 380 x 290 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
46	60	Caixa Organizadora Pequena em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 330 x 230 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
47	4.000	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

48	120	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
50	5.000	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
51	5.000	Caneta esferográfica, escrita média e suave, ponta média de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
54	1.200	Caneta Marcador Permanente CD /DVD Descrição :marcadora permanente de CD/DVD.Composicao Resina Termoplasticas,tinta a base de álcool, solvente, pigmento e aditivos. Cores diversas. Ponta média de 1.0mm.	Unidade
55	600	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de água, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
57	1.500	Caneta retroprojektor 1.0mm cores sortidas. Tinta a base de álcool.	Unidade
58	1.500	Caneta retroprojektor 2.0mm. Tinta a base de álcool. tinta secagem rápida e resistente a água e a umidade de qualidade. Validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Cores diversas	Unidade
60	2	CD-R Gravavel 1X-52X 80min/700mb.Midia optica gravavel utilizada p armazenamento de áudio, vídeo, programas para computadores, documentos, imagens digitais e outros tipos de dados. Especificações técnicas: Materia-Prima Policarbonato.Tubo contendo 100 un.	Tubo
61	2.400	CD-R gravavel com 700MB de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 80 minutos com velocidade mínima de gravação de 48X COMP., armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
62	2.400	CD RW regravável. Com 650 mb de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 74 minutos, com velocidade mínima de gravação de 4 x compatible, armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
64	300	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
65	500	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
66	300	Clipes tamanho no 4/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
67	300	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

69	120	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) numero ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Unidade
70	500	Cola Bastão 10 g.nao resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Unidade
73	1.200	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
74	50	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e agua em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
75	35.000	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
76	10.000	Copo descartável 50 ml (PP) branco leitoso, atóxico, inodoro, para uso em temperatura máxima de 100°C - Conforme NBR 14865 e 13230. Embalado em embalagem plástica de 100 peças, resistente e lacrado, constando dados de identificação, fabricação, peso e norma, em caixa resistente para armazenamento.	Embalagem
77	15.000	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
78	360	Corretivo liquido 18 ml a base de agua, aquoso, não toxico, composto de dispersantes e dióxido de titânio.	Unidade
82	1.500	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Biodegradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 05 (cinco) litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Unidade
83	12	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
84	600	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade
86	50	DVD - R gravavel 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade
88	1.800	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, pacote com 110 unidades	Pacote
89	100	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 50MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Unidade
90	360	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
91	3.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

92	6.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
93	50.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
94	100.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
95	4.000	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 215mm (largura) x 315mm (comprimento) X 0,03mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catálogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
96	2.400	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 225mm (largura) x 300mm (comprimento) X 0,12mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catálogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
101	8.000	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
102	50	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 laminas de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
104	1.500	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno branco fosco para bolsa de sangue. Medidas: 55mm (l) x 25mm (a). Rolo com 1.000 etiquetas (28 metros). Cor: branco fosco.	Rolo
105	800	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno, branco fosco, para paciente/transfusão. Medidas: 71mm (l) x 24mm (a). Rolo com 1.000 etiquetas (27 metros). Cor: branco fosco.	Rolo
106	800	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno, branco fosco, para tubos de exames. Medidas: 50mm (l) x 15mm (a) . Rolo com 1500 etiquetas (27 metros). Cor: branco fosco	Rolo
109	3.000	Etiqueta auto adesiva 5,5 x 2,5 cm, (LxA) em papel couche a base de borracha e resina, cor branco, sem impressão, com 01 coluna, para uso em impressora térmica ,uso ribbon, rolo com 1000 etiquetas.	Rolo
110	10.000	Etiqueta auto adesiva, em bobina, para impressão por transferência térmica, cor branca, feita em papel couche brilhante, dimensões de larg 101MM X altura 25MM. Distancia vertical entre etiquetas de 3 mm. Rolo com 1.500 unidades.	Rolo



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

111	2.400	Etiqueta com impressão por termo transferência, utilizado Ribbon. Duplo uso. Tamanho 50mm x 25mm, compatível com a impressora marca Argox modelo 0s - 214 plus, cor branca, rolo de 35 metros. Com duas colunas sendo espaçamento mínimo entre as colunas e linhas de 2mm. Fabricada em papel couche duplo uso ou couche duplo liner, adesivo acrílico 20g, duplo liner glassine. Resistente a temperatura até 134 graus, esterilização em autoclave a vapor.	Rolo
115	60	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
118	600	Fita adesiva de pvc larga cores diversas (48mmx50m)	Unidade
119	120	Fita Adesiva Dupla Face Transparente, Dimensão 19mm x 30m para fixação permanente. Ideal paratrabalhos escolares, fechamento de envelopes emendas de papel, fixação de cartazes etc...	Unidade
120	1.000	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
122	600	Fita adesiva transparente tamanho 12mm x 65 m. Fabricado em filme de celofane e adesivo a base de elastômero e resina sintética.	Unidade
124	8.000	Fita crepe branca 24 mm x 50 m. Fabricada em papel saturado, coberto com adesivos naturais de borracha e resina sintética.	Unidade
125	60	Fita de teflon para seladora com largura de 2,5 cm	Unidade
126	60	Fita métrica 150 cm plástica, flexível, graduada em centímetros.	Unidade
127	500	Fita para impressora compatível com Epson FRC 09/22 roxa da autoclave da marca Cisa, fita nylon dimensão 4cm x 0,2008m (ERC 09 roxa)	Unidade
128	50	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
130	120	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
131	300	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas. Cor: Preto, Tamanho: 20cm. Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
132	200	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
135	700	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

136	12	Grampo trilho de plástico estendido (para até 600 folhas) Pacote com 50 unidades.	Pacote
137	12	Grampo trilho plástico injetado em polietileno com capacidade para armazenar aproximadamente 300 folhas (ref. Sulfite 75g/m ²). Cores diversas. Pacote com 50 unidades.	Unidade
139	60.000	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - Frasco com 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	Galão
140	300	Identificador de chaves, com chaveiro e espaço interno para identificação, cor transparente, medidas mínimas 5X60X27MM.	Unidade
141	120	Lacre abraçadeira de nylon tamanho 2,5 MM de largura X 150 MM de comprimento, cor branca, pacote com 100 unidades.	Pacote
142	360	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote
143	360	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
146	150	Livro ata com 100 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m ² , capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
147	120	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m ² , capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
148	120	Livro ata com 50 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m ² , capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
149	120	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m ² , capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
150	15	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
151	50	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
152	250	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
153	600	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
154	120	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Unidade
155	360	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Unidade
157	240	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

158	60	Mouse pad com apoio de punho em gel, material maleável a base de gel promovendo maior distribuição do peso do pulso, evitando assim lesões causadas por esforço repetitivo (LER). Dimensão: 250 x 230 x 25 mm (aprox.) Cor: Preto	Unidade
162	240	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
165	6	Papel Carbono A4 . Tamanho 210 x 297 mm, cor preto. Caixa com 100 Folhas.	Caixa
166	200	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Unidade
167	24.000	Papel Higiênico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 04 rolos .	Embalagem
168	24	Papel Kraft natural, 50 gr/m2, rolo de 60 cm x 200 m	Unidade
169	10	Papel Kraft pardo, um dos lados tipo monolúcido com brilho e do outro lado Kraft natural. Gramatura mínima de 80gr, rolo de 60 cm de largura, com 100 metros	Unidade
170	100	Papel sulfite formato A3 tamanho 297 mm x 420mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, na cor branca, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
171	18.000	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cor branca, em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões.	Resma
172	50.000	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
173	12	Papel Verge A4 Tamanho 210x297mm 180g.Cores diversas. caixa/50 folhas.Descricao:Papel especial ideal para convites, cartões, curriculos,certificados, apresentações e muito mais.	Caixa
176	60	Pasta Catalogo 245x335mm com Visor e 100 Envelopes plasticos de 0,06mm Cores diversas	Unidade
177	60	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
178	2.400	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

179	360	Pasta em plástico (polipropileno 0,30) com grampo trilho plástico. Formato A4, cores diversas, textura lisa	Unidade
180	480	Pasta Escolar com Aba e Elástico, Formato Ofício, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade
181	300	Pasta plástica com Aba e Elástico Ofício, ideal para guardar e transportar documentos e papéis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm. Cores diversas	Unidade
182	360	Pasta polionda com aba e elástico, dimensões mínimas de 315 x 226 x 35 mm, diversas cores	Unidade
183	240	Pasta polionda com dimensões mínimas 240x350x55mm, em cores diversas	Unidade
185	24	Pasta Sanfonada A4, com 12 Divisórias laminada em polipropileno. Tamanho A4. Possui visores em polipropileno transparente e acompanha etiquetas para identificação das divisórias. Fechamento com elástico (terminação em plástico segundo normas do INMETRO) e botão que permite flexibilidade e evita que o conteúdo caia da pasta. Dimensões 330 x 235 x 70 mm. Cores diversas	Unidade
186	24	Pasta sanfonada plástica A4 em polipropileno, com 12 divisórias para arquivos e documentos, fechamento em elástico, medindo 240x330mm. Cores diversas	Unidade
187	500	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho de plástico para 200 folhas, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m ² , tamanho 230x340 mm, cores diversas	Unidade
194	50	Perfurador de papel pequeno, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, para dois furos, capacidade de perfuração mínima de 8 folhas de gramatura 75GR/M ² . Régua medidora para auxiliar o encaixe e a perfuração. Dimensões: 10,7cm x 7,3cm x 8,8cm.	Unidade
196	4.800	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades.	Unidade
197	360	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
198	600	Pilha alcalina C (media)	Unidade
199	240	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
200	4.200	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Unidade
201	600	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, recarregável.	Unidade
204	120	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
205	120	Porta copos 50 ml, dispenser para copos descartáveis em acrílico transparente, com tampa, com cerdas para prender o copo, deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

208	800	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio . Desenvolvida em material de alta qualidade, Tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
209	3.000	Presilha de metal para crachá tipo jacaré, pacote com 50 unidades	Unidade
210	60	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
212	4.800	Refil de sabonete liquido 700ml Espuma	Unidade
213	240	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Unidade
214	240	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm.Dimensao:310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade
215	2.000	Ribbon em cera, 110 mm x 74 m	Unidade
216	2.000	Ribbon em cera 110mm x 91m	Unidade
217	240	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
218	50	Roleta de tinta compatível com calculadora Logus 642	Unidade
219	2.500	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolomatic.	Rolo
224	3.600	Saco Plástico (Envelope) com 4 furos, Formato Ofício, Tamanho 2740x330	Unidade
225	2.400	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

226	2.000	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
227	2.400	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
228	350.000	Saco plástico transparente tamanho 11 x 25 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte lateral, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
229	150.000	Saco plástico transparente tamanho 15 x 15 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
230	200.000	Saco plástico transparente tamanho 18 x 30 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
231	150.000	Saco plástico transparente tamanho 25 x 35 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
232	60.000	Saco plástico transparente tamanho 26x 15 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

233	70.000	Saco plástico transparente tamanho 28 x 42 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identidade e fabricação.	Unidade
234	200.000	Saco plástico transparente tamanho 30 x 15cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identidade e fabricação.	Unidade
235	84.000	Saco plástico transparente tamanho 40cm x 60 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identidade e fabricação.	Unidade
236	120.000	Saco plástico transparente tipo ofício tamanho 27 x 37 cm, para embalagens, com dois furos, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
237	50.000	Saco plástico transparente, tamanho mínimo 52 x 85 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 010 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação	Unidade
239	60	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 100CM X 70CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuir borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
241	240	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade
242	120	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
243	360	Tesoura pequena 14 cm Laminas de aço inoxidável, cabo plástico em formato anatômico e revestimento interno que absorve impacto, ponta fina. Cor Preto.	Unidade
245	120	Tinta para Reabastecer Pincel Atômico frasco com 37 ml. Tinta permanente a base de álcool. Cores diversas.	Unidade
246	120	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de água, glicerina, corantes, glicos e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
247	240	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Embalagem com no mínimo 12 grs	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

3.1.4 Órgão Participante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 08.184.821/0001-37, com sede na Ararangua, nº397, Bairro América, CEP 89.204. 310, na cidade de Joinville, SC.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	450.000	Açúcar em sachê de 5gr. Refinado, granulado. Embalagem em caixa de 400 unidades .	Unidade
2	8.000	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Unidade
4	80.000	Adoçante dietético em pó, em sachê com 0,8 à 1g, a base de sucralose. Embalagem em caixa de 50 unidades	Unidade
5	480	Adoçante líquido 0,02 Kcal - frasco com 100 ml. Sem aspartame.	Unidade
7	200.000	Água mineral de mesa, garrafa tipo pet de 500 ml, sem gás, embalada em fardos de 12 unidades.	Unidade
8	360	Água sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água sem perfume, embalado em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Unidade
9	6.000	Álcool em gel antisséptico com notificação simplificada de medicamento no M.S. - 800 ML, REFIL para dispensador BAG-IN-BOX 800ML, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	Unidade
10	1.200	Álcool em gel, hidratado ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010. 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasco
11	20.000	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	Frasco



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

13	12	Almofada em feltro paracarimbo nº 3 Cor:Azul com tampa. Tamanho 6,7x11,0 cm.	Unidade
14	36	Apagador para quadro branco. Tamanho mínimo 14 x 4 cm a 15 x 6 cm, fabricado em plástico resistente, acompanha feltro macio e resistente e que permita substituição.	Unidade
15	36	Apagador para Quadro Branco Design ergonômico, Pega firme e confortável, Feltro 100% lã, ótima apagabilidade e durabilidade, Funciona também como estojo para guardar dois marcadores.	Unidade
16	240	Aparelho de Telefone fixo com fio, com as especificações: Modos de discagem tom e pulso; Modo: Tom e Pulso; Espera musical; Mínimo de 3 tipos de volumes e 3 memórias de discagem rápida; TECLAS: mute, pause, redial e flash; Compatível com centrais públicas e PABX. Garantia do fornecedor: 12 meses. Homologado pela ANATEL	Unidade
18	5	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
22	240	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
23	180	Barbante de algodão, cor cru, nº 4, rolo com 400 gr.	Unidade
24	1.200	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
25	10.000	Biscoito c/sal; de água; farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada; água e outras substancias permitidas; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 5 meses; pesando 400 gramas cada (ou 2 de 200 gramas); Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa;	Unidade
26	3.600	Biscoito doce s/recheio; rosquinha sabor de coco, chocolate ou leite; de farinha de trigo, ferro e ácido fólico, amido, coco ralado, açúcar invertido e outras substancias permitidas; acondicionado em saco plástico PVC atóxico, com validade mínima na entrega de 5 meses; Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa. Pesando aproximadamente 310 gramas.	Unidade
27	48	Bobina de fax símile, tamanho mínimo 215mm x 30 m, papel termocopiativo para alta definição de imagem e alta resistência e durabilidade.	Unidade
28	120	Bobina para calculadora 76 mm x 30 m com 1 via	Unidade
29	120	Bobina para impressora térmica amarela 76mm x 30 m	Unidade
30	1.200	Bobina termo sensível na medida 57 x 22 (amarela) autoclave FH190	Unidade
33	240	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores.Cor:Branca, Altura:1,00	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

		Cm, Largura:2,50 Cm,Profundidade:3,00 Cm, Peso:10Gramas. Produto não toxico.	
35	180	Caderno 1/4 espiral capa dura com 96 fás pautadas. Dimensão 140 x 200mm.	Unidade
39	15.000	Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábico, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 15% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco), atestado por exame laboratorial. Acondicionados em pacotes de 500 gramas.	Unidade
40	1.200	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade
42	48	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
44	36	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
45	48	Caixa Organizadora Média em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 380 x 290 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
46	60	Caixa Organizadora Pequena em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 330 x 230 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
47	4.000	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Unidade
48	120	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
50	5.000	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
51	5.000	Caneta esferográfica, escrita media e suave, ponta media de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

54	1.200	Caneta Marcador Permanente CD /DVD Descrição :marcadora permanente de CD/DVD.Composicao Resina Termoplasticas,tinta a base de álcool, solvente, pigmento e aditivos. Cores diversas. Ponta media de 1.0mm.	Unidade
55	600	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
57	1.500	Caneta retroprojeto 1.0mm cores sortidas. Tinta a base de álcool.	Unidade
58	1.500	Caneta retroprojeto 2.0mm. Tinta a base de álcool. tinta secagem rápida e resistente a agua e a umidade de qualidade. Validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Cores diversas	Unidade
60	2	CD-R Gravavel 1X-52X 80min/700mb.Midia optica gravavel utilizada p armazenamento de áudio, vídeo, programas para computadores, documentos, imagens digitais e outros tipos de dados. Especificações tecnicas: Materia-Prima Policarbonato.Tubo contendo 100 un.	Tubo
61	2.400	CD-R gravavel com 700MB de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 80 minutos com velocidade mínima de gravação de 48X COMP., armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
62	2.400	CD RW regravável. Com 650 mb de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 74 minutos, com velocidade mínima de gravação de 4 x compatible, armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
64	300	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
65	500	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
66	300	Clipes tamanho no 4/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
67	300	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
69	120	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) numero ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Unidade
70	500	Cola Bastão 10 g.nao resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Unidade
73	1.200	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
74	50	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e agua em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
75	35.000	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

76	10.000	Copo descartável 50 ml (PP) branco leitoso, atóxico, inodoro, para uso em temperatura máxima de 100°C - Conforme NBR 14865 e 13230. Embalado em embalagem plástica de 100 peças, resistente e lacrado, constando dados de identificação, fabricação, peso e norma, em caixa resistente para armazenamento.	Embalagem
77	15.000	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
78	360	Corretivo líquido 18 ml a base de água, aquoso, não tóxico, composto de dispersantes e dióxido de titânio.	Unidade
82	1.500	Detergente Líquido, Para Lavar Louças Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Biodegradável, Concentrado, com Aspecto Líquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 05 (cinco) litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Unidade
83	12	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
84	600	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade
86	50	DVD - R gravável 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade
88	1.800	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, pacote com 110 unidades	Pacote
89	100	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 50MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Unidade
90	360	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m², tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
91	3.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M², cor: pardo.	Unidade
92	6.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M², cor: pardo.	Unidade
93	50.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M², cor: pardo.	Unidade
94	100.000	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M², cor: pardo.	Unidade
95	4.000	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 215mm (largura) x 315mm (comprimento) X 0,03mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catálogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

96	2.400	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 225mm (largura) x 300mm (comprimento) X 0,12mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catálogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
101	8.000	Espunja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
102	50	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 lâminas de 9 mm, lâmina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lâmina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
104	1.500	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno branco fosco para bolsa de sangue. Medidas: 55mm (l) x 25mm (a). Rolo com 1.000 etiquetas (28 metros). Cor: branco fosco.	Rolo
105	800	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno, branco fosco, para paciente/transusão. Medidas: 71mm (l) x 24mm (a). Rolo com 1.000 etiquetas (27 metros). Cor: branco fosco.	Rolo
106	800	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno, branco fosco, para tubos de exames. Medidas: 50mm (l) x 15mm (a) . Rolo com 1500 etiquetas (27 metros). Cor: branco fosco	Rolo
109	3.000	Etiqueta auto adesiva 5,5 x 2,5 cm, (LxA) em papel couche a base de borracha e resina, cor branco, sem impressão, com 01 coluna, para uso em impressora térmica ,uso ribbon, rolo com 1000 etiquetas.	Rolo
110	10.000	Etiqueta auto adesiva, em bobina, para impressão por transferência térmica, cor branca, feita em papel couche brilhante, dimensões de larg 101MM X altura 25MM. Distancia vertical entre etiquetas de 3 mm. Rolo com 1.500 unidades.	Rolo
111	2.400	Etiqueta com impressão por termo transferência, utilizado Ribbon. Duplo uso. Tamanho 50mm x 25mm , compatível com a impressora marca Argox modelo 0s - 214 plus, cor branca, rolo de 35 metros. Com duas colunas sendo espaçamento mínimo entre as colunas e linhas de 2mm. Fabricada em papel couche duplo uso ou couche duplo liner, adesivo acrílico 20g, duplo liner glassine. Resistente a temperatura até 134 graus, esterilização em autoclave a vapor.	Rolo
115	60	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
118	600	Fita adesiva de pvc larga cores diversas (48mmx50m)	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

119	120	Fita Adesiva Dupla Face Transparente, Dimensão 19mm x 30m para fixação permanente. Ideal paratrabalhos escolares, fechamento de envelopes emendas de papel, fixação de cartazes etc...	Unidade
120	1.000	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
122	600	Fita adesiva transparente tamanho 12mm x 65 m. Fabricado em filme de celofane e adesivo a base de elastômero e resina sintética.	Unidade
124	8.000	Fita crepe branca 24 mm x 50 m. Fabricada em papel saturado, coberto com adesivos naturais de borracha e resina sintética.	Unidade
125	60	Fita de teflon para seladora com largura de 2,5 cm	Unidade
126	60	Fita métrica 150 cm plástica, flexível, graduada em centímetros.	Unidade
127	500	Fita para impressora compatível com Epson FRC 09/22 roxa da autoclave da marca Cisa, fita nylon dimensão 4cm x 0,2008m (ERC 09 roxa)	Unidade
128	50	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
130	120	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
131	300	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas. Cor: Preto, Tamanho: 20cm. Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
132	200	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
135	700	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
136	12	Grampo trilho de plástico estendido (para até 600 folhas) Pacote com 50 unidades.	Pacote
137	12	Grampo trilho plástico injetado em polietileno com capacidade para armazenar aproximadamente 300 folhas (ref. Sulfite 75g/m2). Cores diversas. Pacote com 50 unidades.	Unidade
139	60.000	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA -Frasco com 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	Galão
140	300	Identificador de chaves, com chaveiro e espaço interno para identificação, cor transparente, medidas mínimas 5X60X27MM.	Unidade
141	120	Lacre abraçadeira de nylon tamanho 2,5 MM de largura X 150 MM de comprimento, cor branca, pacote com 100 unidades.	Pacote



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

142	360	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote
143	360	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
146	150	Livro ata com 100 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
147	120	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
148	120	Livro ata com 50 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
149	120	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m2, capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
150	15	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
151	50	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
152	250	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
153	600	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
154	120	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Unidade
155	360	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Unidade
157	240	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
158	60	Mouse pad com apoio de punho em gel, material maleável a base de gel promovendo maior distribuição do peso do pulso, evitando assim lesões causadas por esforço repetitivo (LER). Dimensão: 250 x 230 x 25 mm (aprox.) Cor: Preto	Unidade
162	240	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
165	6	Papel Carbono A4 . Tamanho 210 x 297 mm, cor preto. Caixa com 100 Folhas.	Caixa
166	200	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

167	24.000	Papel Higiênico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 04 rolos .	Embalagem
168	24	Papel Kraft natural, 50 gr/m2, rolo de 60 cm x 200 m	Unidade
169	10	Papel Kraft pardo, um dos lados tipo monolúcido com brilho e do outro lado Kraft natural. Gramatura mínima de 80gr, rolo de 60 cm de largura, com 100 metros	Unidade
170	100	Papel sulfite formato A3 tamanho 297 mm x 420mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, na cor branca, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
171	18.000	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cor branca, em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões.	Resma
172	50.000	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
173	12	Papel Verge A4 Tamanho 210x297mm 180g.Cores diversas. caixa/50 folhas.Descriçao:Papel especial ideal para convites, cartões, currículos,certificados, apresentações e muito mais.	Caixa
176	60	Pasta Catalogo 245x335mm com Visor e 100 Envelopes plasticos de 0,06mm Cores diversas	Unidade
177	60	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
178	2.400	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade
179	360	Pasta em plástico (polipropileno 0,30) com grampo trilho plástico. Formato A4, cores diversas, textura lisa	Unidade
180	480	Pasta Escolar com Aba e Elastico,Formato Oficio, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade
181	300	Pasta plástica com Aba e Elástico Oficio, ideal para guardar e transportar documentos e papeis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm.Cores diversas	Unidade
182	360	Pasta polionda com aba e elástico, dimensões mínimas de 315 x 226 x 35 mm, diversas cores	Unidade
183	240	Pasta polionda com dimensões mínimas 240x350x55mm, em cores diversas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

185	24	Pasta Sanfonada A4, com 12 Divisórias laminada em polipropileno. Tamanho A4. Possui visores em polipropileno transparente e acompanha etiquetas para identificação das divisórias. Fechamento com elástico (terminação em plástico segundo normas do INMETRO) e botão que permite flexibilidade e evita que o conteúdo caia da pasta. Dimensões 330 x 235 x 70 mm. Cores diversas	Unidade
186	24	Pasta sanfonada plástica A4 em polipropileno, com 12 divisórias para arquivos e documentos, fechamento em elástico, medindo 240x330mm. Cores diversas	Unidade
187	500	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho de plástico para 200 folhas, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m ² , tamanho 230x340 mm, cores diversas	Unidade
194	50	Perfurador de papel pequeno, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, para dois furos, capacidade de perfuração mínima de 8 folhas de gramatura 75GR/M ² . Régua medidora para auxiliar o encaixe e a perfuração. Dimensões: 10,7cm x 7,3cm x 8,8cm.	Unidade
196	4.800	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Unidade
197	360	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
198	600	Pilha alcalina C (media)	Unidade
199	240	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
200	4.200	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Unidade
201	600	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, recarregável.	Unidade
204	120	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
205	120	Porta copos 50 ml, dispenser para copos descartáveis em acrílico transparente, com tampa, com cerdas para prender o copo, deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
208	800	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio. Desenvolvida em material de alta qualidade, Tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
209	3.000	Presilha de metal para crachá tipo jacaré, pacote com 50 unidades	Unidade
210	60	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
212	4.800	Refil de sabonete liquido 700ml Espuma	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

213	240	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Unidade
214	240	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm. Dimensão: 310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade
215	2.000	Ribbon em cera, 110 mm x 74 m	Unidade
216	2.000	Ribbon em cera 110mm x 91m	Unidade
217	240	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
218	50	Roleta de tinta compatível com calculadora Logus 642	Unidade
219	2.500	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolomatic.	Rolo
224	3.600	Saco Plástico (Envelope) com 4 furos, Formato Ofício, Tamanho 2740x330	Unidade
225	2.400	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
226	2.000	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
227	2.400	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

228	350.000	Saco plástico transparente tamanho 11 x 25 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte lateral, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
229	150.000	Saco plástico transparente tamanho 15 x 15 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
230	200.000	Saco plástico transparente tamanho 18 x 30 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
231	150.000	Saco plástico transparente tamanho 25 x 35 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
232	60.000	Saco plástico transparente tamanho 26x 15 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
233	70.000	Saco plástico transparente tamanho 28 x 42 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
234	200.000	Saco plástico transparente tamanho 30 x 15cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
235	84.000	Saco plástico transparente tamanho 40cm x 60 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
236	120.000	Saco plástico transparente tipo ofício tamanho 27 x 37 cm, para embalagens, com dois furos, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

237	50.000	Saco plástico transparente, tamanho mínimo 52 x 85 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 010 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação	Unidade
239	60	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 100CM X 70CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuir borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
241	240	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade
242	120	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
243	360	Tesoura pequena 14 cm Laminas de aço inoxidável, cabo plástico em formato anatômico e revestimento interno que absorve impacto, ponta fina. Cor Preto.	Unidade
245	120	Tinta para Reabastecer Pincel Atômico frasco com 37 ml. Tinta permanente a base de álcool. Cores diversas.	Unidade
246	120	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de água, glicerina, corantes, glicos e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
247	240	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Embalagem com no mínimo 12 grs	Unidade

3.1.5 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua Onze de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000, na cidade de Massaranduba, SC.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
6	30	Agenda, tipo anual, 150mmX215mm, capa dura. Ano 2020 e 2021	Unidade
10	100	Álcool em gel, hidratado aÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010. 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasco
11	100	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,	Frasco



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

		PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	
12	50	Alfinetes para Mapa redondo, cabeça confeccionada em resina termoplástica e corpo confeccionado em Aço Niquelado no1. (5mm) Cores Diversas. Para uso em quadro de avisos com pontas arredondadas caixa.com 50 unidades.	Caixa
16	10	Aparelho de Telefone fixo com fio, com as especificações: Modos de discagem tom e pulso; Modo: Tom e Pulso; Espera musical; Mínimo de 3 tipos de volumes e 3 memórias de discagem rápida; TECLAS: mute, pause, redial e flash; Compatível com centrais públicas e PABX. Garantia do fornecedor: 12 meses. Homologado pela ANATEL	Unidade
17	70	Apoio ergonômico para pés em poliestireno de alto impacto. Base antiderrapante em PVC e ajuste natural de inclinação. Dimensões AxLxP: 11 x 43 x31cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
19	1	Apontador Plástico Escolar Redondo ou retangular (sem deposito) com lamina de aço temperado de alta resistência. Caixa com 50 unidades	Caixa
20	10	Apresentador de Slides Pointlaser Multimídia Wireless. Possui comando de avanço e retrocesso. Dispositivo Plug & Play (Não Necessita de Drives ou CDs de Instalação). Sistemas Compatíveis: Windows 98SE / ME / 2000 / XP / Vista / 7 (32 e 64) / Mac OS / Linux. Interface: Wireless / Rádio frequência 2.4g. Alcance Wireless: 15 metros. Alcance laser point: até 60 metros (Laser Vermelho). Itens inclusos: 01 Apresentador multimídia sem fio. 01 Receptor USB. 01 Pilha	Unidade
21	10	Arquivo Aramado sem Pastas Suspensas. Estrutura em arame com pintura eletrostática e montagem automática. Dimensões 400 x 140 x 280 mm.	Unidade
24	30	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
31	100	Borracha bicolor. Borracha de cor azul e vermelha de qualidade, atóxica, parte vermelha para apagar escritas em grafites lápis e lapiseira, parte azul mais abrasiva para apagar escritas a caneta e lápis de cor.	Unidade
32	100	Borracha branca com capa plástica, macia, de látex, produzida com borracha natural, acompanha capa plástica - tamanho 42x21x10mm	Unidade
34	100	Borracha Ponteira para lápis. Cores diversas. Caixa.com 100 unidades	Unidade
36	50	Caderno espiral capa dura, pequeno, 48 folhas	Unidade
38	50	Caderno pequeno, capa dura com 80 folhas	Unidade
40	50	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade
42	10	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

43	10	CAIXA DE SOM PARA PC/NOTEBOOK 2.0 5 watts rms: 1 par de caixa de som 2.0 5w rms usb potência de saída: 2.5 w x 2 impedância: 4 amperes resposta de frequência: 60 hz - 20 khz; entrada para fone de ouvido.	Par
44	20	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
45	20	Caixa Organizadora Média em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 380 x 290 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
46	20	Caixa Organizadora Pequena em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 330 x 230 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
47	200	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Unidade
49	10	CÂMERA WEB, CONEXÃO:INTERFACE USB 2.0, CAPTURA CORES:30 FPS, TAMANHO IMAGEM:1280 X 720 PIXELS, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 7, RESOLUÇÃO:3.0 MPX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MICROFONE EMBUTIDO/CLIQUE LAPTOP/MONITOR LCD OU CRT	Unidade
50	100	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
55	200	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de água, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
56	10	Caneta para marcar tecido -Tinta permanente para tecidos ou uniformes e outros, com ótima fixação, que não saia com a lavagem, ponta grossa, validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Diversas Cores	Unidade
59	5	Cartão de Memória + Adaptador - 8GB de memória para armazenar fotos, vídeos, arquivos, jogos, entre outros, além de ser um acessório compatível com aparelhos de celular.	Unidade
63	10	Clipes tamanho no 1/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
64	20	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
65	10	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
66	10	Clipes tamanho no 4/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

67	10	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
69	50	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) numero ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Unidade
70	3	Cola Bastão 10 g.nao resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Unidade
72	10	Cola de silicone, frasco 235 gr, incolor	Unidade
74	15	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e agua em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
83	6	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
88	20	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, pacote com 110 unidades	Pacote
91	200	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
92	200	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
93	200	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
94	200	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
99	3	Envelope Saco Kraft ou Pardo, Office, Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel especifico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades	Unidade
100	15	Espeto para papel	Unidade
112	20	Expositor de Parede para atendimento dos Prontuários Médicos Dimensão 233 x 40 x 295 mm, Cores diversas	Unidade
113	20	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
119	30	Fita Adesiva Dupla Face Transparente, Dimensão 19mm x 30m para fixação permanente. Ideal paratrabalhos escolares, fechamento de envelopes emendas de papel, fixação de cartazes etc...	Unidade
123	80	Fita Corretiva 5mmx6m. Descrição: Correção a seco, não é necessário esperar secar para reescrever por cima, Formato ergonômico que proporciona conforto e firmeza na aplicação. Cores diversas.	Unidade
126	10	Fita métrica 150 cm plástica, flexível, graduada em centímetros.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

128	15	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
130	10	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
150	15	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
151	50	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
153	15	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
155	5	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Unidade
157	10	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
158	50	Mouse pad com apoio de punho em gel, material maleável a base de gel promovendo maior distribuição do peso do pulso, evitando assim lesões causadas por esforço repetitivo (LER). Dimensão: 250 x 230 x 25 mm (aprox.) Cor: Preto	Unidade
159	50	Notas auto adesivas 50x50 neon sortido	Unidade
160	50	Notas autoadesivas 76x76 pop-up amarelo com 100fls L4P3 PT com 4 unidades	Unidade
161	50	Notas auto adesivas reposicionáveis 38mm x 51 mm - embalagem com 4 unidades de 100 folhas cada	Unidade
166	10	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Unidade
170	5	Papel sulfite formato A3 tamanho 297 mm x 420mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, na cor branca, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
171	200	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cores diversas, em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
172	300	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primária: pacote com 1000 folhas.	Pacote



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

173	100	Papel Verge A4 Tamanho 210x297mm 180g.Cores diversas. caixa/50 folhas.Descricao:Papel especial ideal para convites, cartões, curriculos,certificados, apresentações e muito mais.	Caixa
181	100	Pasta plástica com Aba e Elástico Ofício, ideal para guardar e transportar documentos e papeis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm.Cores diversas	Unidade
184	10	Pasta Registradora A/Z Ofício, feita em cartão maciço de alta qualidade. Espessura de 2,4mm. Lombo de 70 mm. Possui forração interna e externa de PVC, cantoneira de proteção na parte inferior da pasta, rados e olhal niquelados. Acompanha etiqueta personalizada Dimensões 350 x 290 x 70mm, Espessura 2,4 Cores diversas	Unidade
185	10	Pasta Sanfonada A4,com 12 Divisórias laminada em polipropileno. Tamanho A4. Possui visores em polipropileno transparente e acompanha etiquetas para identificação das divisórias. Fechamento com elástico (terminação em plástico segundo normas do INMETRO) e botão que permite flexibilidade e evita que o conteúdo caia da pasta. Dimensões 330 x 235 x70 mm. Cores diversas	Unidade
190	30	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Unidade
191	20	Pen Drive 16 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
192	20	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
194	5	Perfurador de papel pequeno, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, para dois furos, capacidade de perfuração mínima de 8 folhas de gramatura 75GR/M2. Régua medidora para auxiliar o encaixe e a perfuração. Dimensões: 10,7cm x 7,3cm x 8,8cm.	Unidade
195	5	Perfurador de papel tamanho médio, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, com escala de ajuste de perfuração, capacidade de perfuração mínima de 30 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
196	50	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Unidade
200	50	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Unidade
201	20	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, recarregável.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

202	30	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
204	10	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
206	20	Porta Lápis/Clips/Lembrete Fabricado em poliestireno. Espessura de parede de 3mm garante alta resistência e durabilidade. Perfeita estabilidade sobre a mesa. Acabamento perfeito. Design moderno Dimensões 240 x 70 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
208	30	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio . Desenvolvida em material de alta qualidade, Tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
219	80	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento roloomatic.	Rolo
221	100	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Unidade
223	30	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
238	30	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
239	10	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 100CM X 70CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuri borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
241	10	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade
242	10	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
244	20	Tinta para carimbo cores diversas	Unidade
247	10	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Embalagem com no mínimo 12 grs	Unidade

3.1.6 Órgão Participante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 03.264.792/0001-08, com sede na Av. Dr. Nereu Ramos, Bairro Rocio Grande, nº 387, CEP 89.240-000, na cidade de São Francisco do Sul, SC.

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
---------	------------	-----------	---------



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

2	100	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Unidade
8	100	Água sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água sem perfume, embalado em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Unidade
11	200	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	Frasco
12	20	Alfinetes para Mapa redondo, cabeça confeccionada em resina termoplástica e corpo confeccionado em Aço Niquelado no1. (5mm) Cores Diversas. Para uso em quadro de avisos com pontas arredondadas caixa.com 50 unidades.	Caixa
14	20	Apagador para quadro branco. Tamanho mínimo 14 x 4 cm a 15 x 6 cm, fabricado em plástico resistente, acompanha feltro macio e resistente e que permita substituição.	Unidade
16	30	Aparelho de Telefone fixo com fio, com as especificações: Modos de discagem tom e pulso; Modo: Tom e Pulso; Espera musical; Mínimo de 3 tipos de volumes e 3 memórias de discagem rápida; TECLAS: mute, pause, redial e flash; Compatível com centrais públicas e PABX. Garantia do fornecedor: 12 meses. Homologado pela ANATEL	Unidade
18	1	Apontador com depósito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
22	50	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
24	50	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
33	50	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura: 1,00 Cm, Largura: 2,50 Cm, Profundidade: 3,00 Cm, Peso: 10 Gramas. Produto não tóxico.	Unidade
39	200	Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábico, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 15% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco), atestado por exame laboratorial. Acondicionados em pacotes de 500 gramas.	Unidade
43	70	CAIXA DE SOM PARA PC/NOTEBOOK 2.0 5 watts rms: 1 par de caixa de som 2.0 5w rms usb potência de saída: 2.5 w x 2 impedância: 4 amperes resposta de frequência: 60 hz - 20 khz; entrada para fone de ouvido	Par
48	20	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

49	30	CÂMERA WEB, CONEXÃO:INTERFACE USB 2.0, CAPTURA CORES:30 FPS, TAMANHO IMAGEM:1280 X 720 PIXELS, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 7, RESOLUÇÃO:3.0 MPX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MICROFONE EMBUTIDO/CLIQUE LAPTOP/MONITOR LCD OU CRT	Unidade
50	100	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
55	200	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de água, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
68	10	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
70	50	Cola Bastão 10 g. não resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Unidade
75	500	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
79	100	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
80	100	Desinfetante floral - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
81	200	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
90	200	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
101	400	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
108	100	Etiqueta adesiva para impressora modelo zebra et 0182 - et col térmica adc 240 - dimensão 62 x 15000 mm, largura 62 mm, sem picote, material térmico, uma carreira.	Unidade
113	30	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
114	20	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade
117	100	Filtro de café - 103 - Caixa com 30 unidades	Caixa
128	5	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

129	200	Fralda para limpeza- 34x44 cm	Unidade
130	20	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
132	50	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
135	100	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
139	300	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA -Frasco com 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	Galão
143	100	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
145	50	Limpa vidros - embalagem em frasco com 05 (cinco) litros	Unidade
155	100	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Unidade
157	100	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
158	50	Mouse pad com apoio de punho em gel, material maleável a base de gel promovendo maior distribuição do peso do pulso, evitando assim lesões causadas por esforço repetitivo (LER). Dimensão: 250 x 230 x 25 mm (aprox.) Cor: Preto	Unidade
162	50	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
163	400	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O pano devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	Unidade
164	600	Pano de limpeza - Tipo perfex 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Unidade
171	500	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cor branca, em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
178	200	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade
190	200	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Unidade
191	30	Pen Drive 16 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

192	30	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
195	20	Perfurador de papel tamanho médio, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeira inferior, com escala de ajuste de perfuração, capacidade de perfuração mínima de 30 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
196	200	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Unidade
197	2	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
198	200	Pilha alcalina C (media)	Unidade
199	200	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
200	100	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Unidade
202	30	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
207	100	Prancheta mdf com grampo metálico 340 x 235 mm	Unidade
217	50	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
219	5	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolomatic.	Rolo
220	1	Rotulador eletrônico de etiquetas com visor LCD de 12 caracteres x 1 linha, velocidade mínima de impressão de 7,5 mm por segundo, resolução de impressão de 230 dpi, com 2 linhas de impressão, fonte de alimentação sendo 4 à 6 pilhas AAA, com 8 ou mais tipos de estilos de fontes, com impressão vertical, inserção de texto e altura máxima de 7,0 mm, acompanhado de 1 fita preto sobre branco de no mínimo 8 metros.	Unidade
238	10	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
241	70	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade
246	20	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de agua, glicerina, corantes, glicos e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
248	70	Vassoura de nylon ? Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade

3.2 Total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes e Órgão Gerenciador:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	458.400	Açúcar em sachê de 5gr. Refinado, granulado. Embalagem em caixa de 400 unidades .	Unidade
2	8.410	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Unidade
3	2.105	Açúcar refinado branco - pacote de 5 kg	Unidade
4	80.100	Adoçante dietético em pó, em sachê com 0,8 à 1g, a base de sucralose. Embalagem em caixa de 50 unidades	Unidade
5	485	Adoçante líquido 0,02 Kcal - frasco com 100 ml. Sem aspartame.	Unidade
6	32	Agenda, tipo anual, 150mmX215mm, capa dura. Ano 2020 e 2021	Unidade
7	200.600	Água mineral de mesa, garrafa tipo pet de 500 ml, sem gás, embalada em fardos de 12 unidades.	Unidade
8	10.990	Água sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água sem perfume, embalado em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Unidade
9	8.230	Álcool em gel antisséptico com notificação simplificada de medicamento no M.S. - 800 ML, REFIL para dispensador BAG-IN-BOX 800ML, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	Unidade
10	3.450	Álcool em gel, hidratado ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010. 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasco
11	56.500	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	Frasco



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

12	130	Alfinetes para Mapa redondo, cabeça confeccionada em resina termoplástica e corpo confeccionado em Aço Niquelado no1. (5mm) Cores Diversas. Para uso em quadro de avisos com pontas arredondadas caixa.com 50 unidades.	Caixa
13	12	Almofada em feltro paracarimbo nº 3 Cor:Azul com tampa. Tamanho 6,7x11,0 cm.	Unidade
14	56	Apagador para quadro branco. Tamanho mínimo 14 x 4 cm a 15 x 6 cm, fabricado em plástico resistente, acompanha feltro macio e resistente e que permita substituição.	Unidade
15	97	Apagador para Quadro Branco Design ergonômico, Pega firme e confortável, Feltro 100% lã, ótima apagabilidade e durabilidade, Funciona também como estojo para guardar dois marcadores.	Unidade
16	310	Aparelho de Telefone fixo com fio, com as especificações: Modos de discagem tom e pulso; Modo: Tom e Pulso; Espera musical; Mínimo de 3 tipos de volumes e 3 memórias de discagem rápida; TECLAS: mute, pause, redial e flash; Compatível com centrais públicas e PABX. Garantia do fornecedor: 12 meses. Homologado pela ANATEL	Unidade
17	75	Apoio ergonômico para pés em poliestireno de alto impacto. Base antiderrapante em PVC e ajuste natural de inclinação. Dimensões AxLxP: 11 x 43 x31cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
18	316	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
19	201	Apontador Plástico Escolar Redondo ou retangular (sem deposito) com lamina de aço temperado de alta resistência. Caixa com 50 unidades	Caixa
20	15	Apresentador de Slides Pointlaser Multimídia Wireless. Possui comando de avanço e retrocesso. Dispositivo Plug & Play (Não Necessita de Drives ou CDs de Instalação). Sistemas Compatíveis: Windows 98SE / ME / 2000 / XP / Vista / 7 (32 e 64) / Mac OS / Linux. Interface: Wireless / Rádio frequência 2.4g. Alcance Wireless: 15 metros. Alcance laser point: até 60 metros (Laser Vermelho). Itens inclusos: 01 Apresentador multimídia sem fio. 01 Receptor USB. 01 Pilha	Unidade
21	10	Arquivo Aramado sem Pastas Suspensas. Estrutura em arame com pintura eletrostática e montagem automática. Dimensões 400 x 140 x 280 mm.	Unidade
22	625	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
23	180	Barbante de algodão, cor cru, nº 4, rolo com 400 gr.	Unidade
24	1.310	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

25	11.620	Biscoito c/sal; de água; farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada; água e outras substâncias permitidas; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 5 meses; pesando 400 gramas cada (ou 2 de 200 gramas); Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa;	Unidade
26	5.220	Biscoito doce s/recheio; rosquinha sabor de coco, chocolate ou leite; de farinha de trigo, ferro e ácido fólico, amido, coco ralado, açúcar invertido e outras substâncias permitidas; acondicionado em saco plástico PVC atóxico, com validade mínima na entrega de 5 meses; Condições de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa. Pesando aproximadamente 310 gramas.	Unidade
27	248	Bobina de fax símile, tamanho mínimo 215mm x 30 m, papel termocopiativo para alta definição de imagem e alta resistência e durabilidade.	Unidade
28	120	Bobina para calculadora 76 mm x 30 m com 1 via	Unidade
29	120	Bobina para impressora térmica amarela 76mm x 30 m	Unidade
30	1.200	Bobina termo sensível na medida 57 x 22 (amarela) autoclave FH190	Unidade
31	100	Borracha bicolor. Borracha de cor azul e vermelha de qualidade, atóxica, parte vermelha para apagar escritas em grafites lápis e lapiseira, parte azul mais abrasiva para apagar escritas a caneta e lápis de cor.	Unidade
32	100	Borracha branca com capa plástica, macia, de látex, produzida com borracha natural, acompanha capa plástica - tamanho 42x21x10mm	Unidade
33	910	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura: 1,00 Cm, Largura: 2,50 Cm, Profundidade: 3,00 Cm, Peso: 10 Gramas. Produto não tóxico.	Unidade
34	100	Borracha Ponteira para lápis. Cores diversas. Caixa com 100 unidades	Unidade
35	180	Caderno 1/4 espiral capa dura com 96 fás pautadas. Dimensão 140 x 200mm.	Unidade
36	55	Caderno espiral capa dura, pequeno, 48 folhas	Unidade
37	100	Caderno grande, capa dura, 100 folhas	Unidade
38	950	Caderno pequeno, capa dura com 80 folhas	Unidade
39	18.900	Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábico, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 15% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco), atestado por exame laboratorial. Acondicionados em pacotes de 500 gramas.	Unidade
40	4.450	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

41	600	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cor: Preta	Unidade
42	283	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
43	95	CAIXA DE SOM PARA PC/NOTEBOOK 2.0 5 watts rms: 1 par de caixa de som 2.0 5w rms usb potência de saída: 2.5 w x 2 impedância: 4 amperes resposta de frequência: 60 hz - 20 khz; entrada para fone de ouvido	Par
44	66	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
45	73	Caixa Organizadora Média em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 380 x 290 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
46	85	Caixa Organizadora Pequena em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura mínima 1,00mm. Dimensões mínimas: 330 x 230 x 185 mm. Cores diversas	Unidade
47	7.200	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Unidade
48	210	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
49	52	CÂMERA WEB, CONEXÃO:INTERFACE USB 2.0, CAPTURA CORES:30 FPS, TAMANHO IMAGEM:1280 X 720 PIXELS, COMPATIBILIDADE:WINDOWS 7, RESOLUÇÃO:3.0 MPX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MICROFONE EMBUTIDO/CLIQUE LAPTOP/MONITOR LCD OU CRT	Unidade
50	15.530	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
51	15.340	Caneta esferográfica, escrita média e suave, ponta média de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstenio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
52	5	Caneta Hidrográfica. Embalagem plástica com 24 Cores. Corpo plástico, 2 opções de traço - fino e grosso, atóxico.	Embalagem
53	5	Caneta hidrográfica ponta grossa, embalagem com 12 unidades.	Embalagem



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

54	1.425	Caneta Marcador Permanente CD /DVD Descrição :marcadora permanente de CD/DVD.Composicao Resina Termoplasticas,tinta a base de álcool, solvente, pigmento e aditivos. Cores diversas. Ponta media de 1.0mm.	Unidade
55	2.630	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
56	310	Caneta para marcar tecido -Tinta permanente para tecidos ou uniformes e outros, com ótima fixação, que não saia com a lavação, ponta grossa, validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Diversas Cores	Unidade
57	1.500	Caneta retroprojeto 1.0mm cores sortidas. Tinta a base de álcool.	Unidade
58	5.500	Caneta retroprojeto 2.0mm. Tinta a base de álcool. tinta secagem rápida e resistente a agua e a umidade de qualidade. Validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Cores diversas	Unidade
59	5	Cartão de Memoria + Adaptador - 8GB de memoria paraarmazenar fotos, vídeos, arquivos, jogos, entre outros, além de ser um acessório compatível com aparelhos de celular.	Unidade
60	2	CD-R Gravavel 1X-52X 80min/700mb.Midia optica gravavel utilizada p armazenamento de áudio, vídeo, programas para computadores, documentos, imagens digitais e outros tipos de dados. Especificações tecnicas: Materia-Prima Policarbonato.Tubo contendo 100 un.	Tubo
61	2.500	CD-R gravavel com 700MB de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 80 minutos com velocidade mínima de gravação de 48X COMP., armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
62	2.500	CD RW regravável. Com 650 mb de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 74 minutos, com velocidade mínima de gravação de 4 x compatible, armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
63	10	Clipes tamanho no 1/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
64	385	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
65	615	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
66	365	Clipes tamanho no 4/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
67	385	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
68	115	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

69	275	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) numero ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Unidade
70	1.273	Cola Bastão 10 g. nao resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Unidade
71	50	Cola branca, frasco de 1kg	Unidade
72	10	Cola de silicone, frasco 235 gr, incolor	Unidade
73	1.710	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
74	80	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e agua em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
75	76.000	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
76	50.100	Copo descartável 50 ml (PP) branco leitoso, atóxico, inodoro, para uso em temperatura máxima de 100°C - Conforme NBR 14865 e 13230. Embalado em embalagem plástica de 100 peças, resistente e lacrado, constando dados de identificação, fabricação, peso e norma, em caixa resistente para armazenamento.	Embalagem
77	15.140	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
78	860	Corretivo liquido 18 ml a base de agua, aquoso, não toxico, composto de dispersantes e dióxido de titânio.	Unidade
79	620	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
80	1.420	Desinfetante floral - embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros	Unidade
81	1.110	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
82	4.805	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Biodegradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 05 (cinco) litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Unidade
83	68	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
84	930	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

85	150	DVD-R Gravavel 4.7 GB 16X 120 min. Armazena dados, musicas, imagens, vídeos e filmes, Solução completa para aplicações de alta performance, Gravação e reprodução em velocidade de ate 16X. Embalagem com 50 unidades.	Unidade
86	100	DVD - R gravavel 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade
87	50	DVD - RW regravável 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade
88	2.455	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, pacote com 110 unidades	Pacote
89	500	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 50MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Unidade
90	1.560	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
91	3.420	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
92	8.400	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
93	51.400	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
94	100.400	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
95	4.000	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 215mm (largura) x 315mm (comprimento) X 0,03mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catalogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
96	2.500	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 225mm (largura) x 300mm (comprimento) X 0,12mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catalogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
97	1.600	Envelope Saco Branco Office Tamanho 229x324. Descrição:Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades.	Unidade
98	1.000	Envelope saco Kraft natural 75g 176x250 kft2, caixa 100 unidades	Unidade
99	603	Envelope Saco Kraft ou Pardo, Office, Tamanho 229x324. Descrição:Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades	Unidade
100	35	Espeto para papel	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

101	18.930	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem risc-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
102	375	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 laminas de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
103	6	Etiqueta 101,6 x 25,4mm, caixa com 100 folhas com 20 etiquetas	Caixa
104	1.500	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno branco fosco para bolsa de sangue. Medidas: 55mm (l) x 25mm (a). Rolo com 1.000 etiquetas (28 metros). Cor: branco fosco.	Rolo
105	800	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno, branco fosco, para paciente/transusão. Medidas: 71mm (l) x 24mm (a). Rolo com 1.000 etiquetas (27 metros). Cor: branco fosco.	Rolo
106	800	Etiqueta adesiva em filme polipropileno e impressão por código de barras em filme polipropileno, branco fosco, para tubos de exames. Medidas: 50mm (l) x 15mm (a) . Rolo com 1500 etiquetas (27 metros). Cor: branco fosco	Rolo
107	20	Etiqueta adesiva, formato tipo carta, 106,6 x33,9 mm, cor branca, para uso em impressora a jato de tinta, laser e copiadoras, acondicionada em caixas com 100 folhas e 1400 etiquetas.	Caixa
108	1.100	Etiqueta adesiva para impressora modelo zebra et 0182 - et col térmica adc 240 - dimensão 62 x 15000 mm, largura 62 mm, sem picote, material térmico, uma carreira.	Unidade
109	4.010	Etiqueta auto adesiva 5,5 x 2,5 cm, (LxA) em papel couche a base de borracha e resina, cor branco, sem impressão, com 01 coluna, para uso em impressora térmica ,uso ribbon, rolo com 1000 etiquetas.	Rolo
110	11.000	Etiqueta auto adesiva, em bobina, para impressão por transferência térmica, cor branca, feita em papel couche brilhante, dimensões de larg 101MM X altura 25MM. Distancia vertical entre etiquetas de 3 mm. Rolo com 1.500 unidades.	Rolo
111	2.400	Etiqueta com impressão por termo transferência, utilizado Ribbon. Duplo uso. Tamanho 50mm x 25mm , compatível com a impressora marca Argox modelo 0s - 214 plus, cor branca, rolo de 35 metros. Com duas colunas sendo espaçamento mínimo entre as colunas e linhas de 2mm. Fabricada em papel couche duplo uso ou couche duplo liner, adesivo acrílico 20g, duplo liner glassine. Resistente a temperatura até 134 graus, esterilização em autoclave a vapor.	Rolo
112	30	Expositor de Parede para atendimento dos Prontuários Médicos Dimensão 233 x 40 x 295 mm, Cores diversas	Unidade
113	60	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
114	35	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

115	80	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
116	110	Fichário Acrílico, Com Índice, Base de aço, Tamanho 4x6, Cores diversas.	Unidade
117	3.200	Filtro de café - 103 - Caixa com 30 unidades	Caixa
118	2.612	Fita adesiva de pvc larga cores diversas (48mmx50m)	Unidade
119	650	Fita Adesiva Dupla Face Transparente, Dimensão 19mm x 30m para fixação permanente. Ideal paratrabalhos escolares, fechamento de envelopes emendas de papel, fixação de cartazes etc...	Unidade
120	1.050	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
121	1.015	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 45mmx45 em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Unidade
122	600	Fita adesiva transparente tamanho 12mm x 65 m. Fabricado em filme de celofane e adesivo a base de elastômero e resina sintética.	Unidade
123	190	Fita Corretiva 5mmx6m. Descrição: Correção a seco, não é necessário esperar secar para reescrever por cima, Formato ergonômico que proporciona conforto e firmeza na aplicação. Cores diversas.	Unidade
124	9.500	Fita crepe branca 24 mm x 50 m. Fabricada em papel saturado, coberto com adesivos naturais de borracha e resina sintética.	Unidade
125	60	Fita de teflon para seladora com largura de 2,5 cm	Unidade
126	270	Fita métrica 150 cm plástica, flexível, graduada em centímetros.	Unidade
127	500	Fita para impressora compatível com Epson FRC 09/22 roxa da autoclave da marca Cisa, fita nylón dimensão 4cm x 0,2008m (ERC 09 roxa)	Unidade
128	80	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
129	720	Fralda para limpeza- 34x44 cm	Unidade
130	150	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
131	530	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas. Cor: Preto, Tamanho: 20cm. Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
132	470	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

133	200	Grampeador para uso de grampos (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/25), confeccionado em material de ferro fundido ou aço, para trabalhos pesados, com ajuste de distancia, grampeamento de ate 200 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
134	500	Grampo para grampeador (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/24 OU 23/25) - Caixa com 1.000 unidades, galvanizados, capacidade ate 210 folhas.	Caixa
135	1.360	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
136	119	Grampo trilho de plástico estendido (para ate 600 folhas) Pacote com 50 unidades.	Pacote
137	162	Grampo trilho plástico injetado em polietileno com capacidade para armazenar aproximadamente 300 folhas (ref. Sulfite 75g/m2).Cores diversas. Pacote com 50 unidades.	Unidade
138	150	Guardanapo de papel branco - Folha simples, com boa capacidade de absorção, sem furos e materiais estranhos ou sujidades; no tamanho aproximado de 20 cm X 23 cm. Embalado em pacotes plásticos com 50 unidades em cada pacote.	Pacote
139	75.820	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA -Frasco com 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	Galão
140	800	Identificador de chaves, com chaveiro e espaço interno para identificação, cor transparente, medidas mínimas 5X60X27MM.	Unidade
141	120	Lacre abraçadeira de nylon tamanho 2,5 MM de largura X 150 MM de comprimento, cor branca, pacote com 100 unidades.	Pacote
142	470	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote
143	3.580	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
144	30	Lápis Preto n 3 Descricao.Ecolapis produzido com madeira 100% reflorestada. Madeira macia que garante excelente apontabilidade,Tecnica Sekural: exclusivo processo de colagem do grafite na madeira, proporcionando maior resistência a quebra, ideal paradesenho artístico ou tecnico.Formato:sextavada:nao rola na mesa.	Unidade
145	255	Limpa vidros - embalagem em frasco com 05 (cinco) litros	Unidade
146	450	Livro ata com 100 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
147	152	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

148	420	Livro ata com 50 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
149	330	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m2, capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
150	190	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
151	624	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (polycarbonato ou metal)	Unidade
152	775	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
153	1.140	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
154	140	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Unidade
155	1.497	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Unidade
156	15	Mexedor de bebidas descartável - Plástico ou similar, transparente, medida aproximada de 11 centímetros. Pacote com 240 unidades.	Pacote
157	380	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
158	290	Mouse pad com apoio de punho em gel, material maleável a base de gel promovendo maior distribuição do peso do pulso, evitando assim lesões causadas por esforço repetitivo (LER). Dimensão: 250 x 230 x 25 mm (aprox.) Cor: Preto	Unidade
159	120	Notas auto adesivas 50x50 neon sortido	Unidade
160	170	Notas autoadesivas 76x76 pop-up amarelo com 100fls L4P3 PT com 4 unidades	Unidade
161	70	Notas auto adesivas reposicionáveis 38mm x 51 mm - embalagem com 4 unidades de 100 folhas cada	Unidade
162	300	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
163	1.020	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O pano devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	Unidade
164	1.110	Pano de limpeza - Tipo perfex 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Unidade
165	16	Papel Carbono A4 . Tamanho 210 x 297 mm, cor preto. Caixa com 100 Folhas.	Caixa



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

166	260	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Unidade
167	26.000	Papel Higiênico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 04 rolos .	Embalagem
168	34	Papel Kraft natural, 50 gr/m2, rolo de 60 cm x 200 m	Unidade
169	20	Papel Kraft pardo, um dos lados tipo monolúcido com brilho e do outro lado Kraft natural. Gramatura mínima de 80gr, rolo de 60 cm de largura, com 100 metros	Unidade
170	205	Papel sulfite formato A3 tamanho 297 mm x 420mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, na cor branca, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
171	44.820	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cor branca, em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
172	103.800	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
173	112	Papel Verge A4 Tamanho 210x297mm 180g.Cores diversas. caixa/50 folhas.Descricao:Papel especial ideal para convites, cartões, curriculos,certificados, apresentações e muito mais.	Caixa
174	100	Pasta AZ A4 Preta Lombada Larga com visor	Unidade
175	100	Pasta Cartão Duplex, Plastificado, com Abas, Elástico com ilhós para guardar documentos em geral. Formato: 340x 230mm.Cores diversas	Unidade
176	110	Pasta Catalogo 245x335mm com Visor e 100 Envelopes plasticos de 0,06mm Cores diversas	Unidade
177	610	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
178	2.905	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade
179	1.870	Pasta em plástico (polipropileno 0,30) com grampo trilho plástico. Formato A4, cores diversas, textura lisa	Unidade
180	690	Pasta Escolar com Aba e Elastico,Formato Oficio, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

181	910	Pasta plástica com Aba e Elástico Ofício, ideal para guardar e transportar documentos e papeis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm. Cores diversas	Unidade
182	860	Pasta polionda com aba e elástico, dimensões mínimas de 315 x 226 x 35 mm, diversas cores	Unidade
183	240	Pasta polionda com dimensões mínimas 240x350x55mm, em cores diversas	Unidade
184	160	Pasta Registradora A/Z Ofício, feita em cartão maciço de alta qualidade. Espessura de 2,4mm. Lombo de 70 mm. Possui forração interna e externa de PVC, cantoneira de proteção na parte inferior da pasta, rados e olhal niquelados. Acompanha etiqueta personalizada Dimensões 350 x 290 x 70mm, Espessura 2,4 Cores diversas	Unidade
185	34	Pasta Sanfonada A4, com 12 Divisórias laminada em polipropileno. Tamanho A4. Possui visores em polipropileno transparente e acompanha etiquetas para identificação das divisórias. Fechamento com elástico (terminação em plástico segundo normas do INMETRO) e botão que permite flexibilidade e evita que o conteúdo caia da pasta. Dimensões 330 x 235 x 70 mm. Cores diversas	Unidade
186	124	Pasta sanfonada plástica A4 em polipropileno, com 12 divisórias para arquivos e documentos, fechamento em elástico, medindo 240x330mm. Cores diversas	Unidade
187	1.000	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho de plástico para 200 folhas, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cores diversas	Unidade
188	200	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho plástico para 200 folhas, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cor Preta	Unidade
189	5.560	Pasta Suspensa, Cores diversas, altamente resistente plastificada 250 a 280g/m2. Embalagem com 6 unidades. Acompanha etiqueta (offset 120 g/m2), visor (PVC), grampo plástico (PE) e 2 hastes plásticas 405x15mm.	Unidade
190	239	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Unidade
191	70	Pen Drive 16 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
192	60	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

193	105	Perfurador de papel Grande, confeccionado em aço ou ferro fundido com escala de ajuste de perfuração. 2 Furos Perfuração ate 60 Folhas de gramatura 75gr/m2. Cor:Preto.Descricao:Sistema de escotilhas para esvaziar os resíduos (confete): fácil e limpo; Compacto: botão que trava a alavanca na posição para baixo, tamanho do furo: 5,5mm, Distancia interfuros padrão de 8cm.	Unidade
194	105	Perfurador de papel pequeno, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, para dois furos, capacidade de perfuração mínima de 8 folhas de gramatura 75GR/M2. Régua medidora para auxiliar o encaixe e a perfuração. Dimensões: 10,7cm x 7,3cm x 8,8cm.	Unidade
195	75	Perfurador de papel tamanho médio, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, com escala de ajuste de perfuração, capacidade de perfuração mínima de 30 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
196	7.250	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Unidade
197	552	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
198	2.840	Pilha alcalina C (media)	Unidade
199	440	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
200	9.650	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Unidade
201	1.620	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, recarregável.	Unidade
202	85	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
203	10	Porta clips com imã	Unidade
204	655	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
205	625	Porta copos 50 ml, dispenser para copos descartáveis em acrílico transparente, com tampa, com cerdas para prender o copo, deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
206	130	Porta Lápis/Clips/Lembrete Fabricado em poliestireno. Espessura de parede de 3mm garante alta resistência e durabilidade. Perfeita estabilidade sobre a mesa. Acabamento perfeito. Design moderno Dimensões 240 x 70 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
207	100	Prancheta mdf com grampo metálico 340 x 235 mm	Unidade
208	1.430	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio . Desenvolvida em material de alta qualidade, Tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
209	3.100	Presilha de metal para crachá tipo jacaré, pacote com 50 unidades	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

210	73	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
211	10	Quadro de aviso cortiça - moldura de alumínio e tamanho de 90 x 120 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanha conjunto de acessórios para instalação.	Unidade
212	4.830	Refil de sabonete líquido 700ml Espuma	Unidade
213	252	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Unidade
214	790	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm. Dimensão: 310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade
215	2.500	Ribbon em cera, 110 mm x 74 m	Unidade
216	2.500	Ribbon em cera 110mm x 91m	Unidade
217	835	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
218	50	Roleta de tinta compatível com calculadora Logus 642	Unidade
219	5.625	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolomatic.	Rolo
220	3	Rotulador eletrônico de etiquetas com visor LCD de 12 caracteres x 1 linha, velocidade mínima de impressão de 7,5 mm por segundo, resolução de impressão de 230 dpi, com 2 linhas de impressão, fonte de alimentação sendo 4 à 6 pilhas AAA, com 8 ou mais tipos de estilos de fontes, com impressão vertical, inserção de texto e altura máxima de 7,0 mm, acompanhado de 1 fita preto sobre branco de no mínimo 8 metros.	Unidade
221	260	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Unidade
222	30	Saco descartável para aspirador, tipo A10S a AWD01, que aspire a sujeira, totalmente vedado, com capacidade de armazenagem de 066 litros de sujeira, embalagem com 3 unidades	Embalagem
223	15.380	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
224	3.800	Saco Plástico (Envelope) com 4 furos, Formato Oficio, Tamanho 2740x330	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

225	7.020	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
226	5.220	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
227	6.720	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda contínua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
228	390.000	Saco plástico transparente tamanho 11 x 25 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte lateral, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
229	180.000	Saco plástico transparente tamanho 15 x 15 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
230	205.000	Saco plástico transparente tamanho 18 x 30 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
231	180.000	Saco plástico transparente tamanho 25 x 35 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

232	90.000	Saco plástico transparente tamanho 26x 15 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
233	95.000	Saco plástico transparente tamanho 28 x 42 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
234	220.000	Saco plástico transparente tamanho 30 x 15cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
235	109.000	Saco plástico transparente tamanho 40cm x 60 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
236	130.000	Saco plástico transparente tipo ofício tamanho 27 x 37 cm, para embalagens, com dois furos, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Unidade
237	60.000	Saco plástico transparente, tamanho mínimo 52 x 85 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 010 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação	Unidade
238	45	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
239	95	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 100CM X 70CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuir borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
240	5	TAPETE SANITIZANTE PRETO OU CINZA, TAMANHO 58CM X 38CM + BORDA DE 5CM, produzido em vinil (PVC), não manchar, possuir borda vedante que impede o vazamento de líquidos, espessura de 10mm, antiderrapante e antichama.	Unidade
241	360	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade
242	1.140	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
243	370	Tesoura pequena 14 cm Laminas de aço inoxidável, cabo plástico em formato anatômico e revestimento interno que absorve impacto, ponta fina. Cor Preto.	Unidade
244	30	Tinta para carimbo cores diversas	Unidade



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

245	120	Tinta para Reabastecer Pincel Atômico frasco com 37 ml. Tinta permanente a base de álcool. Cores diversas.	Unidade
246	150	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de água, glicerina, corantes, glicos e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
247	304	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Embalagem com no mínimo 12 grs.	Unidade
248	675	Vassoura de nylon, Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade
249	95	Visor plástico em PVC para pasta suspensa. Dimensões de 80mm x 60mm - caixa com 50 unidades	Caixa

3.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

3.3.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISNORDESTE/SC nº 17/2015.

4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica do Portal de Compras Públicas**.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos pelos colaboradores do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE, através de seu Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante do sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a recebimento e abertura da proposta, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa.

5.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.

5.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

5.4 A proposta deverá conter FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.

5.5 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES, MARCAS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS** ofertados. A não inserção destas informações implicará na **DECLASSIFICAÇÃO IMEDIATA** da licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

5.6 **Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.**



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

5.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.

6.1.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.

6.2 Para participar desta licitação, o interessado deverá realizar previamente seu cadastramento junto ao **Portal de Compras Públicas**.

6.3 Estarão impedidos de participar do processo licitatório aqueles que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Órgão Gerenciador ou qualquer dos Órgãos Participantes;
- b) sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, em qualquer esfera;
- c) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- d) enquadrem-se às hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- e) Apresentem irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ressalvado o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e item 11.2, alínea c.1 deste Edital.
- f) Encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.**

6.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao Portal de Compras Públicas, até no mínimo **uma hora antes do horário limite fixado neste Edital para o recebimento das propostas.**

7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;
- j) elaborar a ata da sessão;



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;
- l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS

- 7.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 7.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 7.4 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

- 7.5 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.6 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.7 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

8 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FÓRMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.6 **Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.**
- 8.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 8.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.
- 8.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 8.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 8.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 8.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 8.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.
- 8.15 POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
- Endereço:** Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC
E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br
Telefone/fax: (47) 3422-9838
- 8.16 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.15.
- 8.17 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 8.18 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 8.19 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 8.20 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.
- 8.21 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

9 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

- 9.1 A licitante vencedora, deverá enviar Órgão Gerenciador, no prazo estipulado no item 8.15, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.
- 9.2 A proposta escrita deverá conter:
- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
 - b) folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
 - c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
 - d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura das propostas virtuais;
 - e) discriminados, em moeda corrente nacional, os **preços dos itens** limitados a **02 (duas)** casas decimais para os centavos;
 - f) A ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano após assinatura.
 - g) o prazo de entrega dos itens **de até 10 (dez) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo Órgão Participante**;
 - h) as especificações, marca completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no **item 1.1**, deste Edital;
 - i) o valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
 - j) os dados Bancários conforme **ANEXO II**;
- 9.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM**.
- 9.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10 GARANTIA

- 10.1 As licitantes vencedoras deverão, respeitadas as particularidades e exigências de cada item, especificadas na sua descrição, fornecer o objeto com validade/garantia igual ou superior a 90 (noventa) dias contados do recebimento do objeto, a cada Autorização de Fornecimento.
- 10.2 No caso das Lapiseiras, a garantia deverá ser igual ou superior a 1 (um) ano.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 8.15, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC
HABILITAÇÃO DO EDITAL 007/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020 – CISNORDESTE/SC
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**

11.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- b) Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo **ANEXO III**.
 - c.1) *Sendo a licitante a ser habilitada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando a regularização da restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.*
- d) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a seguinte documentação:
 - d.1) comprovante de opção pelo Simples Nacional, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal - <http://www.receita.fazenda.gov.br/>;
 - d.2) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo **ANEXO V**.
 - d.3) os documentos relacionados nos subitens **d.1** e **d.2** poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.U. do dia 22/05/2007.
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- g) prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- h) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- i) prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidadedo FGTS - CRF);



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
- k) Dados cadastrais do fornecedor, conforme modelo do **ANEXO VIII**;
- l) Dados bancários e dados do representante Legal, conforme modelo do **ANEXO II**;
- m) Proposta de Preços, conforme o modelo do **ANEXO I**

11.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de **05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período**, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

11.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultando ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais na sede do Órgão Gerenciador, para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. **Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco documentos ilegíveis.**

11.4.1 Os documentos cuja autenticidade possa ser atestada através da *internet*, mediante livre e gratuito acesso, não precisarão ser autenticados.

11.5 Em hipótese alguma serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.5.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **30 (trinta) dias** após a sua expedição.

11.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação.

11.6.3.1 As avaliações das amostras serão realizadas por equipe técnica formada pelos municípios participantes.

11.6.3.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.6.3.3 Os critérios de avaliação restringem-se a verificação de sua conformidade com relação à capacidade técnica especificada em lei, e se for caso de material que seja Equipamento de



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Proteção Individual (EPI) de fabricação nacional ou importada, aquele produto ou dispositivo que vise à proteção da saúde e integridade física da pessoa, deve constar o respectivo Código de Aprovação (CA), segundo Norma Regulamentadora nº 6 em seu item 6.9.3 (NR 6) do Ministério do Trabalho e Emprego, portanto devidamente registrados nos órgãos competentes.

- 11.6.3.4 As amostras, quando solicitadas, deverão ser identificadas com o nome do licitante, número e item do pregão e bula com especificações, constando ainda data de fabricação, lote, prazo de validade, CA e especificações constantes neste Edital.
- 11.6.3.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 11.6.3.6 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Edital.
- 11.6.3.7 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 11.6.3.8 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 02 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 11.6.3.9 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 11.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- fornecer os produtos com a garantia exigida no item 10;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- enviar por e-mail o arquivo oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento;
- lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, online, disponibilizado pelo CISONORDESTE/SC, conforme item 2.1.2;



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- h) **havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar CISNORDESTE/SC, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo de fornecimento.**

13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas as exigências deste Edital.

14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1 *Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.*

14.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1 As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de **12 meses, iniciando em 01 de setembro de 2020 à 31 de agosto de 2021**. O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital) no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

15.1.1 Havendo viabilidade técnica, poderá ser utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

15.2 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 17.8 deste Edital.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 15.3 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.
- 15.4 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Órgãos Participantes poderão firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.
- 15.5 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- 16.1 Os preços não serão reajustados durante a validade das Atas de Registro de Preços.

17 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, **imediatamente, através do sistema eletrônico, dentro dos 15 (quinze) minutos subsequentes ao término da fase de habilitação, no período aberto a recursos**
- 17.2. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar Memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 03 (três) dias, na sede do CISONORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.
- 17.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por Memoriais, na forma do item 17.1 acarretará na mesma consequência.
- 17.2.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante no momento oportuno, definido no item 17.1.
- 17.2.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC.
- 17.2.3.1 Os Memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página, pelo representante legal da Recorrente. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.
- 17.2.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 17.3 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISONORDESTE/SC para homologação.
- 17.4 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISONORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.
- 17.4.1 O(s) recurso(s) não conhecido(s) não serão submetidos à apreciação pelo Presidente do CISONORDESTE/SC.
- 17.5 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISONORDESTE/SC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).
- 17.6 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do e-mail cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
- 17.7 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 17.7.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
 - c) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;
 - d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - e) **Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.**
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- 17.8 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 17.8.1 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea *e* do item 17.6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote **após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento.**
- 17.8.2 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento, ou, no máximo, **dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto**, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea *d* do item 17.6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea *e* do item 17.6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 17.8.3 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea *d* por 03 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.
- 17.9 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos Órgãos Participantes, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.10 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*e-mail*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 17.11 Das decisões que cominarem penalidades, ressalvado o procedimento adotado pelo Órgão Participante, no caso do item 17.9.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 17.12 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 17.13 No caso do item 17.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 17.14 As multas eventualmente aplicadas, exceto as aplicadas pelo Órgão Participante, conforme item 17.9.1 deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o item 3.3 deste Edital e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 18.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados,



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
- II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- III. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e
- IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

18.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este ou o próprio Órgão Participante, as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.5 Será possível a sub-rogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

19.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

- VI. for impedido de licitar e contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
 - VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Órgão Gerenciador na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 19.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador.
- 19.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento ou **antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.**
- 20 DA DOTAÇÃO**
- 20.1 As despesas decorrentes das aquisições do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante e do Órgão Gerenciador, quando este for o requisitante do material.
- 20.1.1 O Órgão Participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

21 DO PAGAMENTO

- 21.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo contratante (CISNORDESTE/SC ou Órgão Participante – conforme o caso) em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, dentro de até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos produtos objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal**.
- 21.1.1 **Fica ressalvado ao Órgão Participante ou Gerenciador o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.**
- 21.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 21.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 21.4 Por ocasião do pagamento, será consultada a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- NORDESTE/SC**
- 22.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 22.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 22.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 22.3.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 22.3.2 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 22.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, considerando o somatório de todos os Órgãos Participantes.
- 22.3.4 Os quantitativos decorrentes das adesões, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.
- 22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
- 22.5 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.
- 22.6 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.
- 22.7 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 22.8 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).
- 22.9 Não cabe ao Portal de Compras Públicas qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 22.10 O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 32, de 17 de dezembro de 2019.
- 22.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:
- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Relação dos Órgãos Gerenciador e Participante;
- e) ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- g) ANEXO VII – Endereços para entrega dos produtos e Dados para Faturamento.
- h) ANEXO VIII – Dados Cadastrais do Fornecedor

Joinville (SC), 31 de julho de 2020.

JÚLIO CESAR RONCONI

Presidente do CISONORDESTE/SC



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO I

**EDITAL N° 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 018/2020**

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica n° 006/2020 – CISNORDESTE/SC, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e N° DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 02 (duas) casas decimais.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser conforme descrito no item 10 deste Edital.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **60 (sessenta)** dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

17.15 De acordo com item 1.2 do Edital **01 de setembro de 2020 à 31 de agosto de 2021.**

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4 - OBJETO DA PROPOSTA (MODELO):

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA *	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	26	Unidade	Agenda telefônica A a Z, 150mmX215mm, Capa Dura.				
			CONTINUA ...				

Local e Data

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do Representante

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO II

**EDITAL Nº 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020**

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO III

EDITAL Nº 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em
_____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de
17/07/2002,
que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório (**Pregão
Eletrônico nº 006/2020-CISNORDESTE/SC**).

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação,
fazer constar
tal ressalva.

____ <CIDADE> _____ (UF), ____ < DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO IV

**EDITAL Nº 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020**

RELAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR

ORGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC	Rua Max Colin, nº 1843, América – Joinville/SC	03.222.337/0001-31	Júlio César Ronconi

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO	CNPJ
CISNORDESTE/SC	Rua Max Colin nº 1.843, América, CEP 89.204-635	03.222.337/0001-31
Fundo Municipal de Saude de Garuva	Av. Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000	11.303.923/0001-39
Fundo Municipal de Saude de Joinville	Rua Max Colin 550, América, nº 397 89.204- 040 Referencia Centro de Abastecimento de Materiais Especiais.	08.184.821/0001-37
Fundo Municipal de Saude de Massaranduba	Rua 11 de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000	83.102.483/0001-62
Fundo Municipal de Saude São Francisco do Sul	Rua Aldo Possamai, s/n, Centro, Referencia atras do batalhao da pm	03.264.792/0001-08
Hospital Municipal São José de Joinville	Av. Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000	84.703.248/0001-09

- Cada Autorização de Fornecimento especificará o local de entrega e dados para faturamento.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO V

**EDITAL Nº 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (**microempresa ou empresa de pequeno porte**). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO VI

**EDITAL Nº 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2020

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA –CISNORDESTE/SC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, JULIO CESAR RONCONI, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua,, inscrito no CNPJ sob nº., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR REGISTRADO**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Resolução do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina –CISNORDESTE/SC nº 02 de 10 de janeiro de 2014 e no Edital nº 007/2020 de Pregão Eletrônico nº 006/2020-CISNORDESTE/SC, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso do **ÓRGÃO GERENCIADOR** e/ou Fundo Municipal do **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, de material de papelaria, de limpeza e de copa, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, de **01 de setembro de 2020 à 31 de agosto de 2021**.
- 1.2 , conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a Tabela da Cláusula Décima Quarta.
- 2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Após a realização do faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando o a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato “pdf”.

- 3.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.1.1 A contratação com o FORNECEDOR REGISTRADO será formalizada por intermédio de emissão de Autorização de Fornecimento.
- 3.1.2 Neste ato, é atribuído um login e senha ao FORNECEDOR REGISTRADO para acesso ao sistema de controle Licitweb, disponível em <http://www.licitweb.com.br/aceso/cisnordeste/>, sendo as Autorizações de Fornecimento lançadas pelo requisitante diretamente neste sistema.
- 3.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, que será gerada através do sistema Licitweb e enviada por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
- 3.1.4 O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
- 3.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta Reais), o FORNECEDOR REGISTRADO, desde que inequivocamente noticie ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se lhe qualquer sanção;
- 3.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizado através do sistema informatizado a, sendo liberado acesso ao FORNECEDOR REGISTRADO, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços.
- 3.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá registrar o evento no sistema informatizado, anexando o a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato “pdf”.
- 3.1.8 O FORNECEDOR REGISTRADO deverá entregar os itens constantes da autorização no endereço do Órgão requisitante, conforme Anexo VIII ao Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2020-CISNORDESTE/SC, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 3.2 A garantia dos materiais a serem entregues não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias e, para as Lapiseiras, 1 (um) ano, contados a partir da data de recebimento dos mesmos pelo solicitante.
- 3.3 **Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do FORNECEDOR REGISTRADO.**
- 3.3.1 Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

- 4.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Requisitante, em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, dentro de até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos produtos objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal**.
- 4.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 4.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 4.4 Por ocasião do pagamento, será consultada a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO:

- a) fornecer o objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital nº 007/2020 do Pregão Eletrônico nº 006/2020 – CISNORDESTE/SC;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) fornecer os produtos, com o prazo de garantia exigido no item 3.2;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por *e-mail* o arquivo oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento;
- f) **lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, LicitWeb, online, disponibilizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;**
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- h) **havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo de 02 (dois) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- c) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

- 6.2 A multa moratória prevista na alínea c do item 6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 6.3 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após esgotado o prazo de fornecimento do objeto requisitado.
- 6.4 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento ou, no máximo, dentro de 02 (dois) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 6.5 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o FORNECEDOR REGISTRADO que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*e-mail*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 6.7 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias.
- 6.8 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração torná-las exigíveis no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite. Entretanto, sendo o fato punível com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 6.9 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 7.1 Os contratos decorrentes da presente Ata poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 77, 78 e 79 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
 - 8.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
 - 8.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:
 - I. convocar o FORNECEDOR REGISTRADO visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 8.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
- I. liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
 - II. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, realizando o registro com o fornecedor que apresentar melhor oferta. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.
- 8.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.1.5 Será possível a sub-rogação de direitos e obrigações do FORNECEDOR REGISTRADO, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 9.1 O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado quando:
- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV. tiver presentes razões de interesse público;
 - V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - VI. for impedido de licitar e contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
 - VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 9.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CISNORDESTE/SC.
- 9.3 O FORNECEDOR REGISTRADO poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento ou, no máximo, no prazo de 02 (dois) dias do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas decorrentes das aquisições do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE (município consorciado), referente ao exercício de 2020 e seguinte.
- 10.1.1 O Órgão, ao efetuar a contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

11.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 018/2020-CISNORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 006/2020-CISNORDESTE/SC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020-CISNORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

- 12.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses, a partir de 01 de setembro de 2020 à 31 de agosto de 2021.**
- 12.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, observado o máximo de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.
- 12.3 A vigência para execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada nas Cláusulas Segunda e Décima Quarta.
- 13.2 Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital 7 do Pregão Eletrônico nº 06/2020 – CISNORDESTE/SC e o preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.
- 13.3 A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 13.4 O FORNECEDOR REGISTRADO signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...			
			CONTINUA ...			

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 É competente o foro da Comarca de Joinville, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de de 2020.

Júlio Cesar Ronconi
Presidente do CISNORDESTE/SC

Fornecedor Registrado.

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Testemunhas:

1ª – _____

2ª – _____



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO VII

**EDITAL Nº 007/2020 – CISONORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISONORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISONORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020**

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA DOS PRODUTOS E DADOS PARA FATURAMENTO

ÓRGÃO PARTICIPANTE	DADOS PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO DE ENTREGA
CISONORDESTE/SC	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC CNPJ: 03.222.337/0001-31 Rua: Max Colin, 1843, 1º andar, América – Joinville/SC – Telefone: (47) 3422-9838 Contato: kalinka@cisnordeste.sc.gov.br	Rua: Max Colin, 1843, 1º andar, América – Joinville/SC CEP: 89204-635
Garuva	Fundo Municipal de Saúde de Garuva CNPJ 11.303.923/0001-39 Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro Garuva/SC Telefone: (47) 3445-4018 Contato: thiagobackes@hotmail.com	Rua Carijós nº 100, bairro Geórgia Paula – Garuva/SC
Joinville	Fundo Municipal de Saúde de Joinville CNPJ 08.184.821/0001-37 Rua: Doutor João Colin, 2719- Sto. Antonio, Joinville/SC Telefone: (47) 3481-5105 Contato: cajoinville@googlegroups.com	Central de Abastecimento Rua Monsenhor Gercino, 1070 Itaum - Servidão ao lado do Cesita, Bairro Itaum – Joinville/SC CEP 89.210-146
Massaranduba	Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba CNPJ 11.231.203/0001-05 Rua 11 de Novembro, nº 3.025, Centro CEP 89.108-000 – Massaranduba/SC Telefone: 47 3379-1568 Contato: adrianavasel@hotmail.com	Unidade Sanitária Centro Rua 11 de novembro, 2997 - Centro CEP 89108-000- Massaranduba/SC
São Francisco do Sul	Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul Rua Manoel Bueno, nº 387, Rocio Grande, São Francisco do Sul/SC – CEP: 89240-000 Telefone: (47) 3444-6190 – 3444-2458 – 3444-2033 – financeirosaude@saofranciscodosul.sc.gov.br	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde Rua: Aldo Possamai, s/nº (subida Hospital da Caridade) - Centro – São Francisco do Sul/SC Telefone: (47) 3444-5202
Hospital Municipal São José	Hospital Municipal São José CNPJ 84.703.248/0001-09 Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Telefone: (47) 3441-6634	Hospital Municipal São José Serviço de Farmácia Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisnordeste.sc.gov.br

	Contato: marcos.richartz@joinville.sc.gov.br joaopaulo.hmsj@gmail.com	Joinville/SC Acesso pela Rua São José Segunda a Sexta, das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 16h00.
--	---	---



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO VIII

**EDITAL Nº 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020**

DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR**RAZÃO SOCIAL:****CNPJ:****INSCRIÇÃO ESTADUAL:****ENDEREÇO (rua, nº, Complemento, CEP, Cidade, Estado):****DADOS BANCÁRIOS:****CONTATO(S):**

SETOR	RESPONSÁVEL	TELEFONE(S)	EMAIL(S)
Licitação (Documentação)			
Autorizações de Fornecimento			
Faturamento/entregas			
Notificações			
Assinatura digital da Ata/Contrato			

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

EXTRATO DO EDITAL Nº 007.2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006.2020 - RP Nº 006.2020 - PA Nº 018.2020 - MAT EXPEDIENTE, LIMPEZA, INSUMOS DE INFORMÁTICA, COPA E COZINHA

Publicação Nº 2599332



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL Nº 007/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020

O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, para uso do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – **CISNORDESTE/SC** e dos Fundos Municipais de Saúde dos Municípios de Garuva, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul e Hospital Municipal São José (autarquia do Município de Joinville), de materiais de expediente, insumos e acessórios de informática, de limpeza/higiene e de copa/cozinha, durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preços, conforme, durante o período de **01 de setembro de 2020 à 31 de agosto de 2021**.

TIPO: Menor preço - **POR ITEM**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 13/08/2020 até às 08h00 do dia 25/08/2020

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08h01 às 10h00 do dia 25/08/2020

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h01 min do dia 25/08/2020

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> “Acesso Identificado”

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br

Site: www.cisnordeste.sc.gov.br

Telefone: (47) 3422-9838

Joinville (SC), 31 de julho de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Presidente do CISNORDESTE/SC

CISAMA**CONTRATO Nº 12/2020 CIGA**

Publicação Nº 2598480

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 12/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE (CISAMA) E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, CEP 88.501-050, Centro, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Luiz Carlos Xavier, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 102, bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO CONTRATUAL

O objeto do presente contrato é a prestação de serviço continuado de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, ao Sistema:

1. Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos – e-CIGA: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro das tramitações eletrônicas de processos administrativos, proporcionando os seguintes benefícios: agilidade na tramitação de processos administrativos; ampliação do acesso aos interessados; possibilidade do envio de informações por meio eletrônico; melhorias na comunicação dos atos processuais; facilidade na recuperação de dados e na gestão de documentos; e redução do uso de papel.

CLÁUSULA SEGUNDA – DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de 01 de junho de 2020 até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato a isenção do pagamento para o serviço previsto na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos – e-CIGA

Parágrafo Primeiro. Para os próximos períodos de vigência contratual, caso haja prorrogação do presente instrumento, conforme termos previstos na Cláusula Segunda, poderá haver cobrança de valores devidamente aprovados pela Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, os quais constarão em Resolução expedida por seu Presidente.

Parágrafo Segundo. Os valores que forem definidos para o sistema e-CIGA poderão ser corrigidos anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas por seu Presidente.

Parágrafo Terceiro. Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento “in loco” poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo Quarto. A customização do sistema contratado, quando solicitada pela CONTRATANTE em aspectos não previstos neste contrato, e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE está isenta do pagamento para o serviço previsto na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA – REVISÃO DE PREÇOS

É permitida, a partir do próximo período de vigência contratual, a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE,

objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- ocorrerem fatos imprevisíveis;
- ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- em caso de força maior ou caso fortuito; e
- ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único. É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores, definidos na Cláusula Terceira deste contrato de prestação de serviços, de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação).

Parágrafo Único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro. Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- b.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e pela proteção de dados pessoais, bem como definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- g) Permitir que a CONTRATADA monitore dados relevantes dos usuários e sistemas que possibilitem auditorias de acesso e controle de segurança da informação;
- h) A CONTRATANTE declara que adota políticas e/ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor e contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet e que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados;
- i) A CONTRATANTE declara que o tratamento de dados pessoais é realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como adota mecanismos de segurança das informações e mitigação de risco; e
- j) A CONTRATANTE declara que o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observam as disposições legais.

Parágrafo Segundo. Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que porventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados; e
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Terceiro. Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo Único. Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste Contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelos direitos autorais, direito de propriedade industrial, direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro. Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento de comunicação formal, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo. Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro. As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISTRATO E RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro. Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Primeiro. No âmbito dos programas de computador, aplicam-se à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

Parágrafo Segundo. No que toca à proteção de dados pessoais e compliance, é dever de ambas as partes estar em conformidade com as legislações cogentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro. Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo. Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA manterá armazenados os dados da CONTRATANTE existentes em seu servidor pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto. O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes, nos termos do artigo 53 do Contrato de Consórcio Público do CIGA.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Florianópolis – SC, 27 de maio de 2020.

Luiz Carlos Xavier CONTRATANTE	
GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA	
Testemunhas:	
NOME: SELÊNIO SARTORI CPF: 712.938.849-87 RG n.º: 1.965.881-8	PEDRO JOVANE DA SILVA CPF: 020.332.259-25 RG n.º: 3.706.623-4

ANEXO I**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE**

O Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA, constitui o Senhor Luciano Anziliero, (Fiscal de Tributos de Urupema), como seu representante no Contrato n.º 12/2020, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis – SC, 27 de maio de 2020.

Luiz Carlos Xavier PRESIDENTE DO CISAMA
--

ANEXO II**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui o(a) Gestor(a) de Contratos do CIGA como seu representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 12/2020, celebrado com o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA.

Florianópolis – SC, 27 de maio de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

QUIRIRI**RESOLUÇÃO CIQ 085/2020**

Publicação Nº 2599874

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 085/2020**

Designa a Pregoeira Municipal do Departamento de Suprimentos e Patrimônio do Município de São Bento do Sul, Daniele Celeski Wojakiewicz, para conduzir o processo licitatório para contratar com ente licitante a prestação de serviços de manutenção e de gerenciamento do Circuito das Araucárias de Cicloturismo, nos municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a Pregoeira Municipal do Departamento de Suprimentos e Patrimônio do Município de São Bento do Sul, Daniele Celeski Wojakiewicz, para conduzir o processo licitatório para contratar com ente licitante a prestação de serviços de manutenção e de gerenciamento do Circuito das Araucárias de Cicloturismo, nos municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

Art. 2º – Designar o Diretor de Turismo, Esporte e Lazer de Corupá, Chales Moesch e a Diretora de Turismo de São Bento do Sul, Luiza da Silva, para acompanharem o processo licitatório em todas as suas fases.

Art. 3º- Revogar a Resolução CIQ nº 071/2020.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 12 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

Prefeito de Corupá

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

 www.quiriri.com.br
 [/consorcioquiriri](https://www.facebook.com/consorcioquiriri)
 [@consorcioquiriri](https://twitter.com/consorcioquiriri)

Sede - Travessa Theodoro Koch, n.30, sala 20
Centro, São Bento do Sul/SC - CEP:89280-178
quiriri@quiriri.com.br 47.3512.9903

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

CONDER**EXTRATO - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02.2020 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS**

Publicação Nº 2598681

EXTRATO DO EDITAL**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02/2020 PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito, inscrito no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GENÉSIO BRESSIANI, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, com base na Resolução nº 006 de 13 de Julho de 2018, conforme condições e especificações do edital.

A presente chamada pública tem por objeto a pré-qualificação de bens para formação de um cadastro para futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS.

As avaliações de pré-qualificação ocorrerão conforme cronograma abaixo:

	DATA	HORÁRIO
1ª AVALIAÇÃO DA COMISSÃO	25/09/2020	Das 08h00min às 11h45min
2ª AVALIAÇÃO DA COMISSÃO	27/11/2020	Das 08h00min às 11h45min

As amostras entregues e pré-qualificadas até o dia 27 de novembro de 2020 participarão da licitação de materiais ambulatoriais e correlatos, prevista sua publicação para fevereiro de 2021, com vigência para o exercício de 2021.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de agosto de 2020

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

EXTRATO - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02.2020 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

Publicação Nº 2598676

EXTRATO DO EDITAL**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02/2020 PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito, inscrito no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GENÉSIO BRESSIANI, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, com base na Resolução nº 006 de 13 de Julho de 2018, conforme condições e especificações do edital.

A presente chamada pública tem por objeto a pré-qualificação de bens para formação de um cadastro para futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS.

As avaliações de pré-qualificação ocorrerão conforme cronograma abaixo:

	DATA	HORÁRIO
1ª AVALIAÇÃO DA COMISSÃO	25/09/2020	Das 08h00min às 11h45min
2ª AVALIAÇÃO DA COMISSÃO	27/11/2020	Das 08h00min às 11h45min

As amostras entregues e pré-qualificadas até o dia 27 de novembro de 2020 participarão da licitação de materiais ambulatoriais e correlatos, prevista sua publicação para fevereiro de 2021, com vigência para o exercício de 2021.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de agosto de 2020

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte